

ANAIS III SINESPP 2020 | EIXO TEMÁTICO 9



QUESTÕES DE GÊNERO, RAÇA/ETNIA E GERAÇÃO

UFPI 2020



ANAIS DO III SINESPP 2020

Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas/: Teresina-PI: EDUFPI/LESTU, 2020)

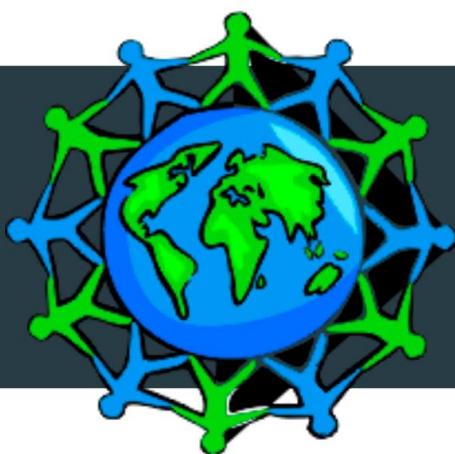
Editoração: Lestu Publishing Company

Disponível versão digital: <http://www.sinespp.ufpi.br/>



QUESTÕES DE GÊNERO, RAÇA/ETNIA E GERAÇÃO

EIXO TEMÁTICO 9



Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI

III SINESPP

20 a 24
OUTUBRO
2020

SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS
Democracia, desigualdades sociais e políticas públicas no capitalismo contemporâneo

EIXO TEMÁTICO 9 | QUESTÕES DE GÊNERO, RAÇA/ETNIA E GERAÇÃO

DA LUTA AO LUTO: nossos corpos são políticos e alvo da morte

FROM FIGHT TO GRIEF: our bodies are political and a death target

Kaliel Fernando Nunes¹

RESUMO

Neste artigo buscar-se-á trazer os enfrentamentos políticos contextualizados nas lutas sociais da população LGBTQ+ e do movimento negro, partindo de suporte teórico de dados históricos, as vivências, conquistas e invisibilidades, destas populações dentro da sociedade capitalista brasileira. Partindo de uma fundamentação na questão étnico racial e de gênero, assim visa-se trabalhar esses dois movimentos juntos de forma interligada, de maneira interseccional, exibindo como as lutas sociais dessa população são amplas e possuem suas particularidades. Nesse sentido, apresentar-se as repercussões das expressões da questão social no cotidiano das relações sociais e como elas vêm impactando a população durante anos, além de beneficiar o “CISTema” capitalista.

Palavras-Chaves: Corpos Políticos; Movimento LGBTQ+; Movimento Negro; Resistência.

ABSTRACT

This article seeks to bring political confrontations contextualized in social struggles of LGBTQ+ population and the black movement, beginning from theoretical support of historical data, the experiences, achievements and invisibilities these people suffered, inside Brazilian capitalist society. Based on reasoning of racial and gender ethnic issue, it aims to work these two movements together in an interconnected and intersectional way, showing how the social struggles of this population are broad and have their own particularities. Thus, to present the expressions of the social question repercussions' in social relations day-to-day and how it has been impacting these people for years, in addition to benefit the capitalist “CIStem”.

Keywords: Political Bodies; LGBTQ+ Movement; Black Movement; Resistance.

¹ Estudante. Graduando em Serviço Social pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp).

INTRODUÇÃO

No presente artigo buscar-se-á trabalhar a perspectiva de corpos políticos através do movimento negro e do movimento LGBTQ+², buscando entender como determinados grupos sociais estão em risco constante e como são alvos da morte. Pensando-se em uma lógica estrutural das opressões na sociedade capitalista, o debate surge a partir dos aspectos de classe, raça/etnia e gênero, tornando esses elementos inseparáveis. Sendo assim, o propósito é trazer as relações de poder nas reproduções das injustiças sociais, compreendendo que essas são diversas e complexas.

Um dos fatores do Brasil ser um país tão desigual é a má distribuição de renda, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), o país encontrasse em sétimo colocado no ranking dos países mais desiguais do mundo, ficando atrás apenas de algumas regiões da África. Sendo assim, conclui-se que o Estado brasileiro não consegue atender as necessidades básicas de uma grande parte de sua população, trazendo consequências como a fome, violência, educação precária, desemprego e a mortalidade de determinados corpos. Um estado historicamente composto pela ausência ou pela negação de direitos, fatores esses geradores de demandas para o Serviço Social.

Sabe-se que historicamente a prejudicada e injustiçada da história é a classe trabalhadora, onde nitidamente essa classe tem uma cor e um sexo, e sempre que pensarmos em uma pirâmide social, quem está na base dela são as mulheres negras. Neste contexto, além de trazer o viés de gênero, é importante trazer o de identidade de gênero, pois não são apenas mulheres negras cisgêneras que se encontram na base da pirâmide social. Precisamos começar a discutir e desconstruir esse binarismo de gênero, mulheres travestigeneres também se encontram na base desta pirâmide. Um ponto comparativo para se observar a distinção de mulheres cisgêneras e mulheres transvestigeneres é o mercado de trabalho, as travestis/transexuais sofrem sérias dificuldades de inclusão, na verdade, não encontram a inclusão, são excluídas; já as mulheres negras cisgêneras são as majorias nos trabalhos domésticos. Não se trata de hierarquizar as desigualdades, mas sim de analisar afundo a sua dimensão, mostrando assim que determinados problemas estruturais são destinados a certas pessoas.

²Lésbicas, Gays, Transvestigeneres, Queer, o + vem simbolizando aquelas pessoas que não se sentem incluídas ou representadas em nenhuma das identidades citadas na sigla.

2 HISTÓRIA, VIOLÊNCIA E RESISTÊNCIA

A População Negra e os LGBTQ+ são um dos grupos que mais sofrem o impacto das diversas desigualdades no país, problemas esses iniciados com a invasão portuguesa ao Brasil. De acordo com Josiane Santos (2012) a formação social brasileira é um reflexo de um processo colonizador doloroso. A Europa com seu projeto colonialista vem às Américas com objetivo de expandir sua economia através de território e da extração de riquezas, ou seja, com uma intenção lucrativa para o seu desenvolvimento, resultando assim no genocídio dos povos indígenas que aqui habitavam antes do estupro colonial e na morte dos africanos, povos esses importados com o intuito da força produtiva de trabalho.

Esses povos passaram por processos extremamente violentos, diversas transfigurações, entre elas a de crenças, hábitos, valores, servidão, aculturação e a desestruturação de seu sistema produtivo. Ainda assim, muitos acreditam em uma falsa democracia racial dentro do território nacional, a qual o autor Gilberto Freyre (1980) demonstra em seu livro “Casa-Grande & Senzala”, de uma forma romantizada a existência de um país em que todas as etnias convivem de forma harmoniosa e sem conflitos, deixando de atentar nas desigualdades, opressões e o aparecimento de um sistema capitalista opressor, regidos por brancos cis/heteronormativos e conservadores. Obra essa que transporta a negação do racismo no Brasil, além de contribuir para o apagamento histórico da população negra. Podemos afirmar, segundo Clóvis Moura (1994), que o racismo é um dos galhos ideológicos do capitalismo, onde podemos dizer que é uma ideologia de dominação, opressão, exploração, além disso, genocida.

Desde a suposta abolição da escravatura em 13 de maio de 1888, não houve preocupação ou reparação alguma com a condição do negro pós-servidão pelo Estado, resultando assim na marginalização dessa população, chegando a ser negada a cidadania absoluta, não havendo equidade de forma alguma, nenhuma política de inserção social. Tais reflexos, vem apresentando-se durante anos, entretanto, esse contratempo não é algo simples e fácil de combater, é algo profundo e estrutural, que vem afetando o campo social, econômico, ético, cultural, entre outras proporções.

Ressalta-se que o Brasil foi uns dos últimos países do mundo a abolir a escravidão, trazendo assim diferentes impactos para o país. O racismo está enraizado

em muitos seguimentos da sociedade, esse fenômeno tem como forma principal a opressão e a desqualificação de tudo que refere ao negro no âmbito social, cultural, religioso e nos seus valores. Podemos compreender essa ideologia como uma relação de poder, onde se estrutura nas convivências sociais. De acordo com Bento (2002) o sistema capitalista é um dos principais mediadores do racismo, onde cria-se condições para sua reprodução, sabe-se que esse sistema não compactua com a igualdade, pois as opressões e as fragmentações são elementos funcionais para o mesmo. O sistema utiliza a questão da raça/etnia e do gênero para fomentar novas estratégias a seu favor.

O racismo no Brasil é algo histórico e a sua raiz vem como uma herança que ultrapassa o período da escravidão. Nesse sentido, levou um tempo para o Estado e a população conseguirem identificar o aparecimento dessa ideologia no convívio social, naturalizando assim a desumanização e as mortes perante deste grupo. Segundo Carneiro (2004, p. 2) “uma das características do racismo é a maneira pela qual ele aprisiona o outro em imagens fixas e estereotipadas, enquanto reserva para os racialmente hegemônicos o privilégio de serem representados em sua diversidade”.

Sabe-se que o Brasil foi construído por mentes colonizadoras que utilizaram conceitos de cunho religioso como uma forma de controle social, onde esses mesmos acreditavam que os negros não tinham almas e assim os escravizaram por séculos; outra fala reproduzida pela religiosidade era que os homossexuais eram sodomitas, sendo assim, também iriam para o “inferno” por conta dos seus desejos sexuais, fruto isto de um pensamento eurocêntrico.

Em 2018, Jair Bolsonaro foi eleito o presidente do Brasil. Foi escolhido mesmo possuindo um discurso racista, machista e LGBTfóbico, totalmente conservador, chegando a criticar o Supremo Tribunal Federal (STF) pela decisão de criminalizar a homofobia. Assim como também já disse que os negros e os Lgbtq+ precisam parar de vitimizar-se, não notando que a cada 23 horas um LGBT é morto por homofobia no país.

Existe uma visão de um Brasil tolerante e diverso, por conta da miscigenação, acredita-se que aqui seja um território plural baseado na democracia racial e na democracia de gênero. Em junho de 2020, mês do orgulho LGBTQ+, após 51 anos da revolta de Stonewall, ainda existem manifestações em prol de atos racista e homofóbicos em algumas partes do mundo e no Brasil. Ficando nítido que apesar do passar do tempo, ainda existe a necessidade da população que sofre as opressões

demonstrarem esse desconforto e alertarem que as opressões ainda estão presentes em nosso cotidiano.

O autor Cesare Lambroso (1885-1909) exibe em uma de suas pesquisas “Homem Delincente”, as características de “homens honestos e criminosos”, um estudo eugênico considerado revolucionário em algumas áreas, como no direito penal e na psiquiatria. O psiquiatra apresenta a teoria de como os negros teriam tendências para a criminalidade, um discurso que ganhou força no final do século XIX ao início do século XX. O pensador higienista vincula à origem criminosa a raça, reforçando assim diversos estereótipos sobre os negros. Por conta de estudos como este é que até pouco tempo atrás a transexualidade era considerada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), um transtorno mental, após muitos anos de luta, ela foi desconsiderada da lista de doenças mentais do país que mais mata travesti. Notando-se assim como o campo da psiquiatria é um campo que precisa aprofundar e despatologizar determinadas questões.

Engana-se quem acredita que pensamentos como do autor não estão presentes em nossa atualidade, um exemplo disso é a fala do secretário de turismo de Santos, Adilson Durante Filho (2019) ele alegou, durante uma entrevista que “os pardos e os mulatos, brasileiros são todos mau-caráter.” Nesse sentido, esses ideais higienistas utilizados no campo científico para justificar determinadas ações não compreendida por uma sociedade heterocisnormativa e racista, são utilizadas para inferiorizar biologicamente indivíduos, por conta da sua condição de raça e gênero, uma vez que esta sociedade é construída com valores desiguais.

Sendo assim, as pesquisas parecidas como a do estudo de Lambroso e falas como do secretário de turismo, vem reforçando a política do extermínio, políticas essas que Achille Mbembe (2018), traz como a política da morte para os corpos negros. Fazendo a reflexão de como o poder político vem apropriando-se da morte, decidindo quem vive ou quem morre. Princípios esses que visam o desaparecimento de determinados grupos dentro da sociedade, políticas essas como a do embranquecimento, a qual acreditavam que na medida em que o tempo passaria não existiria mais negros no Brasil devido à miscigenação, política como a Operação Tarântula, uma intervenção repressiva do Estado contra os LGBTQ+ para dizimá-los, em destaque as travestis e as transexuais, consideradas anormais na cidade de São Paulo.

O Brasil até hoje vive sua história centralizada no ideal europeu. As sequelas da colonização ainda se encontram presente, a sombra do passado escravocrata ainda vive e provoca medo na atualidade, o genocídio do povo preto é um exemplo disto. A branquitude, segundo Maria Aparecida Silvia Bento (2002), tem um lugar social, político e econômico, e a mesma, quando vê que está perdendo espaço, ela se reinventa e cria novos mecanismos para a manutenção de seus privilégios. A autora acredita na existência de um pacto narcísico, no qual os brancos não querem perder seus privilégios e também tem o receio de se tornar minoria, o que são em números populacionais, mas não são no controle político, econômico e cultural.

Os LGBTQ+ estão presentes na história há tempos, por décadas foram ignorados e invisibilizados. Existem registros remotos de escrituras que descrevem a existência dessa população em civilizações antigas como na Grécia, Egito, Índia, e entre outras regiões. Porém, antes de pensarmos na história desse movimento, é importante compreendermos a complexidade dessa sigla LGBTQ+. Essa abreviatura carrega consigo uma grande carga política, pois cada uma dessas letras vem representando um grupo com particularidades específica, a qual se unem para cobrar visibilidade e igualdade de direitos do Estado, compondo assim uma vasta rede de ativismo.

Falar em movimento LGBTQ+ é relembrar de algumas vivências que foram essenciais para a visibilidade dessa organização, as quais não se pode deixar cair no esquecimento ao passar do tempo, referências como Xica Manicongo, mulher transvestigenera, que, no período da colonização do Brasil, foi escravizada e teve sua identidade negada. Lacreia, funkeira, que normatizou a relação das travestis/transsexuais no universo do funk; Marsha P. Johnson, vanguardista do movimento LGBTQ+, figura importantíssima da rebelião de Stonewall.

A revolta de Stonewall ocorreu em julho de 1969, nos Estados Unidos, um momento histórico de valor significativo para o movimento LGBTQ+, do final dos anos de 1960 ao início dos anos de 1970. Há indícios do surgimento do movimento no Brasil, em uma conjuntura composta por censura, violência, repressão e muito desrespeito social, a ditadura militar, período esse de grandes conflitos para a classe trabalhadora, que deixou sua marca nas vidas dos brasileiros.

Nesse contexto, falar sobre os LGBTQ+, é compreender que esse grupo, que historicamente foi, e ainda é vulnerabilizados, e que seus corpos foram “demonizados”

pela religião durante séculos, estão no alvo da intolerância, da não aceitação do diferente. Contudo, muitas vezes não são problematizados e nem desmistificados, e acabam encaixados no padrão de normatividade com base na exclusão social, pela desnaturalização do preconceito. Assim, compreende-se, a partir do exposto, que o preconceito se concretiza em diversas formas de discriminação, gerando relações opressoras, ações associadas a vergonha, ao pecado e a doença.

Diante deste quadro que os movimentos sociais se organizam, pois estão na luta pela garantia de direitos e contra a violência há muito tempo, sempre buscando atender suas demandas políticas gerada pelo capital, seja a favor ou contra, alguns deles se organizam e lutam contra a ordem vigente, sempre com o objetivo de fazer o Estado assegurar os direitos em prol das minorias. A realidade vivenciada pelos negros e os LGBTQ+ dentro da sociedade capitalista defrontada pelos movimentos sociais é pela negação dos seus direitos e da sua relevante diversidade.

Os Movimentos Sociais [...] são ações coletivas de caráter sociopolítico, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil. Suas ações estruturam-se a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em situações de: conflitos, litígios e disputas. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva ao movimento, a partir de interesses em comum. Esta identidade decorre da força do princípio da solidariedade e é construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo (GOHN, 1995, p. 44).

Assim, por meio das mobilizações sociais que é possível trazer tais discussões para o ambiente acadêmico, tendo em vista que as lutas sempre existiram, mas hoje possuem uma visibilidade maior pela dinâmica que nos encontramos, fazendo que os movimentos, ainda que diferente, possam entender que fazem parte do mesmo projeto societário de exclusão. Trazendo a perspectiva que os corpos devem se posicionar e reivindicar, pois os corpos e vozes são agentes políticos para a resistência.

3 EU LUTO, ESTOU DE LUTO: Xica Manicongo, Matheusa Passarelli, Marielle Franco, presentes!

É doloroso transformar luto em luta todos os dias, essas duas palavras caminham juntas, lutamos enquanto enxugamos lágrimas, os movimentos são forçados a conviver com o luto, somos filhos da luta, tentam nos calar e nos amedrontar constantemente,

porém, não vão conseguir. Como expressa Conceição Evaristo (2018) “eles combinaram de nos matar, nós combinamos de não morrer”. Ao longo do processo histórico desenvolveu-se maneiras para permanecemos vivos, carregando conosco o medo, a angústia, entre outros sentimentos.

A resistência negra e LGBTQ+ se recusam a serem vistas apenas como corpos destinados a morte, já houve muito tempo de invisibilização, apagamento da história, não somos apenas estatísticas, são mais de 500 anos de branquitude, em que os relatos são contados de um ponto vista diferenciado e romantizados. Agora, estamos construindo novas narrativas para contar, estão nascendo novas estratégias para permanecermos vivos, um novo ciclo de luta contra esta hegemonia que está em curso.

Em meio à desesperança vem o pensamento de um futuro, uma construção de um novo projeto societário, pois não dá para pensar o fim das opressões dentro dessa sociedade de classes, muito menos uma reforma do sistema capitalismo, acreditamos que só haverá o fim da questão social quando construirmos uma nova sociabilidade, diferente da atual, conforme pontua Ângela Davis (2018), “a luta anticapitalista juntamente com o fim de todas as opressões é uma luta constante”.

Nos últimos tempos apareceram debates sobre a importância da laicidade do Estado para a efetivação dos direitos humanos e também sobre os contínuos golpes que a democracia tem sofrido. Não é de hoje que aparecem convicções religiosas tipificando valores universais, colocando em questão que tipo de democracia está em curso, ataques esses respondidos com resistência na medida do possível. Não devemos deixar naturalizar essas relações entre o Estado e campos singulares do cotidiano social, pois a preocupação do Estado deveria ser apenas à garantia de direitos.

O sistema capitalista vem produzindo situações extremas para a perda de direitos, com o avanço das políticas neoliberais vêm à diminuição do Estado e as privatizações.

Verifica-se, por meio da acumulação de capital e da ampliação do mercado consumidor, o processo de mercantilização da vida e o processo de controle, em imperam o cerceamento e o aldeamento da ordem estabelecida por meio da militarização. (FRANCO, 2018, p. 93).

Diante disso, ser resistência não é somente se opor ao sistema vigente, é ser sobrevivente, lutar pela desconstrução de uma ideologia que cerceia os corpos negros

e dos LGBTQ+, pois, se você é enquadrado dentro das duas categorias as opressões são maiores dentro desta sociabilidade. Tendo em vista que a interseccionalidade está posta, ser negro é sofrer o racismo; ser LGBTQ+ é sofrer homotransfobia. Quando as duas questões estão sobrepostas, ser negro e LGBTQ+, nesta sociedade, significa o apagamento do indivíduo pelo Estado, pela sociedade e por qualquer outra pessoa, diante dos condicionantes de uma sociedade racista, conservadora e heteronormativa.

4 CONCLUSÃO

O presente trabalho tratou de um tema de extrema importância e complexidade para as relações sociais na sociedade em que vivemos. Trazer uma perspectiva da interseccionalidade é demonstrar que os corpos negros e da população LGBTQ+ podem se sobrepor, ser um negro LGBTQ+, é ser um duplo alvo da sociedade capitalista.

A questão aqui proposta é a importância da compreensão do assistente social na atuação profissional para lidar com essa população, dita minoritária. Estudos e debates como esses, são necessários, pois é preciso compreender as relações de dominação, desigualdade, exploração e desumanização desse público.

A perspectiva contextualizada demonstra que apesar dos avanços dos últimos anos em nossa sociedade, o modelo predominante da branquitude ainda reverbera. As questões de ordem religiosa que condicionaram a população negra à escravidão e o posicionamento contra os homossexuais, ainda são marcadores fortes em uma sociedade conservadora de cunho cristão, que busca a supremacia por meio de uma falsa laicidade e aceitação de todos.

Nesse sentido, o presente trabalho, ainda que minimamente, tentou trazer um contexto das violações de direitos à que essas pessoas ainda se encontram dentro da sociedade capitalista, buscando contribuir na superação das desigualdades e na compreensão de que ser negro e LGBTQ+ é estar a margem da sociedade desde o começo da exploração das Américas.

REFERÊNCIAS

BENTO, Maria Aparecida Silvia; CARONE, Iray. **Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público**. 2002. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

CARNEIRO, S. **Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil**. São Paulo: Sumus, 2004.

CUNHA, Thais. **Transsexuais são excluídos do mercado de trabalho**. Jornal Correio Brasiliense. Disponível em: <<http://especiais.correiobraziliense.com.br/transsexuais-sao-excluidos-do-mercado-de-trabalho>>. Acesso em: 29 mai. 2020.

_____. Disponível em: **Rotina de exclusão e violência**. Disponível em: <<http://especiais.correiobraziliense.com.br/brasil-lidera-ranking-mundial-de-assassinatos-de-transsexuais>>. Acesso em: 3 jun. 2020.

DAVIS, Angela. **A liberdade é uma luta constante**/ Angela Davis: organização Frank Barat: tradução Heci Regina Candiani. 1. Ed- São Paulo: Boitempo, 2018.

EVARISTO, Conceição. **Olhos d'água**. —2. ed. -- Rio de Janeiro, RJ: Pallas Míni, 2018.

FRANCO, Mariele. UPP- A redução da favela a três letras: uma análise da política de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro. São Paulo: n1, edições, 2018.

FREYRE, GILBERTO. **Casa grande & senzala**. Rio de Janeiro, Brasília: INL- MEC, 1980.

GOHN, Maria da Glória. História dos Movimentos e Lutas Sociais: a construção da cidadania dos brasileiros. Edições Loyola. São Paulo, Brasil, 1995.

GREEN, James N. Além do Carnaval: **A homossexualidade masculina no Brasil do XX**/ James N. Green; traduzido por Crstiana fino, Cássio Arantes leite. -2. São Paulo: Unesp, 2019.

LOMBROSO, C. **O homem delinquente**. Tradução Sebastião José Roque. — São Paulo: Ícone, 2013.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: n1, edições, 2018.

MOURA, Clovis. **O Racismo Como uma forma de ideologia de dominação**. Disponível em: <http://www.escolapcdob.org.br/file.php/1/materiais/pagina_inicial/Biblioteca/70_O_racismo_como_arma_ideologica_de_dominacao_Clovis_Moura_.pdf>. Acesso em 22 mai. de 2020.

NÓS MULHERES DA PERIFERIA. **Trabalho doméstico**: mulheres negras são a maioria na categoria e têm os piores salários. Portal Nós Mulheres da Periferia. Disponível: <<http://nosmulheresdapерифeria.com.br/noticias/trabalho-domestico-mulheres-negras-sao-a-maioria-na-categoria-e-tem-os-piores-salarios/>>. Acesso em: 1 jun. 2020.

PEREZ, Natália. **Secretário diz que 'pardos e mulatos brasileiros são todos mau-caráter' e causa revolta**; ouça. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/2019/04/18/secretario-diz-que-mulatos-sao-mau-carater-e-causa-revolta-na-web-ouca.ghtml>>. Acesso em: 3 jun. 2020.

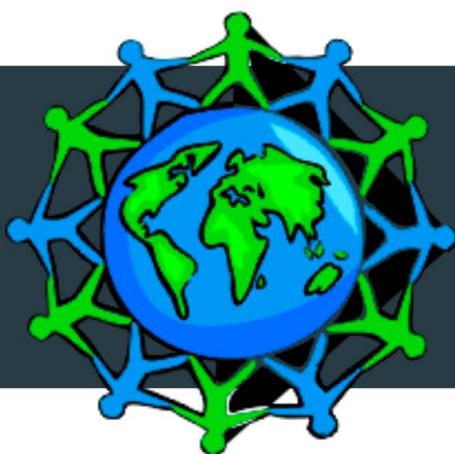
REDE RBA. **Brasil é o sétimo país com mais desigualdade no mundo, segundo a ONU.**

Portal RBA. Disponível em:

<<https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2019/12/brasil-7-pais-desigualdade/>>. Acesso em: 26 mai. 2020.

SANTOS, JOSIANE SOARES. “**Questão Social**”: Particularidades no Brasil, São Paulo: Cortez, 2012.

SOUZA, V. ARCOVERDE, L. **Brasil registra uma morte por homofobia a cada 23 horas, aponta entidade LGBT.** Jornal G1. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/05/17/brasil-registra-uma-morte-por-homofobia-a-cada-23-horas-aponta-entidade-lgbt.ghtml>>. Acesso em: 2 jun. 2020.



Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI

III SINESPP

20 a 24
OUTUBRO
2020

SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS
Democracia, desigualdades sociais e políticas públicas no capitalismo contemporâneo

EIXO TEMÁTICO 9 | QUESTÕES DE GÊNERO, RAÇA/ETNIA E GERAÇÃO

A CONSTRUÇÃO SOCIAL DE GÊNERO NO CONTEXTO FAMILIAR

Marcilene Ferreira da Silva¹

RESUMO

Este artigo versa sobre o processo de construção de gênero no âmbito familiar. Apresenta-se inicialmente, algumas análises sobre a categoria de gênero, compreendendo sua configuração a partir da emergência do termo, o estabelecimento da distinção entre gênero e sexo, e sua interdependência. Por seguinte, traz uma abordagem de família, na qual é dissolvida a aparência de naturalidade que carrega, pontuando suas principais características construtivas. Para tanto, discute-se a relação entre família e gênero, enfatizando o papel e a influência que a família exerce na construção de gênero. O estudo mostra que a construção social de gênero no contexto familiar é resultante da função socializadora da família, da determinação da divisão sexual do trabalho, da definição dos papéis de gênero e que embora a família esteja inserida numa complexa trama socioeconômica que determina as relações sociais, mas é possível traçar novas relações de gênero.

Palavras-Chaves: Gênero; família; identidade de gênero; papéis de gênero.

ABSTRACT

This article deals with the process of gender construction within the family. Initially, some analyzes about the gender category are presented, understanding its configuration from the emergence of the term, the establishment of the distinction between gender and sex, and its interdependence. Next, it brings a family approach, in which the appearance of naturalness it carries is dissolved, punctuating its main constructive characteristics. Therefore, the relationship between family and gender is discussed, emphasizing the role and influence that the family has in the construction of gender. The study shows that the social construction of gender in the family context is the result of the socializing function of the family, the determination of the sexual division of labor, the definition of gender roles and that although the

¹Analista de Políticas Públicas Sociais da Prefeitura Municipal de Sobral, Ceará. Pós-Graduada em Família e Políticas Públicas pelo Centro Universitário Santo Agostinho. Bacharel em Serviço Social pela Faculdade Santo Agostinho. E-mail: marcilenesilva@sobral.ce.gov.br ou marcilene113@yahoo.com.br

family is inserted in a complex socioeconomic fabric that determines social relations, but it is possible to trace new gender relations.

Keywords: Genre; family; gender identity; gender roles.

INTRODUÇÃO

Tempos atrás, masculino e feminino eram percebidos como polos opostos de uma mesma dimensão. Jamais um indivíduo poderia apresentar atributos masculinos e femininos ao mesmo tempo, sendo que esses atributos eram definidos de acordo com o sexo do indivíduo biologicamente. Apenas existia um sexo: o masculino, em que tinha como referência a anatomia do homem, aos seus órgãos reprodutores. Já as mulheres era o sexo inferior, por não ter obviamente as mesmas referenciais do sexo oposto, por apresentar seus órgãos reprodutores para “dentro” (MAGALHÃES, 2010; COSTA, 1995).

Para justificar a desigualdade entre homens e mulheres, segundo Magalhães (2010), os ideais igualitários da revolução democrático-burguesa no século XVIII, justificaram com o fundamento numa “desigualdade natural”. Pois assim, era natural homens e mulheres serem desiguais. As desigualdades como exigência da nova ordem socioeconômica e política burguesa dominante, racionalidade de que era natural haver diferenças entre homens e mulheres. Cabendo as mulheres cuidarem dos filhos, do marido e do lar, restrita apenas aos afazeres domésticos, com o papel de preservar os bons costumes para a ordem socialmente estabelecida. Já os homens eram destinados a vida pública, ao trabalho remunerado, as atividades políticas, ao ensino educacional e científico (MAGALHÃES, 2010).

O conceito de gênero até a segunda metade do século XX era utilizado como sinônimo de sexo, contudo nesse período começou-se a ser analisado como uma perspectiva sociocultural, ou seja, um construto cultural. Foi com a instauração do movimento feminista que transformou as percepções das relações de gênero trazendo essa perspectiva de gênero como construção social. As desigualdades entre gênero eram até então aceitas ou impostas a serem aceitas, porém nesse período passaram a serem questionadas e consideradas injustas (NICHOLSON, 2000; GROSSI, 1998; MAGALHÃES, 2010).

E, é no bojo da família, intitulada como uma instituição sociocultural, que perpassa o processo de construção da identidade de gênero, através da função socializadora da família, de (re)produção de ideologias, que conduzirá nesse processo de formação do indivíduo. Nesse sentido, o presente artigo é fundamentado em uma pesquisa teórica, de base bibliográfica, utilizando da metodologia qualitativa descritiva relacionados ao tema que possibilitaram a construção do mesmo, que levou a escolher as referências bibliográficas de forma intencional, pela perspectiva de análises crítica da temática, que atendessem e ajudasse a responder aos objetivos propostos.

O artigo tem como objetivo geral analisar a construção de identidade de gênero dentro da instituição social da família. E traz como objetivos específicos abordar algumas reflexões sobre a categoria de gênero, interpretações do lócus familiar e a relação que a família possui com o processo de formação de gênero.

2 REFLEXÕES SOBRE A CATEGORIA DE GÊNERO

Os debates de gênero, no contexto mundial, são frutos das lutas revolucionárias e libertárias dos anos 60, principalmente dos movimentos sociais de 1968, da Primavera de Praga na Tchecoslováquia, do movimento hippie, dos black panthers, das lutas contra o regime político militar no Brasil, dos movimentos contrários a Guerra do Vietnã nos Estados Unidos. Ambos os movimentos vislumbravam uma nova sociedade, contestavam a imposição da ideologia dominante, lutavam por uma vida mais justa e igualitária e, é nesse momento de lutas que emerge a temática de gênero em torno da condição feminina (GROSSI, 1998). Sendo assim, interessante nessa discussão em torno da categoria de gênero apresentar uma breve ressalva sobre os estudos da condição feminina e da mulher a partir das análises de Grossi (1998) antes de aprofundar as análises reflexivas sobre gênero e da sua distinção de sexo.

Segundo a autora pensava-se inicialmente que as mulheres nos grupos feministas deveriam reunirem sem a participação dos homens, como uma forma de garantir a voz das mulheres. Dessa forma, pensava que haveria um problema de mulher, o da não-mixidade (GROSSI, 1998). Porém pesquisas da época de 70 relatavam que entre as mulheres “não podia se falar de apenas uma condição feminina, pela razão de existir inúmeras diferenças, não apenas de classe, mas também regionais, de classes etárias, de ethos” (GROSSI, 1998).

Já a partir dos anos 80 é que se passa a debater os estudos sobre as mulheres, nos cursos de pós-graduação e assim conseqüentemente nas teses sobre as mulheres brasileiras, entretanto, continua a referência quase unânime da unidade biológica das mulheres, em que elas se reconhecem, independentemente de sua condição social, pela morfologia anatômica do sexo feminino (vagina, úteros, seios). E, é essa determinação biológica da condição feminina, que os estudos de gênero problematizam (GROSSI, 1998).

Trazendo inicialmente a origem e conceituação de gênero a partir da interpretação de Scott (1995), que apresenta uma eloquente descrição sobre gênero, o autor afirma que o termo gênero surge inicialmente entre as feministas norte-americanas para enfatizar o caráter fundamental social das distinções baseadas no sexo. Usada também para indicar rejeição ao determinismo biológico como dos termos sexo ou diferença sexual. Como destaca Grossi (1998) a categoria “gender” utilizada pelas pesquisadoras norte-americana era para falar das origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e mulheres.

Dessa maneira, Scott (1995) afirma que gênero também é utilizado para designar

As relações sociais entre os sexos. O seu uso rejeita explicitamente as justificativas biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum para várias formas de subordinação no fato de que as mulheres têm filhos e que os homens têm uma força muscular superior. O gênero se torna, aliás, uma maneira de indicar as “construções sociais” – a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. O gênero é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. Com a proliferação dos estudos do sexo e da sexualidade, o gênero se tornou uma palavra particularmente útil, porque ele oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis atribuídos às mulheres e aos homens. Apesar do fato dos (as) pesquisadores (as) reconhecerem as relações entre o sexo e (o que os sociólogos da família chamaram) “os papéis sexuais”, estes (as) não colocam entre os dois uma relação simples ou direta. O uso do “gênero” coloca a ênfase sobre todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas que não é diretamente determinado pelo sexo nem determina diretamente a sexualidade (SCOTT, 1995, p. 7).

Portanto, nota-se que gênero é utilizado para explicar as construções sociais estabelecidas, impostas como naturais, que não passa de uma formulação ideológica que serve para justificar os comportamentos sociais de homens e mulheres em determinada sociedade. Sendo assim, gênero é designado para pensar as relações

sociais que envolvem homens e mulheres, relações essas historicamente determinadas e expressas pelos divergentes discursos sociais sobre a diferença sexual (GROSSI, 1998).

Para Nicholson (2000), gênero apresenta um significado utilizado de duas maneiras divergentes e que até certo ponto contraditório, o que deixa esse debate em torno de gênero complexo. Conforme Nicholson (2000, p.9), de um lado, o termo gênero é utilizado “como o oposto de sexo, para descrever o que é socialmente construído, em oposição ao que é biologicamente dado”. Nesse sentido, gênero faz referência ao comportamento e a personalidade do indivíduo. Por outro lado, gênero remete a distinção masculina do feminino, construída socialmente, a forma como o corpo aparece na sociedade.

A autora pontua que o próprio corpo é uma interpretação social, assim, o sexo não pode ser independente do gênero. Contudo, Nicholson (2000, p.10), defende que embora “o segundo sentido de gênero ter predomínio no discurso feminista, a herança do primeiro sobrevive, o sexo permanece na teoria feminista como aquilo que fica fora da cultura e da história, sempre a enquadrar a diferença masculino/feminino”.

Dessa forma, Piscitelli (2009, p. 119), complementa esse debate ao se referir a gênero como “caráter cultural das distinções entre homens e mulheres, entre ideias sobre feminilidade e masculinidade”. Interpretando assim o gênero como algo elaborado culturalmente e além do mais, não existe uma determinação natural dos comportamentos de homens e mulheres, embora ainda existir inúmeras regras sociais colocadas a serem seguidas à risca como se fossem determinadas por algum fator biológico diferencial entre os sexos; como por exemplo, meninos usam azul e meninas usam rosa; mulheres devem ser comportadas, passivas e já os homens viris e agressivos.

Como ilustra Almeida (2003), a distinção entre gênero e sexo é o ponto de partida fundamental para a análise dessa temática a partir da teoria crítica feminista. O gênero é resultado de uma “variação cultural (e histórica) dos papéis femininos e masculino, bem como dos traços de personalidade-tipo como normais para cada sexo em cada cultura trazia o determinismo cultural para o campo da sexualidade” (ALMEIDA, 2003, p. 11). Isto é, a definição de um determinado papel ou regra social estabelecida em uma determinada sociedade não necessariamente é aceita pelas demais, devido a variação sociocultural entre as sociedades.

Nesse sentido, tomando como base as observações de Grossi (1998), em que traz a passagem dos estudos de gênero na obra *Sexo e Temperamento* de 1995 de Margareth Mead, onde mostrou que:

numa mesma ilha da Nova Guiné, três tribos - os Arapesh, os Mundugumor e os Tchambuli - atribuíam papéis muito diferentes para homens e mulheres. Agressividade e passividade, por exemplo, comportamentos que, em nossa cultura ocidental, estão fortemente associados, respectivamente, a homens e a mulheres quase como uma determinação biológica, entre estas tribos lhes eram associados de outra forma. Num destes grupos, homens e mulheres eram cordiais e dóceis; no outro ambos eram agressivos e violentos; e no terceiro as mulheres eram aguerridas, enquanto os homens eram mais passivos e caseiros (GROSSI, 1998, p.7).

Portanto, essa análise revela que os papéis atribuídos a homens e mulheres não eram os mesmos e, assim como também na cena contemporânea os papéis de gênero mudam de uma cultura para outra. Além disso, Grossi (1998) ressalta que os papéis associados a machos e a fêmeas também mudam no interior de uma mesma cultura.

Uma exemplificação disso na nossa própria cultura ocidental, podemos observar que com as passagens dos movimentos sociais, principalmente com a eclosão do movimento feminista no contexto brasileiro significou para as mulheres uma espécie de evolução, ao saírem gradativamente da situação de grande opressão para uma de libertação, que segundo Grossi (1998) as mulheres historicamente estavam passando por uma linha evolutiva. Enfim, gênero serve para determinar tudo que é cultural, social e historicamente determinado pela sociedade e, que os papéis de gênero estão em permanente mudança, tornando-se assim mutáveis (GROSSI, 1998).

Com base nesses aspectos enfatizados, é no seio familiar que perpassa essas configurações de gênero, com sua função socializadora, a família tem o papel de transmitir crenças, valores, princípios, comportamentos, papéis. Enfim, a família transmite aquilo que acredita como politicamente correto, a (re)produção das relações sociais dominante capitalista e conseqüentemente tem o poder de influenciar no processo de construção de papéis e identidade de gênero. Tomando essa colocação, torna-se importante esclarecer melhor e discutir essa relação que a família possui com o processo de construção de gênero.

3 FAMÍLIA ESPAÇO DE CONSTRUÇÃO DE PAPÉIS DE GÊNERO

Segundo Bruschini (2000), a família no âmbito do senso comum é compreendida como algo natural. No entanto, como veremos a seguir, que a família não é uma instituição natural, e sim construída e, de caráter mutável. A autora revela em seu estudo, que o primeiro passo para estudar a família é dissolver a aparência de naturalidade, entendendo como uma instância da criação humana mutável. Entretanto, quando nos identificamos em um lócus familiar parece natural a sua existência, assim como também da divisão de papéis entre homens e mulheres.

A família pode assumir configurações diversificadas, o modelo considerado hegemônico, o nuclear burguês composto pela a figura do pai, mãe e filhos e por uma complexa combinação de autoridade e amor parental, foi apresentado de modo biologicamente natural, no entanto, apenas se consolidou no século XVIII, com a ascensão da burguesia, privatizando a instituição familiar e a ocorrendo a passagem das funções socializadoras para lar burguês. Desse modo, esses mecanismos fundamentais constitui a família moderna (BRUSCHINI, 2000).

Nos últimos tempos, a família vem se modificando e estruturando, contestando esse modelo natural de família, dada a existência de outras combinações familiares como extensas; adotivas; casais; mono parentais; homossexuais, reconstituídas; acolhedoras; apenas com um indivíduo e ou aglomeração de várias pessoas vivendo juntas Szymanski (2002). Reconhecendo-se assim, uma diversidade dos arranjos familiares na contemporaneidade. Portanto, a mutabilidade é das características do grupo familiar (BRUSCHINI, 2000). A composição da família é moldada “dentro de uma complexa trama social e histórica que o envolve” (REIS, 1995, p.2). Desse modo, a estrutura familiar termina sendo determinada pela articulação de fatores sociais, econômicos e culturais.

Como destaca Teixeira (2013) as funções da família na sociedade capitalista vão desde a reprodução biológica, material e ordem social; além de ser o lócus da estrutura psíquica do indivíduo, um espaço de afeto, cuidado, segurança, sentimento de pertença, de grupo, de solidariedade primária, reprodução da hierarquia, da autoridade, da dominação pela idade e sexo; por outro lado um espaço de contradição e conflito, de geração de violência e violação de direitos. Nesse sentido, a família é desenvolvida de

acordo com as necessidades e transformações culturais, sociais, históricas e econômicas.

Bruschini (2000) enfatiza a família como uma agência socializadora (educadora), onde suas funções concentram-se na formação da personalidade dos indivíduos. Isto é, com a função básica de transmitir a socialização primária às crianças e estabilização das personalidades adultas. Assim, possui a capacidade de influenciar no processo de formação da identidade de gênero e da subjetividade do indivíduo. Com a socialização o indivíduo recebe, integra e interioriza os valores da sociedade e, a socialização primária internaliza a versão de identidades e papéis sociais, através da identificação com os agentes socializadores.

É com o processo de socialização que se inicia a assimilação de valores e prescrições sociais da cultura que um macho ou uma fêmea se transforma em homem ou em uma mulher. Os adultos preparam a criança como um ser social para adquirir padrões, valores e normas do grupo social ao qual pertence. Sendo assim, é no contexto social, que acontece a construção de identidade do indivíduo. No processo de olhar para o outro e estabelecer comparações, formando uma subjetividade que contempla a forma como se é visto (MAGALHÃES, 2010).

Observamos a família de estrutura nuclear burguesa, em que apresenta papéis rigidamente definidos, assimétricos e complementares. Logo a presença dos modelos de masculinidade e feminilidade são claramente definidos. E isso, implicará no processo de formação da personalidade do indivíduo. Segundo Bruschini (2000, p. 55), “o adulto masculino ou marido-pai é o líder “instrumental” do grupo, enquanto o adulto feminino desempenha papéis sociais de natureza expressiva”, voltados principalmente para os assuntos internos da família”, restando para a mulher cumprir o papel de esposa-mãe.

Desse modo, homens e mulheres, na família, são requisitados a cumprirem os seus determinados papéis. A questão desses papéis sociais, principalmente aqueles dentro da família são partes integrantes de acordos interacionais elaborados no processo de socialização. Assim constituindo-se em consensos individuais e coletivos na interação entre sujeito, família e sociedade. Na infância, é normal as crianças receberem de seus pais as suas crenças sobre gênero/sexo. A família torna-se importante para a criança no desenvolvimento da compreensão infantil do que fazem mulheres, homens,

meninas e meninos fazem, sendo que a definição dos papéis de gênero varia entre si (PATCHER, 2009).

Conforme Magalhães (2010), as crianças à medida que incorporam valores e crenças transmitidos vão aprendendo a opor atributos masculinos e femininos. Os significados internalizados podem ser aceitos, questionados e ressignificados. Isso pode ser o que ocorre com as representações das relações de gênero, especialmente, quando se referem à organização social das diferenças entre os sexos. Considerando que o indivíduo se constrói nas relações sócias o indivíduo e a sociedade são produto e produtores de mudanças, numa relação circular e recursiva.

A representação do masculino e do feminino, na família, as atribuições de papéis, de autoridade a homens e mulher constituirão o núcleo ativo da construção de identidade de gênero. E, é essa identidade que vai justificar e nomear para o indivíduo suas escolhas sexuais e desejo, sua inserção no mercado de trabalho e os papéis que terá na organização familiar. A identidade de gênero, remete aos significados que um indivíduo associa como sendo masculinos ou femininos em um determinado contexto histórico e social (MAGALHÃES, 2010).

Nessa perspectiva, os filhos são expostos a valores e comportamentos que conduzirão na vida adulta. As relações dentro da família apresentam ideologias de gênero implícita, permitindo seus integrantes transmitirem as construções e aprendizados dos discursos de gênero dominantes na sociedade. Portanto, a família é um espaço de transmissão de hábitos, costumes, ideais, valores, padrões de comportamento e de reprodução de ideologia (BRUSCHINI, 2000).

É também na família que incide a divisão sexual do trabalho, lugar onde determina-se o grau de autonomia ou subordinação das mulheres. Como enfatiza Bruschini (2000) a antropologia fornece provas de todas as sociedades se organizaram em torno de alguma divisão sexual de trabalho. “A tendência de separar a vida social, ou a esfera pública, atribuindo-a aos elementos masculinos do grupo, de uma esfera privada ou doméstica, ao mundo feminino por excelência, parece ser universal” (BRUSCHINI, 2000, p.61).

Além disso, Bruschini (2000) ressalta que a definição de papéis é uma construção cultural elaborada sobre as diferenças biológicas e sobre a tendência que a espécie humana partilha com outros mamíferos, como da “dependência prolongada das

crianças em relação às mães, esta divisão sexual define, como feminino a esfera privada, ligada à reprodução e a criação dos filhos. E ao masculino, a esfera pública, associada à política, à guerra e à caça” (BRUSCHINI, 2000, p. 61).

Com essa comparação absurda feita com outras espécies, tornar-se difícil desconstruir essa ligação, que não existe, entre os papéis de gênero e a função biológica que a mulher possui, como se uma fosse dependente e determinante da outra. Nesse sentido, observa-se que essa divisão interna de papéis expressa relação de dominação e submissão, na medida em que configura uma distribuição privilegiada e desigual de direitos, deveres no grupo.

Contudo, são instaladas no interior das famílias diversas maneiras de vivenciar a questão de gênero. As transformações em decorrência dos avanços sociais, a mulher que passa assumir papéis que antes eram exclusivos dos homens, ocorrendo assim transformações na espécie humana. Nessa perspectiva Oliveira (2009) coloca uma passagem interessante

essa nova dimensão na qual o homem deve assumir tarefas domésticas cria muitos deles uma situação de revisionismo de todas as ideologias que dizem respeito ao machismo. É óbvio que muitos ainda não estão entendendo essa nova situação, vivem como se a mulher ainda devesse prestar-lhe todos os serviços e ainda lhe ajudasse na manutenção das despesas familiares. Carregam ainda em consciência as visões burguesas de família, cujo modelo o homem tem direitos, por manter a família (DALBÉRIO, 2007 apud OLIVEIRA, 2009, p.73).

Com essa análise, nota-se que na sociedade contemporânea, a família continua sendo uma instituição importantíssima na formação e construção de identidades e de protagonistas no mundo em transformação. Como ilustra Oliveira (2009), o papel da mulher e de suas conquistas, todavia de que tenda a carregar ainda a ideologia machista no que toca as atividades domésticas. Essa carga dessas atividades pode ser aceita conscientemente ou não, buscando, na maioria das vezes, amenizar alguns conflitos que podem ocorrer entre mulher e homem. Inegavelmente, a mulher assume um papel de suma importância à postura masculina, assim prova um repensar nessa mesma postura.

Segundo Oliveira (2009), ainda no século vigente, encontra-se práticas opressoras voltadas a figura feminina no seio familiar, práticas essas de preservação da ordem, das relações de classe e poder. Contudo, como aborda a autora, está ocorrendo transformações na família, cujos papéis estão confusos e difusos se relacionados com os

modelos tradicionais, onde eram altamente definidos. Enfatiza que está em processo de transformação as relações estabelecidas pelo modelo tradicional, no sentido de pensar, nos questionamentos, na maneira de viver nesse mundo em processo de mudança.

Embora a família esteja inserida numa complexa trama de relações socioculturais e econômica, e por conseguinte seus membros. No seio familiar surgem novas ideias, novos hábitos, novos elementos, através dos quais os membros do grupo questionam a ideologia dominante e desigual (ideologia essa de opressão, subordinação, repressão da figura feminina) na determinação de papéis de gênero e conseqüente na construção da identidade de gênero (MAGALHÃES, 2010).

Assim, é criada condições para a lenta e gradativa transformação da sociedade. É, portanto, como espaço possível de mudanças que se deve observar a dinâmica familiar, nesse processo de influência de construção de identidade de gênero, da definição de papéis e da divisão sexual igualitário do trabalho.

4 CONCLUSÃO

Como observamos ao longo da discussão, o termo gênero emerge inicialmente entre as feministas norte-americanas. Sendo utilizado principalmente, para explicar as construções sociais colocadas como naturais que não passa de uma formulação ideológica que serve para justificar os comportamentos sociais de homens e mulheres em determinada sociedade. Assim como também, para pensar as relações sociais que envolvem homens e mulheres; além de ser considerado como uma categoria de pertencimento a um grupo social, um indivíduo ao se identificar como homem ou mulher, identificando-se com outras pessoas que compartilham os mesmos ideais de pertencimento.

Colocou-se em debate, as modificações da família, apresentando-se as suas múltiplas configurações e estruturas, que vem se modificando, transformando de acordo com a dinâmica social que a família está inserida. Afirmando-se a família como uma instituição cultural, portanto, sua formação não é natural e apresenta-se de forma mutável, pois não há um modelo, padrão a ser seguido por todas as famílias. Muda-se sua estrutura, sua dinâmica familiar, muda-se as relações sociais que envolve a família.

O estudo enfatizou a família como uma agência socializadora uma instância importante no processo de formação de subjetividade dos seus membros e conseqüentemente possui a capacidade de influenciar o processo de construção de gênero. Visto que, a mesma prega seus valores, normas, regras, condutas, comportamentos, transmissão de papéis de gênero e reprodução da divisão sexual do trabalho.

Além disso, na família também são introduzidas mudanças contemporâneas nas relações de gênero, pelo surgimento de novos valores e atitudes que promovem novas dinâmicas de interação, ao substituírem alguns valores tradicionais por outros. Bem como transmitem novas e diversas formas, as vezes contraditórias, de significar o masculino e feminino, todavia, ainda conviverem também com as formas tradicionais de perceber e conduzir essas relações.

A partir dessa análise desenvolvida, Magalhães (2010) consagra o movimento de emancipação feminina que começou a pensar que as relações entre homens e mulheres e as definições entre masculino e feminino são constituídos, reproduzidos, contestados e transformados constantemente. Homens e mulheres estão definindo e construindo seus papéis dentro da família influenciados experiências diversas e formulando suas próprias expectativas em relação ao ser homem e mulher. Abrindo assim, novas relações de gênero mais democráticas, não estereotipada de gênero; portanto sendo a favor do direito à igualdade e ao respeito a diferença.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. V. Antropologia e Sexualidade Consensos e Conflitos Teóricos em Perspectiva Histórica. In: **A Sexologia, Perspectiva Multidisciplinar**. org. FONSECA, L.; SOARES, C.; VAZ, J.M. Coimbra: Quarteto, vol II, pp 53-72.

BRUSCHINI, C. Teoria Crítica da Família. In: AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. A (Orgs). **Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento**. 3ª. Ed. São Paulo; Cortez, 2000.

COSTA, J. F. A Construção cultural da diferença dos sexos. **Sexualidade, gênero e sociedade**, v.2, n.3, p.3-8, 1995.

GROSSI, M. P. Identidade de Gênero e Sexualidade. **Coleção Antropologia em Primeira Mão**. PPGAS/ UFSC, 1998.

MAGALHÃES, I. S. **Entre a casa e o trabalho: a transmissão geracional do feminino.** Dissertação (Mestrado em Psicologia). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

NICHOLSON, L. Interpretando o gênero. **Revista Estudos Feministas**, vol.8, nº2 (2000).

OLIVEIRA, N.H.D. Família contemporânea. In: **Recomeçar: família, filhos e desafios [online]**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

PAECHTER, C. **Meninos e meninas: aprendendo sobre masculinidades e feminidades/** Tradução, consultoria e supervisão: SCHMIDT, R.T. Porto Alegre: Artmed, 2009.

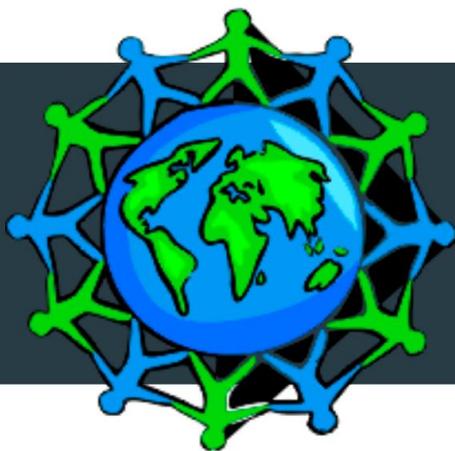
PISCITELLI, A. Gênero: a história de um conceito. In: ALMEIDA, H. B.; SZWAKO, J (Orgs). **Diferenças, igualdade.** Coleção sociedade em foco: introdução às ciências sociais. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009.

REIS, J. R. T. Família, emoção e ideologia. In: SILVA, T. M. L; CODO, W. **Psicologia Social: o homem em movimento.** São Paulo: Brasiliense, 1995.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade.** Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez.1995.

SZYMANSKI. H. Viver em família como experiência de cuidado mútuo: desafios de um mundo em mudanças. **Serviço Social e Sociedade.** São Paulo: Cortez, nº 71, p.9-25, 2002.

TEIXEIRA, S.M. **A família na política de assistência social: concepções e as tendências do trabalho social com famílias nos CRAS de Teresina- PI.** Teresina: EDUFPI, p.218, 2013



Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI

III SINESPP

20 a 24
OUTUBRO
2020

SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS
Democracia, desigualdades sociais e políticas públicas no capitalismo contemporâneo

EIXO TEMÁTICO 9 | QUESTÕES DE GÊNERO, RAÇA/ETNIA E GERAÇÃO

DA LUTA A POLÍTICAS PÚBLICAS: contribuições do Movimento Feminista para a inclusão de gênero na agenda do Estado

FROM THE FIGHT TO PUBLIC POLICIES: contributions from the Feminist Movement to the inclusion of gender on the State agenda

Kyres Silva Gomes¹
Roberta Mara Araújo Oliveira e Silva²

ESUMO

O Movimento Feminista é a organização das mulheres que lutam por direitos em uma sociedade socialmente desigual. Na perspectiva de mudar esse cenário, acredita-se que o investimento em Políticas Públicas pelo Estado tem a capacidade promover mudanças culturais. Portanto, o objetivo do trabalho é compreender a inserção das demandas das mulheres no Estado pelo Movimento Feminista e a criação de Políticas Públicas voltadas para o enfrentamento das desigualdades entre homens e mulheres. Optou-se por um estudo bibliográfico e documental de caráter qualitativo. Como resultado, observou-se que houve avanços nos direitos das mulheres após a década de 1980, no entanto, ainda há dificuldade do Estado em manter as Políticas Públicas para este grupo devido ao contexto neoliberal de provê regressão de direitos. Conclui-se que este cenário desafia o Movimento Feminista a lutar por um projeto societário em que haja mais garantia de direitos e igualdade entre todos.

Palavras-Chaves: Movimento Feminista. Políticas Públicas. Igualdade de Gênero.

ABSTRACT

The Feminist Movement is the organization of women who fight for rights in a socially unequal society. In the perspective of changing this scenario, it is believed that investment in Public Policies by the State has the capacity to promote cultural changes. Therefore, the objective of the work is to understand the insertion of women's demands in the

¹Graduada em Serviço Social pelo Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA. E-mail: kyresgomes@gmail.com.

²Coordenadora e professora do curso de Serviço Social do Centro Universitário Santo Agostinho – UNIFSA. Especialista em Saúde Pública. E-mail: prorobertamara@hotmail.com

State by the Feminist Movement and the creation of Public Policies aimed at facing inequalities between men and women. We opted for a qualitative bibliographic and documentary study. As a result, it was observed that there were advances in women's rights after the 1980s, however, there is still difficulty for the State to maintain Public Policies for this group due to the neoliberal context of providing regression of rights. It is concluded that this scenario challenges the Feminist Movement to fight for a societal project in which there is more guarantee of rights and equality among all.

Keywords: Feminist Movement. Public Policy. Gender Equality.

INTRODUÇÃO

As mulheres sempre foram colocadas como figura de segundo plano em uma sociedade patriarcal. Estas distinções são passadas por gerações, perpetuadas por uma educação diferenciada que dificulta a autonomia da mulher em vários âmbitos da vida social gerando uma histórica desigualdade entre os sexos.

No entanto, remando contra a maré destas imposições, o Movimento Feminista questiona a submissão feminina, utilizando-se do conceito de gênero e da luta por direitos das mulheres, e tem um papel importante na cobrança de Políticas Públicas do Estado. O objetivo geral do estudo é compreender a inserção das demandas das mulheres no Estado pelo Movimento Feminista e a criação de Políticas Públicas voltadas para o enfrentamento das desigualdades entre homens e mulheres.

O trabalho desenvolveu-se por meio de uma pesquisa bibliográfica e documental de natureza qualitativa. Para isso, realizou-se um levantamento de obras de autoras feministas que abordam as temáticas (CISNE, 2018; FARAH, 2004; PINTO, 2003; PITANGUY, 2011; SOARES, 2004).

Ademais, este trabalho está dividido em dois capítulos. Inicialmente trata-se da luta das mulheres por direitos através do Movimento Feminista e, no segundo, aborda a inserção das Políticas Públicas pelo Estado voltada para as mulheres. Por fim, faz-se as considerações finais ressaltando os principais destaques do trabalho.

2 MOVIMENTO FEMINISTA E A LUTA POR DIREITOS

A história sempre foi marcada por uma hierarquia entre os sexos no qual a mulher é submissa ao homem. Diante dessa situação socialmente imposta, as mulheres manifestaram-se resistentes a partir das lutas sociais. As lutas sociais são utilizadas para

denunciar injustiças sofridas por um grupo que se encontra invisível para a maioria, de acordo com Silva e Camurça (2013).

Para compreender a resistência feminina é necessário fazer a distinção entre o Movimento Feminista e Movimento de Mulheres, pois “nem todos os movimentos de mulheres são estruturados através do ideário feminista de reconhecimento e questionamento da situação e do papel da mulher na sociedade” (CAMPOS, 2017, p. 38). No entanto, segundo Cisne (2013), todo movimento feminista é um movimento de mulheres, mas nem todo movimento de mulheres é um movimento feminista, pois as reivindicações tornam os movimentos diferentes.

Ao tratar de Movimento de Mulheres significa dizer que é um processo que se constitui por “um conjunto de formas organizativas e mobilizações sociais, sejam ciclos de protesto ou outras ações coletivas amplas de incidência pública, realizadas por mulheres” (SILVA, 2016, p. 29). Enquanto o Movimento Feminista caracteriza-se pela luta por direitos, igualdade entre os sexos e mudanças dos papéis sociais (SILVA; CAMURLA, 2013).

A primeira onda do feminismo no Brasil aparece na década de 1920 quando, segundo Cisne (2018), a luta sufragista ganha fôlego e tornou-se um movimento nacional. O movimento foi liderado por Bertha Lutz que, após voltar dos estudos no exterior, iniciou a luta pelo voto no ano de 1910 (PINTO, 2010), gerando a primeira conquista do feminismo no país. Nesse período, o feminismo, denominado por Pinto (2003) como “feminismo bem-comportado”, apresentava um viés liberal e lutava por direitos políticos das mulheres “sem confrontar o patriarcado e o capitalismo como sistema de exploração e opressão das mulheres” (CISNE, 2018, p. 143).

De acordo com a autora supracitada, nos anos de 1940 e 1950, as mulheres começaram a participar de movimentos sociais. Para a Cisne (2018), a participação feminina nesses espaços apresenta-se como manifestação do feminismo, pois foi a partir do ingresso das mulheres nessas organizações que permitiu que muitas ocupassem e participassem dos espaços públicos.

O cenário político do aparecimento da segunda ondado feminismo no Brasil, na década de 1960, segundo Barbosa (2016), foi distinto dos Estados Unidos e da Europa, pois internacionalmente as discussões sobre os direitos das mulheres eram compostas por grande participação e efervescência quando nacionalmente vivia-se o Ditadura

Militar que enxergava “com grande desconfiança qualquer manifestação do feminismo, por entendê-las como política e moralmente perigosas” (PINTO, 2010, p. 16-17).

Como organização política, o Movimento Feminista começou em 1975, com “grupos organizados de reflexão nas principais cidades do Brasil, como São Paulo e Rio de Janeiro, mas também em outros centros urbanos do país” (BARBOSA, 2016, p.19). As mulheres começaram a se inserir em novas práticas políticas, com demandas coletivas e denunciando seu espaço de subalternidade (ALAGOANO, 2016).

Pinto (2003) afirma que a principal manifestação da consolidação do feminismo foi à realização do evento em comemoração ao Ano Internacional da Mulher que culminou na criação do Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira em uma época de repressão.

Com o início do processo de redemocratização no país houve uma maior efervescência na luta pelos direitos das mulheres com “inúmeros grupos e coletivos em todas as regiões tratando de uma gama muito ampla de temas” (PINTO, 2010, p. 17). Nesse momento, o feminismo apresenta-se mais institucionalizado, construindo-se como ator político em um momento de transição democrática, conforme aponta Pitanguy (2011). No entanto, nos anos 1990, o movimento passou por mudanças no contexto neoliberal que se instalou no Brasil que ocasionou problemas internos no movimento. Com as “contrarreformas neoliberais implementadas desde então alteraram a correlação de forças, colocando os sujeitos coletivos em posição de defesa de direitos conquistados” (ALAGOANO, 2016, p. 47).

Outro ponto de destaque foi a entrada das Organizações Não-Governamentais (ONG's) em cena na luta pela busca de direitos das mulheres e maior participação política (PINTO, 2010). Segundo Cisne (2018), as ONG's eram aliadas dos movimentos sociais naquele período, mas mudavam as linguagens do movimento dando outras implicações políticas, repassando a responsabilidade da garantia de direitos do Estado para a sociedade civil através da ideia de “direitos implementados de forma temporária, pulverizada, precária e focalizada” (CISNE; GURGEL, 2008, p. 75).

Compreende-se que o feminismo é heterogêneo e apresenta-se como ferramenta fundamental na garantia de direitos das mulheres a partir da resistência às questões que são impostas e socialmente estabelecidas pelo patriarcado e capitalismo.

Mediante importância, destaca-se que o Movimento Feminista, durante sua trajetória de condição e articulação,

Passou a cena pública com as bandeiras de luta, ações e estratégias que, no geral, se constituía como questionamento às bases de exploração-dominação que demarcam a experiência das mulheres ao longo da história patriarcal. O feminismo, como sujeito político, mobiliza-se na crítica radical dos elementos estruturantes das ordens patriarcal-capitalista, confrontando-se com o papel ideológico-normativo de instituições como Estado, família e igreja na elaboração e reprodução dos valores, preconceitos e comportamentos baseados na diferença biológica entre os sexos. Assim, o feminismo, ao longo de sua história, trouxe à tona questões que não apenas estavam ligados aos interesses das mulheres, mas que também confrontavam diretamente o capital. (CISNE; GURGUEL, 2008, p. 70).

Portanto, ressalta-se a importância da resistência das mulheres e criação do Movimento Feminista para o enfrentamento das situações vividas pelas mulheres. Considerando a desigualdade historicamente existente entre homens e mulheres, aborda-se no próximo item a inclusão das demandas feministas pelo Estado e a elaboração de Políticas Públicas específicas para as mulheres a partir das contribuições do Movimento Feminista.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES

A desigualdade de gênero interfere diretamente na vida das mulheres, como visto anteriormente. Neste contexto, o Estado é responsável em implantar Políticas Públicas que minimizem as consequências dessa desigualdade. Políticas Públicas, segundo a definição de Rocha (2016, p. 317), é uma intervenção do Estado que se manifesta em “um conjunto de ações ou omissões, na mediação de interesses e do poder de diferentes sujeitos, o que implica vontade política no sentido de distribuir ou não o poder e de estender os benefícios sociais”.

Diante disso, revela-se a necessidade de tratar as Políticas Públicas para as mulheres na perspectiva de promover a igualdade entre os sexos, inclusive, na atualidade. Apesar dos avanços em relação aos direitos femininos, Almeida (2011, p. 47), destaca que ainda há muita resistência em relação a nova posição das mulheres na sociedade, conforme analisa:

Frente a longa história de discriminação e opressão pela qual têm passado e as inúmeras evidências de resistência à mudança, é fundamental a efetivação de ações afirmativas em prol da justiça social, reconhecendo-se as

necessidades específicas das mulheres em comparação aos homens, bem como as necessidades específicas da sua própria pluralidade nos diversos grupos internos que as compõem, levando-se em conta parâmetros de diversidade cultural, étnico-racial, geracional, orientação sexual, regional, econômica e social, entre outras.

Pensar Políticas Públicas para as mulheres deve-se colocar “ênfase neste plural, pois entendemos que as mulheres são muito diversas nas suas condições de exercício da cidadania” (SOARES, 2004, p.113). Para a autora, o Estado deve reconhecer as demandas específicas das mulheres e incorporar na sua agenda questões relacionadas a igualdade de gênero pois, mesmo com a democracia, o poder público ainda ver a mulher no lugar doméstico. Assim, esta concepção, “trata as mulheres muitas vezes como beneficiárias das políticas, mas raramente como sujeitos capazes de protagonizar processos políticos ou processos de transformação” (SOARES, 2004, p. 115). Ou seja, as Políticas Públicas “devem conceber às mulheres como sujeitos ativos na transformação dessas desigualdades e não como simples público-alvo” (PARADIS, 2014, p. 56).

Primeiramente, para compreender a inclusão do gênero nas Políticas Públicas faz-se necessário ter em mente a relevância do Movimento Feminista e que o Estado é neoliberal. As mulheres, enquanto sujeitos políticos, estavam envolvidas inicialmente em movimentos sociais urbanos com reivindicações de demandas macros, como a desigualdades sociais, questão que atingiam os trabalhadores; ao mesmo tempo, o Movimento Feminista abordava demandas específicas como sexualidade, direitos, saúde e violência (FARAH, 2004).

Desta forma, o Movimento Feminista, teve grande contribuição, em âmbito internacional e nacional para a inserção das questões de gênero dentro de um Estado democrático de direito, pois entende-se que há uma relação intrínseca entre democracia, Políticas Públicas e gênero (D’ÁVILA, 2018; FARAH, 2004; MARIANO, 2001). Como explica Mariano (2003, p.8):

No bojo das reivindicações feministas, a unidade política passa a ser os grupos sociais, neste caso dividido por sexo; a universalidade das regras é substituída por direitos especiais a grupos específicos; e a neutralidade do Estado e das instituições políticas é substituída pela concepção de que este, tendo participado dos sistemas de reprodução das desigualdades deve, então, absorver demandas para a promoção da equidade entre homens e mulheres, bem como entre outros grupos.

Na década de 1980 houve a indicativa dos governos de incorporar as questões de gênero nas ações e Políticas Públicas (CISNE; GURGEL, 2008). Nesse contexto, o Brasil passava por um processo de redemocratização e crise fiscal, com mudanças na agenda do Estado. Durante o processo de redemocratização os movimentos sociais pressionavam pelas questões de gênero e as mulheres começaram a ter uma participação como sujeitos políticos, pois foram criados espaços de controle social e elaborações de políticas (FARAH, 2004; CISNE; GURGEL, 2008). Foi assim que, ainda “na década de 80 foram implantadas as primeiras políticas públicas com recorte de gênero” (FARAH, 2004, p. 51).

Nessa agenda do Movimento Feminista formam destacadas diretrizes para Políticas Públicas, como a violência, saúde, meninas e adolescentes, geração de emprego e renda, educação, trabalho, infraestrutura urbana e habitação, questão agrária, incorporação da perspectiva de gênero por toda política pública (transversalidade) e acesso ao poder político e empoderamento (FARAH, 2004).

Uma grande conquista em relação aos direitos foi em 1985 com a criação do Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres (CNDM), no governo de Jose Sarney, com a campanha “Constituinte para valer tem de ter direitos da mulher”, no qual “várias propostas dos movimentos – incluindo temas relativos a saúde, família, trabalho, violência, discriminação, cultura e propriedade da terra – foram incorporadas à Constituição” (FARAH, 2004, p. 51-52).

De acordo com Papa (2012, p. 26), o CNDM foi “a primeira aproximação do movimento feminista com as instituições do Estado” significando um marco importante para o Movimento Feminino e de Mulheres. O Conselho ganhou prestígio internacionalmente sendo “um dos primeiros órgãos públicos na América Latina voltados para os direitos da mulher e influenciou iniciativas semelhantes” (PINTANGUY, 2011, p. 21)

Iniciava-se a década de 1990 e o Brasil começava a passar por um momento de crise que interferia diretamente a agenda democrática dos anos de 1980 e, conseqüentemente, as Políticas Públicas para as mulheres. Segundo Silveira (2004, p. 65), essas “políticas neoliberais foram avassaladoras, colocando todos e todas que se preocupavam em dar um caráter público ao Estado a remarem contra a maré do

Estado Mínimo e das políticas compensatórias” interferindo nas políticas públicas com enfoque em gênero.

Do ponto de vista político-ideológico, conforme Silveira (2004, p. 65), houve “um retrocesso na formulação das políticas que tendiam a caminhar na direção da igualdade, pois este percurso pressupõe distribuir renda e poder entre grupos”. Na perspectiva do autor, não se pode pensar nas desigualdades de gênero desconectadas das desigualdades sociais; sendo assim, é da responsabilidade do Estado fazer a redistribuição da riqueza. Setores específicos de políticas públicas, como educação e saúde, nesse processo de crise do Estado, foram transferidos para o nível de governo local (FARAH, 2004).

Neste cenário, conforme as autoras Farah (2004), Cisne e Gurgel (2008) e Paradis (2014), as Organizações Não-governamentais (ONG’s) de mulheres desenvolve programas de gênero desapropriando a função do Estado de garantir direitos sociais. Além disso, proliferarem a “perspectiva dominante expressa uma visão de que as desigualdades são inevitáveis e que os problemas sociais devem, portanto, ser resolvido em nível de mercado e de terceiro setor” (CISNE; GURGEL, 2008, p. 87).

Enquanto surgem novas formas de organização da sociedade civil e do setor privado, há divergências internas a respeito da autonomia do Movimento Feminista em que um grupo “entendiam que era preciso ocupar espaços governamentais, em um cenário de redefinição das políticas públicas, outros grupos entendiam que a autonomia do movimento deveria ser preservada” (FARAH, 2004, p. 53). A consequência disso é a desarticulação do movimento.

O Estado burguês prevê a redução de gastos o que, de fato, interfere na implementação e execução de Políticas Públicas “sem nenhuma consideração de seu impacto sobre homens e mulheres, brancos e negros, enfim, sobre os distintos grupos e atores sociais” (PEREIRA et al. 2010, p. 429).

Nos dias atuais, para tempos neoliberais mais conservadores que põe em risco a garantia dos direitos conquistados pelas mulheres e fragilizam ainda mais as Políticas Públicas para este grupo socialmente inferiorizado, pois o Estado ainda é “moldado pela cultura política patriarcal e neoliberal assegurou a reprodução de velhas formas de fazer política, que coexistiram com novas, instituídas ao longo dos últimos 30 anos pela luta feminista” (AMB, 2011, p. 21).

Para Cisne e Gurgel (2008), é necessário a articulação do Movimento Feminista, mesmo que tencionada, para garantir cada vez mais espaços de democracia e de enfrentamento ao sistema capitalista. E como reitera Silveira (2004, p. 68), não há outra alternativa para construir uma nova institucionalidade se não:

Resgatar as mulheres como sujeitos das políticas, implica construir canais de debate para definir prioridade e desenhar estratégias para caminhar no sentido de transformar os organismos de políticas para mulheres nos governos democráticos em seus diversos níveis.

Silveira (2004, p. 69) ainda afirma que as “políticas não são neutras. É preciso indagar também o modo como são construídas e a quem beneficiam”. A autora faz o convite para refletir sobre quais são os nossos desafios para, depois, considerar os avanços, sem desconsiderar as conquistas políticas que já foram atingidas.

4 CONCLUSÃO

Apesar dos avanços conquistados pelas mulheres na sociedade atual ainda é possível perceber a submissão da mulher ao homem, fato que traz consigo consequências na direta na vida das mulheres e que demanda do Estado ações na perspectiva de enfrentamentos da questão de gênero.

A discussão acerca desta problemática apresentou-se com maior destaque a partir da década de 80 com as reivindicações do Movimento Feminista, pois sabe-se que o Estado tem o dever de promover Políticas Públicas que promovam a mudança desses padrões socialmente estabelecidos.

A relevância do trabalho pode ser considerada de irrefutável indispensabilidade, pois no contexto atual, o cenário da luta feminista está sendo constantemente reformulado na medida em que cresce o investimento em um Estado mínimo que propicia cortes nas Políticas Públicas e sociais desfavorecendo uma grande proporção de cidadãos.

A partir do momento em que se percebe esse cenário desigual, que o lugar de fala da mulher é onde ela quiser, entra-se em uma via de mão única onde ninguém mais pode calar e que o enfrentamento diário desse cenário é possível e necessário. Empoderar mulheres e minimizar as diferenças entre os sexos foi a grande motivação de estudar gênero e políticas públicas. Ademais, conclui-se que pesquisar sobre gênero

e o envolvimento em eventos científicos sobre esta problemática são de extrema importância no atual contexto de retrocesso de direitos por ser lugar privilegiado de debate, luta e resistência.

REFERÊNCIAS

- ALAGOANO, Veronica Medeiros. **O debate do Movimento Feminista na produção acadêmica do Serviço Social**. 2016. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora.
- ALMEIDA, Tânia Mara Campos de. A violência contra as mulheres no Brasil – leis, políticas públicas e estatísticas. *In*: ABREU, Maria Aparecida (Org.). **Redistribuição, reconhecimento e representação**: diálogos sobre igualdade de gênero. Brasília: Ipea, 2011. p. 17-46.
- AMB - Articulação de Mulheres Brasileiras. **Políticas públicas para igualdade**: balanço de 2003 a 2010 e desafios do presente. Secretária Executiva da AMB – Fórum de Mulheres da Amazônia Paraense – Brasília: CFEMEA, 2011. Disponível em: http://www.cfemea.org.br/images/stories/publicacoes/politicaspUBLICASparaigualdade_balanco20032010.pdf. Acessado em 10.02.2020.
- BARBOSA, Karla Maria da Silva. **Feminismo e emancipação feminina**: um estudo sobre a concepção da emancipação da mulher negra na Bamidelê – Organização das Mulheres Negras da Paraíba. 2016. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.
- CAMPOS, Mariana de Lima. Feminismo e movimentos de mulheres no contexto brasileiro: a constituição de identidades coletivas e a busca de incidência nas políticas públicas. **Revista sociais & humanas**, Rio Grande do Sul, v. 30, 2. ed, p. 35 – 54, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/sociaisehumanas/article/view/27310/pdf>. Acessado em 05.02.2020.
- CISNE, Mirla. **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2018.
- CISNE, Mirla. **Feminismo, luta de classe e consciência militante feminista no Brasil**. 2013. Tese (Doutorado em Trabalho e Política Social) – Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- CISNE, Mirla; GURGEL, Telma. Feminismo, Estado e políticas públicas: desafios em tempos neoliberais para a autonomia das mulheres. **Ser Social**, Brasília, v. 10, n. 22, p. 69-96, jan./jun. 2008. Disponível em: <https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/direitos-das->

mulheres/artigostesesdissertacoes/teorias_explicativas_da_violencia_contra_mulheres/feminismo_estado_e_politicas_publicas_1.pdf. Acessado em 05.02.2020.

D'ÁVILLA, Manuela Pinho Vieira. **Mulheres implementam mais políticas públicas para mulheres?**: o efeito da presença de mulheres no comando do Poder Executivo Municipal para a implementação de políticas públicas com recorte de gênero nos municípios brasileiros. 2018. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Gênero e políticas públicas. **Rev. Estud. Fem.** vol.12 no.1 Florianópolis Jan./Apr. 2004. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2004000100004. Acessado em 29.01.2020.

MARIANO, Isabella Silva de Freitas. **Jornalismo, narrativas e discursos**: um estudo sobre feminicídio no Jornal A Gazeta. 2019. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Territorialidades) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.

MARIANO, Silvana Aparecida. Incorporação de Gênero nas Políticas Públicas: Incluindo os Diferentes na Cidadania. **II Seminário Internacional Educação Intercultural, Gênero e Movimentos Sociais**, 2003. Disponível em:
http://www.titosena.faed.udesc.br/Arquivos/Artigos_gensex/Genero%20nas%20politicac%20publicas.pdf. Acessado em 11.02.2020.

PAPA, Fernanda de Carvalho. **Transversalidade e políticas públicas para mulheres no Brasil** – Percursos de uma pré-política. 2012. Dissertação (CMAPG) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo, São Paulo.

PARADIS, Clarisse. A luta política feminista para despatriarcalizar o Estado e construir as bases para a igualdade. *In*: MORENO, Renata. (Org.). **Feminismo, economia e política**: debates para a construção da igualdade e autonomia das mulheres. São Paulo: SOF Sempreviva Organização Feminista, 2014.

PEREIRA, Rosângela Saldanha *et al.* Transversalidade de gênero e políticas sociais no orçamento do estado de Mato Grosso. **Rev. Estud. Fem.** vol.18 no.2 Florianópolis May/Aug. 2010. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2010000200008. Acessado em 11.02.2020.

PINTO, Célia Regina Jardim. Feminismo, história e poder. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010.

PINTO, Célia Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

PITANGUY, Jacqueline. Mulheres, constituinte e constituição. In: ABREU, Maria Aparecida (Org.). **Redistribuição, reconhecimento e representação: diálogos sobre igualdade de gênero**. Brasília: Ipea, 2011. p. 17-46.

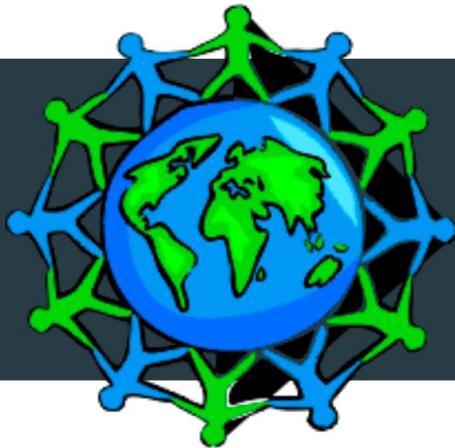
ROCHA, Lourdes de Maria Leitão Nunes. FEMINISMO, GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS: desafios para fortalecer a luta pela emancipação. **Revista de Políticas Públicas**. São Luís, Número Especial, p. 313-322, novembro de 2016. Disponível em: <http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/5982>. Acessado em 11.02.2020.

SILVA, Carmen Silvia Maria da. **Movimento de mulheres, movimento feminista e participação de mulheres populares: processo de constituição de um feminismo antissistêmico e popular**. 2016. Tese (Doutora em Sociologia) - Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

SILVA, Carmen; CAMURÇA, Silvia. **Feminismo e movimentos de mulheres**. 2. ed. Recife: Edições SOS Corpo, 2013.

SILVEIRA, Maria Lúcia da. Políticas públicas de gênero: impasses e desafios para fortalecer a agenda política na perspectiva da igualdade. In: GODINHO, Tatau; SILVEIRA, Maria Lúcia da. (Org.). **Políticas públicas e igualdade de gênero**. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004.

SOARES, Vera. Políticas públicas para igualdade: papel do Estado e diretrizes. In: GODINHO, Tatau; SILVEIRA, Maria Lúcia da. (Org.). **Políticas públicas e igualdade de gênero**. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2



Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI

III SINESPP

20 a 24
OUTUBRO
2020

SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS
Democracia, desigualdades sociais e políticas públicas no capitalismo contemporâneo

EIXO TEMÁTICO 9 | QUESTÕES DE GÊNERO, RAÇA/ETNIA E GERAÇÃO

LESBIANIDADES E QUESTÃO SOCIAL

LESBIANITIES AND SOCIAL ISSUE

Luara Dias Silva¹

RESUMO

Este texto pretende discutir sobre as demandas da lesbianidade enquanto expressão da questão social, levando em consideração a construção do papel social das mulheres e as demandas dos movimentos feministas que, por muitas vezes, apagam ou invisibilizam as questões lésbicas. O fazer do Assistente Social, como profissional que trabalha diretamente com as opressões, precisa se apropriar dessas questões que também são estruturais e oprimem mulheres lésbicas diariamente, sem acesso às políticas públicas específicas.

Palavras-Chaves: Lesbianidades. Movimentos Feministas. Questão Social. Serviço Social.

ABSTRACT

This text aims to discuss the demands of lesbianity as an expression of the social issue, taking into account the construction of the social role of women and the demands of feminist movements that, many times, erase or make lesbian issues invisible. The work of the Social Worker, as a professional who works directly with oppression, needs to take ownership of these issues that are also structural and oppress lesbian women daily, without access to specific public policies.

Keywords: Lesbianities. Feminist Movements. Social Issues. Social Service.

INTRODUÇÃO

Ao pensar a questão social temos um grande número de estudos relacionado à classe e raça, mas a sexualidade é colocada como um item separado, como se não

¹ Bacharel em Serviço Social pela Universidade Santo Agostinho; mestranda em Políticas Públicas na Universidade Federal do Piauí – UFPI – orientanda da Profa. Elaine Ferreira do Nascimento.

houvesse relação direta na construção social e, portanto, em uma das expressões da questão social. O presente artigo busca fazer uma breve análise acerca da questão social e do Serviço Social relacionando ao gênero, construção da feminilidade e lesbianidades, mostrando a invisibilidade das relações entres estes tópicos.

Enquanto lésbica, percebi a dificuldade de juntar bibliografias que me amparassem na pesquisa da trajetória social de mulheres lésbicas que não performam feminilidade e os espaços que ocupam como uma expressão da questão social, pela pequena quantidade de pesquisas que juntassem os dois temas, lesbianidades e Serviço Social ou sexualidade e questão social.

O artigo se divide em quatro tópicos, o primeiro trata sobre questão social, Serviço Social e patriarcado, mostrando suas relações na sociedade capitalista, em especial sobre a questão sociais e suas expressões. O segundo trata sobre gênero, feminilidade e o papel social das mulheres na sociedade capitalista, o terceiro traz um breve histórico do movimento feminista no Brasil e Lesbianidades, mostrando a invisibilidade da discussão acerca das especificidades da mulher lésbica no feminismo. E o quarto conclui fazendo uma relação entre o conceito de questão social e suas expressões com a lesbianidade.

A pesquisa é de natureza qualitativa e faz a discussão dos conceitos de gênero e lesbianidade enquanto expressões da questão social.

2 QUESTÃO SOCIAL, SERVIÇO SOCIAL E PATRIARCADO

Por volta de 1930, em Martinelli (2008), o capitalismo começa a se tornar o novo modelo econômico vigente no Brasil, deixando as atividades agrárias, e também as de exportação, buscando amadurecer o pólo industrial, ou seja, quando o capitalismo inicia seu processo de desenvolvimento em nosso país, há uma modificação nas relações de trabalho, as atividades agrárias eram as predominantes no cenário econômico brasileiro, a grande maioria da população sobrevivia do trabalho rural, o capitalismo trouxe consigo uma mudança desse cenário, o trabalho de grande importância deixava de ser o agrário e passava a ser o industrial, que trazia uma lógica diferente na relação entre “patrões e servos”.

As populações que estavam nas regiões menos dinamizadas pelas forças produtivas, para Ianni (2004), se viam induzidas por melhores condições de vida nos

grandes centros urbanos, portanto, algumas partes das cidades se tornaram pólos industriais e, conseqüentemente, produtoras de um maior número de empregos, o sistema começa a girar em torno destes grandes centros urbanos, o trabalhador que buscava manter sua subsistência e de sua família, além de uma melhoria de vida, acabava por se encontrar sem condições de se manter do trabalho agrário e buscava nos pólos industriais as melhorias que necessitava, assim, saindo das áreas rurais e migrando para as áreas urbanas.

O Serviço Social, em seu surgimento no Brasil, possuía uma perspectiva de ajustamento do indivíduo aos moldes sociais, na vertente de conformismo, Machado (1999) diz que do seu surgimento até meados da década de 1970, o Serviço Social focava na individualidade, no indivíduo pobre, favelado, negro, e como ajustá-lo na logística social, culpabilizando o sujeito pelo espaço que ocupava.

O pensar na transformação social, ao invés da individual, aconteceu, no Brasil, no período da ditadura militar (Machado, 1999), quando a profissão passa a enxergar o social como objeto de intervenção e entender a desigualdade enquanto reprodução e manutenção do sistema capitalista.

A emergência do capitalismo não só divide a sociedade em classes, mas também põe as mulheres em um lugar de opressão (apesar de já existir um distanciamento da realidade social de mulheres brancas e negras).

A classe é, pois, quem determina como essas mais variadas expressões de opressões irão ser vivenciadas por esses sujeitos. Assim, é que uma mulher da classe dominante explora uma mulher da classe trabalhadora, uma idosa pode explorar outra idosa, uma negra pode explorar outra negra. (Cisne, 2005, p.03)

Portanto, o capitalismo propõe a opressão não só de uma classe sobre a outra, mas também do homem sobre a mulher, quando ainda que todas as mulheres se identifiquem como tal, nem todas se entendem oprimidas pela questão da divisão de classes, entendendo que mesmo que uma mulher seja pertencente à classe burguesa, dentro do seu meio social sofrerá a opressão do machismo e da sociedade patriarcal, tendo que responder ainda pelo lugar da mulher socialmente imposto, ou seja, mesmo que acredite, por estar uma posição social diferenciada, as mulheres sofrem a mesma expressão de opressão do patriarcalismo, entretanto as mulheres da classe trabalhadora sofrem a opressão patriarcal e a exploração do trabalho. “O fundamento do feminismo

sendo a emancipação das mulheres encontra um limite estrutural: o capitalismo” (Cisne, 2018).

Ao explicar sobre a questão social, Machado (1999) “a questão social só se nos apresenta nas suas objetivações, em concretos que sintetizam as determinações prioritárias do capital sobre o trabalho, onde o objetivo é acumular capital e não garantir condições de vida para toda a população”, para tanto, o capital atua nas relações de trabalho, que dialogam com as relações patriarcais, fazendo uma manutenção de opressões de classe e gênero.

3 GÊNERO, CONSTRUÇÃO DA FEMINILIDADE E PAPEL SOCIAL DAS MULHERES

Aprendemos a performar gênero desde antes de entender o significado e o impacto nas nossas vidas, de acordo com a genitália, temos um modo de vida e de performance pré-estabelecido socialmente, Joan Scott (1995) traz uma definição de gênero:

O núcleo da definição repousa numa conexão integral entre duas proposições: (1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder. (SCOTT, 1995, p.86).

A imposição da performance de gênero no intuito da perpetuação das relações de poder está em tudo que acompanhamos diariamente, desde aquilo que consumimos como entretenimento, à religião. Aprende-se desde a infância sobre o que teoricamente é ser mulher e os locais que uma mulher pode e deve ocupar, quando ligamos a TV para nossos filhos e escolhemos um programa musical, a exemplo do maior programa infantil consumido “A galinha pintadinha”, temos uma série de inserções de performance de gênero dentro de cada música como: “a galinha usa saia e o galo paletó”, não só isso, como da própria heterossexualidade como fundante da formação de um casal, não mostrando com naturalidade a formação de outros tipos de casais.

Quando se fala sobre o gênero feminino há um ar de fragilidade e subserviência que acompanha um determinado modo de ser, estar, falar e se apresentar ao mundo, essa discussão perpassa as pessoas trans que para serem reconhecidas pelo mundo como sendo de outro gênero iniciam esse processo com a vestimenta.

Usando as palavras de Sarti (2004) “O feminismo fundou-se na tensão de uma identidade sexual compartilhada (nós mulheres), evidenciada na anatomia, mas recortada pela diversidade de mundos sociais e culturais nos quais a mulher se torna mulher, diversidade essa que, depois, se formulou como identidade de gênero, inscrita na cultura”, a autora faz esta citação ao falar de Simone de Beauvoir (1949) e sua frase já conhecida por muitas mulheres “não se nasce mulher, torna-se mulher”.

Ambas trazem o mesmo sentido de quão presas estamos ao nascermos biologicamente mulheres e sermos socializadas como tais, desde a barriga, somos sentenciadas a assumir um comportamento social, cultural, uma expressão daquilo que esperam que nos tornemos, uma mulher.

A forma como a sociedade se organiza é para que, enquanto mulheres, tenhamos uma forma de comportamento, uma forma de se vestir, uma forma de falar, mesmo em culturas distintas, algumas com opressões mais fortes, visíveis, como é o caso de países árabes, outras de maneira menos evidente, entretanto muito violenta também.

Alice Rossi (1976) escreveu que usava sua falta de feminilidade para descartar os homens, e que os homens, biologicamente, tinham uma orientação sexual direcionada para as mulheres; nessa fala podemos discutir dois pontos (1) que os homens se sentem atraídos pela feminilidade, quanto menos feminina for uma mulher, menos atraente ela parece aos olhos de um homem, (2) a não necessidade de Alice de conseguir um homem lhe dava a liberdade de não performar feminilidade.

Nem todas as mulheres lésbicas performam feminilidade, por muitos anos se disse que lésbicas eram somente as mulheres que se “vestiam de homem”, porque, teoricamente, estas mulheres gostariam de assumir o “papel masculino” na relação (mesmo na relação entre duas mulheres existe a necessidade social de entender ou impor papéis de gênero para pessoas do mesmo gênero), entretanto lésbicas são plurais, podem ou não performar feminilidade, o problema maior é o incomodo causado pelo corpo de uma mulher que não está a serviço do patriarcado, que é inclusive o motivo do apagamento diário desses corpos (BATISTA, SOUZA 2019).

Ao falar sobre feminilidade Beraldo (2014) cita que a feminilidade é um conceito naturalizado mas ainda controverso dentro do feminismo:

A roupa foi um dos primeiros produtos a denunciar esta acomodação do corpo feminino em padrões definidos por uma estética de feminilidade que

Bourdieu (2003) classifica como a arte “se fazer pequena”, pois desde a moda de classe até a atual moda de consumo, as roupas faziam com que as mulheres fossem forçadas a fazerem gestos curtos e delicados, devido ao desconforto que as vestimentas femininas costumavam (e ainda costumam) causar. Além da definição explícita das diferenças de vestuário e das famosas “regras de etiqueta”, a feminilidade também passa a ser construída em padrões estéticos que influenciam na conformação dos corpos, para além das roupas, referindo-se a padrões de beleza para cabelos, unhas, sobancelhas, cílios, pelos, pele e tudo o mais que puder sofrer intervenções da indústria de cosméticos, algo que ser perpetua até os dias de hoje. (BERALDO, 2014).

Percebemos a construção da feminilidade como uma restrição da liberdade da mulher na sua percepção de si enquanto pessoa, no intuito de manter a dominação de um gênero sobre outro, tornando as mulheres frágeis e, portanto, dependentes e submissas.

O indivíduo mulher, tal como aparece na imagem dos anúncios publicitários, ao existir, principalmente, através de um corpo fragmentado, inviabiliza a construção de um espaço interno e, com ele, a possibilidade de proferir um discurso. A imagem da mulher como silêncio[...] possui um corpo e deve saber usá-lo, mas dispensa a palavra[...] Assim, a palavra da mulher é delegada aos produtos e estes falam por ela, são suas ideias, expressam seu interior sob a forma de necessidades e desejos (Rocha, 2001, p. 37).

Rich (1980) diz que “nós não estamos confrontando apenas a manutenção simples da desigualdade e da posse de propriedade, mas também um feixe difuso de forças que abarcam desde a brutalidade física até o controle da consciência”.

O papel da mulher na sociedade foi sendo modificado no decorrer dos anos, através da mudança de sistema econômico:

O lugar das mulheres era mesmo em casa – mas não apenas porque elas pariam e criavam as crianças ou porque atendiam às necessidades do marido. Elas eram trabalhadoras produtivas no contexto da economia doméstica, e seu trabalho não era menos respeitado do que o de seus companheiros. Quando a produção manufatureira se transferiu da casa para a fábrica, a ideologia da feminilidade começou a forjar a esposa e a mãe como modelos ideais. No papel de trabalhadoras, ao menos as mulheres gozavam de igualdade econômica, mas como esposas eram destinadas a se tornar apêndices de seus companheiros, serviçais de seus maridos. No papel de mães, eram definidas como instrumentos passivos para a reposição da vida humana. A situação da dona de casa branca era cheia de contradições. Era inevitável que houvesse resistência (Davis, 1944, p.51).

Quando Angela Davis (1944) cita a economia doméstica e a posterior mudança percebemos uma modificação nas relações no contexto da entrada de outro sistema econômico, com a mulher deixando de ser uma trabalhadora produtiva e se tornando apenas uma esposa dentro de um modelo ideal de feminilidade esperado. É importante

citar que a autora coloca como o papel da mulher branca, visto que as mulheres negras ocupavam outros espaços enquanto população escravizada, mesmo após a abolição.

Esse modelo ideal de esposa e mãe afeta diretamente as mulheres que não pensavam para si esse papel social, as mulheres que tinham desejos diferentes, inclusive, a padronização de um modelo ideal de mulher já uma opressão do desejo da mulher de ser quem ela quiser, ou amar quem ela quiser (ainda hoje é uma batalha a ser vencida).

4 LESBIANIDADES E MOVIMENTOS FEMINISTAS NO BRASIL

As práticas sexuais entre mulheres provavelmente existem há muitos séculos e em diversas culturas (Falquet, 2009), a autora explica, ainda, a importância da diferenciação entre homossexualidade e lesbianismos, Santos, Souza e Faria (2017) colocam ainda que o estudo da lesbianidade era colocado como um apêndice nos estudos homossexuais centrados no homem gay, portanto não possuíam uma perspectiva da historicidade da mulher enquanto figura central.

De acordo com Falquet (2009) o movimento lésbico emerge, no mundo, na década de 1960, vinculado à segunda onda feminista e ao movimento homossexual, entretanto, logo começa a criticar a misoginia e os objetivos falocentricos do movimento de homens gays, então cria sua própria organização, enquanto parte das mulheres lésbicas se aproximam do movimento feminista e da construção do movimento de liberação das mulheres, na época as feministas acabaram por não abraçar a causa das mulheres lésbicas, o que ocasionou que estas seguissem suas próprias vias.

A dificuldade de encontrar estudos e pesquisas acerca da lesbianidade é relatada por Santos, Souza e Faria (2017) que explicam que atrelar os estudos lésbicos aos estudos homossexuais contribui para a invisibilidade lésbica na academia e para a produção de estudos enviesados, que falam na perspectiva de um olhar masculino e não capturam as especificidades da lesbianidade.

Os estudos sobre sexualidade no âmbito feminista têm sido no campo da heterossexualidade, diz Soares e Costa (2012), os feminismos preocupam-se com a defesa liberdade sexual da mulher, o direito ao prazer, na prática os movimentos feministas possuem um grande número de mulheres lésbicas e bissexuais, mas, no Brasil, na década de 1970, não incorporavam as pautas lésbicas.

Soares e Costa (2012) explica, ainda, que no Brasil da década de 1970 existiam dois movimentos compostos por mulheres, os movimentos feministas e os movimentos de mulheres, que se diferenciavam pôr o movimento de mulheres ser composto por mulheres de classes populares, donas de casa, que lutavam por melhores condições de vida, ligadas a pastorais da Igreja Católica, enquanto o movimento feminista era composto por mulheres da classe média, com formação universitária e/ou política que lutavam pela mudança nos papéis sociais e autonomia das mulheres.

Assim sendo, temas como contracepção, aborto, prazer, lesbianidade foram silenciados pelos aliados na luta contra ditadura, que polarizaram o debate na hierarquização das bandeiras das lutas gerais sob as lutas específicas. Todavia, alguns temas, como a legalização do aborto e a lesbianidade também encontravam resistência no movimento de mulheres, sendo este um ponto de distinção entre movimento de mulheres e feminista. (Soares e Costa, 2012, p.16).

O feminismo emergiu no Brasil num período de luta contra o regime de ditadura e encontrou dificuldades, segundo Soares e Costa (2012) não foi aceito tanto para os conservadores de direita, que não concordavam com as ideologias feministas, quanto para a esquerda que acreditava que poderia interferir negativamente na luta contra o regime de ditadura.

Na década de 1980, os feminismos aparecem no cenário nacional como agentes no processo de redemocratização, avançam da fase de denúncia contra a opressão das mulheres e começam a propor políticas públicas para mulheres e para a equidade de gênero. Começam a surgir organizações não governamentais feministas (ONG), apoiadas pela cooperação internacional, baseadas nos princípios do feminismo, com missão dirigida à autonomia das mulheres e fortalecimento do movimento feminista brasileiro. Nas universidades, surgiram núcleos de pesquisa e estudos sobre a mulher que, posteriormente, se caracterizaram como pesquisa e estudos de gênero, aumentando em número e diversidade de temas. (Soares e Costa, 2012, p.19).

O movimento feminista foi crescendo no Brasil, e pouco colocou em pauta as questões feministas, notamos que o fundamento das questões era centrado na heterossexualidade, e não que não seja de enorme relevância levantar essas questões, mas proporcionou a invisibilização das especificidades lésbicas nas agendas políticas.

Nos anos 90, seguidos pela mesma tendência nos anos 2000, o movimento feminista avançou em discussões temáticas, sobretudo em saúde da mulher, violência contra mulher e trabalho. Novas ONGs feministas surgiram em todo o país, profissionalizando o movimento. A despeito da diversidade de ONGs no Brasil e dos propósitos diferentes, é válido lembrar, que muitas ONGs feministas brasileiras nunca deixaram de atuar conectadas com o movimento

feminista, assumindo o lugar de expressão pública do feminismo e de formação com mulheres. Ainda nos anos 1990, surgem as redes nacionais, compostas por organizações e feministas, com intuito de potencializar a ação e fortalecer o movimento feminista brasileiro. Houve um aumento de feministas em cargos governamentais com o surgimento dos organismos de políticas para mulheres no âmbito nacional, estadual e municipal. Nesse momento, o processo de institucionalização foi um vetor para a manutenção da resistência a incorporação da crítica a heteronormatividade e as questões das mulheres lésbicas. (Soares e Costa, 2012, p.20).

Portanto, a lesbianidade não foi umas das principais pautas do movimento feminista no Brasil, chegou a ser visto como uma ameaça (Soares e Costa, 2012), as mulheres dos movimentos não queriam atrelar as suas questões às pautas lésbicas para não serem confundidas, e mesmo as feministas lésbicas as vezes não colocavam essas questões para não afastar mulheres que se aproximavam do movimento.

5 CONCLUSÃO

O capitalismo emergiu, no Brasil, em meados da década de 1930, como vimos em Martinelli (2008), provocando grandes mudanças na estrutura como a sociedade brasileira se organizava, a mudança na forma do fazer profissional, na vertente de transformação social (Machado, 1999) acontece somente em meados dos anos 1970, mesmo ano em que o movimento feminista e o movimento de mulheres começam a ter mais expressividade, de acordo com Soares e Costa (2012).

Na década de 1960, inicia-se, segundo Netto (2005), o processo de reconceituação do Serviço Social que tem maior expressividade na década de 1970, os profissionais buscaram romper com o “Serviço Social tradicional”, onde o fazer profissional era posto em conformidade com o projeto de exploração do capital, e conformação dos indivíduos. Iamamoto (2011) nos lembra que o Serviço Social na contemporaneidade tem como base a questão social, “o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura” (Iamamoto, 2011, p. 27).

No breve apanhado histórico do movimento feminista no Brasil citado em Soares e Costa (2012) percebemos a invisibilidade das especificidades das discussões de mulheres lésbicas, quando o movimento feminista traz à tona, como prioridade, as questões centradas nas relações heterossexuais (reitero que a importância das conquistas do feminismo são relevantes à todas as mulheres) e deixa uma lacuna no que

diz respeito às desigualdades sofridas pelas mulheres lésbicas, nas suas mais diversas pluralidades.

Iamamoto (2011) diz, ainda, que os assistentes sociais trabalham com as mais variadas expressões da questão social em seu cotidiano, “questão social que, sendo desigualdade, também é rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem e se opõem” (Iamamoto, 2011, p.28).

É fato que as opressões sofridas pelas mulheres, pela sociedade patriarcal, em consonância com o capitalismo, especialmente as mulheres que vivem no campo e na periferia, e mal conseguem acessar as políticas existentes, são expressões da questão social e merecem um olhar interventivo dos assistentes sociais, assim como também as mulheres lésbicas, que tiveram suas histórias apagadas e/ou invisibilizadas durante o processo de construção das lutas feministas.

Sobre a questão social na contemporaneidade, Iamamoto (2011) diz que “é necessário, hoje, repensar a questão social, porque as bases de sua produção sofrem, na atualidade, uma profunda transformação com as inflexões verificadas no padrão de acumulação” (Iamamoto, 2011, p.29), o repensar deve ser voltado para as demais expressões que são inerentes a esse padrão de acumulação, classe, raça, gênero e sexualidade.

Ao dizer que a emancipação da mulher encontra um limite estrutural, que é o capitalismo, Cisne (2018) mostra a necessidade de subserviência das mulheres para os homens como eixo de controle da força de trabalho utilizada pelo capital, as mulheres enquanto mão-de-obra mais barata e necessária para manutenção do sistema, inclusive do trabalho não remunerado, o trabalho do lar.

A não performance de feminilidade e a lesbianidade afasta as mulheres do papel de subserviência aos homens, juntamente com o apagamento de suas histórias de existência e luta, onde se faz pouco necessária ao capital.

Se a questão social se expressa nas desigualdades estruturais da sociedade, então as mulheres lésbicas são expressões dessa desigualdade, não só por serem mulheres, mas por serem lésbicas.

A construção de políticas públicas que sejam direcionadas às mulheres lésbicas que não performam feminilidade, não têm passabilidade, não constroem sua história ao lado de um homem, mulheres periféricas, mulheres negras, precisa ir além da

criminalização da homofobia, por exemplo, são necessárias políticas de renda, de trabalho, de saúde, de educação, voltadas às especificidades dessas mulheres.

REFERÊNCIAS

BATISTA, Daniela Conegatti; SOUZA, Jane Felipe de. The materialized lesbianity on (not so) feminine bodys. **Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro)**, n. 31, p. 81-100, 2019.

BERALDO, Beatriz. **O que é feminilidade? Papéis sociais e o feminismo contemporâneo**. COMUNCON, ESPM-SP, 2014. Disponível em: <<https://vdocuments.net/o-que-e-feminilidade-papeis-sociais-e-o-feminismo-invisivel-que-pretendia.html>> Acesso em: 04 de março de 2020.

CISNE, Mirla. **Feminismo e marxismo: apontamentos teórico-políticos para o enfrentamento das desigualdades sociais**. Serv. Soc. Soc. no.132 São Paulo May/Aug. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-66282018000200211&script=sci_arttext>. Acesso em: 27 de fevereiro de 2020.

CISNE, Mirla. **MARXISMO: uma teoria indispensável à luta feminista**. Disponível em: <<https://www.unicamp.br/cemarx/ANAIS%20IV%20COLOQUIO/comunica%E7%F5es/GT4/gt4m3c6.PDF>>. Acesso em: 27 de fevereiro de 2020.

DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. Editora Boitempo. São Paulo. Disponível em: <<https://coletivoanarquistalutadadeclasse.files.wordpress.com/2010/11/mulheres-raca-e-classe-angela-davis.pdf>>. Acesso em: julho de 2019.

FALQUET, Jules. **Lesbianismo**. In: HIRATA, Helena et al. (Org.). Dicionário Crítico do Feminismo. São Paulo: Editora da UNESP, 2009. p. 122-128.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 19. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

IANNI, Otavio. **Estado e Capitalismo**. Editora Brasiliense, São Paulo, 2004.

MACHADO, Ednéia Maria. **Questão Social: Objeto do Serviço Social?**. Serviço Social em Revista/publicação do Departamento de Serviço Social, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual de Londrina. – Vol. 1, n. 1 (Jul./Dez. 1998)- . – Londrina: Ed. UEL, 1998- . Disponível em: <https://www3.ufpe.br/moinhojuridico/images/ppgd/8.10b%20historia%20de%20vida_maria_paulilo.pdf#page=39>. Acesso em: 02 de março de 2020.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: identidade e alienação**. 4ed. São Paulo. Cortez, 1995.

NETTO, José Paulo. **O Movimento de Reconceituação: 40 anos depois.** In: Revista Serviço Social e Sociedade. Nº 84 – ANO XXVI. São Paulo: Cortez, 2005.

RICH, Adrienne. ([1980]1998). **La heterosexualidad obligatoria y la existencia lesbiana.** In: Navarro, Marysa y Catherine R. Stimpson. (comps). Sexualidad, género y roles sexuales. Argentina: Fondo de Cultura Económica. Primera edición en inglés Compulsory Heterosexuality and Lesbian Existence. pp. 36-64.

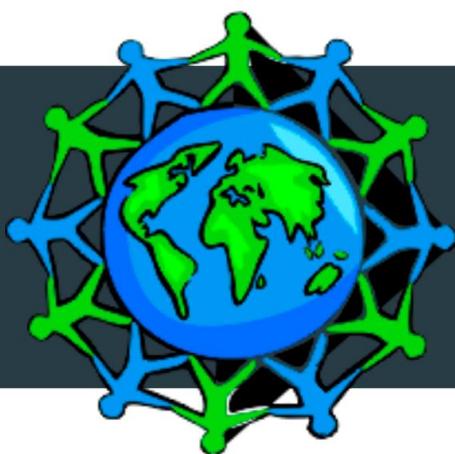
ROCHA, Everardo. **A mulher, o corpo e o silêncio:** a identidade feminina nos anúncios publicitários. Rio de Janeiro: Revista ALCEU (PUC-RIO) - v.2 n.3 pg 15 a 39- jul/dez 2001.

SANTOS, Ana Cristina C.; SOUZA, Simone Brandão; FARIA, Thaís. Sapatão é revolução! **Existências e resistências das lesbianidades nas encruzilhadas subalternas.** Periódicus, Salvador, n. 7, v. 1, maio-out.2017

SARTI, Cynthia Andersen. **O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória.** Estudos Feministas, Florianópolis, 12(2): 264, maio-agosto/2004. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ref/v12n2/23959.pdf>>. Acesso em: 27 de fevereiro de 2020.

SCOTT, Joan. **Genero: uma categoria util de análise histórica.** Educação & Realidade, v.15, n.2, jul./dez. 1990. Disponível em: < <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>>. Acesso em: 01 de março de 2020.

SOARES, Gilberta Santos; COSTA, Jussara Carneiro. **Movimento lésbico e Movimento feminista no Brasil: recuperando encontros e desencontros.** abrys, études féministes/ estudos feministas juillet/décembre 2011 -janvier /juin 2012 - julho /dezembro 2011 - janeiro /junho 2012. Disponível em: < https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/direitos-da-populacao-lgbt/artigos_teses_dissertacoes/movimento_lesbico_e_movimento_feminista_no_brasil_recuperando_encontros_e_desencontros_1.pdf> Acesso em: 05 de março de 2020.



Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI

III SINESPP

20 a 24
OUTUBRO
2020

SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS
Democracia, desigualdades sociais e políticas públicas no capitalismo contemporâneo

EIXO TEMÁTICO 9 | QUESTÕES DE GÊNERO, RAÇA/ETNIA E GERAÇÃO

INTERSECCIONALIDADE E SERVIÇO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE: uma desigualdade socialmente construída

INTERSECTIONALITY AND SOCIAL WORK CONTEMPORANEITY: a socially constructed
inequality

Mariana Almendra Cavalcante do Nascimento¹

Alba da Silva Mateus²

Liana Maria Ibiapina do Monte³

RESUMO

A interseccionalidade refere-se aos conflitos geracionais entre as categorias: gênero, classe, raça e sexualidade que, no decorrer da história causam relações de diferenciação e desigualdade entre os grupos. Kimberlé Crenshaw (2002) conceitua estas categorias como um dispositivo de poder. Para fins desse artigo a discussão será feita em torno das relações de gênero-raça-classe e a compreensão do Serviço Social diante da desigualdade socialmente construída. Neste sentido, percebe-se que a problematização acerca da interseccionalidade e as relações de subordinação advém da dominação masculina e da subalternização da mulher na sociedade de classes. Assim, o patriarcalismo tem sido alicerçado pelo pensamento do homem branco e heterossexual, tendo como base a autoridade e subalternização de certos grupos sociais, sendo estes os de mulheres, negros e homossexuais (SANTANA, 2014).

Palavras-Chaves: Interseccionalidade, Serviço Social, Desigualdade Social.

ABSTRACT

Intersectionality refers to generational conflicts between categories: gender, class, race and sexuality which, throughout history, cause

¹ Graduanda do curso de Serviço Social pela Universidade Federal do Piauí e bolsista PIBITI da Fiocruz/Piauí. E-mail: marianaalmendra@hotmail.com

² Graduanda do curso de Serviço Social pelo Centro Universitário do Piauí- UNIFAPI e bolsista PIBIC da Fiocruz/Piauí. E-mail: albanick.13@gmail.com

³ Assistente Social, mestre em Serviço Social, doutora em Educação, especialista em Saúde Pública e Saúde da Família, pesquisadora Fiocruz/Piauí, coordenadora e docente do curso de Serviço Social da UniFapi. E-mail: lianaibiapina@yahoo.com.br

differentiation and inequality between groups. Kimberlé Crenshaw (2002) conceptualizes these categories as a device of power. For the purposes of this article, the discussion will be made around gender-race-class relations and the understanding of Social Work in the face of socially constructed inequality. In this sense, it is clear that the problematization about intersectionality and subordination relations comes from male domination and the subordination of women in class society. Thus, patriarchy has been grounded by the thinking of white and heterosexual men, based on the authority and subordination of certain social groups, these being women, blacks and homosexuals (SANTANA, 2014).

Keywords: Intersectionality, Social Work, Social Inequality.

INTRODUÇÃO

A interseccionalidade é entendida como uma problemática que integra duas ou mais linhas de subordinações constituídas pelo poder, pelo patriarcado, pela luta de classes, pelo gênero, pela raça, pela sexualidade e outros, perpassando pela dominação/exploração dos sujeitos que constituem as relações sociais (SILVEIRA; NARDI, 2014). Kimberlé Crenshaw (2002) conceitua o termo interseccionalidade como a interdependência das relações de poder de raça, sexo e classe. Dessa forma, é válido salientar que a abordagem interseccional é composta pelo conjunto gênero-raça-classe. Segundo a autora Safiotti (2009) a exploração e a dominação se inscrevem nessas identidades sociais. Nesse sentido, pretende-se conceituar as três categorias citadas anteriormente.

Diante disso, entende-se que o gênero, como categoria de análise, compõe as identidades dos sujeitos, sendo um elemento constitutivo das relações sociais (lê-se: relações de poder), relações estas que são construídas histórica, social e culturalmente. O gênero liga-se a concepção do próprio poder pela importância atribuída ao feminino e ao masculino no mundo do trabalho. São impostas as mulheres tarefas do cuidado, uma atividade desvalorizada, realizada, principalmente, por pessoas em situação de vulnerabilidade social (SCOTT, 1995).

A categoria raça é um conceito utilizado desde a antiguidade para designar povos biologicamente diferentes, ou seja, para classificar determinados grupos sociais. Durante a série histórica esta categorização valeu-se de estigmas, características e condições em sua significação (BANTON, 1979). A raça é atravessada por aspectos

estruturais que corroboram para a questão da desigualdade de classe (NASCIMENTO, 2009).

Logo, no imo das relações sociais, com as contradições internas e rupturas históricas se estabelecem as classes sociais, marcadas por diferenças econômicas, culturais, políticas e estruturais. As forças e as relações de produção, distribuição e reprodução da vida material são o embasamento para o processo de formação das classes sociais (PAIXÃO et al, 2010).

Para fins desse artigo a discussão será feita em torno das relações gênero-raça-classe e a compreensão do Serviço Social diante da desigualdade socialmente construída. A problematização acerca da interseccionalidade e as relações de subordinação advém da dominação masculina e da subalternização da mulher na sociedade de classes, uma vez que, o sexo é uma característica da estratificação social, que difunde prestígio, status e autoridade na ordem social (SAFFIOTI, 2004).

Atribuiu-se neste artigo duas categorias analíticas para reflexão: *Diálogos sobre raça, gênero, classe e Serviço Social na contemporaneidade e Questão Social e interseccionalidade: negros, mulheres e desigualdade de classes*.

2 DIÁLOGO SOBRE RAÇA, GÊNERO, CLASSE E SERVIÇO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE

As relações étnicas raciais têm suas raízes fincadas no colonialismo, perpetuando até as sociedades modernas devido ao poder e dominação que sustentam o modo de produção capitalista. As diferenças existentes no fenótipo entre colonizadores e colonizados estabeleceu a noção de raça. Assim como a concepção de raça, a distinção entre os gêneros é também uma construção social e cultural (BARBOSA et al, 2018).

Diante disso, Crenshaw (2012) chama a atenção para um importante fato: o da interseccionalidade entre raça e gênero na discriminação de mulheres. Trabalhar a interseccionalidade é lidar com as diversas formas de discriminações que o ser humano pode ter em decorrência de sua raça, gênero, classe social, deficiências físicas, mentais, sensoriais e intelectuais (CRENSHAW, 2012).

É impreciso tratar fenômenos de discriminação apenas enquadrando sujeitos em conceitos de raça e de gênero, pois, nem um, nem outro, analisados isoladamente refletem a realidade concreta do preconceito, como por exemplo, as inúmeras formas

de discriminação sofridas pelas mulheres negras, a exemplo: a hiper sexualização. Dessa forma, é preciso entender que mulheres e homens vivenciam situações de racismo e de discriminações diferenciadas, a depender da raça, da classe social e das limitações físicas e/ou sensoriais (CRENSHAW, 2012).

Nesse sentido, a questão étnico-racial está claramente relacionada com as questões que são de grande importância para o serviço social, onde o mesmo baseia seu projeto profissional principalmente a partir da teoria marxista, que se concentra no trabalho, sendo este o elemento principal da sociabilidade, mas na sociedade capitalista, o que sustenta a desigualdade social é a exploração do trabalho, ocorrendo de diferentes maneiras, trazendo assim a importância da discussão sobre o estabelecimento de hierarquias dentro da sociedade, abordando a questão étnico-racial como um dos preconceitos que foi e ainda é um dos pilares de sustentação das desigualdades existentes no campo do trabalho (KOGAA; SANT'ANAB; MARTINELLI, 2018).

Quanto ao gênero, à construção de papéis sociais referentes a homens e mulheres, as diversas formas de exploração presentes na sociedade, discriminação em função do gênero e do sexo, configuram as relações de gênero. Os povos conquistados naturalizaram a inferioridade concernente a estas questões (BARBOSA et al, 2018). Os debates acerca do gênero na sociedade fazem-se necessário para contribuir com uma comunidade sistematizada com conhecimento da igualdade de direitos entre homens e mulheres, rompendo assim com as diferenças de gênero (BRITO, 2017).

+As questões de classe social também se constituem como construções históricas e sociais que põe pessoas em patamares mais privilegiados que outros, segregando, discriminando e inferiorizando os considerados mais pobres (lê-se: hipossuficientes) (BARBOSA et al, 2018). Vale ressaltar que, as questões étnico-raciais e de classe são à base das relações sociais, tendo em vista que as mesmas se encontram difundidas por todos os níveis da vida social, em que muitos enfrentam com as ações e omissões da sociedade desde o período histórico (WERNECK, 2016).

As divisões entre homens e mulheres se iniciam nas relações sociais, mas esse fator se torna mais visível nas relações de trabalho, onde se portam as hierarquias de gênero, que atribuem aos homens o poder sobre as mulheres, sendo isso uma

contradição posta na sociedade e se tornam constitutivas na vida social em geral (ALVES, 2018).

Diante do panorama da interseccionalidade, o Serviço Social tem como objeto de trabalho de atuação as expressões da “questão social”, que surgem na contradição da sociedade burguesa na relação capital e trabalho, o que dá sentido à profissão é o rompimento com as relações sociais historicamente determinadas, onde o capitalismo se torna dominante sobre a classe trabalhadora, tornando-a subalterna e aprisionada aos comandos da burguesia, tornando assim a profissão do serviço social necessária para desconstruir esses paradigmas (IAMAMOTO, 2018).

Dessa forma o/a assistente social deve atuar sempre sobre essas expressões da questão social com o objetivo de mediar à garantia de direitos aos usuários, sabendo que a população negra é a mais afetada quanto à negligência de seus direitos, sendo perceptíveis nos índices de desigualdade racial (PAIXÃO et al, 2010).

De acordo com esse ponto de vista, o Mapa da Violência de 2015 evidencia que no período entre 2003 e 2013 as principais vítimas da violência foram meninas e mulheres negras, havendo um crescimento nas taxas desse grupo, de 4,5 para 5,4 por 100 mil habitantes. Enquanto o índice de violência (homicídio) de mulheres brancas foi reduzido, de 3,6 para 3,2 por 100 mil (BRASIL, 2015).

3 QUESTÃO SOCIAL E INTERSECCIONALIDADE: negras, mulheres e desigualdade de classes

Segundo Iamamoto (1998) a questão social é entendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista. Netto (2001) corrobora com tal pensamento ao afirmar que a questão social é produzida compulsoriamente pelo capitalismo em seus diferentes estágios e que em cada estágio se produz diferentes manifestações da questão social.

Dessa forma, a gênese da questão social encontra-se no caráter coletivo da produção e na apropriação privada do trabalho, sendo, no entanto, indissociável a sociedade de classes, envolvendo lutas contra as desigualdades socialmente produzidas e a acumulação de bens na mão de poucos, com a chamada burguesia. Já o proletariado depende da venda de sua força de trabalho para satisfazer suas necessidades vitais,

havendo, a partir de então, as manifestações das expressões da questão social, como pobreza, desemprego entre tantos (IAMAMOTO, 1998).

Isto posto, entende-se que a questão social é o objeto de estudo do Serviço Social por que apresenta em seus fundamentos a compreensão da história a partir das lutas das classes sociais e o reconhecimento da centralidade do trabalho, conforme os pensamentos de Marx. Desta herança, a profissão foi sendo formada relacionada a defesa intransigente dos direitos e a mobilização da sociedade, sendo assim, o Serviço Social atua na tentativa de enfrentamento da questão social (IAMAMOTO, 1998).

Nessa perspectiva, a interseccionalidade se apresenta como uma questão social devido à exploração/dominação presente nas relações de gênero-raça-classe e que se configuram em desigualdades sociais. Sobre a questão de gênero, a desigualdade é entendida, especialmente, nas relações sociais entre os sexos que indicam construções culturais e estruturais como, por exemplo, a divisão sexual do trabalho que traz obstáculos para as mulheres, devido, em geral, a desvalorização (SCOTT, 1995).

Já em relação à questão de cor/raça, a população branca possui, em sua maioria, indicadores sociais e econômicos melhores que os outros povos, devido fatores históricos e sociais que permitiram, no decorrer do tempo, a apropriação sobre os chamados grupos explorados, o que gerou uma sociedade desigual e preconceituosa (POCHMANN, 2017).

Dessa forma a questão interseccional pode ser vista como um dos métodos de combater as opressões múltiplas e interligadas, onde a interseccionalidade tem o papel de projeto de conhecimento e também de instrumento político, onde a mesma refere-se necessariamente as questões sociais (AKOTIRENE, 2018).

Nesse sentido, o autoritarismo machista que está arraigado dentro das culturas, toma forma quando o homem acredita que obtendo mais força e persuasão diante da mulher, fazendo com que as mesmas se tornem dependentes desse poder absoluto do machismo. Diante disso, quando uma mulher reivindica seus direitos, tomando para si uma postura diferente da já existente na sociedade histórica, conquistando mais espaço no campo social, onde essa mulher se empodera e representa esse poder feminino, com o objetivo de incentivar outras mulheres a fazerem o mesmo e que assim rompam com o patriarcalismo (AZEVEDO; SOUSA, 2019).

Na história contada, o patriarcalismo tem sido alicerçado pelo pensamento do homem branco e heterossexual, tendo como base a autoridade e subalternização de certos grupos sociais, sendo estes os de mulheres, negros e homossexuais (SANTANA,2014). As mulheres negras e pobres, e as assistentes sociais negras e pobres são a principal clientela do serviço social, a contradição é que estas não se enxergam como população usuária e se culpabilizam por sua condição social (EURICO, 2013).

Negras, mulheres e pobres, ainda vivem, principalmente, em situação de vulnerabilidade social, sendo necessários a desconstrução de estereótipos e o desvelamento de práticas consideradas ainda conservadoras. Para Eurico (2013), as relações de gênero, raça e classe (lê-se: interseccionalidade) apresenta “mensagens subliminares”, ou seja, as múltiplas determinações que constituem o ser social precisam ser discutidas, principalmente, no cotidiano profissional (EURICO, 2013).

4 CONCLUSÃO

Diante do que foi apresentado, reflete-se que a trajetória histórica, social, cultural e política corrobora para a diáspora existente entre determinados grupos sociais, implicando na violência, desigualdade e resistência que se expressa nos homicídios e genocídios de corpos, em sua maioria, negros, pobres e femininos.

Esta análise interseccional estampou uma estrutura de poder e de diferença entre as categorias gênero-raça-classe, a exemplo do racismo produzido por uma população que detém de determinados privilégios sociais: brancos, homens e ricos. De fato, tal categorização é presente na sociedade brasileira. Há, também, elementos que dificultam o acesso aos direitos previstos na Constituição Federal e ao exercício pleno da cidadania, como o cenário de embate, de violência, de atividades trabalhistas diferenciadas e de acesso à educação, saúde e inclusão fragmentadas e fragilizadas.

Homens e mulheres, negros e brancos, pobres e ricos, devem possuir os mesmos aparatos jurídicos legais, portanto, é imprescindível a efetivação de Políticas Públicas neste contexto de vulnerabilidade, dominação e exploração. É evidente, também, o debate sobre este assunto para o enfrentando das múltiplas expressões da questão social que são postas.

Dessa maneira, o Serviço Social deve se voltar para a apropriação da temática para atender as demandas diversas e específicas construídas, tanto no grupo de gênero,

quanto na perspectiva racial e de classe, levando em consideração a complexidade do cotidiano profissional.

REFERÊNCIAS

ALVES, Andrea Moraes. **Pensar o gênero**: diálogos com o Serviço Social. Serv. Soc. Soc. n.132 São Paulo maio/ago. 2018.

AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** Rio de Janeiro: Editora Letramento, 2018

AZEVEDO, Mileane Andrade; SOUSA, Luciano Dias. Empoderamento como representatividade das mulheres na sociedade. **Coisas do Gênero, São Leopoldo**, v. 5 n. 1, p. 170-178, Jan. - Jun. 2019 Disponível em: <http://periodicos.est.edu.br/index.php/genero>

BARBOSA, Isabelle Marques et al. Relações étnico-raciais, políticas de gênero e interseccionalidades. **Caderno Espaço Feminino**, v. 31, n. 1, 2018.

BANTON, Michael. **A ideia de raça**, Lisboa, Edições 70, 1979.

BRASIL, 2015. **Homicídio de Mulheres no Brasil**. Instituto JACOB – FLACSO, 2015.

BRITO, A.M. M.C. **Projeto Diversidade na Escola: a urgência das discussões de gênero na construção da escola inclusive**. Atas. 47ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Psicologia. São Paulo (2017).

CRENSHAW, K. (2002). Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero (L. Schneid, Trad.). **Revista Estudos Feministas**, 10(1), 171-188.

CRENSHAW, Kimberle. **A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero**. Relações raciais (1ª edição). 27 de setembro de 2012. Disponível em: Acesso em: 09 mar. 2020.

COLLINS, Patricia Hill. (1990), “**Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**”. Trad. Natália Luchini. Seminário “Teoria Feminista”, Cebrap, 2013.

EURICO, Márcia Campos. A percepção do assistente social acerca do racismo institucional. **Serviço Social & Sociedade**, n. 114, p. 290-310, 2013.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo, 41 ed., Cortez, 2014.

IAMAMOTO, Marilda. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo, Cortez, 1998.

IAMAMOTO, Marilda Villela. “Questão social” no Brasil: relações sociais e desigualdades. **ConCienciaSocial**, v. 2, n. 3, 2018.

NASCIMENTO, Elaine Ferreira do. Homens na linha de fogo: juventude, masculinidade e exclusão social. **Ciênc. Saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 4, p. 1311-1312, Aug. 2009. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232009000400039&lng=en&nrm=iso>. access on 27 Feb. 2020. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232009000400039>.

NETTO, José Paulo. “Cinco notas a propósito da “questão social””. 2001.

POCHMANN, M. **Desigualdade brasileira no início do século XXI: o que há de novo? A grande sociedade—qual é o projeto de desenvolvimento para o Brasil do futuro?** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2017.

PAIXÃO, Marcelo et al. **Relatório anual das desigualdades raciais no Brasil 2009-2010**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, H. (2009). **Ontogênese e filogênese do gênero: ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres**. Série Estudos/Ciências Sociais/FLASCO-Brasil. Acesso em 15 de maio, 2014, em http://www.flasco.org.br/portal/pdf/serie_estudos_ensaios/Heleieth_Saffioti.pdf.

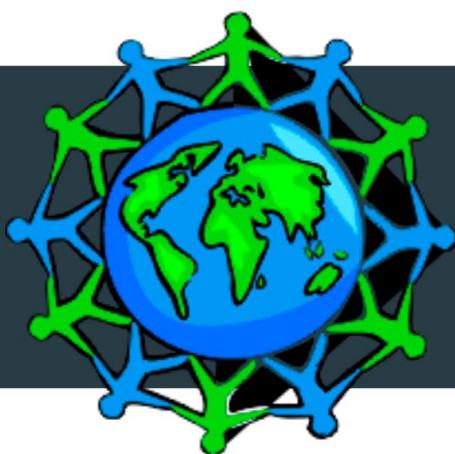
SANTANA, Marluce Freitas. **Desconstrução do Patriarcado em Ponciá Vicêncio**. Anais Seminário Interlinhas, Fábrica de Letras (2014).

SCOTT, Joan. Gênero: **Uma Categoria Útil de Análise Histórica**. Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul. / dez., 1995. Disponível em: https://docs.google.com/file/d/0B1cHNDJbqFSpSWw2bFLWEISOG16MmdwU05mN_EFNUQ/edit?pli=1. Acesso em: 27 jan. 2020.

SILVEIRA, Raquel da Silva; NARDI, Henrique Caetano. Interseccionalidade gênero, raça e etnia e a lei Maria da Penha. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v. 26, n. spe, p. 14-24, 2014. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822014000500003&lng=en&nrm=iso>. access on 27 Feb. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822014000500003>.

KOGAA, Dirce; SANT'ANAB, Raquel Santos; MARTINELLI, Maria Lúcia. Questão étnico-racial: desigualdades, lutas e resistência. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 133, p. 399-405, set. /dez. 2018.

WERNECK, Jurema. **Racismo institucional e saúde da população negra**. Saude Soc. V 25 n.3 Jul-Sep 2016.



Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI

III SINESPP

20 a 24
OUTUBRO
2020

SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS
Democracia, desigualdades sociais e políticas públicas no capitalismo contemporâneo

EIXO TEMÁTICO 9 | QUESTÕES DE GÊNERO, RAÇA/ETNIA E GERAÇÃO

INTERSEXUALIDADE: uma vivência para além da Biologia

Andréa Santana Leone de Souza¹

RESUMO

A intersexualidade é uma expressão biológica de corpos que se apresenta diversa da lógica biomédica, historicamente chancelada, que separa o corpo como sendo feminino e masculino. O objetivo do artigo é discutir a vivência da intersexualidade na perspectiva da identidade de gênero. O método de abordagem selecionado é de natureza qualitativa, cujos procedimentos são os seguintes: revisão de literatura e entrevista semiestruturada. Constata-se que o tema da intersexualidade ainda é tratado pela lógica biomédica e que as práticas estão voltadas para a doença e não para a saúde. Percebe-se que, mesmo com experiências distintas, o marcador da existência de um corpo que expresse sua identidade de gênero, para os entrevistados, refletem autoestima e felicidade, essa escolha por corpos que reflitam a identidade de gênero. Urgem práticas e posições de organizações de direitos humanos acerca dos direitos das crianças à autodeterminação.

Palavras-Chaves: Intersexo, Gênero, Autodeterminação

ABSTRACT

Intersexuality is a biological expression of bodies that is different from the biomedical logic, historically approved, which separates the body as being feminine and masculine. The aim of the article is to discuss the experience of intersexuality from the perspective of gender identity. The selected approach method is of a qualitative nature, whose procedures are as follows: literature review and semi-structured interview. It appears that the issue of intersexuality is still addressed by biomedical logic and that the practices are focused on the disease and not on health. It is noticed that, even with different experiences, the marker of the existence of a body that expresses its gender identity, for the interviewees, reflects self-esteem and happiness, this choice for bodies that reflect gender identity. Urgent practices and positions of human rights organizations regarding children's rights to self-determination.

Keywords: Intersex, Gender, Self-Determination.

¹ Doutora em Relações Sociais e Novos Direitos (UFBA). Professora da Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB).

INTRODUÇÃO

Intersexo é um termo “guarda-chuva” que abrange várias expressões de diversificação dos fatores que definem o sexo biológico, uma das mais comuns é a *ambiguidade genital*, que ocorre em 1 a cada 4.500 nascimentos.

Esse tema ainda é um tabu na sociedade brasileira, e, por isso, despertou-se o interesse em seu aprofundamento, já que os artigos publicados sobre a temática ainda abordam a intersexualidade pelo viés da medicina e da padronização dos corpos. Essa perspectiva acaba secundarizando as discussões que perpassam pela intersexualidade, como as questões relativas à autodeterminação, ao gênero e à identidade de gênero.

Desse modo, este artigo visa discutir a vivência da intersexualidade na perspectiva da identidade de gênero. Para tanto, optou-se por um método de abordagem de natureza qualitativa, utilizando os seguintes procedimentos: revisão de literatura e entrevista semiestruturada². Para além da seleção de obras, utilizou-se enquanto instrumento de coleta de dados um questionário junto a pessoas intersexo, por meio do qual a entrevista semiestruturada se materializou, de sorte que a discussão a respeito da experiência da intersexualidade para além da biologia se tornasse possível.

Além disso, optou-se pelo uso da técnica de casos críticos que seleciona aqueles “particularmente importantes” na percepção de especialistas na área. Dentre os indicados pelos profissionais do ambulatório de genética, escolheram-se dois casos conforme os critérios pré-determinados: que sejam cadastrados no Ambulatório de Genética do Hospital Universitário Professor Edgar Santos (HUPES); que tenham mais de 18 anos; que foram diagnosticadas com Hiperplasia Adrenal Congênita (HAC). Desses, um paciente cuja identidade de gênero se alinhava ao sexo que lhe foi designado ao nascimento; e o outro cuja identidade de gênero não se alinhava ao sexo designado ao nascimento.

2 INTERSEXO E SUAS IMPLICAÇÕES

A *intersexualidade* constitui-se em uma condição de nascença em que os órgãos sexuais e/ou reprodutivos não correspondem às corporeidades esperadas socialmente

² O projeto de pesquisa foi avaliado e aprovado pelo Comitê de ética em Pesquisa do Hospital Universitário Professor Edgar Santos (CAAE nº: 10492919.0.0000.0049).

para o sexo masculino ou feminino (CANGUÇU-CAMPINHO, 2012). Dentre as possíveis expressões de intersexualidade, a mais comum é a denominada pela medicina de Hiperplasia Adrenal Congênita (HAC), que se apresenta na forma de ambiguidade genital, que é o foco deste trabalho.

Essa condição - HAC - ocorre em 1 (um) indivíduo em cada 4.500 nascimentos, sendo fundamental para sua detecção precoce o cuidadoso exame dos genitais de todo recém-nascido (DAMINIANI; GUERRA-JÚNIOR, 2007) (VILAR, 2009). De acordo com o relatório da UNICEF (2013) sobre a situação mundial da criança, a população com menos de cinco anos de idade do Brasil perfaz um total de 14.662.000 (quatorze milhões seiscentos e sessenta e duas mil) crianças.

Apesar de inexistirem dados específicos sobre a intersexualidade no Brasil, com base na proporção acima apontada, é evidente que há uma frequência considerável a demandar maior atenção para esse grupo populacional. O tratamento médico pode vir a se prolongar, em algumas circunstâncias, ao longo do curso de vida, com a necessidade de realização de exames, da utilização de medicamentos e, em alguns casos, de cirurgias (GUERRA-JÚNIOR; MACIEL-GUERRA, 2007).

Essas cirurgias nem sempre são obrigatórias, na maioria das vezes, são eletivas, mas são realizadas usualmente do ponto de vista médico na busca pela padronização de corpos. O Conselho Federal de Medicina (CFM), na Resolução 1664/2003, determinou que a família e a equipe interdisciplinar são responsáveis pela “definição” da designação sexual, e ainda indica que, por falta de estudos a longo prazo de como ficaram as crianças que não realizaram cirurgia logo ao nascer, deve ser feito o referido procedimento cirúrgico.

As pessoas intersexo, muitas vezes, não são bem informadas sobre suas histórias médicas e cirúrgicas, o que dificulta o entendimento sobre a sua situação, assim como há uma lacuna de conhecimento e estudos sobre o tema de modo geral. O silêncio ainda é a estratégia utilizada pelos familiares, e algumas vezes reforçado pela própria equipe de saúde, o que termina por cancelar o tabu que se transformou o tema da intersexualidade.

Esse tabu também é responsável pela ausência de debate sobre o tema e, conseqüentemente, pela falta de informação da sociedade sobre o assunto, o que dificulta a busca pela rede de apoio, que pode ser determinante para os familiares e

para a pessoa que esteja vivenciando essa corporeidade intersexo. Assim, o preconceito sociocultural prevalece sobre estes indivíduos, o que demanda um cuidado urgente, pois a doutrina indica alguns relatos de ideação suicida de pessoas que apresentam ambiguidade externa (MIGEON et al, 2002).

A intersexualidade propõe uma revisão do padrão binário, problematizando uma diversidade de existências, de corpos e vivências. Esse entendimento extrapola percepção da expressão restritamente biológica, possibilitando outras concepções de gênero, de sexualidade e de identidade de gênero. Sem qualquer intenção de esgotar o tema, mas considerando a importância das distinções desses termos para localizar a discussão da intersexualidade, passa-se a conceituá-los, brevemente.

3 DOS DESDOBRAMENTOS E DIFERENÇAS DO CONCEITO DE GÊNERO, SEXO E IDENTIDADE DE GÊNERO

Entende-se por *sexo biológico* o resultado de uma combinação de fatores, sendo eles: *sexo genético* - correspondente aos cromossomos; o *sexo endócrino* - que corresponde à composição hormonal que exerce influência no organismo da pessoa (SUTTER, 1993, p. 31); o *sexo morfológico* - “que diz respeito à forma ou à aparência de uma pessoa na conformação anatômica de seus órgãos genitais, na presença dos caracteres sexuais secundários – mamas, pilosidade, timbre de voz” (SZANIAWSKI, 1997) (CHOERI, 2004).

O conceito de *gênero*, por sua vez, traz uma série de implicações, problematizações e ressignificações. Os gêneros se constroem no âmbito das relações sociais, diferenciando-se através do espaço - sociedades - e do tempo - momentos históricos -, levando em consideração uma pluralidade de grupos étnicos, religiosos, raciais, de classe; ressignificando-se e desconstruindo hierarquias (LOURO, 2014, p. 26-8). Trata-se de um processo contínuo, progressivo e repleto de práticas e simbologias gotejadas e reforçadas ao longo do processo de socialização de gênero (MEYER, 2013, p.18-9).

Há de se ponderar que “nos dias atuais, a importância do gênero é facilmente verificada mostrando-se como responsável na garantia de uma existência válida para os indivíduos” (BUTTLER, 2015), destaque-se que essa atribuição é o primeiro momento em que se verifica a identidade e que essa atribuição de gênero reforça o reconhecimento como humano. Nesse sentido, gênero “é um conceito relacional baseado em uma estrutura

de dominação simbólica que constitui uma determinada relação e sendo tais relações entendidas como de poder onde o masculino é tomado medida para todas as coisas” (BOURDIEU, 2012, p.23).

Muitas das discussões sobre gênero estabelecem alguma relação com questões relativas à *sexualidade*, conceito que pode ser compreendido como sendo “uma condição complexa, relacionada com a atividade e a diversidade sexual na espécie” (BRITO, 2012, p.17), sendo, então, “componente da personalidade, tendo todos os indivíduos o direito de manifestá-la, em sua integralidade, sob pena de redução da personalidade e, conseqüentemente, da sua própria humanidade” (WEEKS, 1992, p.21). Assim, a “orientação sexual” difere do conceito de “identidade de gênero” por se tratar de vivência interna de cada indivíduo e de como esse sente, podendo corresponder ou não ao sexo biológico.

A esse respeito, torna-se importante salientar que as identidades - de gênero e sexuais - se inter-relacionam; se, de um lado, as *identidades sexuais* se designam pelas formas como as pessoas vivem sua sexualidade, com parceiros/as do mesmo sexo, do sexo oposto, de ambos os sexos ou sem parceiros/as; por outro, elas também se identificam, histórica e socialmente, como femininos e masculinos, construindo, assim, suas *identidades de gênero*. Trata-se de identidades em constante construção, constituem instáveis e passíveis de transformação (LOURO, 2014, p. 30-1).

Destaque-se, ainda, que dentro do conceito de identidade de gênero uma pessoa pode ser *transgênero* quando “não se identifica com o gênero que lhe é atribuído em razão do sexo anatômico constatado no momento do seu nascimento” (CUNHA, 2018, p.29), ou *cisgênero* quando se identifica com o gênero que lhe é atribuído em razão do sexo anatômico constatado no momento do seu nascimento.

Os chamados “princípios de Yogyakarta”³ foram desenvolvidos por um grupo de especialistas em direitos humanos, que objetivavam a adoção de uma forma unânime para aplicar os direitos humanos em situações referentes à orientação sexual e à

³ *Un distinguido grupo de especialistas en derechos humanos ha redactado, desarrollado, discutido y refinado estos Principios. Luego de reunirse en la Universidad de Gadjah Mada en Yogyakarta, Indonesia, del 6 al 9 de noviembre de 2006, 29 reconocidas y reconocidos especialistas procedentes de 25 países, de diversas disciplinas y con experiencia relevante en el ámbito del derecho internacional de los derechos humanos, adoptaron en forma unánime los Principios de Yogyakarta sobre la Aplicación de la Legislación Internacional de Derechos Humanos en Relación con la Orientación Sexual y la Identidad de Género. Disponible em:<http://www.yogyakartaprinciples.org/principles_sp.htm> Acesso em: 13 nov. 2014.*

identidade de gênero. Os referidos princípios compreendem a orientação sexual como sendo uma capacidade do indivíduo de sentir atração emocional, afetiva ou sexual por outros indivíduos pertencentes ao mesmo gênero, sendo denominado homossexual ou ao gênero oposto, sendo denominado heterossexual.

Assim, a homossexualidade é entendida como “a relação amorosa entre duas pessoas do mesmo sexo”, e destaca que “uma das principais diferenças entre o transexual e o homossexual é que este está satisfeito com o seu sexo” (VIEIRA, 2008, p. 156), neste caso, o biológico. Entende-se por “homossexual o indivíduo que se sente atraído sexualmente por pessoa do mesmo sexo, mas não tem, psicologicamente, a intenção ou o desejo de mudar sua autonomia para o sexo oposto”, enquanto que o heterossexual “caracteriza-se por apresentar orientação sexual pelo sexo oposto ao seu” (CHOERI, 2004, p.89-90).

Entende-se por *heteronormatividade* a ordem político-social na qual os sujeitos se organizam e organizam suas vidas de acordo com padrão ‘supostamente coerente’ e pretensamente universal da *heterossexualidade* (MOREIRA, 2017). Dessa maneira, a “heteronormatividade é a ordem sexual do presente, fundada no modelo heterossexual, familiar e reprodutivo. Ela se impõe por meio de violências simbólicas e físicas dirigidas principalmente a quem rompe normas de gênero” (MISKOLCI, 2012, p.44).

Há de se questionar a determinação e o controle social exercido sobre os corpos, uma vez que esse controle rigoroso impede a existência de corpos diversos, chancelando o estigma e o sofrimento vivenciado por aquele que foge do padrão chancelado socialmente (FOUCAULT, 1982).

No tocante à saúde, mormente acerca de intervenções cirúrgicas de crianças intersex, como já mencionado, por décadas, John Money fundamentou esses procedimentos, contando com o apoio significativo da comunidade científica internacional, partindo do pressuposto da teoria da plasticidade do gênero que teve grande aceitação pela Medicina, que a tomava como aparato para as prescrições terapêuticas para os casos de mutilação genital (GUIMARÃES-JÚNIOR, 2014, p.58). Assim, as crianças submetidas às cirurgias eram sujeitadas a recursos terapêuticos no

intuito de despertar-se “comportamentos adequados a seu sexo, sobretudo referentes ao controle de suas sexualidades” (COLAPINTO, 2001)⁴.

Essa perspectiva “sobre a estrutura naturalmente dimórfica do corpo e a heterossexualidade como a prática normal desse corpo, imposta pela sociedade, não [se] previu que algumas dessas meninas intersexuais seriam lésbicas e reivindicariam o uso alternativo de seus órgãos” (BENTO, 2006). Militantes pertencentes a associações de “intersexos”, denunciaram essas condutas, mitigando paulatinamente essas práticas de cirurgias em crianças nascidas com ambiguidade genital, muito frequentes em hospitais (BENTO, 2006, p.1).

Conforme já explicitado, a intersexualidade é uma condição de nascença, que não deve ser confundida com homossexualidade, que está vinculada à orientação sexual, ou transexualidade que está relacionada à identidade de gênero. No entanto, essa discussão deve ser percebida para além da questão biológica que ainda se limita à lógica binária imposta, podendo ser percebida como uma expressão da diversidade.

4 A VIVÊNCIA DA INTERSEXUALIDADE: um olhar para além da biologia

Interessante destacar que, nas duas entrevistas, foi relatado que não foi informado sobre a possibilidade não realizar a cirurgia, sendo pontuados pelos médicos o caminho da cirurgia como “solução” para o “problema”.

R: Tiraram desde quando eu nasci... A cirurgia né... Porque minha mãe era da Bahia... Vamos dizer assim, tipo ela não entendia muito sobre o meu caso, então o médico lá em São Paulo, lá em São Paulo... Optaram por tirar... Entendeu? A minha mãe por ser daqui não entendia muito, então eles tiraram. (ENTREVISTADO A).

R: Então não... Não tinha, assim... Incomodava, né? A diferença... E a Doutora [...] disse que tinha solução e aí depois que fez foi uma maravilha, né? (ENTREVISTADA B).

Na fala dos entrevistados, fica evidenciado o entendimento de sua situação como uma “anormalidade”, “deficiência”, que precisa ser “resolvida” para que seja possível se encaixar no padrão normal.

⁴Uma abordagem divergente pontua que, “ao nascer, o gênero do ser humano seria neutro”, havendo a possibilidade de, no caso das crianças com ambiguidade genitália, mais flexibilidade para assumir papéis opostos ao do sexo biológico. (DIAMOND, 1965).

R: Bom, desde quando eu nasci a minha mãe... Os médicos falaram que eu nasci com uma deficiência... Que... Tipo, de dois sexos, né? Dois sexos... E até hoje eu passo no Hospital das Clínicas... Entendeu? (ENTREVISTADO A).

R: Não. Não vou mentir. Isso foi uma bomba na minha vida. Até hoje eu não consigo lidar, mas temos que viver né? Fazer o quê? (ENTREVISTADO B).

O “Entrevistado A” destaca em sua fala que a nova cirurgia que será reflexo da sua decisão e que fará com que o seu corpo expresse a sua identidade de gênero: isso significa autoestima, significa realização:

P1: O que você espera dessa cirurgia?

R: Ah, nascer outra pessoa, né... Assim, ah, tipo, eu vou me soltar mais um pouco, falar a verdade: quando eu for andar, né, quando tem alguém vendo eu vou andar com a mão assim e “pá”, para ninguém perceber... Ainda bem... Minha sorte é que é pouco, é pequeno, imagina se fosse grandão? Misericórdia! Ah vergonha de andar, nossa, meu... Ah, vai ser tipo um alívio, sabe? Eu não vou esconder de ninguém, as pessoas podem me pegar. Eu não deixo nem as pessoas me pegar direito. Não gosto de abraçar, não. Acho que eu não gosto de apego também. Essa personalidade que eu tenho, eu sou muito reservado, entende? Então, vai ser ótimo. Vai ser o segundo passo da minha vida. (ENTREVISTADO A).

A entrevistada B, por sua vez, ao falar sobre a cirurgia feita aos 9 anos, mas que reflete a sua identidade de gênero, nos dias atuais, também entende a cirurgia como garantia da autoestima.

P1: E o que você acha que essa cirurgia representa para você, assim...?

R: Autoestima. Muito bom! Tranquilidade, tudo... Foi a solução, né? (ENTREVISTADA B)

Percebe-se que, mesmo com experiências distintas, o marcador da existência de um corpo que expresse sua identidade de gênero, para os entrevistados, reflete autoestima e felicidade, essa escolha por corpos que reflitam a identidade de gênero pode ser justificada pela necessidade de se encaixar no padrão binário imposto pela sociedade.

Nesse sentido, deve-se ponderar a necessidade de “definir” o gênero (BUTTLER, 2015) para ter uma existência validada pela sociedade; é perceptível o controle social rigoroso dos corpos (FOUCAULT, 1982), o que impede a existência de corpos diversos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A intersexualidade é uma expressão biológica de corpos que se apresentam diversos da lógica biomédica historicamente chancelada que separa o corpo como sendo feminino e masculino, assim, as pessoas intersex desafiam a binaridade imposta culturalmente.

O Conselho Federal de Medicina chancela a realização da cirurgia de definição do sexo biológico, utilizando como justificava a ausência de estudos em longo prazo sobre pessoas que não realizaram o procedimento cirúrgico de designação sexual. Percebe-se que, apesar das críticas dos ativistas sobre essas intervenções, quando eletivas, por ausência de uma estrutura cultural que permita corpos diversos, essas cirurgias são realizadas com o apoio dos familiares.

A partir da entrevista foi possível compreender que não se pode pensar em uma corporeidade intersexo apenas pelo viés biológico, pois esses corpos precisam ser pensados à luz da identidade de gênero, que pode garantir a possibilidade da pessoa se identificar com o corpo que possui.

Em vista de um número cada vez maior de questões que circundam a intersexualidade, urgem práticas e posições de organizações de direitos humanos acerca dos direitos das crianças à autodeterminação, sendo de fundamental apoio iniciativas governamentais que demonstrem a importância de uma estrutura para a colaboração eficaz entre grupos terapêuticos, clínicos e outras partes interessadas.

REFERÊNCIAS

AMARAL-JÚNIOR, A. A proteção internacional dos direitos humanos. **Revista de Informação legislativa**. Brasília, ano 39, nº 155, jul./set., 2002

AZEVEDO, T.; MARTINS, T.; LEMOS, M.C.; RODRIGUES, F. Hiperplasia congênita da suprarrenal não clássica – aspectos relevantes para a prática clínica. **Revista Portuguesa de Endocrinologia, Diabetes e Metabolismo**. 9, p. 59-64, 2014

BENTO, B. **A reinvenção do corpo**. Sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garmond, 2006, pp.1

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. 11 ed Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012, pp.23

BRITO, P. J. A. Sexualidade como Direito de Personalidade três planos de manifestação. **Cad. ESM-PA**, Belém, v. 5, n. 8, p. 16-40, maio, 2012

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015

CANGUÇU-CAMPINHO, A. K. F. A Construção Dialógica da Identidade em Pessoas Intersexuais: O X e o Y da questão. 2012. Tese (**Doutorado em Saúde Pública**). Instituto de Saúde Coletiva. Universidade Federal da Bahia, Salvador.

CASTRO, M.; ELIAS, L.L. Causas raras de pseudo-hermafroditismo feminino: quando suspeitar?. **Arq Bras Endocrinol Metab**, São Paulo, v. 49, n. 1, Feb. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0004-27302005000100017&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 19 jun. 2019.

CHOERI, R.C.S. **O conceito de identidade e a redesignação sexual**. Rio de Janeiro, Renovar, 2004.

COLAPINTO, J. **Sexo trocado, a história real do menino criado como menina**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001

COMPARATO, F. K. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. 8 ed. São Paulo; Saraiva, 2013.

CUNHA, L.R. **Identidade e redesignação de gênero**: aspectos da personalidade, da família e da responsabilidade civil. 2 ed., Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2018

DAMIANI, D.; GUERRA-JÚNIOR, G. As novas definições e classificações dos estados intersexuais: o que o Consenso de Chicago contribui para o estado da arte? **Arq Bras Endocrinol Metab**, São Paulo, v. 51, n. 6, Aug., 2007.

FOUCAULT, M. *Herculine Barbin: o diário de um hermafrodita*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade: a vontade de saber*. 2 ed. São Paulo: Paz & Terra, 2015.

GUERRA-JÚNIOR, G; MACIEL-GUERRA, A.T. O pediatra frente a uma criança com ambiguidade genital. **J. Pediatr. (Rio J.)**, Porto Alegre, v. 83, n. 5, nov. 2007.

GUIMARÃES-JÚNIOR, A.R. Identidade cirúrgica: o melhor interesse da criança intersexo portadora de genitália ambígua. Uma perspectiva bioética. 2014. **Tese (doutorado)**. Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca. Rio de Janeiro, pp.58.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 16 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014, pp. 26-8.

MEYER, D.E. Gênero e educação: teoria e política. In: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre (org.). **Corpo, Gênero e Sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. 9 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013, pp.18-9.

MERKE, D.P.; BORNSTEIN, S.R. Congenital adrenal hyperplasia. **Lancet (London, England)**. v.365, n. 9477, p.2125–36, 2005.

MIGEON, C. J.; WISNIEWSKI, A. B.; BROWN, T. R.; ROCK, J. A., MEYER-BAHLBURG, H.F.L.; MONEY, J.; BERKOVITZ, G. D. 46, XY Intersex Individuals: Phenotypic and Etiologic Classification, Knowledge of Condition, and Satisfaction with Knowledge in Adulthood. **Pediatrics. Official Journal of the American Academy of Pediatrics**. v.110, n. 3. 2002.

MISKOLCI, R. **Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012

MOREIRA, A. J. **Cidadania sexual: estratégia para ações inclusivas**. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2017.

PANG, S.; CLARK, A.; NETO, E.C.; GIUGLIANI, R.; DEAN, H.; WINTER, J.; et al. Congenital adrenal hyperplasia due to 21-hydroxylase deficiency: Newborn screening and its relationship to the diagnosis and treatment of the disorder. **Screening**, v.2, n.2–3, p.105–39, 1993

SZANIAWSKI, E. Limites e possibilidade do direito de redesignação do estado sexual. Estudos sobre o transexualismo – aspectos médicos e jurídicos. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, 1997.

SILVEIRA, E.; DOS SANTOS, E.; BACHEGA, T.; VAN DER LINDEN NADER, I.; GROSS, J.; ELNECAVE, R. The actual incidence of congenital adrenal hyperplasia in Brazil may not be as high as inferred: an estimate based on a public neonatal screening program in the state of Goiás. **J Pediatr Endocrinol Metab**. v.21, n.5, p.455–60, 2008.

TRINDADE, A.A.C. **A proteção internacional dos direitos humanos e o Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

TRIVIÑOS, A. N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987

VIEIRA, T.R. **Nome e sexo: mudanças no Registro Civil**. São Paulo: Editora Revistas dos Tribunais, 2008, pp. 156.

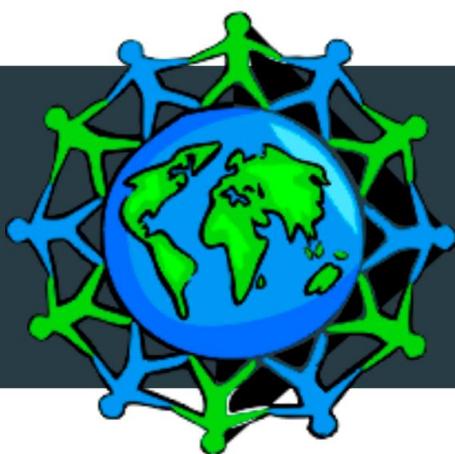
VILAR, L. **Endocrinologia clínica**. 4 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009.

VECCHIATTI, P.R. Direito à autodeterminação de gênero das pessoas intersexo. In:

DIAS, M.B. (Coord.); BARRETO, F.C.L. (Org.). **Intersexo**: aspectos jurídicos, internacionais, trabalhistas, registrares, médicos, psicológicos, sociais, culturais. – São Paulo: Thompson Reuters Brasil, 2018.

WEEKS, J. The body and sexuality. In: Bock, R. & Thompson, K. (Eds.). **Social and Cultural Forms of Modernity**. Polity Press, 1992.

WILCHINS, R. A girl's right to choose: Intersex children and parents challenge narrow standards of gender. **National NOW Times**, v. 34, n. 2, p. 5, 2002



Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI

III SINESPP

20 a 24
OUTUBRO
2020

SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS
Democracia, desigualdades sociais e políticas públicas no capitalismo contemporâneo

EIXO TEMÁTICO 9 | QUESTÕES DE GÊNERO, RAÇA/ETNIA E GERAÇÃO

ENVELHECIMENTO E POLÍTICAS SOCIAIS: aproximações para o debate

Joyde Regina Mendes Lone¹

Ediane de Paula Machado Soares²

Mabel Mascarenhas Torres³

RESUMO

O objetivo deste artigo consiste em apresentar como a temática da proteção ao idoso tem sido discutida; o conceito de velhice e a heterogeneidade no processo de envelhecimento. A metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica em periódicos; documentos físicos e digitais. A análise foi realizada a partir de autores, de referência nos estudos sobre a temática das políticas sociais e o processo de envelhecimento, a partir do século XX. O enfoque foi no reconhecimento dos processos de envelhecimento através das legislações e o seu reconhecimento como uma expressão da questão social, a heterogeneidade desse processo e as múltiplas determinações que se colocam a esta população. Diante desta análise, foi concluído que apesar dos avanços percorridos na luta pela visibilidade dos direitos da pessoa idosa, são necessários avanços do Estado na criação e implementação de políticas sociais que atendam de fato o interesse da pessoa idosa.

Palavras-Chaves: Políticas Sociais; Idosos; Heterogeneidade; Estado.

ABSTRACT

The aim of this article is to present how the theme of protection for the elderly has been discussed; the concept of old age and heterogeneity in the aging process. The methodology used was the literature review in periodicals; physical and digital documents. The analysis was carried out from authors, reference in studies on the theme of social policies and the aging process, from the twentieth

¹ Joyde Regina Mendes Lone, mestranda no Programa de Pós Graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina. E-mail: joyderegina@gmail.com

² Ediane de Paula Machado Soares mestranda no Programa de Pós Graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina. E-mail: ediane.de.paula@gmail.com

³ Mabel Mascarenhas Torres, doutora em Serviço Social, professora associada do Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina. Vice- coordenadora da RETAS – Rede de Estudos do Trabalho do Assistente Social. Coordenadora do Grupo de Pesquisa GEFTAS – Serviço Social: fundamentos e trabalho do assistente social nas políticas públicas e sociais. E-mail: mmtorres@uel.br

century. The focus was on the recognition of aging processes through legislation and its recognition as an expression of the social issue, the heterogeneity of this process and the multiple determinations that are placed on this population. In view of this analysis, it was concluded that despite the advances made in the struggle for the visibility of the rights of the elderly, advances by the State are necessary in the creation and implementation of social policies that actually serve the interests of the elderly.

Keywords: Social Politics; Seniors; Heterogeneity; State.

INTRODUÇÃO

A discussão da velhice no Brasil, vem tomado relevo, desde o final do século XX, quando os idosos passam a se engajar nos movimentos pela luta de direitos, inicialmente aos vinculados a previdência social e depois nas mobilizações que resultaram no Estatuto do Idoso, lei 10.741/ 2003. O envelhecimento populacional é um fenômeno que está acontecendo no mundo todo. As pessoas estão vivendo mais, a expectativa de vida aumentou em função de vários fatores. O Ministério da Cidadania ao tratar do envelhecimento apresenta as projeções da população idosa. Destaca que a estimativa do IBGE (2010) foi ultrapassada, visto que a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD Contínua - de 2017, aponta que 14,6% da população brasileira têm 60 anos ou mais de idade, correspondendo a 30,3 milhões de pessoas. Um aspecto importante ressaltado nessa estimativa é que a velhice no Brasil é majoritariamente feminina, revelando aí, uma característica da longevidade das mulheres.

O presente artigo objetivou estudar as políticas sociais direcionadas para a proteção do idoso, bem como o conceito de velhice e a heterogeneidade no processo de envelhecimento. Cabe ressaltar que a metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica realizada em periódicos da área do Serviço Social, livros e normativas legais que tratam de tal temática. Os autores estudados discutem os distintos processos de envelhecimento da classe trabalhadora, construindo o entendimento de que não é possível pensar os processos de envelhecimento de forma homogênea, o que impactará nas possibilidades de acesso que poderá resultar ou não em qualidade de vida para os idosos.

Dito de outra forma, os processos de envelhecimento estão diretamente vinculados a condição social e econômica dos velhos, impactando inclusive na percepção do que significa ser velho no Brasil do século XXI. Ou seja, a maneira como essa fase da vida foi vivida, bem como a classe social, acesso ao trabalho e aos serviços das políticas sociais definirá, em grande medida, a condição de tornar-se velho. Assim, considerando a urgência de estudos acerca desse fenômeno a motivação para a elaboração desse artigo, consistiu no precípuo estudo da temática sobre o envelhecimento, assunto da dissertação de mestrado em construção, das alunas matriculadas no curso do Programa de Pós Graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina, por isso, convém ressaltar que o presente estudo é o resultado de uma primeira aproximação com o tema, que ao longo do processo formativo, será desenvolvido.

2 O DEBATE SOBRE O CONCEITO DE VELHICE E OS PROCESSOS DE ENVELHECIMENTO

O segmento idoso está crescendo, no mundo e no Brasil, de tal forma que tem chamado a atenção das autoridades e pesquisadores da área. No Brasil, é considerada idosa, a pessoa com sessenta anos ou mais (BRASIL, 2003). O aumento progressivo no número de pessoas idosas decorreu da ampliação da expectativa de vida que se expandiu em função de vários fatores, dentre eles, destacam-se a democratização e o acesso aos serviços vinculados à política de saúde.

O “Pacto pela Saúde”, (2006) associa essa ampliação ao acesso da população aos serviços de saúde, às campanhas nacionais de vacinação, aos avanços tecnológicos da medicina, ao alongamento de escolaridade da população, ao aumento da cobertura de saneamento básico entre outros fatores. Tal crescimento aponta que nos próximos anos a pirâmide etária brasileira será alterada, sendo que a população idosa poderá ultrapassar a população jovem.

Considerando este fenômeno, torna-se premente pensar o que significa ser velho no Brasil. Mas o que significa envelhecer? As políticas sociais vão ao encontro das necessidades dos idosos brasileiros? O envelhecimento faz parte da vida e é compreendido como a última etapa da vida, ou ainda, como a etapa em que se torna latente a desvalorização da vida humana, visto que não produz valor de uso ao capital e

está intrinsecamente vinculada a finitude. Assim, para a pessoa que completa 60 anos, diferentemente de um passado recente, onde as pessoas mais velhas ocuparam um lugar de prestígio, lhe resta esperar a morte.

Cabe destacar que a qualidade de ser velho nem sempre teve o seu significado atrelado a conceitos pejorativos, mas ao longo dos anos acompanhando a lógica da dinâmica do sistema capitalista incorporou outros significados, reforçando os aspectos sociais, culturais e econômicos, reforçando a crescente e profunda desigualdade social vivenciada pela população brasileira. Ou seja, no dizer de Teixeira (2009, p. 65), “[...] a análise implica desvendamento, tanto das condições materiais (estruturais e de classe), sob a lógica do capital, que engendram desigualdades sociais, pobreza, desemprego, populações excedentes, desvalorização social [...]”. Ou seja, implica conhecer as condições objetivas por meio das quais a população idosa vive, numa clara e impactante desigualdade de classe e de acesso aos bens e serviços vinculados as políticas sociais.

Teixeira (2017), assevera que o envelhecimento na lógica do capital consiste em declínio físico, fisiológico, aparecimento de doenças e possibilidade de morte. Não obstante, concomitante a evolução cronológica e ao declínio biológico, coexistem fenômenos de natureza biopsíquico, social e econômico, importantes para a conformação das distintas formas de envelhecer, conforme mencionado acima impactados diretamente pelas condições sociais, territoriais, de moradia e de acesso da população a proteção. Neste sentido é necessário discutir alguns aspectos do conceito de ser velho conforme abordado acima e reafirmando as múltiplas interpretações sobre a questão. O Manual de Enfrentamento à Violência Contra a Pessoa Idosa (2014, p.23) apresenta conceito antropológico acerca do envelhecimento:

[...] a velhice faz parte do ciclo da vida: somos crianças, adolescentes, jovens, adultos e velhos. A concepção da vida como um ciclo não tem apenas uma explicação biológica. Essa divisão constitui também uma questão cultural, que organiza o papel e o lugar de cada um no sistema social, político, econômico e jurídico de cada país. A separação por idade regula as obrigações, os direitos e os deveres da criança, do adolescente, do jovem, do adulto e do velho.

Sob essa lógica, a velhice integra o ciclo da vida e em cada etapa são estabelecidos direitos e deveres, quem impactam na condição de envelhecer. Assim, ser velho não significa que deva nutrir uma concepção fatalista. O processo de envelhecimento é subjetivo e a forma como pode ser entendida está relacionado a

cultura, a política, ao processo histórico, a economia, as desigualdades sociais, o acesso as políticas sociais, a relação com o trabalho e a comunidade, dentre outros fatores. Destarte, se faz necessário superar a falácia da generalização sobre o envelhecimento, sendo de suma importância considerar as diferenças acerca da condição de ser velho.

Assim, “[...] o impacto que o envelhecimento acarretará (ou já acarreta) deve ser considerado nas suas múltiplas dimensões, quais sejam: as de natureza demográfica, no sistema de saúde, previdenciário, familiar, sócio-cultural e educacional, dentre outros” (GOMES, 2010, p. 121). Sob esse ponto de vista, é possível afirmar que há diferentes formas entre envelhecer no campo ou na cidade, destacando a organização sóciofamiliar e como se desenvolveram as relações familiares; a condição socioeconômica; as relações desiguais e hierárquicas de gênero; o lugar ocupado no mercado de trabalho; a condição de exclusão social vivenciada; entre outras tantas situações que podem interferir significativamente na condição de tornar-se velho.

Assim, cada idoso/a possui uma história e dependendo de suas condições objetivas de classe social e de vida, bem como o acesso ou não aos serviços vinculados as políticas sociais determinarão as particularidades e formas do processo de envelhecimento. Deste modo pode-se afirmar que a velhice não é homogênea, mas sim heterogênea e permeada de múltiplas determinações e que ao longo da vida refletirá em seu processo de envelhecer. O processo de envelhecimento se contextualiza como uma fase da vida. É um processo biológico, social, cultural e econômico que é definido nos países periféricos, como o Brasil. As legislações que regulam os direitos direcionados a velhice, estabelecem que a normatização de ser idoso perpassa pela determinação etária, ou seja, é considerada idosa aquela pessoa com 60 anos de idade completo.

Entretanto, o pressuposto etário, não dever ser o único fator considerado ao se discutir o envelhecimento de uma pessoa, mas sim observar outros aspectos, tais como a sua condição de classe, a condição física e intelectual, ou seja, a complexidade dos processos biológicos, sociais, comportamentais e, sobretudo, na forma como este indivíduo atuou em trabalhos precários, informais e aqueles que viveram a margem da sociedade, e que integraram a população excedente da força de trabalho supérflua seguindo a finalidade de acumulação e valorização do capital (LARA; CESAR, 2019).

O Brasil é signatário do Plano de Viena e de Madri, destacando que o primeiro foi pensado no envelhecimento dos países desenvolvidos e, o segundo para os países

em desenvolvimento. Do plano de Madri, surgiu o compromisso com o envelhecimento ativo. Entretanto tal pressuposto, primeiramente, desconsidera a realidade brasileira, visto que há alguns elementos que particularizam a realidade local, destacando as diferenças geográficas; a latente desigualdade social; a responsabilização do idoso pela qualidade de seu envelhecimento.

E, por fim, por ver no idoso, um consumidor e, não como sujeito de direitos das políticas sociais que de fato atendam satisfatoriamente as diversas necessidades de uma pessoa velha. Neste enfoque, na maioria das vezes, observam-se campanhas de cuidados com alimentação, exercícios, entre outras, direcionados aos idosos desconsiderando que a qualidade do envelhecimento está fortemente relacionada as vivências desta população, considerando o idoso pelo seu potencial consumidor que “[...] passa por uma resignificação que permite ao mercado de produtos e serviços prolongar a vida útil desses grupamentos” [...] “criando uma série de demandas e ofertas de uma gama formidável de produtos e serviços” (MARINHO, CHAVES, SOUZA FILHO, REIS, 2016, p. 148). Ou seja, histórico familiar, o acesso (ou não) ao trabalho, o acesso ou não a proteção social, entre outros também se vinculará a condição de consumidor potencial.

Estes fatores irão impactar diretamente nas condições que este trabalhador irá envelhecer, neste sentido Teixeira ressalta (2017 p. 42) que “o acesso aos mínimos sociais, através da previdência social e assistência social pelas frações da classe trabalhadora que sempre foram pobres e excluídos do mercado de trabalho formal”, irão definir qual será o desenvolvimento do envelhecimento. Santos, Rios, Silva e Soares (2017) ressaltam que o caminho que o Brasil vem trilhando com o processo de envelhecimento demográfico, requererá a necessidade de respostas as demandas deste público e, sobretudo, de investimento por parte do poder público, partindo da análise das desigualdades e pluralidades nas diferentes classes sociais, para pautar as discussões tanto para o aprimoramento, como para a implementação de políticas sociais que condizem com as demandas da população idosa e seus familiares.

Diante destas afirmações, pode-se inferir não ser possível construir uma análise unilateral nem tampouco deixar de lado, como afirma Teixeira (2017), o acesso dos idosos e sua família a uma renda mínima e necessária para que a sua sobrevivência e necessidades de subsistência sejam atendidas, destacando os gastos com alimentação,

medicação, que se colocam como principais fatores na manutenção da qualidade de vida deste público. Ressalta-se ainda a renda proveniente de aposentadoria ou BPC, que na maioria das vezes é a renda majoritária de sua família, correspondendo a um salário-mínimo.

Em consonância as afirmativas analisadas ao longo do artigo, pode-se concluir que o envelhecimento é heterogêneo, destaca-se que a velhice por si só não se caracteriza somente pela faixa etária ou ainda é sinônimo de doenças. Nota-se a importância de se levar em consideração as relações de trabalho precarizadas, as condições objetivas de vida afetadas pelas relações desiguais de classe e o acesso ou não a renda apresenta-se como influência na qualidade de vida do idoso, o que pode ser fator gerador de dificultadores funcionais e físicos, impactando na preservação ou não da autonomia das pessoas idosas, requerendo por consequência de uma maior atenção e cuidados por parte do poder público, comunidade e família.

3 AS POLÍTICAS SOCIAIS DIRECIONADAS AO ATENDIMENTO À POPULAÇÃO IDOSA

Os estudos sobre as políticas sociais possibilitam identificar várias concepções, compreendidas sob perspectivas ideológicas diferentes. Assim, considerando que o envelhecimento não é homogêneo, entende-se que a política social é uma resposta do Estado as demandas relacionadas ao desenvolvimento econômico e político do capital, mediada também pelas vias de resistência e reivindicação da classe trabalhadora. Behring e Boschetti (2007, p. 43), relacionam:

As políticas sociais às determinações econômicas que, em cada momento histórico, atribuem um caráter específico ou uma dada configuração ao capitalismo e às políticas sociais, assumindo, assim, um caráter histórico-estrutural. Do ponto de vista político, preocupa-se em reconhecer e identificar as posições tomadas pelas forças políticas em confronto, desde o papel do Estado até a atualização de grupos que constituem as classes sociais e cuja ação é determinada pelos interesses da classe em que a situam.

Reafirmando a relação das políticas sociais e o capital, Teixeira (2008) menciona que as políticas sociais são resultado das lutas de classes e suas contradições, sendo necessária a construção de estratégias de pressão popular para que elas se concretizassem. Tais pressões darão o tom as reivindicações que serão atendidas, não como fruto da resistência da classe trabalhadora, mas, como concessões realizadas pelo capital, à classe trabalhadora.

Em se tratando da população idosa não é diferente quando se diz respeito ao embate e lutas em prol de conquistas ou mesmo pela permanência de direitos já existentes para que não sejam retirados. No Brasil, as primeiras manifestações relacionadas ao envelhecimento, apareceram no início do século XX, sendo as primeiras reivindicações, por melhores condições de trabalho, o direito a aposentadoria e pensões que passaram a garantir proteção social na doença, velhice e morte (BERNARDO, 2017).

Tais reivindicações foram motivadas pela organização de operários e, conseqüentemente, contribuíram para dar visibilidade as precárias condições de vida e trabalho as quais a classe trabalhadora estava submetida, consolidando a estrutura desigual e hierárquica entre as classes. Tal condição favoreceu que as necessidades da classe trabalhadora fossem reconhecidas por meio de suas reivindicações, exigindo desta forma, uma resposta do Estado por meio da criação e implementação de políticas sociais que pudessem atendê-las e/ou minimizá-las. Com relação as primeiras ações que posteriormente se concretizaram no estabelecimento legal da política assistência social, Bernardo (2017) destaca que era destinada para aquelas pessoas fora do meio produtivo, ou seja, que não tinham acesso ao mercado formal de trabalho. Menciona a Lei Brasileira de Assistência (LBA) de 1942 e a criação de outras instituições tais como, o SESC, SENAI, SENAC e SESI, este último terá papel importante na visibilidade da velhice ativa.

Na saúde foi construída a distinção entre a saúde pública e medicina previdenciária. Em 1970, a previdência social por meio do Instituto Nacional de Previdência Social aumenta as suas ações, passa a incluir trabalhadores rurais, autônomos e domésticos. Em 1974, os idosos são incluídos através da Renda Mensal Vitalícia (RMV) que repassava meio salário-mínimo a idosos carentes, maiores de 70 anos e inválidos. Em detrimento destas primeiras iniciativas, os movimentos sobre a questão do envelhecimento se intensificaram, sendo importante destacar constituir uma preocupação, com tal temática, tanto de organismos internacionais como nacionais.

Nesse sentido dois planos mundialmente conhecido são: o Plano de Viena em 1982 e o Plano de Madri de 2002 (SOARES, POLTRONIERI, COSTA, 2014). Na década de oitenta do século XX, a preocupação com a velhice passa a compor a CF de 1988,

estabelecendo os direitos desta população. Desta Lei maior, surgiram outras leis complementares, sendo pertinente destacar: a Lei da Saúde de 1990, a Lei Orgânica da Assistência Social de 1993, a Política Nacional do Idoso de 1994, o Estatuto do Idoso de 2002 e a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa de 2006.

A política Nacional do Idoso (1994) deve ser norteadora para implantação e implementação de estratégias e recursos no atendimento das necessidades dos idosos. É uma importante conquista e, tem como premissa a qualidade de vida, a garantia ao idoso da assistência à saúde nos diversos níveis de atendimento do Sistema Único de Saúde. Também em seu artigo primeiro assevera a finalidade de assegurar os direitos sociais do idoso, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade.

Com relação a saúde, o SUS, Sistema Único de Saúde, que abarca o atendimento da pessoa idosa na perspectiva da saúde como direito e universal. Castro (2017) afirma que a elaboração e reflexão de uma política de saúde de atenção a pessoa idosa coloca em evidência a necessidade em reconhecer a garantia da qualidade de vida a este segmento da população.

No entanto, é necessário mencionar os dificultadores e facilitadores para a implementação da referida lei, no sentido de contribuir satisfatoriamente para a promoção da saúde, bem como a autonomia e desejos desta população de forma a observá-la e atendê-la de acordo com a sua particularidade e a sua heterogeneidade. E, neste contexto tão peculiar e heterogêneo da população idosa, convém destacar a reflexão de Camarano e Pasinato (2004, p. 10) “as políticas públicas devem tanto responder às demandas dos indivíduos que buscam o envelhecimento ativo como, também, tentar atender às necessidades daqueles em situação de vulnerabilidade trazida pela idade avançada”.

Nesta perspectiva a saúde constitui um importante fator na manutenção da qualidade de vida da população idosa, pois, é esta política a responsável pela avaliação da capacidade funcional, além de dispor de profissionais especializados no atendimento da pessoa idosa, tanto nas unidades de serviço de saúde como no território de moradia dos idosos, conhecendo as demandas iniciais apresentadas. O papel do SUS, no atendimento a este público, segue estas diretrizes conforme enfoca Castro (2017 p. 162)

[...]a promoção do envelhecimento saudável, manutenção da capacidade funcional, a assistência às necessidades de saúde do idoso, a reabilitação da capacidade funcional comprometida, a capacitação de recursos humanos, o apoio ao desenvolvimento de cuidados informais e apoio aos estudos e pesquisas.

Diante desta afirmação, entende-se que as ações e políticas sociais não podem ser elaboradas pensando em um único perfil de idoso, mas sim considerando seu histórico de vida e acesso aos serviços das referidas políticas ao longo da vida e, com isso a desconstrução de estereótipos acerca da velhice, trabalhando a relação com a família, comunidade, fortalecimentos dos conselhos de direitos e a qualificação permanente dos serviços que atendam a este segmento.

A Previdência Social oferece proteção de renda ao idoso, desde que tenha realizado ao longo da vida, a contribuição e garantido a qualidade de segurado. Ela vem ao encontro como afirma Teixeira (2008) das respostas a problemática social do envelhecimento do trabalhador e outras situações de risco. No entanto, deve-se considerar a precarização do trabalho, que acaba exigindo dos trabalhadores significativa rotatividade, quando não os impelem a trabalhar na condição de informalidade, o que não garante muitas vezes o mínimo de tempo de contribuição para acessar uma aposentadoria.

Além da característica contributiva, essa política vem sofrendo ataques do avanço neoliberal, desembocando nas reformas estruturais da Previdência, que alteram significativamente a dinâmica de amparo aos trabalhadores e como consequência ao atendimento as pessoas idosas. Além disso, a gestão da política previdenciária recorre as tecnologias de informação para acesso a serviços e benefícios não considerando a diversidade do perfil de idosos, e as desigualdades sociais na realidade brasileira. Neste sentido, Wunsch, Mendes e Martins (2017) abordam as lacunas existentes entre as políticas Previdência e Assistência Social para garantir a proteção social aos trabalhadores que adoecem e ficam incapacitados para o trabalho.

Os idosos que contribuíram para a previdência, acessam os benefícios previdenciários. Os demais idosos recorrerão ao BPC, ficando submetidos aos critérios de acesso, avaliações e comprovações, cuja consequência tem sido a dificuldade de acesso e a ausência de cobertura financeira nessa fase de vida. A Política de Assistência Social, consiste em importante normativa no atendimento às necessidades da pessoa

idosa. A Lei Orgânica da Assistência Social, dentre outros objetivos, tem a velhice como a população que será sujeita ao sistema de proteção social.

Ainda nessa mesma lei, o direito a renda foi ampliado, visto que ao idoso excluído do mercado de trabalho ou que por outras razões não teve condições de contribuir com a previdência social, pode ao completar 65 anos e, desde que se enquadre no critério de renda per capita, solicitar o Benefício de Prestação Continuada. Tal benefício pode ser considerado um avanço, visto que visa atender ao idoso que vive em condição de pobreza, e, lhe assegure o repasse de um salário-mínimo no valor vigente em território nacional.

No entanto é ao mesmo tempo problemático, uma vez que usa o critério etário, diferente do estabelecido no Estatuto do Idoso, que é sessenta anos ou mais, para atender ao idoso que tenha acima de sessenta e cinco anos, desconsiderando desta forma, o histórico de vida desta população, que em sua maior parte, foi de desamparo, ou em ocupações de trabalho com grande desgaste físico, somente para citar algumas. Soma-se a isso, o critério de renda per capita, visto que para ter acesso ao direito a renda, o idoso precisa comprovar que vive em uma situação de extrema desproteção.

Convém destacar que as referidas legislações ao colocarem a família como primeira instância na proteção do idoso deveriam observar as necessidades de maior apoio por meio de políticas sociais que as auxiliem nesse processo de proteção, para o não acirramento das desigualdades sociais, prevendo incentivos para a criação de serviços tais como: centros de convivência, centros de cuidados diurnos (Centro Dia), casas lares, atendimentos domiciliares entre outros, que no dia a dia das famílias são serviços que auxiliariam no monitoramento e cuidados com os idosos, prevenindo situações de isolamento e institucionalização.

Outro ponto importante é o fortalecimento de ações intergeracionais, o que pode fortalecer as ações de cuidados direcionados aos idosos com dependentes, bem como identificar uma dupla situação vivenciada pelos idosos no tocante a provisão, distinguindo os idosos que estão assumindo o papel de provedor em decorrência do desemprego e dos baixos salários dos filhos e, os idosos cujas despesas econômicas são mantidas pelos familiares. Ambas as situações incidirão sobre as relações familiares e de cuidados, quando necessário.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teve como finalidade analisar algumas das políticas de atendimento a pessoa idosa, discutindo também o que significa ser velho no Brasil e, por fim, realizar considerações sobre a importância de se reconhecer a heterogeneidade no processo de envelhecimento. Com relação às políticas sociais, nota-se a importância das reivindicações que culminaram ao longo dos anos no reconhecimento dos direitos do idoso, sendo decisiva a organização política dos idosos nas conquistas referentes aos direitos previdenciários.

Além da CF de 1988 do século XX, derivaram legislações específicas que normatizam os direitos da pessoa idosa; entretanto há o entendimento de que tais legislações seguem a lógica no sentido de, primeiramente, responsabilizar a família exclusivamente pelo cuidado da pessoa idosa. Desta forma o Estado se coloca como parceiro, omitindo-se de cumprir o papel que está disposto sobretudo no Estatuto do Idoso, que assegura as possibilidades de contribuir para que o idoso possa desfrutar de um envelhecimento protegido e livre de qualquer situação que possa lhe causar danos.

A Política Nacional do Idoso também estabelece as necessidades e responsabilidades dos entes federados para a garantia e financiamento de políticas públicas, no entanto ainda se faz necessário a implementação de um caminho para a implantação das ações governamentais na garantia dos direitos da população idosa.

Pelo exposto, pode-se inferir que a condição de ser velho segue a lógica do sistema capitalista, em outras palavras, o valor da pessoa idosa é medido pela sua funcionalidade, assim, se ela não produz valor de uso, não serve e, o que é pior, acaba adquirindo uma condição de peso, de despesa sem retorno para o sistema previdenciário, na contra mão do disposto do Estatuto do Idoso, que reconhece essa população como sujeitos de direitos.

Soma-se a isso, a fragilidade das políticas sociais nas quais se infere uma elaboração considerando uma velhice estática, desconsiderando a heterogeneidade dos processos de envelhecimento, bem como a condição desigual dos idosos no Brasil. Neste sentido, observa-se que os serviços prestados pelas políticas sociais atendem parcialmente as necessidades apresentadas pelos idosos, responsabilizando a famílias tanto pelo cuidado como pela provisão de suas necessidades.

Em detrimento das necessidades sociais, a pessoa idosa ativa e os idosos dependentes são identificados como consumidores de uma gama de produtos e serviços que geram um nicho de mercado, fartamente disputado, destacando: as atividades de turismo; as redes farmacêuticas; a oferta indiscriminada de empréstimos que comprometem o pequeno rendimento mensal recebido pelos idosos.

Assim, constata-se que apesar dos avanços percorridos na luta pelo direito e pela visibilidade da pessoa idosa na condição de protagonista de seu envelhecimento, ainda há muito por alcançar, principalmente, no que se refere a exigir do Estado a criação e implementação de políticas que atendam de fato os interesses dos idosos, bem como, o considere diante da heterogeneidade e complexidade do processo de envelhecimento.

REFERÊNCIAS

BERNARDO, Maria Helena de Jesus. A Velhice da Classe Trabalhadora e a Naturalização dos Cuidados Familiares. In TEIXEIRA, Solange Maria (org.). **Envelhecimento na Sociabilidade do Capital**. Campinas: Papel Social, p. 31-51, 2017.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social fundamentos e história**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

BRASIL. Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994. **Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso e da outras providências**. Brasília: Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos 1993. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8842.htm Acesso em 17 abr. 2020.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE**. Brasília, [2010]. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em 07 jun. 2020.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988.

BRASIL. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. **Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências**. Brasília: Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos 1993. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm Acesso em 20 abr. 2020.

BRASIL. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. **Dispõe sobre a Organização da Assistência Social e dá outras providências**. Brasília: Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos 1993. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm. Acesso em 17 abr. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção a Saúde Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas Área Técnica Saúde do Idoso. **Atenção a Saúde da Pessoa Idosa e Envelhecimento. Série Pactos pela Saúde 2006**, v. 12. Brasília: DF, 44 p, 2010.

BRASIL. **Manual de enfrentamento à violência contra a pessoa idosa**. É possível prevenir. É necessário superar. Brasília, DF: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 90 p., 2014.

BRASIL. **Ministério da Cidadania**. Secretaria Especial do Desenvolvimento Social.. Brasília, 2008. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/brasil-amigo-da-pessoa-idosa/estrategia-1>. Acesso em 05 de jun 2020.

BERNARDO, Maria Helena de Jesus. A Velhice da Classe trabalhadora e a naturalização dos cuidados familiares. In TEIXEIRA, Solange Maria (org.). **Envelhecimento na Sociabilidade do Capital**. Campinas: Papel Social, p. 53-74, 2017.

BORGES, Maria Claudia Moura. O Idoso e as Políticas Públicas Sociais no Brasil. In SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes Von, NERI; Anita Liberalesso; CACHIONI, Meire (org.). **As Múltiplas Faces da Velhice no Brasil**. 2ª ed. Alínea: Campinas, SP, p. 79-104, 2006.

CAMARANO, Ana Amélia, **Os Novos Idosos Brasileiros: Muito Além dos 60?**, Rio de Janeiro: IPEA, 2004.

CASTRO, Susane de Fátima de, Políticas públicas de atenção à saúde do idoso: Garantias legais x Realidade efetiva. In TEIXEIRA, Solange Maria (org.). **Envelhecimento na Sociabilidade do Capital**. Campinas: Papel Social, p. 159-177, 2017.

GOMES, Maria das Graças Cunha. Mulher idosa: liberdade, protagonismo e encargo. **Argumentum**, Vitória, v. 2, n.2, p. 189 – 200, 2010. Disponível em <http://www.periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/954/686>. Acesso em 18 de abr.de 2020.

LARA, Ricardo; MARANHÃO, César. Fundamentos do trabalho, “questão social” e Serviço Social. In SOUZA, Edvania Â de; SILVA, Maria Liduína de Oliveira e. (org.). **Trabalho, Questão Social e Serviço Social a autofagia do capital**. São Paulo: Cortez, p. 37-60, 2019.

MARINHO, Maykon dos Santos; CHAVES, Renato Novaes; SOUZA FILHO, Argemiro Ribeiro; REIS, Luciana Araújo dos. Identidades de idosos longevos: significados atribuídos a ser velho. **Argumentum**. Vitória. V. 8, n. 03, p. 146 – 158, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/13693/10431> Acesso em: 18 de abr. de 2020.

SANTOS, Maria Florência dos; RIOS, Thamiris Inoué; SILVA, Ana Carolina Fernandes; SOARES, Nanci. Velhice e Questão Social: Qual a relação?. In TEIXEIRA, Solange Maria

(org.). **Envelhecimento na Sociabilidade do Capital**. Campinas: Papel Social, p. 53-74, 2017.

SOARES, Nanci; POLTRONIERI, Cristiane de Fátima; COSTA, Joice Souza. Repercussões do envelhecimento populacional para as políticas sociais. **Argumentum**. Vitória. V. 6, n. 01, p. 133 - 152. 2014. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/7474/5761>. Acesso em 05 de jun 2020.

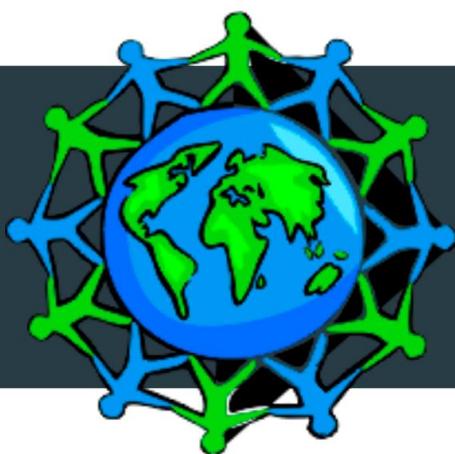
TEIXEIRA, Solange Maria, **Envelhecimento e trabalho no tempo do capital: implicações na proteção social no Brasil**, São Paulo Cortez, 2008.

TEIXEIRA, Solange Maria. Envelhecimento do Trabalhador na Sociedade Capitalista. In

TEIXEIRA, Solange Maria (org.). **Envelhecimento na Sociabilidade do Capital**. Campinas: Papel Social, 2017. P. 31-51.

VILIONE, Gabriela Cristina Carneiro; SOARES, Nanci. A materialização da Política de “envelhecimento ativo” no tempo de ofensiva neoliberal. In TEIXEIRA, Solange Maria (org.). **Envelhecimento na Sociabilidade do Capital**. Campinas: Papel Social, p. 179-197. 2017.

WUNSCH, Dolores Sanches; MENDES, Jussara Maria Rosa; MARTINS, Juliana. Trabalho e previdência social: as lacunas de proteção social na seguridade social. **Argumentum**. Vitória. v. 09, n. 03, p. 37 – 51, 2017. Disponível em <http://dx.doi.org/10.18315/argumentum.v9i3.16780> Acesso em Acesso em: 18 de abr. de 2020.



Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI

III SINESPP

20 a 24
OUTUBRO
2020

SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS
Democracia, desigualdades sociais e políticas públicas no capitalismo contemporâneo

EIXO TEMÁTICO 9 | QUESTÕES DE GÊNERO, RAÇA/ETNIA E GERAÇÃO

DA BIOPOLÍTICA À NECROPOLÍTICA: o racismo institucional como elemento central do Estado

FROM BIOPOLITICS TO NECROPOLITICS: The institutional racism as a central element
from the State

Flávia B. S. Garcia¹
Débora Ruviano²

RESUMO

Neste artigo propomos uma breve reflexão voltada para os conceitos de biopolítica e necropolítica, pautando o exercício do poder advindo do Estado, considerando principalmente que nos encontramos em tempos de avanço do conservadorismo, do endurecimento de práticas neoliberais, e de múltiplas violações de direitos humanos. Apesar dessa conjuntura afetar a todos enquanto sociedade, alguns grupos sentem mais seus efeitos perversos do que outros. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa, tendo como centralidade o debate atrelado à tecnologia da biopolítica - quando o soberano exerce seu direito de fazer morrer ou deixar viver -, e da necropolítica - quando o Estado constrói uma justificativa para matar aqueles que não podem viver. O objetivo é compreender em que medida as decisões e articulações políticas sobre determinado grupo racial autorizam o Estado a praticar o racismo institucional.

Palavras-Chaves: Biopolítica. Necropolítica. Racismo Institucional.

ABSTRACT

In this article we propose a brief reflection on the concepts of biopolitics and necropolitics, guiding the exercise of power from the State, considering mainly that we are living times of advancing conservatism, the hardening of neoliberal practices, and multiple violations of human rights. Although this situation affects everyone as a society, some groups feel its perverse effects more than others. It is a qualitative bibliographic research, focusing on the debate linked to the technology of biopolitics - when the sovereign exercises his right

¹ Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Assistente Social, Mestre em Estudos Africanos. Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Serviço Social - PPGSS. E-mail: flaviabritosouza@gmail.com

² Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Assistente Social, Mestre em Serviço Social. Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Serviço Social - PPGSS. PPGSS. E-mail: deboravro@gmail.com

to make people die or let live - and the necropolitics - when the State builds a reason to kill those who they cannot maintain alive. The objective is to understand the extent to which political decisions and articulations about a certain racial group authorize the State to practice institutional racism.

Keywords: Biopolitics. Necropolitics. Institutional Racism.

INTRODUÇÃO

As contradições da realidade social apresentam elementos que neste dado momento histórico demarcam a postura do Estado com práticas violentas e desumanas sobre determinado grupo racial, a partir da utilização do poder de decidir quem tem o direito à vida e quem não o tem. Esta ocorrência é histórica, mas no momento atual da sociedade brasileira tem se apresentado de forma explícita. Neste sentido, considerando principalmente que nos encontramos em tempos de avanço do conservadorismo, do endurecimento de práticas neoliberais, e de múltiplas violações de direitos, importa salientar que essa conjuntura afeta a todos enquanto sociedade, porém alguns grupos sentem seus efeitos perversos mais do que outros.

Portanto, propomos uma breve reflexão voltada ao debate atrelado a tecnologia da biopolítica - quando o soberano exerce seu direito de fazer morrer ou deixar viver -, e da necropolítica - quando o Estado constrói uma justificativa para matar aqueles que não podem, ou não devem, viver. Para tanto, realizamos pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa, tendo como objetivo central compreender em que medida as decisões e articulações políticas sobre determinado grupo racial, autorizam o Estado a praticar o racismo institucional.

O termo biopolítica foi cunhado por Foucault por volta de 1970 e faz parte de um amplo estudo desenvolvido pelo autor para explicar as relações de poder e a governamentalidade do Estado. Já a necropolítica é um conceito atribuído por Mbembe em 2003 como uma crítica à biopolítica, evidenciando as insuficiências desta última na explicação da violência perpetrada contra alguns grupos racializados na sociabilidade capitalista.

As relações de poder e as formas de se exercer o poder não permanecem as mesmas ao longo dos séculos. Há uma movimentação que corresponde ao modo de produção econômico, à forma de organização das sociedades, aos sistemas políticos existentes, e à moralidade, ambos pertinentes a cada época específica. Porém, neste momento de crise econômica, o exercício do poder vem se intensificando contra a população que se encontra alijada dos seus meios de sobrevivência. Portanto, compreender as relações de poder que compõe as relações sociais é indispensável para repensar formas de resistência, tanto àquilo que está posto quanto ao que nos é imposto, tendo como objetivo o exercício da liberdade humana.

Segundo a concepção de Foucault (2008), o Estado se constituiu a partir das relações de poder, considerando três diferentes mecanismos: o mecanismo de soberania baseado em leis - predominante na Idade Média; o mecanismo da disciplina - implantado no final do século XVIII, e que ainda pode ser visualizado em alguns momentos atuais; e finalmente o mecanismo de segurança - predominante na contemporaneidade. Considerando os objetivos restritos deste artigo, os mecanismos de soberania e de disciplina serão observados, mas não serão exaustivamente analisados.

Com isso, partiremos de uma análise do mecanismo de segurança, ao qual Foucault dará o nome de biopolítica, entendendo que esta atinge seu ápice no neoliberalismo, o mais alto grau de aprimoramento do sistema capitalista. Contudo, ao perceber uma mudança no foco das políticas e ações estatais, compreende-se como algo indispensável a análise do conceito de necropolítica, que compreenderá as várias maneiras pelas quais se objetiva provocar a destruição máxima de pessoas, tendo como estrutura questões raciais contemporâneas. Neste sentido, emerge o racismo institucional, como elemento central do Estado brasileiro, o qual possibilita o direito de matar.

2 AS RELAÇÕES DE PODER DO ESTADO: Biopolítica

As relações de poder do Estado estão imbricadas na sua formação. O Estado dispõe de funções específicas, de mecanismos para o exercício da tecnologia do poder, onde se torna possível exercitar sua soberania. Na passagem do feudalismo ao

capitalismo por exemplo, o mecanismo disciplinar foi o mais utilizado na transição. Considerado como necessário para disciplinar os corpos humanos para conformação de um corpo social alinhado às necessidades do novo sistema que se constituía. Contudo, esse disciplinamento precisou continuar ocorrendo mesmo após essa transição. Pondera-se que a separação desses diferentes mecanismos de poder é puramente abstrata e para melhor compreensão das especificidades de cada um deles é preciso estudá-las “como relações de força que se entrecruzam, remetem umas às outras, convergem ou, ao contrário, se opõem e tendem a anular-se” (FOUCAULT, 2010, p. 225).

Os mecanismos disciplinares foram aplicados de diferentes formas no intuito de produzir corpos adequados às normatizações capitalistas, porém, teve um tipo de corpo que foi mais intensiva e violentamente disciplinado: o corpo da população negra - tomando o caso brasileiro como exemplo, no período escravocrata. Esse disciplinamento transformou o corpo negro em coisa e seu espírito em mercadoria (MBEMBE, 2019). Conforme Munanga e Gomes (2016), a força de trabalho das pessoas em situação de escravidão foi fundamental para o desenvolvimento da colônia com o custo político, social e econômico de serem despojados de sua humanidade, pois o estatuto da época fez deles apenas corpos que serviam como força animal de trabalho, coisas, mercadorias ou objetos, passíveis de compra e venda.

Tratando-se do mecanismo de segurança, ao qual Foucault dará o nome de biopolítica, podemos destacar quatro pontos principais que o diferenciam dos outros mecanismos: a questão dos espaços, os tratamentos de elementos aleatórios, as formas de normalização e a emergência da população (FOUCAULT, 2008). Neste sentido, o mecanismo de segurança surge com a necessidade dos Estados nacionais em organizar e controlar um espaço social – a cidade – por meio da população.

Vale destacar que numa perspectiva foucaultiana há uma diferenciação entre a população, a qual é objeto e ao mesmo tempo sujeito deste mecanismo, e o povo, que não segue as regras, não respeita os mecanismos e insiste em escapar dos dispositivos de controle (FOUCAULT, 2008). O povo é uma massa amorfa que se movimenta sem um sentido pré-estabelecido. Já a população é um objeto estudado, conhecido, quantificada em gênero, número e grau e que pode ser, justamente por isso, mais facilmente regulada. O conhecimento profundo deste objeto faz dele algo previsível em suas ações

e comportamentos. Diante disso, este controle não é mais realizado de forma direta como na disciplina, mas sim por meio da construção de um ordenamento que estimula a população a agir de determinada forma e pune os que agem em contrário.

Sendo assim, pensar numa sociedade que se utiliza do mecanismo de segurança é pensá-la a partir da correlação entre os dispositivos de segurança e a população. São mobilizadas práticas disciplinares dirigidas aos corpos individuais, e técnicas que visam a regulação e o controle operadas sobre a população numa perspectiva coletiva. A tecnologia do poder, portanto, é vista atuando na perspectiva da normalização dos indivíduos tanto no âmbito particular, como no âmbito social.

Desta forma, o mecanismo de segurança, considerado uma nova tecnologia de poder, possui distinção do poder disciplinar, mas se soma a ele nas estratégias de normalização dos corpos constituindo a biopolítica. Esta biopolítica é caracterizada por efetivar procedimentos e atuações no entorno de uma coletividade determinada, a população. Logo, se a marca da disciplina é tornar o corpo-individual útil economicamente e dócil politicamente, a biopolítica prima pelo corpo-espécie previsível e controlável nos aspectos da vida, menos onerosa economicamente e mais induzível politicamente. Assim, a biopolítica assegura o funcionamento de um Estado previdente (que precisa prever os fenômenos em torno da população) e indutor (ocupado por regular o comportamento da população). Com isso uma multiplicidade de áreas interventivas (de poder e de saber) passam a constituir a estatização do biológico e a assegurá-lo na população como questão.

A biopolítica estratifica a população conforme os instrumentos de medição de que dispõe e classifica-a de acordo com idade, gênero, nacionalidade, raça, capacidade de compra, etc. Nas palavras de Foucault (2008, p. 493), a população

[...] não é concebida como uma coleção de sujeitos de direito, nem como um conjunto de braços destinados ao trabalho; é analisada como um conjunto de elementos que, por um lado, se liga ao regime geral dos seres vivos (nesse caso, a população é do domínio da “espécie humana”: essa noção, nova na época, deve ser distinguida da de “gênero humano”) e, por outro, pode dar ensejo a intervenções concertadas (por intermédio das leis, mas também das mudanças de atitude, de maneira de fazer e de viver que podem ser obtidas pelas “campanhas”).

Assim sendo, este é um dos elementos da biopolítica: a “construção” de uma população, voltada para os conhecimentos da humanidade enquanto espécie, cientificamente catalogada e que apresenta determinados comportamentos. Esse conhecimento pormenorizado de cada ser humano pertencente à população permite a composição de dados e indicadores, os quais por sua vez, possibilitam o conhecimento das formas de intervenção para que determinados comportamentos ocorram.

No ramo da biologia, população é o conjunto de seres vivos da mesma espécie que habitam em determinado território. Por isso que, na biopolítica, cada indivíduo deixa de ser um sujeito de direitos, para ser um membro da espécie humana. Retira-se toda individualidade do sujeito, para que cada um torne-se cada vez mais parecido com o outro, e assim, se possa quantificar e catalogar os sujeitos, transformando-os em dados. Os dados poderão, por fim, ser manipulados de acordo com as necessidades e objetivos da sociedade. No caso brasileiro, pudemos observar movimentações políticas nos últimos tempos sugerindo adequações nos formulários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, especificamente no que tange a supressão de indicadores que possibilitam a identificação e uma leitura real do povo brasileiro. Exemplo disso foi o movimento para a supressão do quesito raça/cor nos formulários do IBGE, desconsiderando que historicamente o Brasil realiza o levantamento da cor das pessoas, desde o primeiro censo no século XIX mais especificamente. Em vista disso, podemos citar Mbembe (2019, p.12) que afirma o seguinte: “onde quer que apareça, o negro desencadeia dinâmicas passionais e provoca uma exuberância irracional que invariavelmente abala o próprio sistema racional.”

A aplicabilidade dos elementos da biopolítica enquanto uma tecnologia do poder, pode ser evidenciada a partir das políticas sociais, as quais são avaliadas e fornecem índices de eficácia e eficiência. A grande questão é quem analisa esses dados e o uso que faz deles. Certo é que uma das consequências dessa forma de política, a avaliação – que gera dados e índices sobre qualquer tipo de política implementada –, faz parte praticamente de todas as relações sociais que efetuamos na sociedade.

A organização da biopolítica partiu da intervenção em todos os percursos vitais, isto é, do nascimento até a morte, dos riscos que podem subtrair as forças da vida, por

isso, a preocupação com o meio, com as doenças, com tudo que incapacite o corpo-espécie ou o onere.

A vida regulamentada pelo Estado é a vida majorada em suas forças, em que a morte - estabelecida enquanto condição humana e inevitável a tudo que está vivo -, torna-se mortalidade para determinado grupo. Assim sendo, ressalta-se que se as relações de poder biopolíticas miram a morte, seu interesse repousa sobre a vida. É no controle sobre o que deve viver e o que pode morrer, que o Estado define a condição de sujeição à morte. Pode-se acrescentar à essa análise que o Estado, em sua soberania, sustenta-se na integridade nacional, podendo ser também compreendido como a “proteção da raça” (ALMEIDA, 2018).

Sendo assim, a partir do século XIX o poder exercido pelo Estado é de controle das vidas, cada vez mais disciplinador e regulamentador. Neste sentido, Foucault ressalta que o biopoder, o qual é considerado como a expressão máxima de soberania, vai ditar quem pode viver e quem pode morrer. Logo, os limites da soberania se constituem em matar ou deixar viver (FOUCAULT, 2010).

Resumidamente, o autor entende como biopoder o domínio da vida estabelecido a partir do controle em fazer viver e deixar morrer. Mas afinal, o que motiva então o Estado a deixar viver e fazer morrer? Neste sentido, a partir de uma analítica foucaultiana, pode-se dizer que para tal motivação/decisão o racismo exerce um papel central.

3 DA BIOPOLÍTICA À NECROPOLÍTICA: Produção da morte ao invés de produção da vida.

“É um ‘negro’ aquele que, encurralado contra uma parede sem porta, ainda assim acredita que tudo acabará por se abrir. Ele então bate, suplica e bate de novo, na esperança de que lhe abram uma porta que não existe” (MBEMBE, 2019, p.264).

A *biopolítica* transforma-se em *necropolítica* - produção da morte ao invés de produção da vida. A noção de biopolítica é insuficiente para dar conta das formas contemporâneas de submissão da vida ao poder da morte. Assim, a noção de necropolítica compreende as várias maneiras pelas quais, neste momento, as armas de fogo são dispostas com o objetivo de provocar a destruição máxima de pessoas, tendo

como questão estruturante as questões raciais contemporâneas. Deste modo, o conceito intercessor de necropolítica e seu acoplamento na biopolítica proporciona um potencial analítico tanto epistemológico quanto metodológico para pensarmos as questões mundiais e neste caso em específico a partir da realidade brasileira (MBEMBE, 2018).

Para Foucault (2010) o racismo de Estado é a licença dos governantes para matar. Por meio do racismo, o Estado constrói uma justificativa para matar aqueles que não podem viver. Neste sentido, a divisão da população também vai ocorrer para identificar aqueles que devem viver e aqueles que devem morrer.

O conceito de necropolítica, apesar de evidenciar-se na realidade a partir de uma leitura crítica, é reconhecido por aqueles os quais são afetados por este mecanismo de poder e não por quem o pratica, já que ele não é construído para todos/as, mas atinge uma parte específica da população - identificada pela raça. Assim sendo, foi esta raça que “esteve, no decorrer dos séculos precedentes, na origem de inúmeras catástrofes, tendo sido a causa de devastações psíquicas assombrosas e de incalculáveis crimes e massacres” (MBEMBE, 2019, p. 13). Logo, mais do que nunca, a realidade brasileira escancara o modelo de fazer política por meio da necropolítica: quando os níveis de violência aumentam sobre determinado grupo social; quando crescem os grupos de extermínio paramilitares, ou milícias; quando se percebe muito notadamente um grupo populacional sendo alvo da produção do terror e do medo; quando um presidente da república se utiliza de símbolos que remetem à violência; o alvo principal é a população negra e pobre (ALMEIDA, 2018). Para ilustrar esta violência, destacamos que no Brasil, no ano de 2017, segundo dados do IBGE (2019), a taxa de homicídios foi 16,0 entre as pessoas brancas e 43,4 entre as pessoas negras, a cada 100 mil habitantes. Essa estatística expressa que neste mesmo ano as chances de uma pessoa negra ser vítima de homicídio intencional era 2,7 vezes maior do que uma pessoa branca.

Nas palavras de Mbembe (2018, p. 19-20) “a percepção da existência do Outro como um atentado contra minha vida, como uma ameaça mortal ou perigo absoluto, cuja eliminação biofísica reforçaria meu potencial de vida e segurança”, torna a morte uma alternativa para manter a ordem social. Assim, a população negra considerada o Outro neste país, sente na pele a atuação de um Estado racista e assassino, sem

possibilidade de distinção entre política, suicídio e homicídio. Neste sentido, estaria a população negra vivenciando um Estado de exceção que justificaria o direito de matar? Logo, há uma linha tênue entre o exercício do poder do Estado e o terror da população.

O terror vivenciado pela população não é algo novo deste tempo, sabemos que a história política demonstra que no período do colonialismo, por exemplo, Estados escravistas colocavam em prática o terror com base na alteridade - a soberania colocava em prática o exercício do seu poder que estava às margens da lei (ALMEIDA, 2018). Destarte, pressupõe-se que a expressão máxima da soberania reside no poder e na capacidade do Estado de ditar: quem pode viver e quem deve morrer. Por isso, matar ou deixar viver são indicativos do limite da soberania, seus atributos fundamentais. Sendo assim, exercitar a soberania é pôr em prática o exercício do controle sobre a mortalidade e definir a vida como a implantação e manifestação de poder.

O que faz com que o Estado construa as condições práticas para o exercício da morte, de ter o direito de matar ou de deixar viver? Podemos neste sentido, nos pautar no racismo considerando-o exercício da morte que vem deixando a população negra, a qual representa mais de 54% da população brasileira, às margens do acesso aos direitos. O não acesso aos direitos nos diz sobre a pessoa, o grupo racial portanto, condenado à morte. Assim, a morte se estrutura na ideia de soberania, política e sujeito. Numa perspectiva hegeliana, a morte humana é essencialmente voluntária, resultado de riscos conscientemente assumidos pelo sujeito - como culpabilização dos sujeitos, porém não é o que se aplica no Estado brasileiro (MBEMBE, 2018).

Esta violência do Estado, quando utiliza o exercício do poder para determinar que quem morre é a população negra, explicita o racismo estrutural que organiza politicamente esta instituição, a partir das relações sociais capitalistas. Neste sentido, a análise da concepção de racismo institucional indica que se trata do poder como principal elemento da relação racial, visto que o racismo é o exercício do domínio de uma raça sobre outra raça, a partir de condutas e parâmetros discriminatórios. Assim, as relações de poder, procedimentadas pela classe que se encontra no domínio da organização tanto política como econômica da sociedade, servem para manter a hegemonia de determinado grupo racial no comando.

Destarte, o racismo institucional baseado nas concepções de Almeida (2018) é tratado a partir dos resultados das dinâmicas institucionais, os quais proporcionam privilégios e desvantagens dependendo da raça, sendo que o Estado apresenta-se como determinante à segurança do desenvolvimento capitalista, cumprindo desta forma um vetor institucional e estrutural desse processo.

Assim, a prática do racismo institucional por parte do Estado ratifica a ideia de que a igualdade no Brasil é uma utopia, uma vez que a desigualdade social brasileira está subjacente à discriminação racial sistemática ou difusa, a qual não deixa de ser latente. Dados do IBGE (2019), apontam que no ano de 2018 a população brasileira era majoritariamente negra (contabilizando pretos e pardos) somando 55,8%, enquanto os brasileiros que se declararam brancos totalizaram 43,1%. Com relação à população desocupada e à população subutilizada, que inclui, além dos desocupados, os subocupados e a força de trabalho potencial, a população negra é expressivamente mais numerosa. Apesar de representar pouco mais da metade da força de trabalho 54,9%, formam cerca de $\frac{2}{3}$ dos desocupados 64,2% e dos subutilizados 66,1%. Enquanto as mulheres receberam 78,7% do valor dos rendimentos dos homens, em 2018, as pessoas negras receberam apenas 57,5% dos rendimentos das pessoas brancas. Este racismo - apresentado em números - proporciona as desigualdades de acesso aos direitos básicos, reproduzido por exemplo no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS. De acordo com a Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade, dos/as brasileiros/as que dependem exclusivamente do SUS, 67% são negros e negras. Se considerarmos que a população atendida no SUS em média possui renda de um quarto do salário mínimo, constatamos uma precarização violenta das condições de vida desta população no Brasil.

Trazer à tona estes índices é poder demonstrar categoricamente como o racismo é o esqueleto do capitalismo, da sociedade brasileira, e como ele possibilita a sustentação para uma fonte de privilégios de pessoas brancas e seus aparelhos de manutenção de poder, como é o caso do Estado. O racismo é uma relação de poder que se manifesta historicamente na sociedade brasileira, sendo compreendido como “um sistema de opressão que vai além de ofensas, negando direitos” (RIBEIRO, 2018, p.71).

Assim, o racismo permite ao Estado o exercício do poder pondo em prática atos extremos de violência, a naturalização da morte, do não acesso ao saneamento básico e aos sistemas de saúde e educação, e impondo a realidade de que negros e negras vivam sobre o horror do genocídio do seu povo. São mecanismos de destruição da população negra, os quais se aperfeiçoam no contexto neoliberal. Ao aperfeiçoar estes mecanismos, o neoliberalismo abrange o maior número possível de povos e territórios, atingindo inclusive outras raças, as quais poderão vivenciar o que é ser negro/a, poderão sentir na pele o que é viver com medo diariamente, ou definitivamente vivenciar a pobreza e até mesmo a miserabilidade (MBEMBE, 2018).

Neste sentido, a necropolítica, segundo nos revela Almeida (2018, p.96) se estabelece “como a organização necessária do poder em um mundo em que a morte avança implacavelmente sobre a vida. A justificação da morte em nome dos riscos à economia e à segurança torna-se o fundamento ético dessa realidade.” Assim, para um país como o Brasil, que se desenvolve a partir de um racismo institucional compatível com a necropolítica, por meio do exercício do poder do Estado, carrega consigo a realidade de proporcionar à população negra o terror de viver na mira de um fuzil, a insegurança do não retorno para casa, a possibilidade de ter a casa invadida a qualquer hora do dia, conviver com o fato de seus entes desaparecerem sem investigação do caso, a necessidade de desviar de corpos estendidos no chão em suas comunidades (ALMEIDA, 2018).

Nesta monta, Franco (2014) apresenta o poder soberano do Estado e a prática do racismo institucional, ao demonstrar que as normas jurídicas não são alcançáveis para a população de modo geral e que, portanto, vivemos a violência de um Estado de exceção permanente. Este racismo se revela especialmente genocida se analisarmos suas estratégias, as quais subjagam quem deve viver e quem deve morrer, conforme o conceito de necropolítica. Nessa acepção, a morte da população negra utilizada pelo dispositivo do racismo é contínua.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o exposto neste artigo, observamos que ao apresentar o conceito de biopolítica, Michel Foucault recupera uma crítica aos mecanismos de poder do

sistema capitalista, demonstrando, no entanto, algumas limitações tendo em vista a influência do eurocentrismo, o qual é insuficiente para analisar a realidade periférica do sistema capitalista (LOSURDO, 2011). Pondera-se que este apontamento não exclui as análises realizadas pelo autor ao longo das suas obras, especificamente os conceitos foucaultianos que analisam e explicam as formas de poder atuais e suas barbáries em voga em um país como o Brasil. Entretanto, sob este prisma conceitual, Achille Mbembe torna-se essencial ao enunciar o conceito de necropolítica e contribuir com um pensamento crítico voltado aos grupos que mais sentem os efeitos perversos do capital. Portanto, a necropolítica de Mbembe exerce uma função de exposição e denúncia das práticas de racismo institucional por parte deste capitalismo perverso, enquanto elemento central do Estado.

A partir das ações de soberania do Estado, observamos a aplicabilidade da morte quando nos deparamos com índices que demonstram o tratamento através do genocídio direto da população preta negra por meio de armas de fogo, e do genocídio indireto através do não acesso aos direitos. Ao nos voltarmos para o mecanismo estatal, destacamos que a aniquilação dos corpos que carregam vidas negras é o fim de um processo de condenação à morte, pois esta população está a todo o tempo exposta à possibilidade da morte violenta iminente.

Os índices nos fornecem uma dimensão das condições de vida da população negra e as especificidades que este grupo carrega consigo. Ao analisarmos os dados estatísticos de largos períodos, pode-se observar que historicamente o Estado é inimigo da população negra, assassino direto e indireto desta população. A exemplo disso, em tempos de experiências que provocam a destruição humana tal como a proliferação do vírus denominado COVID-19, já existem estudos incipientes demonstrando a diferença do impacto da pandemia entre brancos e negros, principalmente no que diz respeito ao número de pessoas negras que estão sendo hospitalizadas ou morrendo por conta do vírus (MUNIZ; FONSECA; PINA, 2020). E se o racismo pode ser considerado uma manifestação normal da sociedade, não é neste momento de pandemia, contudo, que se expressaria algum tipo de anormalidade, ou que um elemento estrutural deixaria de atuar.

As resolutividades do Estado são dadas por meio de atos de violência. Sendo assim, quando verificamos as tecnologias de poder trazidas a partir de uma perspectiva foucaultiana, compreendemos que o poder político mantém uma guerra entre as raças, evidente e ensurdecadora - mas ao mesmo tempo silenciosa, justificada pelo Estado e por ele autorizada. Assim, uma única e mesma raça é detentora do poder político e responsável pela organização das normas, mantendo o restante do corpo social condizentes aos seus interesses. Ao utilizar-se do seu exercício do poder, os matáveis pelo Estado são aqueles/as considerados/as perigosos/as, considerados/as os/as que se desviam dos processos de normas sociais e que rompem com as leis. Aqueles e aquelas que são compreendidos/as a partir da subalternidade da raça, por conta do racismo que impera contra a população negra.

Portanto, se no período escravocrata o agravante era a exploração das pessoas em situação de escravidão, somadas todas as suas mazelas, hoje o/a trabalhador/a negro/a vive o fato de não estar inserido no sistema que explora a força de trabalho. Encontra-se na sua maioria, entregue ao abandono sem utilidade para o funcionamento do capital, porém a desigualdade vivenciada por esta população estrutura este sistema opressor, atualmente, vigente.

REFERÊNCIAS

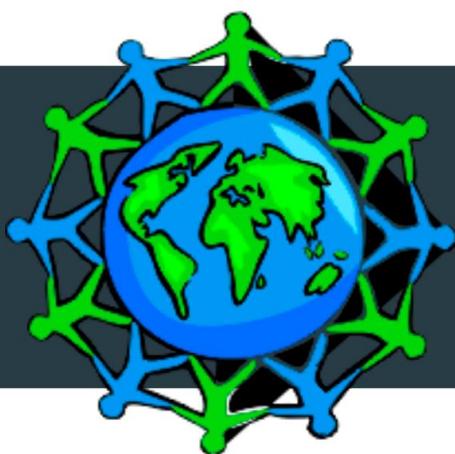
ANTUNES, R. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2000.

ANTUNES, Ricardo. **A Desertificação Neoliberal no Brasil** (Collor, FHC e Lula). 2ª edição. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

BEHRING, E. R. **Brasil em contra-reforma:** desestruturação do Estado e perda de direitos. 2. ed. São Paulo, Cortez, 2008.

BEHRING, E. R; BOSCHETTI, I. **Política Social:** fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2011.

BOITO JR, Armando. A hegemonia neoliberal e o sindicalismo no Brasil. **Rev. Crítica Marxista**, nº 3, São Paulo, Editora Brasiliense, 1996.



Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI

III SINESPP

20 a 24
OUTUBRO
2020

SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS
Democracia, desigualdades sociais e políticas públicas no capitalismo contemporâneo

EIXO TEMÁTICO 9 | QUESTÕES DE GÊNERO, RAÇA/ETNIA E GERAÇÃO

AS REVERBERAÇÕES DOS PARADIGMAS DE UMA SOCIEDADE PATRIARCAL NO CONTEXTO PRISIONAL FEMININO: breves apontamentos

THE REVERBERATIONS OF PARADIGMS OF A PATRIARCAL SOCIETY IN THE FEMALE
PRISION CONTEXT: brief notes

Camila Dourado Neves ¹

RESUMO

A mulher, na sociedade, é subjugada e relegada a espaços subalternos em quase todos os âmbitos, e a construção da sociedade, ao longo do tempo, deu a elas condições de sociabilidade diferenciadas, tendo, em cada fase da história, particularidades que se interligam ao contexto social, econômico e político vigente. No entanto, em todos os períodos é possível perceber uma semelhança: o subjugo do sexo feminino. No contexto prisional a cobrança social é ainda maior. A sociedade patriarcal impõe às mulheres modelos de comportamento a serem seguidos e contrariá-los implica no enfrentamento de estigmas e retaliações sociais. O presente trabalho, portanto, tem a intenção de analisar como o patriarcado influi na realidade prisional das mulheres, de que forma a socialização do gênero feminino se insere nesse contexto e como o sistema prisional, instituição majoritariamente masculina, responde a essa realidade.

Palavras-Chaves: Patriarcado; Gênero; Sistema Prisional.

ABSTRACT

A woman, society, is subject and relegated to subordinate spaces in almost all areas, and the construction of society, in the long run, gave the same conditions of differentiated reliability, having, in each phase of history, particularities that are interconnected to the social context current, economic and political. However, in all periods it is possible to perceive a similarity: the female subject. In the prison context, social charges are even greater. A patriarchal society imposes models of behavior that are followed and opposed to women - implications without facing social stigma and retaliation. The present work,

¹ Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal do Maranhão - Cidade Universitária Dom Delgado, São Luís/MA. E-mail: camilaneves96@gmail.com

therefore, intends to analyze how patriarchy influences women's prison reality, which forms female socialization if it is in this context and how the prison system, a mostly male institution, responds to this reality.

Keywords: Patriarchy; Genre; Prison System.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo geral discutir acerca das influências a que estão sujeitas as mulheres inseridas ou egressas do sistema prisional, diante de uma sociedade tradicionalmente patriarcal e gerida a partir de leis e modelos masculinos. Tem como objetivos específicos compreender esse modelo patriarcal de sociedade e conhecer a realidade da mulher nesse contexto e na história, além de explorar a conjuntura da mulher no cárcere. A metodologia adotada foi a pesquisa bibliográfico-documental e análise de dados por meio de método quantitativo e qualitativo.

Assumindo um panorama geral, tem-se que a estruturação sócio histórica da mulher se deu de maneira subalternizada e ocultada. Grande parte dos feitos históricos do gênero feminino foi esquecido ou mesmo camuflado por homens. Isso se deu, dentre outros motivos, em razão de uma divisão sexual do trabalho que reservou à mulher atividades domésticas, no âmbito privado, enquanto aos homens o trabalho remunerado e a vida pública. Outrossim, às mulheres, historicamente incidem da sociedade exigências sobre seu comportamento, que são comumente de cunho moral.

Esse ordenamento reproduziu implicações em diversos domínios, dentre esses, o sistema prisional. A construção das instalações prisionais femininas se deu a partir de um modelo masculino de encarceramento, isto é, a inserção das mulheres no sistema prisional de todo o mundo aconteceu quando o aprisionamento masculino já era uma realidade. Assim, foi através do aproveitamento de experiências, leis, espaços e referências masculinas que as mulheres se estabeleceram no âmbito das penas de privação de liberdade, o que deixou esse público invisibilizado e sem suas necessidades e particularidades vislumbradas.

Ademais, como será visto, as primeiras instalações prisionais que inseriram mulheres tiveram como base princípios religiosos, que impunham às apenas normas contendo valores morais, os quais estabeleciam rigidez e uma punição duplicada:

referente à sua pena em si e à cobrança da sociedade por infringir o que se espera de uma mulher. Somado a isso, as políticas penitenciárias dos primeiros estabelecimentos prisionais reforçavam a divisão sexual do trabalho, direcionando as mulheres a atividades domésticas e tradicionalmente executadas pelo sexo feminino.

Assim, constatou-se, a partir das pesquisas realizadas que a realidade da mulher encarcerada, no contexto da sociedade patriarcal em que se vive, é permeada por determinações que dá à vivência da mulher no cárcere um cunho de dupla penalização. Em outras palavras, o sexo feminino na prisão enfrenta os preconceitos sofridos pela população carcerária somada à uma realidade de discriminação de gênero.

Compreende-se, portanto, que o cárcere para as mulheres possui outros significados, que serão, de modo breve, expostos no decorrer deste ensaio, o qual irá se destringir nos seguintes itens: 1) A mulher na sociedade patriarcal: apontamentos sócio históricos, explicitando o patriarcado - a fim de fazer um breve panorama histórico e atual dessa categoria - e os estudos sobre o gênero feminino, sua história, exigências, particularidades e discriminações vividas; e 2) A mulher encarcerada: elementos para reflexão, que elucidará a e evidenciará a história, o perfil e o contexto atual das mulheres encarceradas, analisando o sistema prisional feminino ante a sociedade.

2 A MULHER NA SOCIEDADE PATRIARCAL: apontamentos sócio históricos

O patriarcado, enquanto categoria de análise, se desdobra em diversas linhas de pesquisa. Apesar da variedade de opiniões e da discordância sobre alguns pontos dessa temática, a multiplicidade de orientações teóricas permite que o conceito alcance os diversos níveis de opressão exercidos pelos homens sobre as mulheres, nas diferentes instâncias da sociedade. Nesse contexto, o que é consensual entre os estudiosos, é que patriarcado se refere à dominação de homens sobre mulheres (MORGANTE e NADER; 2014).

Há uma concepção clássica de patriarcado que se refere e se limita ao âmbito doméstico. Esta perspectiva provém dos estudos de Max Weber, que considera o patriarcado apenas no domínio familiar, onde se tem a figura de um patriarca e o governo do pai. Segundo Morgante e Nader (2014), esse conceito foi criado em um período anterior ao capitalismo e, portanto, não se encaixa à realidade corrente, e de acordo com as autoras, quem o defende hoje, acaba por desconsiderar as mutações a

que a sociedade está sujeita, tendo em vista que as configurações familiares são diversas, a inserção da mulher na sociedade se dá de maneira diferenciada e as relações de gênero estão remodeladas.

Lobo (1992) critica a visão de imutabilidade do patriarcado e sustenta ainda, que a divisão sexual do trabalho e a estrutura patriarcal tem evidente conexão, pois “De uma certa forma, o patriarcado funda a divisão sexual do trabalho e é por sua vez fundado nas bases materiais da sociedade.” (LOBO; 1992). A autora também sugere que o patriarcado não age apenas em si e por si mesmo, mas dentro e influenciado por um outro sistema, para alimentá-lo e beneficiá-lo, no caso, o sistema capitalista.

Assim, é crucial - apesar da consensualidade dos estudiosos em considerar o patriarcado como a dominação de homens sobre mulheres - observar a linha temporal e as nuances deste conceito. Não cabe, na contemporaneidade, utilizar a perspectiva de Weber sem considerar o movimento e a diversidade social, afinal, a sociedade moderna se constitui de diversas outras instâncias além da doméstica: econômica, política, midiática, dentre outras e, nesse contexto, a mulher é subordinada ao homem sob variados prismas e configurações que, por vezes, está camuflada e intrincada no ideário e nas vivências sociais (MORGANTE e NADER; 2014). Assim, a influência social no ideário individual faz com que reproduzamos, de forma inconsciente, os princípios de uma estrutura opressora e isto porque,

Como estamos incluídos, como homem ou mulher, no próprio objeto que nos esforçamos por apreender, incorporamos, sob a forma de esquemas inconscientes de percepção e apreciação, as estruturas históricas da ordem masculina. (BOURDIEU; 2002, p. 15).

Percebe-se, portanto, que a variabilidade de perspectivas acerca de patriarcado adentra em distintas discussões e domínios que são naturalizados e por nós reproduzidos. Em outras palavras, o contexto patriarcal vai muito além do domínio doméstico-familiar, uma vez que as configurações familiares estão transformadas e a sociedade também.

Essas nuances podem ser percebidas através da trajetória da mulher na história. Em meados do século XX são percebidas no Brasil modificações na estrutura da sociedade patriarcal, que são causadas pelo aumento populacional. Essas

transformações ocorrem em razão, principalmente, de mudanças políticas e econômicas que influenciaram na sociedade como um todo. (ANGOTTI; 2012)

Essas mudanças nacionais se deram tendo como referência o processo de urbanização das cidades com o advento da revolução industrial, o que desencadeou em alterações na realidade e no cotidiano feminino, referente justamente à estrutura patriarcal estabelecida. Ou seja, até esse momento, limitadas à vida privada, as mulheres de classe média tinham o dever doméstico do lar, e os homens estavam encarregados do trabalho remunerado com uma vida pública e política ativas. O cenário social e econômico se modificou, exigindo que as mulheres passassem a frequentar os espaços das fábricas e, conseqüentemente, sua presença fora do âmbito privado, é percebida (ANGOTTI; 2012).

Apesar das mulheres comporem o universo operário desde o século XVIII, os estudos acerca da mulher no trabalho e no operariado, segundo Lobo (1992) são escassos. A autora argumenta que pensar nessa invisibilidade da mulher enquanto operária é tarefa fundamental, uma vez que sua presença se deu de forma marcante inclusive nas lutas operárias. Diante disso, é possível perceber como a história da mulher na sociedade foi ocultada e que, apesar de existirem estudos no que se refere à classe trabalhadora e às lutas operárias, poucos são os que mencionam as mulheres.

Não obstante às transformações sociais da época, as determinações sociais que recaiam sobre a mulher anteriormente, permaneceram. A nova realidade da mulher na vida pública carregava exigências de caráter dual, da mesma forma em que elas deveriam estar “bem apresentáveis” em sociedade, não poderiam transparecer frivolidade e preocupação exacerbada com a aparência. Neste sentido,

[...] ao mesmo tempo em que era exigido da mulher um refinamento, um cuidado estético consigo e com os filhos e uma imagem impecável, digna de ser exposta na cidade, a futilidade feminina era algo que deveria ser combatido. A mulher não podia se render aos excessos nas compras, ao culto a si mesma e ao consumo. O transitar feminino pela esfera pública, ao mesmo tempo em que exigia uma mulher bem apessoada e cuidada, poderia provocar a futilidade. (ANGOTTI, 2012; p: 92).

No Brasil, havia a preocupação do Estado em manter a família e a moral da sociedade, já que com a presença das mulheres nas ruas, temas complexos e controversos como o adultério vieram à tona. Assim, acontece um incentivo estatal ao casamento, há destinação de orçamento à saúde de mães e filhos, além do surgimento

do movimento de Eugenia, que demonstra a preocupação com a manutenção de padrões sociais tradicionais, havendo, desse modo, uma grande movimentação em torno do que é considerado moral e correto para uma mulher, desconsiderando as diversas realidades a que esta possivelmente, está sujeita. Em outras palavras, o modelo de sociedade em que se espelham essas exigências é o modelo burguês branco - que se caracteriza pela hegemonia do homem branco. Isto, se se observar a partir de uma perspectiva crítica, exclui diversas realidades, impossibilitando determinados sujeitos de alcançarem essa referência.

Importa revelar, que diversos estudos de gênero consideram e agregam ao debate as categorias classe e raça. Isto é, a mulher, enquanto sujeito social está também inserida na luta de classes e na conjuntura estrutural do racismo. É crucial considerar tais categorias, uma vez que os estudos de gênero delas descoladas, excluem e invisibilizam diversos sujeitos e grupos. Ademais, o debate aqui delimitado, qual seja, a mulher no cárcere, muito se articula ao racismo e à sociedade de classes, já que a população carcerária sofre em demasia com um aparato penal seletivo que opta por aprisionar a parcela vulnerabilizada da sociedade.

Nesse sentido, Flávia Biroli, em seu livro “Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil” ao demonstrar as diversas vivências a que estão sujeitas as mulheres - distribuídas em variadas realidades - cita algumas autoras, dentre elas Betty Friedan, que relata as experiências de mulheres que anseiam por uma participação pública e política mais marcante. Nesse contexto, Biroli aponta:

Os arranjos familiares, as vivências e os sentimentos descritos por Friedan correspondiam ao modo de vida de um grupo específico de mulheres. No mesmo contexto, nos Estados Unidos de meados do século [XX], essa organização da família correspondia a privilégios e era acessível a poucas. No mesmo período, outras estavam equilibrando-se entre as demandas da casa, do casamento, da maternidade e de trabalhos remunerados. Para estas o trabalho remunerado fora de casa não era uma escolha nem um investimento em vida mais plena, não correspondia ao mundo meritocrático que Friedan vislumbrava com a superação das injustiças de gênero nem era necessariamente vivenciado como algum tipo de libertação (BIROLI, 2018; p. 104).

As lutas e discussões feministas muitas vezes desaguam em rumos diferenciados e, a partir disso, percebe-se a importância de identificar as diferentes realidades em

torno do feminino para que não se recaia nas lutas de somente um grupo, aquele que é maior evidenciado e noticiado. O que é privilégio para umas, para outras é obrigação.

É perceptível, assim, no contexto capitalista e contemporâneo, que não é mais somente a figura de um patriarca que representa a sociedade patriarcal, mas todo um aparato estrutural que contempla as mais variadas dimensões da vida, como a economia, política, mídia e trabalho, influenciando na vida da mulher de maneira marcante, uma vez que responde às necessidades do capitalismo, cuja lógica é reproduzida pelo sistema carcerário, em especial, no que se refere ao encarceramento feminino, sobre o que será tratado a seguir.

3 A MULHER ENCARCERADA: elementos para reflexão

O sexo feminino, no âmbito prisional, teve um percurso peculiar na história. A inserção das mulheres no cárcere se deu quando o sistema prisional masculino já havia se consolidado. Isso aconteceu em razão de uma menor incidência de mulheres na criminalidade, fato que pode ser explicado através de uma história que deu à mulher uma participação tardia na vida pública. Isto é, a limitação do feminino ao âmbito doméstico, deu a elas reduzida participação criminal e, em consequência disto, destinou-as a estabelecimentos prisionais precarizados, reaproveitados e despreparados para suprir suas necessidades específicas.

Em âmbito mundial, a primeira construção prisional erguida especialmente para mulheres encontra-se na Holanda e data do século XVII, The Spinhuis, incentivador do trabalho às custodiadas, foi o modelo de estabelecimento voltado para a execução das penas de privação de liberdade femininas na Europa.

Em âmbito nacional, no século XIX eclodiram os debates em torno da condição dos estabelecimentos prisionais, quando houve uma preocupação das autoridades no que se refere ao sistema prisional como um todo e reformas e estudos penitenciários vieram à tona, a exemplo está o livro do penitenciarista José de Lemos Britto, “Os Systemas Penitenciários do Brasil”. A fim de mapear e expor a realidade desse universo, o autor relata a condição de diversos estabelecimentos prisionais do Brasil na época. No entanto, pouco menciona a vivência das mulheres, fato que é influenciado pela menor presença desse público, o que as relegou por anos da preocupação do Estado.

Apesar da pouca referência, segundo Angotti (2019), o encarceramento feminino no Brasil é uma realidade desde o Brasil Colônia, entretanto, acontecia em conjunto com os homens, sendo que o primeiro estabelecimento prisional somente para mulheres fica no Rio Grande do Sul, fundado em 1937. Essa instalação, outrora, encarcerava homens e foi reutilizada para o aprisionamento feminino. A primeira estrutura erguida exclusivamente para privar mulheres de liberdade, data de 1942, no Rio de Janeiro e foi denominada de Penitenciária Feminina do Distrito Federal.

Angotti (2019) traz ainda que a separação de homens e mulheres dos estabelecimentos prisionais se deu também como uma forma de manter a ordem dos presídios e punir os homens. Segundo ela, os estudos da época apontam que a presença das mulheres dava à pena masculina uma forma mais amena e aumentava a promiscuidade.

A segregação dos espaços prisionais por gênero, se configura como um avanço, já que o compartilhamento desses recintos representava negligência completa às necessidades das mulheres e um risco para a integridade feminina, que é historicamente violentada por homens. No entanto, mesmo quando esse marco vem à tona, a marca do machismo se faz presente. Seria a mulher a responsável pela promiscuidade? Ou a causa seria uma construção de sociedade que dá aos homens poderes para abusar sexualmente, violentar e colocar o sexo feminino em um local de inferioridade?

Mesmo com a separação de sexo nos presídios, as configurações laborais nos novos recintos, em âmbito mundial e nacional, se davam de modo a reproduzir a divisão sexual do trabalho, isto é, as mulheres realizavam trabalhos tradicionalmente destinados ao feminino, tais como corte e costura – inclusive realizando a confecção dos uniformes dos homens –, limpeza e lavanderia. Nesse sentido, “as mulheres eram submetidas a grande vigilância e controle, mais que os homens, pois, além de terem de seguir as regras gerais do cotidiano prisional, deveriam aprender posturas e comportamentos femininos” (ZEDNER, 1995; p. 354 apud ANGOTTI, 2018; p.25).

Grande parte dessas características de forte reprodução da sociedade patriarcal no interior do cárcere, principalmente nos séculos passados, se deu em razão da intervenção de uma instituição religiosa na administração dos presídios. Denominada Congregação Bom Pastor d’Angers, a entidade se expandiu por toda a América Latina e

pelo mundo, e atuou de maneira marcante, principalmente nas penitenciárias femininas. No Brasil, a instituição começou a operar no final do século XIX.

A condução dos presídios femininos por uma organização religiosa demonstra imposição de regras morais às mulheres, a transferência de responsabilidade do Estado e a aplicação de punições às mulheres simplesmente por não seguirem o comportamento socialmente imposto ao sexo feminino, já que, segundo Angotti (2019), “a grande maioria das mulheres estavam ali por contravenções penais relacionadas à desordem pública”. Assim, à época dessa intervenção religiosa, se percebe marcadamente a influência do conservadorismo imposto ao sexo feminino no âmbito prisional, uma vez que as infrações cometidas por mulheres eram de baixo potencial ofensivo e relacionadas diretamente à quebra dos paradigmas machistas.

Contemporaneamente, neste contexto, as novas configurações da mulher na sociedade fizeram com que elas ocupassem espaços diferenciados, inclusive o do crime. Assim, o número de custodiadas vem crescendo periodicamente, conforme aponta dados do Levantamento de Informações Penitenciárias – INFOPEN mulheres 2019. Em 2000, o número de mulheres no Sistema Prisional era de aproximadamente 6 mil, sendo que 17 anos depois, esse número cresceu 533%, alcançando o número de 37.828 mulheres, e no mesmo período a população carcerária geral cresceu 216%, o que significa metade do crescimento da população feminina.

Assim, é notório que o movimento da sociedade interfere tanto nas práticas e hábitos, quanto no quantitativo prisional. Isto é, conforme a mulher passa a se fazer presente na vida pública - se inserir no mercado de trabalho e conseqüentemente constituir a classe trabalhadora atingida pelas expressões da questão social - isso se reflete também em números dentro das prisões.

Nesse sentido, não basta que haja a redução das desigualdades de gênero sem que aconteça superação das relações sociais patriarcais, pois apesar de a mulher não mais se limitar ao ambiente doméstico, ocupando variadas funções, lhe são reservados um lugar de inferioridade e “na medida em que as disparidades sócio-econômico-estruturais entre os sexos diminuem, há um aumento recíproco da criminalidade feminina” (LEMGRUBER; 1999). Em outras palavras, a partir do momento em que as mulheres ascendem na vida pública e passam a ocupar lugares que antes eram ocupados somente por homens, novas demandas são impostas ao Estado.

Essa conexão entre a criminalidade feminina ao local de inferioridade da mulher na economia pode ser visualizada nos tipos penais encontrados nos presídios femininos. 60% das mulheres encarceradas cumprem pena por crimes relacionados ao tráfico, 12,90% por roubo e 7,80% por furto, configurando a maioria dos crimes cometidos (INFOPEN; 2019). Esses delitos se relacionam principalmente à subsistência e ao complemento de renda, o que associa também o cometimento dessas transgressões à necessidade da mulher em compensar diferenças salariais, cargos subvalorizados e consequente instabilidade econômica.

Ademais, o sistema penitenciário brasileiro como um todo tem a marca da precariedade. O alcance a serviços de saúde e assistência social e jurídica se dá de forma dificultosa e limitada material e qualitativamente. Para as mulheres, o acesso ao suprimento de necessidades básicas - tendo em vista que, em um ambiente tradicionalmente masculino, elas demandam serviços e itens singulares – se configura como um dos principais desafios. É incontestável, nesse cenário, diante da história da mulher na sociedade, da trajetória do sistema prisional feminino e da realidade atual do cárcere, que o aprisionamento atinge os sexos de maneira distinta. Embates sociais relacionados ao gênero e o estigma que carregam internos e egressos cercam a vida dessas mulheres.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do supracitado é fundamental a discussão e a percepção de que o sistema prisional, tanto no âmbito masculino como no feminino, é marcado por um conservadorismo exacerbado, fato que dá às penas de privação de liberdade como um todo um caráter marcadamente punitivo, deixando o fim primeiro do aprisionamento - reinserir na sociedade um indivíduo transformado - de lado, priorizando-se o castigo, a correção. O que dá ao aprisionamento um caráter de penitência.

Assim, quando a discussão se centra no universo feminino isso se transfigura em um debate permeado por exclusão, invisibilidade e violência atravessados pela discriminação de gênero. À mulher, como foi visto, foi reservado um local de inferioridade na sociedade e, quando se pensa em estabelecimentos prisionais planejados e construídos a partir de normas masculinas, isso se opera de forma muito mais agravosa, já que o público prisional, tradicionalmente, tem suas necessidades

atendidas de forma morosa, lenta, e isso se amplia quando se trata de uma parcela que tem necessidades ímpares.

Essas instituições prisionais foram construídas sobre uma estrutura conservadora, assim, se evidencia, dentro do âmbito das penas de privação de liberdade, a reprodução de exigências sociais que recaem sobre a mulher. Portanto, além de um sistema prisional voltado a atender, em primeiro lugar, às necessidades masculinas, o sexo feminino está condicionado a obedecer normas tradicionalistas. Nesse sentido, percebe-se que o conjunto penitenciário se configura como uma realidade micro do que é a sociedade, como uma amostra. O que lá se apresenta, pode ser enxergado em liberdade de maneira ampliada.

REFERÊNCIAS

ANGOTTI, Bruna; BRAGA, Ana Gabriela Mendes; CÂMARA, Mariana Varela. Curso “**Encarceramento feminino visto de perto: Gênero, maternidade e prisões estrangeiras**”, realizado pela EMAG. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=-pHm2CaOcSI>>. Acesso em 15 de maio de 2020.

ANGOTTI, Bruna. **Entre As Leis Da Ciência, Do Estado e de Deus: o surgimento dos presídios femininos no Brasil**. 1ª ed. São Paulo: IBCCRIM, 2012.

ANGOTTI, Bruna; BRAGA, Ana Gabriela Mendes; CÂMARA, Mariana Varela. Curso “**Encarceramento feminino visto de perto: Gênero, maternidade e prisões estrangeiras**”, realizado pela EMAG. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=-pHm2CaOcSI>>. Acesso em 18 de maio de 2020.

BIROLI, Flávia. **Gênero e Desigualdades: limites da democracia no Brasil**. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2002.

BRASIL. INFOPEN Mulheres 2019 - Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias. Disponível em: <http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen/relatorios-sinteticos/infopen-jun-2017-rev-12072019-0721.pdf> acesso em 20 maio de 2020.

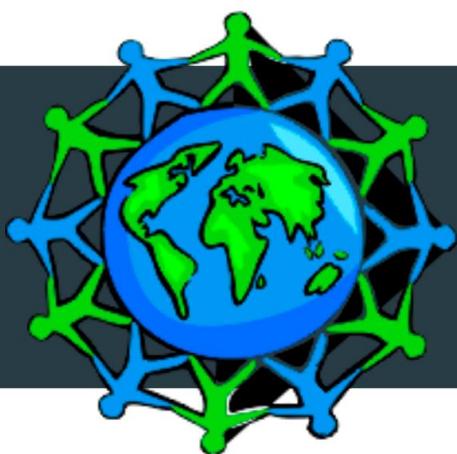
LENGRUBER, Julita. **Cemitério dos vivos: análise sociológica de uma prisão de mulheres**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Forense, 1999.

LOBO, Elizabeth Souza. **O Trabalho como Linguagem**: o Gênero do Trabalho. In: COSTA, Albertina de Oliveira e BRUSCHINI, Cristina (Orgs). Uma questão de gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

MORGANTE, M. M.; NADER, M. B. **O patriarcado nos estudos feministas**: um debate teórico. In: Encontro Regional de História da Anpuh-Rio: Saberes e Práticas Científicas, 16., 2014, Rio de Janeiro. Anais. Rio de Janeiro: Ed. ANPUH, 28 jul. 2014. p. 1-10.

Disponível em:

<http://encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1399953465_ARQUIVO_textoANPUH.pdf>



Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI

III SINESPP

20 a 24
OUTUBRO
2020

SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS
Democracia, desigualdades sociais e políticas públicas no capitalismo contemporâneo

EIXO TEMÁTICO 9 | QUESTÕES DE GÊNERO, RAÇA/ETNIA E GERAÇÃO

A SOCIEDADE E OS PAPÉIS ATRIBUÍDOS PARA HOMENS E MULHERES

SOCIETY AND ROLES ASSIGNED TO MEN AND WOMEN

Elciane Silva Gomes¹
Mariana Rocha Menezes²
Adriana Lima Barros³

RESUMO

Percorrendo a história no que diz respeito aos papéis socialmente construídos para homens e mulheres, adentramos nas relações de gênero e na construção social desses papéis. É observado que desde os primórdios da história se ensina aos seres humanos o que é ser homem e o que é ser mulher, se tornando um processo internalizado a partir do momento que se descobre o sexo biológico até o decorrer de suas vidas enquanto pertencentes a sociedade. Reforçando a manutenção desses papéis temos o patriarcado representado nas instituições de Estado, igreja, escola e família. Este estudo se pauta na identificação desses papéis atribuídos a homens e mulheres socialmente construídos nas relações de gênero. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, explicativa e bibliográfica. Podemos constatar a tentativa de manutenção dessas funções postas a homens e mulheres por parte do patriarcado, em contrapartida temos as mulheres lutando, se impondo pela sua emancipação no meio social.

Palavras-Chaves: Sociedade, Homens e Mulheres, Papéis Sociais.

ABSTRACT

Going through history with respect to socially constructed roles for men and women, we enter into gender relations and the social construction of these roles. It is observed that since the beginning of history human beings have internalized what it is to be a man and what it is to be a woman, becoming an internalized process from the

¹ Graduanda em Serviço Social pela Faculdade Uninassau, Parnaíba-PI. E-mail: elciane-gomes@hotmail.com

² Graduada em Serviço Social pela Faculdade Uninassau, Parnaíba-PI; Estudante de pós graduação lato sensu em saúde público com ênfase em saúde mental, pela Faculdade Ademar Rosado (FAR). E-mail: marianarochamenezes@hotmail.com

³ Referências do Autor 3. Assistente Social, Mestra em Saúde da Família - RENASF pela Universidade Federal do Piauí (UFPI) e Professora na Faculdade UNINASSAU/Parnaíba-PI. E-mail: adriana.barros@gmail.com

moment that biological sex is discovered until the course of their lives as belonging to society . Reinforcing the maintenance of these roles we have the patriarchy represented in the institutions of State, church, school and family. This study is based on the identification of these roles attributed to men and women socially constructed in gender relations. It is a qualitative, explanatory and bibliographic research. We can see the attempt to maintain these roles attributed to men and women by the patriarchy, in contrast we have women fighting, imposing themselves for their emancipation in the social environment.

Keywords: Society, Men and Women, Social Roles.

INTRODUÇÃO

O estudo apresenta a construção dos papéis socialmente construídos na sociedade, elencando uma visão desde a fase embrionária, quando a cor do enxoval do bebê é determinada pelo sexo, se for homem a cor atribuída é azul se for mulher a cor atribuída é a rosa, o que passa disso, como por exemplo a inversão dessas cores é classificado como fora do comum.

O trabalho também adentra a fase da puberdade onde muitos desses papéis já estão presentes na vida dos jovens determinando seu comportamento perante a sociedade, seja na igreja, em família, na escola e até mesmo nos grupos entre eles frequentado. A visão trazida segundo os estudos é um comportamento mais retraído e cauteloso das meninas, uma vergonha atribuída a elas intencionalmente para que não se arrisquem a ultrapassar o padrão estabelecido. Já para os meninos tem um comportamento mais liberto, atribuído a uma noção de força e virilidade inabalável, fazendo com os mesmos ditem os padrões a serem obedecidos, ganham uma liberdade de andar nas ruas com uma ideia de dominação.

O texto também nos traz um comportamento de descontentamento e revolta por parte das mulheres que correm atrás de uma revolução para com esses papéis atribuídos a elas e aos homens, lutando para que os sexos não determinem sua vida, seu jeito de ser, sua liberdade enquanto cidadã e detentoras de direitos a duras penas conquistados ao longo da história.

O intuito motivacional do artigo é identificar esses papéis atribuídas a homens e mulheres perante a sociedade. Papéis esses atribuídos antes até mesmo de seus nascimentos, e determinantes na descoberta de seus sexos para uma iniciação de

instruções de comportamentos perante as entidades sociais, família, Estado, escola e igreja. Conhecer esses papéis atribuídos e seu percurso ao longo da história é primordial, para discuti-los e indagá-los.

O estudo será desenvolvido com uma apresentação histórica sobre os papéis atribuídos para homens e mulheres na sociedade. Apresentando de início uma visão religiosa acerca da temática estudada na tentativa de ir mais fundo na construção desses papéis determinados, em seguida uma demonstração dessas funções que reverberam até hoje em sociedade, em quais padrões determinados para as mulheres. Trará também uma exposição no meio desse processo enquanto homens e mulheres jovens, finalizando com ênfase na reação das mulheres a esses papéis estabelecidos a elas.

Segundo Severino (2016), trata-se de uma pesquisa qualitativa, bibliográfica e explicativa. A coleta de dados foi feita através de artigos que discutem a temática apresentada, analisando assim os dados que contribuem e correspondem aos objetivos da pesquisa, identificando assim os papéis atribuídos a homens e mulheres na sociedade.

2 BREVE EXPLANAÇÃO HISTÓRICA DOS PAPEIS ATRIBUÍDOS

Ao longo do tempo foram criadas algumas definições para o conceito de gênero, dentre elas, relações construídas na sociedade. Mas quando se fala de gênero de acordo com suas mais variadas definições sobre o que é ser homem e o que é ser mulher, considera-se o início dessas determinações e papéis sociais.

Dessa forma, faz-se necessário retomamos a história de Adão e Eva, para compreendermos sua influência na construção e na delimitação do papel do homem e da mulher em nossa cultura. Adão, no momento que prefere Eva e, conseqüentemente, desobedece a Deus, tem dele retirada a sensibilidade emotiva, o potencial da manifestação de afeto, este de foro interno e privado; desta maneira, esse assunto passa a ser proibido aos homens, e o macho deve manifestar sua função dominante sobre a terra, o sistema e a mulher, ou seja, cuidar de assuntos de foro público e notório. (SILVA, 2016, p. 04).

Segundo a menção acima, considerando as diversas definições de gênero e suas explicações à soberania do homem e submissão da mulher, tem como uma de suas origens a religião norteando essa construção de papéis sociais entre homens e mulheres com o passar do tempo considerando todos os determinantes históricos.

Ainda para SILVA (2016, p.04), “Eva se ocupa do espaço interno e privado, o campo dos sentimentos, da fragilidade, da doçura, do amor; sua responsabilidade é parir e cuidar dos filhos, do lar e do bem-estar do homem dentro desse ambiente”. Ou seja, desde os primórdios até os dias atuais são estabelecidos papéis sociais para homens e mulheres.

Para que possamos compreender as relações de gênero é necessário identificar as representações sociais baseadas pelas diferenciações de sexos biológicos, de poder e subordinação na sociedade, assim como, determinações de tarefas atribuídas a homens e a mulheres nesse meio. (SILVA, 2016).

Existem diversas perspectivas para o estudo da origem desses papéis socialmente atribuídos na sociedade com base nas relações de gênero, adentrando agora a um viés do período embrionária pode ser aprofundado o conhecimento acerca da temática.

O papel do homem e da mulher é constituído culturalmente e muda conforme a sociedade e o tempo. Esse papel começa a ser construído desde que o (a) bebê está na barriga da mãe, quando a família de acordo com a expectativa começa a preparar o enxoval de acordo ao sexo. Dessa forma, cor de rosa para as meninas e azul para os meninos. Depois que nasce um bebê, a primeira coisa a ser identificada é o sexo: “menina ou menino” e a partir desse momento começará a receber mensagens sobre o que a sociedade espera desta menina ou menino. Ou seja, por ter genitais femininos ou masculinos, eles são ensinados pelo pai, mãe, família, escola, mídia, sociedade em geral, diferentes modos de pensar, de sentir e atuar. (CABRAL; DIAZ, 1998, p. 01).

As atribuições a mulheres e homens são determinadas com cores, para mulheres a cor rosa, representa a suavidade, delicadeza, passividade, sentimentalismo e todos os brinquedos que se assemelham as mesmas como bonecas rosas, ursinhos, o meio interno representado pelo espaço de brincar sempre em casa, reforçando assim as características determinadas, para homens a cor azul representando, força, virilidade, masculinidade, insensibilidade, brinquedos pesados, agressivos, como carrinhos, bolas e sempre em um espaço externo como as ruas. Representando a liberdade ao homem e a privação da mesma a mulher.

A desigualdade de gênero, como outras formas de diferenciação social, trata-se de um fenômeno estrutural com raízes complexas e instituído social e culturalmente de tal forma, que se processa cotidianamente de maneira quase imperceptível e com isso é disseminada deliberadamente, ou não, por certas instituições sociais como escola, família, sistema de saúde, igreja, etc. (CABRAL; DIAZ, 1998, p. 03).

3 CONSTRUÇÕES SOCIAIS COM BASE NO SEXO MASCULINO E FEMININO

Com as relações de gênero nascem os papéis socialmente atribuídos para homens e mulheres e conseqüentemente suas desigualdades e reflexos na vida dos indivíduos desde a fase embrionária, perpassando na sua vida em sociedade, sendo reforçada por todas as entidades na qual as pessoas estão sendo sustentadas, como família, escola, igreja, e demais sistemas públicos.

Os significados são construídos através das exclusões, deve-se, portanto, reconhecê-las e assumir a responsabilidade pelas exclusões existentes no trabalho de cada um. Continuar reproduzindo o conhecimento histórico como tem sido feita, com a ausência ou subordinação das mulheres, indica uma política que naturaliza e desqualifica certas categorias e reprime certos temas, endossa e faz funcionar, por exemplo, gênero. (SCOTT,1994 apud SIQUEIRA, 2008, p. 116).

As relações de gênero são constituídas com exclusões em diversas categorias, como por exemplo no espaço de trabalho, política, dentre outros, indicando uma situação de naturalização dessa prática no que diz respeito ao papel da mulher nesse cenário, atribuindo a mesma a subordinação perante ao que lhe é atribuído.

A história torna-se elemento fundante para se entender gênero e as relações sociais no que diz respeito aos papéis dos homens e das mulheres, proporcionando assim o questionamento dessas construções sociais, como se justifica o gênero? E se explica essas posições dadas a esses sujeitos? A história contribui para o desdobramento dessas discussões. (SIQUEIRA, 2008).

Socializadas em âmbito privado, coube às mulheres a tarefa de cuidar dos filhos, dos pais, do marido, da casa de modo geral, figurando como responsáveis pela manutenção da ordem em casa, apaziguadoras de conflitos, refletindo-se esses cuidados nas atividades que assumem ao participarem dos espaços públicos. (SANTOS; OLIVEIRA, 2010, p. 13).

Ao adentrarmos nesse papéis construídos socialmente para homens e mulheres podemos identificar características precisas atribuídas ao sexo feminino, como agir e se portar com familiares e sociedade em geral, em seu meio privado e público. Tendo que apaziguar quaisquer questões conflituosas em seu meio.

Para mulheres, novas tarefas, sobretudo, a de procriar, de ser mãe e esposa sob as exigências do casamento monogâmico, cabendo-lhe, como imposição sumária, o espaço do lar, enquanto, ao homem, restava o trabalho desenvolvido fora do espaço doméstico. (SANTOS; OLIVEIRA 2010, p.13).

As autoras trazem nas suas perspectivas no que diz respeito aos papéis atribuídos para homens e mulheres na sociedade, demonstrando que as mulheres têm funções construídas em uma ordem, como por exemplo, filha, esposa, mãe e assim sucessivamente, e ligando esses fatos podemos trazer ao estudo a visão de Scott que fala sobre a invisibilidade da mulher que a partir de suas funções passa despercebida de sujeito mulher antes de tudo.

Para Santos e Oliveira (2010, p. 13):

A partir das condições objetivas e subjetivas dos papéis que ocupam socialmente e do modo desigual como são construídas as relações, as mulheres não possuem acesso igualitário ao trabalho, aos salários, aos bens, de maneira geral. Na educação, por exemplo, as escolas e outras instituições educadoras continuam pautando as questões referentes às mulheres no campo da reprodução do machismo, conferindo mais liberdade aos meninos do que às meninas. É também muito forte a influência religiosa cristã nos colégios, principalmente nas grandes escolas católicas, que transmitem uma ideia de mulher, mãe, cuidadora, enquadrada no modelo tradicional e conservador de família, em que o pai é o chefe que manda na mãe e nos filhos.

Com essa demonstração das funções impostas as mulheres, podemos observar esses papéis sendo determinados pelo patriarcado respaldados na religião, moldando as mulheres em casa, na escola, nas igrejas e conseqüentemente nas ruas de como devem se portar, é nessa imposição que se nota a desigualdade latente nas relações de gênero.

Esta construção social do que é ser mulher e do que é ser homem se relaciona com o sistema patriarcal, aqui entendido como um sistema de dominação masculina, com constituição e fundamentação históricas, em que o homem organiza e dirige, majoritariamente, a vida social. (SANTOS; OLIVEIRA, 2010, p. 14).

A ideia construída para a subalternização da mulher se faz em uma construção histórica baseada nas relações de gênero, para a manutenção da ordem de dominação masculina, reverberando em práticas machistas conduzidas pelo patriarcado se alicerçando nas entidades de família, governo, igreja e sociedade.

De acordo com Desouza; Baldwin e Rosa (2000, p. 490):

Os papéis de gênero condizem com as interpretações tradicionais do Brasil como tendo uma cultura machista. Muitos tentaram resumir o machismo como ele aparece no mundo latino. Especialmente em termos do mundo hispânico no hemisfério ocidental, o machismo tem sido descrito como uma norma cultural que engloba todas as características que são verdadeiramente

“masculinas”. Muitos descrevem o machismo em termos de indiferença a família, distanciamento dos filhos, resistência às adversidades, assédio sexual, capacidade de beber muito, agressividade contra outros homens, dominação em relação as mulheres.

A construção desses papéis e reafirmação dos mesmos ao longo dos anos proporcionaram diversas consequências para ambos os lados, assim como a sociedade por inteiro. É notória de acordo com o estudo apresentado a manutenção do patriarcado referente aos papéis socialmente construídos, vista que o papel atribuído ao seu lado masculino, corrobora para a sua manutenção.

4 O IMPACTO DA CONSTRUÇÃO DESSES PAPEIS NA FASE DA PUBERDADE DOS/AS JOVENS

Quando se fala em papéis construídos socialmente para homens e mulheres desde a fase embrionária até os dias atuais, é interessante que haja a observação da fase da puberdade, como momento impar e divisor de águas para a construção do que é ser homem e do que é ser mulher para esses adolescentes. Visando isso um grupo de pesquisadores promoveram oficinas e trabalharam essas questões com os jovens.

Para Baggio et al. (2009, p. 877):

Na interação observada entre os gêneros durante as oficinas, as adolescentes/jovens demonstram, em sua maioria, um comportamento recatado, cauteloso, tímido e submisso à imagem e presença masculina. Assim, na correlação entre o feminino e o masculino, entende-se que o homem pode expor-se, enquanto a mulher não é livre para este comportamento, para expressar suas ideias, sendo submissa à figura masculina, que tem a posse e o controle do sexo oposto.

De acordo com as oficinas realizadas por esse grupo de pesquisadores as consequências das desigualdades nas relações de gênero são latentes, à medida que os jovens se apresentam ao grupo das oficinas, faz-se aparente os espelhos vivenciados em seu comportamento, espelhos estes que estão presentes em casa, na rua, na própria escola e sociedade de modo geral, no cotidiano por eles vividos.

5 AS CONSEQUÊNCIAS DOS PAPEIS ATRIBUÍDOS SE REVERBERAM NA VIDA ADULTA

A mulher torna-se adulta e assume novos papéis na sociedade contemporânea. No entanto, verifica-se que ao mesmo tempo em que há um grande número de transformações, como resultado de novas crenças, valores

tradicionais permanecem estruturando a relação homens mulheres na sociedade e na família, e continuam sendo transmitidos de pais para filhos. (Baggio et al., 2009, p. 873).

Com base na menção acima as mulheres se posicionam a novos papéis, entretanto os papéis socialmente construídos ao longo da história ainda se fazem presente no seio contemporâneo, como espelhos refletindo de avós para pais e de pais para filhos estruturando as relações de gênero no meio social.

[...]os seus efeitos estão presentes até hoje. Isto significa existir um descontentamento com o passado, uma análise depreciativa de como as mulheres eram criadas, da sua submissão, dos limites estreitos impostos ao seu movimento dentro dos grupos sociais e às possibilidades de escolha profissional. Todos esses aspectos, aparecem na discussão, quer de grupos feministas quer de outros que passam a enfatizar o excesso de trabalho que recai sobre a mulher que, agora, mantém atividades fora do lar, mas ainda é responsável pelo bom andamento da casa, dos filhos e do bem-estar do marido. É como se um caldeirão estivesse no fogo, pronto para entrar em ebulição a qualquer momento. (ALVES, 2000, p. 237).

Os papéis foram construídos socialmente, determinaram as funções do homem e da mulher, entretanto, as mulheres expressam seu descontentamento e discutem em grupos todas as questões e consequências que englobam a discussão de gênero, onde a categoria trabalho é um assunto permanentemente discutido em suas diversas dimensões desde conceito a questões salariais.

Segundo Santos e Oliveira (2010, p. 14):

Compreende-se que o processo de luta, que objetiva o fim da opressão (dominação-exploração) das mulheres, está além de colocá-las em situação de igualdade de oportunidade com o gênero masculino. Trata-se de estabelecer relações sociais fundadas na igualdade substantiva. E neste sentido, tem sido fértil a interlocução entre algumas vertentes do movimento feminista com sujeitos coletivos que atuam na organização da classe trabalhadora por meio de sindicatos, partidos políticos, movimentos sociais e outros sujeitos coletivos.

Levando em consideração todo os papéis atribuídos as mulheres ao longo do tempo, é notória a sua resistência perante os mesmos, apesar das informações apresentadas constatarem a permanência desses papéis, também nos mostram a luta das mulheres por sua emancipação econômica, política e social.

Afirmar a existência de uma diferença que estrutura o comportamento das mulheres leva a um tipo de discurso que pode ser apropriado pelo antifeminismo, contribuindo para a apresentar a posição subalterna das mulheres na sociedade como um efeito de suas escolhas autônomas. De

alguma maneira, permite a atualização da velha percepção de que as posições de homens e mulheres refletem não a dominação, mas pretensas inclinações naturais diversas de um e outros sexos. Esse é um risco presente nas abordagens maternalistas. (MIGUEL; BIROLI, 2014, p. 75).

Em contrapartida a organização das mulheres no descontentamento dos papéis construídos socialmente, está o patriarcado se utilizando de explicações autorais para manutenção de sua dominação e exploração.

Para Miguel e Birolí (2014, p.76) “A aposta radical das vertentes mais avançadas do feminismo é na desestabilização de qualquer relação fixa entre o sexo biológico e os comportamentos, preferências e papéis sociais”. Ou seja, o movimento feminista, tem como uma de suas vertentes desconstruir os papéis sociais construídos na sociedade para homens e mulheres, em busca da emancipação feminina.

Para antifeministas não existe gênero e deve ser respeitado os sexos biológicos, mas para as feministas o sexo biológico não é levado em consideração e sim o gênero, já que mesmo com a existência dos sexos sua diferenciação é uma construção cultural, ou seja, gênero. (MIGUEL; BIROLI, 2014).

De fato, o feminismo tem enfrentado historicamente todas as correntes que buscam estabelecer um embasamento científico para a ideia de que o comportamento de homens e mulheres é determinado pela natureza, desde a psicanálise até as correntes mais contemporâneas da sociobiologia. (MIGUEL; BIROLI, 2014, p. 80).

Quando o patriarcado é contrariado, as mulheres desafiam o que foi instituído a elas e resolvem se organizar para discutir, resistir e lutar por sua emancipação, já o primeiro se utiliza de artifícios de naturalização desses papéis construídos socialmente na tentativa de desestimular os grupos dessas mulheres, para que haja a manutenção de seus papéis.

6 CONCLUSÃO

Ao longo do estudo podemos observar que desde a fase embrionária e descobrimento do sexo do bebê por parte da família, há uma construção de papéis sociais para o sexo feminino e masculino, atribuindo a cor rosa para menina e azul para o menino, o bebê a partir desse momento passa a ser construído socialmente.

Já na puberdade há toda a reprodução desses papéis, onde os jovens se espelham em seus pais e familiares reverberando o comportamento no meio social,

onde o mesmo é reafirmado pelo Estado, igreja e escola, refletindo, assim, na socialização desses adolescentes, meninas mais “recatadas” e pertencentes ao lar e meninos livres e pertencentes as ruas.

A partir do momento em que há uma reflexão sobre o papel do homem e o papel da mulher ao longo da história até os dias atuais, inicia-se uma luta por parte das mulheres para a desconstrução desses papéis sociais e para que ganhem novos espaços perante a sociedade.

Os papéis determinados pelo patriarcado e reforçado pela religião desde os primórdios ainda existem até hoje e lutam para reafirmar a todo momento a dominação, exploração e subalternização da mulher.

Os antifeministas tentam a todo momento deslegitimar o movimento feminista criando estereótipos para as mulheres com a intenção de descredibilizar o movimento, em pró da manutenção dessa ordem social que oprime e subalterniza as pessoas que não vivem seus padrões impostos.

O patriarcado quer naturalizar, a invisibilidade feminina, legitimando que o espaço da mulher é cuidar, do lar, do marido, dos filhos, de todos menos dela mesma. Enquanto ao homem, forte, viril e provedor da família se torna o ser mais importante socialmente.

O feminismo ao longo da história ganhou muitas batalhas e continua lutando até os dias atuais em busca da verdadeira emancipação da mulher como ato político e igualitário. Desconstruindo, assim, todos os papéis atribuídos aos homens e as mulheres determinados pelo sexo, lutando pelo desligamento entre sexo e relações de gênero, elementos diferentes entre si.

REFERÊNCIAS

ALVES, Zélia Maria Mendes Biasoli. **Continuidades e Rupturas no papel da mulher brasileira no século XX**. Psicologia: Teoria e Pesquisa, v.16, n. 3, p. 233-239, set/dez. 2000.

BAGGIO, Maria Aparecida et al. **O significado atribuído ao papel masculino e feminino por adolescentes de periferia**. Esc Anna Nery Ver. Enferm, Rio de Janeiro, v. 13, n. 4, p. 872-878, out/dez. 2009.

CABRAL, Francisco; DIAZ, Margarita. **Relações de gênero**. In: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BELO HORIZONTE; FUNDAÇÃO ODEBRECHT. Cadernos afetividade e sexualidade na educação: um novo olhar. Belo Horizonte: Gráfica e Editora Rona Ltda, p. 142-150, 1998.

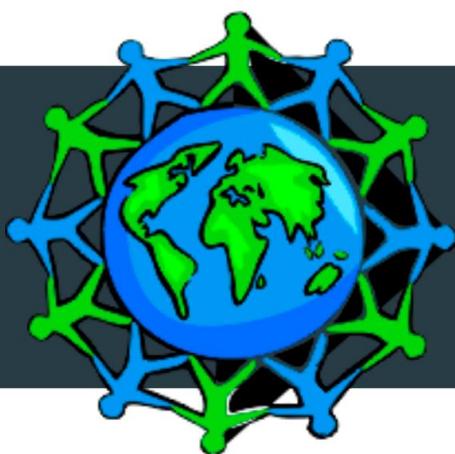
DESOUZA, Eros; BALDWIN, John R.; ROSA, Francisco Heitor da. **A construção dos papéis sexuais femininos**. Psicologia: reflexão e crítica, v. 13, n. 3, p. 485-496, 2000.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e Política**. São Paulo: Boitempo, 2014.
SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos; OLIVEIRA, Leidiane. **Igualdade nas relações de gênero na sociedade do capital: limites, contradições e avanços**. Katál, Florianópolis, v.13, n. 1, p. 11-19, jan/jun. 2010.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

SILVA, Carla da. **A desigualdade imposta pelos papéis de homem e mulher: uma possibilidade de construção da igualdade de gênero**. Disponível em: <
<https://docplayer.com.br/2729680-A-desigualdade-impоста-pelos-papeis-de-homem-e-mulher-uma-possibilidade-de-construcao-da-igualdade-de-genero.html>>. Acesso em: 17 de fevereiro de 2020.

SIQUEIRA, Tatiana Lima. **Joan Scott e o papel da história na construção das relações de gênero**. Ártemis, v. 8, p. 110- 117, jun. 2008.



Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI

III SINESPP

20 a 24
OUTUBRO
2020

SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS
Democracia, desigualdades sociais e políticas públicas no capitalismo contemporâneo

EIXO TEMÁTICO 9 | QUESTÕES DE GÊNERO, RAÇA/ETNIA E GERAÇÃO

DIREITOS HUMANOS E DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Izabel Herika Gomes Matias Cronemberger¹

RESUMO

Até a década de 80, século XX, as crianças e adolescentes não tinham seus direitos assegurados à proteção pelo Estado, na fase de vida que requer maior atenção, cuidado e proteção social. O artigo discute, especificamente, a trajetória da declaração dos direitos do homem e do cidadão até a declaração dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas, ênfase para os direitos da criança e do adolescente via Estatuto da Criança e do Adolescente, Brasil, com o intuito de identificar processos de estruturação e de garantia desses direitos, de modo especial, entre os que vivenciam a deslegitimação do Direito à Convivência Familiar e Comunitária. Em termos metodológicos, recorre-se à pesquisa bibliográfica e documental fruto de pesquisa de doutoramento para apreender os avanços no conjugado Direitos Humanos e direitos de crianças e adolescentes. Os resultados apontam o distanciamento entre a realidade e os direitos infanto-juvenis definidos no Estatuto da Criança e do Adolescente, 1990.

Palavras-Chaves: Direitos Humanos. Direitos da Criança e do Adolescente. Estatuto da Criança e do Adolescente.

ABSTRACT

Until the 1980s, the 20th century, children and adolescents did not have their rights guaranteed to protection by the State, in the life stage that requires greater attention, care and social protection. The article deals specifically with the rights of children and adolescents based on Human Rights, in order to identify the processes of structuring and guaranteeing these rights, especially those children that have delegitimized the right to family and community coexistence. Bibliographic, documentary and field research were carried out to apprehend the advances and challenges in the combination of Human Rights and the rights of children and adolescents. The results demonstrate the gap between the reality of children and adolescents and their rights defined in Child and Adolescent Statute, Brazil, 1990.

Keywords: Human Rights. Rights of Children and Adolescents. Child and Adolescent Statute.

¹Assistente Social; Doutora em Políticas Públicas (UFPI); Mestre em Políticas Públicas (UFPI); Especialista em Administração de Recursos Humanos (UFPI); Professora Universitária (UNIFSA); izabel_herika@hotmail.com.

INTRODUÇÃO

Historicamente, no campo internacional e nacional, crianças e adolescentes, no âmbito da regulamentação da convivência familiar e comunitária, foram excluídas, ignoradas e amontoadas em abrigos religiosos e filantrópicos. Mesmo com as primeiras intervenções do Estado, no caso brasileiro, a atenção soava de forma punitiva, higienística e segregatória. Bem mais adiante, com a Constituição Federal de 1988, inaugura-se nova institucionalidade do sistema de proteção social, com a primazia do Estado e da lógica dos direitos sociais, o que justifica seu apodo de “Constituição Cidadã”. Em 1990, institui-se o Estatuto da Criança e do Adolescente, com inovações na doutrina de proteção integral de crianças e adolescentes, com base na Convenção Internacional dos Direitos da Criança da Organização das Nações Unidas (ONU), ao estabelecer que Estado, família e sociedade devem assegurar a crianças e adolescentes direitos essenciais, como o Direito à Convivência Familiar e Comunitária (DCFC), prescrito no Capítulo III Artigo 19 do ECA.

O ECA, divisor de águas no rol legal de proteção ao público específico – crianças e adolescentes – resulta de lutas de movimentos sociais. Legitima-se num cenário propício de abertura política e de reformas constitucionais, calcado nos referenciais de Direitos Humanos (DH) expressos na Declaração Universal dos Direitos do Homem e na Constituição Brasileira ora vigente. Sob esta perspectiva, o paper objetiva traçar um quadro teórico sobre DH e DCFC, demarcando os marcos legais de institucionalização dos direitos e a atenção contemporânea. Para tanto, apresentam-se resultados parciais da pesquisa desenvolvida nas Instituições de Acolhimento Institucional do Piauí e no Poder Judiciário, entre 2014 e 2017, quando do desenvolvimento da tese de Doutorado.

Em termos metodológicos, recorre-se à pesquisa bibliográfica, aliada à pesquisa documental, representada por legislação internacional e federal, para acompanhar o movimento de criação dos direitos voltados ao público infante juvenil. A análise criteriosa do arcabouço teórico e jurídico permite apreender o desenvolvimento da atenção dada a crianças e adolescentes pelas autoridades, à luz das concepções políticas e sociais dominantes em cada época.

2 DA DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DO HOMEM E DO CIDADÃO À DECLARAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

A trajetória dos DH, desde a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789) até a Declaração dos DH da ONU (1948) e os pactos subsequentes representam conquistas da sociedade, sobretudo dos segmentos historicamente oprimidos. Vê-se que a primeira terminologia atinente aos direitos da humanidade refere-se a dos Direitos do Homem, a qual remonta ao início do capitalismo e é justificada pelo jusnaturalismo: basta ser homem para possuir direitos e poder e, então, usufruí-los, sob o argumento de posse da natureza humana. Tal alegação sofre várias críticas, uma vez que os direitos não são tão somente inerentes às pessoas do sexo masculino nem tampouco naturais. Ao contrário, são históricos e variáveis.

Após argumentos e contra-argumentos, os Direitos do Homem são transmutados em direitos fundamentais, concebidos como os direitos positivados na Constituição, visando assegurar os direitos inerentes a cada cidadão de uma nação para que possam usufruir de uma vida digna e condigna. Os DH, por sua vez, para Comparato (2005), consistem em conjunto mínimo de direitos que cada ser humano possui com base na dignidade humana, de âmbito universal e abrangente a todos os indivíduos. Em oposição, a visão ética kantiana afirma:

[...] a dignidade da pessoa humana não consiste apenas no fato de ser ela, diferentemente das coisas, um ser considerado e tratado, em si mesmo, como um fim em si e nunca como um meio para a consecução de determinado resultado. Ela resulta também do fato de que, pela sua vontade racional, só a pessoa vive em condições de autonomia, isto é, como ser capaz de guiar-se pelas leis que ele próprio edita (COMPARATO, 2005, p. 21).

As teorizações de Kant tiveram e ainda têm relevância na evolução dos DH e dos direitos fundamentais, porquanto a filosofia jurídica da segunda metade do século XX, a partir da premissa de que o homem possui valor intrínseco, torna-se aceita universalmente. Assim, a violação dos DH não é mais concebida como questão interna de cada Estado, e, sim, preocupação da comunidade internacional.

Os direitos fundamentais e os DH não diferem apenas por sua abrangência geográfica, mas, também, por seu nível de concretização normativa. Os DH conquistaram espaço relevante ao longo da história, uma vez que seus princípios visam à observância e à proteção da dignidade da pessoa humana de maneira universal,

embora, como constem de convenções e declarações, não assegurem obrigatoriedade, haja vista que depende da adesão dos Estados. Os direitos fundamentais, estabelecidos nas Cartas Magnas nacionais, mantendo como alvo os cidadãos de cada país, por sua vez, são cobrados judicialmente, se não cumpridos.

Desde antes de Cristo (a.C.), há registro de ações em prol da sociedade e do homem. Nesse ínterim, agrega-se à história dos DH o ano de 539 a. C., quando Ciro II ou Ciro, O Grande, na condição de primeiro rei da antiga Pérsia, entre 559 e 530 a.C., libertou os escravos, declarando que todos possuíam o direito supremo de escolher sua própria religião e estabelecendo a sonhada igualdade racial. Registrado num cilindro de argila, esse registro é reconhecido como a primeira carta dos DH do mundo, estando, inclusive, espelhado nos quatro primeiros artigos da Declaração Universal dos DH.

Os documentos que aludem aos direitos individuais como os primeiros DH reconhecidos, são, de fato, em sua maioria, os precursores de muitos outros da sociedade contemporânea. Eis a Carta Magna Inglesa (1215); a Petição de Direito da Inglaterra (1628); a Declaração de Independência dos Estados Unidos da América (EUA, 1776); a Constituição dos EUA (1787); a Declaração Francesa dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789); a Declaração dos Direitos dos EUA (1791) e a primeira Convenção de Genebra, 1864.

Diante da impossibilidade de discorrer sobre cada um desses registros históricos, por limitação de páginas que orienta o paper, acrescenta-se que, no percurso, envolvendo a trajetória da Declaração dos Direitos do Homem e do cidadão até a declaração dos DH da ONU, posiciona-se a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) como divisor na ampliação das concepções em torno dos DH, haja vista a condição precária e miserável de milhões de pessoas, sujeitos à fome, ao desabrigo e à morte iminente. A Conferência das Nações Unidas, realizada em San Francisco (Califórnia, EUA), em abril de 1945, com a participação de delegados de 50 países, pretendia formar um corpo internacional para promover a paz e prevenir futuras guerras, como o preâmbulo da carta-proposta anuncia: “[...] estamos determinados a salvar as gerações futuras do flagelo da guerra, que por duas vezes na nossa vida trouxe incalculável sofrimento à Humanidade” (ONU, 2006, não paginado).

Ainda segunda a fonte supracitada, em 1948, nova Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas, sob a presidência de Anna Eleanor Roosevelt, primeira-dama dos EUA entre 1933 e 1945, como viúva do Presidente Franklin Delano Roosevelt,

elaborou o esboço do documento que originaria a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), adotada pelas Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Em seu preâmbulo e no Artigo 1o, a Declaração proclama inequivocamente os direitos inerentes a todos os seres humanos.

Ainda em relação aos DH, na visão de Ramos (2002, p. 11), os DH constituem “um conjunto mínimo de direitos necessários para assegurar uma vida do ser humano baseada na liberdade e na dignidade”. E acrescenta: hoje, eles designam todos os direitos fundamentais, sejam impostos por convenções internacionais ou normas não convencionais, sejam seus conteúdos da primeira, segunda, terceira ou quarta geração. Para Bobbio (2004), os DH de primeira geração são os direitos civis e políticos, ou seja, são direitos clássicos e seminais. Paradoxalmente, podem ser negativos, uma vez que demandam certa abstenção do Estado. Exemplificando: o Estado não pode prender, processar, tributar. etc. Os DH de segunda geração são os direitos econômicos, sociais e culturais, surgidos em meados do século XIX, com a Revolução Industrial e a consequente massa de operários, que lutam por segurança e proteção social. Subseqüentes aos de terceira geração, denominados de direitos de fraternidade ou de solidariedade, vêm os de quarta geração, os quais representam direito à vida das gerações futuras e vida saudável, desenvolvimento sustentável, direito à informação, direito à democracia, etc.

Segundo Fanchin (2001), a Declaração dos Direitos Humanos de 1948 sinaliza o início de uma nova era dos DH. Dialeticamente, sintetiza seu desenvolvimento até então e lança bases para o futuro, marcando a vertente contemporânea dos direitos fundamentais, referendada pelas Nações Unidas, ano 1993. É ela vista como avanço por dois motivos. Primeiro, assegura conquistas advindas de mudanças sociais, assegurando, conforme Barroco (2010), princípios e valores éticos-políticos racionais e universais, dirigidos à liberdade e à justiça, e que não pertencem somente à burguesia, e sim, a todos. Segundo motivo refere-se ao fato de que a nova vertente se direciona à ação consciente do homem contra as desigualdades.

É nesse contexto histórico que surge a concepção contemporânea dos DH, inaugurada pela Declaração de Viena. Quase 40 anos após a promulgação da DUDH, 1948, realizou-se, em Viena, ano 1993, a Conferência Mundial sobre Direitos Humanos, sob a égide da ONU. Mais de 180 Estados-membros presentes reafirmam, à época, os termos universais da Declaração dos Direitos do Homem, razão pela qual a Conferência

de Viena consagra, definitivamente, o compromisso universal de 1948 (ONU, 2006). A DUDH e a Declaração de Viena são essenciais ao permitirem que seus preceitos se expandam mundo afora, haja vista que tais registros documentais visam atingir os Estados via garantias coletivas, que abrangem obrigações objetivas e normativas alusivas aos DH, pois são elas percebidas como essenciais à preservação da ordem pública internacional (LAFER, 1981).

Mesmo sem descer a detalhes acerca da trajetória pertinentes à declaração dos Direitos do Homem até a Declaração dos Direitos Humanos da ONU, acrescenta-se que a especificação dos direitos acontece quando o sujeito de direito se difere dos demais por seus caracteres específicos, como no caso de crianças e adolescentes. De acordo com Bobbio (2004, p. 20), a ideia de especificação de direitos “consiste na passagem gradual, porém cada vez mais acentuada, para uma ulterior determinação dos sujeitos titulares de direitos”. Isso porque, de fato, o sujeito de direito é alguém bastante abstrato e para dar concretude e dirigir-se ao homem real e dar suporte aos mais diferentes tipos de sujeito, urge legislação mais específica, a exemplo do ECA.

3 DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Com a Declaração dos Direitos da Criança, aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, 1959, crianças e adolescentes passam a ser consideradas, em âmbito internacional, como sujeitos de direitos. Reconhece-se a necessidade de proteção legal, a ser garantida por Estado e sociedade. No Brasil, isto se dá adiante, com a mencionada “Constituição Cidadã” (1988) e o ECA (1990), o qual a adota o DCFC como parte integrante dos direitos sociais e, no caso da criança e adolescente, direito fundamental.

É preciso, porém, adensar o debate quanto aos limites dos direitos na ordem capitalista. Na discussão marxista acerca dos DH, ficam latentes as principais correntes: 1) o caráter negativo dos DH nas obras de Marx (1989) e na tradição marxista; 2) as mediações dos DH (emancipação política e social) como libertação mais ampla. Para Karl Marx, o advento dos DH no bojo da sociedade burguesa possibilita às classes dominantes a astúcia de transmutar a escravidão em liberdade, o privilégio em direito, acentuando a dominação de classe e o reforço à lógica do individualismo burguês. O limite da emancipação política é evidente, quando se analisa que o Estado pode se libertar de uma limitação, sem que isto alcance o homem. Para o autor, o Estado é capaz

de ser livre sem que o homem o seja. Por exemplo “[...] o Estado pode [...] já ter se emancipado da religião, mesmo que a maioria esmagadora continue religiosa. E a maioria esmagadora não deixa de ser religiosa pelo fato de ser religiosa em privado” (MARX, 2010, p. 38-39).

Essa visão negativa funda-se na diferença do gozo entre os Direitos do Homem e os do cidadão. Os Direitos do Homem, nas reflexões de Marx (2010), ainda restritos a direitos civis e políticos, considerando a época de suas teorias, moldam-se aos direitos advindos da propriedade privada, e, portanto, estão restritos à burguesia. Enquanto isto, os direitos do cidadão já conformam a feição política da sociedade burguesa de que o homem individual e seus interesses privados subordinam-se aos interesses da comunidade, incluindo aí, voto, legislação, justiça, etc. Isto é, os Direitos do Homem e os direitos do cidadão se instituem em noções contraditórias, pois, mesmo com avanços e conquistas sociais dos direitos do cidadão, estes prosseguem subordinados aos Direitos do Homem burgueses.

Para Marx (2010), os DH identificam-se com os direitos civis e políticos. Como a política diz respeito à organização das relações de poder no Estado e não na sociedade civil, tal política é traspas-sada pelos interesses privados que dominam o Estado. A liberdade referenciada nos Direitos Humanos não ultrapassa os direitos constitutivos da sociedade burguesa, onde o homem reina soberano e apartado da comunidade. Sua crítica aos DH reside no recôndito do princípio da igualdade, porquanto ela oculta as disparidades e atende exclusivamente às demandas do homem burguês. Por maiores que sejam as conquistas da humanidade com o advento de novos direitos, de fato, não há emancipação real, uma vez que não altera o direito à propriedade privada, fundamento das diferenças sociais e econômicas.

Todavia, nas análises de Hobsbawm (1995), o reconhecimento coletivo dos direitos impulsiona as ações de reivindicação, a partir da exigência de garantir o que se mostra necessário. Por isso, os movimentos operários se posicionam, desde sempre, como fundamentais para a conquista dos DH, em especial, dos direitos sociais. O autor reforça a premissa de que os DH não são privativos do homem burguês. Se assim fosse, as conquistas resultantes das lutas dos operários não avançariam, com a ressalva de que, tão somente a partir da organização da classe trabalhadora, foi possível ampliar a noção dos DH.

É óbvio que inexiste unicidade na construção dos DH. Há muitas contradições que rondam tais direitos. Mesmo assim, vale reforçar um elemento consensual na tradição marxista: a denúncia da assombrosa diferença entre universalidade e igualdade formal e a real, porquanto a pedra angular da sociedade é a desigualdade. Para Barroco (2009), o abismo entre desigualdade e liberdade; riqueza e pobreza; miséria de muitos e riqueza de poucos são elementos que tendem tão somente a se ampliar. Porém, negar os avanços dos DH nos últimos séculos seria falsear a realidade. Para Mézaros (2009), os DH não só devem ser entendidos como mecanismos potenciais à luta pela derrubada do capitalismo, como se colocam no topo da agenda marxista, como uma de suas questões mais importantes, e, por conseguinte, como mediação para a emancipação humana.

Para tanto, segue o Quadro 1 que sintetiza e complementa de forma sequencial acordos, declarações e legislações essenciais, alguns dos quais não arrolados até então, embora importantes para a consolidação dos direitos de crianças e adolescentes no cenário internacional.

Quadro 1 – Panorama evolutivo de documentos essenciais à consolidação dos direitos de crianças e adolescentes no cenário internacional.

Ano	Especificidade	Direito reconhecido, proteção e/ou finalidade
1789	Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão.	Reconhecimento dos ideais de liberdade em relação à nobreza e ao arbítrio do Estado.
1776	Declaração de Independência dos Estados Unidos da América.	Prescrição dos princípios da liberdade de opinião e religião, e da igualdade de todos perante a Lei reunidos num primeiro documento.
1919	Tratado de Versalhes.	Criação da Liga das Nações para promover a cooperação, paz e segurança internacional. Em 1920, a Convenção da Liga das Nações continha previsões atinentes aos Direitos Humanos.
	Comitê de Proteção da Infância.	Liga das Nações institui o Comitê visando priorizar os direitos de crianças e adolescentes.
	<i>Save the Children Fund</i> .	Criação do <i>Save the Children Fund</i> como organização não governamental de defesa dos direitos da criança no mundo, dedicando-se a protegê-las e a adolescentes tanto com ajuda humanitária de urgência quanto em longo prazo, através de apadrinhamento de crianças.
1924	Declaração de Genebra sobre os Direitos da Criança e I Declaração dos Direitos da Criança.	Garantia de proteção e motivação aos Estados-membros para estabelecerem dispositivos protetivos às crianças.
1945	Conferência das Nações Unidas, realizada em San Francisco (Califórnia, Estados Unidos da América).	Formação de corpo internacional para promover a paz e prevenir futuras guerras, assegurando progresso social e preservação dos Direitos Humanos.
1946	<i>United Nations Children's Fund</i> (Fundo das Nações	Defesa dos direitos das crianças; resposta às suas demandas e contribuição ao seu desenvolvimento por meio de condições

	Unidas para a Infância, UNICEF), órgão das Nações Unidas.	duradouras, com ênfase, num primeiro momento, para as vítimas da Segunda Guerra Mundial.
1948	Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH).	Documento elaborado por representantes de diferentes origens jurídicas e culturais de todas as regiões do mundo. A Declaração, proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em Paris, representa novo paradigma dos DH, marcada pela universalidade e indivisibilidade.
	Instalação da Organização dos Estados Americanos (OEA).	Readequação do sistema interamericano em busca da paz e justiça, mediante acordo de solidariedade, colaboração e defesa dos países americanos.
1959	Declaração Universal dos Direitos da Criança, liderança da UNICEF.	As crianças têm direito à igualdade, sem distinção de raça, religião ou nacionalidade.
1963	Congresso Pan-americano, Argentina.	Nas primeiras décadas do século XX, passam a se reunir, periodicamente, em diferentes países da América Latina, interessados em debater as questões da infância: seu papel simbólico na modernização da região, a educação da criança como motor de desenvolvimento das nações e do continente, visando, sempre, à proteção integral.
1966	Pacto Internacional de Direitos Cíveis e Políticos / Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.	Juntos, os dois Pactos em conjunção com a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) tentam regulamentar os DH mediante a redação da Carta Internacional dos Direitos Humanos, na qual reconhecem os direitos civis e políticos e estabelecem medidas de proteção e de assistência para crianças e adolescentes.
1969	Convenção Americana de Direitos Humanos / Pacto de San Jose (Costa Rica) – em vigor a partir de 1978.	Ações que estimulem a consciência dos Direitos Humanos nos povos da América, no sentido de zelar pela observância e pelo respeito desses direitos, constituindo a proteção integral.
1989	Convenção sobre os Direitos de Crianças e Adolescentes.	Transformação da criança de objeto de direito a um sujeito apto a receber proteção especial através de direitos e liberdades, o que requer esclarecimento sobre, praticamente, todos os Direitos Humanos destinados a crianças e adolescentes.
1990	Doutrina das Nações Unidas para Proteção Integral à Infância.	Como fundamento estão as Regras de Beijing, ocorridas no VII Congresso / Reunião Inter-Regional de Peritos sobre os Jovens, a Criminalidade e a Justiça, realizada em Beijing (China), maio de 1984, além das Diretrizes de Riad (Arábia Saudita) e das Regras de Tóquio (Japão). A pretensão é legitimar o princípio da proteção integral a crianças e adolescentes.
1991	Criação do Comitê dos Direitos da Criança.	Acompanhamento da aplicação dos instrumentos propostos pela ONU, no que tange aos direitos da criança nos Estados-membros da Convenção sobre os Direitos de Crianças e Adolescentes, 1989.
1993	Conferência Mundial sobre Direitos Humanos.	40 anos após a promulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), 1948, realizou-se, em Viena, a Conferência Mundial sobre Direitos Humanos, sob a égide da Organização das Nações Unidas (ONU), com o intuito de legitimar a preocupação da comunidade internacional com a promoção e a proteção dos Direitos Humanos.
2006	Diretrizes Internacionais - crianças privadas de cuidados parentais.	Implementação da proteção de crianças privadas de cuidados parentais ou que correm o risco de vir a vivenciar esse estágio, no âmbito internacional.

Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Mesmo diante de tantas evoluções legais, a crítica de Marx (1989) continua atual diante da intensificação das desigualdades face à produção e à concentração de riqueza no mundo contemporâneo. Esse teórico desnuda o caráter ideológico da universalidade, explicitando suas contradições na ordem do capital, haja vista o fosso entre classes, gêneros, gerações, etnias e outras características, apostando em mudanças apoiadas em postulados da igualdade e universalidade que embasam os DH e que enfrentam limites nessa ordem. Decerto, nada difere quanto ao DCFC de crianças e adolescentes.

Reverendo esse panorama sucinto, divisa-se quão premente é a ruptura ante a ordem posta pelo referencial de emancipação humana em Marx (1989), o que não significa desconsiderar que os limites são resultantes de lutas sociais, mediações para mutações da realidade capitalista, mas, quiçá, insuficientes para rompimento extremo. Para Coutinho (2000), o debate acerca da emancipação humana refere-se à capacidade de todos os indivíduos vivendo numa democracia apropriarem-se dos bens socialmente produzidos, de atualizarem as potencialidades de realização humana, favorecidas por contextos historicamente determinados: o acesso aos DH é condição *sine qua non* de emancipação social.

No caso específico de crianças e adolescentes, é bem ilustrativo seu DCFC, como antes visto, prescrito no Capítulo III Artigo 19 do ECA, mesmo após 30 anos de sua promulgação. O Artigo 4o ainda não garante o prescrito:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 1990, não paginado).

Os itens compilados *ipsis litteris* consistem em dever do Estado. Porém, o que se assiste, com frequência, é o repasse da fiança desse direito para o segmento privado, incluindo a própria família ou organizações não governamentais (ONGs), filantrópicas, religiosas, etc. Os direitos são (des)legitimados de acordo com interesses econômicos. Infelizmente, a legitimidade dos DH vem se avolumando em Cartas Magnas, sob a forma de arcabouços jurídicos dos países signatários, como é o caso do Brasil, embora dependam de correlações de forças favoráveis ao poder popular para serem efetivados.

Assim, na contradição entre conquistas e limites dos DH na ordem capitalista, há longa trajetória evolutiva dos direitos de crianças e adolescentes no Brasil (Quadro 2).

Quadro 2 – Panorama evolutivo de documentos essenciais à consolidação dos direitos de crianças e adolescentes no cenário nacional

Ano	Especificidade	Direito reconhecido, proteção e/ou finalidade
1871	Lei do Ventre Livre.	Os filhos de escravas que nascessem no Império, a partir de então, estariam livres.
1543	I Santa Casa e roda dos expostos.	A roda dos expostos sempre atrelada às instituições caridosas, como a Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, acolhia crianças com o fim de proteger órfãos, enfermos e desprovidos.
1917	Criação do Comitê de Defesa Proletária (CPD).	Em julho do ano em apreço, uma greve geral paralisou atividades industriais, comerciais, setor de serviços e o de transporte da capital São Paulo, apresentando reivindicações e propostas, dando origem ao CPD. Dentre as reivindicações, estão a proibição do trabalho infantil (menor de 14 anos) e a abolição do trabalho noturno de mulheres e menores.
1922	I Congresso Brasileiro de Proteção à Infância.	Discussão de temas (in)diretamente ou referentes à criança, sob ótica social, médica, pedagógica e higiênica, além de análise de suas relações com a família, a sociedade e o Estado.
1923	Criação do Juizado de Menores.	Inter-relação entre Poder Público e infância, autorizando assistência e proteção às crianças abandonadas e aos delinquentes.
1927	Primeiro Código de Menores ou Código Mello Mattos (CMM).	Diretrizes para o trato de crianças e adolescentes excluídos, regulamentando trabalho infantil, tutela e pátrio poder, delinquência e liberdade vigiada. A menoridade cessa aos 18 anos completos, o que acarreta conflito entre o CMM e as Leis Penais.
1934	Constituição Brasileira de 1934.	Articulação de regime democrático, que assegure ao país, unidade, liberdade, justiça, bem-estar social e econômico. Eis o primeiro documento a referenciar os direitos de crianças e adolescentes.
1937	Constituição Brasileira de 1937.	Sob a outorga do Presidente Getúlio Vargas, é instituída no mesmo dia da imposição da Ditadura do Estado Novo. Determina a competência da União, o poder de legislar sobre as normas concernentes da defesa e da proteção da saúde e da criança, reforçando que infância e juventude são objetos de cuidado e de garantias especiais por parte do Estado.
1942	Serviço Nacional de Assistência a Menores (SAM).	Entidade de contenção-repressão infanto-juvenil, a instituição do SAM se dá em 1941 e passa a valer no ano seguinte. Mantém atendimento distinto para o adolescente-autor de ato infracional e o menor carente e abandonado.
1950	Instalação do I Escritório do <i>United Nations Children's Fund</i> (Fundo das Nações Unidas para a Infância, UNICEF).	Proteção à saúde de crianças e gestantes em alguns Estados do Nordeste brasileiro.
1964	Criação da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM).	Órgão normativo para criar e implementar uma política nacional de bem-estar do menor, através da elaboração de diretrizes políticas e técnicas: Política Nacional do Bem-Estar do Menor.
1967	Constituição Brasileira de 1967.	Ênfase à assistência à maternidade, à infância e à adolescência.
1979	Criação do Código de Menores – Lei n. 6697.	Revisão do Código de Menores, 1927, sem romper, no entanto, com a linha vigente de arbitrariedade, assistencialismo e repressão junto à população infanto-juvenil, além de adotar o conceito de menor em situação irregular.
1983	Pastoral da Criança vinculada à Igreja Católica.	Organismo de ação social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), vinculada à Comissão Episcopal para o Serviço da Caridade, da

		Justiça e da Paz, com o fim de promover o desenvolvimento integral de crianças entre zero e 6 anos em ambiente familiar e na comunidade. Além de atuar junto a pessoas de qualquer credo e etnia, desenvolve metodologia própria, segundo a qual redes de solidariedade são formadas para a proteção de crianças e adolescentes.
1985	Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua (MNMNR).	Garantia dos direitos de crianças e adolescentes, com especial atenção aos que estão em situação de rua.
	Fórum Nacional Permanente de Direitos da Criança e do Adolescente (Fórum DCA).	Debates sobre políticas e mecanismos direcionados à proteção e ao atendimento de crianças e adolescentes.
1987	Redação da Emenda Popular Criança Prioridade Nacional.	Inclusão de propostas aprofundando os direitos de crianças e adolescentes na Constituição Federal.
1988	Constituição Brasileira de 1988.	Responsabilidade mais ampla da família, da sociedade e do Estado, com o fim de proteção integral à população infanto-juvenil.
1990	Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) / Lei n. 8.069.	Garantia a crianças e adolescentes de exercerem sua condição de sujeitos de direitos.
1992	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA).	Formulação de políticas públicas propostas para o cumprimento do ECA.
1993	Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS).	Assistência social como direito inalienável do cidadão, em especial, proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência, aos portadores de deficiência e aos idosos.
1995	I Conferência Nacional dos Direitos da Criança.	Aprofundamento de debates em torno dos direitos de crianças e adolescentes.
2004	Política Nacional de Assistência Social (PNAS).	Consolidação da Assistência Social como pilar decisivo do Sistema de Proteção Social Brasileiro no âmbito da Seguridade Social.
2005	Sistema Único de Assistência Social (SUAS).	Modelo de gestão descentralizado e participativo objetivando operacionalizar as ações de Assistência Social e organizar a rede de serviços socioassistenciais.
2006	Plano Nacional de Proteção, Defesa e Garantia do Direito da Criança e do Adolescente à Convivência Familiar e Comunitária.	Fomento à cultura de valorização, respeito e promoção da convivência familiar e comunitária, ou seja, diretrizes para políticas públicas quanto ao rompimento com a cultura da institucionalização de crianças e adolescentes.
	Sistema de Garantia dos Direitos de Crianças e Adolescentes.	Integração das instâncias públicas governamentais e da sociedade civil na aplicação de instrumentos normativos e no funcionamento de mecanismos de promoção, defesa e controle para a efetivação dos DH de crianças e adolescentes, em âmbitos federal, estadual, distrital e municipal.
2009	Lei n. 12.010	Aperfeiçoamento da sistemática prevista para garantia do direito à convivência familiar a crianças e adolescentes, na forma prevista pelo ECA, de forma a aperfeiçoar princípios para a garantia do DCFC.
	Orientações Técnicas. Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes.	Regulamentação da organização e da oferta de Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, no âmbito da Política de Assistência Social.
2011	Lei n. 12.435.	Complementação da LOAS e instituição do SUAS.
2016	Lei n. 13.257.	Legislação sobre políticas públicas para a primeira infância e alteração do ECA.

Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

4 CONCLUSÃO

Após menção sucinta de tantas medidas alusivas aos Direitos Humanos e aos direitos de crianças e adolescentes, reitera-se que, dentre elas, a “Constituição Cidadã” (1988), o ECA (1990), e os demais marcos referenciais (Quadros 1 e 2), tornam os DH centrais no plano legal, exigindo políticas públicas eficientes para reduzir o número dos que vivem aquém do proposto pela Declaração Universal dos Direitos Humanos e pela Constituição.

Em especial, o ECA representa marco na história das políticas públicas voltadas para a infância e juventude no Brasil. Pela primeira vez, esses são concebidos como cidadãos sujeitos de direitos amparados pela Proteção Integral. No entanto, a bem da verdade, a conjuntura contemporânea nacional é ambígua. Ao tempo em que há avanço nas legislações sociais, o neoliberalismo e a desregulamentação do Estado prosseguem a passos de gigante.

Assim, não obstante o exaustivo caminho de lutas em prol do segmento infanto-juvenil e dos direitos conquistados, estes são apenas mediações para lutas emancipatórias mais amplas. Os direitos são pactuações históricas dentro da ordem. Portanto, não rompem com ela. Crianças e adolescentes em sua grande maioria, advindas de famílias pobres, vivem em situação de vulnerabilidades e riscos sociais, sujeitos a uma cultura institucionalizada. Mesmo dito isso, graças aos direitos vigentes, encaminha-se para reordenamentos capazes, talvez, de alterar a realidade e relegarem formas tradicionais de atenção que mais punem do que protegem. Eis a necessidade de lutar permanentemente rumo à consolidação da democracia, ao fim das desigualdades e à adoção de políticas públicas inclusivas e que legitimem e ampliem os direitos até então conquistados.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei n. 8.069**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente [ECA] e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L8069.htm>. Acesso em: 4 fev. 2020.

BARROCO, M. L. S. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

BARROCO, M. L. S. Fundamentos éticos do Serviço Social. *In*: BARROCO, M. L. S. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS / ABEPSS, 2009. p.165-184.

BOBBIO, N. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

COMPARATO, F. K. **A afirmação histórica dos Direitos Humanos**. 4. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2005.

CRONEMBERGER, I. H. G. M. **O processo de trabalho da / o assistente social nos serviços de acolhimento institucional no Estado do Piauí**. 2017. 316 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2017.

FANCHIN, R. A. G. **Em busca da família do novo milênio: uma reflexão crítica sobre as origens históricas e as perspectivas do direito de família brasileiro contemporâneo**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

HOBBSAWM, E. J. **A era dos extremos: o breve século XX 1914-1991**. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

LAFER, C. **A reconstrução dos Direitos Humanos: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt**. São Paulo: Companhia das Letras, 1981.

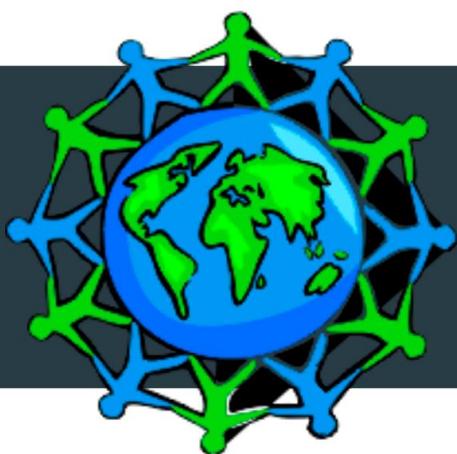
MARX, K. **Contribuição para a crítica da economia política**. São Paulo: Mandacaru, 1989.

MARX, K. **Manuscritos econômicos filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MÉSZAROS, I. **Estrutura social e formas de consciência**. São Paulo: Boitempo, 2009.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). 2006. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Disponível em: <http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Pages/Language.aspx?LangID=por>. Acesso em: 6 jan. 2020.

RAMOS, A.de C. **Processo internacional de Direitos Humanos: análise dos sistemas de apuração de violações dos Direitos Humanos e a implementação das decisões no Brasil**. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.



Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI

III SINESPP

20 a 24
OUTUBRO
2020

SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS
Democracia, desigualdades sociais e políticas públicas no capitalismo contemporâneo

EIXO TEMÁTICO 9 | QUESTÕES DE GÊNERO, RAÇA/ETNIA E GERAÇÃO

ASSISTENTE SOCIAL NO ENFRENTAMENTO A VIOLÊNCIA O CONTRA O IDOSO NAS INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANÊNCIA

THE SOCIAL WORKER IN FACING VIOLENCE AGAINST ELDERLY IN LONG-STAYING
INSTITUTIONS

Hiana de Lima Melo¹
Maria Vitória de Sampaio Silva²
Poliana de Oliveira Carvalho³

RESUMO

O estudo objetiva, mediante discussão bibliográfica, entender a relação do aumento da expectativa de vida no Brasil com o abandono de idosos, investigar os efeitos causados nos idosos em detrimento do abandono e discutir a ação do assistente social no enfrentamento a violência contra o idoso na proteção social especial de alta complexidade do Sistema Único de Assistência Social. São expostos dados recentes das modificações na pirâmide etária, demonstrando o acréscimo lento do número de crianças e adolescentes de modo paralelo ao aumento de cidadãos em idade ativa e idosos. Ademais, apresenta-se o que consta nas legislações no tocante aos maus tratos e abandono de idosos, quais são os problemas frequentes entre os idosos que sofrem essa violência e como o assistente social intervencionaria nesses casos. Conclui-se que o abandono não deriva apenas da negligência familiar, mas muitas vezes da falta de suporte do Estado para atender a esse público.

Palavras-Chaves: Envelhecimento. Abandono de Idosos. Serviço Social.

ABSTRACT

The study objectives, through bibliographic discussion, to understand the relationship between the increase in life expectancy in Brazil and the abandonment of the elderly, to investigate the effects caused on the elderly at the expense of abandonment and to discuss the action of the social worker in confronting violence against the elderly in high

¹ Bacharelada em Serviço Social pela Faculdade CHRISFAPI; e-mail: hiana-melo@hotmail.com

² Bacharelada em Serviço Social pela Faculdade CHRISFAPI; e-mail: sampaiov@gmail.com

³ Mestre em Políticas Públicas pela UFPI; Doutoranda em Políticas Públicas pela UFPI; Assistente Social da prefeitura de Teresina-PI; Professora da Faculdade CHRISFAPI; e-mail: polianacarvalho10@hotmail.com

complexity special social protection of the Unified Social Assistance System. Recent data on changes in the age pyramid are exposed, demonstrating the slow increase in the number of children and adolescents in parallel with the increase in citizens of working age and the elderly. In addition, it presents what is contained in the legislation regarding the mistreatment and abandonment of the elderly, what are the frequent problems among the elderly who suffer this violence and how the social worker intervenes in these cases. It is concluded that abandonment does not derive only from family negligence, but often from the lack of support from the State to serve this public.

Keywords: Aging. Abandonment of the Elderly. Social service.

INTRODUÇÃO

O lamentoso ato de abandono de idosos tem ocorrido há muitos anos, mas atualmente vem ganhando maiores discussões devido à frequência dos casos registrados. Esse problema tem se tornado mais visto a partir do aumento da expectativa de vida no país, pois de acordo com o crescimento do número de idosos, também cresce o número de abandonos por seus familiares.

Ademais, não é caracterizado como abandono de idosos apenas quando o idoso é deixado em Instituições de Longa Permanência (ILP) ou submissão a condições desumanas, mas também quando “os filhos ou parentes próximos deixarem o idoso em alguma casa de repouso, pagarem a mensalidade, mas não forem visitá-lo, isso vai caracterizar abandono afetivo.” (GIRUNDI, 2018, p. 01). Para que não se caracterize como abandono, este idoso deve receber visitas frequentes de familiares, para manter a saúde e o estado emocional equilibrado.

Logo, a escolha do tema deste artigo é justificada por essa ser uma questão contemporânea que deve ser debatida na sociedade e dentro da academia como maneira de viabilizar informações e conhecimentos, pois este é um tema que deve ser explorado em todos os âmbitos, principalmente familiar, com os profissionais e acadêmicos de Serviço Social, já que os Assistentes Sociais trabalham de maneira direta em casos de abandono de idosos.

Portanto, o presente trabalho pretende atingir uma visão crítica e ampla a cerca do abandono de idosos, permitindo superar análises imediatistas e superficiais. Têm-se como objetivos entender o aumento da expectativa de vida no Brasil e o abandono de

idosos, pontuando as motivações que levam os familiares a esta conduta, investigar quais são as consequências para o idoso em detrimento do abandono e identificar as atribuições do profissional do serviço social no enfrentamento da violência contra o idoso na proteção social especial de alta complexidade do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). O desenvolvimento do mesmo realizou-se mediante pesquisa bibliográfica em livros, revistas, em plataformas digitais de instituições representativas e em bases de dados eletrônicas. O estudo possui caráter explicativo, pois objetiva “identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos. É o tipo que mais aprofunda o conhecimento da realidade, porque explica a razão, o porquê das coisas” (GIL, 2008, p. 01), além de ter sido constituído a partir de levantamentos bibliográficos de autores que já estudaram a presente temática.

2 A RELAÇÃO DO AUMENTO DA EXPECTATIVA DE VIDA NO BRASIL COM O ABANDONO DE IDOSOS

As modificações verificadas no padrão demográfico do Brasil organizam uma das mais significativas alterações estruturais verificadas na sociedade. Introduzidas de maneira discreta, com decréscimos significativos nos níveis de fecundidade, contenção na taxa de crescimento populacional e modificações na pirâmide etária, resultando o acréscimo mais lento do número de crianças e adolescentes de modo paralelo ao aumento constante de cidadãos em idade ativa e da população idosa (SIMÕES, 2016, p. 01).

Deste modo, as pesquisas revelam que os brasileiros ganharam anos a mais de vida ao passo que a quantidade de nascimentos reduziu. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), houve um aumento de 30,5 anos na expectativa de vida entre 1940 e 2017; em 1940 os homens viviam em média 42,9 anos e as mulheres 48,3, já em 2017, os homens passam a viver em torno dos 72,5 anos e as mulheres 79,6 (IBGE, 2018, p. 01). Esse aumento é decorrente de avanços tecnológicos, principalmente na área da medicina.

Contudo, as paulatinas mudanças que vão se desenvolvendo pelos grupos etários colocam novas demandas e questões, principalmente no tocante aos serviços que o Estado e a sociedade devem prestar aos divergentes grupos de cidadãos, desde a criança ao idoso. Entretanto, grande parte da população brasileira e dos órgãos

governamentais ainda não percebeu a real importância da complexidade dessas transições, sobretudo no cuidado da pessoa idosa, onde familiares e/ou responsáveis acabam abandonando-os por não assumirem a responsabilidade do cuidado ou por não terem condições para desempenhar o mesmo, por diversos fatores, como salário a baixo do necessário, jornadas de trabalho longas e apoio insuficiente de outros entes para não haver sobrecarga em um único familiar, ou seja, o não cuidado também pode surgir da ausência de condições e de suporte do Estado, pois

Diante da ausência de políticas de proteção social à população pauperizada, em consequência do retraimento do Estado, a família é chamada a responder por esta deficiência sem receber condições para tanto. O Estado reduz suas intervenções na área social e deposita na família uma sobrecarga que ela não consegue suportar tendo em vista sua situação de vulnerabilidade socioeconômica (GOMES E PEREIRA, 2004, p. 362).

O fato citado por as autoras acima denota que o Estado não pode substituir o papel desempenhado pela família do idoso, mas deve a respaldar, dando o suporte necessário para que a mesma consiga tutelar este, evitando que sua dignidade seja atingida, pois à medida que a população envelhece, esta família tem seu tempo reduzido para desempenhar o cuidado, pois, como dito, trabalham, tendo até mais de um emprego para poder ter acesso a reduzidos bens e serviços e, concomitantemente, o Estado Brasileiro Neoliberal se desobriga da sua participação neste processo, expressado nas vagas insuficientes nas ILP e no parco apoio às famílias não abastadas.

Sobretudo, de acordo com o art. 133 do Código Penal Brasileiro, abandono de incapaz é “abandonar pessoa que está sob seu cuidado, guarda, vigilância ou autoridade, e, por qualquer motivo, incapaz de defender-se dos riscos resultantes do abandono” (GRECO, 2014, p. 360), em outras palavras, se consuma como abandono permitir o desamparo, expor a vítima ao perigo sem proteção, deixando-a longe de um ambiente de defesa, pressupõe a conduta de deixar “à própria sorte”, sozinho, isto é, afastar-se do indivíduo que estava sob sua custódia, ou proteção permitindo sua exposição a riscos do abandono, em face da sua incapacidade de defesa.

No tocante a responsabilidade do cuidado, a Constituição Federal de 1988, em seu art. 230, diz que “a família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida” (BRASIL, 2013b, p. 46). Deste

modo, a família é a primeira instituição responsável pelo bem-estar do ancião, mas o que se passa contemporaneamente são situações onde os familiares se ausentam, por fatores de diversas ordens, dos cuidados com aqueles que já atingiram a velhice, provocando ruptura dos vínculos afetivos familiares. Com isso, percebe-se que o fato dos idosos viverem mais causam dificuldades na relação com seus familiares, pois irão exigir maiores cuidados e atenção e seus entes ou não vão possuir condições ou não se responsabilizarão de prover as circunstâncias necessárias para sua sobrevivência, o que acaba por infringir o art. 03 do Estatuto do Idoso onde dispõe que

É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 2013a, p. 08).

Deste modo, percebe-se que o disposto nas legislações brasileiras é desrespeitado, tanto por familiares que têm responsabilidade direta no cuidado, proteção e bem-estar da pessoa idosa, quanto pelo Estado que se ausenta da sua participação neste processo. Logo, o idoso é visto como alguém que perdeu seu papel social e, portanto, possui inutilidade, tornando-se alvo de preconceito, abandono, segregação da convivência familiar, com amigos ou em outros círculos de relacionamento.

Logo, o distanciamento da pessoa idosa resulta em seu abandono, este justificado por o idoso ser alguém que demande mais tempo, atenção e dedicação nos cuidados que, de acordo com cada condição física, exige maior ou menor dependência. O fato de ser responsável por alguém que não possui mais tamanha desenvoltura faz com que haja uma transferência dessa responsabilidade, colocando-o em ILP ou simplesmente os abandonando por não terem suporte financeiro para isto, deixando-os desprotegidos, sem as menores condições de sobrevivência.

3 OS EFEITOS CAUSADOS NOS IDOSOS EM DETRIMENTO DO ABANDONO

O envelhecimento é uma marcha paulatina e inerente ao desenvolvimento humano com alterações que podem se reunir ou dispersar-se nos aspectos físicos, emocionais, financeiros, psicológicos e estruturais. Quando o idoso não possui suporte

multidimensional nessa fase da vida, o mesmo enxerga-se com indiferença, sem expectativas futuras, tornando-se mais vulnerável a complicações na saúde, seja emocional ou física.

Por se encontrar em um estado mais vulnerável, o idoso pode iniciar o uso abusivo de álcool, inclusive quando está vivenciando situação de indiferença familiar, elencando-se um problema sofrido pelo mesmo, pois a “aposentadoria, perda de parentes e amigos, internações hospitalares, despontam algumas situações estressantes que podem levar a quadros de abuso de álcool e outras drogas na terceira idade” (BARBOZA et al., 2015, p. 01). Deste modo, “o álcool é, por reiteradas vezes, utilizado pelos idosos para bloquear a solidão, estimular, relaxar ou aliviar a dor (AZEVEDO et al., 2016 apud SILVA, OLIVEIRA, 2018, p. 48).

Ademais, Pereira (2013, p. 11) ratifica que a família e o ambiente no qual a pessoa idosa habita exercem influência direta em seu modo de agir provocando ou prevenindo o consumo de álcool e outras drogas. À vista disso, se a família se torna indiferente, violenta e abandona o idoso, o mesmo, devido ao ambiente desagradável a qual está inserido, pode iniciar o uso descontrolado de álcool e outras drogas a fim de preencher a lacuna do desafeto sofrido. A autora ainda fixa que

o processo de envelhecimento já traz profundas alterações não somente orgânicas, mas também no âmbito social, familiar e ocupacional é preciso que se entenda que não basta por si só viver mais, faz-se necessário que haja uma concordância entre quantidade e qualidade nos anos que se alcançam (PEREIRA, 2013, p. 10).

Uma pesquisa realizada com idosos residentes de uma instituição de longa permanência em um município do Rio Grande do Sul identifica que “os aspectos psicológicos destas pessoas devem ser bem trabalhados, pois quando existe, de fato, o abandono da família e a solidão, isso pode acarretar estados depressivos” (CARLI et al., 2012, p. 2872). Nota-se que a família é uma referência para o idoso, pois, como parte deste grupo, é influenciado por sua dinâmica, isto é, quando o corpo familiar não se encontra em harmonia, o desenvolvimento do bem-estar da pessoa idosa está comprometido, o que possibilita sua entrada em um estado depressivo, afetando sua saúde mental e seu relacionamento com os outros indivíduos, isolando-se e, em caso extremo, provocando suicídio.

A ausência da família é capaz de ser decisiva para a existência dos idosos, institucionalizados ou não, pois

A falta de apoio familiar pode ser um fator preditivo para o comportamento suicida dos idosos. O empobrecimento das relações primárias se reflete na dinâmica cotidiana, o que torna o ambiente de convivência insuportável. [...] Por se sentir sem amparo emocional ou por não ter o suporte adequado das pessoas a quem ama, a pessoa idosa vai se desprendendo do elo com a vida e passa a desejar antecipar seu fim (SILVA et al., 2015, p. 1707).

Portanto, o apoio da família, nesse contexto, tem relação direta e indireta em minorar os efeitos psicológicos negativos originados pelas complicações que se concentram na velhice, incluindo os estados depressivos moderados ou agravos que potencializam as chances de suicídio com o distanciamento entre os membros familiares, considerando-se as situações de indiferença e abandono em uma fase da vida onde os indivíduos se encontram mais fragilizados.

4 O ASSISTENTE SOCIAL NO ENFRENTAMENTO A VIOLÊNCIA CONTRA O IDOSO NA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE DO SUAS

Enquanto na Europa a constituição do Estado de Bem Estar Social se realizava após o término da Segunda Guerra Mundial, no Brasil e nos demais países latinos isto se deu apenas no final do século XX, onde a luta por direitos sociais mesclou-se com a luta por um Estado Democrático de Direito para pôr fim o regime ditatorial do período. A partir disso, com tal breve análise da conjuntura da época, é inteligível que neste mesmo século a assistência social fora negada e vista como ações de solidariedade, voluntarismo, com caráter respaldado pelo clientelismo, assistencialismo, retardando avanços no campo devido às amarras do conservadorismo (SPOSATI, 2004, p. 03), sendo norteadas por damas da caridade, ações pontuais e pragmáticas, isto é, não era estruturada como na atual gestão pública do Estado brasileiro, onde se configura como um direito do cidadão e dever do Estado, assim como é disposto na Constituição Federal de 1988. Após a promulgação da Carta Magna, com a publicação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), a partir de 1993 a assistência social é definida como uma política, constituindo o tripé da seguridade social, juntamente com a saúde e previdência social. Assim,

A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS, 1993), trouxe um avanço na área da Assistência, passando a mesma a integrar um Sistema Único de Assistência e a Norma Operacional Básica, alargando assim a possibilidade da conquista de acesso aos direitos, direcionados à população alvo da Assistência. (PARENTE, 2018, p. 01).

Posterior a LOAS, no ano de 2005, fora regulado o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), o atual modelo de gestão utilizado para executar as ações de assistência social em todo o território brasileiro. O SUAS possui cinco princípios organizativos, a saber: equidade, universalidade, intersetorialidade, gratuidade e integralidade da proteção social. Deste modo, “o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) organiza os serviços socioassistenciais e apresenta um modelo público de gestão integrada, descentralizada e participativa” (ARRUDA, BERGAMIM E BOMFIM, 2014, p. 04). Por se tratar de uma política de proteção social, as ações assistenciais do SUAS são divididas em dois tipos de proteção social, a Proteção Social Básica (PSB) e a Proteção Social Especial (PSE). Estas proteções serão garantidas de diversos modos, como benefícios; serviços e ações que desejem a autonomia do indivíduo, família ou grupo; projetos; programas; entre outros. O primeiro nível, a PSB, é destinada para aqueles que estão em situação de vulnerabilidade social, ou seja, deseja prevenir riscos sociais e pessoais aos indivíduos e famílias que se encontram nesta circunstância. Cabe aqui pontuar que “os riscos sociais a que se refere não advêm de situações físicas, psíquicas, biológicas como a saúde, mas sim de situações instaladas no campo relacional da vida humana” (SPOSATI, 2004, p. 07-08). O segundo nível, a PSE, é destinado para aqueles que já se encontram em situação de risco social e tiveram seus direitos violados por ocorrência de diversas situações, como abuso sexual, maus tratos, rompimento dos laços familiares e comunitários, abandono, este que é o cerne da presente discussão, entre outras situações.

Dentro da PSE, há duas outras classificações, a PSE de média e alta complexidade. Na primeira, a ameaça ou violação dos direitos estão em um cenário onde o convívio familiar está mantido, entretanto, os vínculos podem se encontrar fragilizados e até mesmo sob ameaça. Já na segunda, os vínculos familiares se encontram rompidos ou extremamente frágeis, necessitando de proteção integral e serviços que façam a tutela do indivíduo em ambiente seguro e com estrutura adequada. É na PSE de alta

complexidade que os profissionais do serviço social irão intervir nos casos de abandono de idosos.

As ILP para Idosos, que estão dentro da PSE de alta complexidade, são organizadas por diferentes profissionais, incluindo os assistentes sociais, que irão agir de modo interdisciplinar. O profissional do serviço social procura atuar em um sentido vasto do cuidado, esforçando-se para responder as demandas que competem às suas atribuições. De modo geral, por ser um profissional que trabalha com a questão social, nas ILP para Idosos ele irá encontrar, em especial, uma refração da mesma- o abandono, o que lhe exigirá uma intervenção de modo que contribua para o bem estar do usuário.

Quanto ao processo de trabalho do profissional em tal campo de atuação,

centra-se nas ações de coordenar equipes de trabalho, avaliar e supervisionar as atividades ligadas ao social, elaborar projetos, pareceres e relatórios sociais das atividades desenvolvidas, realizar relatório bimestral quantitativo e qualitativo dos moradores acolhidos, executar as atividades do plano de trabalho na competência do assistente social, buscar parcerias com outras instituições bem como visitas domiciliares e acompanhamento interno aos moradores e dialoga, sempre que necessário, com os demais profissionais da instituição, busca resolver e encaminhar questões de documentos pendentes dos moradores, fornece orientação social ao morador e aos familiares e quando necessário busca resgatar e fortalecer os vínculos familiares e sociais (ALBIERO e FERREIRA, 2018, p. 420).

Logo, a atuação do profissional ocorre desde a chegada do idoso a instituição. Além disso, o profissional deve, sobretudo, executar tais ações de modo que respeite a individualidade de cada caso, respaldado por seus instrumentos e técnicas que o auxilie a decifrar a realidade das situações, estudando cada uma para além do apresentado. Deste modo, “o profissional de serviço social passa então a mediar o trabalho cotidiano, em que procura viabilizar o acesso e a garantia dos direitos, este se constrói a partir das aproximações, da construção e reconstrução do seu fazer profissional” (ALBIERO e FERREIRA, 2018, p. 421).

Portanto, o SUAS compreende na assistência social uma natureza preventiva das situações de risco, “desenvolvendo habilidades e potencialidades, e tendo como ferramentas sistemas como o de vigilância e defesa social. É um modelo que pretende garantir o direito à convivência familiar e comunitária” (CFESS, 2011, p. 79). Em casos de direitos violados, como o abandono, o profissional atua na PSE de alta complexidade no intuito de contornar o dano da violação, a fim de evitar que outros direitos sejam

violados, buscando o bem estar e dignidade do indivíduo, ações de incentivo ao protagonismo do mesmo, além de tentativas de fortalecer novamente os vínculos familiares em casos de não nocividade ao idoso. Por fim, o SUAS

Requer um/a profissional que tenha uma abordagem que contribua com o fortalecimento do caráter protetivo das famílias, rompendo com a visão assistencialista que culpabiliza as famílias e seus membros. Requer um/a profissional que não se alie aos componentes do primeiro-damismo, deixando de ter uma linguagem subserviente, ainda que qualitativa de aliança com os expoentes conservadores da área de Assistência Social (CFESS, 2011, p 79).

Logo, como um dos objetivos desta discussão, o SUAS exige um olhar crítico diante das demandas, que ultrapasse o dado, que investigue os casos de modo que tente compreender as motivações das ações, ligando a situação da família que negligenciou o cuidado com o idoso, por exemplo, com à sua estabilidade financeira, às longas jornadas de trabalho, à disponibilidade de entes para o cuidado do idoso e não somente ligar o abandono à simples transferência de responsabilidade, isto não é investigar, mas sim pegar como verdade o visível, atuar com o pragmatismo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante o presente estudo, pudemos compreender que o abandono de idosos não se dá somente pela transferência de reponsabilidade ou negligencia da família, mas também pode ocorrer pela falta de suporte do Estado com a mesma, não oferecendo serviços que supra a grande demanda, o que por muitas vezes impede a família de conciliar a tutela do idoso com a sua jornada de trabalho, por grandes maiorias longas e exaustivas, além de muitas dessas famílias não possuírem condições financeiras de institucionalizar o idoso para o mesmo receber os devidos cuidados, haja vista que quanto mais idade o idoso atinge, mais comprometidas ficam suas condições motoras, o que pode demanda mais ou menos tempo e habilidades do cuidador. Essa compreensão possibilitou um olhar crítico para esta situação, o que nos permitiu analisá-la além do que é comumente divulgado, entretanto, é sabido que os numerosos casos não se resumem apenas a essas motivações.

Ademais, também foi identificado que os danos causados nos idosos abandonados são diversos, o que interfere na sua qualidade de vida mesmo estando em uma ILP que fornece todos os cuidados necessários para o mesmo. Desequilíbrios

emocionais, físicos, o uso abusivo de álcool e outras drogas e até mesmo o suicídio são algumas das manifestações dos impactos causados em alguém que já se encontra em uma fase frágil da vida, tudo isso exponenciado pela carência afetiva da família.

Portanto, o abandono é um crime de configuração jurídica e com o desenvolver acelerado da sociedade capitalista, os desdobramentos dos problemas sociais aumentam e acabam por exigir profissionais cada vez mais preparados para intervir em casos extremos e complexos, como o abandono de idosos. Para uma intervenção eficaz, é preciso que o profissional seja norteado por princípios de justiça social, defesa dos direitos humanos, civis, políticos e, sobretudo, sociais além de ter respaldo de políticas públicas que garantam a proteção do usuário, especialmente em casos de direitos violados, para evitar que o dano do mesmo seja majorado e afete ainda mais sua dignidade. Logo, entendemos na pesquisa que a atuação do assistente social no SUAS visa proteger, segundo a orientação da política, as famílias vulneráveis dos riscos sociais e intervir, de acordo com cada caso, e não somente, naqueles que já tiveram os mesmos violados ou frágeis, buscando sua (re) integração nos círculos sociais e seu protagonismo segundo a orientação ética profissional de reconhecer a liberdade dos indivíduos como valor fundamental e central. Entretanto, buscar respostas eficazes contemporaneamente se torna um desafio em uma conjuntura que não busca evolução senão a do lucro, onde as políticas sofrem cada vez mais cortes e reduzida atenção do Estado, por isso, além de manter ativa as frequentes pesquisas a respeito do tema, também se deve lutar pelo reconhecimento da importância do SUAS como política que visa garantir os direitos socioassistenciais daqueles que mais sofrem com o desmonte social que sustenta as exigências das cidadãs do sistema vigente.

REFERÊNCIAS

ALBIERO, Cleci Elisa; FERREIRA, Evani. **O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NAS INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANÊNCIA PARA IDOSOS: ALGUMAS REFLEXÕES**. 2018. Disponível em: <<https://www.uninter.com/cadernosuninter/index.php/humanidades/article/download/807/711>>. Acesso em: 19 jan. 2020.

ARRUDA, Isabel Campos de; BERGAMIM, Paula Das Vasconcelos; BOMFIM, Thiago Henrique. **SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS) E PÚBLICO IDOSO NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**. 2014. Disponível em:

<http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/CAO_Idoso/Diversos/SUAS%20E%20O%20IDOSO%20NA%20CAPITAL_0.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Estatuto do Idoso**. 3. ed. 2. Reimpressão. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.a.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 2013.b.

BARBOZA, Fernanda Luma G. et al. Dependência química em idosos e as implicações nas políticas em tempos de crise. **Anais do 4º Congresso Internacional de Envelhecimento Humano**. v. 02, n. 01. Campina Grande, PB. 2015.

CARLI, Larissa de. et al. Sentimentos e Percepções de Idosos Residentes em uma Instituição Asilar. **Revista Cuidado é Fundamental Online**. Universidade Federal do Rio de Janeiro, UNIRIO, 2012. Disponível em:
<<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3972243>>. Acesso em: 19 maio 2019.

CFSS. **O trabalho do/a Assistente Social no Suas**: seminário nacional. Brasília, 2011. Disponível em:
<[http://www.cfess.org.br/arquivos/SEMINARIO_SS_no_SUAS\(2009\).pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/SEMINARIO_SS_no_SUAS(2009).pdf)>. Acesso em 25 jan. 2020.

GOMES, Mônica Araújo. PEREIRA, Maria Lúcia Duarte. Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas. 2004. Disponível em:
<www.scielo.br/pdf/csc/v10n2/a13v10n2.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2020.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIRUNDI, Leonardo. **Abandoo de Idosos**. 2018. Disponível em:
<<https://www.otempo.com.br/opini%C3%A3o/leonardo-girundi/abandono-de-idosos-1.1853841>>. Acesso em: 05 jun. 2019.

GRECO, Rogério. **Código Penal**: comentado. 8. ed. Niterói, RJ: Impetus, 2014.

IBGE. **Em 2017, expectativa de vida era de 76 anos**. Estatísticas Sociais. 2018. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/23200-em-2017-expectativa-de-vida-era-de-76-anos>>. Acesso em: 15 maio 2019.

PARENTE, Lúcia de Fátima da Silva. **Violência contra a pessoa idosa: desafio contemporâneo para os profissionais de serviço social**. 2018. Disponível em:
<http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=20338&revista_caderno=29>. Acesso em: 16 jan. 2020.

PEREIRA, Luma Costa. **Concepções de pessoas idosas sobre a influência do contexto familiar para o uso ou abandono de bebidas alcólicas por idosos**. Dissertação de

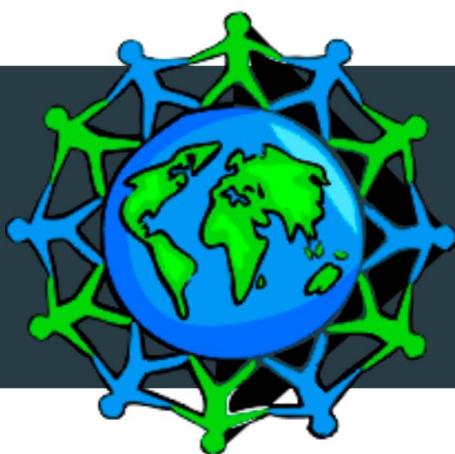
Mestrado em Enfermagem e Saúde, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Jequié, BA. 2013.

SIMÕES, Celso Cardoso da Silva. **Relações entre as alterações históricas na dinâmica demográfica brasileira e os impactos decorrentes do processo de envelhecimento da população**. Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2016.

SILVA, Stefane Carla Soares da. OLIVEIRA, Juliana Amorim Pacheco de. **DEPENDÊNCIA DO ÁLCOOL NA TERCEIRA IDADE: Causas, consequências e desafios para a família e profissionais da área da psicologia**. **Revista Psicologia e Saúde em debate** Dez., 2018: v. 4 n. 3, p. 46-59, 2018.

SILVA, Raimunda Magalhães da. et al. Influências dos problemas e conflitos familiares nas ideações e tentativas de suicídio de pessoas idosas. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 20, n. 6, p. 1703-1710, 2015. Disponível em: <https://scielosp.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141381232015000601703&lang=pt#>. Acesso em: 17 maio 2019.

SPOSATI, Aldaíza. **Do assistencialismo à assistência social: o modelo de seguridade brasileiro**. IX Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública. Madrid, España. 2004.



Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI

III SINESPP

20 a 24
OUTUBRO
2020

SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS
Democracia, desigualdades sociais e políticas públicas no capitalismo contemporâneo

EIXO TEMÁTICO 9 | QUESTÕES DE GÊNERO, RAÇA/ETNIA E GERAÇÃO

SERVIÇO SOCIAL E RACISMO RELIGIOSO: um debate necessário

SOCIAL SERVICE AND RELIGIOUS RACISM: a necessary debate

Bárbara Cristina Silva Pereira ¹

RESUMO

Este artigo destaca a importância do debate entre o racismo religioso e o Serviço Social, apontando de forma breve e preliminar algumas reflexões que demonstram as possibilidades, bem como a necessidade, de estabelecê-lo na contemporaneidade. Trata-se de uma revisão de literatura, estabelecida com o objetivo de oferecer centralidade às discussões basais na atualidade, as quais, fortificadas, possam oferecer norte a estudos mais aprofundados.

Palavras-Chaves: Racismo Religioso. Serviço Social. Debate.

ABSTRACT

This article highlights the importance of the debate between religious racism and Social Service, pointing out briefly and preliminarily some reflections that demonstrate the possibilities, as well as the need, to establish it in contemporary times. It is a literature review, established with the objective of offering centrality to the basal discussions nowadays, which, fortified, can offer guidance to more in-depth studies.

Keywords: Religious Racism. Social Service. Debate.

INTRODUÇÃO

O presente artigo trata-se de uma breve revisão de literatura e tem como objetivo estimular a discussão entre o racismo religioso e o Serviço Social, apontando a relevância deste debate e possíveis contribuições para a respectiva formação acadêmica

¹ Assistente Social Residente da Residência Multiprofissional em Saúde, na área de concentração em Saúde da Mulher, do Hospital Universitário da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Unidade Materno Infantil. E-mail: barbarapereira.ss@outlook.com.

e atuação profissional. Inicialmente, apresenta-se alguns pontos sobre as relações étnico-raciais e o Serviço Social e sua importância para a concretização do trabalho da categoria profissional. Em seguida, diante da escassez do tema, provoca-se algumas reflexões sobre a relação entre racismo religioso e Serviço Social.

O racismo se apresenta de forma peculiar conforme o tempo e o espaço em que se manifesta. O ideal de “embranquecimento”, o mito da democracia racial e a valorização do mestiço no Brasil constituem mecanismos e aspectos específicos do que se pode considerar racismo à brasileira. Cabe ao profissional de Serviço Social se posicionar não apenas contrário a esta forma de opressão, como sensível e combativo às suas particularidades, nelas incluso o racismo cultural e religioso.

Um dos principais pontos a ser debatido e superado, quando se trata do combate ao racismo no Brasil, diz respeito a sua invisibilidade e/ou confusão com a discriminação de classe – o que leva o fato da sociedade brasileira e grande parte dos estudiosos não reconhecerem o racismo como base das desigualdades sociais, econômicas e políticas. Acreditamos, assim, que a presente discussão poderá ensejar novas inquietações em um cenário pouco dominado pelo Serviço Social e que este, devido seu projeto ético-político, tem muito a contribuir.

2 SERVIÇO SOCIAL E AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

O Serviço Social, enquanto campo profissional inserido e determinado na história da sociedade brasileira, tem como base de sua fundação ideocultural e objeto de trabalho e estudo as expressões da questão social – atividade descrita e avaliada por Iamamoto (2000, p. 59) como uma potencialidade, considerando que “[...] decifrar a questão social é também demonstrar as particulares *formas de luta, de resistência material e simbólica acionadas pelos indivíduos sociais*”. Para a autora, a questão social é:

O conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que têm uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos se mantém privada, monopolizada por uma parte da sociedade (IAMAMOTO, 2000, p. 27).

Os efeitos desta apropriação da produção social por poucos são variados e incidem na vida dos indivíduos nas suas formas micro e macrosocial. O desemprego, o

analfabetismo, a fome, a violência urbana e doméstica, a degradação ambiental, a concentração de terras e renda, a precarização do trabalho, entre outros, são alguns de seus exemplos. O produto das desigualdades no sistema capitalista, a partir dos antagonismos e contradições entre as classes sociais, relaciona-se com a questão social. Assim, compreende-se que ao desvendar as contradições inerentes à estrutura das classes sociais, é preciso dar atenção e priorizar a questão racial.

É válido mencionar que o debate acerca da questão social está pautado na necessidade de decifrar a gênese do que se conceitua como suas diversas expressões, algumas as quais citamos acima. Formas peculiares de discriminação e exclusão sociais que, mesmo não tendo surgido com o sistema capitalista, ganham uma nova faceta e se acentuam diante de um contexto de acumulação do capital dominado pela branquitude.

O Serviço Social, na qualidade de trabalho especializado, possui um efeito socialmente necessário, sendo mais social que material – embora incida em ambos, direta ou indiretamente. Com isso, evidencia sua relevância no processo de (re)produção da força de trabalho e nas relações sociais dela decorrentes. Ao Serviço Social, cabe “[...] atuar na contra-hegemonia daquilo que está posto, bem como elaborar e desenvolver respostas e ações qualificadas que atendam as demandas trazidas pelos usuários, quer sejam explícitas ou implícitas” (NETTO, 1996 apud ALMEIDA, 2015a, p. 328).

O projeto ético-político do Serviço Social expressa a autoimagem da profissão e aponta uma direção social de enfrentamento diante das demandas sobre as quais opera, estabelecendo balizas que mediem sua relação com os sujeitos em sociedade (NETTO, 2006). Como consequência, “[...] tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor central – a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolha entre alternativas concretas” (NETTO, 2006, p. 15).

Por estar comprometido com a construção de uma nova ordem societária, verdadeiramente democrática, o caráter político que guia o exercício profissional assume uma concepção pluralista, a qual afirma a defesa intransigente dos direitos humanos, se posiciona em favor da equidade e da justiça social e defende a autonomia e emancipação dos sujeitos. Por esse motivo, fundamenta-se estruturalmente em um processo de mobilização concreto que se sustenta, também, nos onze princípios expressos e defendidos no Código de Ética do (a) Assistente Social, de 1993.

Na discussão que aqui se propõe, cabe destacar especialmente quatro princípios do Código de Ética², que estabelecem:

Empenho na *eliminação de todas as formas de preconceito*, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;

Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação exploração de classe, *etnia* e gênero;

Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos trabalhadores;

Exercício profissional sem ser discriminado/a, *nem discriminar*, por questões de inserção de classe social, gênero, *etnia*, *religião*, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física (BRASIL, 2012, p. 23-24, grifo da autora).

Os referidos princípios estabelecem consigo a importância da luta contra as formas de exploração, opressão e dominação de qualquer espécie, dentro e fora da profissão. Em outras palavras, defende-se que toda forma de discriminação deve não apenas ser rejeitada, como combatida. A articulação com os movimentos sociais de outras categorias – que possuem objetivos comuns aos pressupostos do projeto ético-político do Serviço Social –, é fundamental para a concretização destes fins.

Desse modo, constata-se, no projeto profissional, a importante relação entre Serviço Social e questão étnico-racial – não enquanto categorias isoladas em si ou até mesmo em dupla, mas como práxis imersa na totalidade e dinamicidade das relações sociais.

Assim, é importante compreender como a opressão racial (e outras formas de opressão: classe, gênero, sexualidade, etc.) “[...] contribui para a manutenção da ordem capitalista vigente” (ALMEIDA, 2015a, p. 313). Ademais, é essencial relacionar este fenômeno à dinâmica do trabalho profissional, de maneira que se perceba constantemente seus impactos nas ações, serviços e atendimentos realizados.

² Sobre o conjunto de valores, princípios, direitos, deveres e sanções contidos no Código, Barroco (2009) afirma que estes sozinhos não são capazes de garantir a legitimidade da ética na profissão (levando em consideração que isso seria reduzi-la à concepção legalista e formal, perdendo seu valor real), ou seja, que a sua objetivação “[...] trata-se de uma questão de consciência ética e política cuja ampliação requer estratégias da categoria profissional, no sentido de mobilização, de incentivo à participação, à capacitação, de ampliação do debate e de acesso à informação” (BARROCO, 2009, p. 14).

A invisibilidade e a secundarização da história da população negra no Brasil é uma realidade que se impõe ainda hoje na sociedade brasileira, portanto, é também fato que afeta ao Serviço Social. Para Guiraldelli e Engler (2008, p. 264),

[...] tendo em vista a produção e reprodução de mecanismos ideológicos que legitimam o sistema atual, resguardados pelo patriarcalismo e pelo racismo, onde se impera um protótipo de ser humano, ou seja, o homem, macho, branco, heterossexual e rico, verificamos que a história que temos é a história dos grupos dominantes, ou seja, dos homens que escrevem sobre os homens, dos grandes feitos, dos grandes heróis, mantendo em silêncio o contingente de negros e mulheres, tidos como coadjuvantes do devir histórico. Constatase assim que a mulher e o negro não têm história. A história da humanidade é exclusivamente masculina e branca. Por isso, devemos reescrever a história sob um outro horizonte (GUIRALDELLI; ENGLER, 2008, p. 264).

Reescrever esta história significar assumir, também, uma posição política. Posição esta que compreende os sujeitos históricos em suas especificidades, levando em consideração as múltiplas determinações de sua condição social (ALMEIDA, 2015a). Para Oliveira (2017b, p. 388), a falta de apreensão, problematização e análise da “[...] história, assim como [do] processo constitutivo de identidade e [das] lutas em torno da efetivação da cidadania da população negra”, na prática dos profissionais de diversas áreas, inclusive do Serviço Social, contribui para a perpetuação das desigualdades raciais.

Dessa forma, reconhecendo que as relações sociais são assimétricas, por consequência de diversos fatores históricos, sociais e políticos, é possível afirmar que o fator racial ainda é um dos determinantes para a inclusão ou exclusão de indivíduos nas políticas públicas e nos espaços de poder. As situações vivenciadas pela população negra, que comprovam esta assertiva, são constatadas em diversos indicadores sociais, demonstrando que tal população permanece em profunda desigualdade, situada nos segmentos mais pauperizados da sociedade brasileira (ALMEIDA, 2015b).

É nesse terreno de disputas e contradições que se inserem as (os) assistentes sociais, emanadas (os) de conteúdo teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo. As (os) profissionais de Serviço Social possuem espaço privilegiado neste dilema, pois atuam na formulação, implementação e execução de políticas sociais, ou seja, estão inseridas (os) no início, meio e fim do processo de planejamento. Assim,

[...] a necessidade é de se propor políticas públicas de inclusão social e de igualdade racial e de gênero. O intuito de políticas públicas universalistas é

fazer com que a cidadania deixe de ser um mero simulacro e ganhe forma e legitimidade. Assim, eis o desafio para os profissionais da área do Serviço Social no que tange ao conhecimento dessa realidade, para posteriormente formular políticas direcionadas a esse público (GUIRALDELLI; ENGLER, 2008, p. 265).

Como exposto acima, seu contato com a população usuária dos serviços é constante. Pinto (2003 apud. ALMEIDA, 2015b) lembra que o público que recorre aos serviços prestados por assistentes sociais nas diversas políticas públicas é majoritariamente preenchido pela população negra e pelas mulheres. Não apreender e aprofundar este debate no processo de formação profissional traz consigo, além de outros fatores, diversas lacunas na atuação profissional.

3 SERVIÇO SOCIAL E O RACISMO RELIGIOSO

A escolha pela utilização do termo racismo religioso em vez de intolerância religiosa pauta-se na compreensão das peculiaridades do racismo construído e sedimentado no Brasil. A ideologia do branqueamento, o mito da democracia racial e a supervalorização da mestiçagem, especialmente após a década de 1930, contribuíram para ocultar sentimentos e posturas que têm como base o racismo, mas que nem sempre se apresentam de tal forma. As religiões de matriz africana possuem um histórico de resistência frente uma trajetória de combate e perseguição, inclusive institucional. Estabelecer essa discussão e representá-la apenas como “intolerância religiosa” é transformar nosso discurso em algo raso e abstrato, descolado da gênese da questão.

Em termos gerais, observa-se, embora recentes, avanços significativos na discussão da temática racial no âmbito do Serviço Social. Contudo, Almeida (2015b, n.p.), utilizando os apontamentos de Pinto (2003), afirma que:

[...] os profissionais de Serviço Social não estão, em sua maioria, aptos a desconstruir falas e posturas que corroboram para a manutenção das desigualdades perpassadas pela questão étnico-racial. Portanto, entendemos que tal deficiência configura-se como uma das lacunas existentes na formação profissional, pois a maioria das Unidades de Formação (UFA's) que oferecem o curso de Serviço Social, não traz em seu currículo disciplinas obrigatórias que discutam sobre as temáticas da questão étnico-racial, de gênero, cultura, identidades etc. (ALMEIDA, 2015b, n.p.).

Recentemente, o curso de Serviço Social da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), após reforma curricular em 2016, aprovou a obrigatoriedade da disciplina

“Relações étnico-raciais no Brasil e Serviço Social” (com carga horária de 30 horas), o que representa um grande avanço na compreensão desta temática e sua importância para a profissão. Anteriormente, a disciplina era eletiva – ofertada a partir de demanda estudantil e disponibilidade de corpo docente.

Oliveira (2017b, p. 395) questiona até que ponto o “[...] processo de formação permite aos egressos adquirir competências para intervir, propor e executar políticas, programas e projetos destinados à superação das desigualdades étnico-raciais?”. A autora defende a implementação da temática étnico-racial na formação basilar do Serviço Social, em conformação com os parâmetros mínimos estabelecidos pela ABEPSS.

Concluimos que, seja numa sociedade de exploração capitalista ou em qualquer outra ordem social, se o racismo não for alvo de enfrentamento e combate, certamente as desigualdades raciais sempre marcarão as relações sociais. Portanto, a construção de uma sociedade livre deve ser pensada com base em uma perspectiva de totalidade, onde a realidade social é constituída por múltiplos determinantes como: classe, raça, etnia, gênero, entre outros (ALMEIDA, 2015a, p. 329, grifo da autora).

Não é possível, portanto, para o Serviço Social, permanecer ocultando, no processo de formação dos (as) assistentes sociais, as tentativas de decifrar as relações contraditórias que culminam no racismo religioso no Brasil. Tomando como base a concepção de totalidade, torna-se necessário entender que as classes sociais não são homogêneas e sim organizadas mediante relações de desigualdades, permeadas, por sua vez, por antagonismos consolidados ao longo de uma história não apenas capitalista, mas racista, heterossexista, patriarcal e cisgênera, que produz e reproduz violações de direitos e práticas de genocídio da população negra.

Nessa direção, se consideramos que a discussão acerca das relações étnico-raciais tem muito o que avançar no âmbito do Serviço Social, o debate precisamente sobre o racismo religioso ainda necessita alcançar seus primeiros passos. Alguns trabalhos que versam sobre a questão racial e o Serviço Social pontuam, em diversos momentos, sobre sua incidência na esfera religiosa. Em outros estudos, destaca-se o tema dentro da perspectiva da questão religiosa e sua influência dentro da profissão, como veremos a seguir nas contribuições de Quintão (2012).

O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), em 2016, na série “Assistente Social no Combate ao Preconceito”, em seu caderno n.º 03, aborda a questão do racismo em suas múltiplas variações. Em um dos tópicos, chama a atenção para a “intolerância

religiosa”. Salienta-se a edição especial da Revista *Práxis*, n.º 98 e 99, publicada pelo CRESS-RJ, a qual traz em sua capa o título de uma de suas matérias: “Racismo Religioso, da intolerância ao respeito”.

Quintão (2012), ao analisar os posicionamentos políticos da categoria profissional, por meio dos manifestos publicados pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), aponta a dificuldade em encontrar publicações referentes ao tema.

O posicionamento político da principal entidade representativa do Serviço Social sugere que, embora a profissão tenha avançado bastante em seus últimos Códigos de Ética sobre a questão da religião, hoje defendendo como um dos seus princípios fundamentais [...], não há, contudo, uma luta pelo reconhecimento deste direito, em específico, sugerindo uma hierarquização da escala de direitos dentro da profissão, onde o direito a pertencer a uma religião e exercer uma identidade religiosa não é objeto de nenhum posicionamento nas entidades da profissão e portanto, não recebe prioridade em seu reconhecimento e garantia (QUINTÃO, 2012, p. 80-81).

A relação entre Serviço Social e religiosidade, especialmente aquela voltada para a doutrina católica, faz parte da gênese e história da profissão. Durante muito tempo, foi difícil desfazer esta conexão e ainda hoje ela influencia muitos estudantes a iniciarem sua graduação em Serviço Social. Mesmo diante do rompimento com o conservadorismo e da mudança hegemônica de sua posição política, marcada pelo compromisso com a classe trabalhadora, o Serviço Social brasileiro pouco problematizou, na contemporaneidade, a influência da religião na atuação profissional. Consideramos que essa identidade ainda não foi totalmente descartada a medida em que negligenciou e negligencia as contribuições negras e indígenas em seu processo de formação profissional, ainda majoritariamente branco e eurocentrado.

Através de uma pesquisa sobre o perfil profissional de assistentes sociais no Brasil, foi possível perceber que a maior parte da categoria professa alguma religião (SIMÕES, 2004 apud QUINTÃO, 2012). Esta realidade segue a tendência observada no país, em que mais de 86% da população faz parte de alguma religião cristã (IBGE, 2010).

Em pesquisa realizada por Quintão (2012) com 80 assistentes sociais de Ministérios Públicos Estaduais, no que diz respeito ao posicionamento das (dos) profissionais sobre a presença da intolerância religiosa no Brasil, 57,5% reconheceram sua existência, 35% responderam acreditar não existir intolerância religiosa no país e 7,5% não souberam ou não responderam. É com preocupação que a autora destaca o número significativo de assistentes sociais que negam e/ou não percebem a

problemática no país, “[...] especialmente em se tratando de profissionais que atuam em uma instituição que visa combater todos os tipos de discriminação, inclusive os de natureza religiosa” (QUINTÃO, 2012, p. 117).

A escassez de aporte teórico sobre o tema, principalmente sob o ponto de vista do Serviço Social, parece contribuir também para o que se considera certa indiferença sobre a questão do racismo religioso no Brasil por parte de assistentes sociais, que, despreparadas (os) para lidar com a questão, recuam diante dela. Assim, na medida em que não reconhecem a existência da temática nas relações estabelecidas em diferentes espaços da sociedade, tendem, por consequência, a ignorá-la ou não reconhecê-la também em seu exercício profissional (QUINTÃO, 2012).

Dessa forma, cabe refletir qual a importância atribuída à religião, pelos (as) assistentes sociais, no seu trabalho profissional. Em especial, sua relação com as religiões de matriz africana e outras minorias religiosas. Observa-se que o debate acerca do racismo religioso no processo de formação acadêmica e fora dele, traz grandes contribuições para o Serviço Social. Não apenas no que se refere ao aspecto ético da profissão, mas aos componentes teóricos que lidam com as relações étnico-raciais, movimentos sociais e educação popular.

É por esse motivo que sua discussão deve ser incentivada, com o propósito de aprofundar o convívio com as diferenças e a valorização da cultura e ancestralidade negra no Brasil. Ademais, é de suma importância compreender as particularidades do racismo enfrentado pelas comunidades e povos tradicionais de matriz africana em comparação com o restante da população negra, trazendo à tona sua invisibilidade diante do tema.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As dinâmicas particulares de ataque às religiões de matriz africana no Brasil nos últimos séculos, o qual reforçamos por meio da utilização do termo racismo religioso, tem se reinventado ao longo das últimas décadas, travestidas de intolerância religiosa. Isso acontece, pois, o racismo, em alguns momentos escancarado, em outros mais velado, necessita ser reinventado pela branquitude como forma de continuar existindo.

Ao manter elementos africanos em sua constituição e por reproduzirem, não apenas em seus aspectos religiosos, um modo de organizar a vida diferenciado, os

integrantes das religiões de matriz africana intensificam-se como alvo das classes dominantes, inclusive por meio do Estado. A partir desta compreensão, observa-se como a referida discussão possui espaço privilegiado no Serviço Social – considerando a direção social apreendida pelo projeto ético-político da profissão, a qual defende a construção de uma nova ordem societária, livre de qualquer tipo de exploração.

A complexidade das relações raciais no Brasil e suas particularidades revelam o campo constante de disputas, no qual o Serviço Social é chamado para intervir, direta ou indiretamente. Nesse sentido, em uma sociedade racializada como o Brasil, é preciso resgatar as possibilidades de trabalho do (a) assistente social com as comunidades tradicionais de matriz africana, entendendo-as fora da lógica eurocêntrica cristã. Defende-se que o racismo se manifesta também na negação da identidade negra, por esse motivo, o (a) profissional de Serviço Social precisa estar preparado para atuar frente essas e outras demandas, que surgem, quase sempre, de forma sutil no cotidiano de trabalho.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Sheila Dias. SERVIÇO SOCIAL E RELAÇÕES RACIAIS: caminhos para uma sociedade sem classes. In: **Temporalis**, v. 15, n. 29, p. 311-333, jul. 2015a. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/7182>>. Acesso em 25 fev. 2020.

ALMEIDA, Sheila Dias. SERVIÇO SOCIAL E RELAÇÕES RACIAIS: um debate necessário na cena contemporânea. In: **VII Jornada Internacional de Políticas Públicas**. São Luís, 2015b. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo6/servico-social-e-relacoes-raciais-um-debate-necessario-na-cena-contemporanea.pdf>>. Acesso em 25 fev. 2020.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. Fundamentos éticos do Serviço Social. In: **Serviço Social: Direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: ABEPSS, 2009.

BRASIL. **Código de Ética do/a Assistente Social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão**. 10a ed. rev. e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

GUIRALDELLI, Reginaldo; ENGLER, Helen. As categorias gênero e raça/etnia como evidências da questão social: uma reflexão no âmbito do Serviço Social. In: **Serviço Social e Realidade**, Franca, v. 17, n. 1, p. 248-267, 2008. Disponível em:

<<https://ojs.franca.unesp.br/index.php/SSR/article/view/12/77>>. Acesso em 25 fev. 2020.

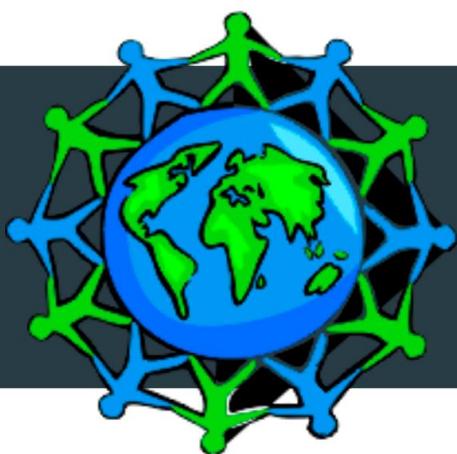
IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2010**. Características Gerais da População, Religião e Pessoas com Deficiência. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2010/amostra-caracteristicas-gerais-da-populacao-religiao-e-deficiencia>>. Acesso em 25 fev. 2020.

NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. In: **Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional**. 2006. Disponível em: <<http://cpihts.com/PDF03/jose%20paulo%20netto.pdf>>. Acesso em 25 fev. 2020.

OLIVEIRA, Juliana. Serviço Social e o silenciamento sobre as questões étnico-raciais. In: **Revista Ser Social**, Brasília, v. 19, n. 41, p. 385-397, jul-dez/2017b. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/14945>. Acesso em 25 fev. 2020.

QUINTÃO, Graziela Ferreira. **A QUESTÃO RELIGIOSA NO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL: fragmentos de uma investigação na atualidade**. 2012. 137 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.



Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI

III SINESPP

20 a 24
OUTUBRO
2020

SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS
Democracia, desigualdades sociais e políticas públicas no capitalismo contemporâneo

EIXO TEMÁTICO 9 | QUESTÕES DE GÊNERO, RAÇA/ETNIA E GERAÇÃO

ENVELHECIMENTO E O SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS PARA PESSOAS IDOSAS

Emanuelle Gomes dos Santos¹

RESUMO

O envelhecimento da população mundial avança rapidamente. Este fenômeno pode ser observado mais recentemente no Brasil, país onde é carregado de heterogeneidades e singularidades. O presente artigo visa analisar o fenômeno do envelhecimento humano e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para pessoas Idosas (SCFV), a partir da compreensão do envelhecimento marcado por heterogeneidade e se esse serviço parte dos determinantes que particularizam o envelhecimento dos/as usuários/as da assistência social e se funciona realmente como preventivo das situações de risco social.

Palavras-Chaves: Envelhecimento. Política de Assistência Social. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

ABSTRACT

The aging of the world population advances rapidly, this phenomenon can be observed more recently in Brazil, a country where it is loaded with heterogeneities and singularities. This article aims to analyze the Service of Coexistence and Strengthening of Links for Elderly People from the understanding of aging in Brazilian society and all its implications in the lives of users of this service.

Keywords: Aging. Social Work. Social Protection.

INTRODUÇÃO

O avanço do processo de envelhecimento demográfico é um fenômeno observado mundialmente, pois o número de pessoas idosas compoendo a população

¹ Aluna do curso de Serviço Social da Universidade federal do Piauí. Bolsista de Iniciação Científica.

mundial avança rapidamente. Segundo dados Organização Mundial da Saúde (OMS), a população mundial com mais de 60 anos, que em 2014 eram 841 milhões de pessoas, passará para o número de 2 bilhões de pessoas em 2050. Para o enfrentamento desse fenômeno Estado e sociedade precisam se prepararem, com o desenvolvimento de pesquisas científicas que tem como objetivo compreender o processo de envelhecimento, as condições de vida no que diz respeito ao nível de renda, nível de informação, o cuidado com a saúde, acesso às políticas sociais públicas, dentre outros fatores que incidem nas condições de autonomia, independência e participação dessa população.

Em inúmeros países, especialmente, os centrais/desenvolvidos a longevidade já faz parte de suas realidades, como nos países europeus, como também no Japão um país onde, as pessoas idosas, são valorizadas culturalmente e possuem uma simbologia para os mais jovens. Esta realidade de conviver com pessoas de mais idade vem sendo experienciada mais recentemente pelo Brasil, onde o perfil da população vem se alterando de, uma sociedade majoritariamente jovem, para uma crescente população idosa em um curto espaço de tempo, segundo o Censo (IBGE, 2010), a população brasileira neste ano com menos de 14 anos representava 24,1%, no ano de 1991 esta parcela populacional representava 34,7%, no que se refere as pessoas com mais de 65 anos este número passou de 4,8% em 1991 para 7,4% em 2010. E nos dias de hoje já são 11% da população do país.

Diante deste cenário, a sociedade brasileira deve estar preparada para possibilitar uma boa qualidade de vida à população idosa e pensar no convívio social desta com as outras gerações, adaptando toda a infraestrutura física das cidades e criando políticas pública para atender este público. A proteção social deveria se alterar de modo que, os sistemas de seguridade social atendessem com prioridade absoluta aos idosos/as. O Sistema Único de Saúde e Sistema Único de Assistência Social, passam a ser pensados com programas e serviços específicos para este público alvo. Enfatiza-se que a produção científica no campo da gerontologia, deve ser incentivada pois estudos como estes são fundamentais para a sociedade em geral, sendo que através deles, possibilita-se apreensão das necessidades da pessoa idosa, além de serem fonte teórica que podem auxiliar estudos que culminam na formulação das políticas públicas.

Pretende-se na pesquisa, que deu origem a este artigo, analisar o processo de envelhecimento no país, a partir da compreensão da heterogeneidade das formas de envelhecer, uma vez que o Brasil possui uma extensão territorial de dimensões continentais e de amplas desigualdades sociais. No seu território, há inúmeras particularidades e diferenças sociais, de classe, de gênero, raça/etnia e regionais que conseqüentemente afetam o modo de envelhecer de cada pessoa. Os determinantes de classe, geram duas formas antagônicas de envelhecer, o da classe dominante e o da classe dominada. A condição de trabalhador/a faz parte dos determinantes macroestruturais que diz respeito a sociedade capitalista. Essa condição para os trabalhadores é de fundamental importância, pois, é a partir do trabalho ou da falta deste, que o trabalhador quando idoso poderá ou não acessar a aposentadoria ou renda advinda de benefícios socioassistenciais, além da saúde pública, educação, dentre outras.

A classe se materializa em sujeitos que tem sexo, cor, etnia e idade. O determinante de raça também é um determinante de extrema relevância especialmente no Brasil, onde a organização econômica do país foi baseada na escravidão de pessoas negras e africanas, o que trouxe conseqüências que perduram até hoje. O determinante de gênero, fator este que implica na condição da mulher e na divisão sexual do trabalho, o que acarreta um processo de envelhecer diferente dos homens.

O objetivo principal deste artigo, foi realizar uma análise do envelhecimento das classes populares ou trabalhadoras e de um dos serviços estudados no grupo de pesquisa, nesse caso específico o Convivência e Fortalecimento de Vínculos para pessoas Idosas (SCFV), abordando o público-alvo do serviço, seus principais objetivos, os profissionais envolvidos e como ocorre sua implementação: modelos dos grupos e encontros e etc.

A pesquisa é do tipo descritiva e explicativa, pois visa descrever as características de um determinado fenômeno populacional e explicar os fatores que contribuem de alguma forma para a ocorrência do fenômeno a ser abordado (GIL, 2002), ancorada no método histórico dialético. Esse método é capaz de superar a imediatez da realidade e atingir a essência, como resultado de múltiplas determinações. O método permitirá uma análise capaz de partir da singularidade, desvendar particularidades e sua relação com a totalidade através de mediações que permeiam e permitem chegar a um

concreto síntese de múltiplas determinações. A abordagem metodológica adotada na pesquisa é a qualitativa, pois visa dados que não podem ser quantificáveis, como práticas, valores opiniões, representações (MINAYO, 1999).

A pesquisa empírica será de campo, com entrevistas semiestruturadas aos profissionais das equipes e idosos usuários dos serviços prevista para o primeiro semestre de 2020. Apresenta-se aqui a revisão de literatura e análises documentais.

2 HETEROGENEIDADE NO PROCESSO DE ENVELHECIMENTO

O processo de envelhecimento mundial acima citado, é um fenômeno que atravessa fronteiras e apesar de ser vivenciado pela grande maioria das sociedades, independente da sua localização territorial, o envelhecimento se diferencia consideravelmente a partir de inúmeras circunstâncias, pois a sociabilidade de cada país se diferencia, afetando assim o próprio entendimento sobre o processo de envelhecimento vivenciado por cada pessoa.

O envelhecimento humano é um processo biopsicossocial, combinação de fatores que são variáveis por questões estruturais e individuais. Mas, esses elementos são articulados, ocorrem numa dialética de interação, portanto, não basta descrevê-los isoladamente. Como destaca Beauvoir (1990, p.16):

Enfim, a sociedade destina ao velho seu lugar e seu papel levando em conta sua idiosincrasia individual: sua impotência, sua experiência; reciprocamente, o indivíduo é condicionado pela atitude prática e ideológica da sociedade em relação a ele. Não basta, portanto, descrever de maneira analítica os diversos aspectos da velhice: cada um deles reage sobre os outros e é afetado por eles; é no movimento indefinido desta circularidade que é preciso apreendê-la.

Dentre os elementos estruturais destacam-se fatores como pertencimento de classe, situação de gênero, raça e etnia. Os individuais estão relacionados a carga genética e como cada um responde e sofre os impactos dos fatores estruturais se expressando em condições de vida que determinam os estilos de vida, comportamentos, atitudes, dentre outros.

Dentre os determinantes estruturais a inserção nas estruturas produtivas são os mais incisivos, dada a centralidade do trabalho na vida das pessoas, principalmente, a existência do trabalho assalariado. Assim, a posição de classe dos indivíduos é um dos

diferenciadores fundamentais, que são vividos de forma variável conforme o sexo, cor, idade, nacionalidade, dentre outros.

No caso do Brasil, dos diversos aspectos que são determinantes para o envelhecer de seus habitantes, ressalta-se também a condição raça/etnia. Os negros em sua grande maioria têm sua trajetória de vida afetada de alguma maneira pela condição da cor da pele negra, sofrendo com a discriminação, com a opressão, com um lugar menor reservado, principalmente, se forem pobres. Neste país, uma vez que historicamente a escravidão fez parte de sua história, a figura da pessoa negra é carregada de discriminações que impactam em sua condição como pessoa trabalhadora e conseqüentemente como pessoa idosa, no qual se somam os estigmas. Para Borges *et al.* (2019, p.135):

Cabe notar que a desigualdade que cerca a vida dos/as negros/as é histórica e estruturante da sociedade brasileira, com as particularidades que o seu capitalismo tardio e sua burguesia, emersa do setor agrário, imprimem, portanto, não é um reflexo apenas de um momento presente ao mercado de trabalho atual, ao contrário, se alimenta e retroalimenta-se das discriminações presentes nas relações sociais construídas e fundadas em uma cultura escravocrata presente no país.

Gênero é o outro fator determinante nos quais o envelhecimento de uma pessoa é notadamente afetado. O trabalhador homem, vive do trabalho produtivo, aqueles que tem trabalho formal e protegido. Assim, em sua velhice terá uma aposentadoria na qual este sobreviverá. Sendo um trabalhador homem da classe trabalhadora, branco, em uma sociedade que reduz direitos, poderá ser obrigado a complementar sua renda com o trabalho informal. Já um trabalhador negro que sempre viveu no desemprego e trabalho informal, continuará para sobreviver na velhice nesse trabalho, especialmente quando não tem acesso aos benefícios assistenciais, como o BPC.

No caso das mulheres quando estas não estão na posição de aposentadas, a maioria estão na condição de cuidadoras do lar e da família, função esta que já foi desempenhada ao longo de toda sua vida e faz parte de um trabalho realizado e não pago pelo capital que continua na velhice. As mulheres negras trabalham no cuidado em suas casas e nas casas dos patrões cuidado de seus filhos, de suas casas, sem não conseguir aposentadorias que garanta a sua sobrevivência e de sua família, vivem na pobreza muitas vezes por não poderem mais trabalhar. Assim, classe e gênero estão

articulados e vão delimitar as possibilidades ou não de na velhice viver de forma saudável, ativa, vigorosas, em conformidade com Motta (1999, p.209):

Autoafirmar-se no cotidiano é a primeira forma de diferenciação da velhice segundo os gêneros e as classes sociais. As mulheres, voltadas desde o início á domesticidade e ao cotidiano, e alguns dos mais pobres, que não têm quem os proteja ou os substitua em tarefas e na provisão da família, têm permanecido mais ativos. E reconhecem-se assim. Declaram-se vigorosos, saudáveis, independentes, principalmente as mulheres.

Esta representação imagética do idoso ativo e saudável é propagada pela grande mídia com propagandas que objetivam a venda de produtos de beleza, remédios que prometem o emagrecimento, o rejuvenescimento, a qualidade de vida. São representações que fazem parte de uma construção social da velhice, geralmente da classe média brasileira. Ou seja, que não condiz com a realidade da grande maioria da população idosa que vive ou viveu do trabalho assalariado, informal e precário. Segundo Debert (2012, p.220), há um descompasso entre as pesquisas de alguns gerontólogos mais críticos, e outros ditos pós-modernos, atuais, na forma de abordar a velhice:

Os gerontólogos traçaram o perfil do idoso como vítima privilegiada da miséria, mas os velhos pesquisados e apresentados pelos meios de comunicação são seres ativos, lúcidos, participantes, prontos para viverem um dos momentos mais de suas vidas, nos quais o único dever é a realização pessoal. Em um país em que os direitos básicos do cidadão são tão desrespeitados, a universalização do direito à aposentadoria, mesmo não sendo mais que um salário-mínimo, significou uma conquista social importante.

Neste sentido é de primordial importância um sistema de garantias de direitos consolidado, garantindo um envelhecimento com dignidade, com qualidade de vida, onde a proteção social faça parte do dia a dia das pessoas idosas. Todavia, serviços universalizantes poderão ser complementados com outros mais focalizados, para garantir equidade e justiça social. Nessa condição, emerge os serviços da assistência social, para um público específico, setores populares, pobres e vulneráveis. Entretanto, o serviço parte de uma visão de envelhecimento marcado pelas heterogeneidades? Pelas especificidades da condição social dos seus usuários? Leva em consideração que situações de isolamento, solidão, violações, dependências, estão articuladas as condições sociais, acesso às políticas públicas?

Como nos diz Faleiros (2014), autonomia, independência e participação, não são determinados apenas pela sociabilidade da pessoa idosa com a comunidade, a

solidariedade intergeracional, suas atitudes e comportamentos, mas por determinantes econômicos, sociais e políticos.

A perda da capacidade funcional precisa estar articulada ao suporte social e ao autocuidado, pois as trocas sociais são fundamentais para assegurar a qualidade de vida na complexidade das relações humanas e das relações sociais nas condições objetivas em que se envelhece. A velhice se apresenta, se representa e se estrutura nas determinações da economia internacional e nacional, pelo enfrentamento de interesses e articulação das dominações sociopolíticas e pelo pacto legal estabelecido e efetivado. (FALEIROS, 2014, p.17):

No pacto legal estão as políticas públicas, dentre elas a Política de Assistência Social, na proteção social básica e especial. Destaca-se, neste estudo, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

3 O DESENHO DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS PARA PESSOAS IDOSAS SCFVI

Ao analisar a legislação pertinente ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos disposta na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais e nas Orientações Técnicas para os CRAS, documentos estes que, indicam o modelo de organização e o traçado metodológico a ser seguido para a implementação do SCFV, devem ser considerados como aspectos preponderantes para organização deste serviço: a centralidade do papel da família no processo de envelhecimento, a família como responsável pelo cuidado da pessoa idosa, a visão de envelhecimento compreendida pelo Ministério de Desenvolvimento Social, levando-se em consideração as particularidades da sociedade brasileira.

A família se constitui como o primeiro grupo social, no qual os indivíduos fazem parte, sendo este grupo de essencial importância para a sociabilidade destes, uma vez que esta imprime significados no modo de ser dos indivíduos. O convívio entre os membros de uma família se relaciona com todas as transformações societárias, ou seja, é afetado, reage, mantém, se adapta movida por essas mudanças. Os modelos de família alteram-se ao longo dos anos, sendo compreendidos pela Política Nacional de Assistência Social, como formando família os indivíduos que possuem laços de pertencimento sejam eles sanguíneos e/ou afetivos. Apesar desse avanço, ainda vê a responsabilidade sobre os idosos/as a priori como sendo da família, e visa potencializar

essa função protetiva das famílias. Assim, a sociedade e o Estado são vistos como esferas de apoio para a garantias dos direitos fundamentais.

Como previsto na Constituição Federal do Brasil de 1988, no que se refere ao amparo às pessoas idosas, a família é compreendida como, instituição primeira, responsável por garantir direitos básicos e dignidade no processo de envelhecimento desta parcela da população considerada idosa:

Art.230.A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida.

§1º Os programas de amparo aos idosos serão executados preferencialmente em seus lares. (BRASIL,1988, p.89).

Apreende-se assim, que o Estado brasileiro, possui uma legislação que se baseia em um caráter familista, em relação a assistência e aos cuidados com os idosos, fato este que impacta diretamente na formulação das legislações que se referem às políticas destinadas ao público idoso. No âmbito das políticas sociais, a família é tomada como unidade protetiva, a partir da capacidade desta de assegurar as condições mínimas de vida a pessoa idosa. Os reatamentos desta visão são perceptíveis na formulação das Orientações Técnicas para implementação do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, em conformidade com a mesma:

A política de assistência social tem como um dos seus objetivos “assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família e que garantam a convivência familiar e comunitária”. Isso quer dizer que compreende a família como unidade de atenção primeira e é também no seu contexto que os indivíduos são considerados. Assim, a velhice, compreendida como uma fase do ciclo de vida é percebida na relação da pessoa idosa e sua família. (BRASIL, 2012, p. p.30)

Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), que faz parte da proteção social básica, e é um serviço complementar ao Serviço de Proteção e Atendimento Integral à família (PAIF). A rede de atendimento que viabiliza o PAIF e consequentemente o SCFVI está fundamentado no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de cada território, entidade responsável pela implementação e referenciamento dos centros de convivência. Toda a organização do SCFVI está pautada na premissa da proteção social básica, a partir do atendimento nos CRAS, que referencia os usuários a partir das suas famílias. Isso significa que além do atendimento do idoso/a em um serviço específico, sua família poderá ser atendida no PAIF.

Entretanto, apesar do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos destinado à pessoa idosa, ser um serviço preventivo, a situações de isolamento e solidão entre os idosos, eles não se dirigem a todos os idosos em situação de vulnerabilidade social de um determinado território, mas sim para um grupo extremamente seletivo. Trata-se de um processo de focalização com sinônimo de seletividade. Seu público-alvo são:

Idosos com idade igual ou superior a 60 anos, em situação de vulnerabilidade social, em especial:

- Idosos beneficiários do Beneficiário de Prestação Continuada;
- Idosos de famílias beneficiárias de programas de transferência de renda;
- Idosos com vivências de isolamento social por ausência de acesso a serviços e oportunidade de convívio familiar e comunitário cujas necessidades, interesses e disponibilidade indiquem a inclusão no serviço. (BRASIL, 2014, p.19):

A partir desta leitura, apreende-se que o SCFVI, é um serviço de caráter seletivo, porque de uma forma geral os encaminhados para o serviço são geralmente o que já apresentam situações específicas, na proteção especial e até mesma no PAIF. As restrições orçamentárias da política de austeridade desde 2016 vem afetado a qualidade do serviço, sua rotina e programação, restringindo o público que acessa ao mesmo.

Também se observa que a visão de envelhecimento é generalista, demográfica, sem entrar nas particularidades do envelhecimento da classe trabalhadora, especialmente, dos mais pobres e excluídos do trabalho formal e protegido. A questão do isolamento, da solidão, da fragilização dos vínculos é tomada como comuns a todas as formas de envelhecer, inclusive dos mais pobres. O que inviabiliza suas necessidades sociais e coloca todos dentro da lógica do envelhecimento ativo, desconsiderando suas condições de existência.

Atividades lúdicas, manuais, recreativas, culturais já foram colocadas como objetivos de programas dirigidos às pessoas idosas, muito antes da PNAS, SUAS e Tipificação Nacional de Serviço Socioassistenciais. Entretanto, o diferencial é que o SCFV para o segmento deve ser definido, programado, planejado buscando a atingir objetivos e pensado numa perspectiva de totalidade, envolvendo família, e de cunho preventivo.

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos deve ser desenvolvido de forma planejada, a partir de “situações desafiadoras” que devem ser criadas com o objetivo de orientar, estimular e promover o desenvolvimento de habilidades, aquisições e potencialidades de forma progressiva. Assim, busca romper com ações pontuais, não planejadas e sem definição clara de objetivos, constituindo em um serviço caracterizado por atividades

continuadas, ressaltando os objetivos da proteção social básica de prevenção de riscos sociais e de fortalecimento de vínculos familiares e comunitários (BRASIL, 2012, p.51).

O caráter tecnicado, planejado, sistemático e contínuo do serviço, entretanto é constantemente ameaçado na atual conjuntura brasileira. O SCFVI prevê, a prevenção de risco social, a partir do fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. Dentre eles: o da dependência, do isolamento e solidão. Assim, a autonomia dos idosos também é estimulada, pois as atividades envolvem a cultura, artes, atividades físicas viabilizando um processo de socialização, inclusão, fortalecimento da auto-estima, interação com outros da mesma idade e de outra geração, compartilhando experiências do processo do envelhecer ativo e saudável no qual, os idosos se entendam como sujeitos de direitos e possam acessar os serviços socioassistenciais de seus respectivos territórios.

Entretanto, seria necessário analisar com se dão as relações entre o SCFV e o PAIF, para verificar como e em que circunstâncias a família da pessoa idosa usuária do serviço é envolvida nos serviços. Ou o serviço continua isolado e fechado no segmento idoso? Só a pesquisa empírica poderá apontar respostas.

A equipe pensável pela execução do SCFVI é composta por um técnico de nível superior de referência do CRAS, que é o profissional que está referenciado ao SCFVI. Este profissional é responsável por compreender as situações de vulnerabilidade e risco social, as potencialidades presentes no território referenciado pelo CRAS, receber a frequência mensalmente, realizar reuniões com o orientador social do SCFV, registrar ações com idosos e suas famílias, articular ações que potencializem boas experiências no território do CRAS, avaliar os resultados do SCFV, dentre outras (BRASIL, 2012).

O segundo profissional que deve compor a equipe é o Orientador Social, este é um técnico que deve possuir pelo menos o nível médio completo e conhecimentos sobre o SCFVI bem como da Política Nacional de Assistência Social e o Estatuto do Idoso, este profissional deverá “auxiliar na construção do ambiente onde serão desenvolvidas as atividades, registrar as frequências, viabilizar as informações sobre o SCFVI, informar ao técnico de referência” (BRASIL, 2012, p.46).

O terceiro profissional que deve compor a equipe do SCFVI é o Facilitador, que poderá auxiliar o Orientador Social, ou profissional de outras instituições, da comunidade, ou estagiário. O Facilitador é responsável por: “desenvolver e coordenar

atividades que envolvem arte, cultura, esporte e lazer, oficinas que objetivem a promoção do convívio social e comunitário, participar de capacitações e das atividades de planejamento e avaliação em conjunto com os outros membros da equipe de profissionais” (BRASIL,2012, p.46).

Todavia, será que na implementação os municípios mantêm a equipe mínima para garantir qualidade ao atendimento? Há muitos CRAS que realizam o SCFV na sua própria estrutura física, não tem orientador social, sequer facilitador, sendo o serviço também efetivado pelos assistentes sociais e psicólogos da equipe de referência.

A implementação do SCFVI é desenvolvida a partir do traçado metodológico, que está disposto nas Orientações Técnicas para os CRAS' (BRASIL, 2012). São dispostos como serão realizados os encontros, oficinas, atividades e como serão organizados os encontros dos grupos do SCFVI, os encontros são divididos em percursos nos quais são sugeridas temáticas a serem trabalhadas nestes encontros, a seguir segue os modelos de encontros:

4 O TRAÇADO TÉCNICO E METODOLÓGICO DO SCFVI

A equipe repensável pela execução do SCFVI é composta por um técnico de nível superior de referência do CRAS, que é o profissional que está referenciado ao SCFVI. Este profissional é responsável por compreender as situações de vulnerabilidade e risco social, as potencialidades presentes no território referenciado pelo CRAS, receber a frequência mensalmente, realizar reuniões com o orientador social do SCFV, registrar ações com idosos e suas famílias, articular ações que potencializem boas experiências no território do CRAS, avaliar os resultados do SCFV, dentre outras (BRASIL, 2012).

O segundo profissional que deve compor a equipe é o Orientador Social, este é um técnico que deve possuir pelo menos o nível médio completo e conhecimentos sobre o SCFVI bem como da Política Nacional de Assistência Social e o Estatuto do Idoso, este profissional deverá “auxiliar na construção do ambiente onde serão desenvolvidas as atividades, registrar as frequências, viabilizar as informações sobre o SCFVI, informar ao técnico de referência” (BRASIL, 2012, p.46).

O terceiro profissional que deve compor a equipe do SCFVI é o Facilitador, que poderá auxiliar o Orientador Social, ou profissional de outras instituições, da comunidade, ou estagiário. O Facilitador é responsável por: “desenvolver e coordenar

atividades que envolvem arte, cultura, esporte e lazer, oficinas que objetivem a promoção do convívio social e comunitário, participar de capacitações e das atividades de planejamento e avaliação em conjunto com os outros membros da equipe de profissionais” (BRASIL,2012, p.46).

Todavia, será que na implementação os municípios mantêm a equipe mínima para garantir qualidade ao atendimento? Há muitos CRAS que realizam o SCFV na sua própria estrutura física, não tem orientador social, sequer facilitador, sendo o serviço também efetivado pelos assistentes sociais e psicólogos da equipe de referência.

A implementação do SCFVI é desenvolvida a partir do traçado metodológico, que está disposto nas Orientações Técnicas para os CRAS' (BRASIL, 2012). São dispostos como serão realizados os encontros, oficinas, atividades e como serão organizados os encontros dos grupos do SCFVI, os encontros são divididos em percursos nos quais são sugeridas temáticas a serem trabalhadas nestes encontros, a seguir segue os modelos de encontros:

Percurso I: O grupo criou vida.

Propósito do percurso: Constituir o grupo.

Percurso II: O grupo se viu.

Propósito do percurso: Refletir sobre a pessoa idosa, envelhecimento e relação familiar

Previsão de oito encontros e ao final deste percurso a realização de uma oficina.

Percurso III: O grupo olhou o mundo.

Propósito do percurso: Refletir sobre ser pessoa idosa, envelhecimento e relação familiar.

Previsão de dez encontros e ao final do percurso uma atividade com a comunidade.

Percurso IV: O grupo reinventou sua casa.

Propósito do percurso: Exercitar capacidades criativas, participação social e construção de projetos pessoais e coletivos.

Previsão de dez encontros e proposição de atividades pelos idosos e realização de uma segunda oficina.

Percurso V: E o grupo voou...

Propósito do percurso: Encerrar o grupo e criar possibilidades de encontros entre os participantes.

Previsão de seis encontros com uma atividade de encerramento, ao final propõem continuidade do grupo de SCFVI.

O traçado metodológico apresentado neste documento é apenas uma proposta, a equipe responsável pela implementação do SCFVI, pode alterar as modalidades de encontros e temáticas trabalhadas nos mesmos de acordo com os interesses e particularidades do grupo. Mas, é visível a limitação do procedimento a uma análise que chega a família e a comunidade. Que são apenas os mais visíveis e próximos dos/as idosos/idasas. É preciso uma reflexão mais ampla, gerar atividades lúdicas, recreativas, físicas, artísticas com propósito para além da ocupação do tempo livre.

5 CONCLUSÃO

Considera-se aqui a relevância do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para pessoas Idosas, este se mostra como um serviço que gera um impacto na vida dos idosos e na sociedade em geral. As atividades oferecidas, de acordo com as normativas, envolvem também a família a comunidade e se relacionam com a arte, a cultura, a saúde e cidadania das pessoas com mais de 60 anos. É um serviço preventivo das situações de riscos sociais, entretanto, limitado pelos recursos orçamentários, pelo tipo de usuários que podem acessar, acentuando o caráter seletivo do mesmo e limitando seu caráter preventivo. A inserção da família é nebulosa, não se sabe se é para ser incluída na rede de serviço ou para assumir responsabilidades com seus idosos.

A fundamentação teórica sobre envelhecimento do serviço não adentra nas particularidades do grupo específico dos seus usuários, nas heterogeneidades do envelhecimento, na incidência das suas condições de vida sobre a forma de envelhecer desse grupo dentro do grupo populacional mais amplo de pessoas idosas, recaindo em análises demográficas generalizantes.

Verificar a implementação do serviço em Teresina-PI, será a etapa seguinte da pesquisa e que ampliar a visão do mesmo, da normatização à sua implementação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasil. DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Página 89.

_____. **Ministério do Desenvolvimento Social e combate à fome.** Secretaria Nacional de Assistência Social. Departamento de Proteção Social Básica. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Orientações Técnicas. Brasília, dezembro de 2012.

_____. **Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais.** Resolução nº 109, de 11 de Novembro de 2009. Reimpressão de 2014. Resolução nº13, de 13 de maio de 2014 no Conselho Nacional de Serviço Social CNAS. Brasília-DF.

BEAUVOIR, Simone. **A velhice.** Tradução de Maria Helena Franco Monteiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BORGES, J. L. de Jesus et.al. **Trabalho, envelhecimento e (des)proteção social: a existência do/a trabalhador/a negro/a no Brasil.** In: TEXEIRA, S. de; PAIVA, S. O. C. e; SOARES, N. Envelhecimento e Políticas Sociais no contexto de crise e contrarreformas. Curitiba, CRV, 2019.

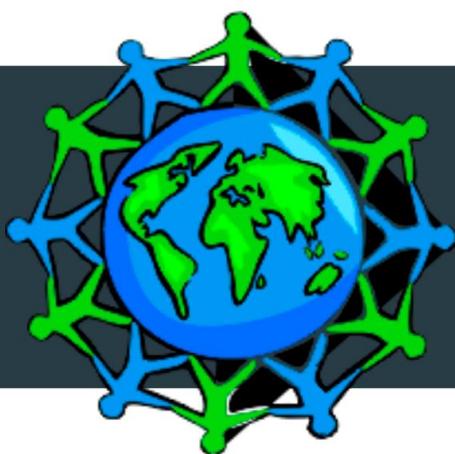
DEBERT, Guita Grin. **A reinvenção da velhice e processos de privatização do envelhecimento.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2012.

FALEIROS, Vicente de Paula. Envelhecimento no Brasil do século XXI: transições e desafios. **Revista Argumentum**, Vitória-ES, v. 6, n.1, p. 6-21, jan./jun.2014.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Perfil dos municípios brasileiros.** Coordenação de População e Indicadores Sociais. 2010. Disponível em: <<https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv54598.pdf&ved=2ahUKewjbvu3A9PnAhVplrkGHRZXB2gQFjACegQIAxAB&usg=AOvVaw0FhZ9s9VjNj8vPYj1A9o64>> Acesso em 13 de fev. de 2020.

MOTTA, Alda Brito da. As dimensões de gênero e classe dócil na análise do envelhecimento. In: **Não tá morto quem peleia: a pedagogia inesperada nos grupos de idosos.** Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 1999.

OMS. **Organização Mundial da Saúde.** Disponível em <<https://nacoesunidas.org/mundo-tera-2-bilhoes-de-idosos-em-2050-oms-diz-que-envelhecer-bem-deve-ser-prioridade-global/amp/>> Acesso em: 4 de Fev. de 2020.



Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI

III SINESPP

20 a 24
OUTUBRO
2020

SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS
Democracia, desigualdades sociais e políticas públicas no capitalismo contemporâneo

EIXO TEMÁTICO 9 | QUESTÕES DE GÊNERO, RAÇA/ETNIA E GERAÇÃO

ENVELHECIMENTO E PROTEÇÃO SOCIAL: a violência contra a pessoa idosa e sua prevenção mediante serviços socioassistenciais.

AGING AND SOCIAL PROTECTION: violence against the elderly and its prevention through social assistance services.

Dalila Pereira Machado¹

RESUMO

Este trabalho aborda a temática do envelhecimento, envolvendo a discussão sobre a violência voltada à pessoa idosa, em consonância com o papel das políticas públicas nestes casos, em especial a política de assistência social, que através de serviços da proteção social, pode contribuir para a prevenção e minimização de situações de violações de direitos deste público. O artigo decorre de uma pesquisa bibliográfica e documental. Conclui-se que os serviços socioassistenciais para pessoas idosas têm um futuro incerto, especialmente os em domicílios, pouco implementado no país, pela falta de uma política de cuidados para idosos e cuidadores, pela política de austeridade neoliberal e pela atual conjuntura da pandemia do COVID-19.

Palavras-Chaves: Envelhecimento. Violação de Direitos. Serviços Socioassistenciais

ABSTRACT

This work addresses the theme of aging, involving the discussion of violence aimed at the elderly, in line with the role of public policies in these cases, especially the social assistance policy, which through social protection services, can contribute to the prevention and minimization of situations of violations of the rights of this public. The article stems from a bibliographic and documentary research. It is concluded that socio-assistance services for elderly people have an uncertain future, especially those in households, little implemented in the country, due to the lack of a care policy for the elderly and

¹ Discente do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí. Aluna da Iniciação científica voluntária da UFPI. E-mail: dalilamachado4@gmail.com

caregivers, the neoliberal austerity policy and the current situation of the COVID pandemic-19.

Keywords: Aging. Violation of Rights. Social Assistance Services.

INTRODUÇÃO

O envelhecimento é um processo de base "natural" do ciclo de vida e social ou sociocultural da trajetória de vida do ser humano. Um processo biopsicossocial que por ser complexo, isto é, vivenciado por cada pessoa de modos diferentes, pressupõe impactos e mudanças não somente físicas, mas também psicológicas e sociais no indivíduo. A temática do envelhecimento é bastante atual, por conta do envelhecimento demográfico e aumento significativo da população idosa de maneira acelerada em todo o mundo. O Brasil cada vez mais se aproxima em ter uma maior parte de sua população composta por pessoas idosas, e, diante disso, cabe ressaltar o quanto este fator implica e implicará nas políticas públicas voltadas para esse público, e em contrapartida, surge a necessidade de ação do Estado em efetivar os direitos e atender as necessidades destes.

Considerando que existem diversos tipos de envelhecer, é preciso ressaltar que há também similitudes. A pessoa idosa, por conta de transformações orgânicas e físicas se torna mais frágil, logo é associada aos estereótipos negativos e pejorativos que a deixa mais vulnerável a sofrer violação de seus direitos. Mas, são as condições de existência, de vida e de trabalho ou ausência desse trabalho formal e protegido que vão gerar diferenças e semelhanças entre os que vivem essas mesmas condições. Ou seja, devido as condições sociais que a integra, para a maioria dos idosos, especialmente, dos mais pobres, estes são mais propensos a terem direitos violados, assim a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) desenvolve o papel preventivo de violação de direitos e de situações de risco pessoal e social, tanto na Proteção Social Básica (PSB), como na Proteção Social Especial (PSE) através de Serviços como o Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas, e o Serviço de Proteção Especializada para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias da Proteção Social Especial (PSE), que serão enfatizados posteriormente.

Este trabalho tem como objetivo, traçar uma discussão teórica acerca do envelhecimento e os serviços do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) articuladas com a discussão da violação de direitos que caracteriza a violência contra a pessoa idosa, enfatizando serviços de acordo com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, aprovada pela resolução nº 109 de 11 de novembro de 2009, que organiza por nível de complexidade o SUAS. As análises apresentadas se fundamentaram na perspectiva teórico-metodológica crítica, tendo como base, pesquisas bibliográficas que enriquecem a discussão ao abordar a temática do envelhecimento e a violação de direitos contra a pessoa idosa, além do papel do Estado na promoção e efetivação de políticas de proteção social voltada à estes mesmos.

2 O ENVELHECIMENTO ATRELADO À VIOLAÇÃO DE DIREITOS

O envelhecimento pertence a uma etapa "natural" do ciclo da vida, mas que é também sociocultural, podendo ser caracterizado como um conjunto de mudanças biológicas que acontece ao passar dos anos que envolvem aspectos tanto como físicos, sociais e psicológicos no indivíduo (ZIMERMAN, 2000, p.21). No que tange aos aspectos orgânicos e fisiológicos, está relacionado às características físicas no indivíduo, como o aparecimento de rugas na pele, entre outras características. Em relação à aspectos psicológicos, são resultantes da falta de motivação devido a limitações que perpassam as dificuldades físicas, como o impedimento da autonomia, baixa autoestima, entre outras alterações psíquicas, e por fim, os aspectos sociais, que remete à diminuição dos contatos sociais, isto é, o isolamento social, abandono, entre outros.

Aspectos biopsicossociais são indispensáveis para compreender o quanto o processo de envelhecimento é complexo, pois quando é analisado de maneira geral, muitos fatores e particularidades são dispensadas. Exemplos destes fatores são determinantes e expressam-se na questão de condição de classe, gênero e raça/etnia, entre outros. Estes mesmos possibilitam a compreensão de que existem vários tipos de envelhecimento, e que os aspectos sociais, da sociedade em que se vive são importantes.

[...] a velhice é uma experiência individual que pode ser vivenciada de forma positiva ou negativa, em consonância com a história de vida da pessoa e da representação de velhice que está enraizada na sociedade em que vive. Assim, pode-se inferir que não importa a quantidade de anos que o indivíduo

tem, mas sim, o que ele fez com os anos vividos, e como a sociedade trata alguém com aquela idade. (SCHNEIDER; IRIGARAY, 2008, p. 587).

Pessoas de maior poder aquisitivo na sociedade não vivem nas mesmas condições de pessoas também pertencentes a essa faixa etária que são de classes populares e vivem em situação de maior vulnerabilidade social, isto é, possuem menor poder aquisitivo. O acesso à educação, saúde, lazer não são equânimes e desta forma, implicam diretamente na vida dos sujeitos desde a infância, até a velhice. Nesta discussão, destaca Silva (2016, p.226),

é fundamental a compreensão da velhice enquanto uma construção social e histórica revestida do caráter da heterogeneidade. Neste sentido, sobressai o entendimento de que envelhecemos de diferentes maneiras e em diferentes condições. Considerando os critérios de gênero, raça e etnia, verificaremos que a velhice é uma experiência que se processa de forma diferente para homens e mulheres, para brancos e negros e indígenas, tanto nos aspectos sociais, econômicos, quanto nas condições de vida.

Muitos estigmas fortalecem o discurso que existe um “padrão” que caracteriza a pessoa idosa, associando a uma pessoa sem autonomia, incapaz de ter uma vida social ativa, frágil tanto fisicamente quanto emocionalmente, submissa à cuidados de terceiros. Tais estigmas são inaceitáveis, pois coloca a pessoa idosa em um patamar totalmente de homogeneidades. A velhice é um processo normal do ciclo da vida, não uma doença, como se pensa usando o senso comum, pois “envelhecer é um processo multifatorial, multidimensional, [...] é bem mais do que o passar do tempo, a contagem dos anos vividos por cada indivíduo e indivíduos de uma mesma geração.” (PAIVA, 2017, p.102). Obviamente agravos da saúde são consequências não apenas do processo de envelhecimento, mas também das condições de vida e trabalho explorado, degradante, alienado ou desprovido de direitos trabalhistas e sociais. Com esses problemas há maior possibilidade de doenças, incapacidade e dependência de cuidados. O envelhecimento deve ser compreendido em sua totalidade e pluralidade. Assim, para certos grupos de maior poder aquisitivo pode ser vivenciado de maneira ativa, isto é, de forma saudável, distante de pressupostos que impedem a qualidade de vida da pessoa idosa.

Na realidade brasileira, o processo do envelhecimento confronta-se com altos níveis de desigualdade social do país, que não contribui para uma experiência de vivência de vida positiva, sendo negada para muitos que a vivenciam de forma negativa. Logo, o envelhecimento é heterogêneo e as pessoas têm diferentes experiências de

envelhecer. Mas, em função do crescimento acelerado da população idosa e das reformas neoliberais, das políticas de austeridade fiscal, esse fenômeno é visto como um problema para a sociedade. Como ressalta Silva (2016, p. 219), “nessa perspectiva, o envelhecimento populacional é encarado como problema social e não como uma conquista da civilização humana”. Ainda, o envelhecimento como problema segundo Minayo e Coimbra (2002, p.16), revela que existe uma visão depreciativa dos mais velhos, e que isto tem sido cada vez mais alimentado nos tempos modernos principalmente por conta da ideologia "produtivista" que sustentou a sociedade capitalista industrial, o que leva a se pensar que uma pessoa que não é capaz de trabalhar e não tem uma renda própria, de pouco ou nada serve para a sua comunidade ou seu país.

Apesar das condições adversas de trabalho e de vida, a classe trabalhadora também está envelhecendo, resultante dos serviços e benefícios do Estado social. No Brasil, a carta de direitos da pessoa idosa é o Estatuto do Idoso (2013), que em seu capítulo I, referente aos Direitos Fundamentais, está escrito no Art. 9.º que “é obrigação do Estado, garantir à pessoa idosa a proteção à vida e à saúde, mediante efetivação de políticas sociais públicas que permitam um envelhecimento saudável e em condições de dignidade”. Entretanto, essa garantia é constantemente ameaçada pelas políticas de austeridade neoliberal. Dentre os direitos postos pelo Estatuto do Idoso está o de não sofrer qualquer forma de violência, sendo visto como sujeito de direitos.

A temática que envolve o envelhecimento e a violação de direitos consiste em uma perspectiva na qual, as políticas públicas, buscam identificar e coibir de maneira mais abrangente qualquer forma de violência que possa atingir a pessoa idosa, como também, as formas de prevenção, cuidados e a defesa de direitos direcionados a estes sujeitos. A violência é decorrente das relações sociais assimétricas, que expressam hierarquias, dominação, opressão, ou seja, das relações de poderes desiguais que tornam alguns sujeitos, como os de idade avançada ou crianças, mais suscetíveis a situações de risco social, ou violação de direitos, que também se difere por sexo, idade, cor, origem étnica, dentre outras.

Ao analisar os tipos de violência, a Organização Mundial de Saúde (apud BRASIL, 2018), distingue a mesma segundo a sua natureza, e também, baseando-se em aquele que é o autor da violência, isto é, quem a comete. Em relação a quem comete o ato, a

violência, pode ser autoinfligida, interpessoal ou coletiva. De acordo com a natureza dos fatos, a violência pode ser tipificada como física, psicológica, sexual e por conta de negligência e abandono. Qualquer pessoa pode ser vítima de violência, mas ela incide mais sobre as mulheres, crianças, jovens ou idosas, principalmente dentro do ambiente familiar. Enquanto outras violências como a de rua, urbana incide mais sobre homens.

As pessoas idosas quanto somam fragilidades físicas e psíquicas da idade avançada, dependência física ou emocional de familiares ou cuidadores, são presas fáceis da violência intrafamiliar ou institucional. Como destaca Berwing (2017, p.113)

os idosos também aparecem nas estatísticas como vítimas da violência intrafamiliar. Eles sofrem maus-tratos tanto na família como nas instituições de asilamento, caracterizando a violência intrafamiliar a partir daqueles que deveriam prover os cuidados. As pessoas com deficiência também entram na lista de pessoas vítimas de violência intrafamiliar, pois sofrem agressões de todos os tipos. Assim como os idosos, muitos casos de violência e violação de direitos contra as pessoas com deficiência também ocorrem nas instituições de atendimento.

A violência vai além de agressões classificadas como maus tratos físicos, pois entre os tipos de violência então citados, também existe a violência psicológica, a financeira ou econômica. Esta última, “consiste na exploração imprópria ou ilegal ou ao uso não consentido pela pessoa idosa de seus recursos financeiros e patrimoniais.” (BRASIL, 2007, p. 29), caracterizando uma exploração imprópria, ou sem o consentimento do beneficiário. No entanto, “o que diferencia a violência intrafamiliar de outros tipos de violência é o fato de que as ações são cometidas por pessoas da família ou inseridas nesse contexto” (BERWING, 2017, p. 115).. Os maus tratos, a violência em si, são fragmentos de um contexto social no qual existe a ausência do provimento do cuidado por parte da família às pessoas idosas, mas revela-se ser algo bem mais estruturado, mais multifacetado, isto é, uma violência enraizada e mais presente do que se possa imaginar, camuflada dentro dos lares brasileiros e predominante em todas as classes sociais, dificultando tanto sua identificação, como as medidas cabíveis quando constatada.

Diante disso, a violência deve ser vista de maneira mais ampla, como um fenômeno social, decorrente de fatores estruturais, pessoais e biográficos e das relações interpessoais e sociais. As formas de enfrentamento das violências devem ocorrer em

rede, envolvendo diferentes atores e instituições no combate, como na prevenção, assistência e garantia de direitos da pessoa idosa.

3 O SUAS E OS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS PARA AS PESSOAS IDOSAS E SUA FAMÍLIA

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) estabelece uma organização das ações da política de Assistência Social de acordo com a complexidade dos serviços tendo como referência, o território, considerando as demandas e necessidades da população pertencentes ao mesmo, com a implantação de Centros de Referência em Assistência Social (CRAS)². A Proteção Social Básica é articulada com outras políticas públicas, e tem como objetivo, “a prevenção de situações de risco – por intermédio do desenvolvimento de potencialidades a aquisição de habilidades e competências e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitário.” (BRASIL, 2009, p. 14). Nesta complexidade, para atender situações que envolve idosos dependentes e necessidades de cuidados está incluído o Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosos. A Proteção Social Especial (PSE) divide-se em serviços de alta e média complexidade, e possui

estreita interface com o sistema de garantia de direitos e foco nas famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e/ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras situações de violação dos direitos. (BRASIL, 2009, p. 21).

O Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), é uma unidade de referência dos serviços da Proteção Social Especial. Na média complexidade encontram-se serviços como o de Proteção e Atendimento Especializado à Família e Indivíduos (PAEFI) e Serviço de Proteção Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias. Na PSE de alta complexidade, encontram-se serviços como o Serviço de Acolhimento Institucional, entre outros. O Serviço de Proteção Integral a Família (PAIF) é identificado como o principal serviço de Proteção Social Básica (PSB), e expressa a matricialidade sociofamiliar da Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Os outros

serviços que compõem a Proteção Social Básica são complementares ao PAIF e o PAEFI é a referência na proteção especial, sendo os outros serviços complementares e referenciados nele, voltado à indivíduos que possuem em seu componente familiar, pessoas que tiveram direitos violados, ou que estão em situação de ameaça ou risco pessoal ou social.

4 O SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA NO DOMICÍLIO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E IDOSAS NA PSB E O SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, IDOSAS E SUAS FAMÍLIAS NA PSE.

O Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias tem como principal finalidade, a prevenção de agravos que possam provocar o rompimento de vínculos familiares e sociais dos seus usuários, visando a garantia de direitos e o desenvolvimento de mecanismos para a inclusão social, assim como prevenir situações de risco, exclusão e isolamento social. As visitas domiciliares fazem parte do procedimento que é comumente realizado pelos profissionais que trabalham nos territórios, mas este serviço é bem mais específico, pois é voltado essencialmente para as pessoas com deficiência e também a pessoa idosa, identificando as situações de dependência dos indivíduos, possibilitando a defesa de direitos ao acessar os demais serviços da rede. A principal forma de acesso neste serviço acontece por meio de encaminhamentos realizados pelos CRAS's ou também, por uma equipe técnica de referência da Proteção Social Básica (PSB) do município ou DF.

Para garantir resultados positivos o serviço em domicílio, deve funcionar em rede, ou com uma articulação de toda a rede (com diferentes atores e instituições governamentais e não governamentais, os diferentes poderes que compõem a rede de segurança social) em prol de um atendimento realizado de maneira mais eficaz às necessidades das pessoas idosas, tanto nos serviços socioassistenciais, como de outras políticas públicas, como os serviços da saúde, entre outros.

O serviço em domicílio e a equipe de referência, desenvolvem um trabalho importante de orientação para as famílias, viabilizando e ampliando o acesso a outros serviços socioassistenciais e setoriais. É um serviço essencial, pois, sendo a família a principal cuidadora, essa necessita ser ouvida, acessar serviços para reduzir os custos do cuidado. Onde houver CRAS, o serviço será a ele referenciado” (BRASIL, 2009a, p. 25).

Este serviço da PSB tem função preventiva, ou seja, atuar antes que ocorra o risco social, a ruptura de laços familiares, as situações de violência, abandono, dentre outros. Assim, cabe aos serviços e ações desenvolvidas pela Proteção Social Básica (PSB)

planejar, executar, monitorar e avaliar ações voltadas para a prevenção de situações de violências ocorridas nas famílias e no território. A socialização de informações, a articulação da rede, a promoção do acesso à direitos, do convívio e de uma cultura de paz, comumente realizadas nos serviços da PSB, são essenciais para a prevenção da violência (BRASIL, 2018, p.86).

Diante disso, a prevenção se torna a palavra-chave que norteia a PSB, e difunde os princípios que concretizam a importância deste, entre outros serviços, que tem como público alvo, a pessoa idosa e pessoas com deficiência. Quando as situações de cuidados são envolvidas de violências, negligências, maus tratos, ou são pessoas idosas sozinhas e com necessidades especiais, elas podem buscar atendimento e acompanhamento no Serviço de Proteção Social Especial. Começando pelo PAEFI e sendo acompanhado pelo Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias.

O serviço em domicílio oferta um atendimento especializado à famílias que possuem em sua composição familiar, pessoas com deficiência e idosos com algum tipo de dependência e limitações agravadas por violações de direitos, isto é, em situação de risco pessoal e social, tendo como finalidade, “a promoção da autonomia, inclusão social e melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiências e idosas” ” (BRASIL, 2009 a, p.37). Essa atenção visa “o fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e/ou cuidadores, para a prevenção de possíveis situações de isolamento social e/ou abrigo institucional, que são resultantes desse processo de violação de direitos” (idem, p.37). Desta forma, o CREAS exerce um papel crucial na inclusão e proteção social de famílias e indivíduos em situações de violações de direitos.

O Serviço Especializado para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias é essencial para minimizar os efeitos das violações e romper o ciclo de violências, criando vínculos e evitando o isolamento social. Quando acontece o abrigo institucional, significa que todos os serviços cabíveis não foram suficientes para impedir tal medida de proteção. Por isso a importância desse serviço voltado tanto à pessoa idosa como para pessoa com deficiência, pois por necessitarem de um cuidado mais específico, nem sempre encontram familiares em condições de exercer esse cuidado, ou estão estressados com o cuidado, usam substância psicoativas, tem transtornos mentais, não

tem renda, dentre outras situações. Todavia, estes indivíduos em situação de dependência possuem direitos como qualquer outro, e devem viver de maneira digna e respeitosa, mesmo diante de limitações.

5 FUTURO DOS SERVIÇOS EM DOMICÍLIO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Um dos principais problemas dos serviços em domicílio, no âmbito da política de Assistência Social, é sua não implementação na grande maioria dos municípios brasileiros. A título de exemplo a prefeitura municipal de Teresina não tem lei de regulamentação do serviço e nem o implementa, mesmo tendo gestão plena dos serviços socioassistenciais. Assim, acompanhamento de idosos em situação de isolamento, solidão, falta ou poucos cuidadores familiares, na proteção social básica são atendidos através do PAIF e, em casos de violações de direitos e violências intrafamiliares são atendidos e acompanhados pelo PAEFI, nos CREAS.

Essa situação mostra claramente que o país e, muitos municípios, não têm uma política de cuidados a idosos, exceto quando institucionalizados. A não existência do serviço, geralmente pela falta de equipes de referência completa, de carros para as visitas domiciliares, de falta de procedimentos metodológicos como um plano de acompanhamento do idoso e sua família se agrava com a conjuntura de austeridade fiscal neoliberal, congelamento do orçamento da seguridade social e cortes e contingenciamentos do orçamento da assistência social. Enquanto isso aumenta a população idosa no Brasil e das pessoas com mais de 80 anos, muitas delas com necessidades de cuidados de longa duração, ou que vivem sozinhas, que sofrem violações diversas em seus direitos. A inexistência de ações de enfrentamento tem deixado as famílias a sua própria sorte, bem como essas pessoas idosas em situação de maior vulnerabilidade.

6 CONCLUSÃO

Toda forma de violência é uma violação de direitos. O Serviço da Proteção Social Especial voltado para pessoas com deficiência, idosos e suas famílias deveria ser responsável pelo acompanhamento de famílias e indivíduos que estão em situação de risco pessoal ou social, que foram vítimas de violências, ou que tiveram direitos violados.

Mas, que tem poucas possibilidades de se efetivarem, enquanto se adotam as políticas de redução do gasto público e o familismo que apela que a família cuide e proteja seus dependentes e idosos no seu domicílio arcando com os custos do cuidado, que são materiais, financeiros, emocionais, físicos e psicológicos. O SUAS prevê a proteção social para idosos dependentes e vítimas de violações de direitos. Serviços que são fundamentais para coibir e prevenir qualquer violência e violação de direitos dos/as idosos/as e indivíduos que se enquadram no perfil de usuários dos serviços. Entretanto, nem na fase de maior crescimento desta política (2003 a 2015) se adotou explicitamente uma política de cuidados para pessoas idosas e seus cuidadores, ficando os serviços tipificados, normatizados, mas não implementados no país.

Na atual conjuntura do país, em meio a pandemia do COVID-19, medidas emergenciais são adotadas, especialmente de transferência de renda, para idosos e outros indivíduos, mas os acompanhamentos, visitas domiciliares, ações conjuntas com serviços de outras políticas no domicílio estão inviabilizadas. Muitos idosos serão vítimas fatais dessa pandemia, da violência, da falta de assistência.

Todavia, não desmerece a importância da proteção social da assistência social tanto na prevenção como em casos de violações de direitos e violências cometidas contra a pessoa idosa e pessoas com deficiência. Ressalta-se a questão da defesa dos direitos e respeito à dignidade da pessoa humana, pois o abandono, negligência e a exclusão social que abrange esse público, alvos dos serviços então citados, demonstram a fragilidade do papel protetivo da família e seus cuidadores, mas principalmente do Estado social. Esse papel protetor assegurado pelo Estado, mediante políticas sociais, deve ser fortalecido como a garantia da efetivação dos direitos sociais das pessoas idosas, hoje ameaçado pelos interesses avassaladores do capital financeiro.

REFERÊNCIAS

BERWIG, Solange Emilene. Violência Intrafamiliar: uma aproximação ao tema. *In* GROSSI, Patrícia Krieger; FONSECA JR, Roberto da Cruz e DUARTE, Joana das Flores. (Orgs) **Expressões de violência**: experiências de intervenção e pesquisa em Serviço Social. 1. ed., Curitiba: Appris, 2017, p. 111-127.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **Proteção social no SUAS a indivíduos e famílias em situação de violência e outras violações de**

direitos: fortalecimento da rede socioassistencial, Brasília: Fundação Oswaldo Cruz; 2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução CNAS n. 109, de 11 de novembro de 2009, aprova a **Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais**. Brasília, 2009a.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **Orientações Técnicas:** Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. 1ª. Ed. – Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009 b.

BRASIL. Secretaria Municipal da Saúde (SMS-SP). **Violência doméstica contra a pessoa idosa:** orientações gerais. Coordenação de Desenvolvimento de Programas e Políticas de Saúde - CODEPPS. v. 3. São Paulo: 2007.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília – DF, 2009. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Consolidacao_Suas.pdf>. Acesso dia: 24/01/2020.

BRASIL. **Estatuto do Idoso:** Lei nº10.741, de 1 de outubro de 2003. Dispõe sobre o estatuto do idoso e das outras providências. Brasília: Senado Federal. 2013.

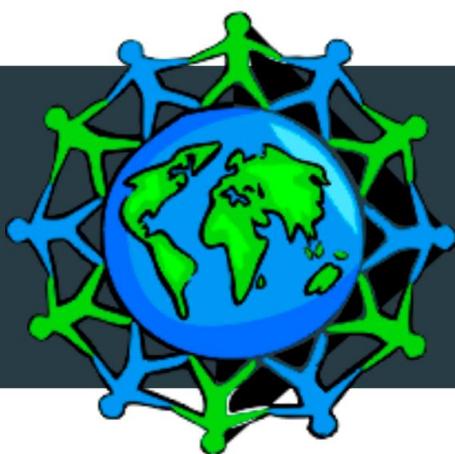
MINAYO, Maria Cecília Sousa.; COIMBRA JUNIOR, CEA. (Orgs.) **Antropologia, saúde e envelhecimento**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2002. Antropologia & Saúde collection, p. 7-23. Available from SciELO Books. Disponível em: <<http://books.scielo.org>>.

PAIVA, Sálvea Oliveira Campelo e. Envelhecimento, Saúde e Trabalho no Tempo no Capital: um breve ensaio em defesa da seguridade social. *In:* TEIXEIRA, Solange Maria. (Org.). **Envelhecimento na sociabilidade do capital**. Campinas: Papel Social, 2017, p. 97-117.

SCHNEIDER, Rodolfo Herberto; IRIGARAY, Tatiana Quarti. Envelhecimento na Atualidade. **Estudos de Psicologia**. Campinas, p. 585-593, out – dez, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v25n4/a13v25n4.pdf>> Acesso dia 17/02/2020.

SILVA, Maria do Rosário de Fátima. Envelhecimento e proteção social: aproximação entre Brasil, América Latina e Portugal. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 126, p. 215-234, maio/ago. 2016

ZIMMERMAN, Guite I. **Velhice:** aspectos biopsicossociais. Porto Alegre: Artmed Editora S. A., 2000.



Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI

III SINESPP

20 a 24
OUTUBRO
2020

SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS
Democracia, desigualdades sociais e políticas públicas no capitalismo contemporâneo

EIXO TEMÁTICO 9 | QUESTÕES DE GÊNERO, RAÇA/ETNIA E GERAÇÃO

O MEDO SOCIAL DA PESSOA IDOSA EM TEMPOS DE ISOLAMENTO SOCIAL

Suzaneide Ferreira da Silva ¹

Glenia Rouse da Costa ²

Julyellen Tamara Martins da Silva ³

Lúcia Helena Barbalho Mendes ⁴

RESUMO

Este compreende um momento de reflexão acerca do processo de isolamento social e o medo social vivenciados pela pessoa idosa em momentos de enfrentamento as consequências do COVID-19, vírus que de caráter internacional agravou o processo de isolamento social e domiciliar deste segmento populacional. Por outro lado, trouxe a reflexão par questões relacionadas ao convívio familiar e a aceitação destas as peculiaridades do envelhecimento e da longevidade, as quais exigem mudanças de relacionamentos e convívio familiar, respeito e tolerância as adversidades.

Palavras-Chaves: Isolamento Social; Medo Social; Vivência.

ABSTRACT

This comprises a moment of reflection about the process of social isolation and the social fear experienced by the elderly in times of confrontation with the consequences of COVID-19, a virus that has an international character that has aggravated the process of social and home isolation of this population segment. On the other hand, it brought reflection to issues related to family life and their acceptance of the peculiarities of aging and longevity, which demand changes in relationships and family life, respect and tolerance of adversity.

Keywords: Social Isolation; Social Fear; Experience

¹ Professora da Pós-Graduação em Serviço Social e Direitos Sociais da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Doutora em Ciências Sociais. E-mail: Suzaneidemenezes@gmail.com

² Mestre em Serviço Social e Direitos Sociais pela da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Doutora em Ciências Sociais. E-mail: gleniarouse@hotmail.com

³ Psicóloga, técnica e assessora do município de Porto do Mangue. E-mail: julyellen.tamara@gmail.com

⁴ Mestranda na Pós-Graduação em Serviço Social e Direitos Sociais - PPGSSDS da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. Profª Esp. do Curso de Serviço Social da Faculdade do Complexo Educacional Santo André de Assú/RN. E-mail: lucyhelen18@bol.com.br

INTRODUÇÃO

Em tempos de isolamento social decorrente do COVID-19 que é uma doença causada pelo coronavírus síndrome respiratória aguda grave 2 (SARS-COV-2), com seus primeiros casos diagnosticados positivo, em dezembro de 2019, na China e desde então tem afetado pessoas de todas as idades, em especial as idosas por todos o mundo, caracterizando-se como pandemia, tornando-se uma emergência de saúde internacional.

No caso do Brasil está emergência de interesse nacional não foi tratada com a mesma seriedade e agilidade nas medidas de prevenção e de tratamento, não só por parte do governo em suas várias esferas, mas a própria população ficou dividida entre acreditar na pandemia, cumprir as recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS) e do Ministério da Saúde quando aos procedimentos de isolamento social e/ou isolamento domiciliar e quando necessário ao período de quarentena.

Nesse contexto, precisamos refletir sobre as consequências para a pessoa idosa a prática do isolamento social ou o isolamento domiciliar em meio a fase de transmissão coletiva. Inicia-se um período de desafio para a população mundial no campo emocional, social e ético em meio a um contexto de agravamento das condições de desigualdade social, aliadas a pobreza, a individualização, ao preconceito, a marginalização, entre outros aspectos que interferem no processo decisório de pensar si num ambiente familiar e social, onde minha decisão afeta outros além do eu.

É nesse viés que abordaremos a temática do medo social da pessoa idosa em tempos de isolamento social e isolamento domiciliar enquanto faces de uma moeda, que não se veem, mas não significam que não coexistam. Parece confuso, mas será que para a pessoa idosa viver o isolamento social não é um reflexo do isolamento domiciliar posto a este no convívio familiar em seu cotidiano, independente da pandemia?

Nesse intuito optamos por fazer um processo investigativo junto as idosas do grupo da Casa Assistencial Nosso Lar, uma entidade de assistência social privada sem fins lucrativos, localizado no Município de Mossoró, fundada em 30 de junho de 1993. É uma entidade assistencial, cultural, beneficente e filantrópica, com personalidade jurídica, cadastrada no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), assim como possui a certificação de entidade de assistência social obtido pelo Cadastro Nacional de

Entidades de Assistência Social (CNEAS). Estas relataram em conversas no grupo o quanto o isolamento tem sido difícil e ao mesmo tempo revelador quando as várias fases do isolamento em família e na sociedade.

Portanto a entidade tem capacidade instalada para a realização das ações propostas, cujo detalhamento encontra-se no procedimento metodológico, cujo resultado impactará positivamente nos sujeitos envolvidos, oportunizando a articulação de saberes e experiências vividas e (re)construídas na ótica do respeito e de valores humanitários. Além de viabilizar o acesso a atividades ocupacionais de inclusão e de valorização humana, fortalecendo vínculos institucionais e integração de políticas públicas garantindo direitos a população em situação de vulnerabilidade social.

2 ISOLAMENTO SOCIAL E ISOLAMENTO DOMICILLIAR FACES DE UMA MOEDA A FAMÍLIA

O descompasso entre os ciclos de vida e as realidades que envolve os vários tipos de família em que vive a pessoa idosa são diversas, expressam diferenças comportamentais, regionais, territoriais que precisam ser consideradas para entender as reações que esse segmento populacional está vivenciando frente ao coronavírus. A sua condição de vida e luta pelo respeito, dignidade amplificam e complexificam as reflexões pois trata-se não só da representação da velhice para os idosos, mas de sua própria individualidade e autonomia de decisão.

Assim, versamos pelo caminho da representação da velhice que são atributos da pessoa idosa, num contexto individual e social, sem o considerarmos um fardo ou na perspectiva do aumento do pessimismo em relação ao envelhecimento frente ao encantamento da juventude, desconsiderando o ciclo de vida ou mesmo na visão caótica da análise do aumento dos custos sociais para com os cofres públicos via as políticas públicas por serem esse segmento mais propensos a doenças e cuidados especializados.

A longevidade ainda não é entendida como um fenômeno que requer mudanças de atitudes de todos, isto é, do Estado, da sociedade, da família. As políticas públicas no campo da proteção social da pessoa idosa estão diluídas na Atenção Primária a Saúde (APS) que é a responsável pelo atendimento das populações de modo preventivo, integrado e contínuo e na Política de Assistência Social dada a urgência e as demandas aguçadas com a pandemia COVID-19.

Entra em cena a expectativa de vida, redução de danos, cuidados, entre outros conjuntos de ações de saúde individuais, familiares e coletivas. Todavia o cenário atual requer medidas mais urgentes além de diagnósticos e tratamentos, exigem atenção do tipo que não se compra, que são os emocionais e de acolhimento, que o convívio e a convivência podem proporcionar de forma satisfatória ou de forma insatisfatória.

As interlocuções necessárias a essa abordagem trazem algumas considerações sobre o ambiente em que vivem as pessoas idosas, como a cidade, seu papel e sua complexidade marcada pelos impactos nas famílias em virtudes das relações de pobreza, de desigualdades sociais, que ocasionalmente incidem nas vulnerabilidades e riscos sociais, que caracterizam determinados territórios, assistidos ou não de forma satisfatória por políticas públicas, seja no caso a assistência social ou a política de saúde. No entanto, pautaremos no princípio da atuação integral – [...] implicando no desenvolvimento de ações capazes de articular, a PROTEÇÃO (para defender direitos e evitar violações) e a DEFESA (para dar visibilidade aos encaminhamentos repor ou compensar os direitos violados) [...]; o princípio da Participação Ampla e Controle Democrático, e por fim o princípio da intersetorialidade e interdisciplinaridade (I CNDPI, 2006, p.4).

Tendo por base o documento de Orientações Técnicas para o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para pessoas idosas, mesmo que em sua versão preliminar, tem orientado a promoção e oferta dos serviços de CFV serviço. Esta, por sua vez, tem pautado a diretrizes da Rede Nacional de Proteção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa – RENADI, criada, em 2006, na I Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, assim como na Política Nacional do Idoso, no Sistema Único de Assistência Social, Na Política Nacional de Assistência Social, dentre outras como a política nacional de saúde. Esta rede congrega esforços governamentais e não governamentais na luta pelos direitos (proteção e defesa) das pessoas idosas (MENEZES 2015; COSTA, 2019; QUEIROZ, 2019)

No entanto as configurações dos grupos sociais expressam as relações sociais que permeiam a vidas destes em seu cotidiano, no qual se os homens se comunicam, agem e tem seu reconhecimento enquanto ser social (FAVERO, 2009). Assim, as famílias apresentam significativa variação em sua constituição que direta ou indiretamente interfere na relação com a pessoa idosa até porque as relações intergeracionais não

estão bem resolvidas. Portanto, temos como exemplo família constituída por avós, filhos netos, filhos casados residindo na mesma habitação; duas mães residindo com as avós e outros irmãos adultos com filhos e solteiros; um casal de idosos; idoso morando com filho adulto e com problemas com vício, enfim inúmeras situações em que muitas vezes tornam o cotidiano do(a) idoso(a) um desassossego.

As múltiplas configurações, dentre estas podemos citar, de acordo com SOUZA e PERES, treze constituições familiares, são elas:

Nuclear Simples, formada por um casal e seus filhos; Mononuclear, constituída por um casal sem filhos; Monoparental Simples, a qual pode ser feminina ou masculina e é organizada em torno de uma figura que não tem companheiro residindo na mesma casa, podendo ou não residir com os filhos; Nuclear Extensa, família nuclear com agregado adulto co-habitando; Nuclear com Avós Cuidando de Netos, casal de avós que cuida de netos com menos de 18 anos; Nuclear; Reconstituída, casal cujo um ou ambos os cônjuges já tiveram outra união anterior, podendo ter filhos ou não; Nuclear com Crianças; Agregadas, família nuclear cuidando de crianças que não são filhos; Monoparental com Crianças Agregadas, família monoparental que cuida de crianças que não são filhos; Monoparental Extensa, família monoparental com agregado adulto residindo na mesma casa; Atípica, indivíduos adultos e/ou adolescentes co-habitando sem vínculos sanguíneos, incluindo também pessoas que moram sozinhas e casais homossexuais (2002).

Sem dúvida, Favero, ao tratar das variações das famílias, embora esteja abordando questões relativas à criança e adolescente no campo sociojurídico, podem ser adotadas nesta reflexão diante de sua pertinência. Cada família tem uma história em que as condições de vida são influenciadoras, assim como as relações de consanguinidade e afetividade. Essa colocação acerca das configurações e as situações vivenciadas por essas famílias se inserem no quadro mais amplo da sociedade brasileira, que “vem expondo variações e transformações as mais diversas, as quais necessitam serem conhecidas e incorporadas nas ações e análises” (2009, p.217).

A segregação que a população vulnerável vem vivenciando com a pandemia está pautada no acesso a direitos, visto que as cidades brasileiras não estavam preparadas para garantir enquanto política pública, e ao mesmo tempo, as pessoas frente a pandemia a virão em sua maioria apenas como uma retirada do direito de ir e vir. Mas a questão é por quê? (MENEZES 2015; COSTA, 2019; QUEIROZ, 2019)

Contraditoriamente o sentido do medo na vida das pessoas se manifestam de formas diferente, para Baierl,

o medo se configura como um sentimento natural, intrínseco aos seres vivos, racionais e irracionais. É um sinal de alerta de que estamos correndo alguns riscos. No entanto, esse risco pode ser imaginário ou potencial. Se o medo é real, o risco que se corre pode ser potencial ou imaginário e não necessariamente real. O medo nos mobiliza para ficarmos atentos. A questão que se coloca é o medo condicionado socialmente e o uso que se faz desse medo. (2004, p.37)

Buscar entender o medo que as pessoas idosas estão sentindo e as diferentes reações requer entender o estranho sentimento que o medo gera nas pessoas, que não é uniforme, são diferentes, é tanto que Chauí, traz a seguinte reflexão acerca desse assunto “estranho sentimento é o que nos torna insensatos pondo ‘asas em nossos pés’ quando não deveríamos fugir e ‘pregando-nos ao solo’ quando a fuga seria necessária” (1995, p.44).

O organismo fica em alerta diante do medo e sua reação é adversa podendo ser sentido de forma individual ou coletiva. E por ser um sentimento pode tornar as pessoas agressivas ou em estado de alerta, defendendo-se ou em pânico. Em meio a essa relação o sentimento de segurança e de controle de sua vida e de seus próprios atos. No entanto este no campo do convívio se materializa sem que seja apenas no campo da violência, podendo estar presente para além do individual, visto que os seres não existem independente da sociedade. Temos aqui contraditoriamente as duas fases da moeda de um lado o isolamento social e do outro a convivência com o reconhecimento da cidadania, que de acordo com Torres,

é na convivência positiva, aberta, ativa e protetiva que se ressignificam trajetórias e se explicitam a diversidade dos conhecimentos colocados à disposição dos sujeitos que interagem para a construção de estratégias superadoras das expressões cotidianas da questão social vivida por eles (2016, p.17).

A vida cotidiana precisa ser compreendida a partir dos momentos vivenciados no dia a dia dessas pessoas, que antes iam a padaria, a igreja, compravam seus alimentos, remédios ou outras necessidades e de uma hora para outra são aconselhados a ficar em casa, a depender de seus familiares ou vizinhos para atender suas necessidades, fugindo de suas rotinas, marcadas por repetições, regras e comportamentos agora tido como proibidos. Associando a restrição de aglomerações inicia-se de acordo com as conversas com as idosas o momento de susto, mudança radical, isolamento ou aprisionamento, como algumas delas colocaram. Do outro, algumas não acreditam que seja real as

consequências do COVID -19 que é uma estratégia para fazer com que os idosos fiquem em casa.

Com isso entram em processo de rebeldia saindo e se recusando muitas vezes ao uso dos cuidados imediatos como o uso de máscara e uso frequente da higienização das mãos, além de contraditoriamente se aglomerarem em locais pouco higiênicos, como o Centro de Abastecimento de Alimentos, mais conhecido como COBAL, que funciona como se fosse feira-livre.

O isolamento social revelou as reais condições de isolamento familiar quando a mídia propaga o resgate das relações de família, na verdade para alguns idosos este período tem sido muito complexo, um período de desafio frente ao fato de garantir a autonomia, para os que a tem, e ao mesmo tempo, proteger a si e ao outro.

É pertinente também destacar que em meio a pandemia que estamos vivenciados e a todos esses elementos apresentados ainda nos deparamos novamente e, infelizmente, com processos de agudização da violência contra a pessoa idosa. A pandemia e o isolamento social trazem as famílias alterações no seu cotidiano de organização diária, já que com a quarentena como medida adotada para a desaceleração da contaminação pela COVID -19, tem proporcionado um ensinamento e aumento de estresse nas relações familiares, assim ficando ainda um terreno fértil para expansão da violação de direitos, mesmo no ambiente familiar que sempre foi visto como espaço de harmonia, amor e afetividade , mas que é imprescindível desmitificar esse espaço o reconhecendo como contraditório.

Sabe-se também que a pessoa idosa está inserida no grupo de risco e em decorrência desse fato estes sujeitos também tem enfrentado diversos preconceitos. De acordo com uma cartilha elaborada pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRP) salientou que a condição de vulnerabilidade para a pessoa idosa advém do processo de “alterações do sistema imunológico dos idosos, diminuindo a capacidade de defesa do corpo para as infecções, tanto bacterianas como virais”(2020,p.15), os preconceitos aos quais nos referimos são em virtude desse grupo etário ter sido e ainda continua sendo motivo de “ chacota” com vídeos e outros formatos digitais que circulam nas redes sociais aonde idosos “tentam fugir” de suas residências ou também com divulgação de “memes com a polícia vai te carregar ou véia doida querendo fugir” que de uma certa forma responsabilizavam a pessoa idosa se saíssem de casa pela

propagação do vírus como se com restante da população não estivesse com riscos de contaminação, na verdade esses materiais divulgados acarretam estereótipos negativos e acabam sendo motivos de risadas para outros.

Não estamos defendendo que esses sujeitos devem sair, na verdade ninguém se puder deveria, o que estamos problematizando é a forma de piada que essa abordagem tem circulado nos tempos atuais. Cabe salientar que na maioria das vezes essas piadas são elaboradas e disseminadas por pessoas mais jovens que encaram o processo de envelhecimento como algo negativo, como se não fossem “chegar lá”, nessa mesma faixa etária com a qual fazem “chacota”. O que precisa ocorrer de fato é um diálogo com estes sujeitos e compreender o quanto é difícil a mudança de hábitos tão comum no dia a dia como o trânsito desses sujeitos em diversos espaços (espaços de convivência) que proporcionam a interação entre seus pares e com outras gerações, além mantê-los mais ativos, dessa forma a ausência dessas atividades podem causar depressão em decorrência do isolamento, assim fica cada vez mais necessário a aproximação da pessoa idosa com meios tecnológicos digitais para que possam de alguma forma ocupar o espaço/ tempo deixado pelas suas atividades rotineiras. O estímulo através de ligações, videoconferências, uso de outros aplicativos como redes sociais podem permitir, principalmente, para idosos/idosas mais uma “interação mesmo que virtual”. É claro que também compreendemos o acesso tanto as tecnologias digitais e a internet nem sempre faz parte do cotidiano de muitas pessoas em nosso país, tendo em vista que idosos e idosas no Brasil são atravessados pela pobreza e desigualdade social.

Muitos idosos e idosas do país que compõe a classe trabalhadora estão com o cotidiano atravessado pela pobreza. Teixeira (2017) já alertava que está sociedade é regida pelo trabalho abstrato, na qual condena o trabalhador a antecipação da depreciação natural e a processos de exclusões por critérios de idade, pobreza e desvalorização social. E complementa,

A grande maioria dos trabalhadores idosos, no Brasil, vive de mínimo sociais, sendo alta a incidência de pobres e de indigentes, idosos sem nenhuma renda; eles ainda estão inseridos em atividades produtivas, mesmo que marginais, depois de aposentados, principalmente entre os mais pobres; chefiam suas famílias; têm baixo nível de escolaridade e maior incidência de doenças e dificuldades funcionais. (TEIXEIRA, 2008, p. 136).

A interação entre os membros da família com a pessoa idosa nesse período de isolamento social é extremamente necessária para que tenhamos um cenário de “isolamento no isolamento” e com isso causando sofrimento, exclusão, solidão que cabe salientar já são até presentes no cotidiano da pessoa idosa antes da pandemia.

As questões intergeracionais que é composta pelas convivências entre crianças, jovens, adultos e idosos, em diferentes ciclos e condições de vida pode fortalecer vínculos ou fragilizá-los ou até rompê-los. Por isso é importante estarmos vendo as pessoas idosas como sujeitos que compõe e faz parte da família como o centro das ações da política de assistência social e da saúde, portanto, a matricialidade sociofamiliar, entendendo que independente de qualquer situação, o indivíduo estar vinculado a uma família, e essa família “é o núcleo social básico de acolhida, convívio, autonomia, sustentabilidade e protagonismo social” (BRASIL, 2005, p.90).

Sem dúvida, esse período de isolamento social e/ou isolamento domiciliar e quando necessário ao período de quarentena, em conformidade a Portaria nº. 356, de 11 de março de 2020, que dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19) e da Portaria nº 337, de 24 de março de 2020, que dispõe acerca de medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, COVID-19, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social.

No entanto, as estratégias de atuação em virtude da pandemia têm evitado a realização das reuniões dos grupos de idosos(as) e mesmo com o uso do WhatsApp e de outros recursos tecnológicos não são todos os idosos(as) que tem familiaridade ou gostam desta ferramenta. Por outro lado em virtude do período prolongado as pessoas estão se acostumando e já não tem a mesma preocupação de antes, não mais estão mantendo as precauções ou os cuidados necessários para evitar o contágio e não mais estão se preocupando com as ações de seus idosos em sair na rua, não usando máscaras, inclusive identificamos que houve uma redução na circulação de vídeos pejorativos em relação aos idosos, como uma versão do “carro cata veio”, da morte espreitando na esquina para os idosos que saiam de casa, ou da sirene acionada cada vez que idoso

estavam limpando a calçada ou sentados na calçada. Parece cômico, mas tem alto teor de preconceito e de desrespeito ao outro.

O vírus mostrou-se cruel para todos e não apenas para idosos, o medo do isolamento ou a ampliação deste se agravou com as medidas de proteção ao coronavírus, na verdade trouxe à tona uma realidade conhecida as políticas públicas e as famílias, assim como os demais segmentos da sociedade não estão preparadas para lidar com a longevidade das pessoas, precisamos de forma coletiva ressignificar nossos valores, romper com preconceitos e estigmas que não constroem relações de qualidade.

Precisamos romper o medo social com oportunidades de autonomia, respeito e atitude, mostrando que as pessoas idosas têm muito a contribuir e que o cuidado não é uma obrigação, mas uma relação de afeto, quem ama cuida (MENEZES 2015; COSTA, 2019; QUEIROZ, 2019).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ressignificar sentimentos, atitudes e conceitos não é algo fácil. Vivemos tempos difíceis em que as pessoas estão se fechando, isolando-se como se a confiança no outro tivesse se tornado algo ruim. O isolamento social ocasionado ou em decorrência do COVID-19 afetou várias pessoas de todas as idades, em especial as idosas, de formas diferente, umas estão apavoradas, outras não acreditam, umas querem normalidade em suas vidas, outras querem idas ao shopping, há uma variedade de sentimentos, mas como fica o ser humano nesse percurso? Como fica aquele(a) idoso(a) que tem sua aposentadoria ou benefício, mas por ser o(a) provedor(a) precisa complementar a renda? Diante destes questionamentos vamos culpabilizar a família, por suas problemáticas?

O medo social não fruto apenas do isolamento social é algo mais complexo. É uma questão social que raízes na divisão de classe, na ausência de emprego, na pobreza, nas desigualdades sociais, territoriais e culturais, na fragilidade das políticas públicas, na aplicabilidade dos recursos públicos de forma correta, na ausência de respeito pelo outro. Inúmeras são as causas, mas qual a solução? Que medidas podemos adotar para mitigar os efeitos do isolamento social, o isolamento na família e combater o medo social? Esse é o X da questão.

O cenário é preocupante, mas não irreversível. As pessoas idosas precisam se sentir amadas em suas famílias, respeitadas, e não anuladas enquanto sujeitos de direitos. A prática do isolamento social ou o isolamento domiciliar em meio a fase de transmissão coletiva não pode ser encarada como aprisionamento por eles. Devemos conversar com eles sobre o que eles sentem com abordagem sutil. O medo social da em tempos de isolamento social e isolamento domiciliar enquanto faces de uma moeda, que não se veem, mas não significam que não coexistam, significa que estes convivem com vários medos invisíveis aos demais membros da família. A perda é um deles, perder sua autonomia, seu espaço ou seu cantinho na casa, medo de não conseguir ser o provedor, muito embora na maioria não significa chefe de família, medo de atitudes violentas, enfim, o medo social existe de fato na vida da pessoa idosa e não podemos mais esconder. Devemos tirar esta problemática jogada por muito tempo embaixo do tapete e dar o devido encaminhamento, a visibilidade.

REFERÊNCIAS

BARIEL, Luzia Fátima. **Medo social: da violência visível ao invisível da violência**. São Paulo: Cortez, 2004.

BRASIL. **I Conferência Nacional de Direitos do Idoso Construindo a Rede Nacional de Proteção e Defesa da pessoa Idosa – RENADI, 2006**. Disponível em: https://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/participacao-social/conselhonacional-os-direitos-da-pessoa-idosa-cndi/conferencias-1/1a-conferencia/3-textobase-i_-cndpi-renadi-2006. Acesso em: 15 de Agosto.

BRASIL. NOB/SUAS **Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência**. 2005 Cartilha Atenção à saúde da pessoa idosa e Covid-19: orientações para um enfrentamento saudável / Nayana Pinheiro Tavares, Daniele M. Vieira do Nascimento, organizadoras. – 1. ed. - Recife: EDUFPRPE, 2020. 43 p. : il

CHAUÍ, Marilena. Sobre o medo. In NOVAES, Adauto. **Os sentidos da paixão**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

COSTA, Glenia Rouse da. **QUE MELHOR IDADE É ESSA?** Laços, Vínculos Familiares e gerações. UERN/2019 (Dissertação de mestrado – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Direitos Sociais da UERN) orientadora Prof^a. Suzaneide Ferreira da Silva.

FÁVERO, Eunice Teresinha. Famílias, Serviço Social e Justiça - apontamentos sobre demandas e prática profissional. In KOGA, Dirce; GANEV, Eliane; FÁVERO, Eunice.

Colaboração de Maria Carmelita Yazbek ...[et. Al.] **Cidades e questões sociais**. São Paulo:Terracota, 2009. p. 207-244

MENEZES, S. F. S.; MOTA, H. H. M.; SILVA, A. L. F.; AGUIAR, T. S.; LOIOLA, M. S. G. Gestão da Rede de Proteção e Defesa da Pessoa Idosa em Mossoró-RN e prática profissional do assistente social: desafios e potencialidades in: **Políticas públicas, direitos e Serviço Social**: debates e desafios contemporâneos. 2015. ISBN 978-85-7621-116-7

NERI, Anita Liberalesso. Saúde e envelhecimento: prevenção e promoção: As necessidades afetivas dos idosos. In **Envelhecimento e Subjetividade**: desafios para uma cultura de compromisso social. (Org.) Conselho Federal de Psicologia. Brasília, DF, 2008, p. 103-109.

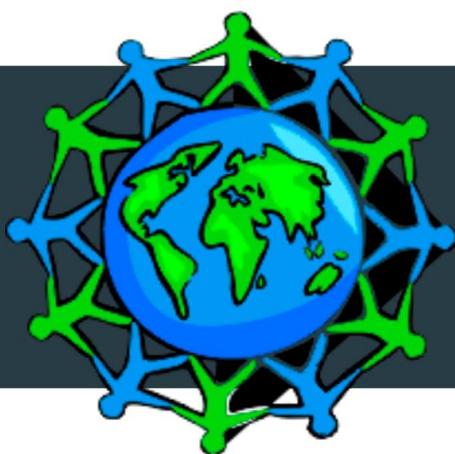
QUEIROZ, Mônica Helena da Silva, **Segurança de Convívio ou Vivência Familiar e Comunitária e Social da Pessoa Idosa em MOSSORÓ - RN**: o que dizem os dados? UERN/Mossoró – RN 2019 (Monografia de graduação). orientadora Prof^a. Suzaneide Ferreira da Silva.

SOUZA, S. M. G., PERES, V. L. A. **Famílias de camadas populares: um lugar legítimo para a educação/formação dos filhos**. O social em questão, 7, 63-74, 2002

TEIXEIRA, Solange Maria. Envelhecimento do trabalhador na sociedade do capital. In: TEIXEIRA, Solange Maria (Org). **Envelhecimento na Sociabilidade do Capital**. Campinas: Editora Papel Social, 2017, p. 31-51.

TEIXEIRA. Solange Maria. **Envelhecimento e trabalho no tempo do capital**: implicações para a proteção social no Brasil. São Paulo: Editora Cortez,2008.

TORRES, Abigail Silvestre. **Convívio, convivências e proteção social**: entre relações, reconhecimentos e política pública. São Paulo: Veras Editora e Centro de Estudos. 2016 – Série temas 10.



Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI

III SINESPP

20 a 24
OUTUBRO
2020

SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS
Democracia, desigualdades sociais e políticas públicas no capitalismo contemporâneo

EIXO TEMÁTICO 9 | QUESTÕES DE GÊNERO, RAÇA/ETNIA E GERAÇÃO

ITINERÁRIOS TERAPÊUTICOS NA SAÚDE MENTAL: aspectos de gênero presentes

Tahiana Meneses Alves ¹

RESUMO

Esta comunicação analisa os itinerários terapêuticos percorridos por usuários de um serviço de saúde mental do Piauí. Os itinerários terapêuticos sofrem influência de seu contexto sociocultural, sendo destacados os aspectos de gênero. Homens e mulheres experimentam diversos recursos, que podem ser formais (no sistema de saúde, em equipamentos próprios de um modelo tradicional de assistência psiquiátrica ou em dispositivos do modelo de atenção psicossocial) e informais (suporte familiar, de amigos, atividades de cunho laboral ou criativo, religiosidade, lazer, estratégias de empoderamento).

Palavras-Chaves: Saúde Mental; Gênero; Itinerários Terapêuticos.

ABSTRACT

This communication analyzes the therapeutic itineraries taken by users of a mental health service in Piauí. The results show that therapeutic itineraries are influenced by their socio-cultural context, with emphasis on gender aspects. Men and women experience different resources, which can be formal (in the health system, in equipment typical of a traditional model of psychiatric care or in devices of the psychosocial care model) and informal (family support, friends, work or creative activities, religiosity, leisure, empowerment strategies).

Keywords: Mental Health; Gender; Therapeutic Itineraries.

INTRODUÇÃO

Esta comunicação tem o objetivo de analisar os aspectos de gênero presentes nos itinerários percorridos por usuários da saúde mental. Parte-se das experiências de

¹ Graduada em Serviço Social e Mestra em Políticas Públicas (UFPI). Mestrado e Doutorado (em processo de reconhecimento) em Sociologia pela Universidade do Minho.

homens e mulheres com diagnóstico psiquiátrico e acompanhados por um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) no estado do Piauí.

O contexto mais amplo no qual se desenrolam estas experiências é o da chamada Reforma Psiquiátrica Brasileira. É um processo que está em curso no país desde a década de 1970, numa conjuntura de redemocratização, e de lá até então busca romper com os saberes, práticas e instituições psiquiátricas clássicas (AMARANTE, 2013). Um de seus pilares é a “desinstitucionalização”, que, mais que promover a retirada das pessoas dos manicômios, foca na “existência-sofrimento dos pacientes e sua relação com o corpo social” (ROTELLI, 2001, p.1). Isto descortina a complexidade inerente ao campo da saúde mental: para além dos determinantes biológicos (historicamente priorizados), engloba também determinantes socioculturais.

Um destes determinantes é o gênero. E isto nos levou ao seguinte questionamento: levando em conta as premissas da RPB, nomeadamente no que diz respeito à maneira de conceber o transtorno mental (agora a partir não somente dos seus aspectos orgânicos) e a pessoa em sofrimento psíquico (agora a partir não apenas dos sintomas e diagnósticos, mas da sua história de vida), de que maneira aspectos sociais como o gênero podem se fazer presentes nos processos saúde-doença mental? Especificamente, como aspectos de gênero surgem nos itinerários terapêuticos de homens e mulheres com o diagnóstico psiquiátrico?

A partir de Connell e Pearse (2015: 42), compreendemos o gênero enquanto “a estrutura de relações sociais que se centra sobre a arena reprodutiva e o conjunto de práticas que trazem as distinções reprodutivas sobre os corpos para o seio dos processos sociais”. Conecta as relações econômicas, afetivas, simbólicas e de poder e opera de forma simultânea nos níveis intrapessoais, interpessoais, institucionais e da sociedade em geral. Produz não apenas diferenças, mas desigualdades entre homens e mulheres. Também se articula à raça/etnia, classe social, orientação sexual e outros marcadores sociais produtores de desigualdades.

Por sua vez, entendemos que itinerário terapêutico “é um nome que designa um conjunto de planos, estratégias e projetos voltado para um objeto preconcebido: o tratamento da aflição” (Alvez e Souza, 1999: 133). Também consiste “em um conjunto de processos de busca de tratamento que se inicia com a constatação de uma enfermidade e passa por diversas etapas nas quais podem se atualizar diferentes

interpretações para o sofrimento e possibilidades de cura” (Buchillet citado por Argenta, 2010: 197).

Gênero, estando presente em tantas esferas da vida social, também aparece na saúde mental e influencia os itinerários terapêuticos. Dito itso, a comunicação tem base numa pesquisa de caráter qualitativo que utilizou como principal técnica de recolha de informações a entrevista de história de vida, pois permite compreender a dialética entre o indivíduo e o social (FERRAROTTI, 1993). Foi realizada com dez homens e dez mulheres selecionados/as a partir dos seguintes critérios: ter idade a partir dos 18 anos; ter recebido um diagnóstico psiquiátrico; fazer tratamento em serviço de saúde mental há, no mínimo, 12 meses; estar em condições de dialogar e participar voluntariamente da pesquisa.

Cada entrevistado que colaborou participar teve acesso e assinou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). O estudo foi submetido à Plataforma Brasil e aprovado pelo comitê de ética da então Universidade Federal do Piauí- Campus Ministro Reis Veloso (hoje Universidade Federal do Delta do Parnaíba) por estar de acordo com a Resolução do Conselho Nacional de Saúde, através do protocolo de nº. 2.311.181.

A maioria dos entrevistados pertence às classes empobrecidas e tem baixa escolaridade. Variam quanto à cor da pele (brancos, pretos, pardos), idade (28 a 59 anos), ocupação (pintores, mecânicos, auxiliar administrativo, construção civil, vaqueiro, tatuador, trabalhadoras domésticas, donas de casa e outras atividades informais/temporárias), religiosidade (católicos, evangélicos, umbanda, sem religião), estatuto conjugal (solteiros, casados, divorciados, união estável, namorando), composição familiar (nuclear, extensa, monoparental chefiada por mulher), tinham ou não filhos, orientação sexual (heterossexual, homoafetiva), etc. Todas as entrevistas foram gravadas e transcritas.

2 ITINERÁRIOS TERAPÊUTICOS NA SAÚDE MENTAL: aspectos de gênero

Os itinerários terapêuticos de homens e de mulheres deste estudo englobam desde o acesso à rede formal de serviços (de caráter mais tradicional ou situado no campo da atenção psicossocial) até a rede informal (suporte de familiares, amigos, recursos comunitários, recursos da própria pessoa).

A trilha na busca por cura ou melhora para o sofrimento envolve alternativas para além das sanitárias e isto, por vezes, renova os sentidos que dão ao sofrimento/doença. Deste modo, como afirma Silveira (2000), os itinerários terapêuticos abarcam o uso múltiplo e simultâneo dos diversos recursos disponíveis na sociedade.

Modelo tradicional de atenção à saúde mental

O acesso ao modelo tradicional de assistência psiquiátrica é central enquanto um dos recursos formais nos itinerários terapêuticos de alguns entrevistados – muitos passaram por instituições manicomiais no passado.

Mulheres descrevem a sua passagem pelas instituições manicomiais, por vezes, marcada por processos de mortificação do eu (GOFFMAN, 1974). Despidas de utilizar as disposições sociais de seu mundo anterior, passam a sofrer uma série de rebaixamentos e degradações. Vivenciam uma série de mudanças que acabam por criar a sua carreira moral – no caso, a de doente (idem). A pessoa desaparece e no seu lugar resta apenas a doença. Pode ser violentada, física ou moralmente, e até animalizada – no caso de nossas entrevistadas (ter seus pertences retirados, ser amarrada, tomar banho gelado, ser tratada como um bichinho, nenhum profissional perguntar sobre sua história de vida, etc).

Ao longo da história, mulheres foram internadas em instituições manicomiais públicas tornando-se reféns de suas origens de classe, raciais e sexuais. Fazendo referência ao Hospital Psiquiátrico do Juqueri, em São Paulo, Cunha (1989) exemplifica o peso dessas diferenças. Mulheres consideradas de “boa família” recebiam um melhor tratamento por parte de psiquiatras e outros agentes terapêuticos: podiam não ter os cabelos cortados, não ser submetidas ao trabalho dentro do asilo, ficar em alojamentos individuais, receber um cuidado com o registro de suas informações no prontuário clínico (inclusive, influenciando a atribuição de diagnósticos). Para as mulheres mais pobres, a situação era outra, pois sofriam não apenas com a dominação de gênero, mas também de classe (idem). Isto ajuda a compreender a série de mutilações vivenciadas pelas entrevistadas deste estudo, a maioria pertencente às classes populares, não brancas.

Outro aspecto referente à mortificação do eu (GOFMANN, 1974) diz respeito às marcas físicas deixadas nos corpos. Homens e mulheres se queixam de situações violentas experienciadas quando estiveram internados em estabelecimentos manicomiais.

Andrade (2012) também verificou as marcas nos corpos de seus sujeitos de pesquisa, “experientes” da Reforma Psiquiátrica em cidades do Sul e do Sudeste brasileiro. Dentes perdidos, movimentos involuntários, movimentos repetitivos, articulações enrijecidas, olhares vazios, aparências pálidas, tremedeiras – alguns dos efeitos das internações. No nosso estudo, alguns entrevistados tremiam, falavam baixinho e/ou muito lentamente. Alguns diziam estar grande parte do tempo “impregnados”, sem “forças”. Outros andavam em marcha lenta. Algumas mulheres queixavam-se do aumento de peso ou da perda da vaidade.

As marcas físicas são sentidas mesmo pelos entrevistados que não passaram por estabelecimentos de estrutura física manicomial. Isso significa que elementos de um modelo tradicional ainda se fazem presentes até nos dispositivos dentro do modelo psicossocial de atenção. Neste caso, efeitos no corpo podem ter relação com um consumo de medicamentos. Estes constituem o símbolo máximo de uma perspectiva biologizante e se enquadram num cenário já registrado por diversos autores: o da medicalização da sociedade e também a sua medicamentação (AMARANTE, 2013).

Estes fenômenos ocorrem sobretudo para as mulheres, haja vista que são elas, ainda hoje, as mais medicalizadas/psiquiatrizadas (BUSFIELD, 1996) e, conseqüentemente, mais medicamentadas (CARVALHO; DIMENSTEIN, 2004; MALUF, 2010; OLIVEIRA, 2000; VIEIRA, 1999). Há um peso relativo do gênero: geralmente elas são mais vigilantes quanto à sintomatologia, buscam ajuda mais cedo e são menos resistentes aos medicamentos prescritos (OLIVEIRA, 2000). E vale ressaltar a existência da indústria farmacêutica, que elabora propagandas que são verdadeiras tecnologias de gênero influenciadoras do consumo feminino de medicamentos (AZIZE, 2010; OLIVEIRA, 2000; ZANELLO, 2014).

Um último aspecto diz respeito às atividades utilizadas como recursos terapêuticos no âmbito do estabelecimento manicomial narradas pelos entrevistados (bordar, fazer bijouteria, mexer com miçanga, jogar futebol). Todas não deixam de se

relacionar com um universo “feminino” ou “masculino”. Mas e o que essas pessoas gostam de fazer “extra muros”?

Sem desconsiderar o potencial terapêutico dessas atividades, podemos questionar sobre a possibilidade de uma intenção higienista (Cunha, 1989) ancorada em valores de gênero tradicionais. Pode ser que reforcem uma clássica condição de subalternidade, no caso das mulheres, ou de valores masculinos que, por vezes, tornam opacas maneiras mais saudáveis de lidar com as diversas e complexas experiências ao longo da vida.

Convém refletir se essas atividades têm caráter meramente ocupacionais, de entretenimento. Se assim o for, não são suficientes para promover as trocas sociais previstas na reabilitação psicossocial (Saraceno, 2001). A aquisição de habilidades (como bordar, por exemplo) deve vir junto com possibilidades mais palpáveis de reconstrução da cidadania e reinserção social. Também é importante experimentar atividades fora das “caixas” de uma ordem binária de gênero.

O Centro de Atenção Psicossocial

No CAPS, a conversa é mencionada como um recurso de valioso potencial terapêutico. Foi destaque nas falas de algumas mulheres. Não por acaso, pois, considerando aspectos de uma ordem de gênero, é delas que se espera e se estimula mais expressão verbal, inclusive sobre suas angústias.

A escuta presente nas conversas é importante para valorizar questões subjetivas (que remetem para aspectos socioculturais e econômicos de suas vivências), tantas vezes negligenciadas em tratamentos de saúde mental. Possibilita a participação ativa dos usuários nos próprios itinerários terapêuticos. Inclusive, uma das ideias essenciais da reforma psiquiátrica no Brasil é “construir um centro de gravidade baseado no paciente e em suas possibilidades terapêuticas” (DELGADO, 2011, p. 4703).

Outro aspecto de gênero no cotidiano do CAPS expressa uma faceta da divisão sexual do trabalho. Mulheres entrevistadas relatam a necessidade de conciliar o trabalho doméstico com sua frequência ao CAPS. Sua rotina é dividida entre o CAPS e os afazeres domésticos, bem como o cuidado para com outros membros da família.

Por fim, um último aspecto referente ao CAPS diz respeito à interação “profissional-usuário” quanto à identidade de gênero de ambos. No CAPS, os usuários

interagem com diversos profissionais para além do médico psiquiatra. Psicólogos, assistentes sociais, enfermeiros, terapeutas ocupacionais, técnicos de enfermagem, entre outros, são figuras fundamentais nos seus percursos (e muitas dessas profissionais são do sexo feminino):

Mulheres entrevistadas referem a dificuldade em interagir com profissionais homens. Isso pode ter relação com as próprias experiências vivenciadas: violências de diversas modalidades praticadas por homens (pais, maridos, ex companheiros). Em outros casos, a falta de “laços de gênero” pode ser pensada em função do medo, da vergonha e de uma suposta falta de empatia por parte dos homens, que não teriam a “sensibilidade” necessária para compreender suas demandas.

O cuidado pela família

A maioria dos entrevistados conta com o apoio de um ou mais familiares, que, por sua vez, quase sempre são mulheres, algo já registrado em estudos como os de Rosa (2003) e Santos (2009). Isto confirma a função do cuidado que historicamente foi atribuída ao feminino. São mães, filhas, esposas, irmãs, cunhadas e até ex-esposas as que mais manejam responsabilidades que variam entre a interação com o CAPS, a administração de remédios, a alimentação, a higiene, outras questões de saúde, as questões burocráticas, as finanças.

Geralmente, estas mulheres são as únicas familiares-cuidadoras. A maioria são mães (para mulheres ou homens), esposas (para homens). Na falta de figuras mais “ativas” como mães ou esposas numa família de modelo tradicional, o encargo fica para irmãs, filhas, cunhadas e até ex-esposas. Em vários casos, a mulher cuidadora sofre com a sobrecarga vinda do seu trabalho. Não raro são de idade mais avançada, outros problemas de saúde e atribuições extras.

Além dos cuidados de ordem mais prática, as mulheres cuidadoras são vistas como aquelas que oferecem o suporte emocional imprescindível nos itinerários terapêuticos (para homens entrevistados). Nestes relatos também é possível compreender que, por vezes, a figura da esposa se mistura à da mãe. Sobre isto, Grossi (2004) afirma que ideia do amor romântico traz uma dicotomia no caso de homens brasileiros: a mulher que se deseja sexualmente vai se tornando uma espécie de “mãezinha”.

Por outro lado, praticamente não houve relatos sobre homens cuidadores. Apenas uma das entrevistas relatou que o seu principal cuidador é o marido. No nosso estudo, o a descrição que a entrevistada faz do marido o aproxima de práticas e características mais associadas com o feminino (conversar, dar conselho, ser carinhoso, atento, preocupado, vigilante, cuidadoso, paciente, chorar quando a vê em crise). Também o manejo do corpo descrito por nossa entrevistada remete para um cuidado tipicamente maternal (pôr como criança no colo, pôr para dormir, dar banho, vestir, fazer mingau). Neste sentido, o marido cuidador aparenta não sustentar uma postura clássica suposta na relação entre o casal e isto parece ser benéfico à saúde da entrevistada.

Outra faceta do cuidado no âmbito da família remete a uma negociação que algumas mulheres casadas e com filhos fazem com seus familiares (especialmente com os maridos). São acordos que giram em torno de suas supostas atribuições enquanto mulheres: ao menos temporariamente, elas são dispensadas de uma série de atribuições “femininas” – afazeres domésticos, cuidar dos filhos. Também podem receber proteção e zelo especial por parte dos familiares, que reconhecem os sintomas e acabam relativizando os seus comportamentos (indisposição para as tarefas domésticas, posturas agressivas). Silveira (2000: 88) intitula processos como esses de “sintomas nervosos como linguagem social”, pois condensam uma experiência pessoal na vida social, permitindo à mulher enferma o acesso a uma situação de “privilegio”.

Atividades de cunho laboral e criativo

Atividades de cunho laboral e criativo também estão presentes nos itinerários terapêuticos. Quanto à primeira, fazer algo para “ocupar a mente”, mesmo fora de um mercado que remunera, é considerado uma estratégia de melhora da saúde, especialmente porque gera uma sensação de utilidade.

Para alguns homens, a expectativa pela melhora da saúde passa pela aproximação de alguma atividade que exerceram no passado, antes de a doença “tomar conta de vez”. Um dos entrevistados, que começou a trabalhar ainda criança, relata a satisfação em plantar no quintal, pois é algo que lembra os tempos de trabalho na roça.

Este entrevistado atribuiu episódios relacionados com condições precarizadas de trabalho à origem de seu sofrimento psíquico. Tendo nascido e crescido num contexto

rural nordestino, inclusive enfrentando a instabilidade ocasionada pelos períodos de seca, narrou sobre o trabalho pesado quando era criança. Falou também sobre a constante insegurança quanto à renda, ao medo de passar fome e aos problemas de saúde física causados pelo trabalho. Com o sofrimento psíquico, veio o afastamento do mundo do trabalho e o impacto na identidade masculina, amplamente estruturada por uma ideologia dominante que impõe – não apenas, mas principalmente para os homens – o desempenho e êxito laboral no âmbito público, bem como o papel de provedor como atributos de masculinidade.

Mulheres entrevistadas, por sua vez, associam uma ocupação de cunho laboral e/ou criativo com um universo tradicionalmente atribuído ao feminino e na esfera doméstica. Os afazeres de casa (cozinhar, limpar, passar, cuidar dos outros, etc) são recursos buscados para melhorar a saúde. Quando conseguem fazê-los, é um sinal de que estão minimamente estáveis.

Sobre este último aspecto, algumas mulheres – especialmente as casadas e com filhos – percebem que não estão bem quando sentem mais vontade de dormir, impaciência e preguiça para fazer as “coisas de casa”. Segundo Zanello (2014), os sintomas que são percebidos pelas próprias pessoas em sofrimento dependem de uma semiótica na qual as relações de gênero têm peso fundamental. Deste modo, características que destoam de comportamentos ou emoções historicamente atribuídos ao “universo feminino” foram vistos por algumas entrevistadas como algo anormal (sintoma psiquiátrico).

Algumas mulheres entrevistadas referem a vontade de estudar. Apesar das limitações impostas pelo diagnóstico psiquiátrico, o fato de voltar ou não a estudar depende consideravelmente da autorização de pais e maridos para tal. A falta de estímulo é justificada por eles pela doença.

Outras entrevistadas reconhecem um potencial terapêutico em atividades de cunho criativo (crochê, artesanato). Mais uma vez, percebe-se uma tendência de se recorrer a atividades associadas com o feminino. Os sentimentos de autorrealização daí decorrentes podem contribuir para a melhora da saúde. E, em alguns casos, existe a possibilidade disso se realizar juntamente com algum retorno financeiro.

Rede social: amigos, lazer, religiosidade, estratégias de empoderamento

Saraceno (2001) afirma que pessoas com transtornos mentais geralmente conservam um nível de contratualidade, isto é, a capacidade de trocas sociais, tendendo a zero. Sobre este aspecto, alguns entrevistados relatam variadas estratégias de sociabilidade enquanto recurso constituinte de seus itinerários terapêuticos.

Uma delas é o lazer fora do ambiente doméstico. A convivência com grupos de amigos, a prática de atividades físicas no território onde se vive e os passeios são mencionados. E não têm relação com o campo do “mental”, pois são atividades sustentadas de maneira mais ou menos autônoma e regular pelos próprios entrevistados independente do CAPS:

Uma mulher entrevistada refere a liberdade que tem de passear e fazer amizades fora do CAPS com o relacionamento saudável que conserva com o marido. Destaca que ele, além de ser uma pessoa compreensiva, não interfere e até estimula suas vontades. Este dado pode refletir que relações de gênero mais igualitárias (neste caso, expressas pelo relacionamento amoroso) podem ser decisivas na melhora do estado de saúde de pessoas em sofrimento psíquico. Outro aspecto relevante nas falas acima sugere que as vivências de mulheres num ambiente extra doméstico podem representar que estão dedicando mais tempo e disponibilidade para si mesmas e não apenas para os outros.

A prática da religiosidade/espiritualidade também está presente nos itinerários. Além da questão mais íntima em torno da fé, pode gerar benefícios sociais porque propicia o contato com as pessoas que frequentam as paróquias, igrejas, centros espíritas, terreiros de umbanda - já que muitos deles dificilmente frequentam outros lugares.

Isto teve destaque na fala de algumas entrevistadas, que enfatizam o afago recebido nas comunidades religiosas que frequentam. Frequentemente, esta situação contrasta com a qualidade do acolhimento que buscaram em serviços de saúde.

Tal como a maioria das mulheres, homens expressam os benefícios de aumentar a sua rede social, mas há certas particularidades presentes nos itinerários terapêuticos masculinos.

A frequência à igreja proporciona que alguns homens se aproximem de um estilo de vida tido por eles como mais “saudável”. Em outras palavras, contribui para que se

afastem de características que possam pôr em risco o tipo de pessoa que intencionam ser. Ou melhor, o tipo de homem. Um dos entrevistados, por exemplo, fala sobre as músicas que ouvia antes: segundo ele, despertavam sensações de escuridão, estimulavam o uso de drogas e até o suicídio. Já o envolvimento com a igreja pode despertar outras sensações, outros hábitos (não usar drogas, pensar em trabalhar, ter um relacionamento estável com uma mulher, ficar mais “sossegado”). Não coincidentemente, faz pensar na imagem tradicional de um “homem de bem” presente num determinado imaginário social.

Noutros casos, a religiosidade pode representar um entrave aos itinerários terapêuticos. Outro entrevistado afirma ter vivido um longo período acreditando que o sofrimento psíquico era “coisa do demônio” e, assim, demorou a procurar outras alternativas para melhorar a saúde. Somente quando começou a frequentar o CAPS, reconheceu que o problema podia ser “psicológico”. Isto sugere que não há uma linearidade na relação entre religiosidade/espiritualidade e saúde mental. Ponderar sobre esta ambivalência é de extrema importância na busca de melhora dos estados de saúde.

Por fim, as trocas sociais podem acontecer mediante antestratégias de empoderamento. Para Vasconcelos (2005, p. 231), empoderar-se significa o “aumento do poder e autonomia pessoal e coletiva de indivíduos e grupos sociais nas relações interpessoais e institucionais, principalmente daqueles submetidos a relações de opressão, dominação e discriminação social”. A experiência de uma das entrevistadas revela que sua busca pela melhora passa por conhecer minimamente seus direitos no que se refere à saúde (o que inclui o conhecimento da própria rede de atenção do município) e a participação ativa em eventos do campo da saúde mental. Ser aplaudida, inclusive por pessoas que não possuem o rótulo psiquiátrico, legitima sua fala e impacta positivamente a sua autoestima. Nestes momentos, sente-se valorizada e respeitada. Rompe com o tradicional silêncio previsto enquanto postura para tantas mulheres.

A mesma entrevistada também narra situações cotidianas dentro de serviços de saúde. O conhecimento acerca de seus direitos e da rede de atenção do município foram fundamentais para questionar a hierarquia entre profissionais e usuários. Desafia a lógica que tende a cristalizar pessoas com transtornos mentais como aquelas sempre

necessitadas de tutela, passivas. Fala, contesta, argumenta, resiste, defende os próprios direitos. Empodera-se enquanto cidadã, usuária da saúde mental, mulher.

3 CONCLUSÃO

Os itinerários terapêuticos percorridos pelos homens e mulheres do estudo são múltiplos entre si. E cada um deles também se modifica, incorpora alguns recursos e exclui outros ao longo percurso. Não ocorrem sem conflitos, sem contradições. Por vezes produzem uma mortificação do “eu”. Mas também revelam descobertas, novas possibilidades, esperança, produção de vida. Todos sofrem influências de aspectos de gênero.

Gênero enquanto regime de subjetivação está presente nos recursos formais e informais que compõem cada itinerário. A análise dos itinerários revela que a presença do gênero é contraditória. Em alguns casos, contribui para a melhora do estado de saúde, mesmo que reafirmando valores e práticas tradicionais da ordem de gênero. Em outros, pode aprofundar condições de subalternidade ou dominação, dificultando formas mais diversas – e potencialmente mais saudáveis – de lidar com as tantas e complexas vivências relacionadas com o sofrimento psíquico. Há, ainda, casos nos quais o rompimento com certos aspectos da ordem de gênero pode contribuir com a melhora da saúde.

Atentar para os itinerários terapêuticos sem ignorar os seus aspectos de gênero pode oferecer pistas para um refinamento das estratégias de reabilitação psicossocial por parte de políticas, gestores, trabalhadores e em parceria com a comunidade, a família, os usuários dos serviços. A partir das experiências singulares e cotidianas de pessoas em sofrimento psíquico na busca pela melhora da saúde pode-se pensar em esquemas mais amplos de reabilitação psicossocial que envolvam as áreas do trabalho, da habitação, da educação, da arte, etc. É preciso acolher e estimular a reabilitação das pessoas em sofrimento psíquico a partir de suas reais necessidades e potencialidades.

REFERÊNCIAS

Andrade AP. **Sujeitos e(m) movimento: uma análise crítica da reforma psiquiátrica brasileira na perspectiva dos experientes** [tese]. [Florianópolis]: Universidade Federal de Santa Catarina, 2012.

Argenta M. Itinerários terapêuticos e modelos de sofrimento entre voluntárias da Pastoral da Saúde do Bairro Saco Grande II – Florianópolis/SC. In: Maluf S, Tornquist C, organizadoras. **Gênero, saúde e aflição: abordagens antropológicas**. Florianópolis: Letras Contemporâneas; 2010.

Amarante P. **Saúde mental e atenção psicossocial**. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2013.

Azize R. **Notas de um 'não-prescritor': uma etnografia entre estandes da indústria farmacêutica no Congresso Brasileiro de Psiquiatria**. In: Maluf S, Tornquist C, organizadoras. **Gênero, saúde e aflição: abordagens antropológicas**. Florianópolis: Letras Contemporâneas; 2010.

Busfield J. **Men, Women, and Madness: Understanding Gender and Mental Disorder**. New York: New York University Press; 1996.

Carvalho L, Dimenstein M. **O modelo de atenção à saúde e o uso de ansiolítico entre mulheres**. Revista Estudos de Psicologia [internet] 2004 [acesso 2020 jan 7]; 9 (esp1): 121-129. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v9n1/22388.pdf>

Connell R, Pearse R. **Gênero: uma perspectiva global**. Compreendendo o gênero – da esfera pessoal à política – no mundo contemporâneo. São Paulo: nVersos; 2015.

Cunha MC. **Loucura, gênero feminino: as mulheres do Juquery na São Paulo do início do século XX**. Revista Brasileira de História [internet] 1989 [acesso 2019 dez 17] 9 (esp18): 121-144. Disponível em: www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=3853

Delgado PGG. **Democracia e reforma psiquiátrica no Brasil**. Revista Ciências & Saúde Coletiva [internet] 2011 [acesso 2020 jan 11] 16 (esp12): 4701-4706. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v16n12/19.pdf>

Ferrarotti F. **Sobre la autonomia del método biográfico**. In: Marinas JM, Santamarina C, editores. *La historia oral: método y experiencias*. Madrid: Debate; 1993.

Goffman E. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva; 1974.

Grossi MP. **Masculinidades: uma revisão teórica**. Antropologia em primeira mão [internet] 2004 [acesso 2020 janeiro 13], 4-37. Disponível em: <http://miriamgrossi.paginas.ufsc.br/files/2012/03/Visualizar3.pdf>

Maluf S. **Gênero, saúde e aflição: políticas públicas, ativismo e experiências sociais**. In: Maluf S, Tornquist C, organizadoras. **Gênero, saúde e aflição: abordagens antropológicas**. Florianópolis: Letras Contemporâneas; 2010.

Oliveira EM. **Saúde mental e mulheres: sobrevivência, sofrimento e dependência química lícita**. Sobral: Edições UVA; 2000.

Rosa LCS. **Transtorno mental e o cuidado na família**. São Paulo: Cortez; 2003.

Rotelli, F. **A instituição inventada**. In: NICÁCIO, M. F. S. (Org.). Desinstitucionalização. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2001. p. 89-99.

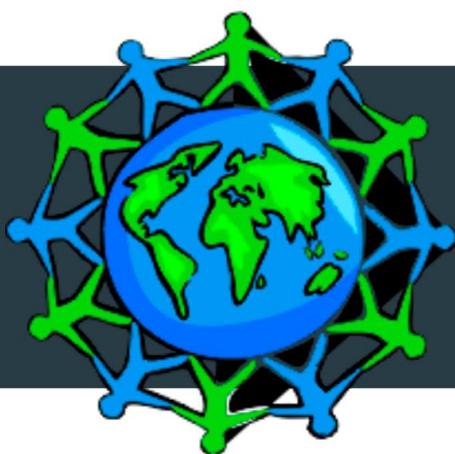
Santos AMCC. **Gênero e Saúde Mental: a vivência de identidades femininas e masculinas e o sofrimento psíquico na sociedade brasileira contemporânea**. Algumas reflexões a partir de relatos dos pacientes diagnosticados como portadores de transtornos mentais severos do CAPS - Araraquara SP [dissertação] [São Paulo] Universidade de São Paulo, 2008.

Saraceno B. **Libertando Identidades: da reabilitação psicossocial à cidadania possível**. Rio de Janeiro: Instituto Basaglia/Te Cora; 2001.

Silveira ML. **O nervo cala, o nervo fala: a linguagem da doença**. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2000.

Vasconcelos EM. **Reinventando a vida: narrativas de recuperação e convivência com o transtorno mental**. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec/EncantArte; 2005.

Vieira E. **A medicalização do corpo feminino**. In: Giffin K, Costa S. organizadoras. Questões da saúde reprodutiva. Rio de Janeiro: Fiocruz; 1999.



Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI

III SINESPP

20 a 24
OUTUBRO
2020

SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS
Democracia, desigualdades sociais e políticas públicas no capitalismo contemporâneo

EIXO TEMÁTICO 9 | QUESTÕES DE GÊNERO, RAÇA/ETNIA E GERAÇÃO

ENVELHECIMENTO E DESIGUALDADES SOCIAIS: a emergência da crise dos cuidados

AGING AND SOCIAL INEQUALITIES: the emergence of the care crisis

Líbia Mafra Benvindo de Miranda ¹
Solange Maria Teixeira ²

RESUMO

Este artigo tem como objetivo discutir a problemática do envelhecimento e do cuidado num contexto de desigualdades sociais, das mudanças na dinâmica demográfica e nos padrões de morbidade e mortalidade. É um estudo de caráter bibliográfico, fundamentado na perspectiva histórica e dialética, através da qual se problematiza o envelhecimento como um fenômeno heterogêneo e a crise gerada no âmbito do cuidado para pessoas idosas dependentes em meio às transições demográfica e epidemiológica, transformações societárias, bem como ausência de políticas públicas de cuidado. Verifica-se, com base neste estudo, que o processo de envelhecimento ocorre de forma diferente em relação aos indivíduos, conforme as estruturas sociais (classe, gênero, raça-etnia, entre outras) e que a crise do cuidado também impacta de forma diferenciada nas várias frações da sociedade, agravando as desigualdades sociais e de gênero.

Palavras-Chaves: Envelhecimento. Cuidado. Desigualdades. Gênero.

ABSTRACT

This paper aims to discuss the problem of aging and care in a context of social inequalities, changes in demographic dynamics and patterns of morbidity and mortality. It is a bibliographic study, based on the historical and dialectical perspective, through which aging is questioned as a heterogeneous phenomenon and the crisis generated in the scope of care for elderly people dependent on means of demographic and epidemiological transitions, societal transformations, and absence of public care policies. Based on this study, it is verified that the aging

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí – UFPI. Mestre em Políticas Públicas/ UFPI. Graduada em Serviço Social/UFPI. Especialista em Educação Ambiental pelo SENAC. Assistente Social da Universidade Federal do Piauí. E-mail: libiamafra@gmail.com.

² Professora da Pós-Graduação em Políticas Públicas e do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí. Doutora em Políticas Públicas. E-mail: solangeufpi@gmail.com.

process occurs differently in relation to individuals, according to social structures (class, gender, race-ethnicity and others) and that the care crisis affect differently on the various fractions society, aggravating social and gender inequalities.

Keywords: Aging. Care. Inequalities. Genre.

INTRODUÇÃO

O debate atual sobre os temas envelhecimento e cuidados vem se intensificando com o aumento da população com mais de 60 (sessenta) anos, no Brasil e no mundo, sendo que na sociedade brasileira isso vem acontecendo de forma mais acelerada do que nos países desenvolvidos. Minayo e Coimbra Júnior (2002, p. 12) ressaltam que “o Brasil dobrou o nível de esperança de vida ao nascer em relativamente poucas décadas, numa velocidade muito maior que os países europeus, os quais levaram cerca de 140 anos para envelhecer”. Esse fenômeno relaciona-se com as mudanças demográficas e epidemiológicas, ou seja, com a redução da taxa de fecundidade, natalidade e mortalidade, com o controle e erradicação de doenças que resultaram no aumento da expectativa de vida.

Apesar do envelhecimento populacional constituir-se num grande feito da humanidade, os organismos internacionais percebem isso como uma oportunidade e um desafio, posto que por um lado aumenta o tempo de vida, mas por outro revela um paradoxo, que é ter mais tempo de vida numa sociedade despreparada para lidar com essa população, em termos de políticas de cuidados (CARVALHO; ALMEIDA, 2014).

Historicamente, os cuidados com as pessoas idosas têm se configurado como uma responsabilidade da esfera privada, da família e, mais especificamente, da mulher; muitas vezes sobrecarregando-a (HIRATA, 2012; CENDRA, 2016; MARCONDES, 2017; MOSER; PRÁ, 2016). Com as transformações societárias em curso, o debate sobre envelhecimento e cuidados se torna central, demandando pesquisas e políticas públicas condizentes com a nova realidade.

Estudos mostram que a queda de fecundidade e a ampliação da demanda por cuidados com idosos, dado o aumento da expectativa de vida, podem, a longo prazo, significar uma redução da oferta do número de potenciais cuidadores. Aliado a esses fatores, tem-se a expansão da inserção da mulher no mercado de trabalho e as

mudanças na família, que também incidem sobre os cuidados das pessoas idosas dependentes e sobre os cuidadores (CAMARANO; MELO, 2010; DUART; BERZINS; GIACOMIN, 2016).

Nesse sentido, este artigo objetiva discutir a problemática do envelhecimento e do cuidado num contexto de desigualdades sociais. É um estudo de caráter bibliográfico fundamentado em produções acadêmicas sobre as temáticas abordadas, estando dividido em quatro partes, entre elas introdução e considerações finais.

Numa perspectiva histórica e dialética, problematiza-se o envelhecimento como um fenômeno heterogêneo e a crise gerada no âmbito do cuidado para pessoas idosas dependentes, ocasionada pelas transições demográfica e epidemiológica, pelas transformações societárias e pela ausência de políticas públicas de cuidado.

Dessa forma, questiona-se, para fins deste estudo: O que é envelhecimento e cuidados? Quais fatores são determinantes tanto para o agravamento como para o alívio da crise do cuidado? Sobre quais frações da sociedade a crise do cuidado impacta, exacerbando as desigualdades?

Parte-se do pressuposto de que assim como o processo de envelhecimento ocorre de forma diferente em relação aos indivíduos, conforme as estruturas sociais (classe, gênero, raça-etnia, entre outras), a crise do cuidado também impacta de forma diferenciada nas várias frações da sociedade, agravando as desigualdades sociais e de gênero.

2 ENVELHECIMENTO E DESIGUALDADES SOCIAIS

O envelhecimento tem se tornado objeto de interesse de instituições diversas e da sociedade, inclusive no âmbito da academia. Isso vem contribuindo para o desenvolvimento de estudos nas mais variadas disciplinas e áreas, enriquecendo o debate e complexificando a sua compreensão conceitual, devido ao seu caráter histórico e processual (CARVALHO, 2013).

Neste estudo, partimos do entendimento que envelhecer é um processo mais amplo que o aspecto biopsicossocial, sendo imperativa uma análise numa perspectiva de totalidade social, e considerando os determinantes de classe, gênero e raça-etnia, pois esse viés supera a concepção de velhice limitada ao cronológico, biológico, demográfico e às características universais. O envelhecimento é um fenômeno global

que se expressa de maneira variada e desigual nas classes sociais e grupos de uma determinada sociedade (TEIXEIRA, 2008; CUNHA; SILVA, 2019).

Conforme Pachcoal (1996) o envelhecimento envolve aspectos biológico, social, intelectual, econômico, funcional e cronológico. Outros autores associam envelhecimento ao ciclo da vida, enquanto processo natural que incide de forma particular em cada indivíduo. De acordo com Zimerman (2000, p. 21) o envelhecimento pressupõe alterações naturais gradativas, ocorrendo de forma precoce ou avançada, conforme as especificidades individuais, a exemplo de fatores genéticos e condições de vida.

Na concepção de Carvalho (2013, p. 5) o “envelhecimento é por um lado aumento do número de pessoas idosas na população e, por outro lado [...] se associa ao ciclo da vida”. Contudo o concebe como um processo complexo e dinâmico, que ocorre ao longo da vida, desde a concepção até a morte, podendo ser explicado do ponto de vista demográfico, das idades cronológicas, fisiológicas e biológicas, psicológicas, culturais e sociais (CARVALHO, 2013).

Porém, envelhecimento não pode ser compreendido apenas como um declínio geral, tampouco limitado a uma perspectiva biológica, epidemiológica e demográfica. De acordo com Teixeira (2009) os aspectos sociais (socioeconômicos e culturais) têm sido pouco abordados ou restritos a papéis e hábitos sociais, e não a determinantes estruturais, como a condição de classe, no modo de envelhecer. Ainda de acordo com Teixeira (2009, p. 64) essas análises obscurecem que o envelhecimento do trabalhador é expressão da questão social, e como tal tem centralidade na problemática social do envelhecimento, e que as pessoas não envelhecem da mesma forma e enfrentando as mesmas dificuldades e vulnerabilidades postas pela condição etária, uma vez que:

[...] considerando-se que o homem envelhece sob determinadas condições de vida, fruto do lugar que ocupa nas relações de produção e reprodução social, não se pode universalizar suas características no processo de construção das bases materiais da existência, porque os homens não vivem e não se reproduzem como iguais, antes, são distintos nas relações que estabelecem na produção da sua sociabilidade, principalmente na sociabilidade fundada pelo capital, nas quais as desigualdades, pobreza, e exclusões sociais lhes são imanente e, reproduzidas e ampliadas no envelhecimento do trabalhador (TEIXEIRA, 2008, p. 30).

Dessa forma, a análise desse processo precisa considerar que o homem (genérico) não pode ser dissociado das suas condições de existência e trabalho, pois elas

refletem nos diferentes modos de envelhecer, sendo o envelhecimento da classe trabalhadora diferente do envelhecimento dos donos dos meios de produção.

Essa análise, numa perspectiva de classe e totalidade, permite ainda identificar outros fatores de desigualdades (raça-etnia, gênero, diferenças regionais) que agravam o processo de dominação/exploração e incidem na qualidade e expectativa de vida dessas pessoas (HADDAD, 1993, p. 9). Nesse sentido, envelhecer varia de sociedade para sociedade, e de indivíduo para indivíduo, visto que se relaciona com o meio social, político, econômico e cultural no qual está inserido e que determina sua trajetória de vida. Compartilhando dessa mesma compreensão, Boutique e Santos (1996, p. 82) esclarecem:

É importante, então, considerar que não existe um só envelhecer, mas processos de envelhecimento, como o de gênero, de etnia, de classe social, de cultura – determinados socialmente. As desigualdades do processo de envelhecimento se devem, basicamente, às condições desiguais de vida e de trabalho a que estiveram submetidas as pessoas idosas.

Concorda-se com Teixeira (2019, p. 177) quando ele afirma que decorrem da leitura demográfica, pautada em dados estatísticos, cronológicos e biológicos as percepções “homogeneizantes, a-históricas e abstratas”, pois desconsideram as diferenças e desigualdades que permeiam os modos de envelhecer. Entende-se que isso tem implicações na elaboração e execução das políticas públicas de envelhecimento e cuidado, que por um lado universalizam direitos, a exemplo do Brasil, baseando-se apenas no critério de idade, sem considerar as diferenças e desigualdades dos grupos populacionais de idosos.

Portanto, analisar esse fenômeno sob essa perspectiva de totalidade supera as visões universalistas do processo de senescência e as singularizantes, que individualizam o processo, para considerar as múltiplas determinações que ligam os fenômenos à totalidade. Essa análise crítica, fundamentada no materialismo dialético, método que desnaturaliza os fenômenos sociais e busca desvendar sua essência, de maneira a alcançar o concreto pensado enquanto síntese das múltiplas determinações, possibilita evidenciar a pluralidade dos modos de envelhecer e o que os aproximam e geram certas homogeneizações, situadas no contexto das relações sociais.

Ou seja, o envelhecimento não é um processo homogêneo, ele é complexo e heterogêneo, vivido de maneira particular por cada indivíduo, “embora sejam possíveis

certas universalizações, pelas condições de inserção das pessoas nas estruturas produtivas, sociais e culturais que geram condições semelhantes de vida” (TEIXEIRA, 2019, p. 177). Nesse aspecto, corroboram Minayo e Coimbra Júnior (2002, p. 15) afirmando que “nas análises do envelhecimento humano, trata-se de abrir-se para a diversidade e as condições históricas que possibilitam algumas homogeneizações por frações de classe e grupos, condições de gênero, etnia-raça e outros”. Portanto, esses demarcadores proporcionam heterogeneidades, diferenças e desigualdades sociais, mas também homogeneizações.

Assim, estabelecer a relação entre singularidade, particularidade e totalidade nos permitirá pensar em políticas de cuidados condizentes com as demandas emergentes e a realidade das pessoas idosas, à medida que se desnaturaliza o processo de envelhecimento.

Dessa forma, sob essa mesma perspectiva se busca discutir, na seção seguinte, o cuidado e a sua crise em meio às transformações societárias em curso, com vistas a evidenciar que essa crise agrava as desigualdades sociais e de gênero em determinadas frações da sociedade menos favorecidas economicamente.

3 A CRISE DE CUIDADOS NO CONTEXTO DAS TRANSIÇÕES DEMOGRÁFICAS E EPIDEMIOLÓGICAS: a exacerbação das desigualdades

O cuidado é uma prática existente desde o início da história da humanidade e objetiva a continuidade da vida de indivíduos e grupos. Enquanto trabalho, o cuidado também se modifica e se expressa de formas diferentes, conforme o contexto social e histórico e, portanto, também o seu significado. Assim, configura-se como um termo multidimensional, histórico, cultural e ideológico. Mas apesar da complexidade do seu conteúdo e dos diferentes significados, enquanto categoria analítica, o termo tem se consolidado amplamente (CENDRA, 2016).

Para Hirata (2012), cuidado comporta diferentes significados, havendo estudos em todo o mundo a partir de diferentes perspectivas (moral, ética, política, trabalho, classes sociais), destacando que no Brasil os estudos sobre cuidado estão mais ligados à enfermagem e à gerontologia social, por envolverem vários aspectos relacionados à saúde. Contudo, o interesse pelo tema nas ciências sociais vem aumentando devido às

mudanças demográficas, “a tendência é de interesse crescente também nas disciplinas das ciências sociais e humanas, dada a crescente longevidade e envelhecimento da população em todas as regiões do mundo” (HIRATA, 2012, p. 284).

Para fins deste estudo, interessa-nos analisar o cuidado a partir das categorias gênero, trabalho, produção e reprodução social. O uso de gênero como categoria analítica no campo das ciências sociais vem permitindo analisar os “papéis” tradicionais atribuídos às mulheres na família, no mercado e no Estado. Segundo Piscitelli (2009, p. 146), o termo é permeado pelo seu caráter político (pois envolve relações de poder) e se refere às relações assimétricas, que colocam a mulher numa posição de subordinação, mas também se preocupa “em como as construções de masculinidade e feminilidade” (grifos da autora) articulam-se com outras questões que também são fatores desencadeadores de desigualdades e diferenças como raça, classe social, nacionalidade e idade.

No contexto da sociedade capitalista, discutir gênero requer uma análise sobre como a sociedade se organiza para produzir bens e serviços e para promover a produção social humana, tendo como elemento central desse processo de sociabilidade o trabalho. Pois isso, como assevera Gama (2014, p. 30), “implica o reconhecimento de que relações sociais construídas por homens e mulheres sempre se assentam no trabalho como fundamento da própria reprodução da vida”.

No modo de produção capitalista, as dimensões produção e reprodução social são separadas e hierarquizadas, propiciando a “invisibilidade do trabalho reprodutivo, o status inferiorizado das mulheres e o teor e a natureza das relações familiares” (GAMA, 2014, p. 30), devido à divisão sexual do trabalho, que define o que compete ao gênero masculino e ao gênero feminino. Expressa as relações de poder entre homem e mulher, poder esse distribuído de forma desigual, sendo historicamente conformada a subordinação feminina através da destinação de “papéis” vinculados à esfera doméstica, à família e à produção de cuidados.

Ao discutir o trabalho na esfera da produção e reprodução social, Marcondes (2014, p. 61) define o trabalho produtivo como “aquele que resulta na produção de bens ou serviços com valor econômico no mercado, também chamado de trabalho remunerado”, enquanto que trabalho reprodutivo se caracteriza pela manutenção da vida e reprodução das pessoas, ou seja, aquele que envolve um conjunto de atividades

realizadas na esfera privada e familiar, sem as quais a reprodução humana não estaria assegurada, como o cuidado com os filhos e dependentes e as tarefas domésticas (limpeza da casa, preparo das refeições etc.) (MARCONDES, 2014). Assim, a autora concebe como tendo o mesmo sentido trabalho reprodutivo, cuidado e tarefas domésticas.

Gama (2014), partindo do entendimento de que a reprodução da força de trabalho se insere na totalidade da produção do modo capitalista, apresenta suas concepções sobre trabalho doméstico e trabalho do cuidado. Define o trabalho doméstico como sendo as atividades instrumentais (lavar, passar, cozinhar e outras), mas também as concernentes ao cuidado das pessoas no âmbito da família ou do domicílio, sem remuneração e realizado essencialmente pelas mulheres. O trabalho doméstico, historicamente não é considerado trabalho, por não fazer parte da lógica de valor da produção, entretanto “ele participa da produção de valor pelo seu papel na reprodução da força de trabalho e pelo seu papel socializador” (GAMA, 2014, p. 43).

No que diz respeito ao cuidado, essa autora (2014, p. 47) o compreende como: [...] uma atividade feminina geralmente não remunerada, sem reconhecimento nem valoração social. Compreende tanto o cuidado material como o imaterial, que implica um vínculo afetivo e emocional. [...] Pode ser exercido de forma remunerada ou não.

Compreende-se, neste estudo, cuidado como um trabalho, ainda quando não remunerado, que exige habilidades, competências, modos de fazer. Como um trabalho inerente à condição humana, mas que historicamente foi naturalizado como uma responsabilidade da mulher e realizado na esfera da reprodução social, portanto, constituindo-se um trabalho doméstico “enquanto trabalho realizado sem remuneração” (HIRATA, 2012, p. 285) ou trabalho reprodutivo, que engloba ambas as dimensões. Quanto à sua forma pode ser formal ou informal, remunerado ou não remunerado. Tendo pessoas como objeto da ação, dele decorrem relações sociais, podendo também envolver aspectos éticos, morais e afetivos no processo de cuidar e ser cuidado. Contudo, entende-se que o cuidado não seja só responsabilidade da família, mas também da sociedade, mediante financiamento, e do Estado, através de políticas públicas de cuidados, e até do mercado, que visa a venda do serviço a terceiros que podem pagar.

Entende-se que a cultura de delegar à mulher a responsabilidade pelo trabalho doméstico e o cuidado reflete na ausência de políticas públicas que atendam à nova realidade, caracterizada pelas mudanças na família, na dinâmica demográfica e nos padrões de morbidade e mortalidade. Estudos mostram que apesar das mulheres terem conquistado a igualdade jurídica, na maioria dos países, “o trabalho relativo aos cuidados é ainda totalmente considerado uma responsabilidade privada, porque não conseguiram obter os vastos e onerosos serviços sociais necessários para conquistarem uma perfeita igualdade em seu trabalho e em seu lar” (HOLMSTROM, 2014, p. 349), como por exemplo, políticas de cuidado de pessoas idosas.

Entretanto, novos desafios vêm se colocando para a família, a sociedade, o mercado e o Estado. A elevação da expectativa de vida foi acompanhada da transição epidemiológica, caracterizada pelo aumento progressivo de doenças e agravos crônicos não transmissíveis, pelas multimorbidades e as síndromes demenciais, aumentando a necessidade por cuidados contínuos, prolongados e/ou específicos. Pelas condições de vida e trabalho das classes populares (incluindo a classe trabalhadora) a incidência desses problemas é maior e incapacitante pelo não acesso a serviços de prevenção e tratamento. Assim, associadas à idade e à doença, as condições de existência e fatores de desigualdades sociais (classe, raça-etnia e gênero) implicam em demandas desiguais nas diferentes frações sociais no que concerne aos cuidados (DUART; BERZINS; GIACOMIN, 2016).

Estudos mostram que decorre dessa nova realidade, que aumenta a demanda por cuidados, inclusive os de longa duração, ao tempo em que diminui os cuidadores, pelas mudanças na família (menor número de filhos), inserção das mulheres no mercado de trabalho ou na condição de provedoras principais do domicílio) a crise de cuidados ou déficit de cuidado, bem como os agravamentos das desigualdades sociais e de gênero, pois em contexto de avanço das reformas neoliberais e de redução de gasto público, as políticas públicas estão encolhendo e precarizando-se, assumindo dimensões familistas e de mix público/privado, visando a reduzir as demandas do Estado (e os gastos) e repassá-las para a sociedade civil, mercado, famílias e aos próprios indivíduos. Na lógica familista potencializa-se a família e suas funções protetivas, que recaem amplamente sobre as mulheres, reproduzindo a tradicional divisão sexual do trabalho.

Outra questão destacada por Hirata (2012) e Cendra (2016) no contexto dos países desenvolvidos ou em meio aos com melhor poder econômico, em que o mercado oferece serviços de cuidado ou a sociedade civil, é a contratação de mão de obra barata dos imigrantes no processo de mercantilização do cuidado, muitas vezes sem garantias legais e de forma precarizada.

As saídas contemporâneas para o déficit do cuidado, mediante mercantilização ou reforço dele nas e pelas famílias, privatiza-se e individualiza-se os riscos sociais e acumulam sobrecargas e ampliação das responsabilidades familiares.

4 CONCLUSÃO

Pelas abordagens feitas até aqui, entendemos que o envelhecimento não é um processo homogêneo, é complexo e heterogêneo, vivido de maneira particular por cada indivíduo, embora fatores estruturais (classe, raça-etnia, gênero e outros) favoreçam certas homogeneizações. O envelhecimento populacional, o aumento da expectativa de vida e a longevidade constituem-se num grande feito da humanidade, mas coloca desafios para a sociedade e o Estado, posto que veio acompanhada de mudanças nos padrões de morbidade, devido ao aumento de doenças e agravos crônicos não transmissíveis, das multimorbidades e síndromes demenciais, demandando cuidados contínuos, prolongados e específicos.

Contudo, somando-se a esses fatores ocorrem transformações societárias, sobretudo na composição e características da família, impactando na questão do cuidado, posto que se reduz o número de potenciais cuidadores, bem como pela falta de políticas de cuidados, principalmente para pessoas idosas dependentes. Essa realidade favoreceu a emergência da chamada crise dos cuidados, que atravessa os diferentes grupos sociais, porém, exacerbando as desigualdades sociais e de gênero principalmente nas classes sociais mais pobres.

REFERÊNCIAS

BOUTIQUE, N. C.; SANTOS, R. L. A. Aspectos socioeconômicos do envelhecimento. *In*: PAPALÉO NETTO, M. (Org.). **Gerontologia: a velhice e o envelhecimento em visão globalizada**. São Paulo: Atheneu, 1996.

CAMARANO, A. A.; MELLO, J. L. Introdução. *In*: CAMARANO, A. A. (org.). **Cuidados de longa duração para a população idosa: um novo risco social a ser assumido?** Rio de Janeiro: IPEA, 2010.

CARVALHO, M. I.; ALMEIDA, M. **Contributo para o desenvolvimento de um modelo de proteção social na velhice em Portugal.** 2014. Disponível em: <http://www.app.com.pt/wp-content/uploads>. Acesso em: 25 set. 2019.

CARVALHO, M. I. Um percurso heurístico pelo envelhecimento. *In*: CARVALHO, M. I. (Org.). **Serviço social no envelhecimento.** Lisboa: Pactor, 2013.

CENDRA, D. C. A. Hombres cuidadores: barreras de género y modelos emergentes. **Psicoperspectivas**, v. 15, n. 3, p. 10-22, 2016.

CUNHA, J. L. L.; SILVA, M. R. Envelhecimento, lutas e questão social na sociedade capitalista. *In*: TEIXEIRA, S.M.; PAIVA, S. O. C.; SOARES, N. (Orgs.). **Envelhecimento e políticas sociais em contexto de crises e contrarreformas.** Curitiba: CRV, 2019.

DUARTE, Y. A. O.; BERZINS, M. A. V. S.; GIACOMIN, K. C. Política Nacional do Idoso: lacunas da lei e a questão dos cuidadores. *In*: ALCÂNTARA, A. O.; CAMARANO, A. A.; GIACOMIN, K. C. (Orgs.). **Política Nacional do Idoso: velhas e novas questões.** Rio de Janeiro: IPEA, p. 455-477, 2016.

GAMA, A. S. **Trabalho, Família e Gênero: impactos dos direitos do trabalho e da educação infantil.** São Paulo: Cortez, 2014.

HADDAD, E. G. M. **O direito à velhice: os aposentados e a previdência social.** v. 10, São Paulo: Cortez, 1993. (Coleção: questões da nossa época)

HIRATA, H. S. O desenvolvimento das políticas de cuidado em perspectiva comparada: França, Brasil e Japão. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís: número especial, p. 283-290, out. 2012.

HOLMSTROM, N. Como Kal Marx pode contribuir para a compreensão do gênero? *In*: CHABAUD, D. *et al.* (Orgs.). **O gênero nas Ciências Sociais: releituras críticas de Max Weber a Bruno Latour.** Tradução de Lineimar Pereira Martins. São Paulo: Editora Unesp; Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, p. 341-357, 2014.

LESSA, S. **O processo de produção e reprodução social: trabalho e sociabilidade.** Brasília: CEAD-UNB, 2006.

MARCONDES, M. M. O dia deveria ter 48 horas: práticas sociais do cuidado e demandas das mulheres brasileiras por políticas públicas para a sua democratização. *In*: ÁVILA, M. B.; FERREIRA, V. **Trabalho remunerado e trabalho doméstico no cotidiano das mulheres.** Recife: SOS Corpo, Instituto Patrícia Galvão, ONU Mulheres, 2014.

MARCONDES, M. M. Cuidados: práticas sociais e ideologias. **Seminário Internacional Fazendo de Gênero, 11&13**. Florianópolis, 2017.

MINAYO, M. C. S.; COIMBRA JÚNIOR, C. E. A. Entre a liberdade e a dependência: reflexões sobre o fenômeno social do envelhecimento. *In*: MINAYO, M. C. S.; COIMBRA JÚNIOR, C. E. A. (Org.). **Antropologia, saúde e envelhecimento**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2002, p. 11-24.

MOSER, L.; PRÁ, K. R. Os desafios de conciliar trabalho, família e cuidados: evidências do “familismo” nas políticas sociais brasileiras. **Textos & Contextos**. Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 382-392, ago./dez. 2016.

PASCHOAL, S. M. P. Epidemiologia do Envelhecimento. *In*: PAPALÉO NETTO, M., **Gerontologia: a velhice e o envelhecimento em visão globalizada**. São Paulo: Editora Atheneu, 1996. p. 26-43.

PASTORINI, A. Delimitando a questão social: o novo e o que permanece. **A categoria “questão social” em debate**. São Paulo: Cortez, 2004.

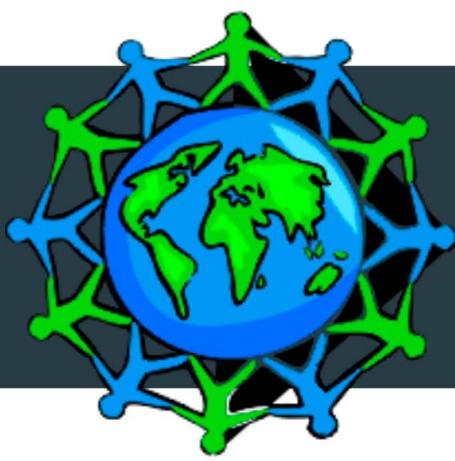
PISCITELLI, A. Gênero: a história de um conceito. *In*: ALMEIDA, H. B. *et al.* (Orgs.). **Diferenças, igualdades**. Sociedade em foco. São Paulo: Berlendis, p. 116-148, 2009.

TEIXEIRA, S. M. **Envelhecimento no tempo do capital**: implicações para a proteção social no Brasil. São Paulo: Cortez, 2008.

TEIXEIRA, S. M. Envelhecimento do trabalhador e as tendências das formas de proteção social na sociedade brasileira. **Argumentum**, Vitória: v. 1, n. 1, p. 63-67, jul./dez. 2009.

TEIXEIRA, S. M. Envelhecimento e a proposta de “reforma” da previdência social: implicações para os velhos e as velhas trabalhadoras. *In*: TEIXEIRA, S. M.; PAIVA, S. O. C.; SOARES, N. (Orgs.). **Envelhecimento e políticas sociais em contexto de crises e contrarreformas**. Curitiba: CRV, 2019.

ZIMERMAN, G. I. **Velhice**: aspectos biopsicossociais. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.



Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI

III SINESPP

20 a 24
OUTUBRO
2020

SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS
Democracia, desigualdades sociais e políticas públicas no capitalismo contemporâneo

EIXO TEMÁTICO 9 | QUESTÕES DE GÊNERO, RAÇA/ETNIA E GERAÇÃO

RELAÇÕES DE GÊNERO E TRABALHO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA NO ESPAÇO RURAL DE IMPERATRIZ-MA

Micaela Brito Gomes¹

RESUMO

O presente artigo aborda temática sobre gênero inserido na ciência Geografia que é um campo recente. É a partir de 1970 é que se têm a mudança de uma ciência objetiva para uma ciência que valoriza a subjetividade. Desse modo, o presente trabalho se dedica a investigar as relações envolvendo Geografia, gênero e trabalho no espaço rural de Imperatriz-MA no assentamento rural Vila Conceição I. Este estudo é conduzido por uma abordagem qualitativa e fenomenológica e quanto as técnicas de pesquisa utilizou-se entrevistas semiestruturadas e observação participante.

Palavras-Chaves: Geografia; Gênero; Trabalho.

ABSTRACT

This article deals with the theme of gender inserted in science Geography, which is a recent field. It is from 1970 onwards that there is a change from an objective science to a science that values subjectivity. Thus, the present work is dedicated to investigating the relations involving Geography, gender and work in the rural space of Imperatriz-MA in the rural settlement Vila Conceição I. This study is conducted by a qualitative and phenomenological approach and how much the research techniques used semi-structured interviews and participant observation.

Keywords: Geography; Genre; Job.

INTRODUÇÃO

A década de 1970, retrata de modo incontestável, um contínuo processo de renovação das ideias e produção do conhecimento geográfico. Os conceitos

¹ Graduanda em Geografia Licenciatura na Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão. E-mail: micaelabryttogomes19@gmail.com

eminentemente geográficos buscaram se adaptar à organização societária vigente. Desse modo, são notórias as contribuições fornecidas pela abordagem humanista no interior da ciência geográfica. Ao considerar estas contribuições das referidas abordagens, Corrêa (2000. p. 30) o autor enfatiza “A década de 1970 viu também o surgimento da geografia humanista. Semelhantemente à geografia crítica, a geografia humanista, calcada nas filosofias do significado, especialmente a fenomenologia e o existencialismo, são uma crítica à geografia de cunho lógico-positivista”.

A Geografia começa então buscar também o diálogo e a maior interação do conhecimento e uma produção calcada na adoção de posturas interdisciplinares. No atual contexto de evolução do pensamento geográfico têm se enfatizado e ocorrido estudos que prioriza a vertente do Humanismo e a subjetividade, na qual as relações de gênero e trabalho na contemporaneidade têm sido ressaltadas como uma nova perspectiva de analisar o espaço geográfico. A Geografia humanista fundamenta-se nessa subjetividade valorizando o mundo vivido, no qual é o mundo experienciados pelos sujeitos.

Ao considerar este contexto é que trazemos o desenvolvimento de uma proposta de investigação científica de modo a apreender a natureza e os significados das relações entre a Geografia, gênero e trabalho. Do ponto de vista metodológico, cumpre ressaltar que a presente pesquisa se apoiará na abordagem humanista, enfatizando as contribuições da pesquisa de natureza qualitativa. Elegemos como técnicas de pesquisa, a realização de entrevistas semiestruturadas e observação participante.

2 GEOGRAFIA E PÓS-MODERNIDADE: Contribuições aos estudos das subjetividades humanas

A Geografia como uma ciência que visa integrar seus conhecimentos sobre o espaço geográfico e as interrelações na dicotomia entre homem-natureza, procura estabelecer estas relações, formulando ideias aos paradigmas à medida da sua evolução epistemológica.

A ciência moderna apresenta um panorama positivista e normativo que por muito tempo tinha um caráter vigente, sendo modelo a ser seguido por todas as ciências. A ciência positivista, não acompanhou a complexidade das modificações

humanas desenvolvidas no espaço geográfico. Nessa perspectiva na pós-modernidade há uma valorização do caráter subjetivo. O pós-modernismo compreende a transformação e fluidez nas representações dos significados dos objetos. As correntes do pensamento geográfico baseadas no humanismo, encontram um ponto de intersecção, concordando que as ciências baseadas no excesso e rigidez no racionalismo como modo de compreender a realidade não gerava resultados que suprisse as problemáticas da atual sociedade. A Geografia humanista fundamenta-se nessa subjetividade valorizando o mundo vivido, no qual é o mundo experienciado pelos sujeitos. O espaço apresenta-se como substrato de referencial carregado de significações, sendo, pois, o homem produtor da cultura. Portanto, a Geografia humanista dar relevância ao espaço vivido.

É diante desse novo cenário que os conhecimentos geográficos edificam novos caminhos, buscando adotar metodologias alternativas, fundadas no diálogo interdisciplinar. Ao considerar o novo contexto é que se têm evidenciado uma emergência e ampliação dos debates sobre gênero.

3 OS DEBATES SOBRE GÊNERO

Sabe-se que a categoria de gênero na sociedade contemporânea é reconhecida e definida como uma construção social. É por meio da sociedade que dotada de legitimidade como um fato social, determinado pelo ser masculino, esse ser dominante, é, pois, quem determina e qualifica o feminino. Conforme Beauvoir (1967, p. 9) “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualifica de feminino”.

Ao considerar as contribuições fornecidas pelo conhecimento geográfico, observa-se a emergência de temas envolvendo as relações de gênero. Para Rossini (1993, p. 1), “o ponto de partida para desenvolvê-los se associa ao estudo do espaço e as relações que daí emanam”. Nesse contexto, merece atenção, os estudos que envolvem “as relações de trabalho conduzidas pelas mulheres”. Os estudos sobre as relações de gênero têm demonstrado que as construções envolvendo o masculino e o feminino corroboram para a supremacia do homem sobre a mulher, considerando as

distintas formas de organização social. Esta condição de subjugação se faz presente desde as sociedades antigas, denotando muito mais que uma divisão social. A divisão social do trabalho se constrói historicamente, reforçando padrões desiguais entre homens e mulheres, subjugando às mulheres ao domínio do homem. Nessa direção Rossini (1998) comenta:

Com o aparecimento da família patriarcal que substituiu as estruturas comunitárias, foi ocorrendo a individualização do trabalho à mulher, o qual progressivamente se limitou à produção de valores de uso para o consumo. O trabalho do homem passou a ser destinado a criar, entrando na esfera da produção do valor de troca. De acordo com a divisão do trabalho entre os sexos, a mulher foi relegada à esfera das tarefas domésticas, isto é, à reprodução biológica, educação e cuidado com os filhos, como bases da reprodução da força de trabalho. (ROSSINI, 1998, p. 8).

Desse modo, o grau de intensidade de desenvolvimento das famílias encontra explicações em face do domínio que os sujeitos (homens/mulheres) realizam na natureza por meio do trabalho. Nesse cenário, compete aos homens o desenvolvimento das atividades produtivas mais pesadas, tendo destaque a sua maior compensação em razão do uso da força, relegando às mulheres papéis secundários e inferiores. Dessa forma e mediante a esses fatos, a mulher começou a lutar por mudanças, com a finalidade da igualdade de direitos. A partir da intensificação das relações de trabalho, motivadas pela atividade industrial, ou seja, a revolução promovida pela indústria contribuiu para transformar este quadro que envolve a participação da mulher no contexto social.

São as novas relações de trabalho que requerem a sua participação no contexto social. Tal fato, além de servir de suporte para desenvolver e justificar o desenvolver do trabalho feminino mostrava para sociedade a repensar sobre os papéis da mulher no contexto social.

4 RELAÇÕES DE GÊNERO E TRABALHO NA SOCIEDADE ATUAL

A história da humanidade é desde seus primórdios baseada na organização social das relações de gênero. Essas relações são essenciais para interpretar as mais variadas sociedades e, por conseguinte, compreender as demais esferas sociais na qual essas relações de gênero perpassam. De acordo com Reis (2015. p.13.) “As relações de gêneros são fundamentais em todas as formações sociais que conhecemos e são

centrais para o entendimento de questões referentes à: divisão do trabalho, dominação, política, exploração e ideologia.

A organização espacial apresenta-se como uma construção baseada em relações generificadas, ou seja, a organização do espaço geográfico se organiza conforme as relações de gênero. Parafraseando Silva (2009. p. 35) “Cada organização espacial é produto e condição das relações de gênero instituídas socialmente, contudo, hierarquizada”. Nesse sentido, a busca pela compreensão das relações de trabalho no campo, ou seja, no meio rural tendo o feminino como foco central de estudo, antes de revelar a necessidade de ampliação do temário geográfico, quer fazer jus às desigualdades de gênero estabelecidas secularmente. Estas desigualdades são perceptíveis e podem ser constatadas nos estudos de Rossini (1998):

Com a Revolução industrial, a incorporação da mulher no mercado de trabalho se consolidou em função da ideologia sustentada historicamente. Preconceitos sobre o sexo feminino na esfera do trabalho são visíveis, salários mais baixos para as mulheres, designação para tarefas consideradas menos qualificadas, aceitação de dupla jornada de trabalho para a mulher, trabalho doméstico e má remuneração, massas que servem para o capital industrial são alguns dos ingredientes que norteiam as relações de trabalho e gênero na sociedade industrial. (ROSSINI, 1998, p. 9).

A organização espacial apresenta-se como uma construção baseada em relações generificadas, ou seja, a organização do espaço geográfico se organiza conforme as relações de gênero. Parafraseando Silva (2009. p. 35) “Cada organização espacial é produto e condição das relações de gênero instituídas socialmente, contudo, hierarquizada”. Nesse sentido, a busca pela compreensão das relações de trabalho no campo, ou seja, no meio rural tendo o feminino como foco central de estudo, antes de revelar a necessidade de ampliação do temário geográfico, quer fazer jus às desigualdades de gênero estabelecidas secularmente. Estas desigualdades são perceptíveis e podem ser constatadas nos estudos de Rossini (1998):

Com a Revolução industrial, a incorporação da mulher no mercado de trabalho se consolidou em função da ideologia sustentada historicamente. Preconceitos sobre o sexo feminino na esfera do trabalho são visíveis, salários mais baixos para as mulheres, designação para tarefas consideradas menos qualificadas, aceitação de dupla jornada de trabalho para a mulher, trabalho doméstico e má remuneração, massas que servem para o capital industrial são alguns dos ingredientes que norteiam as relações de trabalho e gênero na sociedade industrial. (ROSSINI, 1998, p. 9).

Estas ideias destacadas por Rossini (1998) confirmam o caráter excludente e desigual da mulher na sociedade moderna. As expressões dessas desigualdades se intensificaram no Brasil em face da emergência da sociedade urbano-industrial que se edifica, a partir de 1940.

É por meio do trabalho que o ser humano produz e reproduz o espaço geográfico. O trabalho é uma prática social que confere ao ser humano uma de suas diferenciações dos seres animais irracionais e sua realização dar-se no cotidiano vivenciado por esse ser social. O trabalho passou também por reestruturações com advento do capitalismo, sendo que a partir da década de 1970 essas mudanças serão mais profundas por apresentar a crise estrutural da lógica capitalista, precedida do Welfare State, dos anos 1940 a 1960 como anos dourados do capitalismo, estabeleceu uma nova morfologia do trabalho. Desse modo, Antunes (2007, p.199) ressalta “Como resultado, o trabalho dos nossos dias é mais desespecializado e multifuncional, cujos ritmos e processos, tempos e movimentos são mais intensamente explorados.

Ao considerar a divisão social do trabalho presente no território como uma relação hierarquizada de poder, nota-se a diferenciação dos trabalhos desempenhada nas relações de gênero, na qual o trabalho do homem está voltado para esfera da produção, e a mulher na esfera reprodutiva. Essas diferenças estabeleceram a partir de então uma hierarquia baseada nas relações de poder. Kergoat (2003. p. 59) destaca que “essas relações sociais se baseiam antes de tudo em uma relação hierárquica entre os sexos, trata-se de uma relação de poder, de dominação.

Ao Considerar a inserção da mulher contemporânea inserida nos espaços de produção, compete a estas muita mais os papéis e funções reprodutivas. Mesmo com lutas sociais originadas em meados de 1970 que emergiram para melhorar essas condições de gênero, ainda assim encontra-se pouco alterada a relação patriarcal. De acordo com Nogueira (2010. p. 59) “na sociedade capitalista, ainda nos dias de hoje, o trabalho doméstico permanece predominantemente sob a responsabilidade das mulheres, estejam elas inseridas no espaço produtivo ou não. Ao refletir sobre essas relações, observa-se que no espaço da reprodução da vida estes trabalhos são funções atribuídas as mulheres, como forma de dominação pelo masculino e subordinação ao capital, como fornecedora de força de trabalho e provedora do exército de reserva para o trabalho assalariado.

Assim nota-se uma intersecção com trabalho assalariado e as funções reprodutivas, que servem e são apropriadas como instrumento de exploração e dominação do ser feminino. Essa exploração do trabalho produtivo afirma a dupla ou até mesmo um a tripla jornada de trabalho das mulheres. De acordo com Nogueira (2010) há uma:

responsabilidade da realização das tarefas domésticas pelas mulheres que desempenham um trabalho assalariado no mundo da produção caracteriza a dupla (e às vezes tripla) jornada de trabalho com todas as implicações decorrentes dela, entre as quais destacamos a presença de uma forte opressão de gênero e também de exploração do capital. [...] Neste sentido, podemos afirmar que na família patriarcal, o homem tende a legislar a vida da mulher e extorquir dela um quantum significativo do seu trabalho doméstico. (NOGUEIRA, 2010. p. 60).

Ao relacionar as concepções de gênero com os processos de produção do espaço geográfico Silva (2003. p. 36) entende que “gênero é o conjunto de ideias que uma cultura constrói do que é “ser mulher” e “ser homem” e tal conjunto é resultado de lutas sociais na vivência cotidiana”. A concepção de gênero varia no tempo e no espaço independente da escala utilizada para análise, visto que é a partir de uma determinada cultura que estabelece estes “padrões”. Ainda de acordo com Silva (2003):

A utilização do conceito de gênero na geografia deve levar em consideração que é dinâmico, que constrói e é construído pelas experiências e vivências cotidianas espaciais a partir de representações. Tais representações são fundadas em uma ordem sócio-espacial específica e, portanto, envolvendo tempo, espaço e escala. Assim, compreende-se que a construção de gênero envolve tanto pressões de contexto, como escolhas individuais. Essa condição permite a construção da abordagem geográfica do gênero, pois as identidades e papéis sociais são exercidos concretamente através do espaço. (SILVA, 2003. p. 42).

Fazer esta vinculação ou buscar compreender as relações entre Geografia, gênero e trabalho implica em estabelecer um caráter síntese, pois, compreende-se que as relações de gênero por meio do trabalho estão materializadas no espaço geográfico. Constitui um desafio, sobretudo no meio rural, uma vez que essas relações de trabalhos estão arraigadas culturalmente em diferenciações de trabalhos pesado e leves, construídos historicamente o papel da mulher e do homem referentes a estes trabalhos. Conforme Paulilo (1987) a diferenciação da classificação de trabalho leve ou pesado é conforme o gênero que executa o trabalho mesmo haja uma similaridade nos trabalhos desenvolvidos entre homem e trabalho executado por mulher. Assim, no que se diz respeito as atividades desenvolvidas pelo trabalho feminino são categorizadas como

trabalho leve, mesmo que a mulher utilize o mesmo tempo gasto que o homem para realizar as tarefas no campo. Conforme Paulilo (1987):

Aqui a distinção entre trabalho “leve” e “pesado” se faz mais clara [...] é “pesado”, masculino, principalmente roçar e cavar a terra. Roçar significa derrubar o mato grosso, inclusive árvores, a machado e foice. Cavar é preparar a terra, sem ajuda do arado, para o plantio da cana. Trabalho “leve”, feminino, é plantar, arrancar o mato miúdo, e adubar, para isso, as mulheres ganham a metade, ou menos, da diária de um homem, embora trabalhem o mesmo número de horas. (PAULILO, 1987. p.65).

Ao caracterizar essa diferença baseada na divisão social do trabalho, consideram os papéis sociais de gênero no meio rural, construído historicamente. Em suma, o trabalho leve não que dizer que o trabalho seja fácil ou agradável e que não esteja envolvido força e tempo investidos neste tipo de trabalho. Ele é tão desgastante quanto os trabalhos “pesados”, mas como são esses trabalhos realizados por mulheres são condicionados a remunerações mais baixas e entendidos como complemento da renda familiar conforme a hierarquia familiar que o gênero feminino ocupa na sociedade patriarcal, ou seja, valor desse trabalho leve é conforme quem realiza estes trabalhos. Materializando as relações de gênero por meio do trabalho e os papéis desempenhados para a produção do espaço no meio rural.

trabalho leve” não significa trabalho agradável, desnecessário ou pouco exigente em termos de tempo ou de esforço. Pode ser estafante, moroso [...], mas é “leve” se pode ser realizado por mulheres e crianças. Essa situação ocorre da valorização social do homem enquanto “chefe de família”, responsável pela reprodução de seus “dependentes”. Assim, o trabalho desses últimos fica em plano secundário, cabendo, nestes casos, uma remuneração que apenas “ajuda” a composição do orçamento familiar. A conclusão, portanto, é clara: o trabalho é “leve” (e a remuneração é baixa) não por suas próprias características, mas pela posição que seus realizadores ocupam na hierarquia familiar. (PAULILO, 1987. p.70).

5 GÊNERO E TRABALHO NO MEIO RURAL: Uma abordagem a partir do trabalho rural feminino no assentamento Vila Conceição I

Antes de expor os resultados obtidos por meio da pesquisa empírica, julgamos necessário fazer uma breve contextualização da área pesquisada, ou seja, o assentamento rural Vila Conceição I. Foi por meio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Imperatriz e Delegacias Sindicais como: CUT, CENTRU-MA é que as famílias sem-terra

organizaram-se para conquistar e ocupar terras improdutivas em diversas regiões do Maranhão.

Em uma noite de 15 junho de 1987, é que se deu o início o processo de ocupação dessa área que até então denominada Fazenda Criminosa, com aproximadamente 250 famílias de trabalhadores rurais. Organizaram então uma luta por um fragmento de terra, para uma produção de subsistência. Acamparam neste dia, e somente no dia seguinte se deslocaram-se para atual agrovila, sendo, pois, escolhido este local, pela existência de uma lagoa. Atualmente existe Vila Conceição I e II. O clima típico da região apresenta-se como tropical úmido com uma média de 27°. A topografia da região: relevo plano. A área total 4. 795, 5721 ha. Os solos predominantes dessa área considerados ótimos para a agricultura, pela localização geográfica da pré-amazônia maranhense [...] os assentados têm seus lotes que variam de 35 a 40 ha. A emissão da posse da terra só aconteceu no 09/11/ 1995. (P.D.A, 1999. p.10-12).

A principal via de acesso é a BR-010, sentido Imperatriz-Açailândia, na qual deslocar-se da cidade de Imperatriz, percorrendo 20 km, têm seu acesso pela margem esquerda, adentrando mais 7 km até chegar no assentamento. A seguir foto 1 da Vila Conceição I, bem com a foto 2 via de acesso que adentra o assentamento.

Foto 1. Vila Conceição I



Organização: Autor, 2020.

Foto 2. Estrada vicinal para o assentamento



Organização: Autor, 2020.

Os resultados foram obtidos por meio da realização das entrevistas semiestruturadas, por meio da realização de dois trabalhos de campo no dia 08 do mês de setembro de 2019 e dia 02 de fevereiro de 2020, ambos realizados durante o dia no domingo. Os resultados foram estruturados em dois blocos de indagações distintas, as quais destacou-se a necessidade de compreender:

- Perfil socioeconômico das trabalhadoras rurais residentes no assentamento

Vila Conceição I;

- Significados e percepção do trabalho e da emancipação das mulheres.

Em consonância com estes objetivos apresentados e com as particularidades dos sujeitos pesquisados, ressaltamos a seguir as suas vozes. Para preservar a identidade das mulheres que foram pesquisadas, optou-se por identificá-las como trabalhadora rural 1, 2 e 3.

Tenho 73 anos é que eu tenho de idade. Eu moro aqui muito mais que 5 anos, sou de outro lugar rural. Eu só sei escrever meu nome. Sou aposentada e também dona de casa, mas minha profissão é lavradora. Sobrevivo com 1 salário-mínimo. Eu trabalho aqui, porque venho de uma família tradicional. Eu não sei essa coisa de ser valorizada por outros pelo meu trabalho, mas eu sei que a gente se sente, eu me sinto. Somente eu faço o trabalho doméstico em casa. Muito interessante ter trabalho autônomo para colaborar com a despeja familiar. (Trabalhadora rural 1. Entrevista realizada no mês de fevereiro de 2020).

Eu tenho 35 anos. Sou da zona rural, a minha renda é um salário-mínimo, eu estudei até ensino fundamental completo. Sou lavradora. Trabalho a pouco tempo aqui. Na minha opinião as mulheres conseguem fazer o mesmo trabalho que o homem. Eu me sinto valorizada, porque a mulher exerce a profissão com força. No trabalho doméstico tenha ajuda dos filhos. Sim! com certeza que a independência financeira é importante, porque a mulher não vai depender de ninguém totalmente. (Trabalhadora rural 2. Entrevista realizada no mês de fevereiro de 2020).

Eu tenho 35 anos, venho da zona rural, tenho renda de 1 salário mínimo, eu tenho ensino superior, mas também sou lavradora. Perdi o emprego que tinha na prefeitura, trabalho no campo por necessidade. A minha experiência no campo, eu faço muita coisa: mexo com canteiro; galinhas; acerola; a gente vive assim no dia a dia. Têm diferença do serviço pesado campina, homens fazem, mas têm mulher que faz, o homem produz mais; pra mulher produzir mais que o homem, têm que ser acostumada desde de nova. Mas têm mulher que consegue, mas é raro. Eu só me sinto valorizada pela família. Sim, eu acho importante a questão financeira, pelo menos para mim; dar de comprar o que a gente quer. O importante é que se dependemos do outro; temos que dar explicações do que a gente quer comprar isso acontece na relação dentro ambiente familiar. (Trabalhadora rural 3. Entrevista realizada em fevereiro de 2020).

Ao considerar as vozes das mulheres pesquisadas apontamos as características das entrevistadas. Quanto as faixas etárias das entrevistadas, têm-se o predomínio entre trinta a oitenta anos. A quantidade de membros familiares das mulheres entrevistadas varia entre quatro a seis pessoas. Dezoito mulheres (das vinte entrevistadas) apresentam baixa escolaridade, com exceção de duas que tem um nível escolar superior.

Das vinte mulheres pesquisadas nenhuma apresentaram acima de seis salário mínimo como renda, duas apresentam renda acima de um salário mínimo; o predomínio é dezoito mulheres que sobrevivem com renda mensal de até um salário mínimo como característica geral da classe estudada. No que diz respeito a divisão do serviço doméstico, há o predomínio de doze mulheres que fazem os serviços domésticos sozinhas, sete apresentam a colaboração, dos filhos na divisão do trabalho doméstico, apenas uma entrevistada relata ter a colaboração do companheiro nos serviços do lar.

Os resultados das entrevistas apontam para algumas perspectivas inerentes aos objetivos desta pesquisa que significado do trabalho para elas é importante, pois sentem-se orgulhosas de sua profissão, mesmo que não se sintam valorizadas pelas instâncias da sociedade, como família ou comunidade. Elas sentem-se valorizadas por si mesmas, pois é, elas que dão este valor a seu papel desempenhado neste trabalho, esse valor dado ao trabalho por elas pode ser constatado nas vozes das pesquisadas. Citar a (trabalhadora rural 3) *“O importante é que se dependemos do outro; temos que dar explicações do que a gente quer comprar isso acontece na relação dentro ambiente familiar”*. O valor do trabalho é a princípio atribuído a emancipação financeira da própria mulher, pois, ao ter poder aquisitivo ela pode adquirir mercadorias como reflexos de seu trabalho sem depender exclusivamente de outrem, resultando assim, uma autonomia por meio do trabalho.

Dessa forma elas consideram e acreditam ser importante a emancipação financeira feminina por gerar essa autonomia de não ser totalmente dependente do companheiro economicamente, mas a percepção delas em relação de seus trabalhos enxergam apenas complemento da renda familiar. Conforme a voz da (trabalhadora rural 1) *“Muito interessante ter trabalho autônomo para colaborar com a despeja familiar”*. E mesmo que percebam seus trabalhos como completo da renda familiar, elas sentem uma satisfação nessa autonomia por meio de seus trabalhos, gerando uma emancipação de não depender exclusivamente dos seus companheiros (esposos).

O principal ponto de vista das entrevistas é que ambas concordam que existe diferença no trabalho exercido por homem e mulher no campo, ao relatarem sobre trabalho pesado e trabalho leve, na qual o homem por dispor de mais força física consegue desenvolver este “mais pesado”. Enfatiza a (trabalhadora rural 3) *“têm mulher que faz; pra mulher produzir mais que o homem, têm que ser acostumada desde de nova.*

As questões subjetivas convergem para uma mesma perspectiva; que as relações de gênero têm grande relevância, visto que é a partir dessa relação que o espaço é produzido. Mesmo com emancipação pela inserção trabalho feminino, as dificuldades estão vinculadas principalmente com dupla jornada de trabalho. Os múltiplos trabalhos desenvolvidos pelas mulheres rurais ainda são caracterizados como trabalho leve (esfera de produção) e também percebido como apenas complemento da renda familiar até mesmo pelas próprias trabalhadoras, uma percepção naturalizada por meio da divisão social do trabalho.

6 CONCLUSÃO

No presente estudo, apresentamos conclusões parciais da pesquisa e adamento, na qual abordamos a emergência de uma ciência que valoriza a subjetividade e contrapõem a lógica positivista como única forma de compreender a realidade. Refletimos também sobre as características da corrente humanista na ciência geográfica. Com a inserção da força de trabalho feminino (esfera de produção) no Brasil em decorrência da indústria e da urbanização. O trabalho feminino no campo mesmo que a mulher tenha se inserido na esfera produtiva a ela ainda compete muito mais os papéis na esfera da reprodução. É a partir do trabalho como prática social que se têm contribuído para compreender a organização e estruturação do espaço, por meio do poder nas relações de gêneros. O trabalho deve emergir como uma forma de emancipação destas.

A percepção de igualdade na esfera da produção relatada nas vozes das mulheres pesquisadas, comentam que a mulher pode produzir igualmente ao homem e desenvolver atividades que são tipicamente designadas como “masculinas”. E mesmo que percebam seus trabalhos como completo da renda familiar, elas sentem uma satisfação nessa autonomia por meio de seus trabalhos, gerando uma emancipação de não depender exclusivamente dos seus companheiros (esposos). Ambas concordam que existe diferença no trabalho exercido por homem e mulher no campo.

A caracterização das trabalhadoras investigadas permitiu que entendéssemos o quanto é importante as relações entre gênero e trabalho, uma vez que em meio aos processos de desvalorização da mulher, sobretudo no meio rural, estas sentem satisfação de desenvolver o labor no campo, ou seja, as atividades que estas

desenvolvem, sejam no trabalho direto com a terra, ou ainda, no seio familiar, para além de assegurar as condições de reprodução econômica, também são responsáveis pela produção e reprodução da vida.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo; POCHMANN, Marcio. **A desconstrução do trabalho e a explosão do desemprego estrutural e da pobreza no Brasil**. Disponível: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/se/20100517090935/08antu.pdf>, v. 200, n. 7, 2007.

CORRÊA, Roberto Lobato.,GOMES et al. **Geografia: conceitos e temas**. 2 edição. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil: 2000.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. 2 ed. Difusão européia do livro,1967.

GOMES, Paulo César da. **Geografia e modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. **Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as Políticas Públicas**. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, p. 55-63, 2003.

NOGUEIRA, Cláudia Mazzei. **As relações sociais de gênero no trabalho e na reprodução**. Revista Aurora, v. 3, n. 2, 2010.

PAULILO, Maria Ignez S. O peso do trabalho leve. **Revista Ciência Hoje**, v. 5, n. 28, p. 64- 70, 1987.

PDA. Diagnóstico sócio-econômico-cultural-ambiental do projeto de assentamento Itacira I. 1999.

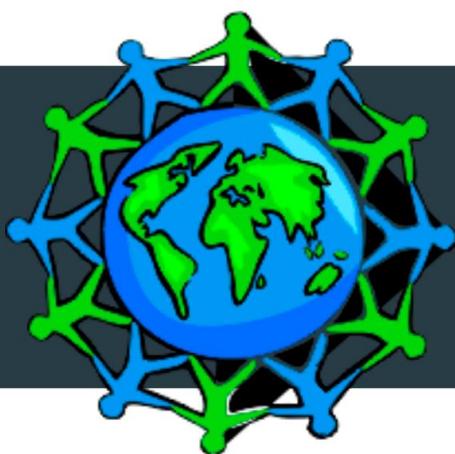
REIS, Maíra Lopes. Estudos de gênero na geografia: uma análise feminista da produção do espaço. Rio de Janeiro, Espaço e cultura, n.38, 2015.

ROSSINI, Rosa Ester. **Geografia e gênero a mulher na lavoura canavieira paulista**. Tese de Livre Docência apresentada na FFLCH, USP, 1998

_____, Rosa Ester. **Mulher, família e meio ambiente**. In: **Anais do VII Encontro de Estudos Populacionais da ABEP**, 1993, p. 15-40.

SILVA, Joseli Maria. **Geografia subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades**. Ponta Grossa: TODAPALVRA, 2009.

SILVA, Joseli Maria. **Um ensaio sobre as potencialidades do uso do conceito de gênero na análise geográfica**. Revista de História Regional. v. 8, n. 1, p. 31-45, 2007.



Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI

III SINESPP

20 a 24
OUTUBRO
2020

SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS
Democracia, desigualdades sociais e políticas públicas no capitalismo contemporâneo

EIXO TEMÁTICO 9 | QUESTÕES DE GÊNERO, RAÇA/ETNIA E GERAÇÃO

A VISÃO DOS EDUCADORES ACERCA DA CONVIVÊNCIA E DA RELAÇÃO ENTRE OS GÊNEROS EM AMBIENTE ESCOLAR

Agnes Grazielle dos Santos Reis¹
Maria Rafaela Silva Holanda²

RESUMO

O conceito controverso de gênero tem um papel importante na produção das desigualdades encontradas na sociedade. Atualmente, é possível identificar um processo de produção e reprodução de disparidades relacionado a esse conceito. A divisão entre homens e mulheres evidencia o problema, que está presente na educação e no currículo. O presente trabalho, objetiva verificar se a questão das relações entre os gêneros é trabalhada e como isso ocorre, investigar sobre como os alunos se relacionam em ambiente escolar e compreender o que os professores pensam sobre o assunto. A partir de questionários pré-estruturados e observações diretas, utilizamos abordagem qualitativa para análise dos dados coletados. O estudo revela que o tema não é trabalhado por todos os professores e os mesmos confundem conceitos de gênero e sexo; e as relações de gênero no ambiente escolar sofrem influência do estereótipo aplicado na sociedade, causando interferência significativa nas relações escolares entre gêneros.

Palavras-Chaves: Relações de Gênero; Currículo; Educação

ABSTRACT

The controversial concept of gender plays an important role in producing the inequalities found in society. Currently, it is possible to identify a process of production and reproduction of disparities related to this concept. The division between men and women highlights the problem, which is present in education and in the curriculum. This paper aims to verify whether the issue of relations between genders is worked on and how this occurs, to investigate how students relate in the school environment and to understand what teachers think about the subject. From pre-structured questionnaires and direct

¹ Graduanda do 4º período do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Piauí. E-mail: agnesgsantos@outlook.com

² Graduanda do 4º período do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Piauí. E-mail: mariarafeasilvaholanda@gmail.com

observations, we used a qualitative approach to analyze the collected data. The study reveals that the theme is not addressed by all teachers and they confuse concepts of gender and sex; and gender relations in the school environment are influenced by the stereotype applied in society, causing significant interference in school relations between genders.

Keywords: Gender Relations; Curriculum; Education

INTRODUÇÃO

A modernidade pode ser considerada época de grandes avanços, descobertas e evoluções, entretanto, as relações entre mulheres e homens no meio social é marcada por uma enorme disparidade. Também é possível observar tais diferenças nas escolas, pois ela é trespassada pela realidade da vida em sociedade, seus problemas e suas desigualdades. (PUPO, 2007)

As características sexuais femininas e masculinas são construídas e representadas ao longo dos anos por meio da vida em sociedade. Desse modo, ao ingressar no ambiente escolar, as crianças e adolescentes já trazem consigo uma bagagem cultural, social e familiar, tendo consigo as expectativas acerca de posturas e ações que cada gênero deve apresentar em seu cotidiano. Não raramente, é possível observar que as expectativas que o alunado possui acerca de seus colegas e de si próprios tem por base um referencial preconceituoso envolvendo o ser homem ou mulher e seus papéis sociais. (CONCEIÇÃO; SANTOS, 2017)

A escola enquanto esfera social é lugar onde transitam além de conhecimentos: valores, crenças, relações, significados e significações. Não separada dos problemas sociais, ela reflete o sexismo e repete com grande frequência os preconceitos e as desigualdades de gênero evocando a soberania de um sexo sobre o outro e colaborando para a construção da identidade sexual do corpo discente. (PUPO, 2007)

O conceito controverso de gênero tem um papel importante na produção das desigualdades encontradas na sociedade. Antes restrito à gramática, gênero passou a designar os aspectos sociais do sexo no âmbito da biologia em 1955, pelo biólogo estadunidense John Money. Com a evolução dos significados, o termo sexo passou a se destinar a aspectos biológicos da identidade sexual e o termo gênero, a aspectos socialmente construídos no processo de identificação sexual. Até os dias atuais, é

possível identificar um sistema de produção e reprodução de desigualdades relacionado ao conceito de gênero. A visível divisão entre homens e mulheres evidencia esse problema, que está presente na educação e no currículo. (SILVA, 2005)

O presente trabalho foi motivado por questionamentos iniciados na disciplina Teoria de Currículo e Sociedade, justificando-se pela inquietação com o tema a fim de entender a visão dos educadores acerca da convivência e da relação entre os gêneros em ambiente escolar, além de analisar como essa temática está sendo trabalhada no currículo do ensino fundamental em seus anos iniciais. Dessa forma, a pesquisa objetiva: verificar se os educadores trabalham o presente tema com seus alunos e por meio de quais instrumentos isso é feito; investigar o modo a qual acontece a relação entre os gêneros em ambiente escolar; identificar quais são os conflitos recorrentes entre os gêneros; apontar o conceito de gênero dos educadores e verificar qual papel social cada gênero deve exercer na sociedade, segundo os educadores.

Assim, para alcançarmos tais objetivos, utilizamos como instrumento de pesquisa a entrevista semiestruturada e a observação direta. Através disso, esperamos coletar dados sobre o que pensam os educadores em relação à questão do gênero e como se dá sua prática dentro de sala de aula. A partir de uma análise qualitativa dos dados, verificaremos se o que dizem os professores condiz com sua forma de lidar com as situações que surgem no contexto da interação entre meninos e meninas no ambiente escolar.

2 O GÊNRO E A CONSTRUÇÃO DE PAPÉIS SOCIAIS

Para a compreensão da discussão proposta, faz-se necessário a clara diferenciação entre gênero e sexo. Segundo Oka (2018, p.242) o primeiro é definido como conceito socialmente construído a partir das interações sociais, e o segundo trata-se de algo definido como fator biológico onde demarca-se as diferenças entre macho e fêmea.

Isto posto, a investigação da construção do gênero inicia-se no período colonial, onde a opressão e exploração sobre a mulher imperava na sociedade. Para isso, o homem era associado a uma autoridade superior devido suas características físicas, enquanto a mulher era posta enquanto executora dos serviços domésticos. Dada a disparidade construída, as classes femininas passaram a lutar contra as injustiças

sofridas e a falta de liberdade em suas escolhas, visto que a única voz ativa era a masculina (CONCEIÇÃO; SANTOS, 2017).

Na atualidade a caminhada por essa causa passa a não ter apenas o rosto feminino, mas também o apoio de homens que acreditam no ideal da igualdade de gênero. Porém, o movimento em direção a essa liberdade não findou-se, constatando que em meio a atualidade, a desigualdade e submissão feminina ainda estão presentes, bem como a delimitação dos papéis sociais ainda arcaicos que prendem toda a sociedade a preconceitos resultantes dessa relação de domínio (CARLOTO, 2001).

Esse quadro perpassa todos os aspectos da sociedade e por isso deve ser analisado e compreendido a fim de gerar futuras mudanças. As elaborações dos chamados papéis sociais de cada gênero podem ser consideradas passageiras, visto que tanto a sociedade quanto os sujeitos que a compõem vivem em constante transformação. Sobre isso, podemos afirmar que:

Em suas relações sociais, atravessadas por diferentes discursos, símbolos, representações e práticas, os sujeitos vão se construindo como masculinos e femininos, arranjando e desarranjando seus lugares sociais, suas disposições, suas formas de ser e de estar no mundo (LOURO, 2003)

3 GÊNERO, ESCOLA E RELAÇÕES SOCIAIS

A escola, como uma das primeiras instituições sociais em que o indivíduo é inserido, permite que ele conquiste certa autonomia e passe a ver o mundo a partir de uma perspectiva própria. Além disso, é nesse espaço que a pessoa se torna estudante e tem a oportunidade de adquirir diversos conhecimentos. Assim, desenvolvem-se habilidades sociais e inicia-se o contato com a diferença que, segundo Sarmiento (2004), é o que permite e facilita o entendimento da realidade do outro e promove aceitação e cooperação. Apesar disso, o ambiente escolar ainda é responsável pela produção e reprodução de padrões e preconceitos.

Na infância, é comum haver a reprodução dos papéis dos adultos nas brincadeiras: o pai, a mãe, etc. Nessa fase, a imitação dos comportamentos adultos predomina, pois serve de referência e é onde o indivíduo se espelha. Também é ao se reconhecer em um semelhante que a criança se sente representada. Por meio dessa semelhança, ela vai selecionando com quem prefere se relacionar (SARMENTO, 2004).

Assim, entende-se que as relações entre os estudantes nessa idade se dão a partir da identificação entre meninos e meninas, no sentido de gostos, brincadeiras e papéis sociais.

A desigualdade surge no momento em que, nessa separação masculino-feminino, um grupo detém privilégios em relação ao outro. O professor, ao designar meninas como esforçadas e caprichosas enquanto espera de meninos inteligência e raciocínio, está contribuindo para o reforço dessas ações (AQUINO, 1998). Dessa forma, é reforçada a reprodução do machismo e assim, a escola conseqüentemente se distancia ainda mais de uma promoção verdadeira de igualdade entre os gêneros.

4 METODOLOGIA

Para a realização da pesquisa utilizou-se da abordagem qualitativa como base metodológica. Abordagem esta que se preocupa com o que não pode ser quantificado ou reduzido a fatores numéricos ou estatísticos, debruçando-se assim sobre significados e significações, bem como valores, conceitos e atitudes (MINAYO, 2001).

Para obtenção dos dados foi aplicado um questionário composto por 12 questões subjetivas direcionadas aos docentes de uma escola da rede municipal da cidade de Teresina (PI). Os critérios de inclusão foram: possuir graduação e lecionar atualmente para alunos do Ensino Fundamental.

Os questionários foram distribuídos a 6 (seis) docentes da instituição de Ensino, dos quais obtivemos sucesso na devolução de 2(dois), cujo nomes fictícios serão: Professora A e Professor B.

Além do instrumento acima descrito, utilizou-se também da observação direta, a fim de constatar se havia coerência entre o questionário respondido pelos professores e a realidade observada durante a ministração das disciplinas. Sobre isso, Freitas e Moscarola (2002) afirmam que questionários, entrevistas e observação se complementam entre si, pois sugerem aprofundamentos uns nos outros e tornam a pesquisa mais assertiva e eficaz.

Como fonte de evidências foi aplicado um questionário com as seguintes perguntas:

1. Qual o seu conceito de gênero?
2. Na sua opinião, qual papel cada gênero deve exercer na sociedade?

3. Como acontece a relação entre meninos e meninas em sua sala de aula?
4. O que você acredita que se deve fazer se um menino gostar de rosa ou quiser brincar de bonecas?
5. Você contribuiu para a promoção da igualdade de gêneros entre seus alunos? como?
6. Quais os principais conflitos entre os gêneros em sala de aula?
7. Vivemos em uma sociedade multicultural, e ainda assim presenciamos o preconceito nas questões de gênero, uma "guerra" entre meninos e meninas. Qual sua postura diante dos conflitos na escola?
8. As questões de gêneros são discutidas pela equipe pedagógica em seus planejamentos?
9. Na hora da brincadeira ou outras atividades, há diferenciação no tratamento de meninas e meninos?
10. Quando há atividades em grupos, como seus alunos escolhem os colegas que participarão do grupo?
11. Os materiais didáticos estão preparados para trabalhar este tema com as crianças? Ou continuam reproduzindo a desigualdade?
12. Você acredita que a educação infantil pode contribuir para a construção de uma sociedade mais igualitária, no que tange às questões de gênero? De que forma?

O questionário foi respondido de forma escrita e a análise dos dados foi realizada de forma comparativa, elencando o questionário, a observação e o aporte teórico. Após recebimento de dados e para garantir a eficácia da análise e clareza dos resultados, optou-se pela categorização das informações obtidas. As categorias são:

1. Conceituação de gênero
2. Relação de gênero entre o alunado
3. Postura do educador
4. Promoção da igualdade na escola

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

De acordo com o tópico anterior, analisaremos as categorias definidas. Na categoria **Conceituação de gênero**, o Professor A respondeu de forma impessoal,

remontando a significação de gênero como algo biológico que condiz com características que diferem o homem e a mulher; o Professor B responde com uma visão voltada para o conceito de identidade de gênero enfatizando questões como aceitação e garantia de direitos.

Referindo-se a quais papéis sociais devem ser desenvolvidos pelos gêneros, a Professora A remonta a história, enfatizando que os papéis foram construídos baseados na força física de cada gênero e que há um processo de mudança em andamento, porém não expõe sua opinião pessoal; já o Professor B, enfatiza a ideia de que a igualdade é necessária e que não deve haver distinção de papéis por gênero pois todos são seres humanos. A partir disso nota-se que os professores por vezes confundem a conceituação de sexo e gênero.

Na próxima Categoria (**Relação de gênero entre o alunado**), a Professora A afirma que os alunos se dividem geralmente por gêneros e assim formam seus grupos por afinidade, havendo conflitos quando é proposta uma formação de grupos mistos ou diferentes dos ordinários, bem como quando é proposta atividade externa, por exemplo: os meninos não deixam as meninas brincarem de bola, pois os mesmos afirmam que “bola não é brincadeira de menina”. Acerca dos mesmos questionamentos, o Professor B se detém a afirmar que a relação em sala de aula é normal, porém ocorrem desentendimentos a quais não revela o motivo.

Durante as observações percebemos que meninas costumam sentar próximas umas das outras e manter conversas paralelas enquanto meninos costumam caminhar pela sala e interagir mais entre si. Apesar disso, também há casos em que acontece interação entre os gêneros, sendo mais comum em turmas onde os alunos são um pouco mais velhos.

Compreende-se então que mesmo sem conhecimento prévio sobre as consequências das suas ações, meninos e meninas em idade escolar reproduzem em suas ações, relações e brincadeiras as relações de poder vividas partir das relações de gênero (SÃO PAULO, 2003).

Na terceira Categoria que se refere a **Postura do educador**, os Professores A e B foram unânimes na afirmação de que dão liberdade para que os alunos escolham com o que e como brincar. Para a Professora A, os próprios educandos possuem em si “conceitos enraizados” acerca de brinquedos e cores masculinos ou femininos,

entretanto na busca de promover a igualdade de gênero a mesma utiliza das atividades diárias promovendo a conscientização de que a maioria e até todas profissões podem ser exercidas por ambos os gêneros. Por outro lado, O Professor B, afirma que não promove a igualdade de gênero pois “menina nasce menina e menino nasce menino” e afirma que as redes sociais e a televisão já buscam a transformação desse contexto, com justificativa de que “isso não é natural”.

Mediante as colocações acima descritas pode-se observar que o Professor B confunde a utilização dos termos papéis de gênero com identidade de gênero. Na atuação do educador muitas vezes o desconhecimento de certos temas, experiências ou maneiras de viver o torna “incapaz de perceber as vozes e imagens ausentes dos currículos escolares” (SILVA, 2007, p.499)

Além disso, através da observação foi possível analisar a postura do professor diante alguns desses comportamentos. Na maioria das ocorrências, constatamos indiferença do mesmo. Houve reclamações apenas em relação a alunos que estavam de pé ou conversando, e quando se direcionava a alunas sempre vinha acompanhada de uma evocação a postura da mulher. Em casos de emprego de apelidos depreciativos, zombaria relacionada a papéis de gênero e até pequenas agressões em forma de tapas, os próprios alunos lidaram com a situação na brincadeira.

Na última Categoria denominada **Promoção da igualdade na escola**, quando questionados sobre o Planejamento Escolar acerca das desigualdades de gênero, o Professor A respondeu que não há discussão acerca do tema, enquanto o Professor B informa que existe o repasse obrigatório de informações acerca do tema, mas que não se debruçam para analisá-lo. O questionamento acerca dos materiais didáticos serem ou não meios de reprodução das desigualdades entre os gêneros, a Professora A omite-se e o Professor B, afirma que os livros são “normais”.

6 CONCLUSÃO

O presente estudo buscou compreender a visão e trabalho dos educadores acerca da convivência e da relação entre os gêneros em ambiente escolar. O aporte teórico referenciou os conceitos e diferenças entre gênero e sexo, demonstrando sua importância no contexto escolar, visto que esse torna-se uma reprodução da sociedade e vice e versa. Dessa forma, o tema perpassa todos os aspectos da sociedade e por isso

deve ser analisado e compreendido a fim de gerar futuras mudanças. Porém, no decorrer da produção pode-se perceber que há uma relutância dos profissionais em responder os questionamentos proposto, o que leva a supor o receio de repreensão diante de suas opiniões ou o desinteresse sobre as questões de gênero na sociedade.

A partir do exposto e da pesquisa realizada, notou-se que: o tema não é trabalhado por todos os professores; as relações de gênero no ambiente escolar sofrem influência do estereótipo aplicado na sociedade, o que causa interferência significativa nas relações de gênero em contexto escolar; e os educadores confundem os conceitos de gênero e sexo. Como explicitado no decorrer da discussão, a falta de conhecimento e engajamento dos próprios educadores reflete na formação social dos discentes, com a indiferença ao tema, aumenta ainda mais a desigualdade de gênero no que diz respeito às convivências sociais.

REFERÊNCIAS

AQUINO, J. C., **Diferenças e preconceitos na escola**. Alternativas teóricas e práticas. 4ªed. São Paulo: Summus Editorial, 1998.

CARLOTO, Cassia Maria. **O conceito de gênero e sua importância para a análise das relações sociais**. Serviço Social em Revista, Londrina, v. 3, n. 2, p. 201-213, 2001.

CONCEIÇÃO, Luana Lima da; SANTOS, Leandro dos. **As Questões De Gênero Na Sociedade E No Campo Escolar**. Encontro Internacional de Formação de Professores e Fórum Permanente de Inovação Educacional, v. 10, n. 1, 2017.

FREITAS, Henrique; MOSCAROLA, Jean. **Da observação à decisão: métodos de pesquisa e de análise quantitativa e qualitativa de dados**. RAE-eletrônica, v. 1, n. 1, p. 1-30, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**. 6ªed. Petrópolis: Vozes, 2003.

OKA, Mateus; LAURENTI, Carolina. **Entre sexo e gênero: um estudo bibliográfico-exploratório das ciências da saúde**. Saúde e Sociedade, v. 27, p. 238-251, 2018.

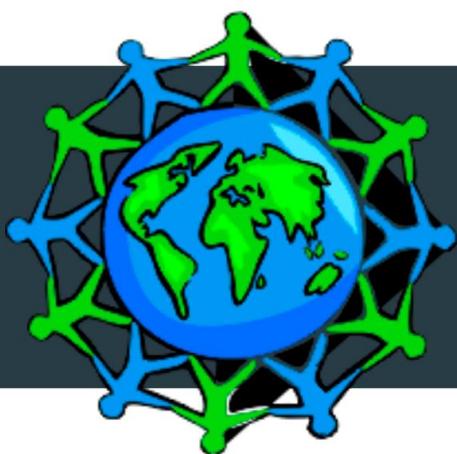
PUPO, Kátia. **Questão de gênero na escola**. Programa Ética e Cidadania—construindo valores na escola e na sociedade, 2007.

SÃO PAULO. Secretaria do Governo Municipal. Coordenadoria Especial da Mulher. **Gênero e educação: caderno para professores**. Secretaria Municipal de Educação, 2003.

SARMENTO, M. J. **As culturas da infância nas encruzilhadas da segunda modernidade**. In: SARMENTO, M. J; CERISARA, A. B. (Orgs.). Crianças e miúdos: Perspectivas sociopedagógicas da infância e educação. Portugal: Edições Asa, 2004, Cap. 1, p. 9-30.

SILVA, P. B., **Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil**. Educação, v. 30, n. 63, p. 489-506, 2007. Disponível em:
<<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=84806306>> Acesso em: 21 de nov. 2019.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 2ª. Edição. 4ª reimp. Belo Horizonte/MG, Brasil: Autêntica, 2005.



Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI

III SINESPP

20 a 24
OUTUBRO
2020

SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS
Democracia, desigualdades sociais e políticas públicas no capitalismo contemporâneo

EIXO TEMÁTICO 9 | QUESTÕES DE GÊNERO, RAÇA/ETNIA E GERAÇÃO

CARTOGRAFIA SOCIAL DA POPULAÇÃO COM DEFICIÊNCIA IDOSA DE MOSSORÓ/RN: reflexões preliminares

CARTOGRAPHY OF THE ELDERLY DISABLED POPULATION OF MOSSORÓ / RN:
preliminary reflections

Maria do Perpétuo Socorro Rocha Sousa Severino¹

RESUMO

Esse trabalho contempla uma pesquisa de campo em andamento, intitulada CARTOGRAFIA SOCIAL DA POPULAÇÃO COM DEFICIÊNCIA IDOSA DE MOSSORÓ/RN, tendo como problema de pesquisa: como se configura a população com deficiência idosa de Mossoró/RN e como objetivo geral: Elaborar a cartografia da população com deficiência idosa na cidade de Mossoró/RN. Os procedimentos metodológicos referenciam a pesquisa de natureza qualitativa, constituída de pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa de campo aplicando nesta última, entrevista semiestruturada, questionário e oficinas. Os dados até aqui expostos são inconclusos, uma vez que trazem apenas as opiniões dos coordenadores dos equipamentos sociais demarcados para a pesquisa. Malgrado registre-se um número significativo de pessoas com deficiência idosas em Mossoró, observa-se que não existem programas, projetos específicos para essas pessoas que, associadas as diversas barreiras, potencializam as deficiências e as dificuldades inerentes as pessoas idosas, reafirmando e reproduzindo uma inclusão marginal, ou uma sociedade desigual e dissimuladamente excludente.

Palavras-Chaves: Pessoa com Deficiência; Idoso; Cartografia Social; Mossoró.

ABSTRACT

This paper contemplates a field research in progress, entitled SOCIAL CARTOGRAPHY OF THE POPULATION WITH OLD DISABILITIES OF MOSSORÓ / RN, having as research problem: how is the elderly disabled population of Mossoró / RN configured and as general objective: To elaborate the cartography of elderly disabled population in the city of Mossoró / RN. The methodological procedures refer to

¹ Professora Doutora do Curso de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. E-mail: socorro.rss@bol.com.br

qualitative research, consisting of bibliographic research, documentary research and field research applying in the latter, semi-structured interview, questionnaire and workshops. The data exposed so far are inconclusive, since they only bring the opinions of the coordinators of the social equipment demarcated for the research. Despite a significant number of elderly people with disabilities in Mossoró, it is observed that there are no programs, specific projects for these people that, associated with the various barriers, enhance the deficiencies and difficulties inherent in the elderly, reaffirming and reproducing a marginal inclusion, or an unequal and covertly excluding society.

Keywords: Person with Disabilities; Old man; Cartography Social; Mossoró.

INTRODUÇÃO

A proposta de trabalho apresentada contempla uma pesquisa de campo em andamento intitulada CARTOGRAFIA SOCIAL DA POPULAÇÃO COM DEFICIÊNCIA IDOSA DE MOSSORÓ/RN, aprovada no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica (BIPIC) 2019/2020, iniciada em agosto de 2019 com previsão de finalização em julho de 2020. Destarte, essa comunicação abordará preponderantemente o projeto de pesquisa e as ações que foram desenvolvidas no período de agosto de 2019 até fevereiro do ano em curso.

Dito isso, impõe-se abordar a temática e os elementos inerentes a essa parte introdutória. Nesse sentido, o envelhecimento populacional vem sendo considerado uma conquista social, com projeções de inversão da pirâmide demográfica para o primeiro quartel do século em curso, constituindo-se, destarte, um fato inédito na história da humanidade, na atualidade. Tal fenômeno está relacionado a múltiplos fatores, decorrentes das transformações societárias em diversas áreas.

Igualmente relevante é a quantidade numérica de pessoas com deficiência residentes no Brasil, cuja composição majoritária é de pessoas idosas. A inter-relação desses dois grupos populacionais sugere a efetivação de estudos para subsidiar políticas sociais públicas. Nessa direção, demarcamos como **objeto de estudo** a população com deficiência idosa da cidade de Mossoró/RN, uma vez que não encontramos referências sobre quem são, quantos são, onde estão distribuídos territorialmente, quais as

condições de vida? quais os equipamentos sociais que têm acesso? Quais as barreiras que dificultam/impedem sua participação social?

Essas perguntas fundamentam o **problema de pesquisa**: como se configura a população com deficiência idosa de Mossoró/RN. Para respondê-lo demarcamos como **objetivo geral**: Elaborar a cartografia da população com deficiência idosa na cidade de Mossoró/RN, e como **objetivos específicos**: Identificar quem são (idade, sexo, raça, estado civil, tipo de deficiência) quantos são e onde estão (distribuição espacial) as pessoas com deficiência idosas na cidade de Mossoró/RN; Conhecer as condições de vida da população com deficiência idosa (saúde, renda, inserção mercado de trabalho, ocupações desenvolvidas, escolaridade, habitação, família, transporte, mobilidade urbana, benefícios previdenciários e assistenciais, lazer); Detectar os serviços, programas, projetos e benefícios efetivados nos equipamentos sociais municipais que atendem a população com deficiência idosa e como essa os acessam; Identificar as principais barreiras que interferem na condição de vida da população com deficiência idosa.

Os **procedimentos metodológicos** referenciam a pesquisa de natureza qualitativa, constituída de pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa de campo. A pesquisa documental prioriza documentos que abordem as questões pertinentes aos grupos populacionais pesquisados, preferencialmente aqueles que expressem dados locais que possibilitem traçar as características da população com deficiência idosa, assim como os serviços, programas, projetos e benefícios a eles destinados.

Para a coleta/produção de dados, estamos utilizando pesquisa documental e pesquisa de campo, aplicando nesta última, entrevista semiestruturada, com profissionais que trabalham com o público-alvo dessa pesquisa, lotados nos seguintes equipamentos sociais municipais: Centros de Referência de Assistência Social, Acolhimento Dia para Idosos(as); Abrigo Amantino Câmara (Instituição de Longa Permanência); Associação dos Deficientes Visuais de Mossoró (ADVM), Associação dos Deficientes Físicos de Mossoró (ADEFIM), Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE/Mossoró), Associação dos Mudos de Mossoró (ASMO); Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CMDPD), Conselho Municipal dos Idosos (CMI).

Com as pessoas com deficiência idosa, estamos realizando oficinas com temáticas inerentes as condições de vida, assim como aplicando questionários para obter informações para caracterização dos mesmos, identificação das ações efetivadas nas instituições acima nomeadas, bem como as barreiras que interferem no cotidiano das mesmas. As entrevistas estão sendo gravadas e posteriormente serão feitas as transcrições.

2 DESENVOLVIMENTO

O envelhecimento populacional é uma realidade mundial. Essa constatação é atribuída, pela literatura especializada, a convergência de múltiplos fatores, relacionando-os às transformações societárias em curso, nas esferas econômica, social, política, cultural, descobertas científicas na área da saúde, entre outros.

De acordo com projeções da Organização das Nações Unidas (Fundo de Populações) “uma em cada 9 pessoas no mundo tem 60 anos ou mais, e estima-se um crescimento para 1 em cada 5 por volta de 2050”. Em 2012, 810 milhões de pessoas tinham 60 anos ou mais, constituindo 11,5% da população global. Projeta-se que esse número alcance 2 bilhões de pessoas ou 22% da população global em 2050, configurando-se, destarte, um fato inédito, a inversão da pirâmide demográfica, pois haverá mais idosos que crianças.

A longevidade é uma conquista incontestável da sociedade atual. Na literatura, nos debates políticos e na mídia predomina a visão generalizada de que a população idosa é um grupo homogêneo com experiências e necessidades comuns. Todavia, segundo Lloyd-Sherlock (2002), interpretado por Medeiros e Dinis (2004), essa generalização é polarizada. De um lado, o processo de envelhecimento populacional é percebido com uma conotação de negatividade, significando dependência, vulnerabilidade, tanto do ponto de vista econômico, social, relacional, quanto da saúde, da autonomia, sobretudo referentes às perdas de papéis sociais e de parentes e amigos. Por outro lado, reconhece-se o envelhecimento populacional como uma conquista social, decorrente da contribuição dos idosos com a família, a sociedade e o desenvolvimento socioeconômico.

Desse modo, os dois pontos de vista se confirmam para parcela expressiva da população idosa: apresentam vulnerabilidades, dependências, mas podem também

proverem as necessidades materiais e de cuidados de outrem, demonstrarem certa autonomia e independência.

Com isso, entendemos que a generalização de qualquer visão aponta para o reducionismo da compreensão e da análise da realidade da população idosa, à medida que se percebe esse grupo social sem diferenciá-lo por renda, cor/raça/etnia, localização geográfica, escolaridade, condição de deficiência, gênero, orientação sexual, ou seja, a sua condição de vida, em suas fragilidades, vulnerabilidades, e também em suas potencialidades e autonomia. Igualmente não o relacionar ao contexto societário é deixar de reconhecer que todos esses processos são interrelacionados e interdependentes.

De acordo com Debert (1999), referenciado por Medeiros e Dinis (2004), a visão pessimista acerca do envelhecimento desencadeou uma ação positiva: a legitimação de alguns direitos sociais para esse grupo populacional.

Nesse sentido, no Brasil, a Constituição Federal de 1988 trata em seu Capítulo II - DOS DIREITOS SOCIAIS, entre as quais recortamos apenas os artigos que abordam diretamente os direitos dos idosos e das pessoas com deficiência.

Desse modo, a referida Constituição em seus Arts 203 e 204 traça a organização da assistência social, situando-a no âmbito da seguridade social, cujo teor pode ser examinado abaixo:

Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:
I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;
III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;
IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;
V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

A materialidade desses artigos impôs a criação da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993) que regulamentou a Política Nacional de Assistência Social aprovada em 22 de setembro de 2004.

A Constituição mencionada faz um recorte específico para os idosos no Artigo 230, onde se lê a “família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas

idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem estar e garantindo-lhes o direito à vida” (BRASIL, Constituição Federal, Art. 230, 1988).

Além da garantia constitucional, e visando dar maior segurança aos direitos dos idosos, e maior especificidade sobre estes, instituiu-se o Estatuto do Idoso (Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003) e a Política Nacional do Idoso (Lei 8.842, de 4 de janeiro de 1994).

Os instrumentos jurídico-legais imediatamente mencionados definem a pessoa idosa como aquela que tem 60 anos ou mais. Nessa definição, o critério adotado foi o limite etário, mas referir-se à pessoa idosa deve incluir além da dimensão cronológica, outras características sociais e biológicas, senão corre-se o risco de uma definição incompleta.

A dimensão social remete a vulnerabilidades decorrentes de perdas predominantemente laborais e relacionais, muitas vezes, interrelacionadas. A dimensão biológica se expressa com sinais de senilidade e dificuldade/incapacidade física, sensorial e mental/intelectual.

Focando o processo de envelhecimento na dimensão biológica, se reconhece que o mesmo guarda certa aproximação com o conceito de deficiência respaldado no modelo social da deficiência. Esse modelo articula as limitações orgânicas a incapacidade da sociedade em atender a diversidade humana.

A discussão da deficiência no campo do direito foi introduzida no arcabouço dos direitos humanos promulgados na Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948. Isso significa, em tese, uma mudança expressiva em termos de possibilidade das pessoas com deficiência serem tratadas igualmente aos demais seres humanos, de terem acesso às condições de desenvolverem seus talentos e aspirações, protegidas de quaisquer discriminações.

Entretanto, dada a sua configuração histórico-social como grupo vulnerável, cuja trajetória é repleta de exclusões e discriminações, acrescenta-se aos direitos humanos a criação de direitos específicos a essa condição. Por isso, os direitos das pessoas com deficiência podem ser acionados conjugando essas duas fontes: uma respaldada no direito universal do ser humano, e a outra fundamentada nas características que as identificam como um grupo específico.

No Brasil, para assegurar direitos infraconstitucionais para às pessoas com deficiência inúmeras normatizações foram instituídas, mas destacamos neste projeto o Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, que regulamenta a lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, a qual dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência e, mais recentemente a Lei 13.146/2015, institui a Lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

A atual definição de deficiência foi sistematizada na Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência aprovada em 2006, a qual o Brasil ratificou com status de Emenda Constitucional e reafirma na Lei brasileira de Inclusão (2015) onde se lê:

Pessoas com deficiências são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental e intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, Decreto Nº 186, 2008).

Esse conceito inova ao articular os impedimentos orgânicos às barreiras exteriores, sejam elas arquitetônicas, atitudinais, comunicacionais, tecnológicas, as quais compõem como potenciadoras das limitações, como óbices à participação das pessoas com deficiência em igualdade de condições às demais pessoas. Com isso, desvia-se o foco da deficiência exclusivamente da pessoa, deixando subjacente a desresponsabilização do sujeito pela sua condição de deficiente.

Entre as alterações anunciadas no conceito acima enunciado, destacamos a tendência de ruptura com a noção de deficiência centrada nas condições individuais do modelo médico e, a introdução do modelo social.

O modelo social adota como ponto de partida teórico que a deficiência é uma experiência resultante da interação entre características corporais do indivíduo e as condições da sociedade em que ele vive, isto é, da combinação de limitações impostas pelo corpo em decorrência de algum tipo de perda ou redução de funcionalidade, a uma organização social pouco sensível à diversidade corporal.

Desse ponto de vista, a deficiência não deve ser entendida como um problema individual, mas como uma questão eminentemente social, em que se transfere a responsabilidade pelas desvantagens da deficiência, das limitações corporais do indivíduo para a incapacidade da sociedade de ajustar-se à diversidade humana, senão

incorre-se na possibilidade de se manter a exclusão dessas pessoas a diversos processos sociais.

Supõe-se que a adoção do modelo social para referenciar pesquisas e políticas públicas direcionadas às pessoas com deficiência não deverão se concentrar apenas nos aspectos corporais dos indivíduos, antes contabilizados em função apenas de grave comprometimento da capacidade visual, auditiva, intelectual ou motora para identificar a deficiência, mas ampliá-los inserindo a quebra de barreiras existentes na sociedade. Assim, sinaliza-se uma tendência de se ampliar a cobertura dessa população como detentora de direitos das políticas sociais públicas.

A argumentação do modelo social encontrou nos idosos um caso paradigmático: um ambiente hostil pode fazer com que a acumulação de limitações leves na funcionalidade corporal torne-se causa de deficiências entre os idosos, se considerarmos que a deficiência não se restringe as características individuais, mas relaciona-se diretamente ao contexto socioeconômico em que as pessoas idosas vivem.

Não obstante, segundo Medeiros e Diniz,

associar o envelhecimento à deficiência é algo que encontra alguma resistência devido ao estigma associado ao termo “deficiente”, mas dentro da interpretação do modelo social faz sentido argumentar que muitos idosos são excluídos de uma parte importante da vida social, em uma proporção muito maior do que aquela que poderia ser atribuída as suas eventuais limitações e, portanto, experimentam não só a deficiência, como a discriminação baseada em preconceitos relativos as suas capacidades corporais. (MEDEIROS E DINIZ, 2004, p. 121).

Malgrado os preconceitos e discriminados perpassam a trajetória das pessoas com deficiência, esses estigmas atingem também os idosos, independente de sua resistência aos mesmos. Ademais, as projeções demográficas indicam, como foi dito anteriormente, que o envelhecimento crescente da população a torna, potencialmente, o principal grupo de pessoas com deficiência. Assim, do ponto de vista do modelo social, o cruzamento entre deficiência e idosos, torna essa aproximação teórica urgente, pois possibilita uma fonte de diálogos e ampliação das políticas de para esses segmentos sociais.

Dados oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Cartilha do Censo 2010: Pessoas com deficiência apontam para o crescimento

demográfico da população brasileira, destacando, na totalidade, o crescimento de dois subgrupos constituídos por pessoas idosas e pessoas com deficiência.

Segundo o Censo Demográfico do IBGE/2010, a população brasileira contabilizada foi de 190.732.694 pessoas, um aumento de 12,3% da população em dez anos. Desse total 7,4% é constituída de pessoas idosas e 23,9% de pessoas com algum tipo de deficiência. A Cartilha do Censo 2010: pessoas com deficiência (2012) distribuiu os percentuais correspondentes aos tipos de deficiência na seguinte ordem: visual - 18,6%; motora - 7%; auditiva - 5,1%; intelectual - 1,4%².

A Cartilha do Censo 2010: Pessoas com deficiência (2012) traz, a nível nacional, informações acerca das pessoas com deficiência acima de 65 anos, nas seguintes proporções: deficiência visual - 49,8%, deficiência auditiva - 25,6%, deficiência motora - 38,3% e deficiência intelectual - 2,9%. O comparativo entre os dados da mesma fonte não deixa margem para dúvidas do expressivo número de pessoas com deficiência idosas, requisitando, a nosso juízo, estudos e pesquisas para subsidiarem as políticas sociais públicas.

Confrontando os dados desse censo por estados e regiões brasileiras, a Região Nordeste desponta com a maior taxa de pessoas com deficiência, 26,3%, superando inclusive a taxa nacional. Do lado oposto, está a Região Sul com 22,5%, seguida da Região Centro-Oeste com 22,51%. Entre os Estados brasileiros aqueles que apresentam as maiores taxas de pessoas com deficiência, são: Rio Grande do Norte - 27,86%, Paraíba - 27,76%, Ceará - 27,69%, Piauí - 27,59%, Pernambuco - 27,58% e Alagoas - 27,54%, todos com uma taxa muito acima da média nacional de 23,9%.

O Estado do Rio Grande do Norte, conforme o mesmo censo, registrou em 2010 uma população de 3.168.027 habitantes. Desses, 343.443 são pessoas idosas e 882.022 pessoas apresentam pelo menos uma das deficiências investigadas.

O município de Mossoró conta com uma população de 259.815 habitantes, conforme dados do IBGE (Instituto de Geografia e Estatística), censo 2010, sendo 13.981 idosos. O quantitativo de pessoas com deficiência não foi divulgado por faixa etária, mas supomos que segue a lógica estadual e nacional.

² O IBGE/2010 adotou uma metodologia para classificar o grau de deficiência considerando três variáveis: alguma dificuldade, grande dificuldade e não consegue de modo algum. Essa última faz referência ao grau de severidade.

Diante dessa realidade desafiadora para esses segmentos populacionais que se cruzam na condição da deficiência e da velhice, supõe-se imperativo a construção de uma cartografia social sobre a população com deficiência idosa no município de Mossoró.

Cartografia Social compreendida como uma proposta metodológica da Ciência Cartográfica que busca valorizar o conhecimento tradicional, popular, simbólico e cultural mediante as ações de mapeamento de territórios tradicionais, étnicos e coletivos (GORAYEB, MEIRELES, SILVA, 2015).

A Cartografia Social deve levar em consideração a participação dos sujeitos envolvidos no ato de mapear, pois o mapa é construído por, com e para eles, sendo que o pesquisador se afigura como mediador do processo a partir de instituição de vínculos com a comunidade e incentivando a demonstração das percepções em relação ao espaço vivido.

A dimensão territorial aqui adotada referencia-se na perspectiva da Política Pública de Assistência Social e da Norma Operacional Básica - NOB-SUAS/2005 que se utilizam desse conceito para organização do sistema, cujos serviços devem observar à lógica da proximidade do cidadão e localizar-se em territórios de incidência de vulnerabilidade e riscos para a população (BRASIL, 2005, p. 43).

No que diz respeito à dinâmica territorial, Santos (1997) afirma que o território só se torna um conceito utilizável para a análise social quando é considerado a partir de seu uso, ou seja, a partir do momento em que é pensado juntamente com os atores que o utilizam. É o uso do território e não o território, em si mesmo, que faz dele um objeto de análise social. É a partir desta perspectiva de Santos que este conceito vem sendo introduzido como uma categoria analítica e de intervenção no campo das políticas sociais brasileiras.

Para Sposati (2008), o território é dinâmico, pois, para além da topografia natural, constitui uma “topografia social”, decorrente das relações entre os que nele vivem e das relações destes com os que vivem em outros territórios. [...] Por isso, discutir território implica em considerar o conjunto de forças e dinâmicas que nele operam (SPOSATI, 2008, p. 9).

3 APRESENTAÇÃO PARCIAL DOS RESULTADOS DA PESQUISA EM CURSO

A pesquisa de natureza qualitativa envolve a participação dos sujeitos como os principais agentes na produção do conhecimento. Esse é sistematizado com base nos conhecimentos coletivo acumulados, nas experiências vividas no cotidiano, expondo também os serviços, programas, projetos, necessidades e potencialidades do território onde vivem.

A pesquisa bibliográfica circunscreeve-se as temáticas deficiência, envelhecimento populacional, assistência social. A pesquisa documental reportou-se a Política Nacional do Idoso (1994), Estatuto do Idoso (2003), Estatuto da Pessoa com Deficiência (2015), Política Nacional de Assistência Social (2004), Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2014), Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosos (2017).

Do estudo exploratório para a identificação de pessoas com deficiência idosas, tipos de deficiência e meios de viabilizar uma comunicação posterior com as mesmas, contactou-se com as coordenadoras de onze CRAS, quatro Associações de Pessoas com Deficiência, quatro Casa Nossa Gente, dois Centros de Convivência. Com base nas informações das mesmas, constatou-se a presença de 110 pessoas com deficiência idosas, com variados tipos de deficiência, distribuídas nos referidos equipamentos sociais, com exceção de dois CRAS. Contudo, a predominância das mesmas encontra-se abrigada no Amantino Câmara.

Diante desse quantitativo de pessoas com deficiência idosa, impôs-se a aplicação de amostra probabilística acidental, bem como a distribuição dos equipamentos por zonas territoriais, de forma que se contemple toda a cidade, com dados representativos. Assim, o quadro amostral foi constituído da seguinte maneira: zona norte - 7 pessoas; zona sul - 7, zona oeste - 4 e zona leste - 6, totalizando 24 pessoas com deficiência. Em relação aos coordenadores são 8, no total constituem-se sujeitos dessa pesquisa 32 pessoas.

As entrevistas com os coordenadores foram concluídas, mas as oficinas e aplicação de questionário com as pessoas com deficiência está em curso, pois malgrado os CRAS congreguem um número razoável de pessoas idosas por meio do Serviço de

Convivência e Fortalecimento de Vínculos, o mesmo ficou desativado de dezembro até o esse momento, dificultando a conclusão da pesquisa de campo com essas pessoas.

Conforme as coordenadoras dos equipamentos dantes identificados, não existe programas, projetos e serviços específicos para pessoa com deficiência idosa. Todavia, elas se inserem nas atividades promovidas pelos mesmos, como: palestras, orientações, reuniões sobre diversas temáticas, terapia ocupacional, trabalhos manuais, dança, datas comemorativas e atividades religiosas.

As principais barreiras que as pessoas com deficiência idosas enfrentam nas instituições é a falta de acessibilidade arquitetônica, a ausência de mobilidade urbana e de transporte adaptado para o deslocamento das mesmas, assim como a falta de tecnologia assistiva para adaptação das atividades. E no cotidiano a principal barreira elencada além das imediatamente mencionadas, foi acrescentada a barreira atitudinal, sobretudo com familiares. Tais barreiras, configuram-se como as principais dificuldades enfrentadas por essas pessoas em Mossoró.

Os dados até aqui coletados apontam que, embora registre-se um número significativo de pessoas com deficiência e idosas em Mossoró, não existem programas, projetos específicos para essas pessoas, os quais associadas as barreiras acima citadas, potencializam as deficiências e as dificuldades inerentes as pessoas idosas, reafirmando e reproduzindo uma inclusão marginal, ou uma sociedade extremamente desigual e dissimuladamente excludente.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição Federal (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. **Lei 8.842**, de 4 de janeiro de 1994, dispõe sobre a Política Nacional do Idoso.

_____. **Decreto – lei nº 3.298**, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Brasília, 1999.

_____. **Lei 10.741**, de 1º de outubro de 2003, institui o Estatuto do Idoso.

_____. **Lei nº 8.742**, de 7 de dezembro de 1993, dispõe sobre a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS que regulamentará a Política Nacional de Assistência Social aprovada em 22 de setembro de 2004.

_____. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. CAMARANO, Ana Amélia (Org). **OS NOVOS IDOSOS BRASILEIROS MUITO ALÉM DOS 60?** Rio de Janeiro, 2004.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**.

_____. **Cartilha do Censo 2010** – Pessoas com Deficiência / Luiza Maria Borges Oliveira / Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) / Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD) / Coordenação-Geral do Sistema de Informações sobre a Pessoa com Deficiência; Brasília: SDH-PR/SNPD, 2012.

_____. **Dados sobre o envelhecimento no Brasil**. SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS. Coordenação Geral dos Direitos do Idoso. Disponível em: <www.sdh.gov.br/assuntos/pessoa-idosa>. Acesso em 19/03/2018.

_____. IBGE. **Censo demográfico 2010** – características gerais da população – resultados da amostra. Tabela 3.11.3.1 – População residente, por tipo de deficiência, segundo a situação do domicílio e os grupos de idade – Rio Grande do Norte, 2010. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_religiao_deficiencia/caracteristicas_religiao_deficiencia_tab_uf_xls.shtm>. Acesso em: 17 abr. 2018.

_____. **Decreto nº. 5.296** de 2 de dezembro de 2004^a. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm>. Acesso em: 03/09/2010.

_____. **Decreto Nº 186/2008**. Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007.

_____. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República/ Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. **Decreto 7612/2011**. Plano Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência – Viver Sem Limites.

_____. **Lei 13.146/2015**. INSTITUI A LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA (ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA).

CHIZZOTTI, Antonio. **PESQUISA EM CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**. São Paulo : Cortez, 1991.

DESLANDES, Suely; Gomes, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **PESQUISA SOCIAL: Teoria, método e criatividade**. 33. ed. – Petrópolis, RJ : Vozes, 2013.

FLICK, Uwe. **QUALIDADE NA PESQUISA QUALITATIVA**. Tradução Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GORAYEB, A; MEIRELES, A. J. A; SILVA, E. V. Princípios básicos de Cartografia e Construção de Mapas Sociais. In: GORAYEB, A; MEIRELES, A. J. A; SILVA, E. V (Org.). **Cartografia Social e Cidadania: experiências de mapeamento participativo dos territórios de comunidades urbanas e tradicionais**. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2015. P. 9 -24.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MEDEIROS, Marcelo; DINIZ, Débora. ENVELHECIMENTO E DEFICIÊNCIA. In: CAMARANO, Ana Amélia (Org). **OS NOVOS IDOSOS BRASILEIROS MUITO ALÉM DOS 60?** Rio de Janeiro, 2004.

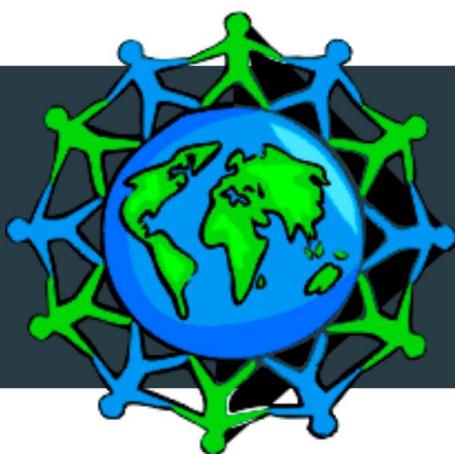
QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. **MANUAL DE INVESTIGAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**. Tradução João Minhoto Marques, Maria Amália Mendes e Maria Carvalho. Departamento de Sociologia da Universidade Nova de Lisboa Gradiva. 6ª edição. Lisboa. 2013.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SANTOS, M. A dimensão histórico-temporal e a noção de totalidade em geografia. In: SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional**. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 114-118.

SPOSATI, A. Territorialização e desafios à capacidade de participação política. Gestão pública inclusiva: o caso da assistência social no Brasil. In: **CONGRESO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA**, Buenos Aires, 2008.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. **CARTOGRAFIA SOCIAL DA POPULAÇÃO COM DEFICIÊNCIA IDOSA DE MOSSORÓ/RN**. 2019/2020. Projeto Institucional de Bolsa de Iniciação Científica (PIBIC). Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação.



Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI

III SINESPP

20 a 24
OUTUBRO
2020

SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS
Democracia, desigualdades sociais e políticas públicas no capitalismo contemporâneo

EIXO TEMÁTICO 9 | QUESTÕES DE GÊNERO, RAÇA/ETNIA E GERAÇÃO

FEMINICÍDIO, INTERSECCIONALIDADES E POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL: o que os dados revelam?

Brenna Galtierrez Fortes Pessoa¹
Elaine Ferreira do Nascimento²

RESUMO

O artigo tem por objetivo analisar como as questões de raça, gênero e classe contribuem enquanto determinantes sócios históricos para o crime de feminicídio no Brasil e seus reflexos acerca da construção e promoção de políticas públicas. A metodologia utilizada para este trabalho foi uma pesquisa bibliográfica e documental. Os resultados apontam para falha das esferas governamentais ao se atentarem apenas para questões de gênero na elaboração de políticas públicas, pois invisibiliza fatores de raça e classe e, em razão disso, colaboram pela inexistência de políticas públicas específicas para as mulheres negras e um número cada vez maior de violência e morte desse segmento da sociedade.

Palavras-Chaves: Feminicídio; Mulheres Negras; Interseccionalidades; Violência; Políticas Públicas.

ABSTRACT

The article aims to analyze how issues of race, gender and contribution class, as only historical determinants for female crime in Brazil and their reflexes on the construction and promotion of public policies. The methodology used for this work was a bibliographic and documentary research. The results pointed to flaws in the spheres can be activated only for gender issues in public policies, since the factors of race and class are invisible and, for this reason, they collaborate due to the lack of specific public policies for black women and an increasing number of women. violence and death in this segment of society

Keywords: Femicide; Black Women; Intersectionality; Violence; Public Policies.

¹ Mestranda do Programa Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí (UFPI). E-mail: brennagaltierrez@hotmail.com.

² Orientadora do trabalho, Assistente Social, Mestre e Doutora em Ciências. Coordenadora Adjunta e Pesquisadora da Fiocruz Piauí. Docente PPGPP- UFPI. E-mail: negraelaine@gmail.com.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por objetivo analisar a associação entre as questões de raça, gênero e classe enquanto fatores determinantes para o crime de feminicídio no Brasil, em suas diversas particularidades, origens e consequências. Na qual, traz consigo esta violência como fruto desses produtos da dominação-exploração, que marcam a sociedade de forma negativa na perspectiva estrutural com rebatimentos para as dimensões social, econômica e política, as mulheres, em especial as negras.

Dados nacionais, revelaram que nos últimos anos, no país, houve uma diminuição do número de casos de feminicídio de mulheres brancas, em contrapartida teve um aumento de grande escala para mulheres negras desse crime. Comprovando que nas taxas de feminicídios há uma disparidade assimétrica entre as raças. Além disso, a pesquisa procurou investigar a razão das políticas públicas e legislações vigentes brasileiras, apropria-se somente da questão de gênero, invisibilizando esses outros determinantes, raça e classe associados.

Em decorrência disso, é necessário promover pesquisas que abordem essa questão interseccional (gênero, raça e classe), com objetivo de dar amplitude a temática juntamente com os dados. Visto que, é comprovada a influência desses determinantes, na violência e morte de mulheres negras vividas cotidianamente por elas, e como isso, reverbera também na elaboração e promoção de políticas públicas. Por esta razão, o estudo buscou discutir a temática de feminicídio de mulheres negras, por meio da formação sócio histórica do Brasil, dialogando com esses três eixos de dominação-exploração: patriarcado, racismo e o capitalismo.

A pesquisa é de natureza qualitativa e documental, na qual teve como método a revisão bibliográfica para analisar crítica e teoricamente as questões relacionadas ao feminicídio abrangendo questões sobre violência de gênero, classe, raça, políticas públicas e leis pertinentes. E, de forma quantitativa, por meios de indicadores sociais do Brasil acerca dos homicídios e violência de mulheres negras, como o Mapa da Violência e o Atlas da Violência. Nessa perspectiva, o artigo é de suma relevância, posto que se abre uma discussão para além do gênero, ou somente raça e gênero, como muitas pesquisas abordam, pois tentou a ter um olhar sócio histórico de como isso implica

nas vidas identitárias e concepções de políticas públicas no combate aos feminicídios de mulheres negras no Brasil.

2 A COR DO FEMINICÍDIO: conceito, origem, gênero, raça e classe

O feminicídio é um fenômeno social relacionado à cultura patriarcal de aspectos machistas, sendo considerado como uma das formas mais degradantes de violência de gênero, tido desde 1990, pela Organização Mundial da Saúde (OMS), como um problema de saúde pública. É uma violência praticada, em sua grande maioria, no ambiente doméstico, na qual 95% dos casos por homens conhecidos das vítimas (SAFFIOTI, 2004).

Nesse sentido, os feminicidas são pessoas próximas, podendo ser namorados, ex-namorados, maridos e/ou companheiros, ex-maridos e/ou ex-companheiros e outros membros da família. É um crime que se diferencia dos demais, conforme Russell (2012), por ter como principais motivações a misoginia, ou seja, o ódio ou aversão ao ser feminino e o sentimento de posse. Estes, por sua vez, encontram-se existentes em todas as sociedades, definida como consequência da legitimação da dominação masculina, que é fundamentada na distinção hierárquica de poder do homem sobre a mulher (BUTLER, 2015).

A dominação masculina é um conceito que foi estabelecido pelo sociólogo francês Bourdieu (2016) em seu clássico livro de mesmo nome. Em que abarca aspectos psicológicos, morais, sexuais e culturais, sendo os três primeiros encontrados na conhecida escalada da violência de Saffioti (2004), - psicológica, moral, sexual, patrimonial e física, que se consta em sua obra *Gênero, patriarcado e violência*, na qual essa sequência pode ou não ter como fim, o feminicídio.

Nele a autora explica também a origem do patriarcado, como sendo algo antigo e imensurável no tempo, assim como a cultura que o criou, que se projeta nas mais diversas formas de estruturas sociais, que vai desde atividades laborais até as reprodutivas, sendo respectivamente, baseadas na divisão sexual do trabalho e na reprodução humana do homem e da mulher (SAFFIOTI, 2004). Em que, conforme Butler (2015) não é uma condição meramente natural, mas sim construída socioculturalmente.

Retratando o patriarcado como sendo o mais arcaico sistema de dominação-exploração social, até mais antigo do que a dominação-exploração econômica que gerou

na modernidade a luta de classes, que se transformou em uns dos conceitos propostos pelo sociólogo alemão Karl Marx e a dominação-colonial que concebeu o germe do racismo. O professor de sociologia Fernandes (2004), teorizou a respeito da existência de uma simbiose entre patriarcado, racismo e o capitalismo.

Tese esta, partilhada pela autora feminista Saffioti (2004), que argumenta inclusive sobre a importância de se lidar com esses três eixos de dominação e exploração, em virtude disso, ela não se atenta somente para as questões de gênero e raça como muitos autores fazem ao tratar e explicar sobre as violências cometidas especificamente às mulheres negras, mas também procurou desvelar, através de questões classistas. A antropóloga Leacock (2019), que corrobora de forma aberta com as ideias marxistas, também já detinha como hipótese de que a opressão das mulheres se encontra enraizada no surgimento da sociedade de classes, isso pode ser visto em seu livro *Mitos da Dominação Masculina*, apesar de não englobar tanto a questão racial em si, dando ênfase de forma transcultural.

Esses eixos passaram a ser bastante utilizados e defendidos por autoras feministas negras para explicar como certos fenômenos de violência como esta e outras atingem de forma desproporcional as mulheres negras, pois as mesmas sofrem múltiplos tipos de discriminação social, fruto dessa perversa combinação do racismo, sexismo e classismo, que são alimentados cotidianamente por esses três sistemas de dominação-exploração (SANTOS, 2019).

Como o caso da filósofa Carneiro (2003), que defende e incorpora noções de gênero, raça e classe em seus estudos de violência contra a mulher negra, em que mais tarde foi alcunhado de interseccionalidade, pela pesquisadora afro-estadunidense Crenshaw (2002), que nada mais é do que o estudo sobre sobreposição ou intersecção de sistemas relacionados à opressão, dominação, exploração ou discriminação.

Conforme a autora são conceitos, que sem dúvidas, são hoje, necessários como ferramentas para investigar os “sistemas discriminatórios” de hierarquização e dominação social, que causa relação de poder e exploração, proporcionado pela crença de superioridade de homens sobre as mulheres, inferioridade dos negros em relação aos brancos, e, diferenças econômicas (CARNEIRO, 2003).

O Instituto de Pesquisa Econômicas Aplicadas (IPEA) realizou em 2019, um relatório mostrando que a população negra é mais vulnerável à violência de gênero.

Entre as mulheres que já foram agredidas fisicamente, (44%) eram brancas e (56%) negras. Em termos de média nacional foi para mulheres negras (1,4%) e brancas (1,1%), conforme o estudo essa diferença é devido a uma determinada forma de misoginia articulada com o racismo que faz com que mulheres negras sejam mais vulneráveis a esse tipo de violência. Além dos aspectos de gênero e cor/raça, conforme a pesquisa outro determinante que causa a vulnerabilidade de mulheres brasileiras, é a questão da faixa salarial (ENGEL, 2019).

A pesquisa diz que as mulheres que estão na faixa salarial de até 1 salário-mínimo, têm maiores chances de ser agredidas fisicamente, principalmente mulheres negras. Para as que são brancas, a incidência de violência diminui, na qual se encontra entre faixas salariais de 1 a 8, podendo ser aumentada para mais de 8 salários. E com relação à realização de denúncia, a maior taxa é de mulheres brancas (22,25%), seguindo-se de mulheres negras (19,39%). O estudo também revelou a razão do porque muitas mulheres não denunciarem, que foram por dois motivos, primeiro devido ao medo de sofrerem represálias do agressor, onde foram (55,3%) das mulheres brancas e (6,20%) das mulheres negras, e o segundo para evitar algum tipo de confusão e constrangimento cerca de (8,88%) das mulheres brancas e (9,58%) das mulheres negras (ENGEL, 2019).

Com relação ao número de assassinatos os desníveis se mantêm, este tem como base os registros do Sistema de Informação sobre Mortalidade do Ministério da Saúde (SIM). Nele consta que somente nos últimos dez anos, os números de assassinatos diminuíram cerca de (8%) entre as mulheres brancas e cresceram (15,4%) entre as negras. Em 2016, 4.645 mulheres foram assassinadas no Brasil - uma soma de 4,5 mulheres mortas a cada 100 mil brasileiras. A maior parte das vítimas eram negras. A taxa de homicídio naquele ano foi de 5,3 a cada 100 mil negras; e de 3,1 a cada 100 mil mulheres brancas. Um contraste que chega a (71%) entre as raças – o que revela as disparidades ocasionada pelas desigualdades raciais no país (CERQUEIRA *et al*, 2018).

As informações são do Atlas da Violência (2018), é necessário ressaltar que a base de dados não fornece informação sobre feminicídio, não sendo ainda possível identificar de forma exata a parcela que corresponde as vítimas desse tipo específico de crime. No entanto, órgãos como o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) do ano de 2019, afirmam que 40% das mortes femininas ocorrem dentro de casa, isso faz

com que tenham grandes possibilidades de relacionarem com casos de feminicídios (ENGEL, 2019).

No Atlas da Violência 2019, mostrou que essa situação permanece. De cada quatro pessoas assassinadas no Brasil em 2017, três eram negras. A taxa de homicídios para esse grupo populacional chegou a 43,1 para 100 mil habitantes (CERQUEIRA *et al*, 2019). Assimetrias estas, que, no Brasil, estão intimamente relacionadas à herança colonial, ao patriarcado e o sistema de classes, que são *continuum*, produzidos a partir dessas intersecções profundas que se entrecruzam, e contribuem para que as práticas de violência e morte sejam invisibilizadas, apesar de haver dados e estudos que apontam para essa incidência alta e constante de mulheres negras vítimas de violências e mortes (MORAES; SILVA, 2017).

Nesse sentido, entende-se que o fenômeno da violência contra a mulher especificamente a negra exige reflexões interdisciplinares, através da junção entre gênero, raça e classe, para questionar como esses fatores são provocados, historicamente no Brasil, em que mulheres negras vivenciam mais situações de exclusão e violência em comparação às mulheres brancas, demonstrando assim que situações de violência contra mulher e feminicídio tem de fato cor (CARNEIRO, 2003; CRENSHAW, 2002; DAVIS, 2016). Apesar, de não haver um número preciso de pessoas escravizadas, nem, muito menos especificamente se tratando de mulheres negras vindas de diferentes países da África ao país. Mas, é sabido por meio da historicidade que no período Colonial, estes indivíduos vivenciavam condições subumanas de habitação, alimentação e trabalho entre homens, mulheres e crianças (FERNANDES, 2018).

Ao longo deste período mulheres eram submetidas a trabalhos árduos tanto quanto homens, também eram reservados certos tipos de castigos, como a de sempre serem exploradas sexualmente pelos seus senhores brancos ou até mesmo mortas quando os contrariavam, de acordo com Davis (2016), era justificado esse tipo de comportamento mediante aos estigmas, como por exemplo, de que mulheres negras eram promíscuas, e por isso eles não conseguiam controlar seus impulsos e desejos sexuais, e que não possuíam fragilidades, portanto não sofriam com os castigos físicos, tal cenário é descrito em seu livro *Mulheres, raça e classe*. Com isso, nota-se que a mulher negra sempre sofreu tanto pela questão racial como a de gênero e pela subalternização de classe, por estar na categoria de escrava, em vista disso, se faz

necessário realizar essa leitura simbiótica interseccional acerca dessa tripla relação opressiva histórica, que permeia até os dias de hoje.

Por esta razão, pode-se perceber como o estudo acerca da interseccionalidade, ainda que esteja embrionário no campo acadêmico, é de grande relevância realizar essa correlação da questão de gênero, raça e classe, pois esta perpassa pela questão histórica do patriarcalismo, do racismo e do classismo que se encontram e se fundem em uma relação tripla, para poder analisar a razão dos altos índices de violência e mortes de mulheres negras, de forma profunda.

Mostrando como, o machismo fruto dessa cultura patriarcal, torna-se um problema social que aflige e modifica a vida das mulheres, e como tal conjuntura pode ser ainda mais agravada quando unidas com o racismo e concepções classistas. Percebendo-se que essa junção, explícita como a mulher negra tem sido não só duplamente subjugada tanto no que se diz sobre sua identidade feminina em relação aos homens no sentido patriarcal, e quanto à invisibilização em comparação as mulheres do grupo racialmente dominante (lê-se brancas), mas sim triplamente levando em consideração a sua subalternização também enquanto classe social (LIMA, 2019).

Por isso, é necessário possuir um olhar mais aprofundado e sensível para que seja feito esse recorte a respeito dessa invisibilização triplamente determinada. Em que, as mulheres negras sofrem três vezes mais do que as brancas, visto que além de serem mulheres, são negras, na qual estas carregam consigo as marcas de um passado escravocrata, patriarcal e classista, que juntos criaram e definiram de forma humilhante e preconceituosa às suas identidades e vidas. Na qual, Carneiro (2003) chama essa violência negra do período colonial, que reflete nos dias atuais de “cimento” das hierarquias de gênero, raça e classe, que precisam urgentemente serem quebrados para dar visibilidade e suporte, por exemplo, na inclusão de políticas públicas de gênero para mulheres negras, ainda tão renegadas.

3 A INVISIBILIDADE DOS DADOS DAS MORTES DE MULHERES NEGRAS COM VISTAS ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS

No Brasil, país escopo desta pesquisa, o feminicídio surge enquanto fenômeno social tanto perverso quanto democrático, pois são acometidos a qualquer mulher. No entanto, pode-se perceber através dos dados e estudos do tópico anterior, que essa e

outras violências não ocorre da mesma forma para todas as mulheres. Pois, os seus marcadores históricos, não transcendem apenas pelo viés das desigualdades de gênero. Mas, também por fatores raciais e classistas, cuja junção foi denominada a posteriori de interseccionalidade. A pesquisadora Creshwan (2002), define este termo como um importante e essencial, que pode contribuir dentre muitas coisas, para a estruturação de políticas públicas voltadas às mulheres de cor, como a mesma denomina.

Nisso, torna-se importante desinvisibilizar esses elementos produzidos pelas estruturas de dominação-exploração, para que o feminicídio negro, pois este fenômeno tem sim cor, ganhe proporção política e social. Para isso, torna-se necessário um debate mais amplo nas esferas públicas governamentais acerca de políticas de segurança e proteção às mulheres negras de forma específicas e urgentes (RIBEIRO, 2017).

Pois, dados e estudos revelam o quanto elas não estão sendo vistas pelas políticas públicas universais, na qual colocam as mulheres como se fossem todas iguais, mesmo mostrando números cada vez mais crescentes e assimétricos de violência e mortes de mulheres negras. Muitas pesquisadoras e ativistas negras, consideram inclusive que leis como a Maria da Penha (Nº 11.340/06), esta premiada internacionalmente, e a de Feminicídio (Nº 13.104/15), que foi inclusive destaque enquanto inovação jurídica de denúncias, como práticas não exitosas, no que se refere à garantia de proteção as mulheres negras (SILVA; CASTRO, 2019). A demógrafa Romio (2017), em sua tese de doutorado *“Feminicídios no Brasil, uma proposta de análise com dados do setor da saúde”*. Demonstrou que isso tem bastante a ver com a forma de como se originou a estrutura identitárias em torno da mulher negra na sociedade.

A socióloga estadunidense Collins (2019) denomina isso de “imagens de controle”, na qual permitem que pessoas tratem mulheres negras de uma determinada forma, dentre muitas, taxando-as de negra raivosa, criadora de violência e sexualidade exacerbada, contrapondo misticamente sobre os entornos construídos e designados a uma mulher branca, estas são tidas como de “bom comportamento”, frágil e casta. Esse controle, conforme a autora relata em seu livro *Pensamento Feminista Negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*, serve para mascarar o racismo, o sexismo e a pobreza, com objetivo de figurar como algo natural, sendo isso de fundamental importância para manter esses sistemas de dominação-exploração das

mulheres, que tem como efeito principal a sua invisibilização, no que tange as suas problemáticas.

Nessa perspectiva, conforme Carneiro (2003) torna-se necessário a superação da presença dessa invisibilidade conferidas as descendentes da herança colonial, considerando a possibilidade da elaboração de políticas específicas, pois é evidente a necessidade de haver essas diferenças entre demandas de mulheres negras em relação a violência de gênero e o feminicídio vívidos.

A autora diz que o motivo principal dessa falta de especificidade, se deve a essa invisibilidade das mulheres afrodescendentes, no que compete as suas vidas identitárias, que ocorre devido a displicência com que a sua cor tem sido tratada aos longos dos anos na sociedade, sob a desculpa dos princípios da igualdade, transcorrendo não tão somente na questão racial, mas de forma classista, que causam essas discrepâncias, no que concerne as violências contra a mulher, e que por isso, precisam ser superadas no âmbito das políticas públicas. Estas são originárias e perpetuadas, pelas estruturas de dominação-exploração historicamente permissivas, que faz com que os números de violência e assassinatos de mulheres negras sejam crescentes (CARNEIRO, 2003).

Pois, são condicionantes para que sejam sempre latentes as chances de ocorrer violência contra as mulheres negras, incluindo a sua morte. Através, da desvalorização da mulher negra em todos esses aspectos (subentende-se gênero, raça e classe) em detrimento da branca. Apesar das mortes de uma mulher negra e mulher branca serem iguais, no entanto o processo de formação até chegar a esse crime fatalista, são bem diferentes, na qual são inviabilizados tanto no que se refere aos aspectos raciais quanto classistas, dando referência somente a questão de gênero, esse quadro de invisibilidade assemelha-se bastante com a “limpeza racial” que ocorreu no Brasil, em meados entre 1889 e 1914 (DOMINGUES, 2019).

Na qual nesse período, houve-se no Brasil um processo chamado de branqueamento da população, que ocorreu através de incentivos, por meio de terras, emprego e dinheiro aos europeus para que migrassem ao país. Com isso, pretendiam-se de maneira camuflada alcançar uma espécie de higienização moral e cultural da sociedade brasileira, através de um plano de clareamento da população, enquanto solução para o excesso de negros (BENEDICTO, 2019).

Apreciadores da ideia de branqueamento achavam que com isso a raça negra poderia progredir geneticamente e culturalmente, ou até mesmo sumir completamente, no interior de várias gerações de miscigenação entre brancos e negros, esta combinava teorias do Darwinismo de seleção natural e do racismo científico. Com isso, brancos da elite do período presumiam que o sangue “branco”, por ser superior, conforme o julgamento deles na época, fatalmente conseguiria clareamento da raça (SILVA *et al*, 2019).

Este teve como base a eugenia racial, que é um termo de significado histórico, que foi concebido pelo Antropólogo inglês Francis Galton, em 1883, cujo objetivo seria de realizar a melhoria genética racial favorecendo o predomínio da raça branca em detrimento da negra, conceito este utilizado uma década depois para fundamentar a ideologia nazifascista de “raça pura” ou ariana, que se findou no famoso Holocausto. Aqui, o seu uso foi de silenciosa, para tentar encobrir o que seria fato esse *apartheid* no país, criando-se inclusive uma nomenclatura diferente chamada de “democracia racial” (CAETANO JÚNIOR, 2019).

O sociólogo e ensaísta Freyre (2019), com sua célebre obra *Casa-Grande & Senzala*, faz referência a esse contexto, na qual denomina essa forma mascarada de mito. Isso, causou dentre muitas coisas, a invisibilização do racismo enquanto estrutura de hierarquização sobre os corpos negros, transformando todos em iguais, este conceito é usado e reverberado até hoje em muitas políticas públicas, principalmente, nas relacionados à violência contra a mulher.

Por conta disso, é que autoras como a filósofa Ribeiro (2017) em seu livro *O que é lugar de fala?*, defende termos como interseccionalidade, contra esta eugenia mascarada de democracia racial, que é realizada hoje de forma sistemática, por meio das faltas de políticas públicas específicas frente a violência contra mulher e ao seu resultado final, que causam inviabilização e eliminação de mulheres negras na sociedade, por meio do feminicídio. Portanto, conforme a pesquisadora a solução seja através de políticas especiais voltadas para a proteção da cidadania em suas singularidades.

4 CONCLUSÃO

Conclui-se que, somente os amparos técnicos e de ordenamento jurídicos vigentes, não são suficientes. Pois, haja vista que a realidade para que foram pensados foi sob o espectro de igualdade e homogeneidade, que é inexistente entre as mulheres brancas e negras, que, portanto, precisam de mais pesquisas que abordem a questão da interseccionalidade, com o objetivo de amplificar a visão acerca do tema juntamente com os dados, para que ocorra à elaboração e a efetivação de políticas públicas especializadas no enfrentamento ao feminicídio.

Este é fruto de uma estrutura de tripla dominação-exploração que é sexista, racista e classista que oprime e invisibiliza mulheres negras, ainda que se tenha dados e pesquisas comprovadas, é notável como este tripé não tem sido valorizado na formulação das políticas públicas. Sendo está uma discussão de fundamental importância, para que as esferas governamentais se ateiem e percebam que o feminicídio tem sim cor, e por isso necessita haver singularidades e especificidades acerca desta matéria

REFERÊNCIAS

BENEDICTO, Maria Margarete dos Santos. **Quaquaraquaquá quem riu?** Os negros que não foram... A representação humorística sobre os negros e a questão do branqueamento da belle époque aos anos 1920 no Rio de Janeiro. f. 262. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2019.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 3ª ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2016.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2015.

CAETANO JÚNIOR, Marco Antônio. Relações Raciais, Racismo e Políticas Públicas no Brasil Contemporâneo. **Educação Física em Revista**, Brasília, v. 11, n. 2, p. 65-69, 2019.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. **Racismos contemporâneos**. Rio de Janeiro, v. 49, p. 49-58, 2003.

CERQUEIRA, Daniel et al. **Atlas da violência 2018**. 2018.

- CERQUEIRA, Daniel et al. **Atlas da violência 2019**. 2019.
- COLLINS, Patrícia Hill. **Pensamento feminista negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. São Paulo, SP: Boitempo Editorial, 2019.
- CRENSHAW, KIMBERLÉ. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, jan. 2002.
- DAVIS, Ângela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo, SP: Boitempo, 2016.
- DOMINGUES, Petrônio José. **Uma história não contada**: negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição. São Paulo, SP: Editora Senac, 2019.
- ENGEL, Cíntia Liara. **A violência contra a mulher**. Ipea–Instituto de economia aplicada. Brasília. 2019.
- FERNANDES, Florestan. A sociedade escravista no Brasil. In: IANNI, Octavio (org). **Florestan Fernandes**: sociologia crítica e militante. São Paulo: expressão popular, 2004.
- FERNANDES, Thais Mechler. **A COR, O GÊNERO E A CLASSE DA VIOLÊNCIA**: o feminicídio da mulher negra, realidade com raízes históricas. In: Congresso Mundial de Antropologia- IUAES, 2018, Florianópolis/ Santa Catarina. MUNDO (DE) ENCONTROS: O PASSADO, PRESENTE E O FUTURO DO CONHECIMENTO ANTROPOLOGICO, 2018.
- FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**. São Paulo, SP: Global Editora e Distribuidora Ltda, 2019.
- LEACOCK, Eleanor Burke. **Mitos da dominação masculina**: uma coletânea de artigos sobre as mulheres numa perspectiva transcultural. São Paulo, SP: Instituto Lukács, 2019.
- LIMA, Carla Fernanda de *et al.* A tríplice estrutura de dominação: quem é o outro do outro no capitalismo patriarcal colonial?. **Mnemosine**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p.71-83, 2019.
- MORAES, Eunice Lea de; SILVA, Lúcia Isabel Conceição da. Feminismo negro e a interseccionalidade de gênero, raça e classe. **Cadernos de Estudos Sociais e Políticos**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p.58-75, 2017.
- RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento; Justificando, 2017.

ROMIO, Jackeline Aparecida Ferreira. **Feminicídios no Brasil, uma proposta de análise com dados do setor de saúde**. f. 215. Tese de Doutorado. Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas, 2017.

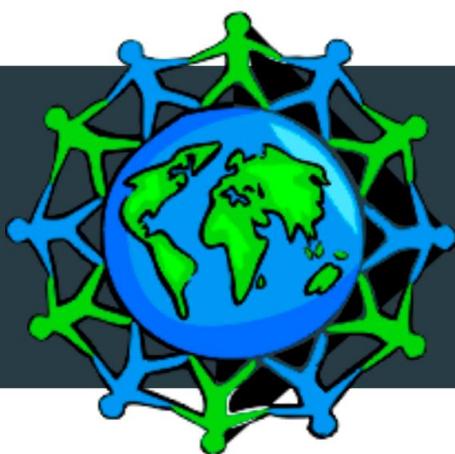
RUSSELL, Diana. Defining Femicide. **Discurso apresentado na abertura do Simpósio sobre Femicídio, das Nações Unidas em 26 de novembro de 2012**. Disponível em: < http://www.dianarussell.com/f/Defining_Femicide_United_Nations_Speech_by_Diana_E._H._Russell_Ph.D.pdf > Acesso em: 18 de fev. 2019.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo, SP: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, Ana Caroline Trindade dos. O FEMINISMO NEGRO NO BRASIL E O ENFRENTAMENTO DAS OPRESSÕES DE CLASSE, RAÇA E GÊNERO. **Educação em Foco**, Juiz de Fora, v. 24, n. 1, p. 405-420, jan. / abr. 2019.

SILVA, Jessielane Jarder Coelho da *et al.* EUGENIA E HISTÓRIA DO DIREITO NO BRASIL. **Humanidades & Inovação**, Palmas, v. 6, n. 7, p. 180-190, 2019.

SILVA, Maralice Machado; CASTRO, Simone Gomes da Silva de. **O FEMINICÍDIO MAIS PRETO DO QUE BRANCO E A LEGISLAÇÃO EM DEFESA DA MULHER**. In: Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais - CBAS 2019, Brasília/ Distrito Federal. 40 anos da “virada” do Serviço Social! 2019.



Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI

III SINESPP

20 a 24
OUTUBRO
2020

SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS
Democracia, desigualdades sociais e políticas públicas no capitalismo contemporâneo

EIXO TEMÁTICO 9 | QUESTÕES DE GÊNERO, RAÇA/ETNIA E GERAÇÃO

PATRIARCADO COMO ESTRUTURA DA CULTURA MACHISTA NA ESCOLA

Francisca Kananda Lustosa dos Santos¹
Elaine Ferreira do Nascimento²

RESUMO

Tem-se como proposta de trabalho o **patriarcado como estrutura da cultura machista na escola**. Assim, os objetivos específicos são: contextualizar o patriarcado e a cultura machista da desigualdade de gênero; relacionar educação, cultura machista e gênero; e, por fim, compreender a cultura machista por meio das desigualdades de gênero na escola. Nesse caso, o artigo trata sobre algumas manifestações do machismo na escola que são resultados do patriarcalismo e provocam desigualdades de gênero, essas desigualdades são retratadas como diferenças nos papéis sociais entre homens e mulheres. Com isso, a referida pesquisa tem como método a teoria Histórica Dialética, sendo uma pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa. Serão usados como principais autores: Saffioti; Muraro; Drumont; Chauí e Louro. Conclui-se que é de extrema importância pesquisar sobre cultura machista dentro do contexto escolar, pois esta instituição social é um dos principais formadores culturais.

Palavras-Chaves: Patriarcado; Escola; Cultura Machista.

ABSTRACT

Patriarchy is the work proposal as a structure of the macho culture at school. Thus, the specific objectives are: to contextualize patriarchy and the macho culture of gender inequality; relate education, sexist culture and gender; and, finally, to understand the macho culture through gender inequalities at school. In this case, the article deals with some manifestations of machismo at school that are the result of patriarchalism and cause gender inequalities, these inequalities are portrayed as differences in social roles between men and women. With that, the referred research has as method the Historical Dialectic

¹ Graduada em Serviço Social. Mestranda do programa de Pós-graduação em políticas públicas da Universidade Federal do Piauí. Email: knanda.13@hotmail.com.

² Orientadora do trabalho. Assistente Social. Mestre e doutora em ciências. Coordenadora adjunta e pesquisadora da Fiocruz Piauí. Docente PPGPP - UFPI. Email: negraelaine@gmail.com

theory, being a bibliographic research of qualitative nature. The main authors will be used: Saffioti; Muraro; Drumont; Chauí and Louro. We conclude that it is extremely important to research on macho culture within the school context, as this social institution is one of the main cultural trainers.

Keywords: Patriarchate; School; Macho Culture.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo geral tratar sobre o patriarcalismo como estrutura da cultura machista na escola. Assim, os objetivos específicos são: contextualizar o patriarcado e a cultura machista da desigualdade de gênero; relacionar educação, cultura machista e gênero; e, por fim, compreender a cultura machista por meio das desigualdades de gênero na escola.

Com vista a alcançar os objetivos propostos a referida pesquisa terá como método a teoria Histórica Dialética, pois de acordo com Minayo (2008) a mesma possibilita uma visão de mundo crítica permitindo desvendar as contradições postas na realidade estudada; será de natureza qualitativa, pois esta abordagem possibilita uma melhor interpretação e reflexão dos fatos. Os estudos serão baseados em pesquisas bibliográficas, pois segundo Gil (2008) a pesquisa bibliográfica permite explorar um atrativo de fenômenos rico de referências.

Com isso, o interesse pela pesquisa foi norteado por conta de uma inquietação proveniente de inúmeros casos de manifestações de violência de gênero. Nesse caso, entender o sistema patriarcal que dá base a cultura machista é essencial para que a luta contra a violência de gênero, tida como consequência de tal pensamento, tenha maior eficácia, pois as literaturas existentes que retratam sobre violência de gênero têm mostrado que os principais fatores para inúmeras ocorrências de mortes e agressões de todos os tipos na vida das mulheres é consequência da própria cultura machista que estabelece em seu desenvolvimento desigualdades entre homens e mulheres.

Em Teresina, dados da Secretaria de Segurança do Piauí, em 2018, divulgam que o número de feminicídio cresceu em 50% se comparado a 2017. Os casos ocorreram pelas vítimas serem mulheres. Isso mostra o elevado número de violência de gênero que

retrata o quanto a cultura piauiense e, mas, especificamente a teresinense, necessita de mudanças emergenciais.

Portanto, de acordo com Cardoso; Werneck; Duarte (2013) a cultura machista deve ser entendida e desconstruída já nas primeiras relações sociais desenvolvidas pelas escolas de ensino básico, já que a escola é uma das principais instituições sociais responsáveis pela formação da cultura social. Assim, o estudo visa descobrir como essa cultura estar sendo tratada dentro da escola, pois é nesse contexto que se forma a consciência do cidadão responsável pelas relações sociais. É sobre essa perspectiva de construção da cultura que se percebe a importância de tratar a respeito do assunto e descobrir questões relevantes para que gere reflexões nos sujeitos.

2 CONTEXTUALIZANDO O PATRIARCADO E A CULTURA MACHISTA DA DESIGUALDADE DE GÊNERO

O patriarcalismo é um assunto não tão recente e há muito tempo tem sido discutido por diversos autores e autora, contudo, é um sistema que continua vivo na sociedade contemporânea e precisa ser estudado continuamente, ressaltando seu contexto histórico e nos dias de hoje. Assim, de modo geral, o patriarcado estabelece uma forma de dominação que se constitui na estrutura do sistema capitalista, pois se utiliza da divisão sexual do trabalho para sustentar o modo de produção. Este sistema se utiliza da dominação masculina para manter a dominação capitalista e obter lucro. Assim,

A dominação do homem pelo homem e do homem sobre a mulher, que são as duas características essenciais do patriarcado, acrescida da dominação do homem sobre a terra, já estão santificadas. São então santificadas todas as cisões: 1) a cisão dentro do homem entre sexualidade e afeto, conhecimento e emoção. O conhecimento é colocado como causa da transgressão, porque de agora em diante ele vai ser o motor que vai fazer funcionar todo o sistema; 2) a cisão homem/homem – é essencial ao patriarcado a santificação da dominação de uns homens pelos outros, por que com isso se torna “natural” a escravidão(...); 3) cisão homem/mulher, com a consequente cisão público/privado. Esta cisão é essencial também porque a opressão da mulher é o que torna todas as outras possíveis; 4) a cisão homem/natureza, que é a base do cultivo da terra com instrumentos pesados (MURARO, 1992, p.74).

Portanto, a opressão da mulher no sistema capitalista é um dos fatores principais para se estabelecer a dominação própria do sistema e manter a ordem estabelecida. Visto isso, é necessário ressaltar que o machismo, nada mais é do que uma expressão do patriarcalismo, em que o homem, que é o pai, domina; e a mulher, sendo a mãe, é

submissa ao pai. Assim, a cultura estabelece papéis diferenciados vivenciados no ambiente familiar e estendidos ao âmbito público.

Para Muraro (1992) o capitalismo se utiliza do sistema patriarcal para aproveitar-se do trabalho não pago das mulheres, pois historicamente era necessário que tivessem o maior número de filhos para que pudesse ajudar a arar a terra e a defender o estado, bem como era necessário que alguém fizesse os serviços domésticos e cuidassem dos filhos para que a acumulação fosse garantida com o trabalho pesado do homem. Além disso, com a expansão capitalista algumas classes foram se apossando e dominando as terras e as riquezas e com isso a mulher também foi sendo dominada e restrita ao âmbito privado.

Na perspectiva de Saffioti (2004) o patriarcado gera a cultura machista e se realimenta da mesma, articulando-se com a industrialização capitalista para manter as desigualdades entre homens e mulheres naturalizadas. Nesse caso, patriarcado diz respeito à desigualdade e à opressão feminina pelo masculino.

No Brasil, a construção do modelo patriarcal teve como apoio a instituição familiar, sendo importado no período de colonização e adequado às condições sociais e econômicas do país naquele período, que envolvia o modelo latifundiário e escravagista (SAFFIOTI, 1979). E mesmo após a desintegração do patriarcado do meio rural, que aconteceu de maneira diferenciada em diversas partes do Brasil, o pensamento patriarcal continuou na vida e na política brasileira por meio do coronelismo, do clientelismo e do protecionismo (CHAUÍ, 1989).

Portanto, Santos; Oleque; Rosa (2019) afirmam que a ideia de que os homens são superiores às mulheres é uma cultura impregnada na história do Brasil, pois vem desde o início da colonização. Por esse motivo, as mulheres não sofriam agressão e violência somente da sociedade, como também do Estado, que ligado ao machismo, fomentava a diferença entre os gêneros.

Com base nas falas dos autores, é possível perceber que no Brasil o período colonial foi decisivo para a divisão de papéis sociais que gerou as desigualdades de gênero, já que a posição da mulher na família e na sociedade demonstra que o modelo de família patriarcal foi um elemento determinante na organização social do país. Alguns exemplos disso são citados por França (2018) quando mostra que até 1927, as mulheres brasileiras não tinham conseguido garantir os direitos civis e políticos, já desfrutado

pelos homens; nem mesmo podiam frequentar as escolas. Isso mostra segundo Sampaio (2019) uma tentativa com êxito de silenciar e esconder a mulheres, tanto na vida pública como na vida privada.

Vale ressaltar que as lutas das mulheres por direitos se iniciaram no ano 1830. Porém, não era qualquer mulher que participavam de tais ações; elas eram brancas e de classe média, donas de casa e trabalhadoras que se uniram em prol das lutas por seus direitos. Essas buscas por direitos, não envolvia mulheres negras que eram vítimas de preconceitos e racismo pelas próprias mulheres brancas e de boas condições (DAVIS, 2016). Nesse caso, as mulheres brancas oprimidas pelo sistema patriarcal agora se tornam opressoras das mulheres negras, não as reconhecendo como da mesma categoria de gênero.

Com isso, é notório por meio da fala dos autores e autoras que a sociedade brasileira em seu desenvolvimento foi permeada pelas relações desiguais de gênero sendo consequência do sistema patriarcal que penetrou o modelo familiar brasileiro e deu luz a cultura machista reinante no Brasil influenciando todas as outras instituições, como por exemplo, a instituição escolar.

As correlações entre escola, cultura machista e gênero

Inicialmente é necessário compreender a relação do contexto escolar com a formação da cultura, assim, o autor Candau (2013) parte da afirmação de que não há como desvincular o processo de educação do contexto cultural existente em determinado período histórico, pois educação e cultura têm relação intrínseca. Nesse caso, a educação é influenciada diretamente pela cultura e vice-versa.

Sendo assim, de acordo com Cardoso; Werneck; Duarte (2013) pode se afirmar que o conhecimento obtido na escola interfere na produção da cultura em sociedade; já que é comum ver crianças condenando o uso de cigarro, o uso exagerado de água, entre outros aprendizados adquiridos nesse âmbito. Por outro lado, a escola baseia seus ensinamentos por meio da própria cultura, portanto, os próprios pedagogos incorporam as culturas sociais no decorrer de sua formação, transferindo-as para os alunos no processo de ensino-aprendizagem.

Visto isso, é notória a importância da cultura na educação, pois é desse meio que deverá sair cidadãos críticos e capazes de fazer suas próprias escolhas em sociedade.

Cultura é, portanto, com base em Hall (2013) o conjunto de valores e sentidos que surgem entre diferentes grupos sociais e como esses lidam e respondem a suas condições de existência, tendo como base suas raízes históricas. Assim, o conjunto de tradições e práticas vivenciadas no dia a dia do grupo, ganha o status de legitimidade, tornando-se naturais.

Entretanto, entre as várias manifestações culturais que tem permeado o contexto social brasileiro, uma delas é a chamada de cultura machista. O uso do conceito não é tão atual, pois tem norteado estudos no Brasil há muitos anos atrás, exemplo disso, é o que retrata Drumont (1980) sobre machismo; esse é um sistema de representações simbólicas que disfarça a relação de exploração, dominação e sujeição entre homens e mulheres.

Assim, para a autora, o machismo é um sistema ideológico que estabelece modelos de identidade entre os sexos. Esse modelo coloca o homem como um ser superior e é usando este modelo que homem e mulher se tornam homem e mulher. Assim, cria práticas cotidianas de relações entre os sexos e invalida tudo aquilo que não está estabelecido por esta cultura. Portanto, segundo a autora:

Desde criança, o menino e a menina entram em determinadas relações, que independem de suas consciências: por exemplo, o sentimento de superioridade do garoto pelo simples fato de ser macho e em contraposição o de inferioridade da menina. [...] Ao apropriar-se da realidade sexual, o machismo em seu efeito de mistificação, supercodifica a representação de uma relação de poder (papéis sexuais, símbolos, imagens e representações eróticas, instituições sexuais, etc.) produzindo “duas linguagens”: uma masculina e uma feminina (DRUMONT, 1980, p.81-82).

Com base nisso, pode-se perceber que o machismo é a manifestação da cultura que impõe os papéis sociais entre meninos e meninas desde criança, onde o macho é mais forte e superior enquanto a fêmea é indefesa e fraca, nesse sentido estabelece relações de poder que incidem de forma que nenhuma das partes consegue tomar consciência da desigualdade estabelecida entre os sexos.

Essas desigualdades entre os sexos são conhecidas como relação de gênero, que de acordo com Souza (2014) é uma relação de poder no qual advém na medida em que ocorrem essas relações desiguais e assimétricas, já que a mulher é subjugada a situação de dominada e explorada pelo homem. E gênero, significa com base em Lins; Machado; Escoura (2016) um dispositivo cultural, construído historicamente, que classifica e

posiciona o mundo a partir da relação entre o que se entende como feminino e masculino. É uma cultura que cria sentido para as diferenças percebidas em nossos corpos e articula pessoas, emoções, práticas e coisas dentro de uma estrutura de poder. Tornando impossível o despertar para essas relações desiguais.

As relações de gênero mostram como essas concepções de tal relação são interiorizadas por homens e mulheres, visto que para Oliveira; Maio (2016) o machismo passa a não ser incorporado somente pelos homens como também por mulheres, já que ganham são reforçadas por várias instituições sociais, às quais se destacam a família, a escola e a mídia.

Com base nisso é possível notar que a cultura do macho dominador prevalece sobre os pensamentos das mulheres que acabam por defender e aceitar a exploração e a desigualdade, sendo assim, Saffioti (1992) afirma que no processo de construção social do “ser mulher” como subordinada e explorada, esta sofre uma tentativa de naturalização que se torna inquestionável, já que se acredita que é algo natural da existência humana.

Em contrapartida a essas imposições sociais de gênero, ocorre que precisamente os seres humanos nascem sendo do sexo masculino ou feminino, porém a educação social e cultural que recebem é que os tornam homens e mulheres. Assim, a identidade a qual o ser humano se reconhece é construída e estabelecida através da diferenciação de papéis sociais. O primeiro chama-se sexo, já o segundo denomina-se como gênero. (SAFFIOTI, 1987)

Nesse caso, para Saffioti (1992) todos os espaços de aprendizagem, bem como os espaços de socialização irão fortificar os preconceitos e estereótipos dos gêneros, tendo como sustentação ideológica determinações biológicas. Portanto, com base no pensamento da autora, a educação é um dos fatores que ajudam na manutenção da diferenciação de gêneros, com isso se pode dizer que essa forma de educação afeta a cultura de aprendizado nas escolas.

Apesar de a Constituição Federal de 1988 estabelecer que homens e mulheres são iguais perante a lei, não só em direito, como também em obrigação, com base nos autores estudados acima pode-se afirmar que no Brasil isso não se aplica na prática, pois a cultura brasileira leva os traços de uma cultura machista.

Esses traços culturais têm ligação com os mitos contados no decorrer da construção social, pois de acordo com Muraro (1992) algumas culturas são baseadas em mitologias, que em sua maioria detonam as mulheres e as inferiorizam com relação aos homens. Além disso, introduzem a cultura de que a mulher é um ser fraco e venenoso, pois ela foi à culpada por comer a maçã do paraíso e trazer o pecado e sofrimento para o mundo. Isso ajuda a fortificar a desigualdade entre os gêneros.

Essa distinção de papéis é percebida nos estudos de Medeiros; Pinheiro (2018) que analisando a desigualdade no mercado de trabalho capitalista concluíram que mulheres trabalham mais que homens e ganham menos. Outro fator encontrado na pesquisa feita por Costa; Viana (2018) com professoras foi o entendimento de mulher como a educadora dos filhos, ligação com a maternidade, o acúmulo de tarefas, o ciúme expresso por pais, irmãos e parceiros, assim como a violência que aflige a vivência feminina e marcam suas identidades de mulheres. Já Briole (2018) retrata sobre a participação na política que até hoje são desiguais entre homens e mulheres, além disso, e vista com o olhar de preconceito.

3 AS MANIFESTAÇÕES DA CULTURA MACHISTA POR MEIO DAS DESIGUALDADES DE GÊNERO NA ESCOLA

Essa separação de papéis sociais acontece de acordo com Moreno (1999) no momento do nascimento, pois a partir desse momento os bebês sofrem as primeiras influências sociais que os impõe a forma de como ver e estar no mundo. A linguagem é uma das primeiras formas que ensinam a separar o mundo por categoria. O bebê aprende a chamar mamãe e papai, assim saberá que existe menina e menino antes mesmo de saber as características gerais das pessoas.

Para reforçar o que se aprende desde o momento do nascimento, a escola é apontada pelo autor acima, como uma das instituições normativas, reprodutora dos papéis de gênero, já que ela reforça os conceitos já aprendidos anteriormente que é o de ser menino ou menina numa perspectiva hierarquizada e desigual. Além disso, para Sampaio (2019, p. 49);

A escola é um espaço privado que reproduz as cenas machistas e cotidianas vivenciadas por mulheres, gays e transgêneros no espaço público, a padronização ocorre separando ações e comportamentos tidos como normais, daqueles que quebram essa regra de conduta, levando ao

prejulgamento. A modelação do pensamento que o meio externo cria afeta o aluno, em palavras diretas, os alunos reproduzem (em parte) o meio social que vivem, reproduzem a padronização dos gêneros (heteronormatividade).

Entretanto, a escola não só reproduz como também produz as desigualdades de gênero, pois desde o início ela se formou mantendo mecanismos de classificação, ordenamento e hierarquização. Sendo assim, logo tratou de separar meninos e meninas por meio de seus quadros, santas, crucifixos, apontando assim, os modelos que devem ser seguidos (LOURO, 2014). Até mesmo as primeiras iniciativas que visavam à criação de uma educação sexual no Brasil tinham como foco principal a diferença entre os corpos femininos e masculinos e dentro de uma ótica estritamente biológica. (BASTOS; CRUZ; DANTAS, 2018).

Em vista a isso, nota-se com base em Louro; Felipe; Goellner (2013) que os currículos e práticas escolares sustentam uma noção singular de gênero, mesmo que sejam admissíveis outras formas de viver os gêneros, as instituições escolares seguem em conformidade um padrão de ações obrigatórias, que institui por meio de códigos e representações culturais o modo adequado, normal e legítimo de masculinidade e feminilidade.

Com tudo, para que seja possível manter os padrões estabelecidos de acordo com Louro (2014) é preciso que as disciplinas, as normas, as formas de avaliação, os materiais didáticos e a linguagem se componham em instâncias que produzem as desigualdades de gênero, podendo incentivar o preconceito, a discriminação e o sexismo.

Essa discriminação e preconceito passados por meio do próprio conteúdo de ensino, no qual é tratado também por Moreno (1999) retrata a imagem da mulher e do homem de formas diferenciadas, com vistas a formar um padrão de comportamento para cada sexo. Impõe, nesse sentido, um modelo, os quais devem identificar-se para ser “mais mulher” ou “mais homem”. Como exemplo, o autor e autoras Lins; Machado; Escoura (2016) mostram que a linguagem aprendida na escola é marcada por assimetrias, sendo assim, é uma forma de imposição das diferenças, já que se aprende que ao falar de meninos e meninas ao mesmo tempo, a forma que prevalece é a masculina.

Outro fator a ser ressaltado são as questões raciais e de classe que aprofundam as desigualdades entre os sexos. Segundo, Filipe; França (2019) é de extrema importância trabalhar com as relações sociais de gênero, raça, classe na perspectiva de mostrar que as pessoas, as culturas, as realidades são diferentes e precisam ser consideradas dentro do contexto escolar.

Assim, para os autores, seria interessante que as práticas pedagógicas considerassem o conceito de raça e gênero no sentido de fornecer condições aos estudantes para pensar como os sujeitos localizam-se socialmente e que, historicamente, a cor da pele e o gênero funcionam como marcador de privilégio no Brasil, ou seja, é também uma questão de classe. Isso forma, para Ribeiro (2017) uma hierarquia social na qual o homem branco está no topo logo depois a mulher branca, homem negro e por último a mulher negra e pobre.

Dessa forma, percebe-se com base na literatura abordada que as desigualdades de gênero nas escolas são mantidas através da cultura e de práticas que tornam as desigualdades como algo normal, natural e impossível de ser percebida e, portanto, mudadas. Nesse sentido, as escolas contribuem para manutenção do patriarcado tendo como suas manifestações ações machistas expressas por meio da imposição de papéis diferenciados de gênero.

4 CONCLUSÃO

Conclui-se que é de extrema importância pesquisar sobre cultura machista dentro do contexto escolar, pois esta instituição social é um dos principais formadores culturais que edificam a estrutura social em conjunto a outras instituições, como a família, igreja e etc. O combate a essa cultura é, nesse sentido, relevante para a luta contra a violência de gênero, tornando as relações entre homens e mulheres mais igualitárias. Outro fato explanado de forma breve, mas que não menos importância, foi à junção das categorias gênero, raça e classe que tornam as desigualdades entre os homens e as mulheres ainda maiores trazendo outras formas de desigualdades, já que considerando o grau de hierarquia social a mulher negra e pobre fica em último lugar na pirâmide social.

REFERÊNCIAS

BASTOS, Denise; CRUZ, Izaura; DANTAS, MARILU. **Gênero e Sexualidade na Escola**. Salvador: UFBA, 2018.

BIROLI, Flávia. **Gênero e Desigualdades: os limites da democracia no Brasil**. São Paulo, Boitempo, 2018.

BRASIL. **Constituição (1998)**. *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988. Com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016b. 496p.

CANDAU, Vera Maria (orgs). **Multiculturalismo**: diferenças culturais e práticas pedagógicas. 10. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2013.

CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil**. 4ª Edição. São Paulo: Brasiliense, 1989. Disponível em: https://kupdf.net/download/conformismo-e-resistencia-aspectos-da-cultura-popular-no-brasil-marilena-chau-i-5c3c3389e2b6f56622edd9eb_pdf

COSTA, Ana; VIANA, Cláudia. A formação docente em gênero e a crítica ao patriarcado: subordinações e resistências de mulheres professoras. **Poiésis** – revista do programa de pós-graduação em educação. Unisul, Tubarão, v.12, n. 22 p. 410-428, Jun/Dez 2018.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. 1 ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

DRUMONT, Mary Pimentel. **Elementos para uma análise do machismo**. Perspectiva. São Paulo: 3, 81-85, 1980. Disponível em: <file:///C:/Users/pc/Downloads/1696-4212-1-PB.pdf>

DUARTE, C. Z.; WERNECK, V. R.; CARDOSO, J. A.. **A relação entre cultura e educação sob o ponto de vista de educadores do ensino fundamental**. *Psicologia e Saber Social*, 2(2), 204-216, 2013. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/psi-sabersocial/article/view/8794/6662>.

FELIPE, Delton Aparecido; FRANÇA, Fabiane Freire. Diálogos com docentes: gênero e raça em uma perspectiva plural na educação escolar. **Educação, Ciência e Cultura**. Canoas, v. 24, n. 1, 2019.

FRANÇA, V.V. **Machismo e seu impacto na carreira de mulheres cientistas**. *Equidade na Ciência*. São Paulo. UNESP, ed. 100, 2018. Disponível em: http://www.unesp-ciencia.com.br/revista/UC100/UC100_Mulheres_Ciencia.pdf Acesso em: 18 fev. 2020.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008..

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. 2 ed. Belo horizonte: UFMG, 2013.

LINS, B. A.; MACHADO, B. F.; ESCOURAL, M. **Diferentes, não desiguais: a questão de gênero na escolar**. 1 ed. São Paulo: Revira volta, 2016.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. ed. 16. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

LOURO, G. L. Currículo, gênero e sexualidade: O “normal”, o “diferente” e o “excêntrico”. In: LOURO, G. L.; FELIPE, J; GOELLNER, S. V. (Org.). **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. 9 ed. Petrópolis: Vozes, 2013. p.43-53.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 11 ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

MORENO, M. **Como se ensina a ser menina: o sexismo na escola**. São Paulo: Moderna; Campinas: Ed. da Unicamp, 1999.

MURARO, Rose Marie. **A Mulher no Terceiro Milênio**. 2.ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

MEDEIROS, Marcelo; PINHEIRO, Luana. Desigualdades de gênero em tempo de trabalho pago e não pago no Brasil. **Sociedade e Estado**. v.33 n.1 Brasília Jan./Apr. 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69922018000100159&script=sci_arttext.

OLIVEIRA, de M., MAIO, R. S. “Você tentou fechar as pernas?” - A cultura machista impregnada nas práticas sociais. **Revista Polêmica**. v. 16, n.3, p. 01-18, jul, ago e set, 2016. Disponível em: <https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/polemica/article/view/25199/18031>.

PIAUÍ. Secretaria de segurança pública SSP/PI. **Estatísticas criminais: feminicídio no estado do Piauí**. Teresina, 2019. Disponível em: <http://www.ssp.pi.gov.br/estatisticas/>.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?**. Belo Horizonte: Letramento, 2017. 112 p. (Feminismos Plurais)

SANTOS, Daniela; OLEQUE, Luciane; ROSA, Juliane. O machismo e a visão científica e cultural dos alunos do ensino médio integrado de uma rede de ensino pública federal. **Revista Cadernos de Pós-graduação**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 235-241, jul./dez. 2019.

SAMPAIO, Edna Giovane dos Santos. **Gênero na escola do campo atanagildo Domingues**. 2019. 87f. Dissertação (mestrado em educação) – Universidade federal do pampa. Arroio Grande. 2019.

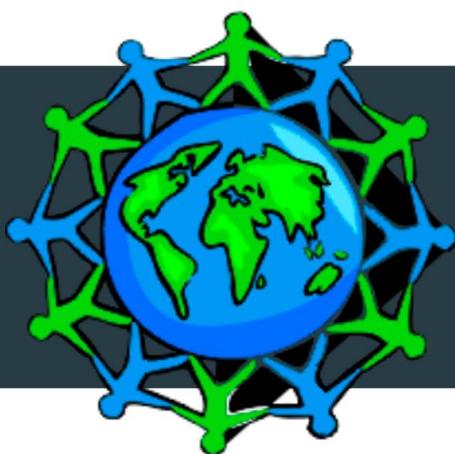
SAFFIOTI, H. I. B. Saffioti, H. **A mulher na sociedade de classes: mitos e realidade**. Rio de Janeiro: Rocco, 1979.

_____. **O poder do macho**. São Paulo: moderna, 1987. Coleção Polêmica.

_____. Rearticulando gênero e classe social. In: OLVEIRA, A.; BRUSCINI, C. (Org.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 183-215.

_____. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: fundação Perseu Abrano, 2004. (Coleção Brasil Urgente).

SOUZA, Vanessa Bezerra de. **GÊNERO, MARXISMO E SERVIÇO SOCIAL**. Brasília (DF), ano 14, n. 27, p. 13-31, jan./jun. 2014. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/7429>.



Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI

III SINESPP

20 a 24
OUTUBRO
2020

SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS
Democracia, desigualdades sociais e políticas públicas no capitalismo contemporâneo

EIXO TEMÁTICO 9 | QUESTÕES DE GÊNERO, RAÇA/ETNIA E GERAÇÃO

GÊNERO E TRABALHO: considerações necessárias ao debate

Fernanda de Cassia Rodrigues Gomes¹

RESUMO

Este artigo tem o objetivo de contribuir para a discussão sobre Gênero e Trabalho demonstrando como a força de trabalho feminina tem sido crescente, no entanto está permeada pela precarização e flexibilização das relações de trabalho, condições estas que têm sua relação direta com a divisão sexual do trabalho na sociedade capitalista. A articulação Gênero e mercado de trabalho aponta para desigualdades entre os sexos na qual as mulheres são impactadas de forma negativa.

Palavras-Chaves: Gênero, trabalho, Mulheres, Divisão Sexual do Trabalho.

ABSTRACT

This article aims to contribute to the discussion on gender and work, demonstrating how the female workforce has been growing, however it is permeated by the precariousness and flexibility of labor relations, a condition that has its direct relationship with the sexual division of the labor force. work in capitalist society. The articulation between gender and labor market points to inequalities between the sexes in which women are negatively impacted.

Keywords: Gender; worl; sexual division o labor.

INTRODUÇÃO

O trabalho é essencial à manutenção da vida. Para Marx (1985, p.50) é “necessidade natural eterna de efetivar o intercambio material entre o homem e a natureza e, portanto, de manter a vida humana”. O trabalho como central na ontologia

¹Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade de Brasília. E-mail: fernandacrgomes.as@gmail.com

do ser social, nunca deixou de ser realizado, por homens e mulheres, ao longo da história. “Põe em movimento as forças naturais de seu corpo, braços e pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhe forma útil à vida humana (MARX, 1985, p. 202)”. É através do trabalho que homens e mulheres buscam a emancipação, a autonomia, a satisfação de suas necessidades. É através dele que produzimos a vida material e satisfazemos nossas necessidades. Simboliza valor social que atrai uma condição essencial: a autonomia. Para as mulheres significa em essência, a liberdade. A ausência de autonomia ou “autonomia pela metade” impede que as mulheres conquistem sua emancipação. Esta condição é resultado do poder unilateral e que constantemente vai de encontro à construção da igualdade de gênero no mercado de trabalho. Conforme Cisne (2012) é imprescindível observar gênero a partir da contradição capital/trabalho, como também as classes que a determinam, pois ela seria o foco das desigualdades sociais.

Portanto concebe-se a categoria trabalho e Gênero como elementos essenciais para a elaboração da crítica em relação a sociedade capitalista, cuja força de trabalho feminina tem sido crescente contribuindo de forma significativa para a alimentação do capital. Para além desta constatação é preciso expor como vem ocorrendo este processo. Para dar respaldo a esta discussão foi realizado um levantamento bibliográfico para relacionar as abordagens dos/as principais autores que se debruçam sobre a temática e assim contribuir para o avanço da compreensão da relação gênero e trabalho na sociedade capitalista.

2 TRABALHO, GÊNERO E SUA EXPRESSÃO NA DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO

Cumpramos esclarecer que a mulher sempre trabalhou, seja contribuído para a subsistência familiar, no “invisível trabalho reprodutivo”, seja na produção de bens e serviços no trabalho produtivo, ou ainda, como tem sido cada vez mais evidenciado na vida da trabalhadora contemporânea, o desenvolvimento dos dois tipos de trabalho. Dessa forma Dias (2013) coloca que historicamente, o trabalho feminino sempre se fez presente no meio social, embora tenha sido pouco discutido e valorizado. A relação mulher e trabalho mostra que não é hoje que as mulheres desbravam o caminho rumo à autonomia.

De acordo com Saffioti (2013):

Tornando supérflua a força muscular, a maquinaria permite o emprego de trabalhadores sem força muscular ou com desenvolvimento físico incompleto, mas com membros mais flexíveis. Por isso, a primeira preocupação do capitalista, ao empregar a maquinaria, foi a de utilizar o trabalho de mulheres e crianças. (MARX 2006, p. 451).

Destarte a configuração do trabalho no período industrial, de forma mecanizada, contando com a inserção da força de trabalho de mulheres e crianças, representaram para o capitalista uma via de maior obtenção de lucro, pois o custo dessa força de trabalho era mais barata, e, portanto inferior ao que era pago aos homens. Mas, por que as desigualdades no mercado de trabalho afetam principalmente as mulheres e como esta condição vem sendo reproduzida ao longo dos tempos?

Para compreender como se deu este processo de desigualdade é preciso situar o patriarcado. Pateman (1993) o define como uma espécie de poder político no qual a mulher é tida como propriedade do homem. Essa ideologia se desenvolveu ao longo dos séculos reproduzindo a experiência social da mulher em uma história de sujeição que data entre 6.000 e 3.000 a.C. A autora indica que foi a partir do estabelecimento das esferas pública, civil e a privada que se pode conceber a existência da dicotomia que reflete a ordem da divisão sexual do trabalho na condição natural. A história do contrato sexual abordado pela autora revela que a construção patriarcal da diferença entre masculinidade e feminilidade é a diferença política entre a liberdade e a sujeição.

Para dar encadeamento ao entendimento dessas dicotomias inseparáveis, portanto, incapazes de serem compreendidas isoladamente elege-se a categoria gênero, enquanto categoria teórica que auxilia a compreensão de forma analítica, crítica, histórica de como e porque que as relações de gênero são balizadoras das relações sociais no capitalismo. Relações que também são de poder entre homens e mulheres, cujo papel social que cada um exerce é determinado, principalmente, pelas diferenças sexuais.

A categoria Gênero amplia a compreensão desta realidade, permitindo problematizar, por exemplo, o porquê das inserções distintas em processos sócio ocupacionais por homens e mulheres. Ou seja, a compreensão sobre a determinação do lugar que homens e mulheres ocupam no mercado de trabalho e de como a divisão sexual do trabalho está fortemente marcado pela variável gênero. De acordo com Scott

(1995) gênero é um elemento das relações sociais baseadas nas diferenças entre o masculino e o feminino e constitui-se numa categoria analítica que amplia a visão da realidade, permitindo espaços para diferenças entre homens e mulheres. A autora afirma que gênero é uma construção social, histórica e cultural diretamente relacionada com relações de poder que estabelecem disparidades hierárquicas entre os sexos.

Desse modo, este conceito de gênero é central para a compreensão da heterogeneidade da classe trabalhadora, bem como para tirar da invisibilidade os distintos sentidos do trabalho da mulher no mundo contemporâneo (inferior, de menor valor, subalterno). Este tipo de relação desigual imposto pela sociedade cria e reforça preconceitos e privilégios de um sexo sobre outro, tendo a disciplina, a educação, religião, leis, regramentos, como instrumentos para orientar a conduta das pessoas segundo seu gênero.

De acordo com Pateman (1993), a introdução do termo gênero funciona como uma arma na luta contra o patriarcado. O argumento patriarcal deixa claro que as mulheres estão naturalmente submetidas aos homens, ou seja, a submissão decorre de sua biologia, de seu sexo. Falar em gênero, em vez de falar em sexo, indica que a condição das mulheres não está determinada apenas pela natureza, pela biologia ou pelo sexo, mas é resultante de uma invenção social e política. Para a autora o que os homens e as mulheres são como as relações entre eles estão estruturadas, depende muito da importância política atribuída à masculinidade e à feminilidade. Utilizar a linguagem do gênero reforça a linguagem do civil, do público e do indivíduo, uma linguagem que depende da supressão do contrato sexual (contrato que estabelece a dominação dos homens sobre as mulheres) e que se reflete nas ocupações que cada sexo terá tanto na experiência da vida pública quanto privada e suas especificidades em que uma se sobrepõem a outra principalmente no que se refere ao trabalho.

Portanto infere-se que a divisão sexual do trabalho tem sua funcionalidade para demarcar os espaços de trabalho em que homens e mulheres devem ocupar. Esta condição vai repercutir no tipo de emprego e sua relação com a conciliação no espaço público e privado. A mulher assumirá por diversas ocasiões as duas esferas para realizar a atividade do trabalho. Ocupam os empregos que “restam” para que se cumpra o que é estabelecido pela sociedade como “afazeres de mulher”, ou seja, o trabalho na esfera doméstica influenciará a sua inserção em empregos precários. Este fator é um

acentuado e configura a inserção feminina no mercado de trabalho em condições desvantajosas. Este ponto é central para identificar as desigualdades de gênero, a representação da mulher no mercado de trabalho.

Para Stancki (s/d) a divisão social do trabalho – processo pelo qual as atividades de produção e reprodução social são diferenciadas, especializadas e desempenhadas por diferentes pessoas – pode ocorrer através da separação das atividades de produção de bens e serviços de acordo com o sexo das pessoas que as realizam - divisão sexual do trabalho. Nas palavras de Kergoat (2009, p.67) “A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo, essa forma é historicamente adaptada a cada sociedade.”

Os papéis socialmente criados para homens e mulheres ocuparam na sociedade, bem como no mundo do trabalho, interpretações biológicas, incidindo para o processo de legitimação da divisão sexual do trabalho. De tal maneira, surgem explicações de que a distinção entre trabalho masculino e feminino estaria ligado a fatores inerentes ao que é denominado à "natureza" dos homens e das mulheres, quando na verdade, são papéis socialmente construídos.

Esta construção é naturalizada e reproduzida, desta forma podemos observar que a figura masculina é dada e designada a prover a família, ou seja, a estar inserido no trabalho, na produção, no âmbito público e a mulher, destinada ao trabalho reprodutivo, ao âmbito privado. A divisão estabelecida, propagada, promove desigualdades das mais variadas formas e abrangências no mundo do trabalho. Assim para Stancki (s/d), a divisão sexual do trabalho deixa de ser vista como um processo natural, mas como uma expressão da assimetria das relações entre homens e mulheres.

A respeito da inferioridade da mulher na sociedade, Reed (2008) acrescenta que uma das principais características do capitalismo e da sociedade de classes é a desigualdade entre os sexos. Segundo a autora esta desigualdade, caracterizou a sociedade de classes desde o seu início, já há cerca de dois mil anos, permanecendo através de seus três períodos mais importantes: escravismo, feudalismo e capitalismo. No entanto é no capitalismo que as desigualdades de gênero no mundo do trabalho se aprofundam. Gonçalves (s/d) completa este pensamento quando coloca que a dominação capitalista de classe se reproduz produzindo e reproduzindo “diferenças” que, no fundo reforçam preconceitos, inclusive de gênero.

Nessa perspectiva, como cenário o modo de produção capitalista Hirata (2002), expõe sobre nova divisão sexual do trabalho:

[...] o primeiro se relaciona com a articulação entre produção e reprodução, que tende a determinar o trabalho profissional (produção) aos homens e ao trabalho doméstico (reprodução) às mulheres; segundo com teorias inter-relacionadas que articulam a noção de sujeito sexuado às flexões dos mercados de trabalho e processos de trabalho; terceiro com teorias do emprego que se voltam para a dimensão sexuada das áreas de atuação profissional, do assalariamento, do desemprego, do trabalho informal e o trabalho doméstico; e quatro com pesquisas acerca da subjetividade e trabalho, as quais indicam que estereótipos sexuais e as representações sociais da virilidade e da feminilidade são amplamente utilizados na gestão da mão de obra no mundo industrial (HIRATA, 2002, p.19)

As contribuições da autora no que se refere à divisão sexual são significativas para a compreensão a respeito das mulheres no setor produtivo, levando em consideração a ideologia patronal que estabelece a ocupação de cargos, vagas dos empregos femininos tidos como “leves” e empregos masculinos tidos como “pesados”. Assim, depreende-se que com a divisão do trabalho as mudanças e inovações tecnológicas no processo produtivo não têm as mesmas configurações quando sobre sua ocupação por homens e mulheres.

Kergoat (2009, p.67) coloca que a divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o da separação (existem trabalhos de homens e outros de mulheres) e o da hierarquização (um trabalho de homem “vale mais do que um trabalho de mulher”). Segundo a autora eles são válidos para todas as sociedades conhecidas no tempo e no espaço.

Relações sociais de sexo e a divisão sexual do trabalho são, portanto, duas proposições indissociáveis que formam um sistema. A noção de relações sociais de sexo é, ao mesmo tempo, anterior e posterior à reflexão em termos de divisão sexual do trabalho. Ela é preexistente, pois foi uma aquisição do feminismo, por meio da emergência de categorias de sexo como categoria social que desvela que os papéis sociais de homens e mulheres não são produto de um destino biológico, mas que eles são, antes de tudo, construções sociais que têm uma base material tal qual alerta Kergoat (apud CARLOTO s/d p.10).

Trata-se de uma divisão sexual do trabalho que é determinada histórica e culturalmente, que vem se reatualizando consoante à sociedade e em determinado período. Que não só destina os homens à esfera produtiva e as mulheres à reprodutiva, como também remete os primeiros às funções de maior valor e prestígio social. Um conceito que se baseia em dois princípios: o da separação (entre trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o da hierarquia (em que o trabalho deles vale mais socialmente).

Fato que, como aduz Nogueira (2006), concorre para a persistência da desigualdade na divisão sexual do trabalho, mesmo em pleno século XXI, em que se observa um novo perfil de mulheres na família contemporânea, a exemplo das que são chefiadas por elas. Em outras palavras, embora uma série de transformações tenha ocorrido ao longo dos séculos, a hierarquia dos papéis entre eles e elas, bem como no campo do trabalho, permaneceu posicionando as mulheres nos postos de trabalho de menor prestígio, com baixos salários e tempo parcial, uma vez que há uma imposição social construída historicamente vai contribuir de forma relevante para que estas assumam o já citado trabalho doméstico e a conciliação com o trabalho produtivo.

Para a maioria das mulheres, esta condição determina que, ainda que consiga alcançar o espaço produtivo, estará sujeita a dupla jornada, mesmo com dificuldades para efetuar essa conciliação. Concebe-se esta situação é uma das vias que conduz as mulheres ao ingresso em trabalhos precários. Portanto não se trata apenas de constatar a presença de diferenças entre homens e mulheres no meio social, mas, de buscar compreender o conjunto de elementos que aí se entrecruza nas especificidades de gênero e que são amplamente utilizados pelo capitalismo para “controlar a hierarquização do modo de produção e reprodução do capital” (NOGUEIRA, 2006, p.28). A percepção desta condição deve-se muito ao movimento feminista que tem se empenhado em desnaturalizar tal processo e trazer a cena pública a sua real significação. Como coloca Freitas (2007), problematizando as desigualdades entre práticas sociais de cada sexo, o movimento feminista denunciava um sistema em que as relações entre homens e mulheres apresentavam forma de poder, dominação, e no qual as mulheres estavam em desvantagem. Segundo Juliet Mitchell, a dialética produção-reprodução social define o lugar reservado as mulheres na sociedade de classes. Para esta autora,

A situação da mulher é distinta de qualquer outro grupo social oprimido: a mulher constitui a metade da espécie humana. Em alguns casos, são exploradas e oprimidas igual ou conjuntamente com outras classes exploradas ou grupos oprimidos: a classe trabalhadora, os negros, etc. Enquanto não houver uma revolução na produção, a situação de trabalho seguirá determinando a situação da mulher no mundo do homem. Porém à mulher é oferecido um universo próprio: a família. A mulher é explorada no trabalho, relegada ao lar: essas posições compreendem sua opressão (MICHELL, 1977, 109).

Apesar da crescente incorporação das mulheres no mercado de trabalho, É fato que a vigência de um novo padrão de acumulação flexível na era de mundialização do capital alterou de forma substancial a condição do trabalho das mulheres, expressando sua progressão contínua, mas, sob condições precarizadas, as vagas ocupadas em sua maioria carregam a conciliação, por isso é possível observar que não trouxe consigo a igualdade entre os sexos, o que contribui para que as relações assimétricas existentes ganhassem novos contornos, tendo no mercado de trabalho um elemento favorável a esta permanência.

Realidade constatada por Hirata (2002) mostra que, apesar do aumento de mulheres em postos de trabalhos, a partir dos anos de 1980, elas permaneceram em ocupações precárias, excluídas de planos de carreira e contratadas por tempo determinado. Para Freitas e Silveira (2007), as mudanças ocorridas nos modos de produção econômica e nas relações de trabalho afetam a vida das mulheres, uma vez que a estrutura econômica está interligada às relações sociais e culturais da sociedade. A incorporação feminina tem suas especificidades no processo de reestruturação econômica. Foram criados postos de trabalhos mais flexíveis, mas via jornadas parciais, contratos por tempo determinados e trabalhos em domicílios, que se utilizam da qualificação informal delas obtidas no âmbito doméstico. Ou seja, elas permanecem presentes em trabalhos, mas, como já assinalado, em condições precárias, inseguras, com poucos direitos legais, realizando atividades simultâneas e flexíveis.

Não há dúvidas de que a divisão sexual do trabalho é um sistema que articula trabalho de produção e reprodução criando um ciclo de subordinação e desigualdade para as mulheres no mercado de trabalho bem como no âmbito doméstico (não há divisão das atividades, ficando somente a cargo das mulheres por serem consideradas como “coisa de mulher”). Portanto as práticas sociais vivenciadas estão marcadas por estas representações.

Seguindo esta perspectiva de pensamento, Souza-Lobo (1991) coloca em evidência a necessidade da abordagem, discussão sobre a divisão sexual do trabalho, bem como avaliar as qualificações, trajetórias ocupacionais e formas de gestão como mecanismos históricos influenciadores na inserção de homens e mulheres em seus postos de trabalho. Ressalta-se que a divisão sexual do trabalho pressupõe a existência espaços sócio ocupacionais sexuados e que indicam nichos e segregações em determinadas ocupações no mundo do trabalho que são moldadas pela relação de gênero.

Saffioti (2013) aponta que fatores de ordem natural, tais como sexo e etnia, operam como válvulas de escape no sentido de alívio simulado de tensões sociais geradas pelo modo capitalista de produção, e no sentido ainda, de desviar da estrutura de classes para a atenção dos membros da sociedade, centrando-a nas características físicas que involuntariamente certas categorias sociais possuem.

O Exército de reserva na sociedade capitalista está ligado ao processo de acumulação do capital e a geração de um excedente populacional. Em tal perspectiva, BRAVERMAN (1987, p. 326) afirma, na década de 1970:

[...] a porção feminina da população tornou-se o principal reservatório de trabalho. Em todos os setores da classe trabalhadora, os que mais rapidamente crescem, são constituídos, na maioria, de mulheres, e em alguns casos, a maioria esmagadora dos trabalhadores. As mulheres constituem a reserva ideal de trabalho para as novas ocupações maciças, ou seja, trabalho em escritório e o setor de serviços. A barreira que confina as mulheres nas escalas de pagamento mais baixas é reforçada pelo vasto número em que estão disponíveis para o capital [...] Enquanto a população masculina, mesmo em suas épocas principais apresenta um lento declínio de participação (o que não passa de uma forma oculta do aumento de desemprego), as mulheres vêm participando no emprego numa taxa rapidamente crescente por todo esse século. Para o capital, isto exprime o movimento ascensional das ocupações mal pagas, domésticas e “suplementares”.

Ante o exposto, a vigência da divisão sexual do trabalho acaba sendo uma condição necessária para a flexibilidade produtiva visualizada neste contexto de reestruturação do capitalismo, claramente observável na posição ocupada pelas mulheres neste cenário, em empregos precários, em tempo parcial e horários flexíveis. O que nos leva a inferir que tal flexibilidade é também assexuada, o que, certamente, concorre para o aumento da desigualdade entre homens e mulheres no mundo do

trabalho, posto que é a ela quem cabe a responsabilidade para conciliar do trabalho produtivo e reprodutivo.

3 CONCLUSÃO

A divisão sexual mostra que a condição feminina no capitalismo sofre um processo de marginalização que conduz a mulher a servir de força de trabalho que contribui significativamente para manter o padrão de equilíbrio do sistema capitalista. Na concepção de Toitio (s/d), a inserção da mulher na esfera produtiva está ligada, entre outros fatores, com a necessidade do capital de diminuir o preço da força de trabalho, ao se apropriar das “diferenças”, criadas histórica e socialmente, entre os sexos e instrumentalizá-las a seu favor, e assim se cumpre a mais valia, tão essencial a reprodução do capital. O autor coloca que no capitalismo as mulheres estão ainda mais a mercê dos movimentos de valorização do capital na medida em que, tendencialmente, ganham menores salários, atuam sob condições precárias de trabalho e engrossam as fileiras do “exército industrial de reserva”.

Assim a força de trabalho das mulheres, vem sendo utilizada pelo capital como matéria essencial no processo de exploração do capital, que contribui para a sua reprodução, ampliação e conseqüente valorização.

Reafirmamos a necessidade de políticas públicas de trabalho que levem em consideração a perspectiva de gênero para que seja possível romper com as segregações e desigualdades no mercado de trabalho. Para galgar maiores avanços rumo a autonomia urge a necessidade de desmistificação dos papéis socialmente construídos nas diversas instituições da vida social, concordando com Cisne (2012), torna-se então crucial relacionar a luta das mulheres como um movimento legítimo contra as desigualdades vinculadas a classe trabalhadora. Reconhecemos que esta situação é multifacetada, complexa, e por vezes contraditória, necessitando de aprofundamento para compreender os processos, pois se por um lado a feminização tem o seu lado positivo significando a presença feminina na produção, contudo as desigualdades persistem, pois ainda ocupam a maioria dos empregos em tempo parcial, além do cumprimento da dupla jornada está associada ao espaço reprodutivo que a detém pelas “condições necessárias” a sua conciliação ,recebendo salários menores em espaços

precários .É necessário que estes espaços ocupados somem para a qualidade de vida, direitos sociais enfim para o reconhecimento como sujeito de direito.

REFERÊNCIAS

BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista**. Rio de Janeiro, Guanabara, 3 ed.1987.

CARLOTO, M.C Gênero, **Reestruturação Produtiva e Trabalho Feminino** (s/d). Disponível: http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v4n2_carlotto.htm acesso: 22/03/2020.

CISNE, Mirla. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social**. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

DIAS, M de J. S. A feminização do trabalho no contexto da saúde públicaIn: YANOULLAS,S.C.(coord.) **Trabalhadoras**-Análise da Feminização das Profissões e Ocupações. Brasília : Editorial Abaré, 2013.Disponível : http://www.oitcinterfor.org/sites/default/files/file_publicacion/trabalhadoras.pdf

FREITAS, T.V.SILVEIRA, M.L. **TRABALHO, CORPO E VIDA DAS MULHERES**: crítica à sociedade de mercado. São Paulo, SOF, 2007.

GONÇALVES, Renata. Dinâmica sexista do capital: feminização do trabalho precário. Disponível: http://www.pucsp.br/neils/downloads/v9_artigo_renata.pdf Acesso: 29/05/2020

HIRATA, H. **Nova Divisão Sexual do Trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade**. São Paulo: Boitempo, 2002.

KERGOAT,D. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo . In: **Dicionário Crítico do Feminismo**. HIRATA. H. et al (orgs.). São Paulo, UNESP, 2009.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Tradução Reinaldo Santana, São Paulo, DIFEL, 1985.

_____. **O capital**: crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MITCHELL, J. **A Condição da Mulher**. Editorial Anagrama, Barcelona, 1977.

NOGUEIRA, C.M. **A feminização no mundo do trabalho: entre a emancipação e a precarização**. Disponível: http://www.galizacig.gal/actualidade/200306/cmn_a_feminizacao_no_mundo_do_trabalho.htm. Acesso:8/05/2014

NOGUEIRA, C. M. **O trabalho duplicado**. A divisão sexual do trabalho e na reprodução. Um estudo das mulheres trabalhadoras no telemarketing, Expressão Popular, São Paulo, 2006.

PATEMAN, C. **O contrato sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

REED, Evelyn. **Sexo contra sexo ou classe contra classe**. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2008

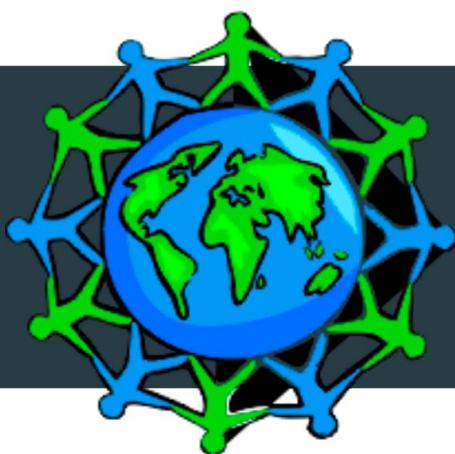
SAFFIOTI, H. I. B. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SCOTT, Joan W. "Gênero: uma categoria útil de análise histórica". **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, p. 71-99. Disponível em https://archive.org/details/scott_gender Acesso: 10/03/2020

SOUZA-LOBO, Elisabeth. Masculino e feminino na linha de montagem - divisão sexual do trabalho e controle social. In: **A classe média operária tem dois sexos**. Trabalho, dominação e resistência. São Paulo, Brasiliense, 1991.

STANCKI, N. **DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO**: a sua constante reprodução. Disponível: http://www.pucsp.br/eitt/downloads/eitt2003_nancistancki.pdf. Acesso em: 16/05/2020

TOITIO, Rafael Dias. **O TRABALHO FEMININO FRENTE AO DOMÍNIO DO CAPITAL**: alguns apontamentos. Disponível em: <http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/terceirosimposio/rafaeltoitio.pdf> Acesso em: 25/04/2020.



Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI

III SINESPP

20 a 24
OUTUBRO
2020

SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS
Democracia, desigualdades sociais e políticas públicas no capitalismo contemporâneo

EIXO TEMÁTICO 9 | QUESTÕES DE GÊNERO, RAÇA/ETNIA E GERAÇÃO

SOBRE MULHERES, ESTERÍOTIPOS E FAMÍLIAS

Helena Vicentini Juliã¹

Nayara Hakime Dutra de Oliveira²

RESUMO

O presente estudo se desenvolve em meio a conjuntura política, social e econômica do Brasil hodierno, estruturado pelos pilares do capital, da opressão, da violência e da desigualdade. Assim, para perpetuar a desigualdade de tarefas e a supremacia do homem sobre a mulher nas sociedades capitalistas a família passou a demandar um modelo cisgênero, monogâmico e heterossexual. É nesse contexto que a problemática da presente pesquisa ganha forma e o objetivo de discutir como se constituem os papéis de gênero das mulheres nas famílias contemporâneas se faz urgente. Em termos teórico e metodológicos, nos valeremos de uma perspectiva interdisciplinar entre o Serviço Social e o Direito, por meio da pesquisa bibliográfica, orientada pelo método dialético. Por fim, pretendemos obter respostas e diretrizes capazes de nortear os profissionais responsáveis a fim de proporcionar a inclusão social e minimizar o preconceito, a opressão e a violência.

Palavras-Chaves: Gênero; Sexualidades; Famílias.

ABSTRACT

The present study is developed amidst the political, social and economic conjuncture of modern-day Brazil, structured by the pillars

¹ Bolsista CAPES e Mestranda pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Bolsista/ Tutora Educacional UNIVESP (2019/2020). Pós-Graduada em Direito das Famílias e Sucessões (2019). Bacharela em Direito pela Faculdade de Direito de Franca (2013/2017). Bolsista de Iniciação Científica pela Faculdade de Direito de Franca (2015/2016). Membro do grupo de pesquisa PRAPES (UNESP). Membro do grupo de estudos e pesquisas sobre famílias - GEFEFA (UNESP). Presidente da Comissão de Diversidade Sexual da 51 Subseção da OAB/SP. Vice Presidente da Comissão de Direito de Família e Sucessões da 51 Subseção da OAB/SP. helena.vicentini@unesp.br

² Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista - UNESP (1995), e em Tecnologia Processamento de Dados pela Universidade de Franca (1994). Mestrado em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista - UNESP (2003). Doutorado em Serviço Social pela Unesp-Franca (2009). Pós Doutorado em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ (2019). É Professora Assistente Doutora do Departamento de Serviço Social da Unesp - câmpus de Franca-SP. Pesquisa as áreas de Trabalho Profissional do Assistente Social com ênfase no contexto sociojurídico e famílias. Líder do Grupo de Pesquisas sobre Famílias - GEFEFA, Coordena o projeto de extensão FAFAMI - Falar de Família, é Familiar. Ministra aulas na Graduação e Pós graduação em Serviço Social na Unesp campus de Franca-SP. Coordenadora do Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Unesp - Franca-SP. nayahakime@gmail.com

of capital, oppression, violence and inequality. Thus, in order to perpetuate the inequality of tasks and the supremacy of men over women in capitalist societies, the family started to demand a cisgender, monogamous and heterosexual model. It is in this context that the problem of this research takes shape and the objective of discussing how gender roles of women in contemporary families are constituted is urgent. In theoretical and methodological terms, we will use an interdisciplinary perspective between Social Work and Law, through bibliographic research, guided by the dialectical method. Finally, we intend to obtain answers and guidelines capable of guiding responsible professionals in order to provide social inclusion and minimize prejudice, oppression and violence.

Keywords: Gender; Sexualities; Families

INTRODUÇÃO

Sem qualquer pretensão de generalizar ou categorizar todas as mulheres em uma única classe homogênea – as afastando dos recortes de classe, raça, sexualidade, identidade de gênero, entre outros - partimos do reconhecimento da diversidade, da luta pela necessidade e pelos direitos da maioria, das mulheres pertencentes à classe trabalhadora, das mulheres racializadas, das mulheres LGBT³, das mulheres com deficiência, “das mulheres encorajadas a enxergar a si mesmas como integrantes da “classe média” enquanto o capital as explora”, (ARRUZZA, BHATTACHRYA e FRASER, 2019, p.41), para discutir como se constituem os papéis de gênero e sexualidade das mulheres nas famílias contemporâneas.

A escolha por utilizar o plural da palavra (mulheres) no presente estudo se dá de maneira consciente, a fim de destacar a multiplicidade e a pluralidade de identidades nessa categoria. Sendo assim, a proêmio, os convidamos a pensar sobre onde estão e

³ É importante destacar que o uso da sigla “LGBT” no presente trabalho não demonstra indiferença, esquecimento ou hierarquia às demais siglas utilizadas atualmente pelo movimento social. Assim, “não importa em qualquer valorização política dos grupos e demandas representadas por estas letras, mas sim pela percepção de que esta sigla tem sido a mais comumente utilizada no debate acadêmico e político contemporâneo no Brasil e no mundo.” (CARDINALI, 2018, p.11) A título de exemplo, apontamos a sigla “LGBTTT”, que pretende dar destaque e dar ênfase a identidades e experiências representadas pela letra “T”; a sigla “LGBTI” que inclui pessoas intersexuais; a sigla “LGBTQI” para representar também as pessoas identificadas como queer; a sigla “LGBTTTQIA” (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Travestis, Transexuais, Queer, Intersexuais e Assexuais), comumente utilizada nos Estados Unidos; (JESUS, 2012, p.30) por fim, a sigla “LGBTQI+” que carrega o símbolo de “+” a fim de incluir todas as identidades, representadas por letrinhas.

² No presente estudo “mulheres trans” será utilizado como um termo hiperônimo (umbrella term), ou seja, como termo generalista, em uma designação abrangente que tem por objetivo referir-se às diversas experiências de gênero não normativas: transexual, transgênero ou travesti. Não há necessariamente uma diferença prática entre mulheres transexuais e travestis, mas há uma diferença social.

quem são as mulheres em nossa sociedade? as mulheres trans²; as mulheres negras, indígenas; as mulheres lésbicas, bissexuais; as trabalhadoras. É preciso enxergar além do esteriótipo de mulher naturalizado pela sociedade capitalista – mulher cisgênera, branca, burguesa, mãe, esposa, heterossexual - e refletir sobre toda a diversidade que permeia a compreensão do que é “ser mulher”.

Em termos teóricos e metodológicos, realizaremos um estudo interdisciplinar entre o Serviço Social e o Direito; diante a intenção de responder questões particulares, de natureza subjetiva, atrelada diretamente às ciências sociais, adotaremos uma abordagem exclusivamente qualitativa e nos valeremos da pesquisa bibliográfica, pautada na compreensão crítica e na análise profunda dos significados contidos nos textos e documentos selecionados. Sobretudo, no sentido de nos proporcionar as bases lógicas para a investigação, orientando em todo o processo de investigação e análise, nos valeremos do método dialético, que nos fornecerá subsídios para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, sobretudo, considerando sua principal característica, o movimento, é fundamental destacarmos que não buscamos defini-lo e utilizá-lo como uma estrutura fechada, com modelos e diretrizes cristalizadas.

Contudo, à vista do extenso quadro teórico e político que envolve as discussões de gênero e sexualidades, será inevitável pensar aproximações possíveis entre correntes teóricas que, por vezes, podem ser interpretadas como divergentes. Tanto o marxismo como o pós-estruturalismo terão, para esse estudo, o mesmo valor, uma vez que podem fornecer diferentes explicações e, portanto, diferentes formas resistência. Refletir e debater sobre temáticas que vão ao encontro das exigências de uma sociedade hegemônica e historicamente estruturada nos pilares do conservadorismo é vital em defesa de nossa luta. Em mulheres, esteriótipos e famílias, buscamos o caráter interventivo da pesquisa e acreditamos que não basta conhecer a realidade social, é necessário ter o desejo de transformá-la.

2 MULHERES, ESTERIÓTIPOS E FAMÍLIAS: DA DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO AO CONTROLE DO CORPO E DA SEXUALIDADE

A primeira divisão do trabalho ocorreu entre homem e mulher visando à geração de filhos”. E hoje posso acrescentar: o primeiro antagonismo de classes que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre homem e mulher no casamento monogâmico, e a

primeira opressão de classe coincide com a do sexo feminino pelo sexo masculino.” (ENGELS, 2018, p.68).

Desde as palavras de Friedrich Engels, em meados de 1884, foram inúmeras as transformações sociais até os dias atuais, contudo, seus dizeres ainda são capazes de representar o contexto da sociedade hodierna, a qual, até o tempo presente, se rege pelos ditames e pelas contradições do sistema capitalista. A opressão de gênero; a divisão sexual do trabalho e o controle sobre o corpo e sobre a sexualidade da mulher se fazem presentes.

Ainda que a opressão de gênero, tal o como o sexismo, não seja um fenômeno único do capitalismo – e, tampouco, da modernidade - está entranhada em sua estrutura, haja vista que “o seu movimento fundamental foi separar a produção de pessoas da obtenção de lucro, atribuir o primeiro trabalho às mulheres e subordiná-lo ao segundo. Com esse golpe, o capitalismo reinventou a opressão das mulheres e, ao mesmo tempo, virou o mundo de cabeça para baixo.” (ARRUZZA; BHATTACHARYA e FRASER, 2019, p.51)

Assim, embora a opressão, o preconceito e a discriminação em relação à diversidade sexual e de gênero sejam fenômenos universais, específicos e apropriados por diversos modos de produção, não podemos desprezar que no capitalismo esse contexto se apresenta ainda mais intenso e repleto de particularidades. Em razão da lógica das sociedades capitalistas, em prol da produção e da reprodução, parâmetros específicos de opressões, direcionados às reconhecidas “minorias sociais”, são apropriados para justificar a sobreposição de uma classe sobre a outra. (MENEZES, 2018, p.2) Sobretudo, há, sem dúvidas, uma naturalização das desigualdades.

Todos os dias, e muitas vezes involuntariamente, reforçamos a ideia de que a força de trabalho e as posições de poder se destinam aos homens e, a detrás da figura masculina, há um outro espaço reservado às mulheres: o doméstico, o cuidado, as famílias. “Em todas as sociedades contemporâneas sobre as quais temos estatísticas, as mulheres realizam a maioria das tarefas domésticas”, ou seja, ao trabalho não remunerado e associado “a definição de mulheres como pessoas cuidadosas, gentis, diligentes, estando sempre prontas para se sacrificarem pelos outros, por exemplo, como ‘boas mães’.” (CONNELL; PEARSE, 2015, p.33).

No entanto, ao considerarmos a supremacia de uma classe sobre a outra, característica central da sociedade capitalista, se faz necessário compreender como esse cenário se desdobra em uma lógica contraditória. Em cada contexto histórico as contradições podem se estabelecer e se apresentar de maneira distinta, ganhando mais ou menos relevância. Isto é, ainda que todas as subestruturas – gênero, classe, raça, sexualidade, entre outras – estejam relacionadas, em cada momento uma poderá se sobrepor a outra, de maneira distinta, mas, muitas vezes, simultaneamente. Motivo pelo qual, as identidades sociais e os sistemas relacionados de opressão, dominação e discriminação, devem sempre ser pensados de maneira interseccional.

Fato é que, a interseccionalidade é capaz de explicar a matriz de opressão cis-heterossexista, etária e divisora sexual do trabalho em nossa sociedade (AKOTIRENE, 2019, p.26), haja vista que, de acordo com Kimberlé Crenshaw, a interseccionalidade é, simultaneamente, a maneira sensível de pensar a identidade e sua relação com o poder. (AKOTIRENE, 2019, p.118) Desta forma, somos parte de um sistema político cis-hetero-patriarcal, que nos “impõem papéis de gênero desde a infância baseados em identidades binárias, informadas pela noção de homem e mulher biológicos, sendo pessoas cisgêneras aquelas cabíveis, necessariamente, nas masculinidades e feminilidades duais e hegemônicas”. (AKOTIRENE, 2019, p.19 e p. 118)

Para tanto, destacamos que o patriarcado, como o próprio nome indica, “é o regime da dominação-exploração das mulheres pelos homens” (SAFFIOTI, 2014, p.47), na gênese da palavra, associa-se à “autoridade do pai” e, portanto, há dominação masculina e opressão feminina. “O patriarcado refere-se a milênios da história mais próxima, nos quais se implantou uma hierarquia entre homens e mulheres, com a primazia masculina.” Neste sentido, não podemos ignorar que o conceito de gênero deve carregar consigo essa ideologia (a ideologia patriarcal) para que não acabe por “dar cobertura” e neutralizar a exploração-dominação masculina. (SAFFIOTI, 2014, p. 145)

Assim, ainda que cada um seja um ser único, com características que nos assemelham ou nos diferem uns dos outros como marcadores da própria diversidade humana, ao lembrarmos a nossa formação pessoal percebemos que desde criança somos ensinados a agir de determinada maneira, gostar de determinadas coisas, ter uma determinada aparência, tudo sempre vinculado ao nosso sexo biológico; “crescemos sendo ensinados que “homens são assim e mulheres são assado”, porque

“é da sua natureza”, e costumamos realmente observar isso na sociedade.” (JESUS, 2012, p.7)

“É por isso que o gênero, embora construído socialmente, caminha junto com o sexo. Isso não significa atentar somente para o contrato heterossexual.” Embora, existam inúmeras e variadas sexualidades, esse fato “não impede que continuem existindo imagens diferenciadas entre o feminino e o masculino.” (SAFFIOTI, 2014, p. 145) Assim, em razão da sua força social e normativa, a categoria “sexo” continua sendo determinante dos os papéis familiares e culturais, bem como da atração erótica considerada normal entre indivíduos do sexo oposto, a heterossexualidade compulsória. (BORRILHO, 2018, p.48)

Basta ver que, se os homens são tidos como líderes e provedores - em razão não só do patriarcado, mas também do falocentrismo e o viriarcado -, e as mulheres são sempre relacionadas ao afeto e ao cuidado, submissas aos primeiros, há, também, uma imposição do papel de complementariedade que deve ser cumprido pelas relações afetivas, sexuais e familiares. Neste padrão, sexo, gênero e desejo devem ser conexos, complementares: o que falta nos homens encontramos nas mulheres, que juntos, unidos pelo casamento, irão reproduzir. Portando nessa lógica, obrigatoriamente, os relacionamentos devem ser sempre entre homens e mulheres cisgêneros, evidenciando a cis-heteronormatividade compulsória. Afinal, se não é pela necessidade de se complementar no outro, por que buscamos a nossa metade da laranja?

O sexo, o gênero e a sexualidade se retroalimentam produzindo, dessa forma, um dispositivo político que poderia ser assim resumido: a espécie humana está dividida em dois sexos (macho e fêmea), os quais têm características próprias (o masculino e o feminino) que os tornam complementares um do outro (desejo heterossexual). (BORRILHO, 2018, p.48).

Não há como negar que as transformações societárias impactam tanto nas relações de gênero como nas relações familiares. Vejamos as famílias mononucleares que surgem nas sociedades capitalistas para reforçar a ideia individualista da propriedade privada, destruindo com as tradições igualitárias advindas das sociedades primitivas, as quais possuíam seus pilares fundados na coparticipação. O controle sobre a sexualidade da mulher, por meio da Monogamia, assegura a prole aos homens, e, conseqüentemente, a força de trabalho. No entanto, considerando que os debates

sobre a Monogâmia ainda são escassos nos estudos brasileiros, cumprimos realizar algumas considerações.

A não-monogamia, em minúsculo, refere-se à prática de resistência; a Monogamia (em maiúscula) refere-se à estrutura (MOSCHKOVICH, 2018, p.173). Assim, para a Autora,

Uma das formas de controle da produção e reprodução de corpos é, sem dúvida alguma, o que podemos chamar de estrutura monogâmica ou Monogamia, com M maiúsculo. No senso-comum utiliza-se o termo “monogamia” para descrever a prática de se relacionar afetiva/sexualmente com uma pessoa de cada vez, apenas. Esse entendimento é bastante problemático e causa ruídos importantes de comunicação – daí a estratégia de usar o M maiúsculo para que não sejam confundidas as coisas. A Monogamia, como estrutura, não está ligada à quantidade de pessoas com quem cada um está de fato ou não transando ou se relacionando, mas sim às normas que regulam esses afetos e, mais do que os afetos, a sexualidade. (MOSCHKOVICH, n.p., 2019)

Esse contexto reflete na condição vulnerável da mulher, tanto no âmbito coletivo, público, como na sua vida privada, na família. Espera-se que ela ofereça mão de obra não remunerada ao homem, contribuindo voluntariamente para criação dos filhos e para a manutenção da casa, além de ser explorada sexualmente. Ademais, foi com a separação do público e do privado que os ideais de domesticidade feminina e de maternidade se consolidaram e, embora não correspondam efetivamente à realidade e às possibilidades de vida de todas as mulheres, não se tratam, meramente, de “ideias fora do lugar”. (BIROLI, 2018, p.95)

Sobretudo, é imperioso ressaltar que, assim como o gênero e sexualidade, “as famílias não são homogêneas, nem em recursos, nem em fases dos ciclos de vida, nem em modelos culturais e organizativos”, mas isso não as impede de ser influenciadas e de interagir com o conjunto da legislação e das políticas sociais, fato esse que vai de encontro a toda problemática até agora expostas. Portanto, apesar das famílias, atualmente, “terem se distanciado do ideal burguês na sua conformação, ainda são mantidas as mesmas expectativas sobre o seu papel e suas responsabilidades”. (MIOTTO; CAMPOS e CARLOTTO, 2015, p.8)

As leis, as políticas públicas e o Direito brasileiro, de forma geral, corroboram com o padrão cis-hetero-patriarcal imposto ao indivíduo e a suas relações. Nosso sexo, gênero e sexualidade são controlados pela estrutura social em que estamos inseridos: somos induzidos e manipulados; condicionados ao casamento, em prol da reprodução.

Até mesmo, se considerarmos o reconhecimento das uniões e do casamento entre pessoas do mesmo sexo⁴, podemos perceber uma certa “domesticação” de comportamentos, no qual há apagamento das diferenças na medida em que o Direito reconhece como válidos apenas “relacionamentos higienizados”, ou seja, que emulem o modelo tradicional heterossexual. (CARDINALI, 2018, p.40)

Por fim, para refletir, destacamos algumas questões que emergem dos entendimentos de Daniel Borrilho e, também, de Roger Raupp Rios (2018): as categorias de sexo, gênero e sexualidade realmente são providas de pertinência jurídica? Ou deveríamos pensar uma sociedade e uma justiça individual capaz de integrar ao universo jurídico todas as pessoas sem que essas categorias fossem consideradas determinantes? Desta forma, seria possível pensar os efeitos do contrato do casamento, ou até mesmo as políticas públicas para famílias, sem que as subjetividades do indivíduo fossem condição para a sua constituição?

De fato, para que o ser humano possa adotar diferentes gêneros na sua vida privada, é necessário que o sujeito de direito se despoje publicamente dessa categoria. Do contrário, seria absurdo registrar nos documentos de identidade todas as subjetividades temporárias e passageiras que os indivíduos desejam dar às suas próprias subjetividades (homem, mulher, assexuado, trans, travesti, macho, fêmea, amo, escravo...). (BORRILHO, 2018, p.51)

3 CONCLUSÃO

Diante a todo o até aqui exposto, para delinear nossa conclusão, retomaremos o conceito de gênero. Conceito esse que não se limita à biologia, que é repleto de significados históricos e sociais. Ou seja, o gênero é uma construção social, a qual nos permite repensar as identidades, independentemente da lógica binária dos sexos (macho e fêmea) e da matriz heterossexual que sustenta tanto as relações sociais como o Direito brasileiro. Portanto, é premissa compreendemos que não é somente a anatomia (biologia) que define a diferença, mas os sim os códigos culturais vigentes em cada momento histórico.

⁴ Em 2011 os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) julgaram em conjunto a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4277 e a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 132, reconhecendo a união estável para casais do mesmo sexo. Em 3013, a Resolução 175/2013 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) passou a disciplinar o casamento homoafetivo.

Até os dias atuais, vivemos emersos em um sistema capitalista, que se rege pelos ditames do cis-hetero-patriarcado; somos parte de uma sociedade omissa e hierarquizada, que nega a diversidade, impõe padrões e estigmatiza sujeitos. Assim, considerando a vulnerabilidade e estigmatização das mulheres em relação ao próprio sexo, ao gênero e as sexualidades, frente ao preconceito social e jurídico estrutural, o presente estudo, através da interdisciplinaridade entre o Serviço Social e o Direito brasileiro, é capaz de articular, de maneira dialética, a temática e cumprir com o objetivo de discutir como se constituem os papéis de gênero e sexualidade das mulheres nas famílias contemporâneas.

Os papéis femininos e masculinos não são meras “questões de gênero” mas, na verdade, se inserem em uma lógica estruturante das relações sociais de sexo, ou melhor das relações patriarcais de sexo, que são permeadas por explorações que se imbricam com a constituição das classes sociais e com as relações étnico raciais. (CISNE; SANTOS, 2018, p. 62) Assim, não podemos, em nenhum momento, nos olvidar que “ser mulher” não se trata de uma classe, de uma identidade homogênea. Gênero e sexualidade devem ser pensados de maneira interseccional, a fim de pensar a relação entre identidades e poder.

Portanto, ao compreendermos o que está por trás da ideia que reitera a todo tempo a divisão do espaço público (para os homens) e do espaço privado (para as mulheres) percebemos que embora essa definição de mulheres - sempre relacionada ao doméstico, ao cuidado, à família - não corresponda à realidade de todas, e tão pouco de igual maneira para todas, reflete, de maneira geral, a sua condição de vulnerabilidade e submissão ao masculino. Entretanto, é mister ter consciência que esse contexto pode ser ainda mais complicado e excludente quando abrimos os olhos e enxergamos para além da figura naturalizada pelo ideal burguês.

Mesmo que, aos poucos, as mulheres estejam conquistando diversos espaços, ainda perdura em nosso meio, em razão de sua responsabilização pela reprodução social, a visão de que “a família é o locus da atuação da mulher e o mercado de trabalho o locus da atuação do homem.” (MIOTTO; CAMPOS e CARLOTTO, 2015, p.8) Desta forma, temos que considerar que não só a sociedade, mas também as normas jurídicas contribuem para legitimar a naturalização de papéis de gênero das mulheres nas famílias contemporâneas. Atingir a emancipação dessas amarras que acabam por

regular os afetos e, mais do que os afetos, o corpo e a sexualidade da mulher, se torna uma tarefa ainda mais complexa.

O sistema cis-hetero-patriarcal impõe às relações familiares a necessidade de procriação, suscitada pela ideia de complementaridade entre homem e mulher (ambos cisgêneros), seja pelas suas identidades, seja pela biologia. Nós, mulheres, carregamos o esteriótipo, naturalizado pelo sistema vigente, somos esposa ou puta⁵, mas sempre a serviço do homem.

REFERÊNCIAS

- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Polen. 2019
- ARRUZZA, Cinzia; FRASER, Nanci. **Feminismo para os 99%**: um manifesto. Tradução Regina Candiani. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2019.
- BIROLI, Flávia. **Gênero e Desigualdades**: os limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.
- BORRILLO, Daniel. **Direitos Sexuais e Direito de Família em Perspectiva Queer** [recurso eletrônico]. Fernando Seffiner e Roger Raupp Rios (org.). Porto Alegre: UFCSPA, 2018
- CARDINALI, Daniel Carvalho. **A judicialização dos Direitos LGBT no STF**: Limites, possibilidades e consequências. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2018.
- CISNE, M. SANTOS, S. M. M. **Feminismo, diversidade sexual, e serviço social**. **Biblioteca Básica de Serviço Social**. Vol. 8. São Paulo: Cortez, 2018.
- CONNELL, Raewyn. PEARSE, Rebecca. **Gênero**: Uma perspectiva Global. Tradução Marília Moschkovich. NVERSOS EDITORA. 2015.
- ENGELS, F. **A origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. São Paulo: Boitempo, 2019.
- ENGELS, F.; MARX, K. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero**: conceitos e termos. Brasília, 2012.

⁵ Ver Amanda Palha, Transfeminismo e contrução revolucionária (Margem Esquerda, Revista da Boitempo, n. 33, 2019): “Compreendo a dualidade complementar entre os lugares da esposa e da puta como dois polos representativos do papel da mulher na organização capitalista e ‘apenas mediações diferentes para a afirmação do mesmo poder patriarcal que brota da propriedade privada.’”

MENEZES, Moisés Santos. **LGBT e o mercado de trabalho**: uma trajetória de preconceito e discriminações. Conquer – Conferência Internacional de Estudos Queer. Disponível em:

http://www.editorarealize.com.br/revistas/conquer/trabalhos/TRABALHO_EV106_MD1_SA7_ID186_04032018135735.pdf. Acesso em: abr. 2020.

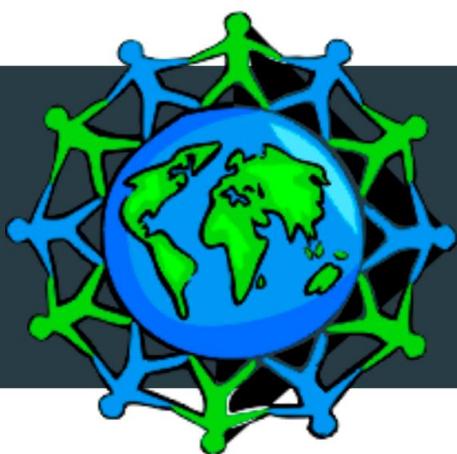
MÉSZÁROS, I. **Para Além do Capital**. São Paulo: Boitempo. 2002.

MIOTO, Regina Célia; CAMPOS, Marta Silva; CARLOTO, Cássia Maria (orgs). **Familismo, direito e cidadania**: contradições da política social. São Paulo: Cortez, 2015.

MOSCHKOVICH, Marília. **Poliamor: desvio liberal ou resistência à família burguesa?**. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2019/09/13/poliamor-desvio-liberal-ou-resistencia-a-familia-burguesa/>. Acesso em: maio 2020

PALHA, Amanda. Transfeminismos e construção revolucinária. **Margem Esquerda**: Revista da Boitempo n. 33. São Paulo: Boitempo, 2019. p.38 – 44.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, Patriarcado e Violência**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular. 2015.



Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI

III SINESPP

20 a 24
OUTUBRO
2020

SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS
Democracia, desigualdades sociais e políticas públicas no capitalismo contemporâneo

EIXO TEMÁTICO 9 | QUESTÕES DE GÊNERO, RAÇA/ETNIA E GERAÇÃO

A PERSPECTIVA DE GÊNERO NO SERVIÇO SOCIAL: os impactos do (anti)sexismo na formação e atuação profissional

SE THE GENDER PERSPECTIVE IN SOCIAL WORK: the impacts of (anti) sexism on training and professional performance

Andreza Oliveira Barros¹

Maria Clara Teresa Fernandes Silveira²

RESUMO

O artigo discute sobre a relação entre gênero e Serviço Social, mais especificamente como esta se apresenta na formação e no exercício profissional da categoria. A investigação parte de uma retomada histórica da trajetória do papel do “feminino” no Serviço Social, além de uma revisão sistemática de literatura que analisa os anais do II SINESPP (2018). A proposta é compreender mais sobre o que está sendo discutido através da análise de pesquisas de estudantes de serviço social e assistentes sociais para assim conhecer o que está sendo dito sobre gênero dentro dos estudos de serviço social. A análise pode contribuir para o adensamento na percepção da importância dos estudos de gênero para mitigação de opressões da dominação-exploração de gênero, raça e classe.

Palavras-Chaves: Gênero; Serviço Social; Revisão sistemática

ABSTRACT

The article discusses about the relation between gender and Social Work, more specifically how this is presentes in the training and professional practice of the category. The reseaech begins from a historical resumption of the trajectory of the role of the “feminine” in the Social Work, besides a systematic literature review that examines the annals of the SINESPP (2018). The proposal is to comprehend more about what is discussed through the analysis of Social Work student's and Social Worker's researchs for to get to know what is being said about gender within Social Work studies. The analysis can contribute to the tickening in the perception of the importance of gender studies

¹ Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal do Piauí, Bolsista do Programa de Educação Tutorial – PET Serviço Social; Email: andrezzaoliveira8840@gmail.com.

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia - UFPI; Graduada em Serviço Social - UFPI. Email: mctfernandes7@gmail.com

for the mitigation of oppressions of domination-exploration of gender, race and class.

Keywords: gender, social work, systematic review.

INTRODUÇÃO

Em sua gênese o Serviço Social se apresentou em consonância com doutrinas da igreja católica, com princípios associados a vocação, ajuda, caridade e benevolência. Não por coincidência, esses aspectos eram (e são até hoje) associados como papéis femininos, por isso a profissão se inicia destinada às mulheres com esse perfil.

Um longo caminho foi traçado para legitimar a profissão, os maiores destaques são a ruptura com as doutrinas da igreja católica e o processo de reconceituação - com início nos anos 1960 e 1970 - que marca a passagem das teorias e práticas profissionais conservadoras - assumindo o materialismo histórico dialético marxista para análise das expressões da questão social. Nesse contexto, onde estão situados os estudos de gênero e a importância desses na práxis profissional?

A sociedade capitalista neoliberal se sustenta na exploração da classe trabalhadora e segue desmontado Políticas Públicas. Atualmente (2020), crescem cada vez mais projetos conservadores e reacionários, sendo o Estado - com o governo Bolsonaro - um dos atores de desmonte de direitos, se colocando completamente contra projetos, políticas e ações que defendem igualdade de gênero.

Nessas disputas de projeto, o Serviço Social aparece com seu projeto ético-político em defesa de direitos, visando a construção de uma nova ordem societária, contra preconceitos e qualquer forma de discriminação de classe, raça e gênero, possuindo dilemas e desafios manifestados pelas questões conjunturais que advêm de uma sociedade patriarcal-capitalista.

Desta forma, este trabalho visa refletir sobre a relação entre as questões de gênero e Serviço Social enquanto profissão, para assim problematizar e investigar o debate sobre gênero e os impactos deste na atuação profissional. A produção teórica do Serviço Social manifesta-se na desconstrução de práticas misóginas, machistas, LGBTQIA+ fóbicas e demais expressões que perpassam a sociedade capitalista brasileira? A prática profissional de assistentes sociais confronta ou reproduz essas

relações do sistema de dominação-exploração? Que particularidades as pesquisas em Serviço Sociais trazem aos estudos de gênero?

A metodologia proposta consiste em análise através de uma revisão sistemática de literatura, a qual “trata-se de um tipo de investigação focada em questão bem definida, que visa identificar, selecionar, avaliar e sintetizar as evidências relevantes disponíveis” (GALVÃO; PEREIRA, 2014). Dessa forma têm-se a análise de trabalhos publicados nos anais do II Simpósio Internacional de Políticas Públicas, considera-se os artigos publicados no ano de 2018, na modalidade de comunicação oral em “Questões de gênero, raça/etnia e geração”.

Tal escolha de base para a pesquisa funda-se na importância e impacto do simpósio para a graduação de Serviço Social e pós-graduação em políticas públicas, assistentes sociais dentre outras áreas afins dos estudos sociais. Para a organização sistemática do trabalho e análise final do material, se utilizou como critérios de inclusão: a) estudos com a temática de gênero e Serviço Social b) apontamentos no texto que vinculam o estudo com o Serviço Social ou a profissionais da área. Para a exclusão tiveram-se os critérios: a) apesar de se encontrar na modalidade de comunicação oral, e no GT “questões de gênero, raça/etnia e geração”, não apontam uma relação com o Serviço Social. Assim, após a exclusão pelo critério referido foram selecionados, lidos e analisados quatro trabalhos. Nessa direção busca-se analisar os aspectos de gênero no Serviço Social considerando essa relação histórico/dialética com rebatimentos na contemporaneidade.

2 DA EMERGÊNCIA AOS DIAS ATUAIS: uma breve trajetória do gênero (feminino) no Serviço Social

A marca feminina atribuída ao Serviço Social advém da sua gênese na década de 1930 na sociedade brasileira, essa ocorreu ligada à Igreja católica com aperfeiçoamento das mulheres para realizar missão do apostolado com as famílias trabalhadoras (IAMAMOTO, 2017). Assim, a partir “[...]do “humanismo cristão”, que serão instituídas as práticas e valores em torno da carreira de Serviço Social. Estes últimos, por sua vez, articularam as expectativas, habilidades e qualidades naturalmente atribuídas ao feminino na tradição ocidental cristão” (CISNE, 2004, p.54).

O processo de institucionalização enquanto profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho surge da “necessidade de uma nova modalidade de intervenção do Estado [...]” (NETTO, 2009, p.25) demandada pelo capitalismo monopolista, sob essas condições de respostas imediatas às necessidades da classe trabalhadora, o Estado é capturado para desenvolver intervenções contraditórias (NETTO, 2009) e romper com a repressão e benevolência no plano interventivo, assim, emergem políticas sociais públicas que possibilitam a entrada da profissão para mediar as relações conflitantes entre capital e trabalho.

O Serviço Social mesmo “à época de sua institucionalização, teve seus quadros profissionais preenchidos por maioria esmagadora de mulheres” (VELOSO apud CISNE, 2004, p.53), as mulheres permaneceram sendo preteridas para as ideias caritativas e conservadoras que a profissão demandava. Essas realizavam atuações principalmente junto às famílias operárias, com a naturalização de papéis, as mulheres eram a “cliente” principal, assim as ações relacionavam-se com higienização, cuidado com as crianças, formação moral e doméstica das famílias, eram capacitadas para desenvolver atividades de controle, doutrinárias e técnicas (IAMAMOTO, 2014). Essas tarefas eram realizadas a partir de instrumentos e técnicas mais elaborados para “ajustar” os sujeitos aos interesses da ordem social dominante, esses fundamentam-se na recepção “à influência norte-americana, fundada na teoria sistêmica e no funcionalismo, expressa nas formulações do Serviço Social de caso, de grupo e no desenvolvimento de comunidade” (IAMAMOTO, 2017, p.25).

Não obstante, com a entrada da década de sessenta uma série de mudanças se processam no cenário brasileiro, que advém de um contexto internacional, onde:

autocracia burguesa investiu na reiteração de formas tradicionais da profissão, seu movimento imanente apontou [...], para uma ponderável reformulação do cenário do Serviço Social, justamente pela instauração daquelas condições novas [...]. Tais condições vinculam-se sobretudo à reorganização do Estado e as modificações profundas na sociedade que se efetivaram, durante o ciclo autocrático burguês, sob o comando do grande capital (NETTO, 2005, p.118).

Esse momento histórico produz insatisfações sinalizadas na América Latina (Movimento de Reconceituação) e de formas diversificadas nos países que a profissão estava inserida na divisão sexual e social do trabalho (NETTO, 2005), surgiram questionamentos ao Serviço Social tradicional que posteriormente resulta na recusa

dessas bases teóricas e práticas tradicionais, assim se desenvolve o processo de renovação na profissão.

Esse processo ocorre em três fases distintas, com destaque para a última denominada de intenção de ruptura, “ao contrário das anteriores, esta possui como substrato nuclear uma crítica sistêmica ao desempenho “tradicional” e aos suportes teóricos, metodológicos e ideológicos” (NETTO, 2005, p.159). Essa perspectiva possibilita a aproximação com o marxismo, apesar que inicialmente essa aproximação acontece de forma problemática, contudo a maturação dessa confluência contribui para a consolidação da ruptura ao tradicionalismo, e impulsionar a construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social.

Atualmente, o Projeto Ético-Político (PEP) tem como base a Lei 8662/93 de Regulamentação, as Diretrizes Curriculares (1996), o Código de Ética de 1993 e outros. Este possui as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, essas são essenciais para o exercício profissional comprometido com os usuários dos serviços sociais. A materialização desse compromisso é fundamental, pois:

[...] o Serviço Social é uma profissão formada prioritariamente por mulheres oriundas da classe trabalhadora e, como tal, além de mediatizada por um forte recorte de classe social, também é mediatizada por predominância de mulheres pardas ou negras. Esse também é o perfil das usuárias dos serviços sociais, a quem os(as) assistentes sociais prestam serviços (LIMA, 2014, p. 55).

Destarte, o Serviço Social possui um projeto profissional que, conforme Souza (2014) manifesta o que a profissão representa, por meio de valores, objetivos, funções que a legitima socialmente, também podem confrontar ou defender “projetos societários” vigentes ou em construção. O Código de Ética do/a assistente social reúne princípios e valores básicos, como pluralismo, defesa da liberdade, recusa ao autoritarismo; luta contra preconceitos e discriminações de classe, raça, gênero, etnia, orientação sexual; além de “opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero” (CFESS, 1993, p.23). É perceptível que a categoria profissional consolidou avanços fundamentais para o exercício da profissão, com amadurecimento teórico, na pesquisa com aproximação à realidade, e apreensão das problemáticas da vida social, além do engajamento político.

Contudo, questiona-se, os/as assistentes sociais desenvolvem uma prática profissional alinhada aos subsídios teórico-metodológicos inerente à profissão? Com destaque para as discussões que englobam gênero, raça e classe, além da constatação nítida da presença majoritária de mulheres na profissão desde a gênese dessa, é necessário ampliar o campo de estudo para “formação de um/a profissional que desvende a realidade em suas múltiplas expressões, objetivando construir uma intervenção qualificada na realidade social” (ALVES, 2017, p. 159), percebendo o processo de trabalho circunscrito nas relações sociais e exercendo sobre elas uma atuação.

3 REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA

Diante da relação histórica e social entre Serviço Social e mulheres, e finalmente os aspectos de raça e classe, surge a necessidade de introduzir na formação as múltiplas questões que emergem e permanecem sobre essas expressões na sociedade capitalista e, assim, adentram aos espaços sócio-ocupacionais da profissão.

Carloto e Lisboa (2012) expõem que as questões de gênero e seus rebatimentos são apreensões posta ao Serviço Social pelo código de ética, além disso, cresce interesse pelo tema nas pesquisas e campos de estágio, e os espaços de trabalho também ocupam-se dos impactos e necessidades geradas pelas relações de gênero. Todavia, na categoria formativa e profissional “o tema ainda é tratado como “específico”, “a parte” e não como ferramenta teórica transversal ao campo teórico que contribua para compreensão das relações sociais marcadas pela dominação-exploração” (CARLOTO, LISBOA, 2012, p.9-10).

Contudo, é fundamental apontar que contradição capital/trabalho reúne diversas expressões das desigualdades sociais, conforme Iamamoto (2015, p.114)

A gênese da questão social encontra-se enraizada na contradição fundamental que demarca esta sociedade, assumindo roupagens distintas em cada época: a produção, cada vez mais social, que se contrapõe à apropriação privada do trabalho, de suas condições e seus frutos. Uma sociedade em que a igualdade jurídica dos cidadãos convive, contraditoriamente, com a realização da desigualdade. Assim, dar conta da questão social, hoje, é decifrar as desigualdades sociais – de classes – em seus recortes de gênero, raça, etnia, religião, nacionalidade, meio ambiente etc.

Desse modo, com intuito de compreender como se manifesta esse conjunto de desigualdades na sociedade, mais especificamente as de gênero, raça e classe e seus rebatimentos na intervenção profissional e na formação de assistentes sociais, tem-se como base a análise dos artigos selecionados (quatro), os quais resultam³: compreensão das mulheres em relação aos direitos de guarda, pensão alimentícia e de visita definidos no processo de mediação de conflitos desenvolvidos pelo Serviço Social (CARMO; COSTA, 2018), o segundo faz um enfoque na questão racial, não abandonando a tríade com aspectos de raça e classe ao analisar movimentos sociais de mulheres negras (LIMA; SILVEIRA, 2018); o quarto aborda a influência da mídia e sua utilização a partir de estereótipos machistas dos corpos femininos em propagandas (SOUSA, 2018), o último pesquisa as desigualdades gênero presente nas políticas sociais, em especial a de assistência social (VASCONCELOS, 2018).

A pesquisa de Carmo e Costa (2018) centra-se na percepção das mães que passaram pelo processo de mediação de conflitos exercido pelo Serviço Social em um núcleo da Defensoria Pública. Essas mães ficaram com a guarda das crianças (guarda unilateral), e os pais apenas fazem visitas quinzenais, ou seja, o cuidado, a responsabilização sobre as crianças recai sobre as mães. As autoras também destacam que as mulheres optam pela guarda unilateral em função da compartilhada, mas esse tipo de guarda não impede os conflitos entre os responsáveis. Percebe-se assim as imposições ideológicas postas pelo machismo, inicialmente pela escolha da responsabilidade não compartilhada - a mãe, determinada socialmente como a responsável pelo cuidado, reproduz essa visão e escolhe (quando possui essa possibilidade) não dividir as muitas responsabilidades com os pais. Entretanto isso não expressa as necessidades dessas mulheres, com duplas ou até triplas jornadas de trabalho, pois elas querem a participação dos pais na divisão do cuidado dos/as filhos/as, “do ponto de vista materno, há reclamações sobre a pouca ou inexistente presença do pai no cuidado dos filhos, sem contar a insatisfação por ver ex-companheiro tendo poucas responsabilidades nisto” (CARMO; COSTA, 2018, p. 125).

Sousa (2018) também dialoga como o patriarcado e sua ideologia machista influem nas relações, assim, aponta as potencialidades da mídia para reproduzir

³ Todos os artigos analisados foram publicados nos anais do II SINESPP.

estereótipos, utiliza-se de relações desiguais de gênero para produzir propagandas e comercializar mercadorias a partir da sexualização do corpo feminino, com aspectos que apelam a submissão da mulher ao homem.

Lima e Silveira (2018) apontam a necessidade de partir dos recortes de raça, classe e gênero para compreender as diferentes manifestações da questão social, com enfoque em como o movimento de mulheres negras se constrói e se organiza, por diferentes perspectivas teóricas. As autoras reivindicam um espaço de análise específica da questão social (objeto de intervenção do assistente social) que fale sobre negritude, em especial mulheres negras. Assim, elas afirmam que as mulheres negras estão na base da pirâmide social e econômica, surgindo a necessidade de apresentar que esse movimento diverso se organiza, tendo em vista a inevitabilidade de reivindicar os seus direitos historicamente negados pelo Estado e invisibilizados na luta de outros movimentos sociais.

Diferentemente de Carmo e Costa; Sousa; Lima e Silveira (2018) abordam ou fazem em suas pesquisas recortes de gênero, entretanto, tem-se no total análises voltadas às mulheres e as desigualdades que as atinge. Sendo essa categoria permeada de diversas identidades, nota-se que apenas Lima e Silveira (2018) discutem e destacam a variável raça como aspecto fundamental para compreensão das opressões geradas a partir desse aspecto social. As pesquisas foram desenvolvidas a partir dos espaços de trabalho das/dos assistentes sociais (como a temática se expressa na prática) ou como objeto de estudo do Serviço Social, essencial para compreensão e aplicação no exercício profissional.

Além do mais, destaca-se nessa mesma perspectiva de discussão - gênero (mulheres) e Serviço Social - a pesquisa de Vasconcelos (2018), essa com mais afinco que as demais expostas, correlaciona o processo de trabalho de assistentes sociais na política de assistência social e o “lugar do gênero” nesse espaço sócio ocupacional, também discute a contraditoriedade dessa política expressa em particular na desigualdade de gênero, destaca que:

Quando falamos na materialização dessa política nos Centros de Referência de Assistência Social, percebemos que o público-alvo é a mulher e não a família em sua totalidade, que a consubstancialidade da assistência social reproduz e reitera as desigualdades de gênero e o papel da mulher na sociedade. [...] os papéis colocados para a mulher como ser mãe, ser

cuidadosa e delicada, educadora, frágil, entre outros, são apropriados e reforçados na manutenção da política de assistência social (VASCONCELOS, 2018, p. 231).

Desse modo, as análises tragas por Vasconcelos (2018) assim como as demais, centram-se nas “questões femininas”, onde as opressões expressas em desigualdades que abrange as mulheres, as vezes especificado a classe dessas ou subentendido pela política de assistência social. Vasconcelos (2018) também não considera ao discutir a política de assistência social a dimensão de raça, apresentando apenas de forma geral a relação entre raça, gênero e classe. Torna-se fundamental apontar que “gênero” nos artigos, como objeto das pesquisas ou como relação concreta que se manifesta para as/os assistentes sociais na sua prática profissional, reduz-se a mulher, também, não se observa as mulheres na sua diversidade de raça, sexualidade, e invisibiliza os entrelaçamentos das relações de gênero e raça (e outras) como expressões concretas do desenvolvimento das relações de desigualdade sociais.

4 CONCLUSÃO

Conforme o exposto, os estudos de gênero são fundamentais para uma formação e prática profissional sem discriminação e reprodução de preconceitos. Em função dos resultados percebidos (onde gênero se torna sinônimo de mulheres), é importante apontar que os estudos de gênero e Serviço Social não somente englobam estudos sobre mulheres. Assim, questiona-se onde estão as pesquisas produzidas por assistentes sociais sobre diversidade de gênero, masculinidades, orientação sexual e diversidade de gênero, por exemplo, tendo em vista que são problemáticas frequentes no exercício profissional.

Através da análise é possível verificar que as “questões de gênero” manifestam-se no exercício profissional de assistentes sociais, contudo, hegemonicamente as pesquisas de gênero em serviço social falam sobre mulheres e dentro dessa própria categoria existem as variáveis de raça e classe. Apenas um dos artigos fala especificamente sobre mulheres negras, de forma teórica, os demais não apresentam esse recorte ao relacionar seus estudos com a prática. Não assumir esse recorte significa ignorar as diferenças de raça que impactam na questão social, que, sendo uma falta nos estudos teóricos, vai refletir na prática profissional de assistentes sociais - estes vão para

os campos de atuação sem despertar para a realidade do racismo estrutural, podendo reproduzir e até reforçar essas desigualdades. Dessa forma, a escassez de pesquisas com recorte de raça, em Serviço Social, é um reflexo da natureza estrutural do racismo no Brasil.

É preciso ressaltar que a cada dia temos mais estudos que abordam questões de gênero (não somente mulheres) e que a pequena amostra pesquisada através de revisão sistemática não reflete necessariamente no todo das pesquisas em Serviço Social no Brasil. Através dessa metodologia, no entanto, podemos afirmar que, utilizando gênero como categoria, os estudos sobre mulheres cisgênero ainda são a maioria nas pesquisas acadêmicas em Serviço Social, o que em momento algum invalida a necessidade destes, visto a realidade de dominação-exploração vivida cotidianamente por mulheres, principalmente negras, pobres e transgêneros.

REFERÊNCIAS

ALVES, L. N. **Relações patriarcais de gênero e Serviço Social no Brasil**. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Serviço Social, Rio de Janeiro, 2017.

CARMO, L. F. O. do; COSTA, A. C. R. da. A percepção de mulheres sobre guarda, pensão alimentícia e direito de visita após o processo de mediação de conflitos realizado pelo Serviço Social de um núcleo da Defensoria do estado do Pará. In: II Simpósio Internacional Estado Sociedade e Políticas Públicas, 2, 2018, Teresina. **Anais...** Teresina: Editora da UFPI (EDUFPI), 2018.

CFESS. **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. Brasília: CFESS, 1993.

CISNE, M. **Serviço Social de mulheres para mulheres?: uma análise crítica da categoria gênero na histórica “feminização” da profissão**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

GALVAO, T. F.; PEREIRA, M. G. Revisões sistemáticas da literatura: passos para sua elaboração. **Epidemiol. Serv. Saúde**, Brasília, v. 23, n. 1, p. 183-184, mar. 2014. Disponível em <http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-49742014000100018&lng=pt&nrm=iso>. acesso em: 08 jun. 2020.

IAMAMOTO, M. V. 80 anos dos Serviço Social: a certeza na frente, a história na mão. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 128, p. 13-38, jan./abr., 2017.

IAMAMOTO, M. V. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 41 ed. São Paulo: Cortez, 2014.

IAMAMOTO, M. V. Trabalho e Serviço Social: redimensionamento da profissão ante as transformações societárias recentes. In _____. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 26 ed. São Paulo: Cortez, 2015. cap. 2, p. 83 -140.

IPEA. **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ... [et al.]. - 4ª ed. Brasília: Ipea, 2011. p. 39: il.

LIMA, P. S. de; SILVEIRA, M. C. T. F. O movimento de mulheres negras: em busca de um consenso teórico. In: II Simpósio Internacional Estado Sociedade e Políticas Públicas, 2, 2018, Teresina. **Anais...** Teresina: Editora da UFPI (EDUFPI), 2018. p.

LIMA, R. de L. de. Formação profissional em serviço social e gênero: algumas considerações. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 117, p. 45-68, Mar. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282014000100004&lng=en&nrm=iso>. acesso em: 08 jun. 2020.

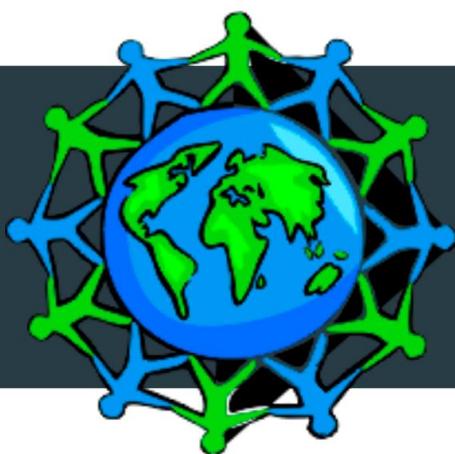
NETTO, J. P. As condições sócio-históricas da emergência do Serviço Social. In _____. **Capital monopolista e Serviço Social**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2009. cap. 1, p.16 - 77.

NETTO, J. P. **A renovação do Serviço Social sob a autocracia burguesa**. In _____. Ditadura e Serviço Social. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2005. cap. 2, p.117- 305.

SOUSA, V. M. F. de. Persuasão midiática e banalização das relações de gênero na mídia: uma abordagem sobre a utilização vulgarizada de corpos femininos em comerciais. In: II Simpósio Internacional Estado Sociedade e Políticas Públicas, 2, 2018, Teresina. **Anais...** Teresina: Editora da UFPI (EDUFPI), 2018.

SOUZA, V. B. Gênero, marxismo e Serviço Social. **Temporalis**. Brasília (DF), ano 14, n. 27, p. 13-31, jan./jun. 2014.

VASCONCELOS, M. L. G. O lugar do gênero feminino: uma breve análise da desigualdade de gênero nas políticas sociais. In: II Simpósio Internacional Estado Sociedade e Políticas Públicas, 2, 2018, Teresina. **Anais...** Teresina: Editora da UFPI (EDUFPI), 2018.



Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI

III SINESPP

20 a 24
OUTUBRO
2020

SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS
Democracia, desigualdades sociais e políticas públicas no capitalismo contemporâneo

EIXO TEMÁTICO 9 | QUESTÕES DE GÊNERO, RAÇA/ETNIA E GERAÇÃO

DIALOGANDO SOBRE A VELHICE HUMANA COM ASSISTENTES SOCIAIS NA SAÚDE: Concepções sobre a Gerontologia Social

DIALOGUING ABOUT HUMAN OLD AGE WITH SOCIAL WORKERS IN HEALTH:
Conceptions about Social Gerontology

Maria de Fátima de Oliveira Falcão¹
Edilson Fernandes de Souza²
Sálvea de Oliveira Campelo e Paiva³

RESUMO

Apresentamos fragmentos do diálogo sobre o Envelhecimento Humano e a Velhice, com Assistentes Sociais nos Hospitais Universitários Públicos, situados no Recife. Consistiram em estudo descritivo e exploratório, a partir de pesquisa teórica e de campo. Neste escrito abordamos o objetivo de conhecer a concepção teórico-metodológica adotada por Assistentes Sociais sobre o Envelhecimento e a Velhice. O Projeto foi aprovado por CEP, sob o CAEE 25937119.6.0000.5208. A pesquisa foi realizada no mês de dezembro de 2019, envolvendo doze Assistentes Sociais. Os principais resultados identificados foram: a necessidade de atualização de conhecimento sobre a proposta da Gerontologia Social Crítica e a contribuição para o processo formativo da/o Assistente Social.

Palavras-Chaves: Serviço Social, Gerontologia Social, Envelhecimento Humano e Velhice.

ABSTRACT

Here we present fragments of the dialogue about Human Aging and Old Age with Social Workers in Public University Hospitals located in

¹ Assistente Social do CAPS Acolher. Mestra em Gerontologia pela Universidade Federal de Pernambuco. Membro da Comissão Temática de Envelhecimento e Trabalho do CRESS/PE e do Grupo de Estudo em Envelhecimento Humano na Perspectiva da Totalidade Social (GEEHPTS) do Hospital Universitário Oswaldo Cruz, da Universidade de Pernambuco. E-mail: mariaffatima@yahoo.com.br

² Pós Doutor em Sociologia pela Universidade de Porto-Portugal. Doutor em Educação Física/Estudos do Lazer pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Docente do Programa de Pós Graduação em Educação/Núcleo de Teoria e História e do Mestrado em Gerontologia / Envelhecimento, Cultura e Sociedade, ambos da Universidade Federal de Pernambuco. É membro do Grupo de Pesquisa Processos Civilizadores, vinculado ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnologia (CNPq). E-mail: edilson.souza@ufpe.br

³ Assistente Social, Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco; Gerontóloga titulada pela SBGG Nacional; Coordenadora do Núcleo de Gerontologia Social, do Hospital Universitário Oswaldo Cruz, da Universidade de Pernambuco. E-mail: salvea.campelo@upe.br

Recife. This consists of a descriptive and exploratory study, based on field and theoretical research. In this paper, we address the objective of knowing the theoretical-methodological conception adopted by Social Workers on Aging and Old Age. The Project was approved by CEP, under the CAEE 25937119.6.0000.5208. The survey was conducted in December, 2019, and involved twelve Social Workers. The main results were: the need to update the knowledge about Critical Social Gerontology proposal and the contribution to the Social Workers training process.

Keywords: Social Work, Social Gerontology, Human Aging and Old Age.

INTRODUÇÃO

Neste Artigo apresentamos elementos expressos no diálogo entre Assistentes Sociais e estagiárias/os ou residentes sobre a Gerontologia Social. A pesquisa foi realizada com doze Assistentes Sociais, lotadas em Hospitais Universitários (HU's) Públicos do Recife: das Clínicas da Universidade Federal de Pernambuco (HC/UFPE) e Universitário Oswaldo Cruz da Universidade de Pernambuco (HUOC/UPE). Unidades essas escolhidas pelo histórico de prestação de assistência à saúde, ensino e pesquisa, tendo o HC/UFPE 40 anos e o HUOC/UPE 135 anos. A identificação dos HU's públicos foi feita pelos dados disponíveis do Ministério da Educação (ME) e pela Secretaria Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação de Pernambuco (SECTI).

As unidades de saúde são espaços para a efetividade do Sistema Único de Saúde (SUS) e, especialmente, do direito à saúde. Nesse sentido os HU's, nível terciário de atendimento à Saúde, integram ensino, pesquisa e assistência e a prestação de serviços à população; motivo pelo qual se deu a escolha desse espaço socio-ocupacional onde atuam Assistentes Sociais.

Neste escrito, abordaremos o conteúdo relacionado ao objetivo específico de conhecer a concepção teórico-metodológica adotada por Assistentes Sociais sobre o Envelhecimento e a Velhice, junto às estagiárias/os ou residentes. Consistiu em estudo descritivo e exploratório, realizado por Falcão (2020), mediante pesquisa teórica e de campo. Estudo de abordagem qualitativa levou em consideração os seguintes parâmetros para a análise dos resultados: identificação da concepção teórica que embasa o diálogo sobre a Gerontologia Social; análise do diálogo sobre o

Envelhecimento Humano e a Velhice não reduzidos à demografia e epidemiologia; descrição de referências teóricas no diálogo e identificação de elementos da Gerontologia Social Crítica no diálogo e/ou ações realizadas junto ao segmento Idoso (Velhice como uma produção Social, Totalidade do Sujeito, Heterogeneidade da Velhice, Política Pública como afirmativa de direitos, desconstrução do diálogo conservador). No entanto, para a realização deste escrito, verificaremos conteúdo das respostas à questão: Conte um pouco sobre a abordagem teórico-metodológica que utiliza com os/as estudantes/residentes no diálogo sobre envelhecimento humano e velhice.

Cabe neste momento salientar que as 12 Assistentes Sociais entrevistadas não estavam vinculadas aos ambulatórios/enfermarias de Geriatria ou a Grupos de estudo em Gerontologia. Tendo em vista que tal inserção, por si só, colocaria a/o Assistente Social em necessário diálogo com as/os estagiárias/os ou residentes do Serviço Social sobre o tema, ora focado. Mas a pesquisa considera, de maneira abrangente, o conteúdo que foi/é abordado pelas Assistentes Sociais desde o processo de formação.

Com a divulgação e publicação do estudo e de seus resultados, temos a pretensão de contribuir para o processo formativo da/o Assistente Social, indo além de abordagens demográficas e epidemiológicas sobre o Envelhecimento e a Velhice humana. Trata-se de afirmar a Gerontologia Social Crítica, reivindicando à discussão aspectos relacionados à luta por melhores condições de vida e de trabalho das/os velhas/os, atendidas/os no âmbito da Saúde Pública.

Atualmente, no Brasil, ganha destaque a forma como a população de idosas/os cresce rapidamente, na contramão da efetividade de políticas públicas para atendimento a esta população. O aumento do número de idosas/os é um fenômeno observado quase em escala mundial, mas, no Brasil, as modificações ocorrem de forma radical e acelerada (VERAS, 2009). Nesse sentido, os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019) confirmam o crescimento acentuado do grupo etário com 60 anos ou mais, visto que em suas projeções, no período de 2000 a 2020, o número de idosos passaria de 13,9 para 28,3 milhões. Tendo em vista que o contexto histórico brasileiro guarda particularidades em relação à pobreza e à desigualdade social, isto repercute, diretamente, no acesso a bens e serviços públicos para a efetividade dos direitos e o exercício da cidadania.

Assim, as transformações na apresentação da velhice trouxeram a necessidade de aprofundar o olhar mais crítico sobre o envelhecimento populacional brasileiro, principalmente sobre a produção social da velhice nesse cenário atrelada à perspectiva de problema social, como destaca Teixeira (2007). Portanto, o aumento populacional do segmento idoso revela a necessidade de pensar como as políticas públicas são ou não efetivadas para receber esse contingente. De acordo com o Estatuto do Idoso (BRASIL, 2003), a pessoa idosa tem direito ao atendimento em ambulatórios, com equipe especializada nas áreas de Geriatria e Gerontologia. Dessa forma, perceber esse direito no âmbito dos HU's, torna-se necessidade ainda mais urgente, pois eles congregam no mesmo espaço: assistência à saúde, ensino, pesquisa e extensão se tratando de centros formadores da educação formal das/os profissionais

A/O Assistente Social e o trabalho no campo da Gerontologia Social

O Serviço Social emerge frente à Questão Social, categoria social representada pelo conjunto das expressões da desigualdade social, no cerne da sociedade capitalista, fundada no antagonismo entre capital e trabalho. De forma que há um processo histórico que pauta a estruturação da profissão em tela, rebatendo diretamente no fazer profissional. Temos, portanto, um desafio muito bem sinalizado por Iamamoto (2013 p. 170): “[...] historicizar o debate, rompendo as análises teoricamente estéreis, porque descoladas da realidade, assim como as visões intimistas e empiricistas do Serviço Social, que só poderão conduzir a uma versão burocratizada da revisão curricular na dinâmica universitária.”

Sabe-se, a Gerontologia Social é um campo de estudo multiprofissional, que investiga aspectos do envelhecimento e da velhice. Torna-se, assim, importante compreender como se dá a aproximação do Serviço Social com a teorização sobre o envelhecimento, a velhice humana, tendo em vista a importância de se refletir sobre a Gerontologia na formação do/a Assistente Social. Portanto, conhecer a concepção da/o Assistente Social sobre a Gerontologia Social, tomando por base o seu processo de formação e a prática, no ambiente da Saúde, junto ao segmento idoso, implica no movimento de ida ao encontro da nossa categoria profissional.

Pensar a velhice, pela ótica do que legisla a política de saúde, é pensar que o espaço do cuidado com a saúde vem carregado de características não apenas

pertinentes ao processo saúde – doença, mas também de participação comunitária e da efetividade na sociabilidade do sujeito. Contudo, uma leitura crítica da atual conjuntura evidencia a fragilidade de uma rede de serviços que permite o acesso à conta gotas, à medida que o número populacional de idosas/os avança. Vê-se [“a olho nu”] um “pseudo” acesso à política de saúde funcionalizado por filas de espera para marcação de consultas, exames e/ou cirurgias. Desse modo, ater-se às/aos Assistentes Sociais que atuam nos HU’s e que recebem estagiárias/os e residentes significa poder dialogar sobre a instrumentalidade do Serviço Social, diante de uma série de elementos que referenciam a Gerontologia Social e, mais especificamente, a Gerontologia Social Crítica.

Podemos pontuar, desde então, que é inegável a necessidade da atuação da/o Assistente Social frente às demandas oriundas do público idoso e das tensões advindas dos conflitos na efetividade das políticas públicas, dos rebatimentos da relação de classes e, principalmente, da leitura sobre a atual condição de vida da/o velha/o no Brasil. E esta atuação deve ser dialogada com estagiárias/os ou residentes, visando a contribuir nas futuras atuações. Para Campelo e Paiva (2014, p. 170) “a negação da história, convém não esquecer, é um recurso do Conservadorismo” e “as diferenças nos processos de envelhecimento populacionais existem, mas existem como produto das relações sociais capitalistas”.

Do nosso ponto de vista, devemos enfrentar a produção e reprodução da “velhice trágica”, a culpabilização ou vitimização das/os velhas/os. Portanto, além da necessidade de reafirmação das políticas públicas voltadas à população idosa, faz-se necessário manter um padrão de educação permanente das/os profissionais, a fim de estimular a visão crítica em relação aos desafios postos à atuação profissional, estabelecidos na conexão histórica da sociedade com o lócus de atuação.

2 RESULTADOS DA PESQUISA RELACIONADOS AO OBJETIVO ESPECÍFICO: Uma breve discussão

Apresentaremos a seguir alguns resultados da pesquisa, relacionados ao objetivo de conhecer a concepção teórico-metodológica adotada por Assistentes Sociais sobre o Envelhecimento e a Velhice, junto às estagiárias/os ou residentes. A importância dessa verificação se dá em dois sentidos: (i) por serem Assistentes Sociais que não atuam no âmbito da Geronto/Geriatria, cabe indagar sobre a concepção adotada pela/o

profissional a respeito das questões colocadas pelo envelhecimento, pela velhice humana; (ii) saber como se estabelece e a partir de qual concepção o diálogo entre essas/es assistentes sociais e estudantes em estágio acadêmico, e/ou residentes. Vejamos, então, um pouco do que foi evidenciado.

Sobre o perfil do grupo de Assistentes Sociais entrevistado, todas são mulheres, sendo que nove atuam no HC/UFPE e três no HUOC/UPE. 50% das entrevistadas estão no intervalo dos 30 aos 39 anos de idade. Com relação à (auto)identificação da cor/raça, cinco são brancas, duas são negras, três são pardas e duas não brancas. Do total das entrevistadas, duas não têm religião, quatro são católicas, duas são evangélicas e quatro são espíritas/kardecistas. Quanto ao tempo de atuação nos HU's, de maneira geral, varia no intervalo de seis a trinta e três anos: sendo de três a vinte e nove anos no HC/UFPE; e de treze a vinte e dois anos no HUOC/UPE. Ou seja, é um tempo significativo de atuação na área profissional, bem como no acompanhamento de estagiárias/os e residentes (FALCÃO, 2020).

Sobre o tempo de registro profissional no Conselho Regional de Serviço Social (CRESS), no HC/UFPE oscilou entre oito e trinta e três anos; no HUOC/UPE, entre dezesseis a vinte e cinco anos. Concernente ao processo contínuo de autoformação e aperfeiçoamento, no HC/UFPE, sete Assistentes Sociais têm Especialização e duas Assistentes Sociais têm Mestrado em Serviço Social; no HUOC/UPE, duas Assistentes Sociais têm Especialização e uma é mestranda em Serviço Social (em fase de conclusão). Nenhuma, porém, possui especialização na área da Gerontologia (FALCÃO, 2020).

Versando especificamente sobre a Questão que trazemos a este escrito, qual seja: Conte um pouco sobre a abordagem teórico-metodológica utilizada no diálogo com estudantes/residentes sobre envelhecimento humano e Velhice, visando a identificar elementos formadores da concepção adotada sobre Gerontologia, vejamos alguns fragmentos das respostas obtidas. É importante destacar que variaram, inclusive, no mesmo Hospital. No HC/UFPE, por exemplo, das nove entrevistadas, cinco relatam a visão crítica, embora não tenham expressado, durante a entrevista, elementos dessa visão; duas responderam que a abordagem não se aplica, tendo em vista o atendimento a segmento etário diferente; e duas descreveram atividades realizadas para instrumentalizar as/os estagiárias/os sobre o cotidiano profissional em setor específico. No HUOC/UPE, das três entrevistadas, uma relatou abordagem crítica, mas enfatizou a

necessidade de aprofundamento teórico; uma relatou referenciar para profissionais da área da Geronto/Geriatria os casos de idosas/os atendidos no plantão a fim de afirmar o compromisso com o atendimento prestado; e uma descreveu atividades realizadas para instrumentalizar as/os residentes sobre o cotidiano profissional em setor específico.

Houve ênfase, também, na abordagem de conteúdo das legislações que instrumentalizam a prática profissional, além do merecido destaque no sentido de reconhecer a necessidade da Educação Permanente, elemento este considerado imprescindível à competência crítica, devendo ser estimulado desde o período formativo e no aprimoramento e autoformação da/o Assistente Social.

A partir do estudo, ficou constatado que o diálogo sobre o Envelhecimento Humano e a Velhice é uma necessidade latente, em consonância com a dimensão ético-política que subsidia a prática profissional, no sentido de qualificar as/os profissionais para atendimento ao segmento idoso na perspectiva da Gerontologia Social Crítica. Essa constatação foi várias vezes citada nas falas das entrevistadas em ambas as instituições pesquisadas (FALCÃO, 2020).

Quando pedimos para que as entrevistadas contassem um pouco sobre a abordagem teórico-metodológica⁴ que utilizam com as/os estagiárias/os, no diálogo sobre envelhecimento humano e Velhice, no HC/UFPE, sete Assistentes Sociais relataram que realizam leitura de textos que fundamentam a prática e do aparato legal que subsidia essa prática junto à população de velhas/os; estudo de caso com a equipe multidisciplinar; e estímulo à participação em atividades científicas. Duas Assistentes Sociais não descreveram a abordagem no sentido do diálogo sobre o Envelhecimento Humano e a Velhice porque o público prioritário do setor não é do segmento idoso; mas que realizam leitura do aparato legal concernente ao segmento idoso (Estatuto do Idoso, Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa, entre outras).

No HUOC/UPE, duas entrevistadas seguiram a descrição de procedimentos, como acima citados, em relação ao cotidiano com as/os residentes (leitura sobre a

⁴ Por serem profissionais de referência, no âmbito da saúde, em HU's, as/os Assistentes Sociais devem estar preparadas/os para reconhecer no atendimento as/aos usuárias/os, a importância do papel que devem desempenhar, no sentido de garantir as três dimensões do fazer profissional: técnico-operacional, ético-político e teórico- metodológica do Serviço Social. Neste escrito abordaremos a Teórico-Metodológica sem deixar de reconhecer o quanto a três dimensões se entrelaçam para uma prática crítica.

legislação, diálogo sobre os casos atendidos, entre outros); uma Assistente Social respondeu que a abordagem teórico-metodológica é da Gerontologia Social Crítica, reconhecendo a necessidade de aprofundamento.

Diante da especificidade dos critérios para a participação na pesquisa, houve pouca identificação de atendimentos ao segmento idoso. Pois não podemos esquecer que elegemos Assistentes Sociais que não estivessem vinculadas ao âmbito da Geronto/Geriatria⁵. Nos dois HU's, os atendimentos de idosos/os são encaminhados a ambulatórios específicos (Clínica Médica e Geriatria) ou aos plantões. Dentre as doze entrevistadas, apenas uma relatou aproximação à Gerontologia Social, mas, em sua prática cotidiana não realiza ações voltadas ao segmento idoso, pois está lotada em setor com outro perfil etário. Ou seja, em setores específicos, as doze entrevistadas⁶ não descrevem ações voltadas ao público idoso em sua prática cotidiana (no período de janeiro a dezembro de 2019), quando questionadas sobre datas alusivas⁷ relacionadas ao segmento idoso, como o 15 de junho e o 1º de outubro (FALCÃO, 2020).

Esses resultados demonstram a dinâmica da especialização e especificidade nos atendimentos, sendo possível chamar a atenção para a real necessidade de ampliar o debate sobre as questões do envelhecimento junto à categoria profissional, em plena consonância com as dimensões ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa do Serviço Social.

No cotidiano profissional, coerente com o projeto ético-político, as/os Assistentes Sociais precisam observar o conceito ampliado de Saúde, não mais compreendida enquanto ausência de doença, mas sim como produto das relações sociais e delas com os contextos sociais que a circundam. Entender as questões levantadas pelo envelhecimento humano, no âmbito da saúde, requer das/os Assistentes Sociais a reflexão sobre esse processo atravessado pelas relações sociais de

⁵ Assistentes Sociais, trabalhadoras/os dos ambulatórios/enfermarias de Geriatria ou de serviços/Grupos de estudo em Gerontologia foram excluídas/os do estudo.

⁶ Dentre as 12 entrevistadas, apenas uma relatou a vivência mais aprofundada em relação à Gerontologia Social, na época em que trabalhou em serviço da Geriatria e no núcleo de atendimento ao idoso, na prática atual não realiza ações voltadas ao segmento idoso. Neste sentido, as entrevistadas relataram que os atendimentos ao segmento idoso ocorrem, de forma mais recorrente, nos atendimentos de escala em plantão geral e de internamento.

⁷ O dia 15 de junho – Dia Mundial de Conscientização da Violência contra a Pessoa Idosa, instituído desde 2006, pela Organização das Nações Unidas (ONU) e pela Rede Internacional de Prevenção à Violência à Pessoa Idosa; e o dia 1º de outubro – Dia Internacional e Nacional do Idoso.

produção e reprodução da vida. Ou seja, determinado pelas desigualdades sociais (FALCÃO, 2020).

Dessa forma, a atuação profissional deve superar perspectivas fragmentadas, ou análises apenas demográficas e/ou epidemiológicas, abarcando as conexões existentes entre os elementos que interferem de forma direta ou indireta, nas demandas apresentadas pelo segmento idoso, no âmbito da saúde. Sendo assim, a realização de cursos de educação permanente sobre temáticas que remetem a determinado segmento das nossas populações, pode potencializar a atuação profissional e o diálogo com as /os estagiárias/os e residentes. Além de permitir que a/o Assistente Social possa “suspender o cotidiano” para refletir criticamente sobre a realidade.

Os resultados do estudo indicam que o diálogo das Assistentes Sociais junto à/os estagiárias/os e/ou residentes, demanda elementos da Gerontologia Social Crítica como: Velhice como produção social; a heterogeneidade do envelhecimento humano e da velhice, dentre outros aspectos a serem devidamente considerados. Especialmente incitando a análise crítica na atuação, junto ao segmento idoso e tendo em vista que muitas vezes o cotidiano institucional impõe limites que necessitam ser suplantados. E o momento da educação permanente permite esta reflexão mais aprofundada do fazer. Não se trata aqui de estimular apenas o foco numa temática, mas de ampliar esse foco, diante da conjuntura atual, tomando como exemplo o Envelhecimento e a Velhice de homens e mulheres, trabalhadores e trabalhadoras.

As respostas às questões levantadas descreveram, de maneira geral, elementos vinculados à Gerontologia mais tradicional, principalmente, centrados no crescimento demográfico e no impacto causado ao atendimento institucional. Há, portanto, a necessidade de superar esse paradigma de atuação profissional. Principalmente, devem se analisar os elementos críticos, elencados nos parâmetros da pesquisa, necessitando, assim, avançar neste sentido, a fim de fortalecer o diálogo no espaço formativo e qualificar o atendimento às demandas que surgem e/ou surgirão.

Embora várias entrevistadas tenham afirmado um posicionamento crítico pertinente ao fazer profissional, em relação ao que foi indagado durante a pesquisa, nas respostas às perguntas alinhadas à Gerontologia, não foram identificados os seguintes elementos: velhice como produção social; heterogeneidade da velhice; desconstrução do diálogo da velhice tradicional (FALCÃO, 2020).

Os elementos que remetem ao diálogo sobre a Gerontologia Social Crítica, elencados pelos parâmetros que nortearam a análise de conteúdo das respostas endossam a totalidade do sujeito e o compromisso ético-político profissional. Dessa maneira, mesmo que sejam poucos os atendimentos relatados ao segmento idoso, nos setores das profissionais entrevistados é importante identificar o porquê da ausência deste atendimento, inclusive em relação aos familiares e/ou responsáveis pelas/os usuárias/os.

Em relação à identificação da concepção teórica, que embasa o diálogo sobre a Gerontologia Social e as referências teóricas utilizadas neste diálogo, percebeu-se que dez das entrevistadas abordam aspectos mais alinhados com a concepção tradicional, como, por exemplo, o crescimento demográfico e epidemiológico e a relação com as políticas públicas, foram elementos mais referenciados. Apenas uma Assistente Social referenciou a Gerontologia Social Crítica, no grupo das entrevistadas no HUOC/UPE⁸. Há, portanto, a necessidade de fortalecer, junto às Assistentes Sociais e, conseqüentemente, a estagiárias/os ou residentes, elementos que compõem o diálogo sobre a Gerontologia Social em sua perspectiva crítica, conforme previsto na legislação que respalda o exercício profissional (Código de Ética) da/o Assistente Social.

Reitera-se no estudo a afirmação de Santos (2015) sobre a necessidade de garantir a reflexão teoria/prática que pode acontecer de modo pactuado com as universidades públicas do Recife/PE (UFPE e UPE), ligadas aos hospitais universitários públicos, onde ambos possuem o curso de Serviço Social e o espaço de estágio /residência em Serviço Social.

3 CONCLUSÕES

Conhecer o conteúdo do diálogo das Assistentes Sociais junto aos/as estagiários/as sobre a Gerontologia Social permitiu compreender alguns elementos sobre a concepção teórico-metodológica adotada por Assistentes Sociais sobre o Envelhecimento e a Velhice humana.

⁸ No HUOC/UPE há o NAISCI (Núcleo de Articulação e Atenção Integral à Saúde e Cidadania do Idoso) que realiza cursos de formação sobre a Gerontologia Social Crítica o que favorece o diálogo sobre a temática tanto com os profissionais como com estagiárias/os e residentes.

O Serviço Social enquanto profissão que tem como compromisso ético e político a defesa intransigente dos direitos sociais e da classe trabalhadora, no processo da luta de classes, deve apropriar-se do diálogo e debate acerca da formação profissional, sendo a capacitação permanente um componente imprescindível para a prática qualificada em diferentes setores da sociedade. Fator destacado pelas Assistentes Sociais entrevistadas durante todo processo de pesquisa.

Nos HU's, o Serviço Social compõe um vasto campo de ensino, pesquisa e extensão, contribuindo para a formação, especialização e atualização das/os estudantes ou profissionais em relação a diversos aspectos da realidade social. No HC/UFPE, foi possível conhecer a intervenção profissional realizada junto aos/às estagiários/as do Serviço Social e o diálogo sobre a Gerontologia Social. No HUOC/UPE, ao conhecer a intervenção junto a Assistentes Sociais vinculadas ao Programa de Residência Multiprofissional da UPE, foi possível observar a continuidade do processo formativo e a atualização profissional.

Compreender o embasamento teórico da/o Assistente Social sobre a Gerontologia Social; a concepção teórico metodológica na abordagem junto às/aos estagiárias/os ou residentes; a necessidade de atuação da/o Assistente Social junto ao público idoso; o espaço de educação continuada que se apresenta no hospital universitário (abrangendo Assistência, Ensino, Pesquisa e Extensão em Saúde); a Saúde como Política Pública (prevista na Constituição Federal do Brasil, no SUS e sintonizada com os princípios da atuação profissional) é pressuposto para fortalecer o diálogo sobre a Gerontologia Social e construir um caminho para o atendimento ao sujeito na perspectiva da Totalidade Social e, conseqüentemente, da Gerontologia Social Crítica.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da república federativa do Brasil de 1988**. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 26 maio 2020.

BRASIL. **Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH)**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7082.htm. Acesso em: 10 nov. 2019.

BRASIL. **Estatuto do idoso**: Lei nº 10.741 01/10/2003. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm. Acesso em: 15 dez. 2019.

CAMPELO E PAIVA, S. O. **Envelhecimento, saúde e trabalho no tempo do capital**. São Paulo: Cortez, 2014.

CFESS. **Código de Ética do Assistente Social**. Disponível em:
http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em: 01 fev. 2020.

FALCÃO, Maria de Fátima de Oliveira. **Prática profissional e o processo formativo da/o assistente social: expressões do Diálogo sobre a Gerontologia em Hospitais Universitários do Recife/PE**. 2020. 91 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Gerontologia, Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2020.

FALEIROS, V.P. **A pessoa idosa e seus direitos: sociedade, política e constituição**. In: Berzins MV, Borges MC, organizador. Políticas Públicas para um país que envelhece. São Paulo: Martinari; 2012. p. 45-66.

HADDAD. Eneida Gonçalves de Macedo. **A ideologia da velhice**. 2ª Edição. São Paulo, Editora Cortez, 2016.

IAMAMOTO, M.V. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 11ª.ed. São Paulo: Cortez, 2013.

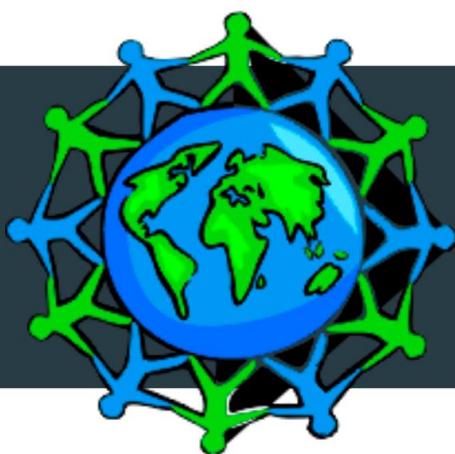
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Mudança demográfica no Brasil no início do século XXI- Subsídios para projeção da população: 2015**. Disponível em:
<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv93322.pdf>. Acesso em: 08/12/2019.

ONU. (Organizações das Nações Unidas). **CEPAL: mudanças demográficas na América Latina terão impactos nas políticas públicas**. 2019. Disponível em:
<https://nacoesunidas.org/cepal-mudancas-demograficas-na-america-latina-terao-impactos-naspoliticas-publicas/> Acesso em: 11 abr. 2020.

SANTOS, Cláudia Mônica dos. **Na Prática a Teoria é outra?: mitos e dilemas na relação entre teoria, prática, instrumentos e técnicas no serviço social**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015. 107 pag.

TEIXEIRA, Solange Maria. **As condições de vida dos velhos trabalhadores aposentados no Brasil**. 2007. Disponível em:
http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos/EixoTematicoD/049ff0a4836f644bfd89SOLANGE%20MARIA_TEIXEIRA.pdf. Acesso em: 15 dez. 2019.

VERAS, R. **Envelhecimento, demandas, desafios e inovações**. Revista de Saúde Pública, V. 43, n. 3, p. 548-554, 2009.



Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI

III SINESPP

20 a 24
OUTUBRO
2020

SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS
Democracia, desigualdades sociais e políticas públicas no capitalismo contemporâneo

EIXO TEMÁTICO 9 | QUESTÕES DE GÊNERO, RAÇA/ETNIA E GERAÇÃO

MULHER E IGUALDADE NO MERCADO DE TRABALHO: realidade ou utopia?

Clerislânia de Albuquerque Sousa¹

RESUMO

Ao longo da história, as mulheres sempre buscaram seu espaço mesmo em ambientes onde a atuação dos homens era predominante. Ao passo que as mulheres foram conquistando novos espaços, a busca por igualdade entre os homens foi uma das principais premissas para que elas pudessem conquistar o mundo e reivindicar pelo seu espaço, quer seja em qualquer esfera. Nesse sentido, esse estudo trouxe uma abordagem sobre a realidade das mulheres brancas e negras no mercado de trabalho. O estudo revelou que apesar dos avanços conquistados pelo feminismo, ainda existem inúmeras disparidades no mercado de trabalho entre mulheres e homens, o que corrobora com a ideia da importância da luta do feminismo, ao passo que demonstra a necessidade de um amadurecimento da sociedade e dos gestores no tocante de dar o espaço e principalmente o protagonismo que as mulheres merecem.

Palavras-Chaves: Mulher; Racismo; Desigualdade; Feminismo; Trabalho.

ABSTRACT

Throughout history, women have always sought their space even in environments where the performance of men was predominant. While women were conquering new spaces, the search for equality between men was one of the main premises for them to be able to conquer the world and claim for their space, whether in any sphere. In this sense, this study brought an approach to the reality of white and black women in the labor market. The study revealed that despite the advances achieved by feminism, there are still numerous disparities in the labor market between women and men, which corroborates the idea of the importance of the struggle of feminism, while demonstrating the need for a maturation of society and workers.

¹Mestre em Planejamento e Políticas Públicas pela Universidade Estadual do Ceará / UECE; E-mail: clerislania@gmail.com

managers in terms of giving space and especially the role that women deserve.

Keywords: Woman; Racism; Inequality; Feminism; Job.

INTRODUÇÃO

Historicamente, as mulheres sempre foram colocadas como um ser inferior, se comparado com o homem. Tal fato pode ser ratificado através da dominação masculina em inúmeros campos, dentre os quais podemos destacar o campo da filosofia, mesmo com inúmeras filósofas atuando em séculos passados, a hegemonia era sempre masculina. Com o passar dos séculos, as mulheres começaram a reivindicar inúmeros direitos, conforme os períodos os quais viviam. Começava-se aí um caminho só de ida: chegava o feminismo. A luta feminista veio ganhando maior envergadura ao longo dos anos e principalmente um número expressivo de adeptas. As mulheres têm um posicionamento claro e principalmente sabem até onde podem chegar.

No entanto, infere-se que essa é uma luta contínua, visto que, infelizmente, em alguns aspectos ainda existem obstáculos a serem superados. Tais obstáculos podem ser pelo fato de ser mulher, ou ser mulher negra, por exemplo. Tais marcadores podem ser evidenciados em inúmeros aspectos em nossa sociedade, tais como economia, saúde, educação e mercado de trabalho, tema deste estudo. A partir deste prisma, este estudo tem como objetivo geral: abordar a luta das mulheres pelo seu espaço ao longo dos anos e como objetivos específicos, pretende: refletir sobre a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no mercado de trabalho, ratificar a importância do movimento feminista pela busca dos direitos das mulheres e analisar a realidade das mulheres no mercado de trabalho.

A fim de realizar tal estudo, buscou-se trabalhar com pesquisa qualitativa, no que tange a abordagem, a mesma é de caráter descritivo. No tocante dos procedimentos técnicos utilizados, buscou-se trabalhar com pesquisa bibliográfica, a fim de trazer o referencial teórico para este estudo, assim como, trabalhou-se também com a interpretação de alguns dados referentes à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua do ano de 2018, que trouxe um caderno especial tratando sobre as mulheres no mercado de trabalho, assunto que relaciona-se diretamente com este estudo. Sobre

a pergunta de partida deste estudo, podemos destacar: A igualdade para as mulheres no mercado de trabalho é uma realidade ou utopia? Trazer tal questionamento é de bastante relevância, uma vez que questionar possíveis disparidades existentes entre homens e mulheres quer sejam brancas e negras é um tema que merece ser discutido, quer seja pela sua relevância e por sua atemporalidade.

2 MULHERES AO LONGO DA HISTÓRIA

Ao longo da história as mulheres sempre buscaram seu espaço. Isso é inegável. Mesmo vivendo em condições que não as favoreciam, as mulheres, cada uma à sua época, estavam à procura do protagonismo que mereciam. Em sociedades passadas, as mulheres viviam à sombra dos homens, se compararmos a atuação de ambos nos mesmos períodos. Tais lacunas existentes entre homens e mulheres já eram perceptíveis no campo da filosofia, uma vez que os homens eram maioria, dominando tal campo. Partindo disso, podemos ratificar tal afirmação a partir do comentário de Rovere, (2019, p. 7):

A história das mulheres na filosofia é marcada por numerosos desequilíbrios, dos quais o mais evidente – sua longa, muito longa ausência – tende a esconder os outros. Sabemos, é claro, que, desde a Antiguidade e até o século XX, a sociedade patriarcal europeia reservou o estudo das letras a seus rebentos machos, de modo que principalmente a literatura e a filosofia acabaram sendo atividades reservadas aos homens. O monopólio da educação, da escrita, do debate, da publicação, manteve a maioria das mulheres longe dos conceitos filosóficos e daquilo que eles trazem de alegrias especulativas, de esforços literários e de lampejos libertadores.

Cabe destacar que mesmo com o desequilíbrio existente entre a atuação dos homens e das mulheres, houve sim participação das mulheres, em um campo dominado por grandes nomes, tais como: Platão e Sócrates, por exemplo. A partir disso, infere-se que, mesmo em condições adversas, as mulheres sempre procuraram seu espaço e principalmente a igualdade, o que não deixa de ser uma forma de feminismo, assunto tão comentado na atualidade. Nesse contexto, compreende-se que o feminismo não é um termo novo, mais sim, um assunto atemporal e que ganha uma nova roupagem com o passar dos anos. Acerca de tal temática, podemos destacar o comentário de Rovere (2019, p. 9) onde apresenta:

Distinguimos então três grandes “ondas”: a primeira, entre 1880 e 1960, é a da reivindicação dos direitos (voto, trabalho, educação); a segunda, entre

1960 e 1980, desloca-se para o plano cultural e social (os papéis e o lugar da mulher no casal e na sociedade); a terceira, entre 1980 e 2010, implica questões políticas e sociais (ligando a dominação das mulheres a outras formas de segregação, racial e sexual). Poderíamos acrescentar que o ano de 2017 tornou evidente a existência de uma quarta onda do feminismo, definida por uma nova exigência em relação aos costumes (comportamento, discursos, imagens das mulheres).

Partindo disso, compreende-se como a luta do feminismo veio remodelando-se e principalmente influenciando o comportamento das pessoas e das sociedades de uma forma geral, uma vez que as pessoas estão mais conscientes sobre o seu espaço e principalmente sobre a sua forma de compreender as transformações. A desigualdade entre homens e mulheres, conforme visto anteriormente, é um traço da nossa história e a chegada do feminismo veio para romper um contexto de dominação masculina enraizado durante muito tempo. Sobre tal momento, Miguel e Biroli (2014, p. 17) explanam:

A desigualdade entre homens e mulheres é um traço presente na maioria das sociedades, se não em todas. Na maior parte da história, essa desigualdade não foi camuflada em escamoteada; pelo contrário, foi assumida como um reflexo da natureza diferenciada dos dois sexos e necessária para a sobrevivência e o progresso da espécie. Ao recusar essa compreensão, ao denunciar a situação das mulheres como efeito dos padrões de opressão, o pensamento feminista caminhou para uma crítica ampla do mundo social, que reproduz assimetrias e impede a ação autônoma de muitos de seus integrantes.

Nesse prisma, entende-se como a luta das mulheres sempre foi e sempre será um assunto atemporal. Mesmo em pleno século XXI, ainda são visíveis inúmeras desigualdades entre homens e mulheres, mesmo com um maior empoderamento das mulheres. Imagine tais situações para mulheres negras.

3 MULHERES NEGRAS AO LONGO DA HISTÓRIA

A escravidão é uma das marcas mais sombrias da história do nosso país. Os reflexos das condições de desigualdade vivenciados pelos negros durante e após a abolição da escravatura, os quais perpetuaram ao longo dos anos, reprodução de uma sociedade marcada pelo racismo, o qual desencadeou direta ou indiretamente vivenciarmos o racismo estrutural, corrobora com os níveis de desigualdade existentes em nossa sociedade. A desigualdade é um dos vestígios presentes em nossa sociedade,

podendo ser observada em inúmeros aspectos, conforme é explanado por Schwarcz (2019, p. 126):

O fenômeno da desigualdade é tão enraizado entre nós que se apresenta a partir de várias faces: a desigualdade econômica e de renda, a desigualdade de oportunidades, a desigualdade racial, a desigualdade regional, a desigualdade de gênero, a desigualdade de geração e a desigualdade social, presente nos diferentes acessos à saúde, à educação, à moradia, ao transporte e ao lazer.

Para se ter uma ideia como a desigualdade vêm de longa data, o comentário de Ribeiro (2019, p. 9 e 10) retrata muito bem tal cenário:

É importante lembrar que, apesar de a Constituição do Império de 1824 determinar que a educação era um direito de todos os cidadãos, a escola estava vetada para pessoas negras escravizadas. A cidadania se estendia a portugueses e aos nascidos em solo brasileiro, inclusive a negros libertos. Mas esses direitos estavam condicionados a posses e rendimentos, justamente para dificultar aos libertos o acesso à educação.

Ribeiro (2019, p. 10 e 11) ainda complementa, quando diz:

Quando estudamos a história do Brasil, vemos como esses e outros dispositivos legais, estabelecidos durante e após a escravidão, contribuem para a manutenção da mentalidade “casa-grande e senzala” no país em que, nas senzalas e nos quartos de empregada, a cor foi e é negra.

Nessa conjectura, observa-se como historicamente os negros sempre tiveram em desvantagem em relação aos brancos, ao passo que tais desvantagens são percebidas na atualidade. Sobre aspectos relacionados as mulheres negras, a situação ganha maior envergadura. No período da escravidão, além das mulheres negras viverem na condição de escravas, ainda serviam como “reprodutoras”, uma vez que poderiam gerar filhos, os quais poderiam ser vendidos ou usados como mão de obra no futuro. Além disso, as mulheres sofriam estupros e mutilações de seus patrões. A partir da abolição da escravatura e das transformações ocorridas ao longo dos anos, sendo o movimento feminista um grande passo na busca por essa igualdade. É importante destacar que tais dificuldades sofridas pelos negros ao longo dos anos originaram um abismo de desigualdade que gera uma reação em cadeia. Um dos pilares para um futuro próspero de qualquer pessoa o qual seja negado, certamente impossibilitará um futuro próspero de qualquer pessoa. Esse pilar é o da educação, o qual pode ser corroborado por Ribeiro (2019, p. 43) onde expõe:

Por causa do racismo estrutural, a população negra tem menos condições de acesso a uma educação de qualidade. Geralmente, quem passa em vestibulares concorridos para os principais cursos nas melhores universidades públicas são pessoas que estudaram em escolas particulares de elite, falam outros idiomas e fizeram intercâmbio.

No que tange o abismo de oportunidades em inúmeras esferas vivenciados pelos negros, Schwarcz (2019, p. 175) tece o seguinte comentário:

Uma profusão de estatísticas oficiais demonstra como as populações afro-brasileiras são objeto dileto da “intersecção” de uma série de marcadores sociais de diferença que acabam condicionando, negativamente, sua inclusão na sociedade, como um acesso mais precário à saúde, ao emprego, à educação, ao transporte e à habitação.

Tais marcadores funcionam como impulsionadores dos níveis de desigualdades entre brancos e negros em nossa sociedade. Marcadores como raça, classe e gênero, mesmo que silenciados ou não, caracterizam o abismo no tocante de oportunidades, principalmente para as mulheres negras. A fim de demonstrar como existem muitos hiatos em nossa sociedade, serão apresentados no bloco a seguir alguns dados que ratificam tal afirmação.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Periodicamente, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, divulga a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD, a fim de trazer informações sobre inúmeros aspectos da população. No início de 2019, foi publicado um caderno especial acerca de dados da PNAD 2018 de aspectos referentes a mulheres no mercado de trabalho. Para fins de construção de resultados para esse estudo, usaremos as informações trazidas nesse caderno especial.

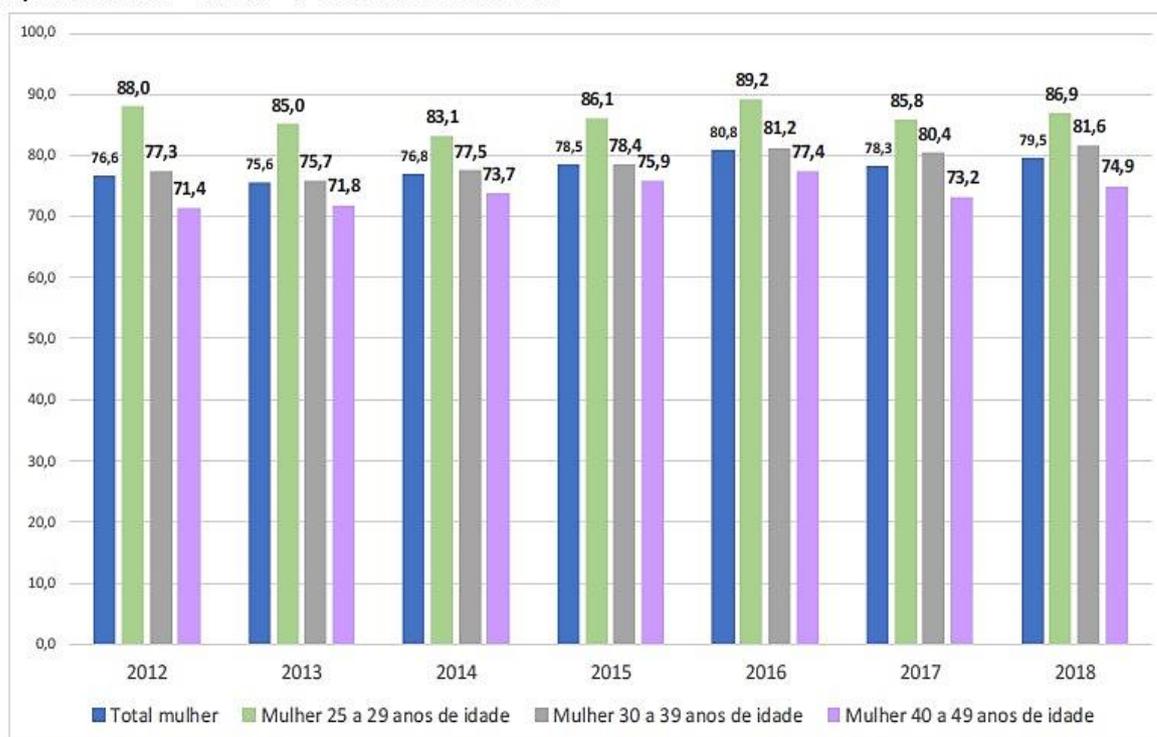
Consoante, vimos ao longo deste estudo, as mulheres sofrem com inúmeros marcadores de diferença, os quais são refletidos em inúmeras esferas, e uma delas é o mercado de trabalho. “A diferença do rendimento do trabalho entre homens e mulheres envolve diversos aspectos estruturais do mercado de trabalho. Dentre eles, pode-se apontar a idade, cor ou raça, horas trabalhadas, nível de instrução e tipo de ocupação exercida pela pessoa” (PNAD, 2018).

Segundo informações apresentadas na pesquisa, no ano de 2018, a população ocupada de 25 a 49 anos no Brasil representava 56,4 milhões de pessoas, correspondendo 54,7% de homens e 45,3% de mulheres. Tal informação já demonstra

uma hegemonia dos homens em relação às mulheres no que tange ocupação no mercado de trabalho. Outro dado que corrobora com a hegemonia masculina, refere-se ao valor médio da hora trabalhada. No ano de 2018, as mulheres recebiam o valor médio de R\$ 13,00, enquanto os homens recebiam R\$ 14,20, o que demonstra uma discrepância entre homens e mulheres.

Outro dado que merece destaque na pesquisa, refere-se ao rendimento médio de trabalho entre homens e mulheres, desmembrando-se pela cor ou raça. “Observa-se que o rendimento médio da população de pretos ou pardos correspondia, em média, a 60,0% daquela de cor branca” (PNAD, 2018).

Gráfico 3 - Razão (%) do rendimento médio habitual de todos os trabalhos de mulheres em relação ao de homens de 25 a 49 anos de idade ocupados da semana de referência, segundo os grupos de idade - Brasil – 4º trimestre 2012-2018



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

Conforme informações disponibilizadas na pesquisa, a mesma faz a análise abaixo:

Além da diferença de rendimento existente entre cor ou raça na população ocupada total, a desagregação simultânea do rendimento médio, por cor/raça e sexo, permaneceu mostrando que as mulheres, sejam elas brancas, pretas ou pardas, têm rendimento inferior ao dos homens da mesma cor. Entretanto, verificou-se que a proporção de rendimento médio da mulher branca ocupada em relação ao de homem branco ocupado (76,2%) era menor que essa razão entre mulher e homem de cor preta ou parda

(80,1%) em 2018. A menor desigualdade entre rendimentos de pretos e pardo pode estar relacionada ao fato dessa população ter maior participação em ocupações de rendimentos mais baixos, muitas vezes, baseadas em piso mínimo. Esse comportamento ocorreu em todos os anos, de 2012 até 2018. (PNAD, 2018.)

Tal comentário corrobora com a ideia de desigualdade existente entre brancos e negros, onde os negros ocupam posições mais baixas no mercado de trabalho, aumentando a disparidade social.

A tabela a seguir apresenta dados relativos a rendimento médio habitual do trabalho, onde são observados aspectos de rendimento das mulheres em relação aos homens.

Tabela 1 - Rendimento médio habitual do trabalho principal da população de 25 a 49 anos de idade ocupada na semana de referência, por sexo, segundo os grupamentos ocupacionais, participação de mulheres na ocupação e razão (%) do rendimento de mulheres em relação ao de homens - Brasil - 4º trimestre -2018

Grupamentos ocupacionais	Rendimento médio habitual do trabalho principal (R\$)		Participação de mulheres na população ocupada (%)	Percentual de horas trabalhadas na semana de referência pela mulheres em relação a de homens (%)	Razão do rendimento médio habitual de mulheres em relação ao de homens (%)
	Homem	Mulher			
Total	2.491	1.978	45,6	88,4	79,4
Diretores e gerentes	6.216	4.435	41,8	95,5	71,3
Profissionais das ciências e intelectuais	5.890	3.819	63,0	90,3	64,8
Técnicos e profissionais de nível médio	3.320	2.386	45,2	95,4	71,9
Trabalhadores de apoio administrativo	2.071	1.785	64,5	97,2	86,2
Trabalhadores dos serviços, vendedores dos comércios e mercados	1.958	1.295	59,0	88,0	66,2
Trabalhadores qualificados da agropecuária, florestais, da caça e da pesca	1.397	999	21,1	82,6	71,5
Trabalhadores qualificados, operários e artesões da construção, das artes mecânicas e outros ofícios	1.752	1.150	16,2	83,0	65,7
Operadores de instalações e máquinas e montadores	1.895	1.303	13,8	92,3	68,8
Ocupações elementares	1.060	951	55,3	86,1	89,8
Membros das forças armadas, policiais e bombeiros militares	5.301	5.338	13,2	89,8	100,7

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

Em média, a jornada de trabalho semanal da mulher era 4,9 horas inferior à jornada dos homens. Essa diferença era menor nos grupamentos de Dirigentes e gerentes (-2,0 horas), dos Técnicos e profissionais de nível médio (-1,9 hora) e a de Trabalhadores de apoio administrativo (-1,2 hora). Por outro lado, as mulheres dos grupos de Trabalhadores qualificados da agropecuária, florestais, da caça e da pesca e dos Trabalhadores qualificados, operários e artesões da construção, das artes mecânicas e outros ofícios trabalhavam, em média, 7,0 horas a menos que os homens. Nesses dois últimos grupamentos, entretanto, estavam as menores diferença de valor da hora trabalhada (menos R\$ 1,1 e R\$ 1,6, respectivamente). As mulheres tinham o valor da hora

trabalhada superior à dos homens apenas nas Ocupações elementares (R\$ 0,7) e entre os Membros das forças armadas, policiais e bombeiros militares (R\$ 3,9). (PNAD, 2018.)

Observa-se que em quase todas as categorias havia a discrepância entre os salários dos homens e das mulheres, sendo o valor das mulheres superior somente em pouquíssimas categorias, o que nos leva a concluir que o mercado de trabalho ainda precisa evoluir e muito no que tange a igualdade de oportunidades para as mulheres no mercado de trabalho.

5 CONCLUSÃO

Ao longo deste estudo foi possível observar que, historicamente, as mulheres sempre buscaram o seu espaço em sociedades onde a predominância masculina era praticamente absoluta. Mesmo vivenciando contextos adversos, as mulheres tiveram sempre em mente a busca pela igualdade. Tal busca por essa igualdade, veio remodelando-se ao longo dos tempos, onde as mulheres conquistaram e vem conquistando mais direitos e finalmente conquistando o seu espaço de direito.

No entanto, é preciso ressaltar que apesar de tais avanços essa é uma luta constante e que ainda não tem uma data para acabar, visto que existem ainda inúmeras discrepâncias em oportunidades, quer seja para mulheres brancas e um abismo ainda maior para mulheres negras, essas, por sua vez, que ainda sofrem ou podem vir a sofrer com os devaneios de uma sociedade marcada pelo racismo.

O estudo buscou fazer uma abordagem a partir de uma divulgação especial oriunda da pesquisa nacional por amostra de domicílios, realizada no ano de 2018. A pesquisa revelou que ainda existe uma disparidade tanto salarial, quanto de ocupação entre homens e mulheres, onde uma das possíveis explicações acerca da diferença de rendimentos pode ser explicada através de inúmeros marcadores, tais como raça, nível de instrução, idade, entre outros. Partindo-se da ideia somente desses marcadores, infere-se que as mulheres ficam sempre em desvantagem, visto que, apesar das conquistas do feminismo, ainda vivemos em uma sociedade marcada pelo racismo, este, por sua vez, reflexo de séculos de escravidão, ou seja, a tendência é que as mulheres negras ocupem a base da pirâmide no mercado de trabalho, ou seja, ocupações com salário-mínimo. A questão da idade para a mulher acaba sendo um complicador, uma

vez que se associa que quanto maior a idade o rendimento da mulher vá diminuir, o que não ocorre com os homens, visto que são considerados mais maduros. Além disso, muitas mulheres acabam retardando a maternidade a fim de conquistar o sucesso profissional, o que muitas vezes não ocorre e que pode ser refletido através das diferenças salariais entre homens e mulheres.

Nesse contexto, podemos concluir que a luta feminista ainda vai perdurar por um bom tempo, quem sabe ainda estaremos vivenciando a 5ª onda do feminismo, ao passo que as organizações e principalmente os gestores precisam amadurecer e principalmente compreender que a força de trabalho feminina tem o mesmo potencial ou até mais para desempenhar atividades realizadas por homens, para quem sabe, no futuro, vivermos em uma sociedade a qual imaginamos e principalmente merecemos ser protagonistas e não coadjuvantes.

REFERÊNCIAS

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil** – 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

CARNEIRO, Sueli. **Escritos de uma vida**. São Paulo: Pólen, 2019.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios / PNAD 2018 Divulgação Especial Mulheres no Mercado de Trabalho** – Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Estudos_especiais/Mulheres_no_Mercado_de_Trabalho_2018.pdf Acesso em 13 dez 2019.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e Política**. São Paulo: Boitempo, 2014.

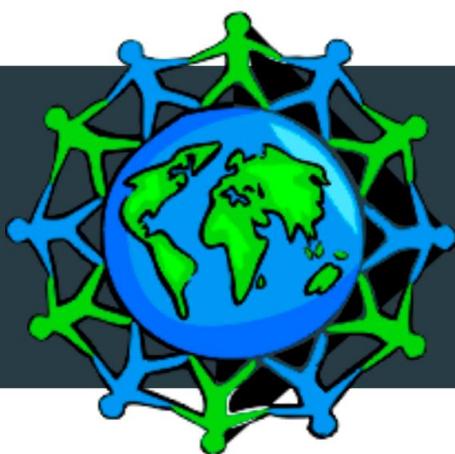
RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. São Paulo: Pólen, 2019.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno Manual Antirracista** – 1ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

RODRIGUES, Cristiano Santos; PRADO, Marco Aurélio Maximo. **Movimento de Mulheres Negras: Trajetória Política, Práticas Mobilizatórias e Articulações com o Estado Brasileiro**. *Psicologia & Sociedade*; 22 (3): 445-456, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v22n3/v22n3a05.pdf> Acesso em 07 out 2019.

ROVERE, Maxime. **Arqueofeminismo – Mulheres Filósofas e Filósofos Feministas Séculos XVII – XVIII**. São Paulo: n-1 edições, 2019.

SCHWARCZ. Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro** - 1ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.



Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI

III SINESPP

20 a 24
OUTUBRO
2020

SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS
Democracia, desigualdades sociais e políticas públicas no capitalismo contemporâneo

EIXO TEMÁTICO 9 | QUESTÕES DE GÊNERO, RAÇA/ETNIA E GERAÇÃO

O TRABALHADOR IDOSO NO MERCADO DE TRABALHO: descartabilidade e precarização

THE ELDERLY WORKER IN THE LABOR MARKET: disposability and precariousness

Jackeline da Silva Moura¹

Flávia Marcelly de Sousa Mendes da Silva²

Maria dos Remédios Santos Matos³

RESUMO

O debate sobre o envelhecimento na contemporaneidade revela distintas perspectivas de análise. Longe de ser compreendida pela via da homogeneidade, discutir envelhecimento requer avaliar as múltiplas condições pelas quais passam os indivíduos ao longo de sua vida, contextualizando-as com a realidade de suas vidas. Deste modo, o presente artigo tem por objetivo discutir o local do idoso no mercado de trabalho, analisando as legislações protetivas e a lógica de descartabilidade e precarização que atravessam o cotidiano deste trabalhador. Conclui que o aumento da expectativa de vida não veio acompanhado de um planejamento para a inserção do idoso no mercado de trabalho e que a presença deste segmento é registrada em vínculos precários e informais.

Palavras-Chaves: Idoso. Trabalho. Descartabilidade. Precarização.

ABSTRACT

The debate on aging in contemporary times reveals different perspectives for analysis. Far from being understood through the path of homogeneity, discussing aging requires assessing the multiple conditions that individuals go through throughout their life, contextualizing them with the reality of their lives. Thus, this article aims to discuss the place of the elderly in the job market, analyzing the protective legislation and the logic of disposability and precariousness

¹ Assistente Social. Mestra em Serviço Social. Doutoranda em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). E-mail: mourajacke@gmail.com

² Psicóloga. Mestre em Psicologia Social. Doutoranda em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). E-mail: silvafmsm@gmail.com

³ Assistente Social. Residente na área de Saúde Mental/ Serviço Social vinculada à Secretaria da Saúde do Estado da Bahia – SESAB. E-mail: mariamattossantos@gmail.com

that cross the daily life of this worker. It concludes that the increase in life expectancy was not accompanied by planning for the insertion of the elderly in the labor market and that the presence of this segment is registered in precarious and informal bonds.

Keywords: Elderly. Job. Disposability. Precariousness.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos o mercado de trabalho mundial vem passando por inúmeras transformações, modificando a morfologia do trabalho a partir da feminização e da inserção do idoso em relações de trabalho. Dentre os explicativos que justificam a inserção ou permanência do idoso no mercado de trabalho, encontra-se o aumento da expectativa de vida, o baixo índice de natalidade e a necessidade cada vez maior que o idoso tem de continuar a ser o principal provedor de sua família

Compreender o local do trabalhador idoso no mercado de trabalho e principalmente as contradições que perpassam este processo requer, inicialmente, entender que no modo de produção capitalista, a força de trabalho se transforma em mercadoria, que ao ser vendida ao capitalista, é convertida em mecanismo de valorização do capital. Deste modo, ao trabalhador é conferido esse papel de centralidade no circuito de acumulação, transformando-se em valor de uso para o capital.

Na era da imediatividade e efemeridade, a ideia de *descartabilidade* também se apresenta como constituinte das relações sociais oriundas do capitalismo. Assim, mesmo defendendo a velhice como a melhor idade, boa idade na tentativa de justificar o argumento da permanência do idoso na esfera trabalhista, as tendências e dados deste segmento demonstram o baixo índice de trabalhos regidos pelo contrato formal de trabalho, ocupando funções informais, autônomas e com desrespeito a sua condição social de idoso.

Deste modo, o presente artigo tem como objetivo principal discutir o local do trabalhador idoso no mercado de trabalho brasileiro, analisando a proteção legal conferida ao mesmo pelos estatutos jurídicos e a ideia de descartabilidade que subjaz as relações de trabalho para o idoso. O itinerário metodológico desenvolvido para a sua construção partiu principalmente: 1) das leituras dos textos sugeridos na bibliografia da

disciplina, problematização e seleção de questões-chaves para a discussão proposta; 2) reconstrução do percurso analítico dos autores; 3) definição de questão central para sustentar a argumentação teórica desenvolvida.

O texto encontra-se dividido em dois eixos principais e que fazem parte das seções teóricas deste ensaio, acrescidas da introdução e considerações finais. No primeiro momento, discute-se o aparato legal e jurídico brasileiro, analisando-os sob a perspectiva de defesa dos direitos dos idosos no Brasil. Em seguida, problematiza-se a lógica de descartabilidade do idoso no mercado de trabalho.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS E O AMPARO AO TRABALHO DO IDOSO NO BRASIL

Para Teixeira (2019), o envelhecimento humano é um processo diferencial e universal, analisado, na maioria das vezes, a partir de uma perspectiva estatística, biológica e cronológica. Para autora, tais ponderações desenraizam o cariz histórico do envelhecer, pois ocultam desigualdades e diferenças que marcam esta fase da vida, excluindo a heterogeneidade de vivências pelos indivíduos em suas condições singulares.

Para Motta (1999, p. 191) apud Teixeira (2019, p. 177) “ser velho é uma situação vivida em parte homoganeamente e em parte diferencialmente, de acordo com o gênero e a classe social dos indivíduos em um grupo de idade e geração”. Posto isto, é preciso considerar que diversos fatores implicam no processo de envelhecimento, determinando sua qualidade ou dificuldade, como por exemplo as condições de vida e de trabalho.

Assim, debater o envelhecimento, a proteção do Estado frente ao idoso é uma questão premente, pois a população idosa no Brasil tende a crescer cada vez mais. De acordo com os dados da pesquisa “Características Gerais dos Domicílios e dos Moradores 2018” do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre 2012 e 2018 a população brasileira com 65 anos ou mais cresceu 26%. Por outro lado, houve um recuo de 6% da população de até 13 anos. Tais dados influenciam sobremaneira no mercado, isto porque a mecânica do mercado capitalista funciona por meio da renovação na sua força de trabalho.

Destarte, com a diminuição da entrada de jovens no mercado, e por conseguinte a manutenção dos que nele se encontram, o refúgio será recorrer ao “braço de trabalho

idoso” para as novas vagas do mercado trabalhista. Com efeito, na atual conjuntura da sociedade brasileira, qual seja: o aumento da expectativa de vida e diminuição da taxa de fecundidade, o Estado deve se preparar, adotando políticas de respeito ao idoso, bem como de fomento à sua reentrada no mercado.

Em reforço a este raciocínio menciona-se o fato que a maioria da população idosa inativa na seara trabalhista encontra-se aposentada, recebendo um benefício de pelo menos um salário-mínimo, quando em contrapartida o número de contribuintes tende a cair. Citado fato apenas reforça a necessidade de políticas de fomento à entrada do idoso no mercado de trabalho, retirando a ótica de inaptidão, incapacidade e, conseqüente, descartabilidade.

Atualmente nos quadros da legislação pátria, o idoso é reconhecido enquanto sujeito de direitos colocando-o na composição da agenda pública do Estado (SILVA, 2019). Na defesa da cidadania do trabalhador idoso, a Lei nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso), dá amparo legal ao trabalho exercido pelo idoso. É louvável, ainda que tímida sua concretização, o citado *Códex*, que dentre suas normas traz a obrigação do Estado e sociedade assegurar o respeito e a dignidade da pessoa idosa como sujeito de direitos civis, políticos, individuais e sociais assegurados pela Constituição (Vide art. 10). À vista dessa norma, faz -se necessário trazer à baila o art. 6º da Carta Magna, o qual no *caput* elenca o trabalho como um direito social:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (BRASIL, 1988, p. 18).

No Estatuto do Idoso, especificamente, há um capítulo preciso que trata sobre a profissionalização e trabalho do idoso, estabelecendo como direito o exercício de atividade profissional, respeitadas suas condições físicas, intelectuais e específicas (art. 26). Extrai-se deste dispositivo, que o amparo legal as pessoas consideradas de terceira idade já possuem, merecendo, portanto, oportunidades efetivas no mercado de trabalho (BRASIL, 2003)

Do mesmo modo, já é assegurado em lei a vedação a qualquer tipo de discriminação na admissão destas pessoas em qualquer trabalho ou emprego,

estabelecendo, inclusive, como critério de desempate a preferência a pessoa de idade mais avançada. É o que preceitua o art. 27 da Lei nº 10.741/2003:

Art. 27. Na admissão do idoso em qualquer trabalho ou emprego, é vedada a discriminação e a fixação de limite máximo de idade, inclusive para concursos, ressalvados os casos em que a natureza do cargo o exigir.

Parágrafo único. O primeiro critério de desempate em concurso público será a idade, dando-se preferência ao de idade mais elevada (BRASIL, 2003, p. 19).

Consoante a isso, Frange (2004), explica que a fiscalização é a grande dificuldade quanto à norma posta. Embora haja uma lei e, mais especificamente, um artigo que proíbe a discriminação, o despreparo e a falta de cultura por parte dos brasileiros em lidar com os idosos constitui um obstáculo à efetivação da norma, podendo esta, apesar de importante, ficar apenas no papel. Segundo o autor, a discriminação dos idosos já começa antes da definição legal, iniciando para os desempregados uma rejeição já a partir dos 40 anos de idade.

Neste sentido, a Lei nº 8.842/1994, que dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, no qual tem por objetivo assegurar os direitos sociais do idoso, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade, dispõe no artigo 10, inciso IV, que as ações governamentais devem garantir mecanismos que impeçam a discriminação do idoso quanto a sua participação no mercado de trabalho, no setor público e privado (BRASIL, 1994).

Outrossim, é prescrito em lei que o Poder Público criará e estimulará programas de profissionalização especializada para os idosos, aproveitando seus potenciais e habilidades para atividades regulares e remuneradas, bem como estimulará as empresas privadas para admissão de idosos ao trabalho (BRASIL, 2003).

Assim, afirma-se que o Estatuto do Idoso foi instituído para regular a proteção e efetivação dos direitos aos idosos, bem como demais legislações citadas, trazendo ainda a questão do trabalho em relação a este segmento, no entanto, essa efetivação de direitos muitas vezes não ocorre na prática.

Isto posto, revela-se que, quanto às normas que estimulem e valorizem os idosos no mercado de trabalho o Brasil não se encontra demasiadamente atrasado, pois existem leis que garantem direitos aos idosos no concernente a profissionalização e trabalho, porém, sua existência já dura há aproximadamente dezesseis anos e o que se

vê na prática é uma certa estagnação no incentivo e, por sua vez, na real contratação de pessoas idosas para trabalhar.

Ramos et al. (2005, p. 507), colocam:

Estudos evidenciam que cada vez mais as pessoas idosas precisam ou querem se manter no mundo do trabalho, situação que parece se distanciar do previsto para pessoas nessa faixa etária, pois a sociedade, de forma geral, espera que elas se encaminhem para a aposentadoria e para o afastamento do mundo laboral.

Em verdade, diante da crescente procura por emprego nessa faixa etária, a lógica correta seria a reinserção desta parte da população na estrutura do mercado trabalhista, permitindo um reconhecimento maior dos que se encontram na terceira idade, bem como agregando valor significativo ao índice de qualidade dos profissionais, visto que gozam de larga experiência adquirida ao longo dos anos.

Nos últimos anos, percebe-se que houve um aumento na taxa de idosos no mercado de trabalho. Segundo dados da Secretaria de Trabalho da Economia, o número de pessoas com ou acima de sessenta e cinco anos em vagas possuindo carteira assinada passou de 484 mil em 2013 para 649,4 em 2017.

Contudo, o número de pessoas consideradas velhas à procura de emprego tem se intensificado. O preconceito e discriminação a essas pessoas advém de vários aspectos, a exemplo da qualificação profissional, que tem sido bem exigente na atualidade, do fato de estarem aposentados, ou simplesmente do número de idade constante na carteira de trabalho

Não é novidade a transformação que os variados setores do mercado têm sofrido ao longo do tempo, sobretudo por causa do avanço da tecnologia, que tem exigido um preparo maior do contratado. Lamentavelmente, o preparo ligado a tecnologia ainda é uma realidade longínqua para a maioria dos que se encontram na terceira idade. Este fato, aliado à idade que na maioria das vezes impõe uma certa limitação no aprendizado, tem sido, infelizmente, argumento para a não contratação.

Destaca-se que nos anos de 2013 a 2018, o desemprego entre idosos saiu de 18,5% para 40,3%, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Esse fenômeno do desemprego entre idoso tem se intensificado na proporção do aumento da procura de emprego por pessoas dessa faixa etária. A lógica é simples, quanto mais oferta de idosos ao mercado, mais desemprego nesse segmento.

Nesta perspectiva, percebe-se que dentro deste quadro pode haver ainda uma subdivisão de oportunidades entre os mais velhos, pois na prática os mais abastados podem usufruir de uma qualificação melhor, ainda que dentro de suas limitações.

Por outro lado, aqueles considerados de baixa renda, os quais passaram toda ou a maioria da vida sobrevivendo de trabalho físico, possuem uma dificuldade maior. Para estes, que não podem gozar de uma capacitação tendo em vista a limitação econômica, a entrada no mercado se faz mais dura, pois no trabalho braçal o jovem pretere de maneira absoluta o idoso.

É nesta realidade que se mostra a grande necessidade de políticas públicas objetivas na profissionalização para idosos, dando ênfase a seus potenciais e habilidades, bem como no estímulo às empresas privadas para admissão de idosos ao trabalho, conforme já prescrito em normas (Lei nº 10.741/2003 – Estatuto do Idoso).

Deste modo, o que o idoso necessita são de ações efetivas que transportem do papel para a realidade fática no que concerne os direitos adquiridos com o passar da idade. Não se assegura direitos a uma parcela da população apenas com a formalidade de ideias na legislação, mas sim por meio de incentivos e ações concretas por parte do Estado, por meio de políticas públicas, bem como na mudança de pensamento da sociedade como um todo, que ainda possui uma visão turva quanto a contribuição que aqueles que possuem mais de sessenta pode fornecer a sociedade.

Em verdade, o trabalhador idoso tem muito o que acrescentar ao mercado, tendo em vista toda experiência e sabedoria alcançadas ao longo da vida, fazendo-se necessário a troca de saber entre iniciantes e seres vivenciados.

Além disso, não se pode negar tal direito em detrimento da idade, classificando o ser mais velho como um produto ultrapassado que já cumpriu sua cota no mercado e que em razão do passar dos anos pode ser descartado.

É de bom alvitre lembrar que o trabalho está intimamente ligado a um dos bens mais valiosos para o ser humano: a dignidade da pessoa humana. Tanto é assim, que a Constituição de 1988 elenca este bem como um dos fundamentos da República Federativa do Brasil. Do mesmo modo, enumera como objetivos fundamentais a promoção de todos sem preconceito de idade e quaisquer outras formas de discriminação, ou seja, imbuindo na norma de forma direta a vedação a diferenciação dos seres utilizando como parâmetro a idade.

Destarte, o trabalho, elemento de construção identitária, encontra-se intrinsecamente ligado a própria dignidade da pessoa humana, e, portanto, trata-se de um direito que além de consagrado na Constituição Federal, bem como nas demais legislações pátrias, merece guarida no seio da sociedade, elevando de maneira intensa sua aplicação nos atuais e futuros quadros do mercado de trabalho que passa por transformações, sobretudo o aumento de expectativa.

3 A LÓGICA PRODUTIVA DO CAPITAL E A DESCARTABILIDADE DO IDOSO

A partir dos anos 1970, com a crise estrutural do capital, o trabalho vem passando por incessantes e disruptivas transformações. Sob o argumento da crise, é lançado um conjunto de mudanças na esfera do trabalhista – processo este chamado de *reestruturação produtiva* -, modificando as relações sociais de trabalho em escala global. Neste contexto de profundas transformações, é preciso refletir sobre o local do trabalhador idoso na reorganização dos processos trabalhistas, tendo em vista que para estes, as mudanças na esfera trabalhista possuem maior gravidade, ampliando as desigualdades sociais, haja vista a força de trabalho ser indispensável aos processos de valorização do capital

O capital transforma o tempo de vida do trabalhador em tempo de trabalho para fins de valorização do capital em detrimento das qualidades e necessidades humanas do produtor, principalmente para os que envelhecem na periferia do sistema, em que o tempo de trabalho se estende ao tempo de envelhecer, ou ao tempo de consumo manipulado de bens, serviços e mercadorias (TEIXEIRA, 2008, p. 15 - 16).

Na fase idosa, o trabalhador idoso é duramente atingido pelo processo de descartabilidade, sendo considerado, muitas vezes, como inapto ou incapaz para a realização de determinadas atividades. O seu valor de uso para o capital torna obsoleta suas capacidades, antecipando o processo de “depreciação natural de sua capacidade de labor” (Teixeira, 2008, p. 18), refuncionalizando seu local na esfera mercantil, criando diferentes estigmas a pessoa idosa, julgando-o como imponente ou improdutivo.

Para Costa (2019), a lógica capitalista não considera o velho como participante ativo do processo de reprodução de riquezas, analisando a velhice sob a ótica da estagnação e improdutividade. Sob o argumento da utilidade, o valor social do trabalhador é aquele referente a sua participação no sistema de produção,

subordinando-o a condição de reificação. Em suas ponderações, a autora ainda reflete que a sociedade passa a construir padrões cronológicos e comportamentais em estreita consonância e adequação ao processo produtivo e de trabalho.

Neste interim, a chegada à velhice traz, compulsoriamente, a ideia de afastamento do mercado de trabalho, mesmo que na sociedade capitalista contemporânea haja a supervalorização da participação ativa do sujeito no mercado de trabalho. Ao afastar-se do ambiente produtivo e laboral, o idoso recai na desvalorização, juntamente com muitos trabalhadores que não fazem parte do circuito produtivo.

Costa (2019) acentua que a partir dos anos 1970, são criadas terminologias com o intuito de caracterizar positivamente a velhice, desvinculado de imagens negativas. Assim, boa idade, melhor idade, terceira idade passam a ser utilizados para ressignificar o sentido da velhice, imputando aqueles que não se cuidaram a ideia de velho e velhice.

Alicerçado na realidade material do sistema capitalista, as conotações negativas a respeito da velhice associam-se as tramas matérias desenvolvidas pelos indivíduos neste modo de produção. Assim, a compreensão da participação ou da não participação do idoso no mercado de trabalho está intimamente relacionado a fase monopolista do capitalista, compreendo a velhice como um momento de improdutividade. Ao não possuir os atributos necessários para compor o quadro de trabalhadores, o velho é estigmatizado e descartado, pois é considerado improdutivo para o trabalho e para a sociedade.

Ser e estra velho para a sociabilidade do capital desencadeia, pelo menos em tese, uma lógica da não produção e, em um movimento contraditório, desenvolve-se uma lacuna que torna o sujeito envelhecido mais suscetível a exploração, em suas variadas facetas: na “volta” ao mercado como força de trabalho esporádica, na execução dos serviços de ordem doméstica na esfera da reprodução das forças de trabalho, no fetichismo e na reificação dos velhos trabalhadores, na individualização e na culpabilização dos indivíduos pela sua condição social na velhice (COSTA, 2019, p. 103).

Percebe-se que a participação do idoso no mercado de trabalho é permeada pelas contradições inerentes ao modo de produção capitalista. A ideia de funcionalidade, produtividade aparece como central e assim, ao ingressar na esfera produtiva, o idoso, na grande maioria das vezes, concorre diretamente com os jovens.

Atravessado por contraditoriedades, os diferentes discursos que analisam o processo de envelhecimento se fundamentam em universalizações e generalizações quando se referem a recolocação do idoso no mercado de trabalho, ou quando precisam

sedimentar posicionamentos referentes a reformas e ataques mais sistemáticos aos direitos dos idosos.

Analisando detidamente a realidade brasileira, os dados do Instituto Nacional de Pesquisa Aplica (IPEA), com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) demonstram que no Brasil, os idosos representam ainda o menor grupo populacional com inserção no mercado de trabalho, mas cujo números percentuais veem crescendo nos últimos anos. Em 2018, os idosos representavam 7,8% da população no mercado de trabalho, enquanto em 2012 esse número era 6,3%, com diversos fatores explicativos para esta configuração atual.

Um dos principais elementos que explicam esta tendência relaciona-se ao aumento do desemprego nesta faixa etária e a necessidade de complemento de renda, não apenas sua, mas geralmente de todo o núcleo familiar que depende diretamente do idoso. O aprofundamento da crise econômica e a agudização das contradições sociais a ela inerentes amplia o fosso das desigualdades sociais, repondo ao trabalhador idosos condições de precariedade quando inserido no mercado de trabalho, ainda que formal (TEIXEIRA, 2009).

Ao analisarmos as contradições referentes ao trabalhador idoso no mercado de trabalho, observa-se que o mesmo que é atravessado pelas tendências contemporâneas que fazem parte da morfologia do trabalho contemporâneo. Dentre os dados que apontam as características dos idosos no mercado de trabalho, a precariedade dos vínculos trabalhistas representa a principal tendência. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), das vagas criadas para este segmento no primeiro semestre de 2018, apenas 26, 6% foram carteira assinada.

Trata-se, portanto, de uma *integração desqualificante*, pois aos trabalhadores idosos são destinadas atividades, em sua grande maioria, não condizentes com sua condição social. Depreende-se, portanto, que ao idoso cabe a ocupações “informais”, como o trabalho por conta própria e para autoconsumo, ou até mesmo atividades degradantes. Felix (2019) pondera que em sua grande maioria, os idosos ocupam funções que não condizem com sua condição, como por exemplo:

Uber, camelô, trabalhadores de limpeza de firmas terceirizadas. Ele está numa condição de trabalho que não é ideal para a idade dele. Pessoas que limpam banheiros lidam com produtos químicos sem proteção. Esta é a forma

que este contingente menos qualificado, com menos anos de estudo, se submete para voltar ao mercado de trabalho.

Uma das principais cobranças feitas a este trabalhador refere-se justamente a qualificação, exigindo do mesmo determinadas habilidades e competências das quais não dispõe. Assim, quando realizam contratações, as empresas escolhem preferencialmente o trabalhador jovem para contratação, estando este mais propenso a submeter-se a jornadas de trabalhos elevadas e extenuantes (MUNIZ E BARROS, 2014).

Na sociabilidade do capital, onde tudo é transformado em mercadoria, o trabalhador converte-se, em si mesmo, em mercadoria. No que concerne ao idoso, este mesmo passa a ser considerado uma mercadoria desvalorizada, onde diferentes estigmas alicerçam a compreensão sobre o local do idoso na esfera do trabalho:

Os estereótipos negativos em relação à reinserção do velho no mercado de trabalho também são elementos que comprometem a situação do idoso: No imaginário social, ser velho, está representado por ideias e visões que condicionam e reproduzem um pensar sobre o idoso enquanto indivíduo inapto, incapaz, imprestável - improdutivo. Percepção esta que se mostra notadamente discriminada como resultado das relações sociais deterioradas e determinadas pelo sistema produtivo (PAZ, apud ALVARENGA, 2001, p. 37).

Analisando detidamente a realidade brasileira é possível identificar diferentes clivagens no que concerne ao local do idoso no mercado de trabalho. A Reforma da Previdência inscrita pela PEC 287/2016, proposta pelo então presidente Michel Temer e a PEC 06/2019 desenhada pelo governo do Presidente impacta diretamente o trabalhador idoso, tem como principais argumentos de defesa o crescimento demográfico da população idosa, o aumento da expectativa de vida, aumento da sobrevida pós aposentadoria (TEIXEIRA, 2019).

Um dos elementos centrais defendidos para a aprovação da reforma consiste em justamente que a fronteira entre vida adulta e velhice se modificou, onde o trabalhador idoso pode continuar contribuindo com o mundo produtivo e trabalhando mais tempo. No Brasil, o mercado de trabalho caracteriza-se pela *precarização estrutural do trabalho* (Antunes, 2013), pois ela se torna a regra e não a exceção nos ambientes laborais. No tempo presente, a mesma assume contornos complexos, pois ao tempo que mantém a relação capital/ trabalho em sua essência, diversifica as diferentes relações, formas de exercício do trabalho e desencadeia outras particularidades no momento atual, como por exemplo, o adoecimento dos trabalhadores.

Como difundido mundialmente, o envelhecimento da população mundial é algo concreto. Dados sobre a população idosa na União Europeia refletem que até 2050, 49 milhões de pessoas não estarão mais aptas a ingressarem no mercado de trabalho. Esta tendência deveria ser acompanhada de uma maior sistematização no que concerne aos locais e atividades possíveis de vir a serem desempenhadas pelos idosos. Todavia, grande parte das empresas pesquisadas mundialmente pela Fundação Robert Schumann revelaram que não havia qualquer plano para os funcionários com mais de 55 anos.

Deste modo, percebe-se que a tendência do mercado de trabalho para o idoso não reflete o planejamento necessário que acompanha o aumento da expectativa de vida deles. A tendência é que não haja ocupação para os trabalhadores idosos, colocando-os como uma parcela do precariado que exclui e desintegra.

4 CONCLUSÃO

A totalidade e a materialidade são essenciais quando se discutem idoso. Compreendido com um processo heterogêneo, a velhice é o que é: o processo de envelhecer, multifatorial e heterogêneo, cheio de nuances clivagens. Portanto, em um país como o Brasil, onde a marca da precarização do trabalho é constituinte mesmo entre os trabalhadores mais jovens, aos idosos a desvalorização e a descartabilidade aparecem como pujantes.

Buscando argumentos no aumento da expectativa da população idosa, uma das reformas mais danosas aos trabalhadores – *Reforma da Previdência* - foi aprovada no corrente ano. As implicações da mesma serão constatadas a partir do aumento de setores desprotegidos, vulneráveis, além da ampliação da pobreza entre os idosos.

Pensado em termos de valorização, o idoso tem sofrido inúmeras contradições, pois sua condição social não permite que o mesmo ocupe as mesmas atividades que o jovem. Como pondera Teixeira (2008, p. 309) “A valorização do trabalhador, em especial dos envelhecidos, requer uma transformação radical; impossível obter esses resultados [...] deixando sem alterações o sistema capitalista”.

Percebe-se, portanto, que envelhecer constitui-se em um desafio de sobrevivência para o velho trabalhador, pois ao mesmo tempo em que diferentes nomenclaturas qualificam a velhice como melhor idade, contraditoriamente os

trabalhadores idosos experenciam a exploração, a desvalorização, trabalhos indignos, aviltantes, a expropriação de seus direitos e os responsabilizando-os pela sua condição social.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. A Corrosão do Trabalho e a Precarização Estrutural. In: **O Averso do Trabalho III: saúde do trabalhador e questões contemporâneas**. Vera Lúcia Navarro e Edvânia Ângela de Sousa Lourenço (orgs.). 1ª Ed. Outras Expressões, 2013.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Senado Federal, 1988.

_____, **Lei no 8.842, de 4 de janeiro de 1994**. Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. Brasília: MPAS, 1994.

_____, **Lei no 10.741, de 1 de outubro de 2003**. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Brasília: Gráfica do Senado Federal, 2011.
<file:///C:/Users/remed/Downloads/Estatuto%20do%20Idoso%20-%20Comentado.pdf>

COSTA, Joice Sousa. Precariedade do envelhecer e da garantia de direitos na tessitura do capital. In: TEIXEIRA, Solange Maria; PAIVA, Sálvea de Oliveira Campelo; SOARES, Nanci (orgs). **Envelhecimento e políticas sociais em contexto de crises e contrarreformas**. Curitiba: CRV, 2019.

DIEESE, **Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos**. Nota Técnica Nº 174: A reforma da Previdência e a desproteção dos idosos. São Paulo, Dieese, 2017. Disponível em:
<https://www.dieese.org.br/notatecnica/2017/notaTec174PrevidenciaDesprotecaoldos.pdf>

MONTAÑO, Carlos e Maria Lúcia DURIGUETTO. **Estado, Classe e Movimento Social**. 3 Ed. – São Paulo: Cortez, 2011. Coleção Biblioteca Básica de Serviço Social, v.5.

MUNIZ, Tatiana da Silva; BARROS, Albani. O trabalhador idoso no mercado de trabalho do capitalismo contemporâneo. In: **Revista de Ciências Humanas e Sociais**. Maceió, v. 2, n.1, p. 103-116, maio 2014.

PAZ, Serafim Fortes. Dramas, cenas e tramas. A situação de fóruns e conselhos do idoso no Rio de Janeiro. Campinas, São Paulo, 2001. **Tese de Doutorado**. Disponível: <http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000232436>. Acesso em 10/11/2019.

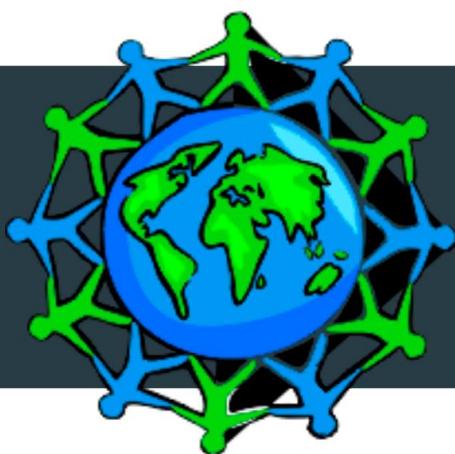
RAMOS Érica Lima; SOUZA Norma Valéria Dantas de Oliveira; CALDAS Célia Pereira. Qualidade de vida do idoso trabalhador. In: **Revista Enfermagem**. Rio de Janeiro, 2008, Nº 16, págs. 507-511.

SILVA, Maria do Rosário de Fátima e. Direitos, políticas públicas e acessibilidade da pessoa idosa no Brasil. In: TEIXEIRA, Solange Maria; PAIVA, Sálvea de Oliveira Campelo; SOARES, Nanci (orgs). **Envelhecimento e políticas sociais em contexto de crises e contrarreformas**. Curitiba: CRV, 2019.

TEIXEIRA, Solange Maria. **Envelhecimento e trabalho no tempo de capital**: implicações para a proteção social no Brasil. – São Paulo: Cortez, 2008.

_____. Envelhecimento do trabalhador e as tendências das formas de proteção social na sociedade brasileira. In: **Revista Argumentum**, Vitória, v. 1, n. 1, p. 63-77, jul./dez. 2009.

_____. Envelhecimento e a proposta de “reforma” da previdência: implicações para os velhos e as velhas trabalhadoras. In: TEIXEIRA, Solange Maria; PAIVA, Sálvea de Oliveira Campelo; SOARES, Nanci (orgs). **Envelhecimento e políticas sociais em contexto de crises e contrarreformas**. Curitiba: CRV, 2019.



Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI

III SINESPP

20 a 24
OUTUBRO
2020

SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS
Democracia, desigualdades sociais e políticas públicas no capitalismo contemporâneo

EIXO TEMÁTICO 9 | QUESTÕES DE GÊNERO, RAÇA/ETNIA E GERAÇÃO

POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE INTEGRAL DA POPULAÇÃO NEGRA NO COMBATE AO RACISMO INSTITUCIONAL NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

NATIONAL POLICY FOR INTEGRAL HEALTH OF THE BLACK POPULATION IN THE FIGHT
AGAINST INSTITUTIONAL RACISM IN THE UNIQUE HEALTH SYSTEM

Jhênifer Brena Soares de Medeiros¹
Aryanny Fadjá Bernardo do Nascimento²
Gleidiane Almeida de Freitas³
Paula Thais Santos de Oliveira Cardoso⁴

RESUMO

O artigo pretende analisar a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra e sua inserção no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), tendo como objetivo destacar os processos de violências sofridas pela população negra no âmbito do SUS, devido a sua condição de raça/etnia e classe social. A metodologia se dará por meio de uma revisão bibliográfica, com base na Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (2009), assim como da Lei Orgânica da Saúde (1990), onde buscaremos explanar a necessidade de romper com as expressões de preconceito, do racismo e de discriminação racial a qual essa população é alvo, e que perpassa as relações no âmbito dos serviços de saúde.

Palavras-Chaves: Racismo Institucional; População Negra; Saúde.

ABSTRACT

The article intends to analyze the National Policy of Integral Health of the Black Population and its insertion in the Unified Health System (SUS), aiming to highlight the processes of violations suffered by the

¹ Assistente Social. Perita do Núcleo de Perícia Judicial (NUPEJ). Graduada em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). E-mail: jheniferbrena@hotmail.com.

² Graduada em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). E-mail: fadjanascimento.8@gmail.com

³ Graduada em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). E-mail: gleidianealmeidaass@gmail.com.

⁴ Assistente Social. Perita do Núcleo de Perícia Judicial (NUPEJ). Graduada em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). E-mail: paulinha_thays@hotmail.com.

black population in SUS, due to their race / ethnicity and class condition Social. The methodology is carried out through a bibliographic review, based on the National Policy of Integral Health of the Black Population (2009), as well as in the Organic Health Law (1990), where to look for explanations about the need to break with the prejudice rules, racism and racial discrimination against this population is a target and runs through relationships within the scope of health services.

Keywords: Institutional Racism; Black population; Cheers.

INTRODUÇÃO

A população negra ao longo de sua história passa por diversas violações de direitos, desde a negação de sua identidade étnico-racial durante o período colonial no Brasil, até a violação dos seus direitos, inclusive os básicos (moradia, educação, saúde), entre outros processos de violência que se perpetuam até hoje.

Estes processos de violências continuaram quando o Brasil se insere no sistema capitalista, que naturaliza os processos de violação de direitos, oculta as explorações sofridas pelos sujeitos, e ainda os colocam em condição de objetos. É nesse sentido que alguns segmentos da população passam a ficar à margem dos seus direitos, não acessando aos serviços públicos, vendo seus direitos não ser garantidos, e assim vivem em condições precárias de sobrevivência. Desta forma, nos propomos a pensar a Política de Saúde no Brasil, a partir do Sistema Único de Saúde (SUS) e o acesso da população negra aos serviços, constituindo a parcela populacional que mais sofre processo de preconceito e discriminação.

Conhecer o contexto que se insere esta população é imprescindível para que possamos compreender as relações de poder que perpassam as relações entre os diferentes segmentos da população, e compreender por que esses sujeitos têm seus direitos violados, tratamento diferenciado na oferta de serviços, quando estes são acessados. Somente assim é possível traçar formas de combate a qualquer tipo de juízo de valor e discriminação, diante disso, destacamos que um dos entraves para que os direitos da população negra sejam efetivados, que estes possam realmente exercer sua cidadania, ter acesso aos serviços públicos, e políticas públicas é o racismo institucional

⁴presente nos equipamentos sociais, sendo necessário que este seja desconstruído, e assim como o racismo no âmbito das relações pessoais.

Este artigo foi realizado por meio de revisão bibliográfica, tomando por base principalmente a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN) instituída pela portaria nº 992, de 13 de maio 2009, assim como a Lei 8.080 de 19 de setembro de 1990, e como fundamentação teórica nos embasamos nos seguintes autores: Jaccoud (2008), Ianni (2004) e Baptista e Monteiro (2010).

2 SISTEMA CAPITALISTA E RACISMO

O capitalismo é o sistema político, social e econômico que determina o modo como o mercado e às relações se estabelecem entre si (IAMAMOTO, 2015). Este sistema encontra-se estruturado na correlação de duas classes fundamentais – a burguesa e a trabalhadora, onde se encontra o capitalista, detentor dos meios de produção e, no outro extremo, está o trabalhador que possui apenas sua força de trabalho para subsistir. É este ciclo de dependência mútua que potencializa e legitima a exploração do capitalista sob a classe trabalhadora para a obtenção da lucratividade.

De acordo com Netto e Braz (2006) a sociabilidade capitalista visa concentrar, acumular, centralizar e obter a lucratividade, por meio da exploração da classe trabalhadora. Nesse processo produtivo, o capitalista detém os meios de produção que impulsiona a exploração dos trabalhadores, se apropriando da mais valia que consiste no trabalho excedente, extraído da força de trabalho.

Neste sentido, no processo produtivo existe uma relação conflituosa e desigual entre o capital e trabalho, em que a classe trabalhadora sofre os maiores rebatimentos e impactos dessa constante precarização, opressão e exploração em todos os aspectos sociais e econômicos, em que a classe capitalista visa somente acumulação e centralização para a obtenção da lucratividade, por meio da exploração intensiva sobre a classe que vive do trabalho.

A Constituição Federal de 1988 no art. 6º assegura que todos os cidadãos são livres e que tem direito; “[...] a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia,

⁴Também conhecida como discriminação indireta, “atua no nível das instituições sociais, dissimulados por meio de procedimentos corriqueiros e aparentemente protegidos pelo direito” (GOMES 2000, *apud* JACCOUD 2008, p.136).

o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados [...]” enfim, que estes possuem o direito a uma vida digna, porém não especifica como garantir a efetivação destes direitos. Conhecendo a realidade do mundo capitalista, sabemos que essa liberdade se materializa no poder ter, poder pagar por determinado produto ou serviço. Sendo assim uma liberdade seletiva, limitada e exclusiva de poucos.

E não seria diferente na área da saúde, referente ao acesso aos serviços e o tratamento que acaba não sendo equânime, mesmo com a criação do SUS que foi resultado de diversas lutas e movimentos sociais constituídos pelos profissionais da área e da classe trabalhadora, emergindo assim, a Reforma Sanitária no final da década de 1970, que tinha o objetivo de luta pela universalização do direito ao acesso à Saúde, além disso destacamos como marco fundamental a 8ª Conferência Nacional de Saúde em 1986, no qual estava ocorrendo no país diversas mudanças políticas e ideológicas que influenciaram o processo de redemocratização.

A partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, a Saúde passou a se integrar ao sistema da Seguridade Social⁵, juntamente com Assistência Social e Previdência Social, tornando-se uma política pública não contributiva, no qual é estabelecido pela Lei Orgânica do Sistema de Saúde (1990).

De acordo com o artigo segundo da Lei nº 8.080:

A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício.

§ 1º O dever do Estado de garantir a saúde consiste na formulação e execução de políticas econômicas e sociais que visem à redução de riscos de doenças e de outros agravos e no estabelecimento de condições que assegurem acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a sua promoção, proteção e recuperação. § 2º O dever do Estado não exclui o das pessoas, da família, das empresas e da sociedade (BRASIL, 1990).

⁵Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.
Parágrafo único. Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos:
I - universalidade da cobertura e do atendimento;
II - uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais;
III - seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços;
IV - irredutibilidade do valor dos benefícios;
V - equidade na forma de participação no custeio;
VI - diversidade da base de financiamento [...]. (BRASIL, 1988).

A Saúde passa ser universal ao seu acesso, independente da condição da raça, etnia, gênero, religião ou classe social. Com a sanção da CF em 1988, a Política da Saúde é regulamentado pela Lei Orgânica do Sistema Único de Saúde em 1990 que consiste em uma normativa jurídica que institui a materialização no direito de todos, em que o poder estatal deve assistir e garantir o direito ao acesso universal a todos nos serviços de saúde. Em conformidade da Lei nº 8.080/90, no artigo 7º estabelece sobre os princípios e diretrizes que integram o Sistema Único de Saúde (SUS) e os demais serviços privados, o qual está incluso no inciso IV a “igualdade da assistência à saúde, sem preconceito ou privilégios de qualquer espécie.”

Desse modo, a saúde contém alguns princípios e diretrizes baseadas na universalidade, que estabelece o acesso a todos, sem nenhuma forma de descriminalização da cor, raça, etnia, gênero ou religião; a equidade baseia-se pela justiça e igualdade, onde cada cidadão deve ser tratado de acordo com as suas necessidades; a integralidade estabelece a política de saúde pautada no serviço integral, compreendendo as demandas e necessidades dos usuários, contendo o processo de descentralização política administrativa no que se refere ao compartilhamento de responsabilidades a cada ente federativo que proporcionará a prestação de serviços de saúde.

Mas vivenciamos uma sociedade que em sua estrutura é pautada por desigualdades sociais, econômicas, política e culturais em que a população negra continua resistindo às imposições desumanas deste sistema vigente de dominação, tendo como resultado os resíduos de um modelo escravocrata que deixou impregnado uma herança cultural e ideológica concernente ao comportamento patriarcal e racista na sociabilidade brasileira. Na concepção de Ianni (2004), essa realidade da população negra é decorrente de relações desiguais, que corrobora no desenvolvimento de desigualdades e alienações.

Desse modo, podemos compreender as relações desiguais a partir do contexto da formação social brasileira, em que os/as negros/as sofreram e sofrem os processos de discriminação e agudização das desigualdades que vai além da questão econômica. De acordo com o CFESS (2017) logo após os 400 anos de escravidão na conjuntura brasileira à população negra adentraram no mercado de trabalho

assalariado, sendo majoritariamente em tarefas pesadas, precarizadas, contendo os salários ínferos e também sendo expostos as péssimas situações de vida e trabalho.

Ainda em consonância com CFESS (2017) a população negra consiste em uma parcela populacional,

[...] que se encontra imersa em todo tipo de violência, como moradias precárias, transportes públicos sem qualidade, falta de acesso à saúde, à educação e outros direitos e serviços. [...] podemos concluir que é um fato o aumento do racismo na sociedade capitalista brasileira e que a POBREZA TEM COR (CFESS, 2017, p. 02).

Portanto, os/ as negros/as no Brasil convivem em situações desiguais, precárias, e por vezes desumanas de sobrevivência e de trabalho, muitas vezes insalubre, em condições de moradia em que muitas vezes há ausência do saneamento básico, no qual corrobora para a incidência de doenças e também o aumento da marginalização e discriminação da juventude negra, e acaba ocasionando os muitos casos de genocídio dessa parcela da população. Segundo a coordenadora da Organização de Mulheres Negras Criola, Lúcia Xavier, de acordo com o site da Organização das Nações Unidas (ONU, 2018):

O que acontece é que ela vive com menos qualidade. O grupo é mais vulnerável às doenças porque está sob maior influência dos determinantes sociais de saúde, ou seja, as condições em que uma pessoa vive e trabalha, a insalubridade, as baixas condições sanitárias às quais está submetida, por exemplo. E a soma desses diversos indicadores de vulnerabilidade aumenta também o risco de perder a vida (ONU, 2018).

A ausência das condições de vida e de trabalho corrobora para a agudização das desigualdades socioeconômicas que ocasionam discriminações nos seus variados aspectos e o aumento das incidências de problemas de saúde, acarretando também o difícil acesso aos bens e serviços públicos como a Assistência Social, Saúde, Educação, habitação e outras políticas que são determinantes fundamentais para a garantia e subsistência humana, social e política.

Dessa forma, iremos apresentar alguns aspectos sobre a Política da população Negra que consistiu processos de lutas e resistências com a participação dos movimentos sociais para a elaboração desta política que tem a finalidade de promover a igualdade racial e de superar as condições de vulnerabilidade em saúde que acaba incidindo sobre este segmento populacional.

3 A POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE INTEGRAL DA POPULAÇÃO NEGRA

O racismo enquanto uma expressão da questão social⁶ se constitui hoje segundo Ianni (2004), como um dos dilemas da sociedade atual, que opera no âmbito de todas as relações sociais, passando a se tornar empecilho concreto por meio da discriminação, através dos atos, ultrapassando o campo das ideias, provocando o cerceamento da liberdade, exercício da cidadania, acesso e garantia dos direitos.

Diante disso, podemos considerar que as lutas do Movimento Negro, sempre tiveram e têm grande importância no que diz respeito às conquistas desse segmento, considerando que todas as conquistas passam pelas lutas travadas pelos movimentos sociais, que atuam por diversas pautas foram decisivas nas conquistas dos direitos.

No âmbito da Saúde não iria ser diferente, considerando que grande parte da população negra ficava e ainda fica à margem dos serviços de saúde, devido à precarização no acesso aos bens e serviços em razão da ausência de investimentos no setor público, como foi assinalado por Soares (2014), como também a situação de moradia desta parte da população que eram precárias, e todos os demais determinantes sociais e econômicos que corrobora para o avanço da marginalização e na agudização da questão social.

A população negra, principalmente com a transição do sistema escravista ao capitalista, quando o/a escravo/a é “transformado/a” em trabalhador/a livre, e passa assim a ser responsável pela própria vida, entretanto sem ter condições básicas para tal responsabilidade, sendo assim, este segmento estar sempre nos piores lugares, ocupando as piores posições na sociedade, como bem aponta Fernandes (2008):

A desagregação do regime escravocrata e senhorial se operou no Brasil, sem que se cercasse a destituição dos antigos agentes de trabalho escravo de assistência e garantias que os protegessem na transição para o sistema de trabalho livre. Os senhores foram eximidos da responsabilidade pela manutenção e segurança dos libertos, sem que o Estado, a Igreja ou qualquer instituição assumissem encargos especiais, que tivessem por objeto prepará-los para o novo regime de organização da vida de trabalho. O liberto se viu convertido, sumária e abruptamente, em senhor de si mesmo, tornando-se responsável por sua pessoa e por seus dependentes, embora não dispusesse de meios materiais e morais para realizar essa proeza nos quadros de uma economia competitiva (FERNANDES 2008, p.29).

⁶“a questão social é apreendida como expressão ampliada da exploração do trabalho e das disparidades e lutas sociais dela decorrentes. O anverso do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social”. (IAMAMOTO, 2010, p. 165).

A nova forma de sociabilidade e economia que se alastrava, não estava em consonância com a situação dos libertos, que ficaram a margem de tudo o que acontecia, é nesse contexto que essa população passa desde esse tempo, não é visto como um segmento que deve ter direitos acessá-los, ter condições dignas de sobrevivência.

Trazendo ao contexto de hoje, em especial para a área da saúde, trazemos uma política criada para reforçar a luta do segmento pela garantia dos direitos, e uma forma de enfrentamento do racismo e qualquer discriminação.

A Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN) instituída pela portaria nº 992, de 13 de maio 2009, é uma forma de enfrentamento do racismo, visa principalmente à destruição do racismo institucional, por meio de suas diretrizes, princípios e objetivos trazem meios para que os serviços de saúde por meio dos profissionais sejam isenta de preconceitos, discriminações com viés étnico-racial, o que ocasiona uma barreira entre os usuários e profissionais, e dificulta a realização de serviços de maneira que alcance as reais necessidades dos usuários, esta política:

Inclui ações de cuidado, atenção, promoção à saúde e prevenção de doenças, bem como de gestão participativa, participação popular e controle social, produção de conhecimento, formação e educação permanente para trabalhadores de saúde, visando à promoção da equidade em saúde da população negra (BRASIL, 2007, p. 13).

Mediante isto, pudemos ver que a PNSIPN busca oferecer condições também, para que os trabalhadores da saúde tenham condições de oferecer ótimos serviços à população usuária. Para isto, é preciso que haja respeito às diferenças existentes entre os trabalhadores e os próprios usuários, e que este contato se dê livre de qualquer tipo de preconceitos, e/ou qualquer atitude que venha constranger o sujeito.

Em consonância com o SUS, a política de saúde integral a população negra:

[...] se insere na dinâmica do SUS, por meio de estratégias de gestão solidária e participativa, que incluem: utilização do quesito cor na produção de informações epidemiológicas para a definição de prioridades e tomada de decisão; ampliação e fortalecimento do controle social; desenvolvimento de ações e estratégias de identificação, abordagem, combate e prevenção do racismo institucional no ambiente de trabalho, nos processos de formação e educação permanente de profissionais; implementação de ações afirmativas para alcançar a equidade em saúde e promover a igualdade racial (BRASIL, 2007 p.14).

Uma das estratégias que consideramos ser de suma importância é a produção de informações epidemiológicas, e a utilização do quesito cor, é preciso considerar as particularidades dos sujeitos, as formas particulares que vivem e se organizam, os fatores de risco a que estão expostos. No que se refere ao quesito cor, sua utilização proporciona o conhecimento, sobre quem são os usuários do SUS, aqueles que mais procuram e têm acesso aos serviços. Para que com esses dados possam ser criadas estratégias de enfrentamento a violências sofridas e ações voltadas à população.

Diante disso, se faz necessário elencar algumas diretrizes da PNSIPN que se tornam fundamentais para destacar a relevância que ela tem para a população negra, e para que a saúde seja realmente universal, entre elas está:

- Inclusão dos temas Racismo e Saúde da População Negra nos processos de formação e educação permanente dos trabalhadores da saúde e no exercício do controle social na saúde.
- Ampliação e fortalecimento da participação do Movimento Social Negro nas instâncias de controle social das políticas de saúde, em consonância com os princípios da gestão participativa do SUS, adotados no Pacto pela Saúde.
- Incentivo à produção do conhecimento científico e tecnológico em saúde da população negra.
- Promoção do reconhecimento dos saberes e práticas populares de saúde, incluindo aqueles preservados pelas religiões de matrizes africanas (BRASIL 2013, p. 18-19).

Cabe destacar que além de estar em consonância com os princípios, práticas e saberes do SUS, ainda busca reconhecer e considerar ações populares de saúde, considerando os saberes oriundos das vivências em religiões de matriz africana, o que promove respeito à cultura, e crenças dos usuários.

Entretanto a implementação da política não é regra, ainda não é tão conhecida e divulgada, se tornando um entrave no que diz respeito à saúde da população negra, é ideal que profissionais da área tenham conhecimento da política, a divulguem nos seus serviços, seja oferecidas trabalhos com os usuários a fim de apresentar a política, e por meio dela traçar ações, e dar respostas às necessidades dos usuários.

A forma com que os profissionais exercem seus trabalhos também se torna bastante importante na efetivação da política, de acordo com Batista e Monteiro (2010) a questão do racismo institucional é muito comum no acesso aos bens e serviços, não se tratando somente do não acesso aos serviços de saúde, e sim, de um atendimento

inapropriado e de caráter discriminatório aos usuários, acarretando o aparecimento dos juízos de valores que acabam ferindo os direitos humanos.

Com isto percebemos que a postura dos profissionais, e sua relação com os usuários, também são permeados de preconceitos, com tratamentos por vezes diferenciados que impactam na qualidade da oferta de serviços, criando também uma barreira nas relações interpessoais.

A questão do racismo está ancorada na formação social e econômica do Brasil, e do capitalismo brasileiro, onde a população negra constitui a esfera mais numerosa e explorada, em razão da relação de dominação entre o capital e trabalho, no qual a acumulação centralização do capital se deu, por meio da “escravidão e ao tráfico de homens e mulheres negros/as” (CFESS, 2017, p.01).

Ainda em conformidade com o CFESS (2017) aborda sobre a questão da construção do mito da “democracia racial” que passa a aprofundar as relações desiguais, mas de forma maquiada, este mito é guiado e orientado pela burguesia brasileira que tem a finalidade de repassar as ideologias do grande capital, alienando a classe trabalhadora e camuflando o racismo, na defesa que não existe o racismo na sociedade brasileira.

O mito da “democracia racial” contém o seu verdadeiro sentido, e está relacionado à ocultação ou encobrimento das desigualdades raciais presente no contexto brasileiro, camuflando os processos de lutas que foram históricos e decisivos, bem como os variados ciclos de violações de direitos que sofreram e ainda sofrem a população negra sobre os ataques do perverso do sistema capitalista que impõe suas ideologias de embranquecimento da população, tentando suavizar a realidade de discriminação, exploração da raça e classe.

4 CONCLUSÃO

Diante o exposto reforçamos a necessidade da luta diária contra qualquer tipo de violência, preconceito e discriminação. Com ênfase no preconceito, racismo e discriminação há a extrema necessidade de desmistificar a “democracia racial”, assim como os estereótipos relacionados à pessoa negra.

A saúde é um direito fundamental e básico a ser garantido pelo Estado, mas que sofre com a precarização e falta de recursos que são decorrentes da ausência de verbas

destinadas à política que rebate diretamente na oferta de serviços aos usuários. Neste contexto de precarização e sucateamento das instituições e serviços é que aprofunda ainda mais as desigualdades de acesso, diante disso a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra se constitui em um instrumento que visa romper com a iniquidade e desigualdades enfrentadas pela população negra no acesso aos seus direitos.

Entretanto para que a política seja de fato um meio de garantia de direitos, é necessário que a população e profissionais da área da saúde tomem conhecimento desta política, além de entender e perceber a importância que esta tem para os (a) usuários (a) negros (a) a fim de implantá-la na garantia de que nenhum direito seja violado e negado.

Diante do avanço neoliberal, onde há uma retração dos direitos constitucionais que foram arduamente conquistados pela classe trabalhadora e em conformidade com os movimentos sociais, percebemos que os trabalhadores sempre são os mais prejudicados por necessitar vender sua força de trabalho para subsistir.

A população negra que tem um histórico cerceado pela ausência de direitos e, nesse contexto capitalista, encontra-se numa condição ainda mais precarizada, pois ocupam os postos de trabalhos mais desvalorizados, subjugando-se a péssimas condições de trabalho que acabam afetando em sua qualidade de vida e, conseqüente, sua saúde.

Portanto, a Política Integral da População Negra (PNSIPN) está em consonância com os princípios e diretrizes da Constituição Cidadã de 1988, em que retrata a dignidade da pessoa humana, repudiando todos os processos de discriminação e racismo, buscando alcançar a igualdade racial. A política para a população negra concerne como uma resposta para superar as desigualdades em seus diversos aspectos, alargando assim, o acesso aos bens e serviços públicos, nas respectivas políticas públicas.

REFERÊNCIAS

BATISTA, Luis Eduardo e MONTEIRO, Rosana Batista. **Política de Saúde da População Negra no Estado de São Paulo: focalizando para promover a universalização do direito à saúde?** BIS, Bol. Inst. Saúde (Impr.) [online]. Dados, vol.12, n.2, 2010, p. 172-178. ISSN 1518-1812.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm> Acesso em: 29 jun. 2018.

_____. **Lei 8.080 de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília, Senado Federal, 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8080.htm> Acesso em: 12 de julho de 2018.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Política Nacional de Saúde Integral da População Negra**. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, Brasília- DF, 2007.

CFESS. **Assistentes sociais no combate ao racismo**: é pra ter orgulho, é coisa de preta e preto. Brasília, 2017. p. 01-02.

FERNANDES, F. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes** (1ª vol.). São Paulo: Globo, 2008.

IAMAMOTO, Marilda. **Serviço Social em tempo de Capital Fetichado**: capital financeiro, trabalho e questão social. Dados, 9. Ed. – São Paulo: Cortez. 2015.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, de Raul. **Relações Sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. Dados, 41. Ed. – São Paulo: Cortez, 2014.

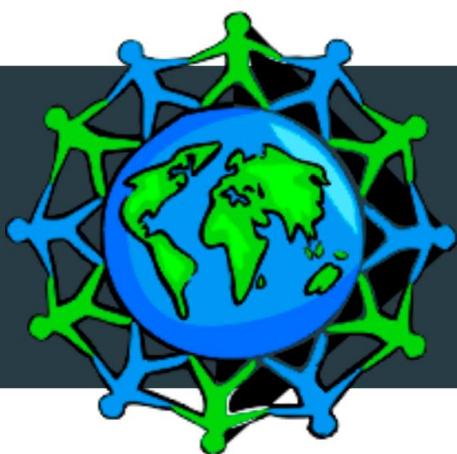
IANNI, Octavio. Dialética Das Relações Raciais. **Revista Estudos Avançados**. São Paulo. vol.18 n..50, jan./apr. 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000100003> Acesso em: 15 de jul. 2019, p. 21-30.

JACCOUD, Luciana. O Combate ao Racismo e à Desigualdade: O Desafio das Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Racial. In: THEODORO, Mário. **As Políticas Públicas e a Desigualdade Racial no Brasil 120 anos após a Abolição**. Brasília: IPEA, 2008.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política**: Uma introdução crítica. São Paulo: Editora Cortez, 2006. (Biblioteca básica de Serviço Social: v.1).

ONU-BR. Organizações das Nações Unidas no Brasil. **Negros têm maior incidência de problemas de saúde evitáveis no Brasil**, alerta ONU. Brasil, 2018. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/negros-tem-maior-incidencia-de-problemas-de-saude-evitaveis-no-brasil-alerta-onu/>> Acesso em: 25 de fevereiro de 2018.

SOARES, Raquel Cavalcante. Contrarreforma na política de saúde e prática profissional do Serviço Social nos anos 2000. In: **Serviço Social brasileiro nos anos 2000: cenários, lutas e desafios**. Orgs. MOTA, A. E. AMARAL, A. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2014.



Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI

III SINESPP

20 a 24
OUTUBRO
2020

SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS
Democracia, desigualdades sociais e políticas públicas no capitalismo contemporâneo

EIXO TEMÁTICO 9 | QUESTÕES DE GÊNERO, RAÇA/ETNIA E GERAÇÃO

DESAFIO FEMININO PARA EMPREENDER: episódios de superação na trajetória empresarial de mulheres na cidade de Timon-MA

THE CHALLENGES OF BEING A BUSINESSWOMAN: coming through episodes on women's business path in the city of Timon – MA

Mhayla Moura dos Santos Pachêco¹

Ana Caroline Vieira Bitencourt²

Gabriela de Araújo Leão Rodrigues³

Venâncio Borges Anchieta da Silva Filho⁴

RESUMO

A inserção da mulher no mercado, bem como nas demais esferas socioeconômicas, decorre de lutas em busca de igualdade. O presente trabalho discute os desafios e barreiras impostas para mulheres empreendedoras na cidade de Timon-MA. O objetivo foi analisar os desafios enfrentados pelas mulheres empreendedoras que atuam no ramo de cosméticos e acessórios femininos na citada cidade. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, por meio de múltiplos casos. Utilizaram-se um questionário e um roteiro de entrevista com perguntas abertas e fechadas como instrumentos de pesquisa aplicados a sete mulheres. Com base no resultado da pesquisa, percebe-se que as principais dificuldades são o ceticismo e a ausência de apoio e motivação familiar e profissional. Entende-se que, para as participantes da pesquisa, as situações apresentadas por elas são desafios rotineiros e que, embora sejam ruins, por se referirem à discriminação de gênero, não são suficientes para sucumbir o desejo pela atividade empreendedora autônoma.

Palavras-Chaves: Gêneros. Dificuldade. Família. Barreiras Sociais. Atividades Empreendedoras

ABSTRACT

Introducing women in the market, as well as in other socioeconomic fields, is a result of fights for equality. This paper reports the challenges

¹ Graduada em Administração pela Faculdade –IESM. E-mail: mouramhayla@gmail.com.

² Graduada em Administração pela Faculdade –IESM. E-mail: bittencourtbk1@outlook.com

³ Referências do Autor 3. Graduada em Administração pela Universidade Federal do Piauí- UFPI, especialista em Gestão estratégica de pessoas com coaching. E-mail: adm.gabrielaleao@gmail.com

⁴ Mestre em Administração pela UNIFOR: E-mail: venancioanchieta@hotmail.com

and barriers which are imposed on businesswomen in the city of Timon – MA. Our goal was to analyze the difficulties faced by women involved in the female cosmetics and accessories business department in the city. It is qualitative research, considering multiple cases. A questionnaire and an interview script were used, containing closed and opened questions as research instruments applied to 7 women. Based on the results of the research, it is clear that the main obstacles are the lack of support and family and professional motivation, as well as skepticism. Also, it is noticeable that for the women who participated in the research, the situations that they were put in to are daily challenges and that, even though it is a bad scenario, due to gender discrimination, it isn't enough to stop their desire of becoming a businesswoman.

Keywords: Gender. Difficulty. Family. Social Barriers. Businesswoman.

INTRODUÇÃO

O dito popular que expressa que para a nossa sobrevivência na sociedade é preciso “matar um leão por dia” talvez deva ser repensado quando o indivíduo em questão se tratar de uma mulher. As múltiplas jornadas de trabalho que as mulheres enfrentam diariamente podem ser consideradas, cada uma delas, um “leão” a ser vencido.

Segundo o relatório do *Global Entrepreneurship Monitor (GEM, 2018)*, no Brasil, a Taxa de Empreendedorismo Inicial (TEA) para o gênero feminino é de 17,3%, ou seja, cerca de 23,8 milhões de brasileiras iniciaram seus próprios negócios em 2018. Já a Taxa de Empreendedorismo Estabelecido (TEE), ou seja, aqueles que conseguem pagar os proprietários, é de 17,2% para mulheres. Comparativamente, essas mesmas taxas para o gênero masculino são de 18,5 e 23,3%, respectivamente. O relatório aponta uma necessidade para identificar “[...] as razões que levam as mulheres a terem negócios menos longevos que os homens” (GEM, 2018, p. 13).

Partindo dessa observação, percebe-se que a dinâmica do empreendedorismo pode ser diferente em termos de gênero. O que ocorre no percurso de desenvolvimento dos negócios chefiados por mulheres que as faz ter empreendimentos menos duráveis que os empreendedores do gênero masculino? Quais tipos de desafios elas enfrentam no dia a dia dos negócios que podem interferir na Taxa de Empreendedorismo Estabelecido?

Diante disso, a compreensão do empreendedorismo feminino e do seu contexto é questão relevante à ordem social e profissional e que cada vez mais vem ganhando seu espaço no movimento empreendedor. No entanto, as mulheres ainda enfrentam obstáculos para obter êxito em seus negócios, seja de cunho pessoal ou profissional, como a jornada tripla de trabalho, que consiste na sobrecarga diária que recai sobre elas (GOMES, 2016).

Nesse sentido, formulou-se a seguinte pergunta de pesquisa: quais os desafios enfrentados pelas mulheres empreendedoras que podem impactar na sustentabilidade dos seus negócios na cidade de Timon-MA? Objetivou-se analisar os desafios enfrentados pelas empreendedoras que podem impactar na sustentabilidade dos seus negócios na referida cidade. Em termos de objetivos específicos, tem-se: verificar a possível existência de barreiras sociais que dificultam a participação da mulher empreendedora; identificar as principais dificuldades pessoais e profissionais que venham a interferir no negócio; verificar a percepção das mulheres quanto aos obstáculos do setor empreendedor; e apontar a percepção das empreendedoras entrevistadas quanto à atuação das mulheres no empreendedorismo no município de Timon-MA.

Para compreensão das questões que envolvem a pesquisa, utilizou-se a abordagem qualitativa, descritiva em múltiplos casos (GONSALVES, 2007). As participantes foram selecionadas por meio do critério de serem mulheres proprietárias de microempresas devidamente registradas situadas na cidade de Timon-MA, com negócios voltados para cosméticos e acessórios femininos. Foram contatadas 16 empreendedoras na cidade em questão, sendo que sete aceitaram participar. As demais se recusaram ou não deram retorno. Para a coleta de dados, optou-se pelo questionário e pelo roteiro de entrevista (MARCONI; LAKATOS, 2016). As participantes definiram a hora e o local para a coleta de dados. Em todas as coletas de dados, foi assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. O primeiro instrumento, com 12 questões fechadas, foi aplicado para definir o perfil das participantes. Em seguida, para abordar os demais pontos da pesquisa, realizou-se a entrevista, que possuía um roteiro com 14 questões, definidas *à priori*, as quais, após serem respondidas, eram aprofundadas de acordo com as respostas.

2 A INSERÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO

Em tempos passados, a mulher não poderia sequer sonhar em ter um emprego ou pensar em ganhar dinheiro, pois quem tinha autonomia financeira nos lares eram os homens. Já hoje em dia, percebe-se a mudança nesse contexto, pois, embora esse paradigma sobre questão de igualdade entre homem e mulher ainda exista, não é mais o mesmo. (ASSIS, 2009, p.2).

Entretanto, é importante destacar que essas mudanças ocorrem principalmente com a I e a II Guerra Mundial. Os homens iam para as batalhas enquanto as mulheres assumiam os negócios da família. Quando a guerra acabou, muitos homens haviam morrido, e os que sobreviveram ficaram impossibilitados de trabalhar, pois tinham sido mutilados. Dessa forma, houve a necessidade de as mulheres deixarem suas casas e seus filhos para passarem a fazer o trabalho que antes era realizado pelos homens (PROBST, 2009, p. 2).

Assim a inserção da mulher no mercado, como nas esferas políticas, sociais, culturais e históricas, decorreu-se por etapas, tendo também como uma dessas fases o movimento feminista. A Revolução Francesa, em 1789, e as grandes mudanças sociais foram de grande influência para o movimento se alavancar. Porém, somente com a Revolução Industrial, no século XIX, o movimento ganhou mais força, e as mulheres começaram a trabalhar em fábricas, inserindo-se, dessa forma, na economia (LENZI, 2018).

Aos poucos, o movimento feminista foi se espalhando pelos países e ganhando mais forma, criando mais corpo, conquistando mais direitos e mais espaço na sociedade. No Brasil, após o período de 1985 em que foi instalada a ditadura militar, o movimento se impulsionou. Foi na década de 1980 que o movimento ganhou mais força, juntando-se a outras correntes e marcando um dos momentos mais importantes para o feminismo. Isso porque, até então, ele se configurava apenas na classe média, mas, com a união de outros movimentos, incluindo o movimento contra o racismo, dentre outros importantes, o feminismo ganhou adesão das classes populares. Dessa maneira, foi por meio das lutas que as mulheres conseguiram adentrar cada vez mais na economia e no mercado de trabalho (LENZI, 2018, on-line).

Os primeiros dados oficiais de que se tem conhecimento apontam que, em 1872, elas representavam 45,5% da força de trabalho. Nesta época, [...] as mulheres estavam empregadas predominantemente na agropecuária, nos serviços domésticos em lar alheio ou no serviço de costura por conta própria. (IPEA, 2014, p. 592 *apud* PINHEIRO; LIMA JUNIOR; FORTOURA; SILVA, 2016, p. 5).

Embora a atividade doméstica seja trabalho, a falta de reconhecimento por parte da sociedade sobre a importância dele foi um dos fatores importantes para que a mulher fosse inserida no mercado de trabalho. A mulher é essencialmente útil, seja no contexto doméstico mantendo a ordem na casa e cuidado dos filhos, seja participando da economia fazendo parte dos negócios (TEYKAL, 2007).

Portanto, a partir do desenvolvimento de novas tecnologias e da amplificação de empresas, serviços de comunicações, financeiros e órgãos de governos é que houve um aumento no número de cargos de gabinete e escritórios de grau superior para mulheres preparadas, mas tanto para mulheres de classe média quanto para as de classe baixa (MARTINS *et al.*, 2010, p. 2).

Perfil da mulher empreendedora

A sociedade contemporânea na perspectiva de Carreira et al (2015, p.4) apresenta-se de forma mais flexível em relação ao papel da mulher empreendedora, se comparada às configurações sociais anteriores, no entanto os autores chamam atenção que mesmo com essa abertura da mulher empreendedora ainda assim, enfrentam desafios a serem superados. O paradigma da falta de oportunidade por igualdades ainda se faz presente nos dias atuais, o que significa que ainda existem barreiras a serem quebradas para que o mundo dos negócios – e não só ele – seja mais justo para todos. As mulheres, desde as décadas passadas, vêm quebrando essas barreiras com muitas lutas e tentando superar esses paradigmas para se manter no meio empresarial. Assim, “[...] as mulheres conseguiram seus espaços e a igualdade entre os sexos. Hoje há muitas mulheres inseridas no mercado de trabalho como colaboradoras, mas, também, grande quantidade exercendo o papel de líder e provaram que são capazes tanto quanto os homens na realização de qualquer que seja a tarefa.” (ASSIS, 2009.p.2).

Entre as diversas pesquisas do GEM, em 2015 foi realizada uma inédita, sendo feita uma análise por gênero entre os brasileiros, identificando o perfil segundo o gênero (mulheres versus homens). Na análise, equiparadas aos homens, as mulheres foram

assim verificadas: são mais escolarizadas (32% dos homens têm no máximo o primeiro grau incompleto, proporção que cai para 29% no grupo das mulheres); empreendem mais tarde, acima de 35 anos (os homens, entre 24 e 30 anos); ganham menos (69% recebem até três salários mínimos, contra 49% nos homens); apresentam menor proporção de pessoas casadas (39% contra 44% nos homens); apresentam maior proporção de união estável (20% contra 15% nos homens); e apresentam maior proporção de pessoas que se classificam como pretas e pardas (62% contra 59% nos homens). Por meio dessa análise, nota-se que é mais forte a presença das mulheres empreendedoras que trabalham por conta própria, isso levando em conta o conjunto de empreendedoras iniciais.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Em todas as coletas de dados, foram assinados o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Após a aplicação dos questionários e a realização da análise dos dados, foram traçados os perfis das sete entrevistadas e das suas empresas. No geral, as entrevistadas apresentam faixa etária entre 28 e 54 anos, sendo que três delas são casadas e as demais são solteiras. Três têm filhos, sendo que uma delas não conta com auxílio para criação das crianças. Seis delas moram com outras pessoas e somente duas delas são responsáveis pelas despesas gerais da casa. O grau de escolaridade varia em seis categorias de ensino: médio completo, técnico completo, superior incompleto, superior completo, especializações e mestrado. Apenas uma delas possui sócio. O tempo de vida de suas empresas varia de seis meses a dois anos e 10 meses. Somente uma delas possui outra fonte de renda (trabalha em outro local) e cinco possuem funcionários registrados, variando de 1 a 3 deles, uma não tem funcionário e a outra conta com auxílio informal.

Barreiras sociais que dificultam a participação da mulher empreendedora

Levando em consideração a busca da pesquisa por possíveis barreiras sociais que dificultam a atuação da mulher empreendedora e entendendo que uma barreira social é todo elemento cultural perfeitamente identificado, destinado a tornar difícil ou impossível o acesso de um indivíduo a um grupo ou a uma camada social (DIAS, 2010, p. 189), foram identificadas, após análise de alguns dos relatos obtidos em entrevistas, as

seguintes barreiras: incredulidade por parte dos clientes pelo fato de uma mulher ser dona de um negócio; religião, caso em que uma entrevistada em situação de dificuldade em sua empresa foi questionada do porquê de seu Deus não resolver seus problemas; falta de motivação, credibilidade e confiança por familiares e terceiros que se recusaram a ceder o espaço disponível para aluguel pelo fato de que a pessoa interessada era uma mulher, por causa da idade dela ou por ela ter optado por se arriscar em negócios. Todas essas situações, sejam elas antes ou durante suas atividades empreendedoras, de acordo com as entrevistadas que relataram esses eventos, deixaram-nas desconfortáveis e abaladas. De certa forma, tornaram difícil sua participação no movimento, caracterizando, na prática, o conceito de barreira social.

As barreiras sociais estão diretamente ligadas à estratificação social, que se refere à divisão da sociedade em camadas, sendo que seus ocupantes têm acesso desigual a oportunidades sociais e recompensas (DIAS, 2010, p. 189), o que aconteceu com a entrevistada que teve sua oferta de aluguel recusada por ser mulher e apresentar aspecto jovial, incluindo-a no acesso desigual de oportunidades sociais. Entre os fatores que resultam na estratificação social estão: as diferenças biológicas, como as de sexo e idade, qualquer forma de exclusivismo profissional, religião, raça e etnia, sendo que a maioria desses fatores está presente nos demais relatos.

Principais dificuldades pessoais e profissionais que venham a interferir no negócio

Seja no cunho pessoal ou no profissional, as mulheres enfrentam obstáculos para obter êxito em seus negócios, como a jornada tripla de trabalho, que consiste na sobrecarga diária de trabalho que recai sobre a mulher (GOMES, 2016). Para conhecer mais a fundo e atingir o objetivo específico de identificar as principais dificuldades pessoais e profissionais que possam interferir em seus negócios, de acordo com a percepção delas, foram elencados os fatores descritos a seguir.

Conforme a Entrevistada 1, em dificuldades pessoais, em decorrência de seu pai também ter uma empresa, alguns familiares tem a visão de que quem mantém seu negócio financeiramente e o lidera é o pai da entrevistada. O ceticismo desses familiares foi um dos momentos que a irritaram, pois, de certa forma, era um questionamento indireto quanto à sua capacidade, à sua independência e à sua responsabilidade. Já em dificuldades profissionais, a entrevistada expôs que, em certas situações, clientes

relataram a ela que, devido à localização da loja, não frequentaram sua empresa antes por rotularem os produtos como algo inacessível. Ainda ressalta que essa percepção serviu para ela pensar em uma forma de atrair os clientes. Outro fator profissional é a acessibilidade limitada para pagamento de produtos em decorrência do tempo de vida da empresa, pois os fornecedores, em momento de negociação de pagamento, disponibilizam as opções: boleto, cartão, à vista e transferência, mas, se a empresa não possuir um histórico de pelo menos dois anos, eles não aceitam boleto, alegando ser essa a política da empresa – na maioria das vezes, o pagamento disponibilizado é à vista ou no cartão sem parcelar.

Já a Entrevistada 2, em dificuldade pessoal, não identificou nenhuma situação que poderia interferir com o negócio. Por outro lado, no fator profissional, segundo a percepção dela, elencou que o amadurecimento financeiro da empresa é uma dificuldade, pois futuramente ela pretende se manter apenas com a loja e, para que isso ocorra, conta com a estabilidade e o retorno financeiro da empresa para se desligar de seu emprego, mas ela já está aguardando esse retorno há dois anos.

A Entrevistada 3, em dificuldades pessoais, identificou que a falta de alguém para dividir dúvidas, responsabilidades e pressão fez com que ela se questionasse se conseguiria continuar, pois a procura por locais, pintura, decoração, compra de mercadorias e todas as outras decisões foram tomadas e executadas exclusivamente por ela.

Outro fator apontado foi que, devido à experiência, ela adotou uma postura mais reservada para repelir certos assédios, pois, de acordo com ela, caso não tivesse adotado essa postura, por estar à frente da sua empresa, por todos perceberem que no cotidiano não tem companhia de qualquer tipo, por culturalmente ser apontada como o sexo frágil e por ter um aspecto jovial, estaria vulnerável a sofrer assédio, seja ele sexual, moral, verbal, virtual ou psicológico.

Em fatores profissionais, o desprezo de lojistas com mais experiência em relação a lojistas novos e a ausência de uma rede de apoio entre as mulheres que também são donas de seus próprios negócios foram aspectos apontados pela entrevistada como situações de dificuldades profissionais, pois a busca de informações com profissionais experientes independentemente do ramo ou de apoio com pessoas com características semelhantes não foi algo que ela pôde desfrutar.

A Entrevistada 4 apresentou como fator pessoal que, no momento em que informou o desejo de adquirir a empresa, a família sugeriu investir em um negócio de outro ramo, o que poderia ter feito com que a empreendedora nem iniciasse. Profissionalmente, ela identificou a dificuldade em obter descontos com fornecedores, pois ela tem que insistir para obter descontos na negociação e sente que essa questão está diretamente relacionada ao fato de ela ser mulher.

Já a Entrevistada 5 aponta como dificuldade pessoal conciliar a rotina dos filhos com a rotina e a dedicação ao negócio, situação que é típica da multiplicidade das atividades que recaem sobre as mulheres, também conhecida como jornada tripla de trabalho, como já citado anteriormente pelo autor Gomes (2016). Outro fator é que a família, por ter experiência no empreendedorismo e saber das dificuldades a serem enfrentadas, tentou convencê-la a não abrir a empresa e relutou em apoiá-la no início do empreendimento. A combinação de ambas as situações foram momentos difíceis para a entrevistada, mas, em relação às dificuldades profissionais, ela não elencou nenhuma.

A Entrevistada 6 não apontou nenhuma dificuldade pessoal que poderia intervir nos negócios. Porém, em fator profissional, assim como a Entrevista 3, sentiu dificuldade em conseguir informações sobre mercadorias e fornecedores com outros empreendedores, mas por um motivo diferente: ser mulher e dona do próprio negócio. Essa circunstância fez com se tornasse difícil a busca de informações com pessoas experientes. Então, ela e o sócio tiveram de pesquisar e lidar com as dúvidas por conta própria.

Por fim, a Entrevistada 7 expôs como dificuldade pessoal que, de início, não obteve apoio do pai, por ele ter experiência com empreendimentos, não querendo que ela seguisse o mesmo caminho, em virtude das dificuldades que um negócio em si proporciona.

No fator profissional, ela classificou as dificuldades em conseguir local para o negócio; a concorrência agressiva; a intimidação e o assédio moral de concorrentes. A entrevistada compartilhou que, quando estava em busca de espaços para alugar, recebeu diversas recusas por ser mulher e não possuir um histórico de empreendimento conhecido. Ressaltou até que o motivo de ter conseguido o local da loja foi por causa de seu sobrenome, já que o locatário se lembrou do pai dela.

Com concorrência agressiva, a entrevistada se refere à situação na qual o concorrente interferiu no atendimento, pegou o cliente pelo braço e o dirigiu à sua própria loja, dizendo as palavras “Não é aí, não. É aqui!”. Além disso, os concorrentes já entraram em sua loja e retiraram as etiquetas de seus produtos, bem como já intimidaram seus funcionários ao ponto de segui-los até o ponto de transporte coletivo e ficar insistindo para saber quem são seus fornecedores e onde ela adquiriu as mercadorias. Situações como essas abalam sua equipe e, conseqüentemente, desestruturam sua atuação no mercado, atrapalhando a entrega que ela deseja transmitir ao cliente.

Percepções das mulheres quanto aos obstáculos do setor empreendedor

É de conhecimento geral que o termo “empreendedor” está diretamente relacionado a tomar riscos, pois existem vários fatores que devem ser levados em consideração nesse contexto, como investimento, planejamento, público-alvo, diferencial no mercado, assim como situações externas. É o que afirma Dornelas (2015), segundo o qual, devido ao avanço da tecnologia e à globalização, mudanças estão suscetíveis a ocorrer a qualquer momento.

Adaptar-se a mudanças, acompanhar tendências e se atualizar para atender ao gosto dos clientes são outras situações enfrentadas no cenário dinâmico e inovador do movimento empreendedor. Quando as entrevistadas foram questionadas em relação aos obstáculos, foram expostas as seguintes preocupações: faturamento da empresa, que em alguns meses vai bem, mas em outros não; possibilidade de o rendimento não cobrir as demais despesas da empresa, como aluguéis, energia, internet, fornecedores e, no caso das que têm funcionários, encargos trabalhistas de seus colaboradores. Esses obstáculos foram expostos por todas as entrevistadas, ou seja, é um fator unânime dentro da pesquisa.

Atrair e reter clientes foi outro obstáculo elencado por elas, o que leva ao fator da inovação, em relação ao qual elas se preocupam com o diferencial que suas empresas podem oferecer em relação às outras do mesmo ramo, para conquistar novos cliente e manter os existentes. Tal ponto também citado por todas elas.

Como já foi exposto, o fator do tempo de vida da empresa também é apontado pela Entrevistada 1 e pela 7, como obstáculo do ramo. Isso porque, em algumas

situações, como para obter mercadoria e alugar espaço, suas escolhas foram limitadas em consequência da ausência de histórico empreendedor tangível. Observa-se que, assim como qualquer outra pessoa, independentemente do sexo, elas passam por obstáculos que são caracterizados como típicos em qualquer setor de empreendimento. Todas têm confiança de que seus negócios darão certo e possuem visão e planos de desenvolvimento de suas empresas, o que recai sobre a questão de automotivação de empreendimento.

Sustentando essa confirmação, Dornelas (2015) assegura que os empreendedores possuem motivação singular, são apaixonados pelo que fazem, não se contentam em ser mais um na multidão, querem ser reconhecidos e admirados, referenciados e imitados, querem deixar um legado.

Percepções das empreendedoras quanto à atuação das mulheres no empreendedorismo no município de Timon-MA

Quando as entrevistadas foram questionadas a respeito do tópico em questão, percebe-se que a percepção delas varia dependendo do meio em que estão inseridas. As que estão ladeadas por empresas lideradas por figuras masculinas relataram que a participação está em desenvolvimento. Já as que estão no meio de outros negócios liderados por mulheres relatam que a participação é grande, mas, independentemente do local no qual estão inseridas, todas concordam que é um movimento que só tende a crescer, seja ele formal ou informal.

Santos (2017, p.9) destaca que a expansão do empreendedorismo feminino no Brasil tem ganhado uma visibilidade nos últimos anos, e em decorrência disso vem fortalecendo um movimento promissor para o desenvolvimento econômico e social do país ampliando dessa maneira o número de empresas, como também percebe-se uma melhoria da qualidade nos serviços oferecidos, tendo em vista que as mulheres se apresentam com um perfil de cooperação, intuição e sensibilidade para potencializar a força de empreender.

Assim, com a revolução científico-tecnológica, no fim do século XX e no início do século XXI, esse fator diminui, dando destaque ao esforço intelectual, em que as mulheres se encontram em condições de igualdade com os homens (DIAS, 2010). Suas características de alta flexibilidade e criatividade desempenhadas em seus papéis sociais

como esposa, mãe, filha e dona de casa agora refletem no mundo industrial, tornando-se um elemento vantajoso não apenas para a sua atuação organizacional, mas também em adaptações a novas funções e papéis sociais.

4 CONCLUSÃO

Conclui-se que os desafios enfrentados pelas mulheres empreendedoras que podem impactar na sustentabilidade dos seus negócios na cidade de Timon-MA são: a ausência de uma rede de apoio profissional e familiar: a falta de confiança, credibilidade, motivação; e o ceticismo de terceiros para com o gênero e o negócio delas. Com base na análise, percebe-se que os desafios enfrentados por elas também são significativos, como expõe a maioria das entrevistadas. No entanto, não se pode generalizar esse quadro, já que nem todas compartilham da mesma perspectiva, levando em consideração que essas perspectivas dependem do perfil de cada uma e do meio em que estão inseridas.

Entende-se que, para as participantes da pesquisa, as situações apresentadas por elas são desafios rotineiros e que, embora sejam ruins, por se tratar de discriminação de gênero, não são suficientes para sucumbir o desejo pela atividade empreendedora autônoma. Isso porque, apesar de existirem dificuldades e de essas mulheres se abalarem, independentemente de terem apoio ou não, elas superam, adaptam-se, aprendem e continuam com suas convicções, ampliando suas visões de crescimento tanto para o negócio quanto para a sua vida empreendedora.

REFERÊNCIAS

APARICIO, I. C. S.; MELO, K. S.; SILVA, E. P.; CALVOSA, M. V. D. **Carreira feminina: quebrando paradigmas e alcançando o sucesso**, 2009 (VI SEGET). Disponível em: https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos09/354_Carreira_Feminina_Quebrando_p_aradigmas_e_alcancando_o_sucesso.pdf. Acesso em: 27 abr. 2019.

ASSIS, Rosiane Hernandes de. **A inserção da mulher no mercado de trabalho**. CONVIBRA – Congresso Virtual Brasileiro de Administração, 6. 2009. Disponível em: http://www.convibra.com/2009/artigos/140_0.pdf. Acesso em: 25 abr. 2019.

CARREIRA et al. **Empreendedorismo feminino: um estudo fenomenológico** In: NAVUS, Revista de gestão e tecnologia. Florianópolis, SC, v. 5, n. 2, p. 06-13. abr./jun. 2015.

DIAS, Reinaldo. **Introdução à sociologia**. 2. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

DORNELAS, José Carlos Assis. **Empreendedorismo**: transformando ideias em negócios. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2015.

GEM - *Global Entrepreneurship Monitor*. **Empreendedorismo no Brasil**: Relatório Executivo 2018. [s.l.], 2018. 26 p. Disponível em:
<http://materiais.cer.sebrae.com.br/relatorio-executivo-gem-2018>. Acesso em: 8 mar. 2020.

GEM - *Global Entrepreneurship Monitor*. **Empreendedorismo no Brasil – 2015**: Relatório Executivo. Sebrae, 2015. Disponível em: https://m.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/estudos_pesquisas/pesquisa-gem-empreendedorismo-no-brasil-e-no-mundodestaque9,5ed713074c0a3410VgnVCM1000003b74010aRCRD. Acesso em: 26 mar. 2019.

GOMES, Cristina. **Jornada tripla**: saiba o que é e como lidar. 2016. Disponível em:
<http://mulherlider.com.br/blog/jornada-tripla-saiba-o-que-e-e-como-lidar/>. Acesso em: 7 jun. 2019.

GONSALVES, Elisa Pereira. **Conversas sobre iniciação à pesquisa científica**. 4. ed. São Paulo: Alínea, 2007.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

LENZI, Tié. **O que é o movimento feminista?** 2018. Disponível em:
<https://www.todapolitica.com/movimento-feminista/>. Acesso em: 29 abr. 2019.

MARTINS, Cibele Barsalini. et al. **Empreendedorismo feminino**: características e perfil de gestão em pequenas e médias empresas. Revista de Administração da UFSM, v. 3, p. 288-302, 2010. Disponível em:
<https://periodicos.ufsm.br/reaufsm/article/view/2378/1441>. Acesso em: 2 mai. 2019.

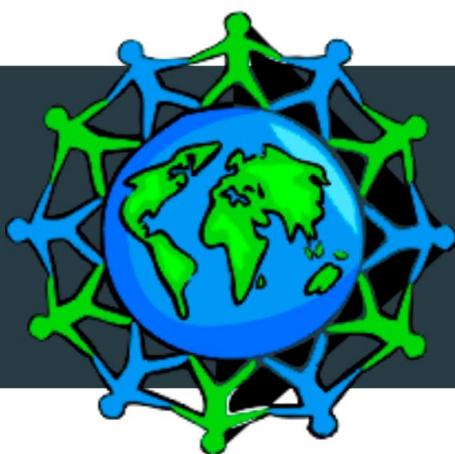
PINHEIRO, Luana Simões; LIMA JUNIOR, Antonio Teixeira; FORTOURA, Natália de Oliveira; SILVA, Rosane da. **Mulheres e trabalho**: breve análise do período 2004-2014. Brasília: Ipea, 2016 (Nota técnica). Disponível em:
http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6524/1/Nota_n24_Mulheres_trabalho.pdf. Acesso em: 29 abr. 2019.

PROBST, Elisiana Renata. **A evolução da mulher no mercado de Trabalho**. Instituto Catarinense de Pós-Graduação. Disponível em: www.icpg.com.br. Acesso em: 15 mar.2020.

SANTOS, Raquel Aparecida dos. **Educação empreendedora e o desenvolvimento de atitude empreendedora da mulher de baixa renda**: perspectivas de ações na cidade de Franca (SP): Uni- FACEF, 2017. Disponível em: <http://pos.unifacef.com.br/wp->

[content/uploads/2015/12/Disserta%C3%A7%C3%A3o_RAQUEL-APARECIDA-DOS-SANTOS.pdf](#). Acesso em: 30 abr. 2019

TEYKAL, Carolina Macedo; ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. **O homem atual e a inserção da mulher no mercado de trabalho**. v. 38, n. 3, pp. 262-268, set./dez. 2007. Disponível em: file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Dialnet-OHomemAtualEAIsercaoDaMulherNoMercadoDeTrabalho-5161629%20(3).pdf. Acesso em: 23 abr.2019.



Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI

III SINESPP

20 a 24
OUTUBRO
2020

SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS
Democracia, desigualdades sociais e políticas públicas no capitalismo contemporâneo

EIXO TEMÁTICO 9 | QUESTÕES DE GÊNERO, RAÇA/ETNIA E GERAÇÃO

ENVELHECIMENTO E CONTRATO INTERGERACIONAL: expressões das desigualdades de gênero, raça e classe

AGING AND INTERGENERATIONAL CONTRACT: expressions of gender, race and class
inequalities

Bruna Aparecida Pavoski Mulinari¹
Eliane Fransieli Muller²
Liliane Moser³

RESUMO

Este artigo objetiva refletir sobre a responsabilização familiar expressa nas políticas sociais de proteção ao idoso. A partir de revisão bibliográfica constata-se que a família tem sido a principal responsável pelo trabalho de cuidado de idosos que, pautado no contrato intergeracional, encontra-se imerso em desigualdades de gênero, classe e raça.

Palavras-Chaves: Contrato Intergeracional; Família; Idoso; Políticas Sociais; Trabalho de Cuidado de Idosos.

ABSTRACT

This article aims to reflect on family responsibility expressed in social policies for the protection of the elderly. Based on a bibliographic review, it appears that the family has been the main responsible for the care of the elderly, which, based on the intergenerational contract, is immersed in gender, class and race inequalities

Keywords: Intergenerational Contract; Family; Old Man; Social Politics; Elderly Care Work.

¹ Assistente Social. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: brunaapm11@hotmail.com

² Assistente Social. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: elianem2005@yahoo.com.br

³ Assistente Social, Professora Adjunta do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. Coordenadora do Núcleo de Pesquisa Interdisciplinar, Sociedade, Família e Política Social (Brasil). E-mail: liliane.moser@ufsc.br

INTRODUÇÃO

O aumento da população idosa, a diminuição da taxa de natalidade, as mudanças na estrutura e dinâmicas familiares atribuídas, entre outras coisas, à inserção das mulheres no mercado de trabalho acrescido ao fato delas serem as principais provedoras dos cuidados à pessoa idosa, trazem à tona as históricas desigualdades de gênero, raça e classe. Por sua vez, as políticas sociais de proteção ao idoso continuam a priorizar a família⁴ como espaço de proteção e existem poucos serviços públicos disponíveis para atender às demandas de cuidados dos idosos. Nesse cenário adverso, coloca-se a necessidade de inserção dos familiares cuidadores no mercado de trabalho.

Nessa mesma direção, a política social expressa este processo contraditório da acumulação do capital em que, de um lado, garante minimamente a força de trabalho e de outro, mantém as taxas de lucro crescentes, posto que a proteção social está ancorada na matriz residual - caracterizada pela proteção social mínima e focalizada (PEREIRA, 2016). A participação da família tornou-se essencial no modelo residual de proteção social, assim como, intensificou-se a participação da sociedade civil (ONGs) com legalidade e institucionalidade próprias, situada entre o Estado e o mercado, como sujeitos prestadores de proteção social.

Esta situação acentua-se, no contexto atual do neoliberalismo, com a reestruturação e desmantelamento das políticas sociais, com a restrição ou destituição de direitos sociais, trabalhistas e previdenciários que com o aumento da privatização das políticas sociais ampliam a tendência à diminuição da capacidade protetora do Estado o que faz emergir as redes de proteção pluralistas (como as de “mercadorização” das políticas sociais) que conseqüentemente aumentam as responsabilidades da família pela proteção aos dependentes (PEREIRA, 2011).

Nesse contexto, o envelhecimento populacional, as mudanças no tamanho e composição da família, a inserção da mulher no mercado de trabalho e o desemprego

⁴ A definição de família é permeada por inúmeras controvérsias é um tema em construção e extensamente estudado quanto às suas formas e funções (GELINSKI; MOSER, 2015). Na perspectiva marxista, família é interpretada ressaltando-se seus aspectos históricos enquanto construção social, nesse sentido, segundo Teixeira (2018, p. 55), “a família não é uma instituição natural, mas social e histórica, podendo assumir configurações diversificadas em sociedades [...], conforme as classes e os grupos sociais heterogêneos”.

estrutural comprometem e alteram a forma de proteção que a família conseguirá prestar ou não aos seus membros.

O envelhecimento da população contribuiu para mudanças nas formas de relacionamento entre a esfera privada e esfera pública. Principalmente quando se reitera a ideia de que cabe a família responder prioritariamente pela proteção ao idoso, em conjunto com a sociedade e o Estado. Para além das transformações demográficas, o resultado do aumento da população idosa impõe demandas às esferas sociais, políticas, econômicas e às políticas públicas.

Por isso, refletir sobre a responsabilização familiar expressa nas políticas de proteção social ao idoso torna-se importante diante do cenário de crise estrutural do capital em que o Estado se torna mínimo para o atendimento das necessidades dos cidadãos ao diminuir os investimentos em políticas públicas. Consequentemente, ampliam-se as desigualdades sociais e aumentam as responsabilidades dos próprios indivíduos e da família com a proteção social. Nesse cenário as mudanças nas famílias, o aumento da população idosa e a histórica “naturalização” das mulheres como as que realizam o cuidado de seus membros também se ampliam, acentuando, deste modo, a exploração de gênero, raça e classe.

Considerando o exposto acima, o presente artigo divide-se em duas partes, além dessa introdução. Na primeira parte busca-se refletir sobre como se expressa a responsabilização da família nas políticas sociais ao defini-la, por exemplo, por meio do contrato intergeracional como a principal responsável pelo trabalho de cuidado dos seus membros dependentes, em especial de idoso, crianças/adolescentes e pessoas com deficiência. Já a segunda parte trata-se da conclusão, na qual se destaca a necessidade de ampliar as políticas sociais de proteção ao idoso e trazer para a esfera pública o debate sobre o trabalho de cuidado aos idosos, retirando-o da responsabilidade unicamente familiar.

2 POLÍTICAS SOCIAIS DE PROTEÇÃO AO IDOSO E A RESPONSABILIZAÇÃO FAMILIAR

O envelhecer não pode ser atribuído como sinônimo de doença, mas as condições de trabalho e de classe social do indivíduo ao longo da vida tendem a ampliar ou minimizar as desigualdades do processo de envelhecer, assim como, determinar a

qualidade dessa velhice. Assim, a proteção social por meio das políticas públicas é uma das formas de enfrentamento das desigualdades desse processo de envelhecimento.

Entende-se por proteção social, formas às vezes mais, outras vezes menos institucionalizadas que as sociedades organizam para proteger os seus membros. Destaca-se que não há sociedade humana alguma, que de algum modo, não tenha desenvolvido algum sistema/modelo de proteção social aos seus membros (GIOVANNI, 1998).

Esses modelos de proteção social constituem-se de diferentes formas, sempre de acordo com o desenvolvimento das forças sociais, políticas e econômicas de cada sociedade, sendo possível coexistir em uma mesma sociedade, mais de um modelo de proteção social. Podem ser modelos baseados na seguridade social, como também no seguro social, que tendem a determinar o quanto de participação tanto do Estado, da sociedade e da família.

Vale ressaltar que, a proteção social pública materializa-se através das políticas sociais, que conforme nos lembram, Behring e Boschetti (2008), expressa-se como desdobramentos, ou mesmo respostas, que são ofertadas pelo Estado às expressões multifacetadas da questão social no capitalismo.

Contudo, com o avanço do neoliberalismo, dos processos de reorganização dos sistemas de proteção social face às políticas de ajustes fiscais e com o desmonte dos direitos dos trabalhadores, emergem novas modalidades de proteção social. Recentemente, o desmonte das políticas sociais tornou-se mais legítimo a partir da aprovação da Emenda Constitucional (EC) nº 95, em 15 de dezembro de 2016, a qual instituiu um “limite para o conjunto de gastos que possibilita a oferta de serviços públicos à sociedade, como saúde, educação, assistência social, entre outros, para os próximos 20 anos” (MARTINI, 2017, p. 53).

As políticas passam a ser mais focalizadas e seletivas, são privatizadas ou mercantilizadas e aqueles que têm maior poder aquisitivo adquirem-nas no mercado, além disso, assiste-se ao retorno da filantropia por meio das organizações não governamentais, conforme sinaliza Teixeira (2017).

As responsabilidades sociais com a proteção social, neste contexto, são direcionadas para a sociedade e há o reforço para a responsabilidade individual. E, no contexto do envelhecimento é atribuída ao próprio indivíduo a responsabilidade de

envelhecer bem e saudável, e quando há a dependência⁵ no processo de envelhecer seu enfrentamento é atribuído para a família e a sociedade. Evidenciando assim a desresponsabilização estatal pela proteção aos indivíduos no processo de envelhecimento da população. Entretanto, “é compatível com os princípios liberais de que todos são copartícipes na proteção social, corresponsáveis pelo bem-estar de si e de todos” rompendo assim com “a perspectiva de solidariedade intraclasses trabalhadora e entre as classes, firmado pelo pacto do pós-guerra, de que a sociedade deve financiar a proteção social gerida pelo Estado” (TEIXEIRA, 2017, p. 47).

A proteção social ao idoso por essa perspectiva tem acontecido de maneira distinta entre os diferentes atores sociais: o Estado, a sociedade, o mercado e a família. Parte significativa e principal desta proteção, especialmente em relação ao trabalho de cuidado ao idoso dependente, tem sido delegada para a família, visto que no Brasil, os serviços públicos que prestam atendimento aos idosos, assim como, as legislações sociais, responsabilizam a família pelo cuidado desta população.

Tal atribuição à família como responsável e cuidadora do idoso está expressa, por exemplo, na Constituição Federal de 1988, na Política Nacional do Idoso (1994), no Estatuto do Idoso (2003) e na Política Nacional de Saúde do Idoso (2006) (BRASIL, 1988; BRASIL, 1994; BRASIL, 2003; BRASIL, 2006). Em relação a política de assistência social, essa responsabilização está pautada pela questão da matricialidade sociofamiliar conforme a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, e, na política de saúde também se assiste a responsabilização da família no trabalho de cuidado a diferentes faixas etárias por meio do Programa Melhor em Casa (BRASIL, 2009).

Nesse sentido, Miotto (2008) e Teixeira (2013) convergem para o entendimento de que, mesmo que as normativas que orientam as políticas sociais considerem a família como essencial na proteção social dos seus membros, pode-se perceber que na prática, é atribuído a ela, o dever de cumprir com suas responsabilidades de cuidado e proteção, independentemente de suas condições.

⁵ Entende-se por dependência a situação na qual o indivíduo, dentre eles o idoso, não consegue realizar sozinho determinadas atividades da vida, necessitando, assim, receber o apoio e o cuidado de alguém. Essa situação pode representar algumas limitações, sejam elas de ordem momentânea, circunstancial ou até mesmo prolongada, conforme o grau de dependência do indivíduo, que segundo Caldas (2003) pode ser classificada em leve, parcial ou total, e isso implicará o tipo de cuidado que o indivíduo deverá receber.

Assim, compreende-se que os governos brasileiros sempre se beneficiaram da participação autonomizada e voluntarista da família, visto que nas sociedades capitalistas a família deve ser capaz de responder pela proteção social de seus membros, onde o Estado intervém apenas quando as capacidades protetivas da família fracassaram.

Sob esse aspecto, para Pereira (2008) mesmo que a legislação, como a Constituição Federal de 1988 e a Política Nacional de Assistência Social, projetem a família como base da sociedade e com especial proteção do Estado, o que se constata, é uma pauperização e uma queda da qualidade de vida das famílias brasileiras, que pode ser evidenciada por diferentes pesquisas.

Destaca-se que as sociedades capitalistas de cunho neoliberal são marcadas por extremas desigualdades sociais e de renda, sendo acentuada no Brasil pela pobreza, ou miséria, que significativa população enfrenta. Assim, deve-se compreender que as dificuldades vivenciadas por uma grande parte da população brasileira são consequências tanto das expressões da questão social quanto da ineficiência de políticas públicas, as quais estão cada vez mais voltadas para programas de transferência de renda⁶, sem a ampliação de serviços sociais.

Conforme Rocha (2006, p. 11), o Brasil vivencia a noção de pobreza absoluta, que está “estritamente vinculada às questões de sobrevivência física”, portanto, ao não atendimento das necessidades básicas essenciais à reprodução da vida humana. Deste modo, tal realidade, nos implica em considerar que muitas das famílias que desempenham o papel de principal agente de cuidado e proteção para com a população idosa, são atravessadas pelas expressões da Questão Social, acentuadas pelo frágil acesso às políticas sociais ditadas pelo neoliberalismo, e que tendem assim, a reforçar as desigualdades e opressões de gênero, classe e raça.

No entanto, Teixeira (2013, p.116) nos apresenta uma luz no fim do túnel, pois, para a autora não há dúvidas que o eixo estruturante do SUAS, a matricialidade sociofamiliar, “pode construir uma estratégia eficiente na superação da fragmentação e

⁶ Para Yazbek (2012, p. 312), os programas de transferência de renda “apenas “aliviam” a pobreza, desenvolvendo-se ao largo de políticas econômicas que não se alteram. Ou seja, as determinações estruturais geradoras da pobreza e da desigualdade social não são consideradas, limitando-se essa intervenção a melhorias imediatas nas condições de vida dos pobres, servido tão somente para manter e controlar a pobreza e potencializar a legitimação do Estado”.

segmentação” das políticas sociais. Mas para isso, necessita ser assumida como política pública, para além de um discurso de naturalização e responsabilização da família por parte de instituições que deveriam promovê-la.

Destaca-se que a tendência mundial, segundo Boschetti (2010), é o de aumento da informalidade e da terceirização no mundo do trabalho, e da prestação de serviços sociais precários, focalizados ao invés de universais, com acentuada destruição de postos de trabalho na indústria e agricultura e leve crescimento no setor de serviços.

O crescimento deste último vem se dando pela instituição de programas sociais na perspectiva focalizada de combate à “pobreza absoluta”, orientados pelos organismos internacionais. [...] Outra tendência no âmbito das políticas sociais é a mercantilização dos serviços públicos como educação, saúde, previdência, de modo a criar novos nichos de mercado, como os cursos de graduação a distância e os planos privados de previdência e saúde. (BOSCHETTI, 2010, p. 82-83).

Estas tendências reforçam o caráter “familista” das políticas sociais e evidenciam as condições de classe, reforçando as desigualdades e dominações de gênero em relação ao desempenho do trabalho de cuidados com os idosos, além de interferirem na inserção da mulher no mercado de trabalho. Isso porque, a realidade de acesso aos serviços de cuidado via mercado é acessível a poucos idosos e seus familiares, como também, esse trabalho é realizado em sua maioria por mulheres a partir de um trabalho não remunerado. E, muitas “mulheres cuidadoras, não conseguem se inserir no âmbito da produção, gerando dependência financeira e instabilidade diante de um futuro sem a garantia da proteção social, reduzindo ainda mais as chances de retaguarda via o trabalho assalariado” (BERNARDO, 2017, p. 70).

Desta maneira, sendo a família, no Brasil, a principal responsável pela proteção social, evidencia-se que o tema envelhecimento e família entrelaçam-se tanto na esfera pública quanto na privada, de maneira formal e informal, como elementos indissociáveis, posto que na esfera pública a preocupação social em maior ou menor medida com o envelhecimento interfere numa maior responsabilização para a família e as gerações com o processo de envelhecer. No capitalismo, o público e o privado são considerados como duas esferas distintas, separadas, especialmente, pela divisão social e sexual do trabalho, em que a esfera da produção é a esfera do trabalho, do público, historicamente atribuída como responsabilidade masculina e a outra esfera, que é a da reprodução/esfera privada, foi relegada para as mulheres, assim ocorre, também a

[...] dicotomização do mundo social entre as esferas macro e micro. A macro é associada à esfera pública (masculina) e está mais valorizada. A micro está associada às famílias e às mulheres. A solidariedade entre os membros da família é tida como dada em um modelo idealizado de família, onde as relações de gênero não são consideradas (GOLDANI, 2004, p. 214).

Como vimos, a família é a principal responsável pelo cuidado ao idoso, logo, pode-se sinalizar que as relações intergeracionais são determinadas “em termos de grupos etários, para o caso do contrato formal da política social, e entre os membros da família, no caso do contrato social informal” (GOLDANI, 2004, p. 214).

Deste modo, a responsabilidade familiar e feminina pelo trabalho de cuidado ao idoso de maneira gratuita e informal encontra-se imerso neste contrato intergeracional, que “gera as sobrecargas e encobre a imposição de uma visão regulatória baseada em valores éticos e econômicos, de atribuir a esse segmento a reponsabilidade moral por seus membros” e “particulariza as mazelas sociais vividas pelas famílias, estabelecendo uma relação perversa de ações punitivas e culpabilizadoras, inclusive com amparo legal” (BERNARDO, 2017, p. 70). Este cuidado ao idoso imerso no contrato intergeracional é expresso nas legislações brasileiras de proteção ao idoso, conforme citadas anteriormente, que estão ancoradas em documentos internacionais.

Portanto, apesar das legislações e das políticas sociais, de uma maneira geral, permanecerem enfatizando a família por meio do contrato intergeracional como garantidor de proteção social, Goldani (2004, p. 215) afirma que “as relações intergeracionais são diferenciadas por gênero”, considerando que as mulheres são as que mais assumem os cuidados com as diferentes gerações. Neste sentido, Motta (2010, p. 449), corrobora com a discussão ao apresentar que “muito da solidariedade intergeracional existente se realiza à custa do esforço emocional e do trabalho não remunerado das mulheres”.

No entanto, o contexto político, econômico e social do Brasil está alterando-se, e segundo Goldani (2004, p. 237), “[...] o contrato social implícito, que governa o relacionamento entre pais e filhos, homens e mulheres, está sendo renegociado à medida que as estruturas familiares e do mercado de trabalho se transformam”.

As mudanças na esfera produtiva e as sociodemográficas repercutiram na organização interna das famílias, criando uma nova relação entre demanda e oferta de cuidados, sem, no entanto, terem ocorrido “rupturas significativas nas concepções

culturais predominantes que consideram a reprodução social uma responsabilidade das mulheres e não uma necessidade da sociedade” (GAMA, 2014, p. 22).

Os novos modos de vida e representações das famílias, entre elas, as novas relações de trabalho, a maior inserção das mulheres na esfera da produção social, entrelaçam-se com as dimensões políticas, econômicas e sociais, desse modo, as profundas mudanças nestas dimensões, já no final do século XX, recolocam a:

[...] centralidade das relações entre trabalho e família para homens e mulheres, em que ganham destaque as novas formas e relações de trabalho, a multiplicidade de arranjos familiares, a participação das mulheres nos mais diferentes setores de atividades, as novas atitudes, legislações e políticas de equidade de gênero e a redefinição do papel do Estado (GOLDANI, 2012, p. 29-30).

Tal contexto de transformações requer também mudanças nas legislações e nas políticas sociais. Incluindo políticas sociais em nível macro e articuladas às políticas de emprego, renda e de seguridade social, que constituam uma responsabilidade conjunta das famílias e do Estado no trabalho de cuidado dos idosos, tornando-se assim “vitais para aliviar a pressão imposta às famílias, particularmente sobre as mulheres” (GOLDANI, 2004, p. 246).

3 CONCLUSÃO

As transformações sociais, históricas e econômicas resultaram em mudanças na sociedade e na família, como a diminuição no número de filhos, a redução no tamanho das famílias e o aumento da expectativa de vida. Tais fatores implicaram no envelhecimento populacional, que aliados à inserção das mulheres no mercado de trabalho fragilizaram as estratégias familiares para garantir o cuidado e as demais atividades de reprodução social.

Ainda assim, o trabalho de cuidado das diferentes faixas etárias permaneceu sendo exercido majoritariamente pela família, e em especial pelas mulheres, já que as iniciativas e os serviços sociais que existem em termos de apoio para o idoso e seus familiares ainda são poucos e priorizam a centralidade da família na proteção, principalmente no que se refere ao cuidado do idoso dependente. Trabalho este de cuidado, que permanece envolto por desigualdades de classe, raça e de gênero. Nesse processo de envelhecimento o pertencimento à determinada classe social define para

os idosos e seus familiares o acesso aos produtos e serviços, e os agravamentos das situações de saúde, associados às condições de vida, ainda ampliam ou amenizam a dependência e o acesso ao mercado.

O caráter familista da política social brasileira, com destaque para as políticas voltadas aos idosos, é reforçado pela política neoliberal que propaga a diminuição da participação do Estado como garantidor de proteção social, estimulando o individualismo e o “empreendedorismo” dos indivíduos, além de acirrar as desigualdades de classe. Diante disso, as políticas sociais tornam-se cada vez mais focalizadas na pobreza extrema, com ênfase nos programas de transferência de renda, sem a ampliação de serviços de cuidados.

Deste modo, considera-se importante repensarmos enquanto sociedade e Estado, quais são as formas de proteção social que estão disponíveis à população idosa, pois, conforme nos indicam as pesquisas populacionais, tende a aumentar significativamente nos próximos anos. Desse modo, anseia-se que as políticas de proteção social ao idoso e seus familiares, considerem em primeiro lugar a diversidade dos arranjos familiares, as diversas expressões da Questão Social nas famílias as quais necessitam ter suas demandas assistidas em todas as dimensões da vida.

REFERÊNCIAS

BERNARDO, Maria Helena de Jesus. A velhice da classe trabalhadora e a naturalização dos cuidados. In: TEIXEIRA, Solange Maria (Org.). **Envelhecimento na sociabilidade do capital**. Campinas, SP: Papel Social, 2017. p. 53 – 74.

BEHRING, Elaine R., BOSCHETTI, Ivanete. Capitalismo, liberalismo e origens da política social. In: **Política Social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2006.

BRASIL. **Constituição (1998)**. Constituição da República Federativa do Brasil. 2 ed. rev. ampl. Baueri, SP: Manole, 2005.

BRASIL. **Lei Federal Nº 10.741 de 1º de outubro de 2003**. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2003. Disponível em:
<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70326/672768.pdf?sequence=2>. Acesso em: 21 de jun. de 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde (2006). **Portaria nº 2.528 de 19 de outubro de 2006**. Aprova a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa. Brasília, DF: Presidência da República, 2006. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/prt2528_19_10_2006.html. Acesso em: maio 2019.

BRASIL. **Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009**. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Brasília: MDS, 2009.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 1948, de 03 de julho de 1996**. Regulamenta a Lei nº 8.842 de janeiro de 1994, que dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, e dá outras providências. BRASIL, 2018a. Brasília: Ministério da Previdência e Assistência Social/Secretaria de Assistência Social, 1994.

BOSCHETTI, Ivanete. Os custos da crise para a política social. In: BOSCHETTI, I.; BEHRING, E. R.; SANTOS, S. M. de M. dos; MIOTO, R. C. T. (Orgs.). **Capitalismo em crise, política social e direitos**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 64 – 85.

CALDAS, Célia Pereira. **Envelhecimento com dependência**: responsabilidades e demandas da família. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v.19, n. 3, p.773-781, mai/jun, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v19n3/15880.pdf>. Acesso em: fev. 2020.

CAMARANO, Ana Amélia; MELLO, Juliana Leitão e. **INTRODUÇÃO**. In: CAMARANO, Ana Amélia (org.). Cuidados de longa duração para a população idosa: um novo risco social a ser assumido? Rio de Janeiro: IPEA, 2010. 350 p.

DEBERT, Guita Grin. Migrações e o Cuidado do idoso. **Cadernos Pagu (46)**, Dossiê: gênero e cuidado. UNICAMP, Campinas, SP, p.129-149, jan./abr. 2016. ISSN 1809-4449. Disponível em: <https://docplayer.com.br/70777446-Migracoes-e-o-cuidado-do-idoso.html>. Acesso em: 19 nov. 2018.

GELINSKI, C. R. O. G.; MOSER, L. Mudanças nas famílias brasileiras e a proteção desenhada nas políticas sociais. In: MIOTO, R.; CAMPOS, M. CARLOTO, C. (orgs.). **Familismo, direitos e cidadania**: contradições da política social. São Paulo: Cortez, 2015. p. 125-146

GAMA, Andrea de Souza. **Trabalho Família e Gênero**: impactos dos direitos do trabalho e da educação infantil. 1º edição. São Paulo: Cortez, 2014.

GIOVANNI, Geraldo Di. **Reforma do Estado e políticas de emprego no Brasil**. Campinas - SP: UNICAMP, 1998.

GOLDANI, Ana Maria. Relações intergeracionais e reconstrução do estado de bem-estar. Por que se deve repensar essa relação para o Brasil? In: Camarano, A.A. (org.), **Os novos idosos brasileiros, muito além dos 60?**. Rio de Janeiro: Ipea, 2004. Disponível em:

http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/Arq_14_Cap_07.pdf.
Acesso em: 26 maio 2019.

GOLDANI, Ana Maria. **Família, gênero e políticas**: famílias brasileiras nos anos 90 e seus desafios como fator de proteção. Revista Brasileira de Estudos de População, v. 19, n.1, p. 29-48, jan./jun. 2002. Disponível em:
https://www.rebep.org.br/revista/article/download/329/pdf_309. Acesso em: maio de 2019.

MARTINI, Debora. **A intervenção do assistente social no NASF e no PAIF no município de Florianópolis**. Dissertação. Florianópolis: UFSC/PPGSS, 2017.

MIOTO, Regina Celia Tamasso. Família e Políticas Sociais. In: BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine R.; SANTOS, Silvana Mara de M. dos S.; MIOTO, Regina Célia (Orgs.). **Política Social no Capitalismo**: Tendências Contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2008. p. 130-148.

PEREIRA, Potyara A. P. **Política Social**: temas e questões. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PEREIRA, Camila Potyara. **Proteção Social no capitalismo**: crítica a teorias e ideologias conflitantes. São Paulo: Cortez, 2016.

_____. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. In: BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine Rossetti; SANTOS, Silvana; MIOTO, Regina Célia T. (Orgs.). **Política Social no Capitalismo**: tendências contemporâneas. Editora Cortez: São Paulo, 2008.

PEREIRA, Camila Potyara; SIQUEIRA, Marcos César Alves. As contradições da política social neoliberal. In: BOSCHETTI, I.; BEHRING, E. R.; SANTOS, S. M. de M. dos; MIOTO, R. C. T. (Orgs.). **Capitalismo em crise, política social e direitos**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 64 – 85.

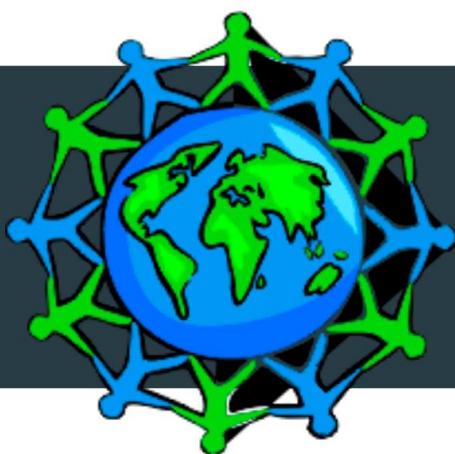
ROCHA, Sônia. **Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?** 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

TEIXEIRA, Solange Maria. A trajetória da Família no Sistema de Proteção Social Brasileiro: do enfoque difuso à centralidade na Política de Assistência Social. In: TEIXEIRA, Solange Maria. **A Família na Política de Assistência Social**: concepções e tendências do trabalho social com família nos CRAS de Teresina – PI. Teresina: EDUFPI, 2013. p. 23-41.

_____. Envelhecimento do trabalhador na sociedade capitalista. In: TEIXEIRA, Solange Maria (Org.). **Envelhecimento na sociabilidade do capital**. Campinas, SP: Papel Social, 2017.

_____. Fundamentos Teórico-metodológicos do trabalho social com famílias. *In*: TEIXEIRA, Solange Maria (org.). **Trabalho com família no âmbito das políticas sociais**. Campinas, SP: Papel Social, 2018. p. 45-62.

YAZBEK, Maria Carmelita. Pobreza no Brasil contemporâneo e Formas de seu enfrentamento. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, n. 110, p. 228-322, 2012.



Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI

III SINESPP

20 a 24
OUTUBRO
2020

SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS
Democracia, desigualdades sociais e políticas públicas no capitalismo contemporâneo

EIXO TEMÁTICO 9 | QUESTÕES DE GÊNERO, RAÇA/ETNIA E GERAÇÃO

ASSÉDIO SEXUAL CONTRA A MULHER NO TRANSPORTE PÚBLICO DE SÃO LUÍS-MA

Helane dos Santos de Araujo¹
Malanya Moreira Diniz²
Sabrina Amaral Silva³

RESUMO

Este trabalho visa analisar a questão do assédio sexual contra as mulheres nos transportes coletivos da cidade de São Luís-Ma, já que são as mulheres que são cotidianamente assediadas. Sendo caracterizado o assédio como um tipo de violência, assim como a percepção do assédio sexual pelas mulheres no transporte público. Através dos relatos e observações pretende-se visibilizar a questão do assédio sexual no transporte público para que este seja combatido

Palavras-Chaves: Assédio Sexual, Mulher, Transporte Coletivo

ABSTRACT

This work aims to analyze the issue of sexual harassment against women in public transportation in the city of São Luís-Ma, since it is women who are daily harassed. Harassment is characterized as a type of violence, as well as the perception of sexual harassment by women in public transportation. Through the reports and observations it is intended to visualize the question of the sexual harassment in the public transport to be fought.

Keywords: Sexual Harassment, Woman, Public Transport

INTRODUÇÃO

Quando se fala em violência logo se associa aos tipos de violência física, verbal ou sexual na forma de estupro. O assédio sexual seja na forma verbal com as famosas

¹ Estudante do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Maranhão. E-mail: helanearaujo013@gmail.com

² Estudante do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Maranhão. E-mail: malanyamdiniz@gmail.com

³ Estudante do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Maranhão. E-mail: sabrinaamaral.ufma@gmail.com

“cantadas” ou “saudações em tons e “olhares maliciosos” quando se passa por qualquer rua, assim como os físico na forma de “encoxadas”, “passadas de mão” e “beijos forçados” são um tipo de violência.

Sendo assim o presente artigo visa tratar sobre o assédio como uma forma de violência, sendo apresentado os resultados de uma pesquisa sobre “A invisibilidade do assédio sexual contra a mulher no transporte público de São Luís – Ma.” E tendo como objetivos visibilizar os atos de assédio contra as mulheres no transporte público, identificar como a violência é percebida pelas mulheres de diferentes faixas etárias.

Sendo utilizado pesquisas bibliográficas, entrevistas semiestruturadas e observação participante, as entrevistas foram feitas na Universidade Federal do Maranhão e no Terminal da Praia Grande entre estudantes e trabalhadoras.

O artigo encontra-se organizado, além desta introdução e das considerações, em dois itens. O primeiro trata-se da caracterização do assédio como violência assim como a complexidade do termo e sua definição na legislação e nos órgãos internacionais. O segundo aborda sobre a percepção das mulheres sobre o assédio no transporte coletivo com base nos dados coletados, e traz alguns relatos das vítimas de assédio.

2 ASSÉDIO SEXUAL COMO FORMA DE VIOLÊNCIA: Alguns aspectos sócio-históricos

A violência fez parte da formação sócio histórica do Brasil, desde o genocídio das populações negras e indígenas, até o desenvolvimento do patriarcado e instauração do machismo na estrutura do país.

O estudo tardio da categoria violência, se constitui como um obstáculo no reconhecimento, denúncia e combate à violência. Esse processo contribuiu para o aumento da opressão das mulheres brasileiras, e se expressa nas mais variadas formas salários desiguais, feminicídio, violência doméstica e outras formas de violência.

A categoria violência passou a ser estudada no Brasil, somente a partir das décadas de 70 e 80 após o processo de redemocratização do Brasil. E devido a sua amplitude e complexidade, é difícil de ser conceituada, além disso a ideologia predominante é aquela que divulga uma visão fragmentada sobre os atos de violência. Nessa perspectiva, propõe - se uma ação de cunho imediatista no combate à violência, contrária a intervenção totalizante e contextualizada.

A dificuldade de conceituação se deve a própria origem etimológica da palavra que vem do latim *violentia* que significa força, vigor, emprego da força física ou recurso do corpo em exercer sua força vital. Segundo Hughes (2004, p. 94):

A violência, nesse sentido, deixa de ser uma variável independente, devendo ser considerada uma das manifestações de um conjunto de injunções que comprometem a cidadania e a dignidade humana. Em particular, a violência dos homicídios desvela as contradições da desigualdade social, seja pela polarização social que reflete a concentração da renda, seja pela ausência histórica do Estado nas áreas pobres e desassistidas.

A violência se expressa nos mais diversos tipos, um exemplo disso é a violência sexual, a Organização Mundial da Saúde OMS, define violência sexual como:

[...] qualquer ato sexual, tentativa de obter um ato sexual, comentários ou investidas sexuais indesejados, ou atos direcionados ao tráfico sexual ou, de alguma forma, voltados contra a sexualidade de uma pessoa usando a coação, praticados por qualquer pessoa independentemente de sua relação com a vítima, em qualquer cenário, inclusive em casa e no trabalho, mas não limitado a eles. (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2002).

Dessa forma a violência sexual é caracterizada por todo e qualquer ato ou tentativa de cunho sexual, que são praticados contra a vítima sem a vontade desta, utilizando a coação, e praticado por qualquer pessoa em qualquer cenário.

Dentro da violência sexual, estão incluídos o estupro e o assédio. O estupro pode ser definido “[...] como a penetração forçada - fisicamente ou por meio de alguma outra coação, mesmo que sutil - da vulva ou do ânus, utilizando o pênis, outras partes do corpo ou um objeto.” (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2002)

Segundo o dicionário Priberam (2020) assédio é

“ 1. Ato ou efeito de assediar [...] 3. [Figurado] Comportamento desagradável ou incômodo a que alguém é sujeito repetidamente. 4. O mesmo que assédio sexual.

O Código penal no seu art. 216-A define assédio sexual como ato de “constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função.” (BRASIL, 1940)

Conforme Freitas (2001, p.15)

O aspecto mais visível ou óbvio nas situações de assédio sexual é que, geralmente, não se trata de relações entre iguais, entre iguais, entre pares,

nas quais a negativa pode ocorrer sem maiores consequências para quem está fazendo recusa. Verificamos, ainda que o assédio sexual é entre desiguais, não pela questão de gênero masculino versus feminino, mas porque um dos elementos da relação dispõe de formas de penalizar o outro lado. Constitui não apenas um convite constrangedor, que produz embaraço e vexame – pois um convite, por mais indelicado que seja, pode ser recusado –, mas também se explicita a diferença entre convite e intimação, entre convite e intimidação, entre convidar e acuar o outro.

O assédio sexual no transporte público está ligado ao processo de urbanização e industrialização das cidades brasileiras, sendo marcado pelo seu caráter desigual e desordenado, cujos reflexos são a formação das periferias, favelas e quilombos urbanos e também a precariedade do serviço público como transporte.

A falta de estrutura das vias públicas somadas ao número insuficiente de coletivos faz com que haja uma superlotação nos transportes aumentando o índice de assédio contra as mulheres cujo são submetidas constantemente a situações de constrangimento e humilhação.

O assédio sexual no transporte público, se expressa em diversas maneiras e não se prende a um comportamento específico se apresentando de diversas maneiras como: passadas de mão, cantadas, “encoxadas”, frases e gestos obscenos. E segundo Santos (2016, p.12)

[...] abordagens invasivas, constrangedoras e ameaçadoras de cunho sexual, sem o consentimento da outra parte. Podendo manifesta-se na forma de toques indesejados em partes íntimas das passageiras e dos chamados “encoxamentos” – termo popular para descrever o ato de o passageiro encostar-se maliciosamente contra o corpo das mulheres. O assédio sexual apresenta-se também na forma verbal e através de atos obscenos, quando o passageiro exhibe e/ou toca os órgãos genitais em público, geralmente encarando uma mulher.

Uma das principais causas de assédio sexual no transporte público é a superlotação dos meios de transporte, que ocorre pelo número insuficiente dos transportes coletivos para atender a demanda existente, facilitando assim a ocorrência dos assédios.

3 A PERCEPÇÃO DO ASSÉDIO SEXUAL: USUÁRIAS DO TRANSPORTE COLETIVO DE SÃO LUÍS- MA

O transporte público da capital São Luís, é feito exclusivamente por ônibus, que é administrado pela Secretária de Trânsito e Transporte (SMTT) com a concessão dos consórcios e empresas privados para a manutenção e operação do sistema de transporte. Um dos fatores que também contribuem para o assédio é o fato de ter só

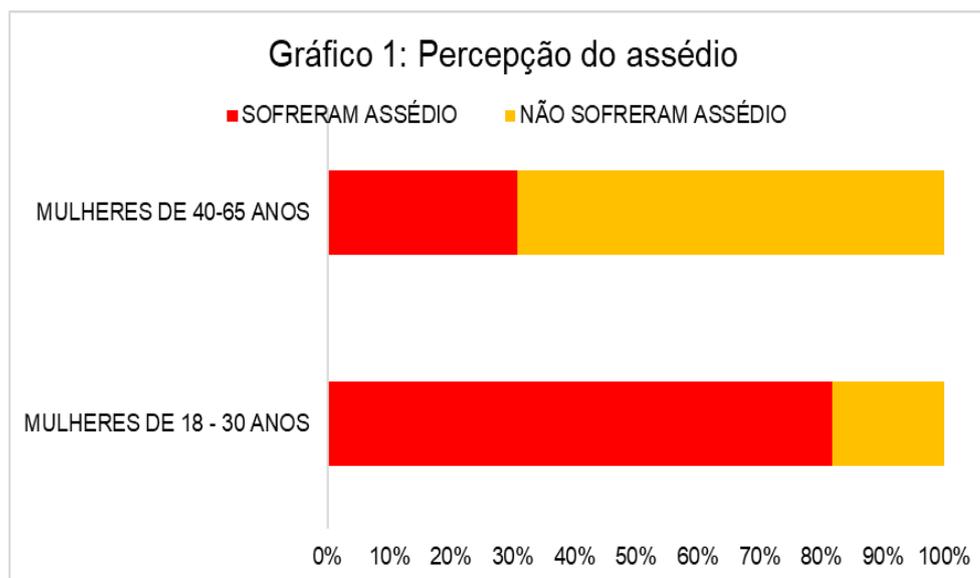
um meio de transporte e a superlotação do mesmo. As entrevistas foram feitas na Universidade Federal do Maranhão e no Terminal da Praia Grande.

Um dos fatores que dificultam a percepção do assédio por parte das vítimas é a naturalização dessa forma de violência

[...] constata-se que os indivíduos que perpetraram agressões a mulheres em público não se importam que o comportamento possa ser objeto de constrangimento social ou acreditam que tais agressões não seja violência aos olhos da sociedade” (SILVA, GREGORI, RIBEIRO, 2017, p.28)

Dessa forma a naturalização do assédio sexual persiste, uma vez que a população ainda considera as “cantadas” por parte dos homens como uma forma de elogio. Além disso o senso comum acredita que a violência contra a mulher se dá apenas no âmbito doméstico, ainda assim esse tipo de violência é demarcado pela concepção de algo pessoal e não sujeito a intromissão.

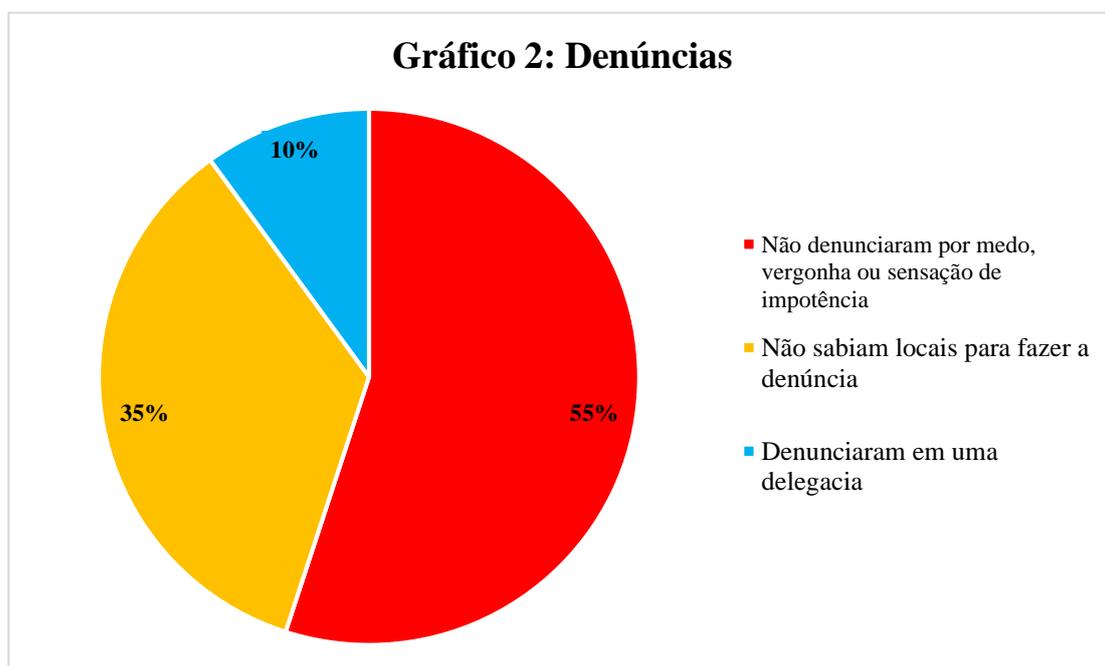
Além da naturalização do assédio, há a culpabilização da vítima, que depois de sofrer o assédio é culpada pelo que lhe aconteceu, sendo usado como justificativa a roupa que usa, como se comporta, a maquiagem que usa e etc. Essa culpabilização fica evidente na fala de uma das entrevistadas sobre a questão da prevenção sobre o assédio “tem que ter uma forma de prevenção da pessoa, evitar certas situações, ter cuidado com a roupa que usa, como se comporta.” Com essa fala fica evidente que a culpabilização da mulher, é apenas uma demonstração do machismo na sociedade em que vivemos.



Fonte: Gráfico baseado nos dados da entrevista

Conforme o gráfico 1 demonstra, há uma diferença na percepção do assédio entre as mulheres entrevistadas, entre as mais jovens de 18-35 anos se obteve um maior número de pessoas que reconheceram que já sofreram assédio, já entre as mulheres de 40 – 65 anos a maioria disseram que não sofreram assédio. E os fatores que contribuem para as mulheres não perceberem o assédio é a sua naturalização.

Foi constatado durante as entrevistas que há um déficit muito grande quanto a locais específicos para a denúncia de assédio. A maioria das entrevistadas afirmaram não saber a que tipo de instituições recorrer, e aquelas que já procuraram uma delegacia foram vítimas do descaso, podendo ser configurado como um tipo de violência institucional, já que não existem profissionais capacitados para atender esse tipo de público, haja vista que Fonte: Gráfico baseado nos dados da entrevista masculino nessas instituições. A uma outra parte das entrevistadas se sentiu impotente em fazer a denúncia, e na fala delas “*eu não denuncio por quê não vai dar em nada*”. Conforme o gráfico 2



Fonte: Gráfico baseado nos dados da entrevista

Outro fator que contribui com o silêncio das vítimas é a dificuldade em identificar os agressores, uma vez que o assédio na maioria das vezes ocorre em horário de pico e

os ônibus superlotados impedem a vítima de identificar seus agressores, já que estás sempre estão de costas quando o assédio sexual ocorre.

Quando perguntadas sobre medidas de prevenção e combate ao assédio, as mulheres entrevistadas na pesquisa, na faixa etária de 18-35 anos enfatizaram a importância da conscientização e da educação tanto para homens e mulheres, visto que segundo uma entrevistada “culturalmente os homens são educados para se tornarem os machões”. Dessa maneira é importante ressaltar a educação como um componente cultural já que através da cultura são determinados costumes, modos de vida, hábitos. Outra medida destacada foi o armamento, como choque elétrico e spray de pimenta, além do policiamento feminino e criação de locais para denúncia, foi ressaltado também a necessidade de um maior número de coletivos nas ruas, visto que a superlotação foi colocado como um meio facilitador para a ocorrência de assédio, e segundo uma das entrevistadas: *“pois muitos homens nesses ônibus lotados pensam: vou passar a mão que ninguém vai ver.”*

As entrevistadas com a faixa etária de 40 – 65 anos, as medidas de prevenção e combate apontadas por elas foram: “extintores, fogo”, maior policiamento e mais ônibus, outro fator a ser destacado é a reprodução do machismo por parte das mulheres a entrevistada afirmou *“tem que ter uma forma de prevenção da pessoa, evitar certas situações, ter cuidado com a roupa que usa, como se comporta”* que fica evidente a culpabilização da mulher quanto ao assédio.

Todas as entrevistadas enfatizaram a aplicação de leis mais severas, isso decorre de uma falsa ideia de que as leis são capazes de combater efetivamente o assédio. Entretanto se formos analisar a própria legislação que enquadra o assédio sexual, a lei nº 13.718/18, ou lei da importunação sexual que altera o texto do Código Penal inserida no capítulo “Dos Crimes Contra a Liberdade Sexual”, com a criação do artigo 215-A que diz que “Praticar contra alguém e sem a sua anuência ato libidinoso com o objetivo de satisfazer a própria lascívia ou a de terceiro. Pena de reclusão de 1(um) a 5(cinco) anos, se o ato não constitui crime mais grave.” (BRASIL,2018). A lei de importunação sexual, apresenta-se como um grande avanço, mas não impede que o assédio aconteça, haja vista que na maioria das vezes a vítima não tem como denunciar ou identificar o seu agressor.

Deve se levar em conta que essa própria lei foi criada a partir de um clamor público, depois do ocorrido em setembro de 2017, no interior de um ônibus na avenida Paulista, após um sujeito ejacular no pescoço de uma mulher. Dessa maneira deve ser problematizada a elaboração das leis no Brasil, haja vista que não leva em conta os conflitos presente na realidade social, devido a isso na maioria das vezes essas leis são um produto da ideologia de um consenso da sociedade civil, vale ressaltar que “sem o suporte empírico não há diagnóstico do conflito que se pretende resolver” (ZAPATER, 2019, p.33).

Nessa perspectiva deve-se analisar o papel do Estado e sua importância não apenas no combate, mas também na prevenção e conscientização do assédio sexual, além de investir na melhoria dos serviços públicos como transporte, bem como na qualificação dos profissionais a fim de fazê-los conhecer melhor essa realidade.

Casos de Assédio no transporte público coletivo de São Luís: alguns relatos das vítimas.

Os assédios nos coletivos acontecem em qualquer horário, mas são mais recorrentes nos horários de pico, entre às 06:00hrs e às 8:00hrs da manhã e entre às 17:00hrs e 20:00hrs da tarde/noite. Os nomes das entrevistadas e profissões foram omitidos, nenhum constrangimento às mulheres. O primeiro relato é de uma mulher que estava à caminho do trabalho.

Eu estava indo para o trabalho, e peguei um ônibus lotado, por que de manhã é difícil pegar ônibus vazio principalmente pro lado onde eu moro, eu entrei passei a catraca e me segurei, e um cara veio e ficou atrás de mim e começou a roçar na minha bunda, eu abaixei a cabeça fiquei com medo e vergonha, na hora que abriu uma vaguinha no ônibus eu mudei de lugar, e nem tive coragem de levantar a cabeça e olhar para ele, fiquei muito envergonhada, não falei pra ninguém no trabalho sobre o que tinha acontecido.(ENTREVISTADA 5,2019)

O assédio de uma mãe que estava junto com seu filho no coletivo.

Eu e meu filho pegamos um ônibus não estava tão lotado como ‘sardinha enlatada’, mas deu pra ir, eu estava em pé e meu filho perto de mim, e um cara veio e começou a se roçar em mim, eu comecei a me afastar e fui me afastando, até que um cara se levantou para descer e eu me sentei na cadeira, e meu filho sentou comigo, eu fiquei muito envergonhada e com nojo, nem vi quem era o cara que me roçou.(ENTREVISTADA 7, 2019)

Em muitos casos de assédio as pessoas paralisam e ficam sem reação, até aquelas que não estão sendo vítimas do assédio como é o caso do relato de uma vó com sua neta.

Eu e minha neta estávamos em pé dentro do ônibus, ela nem era tão grande tinha uns 14 anos, quando percebi que ele começou a se esfregar nela, ela e eu nos afastamos dele. Ela não falou nada sobre aquilo, mas se eu estava com vergonha, ela também devia tá, agora toda vez que eu entro no ônibus e tô em pé, mudo de lugar se sinto algum homem atrás de mim.(ENTREVISTADA 10, 2019)

Há também as vítimas que apesar da situação tem coragem de reagir.

O ônibus estava cheio indo pro trabalho, um homem estava atrás de mim e começou a se encostar quando eu senti a ereção dele, comecei a chegar pra frente, e ele continuava, aí eu comecei a gritar bem alto e disse: mais um pouquinho e você me engravida, e não demorou muito ele se afastou e desceu, o povo riu depois que eu gritei com ele mais ninguém fez nada. (ENTREVISTADA 9, 2019)

Eu estava em um ônibus lotado indo pra casa, e um cara veio e ficou atrás de mim e começou a se esfregar em mim, eu comecei a reclamar para ele que ela não tinha um pingão de vergonha na cara mesmo, que ele era um cara de pau e comecei a falar mesmo, e ele saiu de perto de mim e desceu, o povo do ônibus ficou me olhando mais ninguém fez nada. (ENTREVISTADA 12)

Os casos relatados são uma breve demonstração de como o assédio e em foco o no transporte coletivo, está presente no dia a dia de mulheres de diversas faixas etárias, e em todos os casos que nos foram relatados, e de pessoas que conhecemos que já passaram por isso, por que é quase impossível achar alguém que não passou por uma situação de assédio, constatamos a falta de solidariedade dos passageiros que observam a situação de assédio, e essa passividade em torno do assédio está relacionada a naturalização desse tipo de violência. E em todos os relatos as mulheres que foram vítimas de assédio ficaram com medo, e atentas ao entrar nos ônibus, tendo o cuidado para não serem feitas de vítimas outra vez.

4 CONCLUSÃO

A partir da pesquisa realizada conclui-se que o assédio sexual contra as mulheres é mais presente do que se imagina no transporte coletivo, no entanto esse é um tipo de violência invisibilizada principalmente devido a tolerância social presente na cultura brasileira.

Foi identificado uma diferença na percepção das mulheres quanto a esse tipo de violência, até mesmo devido aos lugares que elas estão inseridas, já que as entrevistadas mais jovens vivenciam o ambiente acadêmico, desenvolvem uma consciência quanto a este tipo de violência. Em contrapartida as mulheres que não tem acesso a esse conhecimento possuem uma visão pouco clara sobre a existência e a necessidade de combate ao assédio.

Destaca-se a importância das pesquisas não apenas quantitativas, mas qualitativas com o intuito de identificar a percepção das vítimas e a partir disso buscar medidas interventivas. Esse tipo de violência precisa de um debate interdisciplinar. Notou-se também a falta de políticas efetivas do Estado, pela falta de instituições específicas para lidar com esse tipo de violência como as delegacias de mulheres, a falta de capacitação dos profissionais que vão lidar com essa violência, haja vista que os postos policiais são ocupados majoritariamente por homens.

Desta forma com esse trabalho esperamos dar um pouco de visibilidade ao assédio sexual que ocorre nos transportes públicos, bem como contribuir mesmo que em poucas páginas sobre o assédio como uma questão de violência, bem como levantar o debate sobre as brechas na legislação no que se refere à proteção ao assédio.

REFERÊNCIAS

Assédio, in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008- 2020, Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/ass%C3%A9dio> [consultado em 21-04-2020].

BRASIL. **Código Penal**. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.html Acesso em: 21 mar. 2019.

BRASIL. Lei nº 13.718, de 24 de setembro de 2018. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 25/9/2018, Página 2 (Publicação Original). Disponível em: www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2018/lei-13718-24-setembro-2018-787192-publicacaooriginal-156472-pl.html.> Acesso em 22 mai. 2020

FREITAS, Maria Ester de. **Assedio moral e assedio sexual: rostos do poder perverso nas organizações**. Rev. adm. empres. São Paulo, v. 41, n. 2, p. 8-19, junho de 2001. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-

75902001000200002&lng=en&nrm=iso>. acesso em 18 de maio de 2019.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0034-75902001000200002>.

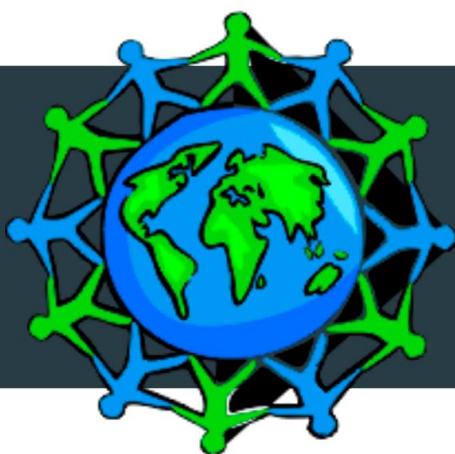
HUGHES, Pedro Javier Aguerre. **Segregação socioespacial e violência na cidade de São Paulo**: referências para a formulação de políticas públicas. **São Paulo Perspec.**, São Paulo, v. 18, n. 4, p. 93-102, Dec. 2004. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392004000400011&lng=en&nrm=iso>. access on 18 May 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88392004000400011>

OMS. Violência um problema de saúde pública. In: KRUG, E. et al. (Eds.). **Relatório Mundial sobre violência e saúde**. Genebra: World report on violence and health/Organização Mundial de Saúde. 2002. p. 148.

SANTOS, Maria da C. dos. **Corpos em trânsito**: um estudo sobre o assédio sexual nos transportes coletivos de Aracaju. 2016. 147 f. **Dissertação** (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2016.

SILVA, R. V., GREGOLI, R., RIBEIRO, H.M.; Resultado de pesquisa expõe a tolerância social à violência contra as mulheres em espaços públicos. **FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA**. Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil. Datafolha Instituto de Pesquisas. Março, 2017. Disponível em: <<http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2017/03/relatorio-pesquisa-vs4.pdf>>. Acesso em: 18. May. 2019.

ZAPATER, Maíra. Pode a lei penal impedir que mulheres sejam sexualmente assediadas? **FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA**. Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil. Datafolha Instituto de Pesquisas. Fevereiro, 2019, 2ª edição. Disponível em: <<http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/02/relatorio-pesquisa-2019-v6.pdf>> Acesso em: 18. May. 2019.



Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI

III SINESPP

20 a 24
OUTUBRO
2020

SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS
Democracia, desigualdades sociais e políticas públicas no capitalismo contemporâneo

EIXO TEMÁTICO 9 | QUESTÕES DE GÊNERO, RAÇA/ETNIA E GERAÇÃO

FEMINISMO E MARXISMO: contribuições da teoria social crítica nos estudos de gênero

Tainã de Sá Porto¹

RESUMO

Este artigo apresenta algumas considerações sobre o movimento feminista no Brasil, priorizando as contribuições da teoria marxista para a análise e crítica da situação das mulheres na sociedade capitalista. Considera a articulação dialética entre as categorias gênero e classe social para o entedimento das relações sociais em sua totalidade, tendo como perspectiva teórica o feminismo marxista.

Palavras-Chaves: Feminismo. Marxismo. Gênero. Feminismo Marxista.

ABSTRACT

This article presents some considerations about the feminist movement in Brazil, prioritizing the contributions of Marxist theory to the analysis and criticism of the situation of women in capitalist society. Considers the dialectical articulation between gender and social class categories for understanding of social relations in their entirety and the theoretical perspective Marxist feminism.

Keywords: Feminism. Marxism. Gender. Marxist Feminism.

INTRODUÇÃO

Há séculos a realidade de desigualdade tem permeado a relação entre homens e mulheres. As razões pelas quais as relações entre os sexos são construídas, como funcionam e como elas mudam têm encontrado embasamento em teorias como a do patriarcado e de gênero, fomentadas pela discussão feminista.

¹ Assistente Social. Mestra em Serviço Social, Políticas Públicas e Desenvolvimento na Amazônia (PPGSS/UFPA) e Professora do Curso de Graduação em Serviço Social na Escola Superior da Amazônia (ESAMAZ).

Essas teorias têm fornecido subsídios fundamentais na compreensão das condições históricas que envolvem as relações entre os sexos e, sobretudo, para os estudos sobre a temática da mulher e do feminismo, enquanto movimento social que problematiza a desigualdade entre os sexos, conferindo visibilidade à questão da opressão feminina.

Dentre as grandes tendências teóricas do movimento feminista, a influência da teoria social crítica nas formulações feministas ocorre no sentido de articular dialeticamente as categorias gênero e classe social. A perspectiva marxista assume uma dimensão crítica, na medida em que conclui que modo de produção capitalista e condições plenas de igualdade são excludentes.

O presente artigo tem como proposta refletir sobre a articulação entre marxismo e feminismo e as contribuições que a teoria social crítica trouxe para a produção intelectual feminista. A reflexão parte do pressuposto de que os esforços feministas e marxistas, têm como objetivo em comum a luta por uma sociedade mais justa e igualitária.

Diante disso, serão apresentadas considerações sobre o movimento feminista no Brasil e em seguida algumas reflexões sobre a obra de Friedrich Engels², que trata da origem da propriedade privada e sua relação com a gênese da subordinação feminina³.

Em seguida, tratar-se-á das discussões que consideram a articulação entre o feminismo e o marxismo e abordam o papel da mulher na sociedade de classes.

No último tópico, a questão central abordada será sobre a associação entre a luta pela emancipação feminina e a construção de uma nova sociedade, marcada pela ruptura com o capitalismo. Apresenta-se também a proposta teórico-metodológica do chamado feminismo marxista, que propõe o imbricamento entre classe, gênero e raça/etnia, considerando essas categorias como estruturas antagônicas que constituem o sujeito social.

2 CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE O MOVIMENTO FEMINISTA NO BRASIL

O movimento feminista brasileiro⁴, desde as suas primeiras manifestações, ainda no século XIX, tem sido por natureza um movimento fragmentado, com múltiplas manifestações,

² Friedrich Engels foi um teórico alemão que juntamente com Karl Marx fundou o chamado socialismo científico ou marxismo.

³ ENGELS, Friedrich. *A Origem da família, da propriedade privada e do Estado*. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

⁴ Os estudos sobre a trajetória do movimento feminista brasileiro estabelecem três grandes momentos: o primeiro ocorreu no final do século XIX e início do século XX até 1932, o segundo momento ocorreu no final da década de 1960 e início da década de 1970 e o terceiro momento de lutas feministas ocorreu entre os anos 1970 e 1980, representadas, sobretudo, pelas mulheres trabalhadoras latino-americanas.

objetivos e pretensões diversas. Apesar de sua histórica multiplicidade o movimento feminista foi caracterizado por reunir mulheres intelectuais, em sua maioria professoras universitárias e profissionais liberais.

Dessa forma, a aproximação do movimento com a universidade ocorreu com certa facilidade. A produção acadêmica sobre a mulher tem o texto pioneiro de Heleieth Saffioti⁵, intitulado “A mulher na sociedade de classes: mito e realidade” como um marco, por ter trazido para dentro do debate marxista o tema da opressão da mulher.

O movimento feminista, desde as suas primeiras manifestações, ainda no século XIX, vem se expressando de diversas formas⁶. Entende-se que o feminismo, enquanto movimento social, surge para denunciar a condição subordinada da mulher na sociedade e a aparente naturalidade desta condição. Dessa maneira, o movimento confere visibilidade às questões relativas às mulheres defende a igualdade entre homens e mulheres.

Para Saffioti (1987), não se deve falar de feminismo no singular. Segundo a autora, a rigor, “não existe um só feminismo, pois há diferenças de bandeiras levantadas, de ênfase posta numa ou noutra reivindicação, de estratégias de luta” (SAFFIOTI, 1987, p. 93). No entanto, a autora afirma que, a maioria das lutas estão voltadas para a conscientização de homens e mulheres sobre a necessidade de se construir condições efetivas de igualdade entre os sexos.

A fase mais contemporânea do feminismo aponta para a profissionalização do movimento via Organizações Não Governamentais (ONGs), trazendo uma nova forma de fragmentação de temas e sujeitos, atuando tanto junto à sociedade como junto ao Estado. Para Sardenberg (2002), pode-se dizer que as ONGs feministas vêm assumindo uma postura “mediadora entre o discurso da academia e da militância não acadêmica, fazendo, por assim dizer, a ‘tradução’ entre um e outro e, entre estes e agências governamentais” (SARDENBERG, 2002, p. 16).

De acordo com Pinto (2003), além dos trabalhos desenvolvidos pelas ONGs existe uma diversidade de manifestações de mulheres, seja em movimentos populares, partidos políticos e sindicatos, que discutem as questões dos direitos das mulheres. No entanto, é nas

⁵ A autora é conhecida internacionalmente como uma das mais importantes pesquisadoras feministas do Brasil. Heleieth Saffioti é considerada referência fundamental para o feminismo marxista brasileiro.

⁶ Conforme Pinto (2003, p. 09), no Brasil, as manifestações feministas vão desde reuniões privadas em casas de intelectuais até reuniões com 3.000 (três mil) participantes.

universidades públicas que se alojam as principais discussões em relação ao tema da desigualdade sexual e de propostas de políticas públicas para o seu enfrentamento.

O pensamento feminista, portanto, tende a ser um conjunto de diferentes correntes teóricas, com múltiplas concepções e pontos de vista; caracteriza-se por ser uma prática política e cultural que busca mudar as estruturas desiguais de poder na sociedade, que luta contra inimigos comuns, como o patriarcado, o sexismo, a exploração, a discriminação, homofobia e outros (Lisboa, 2010, p. 69).

3 A ORIGEM DA PROPRIEDADE PRIVADA E A SUBORDINAÇÃO DA MULHER

Engels (1995), em sua obra “A origem da família, da propriedade privada e do Estado”, interpreta a formação das sociedades estruturadas sobre o conceito de propriedade privada, analisa a formação e a institucionalização da família em conformidade com a origem do Estado Capitalista Moderno. Nesta obra Engels não toma a condição da mulher como principal, no entanto o autor fornece as bases para o desvendamento da origem da opressão da mulher.

Para Engels (1995), o desmoronamento do direito materno⁷ foi “a grande derrota histórica do sexo feminino em todo o mundo”. Conforme o autor, nesse momento,

O homem apoderou-se também da direção da casa; a mulher viu-se degradada, convertida em servidora, em simples instrumento de reprodução. Essa baixa condição da mulher (...), tem sido gradualmente retocada, dissimulada e, em certos lugares, até revestida de formas de maior suavidade, mas de maneira alguma suprimida. (ENGELS, 1995, p. 61).

Ao citar a obra de Engels, Moraes (2000)⁸, em seu artigo “Marxismo e feminismo: afinidades e diferenças”, afirma que de acordo com a concepção marxista, a subordinação da mulher teve início com a instauração da propriedade privada. A autora assegura que:

No tocante à ‘questão da mulher’, a perspectiva marxista assume uma dimensão de crítica radical ao pensamento conservador. Em A origem da família, da propriedade privada e do Estado a condição social da mulher ganha um relevo especial, pois a instauração da propriedade privada e a subordinação das mulheres aos homens são dois fatos simultâneos, marco inicial das lutas de classes. Nesse sentido, o marxismo abriu as portas para o tema da ‘opressão específica’ [...] (MORAES, 2000, p. 01).

⁷ Segundo Engels (1995), nas sociedades primitivas, o direito materno consistia na transmissão hereditária de herança, exclusivamente pela filiação feminina. A partir da abolição desse sistema do direito hereditário materno instaurou-se a forma de família patriarcal.

⁸ A autora também faz referência à obra O Manifesto Comunista, de 1848, onde Marx e Engels, reafirmam a mesma identidade entre a opressão da mulher, família e propriedade privada, preconizando a abolição da família como meta dos comunistas (Moraes, 2000, p. 02).

O surgimento da propriedade privada funciona como fator preponderante na desigualdade entre homens e mulheres, onde a mulher passa a ser confinada ao ambiente doméstico, tornando-se uma propriedade do homem. A opressão social sofrida pela mulher é consequência de uma opressão econômica, na medida em que sua capacidade produtiva é reduzida e limitada. Em outras palavras, na medida em que a sociedade começa a se complexificar (forças produtivas e relações de produção) a mulher é vista como incapaz de operar os novos instrumentos de produção, sendo destinada aos serviços domésticos.

No processo de produção o homem torna-se mais produtivo e dono dos meios de produção e o trabalho doméstico torna-se subalterno e inferiorizado. Embora Engels (1995), em sua obra, não tenha tomado a condição feminina como principal, ele evidencia o processo histórico em que o homem supera a mulher no mundo produtivo.

Essa condição produtiva da mulher, evidenciada por Engels (1995), permite refletir sobre como o trabalho doméstico não é contabilizado como atividade econômica, no entanto o capital necessita da mulher no espaço reprodutivo, a fim de garantir sua manutenção e reprodução. A dialética "produção e reprodução social", define o lugar da mulher nas sociedades de classe. A mulher é explorada no trabalho e confinada à casa.

No contexto dessa orientação teórico- metodológica, que articula feminismo e marxismo, Castro (2000), compartilha dessa perspectiva e argumenta que tanto no marxismo como no feminismo, haveria a preocupação em questionar as “relações desiguais socialmente construídas e reconstruídas em embates de poder” (CASTRO, 2000, p. 99).

A compreensão de que as desigualdades estão na base do processo de formação do sistema capitalista e que a mulher encontra-se em uma posição de dupla desvantagem nesse sistema são fatores importantes para a análise da condição feminina na sociedade de classes, essa análise será abordada em seguida, pela perspectiva teórica que vincula o feminismo ao marxismo.

4 ARTICULANDO FEMINISMO E MARXISMO

A relação entre o marxismo e o feminismo é importante na trajetória do feminismo, quer como conhecimento teórico quer como prática revolucionária. A teoria social crítica, enquanto aporte teórico, possibilita a análise histórica e materialista da situação das mulheres. O marxismo provocou profundas mudanças no campo das práticas sociais e o feminismo de certo modo também, no momento em que o movimento inicia uma nova

percepção da mulher na sociedade e a preocupação com certas questões centrais para as quais o marxismo fornecia uma explicação.

Os estudos sobre a trajetória do movimento feminista brasileiro⁹ estabelecem três grandes momentos na história. O terceiro momento de lutas feministas ocorreu entre os anos 1970¹⁰ e 1980, representadas, sobretudo, pelas mulheres trabalhadoras latino-americanas. Dessa forma, o movimento avança no sentido de incorporar a dimensão de classe nas suas reivindicações questionando inclusive o modo de produção capitalista¹¹.

No Brasil, as feministas de vanguarda militavam na esquerda e participavam da resistência à ditadura militar brasileira. Muitas delas tinham vivido exiladas em algumas capitais européias, absorvendo principalmente a experiência das feministas francesas e italianas. A influência teórica do feminismo europeu, próximo das correntes socialistas e marxistas, marcou, portanto, a primeira fase do feminismo brasileiro e de sua produção teórica.

Em sua obra “A mulher na sociedade de classes - mito e realidade” (2013), Heleieth Saffioti, afirma que o problema da mulher não pode ser compreendido de forma isolada da sociedade. A autora ao investigar os estreitos laços que unem opressão feminina e modo de produção capitalista, considera que a superação da opressão feminina só será possível com a destruição do regime capitalista e a implantação do socialismo. No sistema capitalista características naturais como, por exemplo, o sexo e a raça/etnia tornam-se mecanismos que funcionam como desvantagem no processo de produção capitalista, atuando de forma oportuna para a manutenção da estrutura de classes.

De acordo com Saffioti (2013), o modo de produção capitalista “eleva ao máximo a contradição presente em todas as formações econômico-sociais anteriores assentadas na apropriação privada dos meios de produção e dos produtos do trabalho humano” (SAFFIOTI,

⁹ Para um maior aprofundamento, ver Pinto (2003); Toledo (2001).

¹⁰ “Na Europa e nos EUA, no final da década de 70, e também na América Latina, aparecem várias publicações feministas que se apoiariam em categorias do materialismo histórico para explicar a situação da mulher, em especial, no mercado de trabalho capitalista, discutindo limites da teoria do valor e da dicotomia entre trabalho produtivo e não produtivo. Nessa fase, ocorreu também um criativo debate sobre os conceitos de produção e de reprodução, o valor do trabalho doméstico e a relação entre divisão sexual e social do trabalho” (CASTRO, 2000, p. 101).

¹¹ “No *Manifesto Comunista*, de 1848, Marx e Engels reafirmam a mesma identidade entre a opressão da mulher, família e propriedade privada, preconizando a abolição da família como meta dos comunistas. Assim, a ênfase na historicidade das instituições humanas permitiu a compreensão da família como fenômeno social em que a divisão social do trabalho é também uma divisão sexual entre funções femininas e masculinas[...]. Com Engels e Marx, as feministas da esquerda européia, nos anos 1960-70, puderam construir uma ‘teoria da opressão’ e partir para a luta” (MORAES, 2000, p. 02).

2013, p. 54). Ainda de acordo com a autora, o surgimento do capitalismo ocorre em condições extremamente desfavoráveis à mulher, visto que,

no processo de individualização inaugurado pelo modo de produção capitalista, ela contaria com uma desvantagem social de dupla dimensão: no nível superestrutural, era tradicional uma subvalorização das capacidades femininas traduzidas em termos de mitos justificadores da supremacia masculina (...); no plano estrutural, a mulher vinha sendo progressivamente marginalizada das funções produtivas. (SAFFIOTI, 2013, 65-66).

As desvantagens sociais e a marginalização do sistema produtivo a que as mulheres estavam submetidas, permitiam à sociedade capitalista em formação extrair dessas mulheres o máximo de mais-valia absoluta¹² através, concomitantemente, da intensificação e extensão da jornada de trabalho e de salários mais baixos que os masculinos.

Conforme Saffioti (2013), de fato, no início do capitalismo industrial foi registrado, nas funções fabris, o assalariamento de tão grandes contingentes femininos e infantis que Marx não pôde deixar de notar que “o trabalho da mulher e da criança foi o primeiro brado da aplicação capitalista da maquinaria” (MARX, 1946, p. 323 apud SAFFIOTI, 2013, p. 69). A autora esclarece que, com o advento das máquinas, a utilização da força física torna-se pouco necessária, permitindo empregar indivíduos que dispõem de reduzida força muscular ou não completaram o desenvolvimento de seu organismo, mas que possuem grande flexibilidade, propiciando dessa forma o trabalho feminino e infantil.

De acordo com a autora, na sociedade de classes, o trabalho¹³, gera um valor do qual o indivíduo não se apropria inteiramente, seja homem ou mulher. No entanto, a mulher se apropria de menor parcela dos produtos de seu trabalho do que o faz o homem. Para Saffioti (2013), “é óbvio, portanto, que a mulher sofre mais diretamente do que o homem os efeitos da apropriação privada dos frutos do trabalho social” (SAFFIOTI, 2013, p. 73).

As reflexões apontadas pela autora, demonstram que a inferiorização social da mulher, interfere de forma positiva para a reprodução da sociedade capitalista. Conforme Saffioti (2013), no modo capitalista de produção não são explícitos somente a natureza dos

¹² De acordo com Marx, a mais-valia é a parcela de trabalho que o capitalista se apropria de seus empregados, ou seja, são as horas trabalhadas além do valor realmente pago por elas. Marx, chamou de “mais-valia absoluta a produzida pelo prolongamento do dia de trabalho, e de mais-valia relativa a decorrente da contração do tempo de trabalho necessário e da correspondente alteração na relação quantitativa entre ambas as partes componentes da jornada de trabalho” (MARX, 2008, p. 366).

¹³ Para Marx, na base da atividade econômica está o trabalho, através do qual é possível produzir bens, satisfazer necessidades, criar valores. O trabalho funda a sociabilidade humana, na medida em que funciona como elemento diferenciador entre o ser natural e o ser social.

fatores que promovem a divisão da sociedade em classes sociais, como também utiliza-se da tradição para justificar a marginalização de determinados setores da população do sistema produtivo. Desse modo, “é que o sexo, fator de há muito selecionado como fonte de inferiorização social da mulher, passa a interferir de modo positivo para a atualização da sociedade competitiva, na constituição das classes sociais” (SAFFIOTI, 2013, P. 66).

Com base em seus estudos sobre a teoria marxista, Saffioti (2013), afirma que:

Os determinantes da vida social da mulher são encarados, pois, por Marx, como decorrências de um regime de produção cujo sustentáculo é a opressão do homem pelo homem; de um regime que aliena, que corrompe tanto o corpo quanto o espírito. Embora Marx não tenha se preocupado em realizar uma análise minuciosa da condição da mulher nas sociedades capitalistas, seus escritos sobre o tema sugerem que ele vislumbrava a complexidade do assunto. (SAFFIOTI, 2013, p. 118).

Conforme a autora, na medida em que Marx considera a família e a situação da mulher nela a na sociedade como elementos de uma configuração histórica, elas deixam de ser simplesmente relacionadas à propriedade para se ligarem ao modo de produção¹⁴. Ainda de acordo com a autora, Marx não considera o problema da mulher como algo isolado da sociedade e de seu tipo de estrutura.

O marxismo possibilita uma análise crítica acerca das relações sociais, dentre elas as de gênero, considerando a perspectiva de totalidade, que não permite fragmentar a realidade. Dessa forma, a partir do método da dialética crítica os fenômenos são apreendidos para além da sua aparência imediata, buscando a essência dos fenômenos sociais e suas determinações.

A teoria social crítica propõe um método de conhecimento da realidade que além de considerar a sua dimensão materialista, leva em conta as demais determinações sociais, políticas e culturais. Desse modo, essa teoria permite ao movimento feminista e aos estudos de gênero “instrumentalizarem-se para desnaturalizar as diversas opressões a que estão submetidas as mulheres” (CISNE, 2005, p. 07).

Para Cisne (2005), a teoria marxista, ao expor em bases materiais concretas a subordinação da mulher, permite engendrar ações da transformação desta situação, transformações em torno da busca pela igualdade substantiva. Para a autora, a teoria social crítica vai à essência dos fenômenos, apreendendo as grandes determinações e suas

¹⁴ “O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual em geral” (Marx, 1957, p. 04 apud Saffioti, 2013, p. 119).

particularidades, analisando dentro de uma dimensão materialista e de uma perspectiva de totalidade a subordinação da mulher, portanto, a desnaturalizando.

Considerando a perspectiva teórica que vincula o marxismo ao feminismo e compreendendo a importância de sua prática revolucionária, torna-se pertinente abordar como a influência da teoria social crítica pode subsidiar o movimento feminista com ações políticas transformadoras.

5 POR UMA AÇÃO POLÍTICA TRANSFORMADORA

Partindo do pressuposto de que a emancipação da mulher está associada à construção de uma nova sociedade, marcada pela ruptura com o capitalismo, a teoria marxista fornece as bases teóricas e práticas indispensáveis para a luta das mulheres, uma vez que teve como objeto a sociedade burguesa e sua superação.

A orientação metodológica que considera a aproximação teórico-política entre feminismo e marxismo, ao afirmar que no âmbito do capitalismo, nem homens e nem mulheres podem alcançar a sua liberdade substantiva, tece a crítica sobre a realidade de opressão e dominação às mulheres vinculada ao processo de acumulação capitalista.

As contribuições mais relevantes têm sido dadas pela produção de conhecimento da Teoria Feminista que está vinculada ao método crítico-dialético, principalmente o que tem sido denominado de marxismo feminista, que trabalha com a articulação das categorias sociais classe social, gênero, raça/etnia.

Ao conceituar gênero Saffioti (1994), defende que o acervo de teorias, acumulado em três décadas de estudos feministas, permite compreender o gênero como uma construção social do masculino e do feminino. Ao contrário do que denomina as posições essencialistas ou pautada na natureza biológica, a autora considera as diferenças entre homens e mulheres “como fruto de uma convivência social mediada pela cultura” (SAFFIOTI, 1994, p.272), referindo-se dessa maneira a uma relação entre sujeitos historicamente situados.

Esta posição de Saffioti que se inscreve no contexto da tradição do materialismo marxista, encontra apoio em Araújo (2000) que destaca as contribuições do “marxismo ao feminismo”, situando a origem da subordinação da mulher “num processo gerado nas e pelas relações sociais, em contextos socioeconômicos determinados” (ARAÚJO, 2000, p.65). Segundo a autora o conceito de gênero nasce a partir da necessidade de compreender como

essa subordinação é reproduzida e como a superioridade masculina é sustentada em suas diversas manifestações.

O “marxismo feminista” embora parta da classe social se afasta da idéia da centralidade conceitual e considera a multiplicidade do sujeito social, constituído em gênero, raça/etnia e classe (Araújo, 2000), implica em apreender dialeticamente a realidade, analisando suas contradições em uma perspectiva de totalidade. A articulação dessas categorias permite desse modo, avaliar a dinâmica de dominação e da desigualdade social de forma mais geral. Essa perspectiva de análise permite situar, histórica e materialmente, a gênese do processo de naturalização da subordinação feminina, processo esse determinado nas e pelas relações sociais, em contextos socioeconômicos específicos.

Conforme Cisne (2005), “é inegável que todas as mulheres sofrem discriminação e opressão de gênero. Essas opressões, no entanto, são vivenciadas de forma diferenciada de acordo com as condições materiais de cada uma: a classe as divide” (CISNE, 2012, p. 105). A autora compreende que dentro do modo de produção capitalista as condições materiais de vida diferenciam as mulheres, mesmo que essas estejam unidas por características próprias do gênero feminino.

Desse modo, as reflexões colocadas pela autora, confirmam que as relações sociais de gênero, no âmbito da sociedade capitalista, são relações desiguais e hierarquizadas seja pela exploração da relação capital/trabalho, seja pela dominação masculina sobre a feminina.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das reflexões propostas neste artigo compreende-se que o problema da subordinação da mulher possui caráter estrutural e dinâmico. Obviamente, que a teoria criada por Marx buscou compreender a dialética de seu tempo na medida em que estudou a gênese, o desenvolvimento e a crise do modo de produção capitalista, no entanto, de acordo com as análises realizadas pelos autores citados neste artigo, visualizamos que é inegável a influência marxista nas formulações feministas.

Em relação à perspectiva teórica que considera a articulação entre o feminismo e o marxismo, considerou-se importante destacar o papel da mulher na sociedade de classes na medida que essa reflexão fornece subsídios teóricos para o entendimento da situação da mulher numa perspectiva de totalidade, considerando as imbricações existentes entre o gênero e a classe social.

Por fim, no tópico em que se propõe uma ação política transformadora, conclui-se que o problema da mulher não está desvinculado dos problemas gerais da sociedade e que a emancipação feminina está atrelada à construção de uma nova sociedade, na medida que emancipação feminina e sistema capitalista são incompatíveis.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Clara. **Marxismo, feminismo e o enfoque de gênero**. Revista Crítica Marxista: Dossiê Marxismo e Feminismo. [2000]. Disponível em: www.criticamarxista.com.br. Acesso em: 21 set. 2013.

CASTRO, Mary Garcia. **Marxismo, feminismos e feminismo marxista – mais que um gênero em tempos neoliberais**. Revista Crítica Marxista: Dossiê Marxismo e Feminismo. [2000]. Disponível em: www.criticamarxista.com.br. Acesso em: 05 mai. 2014.

CISNE, Mirla. **Gênero, Divisão Sexual do Trabalho e Serviço Social**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. **A classe operária tem dois sexos**. Revista Estudos Feministas, Rio de Janeiro, CIEC, v.2, n.3, p. 93- 100, 1994.

LISBOA, Teresa Kleba. **Gênero, feminismo e Serviço Social – encontros e desencontros ao longo da história da profissão**. Florianópolis: Revista Katálysis. v. 13. n. 1. p. 66-75 . jan./jun, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rk/v13n1/08.pdf>>. Acesso em: 21 de outubro de 2014.

MARX, Karl. **O Capital – Crítica da Economia Política**. 26. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 269- 346; 363- 424, 2008.

MORAES, M. L. Q. **Marxismo e Feminismo: afinidades e diferenças**. Campinas: Revista Crítica Marxista. Vol. 11. p. 89-97, 2000.

NASCIMENTO, Maria Antônia Cardoso. **Bolsa Família e Renda para Viver Melhor: reflexões a partir da teoria feminista**. Belém: Revista Gênero na Amazônia. N. 01. Janeiro/Junho, 2012.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

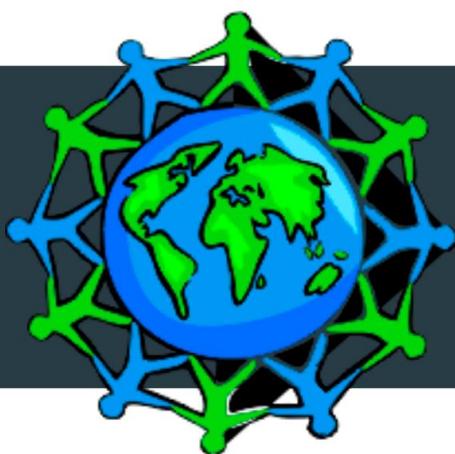
PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

SAFFIOTI, Heleieth; VARGAS, M. M. **Mulher brasileira é assim**. UNICEF: Rosa dos Ventos, p. 271-281, 1994.

_____, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SARDENBERG, C. M. B. **Estudos Feministas: um esboço crítico**. Comunicação apresentada à mesa “Teorias e Metodologias nas Pesquisas com Enfoque de Gênero”. In: Simpósio Cearense de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero, 01, 2002. Disponível em:
<http://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/6880/1/Estudos%20Feministas.%20Esbo%C3%A7o%20Cr%C3%ADtico.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2015.

TOLEDO, Cecília. **Mulheres: o gênero nos une, a classe nos divide**. São Paulo: Cadernos Marxistas, 2001.



Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI

III SINESPP

20 a 24
OUTUBRO
2020

SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS
Democracia, desigualdades sociais e políticas públicas no capitalismo contemporâneo

EIXO TEMÁTICO 9 | QUESTÕES DE GÊNERO, RAÇA/ETNIA E GERAÇÃO

SERVIÇO SOCIAL E ANTIRRACISMO: um debate emergencial

Marcela Soares de Araújo 1
Lara Danuta da Silva Amaral 2

RESUMO

O presente texto tem por objetivo realizar reflexão bibliográfica sobre o conceito de raça no contexto brasileiro, levando em consideração a formação sócio-histórica do Brasil e o impacto do racismo sobre a prática profissional do Serviço Social. E com base nos documentos das entidades que referenciam a profissão como CFESS, ABPESS, além do Código de Ética profissional, realizamos análise crítica sobre o tema. Fazendo com que se levante um discurso sobre questões de raça e etnia presentes na atual conjuntura.

Palavras-Chaves: Serviço Social; Racismo; Raça; Antirracismo, Sociedade Brasileira

ABSTRACT

This paper aims to conduct a bibliographical reflection on the concept of race in the Brazilian context, taking into account the socio-historical background of Brazil and the impact of Brazil and the impact of racism on the professional practice of Social Work. And based on the documents of the entities that refer to the profession as CFESS, ABPESS, in addition to the Code of Professional Ethics, we conducted a critical analysis on the subject. Causing a disagreement to arise on issues of race and ethnicity present in the current situation.

Keywords: Social Service; Racism; Breed; Antiracism; Brazilian Society.

INTRODUÇÃO

Etimologicamente o termo raça está ligado as ciências da natureza. O seu surgimento se dá como uma forma como uma forma de classificar espécies diferentes

¹ Discente do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí. E-mail: soaresmarcela997@hotmail.com

² Discente do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí. E-mail: laraduttamp@hotmail.com

na fauna e flora, com o tempo sendo incorporado pela sociedade para distinguir os seres humanos. Com o passar dos anos, a terminologia raça, passa a ser utilizada munida de inúmeros estereótipos e preconceitos, construída a partir de fatores econômicos, políticos e sociais de cada país. No caso brasileiro o entendimento dessa concepção perpassa pelo processo histórico de colonização e o modo de produção escravagista.

Esse modo de produção baseado na exploração e a defesa do ideário de raças com embasamento na supremacia branca gerou inúmeras violências e ainda hoje lidamos com as terríveis marcas do racismo. Assim, é necessário situar o processo de trabalho dos Assistentes Sociais, no contexto do racismo estrutural e institucional implícito na realidade contemporânea, estimulando posicionamento crítico e político contra a opressão do povo negro.

Para a filósofa, educadora e ativista do movimento negro estadunidense, Angela Davis, em uma sociedade racista não ser racista não é o suficiente, temos que ser anti-racistas. Partindo desse pressuposto o presente texto busca analisar o conceito de raça no contexto brasileiro, levando em consideração a formação sócio-histórica do Brasil e o impacto do racismo sobre a prática profissional do Serviço Social.

Metodologicamente, o trabalho em questão consiste em discussão com base em reflexão bibliográfica, sobre o racismo e a prática profissional do assistente social. Somado a isso, foi construído através de pesquisa em documentos de entidades representativas do Serviço Social, como a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS, que coordena e articula o projeto de formação no âmbito de graduação e pós graduação, e do Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, que normatiza, fiscaliza e defende o exercício profissional, além do Código de ética de atuação da profissão .

2 O DEBATE SOBRE RAÇA NA SOCIEDADE BRASILEIRA E OS IMPACTOS CAUSADOS

A princípio, o conceito de raça nasce nas ciências da natureza, como uma forma de classificação. Acerca da origem do termo, Munanga (2003) afirma que etimologicamente, o conceito de raça veio do italiano *razza*, que por sua vez veio do latim *ratio*, que significa sorte, categoria, espécie. Na história das ciências naturais, o conceito de raça foi primeiramente usado na Zoologia e na Botânica para classificar as espécies animais e vegetais.

Para tanto, é necessário entender que a concepção de raça do qual se discute aqui passa a ser utilizado também, para caracterizar seres humanos e distingui-los de acordo com suas características físicas.

Por que então, classificar a diversidade humana em raças diferentes? A variabilidade humana é um fato empírico incontestável que, como tal merece uma explicação científica. Os conceitos e as classificações servem de ferramentas para operacionalizar o pensamento. É neste sentido que o conceito de raça e a classificação da diversidade humana em raças teriam servido. Infelizmente, desembocaram numa operação de hierarquização que pavimentou o caminho do racismo. (MUNANGA, 2003, p.8).

Dessa forma, com o passar do tempo esse conceito passa a ser utilizado culturalmente carregado de ideologias e como suporte para a defesa de ideários societários estabelecidos por meio de processos de exploração e manutenção da cultura da supremacia em diversos países, entender a raça exige análise dentro do contexto social e político de cada região e lugar. Para Munanga, raça:

É um conceito carregado de ideologia, pois como todas as ideologias, ele esconde uma coisa não proclamada: a relação de poder e de dominação. A raça, sempre apresentada como categoria biológica, isto é natural, é de fato uma categoria etnosemântica. De outro modo, o campo semântico do conceito de raça é determinado pela estrutura global da sociedade e pelas relações de poder que a governam. Os conceitos de negro, branco e mestiço não significam a mesma coisa nos Estados Unidos, no Brasil, na África do Sul, na Inglaterra, etc. Por isso que o conteúdo dessas palavras é etno-semântico, político-ideológico e não biológico. Se na cabeça de um geneticista contemporâneo ou de um biólogo molecular a raça não existe, no imaginário e na representação coletivos de diversas populações contemporâneas existem ainda raças fictícias e outras construídas a partir das diferenças fenotípicas como a cor da pele e outros critérios morfológicos. É a partir dessas raças fictícias ou “raças sociais” que se reproduzem e se mantêm os racismos populares. (MUNANGA, 2003, p. 12).

Dessa forma, entender raça na sociedade brasileira exige lembrar o processo produtivo escravagista aqui implantado que perdurou por centenas de anos. A invasão das terras brasileiras, o massacre dos povos indígenas, os sequestros e a escravização dos negros fazem parte da formação sócio-histórica desse país, assim, a colonialidade “não conseguiu extinguir nossas ancestralidades, nossos saberes outros, mas provocou inúmeros genocídios e epistemicídios [...]. (BOAKARI; SILVA; MACHADO; 2016) para a população negra deste país.

Centenas de pessoas, dos mais diversos países do continente africano, foram sequestradas e obrigadas a trabalhar incansavelmente, sob os mais diversos tipos de violência fazendo parte essencial da construção econômica e formação social do Brasil. Mesmo após anos do fim da escravidão esse país ainda carrega marcas dolorosas desse período e os mais atingidos são a população negra que aqui reside.

O mito da democracia racial que se tornou popular a partir da obra de Gilberto Freyre Casa grande e Senzala, este desconsidera a escravidão como um processo decisório nas relações sociais estabelecidas na sociedade. O mito da democracia racial que por muito tempo foi defendido e ainda hoje apresenta simpatizantes, contrasta com realidade da população preta e parda na sociedade atual, marcada pela pobreza, violência, desemprego, evasão escolar, entre outras negações de direito.

Isto é, o racismo, está implícito nas relações cotidianamente de forma estrutural, de acordo com o jurista e filósofo Almeida (2018) a viabilidade da reprodução sistêmica de práticas racistas está na organização política, econômica e jurídica da sociedade. Dessa forma, o racismo se expressa nos diferentes âmbitos da vida, implicando diretamente nas relações sociais gerando desigualdades políticas, econômicas.

Entender o racismo como estrutural não quer dizer que seja algo insuperável, isso de certo seria anular seu aspecto social, histórico e político, mas sim

O que queremos enfatizar do ponto de vista teórico é que o racismo, como processo histórico e político, cria as condições sociais para que direta ou indiretamente, grupos racialmente identificados sejam discriminados de forma sistemática. Ainda que os indivíduos que cometam atos racistas sejam responsabilizados, o olhar estrutural sobre as relações raciais nos leva a concluir que responsabilização jurídica não é suficiente para que a sociedade deixe de ser uma máquina produtora de desigualdade social. (ALMEIDA, 2018).

Para tanto, outra concepção de racismo importante para compreensão das relações sociais é o racismo institucional ou também denominado racismo sistêmico, que se exterioriza como um arranjo que difunde a exclusão eliminatória de povos que são racialmente subordinados. De acordo com Almeida (2018), essa concepção não se resume a comportamentos individuais, mas é tratado como o resultado de fundamentos das instituições, que passam a atuar em uma dinâmica que confere ainda que indiretamente, desvantagens e privilégios com base na raça. Ainda, acerca do tema, o Conselho Federal de Serviço Social destaca em caderno informativo que:

Para Eurico (2013, apud CFESS, 2016) o racismo institucional possui duas dimensões interdependentes e correlacionadas: a da político-programática e a das relações interpessoais. Em relação a primeira, ela compreende as ações que impedem a formulação, implementação e avaliação de políticas públicas no combate ao racismo, bem como a visibilidade do racismo nas práticas cotidianas e nas rotinas administrativas. E a segunda compreende as relações estabelecidas entre gestores/as e trabalhadores/as, entre estes e outros trabalhadores/as e usuários/as, sempre pautadas em atitudes discriminatórias.

Assim, cabe entender que a parte está intrinsecamente ligada ao todo, isto é, as instituições são racistas, pois são resultados de uma sociedade racista. Sendo assim, as(os) Assistentes Sociais componentes diretos do campo de trabalho das instituições também estão inclusos na lógica racista tanto como vítimas, quanto como reprodutores.

Na atual conjuntura as estatísticas só comprovam o que já vem sendo debatido pelo movimento negro e defensores dos direitos humanos por anos, a população negra é a mais vulnerável a situações de pobreza e desigualdade. Segundo dados do estudo Retrato das desigualdades de gênero e raça, do IPEA, sete em cada dez casas que recebem o benefício do Bolsa Família são chefiadas por negros(as), e a maioria dos moradores das favelas brasileira também são homens e mulheres negras. A taxa de desemprego entre a população negra também é maior, entre as mulheres o número ultrapassa os 12%. E quanto à violência, é evidente que a população negra sofre mais; os homens, jovens e negros e que possuem baixa escolaridade são as principais vítimas de mortes violentas. De acordo com o Atlas da Violência 2017 também elaborado pelo IPEA e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública de cada 100 pessoas assassinadas no Brasil, 71 são negras; e eles possuem 23,5% de chances maiores de serem assassinadas em relação a brasileiros de outras raças.

Outro aspecto relevante diz respeito fracasso institucional que de acordo com Sales (2011) é apenas aparente, resultante da contradição performativa entre o discurso formal e oficial das instituições e suas práticas cotidianas, sobretudo, mas, não apenas informais. Onde essa contradição é fundamental para entender os processos de reprodução de racismo, em suas três dimensões (preconceito, discriminação e desigualdade étnico-raciais), no contexto do mito da democracia racial.

Com base nisso e a partir da análise sobre raça na realidade brasileira, é necessário pensar o Serviço Social também no contexto dessa estrutura societária historicamente carregada pelo racismo, assim, os profissionais em seu exercício não

estão isentos das práticas discriminatórias, como segundo Bento (2002) o que chama a atenção, no quadro de discriminação, é que os dados são contundentes, repetitivos e persistentes, e ainda assim, mesmo quando os profissionais estão implementando programas de promoção da igualdade e combate à discriminação, eles não o reconhecem como parte indissociável do cenário de discriminação racial, de sua reprodução e seu modo de funcionamento. Reconhecem as desigualdades raciais, só que não as associam à discriminação e isto é um dos primeiros sintomas da branquitude. Tudo é atribuído a um passado escravo, ou seja, é legado inexorável e hermético de uma história na qual os brancos parecem ter estado ausentes.

O Serviço Social enquanto profissão carrega em seu projeto ético-político a defesa de direitos, contrário à discriminação, sejam elas de classe, gênero ou raça. E que tem como princípios fundamentais de seu Código de Ética, o

VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças; VIII. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero; XI. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física. (CFESS, 2011, p. 24).

Este projeto tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade com valor central – a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolha entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Consequentemente se vincula a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem exploração/dominação de classes, etnia e gênero. A partir destas opções que o fundamentam, tal projeto afirma a defesa intransigente dos direitos humanos e o repúdio do arbítrio e dos preconceitos, contemplando positivamente o pluralismo, tanto na sociedade como no exercício profissional. (NETTO, 1999, p. 67)

Portanto, faz-se necessário pensar para além dos muros do senso comum que constroem e perpetuam a discriminação racial neste país, pensar a questão racial dentro dos espaços socio-ocupacionais é estabelecer um diálogo direto com a equidade e acesso ao direito de uma população que por muito tempo tivera os mesmos recusados. Somado a isso, é imprescindível entender os indivíduos de forma interseccional,

correlacionando raça, gênero e classe, tendo as mesmas como questões transversais e que atingem diretamente as relações sociais, para tanto, consoantes com o projeto ético-político do Serviço Social, em busca da garantia da cidadania às minorias sociais.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

BENTO, Maria Aparecida Silva. **Pactos Narcísicos no racismo:** branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público. São Paulo: Universidade de São Paulo. Tese de doutorado, 2002.

BOAKARI, Francis Musa; SILVA, Francilene Brito da; MACHADO, Raimunda Nonata da Silva. **Educação e relações raciais no nordeste brasileiro:** ampliando fronteiras com outras vozes epistêmicas. p. 491- 511. In: CARVALHÊDO, Josania Lima Portela;

CARVALHO, Maria Vilani Cosme de; ARAUJO, Francisco Antonio Machado (Org.). **Produção de conhecimentos na Pós-Graduação em Educação no Nordeste do Brasil:** realidades e possibilidades. Teresina: Edufpi, 2016.

CFESS. **Racismo.** Série: assistente social no combate ao preconceito. Caderno 3. Brasília (DF): 2016.

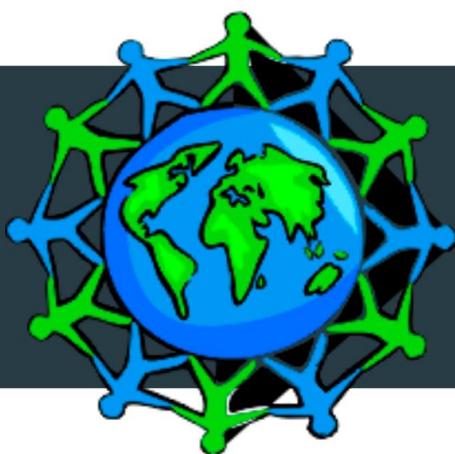
CFESS. **Código de ética do/a assistente social: lei 8662/93.** Brasília (DF) 10 Ed. Disponível em: < http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf> .

EURICO, Marcia, Campos. **A percepção do assistente social acerca do racismo institucional.** Serviço Social e Sociedade. 2013, n.114, pp.290-310

NETO, J. P. **A construção do projeto ético-político contemporâneo.** In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 1. Brasília: CEAD/ABEPSS/CFESS, 1999.

3º SEMINÁRIO NACIONAL RELAÇÕES RACIAIS E EDUCAÇÃO- PENESB- RJ, 2003, Rio de Janeiro. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia [...].** [s. l.; s. n.], 2003.

SALES JR, Ronaldo. **Racismo Institucional.** Trabalho preliminar apresentado ao Proejo Mais Direitos e Mais Poder para as Mulheres Brasileiras, FIG, 2011.



Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI

III SINESPP

20 a 24
OUTUBRO
2020

SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS
Democracia, desigualdades sociais e políticas públicas no capitalismo contemporâneo

EIXO TEMÁTICO 9 | QUESTÕES DE GÊNERO, RAÇA/ETNIA E GERAÇÃO

MULHERES TRANSEXUAIS TRABALHADORAS SEXUAIS EM TEMPOS DE PANDEMIA DA COVID-19

Neily Fabiane da Silva Souza Lisboa¹
Ana Lole²

RESUMO

O artigo busca analisar as políticas sociais implementadas na perspectiva de orientação e proteção dos direitos e da identidade das mulheres transexuais, durante a pandemia da COVID-19, fazendo uma análise crítica, sobretudo, diante do sistema capitalista contemporâneo. Considerando que as dificuldades enfrentadas pelas trabalhadoras e pelos trabalhadores autônomos heteronormativos são alarmantes e desastrosas em tempos de pandemia, nos questionamos como as trabalhadoras transexuais, as quais têm a prostituição como fonte de renda, estão vivenciando neste período.

Palavras-Chaves: Mulheres Transexuais; Pandemia; Capitalismo.

ABSTRACT

The article seeks to analyze the social policies implemented in the perspective of guiding and protecting the rights and identity of transsexual women, during the COVID-19 pandemic, making a critical analysis, especially in the face of the contemporary capitalist system. Considering that the difficulties faced by heteronormative workers and autonomous workers are alarming and disastrous in pandemic times, we question how transsexual workers, who have prostitution as their source of income, are experiencing in this period.

Keywords: Transsexual Women; Pandemic; Capitalism.

INTRODUÇÃO

Diante da nova realidade vivenciada pela população brasileira, ocasionada pela pandemia do novo coronavírus, o artigo busca analisar as políticas sociais

¹ Assistente Social e mestranda em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio).
E-mail: neilyfab@hotmail.com

² Doutora em Serviço Social e professora do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio. E-mail:
analole@gmail.com

implementadas na perspectiva de orientação e proteção dos direitos e da identidade das mulheres transexuais, durante a pandemia da COVID-19, fazendo uma análise crítica, sobretudo, diante do sistema capitalista contemporâneo.

A principal orientação de prevenção feita pela Organização Mundial da Saúde (OMS), pelos cientistas e pelos pesquisadores é o isolamento social e a não aglomeração, já que estamos em contaminação comunitária e ainda não temos uma vacina para combater o novo coronavírus. Porém, o isolamento social traz uma grande problemática diante da vida das trabalhadoras e dos trabalhadores autônomos e impacta significativamente a sobrevivência das trabalhadoras sexuais.

Portanto, é importante problematizarmos: como fica a sobrevivência das mulheres trans e travesti, as quais tem como única fonte de renda o trabalho sexual? Onde estão essas mulheres em época de isolamento social? Como essas mulheres vão se isolar se já vivem num isolamento em seu cotidiano, tendo que conviver diariamente com o preconceito, a exclusão, a discriminação? Se essas mulheres são marginalizadas, solitárias e abandonadas pelas suas famílias, que isolamento elas ainda precisam fazer?

Nesse sentido, a vida precária, a vulnerabilidade, a ignorância associada a estigmatização, o patriarcado, a heteronormatividade entre outras questões que perpassam a sociedade atrelada a lgbtphobia provoca a violência como a exclusão da população transexual, o que fica mais evidente com o distanciamento social neste contexto de pandemia. No entanto, a inexistência de política social voltada para as trabalhadoras sexuais provoca uma crise ainda maior na perspectiva da vida dessas mulheres que sobrevivem do trabalho sexual. É nesta direção que iremos construir este artigo.

2 DESENVOLVIMENTO

Vivemos um retrocesso imensurável nas políticas públicas para combate à violência de gênero, as conquistas que já existiam a passos lentos, estão declinando de forma voraz com um governo extremista, homofóbico, misógino, racista e perverso, portanto, ainda temos que lidar com a ministra das Mulheres, Família e Direitos Humanos com uma visão imensamente machista, conservadora, cruel e inaceitável atuando em desacordo com os dados existentes no que tange a violência da população LGBTQI+. Agravando a situação temos um Presidente da República que incentiva a

violência, o autoritarismo, o machismo, estimulando a discriminação, o estigma, o preconceito e a barbárie contra a população LGBTQI+, afirmando em entrevistas que ter filho gay é falta de porrada.

Outro ponto importante a considerar é a crise econômica vivenciada no Brasil antes da pandemia da COVID-19, a qual vem causando consequências terríveis para a classe trabalhadora, agravadas com a reforma trabalhista de 2017³, a qual flexibiliza as relações contratuais de trabalho bem como novas formas de trabalho intensificando a precarização do trabalho. A falta de direitos trabalhistas, os trabalhos temporários, os trabalhos autônomos foram intensificados assim como um grande número de desempregados.

A pandemia da COVID-19 especificamente no Brasil potencializa a longa crise que estamos imersos, no entanto, para se enfrentar o novo coronavírus é necessário um grande investimento em saúde pública e ampliação do sistema de saúde. Porém, estamos num momento em que governo federal prioriza empresas capitalistas e tem a finalidade de salvar o CNPJ, desse modo os trabalhadores ficam extremamente mais expostos pela precarização do trabalho e pela desigualdade social. Questão que pode ser vista através da pressão do governo para a retomada da economia minimizando o risco humano e não garantindo nenhuma medida que assegurasse os empregos, deixando aberta a negociação entre patrão e empregado.

O isolamento social nos mostra o quanto gritante e perversa é a desigualdade social, pois o isolamento não é algo possível para milhares de trabalhadoras no que tange sua sobrevivência e condições de vida. Quando evidenciamos as trabalhadoras autônomas e, especificamente, as trabalhadoras sexuais, a precarização e a exploração se torna ainda mais acentuada, pois se concentra o machismo estrutural, o conservadorismo, o patriarcado, a recriminação religiosa e moralizante.

Contudo, se para as mulheres heteronormativas a prostituição já é envolvida por distintos tabus, compreendemos que para as mulheres transexuais trabalhadoras sexuais impacta significativamente o preconceito, a discriminação e a violência numa sociedade transfóbica, heteronormativa, que normatiza a violência desses corpos,

³ Lei n. 13.467, de 13 de julho de 2017. Ela altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e as Leis nos 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho.

aterrorizados constantemente pela violência com expectativa de vida até 35 anos, negligencia seus direitos, num regime cruel de desigualdade, onde o Brasil é o país que mais mata pessoas transexuais no mundo e também é o que mais consome pornografia transexual.

A invisibilização das pessoas transexuais no Brasil e a violação dos seus direitos é algo que perpassa por décadas, falta de políticas sociais estruturantes que possibilite dignidade e qualificação profissional a essa população. A não aceitação das famílias dessas mulheres transexuais e a falta de apoio, a violência familiar levam essas mulheres a buscarem sua sobrevivência no trabalho sexual estando ainda mais vulneráveis e descartáveis as marcas da criminalidade, perversão, assassinatos e inúmeras violências encontram seus corpos escondidos e silenciados numa falsa normalidade, onde se problematiza a crise do corona vírus as distintas categorias de trabalho e não se é pautado a sobrevivência das mulheres transexuais trabalhadoras do sexo.

Em geral, a população LGBTQI+ são inseridas em relações precárias de trabalho, sendo ainda mais agravadas no caso das pessoas transexuais, excluídas das escolas, da convivência familiar num contexto de discriminação e incompatibilidade com padrões impostos pelas normas estabelecidas socialmente burguesa, binária compulsória para gênero e sexualidade.

De acordo com dados disponibilizados, em 2018, pela Associação Nacional de Travesti e Transexuais (ANTRA) no mapa dos assassinatos de travestis e transexuais no Brasil, 90% da população transexual sobrevive da prostituição como fonte de renda, a exclusão social vivenciadas por essas mulheres e a falta de inserção no mercado profissional formal acabam pressionando pela necessidade de subsistência, supõe que 13 anos é a idade em que travestis e transexuais perdem seus vínculos familiares e são expulsas de casa devido a sua identidade de gênero e a não aceitação da família, relacionados a moral e conservadorismo religioso. Vivenciam as primeiras formas de exclusão, solidão e isolamento no contexto família e expostas a distintas formas de violência, divergindo do que se define a família onde deveria existir direito, proteção e afeto. A ANTRA também traz os dados que 70% dos assassinatos⁴ foram especificamente as mulheres transexuais trabalhadoras do sexo e 55% deles aconteceram nas ruas.

⁴ Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2018/02/relatc3b3rio-mapa-dos-assassinatos-2017-antra.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2020.

A reflexão acerca dos terríveis dados e o inaceitável extermínio da população trans e especificamente as trabalhadoras sexuais perpetua a instauração de um projeto excludente e facínora imerso no fundamento religioso, conservador alienante e manipulador atrelado a ação capitalista de opressão a uma agenda neoliberal dirigida por homens brancos, cristãos e heterossexuais.

Portanto, as políticas neoliberais concretizadas no país, ampliaram o retrocesso e a falta de investimento nas políticas sociais, principalmente com a aprovação Emenda Constitucional nº 95⁵ que congela investimentos na saúde, assistência social e educação por 20 anos e a contrarreforma da previdência⁶. Medidas que trazem consequências desastrosas para a classe trabalhadora, como a privatização, o subemprego, a informalidade e a precarização, as quais fragilizam e inviabilizam os direitos sociais. Já a regressão no financiamento das políticas sociais atinge diretamente o mundo do trabalho. O que agrava em meio as medidas de isolamento social por causa do novo coronavírus.

Considerando as particularidades da identidade de gênero e a transfobia que está enraizada em nossa sociedade burguesa se as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores autônomos heteronormativos já são alarmantes e desastrosas, nos questionamos como as trabalhadoras transexuais que tem a prostituição como fonte de renda estão vivenciando a pandemia da COVID-19.

A crise sanitária, política e econômica que está exposta ao “novo normal” na vida dos brasileiros e também mundial não é exclusivamente causada pela pandemia do COVID-19, a crise tem complexidade e profundidade estruturantes da produção e reprodução das relações sociais capitalistas que naturaliza as desigualdades sociais e culpabiliza o indivíduo, responsabilizando-o pela suas condições de vida e de precarização, não relacionando as desigualdades com a formação sócio-histórica do Brasil, não associando ao racismo, as desigualdades de gênero, a opressão, ao sexismo.

Para Harvey (2014), o Estado neoliberal é um projeto e uma disputa política com defesa a iniciativa privada e livre funcionamento do mercado que busca fortalecer os

⁵ Emenda Constitucional nº 95 de 15 de dezembro de 2016 (PEC 55/2016), também chamada de “PEC do fim do mundo”, altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para instituir o novo regime fiscal que congela as despesas do governo federal, com cifras corrigidas pela inflação, por até 20 anos.

⁶ Emenda Constitucional nº 103 de 13 de novembro de 2019. Altera o sistema de previdência social e estabelece regras de transição e disposições transitórias.

capitalistas, se colocando como uma forma de vida e de sociedade como algo natural. Nesse sentido, o neoliberalismo regula a ordem social, transforma as relações de classe, cultura, educação, ideologia, religião, liberdade individual, privatização, controle do trabalho, fortalecendo a classe dominante e enfraquecendo as políticas sociais, limitando a democracia e a ação do Estado, favorecendo o sistema econômico que em momentos de crise intervêm em benefício ao grande capital.

Para Harvey, o neoliberalismo é:

[...] uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio (HARVEY, 2014, p. 12).

Na perspectiva histórica do processo da sociedade burguesa constituída pelo capitalismo, Netto (1992) discorre sobre como a monopolização determina a burocratização da vida social, onde o papel do Estado é conectado com a organização e função econômica. Desse modo, o Estado assume um novo papel no enfrentamento da questão social, através da política social, mas com um viés culpabilizante e moralizante, não compreendendo como uma demanda da sociedade e fruto do processo capitalista que constitui uma produção coletiva com apropriação privada que resulta em falta de moradia, alimentação, saúde, educação, assistência, cultura, lazer. O Estado vincula-se ao capitalismo e passa a manter formas conservadoras que legitima e valoriza o próprio capitalismo.

A organização do sistema de produção capitalista tem como premissa a ideia do Estado mínimo para os interesses da classe trabalhadora, cujas ações sempre foram assistencialmente restritas e destinadas aos segmentos pobres da população para garantia dos níveis mínimos de alimentação, saúde e educação necessários à reprodução eficaz da força de trabalho humana e tecnicamente necessária ao capital; assim como a ideia de Estado máximo para os interesses do capital, compreendendo até mesmo as experiências dos governos europeus socialdemocratas ou de bem-estar, cujos gastos na proteção social foram tradição (NETTO, 1992).

Para compreender de forma contundente e profunda as complexidades e as particularidades pertinentes a sociedade econômica, o economista Polanyi (2000) nos ajuda a repensar e refletir a sociedade e o sistema econômico na sua produção e

reprodução social. Nos tempos atuais, o descumprimento com a condição humana foi muito além do que destacou Polanyi (2000) quando afirmou que é uma crença colocar o modelo econômico fora da sociedade, onde a desigualdade de classe é uma construção histórica e não natural. Nesse sentido, as motivações econômicas se originam no contexto da vida social, destacando que a transformação econômica e a transformação da sociedade refletem a situação da economia contemporânea, onde o progresso econômico traz a desarticulação social, exploração, desagregação humana, amplas consequências do movimento do progresso e liberalismo econômico.

Polanyi (2000) ao analisar a sociedade e a economia de mercado nos faz refletir se estamos de fato no modelo econômico ideal, pois de forma simultânea e abrangente ocorrem a desigualdade social e a ascensão econômica, a desarticulação, a competitividade, a motivação econômica individual e a transformação consiste em mudanças significativas por parte da sociedade, fomentando o lucro passando a substituir o estímulo a sobrevivência. Portanto, a renda de cada indivíduo decorre da venda de alguma coisa, a origem justificada da renda de determinada pessoa é resultante de uma venda, confirmando o sistema de mercado.

Diante das contribuições apontadas acima através dos autores citados, constatamos o quanto o sistema capitalista é avassalador e provoca distintas desigualdades, má distribuição de renda, destruição ambiental, precarização social, instabilidade, desemprego, trabalho informal e sem proteção social. Desse modo, a precarização do trabalho atinge as mulheres transexuais trabalhadoras sexuais, é notório que a maioria das análises das condições de trabalho quando aborda sobre mercado de trabalho, divisão sexual, desigualdades sexuais e precarização é analisado a situação das trabalhadoras e dos trabalhadores heteronormativos, porém qual é o lugar das mulheres transexuais no mercado de trabalho?

Embora as trabalhadoras e os trabalhadores heterosnormativos sejam a maioria na contratação formal e vem sofrendo duros ataques com o desmonte dos direitos trabalhistas, alguns grupos sociais foram e são essencialmente mais atingidos, como a população LGBTQ+. Para esses trabalhadores os direitos sociais são constantemente mais limitados ou inexistentes.

Entretanto, estamos em um processo avançado de precarização do trabalho em um contexto de crise do emprego, ocasionada por uma crise capitalista que transforma

e reorganiza o trabalho de forma a desregular e causar constantes desempregos. A pandemia da COVID-19 apenas serve como um sustentáculo para justificar e legitimar o trabalho precário, as demissões, desregular o trabalho e implementar novas tendências vinham sendo gradativamente implantadas como o home office⁷.

Ao trazer para o debate especificamente as trabalhadoras e os trabalhadores LGBT, a realidade da precarização e informalidade é, ainda, mais perversa. O Estado é omissivo na formulação de políticas para inserção dessa população ao trabalho formal, como também se apresenta como produtor da transfobia institucionalizada, sacrificando legalmente vidas. Qual seria o comportamento aceitável?

O apagamento dessas vidas, a invisibilidade, a violência por não se comportarem de acordo com as expectativas sociais, provocam o não reconhecimento das diferenças, não conseguindo se inserir completamente na posição de humano, também não utilizam da condição de cidadão estabelecida por lei.

3 CONCLUSÃO

Diante das desigualdades sociais evidenciadas pela pandemia da COVID-19, nosso intuito foi mostrar que assim como milhares de trabalhadoras e trabalhadores autônomos estão com dificuldades para se sustentarem, pois dependem da venda de sua força de trabalho, as mulheres transexuais trabalhadoras sexuais também estão expostas a mesmas dificuldades.

De acordo com Marie Declercq, em reportagem para o site de notícias Uol⁸, “o distanciamento social é uma das melhores medidas para que pessoas não entrem em contato com o coronavírus, reduzindo a velocidade do contágio”. Porém, destaca Declercq que em país onde milhões de pessoas trabalham em regime informal, “ficar em casa significa deixar de ganhar dinheiro para pagar as contas. Para as prostitutas, à falta de trabalho se somam ainda o preconceito e o abandono por parte do poder público em garantir direitos básicos para a categoria”.

⁷ CAVALLINI, Marta. Pandemia adiantou mudanças no mundo do trabalho. **G1**, 19/06/2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/concursos-e-emprego/noticia/2020/06/19/pandemia-adiantou-mudancas-no-mundo-do-trabalho-veja-as-10-principais-tendencias.ghtml>. Acesso em: 21 jun. 2020.

⁸ DECLERCQ, Marie. ‘Nós somos invisíveis’: trabalhadoras sexuais são afetadas pela pandemia. **UOL**, 28/03/2020. Disponível em: <https://tab.uol.com.br/noticias/redacao/2020/03/28/nos-somos-invisiveis-trabalhadoras-sexuais-afetadas-pelo-coronavirus.htm>. Acesso em: 21 jun. 2020.

A pandemia da COVID-19 tem provocado reflexões não só referente a economia e o social, mas também no que se refere a cultura, as relações de gênero entre outros temas. O que evidencia as desigualdades geradas pelo capitalismo e a fragilidade do Estado no enfrentamento das expressões da questão social.

A questão social no Brasil reflete as “disparidades econômicas, políticas e culturais e que envolve classes sociais, grupos raciais e formações regionais. A estruturação da sociedade brasileira está ligada a uma fábrica de desigualdades e antagonismos sociais” (IANNI, 1991, p. 3). O sistema de desigualdade brasileira vem aumentando sucessivamente, desde a década de 1990, mas agora com a pandemia da COVID-19 isso relevou-se um processo de subalternidade da população, ou seja, as alterações processadas no capitalismo contemporâneo atingem principalmente a população mais destituída de proteção social, como as mulheres transexuais trabalhadoras sexuais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016**. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm. Acesso em: 21 jun. 2020.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 103, de 13 de novembro de 2019**. Altera o sistema de previdência social e estabelece regras de transição e disposições transitórias. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/emenda-constitucional-n-103-227649622>. Acesso em: 21 jun. 2020.

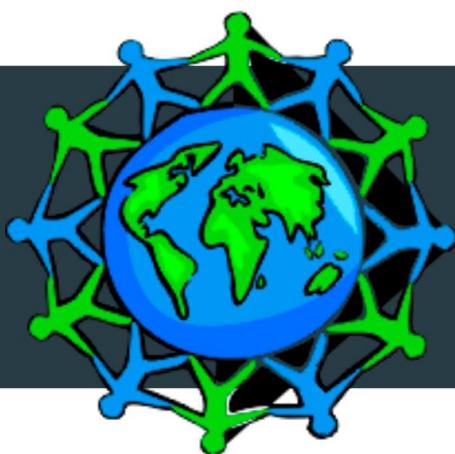
BRASIL. **Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017**. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e as Leis nos 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm. Acesso em: 21 jun. 2020.

HARVEY, D. **O neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Loyola, 2014.

IANNI, O. A questão social. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 2-10, jan./mar. 1991.

NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e serviço social**. São Paulo: Cortez, 1992.

POLANYI, K. **A grande transformação**: as origens de nossa época. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.



Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI

III SINESPP

20 a 24
OUTUBRO
2020

SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS
Democracia, desigualdades sociais e políticas públicas no capitalismo contemporâneo

EIXO TEMÁTICO 9 | QUESTÕES DE GÊNERO, RAÇA/ETNIA E GERAÇÃO

ENVELHECIMENTO FEMININO E A VIVÊNCIA DA SEXUALIDADE: um tabu?

Yohana Tôres Moteiro ¹

RESUMO

O presente artigo tem a pretensão de discutir acerca da vivência da sexualidade de mulheres em processo de envelhecimento e desconstruir o mito que rodeia a sexualidade nessa fase da vida. Mediante revisão da literatura e documental, encontramos diversos estudos nacionais e internacionais que abordam como os papéis sociais de gênero se revelam no cotidiano da vida dessas mulheres. Revelando a discriminação e/ou preconceitos sexistas e gerofóbicos que sofrem na pele não só por serem mulheres, mas também por serem velhas. Evidenciando que os padrões da sociedade sexista, são estabelecidos a partir das relações efetuadas entre os domínios do público e do privado, sendo o masculino associado ao mundo público, e o feminino, ao domínio da casa. Dessa forma, esse artigo discute as concepções de velhice, gênero e sexualidade, contextualizando com a luta pelos direitos sociais no processo de envelhecimento.

Palavras-Chaves: Velhice; Gênero; Sexualidade.

ABSTRACT

O This article aims to discuss the experience of sexuality of women in the process of aging and to deconstruct the myth that surrounds sexuality at this stage of life. Through a review of the literature and documentary, we find several national and international studies that address how gender social roles are revealed in the daily lives of these women. Revealing the discrimination and/or sexist and gerophobic prejudices that suffer on the skin not only because they are women, but also because they are old. Evidencing that the standards of sexist society are established from the relationships between the public and private domains, the male being associated with the public world, and the feminine, to the domain of the house. Thus, this article discusses the conceptions of old age, gender and sexuality, contextualizing with the struggle for social rights in the aging process.

Keywords: Age; Gender; Sexuality.

¹ Mestranda em Sociologia na Universidade Federal do Ceará. Assistente Social. E-mail: yohanatorres17@hotmail.com

INTRODUÇÃO

O envelhecimento da população mundial é um fenômeno do século XXI. E se deve a alguns fatores como o avanço da medicina, as inovações tecnológicas, a conquista da seguridade social, entre outros pontos que permitiu que velhos de baixo poder aquisitivo passassem a ter acesso a serviços de saúde, assistência e previdência social.

Devido às mudanças demográficas que ocorreram nos últimos anos, que se inicia a partir das décadas de 1940 e 1960, que incluem a queda da mortalidade infantil e da natalidade, o Brasil passa por um fenômeno conhecido como o envelhecimento populacional.

O envelhecimento é um processo natural que é acompanhado por diversas mudanças físicas, biológicas e psicológicas. É uma fase de diminuição da plasticidade, aumento da vulnerabilidade, perdas emocionais constantes e aumento da probabilidade da morte.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2019) prever que o índice de envelhecimento deve aumentar 173% em 2060. Neste cenário de maior longevidade das pessoas velhas, teremos novos desafios e necessidades para a melhoria na qualidade de vida dessa população. A necessidade de legislação específica que der suporte as exigências cada vez mais diversificadas.

No Brasil, o Estatuto do Idoso (BRASIL, 2013), instituído em 2003, é fruto da mobilização e organização popular. Nele, pessoas acima de 60 anos são consideradas idosas. Além disso, ele foi criado para garantir os direitos das pessoas idosas para a criação de políticas e aparelhos públicos que possam atender a demanda dessa população, impedindo o abandono, isolamento e desrespeito de direitos básicos.

A forma como se vivencia a velhice, é diferente para homens e mulheres, conforme mostrou Goldenberg (2015). Sua pesquisa mostrou que quase não se associa mau envelhecimento aos homens, contudo, as mulheres são mais julgadas que eles, seja pela aparência, seja pelo comportamento.

As mulheres são associadas a um modelo feminino ligado ao casamento e a maternidade. O casamento é visto como um objetivo maior, sinônimo de realização.

Entretanto, isso começa a mudar no século XX, com a entrada das mulheres no mercado de trabalho, estas começam a mudar seus próprios destinos.

Nesse sentido, o presente artigo objetiva uma discussão sobre as concepções de sexualidade e gênero na contemporaneidade com um foco nas mulheres em envelhecendo. Tentando compreender como se dar a vivência da sexualidade da mulher velha hoje na contemporaneidade.

2 ENVELHECIMENTO FEMININO

O envelhecimento feminino é cercado por questões, medos, receios, angústias, dentro delas destacamos a aparência. Beauvoir (1990) destaca que para a mulher, a cobrança de uma aparência perfeita cega uma sociedade que renega a velhice. Segundo a autora, muito dificilmente alguém se refere a uma mulher mais velha como “bela velha”; “no máximo se dirá ‘uma encantadora anciã’” (BEAUVOIR, 1990, p. 364).

Para muitas mulheres este tema gera angústia e uma tendência de negação a velhice em nome da aparência jovem. Todavia, estudos também mostram que mulheres com idade superior a 80 anos, se preocupam com a aparência para manter o bem-estar na velhice. (MARINHO; REIS, 2016)

(...) as mulheres são especialmente prejudicadas. No homem, o cabelo grisalho, a pele mais áspera e os “pés-de-galinha” são com frequência vistos como indicadores de experiência e conhecimento profundo; nas mulheres, eles são sinônimo de ter “passado da curva”. Essas mudanças numa esposa têm maior probabilidade de afetar a responsividade sexual do marido a ela do que vice-versa. Uma vez perdida a aparência de juventude, perdeu-se também (aos olhos de muitos homens) o valor como parceira sexual e romântica (PAPALIA; OLDS, 2000, p. 437).

Para Beauvoir (1990), a mulher sente-se “mutilada” mesmo antes do período de menopausa ao sentir-se “obcecada pelo horror de envelhecer” (p. 748). A autora descreve o que acontece da seguinte forma:

(...) enquanto assiste impotente à degradação desse objeto de carne o qual se confunde; luta, mas pintura, operações estéticas não podem senão prolongar sua juventude agonizante. Pode trapacear o espelho, mas quando se esboça o processo fatal, irreversível, que vai destruir nela todo o edifício construído durante a puberdade, sente-se tocada pela própria fatalidade da morte (p. 758).

Estas que se dedicam durante a vida para serem alvos de elogios, se deparam com as mudanças no espelho de perderem os seus encantos e as limitações que a vida lhe infligiu. A velhice traz uma carga de mudança abrupta. Mesmo que elas lutem contra os efeitos inexoráveis do tempo, eles, em algum momento, vão aparecer.

Já deu para perceber que ser mulher e velha em nossa sociedade, não é fácil. Acredito que para os homens são cobradas de forma severas outros pontos também que não devem ser maneiros de carregar, como a ereção igual a juventude. E várias outras questões que já ouvi sendo abordadas que não pretendo discutir aqui por não ser o meu foco, mas que são pertinentes a reflexão também.

Ainda temos uma sociedade bastante dura com a mulher que envelhece. Embora ela ganhe uma liberdade proporcionada pela viuvez, separação ou aposentadoria, raramente esse momento pode ser desfrutado plenamente pelas mulheres. As censuras socioculturais e as autocensuras, comumente, impedem que a mulher exerça a sua liberdade e seja sexualmente ativa após a menopausa.

Comportamentos adequados de sua idade são cobrados por outras mulheres, sendo este comedimento, descrição, moralismo, religiosidade, vocabulário apropriado, etc. Além dessas mulheres terem uma autocobrança consigo, elas fazem isso com a outra também. Não é fácil ser mulher, somos todo tempo cobradas em todos os aspectos pela feminilidade, sensibilidade, delicadeza, descrição, inteligência, magreza, entre tantas coisas.

A fase da velhice para muitas mulheres se torna um momento de redescoberta, pois após ficarem viúvas ou se divorciarem, que é a menor porcentagem. Elas acabam descobrindo um lado da vida, jamais imaginado antes. Traídas pelos maridos a vida inteira, no silêncio e na infelicidade conjugal, redescobrem a sua sexualidade, a sua feminilidade. As mulheres velhas têm mais dificuldades de reconstruir uma vida sexual após ficaram viúvas ou se divorciarem devido a terem sido educadas de forma muito rígida.

3 DA BRUXA A VOVÓ DOCE

Por meio dos contos de fadas, mitos e outras histórias populares, já ouvimos falar bastante de bruxas. Elas são quase sempre representadas,

como seres incompreensíveis, feios e grotescos, o que afasta as pessoas. A imagem da mulher velha quase sempre associa-se a esta imagem dos contos de fadas. São figuras más, retratadas muitas vezes como demoníacas. Mas também são conhecedoras de segredos da natureza e de seus poderes. (LEOPOLD, 2017, p. 46).

Apesar da Gerontologia, políticas públicas, campanhas, geriatria afirmarem que a velhice é a “melhor idade”, na prática esse período é marcado por grandes dificuldades de autoaceitação devido aos padrões de beleza que são instituídos pela mídia e incorporados pela sociedade. Para as mulheres, esse processo, ainda é mais intenso, uma vez que o Brasil é um país de em que beleza, juventude e sensualidade são ícones de sua cultura e mulheres fora desse padrão são consideradas feias e descuidadas.

No século XVII as mulheres velhas eram vistas como bruxas, feias e malvadas. Histórias clássicas como A Branca de Neve e os sete anões contadas até hoje reproduzem os padrões de beleza, bondade, virgindade e pureza associadas à juventude, enquanto a maldade e a bruxaria são de competência de uma mulher mais velha que necessita que a jovem princesa morra para que ela permaneça sem concorrência e lhe roube a beleza. (NASCIMENTO, 2011, p. 461).

Apesar da Medicina, os cosméticos, cirurgias plásticas terem proporcionado a ilusão da beleza jovem por mais tempo, a mulher velha não consegue mais ser o alvo de desejo como outrora na sua juventude. Ela, embora seja um ser desejante, não é mais um ser desejado e isso frustra.

4 A VIVÊNCIA DA SEXUALIDADE NA VELHICE

Nesse contexto do envelhecimento, inicia-se a discussão acerca da sexualidade nessa fase da vida, esta que é caracterizada por uma necessidade básica do ser humano do desejo, intimidade, contato, amor, carinho, laços de união mais forte e intensos com outras pessoas, desenvolvendo assim uma comunicação que visa o prazer, através de uma relação íntima.

A questão é que ao longo do desenvolvimento da nossa sociedade foram se construindo mitos, tabus e preconceitos acerca do tema sexualidade que precisa ser discutido. (ALMEIDA; PATRIOTA, 2009)

Para Ribeiro (2002 p.124):

A sexualidade é a maneira como uma pessoa expressa seu sexo. É como a mulher vivencia e expressa o ‘ser mulher’ e o homem o ‘ser homem’. Se

Expressa através de gestos, da postura, da fala, do andar, da voz, das roupas, dos enfeites, dos perfumes, enfim, de cada detalhe do indivíduo.

Risman (2005) fez um resgate da trajetória histórica da sexualidade e mostra que as relações sexuais entre homens e mulheres se iniciam com os povos primitivos. No qual, essas relações eram mantidas com o propósito de sobrevivência e não com intuito afetivo ou desejo de ter o outro para si. As relações amorosas não eram valorizadas.

Na Grécia antiga, a sexualidade era vista como um movimento de vida, de afetividade e de troca. As uniões tinham que obedecer às regras e normas de fidelidade, respeito, idade para a procriação, as mulheres aos dezoito anos e os homens aos trinta e sete anos. E ainda mais, às pessoas velhas eram negados o direito ao sexo, pois os objetivos de procriação e troca de energias não poderia ser realizado por pessoas mais velhas.

O Cristianismo trouxe para o ser humano o conceito de amor altruísta e não sexual, ou seja, a fonte de amor era Deus e a fonte do sexo era o demônio. A igreja definiu o casamento como união consentida por Deus e a prática do sexo era permitida apenas para a procriação. Na Idade Média, se manteve o pensamento do Cristianismo e os que tentaram mudar esses padrões morais, foram severamente punidos. A prática sexual nesse período para os mais velhos era considerada como algo negativo e demoníaco, pois não eram bem aceitos pela Igreja.

Percebemos que durante os séculos da civilização, o foco central da sexualidade era a procriação e os velhos eram tratados como assexuados. Para Ballone (2007, p. 10): “Nos idosos a função sexual está comprometida, em primeiro lugar pelas mudanças fisiológicas e anatômicas do organismo produzidas pelo envelhecimento”.

A nossa sociedade valoriza a juventude, o jovem, o novo e desvaloriza o velho (GOLDENBERG, 2012). As mudanças da velhice são acompanhadas por preconceitos e estereótipos que dificultam a discussão sobre assuntos ligados a sexualidade. Essas circunstâncias impedem que os velhos vivenciem a sua sexualidade de forma plena, pois o sexo passa a ser tratado como um tabu.

O tema sexo passou a ser discutido bem mais em nossa sociedade contemporânea. Temos nos deparados com questões que eram pouco ou quase nunca faladas. Esse tema saiu das quatro paredes de um quarto e passou a estar na roda de

conversas dos amigos e amigas. Alguns fatores contribuíram para a desmitificação do sexo.

O primeiro fator deve-se ao fato de que a vida sexual vem passando a deixar de ter apenas função de procriação, tornando-se uma fonte de satisfação e realização de pessoas de todas as idades. O segundo fator está relacionado a um aumento notório e de pessoas que chegam a 3ª idade em condições psicofísicas satisfatórias levando-as a não sentir desejo nem a renunciar a vida sexual. E, o terceiro, deve-se ao aparecimento da AIDS que levou a população a repensar e falar sobre a sexualidade e sexo seguro, reforçando a necessidade de todos em informarem-se e falarem mais abertamente sobre o tema. (COSTA; SILVA; SERAFIM; BARBOSA, 2019, p. 4)

Alguns velhos trazem a sexualidade como um componente que não faz mais parte da sua vivência e do seu dia a dia, seja por não terem companheiros (as) ou por não terem mais interesse. (ARAUJO, 2016). Apesar da sexualidade ser algo natural do corpo humano, ainda existe muitos preconceitos socioculturais históricos com normas e dogmas rígidos que pesam sobre o comportamento dos velhos.

A cultura ocidental costuma olhar para a velhice e descrevê-los como decadentes, pois de acordo com essa visão eles são biologicamente e socialmente fracos. Mesmo que a sociedade não tenha um olhar que trate a sexualidade das pessoas em envelhecimento como algo natural. As mudanças no corpo não são fatores que impeçam uma vida sexual ativa e satisfatória (ROZENDO; MEDEIROS, 2015).

Na compreensão de Neri (2001, p. 69) “a velhice é a última fase do ciclo vital e é delimitada por eventos de natureza múltipla, incluindo, por exemplo, perdas psicomotoras, afastamento social, restrição em papéis sociais e especializações cognitivas”.

As pessoas tendem a olhar a pessoa mais velha como assexuada e sem libido sexual. É como se a pessoa velha tivesse que renunciar o sexo, pois tem que reservar o seu tempo unicamente ao papel de avó e avô, esquecendo-se as suas vontades, seus desejos, seus direitos. É quase impensável os (as) netos (as) olharem para as suas avós e imaginarem uma vida sexual ativa. E ainda mais não é só os familiares que põem empecilhos, temos alguns profissionais da saúde que na maioria das vezes não estão preparados para acolher essas demandas da contemporaneidade. Também não temos estímulo da comunicação sobre esse processo. (VIEIRA, COUTINHO, ALBUQUERQUE, 2016).

As mulheres historicamente são reprimidas sexualmente pela religião, pela moral familiar, pelos costumes. E uma das piores marcas deixadas por essa repressão é a falta de conhecimento do próprio corpo, o desconhecimento do direito ao prazer para si também e não só ao outro. É como se a mulher tivesse sido orientada e estimulada a esquecer a sua genitália. O sexo era apenas para a procriação. E a mulher tinha esse padrão como o comum, ela não buscava o prazer sexual. A sua genitália era um órgão proibido, ela não se tocava e nem permitia o toque.

As mulheres quando envelhecem, passam a sentir medo e vergonha de demonstrar e viver sua sexualidade devido ao culto ao corpo jovem idealizado pela mídia que perpetua a convicção de que a sexualidade esteja ligada à beleza jovial, dessa forma elas passam a optar por uma postura mais discreta e reprimida.

A virgindade também tratada como uma questão moral, o qual a mulher deveria se guardar para o casamento e se casar virgem. Impedindo assim, dela ter vários parceiros durante a sua vida sexual.

Para Ballone (2007) alguns motivos que contribuem para uma visão errada acerca da sexualidade na velhice, é a falta de conhecimento acerca do assunto. Fora a educação opressora que temos durante toda a vida que interliga a atividade sexual com a procriação. (RISMAN, 2005)

partindo da concepção que associa a sexualidade apenas à procriação, após os sessenta anos quando a mulher encontra-se menopausada e o homem atravessando progressivas disfunções fisiológicas, a atividade sexual perde o seu objetivo e assim, sua justificativa social. (ALMEIDA; PATRIOTA, 2009, p.8).

Essa construção do velho como assexuado sendo mudada. Nos últimos anos do século XIX vem ocorrendo uma revolução na concepção e na prática da sexualidade. Isso tudo ocorre devido ao surgimento da pílula anticoncepcional e dos medicamentos para estimular a função erétil masculina.

Pascual (2002) revela a sexualidade como parte essencial da vida do ser humano que traz benefícios para a saúde, bem-estar. A velhice não pode e nem deve ser confundida com enfermidade.

O abandono desses mitos e tabus está relacionado com mudanças profundas, trata-se de uma revolução cultural. Essas mudanças entre os velhos ocorre de uma maneira lenta devido a forma que foram criados com a proibição do prazer sexual.

5 CONCLUSÃO

Diante do exposto, é possível observar que, a mulher velha tem ganhado espaço na sociedade nesses últimos anos, seja pelo lugar que ocupa, seja pelo aparato legal, seja pela “liberdade” que conseguiu nos últimos 50 anos. Porém ainda há retrocessos, preconceitos, discriminação contra esta, que apesar de ser livre, ainda é diminuída pela sociedade patriarcal, que estabelece papéis, que estabelece lugares.

E para finalizar, é necessário reconhecer os efeitos diferenciados do envelhecimento tanto nas mulheres como nos homens. É essencial refletir e/ou planejar ações para a igualdade entre ambos, estabelecendo medidas eficazes e eficientes para fazer frente ao problema. Por conseguinte, é decisivo conseguir a integração de uma perspectiva de gênero em todas as políticas, programas e leis.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Lucimêre Alves de; PATRIOTA, Lucia Maria. **Sexualidade na Terceira Idade**: Um estudo com idosas usuárias do Programa Saúde da Família Do Bairro das Cidades – Campina Grande/PB. Qualitas Revista Eletrônica. Campina Grande – PB. ISSN - 1677-4280. 2009.

ARAUJO, Ana Cláudia Fernandes. **Rompendo o silêncio**: desvelando a sexualidade em idosos. UNILUS Ensino e Pesquisa, v. 12, n. 29, p. 34-41, 2016.

BALLONE, G. J. **Sexo nos idosos**. 2007. Disponível em: <<http://sites.uol.com.br/gballone/sexo/sexo65.html>> . Acesso em: 01 de março de 2020.

BEAUVOIR, S. de. **A velhice**. Tradução Maria Helena Franco Monteiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Manual de enfrentamento à violência contra a pessoa idosa**. Brasília, DF, 2014.

COSTA, Emilly Priscila Silva; SILVA, Alcimar Tamir Vieira da; SERAFIM, Drielle Barbosa Leal; BARBOSA, Gleison Alves. **O tabu social atrelado a sexualidade dos idosos**: Uma revisão sistemática. VI Congresso Internacional de Envelhecimento Humano (VI CIEH). Disponível em: <https://editorarealize.com.br/revistas/cieh/trabalhos/TRABALHO_EV125_MD1_SA5_I D2693_23052019214609.pdf>. Acesso em 25 de fevereiro de 2020.

GOLDENBERG, M. **A bela velhice**. Rio de Janeiro, 2015.

IBGE. **Longevidade:** Viver bem e cada vez mais. Brasil, Retratos a revista do IBGE, n.16 fev, p. 20-14, 2019.

LEOPOLD, Adriana Mara. **O envelhecer na percepção de mulheres idosas solteiras e sem filhos:** Um estudo na perspectiva da psicologia analítica. Disponível em: < https://teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-04072018-160445/publico/leopold_corrigeida.pdf >. Acesso em: 04 de abril de 2020.

MARINHO, M. S; REIS, L. A. Velhice e aparência: a percepção da identidade de idosas longevas. **Revista Kairós Gerontologia**, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 145-160, 2016.

NASCIMENTO, Francisca Denise Silva do. **“Velhice feminina:** Emoção na dança e coerção do papel de avó”. In: RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção. Paraíba: Universidade Federal da Paraíba, v. 10, n.º 30: pp. 457-505, dezembro, 2011.

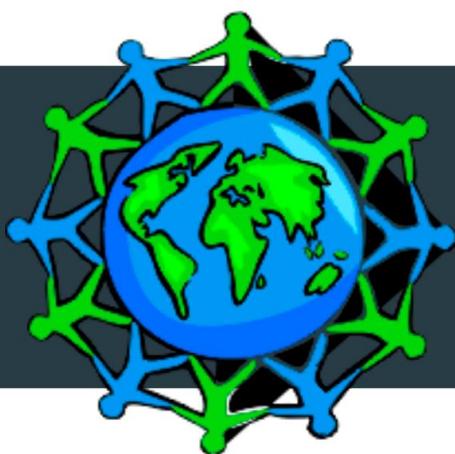
NERI, Anita Liberalesso (Org.). **Qualidade de Vida e Idade Madura.** Campinas: Papirus, 1993.

PASCUAL, C. P. **A sexualidade do idoso vista com novo olhar.** São Paulo: Loyola, 2002. TRADUÇÃO: Alda da Anunciação Machado.

RIBEIRO, A. **Sexualidade na terceira idade.** In: NETTO, M. P. Gerontologia. São Paulo: 2002.

RISMAN, A. **Sexualidade e terceira idade:** uma visão histórico-cultural. In: Textos sobre envelhecimento. v.8. nº.1. Rio de Janeiro: 2005.

VIEIRA, Kay Francis Leal; COUTINHO, Maria da Penha de Lima; ALBUQUERQUE, Evelyn Rúbia Saraiva. **A sexualidade na velhice:** representações sociais de idosos frequentadores de um grupo de convivência. Psicologia Ciência e Profissão, v. 36, n. 1, p. 196- 209, 2016.



Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI

III SINESPP

20 a 24
OUTUBRO
2020

SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS
Democracia, desigualdades sociais e políticas públicas no capitalismo contemporâneo

EIXO TEMÁTICO 9 | QUESTÕES DE GÊNERO, RAÇA/ETNIA E GERAÇÃO

MASCULINIDADE TÓXICA E VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: considerações teóricas

TOXIC MASCULINITY AND VIOLENCE AGAINST WOMAN: theoretical considerations

Maria Clara Teresa Fernandes Silveira ¹
Mariana de Carvalho Sousa ²

RESUMO

A masculinidade tóxica é uma questão estrutural que sustenta a violência de homens contra mulheres (também LGBTQIs) com a motivação de gênero. Torna-se uma questão de saúde pública quando também motiva grande parte dos determinantes de mortes por Causas Externas no Sistema Único de Saúde, como o feminicídio. A pesquisa aponta a necessidade de inclusão de políticas de reconstrução de uma masculinidade saudável como forma de enfrentamento à violência contra a mulher, para maior eficácia.

Palavras-Chaves: Masculinidade Tóxica; Violência; Saúde Pública.

ABSTRACT

Toxic masculinity is a structural issue that underlies gender-based violence against women (also LGBTQIs). It becomes a public health issue when it also motivates most of the determinants of deaths from External Causes in the Health System (SUS), such as femicide. The research points to the need to include politics for the reconstruction of healthy masculinity as a way of confronting violence against women, for greater effectiveness.

Keywords: Toxic Masculinity; Violence; Public Health.

INTRODUÇÃO

É mais comum encontrarmos pesquisas que abordem as questões de gênero, principalmente na categoria de violência de homens contra mulheres, sob uma

¹ Mestranda do Programa de pós-graduação em Sociologia – UFPI; Bacharela em Serviço Social – UFPI. E-mail: mctfernandes7@gmail.com

² Bacharela em Ciência Política – UFPI; Coordenadora de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher – CEPM (Coordenadoria de Estado de Políticas para as mulheres do Piauí); E-mail: marianacsousa@outlook.com.br

perspectiva da libertação da mulher (empoderamento) e Políticas Públicas de defesa (como a lei Maria da Penha e a lei do Feminicídio) como alternativas de enfrentamento.

Essas maneiras são inquestionavelmente essenciais, porém, é preciso olhar para o outro lado, o lado de quem é responsável pela prática da violência, no caso, os homens. Se os homens são violentos e mantêm historicamente uma postura de dominação-exploração (SAFFIOTI 2001), não é completamente efetivo ensinar mulheres a não aceitar a violência sem dizer para os homens que é errado (e porque é errado) manter essa postura criminosa.

Raewyn Connell (2016) formulou o conceito de *masculinidade hegemônica*, este representa um modelo variável de masculinidade, hegemonicamente ditado por homens cisgêneros heterossexuais brancos pertencentes a classes abastadas. Esta masculinidade normativa incorpora a forma mais honrada de ser homem e exige que os outros homens se posicionem em relação a ela, legitimando a subordinação global das mulheres aos homens.

Assim, esse artigo objetiva, através de uma revisão bibliográfica, apontar o papel da masculinidade na violência contra a mulher, principalmente na sua forma mais extrema: o feminicídio. Como aporte teórico utiliza autores e autoras como Connell (2016), Saffioti (2001), dentre outros.

2 FEMINICÍDIO E VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Saffioti (2001) afirma que existe uma estrutura de dominação/exploração dos homens sobre as mulheres, em contexto patriarcal. Essa dominação se dá de forma simbólica, com as normativas de papéis de gênero (estando a mulher sempre em condição de passividade, cuidado e obediência) e o homem como provedor.

No exercício da função patriarcal, os homens detêm o poder de determinar a conduta das categorias sociais nomeadas, recebendo autorização ou, pelo menos, tolerância da sociedade para punir o que se lhes apresenta como desvio. Ainda que não haja nenhuma tentativa, por parte das vítimas potenciais, de trilhar caminhos diversos do prescrito pelas normas sociais, a execução do projeto de dominação-exploração da categoria social homens exige que sua capacidade de mando seja auxiliada pela violência. Com efeito, a ideologia de gênero é insuficiente para garantir a obediência das vítimas potenciais aos ditames do patriarca, tendo esta necessidade de fazer uso da violência (SAFFIOTI, 2001. p. 115).

A autora afirma ainda que a ordem patriarcal não precisa necessariamente da presença física do homem para funcionar. Isto quer dizer que a mulher “desobediente” será culpabilizada e repreendida pela sociedade, uma violência simbólica. A exemplo desse funcionamento basta se observar toda a repercussão da mulher que trai o marido, são expostas nas redes sociais, ridicularizadas e taxadas de destruidoras da família. Quando ocorre o contrário, o homem como adúltero, pode até haver repercussão negativa, mas ele vai sair como “garanhão”, reforçando um signo de masculinidade, nem sequer existe uma palavra de ofensa na língua portuguesa que condene o exercício “indevido” da sexualidade masculina.

A dominação masculina pode ser entendida, simplificada, como a sobreposição do homem (sexo masculino), sobre a mulher (sexo feminino), inscrita culturalmente, na sociedade e historicamente, fazendo com que a ordem social seja apenas reproduzida e mantida de forma natural.

Isto só é possível por meio da violência simbólica, que é a violência sem coação física, é produto da conduta dos dominantes frente aos dominados, tangendo a todos e presente em vários níveis da sociedade. A violência simbólica é algo imperceptível, uma imposição arbitrária que, no entanto, é apresentado àquele que sofre a violência de modo dissimulada, que oculta às relações de forças que estão na base de seu poder. Ao se entender que o símbolo (algo que não está no campo material) está relacionado com a prática, colaborando com a integração social, e com o estabelecimento da ordem social, se compreende que a violência simbólica é um tipo de violência imaterial. Ela é instituída:

Por intermédio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante (e, portanto, a dominação) quando ela não se dispõe, para pensar sua relação com ele, mais que de instrumentos de conhecimento de ambos tem em comum e que, não sendo mais que uma forma incorporada da relação de dominação, fazem esta relação ser vista como natural: ou, em outros termos, quando os esquemas que ele põe em ação para se ver e se avaliar, ou para ver e avaliar os dominantes (elevado/ baixo, masculino/ feminino, branco/negro etc...) resultam da incorporação de classificações, assim naturalizadas, de que seu ser social é produto (BOURDIEU, 2014, p. 47).

Se “a violência dramatiza causas” ela o faz, nesse caso, porque as mulheres resistem, porque os homens “perdem o controle” da dominação em âmbito privado, e o fazem para recuperá-lo. Se o marido bate na esposa e o Estado não tem uma lei que a

proteja, ou não “criminalize” essa violência conjugal, está simplesmente autorizando e legitimando a estrutura de subordinação feminina.

Para a Organização Mundial da Saúde (OMS), violência é:

[...] o uso de força física ou poder, em ameaça ou na prática, contra si próprio, outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade que resulte ou possa resultar em sofrimento, morte, dano psicológico, desenvolvimento prejudicado ou privação (DAHLBERG; KRUG, 2007, p. 1165).

É claro que as estatísticas de violência não se resumem a esses parâmetros. A violência para a OMS é causada propositalmente, ou seja, nela existe a intencionalidade, que constitui um fator importante a ser analisado. Também é adicionado a categoria *poder*, que se refere às negligências e comportamentos que, necessariamente, não se expressam sob a forma somente da agressão física, mas causam danos diversos.

Dahlberg e Krug (2007, p. 1164) afirmam que a saúde pública pode prevenir a violência da mesma forma que tem reduzido as estatísticas de doenças contagiosas e contaminação. “Os fatores responsáveis por reações violentas, quer sejam derivados de atitudes e comportamentos ou de condições sociais, econômicas, políticas e culturais mais amplas, podem ser modificados”.

Aqui aparece a importância dos estudos sociais na saúde, por isso Minayo (2006) afirma que a violência abrange as pessoas em sua totalidade biopsíquica e social, de forma dinâmica. Ela também afirma que muitos pesquisadores tentaram encontrar causas biológicas que motivam comportamentos agressivos, apontando a natureza humana como violenta, mas ao fazerem, justificavam suas conclusões com fatos sociais.

É o caso da justificativa de que o homem é violento e mais forte pelo excesso de testosterona em seu organismo, que é superior à mulher pela evolução das espécies – dentre outras conclusões para justificar os papéis sociais de gênero. Estes seguem a mesma linha, por exemplo, das justificativas naturalistas – que constituem um conjunto de argumentações absurdas e sem fundamentos concretos – para legitimar, por exemplo, a escravidão.

Aqui, entendemos o feminicídio como uma questão de saúde pública, sendo que, a morte de mulheres pelo simples fato de serem mulheres representam riscos sociais e pessoais para quem pertence a esse gênero.

Feminicídio e masculinidades.

É sabido que os homens estão em posição de superioridade na *arena reprodutiva*, pois a eles são dadas condições vantajosas de, como afirma Saffioti (2001), dominação-exploração sobre as mulheres. Connell (2016) afirma que essa masculinidade também possui uma série de desvantagens - afinal com a performance agressiva, com a maior cobrança de emprego para prover e o acesso ao público - assim como os homens controlam as instituições coercitivas de poder, também são alvos de violência.

“As desvantagens são, de modo geral, as condições das vantagens [...] os homens que mais se beneficiam não são os mesmos que pagam pela maioria dos custos desses benefícios” (CONNELL, 2016, p. 99). Assim, classe, raça, diferenças nacionais, regionais e geracionais fazem parte da *categoria homem*, logo, as relações de gênero são muito diferentes entre os homens.

Dessa forma, masculinidade é o conjunto de comportamentos sociais atribuídos e exigidos dos homens, constituídos ao longo da história, definindo o papel do gênero masculino na sociedade.

Por que essa discussão é relevante? Basta pensar em quem comete o crime do feminicídio. A violência é um afirmante de masculinidade. Mas como funcionam as políticas públicas de enfrentamento à violência de gênero? Centrada nesse segmento de população – na mulher – raramente com uma pauta direcionada para o comportamento masculino. Assim estes aparecem como um pano de fundo, dificultando questões voltadas ao comportamento de homens e meninos.

A opressão de gênero descreve situações nas quais os homens têm possibilidades de alcançar seus interesses mediante o controle, o uso, a submissão e a opressão das mulheres e outras categorias ou grupos por ele comandados, em consequência de uma “relação de poder” assimétrica entre homens e mulheres. As relações de poder baseadas no gênero são constitutivas da organização social, fazem parte de sua estrutura profunda, compondo o que se chama comumente de patriarcado. Nesse sentido, é considerada uma estrutura primária de poder, mantida intencional e deliberadamente pelos homens. Isso significa que ela não está dada, mas é construída e mantida dinamicamente pelas intervenções e relações de poder assimétricas dos homens em relação às mulheres, mas também dos homens entre si (SILVA, 2014, p. 2803).

Existe uma discussão, relacionada aos prejuízos do homem inserido nesta mesma estrutura patriarcal, ou toxicidade, quando os padrões de gênero também são nocivos para o lado opressor. Assim, estes vão controlar a maioria das instituições de coerção e meios de violência, sendo também os principais alvos dessa violência – “[...] muito mais homens do que mulheres são presos ou executados” (CONNELL, 2016, p. 99).

Existem masculinidades, porque assim como a condição feminina não é universal, alguns homens possuem mais vantagens em relação aos outros. Questões de classe, raça, território e geração interferem na posição das masculinidades. Mas existe um modelo, um padrão de masculinidade a ser seguido, conceituado como “Masculinidade hegemônica”.

Souza (2005) afirma que o modelo hegemônico de masculinidade traz consequências como uma resistência às medidas preventivas de saúde, como é o caso do exame de próstata e o pânico da homossexualidade; risco também à saúde reprodutiva por falta de proteção à doenças sexualmente transmissíveis e a não aceitação de problemas de infertilidade; o maior risco de morte por acidentes de trabalho, por conta da masculinidade ser associada à risco e perigo como sinônimo de respeito.

Greig (2001) *apud* Souza (2005) afirma que precisam ser feitas conexões entre homens, gênero e violência, apontando a contribuição dos homens como essencial para o fim da violência de gênero. Importante perceber o papel da família e da cultura na produção da masculinidade tóxica,

[...] Isto destaca o papel da família e da cultura na produção de homens violentos e inclui questões sobre a violência estrutural de gênero, como uma construção social que determina uma relação desigual e opressiva entre as pessoas. Inclui ainda questões sobre conexões entre gênero e outras formas de violência estrutural, em torno da sexualidade, da raça e da classe social e diferencia o papel e a responsabilidade dos homens em relação a essa violência. Significa explorar as conexões entre gênero e violência em um contexto de estruturas de desigualdade e opressão.

Assim, percebe-se que certos modelos de masculinidade estão associados diretamente à violência, esta última sendo um signo de respeito. É uma forma bastante frágil de formação de personalidade, que precisa ser reafirmada sempre, principalmente entre jovens, que estão em processo de “construção da masculinidade”. Homens podem

ser extremamente violentos para recobrar o poder em uma relação, chegando até ao feminicídio.

Feminicídio e masculinidade tóxica como uma questão de saúde pública.

No site oficial do Ministério da Saúde do Brasil, está disponível a informação sobre como o Sistema Único de Saúde (SUS) está lidando com os determinantes e condicionantes da violência, que também tem como enfoque principal a prevenção, priorizando os grupos em situação de vulnerabilidade:

A vigilância de violências e acidentes tem o objetivo de subsidiar ações de enfrentamento dos determinantes e dos condicionantes das causas externas, que se tornaram objeto de vigilância e de prevenção em saúde, no âmbito do Sistema Único de Saúde, sob a coordenação do Ministério da Saúde numa perspectiva intersetorial, priorizando-se os grupos em situação de vulnerabilidade, com base no direito à saúde e à vida, incentivando a formação de redes de atenção e proteção às pessoas vítimas de violências e acidentes, buscando, desta forma, garantir a atenção integral, a promoção da saúde e a cultura de paz. Este monitoramento tem subsidiado a elaboração de políticas públicas e de ações de saúde que estão voltadas para o enfrentamento desses problemas (BRASIL, 2017, destaques nossos).

Se o feminicídio ocorre por uma situação de violência, onde o exercício da dominação/exploração já perdeu o poder - seja em um término de relacionamento, uma traição, ou qualquer outro motivo - a prevenção deve ser voltada para a revisão dos papéis de gênero.

Na medida em que a **violência de gênero é produzida no quadro de relações desiguais de gênero**, a sua eliminação requer que se operem **mudanças substantivas na matriz hegemônica de gênero**. Uma política pública nessa área supõe dar centralidade ao papel do Estado, com a participação da sociedade civil, no envolvimento orgânico das áreas da Educação, do trabalho, da Saúde, da Segurança Pública, da Cultura, do judiciário, agricultura e da economia. Não se altera o quadro das desigualdades sociais no Brasil sem a realização de investimentos substantivos e substanciais em políticas sociais universais (ALMEIDA, 2007, p. 37, destaques nossos).

Contudo, a autora acrescenta que é necessário ultrapassar as propostas focalistas e fragmentadas, necessárias, mas insuficientes para enfrentar as questões estruturais da violência.

Além das políticas voltadas para a mulher, é essencialmente necessário políticas para o homem, de prevenção e enfrentamento da masculinidade tóxica, que está na raiz das motivações do feminicídio.

Logo, a violência estrutural de gênero tem a masculinidade tóxica como uma grande contribuinte, sendo um caso de saúde pública, localizada na produção de fatores externos de risco. Expõe a mulher à dominação/exploração, que quando não funciona simbolicamente, quando o exercício de poder não acontece, seja por “desobediência” da mulher - quando não faz tarefas domésticas ou não deseja manter relações sexuais com o parceiro; seja por uma traição, e o macho “vai defender a honra”; seja por um término de relacionamento não aceito, ou rejeição - “se não fica comigo, não ficará com mais ninguém”.

3 CONCLUSÃO

Com estes apontamentos teóricos podemos compreender que a masculinidade tóxica está por trás das estruturas do patriarcado, sendo estes dois conceitos produtores de violências quando interligados. Importante também pontuar sobre a diversidade dentro das masculinidades, que também possuem relações de dominação e exploração de homens para homens, determinadas por raça, classe, orientação sexual e identidade de gênero.

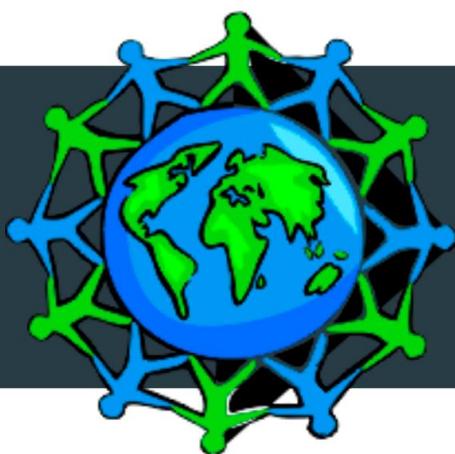
Como foi dito no desenvolvimento do trabalho, essa masculinidade é prejudicial para o próprio homem, que de acordo com estatísticas, morre mais (causas externas) que mulheres. Então os homens, além de serem violentos e até mesmo cometerem crimes como o feminicídio – matam uns aos outros (de forma mais explícita), e de maneiras mais simbólicas se prejudicam com a negligência da própria saúde e também com a repressão de sentimentos.

Essas se mostram então como as condições das vantagens, como afirmou Connell (2016). Vantagens estas que incluem a dominação sobre as mulheres, com prejuízos históricos como a negação à participação social, voz significativa e objetificação dos seus corpos.

Políticas Públicas para a promoção da igualdade de gênero e enfrentamento da violência não devem ser somente focalizadas em mulheres e grupos ditos “minoritários” como LGBTQIs. Para prevenir e verdadeiramente evitar essas situações são necessárias ações educativas direcionadas aos agressores - trabalhando masculinidades saudáveis, que não se constroem tendo como base o uso da violência para afirmação da condição de macho e de uma heterossexualidade compulsória.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Suely Souza de. Essa violência mal-dita. In: ALMEIDA, Suely Souza de. **Violência de Gênero e Políticas Públicas**. Rio de Janeiro: Ufrj, 2007. Cap. 1. p. 23-41.
- BOURDIEU, Pierre. **A Dominação masculina**. 1ed. Rio de Janeiro: Bestbolso, 2014. P. 5-139.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Acidentes e violências**. 2017. Disponível em: <https://www.saude.gov.br/saude-de-a-z/acidentes-e-violencias#:~:text=A%20vigil%C3%A2ncia%20de%20viol%C3%A2ncias%20e,da%20Sa%C3%BAde%20numa%20perspectiva%20intersectorial>. Acesso em: 19 dez. 2019.
- Connell, Raewyn. **Gênero em termos reais**; tradução e revisão técnica: Marília Moschovich. São Paulo: nversos, 2016.
- DAHLBERG, Linda L.; KRUG, Etienne G. Violência: um problema global de saúde pública. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 11, p.1163-1178, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v11s0/a07v11s0>>. Acesso em: 04 out. 2019
- MINAYO, MCS. **Violência e saúde [online]**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006. Temas em Saúde collection. 132 p. ISBN 978-85-7541-380-7. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.
- SAFFIOTI, Heleieth I. B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu**, 2001, p. 115-136.
- SOUZA, Edinilsa Ramos de. Masculinidade e violência no Brasil: contribuições para a reflexão no campo da saúde. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 10, p. 59-70, nov. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csc/v10n1/a06v10n1.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2020.



Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI

III SINESPP

20 a 24
OUTUBRO
2020

SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS
Democracia, desigualdades sociais e políticas públicas no capitalismo contemporâneo

EIXO TEMÁTICO 9 | QUESTÕES DE GÊNERO, RAÇA/ETNIA E GERAÇÃO

A JUSTIÇA SOCIAL PERANTE O ENVELHECIMENTO DA VELHA TRABALHADORA BRASILEIRA

SOCIAL JUSTICE TOWARDS THE AGING OF FEMALE OLD BRAZILIAN WORKER

Débora Matiko Hisano de Souza¹
Bruna Thaiana Gonçalves Xavier Pereira²
Nanci Soares³

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo refletir sobre o envelhecimento da mulher brasileira no capitalismo contemporâneo em relação aos seus direitos sociais, sem pretensão de se esgotar a temática, mas sim, explorar elementos constituintes desta realidade para se fortalecer a discussão sobre o tema. Através de uma análise bibliográfica e do método materialismo histórico dialético, serão expostas ideias que concretizam o envelhecimento enquanto uma expressão da questão social, tendo como elemento, o gênero feminino que traz consigo a dura realidade do machismo. Será feita uma análise da importância da proteção social do Estado, através de direitos sociais, para a classe trabalhadora, em especial, para o segmento idoso e feminino.

Palavras-Chaves: Envelhecimento; Direitos sociais; Gênero.

ABSTRACT

This paper aims to reflect on the aging of Brazilian women in contemporary capitalism in relation to their social rights, without pretending to exhaust the theme, but rather to explore elements that constitute this reality to strengthen the discussion on the theme. Through a bibliographic analysis and the dialectical historical materialism method, ideas that concretize aging will be exposed as an

¹ Assistente social. Mestranda no Programa de Pós-graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho". E-mail: debora.matiko@gmail.com

² Assistente social. Graduada em 2014 pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho". Atualmente, mestranda da mesma casa. E-mail: brunathaiana@yahoo.com.br

³ Assistente social. Doutora em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Campus de Franca. Pós-doutorado pela Universidade de Aveiro - Portugal. Professora Assistente Doutora do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós Graduação em Serviço Social do Campus de Franca. Líder do Grupo de Estudo e Pesquisa: Envelhecimento, Políticas Públicas e Sociedade. E-mail: nancisoares15@gmail.com

expression of the social issue, with the female gender as an element that brings with it the harsh reality of misogyny. An analysis of the importance of social protection of the State, through social rights for the working class, especially for the elderly and female segment, will be made.

Keywords: Aging; Social rights; Gender.

INTRODUÇÃO

O objeto da pesquisa, o envelhecimento da mulher trabalhadora brasileira, enquanto uma expressão da questão social, constitui-se e fundamenta-se através do embate capital/trabalho; sendo assim, é necessário analisar a particularidade do envelhecer e de ser mulher através do modo de produção capitalista. Para apreender esta realidade em uma perspectiva de totalidade, considerando “a realidade como totalidade concreta, isto é, como um todo estruturado em curso de desenvolvimento e de auto-criação” (KOSIK, 2010, p. 43), o método eleito foi o materialista histórico dialético, fazendo um diálogo com a categoria mediação, também conceituado por Kosik (2010). Com intuito de analisar as mediações presentes no envelhecimento e na construção dos direitos sociais da velha trabalhadora, ou seja, fazendo ligação do universal com o singular, será feita uma análise da proteção social voltada para o segmento social estudado enquanto um meio de justiça social. Todos os apontamentos terão como base a pesquisa bibliográfica das referências citadas.

O presente trabalho tem como objetivo central refletir sobre o envelhecimento da trabalhadora brasileira e seus direitos sociais no capitalismo contemporâneo, por meio de uma breve análise sócio-histórica. A velhice da mulher trabalhadora será estudada respeitando a heterogeneidade presente no envelhecimento, “pois os indivíduos envelhecem de forma diferenciada e particular, possuindo mediações com contexto sócio-histórico e político-econômico” (SOARES, POLTRONIERI, COSTA, 2014, p. 134). Como já salientado, o envelhecimento da mulher trabalhadora será estudado enquanto uma expressão da questão social e algumas mediações presentes nesta particularidade serão feitas, visando apresentar a dupla vulnerabilidade presente neste segmento populacional.

No primeiro item deste trabalho, o objeto de pesquisa será aprofundado para se entender a relação do envelhecimento com o sistema capitalista, pautada em um

recorte de gênero. Para investigar a temática, parte-se do pressuposto que a velhice é “caracterizada como a fase do processo de envelhecimento, determinada pelos aspectos, biológicos, psicológicos, sociais e culturais – está intrinsecamente ligada ao componente classe social, gênero e etnia” (SOARES, POLTRONIERI, COSTA, 2014, p. 134). O aspecto social, relacionando o envelhecimento a classe e gênero, será o ponto principal do item. Já no segundo item, o Estado, enquanto mediador dos conflitos sociais, se apresenta como o agente fundamental para a proteção social, inclusive das velhas trabalhadoras, possuindo a contradição de também ser um instrumento de controle social da burguesia, tendo então que responder conforme se apresenta a luta de classe. Por fim, o presente trabalho visa apresentar as reflexões de forma a contribuir para o debate sobre a temática, sem construir conclusões fixas, já que a realidade possui um movimento contínuo e dialético.

2 ENVELHECIMENTO DA CLASSE TRABALHADORA

A velhice é, em síntese, uma consequência de todos os anos de vida e é mediada por questões universais como o contexto sócio-histórico, político e econômico. Em uma análise sócio-histórica da velhice, Beauvoir (2018) mostra, através de uma pesquisa etnológica, a posição social que as pessoas velhas ocupam e o valor social que é dado a elas em diversas sociedades antes mesmo do sistema capitalista. A autora relata que em sociedades onde havia grandes dificuldades de sobrevivência, especialmente relacionadas a natureza como o clima e o acesso a alimentos, as pessoas mais velhas eram marginalizadas e, em situações onde se tornavam um grande fardo para o coletivo, eram deixadas para morrer ou então eram assassinadas, fatos estes considerados comuns e socialmente aceitos. Além disso, Beauvoir (2018) mostra também que em outras sociedades com melhores condições de sobrevivência, o velho pode adquirir outro status social, que é o de sábio, já que nestas sociedades há uma tendência de se valorizar a religião e a magia; porém este status está intrinsecamente ligado a sua lucidez e ao gênero masculino. “Entretanto, nas sociedades ainda mais avançadas, a influência das pessoas idosas diminui” (BEAUVOIR, 2018, p. 89), entendendo o termo “avanço” através da relação do desenvolvimento da escrita, e não de forma estigmatizada e etnocêntrica perante as sociedades antigas. Nestas sociedades, o poder do místico e religioso diminuem, já que a escrita e ciência passam a deliberar sobre o que é real, e

com isso, o valor dos/as velhos/as passa a se tornar nulo. Na sociedade capitalista, esta dura realidade se faz presente e se acentua devido a questão social, que passa a ser um determinante na construção da velhice.

Para entender o envelhecimento, que é multifacetado e heterogêneo, é preciso compreender que o trabalho é uma categoria central na construção do ser social, inclusive em sistemas econômicos não capitalistas, pois o trabalho é ontológico ao ser social. Lukács (1979, p. 87 apud BARROCO, 2001, p. 26) afirma que “o trabalho é antes de mais nada, em termo genéticos, o ponto de partida da humanização do homem, do refinamento de suas faculdades, processo do qual não se deve esquecer o domínio sobre si mesmo”. Dentro do sistema capitalista, o trabalho entra em conflito com o capital, estabelecendo assim a questão social que perpassa a realidade da classe trabalhadora, se agravando ainda mais quando está relacionada a questão geracional e de gênero.

No sistema capitalista, o objetivo econômico e social é o acúmulo de capital, para que isso ocorra uma classe, a burguesa, explora a outra, a trabalhadora; afetando a sociabilidade como um todo. O trabalho gera riqueza, dessa forma, o lucro é feito através do não pagamento adequado do trabalho prestado, ou seja, da exploração da mão-de-obra barata, originando assim a mais-valia. Este embate, entre capital e trabalho, é denominado como questão social. “A questão social expressa, portanto, *disparidade econômica, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais*” (IAMAMOTO, 2001, p. 17, grifos da autora), sendo outra mediação, a idade.

A expropriação e exploração é um elemento universal na vida da classe trabalhadora, já que o lucro possui mais valor sócio-econômico que a própria vida daqueles expropriados dos meios de produção; desse modo, ocorre a desvalorização da vida em prol do capital. Dessa forma, a mediação entre universal e singular afeta de maneira negativa a vida e o envelhecimento da classe trabalhadora, criando a particularidade da velhice trágica. Através dessa relação entre os elementos estruturais presentes no capitalismo e a vida dos/as trabalhadores/as, o processo de envelhecimento se torna uma expressão da questão social na sociedade capitalista. Importante destacar que em outros meios de produção, as pessoas ainda envelhecem, por ser algo inerente ao ser humano; porém no sistema capitalista, o envelhecer sem

proteção social se torna uma expressão da questão social. Segundo Teixeira (2009, p. 65) a questão social se constitui, o eixo articulador, de todas as expressões da “problemática social do envelhecimento do trabalhador que demanda formas de respostas do Estado e da sociedade”.

É importante destacar que a senescência, que é o envelhecimento natural, não é um problema em si, e sim uma conquista, já que significa que a pessoa está vivendo mais. O problema se inicia quando o envelhecimento se associa a senilidade, que é a decrepitude associada a uma questão patológica. O que faz com que este grupo etário se torne marginalizado e desvalorizado socialmente. Esta situação se agrava e se intensifica no sistema capitalista, onde “os valores éticos, estéticos, tendem a se expressar como valores de posse, de consumo, reproduzindo sentimentos, comportamentos e representações individualistas, negadoras da alteridade e da sociabilidade livre” (BARROCO, 2001, p. 35); sendo assim, esses valores acabam por mediar o processo de envelhecimento da classe trabalhadora. Além desses valores que afetam a velhice, o/a trabalhador/a expropriado dos meios de produção sobrevive perante a venda de sua mão-de-obra; o que se dificulta no decorrer do processo de envelhecimento, tanto por questões físicas quanto por questões sociais, como o exército de reserva, que associado a valorização do novo acaba por deixar os/as velhos/as sem grandes chances de possuírem um emprego. A partir desta leitura mais ampla da realidade, é possível perceber que as condições materiais e subjetivas para um envelhecimento digno não estão sob domínio individual, mas sim, social.

Em suma, a classe trabalhadora é explorada no decorrer de toda a sua vida, havendo rebatimento drásticos no seu envelhecimento. Na velhice, os/as trabalhadores/as padecem na desvalorização social e, muitas vezes, no desamparo socioeconômico, devido a exploração e expropriação sofrida. Restando assim, o amparo da família, da sociedade e do Estado, este principal responsável por mediar os conflitos sociais, já que é o que possui mais poder para intervir nesta realidade. Desta forma, entendendo a relação do trabalho e do capital perante o processo de envelhecimento da classe trabalhadora, é possível compreender que este é uma expressão da questão social, que possui mediação também com a questão de gênero.

Envelhecimento enquanto mulher trabalhadora

A importância de se fazer o recorte de gênero no debate sobre envelhecimento se justifica pelo fato de que “o envelhecimento é também uma questão de gênero. Considerando a população idosa como um todo, observa-se que 55% dela são formados por mulheres” (CAMARANO, 2004, p. 29), sendo este fenômeno denominado como feminização da velhice. Apesar de conquistar uma maior longevidade em relação aos homens, as mulheres não vivem melhor; pelo contrário, “as mulheres que chegam aos 60 anos têm mais tendências que os homens a passar o resto de suas vidas padecendo de alguma doença” (VERAS, 2003, p. 8), sendo esta uma particularidade que apresenta o não privilégio feminino até mesmo em contexto de conquista.

No decorrer da vida, a mulher sofre diversas desvantagens em relação ao homem, devido ao machismo estrutural (BERZINS, 2003, p. 28). Estas desigualdades vividas vão se acumulando no processo de envelhecimento de forma a impactar negativamente na qualidade de vida na velhice. Sendo Debert (2012, p. 89), “os idosos pertencentes às minorias estão em situação de dupla vulnerabilidade”, como por exemplo ser mulher e ser velha. Neste trabalho, a concepção de vulnerabilidade será entendida enquanto consequência do embate capital-trabalho, já que o envelhecimento e a questão de gênero são expressões da questão social.

Para se compreender o envelhecimento da velha trabalhadora, é preciso compreender o que é ser mulher nesta sociabilidade que faz com que as mulheres se tornem uma minoria social. Para definir isso, tomemos a clássica frase de Beauvoir (2016b), uma referência no debate de gênero.

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado, que qualificam de feminino (BEAUVOIR, 2016b, p. 11).

Partindo desta concepção de que ser mulher se constitui socialmente, associada com o trabalho enquanto categoria central, é feita uma análise sócio-histórica da divisão primitiva do trabalho por Beauvoir (2016a, p. 84) que apresenta a esfera pública como destinado ao homem e a esfera privada, à mulher. Esta concepção se concretizou com o passar do tempo, de modo que “o mundo do trabalho se estruturou com o

pressuposto de que ‘os trabalhadores’ têm esposas em casa” (MIGUEL, BIROLI, 2014, p. 35-36), sendo assim, tanto o homem quanto a mulher se encontram associados e presos nesta divisão social do trabalho.

Apesar de tanto os homens quanto as mulheres terem suas posições sociais pré-definidas, a questão de gênero se refere a mulher, já que a diferença social de gênero se faz por colocar a mulher, independente da idade, em uma posição inferior em relação aos homens, tanto no quesito físico, quanto no quesito intelectual e habilidoso, de modo que, muitas vezes, “a mulher não é elevada à dignidade de pessoa” (BEAUVOIR, 2016a, p. 118), destituída de direitos. Perante isso, o capital se apropria desta divisão social do trabalho, para justificar as condições precárias e os baixos salários associados às profissões tidas como femininas. Esta justificativa não perpassa apenas o âmbito do trabalho; dela se origina as esferas pública e privada, que “é uma forma de isolar a política das relações de poder na vida cotidiana, negando ou desinflando o caráter político e conflitivo das relações de trabalho e das relações familiares” (MIGUEL, BIROLI, 2014, p. 31). Dessa maneira, a mulher se desvincula da política em todos os âmbitos de relação de poder, ou seja, ela é posta como inferior em todas as relações sociais, estando assim em desvantagem e sem grande poder social para lutar pelos seus direitos.

No processo de envelhecimento e também na velhice, a mulher sofre discriminação, pois todas as particularidades que ocorrem no decorrer de sua vida se expressam novamente e continuamente na velhice. Em suma, na velhice, a mulher trabalhadora sofre os rebatimentos por ser da classe trabalhadora e também por ser mulher, havendo aqui a “dupla vulnerabilidade” já citada anteriormente (DEBERT, 2012, p. 89); o que se agrava com o fato de que essas duas minorias sociais demandam políticas públicas, em uma estrutura patriarcal, machista e, atualmente, associada ao ideário neoliberal.

3 PROTEÇÃO SOCIAL E QUESTÃO SOCIAL

Os/as velhos/as, enquanto grupo etário marginalizado de seus direitos e valores sociais, só passaram a ter visibilidade quando ocorreu o envelhecimento populacional em grande escala. “Apesar de o envelhecimento populacional ser amplamente reconhecido como uma das principais conquistas sociais do século XX, reconhece-se, também, que este traz grandes desafios para as políticas públicas” (CAMARANO, 2004,

p. 253). Apesar de concordarmos com as ideias trazidas nesta afirmação de Camarano (2004), de conquista social e de desafio, esse tal reconhecimento não ocorre com facilidade fora do debate crítico acadêmico, pois há a ideologia dominante, que é burguesa e atualmente neoliberal; porém os desafios citados realmente se fazem presentes em todos os contextos. Para concretizar esta ideologia, Paulo Netto (2012, p. 417) a apresenta enquanto um projeto neoliberal, que possui como “tríplice mote da ‘flexibilização’ (da produção, das relações de trabalho), da ‘desregulamentação’ (das relações comerciais e dos circuitos financeiros) e da ‘privatização’ (do patrimônio estatal)”. Esta tríade possui o intuito de competir pelo fundo público que seria destinado às políticas sociais. Neste ideário, o dinheiro público deve ser transferido para financiar políticas relacionadas ao interesse do capital. Desse modo, o envelhecimento populacional é tido como um problema econômico; colocando o valor do capital acima do valor da vida.

Apesar de se debater sobre o envelhecimento populacional de maneira global, é importante destacar que este fenômeno não é homogêneo. Pelo contrário, ainda há populações que não atingiram a longevidade. “Em países africanos como Serra Leoa a expectativa de vida em 2003 não ultrapassava a 36 anos, não tendo se alterado significativamente até o momento” (COSTA, SOARES, 2016, p. 58). Este exemplo relembra o fato de o envelhecimento ser multifacetado e heterogêneo. No Brasil por outro lado, “a expectativa de vida dos brasileiros aumentou da década de 1980 até 2012” (LEMOS *et al*, 2017, p. 167), então podemos concluir que de modo geral o país seguiu o fenômeno mundial.

A intervenção estatal perante as demandas da classe trabalhadora envelhecida se apresenta como um modo de justiça social e de contenção da luta de classe, que visa ter suas demandas sociais atendidas. Com o envelhecimento populacional, cresceu a demanda por políticas públicas específicas para esta população, inclusive no Brasil, visando a construção da proteção social para este segmento, sendo que a mesma se estabelece a partir de diversas políticas públicas que juntas abarcam os indivíduos em sua totalidade, construindo assim uma estrutura política capaz de efetivar a justiça social. O fenômeno do envelhecimento populacional “longe de ser um dado natural, se configura como resultado da reprodução do sistema do capital” (CAMPELO E PAIVA, 2014, p. 125), pois o exército de reserva, ou seja, as pessoas não empregadas, incluindo

os/as velhos/as, potencializa o acúmulo de capital, por justificar os baixos salários em relação ao alto contingente de mão-de-obra. Desse modo, o capital se apropria de todo o processo de envelhecimento a seu benefício.

Tendo o trabalho como categoria central, os impactos na vida da classe trabalhadora perante as expressões da questão social são drásticos, cabendo ao Estado intervir para intermediar os conflitos de poder e de dominação presente no sistema capitalista; porém, “com o monopólio da força, em meio a e embebido da luta de classes, atua o Estado, sob a direção do capital” (BEHRING, BOSCHETTI, 2011, p. 55). É dentro desta contraditoriedade que o Estado capitalista se constitui, tendo que atender as demandas da classe trabalhadora, beneficiando assim ambas as classes; a burguesa por minimizar os conflitos da luta de classe e a trabalhadora por atender, mesmo que minimamente, às suas necessidades. Com o ideário neoliberal, o Estado deixa de ser visto como responsável por atender estas demandas sociais.

As transformações ocorrentes no plano político são igualmente notáveis e portadoras de novas problemáticas. Impactados pelas novas dinâmicas econômicas e socioculturais, sociedade civil e Estado da ordem tardoburguesa modificam-se nas suas esferas próprias e nas suas relações (PAULO NETTO, 2012, p. 421).

Apesar das ações do Estado serem principalmente e estruturalmente em prol dos interesses da classe dominante e apesar do atual contexto neoliberal intensificar os modos de produção e reprodução do capital, agravando proporcionalmente as expressões da questão social, como o envelhecimento trágico e a questão de gênero, é através do Estado que podemos alcançar a justiça social para as minorias sociais, por meio de um sistema de proteção social, sendo que “promover uma velhice bem-sucedida é uma questão de justiça social” (DEBERT, 2012, p. 146). Para enfrentar este desafio, é preciso se fortalecer enquanto indivíduo e coletivo para assim lutar por políticas públicas mais justas.

4 CONCLUSÃO

Este presente trabalho teve como objetivo refletir sobre o envelhecimento da mulher trabalhadora brasileira no capitalismo contemporâneo em relação aos seus direitos sociais; sendo ele alcançado. Já que a pretensão não era de se esgotar a temática, mas sim, debater elementos constituintes desta realidade. Elementos centrais

para o debate foram levantados como: o trabalho enquanto categoria central na construção do ser social, tendo rebatimentos diretos no envelhecimento e na vida da mulher, transformando estas realidades em expressões da questão social no sistema capitalista; a associação destas duas expressões que intensificam a vulnerabilidade social do segmento populacional estudado; o ideário neoliberal que agrava a realidade vivida pelas minorias sociais; e o Estado enquanto instrumento de dominação da classe dominante sobre a classe trabalhadora, mas sendo também o possível meio de se construir uma justiça social à velha trabalhadora.

Estes elementos centrais abordados são particularidades da realidade que permitem compreender a totalidade do envelhecimento da mulher brasileira e os direitos sociais como forma de justiça social. Eles se relacionam de maneira dialética e histórica, construindo a realidade social. Lembrando que para que o envelhecimento da mulher trabalhadora não se torne trágico, é necessária a ação do Estado para que as demandas deste segmento sejam atendidas, efetivando assim a justiça social para este segmento.

REFERÊNCIAS

BARROCO, Maria Lucia Silva. **Ética e serviço social**: fundamentos ontológicos. São Paulo: Cortez, 2001.

BEAUVOIR, Simone de. **A velhice**. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**: fatos e mitos. 3 ed. 1 v. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016a.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**: a experiência vivida. 3 ed. 2 v. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016b.

BEHRING, Elaine Rossetti; Boschetti, Ivanete. **Política social**: fundamentos e história. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BERZINS, Marília Anselmo Viana da Silva. Envelhecimento populacional: uma conquista para ser celebrada. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 75, p. 19-34, set./out. 2003.

CAMARANO, Ana Amélia. **Os novos idosos brasileiros**: muito além dos 60?. Rio de Janeiro: IPEA, 2004.

CAMPELO E PAIVA, Salvea de Oliveira. **Envelhecimento, saúde e trabalho no tempo do capital**. São Paulo: Cortez, 2014.

COSTA, Denise Gisele Silva; SOARES, Nanci. Envelhecimento e velhices: heterogeneidade no tempo do capital. **Serviço Social e Realidade**, Franca, SP, v. 25, n. 2, 2016.

DEBERT, Guita Grin. **A reinvenção da velhice**: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: FAPESP, 2012.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A questão social no capitalismo. **Temporalis**, Brasília: ABEPSS, Grafile, ano 2, n. 3, p. 09-32, 2001.

KOSIK, Karel. **A dialética do concreto**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2010.

LE MOS, Flávia Cristina Silveira *et al.* O extermínio de jovens negros pobres no Brasil: práticas biopolíticas em questão. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, São João del Rei, p. 164-176, jan./abril. 2017.

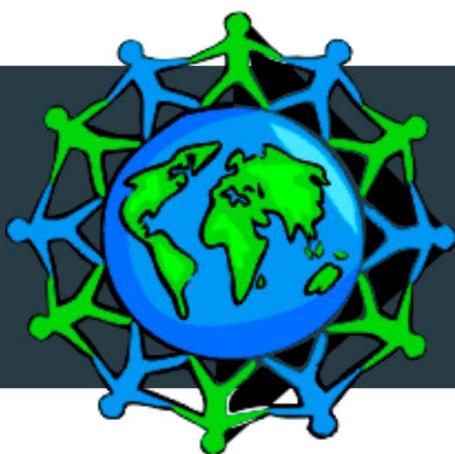
MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política**: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2014.

PAULO NETTO, José. Crise do capital e consequências societárias. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 111, p. 413-429, jul./set. 2012

SOARES, Nanci; POLTRONIERI, Cristiane de Fátima; COSTA, Joice Sousa. Repercussões do envelhecimento populacional para as políticas sociais. **Argumentum**, Vitória, ES, v. 6, p. 133-152, jan./jun. 2014.

TEIXEIRA, Solange Maria. Envelhecimento do trabalhador e as tendências das formas de proteção social na sociedade brasileira. **Argumentum**. Vitória, ES, p. 63-77, jul./dez. 2009.

VERAS, Renato. A longevidade da população: desafios e conquistas. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 75, p. 19-34, set./out. 2003.



Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI

III SINESPP

20 a 24
OUTUBRO
2020

SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS
Democracia, desigualdades sociais e políticas públicas no capitalismo contemporâneo

EIXO TEMÁTICO 9 | QUESTÕES DE GÊNERO, RAÇA/ETNIA E GERAÇÃO

POR NÃO QUERER (MAIS) PARIR COM DOR: narrativas sobre violência obstétrica e a escolha pela laqueadura

FOR NOT WANTING (MORE) TO GIVE BIRTH IN PAIN:
narratives about obstetric violence and the choice for lacquering

Suzianne Jackeline Gomes dos Santos¹

RESUMO

Apresento parte de uma pesquisa cujo objetivo foi analisar como as relações de gênero perpassam e configuram a escolha de mulheres pela laqueadura. Neste artigo, destaco a relação entre a vivência de parto e a escolha pela esterilização feminina, considerando as relações de gênero dentro do espaço hospitalar. Foi um estudo qualitativo, utilizando a técnica de narrativas de vida, com enfoque na experiência reprodutiva e contraceptiva de mulheres que vivenciam a maternidade e realizaram a laqueadura em Teresina (Piauí). Nos relatos de algumas dessas mulheres, foi presente vivências de medo, limites na autonomia e no respeito durante o momento do parto, configurando-se enquanto violência obstétrica. Estas vivências negativas corroboraram para não quererem ter mais filhos(as) e realizarem a laqueadura. Posturas profissionais/institucionais carregam regimes de gênero e influem na trajetória de mulheres, sendo importante o fortalecimento da desconstrução dos padrões de gênero sobre feminilidades e maternidade contra a violência obstétrica.

Palavras-Chaves: Violência Obstétrica; Relações de Gênero; Laqueadura.

ABSTRACT

I present part of a research whose objective was to analyze how gender relations pervade and shape the choice of women by lacquering. In this article, I highlight the relationship between the experience of childbirth and the choice for female sterilization, considering gender relations within the hospital space. It was a qualitative study, using the technique of narratives of life, with focus on the reproductive and contraceptive experience of women who

¹ Bacharel em Serviço Social (UFPI) e Mestrado em Sociologia (UFPI); suzianne.santos@yahoo.com.br

lived the maternity and performed the sterilization. In the accounts of some of these women, experiences of fear, limits in autonomy and respect during childbirth were present, being configured as obstetric violence. These negative experiences corroborated the fact that they did not want to have more children and performed the sterilization. Professional/institutional attitudes carry gender regimes and influence women's trajectories, and it is important to strengthen the deconstruction of gender patterns about femininity and maternity against obstetric violence

Keywords: Obstetric Violence; Gender Relations; Lacquering.

INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos, o modo de partear transformou-se conforme a relação entre os atores envolvidos, o entendimento sobre o cuidado em saúde e as tecnologias presentes. Tais mudanças associam-se com a busca do poder sobre a vida, a consolidação da revolução científica e da medicina, fazendo com que o corpo se tornasse objeto do conhecimento e transformando os saberes e práticas (FOUCAULT, 2010). Essas percepções sobre a vivência das mulheres contribuem para identificar e compreender como se estruturam as relações de gênero nesses espaços institucionais.

Em meados do século XIX ao século XX, o parto deixou de ser um cuidado primordialmente filantrópico e domiciliar para se inserir majoritariamente no cenário hospitalar, com a justificativa desses locais possuírem um aparato de procedimentos que só podiam ocorrer em uma maternidade e que seriam vantajosos para a vida das mães e dos recém-nascidos (MOTT, 2002). A percepção sobre a dor da mulher deslocou-se de sofrimento ocasionado por um castigo divino para sua apreensão como uma vítima dos riscos de sua biologia (DINIZ, 2005). Outrora, era uma experiência compartilhada entre mulheres, sendo os partos realizados preferencialmente por parteiras, cuja presença masculina era mínima (MOTT, 2002, p. 199). Já no século XX, enquanto um evento perigoso à saúde, a obstetrícia, na figura masculina dos médicos, se sobressaiu no que tange ao conhecimento e a realização do parto, suprimindo o ofício feminino das parteiras e diminuindo o protagonismo das gestantes no parto, por meio do uso de sedativos, de medicamentos para induzir o parto normal, do aumento no número de cesarianas, dentre outras tecnologias médicas (MOTT, 2002; DINIZ, 2005; BRASIL, 2001).

Essa transição do nascimento do ambiente privado e familiar para uma instituição rodeada de outros sujeitos, ocasionou em outras percepções sobre o parto, a medicalização da vida e a autonomia feminina (BRASIL, 2001). Essas mudanças de posturas profissionais também colaboraram na problematização de mulheres sobre suas sensações e dores no parto, diferenciando entre aquelas inerentes ao processo fisiológico do sofrimento ocasionado pela lógica institucional. Nesse sentido, o termo violência obstétrica vem se destacando na América Latina para enfatizar a violação dos direitos de mulheres durante o momento da gestação, trabalho de parto e pós-parto, realizada por profissionais e trabalhadores(as) da saúde. Não há uma definição única sobre a violência obstétrica, mas a mesma pode ser compreendida como um conjunto de intervenções institucionais durante a gestação, trabalho de parto e parto que consideradas desnecessárias, invasivas, desagradáveis e sem embasamento em evidências científicas, podendo se expressar como uma violência física, moral ou psicológica. A violência obstétrica também é discutida sob a ótica das relações de gênero, diante da invisibilidade da subjetividade das mulheres e de suas escolhas sobre o seu corpo e a forma de parir (ZANARDO *et al*, 2017; DINIZ, 2005). Em sua contraposição, a humanização dessa assistência em saúde expressa outra compreensão sobre o parto, em prol da escuta e do respeito à escolha das mulheres na condução do parto enquanto protagonistas, retomando a ideia do parto como um momento familiar (DINIZ, 2005; BRASIL, 2014). Reconhece-se a subjetividade do parto e formas diferentes de expressar suas dores, passando “a inspirar uma nova estética”, na qual gemidos, emoções, secreções, contato corporal e presença de familiares são tolerados e vistos como parte natural e importante do desenvolvimento do parto (DINIZ, 2005, p. 630).

Este artigo apresenta parte dos resultados de pesquisa desenvolvida em Mestrado de Sociologia cujo intuito foi analisar como as relações sociais de gênero perpassam e configuram o processo de escolha de mulheres pela laqueadura como forma de controle de fecundidade. Utilizou a conceituação de gênero de Connell e Pearse (2015) e tratou-se de um estudo qualitativo, com a utilização da técnica de narrativas de vida direcionada para o conhecimento da experiência reprodutiva e contraceptiva de cinco mulheres que vivenciam a maternidade e realizaram a laqueadura pela rede pública de saúde em Teresina (PI) (BOLÍVAR, 2012; FRASER, 2004). Os resultados demonstraram que as relações de gênero provocaram deslocamentos em

suas trajetórias de vida, influenciando na decisão pela laqueadura. Aqui, destaco a relação entre a vivência de parto e a escolha pela esterilização feminina, considerando as relações de gênero dentro do espaço hospitalar, trazido na narrativa de duas mulheres, Alzira e Clarice.²

2 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Enquanto um “ritual de iniciação à maternidade” (SCAVONE, 2004, p. 167), a experiência de parir ocasiona em uma gama de sentimentos e reflexões sobre a maternidade e o itinerário hospitalar, que podem corroborar na decisão de ter ou não mais filhos(as). Contudo, enfatizar a subjetividade e protagonismo feminino nos serviços hospitalares não é algo simples. Envolve tanto o desenvolvimento da relação entre profissionais e mulheres como as compreensões sobre as relações de gênero neste espaço institucional. As vivências de parto narradas pelas mulheres da pesquisa permitiram compreender tais aspectos. Algumas delas, resgataram sentimentos que, por vezes, foram desconsiderados ou minimizados diante das técnicas e rotinas hospitalares, comuns para a equipe, mas estranhas e invasivas para elas.

Conforme os relatos de Alzira e Clarice, as percepções sobre a dor e a assistência em saúde afetaram negativamente a avaliação sobre ter mais filhos(as). Em suas formas de sistematizar e organizar suas vivências de parto destacaram-se a utilização metáforas e sinônimos para definir o que seria uma vivência “normal” (Clarice) de uma “anormal” (Alzira), para pontuar o atendimento que a objetifica como uma “máquina de parir” (Clarice) e para relacionar o tipo de parto à morte (Clarice). A avaliação dessas mulheres sobre o espaço hospitalar não se baseia necessariamente em ter garantia de uma lista de técnicas, sequências de protocolos ou em um ambiente estéril e silencioso, como pode ser para a equipe de saúde. Seus relatos sobre a assistência em saúde usam como norte a produção de sentidos sobre a dor. Essa compreensão sobre sofrimento, dor suportável ou não está associada a aspectos sociais, psicológicos e culturais (HELMAN, 1994).

Inserido nas narrativas sobre partos normais, a dor vivenciada por Clarice, no nascimento de suas duas filhas, não foi algo que lhe causou estranheza. “Já sabia que

²A pesquisa foi aprovada por Comitê de Ética em Pesquisa (número do parecer: 2.552.478) e utilizou-se de pseudônimos para as mulheres, membros de suas famílias e demais pessoas mencionadas.

doía porque dói mesmo, mas não foi aquele espanto todo como me falavam que era” (Clarice). Tal desconforto foi visto como parte da biologia e fisiologia do trabalho de parto, sendo algo tolerável e momentâneo. Contudo, essa “dor boa” - dor que vem de dentro -, da fisiologia das contrações e movimentos uterinos, produz sentidos diferentes da “dor má” - dor que vem de fora³ -, ocasionada pelos(as) profissionais e pela relação institucional (BADINTER, 2011, p. 55). Essa outra dimensão é expressa por Alzira, que considerou a experiência de parir como algo que “não é normal não, aquilo ali é anormal”.

Mas o problema em si é o parto, mulher. Aquilo ali é muito complicado. Quer logo assim o momento que a criança nasça, porque é muito complicado mesmo. Aí a gente vai depender dos médicos, é outra complicação, porque vem um, vem outro, dar aquele toque, é pior ainda [silêncio] A gente vai [pra Maternidade], acha que tem aquela segurança maior, porque tá lá [com] os médicos, só que meu Deus do céu, aí toda hora vem aquele toque, que é pior que a dor. A gente já tá naquela agonia, ainda vem um médico não sei da onde, outro acolá, outro acolá. Aí eu “não, eu só vou quando eu tiver realmente certeza que ela tá mesmo nascendo” (Alzira).

Segundo a vivência de Alzira, a representação da Maternidade como um local ideal para parir, por sua segurança e tecnologias (MOTT, 2002) foi deslocada para a de um ambiente indesejado, mas necessário. Esse itinerário institucional diminuiu a privacidade e autonomia de Alzira, fazendo com que uma dor particular torna-se pública por ser algo “anormal”, atípico (HELMAN, 1994). Um parto que não envolve apenas um trabalho corporal, mas “depende” da disponibilidade dos(as) profissionais de saúde. Uma mulher que se ver cercada de diferentes profissionais – majoritariamente homens - a lhe tocarem “a toda hora”, sem o seu controle ou escolha, ocasionando em desconforto físico e emocional. A estratégia encontrada por Alzira para atenuar essas vivências foi observar mais o seu corpo e dirigir-se para a Maternidade apenas quando considerava serem as últimas horas para o nascimento. Com isso, ficaria menos tempo internada e exposta a procedimentos obstétricos. Ademais, outro modo de evitar essas experiências complicadas e “anormais” do parto, em longo prazo, foi através da *ligação*, dando-lhe um sentimento de “alívio” em não ter que passar novamente por esse percurso hospitalar.

³ Na minha atuação enquanto como profissional da saúde, costumamos utilizar em rodas de conversas os termos “dor que vem de dentro” e “dor que vem de fora” para diferenciar o que é comum sentirem durante o trabalho de parto e o que pode ocasionado pela relação com a equipe de saúde enquanto violência obstétrica, respectivamente.

O aspecto negativo do toque vaginal destacado por Alzira foi mencionado também em pesquisa de Santos e Souza (2009, p. 8), relacionando-se com “sentimento de dor, medo, desinformação, vergonha, constrangimento, desrespeito, violência”. Essa realização de exames vaginais repetida vezes e por diferentes profissionais é uma situação frequente nas Maternidades, mas considerada inadequada, pois poderia ser realizada apenas por um(a) profissional e ter uma frequência menor (OMS, 1996; MAIA, 2010). Tal prática profissional demonstra também limites no diálogo junto à equipe de saúde, na percepção profissional sobre a subjetividade das mulheres e no compartilhamento e consentimento das mulheres com os procedimentos considerados rotinas hospitalares (SENA, 2016).

Já para Clarice, o terceiro e quarto trabalho de parto foram diferentes nos sentidos da dor e no tratamento institucional, sendo estes sinônimos de sofrimento e influenciando em sua decisão por não mais engravidar. Essas suas narrativas, destacam-se dois aspectos: como a expectativa em relação ao atendimento e o cuidado recebido influem sobre a gestação e tipo de parto; e como a medicalização do parto contribui para um ritmo institucional do parto e para uma percepção de dor que objetifica e invisibiliza a voz de mulheres. Em sua vivência de quatro partos normais e avaliação sobre os níveis de dor e assistência em saúde, Clarice considerou que o procedimento nas duas últimas gestações deveria ser diferente, sendo mais intenso o sofrimento físico e institucional nestes partos, além da compreensão diferente da equipe sobre dor e tipo de parto.

[experiência no terceiro parto]

Dele já eu passei muitos dias com dor, ele não saía, não descia, eu não dilatava e por eu já ter tido parto normal, eles [profissionais] queriam que eu tivesse normal de novo e aí eu sofri muito. (Clarice)

[experiência quarto parto]

Por mais que eu tenha ficado muito tempo, que eles me deram remédio pra eu poder ter, que ele não queria sair, porque era muito grande, não queria sair. Aí eles fizeram a mesma coisa, de como eu tenho parto normal, tinha que ter ele normal. Aí me deram remédio, me deram injeção de força [...] Eu acho até também por eu ter tido justamente três filhos normais que eu sei que não vou ter esse, mas como era no mesmo caso daquele eu coloquei na cabeça “ou é isso, ou eu vou morrer”. (Clarice)

As preocupações de Clarice sobre o desenvolvimento de seu trabalho de parto não foram acolhidas. Seguindo a sua avaliação sobre a perspectiva dos(as) profissionais, caberia a ela suportar sozinha a dor de ter mais partos normais, não importando a sua

compreensão sobre o seu corpo. Nesse sentido, o ambiente externo intensificou a dor física e levou a relacioná-la à possibilidade de morrer, caso ela mesma não tome as rédeas da situação. A vivência de parto é qualificada conforme a dinâmica relacional entre a mulher e a equipe. “Todos atuam numa realidade social, tecendo a trama das relações que fazem da dor uma experiência com um significado a ser buscado” (SARTI, 2001, p. 11). A ideia de Clarice sobre a competência dos profissionais de saúde interliga-se a uma compreensão de prática sensível à situação de saúde do outro e que se dedica à “arte de curar” (PINHEIRO, 2006, p. 89). Contudo, essas suas vivências foram para um caminho oposto de suas expectativas diante do sofrimento percebido.

[experiência no terceiro parto]

[...] Eu achei que não cuidaram de mim direito, que foram ignorantes, grosseiras. Aí deixaram eu sofrer muito. Fizeram muita pergunta, mas na hora de ajudar mesmo a gente, não fazia nada [...]. Na hora desse parto, o meu filho quebrou a clavícula e ninguém sabia me dizer como, que eu só vim a saber mesmo depois de quinze dias [...]. E aí eu fiquei mais assim porque, poxa, eu tava na Maternidade, aí eles fazem procedimento danado quando a criança nasce, vão ver se a criança tem isso ou aquilo e não vão ver que a criança tava com a clavícula quebrada? Que quebrou foi lá. Aí eu já fiquei assim mais revoltada com isso, mais um motivo que eu disse que não queria ter filho mais, porque eu não queria mais passar por aquilo ali, sofrer o que eu sofri. [...] Aí eu dizia que não queria ficar só e elas “não, a gente tá bem aqui numa sala, qualquer coisa a gente vem” [menção à fala das profissionais]. “Eu fico chamando e ninguém aparece” [resposta dela para as profissionais de saúde], [...] Às vezes iam lá na frente e metiam só a cara pra ver se o soro tinha acabado, mas não pra ver se eu tava com dor, se eu tava perdendo alguma coisa (Clarice).

[experiência no quarto parto]

[...] Eu achava que eles deveriam tratar a gente melhor, porque a gente já tá com dor, aí eles acham que a gente é uma máquina de parir, aí tem que parir e pronto, né, porque dói. Eles [profissionais] lá como tem filho, sabe que dói. [...] Não gosto de médico, não sou muito fã de ir pra médico, não confio muito neles. Aí eu já tinha isso, já pensava assim. [...] Nem todo mundo eles consideram, fazem as coisas certas, não trabalham com ética (Clarice).

Observa-se que essas narrativas destacam a avaliação sobre o conhecimento técnico-científico e (des)humanização dos profissionais. O sentimento de ausência de cuidado e comprometimento ético para com ela e seu filho, a ênfase no cumprimento de protocolos, questionamentos e horários estipulados sem uma atenção à mulher que pari. Uma imersão em uma lógica institucional que presta assistência para atingir a meta: o nascimento de mais uma criança e não se atenta para o significado de tais ações para a vida de Clarice. Todavia, também teve alguns profissionais com os quais Clarice se sentiu acolhida e apoiada durante o trabalho de parto. “A gente sempre acha algumas

que trata a gente bem e outras que não trata a gente bem [...] ficou conversando comigo, que foi bem legalzinha” (Clarice). Tanto a postura gentil ou a atitude desrespeitosa, normalmente são atribuídas ao “caráter de cada profissional, e nunca à estrutura de poder desigual que regula as relações do processo de parto” (MCCALLUM, REIS, 2006, p. 1487).

Como lembra Sarti (2001, p. 6), “a forma de manifestação da dor precisa fazer sentido para o outro”. A maioria dos profissionais com os quais Clarice teve contato não se aproximam da perspectiva de gênero e/ou de humanização na saúde. Seus relatos são permeados pela organização de serviços de saúde focados na medicalização do parto e em um modelo de assistência tecnocrático. Sob essa ótica, o corpo das mulheres é, por vezes, percebido apenas em sua fisiologia, ocultando a subjetividade (MARTIN, 2006). À estes(as) profissionais, o olhar se volta para o trabalho disciplinar e mecânico na condução de exames, avaliações e registros no prontuário e realizações de algumas intervenções invasivas para atingir resultados em curto prazo (MAIA, 2010). Nesse contexto tecnocrático, no qual a mulher é vista como um corpo-máquina, a autoridade compete ao profissional de saúde (MAIA, 2010). A divergência diante do posicionamento da equipe de saúde faz com que estes reafirmem a relação hierárquica e a posição institucional de cada um, seja direta e verbalmente, nas “grosserias”, ou sutilmente e simbolicamente, ao deixar a mulher sozinha e não atender as suas necessidades.

Como Helman (1994, p. 172) destaca, “as pessoas com dor obterão o máximo de atenção e solidariedade se seu comportamento corresponder à visão social de como fazê-lo se extravasando suas emoções ou modificando sutilmente sua conduta”. Para Clarice, tornar pública a dor e seus sentimentos influíram no tipo de assistência recebida, visto que o comedimento e postura resiliente frente à dor era qualificado por certos profissionais enquanto comportamento adequado para as mulheres no momento do parto. Essa lógica tecnocrática da assistência em saúde corroborou para o sentimento de estar sozinha, a avaliação negativa do parto normal e o desejo por diminuir essa vivência por meio de uma cesariana. A esse sentimento de solidão e objetificação enquanto uma “máquina de parir”, Sena (2016) considera uma violência obstétrica marcada pelo abandono emocional.

O medo intrínseco de uma situação de vulnerabilidade como é o nascimento de um filho, por si só não representou desamparo emocional a essas mulheres. O que, isso sim, representou abandono foi a falta de acolhimento, orientação, esclarecimentos, amparo ou, pelo menos, escuta proveniente da equipe de saúde. [...] Uma forma de anulação mencionada repetidas vezes, como se não fossem dignas de receberem tal acolhimento num momento tão importante e delicado (SENA, 2016, p. 105).

Esse abandono institucional poderia ser atenuado com a garantia da presença de um(a) acompanhante escolhido(a) pela mulher, conforme é seu direito durante o trabalho de parto, parto e pós-parto (BRASIL, 2005). Esse acompanhamento representa um apoio emocional e uma forma de contato familiar em um espaço que lhe é estranho, possibilitando formas de atenuar o medo e ansiedade (BRASIL, 2001). Contudo, mesmo sendo uma conquista das mulheres desde 2005, nem sempre é efetivada. No parto do terceiro filho de Clarice, em 2014, foi permitido que sua irmã a acompanhasse apenas na recepção, “Fiquei sozinha. Lá dentro aonde eu tava esperando pra ter o neném ela não podia” (Clarice). Apenas em seu quarto parto foi permitido a presença de seu marido como acompanhante. Assim, além da dor inerente ao parto, Clarice também vivenciou um sofrimento adicional pela postura profissional que desrespeitava a sua subjetividade e direitos. Dessa forma, a dor e o medo são intensificados e contribuem para não querer ter mais filhos(as).

Além do abandono institucional e a ausência de acompanhante, Clarice relatou algumas práticas de violências verbais, psicológicas e simbólicas (ZANARDO *et al*, 2017), tais como: controlar suas ações e comportamento, constrangimentos, não considerar as suas necessidades e pedidos, culpabilizá-la quando gritava e não conseguia fazer força.

[experiências na terceira gestação]

Falaram que eu já tinha tido partos normais, que eu tava sendo mole, que ‘tu já sabia como é que era, então’ [menção à fala de profissional]. [...] Só chorava com muita suada. Aí eles falavam que ao invés de eu tá chorando, pra mim botar força, pra mim parar. Elas falavam assim: “Para de gritar porque não vai adiantar, tu vai é perder tuas forças, que é pra colocar ele pra fora” [menção à fala de profissional]. [...] Aí elas começavam a sorrir, dizendo que não, que eu não ia morrer não. Aí eu “é, que vocês não tão me ajudando”. Aí elas diziam que quem tinha que me ajudar era eu mesma, parando de chorar e botar só força quando viesse pra mim ter (Clarice).

Essas vivências no momento do parto retratam a contradição presente em nossa sociedade no que tange relações de gênero e maternidade. De um lado, há discursos que valorizam e dignificam o fato da mulher gestar uma vida. Do outro, há práticas que

ocasionam em sofrimento e objetificação da mulher, remontando à frase popular “parirás com dor”. Tais relações de gênero nos sentidos sobre a maternidade foram presentes principalmente na quarta gestação de Clarice, que ocorreu mesmo após realizar a laqueadura, o que afetou bastante a sua vida. Por realizar acompanhamento psicológico no hospital no qual ocorreu o parto e conter no seu prontuário detalhes da situação ocorrida, acreditava que o atendimento seria melhor. Porém, não foi o que ocorreu, passando por mais julgamentos e violência verbal pelo fato de não ter desejado estar gestante: “elas falavam as coisas por causa que eu não aceitava [...] Umam falavam que era ‘dengue’ e ficavam irritadas quando ficava só chamando elas” (Clarice).

Como lembra Scavone (2004, p. 162), “as mulheres não são ouvidas a propósito do que elas sentem e quando são ouvidas não são levadas a sério”. O fato de Clarice não aceitar a gestação imprevista após ter realizado laqueadura e o sentimento de arrependimento pela gravidez era secundarizada por profissionais de saúde, que reiteravam a capacidade reprodutiva de seu corpo e procuravam convencê-la do contrário, não dando espaço para ouvir, compreender e respeitar o sentimento materno (DONATH, 2017).

Como sabiam que eu não aceitava, aí por isso mesmo que me julgavam, só que nunca falavam da minha laqueadura que não funcionou. Só queriam me criticar por eu não aceitar [...]. [Alguns profissionais] diziam que não, que mãe tem que gostar de um filho, independentemente do que seja [...], aí eles falam que filho é um pedaço da gente, que depois eu ia começar a entender isso. Eu falava que eu entendia, só que não é a questão, porque filho é pra sempre, é pra toda a vida e eu não tava podendo ter outro filho (Clarice).

Através desses relatos, percebe-se os regimes de gênero no espaço institucional no que tange a maternidade ao associar a atitude da mulher no trabalho de parto com a sua conduta de “boa mãe”. A insatisfação com uma gravidez apresenta sentimentos que destoam de um padrão de feminilidade que considera o amor materno como inerente às mulheres, sendo algo difícil de ser explicitado publicamente pela mulher e, também, de ter aceitação social e empatia por parte de algumas pessoas (HEILBORN *et al*, 2009). Sob essa ótica profissional, não há espaço para o arrependimento, considerado como uma “violação flagrante das normas afetivas maternas” (DONATH, 2017, p. 128). Tais posturas profissionais refletem um padrão de feminilidade no que tange à afeição materna.

[...] Aos seus olhos, a maternidade e o amor que a acompanha estariam inscritos desde toda a eternidade na natureza feminina. Desse ponto de vista, uma mulher é feita para ser mãe, e mais, uma boa mãe. Toda exceção à norma será necessariamente analisada em termos de exceções patológicas. A mãe indiferente é um desafio lançado à natureza, a anormal por excelência. (BADINTER, 1985, p14, grifos da autora).

Essa organização social, que naturaliza uma forma de sentir, oculta as experiências de arrependimento, silencia as emoções negativas (DONATH, 2017). O amor materno não deve ser compreendida como um dever ou uma atribuição das mulheres com uma conduta pré-estabelecida (ideal de mãe boa/perfeita). Não é uma norma, mas uma construção, cabendo considerar a existência da “multiplicidade de experiências femininas” junto à maternidade (BADINTER, 1985, p.15). Há diversas formas nas quais mulheres se percebem como mães e se relacionam com seus(suas) filhos(as), cabendo ser compreendida com base em seu aspecto relacional (TUCKER *apud* DONATH, 2017).

Encarar a maternidade como uma relação pode nos permitir entendê-la como uma conjunção entre dois indivíduos específicos que mantêm um relacionamento dinâmico e em constante mudança. Essa percepção nos permite deixar de lado as abordagens mecanicistas de acordo com as quais todas as mães deveriam se sentir da mesma maneira no que diz respeito à relação com seus filhos. Assim, poderíamos nos referir à maternidade como parte de um espectro de experiências humanas, em vez de um vínculo unilateral na qual as mães são responsáveis pelos filhos e influenciam sua vida sem serem afetadas por sua maternidade. Visto desse modo, seríamos capazes de examinar o espectro das emoções que implica a maternidade: do amor profundo à profunda ambivalência. E, sim, também arrependimento (DONATH, 2017, p 222).

Concordo com Maia (2010, p. 37) ao destacar que “no modelo tecnocrático de assistência ao parto, só há duas alternativas para a parturiente: um parto vaginal traumático, pelo excesso de intervenções desnecessárias, ou uma cesárea”. Por vezes, para Alzira e Clarice, o ato de parir foi “dominado pelo medo, solidão e dor, em instituições que deslegitimam a sexualidade e a reprodução de mulheres consideradas subalternas” (MATTAR, DINIZ, 2012, p. 112). Neste cenário de violências simbólicas e físicas, qual mulher desejaria experienciar novamente o parto? Considerando o fato de já serem mães, tais violências obstétricas corroboraram nas intenções de não querer passar por aquela situação novamente, não querer ter mais filhos(as), motivando, assim, a realizarem a laqueadura.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A vivência dessas mulheres foi marcada pela medicalização do parto e por uma postura tecnicista de alguns profissionais. Neste modelo de assistência em saúde, a subjetividade feminina é ofuscada pelo conhecimento técnico-científico, delineando relações institucionais predominantemente assimétricas e hierárquicas. Além disso, a compreensão social e cultural sobre feminilidades destes(as) profissionais também influíram no cuidado em saúde, principalmente em relação à tolerância de dor das mulheres e sobre os sentidos da maternidade. O conjunto de violências obstétricas relaciona-se com a medicalização do parto e com as relações de gênero, uma vez que o parto é uma experiência específica feminina, mas a forma de entendimento sobre a dor da mulher passa por significados sociais e culturais. Conforme as narrativas, o sofrimento intensificado pela hospitalização derivou também de como estes(as) profissionais percebem as mulheres, ponderando que podem ser vistas como culpadas e/ou vítimas pela sua biologia, tendo que assumirem postura de aceitação e resiliência em relação às dores. Além disso, a compreensão de alguns(as) profissionais sobre o amor materno como natural e inerente a todas as mulheres vai de encontro ao arrependimento pela gestação, ocultando a percepção das mulheres e reiterando a normativa social de mãe incondicionalmente amável e responsável.

Mesmo com parâmetros legais e normativas institucionais direcionadas para uma assistência mais respeitosa e baseada no protagonismo da mulher, a realidade de alguns serviços de saúde em Teresina (PI), na experiência dessas mulheres, ainda remeteu a limites na efetivação de princípios que norteiam a organização da rede de saúde materno-infantil, um olhar direcionado para as relações de gênero. O fornecimento de uma atenção à saúde adequada às necessidades das mulheres é fundamental, cabendo, desse modo, a ampliação da mudança de posturas em prol da humanização no parto em respeito aos diversos sentidos produzidos no nascimento. Além disso, posturas profissionais e práticas institucionais carregam regimes de gênero e influem na trajetória de mulheres, sendo importante o fortalecimento da desconstrução dos padrões de gênero sobre feminilidades e maternidade contra a violência obstétrica.

REFERÊNCIAS

BADINTER, E. **Um amor conquistado**: o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BADINTER, E. **O conflito**: a mulher e a mãe. Rio de Janeiro: Record, 2011.

BOLÍVAR, A. Dimensiones epistemológicas y metodológicas de la investigación (auto)biográfica. IN: ABRAHÃO, M.H.M.B.; PASSEGGI, M. da C. **Dimensões epistemológicas e metodológicas da pesquisa (auto)biográfica**: Tomo I. Natal: EDUFRN; Porto Alegre: EDIPUCRS; Salvador: EDUNEB, 2012.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Área Técnica de Saúde da Mulher. **Parto, aborto e puerpério**: assistência humanizada à mulher/ Ministério da Saúde, Secretaria de Políticas de Saúde, Área Técnica da Mulher. – Brasília: Ministério da Saúde, 2001.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Humanização do parto e do nascimento**. Universidade Estadual do Ceará. – Brasília: Ministério da Saúde. (Cadernos HumanizaSUS v. 4), 2014.

CONNEL, R. **Gênero em termos reais**. São Paulo: nVersos, 2016.

DINIZ, C. S. G. Humanização da assistência ao parto no Brasil: os muitos sentidos de um movimento. **Ciênc. saúde coletiva** v.10 n.3 Rio de Janeiro jul./set. 2005.

DONATH, O. **Mães arrependidas**: uma outra visão da maternidade. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2017.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Editora WMF, 2010.

FRASER, H. Doing Narrative Research: Analysing Personal Stories Line by Line. **Qualitative Social Work**. Vol. 3(2): 179–201, 2004. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/240698235_Doining_Narrative_Research_Analysing_Personal_Stories_Line_by_Line. Acessado em: 10 jan. 2018.

HELMAN, C.G. Dor e cultura. IN: **Cultura, saúde e doença**. 2ª ed. Porto Alegre: Artes médicas, 1994.

HEILBORN, M. L. *et al.* Assistência em contracepção e planejamento reprodutivo na perspectiva de usuárias de três unidades do Sistema Único de Saúde no Estado do Rio de Janeiro, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, p. 269-278, 2009. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2009001400009>. Acessado em: 22 nov 2018.

MAIA, M.B. **Humanização do parto**: política pública, comportamento organizacional e ethos profissional. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010.

MARTIN, E. **A mulher no corpo**: uma análise cultural da reprodução. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

MATTAR, L. D; DINIZ, C. S. G. Hierarquias reprodutivas: maternidade e desigualdades no exercício de direitos humanos pelas mulheres. **Interface- Comunic., Saude, Educ.**, v.16, n.40, p.107-19, jan./mar. 2012.

MCCALLUM, C; REIS, A. P. dos. Re-significando a dor e superando a solidão: experiências do parto entre adolescentes de classes populares atendidas em uma maternidade pública de Salvador, Bahia, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 22(7):1483-1491, jul, 2006.

MOTT, M. L. Assistência ao parto: do domicílio ao hospital (1830-1960). **Proj. Historia**. São Paulo, dez, 2002.

OMS. **Boas práticas de atenção ao parto e ao nascimento**. 1996.

PINHEIRO, R. As Práticas do Cotidiano na Relação Oferta e Demanda dos Serviços de Saúde: um Campo de Estudo e Construção da Integralidade IN: PINHEIRO, R.; MATTOS, R.A. de (orgs). **Os sentidos da integralidade na atenção e no cuidado à saúde**. Rio de Janeiro: UERJ, IMS: ABRASCO, 2006.

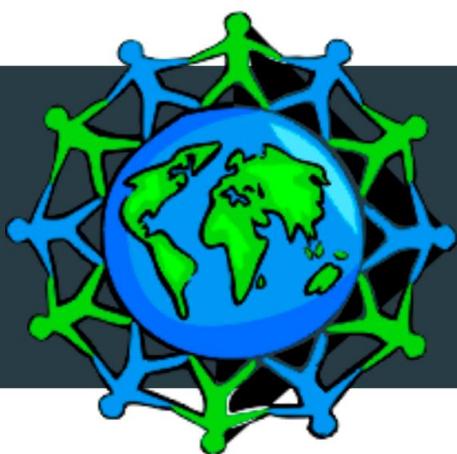
SANTOS, A. A. P. dos; SOUZA, K. R. F. de. O sentimento do toque vaginal para parturiente durante a assistência no pré-parto. **VI congresso brasileiro de enfermagem obstétrica e neonatal**. 24 à 26 de junho de 2009.

SARTI, C.A. A dor, o indivíduo e a cultura. **Saúde e Sociedade** 10(1):3-13, 2001
Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/sausoc/2001.v10n1/3-13/pt>

SCAVONE, L. **Dar vida e cuidar da vida**. São Paulo: UNESP, 2004

SENA, L. M. **“Ameaçada e sem voz, como num campo de concentração.”** A medicalização do parto como porta e palco para a violência obstétrica. Tese. Florianópolis, Santa Catarina, 2016.

ZANARDO, G. L. P. et al. Violência obstétrica no Brasil: uma revisão narrativa. **Psicologia & Sociedade**, 2017, p. 1-11.



Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI

III SINESPP

20 a 24
OUTUBRO
2020

SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS
Democracia, desigualdades sociais e políticas públicas no capitalismo contemporâneo

EIXO TEMÁTICO 9 | QUESTÕES DE GÊNERO, RAÇA/ETNIA E GERAÇÃO

O TRABALHO DE CUIDADO E O SERVIÇO DE ACOLHIMENTO FAMILIAR

CARE WORK AND FOSTER CARE

Natalia da Silva Figueiredo Lizcano¹

RESUMO

O presente trabalho coloca em evidência a função do cuidado para a reprodução social e reconhece, ao dar visibilidade, que, apesar das transformações familiares na atualidade, os pressupostos tradicionais sobre famílias e atribuições de gênero continuam orientando as relações de mercado e a centralidade das políticas sociais, sendo necessário sua problematização no campo da política de assistência social.

Palavras-Chaves: Famílias; Gênero; Cuidado.

ABSTRACT

The present work highlights the role of care for social reproduction and recognizes, by giving visibility, that, despite family transformations today, traditional assumptions about families and gender attributions continue to guide market relations and the centrality of policies and its problematization in the field of social assistance policy is necessary.

Keywords: Families; Genre; Care.

INTRODUÇÃO

Cuidar ou ser cuidado constitui tema central na vida das pessoas. É uma necessidade ontológica de todo ser humano, desde o nascimento até o envelhecimento, permeando o seu desenvolvimento, sobrevivência e bem-estar, tendo em vista que se

¹ Assistente Social. Mestre em Serviço Social (PPGSS/UERJ). Doutoranda em Serviço Social (PPGSS/UERJ). Bolsista CAPES. Diretora do Conselho Regional de Serviço Social (CRESS/RJ). Contato: nathyfigui@hotmail.com

reconhece que toda e qualquer pessoa em algum período da vida precisa de cuidados. Com diferentes significações e responsabilidades, as noções do ato de cuidar estão associadas à produção e a reprodução social. Nas funções do cotidiano, inserida na divisão sexual do trabalho, geralmente realizada por mulheres, para atendimento direto ou de apoio ao bem-estar das pessoas, a atividade é conhecida por expressões como *care*, ou cuidado (sua tradução no português). Está relacionado a demandas societárias e a práticas pertinentes e de responsabilidade das políticas públicas, como cuidar da saúde, educação, de serviços ligados à proteção e ao bem-estar social.

Segundo Zola (2016) o cuidado é uma prática que caracteriza o cotidiano das relações familiares, profissionais e de poder público, e têm ênfase, para sua execução, na identidade feminina. Pode ser realizado no âmbito familiar, fundado no amor e no trabalho não remunerado, ou no domínio público, sendo remunerado ou, quando reconhecido em sua demanda social, operacionalizado e custeado pelos serviços públicos.

Nas sociedades pré-fabris, a comunidade e a família eram as responsáveis pela proteção das pessoas e pelos cuidados, pela aprendizagem, transmissão de conhecimentos e valores para as crianças. Na sociedade capitalista, a combinação e a dinâmica social entre a família, mercado e Estado têm a função de sustentar a proteção social e os cuidados dos indivíduos, sendo o valor do trabalho, com interesses e oportunidades distintas, responsável pela produção e reprodução das desigualdades de acesso social aos bens e serviços, o que demanda novas regulações sociais. Podemos pontuar ainda as transformações societárias, a crescente inserção feminina no trabalho produtivo, as mudanças nas composições familiares, o aumento de famílias monoparentais, dentre outras mudanças, conflita com a naturalizada capacidade funcional das famílias para os cuidados de seus membros.

As políticas públicas elegem a família como parceira privilegiada para atingir seus resultados, mas se fundamentam no modelo tradicional e sobrecarregam as funções familiares com os cuidados de crianças, idosos e enfermos. Segundo Tavares (2015), a família vem sendo pensada pelo Estado a partir do parâmetro da divisão sexual do trabalho, apresentando uma enorme cisão entre a esfera produtiva e reprodutiva e centrada em atribuições e atividades vinculadas a essencialização e generificação dos sexos masculino e feminino. Além disso, as responsabilidades que deveriam ser

assumidas pelo Estado acabam sendo transferidas para as famílias, principalmente no que diz respeito à superação das seqüelas da questão social, que “deve ser de responsabilidade de todos”. Difunde-se a ideia de que a sociedade civil é corresponsável pelo bem comum, pelo coletivo, possuindo deveres em uma sociedade democrática e de direitos, devendo partilhar o compromisso com o bem comum e com a necessária tarefa de promover equidade e justiça social” (Brandt de Carvalho, 2008, p.3).

Temos pautado o discurso da cidadania, da qualidade e humanização dos serviços, construído por meio de normativas e instrumentalidades oficiais, paradoxalmente calcadas na naturalização da solidariedade familiar, produtora de afetos, e na transmissão de conhecimentos e tecnologias de cuidados atribuídos à família – sempre em nome do superior interesse da criança e da convivência familiar e comunitária.

Diante deste cenário, nos chama atenção à temática do cuidado destinado a crianças e adolescentes em situação de “vulnerabilidade social”, acolhidos pelo Serviço de Famílias Acolhedoras (SAF). Serviço voluntário, ou seja, não remunerado, ligado as “relações afetivas, baseado na aptidão para o cuidado com crianças e adolescentes” (Brasil, 2012) e na pseudo disponibilidade de tempo das mulheres para se dedicar a família.

O serviço de família acolhedora, ou acolhimento familiar, é uma medida protetiva prevista em lei, excepcional e provisória, destinada a prestar o cuidado por um período indeterminado, de crianças e adolescentes que se encontram em situação de “vulnerabilidade social”, afastados de sua família de origem e comunidade. As famílias acolhedoras são compostas de pessoas da sociedade civil, em sua maioria movidas pelo ideário de solidariedade, que assumem juridicamente os cuidados de crianças e adolescentes, em suas residências, para que estas não sejam encaminhadas para os abrigos e posteriormente retornem a família de origem ou sejam encaminhadas para família substituta nos moldes de adoção. Embora seja um serviço destinado a execução do cuidado por famílias – seja ela de qualquer arranjo – encontramos principalmente a presença solitária das mulheres em todas as fases de execução do serviço.

Diante do exposto, buscamos contribuir para o debate em torno das articulações entre trabalho, famílias e gênero, destinadas ao desempenho dos cuidados como forma de proteção social, buscando dar visibilidade a essa temática, tão

importante e abordada timidamente no Serviço Social, bem como para o próprio serviço de acolhimento familiar e suas famílias cadastradas, executoras do serviço.

2 DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO – UMA ANÁLISE NECESSÁRIA

A separação espaço/tempo entre trabalho produtivo e trabalho reprodutivo situa-se com a ordem social capitalista. Segundo Kergoat (2002) é possível observar do ponto de vista histórico que a “estruturação atual da divisão sexual do trabalho surgiu simultaneamente ao capitalismo” (p.234) e que a relação do trabalho assalariado não poderia se estabelecer na ausência do trabalho doméstico. Mesmo partindo do pressuposto de que anterior ao capitalismo houve outras formas de divisão do trabalho entre homens e mulheres, essa divisão estava marcada por outra relação entre produção e reprodução, pois a divisão que se expressa nesse sistema está diretamente relacionada “à formação social capitalista, na qual a força de trabalho é vendida como mercadoria e o espaço doméstico passa a ser uma unidade familiar e não mais uma unidade familiar e produtiva” (Ávila, 2015, p. 19).

De um ponto de vista histórico, a estruturação atual da divisão sexual do trabalho (trabalho assalariado/trabalho doméstico; fábrica, escritório/família) apareceu simultaneamente com o capitalismo, a relação salarial só podendo surgir com a aparição do trabalho doméstico (deve-se notar que a passagem que esta noção de trabalho doméstico não é a-histórica nem transistórica; ao contrário, sua gênese é datada historicamente). Do nascimento do capitalismo ao período atual, as modalidades desta divisão do trabalho entre os sexos, tanto no assalariamento quanto no trabalho doméstico, evoluem no tempo de maneira concomitante às relações de produção (Kergoat, 1989, p. 95).

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social que decorre das relações sociais entre os sexos – é fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre eles - sendo modulada histórica e socialmente, e reestruturando relações anteriores de dominação patriarcal entre homens e mulheres. É fruto de uma construção sócio-histórica, com nítido caráter econômico e de classe sobre a exploração e opressão da mulher. Vejamos:

A divisão sexual do trabalho tem por características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva, como também simultaneamente, a captação pelos homens das funções com forte valor social agregado (políticos, religiosos, militares etc.) (Hirata, Kergoat, 2007, p.596).

Esta forma de divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o princípio da separação (há trabalhos de homem e trabalhos de mulher) e o princípio hierárquico (um trabalho de homem ‘vale’ mais que um trabalho de mulher). De acordo com Hirata e Kergoat falar de divisão sexual do trabalho é:

I – mostrar que essas desigualdades são sistemáticas e 2 – articular essa descrição do real como uma reflexão sobre os processos mediante os quais a sociedade utiliza essa diferenciação para hierarquizar as atividades, e, portanto os sexos, em suma, para criar um sistema de gênero (Hirata, Kergoat, 2007, p. 596).

Esses princípios se encontram em todas as sociedades conhecidas, variam no tempo e no espaço, e podem ser aplicados por um processo de legitimação, reduzindo as práticas sociais a papéis sociais sexuados que remetem a naturalização da espécie (Hirata, Kergoat, 2007). São sustentados por estruturas materiais e simbólicas, sendo determinante na configuração das relações sociais entre homens/produção/esfera pública e mulheres/reprodução/espaço privado, conferindo a primeira como sendo da ordem da cultura e a segunda da ordem da natureza, com divisão de tarefas que respondem a tal representação.

Entretanto não significa que a divisão sexual do trabalho seja um dado imutável, tendo modalidades que variam grandemente, como por exemplo, a concepção de trabalho reprodutivo, o lugar que as mulheres ocupam no trabalho mercantil, evoluindo constantemente. O que permanece estável é a distância que separa os grupos de sexo.

A categoria divisão sexual do trabalho aponta para análise destas determinações, desvelando o real, que são trasmutadas e irrazadas como fenômenos inatos. Permite realizar a reflexão da naturalização da subalternidade das mulheres nesta sociedade, e dos papéis invisivelmente por elas desempenhados - e que aprendemos a considerar neutro e inquestionável - ou nas palavras de Lobo (1991) categorias “sexualmente cegas” (p. 143).

(...) a problemática da divisão sexual do trabalho se inscreve na grande tradição da sociologia que é precisamente de ir além das aparências, além do senso comum, para mostrar que o que é percebido como ‘natural’ por uma sociedade, o é unicamente porque a codificação social é tão forte, tão interiorizada pelos atores, que ela se torna invisível: o cultural torna-se a evidência, o cultural se transmuta em natural (Kergoat, 1989, p. 118).

Deste modo, a divisão sexual do trabalho não remete a um pensamento determinista, pelo contrário, trata-se de pensar dialéticamente entre o que evolui e

permanece, trazendo a tona fenômenos da reprodução social, questionando suas novas configurações que tendem a agudizar a existência desta divisão.

Importante ressaltar que para Hirata e Kergoat (2007) conceito de divisão sexual do trabalho deveria ir além da constatação das desigualdades entre homens e mulheres, sendo necessário repensar o “próprio trabalho”, tendo como idéia o trabalho doméstico como "trabalho" e merecia ser analisado. Como afirma Mackintosh (1984) "a divisão sexual do trabalho não está limitada à esfera do trabalho assalariado (...) é também um fato contínuo e, freqüentemente age em detrimento das mulheres" (p.5).

Destarte, concordamos com Gama (2014) quando a autora afirma que as categorias de gênero não são imutáveis, a-históricas, fixas, mas devem ser pensadas em sua totalidade que abarque a complexidade das práticas sociais masculinas e femininas no interior das relações sociais, que dizem respeito além do gênero, às relações de classe social, de raça/etnia como elementos explicativos fundamentais da realidade social. Torna-se necessário não pensar isoladamente, mas ao contrário, esforçar-se para problematizar conjuntamente, em termos de complexidade e de coextensividade as relações sociais fundamentais.

No atual contexto, o trabalho do cuidado recoloca tal debate de maneira intensa e aponta novas questões sobre esta divisão. Destarte apontaremos no próximo ítem como os autores tem permeado esta temática. Abordando o cuidado enquanto trabalho, que possui "o intuito de auxiliar as necessidades primárias dos indivíduos que se encontram incapacitados para realizá-las em determinados períodos ou por toda a vida" (Gouveia, 2016, p. 282).

3 DISCUTINDO O TRABALHO DO CUIDADO

O termo care é dificilmente traduzível, porque é polissêmico. Traduzido para o português significa cuidado, solicitude, preocupação com o outro, atenção as suas necessidades (Hirata, 2010).

Cuidado não é algo novo. O conceito de cuidado foi sendo construído de forma progressiva a partir da observação de práticas cotidianas que mostravam a complexidade dos arranjos que permitiam cobrir as necessidades de cuidado e bem-estar. Representa um avanço considerá-lo enquanto atividade distinta do trabalho doméstico, uma vez que define um campo de investigações e de intervenção social "con

sus actores, sus instituciones, sus formas relacionales, un campo que se sitúa em la intersección entre las familias y las políticas sociales" (Aguirre, 2009, p.4).

Aguirre (2009) concebe o cuidado como atividade feminina, geralmente não remunerada, sem reconhecimento ou valorização social. Compreende tanto o cuidado material, como o imaterial que implica vínculo afetivo, emocional e sentimental. Supõe um vínculo entre quem cuida e quem é cuidado. Baseia-se no relacional e não somente em uma obrigação jurídica estabelecida por lei, mas também emoções que se expressam nas relações familiares, ao mesmo tempo em que contribuem para construí-las e mantê-las.

Pode ser realizado de forma remunerada ou não, como conseqüência de escolhas políticas, valores culturais e do regime de gênero imperante (Gama, 2014). E, mesmo fora do marco familiar, o trabalho de cuidados está marcado pela relação do serviço com um caráter de proximidade.

El cuidado es el resultado de muchos actos pequeños y sutiles, conscientes o inconscientes que no se pueden considerar que sean completamente naturales o sin esfuerzo...Así nosotras ponemos en el cuidado mucho más que naturaleza, ponemos sentimientos, acciones, conocimiento y tiempo (Aguirre, 2009, p.4).

Inclui o cuidado direto às pessoas como alimentá-las e limpá-las. Cuidado indireto que reflete na responsabilidade da supervisão das necessidades do cuidado de outra pessoa, mas sem interagir diretamente. E serviços de suporte tais como cozinhar e limpar que provê as condições para o cuidado mais direto (Razavi, Staab, 2008, p.5).

Aguirre (2009) ressalta ainda que o cuidado proporcionado a crianças e adolescentes existe a um caráter de obrigação e uma fonte de gratificação. Exige-se um esforço mental, emocional, físico, ações, conhecimento e tempo para cumprir com essa responsabilidade. No entanto, embora tenha um enorme grau de responsabilidade, tem-se a gratificação por estar dispondo seu tempo para uma pessoa em desenvolvimento, que depende do cuidado do outro.

O cuidado foi reconhecido por Thomas (2011) como a prestação remunerada e não remunerada de trabalho e afeto, realizado geralmente por mulheres, tendo como receptores crianças, pessoas adultas dependentes e também os não dependentes. São prestados na esfera doméstica e pública, em diversos espaços institucionais, especialmente nas atividades de serviços sociais e atenção à saúde.

Tronto (1997) destaca que o ato de cuidar é uma atividade regida pelo gênero tanto no âmbito do mercado como na vida privada. Cuidar implica responsabilidade e compromisso contínuo, "é assumir uma carga" (p.188), uma vez que quando uma pessoa cuida de alguém, está disposta a trabalhar, se sacrificar, gastar dinheiro, mostrar envolvimento emocional e despende energia em relação a quem cuida. Sendo assim, o ato de cuidar é necessariamente relacional.

Podemos distinguir "cuidado com" de "cuidar de" com base no objeto dos cuidados. "Cuidado com" refere-se a objetos menos concretos; caracteriza-se por uma forma mais geral de compromisso. "Cuidar de" implica um objeto específico, particular, que é o centro dos cuidados. As fronteiras entre essas duas formas de cuidado não são nítidas como essas afirmações fazem subentender. Todavia, a distinção é útil para revelar algo sobre a maneira como pensamos sobre cuidados em nossa sociedade, porque se ajusta à forma como ela define os cuidados de acordo com o gênero (Tronto, 1997, p.188).

"Cuidar de" envolve a resposta de necessidades concretas e particulares, físicas, espirituais, intelectuais, emocionais, entre outros e está localizado especialmente na família.

Segundo Mioto (2010) é justamente através do campo do cuidado que são articuladas diferentes estratégias de imposição ou transferência dos custos do cuidado às famílias, culminando em custos de natureza financeira, emocional e principalmente do trabalho.

Embora a família tenha se distanciado do ideal burguês na sua organização, ainda são mantidas as mesmas expectativas sobre o seu papel e suas responsabilidades enquanto arranjo de proteção e cuidados dos indivíduos, tendo a compreensão de que a família é o lócus de atuação da mulher e o mercado de trabalho o lócus de atuação do homem, mesmo com toda mudança de sociabilidade, e homens e mulheres estarem presentes em ambos os espaços. Historicamente temos destinados os cuidados de crianças e adolescentes para as mulheres com o discurso imbuído de características como qualidade inata ou habilidade adquirida, sendo naturalizadas, arraigadas e perpetuadas através do mito do amor materno.

O cuidado de pessoas em "vulnerabilidade" teve seu reforço sob a égide da desinstitucionalização, da Política de Assistência Social (PNAS), que ofereceu suporte para a inserção da família na ênfase da solidariedade e do cuidado humanizado a quem

precisa principalmente crianças e idosos que necessitam de cuidado intensivo, mas são incapazes de realizar tais tarefas.

Interessante observar que embora o Serviço de Família Acolhedora seja destinado para a execução de famílias compostas por pessoas de ambos os sexos, independente do estado civil, encontramos as mulheres como elemento de destaque. Concordamos com Freitas, Braga e Barros (2010), quando as autoras apontam que as políticas sociais dirigidas os idosos, enfermos, doentes mentais e crianças e adolescentes, tomam como pressuposto a presença de alguém em casa para cuidar, e esse lugar é "naturalmente identificado" com a mulher, aquela que está e fica em casa.

4 O SERVIÇO DE FAMÍLIA ACOLHEDORA

O acolhimento familiar é uma modalidade de atendimento prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente, destinado a atender crianças e adolescentes, que precisam ser afastados de sua família de origem, em caráter provisório e excepcional, e são acolhidas no seio de outra família, que são selecionadas, capacitadas e acompanhadas por Equipe Técnica do serviço. Tem como objetivo o posterior retorno à família de origem ou a colocação em família extensa ou substituta. Segundo a legislação, propicia o "atendimento em ambiente familiar, garantindo atenção individualizada e convivência comunitária, permitindo a continuidade da socialização da criança e do adolescente" (BRASIL, 2012). Trata-se de "uma prática mediada por uma autoridade, com um plano de intervenção definido, administrada por um serviço através de recursos disponíveis, conforme política pública estabelecida" (Cabral, 2005, p.10-11), tendo o Estado como mediador e executor desse processo.

As Orientações Técnicas para Serviços de Acolhimento prevêm que "toda criança e adolescente tem direito a viver num ambiente que favoreça seu processo de desenvolvimento, que lhe ofereça segurança, apoio, proteção e cuidado" (BRASIL, 2012, p.26). Mediante esta premissa o acolhimento deverá ser prestado pelas famílias, com cuidado humanizado e de qualidade, condizentes com os direitos, as necessidades físicas, psicológicas e sociais das crianças e adolescentes acolhidas.

Tais cuidados perpassam atividades como o limpar, alimentar, socializar, acompanhar em toda e qualquer necessidade, seja escolar ou médica; bem como o "cuidado tecnificado", onde podemos citar a participação nos atendimentos técnicos

semanais a nível de acompanhamento da medida protetiva e a capacitação na gerência do cuidado seja no domicílio ou reuniões mensais. Um cuidado semanal, voluntário, 24 horas por dia, sem direito a licença ou férias, cujo término depende da duração do processo de cada caso.

Embora o nome do serviço em sua normativa nacional, seja "Família Acolhedora", podemos observar outra referência na execução do serviço. A realidade demonstra que embora a criança ou adolescente esteja sob a responsabilidade jurídica da família, independente do arranjo, que pode ser composta por homens e mulheres; são as mulheres a referência em todas as fases de execução do serviço, ou como popularmente são chamadas "Mães Acolhedoras". O que acarreta um caráter feminizado para a medida protetiva, tendo em vista a sua "idoneidade para o cuidado da vida" em sua vertente subjetiva de afetos, relações e segurança social.

5 CONCLUSÃO

O presente trabalho coloca em evidência a função do cuidado para a reprodução social e reconhece, ao dar visibilidade, que, apesar das transformações familiares na atualidade, os pressupostos tradicionais sobre famílias e atribuições de gênero continuam orientando as relações de mercado e a centralidade das políticas sociais.

O trabalho de cuidado identifica uma dimensão econômica não contabilizada, bem como um sistema de gênero na família, compartilhando desigualmente entre os membros. Desta forma é importante compreendermos qual é a concepção de cuidado adotada pelas diretrizes da política pública e problematizarmos o trabalho do cuidado no campo da política de assistência social.

Ressaltamos que não pretendemos analisar a efetividade e eficácia do serviço, até mesmo porque já está comprovada cientificamente: uma criança ou adolescente cuidado de forma integral nestas famílias alcançam um grau de desenvolvimento maior do que os cuidados em grupo como nos abrigos. No entanto, concordamos com Tronto (1997) que o ato de cuidar envolve um empenho de tempo, e esforço que para se efetivar, pode custar um alto preço para o ser. Assim, não podemos simplesmente traduzir o ato de cuidar como uma noção romântica de abnegação. Destarte, o que pretendemos neste trabalho é dar visibilidade a concepção de mulheres e de cuidado,

reproduzidos por meio da execução do serviço e abrir caminhos para esta problematização tão necessária.

REFERÊNCIAS

AGUIRRE, R. **Famílias como provedoras de servicios de cuidados**. Universidad de la República. Montevideo, Uruguay. Mimeo. 2007.

ÁVILA, M. B. Reflexões sobre a divisão sexual do trabalho. IN: **Feminismo e Gênero: desafios para o Serviço Social**. TEIXEIRA, Marlene. ALVES, Maria Elaene Rodrigues (organizadoras) – Brasília: Editorial Abaré, 2015.

BILAC, E. D. Família: algumas inquietações IN: **A Família Contemporânea em debate**. CARVALHO, Maria do Carmo Brant de (org). São Paulo: Editora Cortez, 2006.

BRANDT DE C. M. do C. **A ação em rede na implementação de políticas e programas sociais públicos**. 2008. Disponível em: www.redesa-bara.org.br. Acesso em: 10 de agosto de 2012.

_____, Maria do Carmo. **Famílias e políticas públicas**. IN: págs 267-274.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Combate à fome. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília: MDS, 2004.

CABRAL, C. (org). **Acolhimento familiar: experiências e perspectivas**. Rio de Janeiro: ABNT. 2005.

CARLOTO, C. M. Programa Bolsa Família, cuidados e uso do tempo das mulheres. IN: **Familismo, direitos e cidadania: contradições da política social**. MIOTO, Regina Célia Tamasso; CAMPOS, Marta Silva; CARLOTO, Cássia Maria (orgs). São Paulo: Cortez, 2015.

CONANDA, **Orientações Técnicas para Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes**. 2012.

FREITAS, R.; BRAGA, C. e BARROS, N. Famílias e Serviço Social – algumas reflexões para o debate. IN: **Famílias: praticas sociais e conversações contemporâneas**. Rio de Janeiro. Ed. Lumen Juris. 2010.

GAMA, A. de S. **Trabalho, família e gênero: impactos dos direitos do trabalho e da educação infantil**. São Paulo. Cortez, 2014.

GOUVEIA, R. P. Trabalho, cuidado e sociabilidade: contribuições marxianas para o debate contemporâneo. IN: **Serviço Social e Sociedade**. n. 126, p. 281-301. São Paulo. 2016.

HIRATA, H. Teorias e Práticas do Care: estado sucinto da arte, dados de pesquisa e pontos de debate. IN: **Cuidado, Trabalho e autonomia das mulheres**. FARIA, Nalu; MORENO, Renata (org). Cadernos Sempre Viva. n. 2, p.42-56. São Paulo. 2010.

HIRATA, H; KERGOAT, D. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho**. IN: Cadernos de Pesquisa, v. 37, n.132, p.595-609, set/dez. 2007.

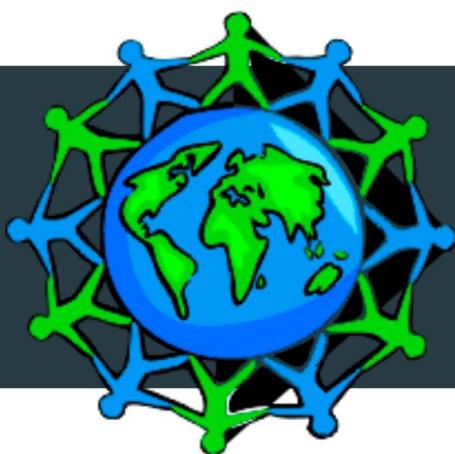
LOBO, E. S. **A classe trabalhadora tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência**. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura e Brasiliense, 1991.

TEIXEIRA, S. M. Política Social Contemporânea: a família como referência para as políticas sociais e para o trabalho social. IN: **Familismo, direitos e cidadania: contradições da política social**. MIOTO, Regina Célia Tamasso; CAMPOS, Marta Silva; CARLOTO, Cássia Maria (orgs). São Paulo: Cortez, 2015.

THOMAS, C. **Desconstruyendo los conceptos de cuidados. El Trabajo de Cuidados: história, teoria y políticas**. Madrid: Catarata, 2011.

TRONTO, J. Mulheres e cuidados: o que as feministas podem aprender sobre a moralidade a partir disso? IN JAGGAR, Alison M.; BORDO, Susan R (orgs). **Gênero, corpo, conhecimento**. Tradução Rosa dos Tempos, Rio de Janeiro: Record, 1997. Coleção Gênero 1.

ZOLA, M. B. O trabalho do cuidado e o care social. IN: **Política de Assistência Social e temas correlatos**. Ed. Papel Social. 2016.



Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI

III SINESPP

20 a 24
OUTUBRO
2020

SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS
Democracia, desigualdades sociais e políticas públicas no capitalismo contemporâneo

EIXO TEMÁTICO 9 | QUESTÕES DE GÊNERO, RAÇA/ETNIA E GERAÇÃO

O LUGAR DA CRIANÇA NA HISTÓRIA: caminhos para a (des) proteção?

Mayara Simon Bezerra¹

Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira²

Maria Cristina Piana³

RESUMO

A criança nem sempre foi vista e pensada como conhecemos atualmente, com a busca das garantias e direitos inerentes à todos os seres humanos; a compreensão e o sentimento pela infância ainda é algo novo e recente quando colocado na história da humanidade. Um longo caminho teve que ser trilhado, para que a infância fosse reconhecida como uma parte importante no desenvolvimento da criança. Neste artigo abordamos marcos dessa história, desde a Idade Média ao século XX, considerado este um dos mais importantes em relação à infância, pois é a partir daqui que ela começa a ser pensada e reconhecida.

Palavras-Chaves: Infância; Criança; Direitos.

ABSTRACT

The child was not always seen and thought as we know it today, with the search for guarantees and rights inherent to all human beings; understanding and feeling for childhood is still something new and recent when placed in the history of mankind. A long way had to be taken, so that childhood was recognized as an important part in the child's development. In this article we approach milestones in this history, from the Middle Ages to the 20th century, which is considered one of the most important in relation to childhood, since it is from here that it begins to be thought and recognized.

Keywords: Childhood; Child; Rights.

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual Paulista UNESP – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais/Câmpus de Franca-SP. Bolsista CAPES Demanda Social. Professora do curso de Serviço Social do Centro Universitário da Fundação Educacional de Barretos (UNIFEB). E-mail: mayarasimonbe@yahoo.com.br

² Professora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual Paulista UNESP – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais/Câmpus de Franca-SP e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI/Câmpus de Teresina. E-mail: cirleneoliveira@terra.com.br

³ Professora da Pós-Graduação em Serviço Social e do curso de Serviço Social da Universidade Estadual Paulista UNESP – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais/Câmpus de Franca-SP. E-mail: cristina.piana@unesp.br

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo apresentar parte dos resultados da pesquisa de mestrado em Serviço Social defendida em 2017, o recorte da pesquisa, para a elaboração deste trabalho, foi o estudo bibliográfico, em que tivemos como base o materialismo histórico dialético.

Discorreremos sobre a história da criança na humanidade, a concepção dos adultos e sociedade sobre esta, até chegarmos aos dias atuais, nos quais a criança é vista como sujeito de direitos. Partimos do contexto histórico da Idade Média, onde a criança era vista como um mini adulto e a infância era considerada uma fase passageira. Abordamos a cronologia do século XII ao XX, com destaque para algumas conquistas e fatos considerados importantes para a infância. Realizamos uma breve exposição da situação da infância no mundo (índices de mortalidade infantil), o que nos impulsiona a refletir e questionar se realmente caminhamos e estamos efetivando a proteção integral para nossas crianças.

2 A CRIANÇA NA HISTÓRIA: de mini adultos à sujeitos de direitos

Quando falamos em criança nos dias de hoje, temos consciência que esta é sujeito de todos os direitos inerentes à pessoa humana, protegida por leis, decretos, normas e convenções realizadas com a intenção da garantia do desenvolvimento saudável e seus direitos. Apesar dessa intencionalidade e das ações inerentes à esta proteção social, ainda existe um distanciamento para que tal proposta se efetive:

[...] a criança é um constructo social que se transforma com o passar do tempo e, não menos importante, varia entre grupos sociais e étnicos dentro de qualquer sociedade. [...] Porém, é sempre uma tentação pensar em termos de uma criança 'natural' e até mesmo universal, cujo curso de desenvolvimento é determinado em grande medida por sua constituição biológica. (HEYWOOD, 2004, p. 21).

Na Idade Média a criança era vista como um mini adulto e sem personalidade, logo que começavam a crescer passavam a serem vestidas como os adultos, uma miniatura destes. Nesta época não havia um sentimento pela infância como ocorre na atualidade, por serem considerados sem personalidade e até substituíveis; quando

alguma criança morria ainda pequena, sua falta não era tão sentida, podendo ser substituída por outros filhos que o casal tivesse.

Por serem vistas como miniatura dos adultos e sem personalidade, durante o período medieval, era raro encontrar representação de crianças nas pinturas. Ariès (1981, p. 18) destaca que: “Até por volta do século XII, a arte medieval desconhecia a infância ou não tentava representá-la. É difícil crer que essa ausência se devesse à incompetência ou à falta de habilidade. É mais provável que não houvesse lugar para a infância nesse mundo.” Neste ponto, sobre as raras representações de crianças em pinturas, Heywood, discorda de Ariès, ao destacar que:

[...] os artistas estavam mais preocupados em transmitir o status e a posição de seus retratados do que com a aparência individual. Ademais, nem todos aceitam a idéia de que a transição para representações mais realistas de crianças na pintura e na escultura, a partir do século XII, revela uma ‘descoberta da infância’ do ponto de vista artístico. Alguns historiadores afirmam, de forma contundente, que isso representou mais uma redescoberta e imitação dos modelos gregos e romanos por parte dos artistas do do que um novo interesse nas crianças a seu redor. Em suma, Ariès parece pensar que ‘o artista pinta aquilo que todos vêem’, ignorando todas as questões complexas relacionadas à forma como a realidade é mediada na arte (HEYWOOD, 2004, p. 25).

Mas, conforme Ariès (1981, p. 18), acredita-se que essa ausência se deve ao fato já explicado anteriormente, a ausência do sentimento da infância, de sua importância para o desenvolvimento, passando como despercebida e sem importância; considerada ainda como um período de transição que logo era esquecido.

Ariès ainda destaca sobre a fase passageira e a falta de interesse por esta pela sociedade da época:

Isso sem dúvida significa que os homens dos séculos X-XI não se detinham diante da imagem da infância, que esta não tinha para eles interesse, nem mesmo realidade. Isso faz pensar também que no domínio da vida real, e não mais apenas no de uma transposição estética, a infância era um período de transição, logo ultrapassado, e cuja lembrança também era logo perdida (ARIÈS, 1981, p. 18).

Considerada como um período que passava muito rápido, a infância logo se perdia quando as crianças começavam a frequentar as escolas. Assim que ingressavam no universo escolar, estas já faziam parte do mundo adulto, que não fazia distinção entre as idades. A separação nas escolas por idade passou a se dar somente no século XIV, mais por questões escolares e não pela infância, fato este que acontecia somente nos colégios, pois na sociedade a criança continuava a se misturar no mundo adulto. Ariès

(1981, p.110) apresenta que inicialmente no século XIII as escolas, chamadas de colégios, eram lugares em que residiam em formas de comunidades os estudantes pobres, uma espécie de asilo regido por estatutos monásticos, onde o objetivo principal não era o ensinamento e sim a educação para o trabalho ou serviços domésticos. Somente no século XV é que estes colégios passam a se tornar locais de ensino, para as pessoas da sociedade com melhores condições financeiras seguidos por uma hierarquia autoritária.

Destacamos aqui que a educação englobava somente o mundo masculino, os homens; as mulheres eram educadas em casa por suas mães ou amas, com sentido de tornarem-se donas de casa, preparando-as para o casamento e governança da casa. Era o que cabia às mulheres neste período, em que a idade para o casamento se dava a partir dos 10 anos de idade. Notamos que a condição de inferioridade da mulher diante do homem está enraizada na história da humanidade, e persiste até os dias atuais, em condição de desigualdade, devido o lugar que a mulher ocupa na sociedade ser construído historicamente em um sistema que privilegia o homem.

O sentimento da infância beneficiou primeiro os meninos, enquanto as meninas persistiram mais tempo no modo de vida tradicional que as confundia com os adultos: seremos levados a observar mais de uma vez esse atraso das mulheres em adotar as formas visíveis da civilização moderna, essencialmente masculina (ARIÈS, 1981, p. 41).

Ainda no que diz respeito às diferenças dos meninos e meninas, encontramos em Heywood (2004) que isto se dava já no nascimento da criança, em que um filho homem era considerado um prodígio e o nascimento de uma menina, sinal de algum pecado ou enfermidade por parte dos pais:

Na Bretanha do século XIX, a chegada de um filho era saudada com três badaladas de um grande sino, a de uma filha, com duas, e de um sino pequeno. Na região de Marche, também na França, as mães eram recompensadas por produzir um filho com uma fatia de pão mergulhada em vinho adoçado morno; uma filha lhes dava direito a apenas um pouco de caldo salgado feito com leite (HEYWOOD, 2004, p. 76).

Infere-se a partir de Ariès (1981) e Heywood (2004) que a infância, principalmente para as meninas, apresentou um desenvolvimento tardio, ao vê-las como crianças e em condição de inferioridade. Predominava-se a questão masculina e depois de muito tempo as meninas chegavam ao mesmo patamar, mas sempre em

condição tardia. A igualdade entre homens e mulheres existia somente como proposta, que não se efetiva no cotidiano, uma vez que as mulheres continuavam em condição inferior a dos homens, refletindo-se na atualidade.

Na Idade Média, o índice de mortalidade infantil era alto, visto os fatos já citados anteriormente – criança como substituível; período de transição sem muita importância; conforme cresciam, as crianças eram inseridas no mundo adulto e confundidas com estes, consideradas como miniatura. O fato da mortalidade não era tão pensado e sentido como atualmente, e a criação das crianças eram passadas de uma geração para outra, sem questionamento por parte das mães na maneira de cuidar dos filhos recém-nascidos:

As mães tradicionalmente aprendiam como criar os filhos a partir de outras mulheres: uma mãe, uma parteira, parentes e amigas. O conhecimento sobre os cuidados com a criança era passado de geração para geração sem ser questionado, acompanhado de certa resignação diante dos resultados, evidentes nas mortes freqüentes. Tudo isso mudaria durante os séculos XVIII e XIX. Os pais passaram a receber uma carga cada vez maior de orientação de médicos e outros, ávidos por pontificar na criação das crianças. O espírito racionalista do Iluminismo era incompatível com muitas das crenças, levando a apelos por dietas mais leves, roupas mais frouxas, e assim por diante. (HEYWOOD, 2004, p. 97).

Com o passar do tempo e a cristianização dos costumes religiosos, este cenário começa a sofrer transformações e a criança recebe mais atenção por parte das famílias. A preocupação em vacinar os filhos contra a varíola, no século XVII desencadeia uma série de fatores que geram preocupações sobre o desenvolvimento das crianças, como as altas taxas de mortalidade. Algumas questões de higiene passam a ser adotadas, bem como o controle de natalidade, mudando a demografia da época.

O século XVII foi importante no que diz respeito à criança e seu desenvolvimento – é neste século que a categoria infância começa a se consolidar em relação ao mundo adulto. Na arte é possível observar retratos de crianças sozinhas e com a família, o vocabulário infantil começa a ser registrado, a família começa a se preocupar com a criança.

Em relação à família, que anteriormente tinha como “função social” colocar os filhos no mundo e conseguir manter alguns destes (pois antes a morte de crianças não era uma preocupação), Ariès destaca que:

A família deixou de ser apenas uma instituição do direito privado para a transmissão dos bens e do nome, e assumiu uma função moral e espiritual,

passando a formar os corpos e as almas. [...]. O cuidado dispensado às crianças passou a inspirar sentimentos novos, uma afetividade nova que a iconografia do século XVII exprimiu com insistência e gosto: o sentimento moderno da família (ARIÈS, 1981, p. 194).

Com a concepção moderna de família, a criança passa a ter centralidade neste núcleo e uma das preocupações principais era sua separação do mundo dos adultos, quando a escola teve papel fundamental por meio de moralistas e reformadores que defendiam estas ideias, os religiosos (que governavam as escolas) tiveram a compreensão de que a criança deveria ser separada do adulto, necessitando de educação especial para sua formação, inclusive com a inserção das meninas no sistema educacional. Infere-se que este processo e percepção apreendem primeiro as famílias da classe burguesa, pois as crianças pobres ingressavam cedo na vida adulta, trabalhando ou assistidas por um sistema educacional de qualidade inferior, a não ser que conseguissem alguma bolsa de estudo.

A criança passa a ser isolada, com intenção de disciplinar e proteger, inclusive para preservá-la de gestos e brincadeiras de conotação sexual que na época medieval eram vistos como “simples brincadeiras” fato este bem diferente dos dias de hoje, que seria considerado abuso sexual.

Cabe salientar que brincadeiras e episódios que ocorriam na Idade Média são destacados por alguns autores, Ariès (1981) e Postman (1999), como atos libidinosos:

[...] não será surpreendente o fato de não haver nenhuma relutância em discutir assuntos sexuais na presença das crianças. A idéia de esconder os impulsos sexuais era estranha aos adultos, e a idéia de proteger as crianças dos segredos sexuais, desconhecida. [...]. Realmente, na Idade Média era bastante comum os adultos tomarem liberdades com os órgãos sexuais das crianças. Para a mentalidade medieval tais práticas eram apenas brincadeiras maliciosas. [...]. Hoje essa tradição pode dar até trinta anos de prisão. (POSTMAN, 1999, p. 31).

No século XVIII com o surgimento e consolidação do sistema capitalista as crianças da classe operária são as que mais sentem os reflexos deste novo modo de produção: são expostas a longas jornadas de trabalhos com condições precárias e insalubres, mão-de-obra barata e explorada (assim como as mulheres) correndo risco de vida, principalmente nas máquinas de tear.

Os países que se encontravam em fase inicial do processo de industrialização – acarretado e impulsionado pela Revolução Industrial – como a Bélgica, Estados Unidos, França, Inglaterra e Prússia, dentre outros, são os que mais absorveram mão-de-obra infantil por meio de fábricas, tecelagens, minas de carvão e indústria de algodão.

Desde os começos da nova indústria, as crianças foram empregadas nas fábricas. No início, em função das pequenas dimensões das máquinas (que, logo em seguida, cresceram), eram praticamente só as crianças que trabalhavam nelas; os fabricantes buscavam- nas casas de assistência à infância pobre, que as alugavam em grupos, por um certo número de anos, na condição de ‘aprendizes’. Alojadas coletivamente e uniformizadas, eram naturalmente escravas do patrão, que as tratava de forma bárbara e brutal. (ENGELS, 2010, p. 187).

Engels (2010) destaca que a taxa de mortalidade entre as crianças que eram filhas de operários era muito alta, no qual um conjunto de fatores contribuía para o aumento das estatísticas: ambiente insalubre, doenças, atraso no desenvolvimento, moradia em situação precária (várias crianças dormiam juntas na mesma cama) e algumas crianças eram obrigadas pelos patrões a trabalharem cerca de 14 a 16 horas.

O trabalho infantil causava sérias consequências na saúde das crianças operárias:

As crianças, ocupadas na bobinagem e na confecção das bainhas, sofrem efeitos deletérios à sua saúde e à sua constituição física; trabalham desde os seis ou sete anos, dez a doze horas por dia, em pequenos espaços e sob uma atmosfera asfixiante; muitas desmaiam durante o trabalho, debilitam-se a ponto de não conseguir realizar as tarefas domésticas mais banais e tornam-se tão míopes que têm de usar óculos desde a infância. Os inspetores constataram sintomas de escrofulose em muitas delas e os industriais recusam-se, em geral, a contratar para suas fábricas os jovens que se ocuparam desse tipo de trabalho, dada a fraqueza que apresentam. (ENGELS, 2010, p. 223).

Esta fase se estende até as primeiras normas trabalhistas, que diminuem a jornada de trabalho das crianças e impõem algumas restrições, como por exemplo frequentarem a escola.

Com o passar dos anos e a luta de classes, em que os trabalhadores começam a reivindicar seus direitos, as condições de trabalho das crianças vão sofrendo mudanças e regulamentações por leis. Atualmente a Organização Internacional do Trabalho (OIT) recomenda como idade mínima a partir de 16 anos, e em alguns casos, quando não há prejuízo à saúde, a idade de 14 anos na condição de aprendiz.

Os caminhos percorridos pela criança ao longo de sua história e consolidação como sujeito de direitos, para que leis e normativas garantissem seus direitos e um desenvolvimento pleno e sadio, com todas as garantias necessárias foram longos. O século XX é considerado importante no que diz respeito à criança, pois a partir deste século é que a infância é reconhecida como vemos hoje e são assumidas responsabilidades, assistência e proteção. Destacamos a seguir algumas das conquistas e fatos considerados importantes a respeito da infância:

→ Em 1919 é criada na Inglaterra a Primeira Entidade Internacional de Apoio a Criança, a “*Save the Children*”, fundada pela inglesa *Eglantyne Jebb*, com objetivo de atender as crianças vítimas da Primeira Guerra Mundial;

→ No ano de 1924 é aprovada a Declaração dos Direitos da Criança, conhecida como Declaração de Genebra. O documento foi elaborado pelos membros da *Save the Children* e foi o primeiro documento internacional no que diz respeito aos direitos da criança;

→ Em 24 de outubro de 1945 é fundada a Organização das Nações Unidas (ONU), e em 11 de dezembro de 1946 foi criado o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), que em 1953 torna-se órgão permanente da ONU;

→ Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), garantindo em seu artigo XXV a assistência e cuidados especiais à infância e maternidade;

→ Em 1959 é aprovada a Declaração Universal dos Direitos da Criança, com direitos e liberdades para que a criança tenha a infância assegurada e possa gozar de seus direitos;

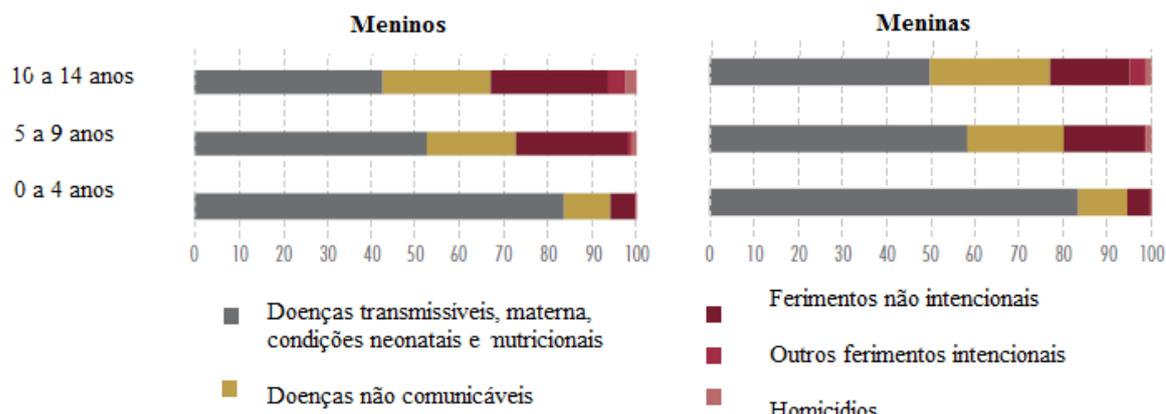
→ Instituição do Ano Internacional da Criança em 1979, no sentido de despertar a população sobre os problemas que afetavam as crianças no mundo;

→ Em 1989 é aprovada a Convenção Internacional dos Direitos da Criança, importante documento que visa a proteção das crianças e adolescentes do mundo;

→ No ano de 1998 foi apresentado a Declaração de Estocolmo, com uma agenda de ações que visa combater a exploração sexual comercial de crianças. A Declaração foi resultado do Congresso Mundial sobre Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

Mesmo com todos estes avanços muitas crianças ainda enfrentam longos desafios pela frente, alguns destes “velhos conhecidos”, como por exemplo a mortalidade infantil, conforme pode ser observado no gráfico a seguir.

Gráfico 1 – Distribuição de óbitos de crianças em 2012 por causa, sexo e faixa etária (%)



Fonte: Unicef (2014, [p.33]) - *Hidden in Plain Sight: a statistical analysis of violence against children*. Editado.

Depreende-se, por meio do gráfico, que mais de 80% das crianças ainda morrem antes de completarem cinco anos, sendo este o maior índice de mortalidade independente do sexo, de doenças transmissíveis ou não, considerado um número elevado diante das condições que são asseguradas por todas as normativas e direitos conquistados. Estes índices levam ao questionamento das conquistas relacionadas à infância, visto que a realidade insiste em revelar (diretamente ou não) que milhares de crianças continuam morrendo todos os dias, nas guerras, conflitos, violência, dentre tantos fatores que elevam os números.

As tabelas a seguir expõem milhares de vidas de crianças menores de cinco anos que morreram de 1990 a 2015 e a taxa de mortalidade neste mesmo período, em âmbito mundial, o que demonstra que apesar dos muitos avanços e de com o passar do tempo os números terem diminuído, muitas crianças ainda continuam sem seus direitos garantidos, já que algumas dessas mortes podem significar que em algum momento estas estavam desassistidas.

Tabela 1 – Níveis e tendências no número de mortes de crianças com menos de cinco anos, por região do Objetivo de Desenvolvimento do Milênio (ODM), 1990-2015

Taxa de mortalidade de crianças com menos de cinco anos (Óbitos por 1.000 nascidos vivos)								Declínio (%)	Taxa anual de redução (%)		
							ODM alvo				
Região	1990	1995	2000	2005	2010	2015	2015	1990–2015	1990–2015	1990–2000	2000–2015
Regiões desenvolvidas	15	11	10	8	7	6	5	60	3.7	3.9	3.5
Regiões em desenvolvimento	100	94	83	69	57	47	33	54	3.1	1.8	3.9
África do Norte	73	57	44	35	28	24	24	67	4.4	5.0	4.1
Sul da África Subsaariana	180	172	154	127	101	83	60	54	3.1	1.6	4.1
América Latina e o Caribe	54	42	32	25	24	18	18	67	4.4	5.2	3.9
Cáucaso e Ásia Central	73	74	63	49	39	32	24	56	3.3	1.4	4.6
Ásia Oriental	53	46	37	24	16	11	18	79	6.3	3.7	8.1
Leste da Ásia, excluindo a China	27	33	30	19	16	14	9	49	2.7	-1.1	5.3
Sul da Ásia	126	109	92	76	62	51	42	59	3.6	3.2	3.9
Sul da Ásia, excluindo a Índia	126	109	93	79	68	59	42	53	3.0	3.0	3.1
Ásia Sul-Oriental	72	59	49	40	33	27	24	62	3.9	3.9	3.9
Ásia Ocidental	66	54	43	35	27	22	22	66	4.3	4.3	4.3
Oceania	74	70	67	64	57	51	25	32	1.5	1.1	1.9
Mundo	91	85	76	63	52	43	30	53	3.0	1.8	3.9

Nota: Todos os cálculos são baseados em números não arredondados.

Fonte: Unicef (2015, [p.4]) - *Levels & Trends in Child Mortality: Report 2015*. Editado.

Podemos observar que o número de crianças no mundo que morreram antes de completarem cinco anos caiu de 12,7 milhões em 1990 para 5,9 milhões em 2015, uma redução em mais da metade do número de mortos. Durante os 25 anos todas as regiões da ODM reduziram o número de mortes, com exceção da Oceania, que obteve um

declínio de somente 6%. Em contrapartida a Oceania, a Ásia Oriental alcançou um declínio de 88%.

Tabela 2 – Níveis e tendências no número de mortes de crianças com menos de cinco anos, por região do Objetivo de Desenvolvimento do Milênio, 1990-2015

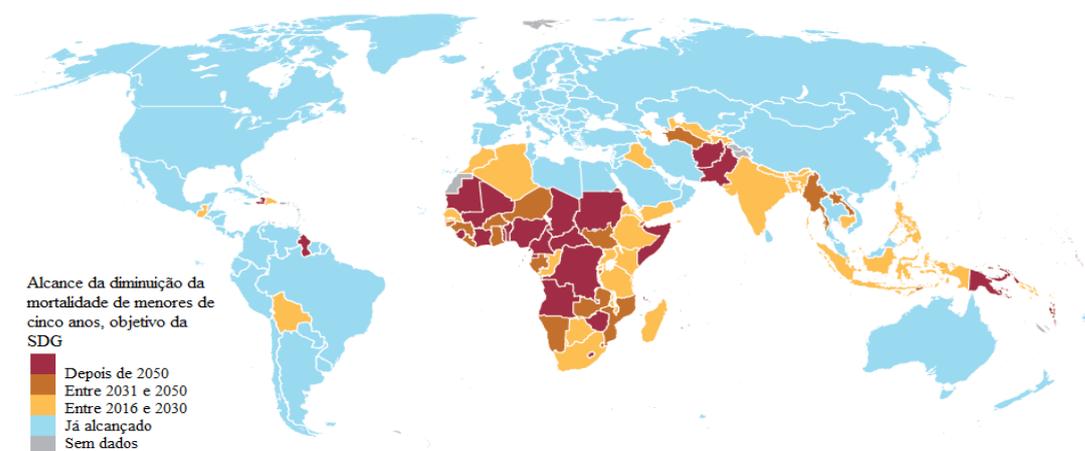
Mortes de Menores de 5 anos (milhões)							Declínio (%)	Porcentagem de mortes globais Menores de 5 anos (%)	
Região	1990	1995	2000	2005	2010	2015		1990–2015	1990
Regiões desenvolvidas	223	154	129	111	96	80	64	1.7	1.3
Regiões em desenvolvimento	12,526	10,840	9,654	8,189	6,917	5,865	53	98.3	98.7
África do Norte	280	194	142	121	111	114	59	2.2	1.9
Sul da África Subsaariana	3,871	4,079	4,114	3,748	3,292	2,947	24	30.4	49.6
América Latina e o Caribe	632	494	378	280	258	196	69	5.0	3.3
Cáucaso e Ásia Central	145	120	88	72	68	62	58	1.1	1.0
Ásia Oriental	1,662	851	615	424	266	194	88	13.0	3.3
Leste da Ásia, excluindo a China	28	42	30	18	15	12	55	0.2	0.2
Sul da Ásia	4,796	4,154	3,566	2,916	2,398	1,891	61	37.6	31.8
Sul da Ásia, excluindo a Índia	1,439	1,215	1,053	872	803	690	52	11.3	11.6
Ásia Sul-Ocidental	856	702	542	457	371	331	61	6.7	5.6
Ásia Ocidental	270	231	192	156	136	117	57	2.1	2.0
Oceania	14	15	16	16	15	13	6	0.1	0.2
Mundo	12,749	10,994	9,783	8,299	7,013	5,945	53	100.0	100.0

Nota: Todos os cálculos são baseados em números não arredondados.

Fonte: Unicef (2015, [p.3]) - *Levels & Trends in Child Mortality: Report 2015*. Editado.

Por meio da tabela 2 é possível observar que a taxa de mortalidade de crianças, menores de cinco anos, também caiu mundialmente: de 91 óbitos por mil nascidos vivos em 1990 para 43 no ano de 2015, com declínio de 53%, onde novamente Ásia Oriental e Oceania se destacam pelas diferenças dos números – maior e menor declínio. Se a situação continuar a persistir no nível demonstrado pelas tabelas anteriores alguns países necessitariam levar muito tempo para conseguir controlar a mortalidade infantil, conforme elucidado pelo mapa a seguir:

Mapa 1 – Realização da meta de *Sustainable Development Goal* (SDG) na mortalidade infantil por ano, e por país, se as tendências atuais continuarem em cada país.



Notas: A classificação é baseada em números não arredondados. Este mapa não reflete uma posição das agências do IGME da ONU sobre o estatuto jurídico de qualquer país ou território ou a delimitação de Fronteiras.

Fonte: Unicef (2015, [p.8]) - *Levels & Trends in Child Mortality: Report 2015*. Editado.

Conclui-se, a partir do mapa, que alguns países como a República Democrática do Congo, Zimbábue, Angola, Somália, Afeganistão, Paquistão, dentre outros, irão diminuir os índices somente depois de 2050. Na lista de países cabe destacar também a Síria, que com a guerra instaurada a mais de seis anos tem afetado a vida de milhares de crianças, que segundo dados do UNICEF, os conflitos no país atingem quase seis milhões de crianças, incluindo assassinatos, mutilações, recrutamento e mortes.

Lutas e mobilizações foram assumidas em relação às crianças e tiveram como resultados legislações e políticas públicas que amparam e protegem crianças, sendo preciso valorizar todo este caminho que foi percorrido e também a necessidade de um compromisso permanente, sobretudo do Estado, para a efetivação de legislações e políticas públicas que garantam esses direitos, pois muitas crianças ainda se encontram em situações de risco. Expostas a violência, seja ela em casa, nas ruas, nas guerras, no trabalho infantil, trabalho escravo, dentre tantas que “rondam” o universo infantil, elas se encontram a mercê de toda violência e abuso que possam sofrer; longe dos olhos da sociedade, vivendo uma infância descolorida.

Nem todas as crianças, contudo, podem viver no país da infância. Existem aquelas que, nascidas e criadas nos cinturões de miséria que hoje rodeiam as grandes cidades, descobrem muito cedo que seu chão é o asfalto hostil, onde são caçadas pelos automóveis e onde se iniciam na rotina da criminalidade. Para estas crianças, a infância é um lugar mítico, que podem apenas imaginar,

quando olham as vitrinas das lojas de brinquedos, quando vêem TV ou quando olham passar, nos carros dos pais, garotos da classe média. Quando pedem num tom súplice – tem um trocadinho aí, tio? – não é só dinheiro que querem; é uma oportunidade para visitar, por momentos que seja, o país que sonham. (SCLIAR, 1995, p. 4).

A infância idealizada pela sociedade, com uma criança crescendo feliz e com direitos assegurados acaba sendo um privilégio de poucas em uma sociedade de classes. A situação mundial destacada anteriormente elucida a questão, e no caso brasileiro não é diferente, muitas foram as lutas para que a criança seja reconhecida e vista como pessoa em desenvolvimento.

3 CONCLUSÃO

Na história da humanidade a criança teve que percorrer um longo caminho para ser reconhecida como sujeito dos direitos inerentes ao ser humano. A trajetória não foi fácil e ainda há muito o que se implementar ainda hoje, visto que mesmo com todas as garantias asseguradas por leis e normativas, muitas crianças encontram-se desprotegidas, em risco e não usufruindo de todos os seus direitos.

A fome, a mortalidade infantil, as violações e os abusos ainda fazem parte do cotidiano de muitas crianças, pois a luta para que estas violações cessem e crianças possam realmente viver sua infância, ou seja, viver em um país da infância, é cotidiana, coletiva e com prioridades de políticas públicas. Não é possível naturalizar números, estatísticas, dados, e repetidos números, com milhares de notícias em que crianças são vítimas de violações de direitos.

É preciso lutar pela infância, pois “seu nome” é hoje, amanhã e sempre.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. Tradução de Dora Flaksman. 2.ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010. Disponível em: <https://ayrtonbecalle.files.wordpress.com/2015/07/engels-a-situac3a7c3a3o-da-classe-trabalhadora-na-inglaterra-boitempo.pdf>. Acesso em: 1 dez. 2016.

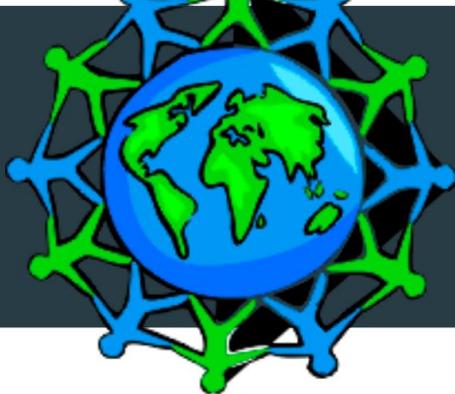
HEYWOOD, C. **Uma história da infância**: da idade média à época contemporânea no Ocidente. Porto Alegre: Artmed, 2004.

POSTMAN, N. **O desaparecimento da infância**. Rio de Janeiro: Graphia, 1999.

SCLIAR, M. **Um país chamado infância**. São Paulo: Ática, 1995.

UNICEF. **Hidden in Plain Sight**: a statistical analysis of violence against children. New York, 2014. Disponível em:
http://files.unicef.org/publications/files/Hidden_in_plain_sight_statistical_analysis_EN_3_Sept_2014.pdf. Acesso em: 5 jan. 2017.

UNICEF. **Levels & Trends in Child Mortality**: Report 2015. New York, 2015. Disponível em:
http://www.childmortality.org/files_v20/download/igme%20report%202015%20child%20mortality%20final.pdf. Acesso em: 5 jan. 2017.



EIXO TEMÁTICO 9 | QUESTÕES DE GÊNERO, RAÇA/ETNIA E GERAÇÃO

APROXIMAÇÕES INICIAIS ENTRE TENSIONAMENTOS DISCURSIVOS DE MULHERES NEGRAS DO MARANHÃO E DA CATALUNHA: epistemologias da presença desde a cidadania comunicativa

Leila Lima de Sousa ¹

RESUMO

Este texto traz reflexões iniciais sobre aproximações de narrativas de mulheres negras do Brasil e da Espanha através de entrevistas com onze sujeitas comunicantes. São relatadas percepções que tomam por base esses relatos pensando deslocamentos necessários do conceito de Cidadania Comunicativa desde uma perspectiva Interseccional, entendendo que essas mulheres, através de estratégias e metodologias comunicacionais, produzem Epistemologias da presença. O arranjo metodológico é composto da etnografia virtual (HINE, 2000), entrevistas em profundidade e das “escrevivências”(EVARISTO, 2006) visuais em publicações no Instagram. O corpo aparece como elemento político e de potência comunicativa.

Palavras-Chaves: Mulheres negras; Cidadania Comunicativa; Corpo

ABSTRACT

This text brings initial reflections on approximations of narratives of black women from Brazil and Spain through interviews with eleven communicating subjects. Perceptions are reported that are based on these accounts thinking necessary displacements of the concept of Communicative Citizenship from an Intersectional perspective, understanding that these women, through communication strategies and methodologies, produce Epistemologies of presence. The methodological arrangement is composed of virtual ethnography (HINE, 2000), in-depth interviews and writings”(EVARISTO, 2006) visuals in Instagram publications. The body appears as a political element and of communicative power.

Keywords: Black women; Communicative citizenship; Body

¹ Docente de curso de Jornalismo da Universidade Federal do Maranhão. Doutoranda em Ciências da Comunicação na UNISINOS. Foi bolsista PRINT/CAPES no estágio de doutorado sanduíche realizado na Universidade Autônoma de Barcelona e no grupo de pesquisa TransGang, da Universidade Pompeu Fabra, ambas na Espanha. Email: leilasousa.pi@gmail.com

INTRODUÇÃO

Este texto é um recorte de reflexões iniciais sobre a etapa de sistematização de dados de uma investigação de tese, em andamento, que tem como objetivo geral investigar as narrativas de mulheres negras das cidades de Imperatriz e Codó, interior do Maranhão e de Barcelona, na Espanha, questionando os processos comunicacionais e as perspectivas de cidadanias que se potencializam a partir do uso da rede social Instagram.

Aqui tento fazer um movimento aproximativo entre os tensionamentos discursivos e reflexões levantadas por onze mulheres sobre opressões raciais, de classe e de gênero, tentando produzir deslocamentos do conceito de “Cidadania Comunicativa” a ponto de que seja interpretado por meio da *perspectiva interseccional* (CRESNAW, 2014). Tentando, assim, problematizar como operam as opressões destacadas no cotidiano de mulheres que durante muito tempo foram silenciadas, desumanizadas e não ocuparam espaços de protagonismo. (BAIROS, 2014; RIBEIRO, 2016; 2017; KILOMBA, 2010; BERTH, 2018, entre outras).

Nesta investigação me inspiro na *Perspectiva Transmetodologia* (MALDONADO, 2002, 2012, 2013), em arranjos metodológicos (BONIN, 2008) e nas epistemologias feministas negras (COLLINS, 2019) como dimensões teórico-metodológicas. Dessa forma entendo que o método é uma construção que deve estar em diálogo permanente com os contextos investigados, não é estático e resulta de experimentações que deem conta das realidades concretas e dos problemas e objetivos da pesquisa. Na fase sistemática, tenho tentado fundir a perspectiva de entrevistas em profundidade junto à observação de posts e publicações no Instagram levando em consideração as “escrevivências” (2006) visuais que as mulheres realizam nesse espaço e que dialogam com as experiências, sabedorias e conhecimento de vida que são relatados nas entrevistas, construindo uma etnografia virtual (HINE, 2000) que seja sensível à aproximação entre os pontos de tensionamento levantados pelas mulheres nas entrevistas, e como esses pontos aparecem/ refletem nas narrativas virtuais da rede social.

O texto está dividido em três sessões fundamentais, são elas: a) Definições sobre o conceito de cidadania comunicativa, onde as compreensões sobre conceito são apresentadas e também onde proponho a perspectiva da *interseccionalidade* e a

percepção de relações de gênero e de raça como um caminho necessário para o deslocamento e ampliação do conceito de modo que dê conta das problemáticas e objetivos da investigação de tese que tenho desenvolvido. O tópico seguinte b) Aproximações aos tensionamentos de mulheres negras do Brasil e da Espanha traz aproximações fundamentais e iniciais entre as problematizações levantadas pelas mulheres negras na Espanha e no Brasil. Nesse tópico, não somente discorro sobre elementos que as sujeitas comunicantes destacaram em entrevistas, como também sobre as percepções e observações realizadas na rede social Instagram de cada uma delas. O último tópico c) Ensaio sobre as considerações finais aborda um apanhado das ideias discutidas e defendidas no texto com destaque para os tensionamentos que tenho feito ao conceito de cidadania comunicativa desde as realidades concretas e complexas identificadas nas narrativas de mulheres negras do Brasil e da Espanha através de entrevistas e de posts no *Instagram*.

As percepções iniciais indicam que as mulheres usam e potencializam seus corpos como táticas e experimentações que podem se tornar potentes elementos de confrontação de padrões estéticos e de performance para se presentificarem no discurso gerando discussão, educação, conhecimento, re-existência e para tentar subverter padrões sociais e midiaticamente construídos.

2 DEFINIÇÕES SOBRE O CONCEITO DE CIDADANIA COMUNICATIVA

A ideia da cidadania comunicativa parte da compreensão que o direito à comunicação pode ser uma ponte ou um entrave ao exercício e para a tomada de conhecimento dos outros direitos. Compreender o direito à comunicação como intrínseco ao desenvolvimento das sociedades e como caminho para o exercício de protagonismo e autonomia dos sujeitos é fundamental em nossas investigações e para entender as problematizações de epistemologias da comunicação. A noção de cidadania comunicativa é interpretada por Monje (2012, p. 185-186) como o “reconhecimento da capacidade de ser sujeito de direito e de demanda no terreno da comunicação pública. Trata-se de uma noção complexa que envolve várias dimensões.” Esse sujeito protagonista e consciente de seus direitos, principalmente do direito à comunicação,

reivindica espaços de fala e os procura conquistar através de mecanismos midiáticos alternativos que os visibilizem, que confrontem as narrativas hegemônicas dos meios de comunicação tradicionais, assim buscam pela ampliação de direitos.

A cidadania numa visão ampla está ligada aos processos sociais, comunicacionais e culturais, à dinâmica social dos sujeitos. Se observamos a cultura como um espaço de luta e de poder, tal como é problematizado por García-Canclini (1999), precisamos entender a cidadania muito além de lógicas jurídicas, outras dimensões devem ser incluídas a essa reflexão, tal como a comunicação e a cultura. A comunicação, seja ela midiática ou cotidiana, é uma dimensão da cidadania. (CORTINA, 2005; MONJE, 2012).

As inter-relações com a cultura, com a comunicação e com os dispositivos midiáticos fazem que o conceito de cidadania comunicativa seja dinâmico e apresente particularidades de acordo do contexto em que é empregado, acreditamos. Nesta investigação, as primeiras pistas e caminhos nos conduzem à reflexão de observá-lo pela perspectiva racial e de modo interseccional, trazendo ao debate as micropolíticas desenvolvidas pelas sujeitas comunicantes por meio de táticas e estratégias de re-existência diante das estruturas, das instituições e dos meios de comunicação.

Além dos direitos civis, sociais e políticos, a agenda de cidadania também engloba novos modelos de interação no mundo midiático. Algo que impulsiona o debate sobre espaços duplos de exclusão: de um lado, a falta de participação política efetiva, percebida pela dificuldade de acesso aos serviços sociais básicos. De outro, a impossibilidade – pelo acesso e/ou pelo manejo, da participação de modo ativo nas redes de comunicação digital ou de comunicação alternativa, que acreditamos, podem se constituir como elementos potentes para visibilização e exposição de demandas. (CEPAL, 2000).

Problematizar as exclusões é fundamental para compreender quais sujeitos são assegurados e os que não são pelas instituições e para identificar que os sujeitos excluídos das lógicas de cidadania não só perdem no acesso aos níveis mínimos de direitos que lhe são negados, como também na qualidade destes (GARRETÓN, 2005).

3 APROXIMAÇÕES AOS TENSIONAMENTOS DE MULHERES NEGRAS DO BRASIL E DA ESPANHA

Ao todo as entrevistas em profundidade foram realizadas com onze mulheres das três cidades que são campo desta investigação: Codó e Imperatriz, no Maranhão e Barcelona, na Espanha. De início, para buscar aproximações com as sujeitas da investigação, a ideia era realizar uma conversa informal, com roteiro prévio de entrevista com base no que as observações das postagens realizadas por elas me indicavam, e em local determinado por elas.

No entanto, o roteiro que continha questionamentos sobre usos do Instagram, principais postagens realizadas na rede social, percepções sobre representações dos meios de comunicação sobre mulheres negras e também questões sobre o processo de transição capilar, acabou também dando conta de tensionamentos sobre famílias interraciais e o peso que esse processo pode gerar ou não no auto-conhecimento e reconhecimento das negritudes, também sobre lembranças e menções à infância e aos primeiros contatos com o racismo no ambiente escolar, que na linha temporal se confunde com o início do processo de alisamento capilar de muitas delas. Também problematizam a hipersexualização dos corpos, principalmente percebido na atitude política de se auto identificarem como negras e o questionamento sobre a construção da ideia da mulher mulata como produto sexual;

Essas entrevistas me mostraram a necessidade de compreender os processos comunicacionais e de cidadania comunicativa muito além do modo como as mulheres se apropriam da rede social, que seria, digamos, o fim último. Fundamental é perceber os inúmeros processos que elas enfrentam e atravessam para confrontar padrões brancos, hegemonicamente construídos e naturalizados e também o próprio exercício contínuo para se reconhecerem e se identificarem como sujeitas políticas diante de uma realidade que sempre as colocaram em terceiro plano, numa hierarquia em que primeiro aparece o homem, depois a mulher branca e só depois, a mulher negra. Dessa maneira, percebo a necessidade desses processos comunicacionais através de narrativas visuais pela perspectiva racial, intimamente ligados a processos e experiências de vida. A quem é dado o privilégio da fala? Esse questionamento surge de modo muito evidente no texto “A máscara”, de Grada Kilomba (2010) que aborda a política de silenciamento do colonialismo. A autora usa o símbolo da máscara que os colonizadores obrigavam os

negros a usarem durante o trabalho na plantação, como uma analogia para denunciar que, a máscara, na verdade, além de evitar que os negros comessem os produtos que colhiam, servia, principalmente, para tornar a boca como um instrumento de opressão, cerrada à força para silenciá-los e oprimi-los retirando deles o privilégio da fala. Dessa maneira, as construções binárias como modo de formatar a identidade negra se mostram, nesse caso, na analogia entre o “falar e o silenciar”, onde o negro é construído pelo processo de negação.

Os reflexos do silenciamento aparecem de modo muito evidente na fala e na construção de si das mulheres do Maranhão e da Catalunha, em menor ou maior escala. Muitas delas relatam que não gostavam de “ser percebidas, de chamarem a atenção”, especialmente porque boa parte dos lugares de protagonismo eram ocupados por mulheres brancas. Em ambos os casos, quase a totalidade das onze mulheres relatam que passaram por um processo de alisamento capilar e que depois de muito tempo e, na maioria dos casos, pelos efeitos nocivos ao cabelo, passaram por um processo de transição capilar e, a partir desse processo que, é muito maior que só aceitar deixar de alisar o cabelo, mas, principalmente confrontar padrões de beleza socialmente construídos e impostos, reconhecer as ancestralidades, formar grupos de apoio e de autocuidado e ensinar a outras jovens sobre a importância da auto aceitação, de elevação da autoestima e também de reivindicar a ocupação de espaços. Dessa forma, narram seus corpos assumindo identidades negras e motivando outras jovens a experimentarem o processo de transição como de valorização da identidade, de contrapor padrões e de aceitarem e reconhecerem suas próprias belezas, inclusive em processos de autonomia comunicativa, produzindo tutoriais e material visual com antes e depois, com frases de ajuda e de incentivo, criando estratégias comunicacionais que se baseiam em metodologias estéticas e de performances corporais, que são também políticas. Mas, longe de qualquer romantização desse processo, há que também mencionar que sobretudo trata-se de um processo político e de enfrentamento, porque assumir os cabelos naturais também requer lidar com o racismo de modo mais evidente, inclusive dentro das famílias, como muitas mulheres mencionam.

O corpo, aqui, é compreendido como território, um elemento político que carrega “história, memória e conhecimentos” (GRIJALAVA, 2014, p. 265). O corpo é construído e estruturado com base nos discursos dominantes e normativos que

enquadram os sujeitos dentro de lógicas socialmente fabricadas, assim, assumir a decisão de “habitar o corpo”, fazê-lo “casa”, carrega o ideal de “construir uma história própria a partir de uma postura reflexiva, crítica e construtiva (GRIJALAVA, 2014, p. 265). O que é problematizado pela autora sobre o corpo-território construído dentro de lógicas normativas, nos permite refletir quando Sodré (2017) analisa o racismo e o seu papel na desterritorialização de corpos, construindo uma hierarquia territorial. A territorialidade é percebida como sentido de reconhecimento, de identificação e também, de classificação, exclusão do que é considerado fora da lógica estabelecida.

Outros elementos que consigo aproximar e também destacar que aparecem problematizados pelas mulheres, são: **1.** O autocuidado corporal e mental como estratégia e tecnologia política, de consciência, sabedoria e experiência de vida (COLLINS, 2019), e empoderamento (BERTH, 2019). O gostar de si, a afetividade, trabalhar a autoestima como estratégia de aparecimento no discurso, de ocupar espaços de protagonismo, como é perceptível, inclusive na descrição sobre si no perfil do Instagram de muitas das mulheres do Instagram, quando dizem que aquele é um canal para falar e trabalhar a autoestima. O que acredito que também se configura como um processo educacional, de aprender e educar a outras mulheres negras e brancas sobre as relações e opressões raciais.

As epistemologias dessas sujeitas comunicantes, acredito, resultam também de um conhecimento que é construído pelos corpos resistentes e políticos, que assumem na visualidade uma linguagem combativa do discurso de poder, dos elementos de controle. Para compreender como essas epistemologias de ruptura são construídas, precisamos ter a ciência das interseccionalidades, dos “lugares de cidadania” e as experiências das mulheres negras com base nos lugares sociais que ocupam dentro da estrutura de poder existente (RIBEIRO, 2017). Esse olhar também precisa se debruçar sobre as complexidades das experiências compartilhadas, de modo que seja possível inferir que “indivíduos pertencentes a determinados grupos partilham experiências similares” (RIBEIRO, 2017, p. 36).

2. A *autodefesa intelectual* principalmente realizada pelas mulheres da Espanha. Após, como coletivo, perceberem a dificuldade que muitas mulheres, sobretudo as mais jovens tinham de identificar e saber se defender de casos de racismo, decidiram criar

espaços para “treinar” discursos e respostas, criar estratégias e se fortalecerem mental e mutuamente. Especialmente saber a quem recorrer e como denunciar esses casos.

3. Outro ponto que se torna muito estratégico para a comunicação das mulheres é a aposta no uso de recursos audiovisuais como forma de potencializar narrativas, expandir, protagonizar - a maneira como vão fazendo usos e se apropriando dos instrumentos de comunicação, dando novos sentidos a eles, inclusive criando tutoriais para ensinar como usá-los. Confrontando lógicas hegemônicas de produção e de acesso.

Em Barcelona, percebi que três das quatro mulheres entrevistadas criam espaços para falar sobre questões raciais e de gênero de modo que, no caso de uma delas, um grupo criado no Facebook ganhou tanta força que hoje já conta com mais de 15 mil membros. Outra cria diversos grupos no WhatsApp e neste canal trocam informações, marcam encontros para discutir literaturas, se ajudam e se fortalecem.

No caso das mulheres de Imperatriz e Codó é muito comum a produção de vídeos com tutoriais sobre como cuidar do cabelo crespo, como escolher melhores e mais baratos produtos, como se apoderar de produtos naturais para o cabelo e como fazer penteados. Tenho entendido esses usos da mídia como estratégia e metodologia de comunicação e de fortalecimento de autoestima, de conscientização política, assim também como a produção de cidadania comunicativa através de uma práxis que se baseia numa lógica coletiva, de aprender e de ensinar, de motivar outras mulheres no reconhecimento de identidades.

4 ENSAIO SOBRE AS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acredito que as perspectivas de cidadanias que podem ser percebidas nas narrativas das sujeitas comunicantes juvenis negras do interior do Maranhão e da Catalunha devem ser interpretadas diante de discussões mais amplas sobre a constituição dessas mulheres como sujeitas políticas diante de estruturas de poder que as invisibilizam e silenciam pelo fato de serem mulheres, negras, de corpos periféricos e vulneráveis.

Proponho, assim, que o conceito de cidadania comunicativa seja também percebido pelo potencial comunicativo, tático e estratégico dos corpos. O corpo como voz, o corpo como texto e o corpo como narrativa de subversão, que possibilita existência, presença discursiva e a construção de sujeitas políticas que se reconheçam

como sujeitas históricas, diferentes e diversas. O tensionamento do conceito, que questiono como necessário, propõe o debate sobre as precariedades das sujeitas que se encontram historicamente à margem e as múltiplas opressões que as atravessam e podem se constituir como entraves, inclusive, para a sua auto-definição e como e enquanto sujeitas.

Como fuga à universalidade que por vezes atua homogeneizando as diversidades e diferenças culturais, acredito que as mulheres negras estão situadas em escalas e hierarquias de poder desiguais de modo que, ao tempo em que reivindicam visibilidade para as suas demandas e para a potencialização de suas vozes, o fazem através de um longo processo de auto-reconhecimento como sujeitas e também pelo confronto às narrativas estruturantes, ao racismo institucional e estrutural que vivenciam socialmente e às pressões sociais pelo embraquencimento de seus corpos. Dessa maneira, tenho defendido que as formas de lutar pelo exercício de cidadania comunicativa se dê de modos diferentes para as mulheres negras em comparativo com as jovens brancas, por exemplo.

O que defendo, é que o corpo gera, tensiona, problematiza e cria o que tenho entendido como “epistemologias da presença”, pois gera conhecimento, identificação e permite problematizar as estruturas de poder, fazendo com que essas mulheres passem a defender suas belezas, o conhecimento que advém de suas ancestralidades e da própria desconstrução da ideia de corpo como se conhece, o corpo “domesticado”, “normatizado”, colonizado e o fazem através de processos comunicacionais que colocam a perspectiva racial em primeiro plano, como protagonismo de narrativa. A presença, como tenho defendido, também significa a possibilidade de essas sujeitas visibilizarem suas vozes e narrativas, conseguindo legitimidade e direito de fala, aparecendo e criando espaço no discurso social que lhes foi negado e que ainda se configura como desafio, cotidiano, já que sempre são questionadas sobre sua legitimidade de fala. Assim, ao tempo em que, reconhecem suas opressões e precariedades, tensionam as estruturas e lutam pelo seu reconhecimento como sujeitas políticas, criando espaços de fala diante das estruturas de poder legitimadas e hegemônicas.

REFERÊNCIAS

- BAIROS, Luiza. Nossos feminismos revisitados. In: **Tejiendo de otro modo: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala** / Editoras: Yuderkys Espinosa Miñoso, Diana Gómez Correal, Karina Ochoa Muñoz – Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2014.
- BERTH, Joice. **O que é empoderamento?**. Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- BONIN, Jiani Adriana. Explorações sobre práticas metodológicas na pesquisa em comunicação. In: **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, nº 37, dezembro de 2008.
- CEPAL, 2000, **Equidad, desarrollo y ciudadanía**. Agenda Social, Tomo II, Colombia, Alfaomega.
- COLLINS, Patrícia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. 1ed. São Paulo: Boitempo, 2019.
- CORTINA, Adela. **Cidadãos do mundo: para uma teoria da cidadania**. São Paulo: Loyola, 2005.
- EVARISTO, Conceição. **Becos da Memória**. Belo Horizonte: Mazza, 2006.
- GARCÍA-CANCLINI, Néstor. Consumidores e Cidadãos. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.
- GARRETÓN, Manuel A. Democracia, ciudadanía y medios de comunicación: un marco general. In: ORTIZ, Renato et al. **Los medios: nuevas plazas para la democracia**. Lima: Calandria, 2005, p. 102-103.
- GRIJALVA, Dorotea A. Gómez. Mi cuerpo es un territorio político. In: **Tejiendo de otro modo: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala** / Editoras: Yuderkys Espinosa Miñoso, Diana Gómez Correal, Karina Ochoa Muñoz – Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2014.
- HINE, Christine. Etnografía virtual. Barcelona: Editorial UOC, 2000.
- KILOMBA, Grada. “The Mask” In: Plantation Memories: Episodes of Everyday Racism. Münster: Unrast Verlag, 2. Edição, 2010. Em português: **A máscara**. Traduzido por Jessica Oliveira de Jesus.
- MALDONADO, Alberto Efendy. Produtos midiáticos, estratégias, recepção. A perspectiva transmetodológica. In: **Ciberlegenda**; Rio de Janeiro, nº 9, 2002.

_____. Práxis teórico/metodológica na pesquisa em comunicação: fundamentos, trilhas e saberes. In: **Metodologias de pesquisa em comunicação: olhares, trilhas e processos**. Porto Alegre: Sulina, 2006. p. 269 – 290.

_____. Pesquisa em Comunicação: trilhas históricas, contextualização, pesquisa empírica e pesquisa teórica. In: _____. **Metodologias de pesquisa em comunicação: olhares, trilhas e processos**. 2.ed. Porto Alegre: Sulina, 2011. p. 277-303.

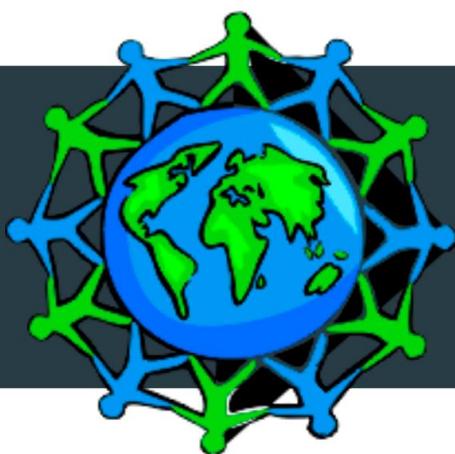
_____. A perspectiva transmetodológica na conjuntura da mudança civilizadora em inícios do século XXI. In: MALDONADO, A. E.; BONIN, J.A.; ROSÁRIO, N. **Perspectivas metodológicas em comunicação: Novos desafios na prática investigativa**. Salamanca:: Comunicación Social Ediciones y Publicaciones, 2013. p. 31 -57.

MONJE et al. Cidadania comunicativa: aproximaciones conceptuales y aportes metodológicos. In: PADILLA FERNANDÉZ, Adrian. In: **Metodologías transformadoras Tejiendo la red em comunicación, educación, ciudadanía e integración en América Latina**. Caracas: Fondo editorial CEPAL:UNESR, 2009. p. 179-199.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2017. (Coleção: Feminismos Plurais).

_____. Feminismos negros para um novo marco civilizatório. In: **SUR 24** - v.13 n.24 • 99 - 104 | 2016.

SODRÉ, Muniz. **Pensar nagô**. Rio de Janeiro: Vozes, 2017.



Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI

III SINESPP

20 a 24
OUTUBRO
2020

SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS
Democracia, desigualdades sociais e políticas públicas no capitalismo contemporâneo

EIXO TEMÁTICO 9 | QUESTÕES DE GÊNERO, RAÇA/ETNIA E GERAÇÃO

VIA CRUCIS DO CORPO: rota crítica de Madalena

THE VIA CRUCIS OF THE BODY: Madalena's critical route

Maria Clara Teresa Fernandes Silveira¹
Rita de Cássia Cronemberger Sobral²

RESUMO

O presente artigo é um estudo sobre o percurso institucional de enfrentamento às violências de gênero bem como os impactos desta na vida de uma jovem usuária do Sistema único de Assistência Social da cidade de Teresina. Madalena e sua família são os sujeitos da pesquisa, realizada por meio de análise documental. É concluído que o percurso e as ações de enfrentamento são, na maioria das vezes, agravantes das violações e insuficientes para responder de forma integral e efetiva as problemáticas.

Palavras-Chaves: Violência De Gênero; Percurso Institucional; Estudo De Caso.

ABSTRACT

This article is a study about the institutional course of confronting the gender violence and the impacts of this in the life of young users of the social services System in Teresina city. Madalena and her family are the subjects of the research, carried out through documents. It is concluded that the course and the actions of confrontation are aggravating the violations and insufficient to respond comprehensively and effectively to the problems.

Keywords: Gender Violence; Institutional Pathway; Case Study.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa é resultado da trajetória percorrida durante o trabalho de conclusão de curso, referente à graduação em Serviço Social. Lembro da referência metafórica à *vía crucis*, um percurso de dores diversas da tradição cristã. Só há pouco

¹ Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Piauí; Mestranda vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, na mesma Universidade. E-mail: mctfernandes7@gmail.com

² Profa. Dra. do departamento de Serviço Social e do mestrado de sociologia da UFPI. E-mail: ritadecassiasobral@hotmail.com

tempo o acaso me mostrou a *Via crucis do corpo*, de Lispector - diria que uma conexão entre o sagrado e o profano, a dualidade que segue nos imaginários da moral cristã, culpabilizando e classificando as mulheres. Diria, ainda, pensando em Sagot (2000), que o atendimento da violência – *via crúcis* do corpo - enfrentado pelo sexo feminino se revela numa rota crítica.

A pesquisa “La Ruta Crítica de las mujeres afectadas por la violencia intrafamiliar en América Latina”, compreende que a Rota Crítica:

[...] é um processo que se constrói a partir da sequência de decisões tomadas e ações executadas pelas mulheres afetadas pela violência intrafamiliar e as respostas encontradas em sua busca de soluções. Este é um processo interativo constituído tanto por fatores impulsores e inibidores relacionados com as mulheres afetadas e as ações empreendidas por estas, como pela resposta social encontrada, o que por sua vez se converteu em uma parte determinante da rota crítica. Nesse sentido, com o conceito de rota crítica se reconstruiu na lógica das decisões, ações e reações das mulheres afetadas, assim como a dos fatores que intervieram nesse processo (SAGOT, 2000, p. 89, tradução nossa).

A Rota crítica começa quando as mulheres tomam a decisão de sair da situação de violência, apropriando-se das suas vidas e dos seus filhos. Logo, através dessa perspectiva é possível descobrir os fatores impulsionantes desta decisão e as dificuldades para dar continuidade a ela. A metodologia se centra, completamente, nas percepções das entrevistadas sobre as respostas institucionais, para, afinal, aprender a interferência da atuação institucional sobre as frustrações e resignações que muitas vezes fazem com que estas retornem às situações de violência (SAGOT, 2000, p. 7).

A Rota crítica original é refeita principalmente através de entrevistas, com mulheres adultas, na pesquisa de Sagot. Nesse estudo, não foi possível a realização de entrevistas. Pelo fato de que a entrevistada seria menor idade - na ocasião da pesquisa - e se encontrar em uma situação de risco social, foi avaliado que a melhor abordagem para resgatar sua trajetória era através dos documentos produzidos pelas instituições nas quais ela foi atendida. Assim, a proposta foi resgatar a rota que Madalena – nome fictício - percorreu, no sistema de seguridade social da cidade de Teresina - a fim de analisar de que forma a violência de gênero se apresentou na vida dela e como as Políticas Públicas (com seus devidos órgãos efetadores), em particular a Assistência Social de Teresina, lidaram com a problemática. Tratou-se assim de um estudo documental, conforme Booth et al (2000).

Falar em violência contra meninas é aqui a busca investigativa dos regimes de gênero de uma fase geracional específica, onde a puberdade marca no corpo significados sociais que fazem parte da ‘ordem de gênero’ de uma sociedade de forma mais ampla.

Conhecer como o processo de engendramento desses jovens corpos em mudança mostra-se como agravante em situações de vulnerabilidade e risco é uma maneira de produzir conhecimentos específicos que permitam aprofundar soluções para o problema da violência de gênero contra crianças, adolescentes e jovens.

Para reconstrução da Rota crítica de Madalena, resgatei documentações, tais como: prontuário, relatórios institucionais, análise institucional e Relatos de Processo de Trabalho do Estágio supervisionado em Serviço Social. Isto com o fim de analisar as múltiplas dimensões de gênero e seus impactos nesta problemática.

2 VIA CRUCIS DE MADALENA

Connell e Pearse (2015) formulam a tese onde gênero tem caráter estruturante, afirmam: “Não é uma expressão da biologia, nem uma dicotomia fixa na vida ou no caráter humano. É um padrão em nossos arranjos sociais, e as atividades do cotidiano são formatadas por esse padrão” (CONNELL e PEARSE, 2015, p. 47).

As autoras utilizam um modelo para mapear as *múltiplas estruturas do gênero*, a partir de quatro dimensões - *poder, produção, catexia e simbolismo* - é possível observar uma ‘subestrutura distinta das relações de gênero’. Esta pesquisa utiliza-se destes modelos para análise das múltiplas dimensões da violência de gênero na rota de Madalena.

Este foi o caso mais complexo acompanhado durante o período de estágio supervisionado na Casa de Zabelê³. De acordo com as documentações, em 09/2016 foi feita a inserção de Madalena, pela assistente social, na Instituição.

Neste atendimento foi constatado que ela morava com a avó materna, o marido desta, o irmão (11 anos) e a irmã mais nova (06 anos). A mãe destes não compunha a família e era usuária de drogas. Também já foi presa, devido a envolvimento em roubo e tráfico. Morava com um companheiro que também possui os mesmos envolvimento

³ A duração do estágio na instituição do período de agosto de 2017 a agosto de 2018, sob a supervisão da profa. Dra. Rita de Cássia Cronemberger Sobral.

ilícitos. A avó de Madalena não aceitava a presença da filha em casa. A renda da família era composta pelo benefício bolsa família, no valor de 240 reais e uma pequena renda de pescador do avô - o que acarretava em muitos problemas financeiros, principalmente com alimentação. A avó sofria de hipertensão, doenças respiratórias e nervosas, fazendo uso de vários medicamentos⁴.

Madalena chegou à Casa de Zabelê através de encaminhamento de um Centro de Referência especializado da Assistência Social⁵, este forneceu um relatório de acompanhamento psicossocial do caso através de encaminhamento na data de 27/09/2016. Os dados relativos à situação analisada informam que o caso tem procedência da Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente e os objetivos do relatório são informar sobre o acompanhamento realizado pelo CREAS e encaminhamentos.

A procedência da denúncia na Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente foi uma situação de abuso sexual sofrido pela adolescente, em dezembro de 2015, perpetrado por um vizinho - líder religioso [...]:

O mesmo tem uma casa ao lado da sra. avó [...] separada apenas por uma cerca, a qual alugava, e após encerrar o contrato com o antigo inquilino, o pastor teria voltado a frequentá-la. A avó relatou que o sr. pastor [...] ficava sozinho em casa, e se aproveitava enquanto as crianças brincavam no quintal, as convidava para a sua casa, lhes oferecendo dinheiro ou presentes como uma mochila à Madalena.

De acordo com a avó, uma vizinha teria visto Madalena na casa do pastor, e na ocasião, a porta da casa estava aberta, ele estaria deitado em uma rede enquanto passava a mão o corpo de Madalena. Após ser indagada pelo ocorrido, a criança confirmou ter acontecido diversas vezes, tendo omitido por sofrer ameaças por parte do sr. pastor [...] (que iria levá-la ao rio, estuprá-la e matá-la). [Relatório CREAS]

⁴ Prontuário de inserção: A adolescente veio através do conselho tutelar [...], vítima de abuso sexual perpetrado pelo pastor, o mesmo encontra-se foragido. Foi realizada denúncia na DPCA#, Madalena foi convocada para depor e sua avó [...] disse que se a justiça não agir ela mesma faz algo com o agressor. Madalena é deficiente mental {Consta no laudo: “Deficiência mental: funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: comunicação, cuidado pessoal, utilização dos recursos da comunidade, saúde e segurança, lazer e trabalho.”}, não consegue bom desempenho nas suas atividades rotineiras; segundo a avó notou uma piora do desenvolvimento após o abuso sofrido, está com o comportamento agressivo e tendo alucinações, faz uso de medicamentos controlados. Quanto ao contexto familiar, Sra. avó [...] também faz acompanhamento no Areolino de Abreu, [...] O atual companheiro de Senhora mãe [...] agride muito ela, chegou esfaqueada na casa da Sra avó [...] e Madalena xinga muito a mãe. A avó [...] é casada com o Senhor avô, ele não é o pai dos filhos dela, porém muitas vezes ele desmerece os netos com palavrões. O pai de Madalena também é usuário de drogas e vive em interior do Piauí [...]. A mãe teve 14 gravidez, 05 estão vivos, um filho ela vendeu por 20 reais em troca de drogas a uma sra. traficante. obs: Conselheiro Fulano [...].

⁵ Não será especificado qual para que seja mantido um sigilo do caso.

Após a família fazer a denúncia, o pastor foi até a escola de Madalena ameaçá-la, ameaçou também a avó e a vizinha que presenciou o ocorrido. De acordo com o relatório, a menina afirmou frequentar a casa do pastor quando ele chamava (ela e o irmão), oferecendo diversos presentes, como mochila ou dinheiro. Ela afirmou ainda ter muito medo, mas nega ter sofrido abuso.

Pode-se dizer que as relações de poder envolvidas são o sistema patriarcal com o processo de *dominação-exploração*, nos termos de Saffioti (2001), o patriarcado e o capitalismo estão conectados a um mesmo modo de produzir e reproduzir a vida social. Portanto, essa relação envolve tanto o sistema político, quanto o sistema econômico e legitimam a desigualdade de gênero.

Na vida de Madalena, tal sistema de *dominação-exploração* apresenta-se quando esta é vítima de violência sexual. Tais fatos não podem se distanciar da burocracia presente nos processos institucionais, nem de uma análise do *adultocentrismo*, sobre as desigualdades geracionais: Conforme Vieira:

[...] A educação adultocêntrica, centrada no adulto e não nas necessidades de desenvolvimento das crianças legitima o uso indiscriminado de práticas violentas como formas de educação de crianças e adolescentes. Os estereótipos como “meios cidadãos”, “sujeitos inferiores”, “menores” ainda persistem na cena contemporânea, por mais que as legislações internacionais e nacionais e, o ECA é um exemplo, venham intervindo para uma mudança cultural e política dessa concepção [...] (2018, p. 31).

A autora continua a abordar sobre a violência sexual, afirmando esta como ‘uma construção social que se manifesta nas relações interpessoais’, não sendo um fenômeno natural, centrado em relações de dominação e adultocêntrica, anulando a vítima enquanto sujeito. O abuso sexual, neste caso, “envolve poder, coação e sedução, por isso pode ser designado como uma violência que envolve duas desigualdades: de gênero e geração (VIEIRA, 2018. p. 35)”.

É importante mencionar, que além do agressor ser um homem adulto é uma pessoa religiosa. Ser um religioso, por si só, já representa uma autoridade superior, do ponto de vista espiritual, que contribui como uma variável importante no processo de dominação. Infelizmente, a literatura e até mesmo documentários cinematográficos vem demonstrando o envolvimento de religiosos na violência sexual, como agressores.

Para Bourdieu (2014), a ordem social é fundada na dominação masculina que age como uma máquina simbólica, que garante o processo de dominação, porque de certa

forma, tende a legitimá-lo. Assim, no caso, como uma menina de família pobre, como Madalena, poderia enfrentar a dominação de gênero, onde o homem é um religioso?

Foi possível o acompanhamento efetivo do caso em 2017, com o início do período de estágio supervisionado. A primeira visita domiciliar, na condição de estagiária, foi justamente à casa de Madalena e sua família. De acordo com os registros referentes ao Relatório de Processo de Trabalho⁶, esta aconteceu em 09/2017, em equipe composta por Assistente Social e psicóloga. É feito um breve relato da situação pessoal, familiar e econômica da educanda⁷, onde foi constatado que Madalena mantinha um “relacionamento” com um homem de 25 anos, este morava junto à família, com o consentimento dos responsáveis da menina. Foi relatado que, depois que ele passou a residir ali, a avó tem menos trabalho com Madalena, ele se dispõe a “cuidar da menina”, leva a mesma pra escola e outras pequenas atividades.

Oferecer pequenos presentes, como fez o pastor, não muito se distancia de oferecer serviços como levar a menina à escola. Tornar-se útil para de alguma forma tirar proveito sexual de uma adolescente, é um processo de assujeitamento. No último caso, pode-se investigar sob a catexia. As relações emocionais como um reflexo das estruturas de gênero são aqui postas como dispositivo de análise, principalmente no que cerne ao relacionamento da jovem com um homem mais velho e a aceitação deste por parte da família. Uma outra questão, é que a adolescente, pela segunda vez passa pelo processo de assujeitamento por adultos, embora não haja indícios de que com o pastor havia qualquer tipo de consentimento por parte da família.

Os padrões hegemônicos de gênero perpassam todas as camadas da sociedade e como é de se esperar, permeiam as relações familiares. Neste caso, foi observado que tão grande eram a vulnerabilidade e o dispêndio de energias da avó com o cuidado dos netos que, quando esta viu alguém se propondo a ‘cuidar’ e assumir responsabilidades por Madalena, acabou naturalizando toda a situação. Aquilo que se caracterizava como uma violência era tido como uma recompensa, até a situação ser agravada.

O objetivo de uma nova visita de Madalena à instituição foi para esta ser acompanhada para fazer um teste de gravidez e, foi observado que havia consideráveis

⁶ Documento exigido na disciplina de estágio supervisionado I e II na UFPI, curso de Serviço Social. Este consiste em relatos diários do processo de trabalho na instituição, fundamentados teoricamente.

⁷ Nomenclatura utilizada para caracterizar as meninas que são atendidas pela Casa de Zabelê.

mudanças em seu corpo. Em 10/2017 foi confirmada a gravidez. Por conta desta última, a adolescente foi desligada⁸ dos atendimentos da Casa de Zabelê - é um regulamento padrão da instituição: quando alguma educanda engravida é automaticamente desligada. Foi tentado um encaminhamento para a Casa Maria Menina, que é especializada no atendimento de jovens grávidas, mas a situação de Madalena não era viável. Esta segunda instituição localizava-se muito distante da residência da adolescente, que constantemente fugia, quando saía sozinha.

Esta norma (a jovem que engravida precisa ser desligada dos atendimentos) deve ser questionada pois, mesmo a justificativa sendo que a instituição não tem um preparo para acompanhar este tipo de acontecimento, é uma forma de punição e culpabilização da adolescente. Uma das consequências do abuso sexual é a gravidez, como foi o caso. Cabe questionar qual o lugar de atendimento para a jovem que engravida por consequências de uma violência sexual, na cidade de Teresina. A gravidez, nesse caso, passa a ser compreendida como um castigo, pois, acentua a *via crucis* do corpo de Madalena.

Com o agravamento da situação, Madalena foi mandada para o abrigo feminino de Teresina. A estadia foi muito conturbada, cheia de conflitos com as outras residentes, além de fugas. Nesse caso, a adolescente foi abandonada pelo pai do seu filho e perdeu sua família, no caso a avó, que perdeu a responsabilidade sobre a adolescente e seu irmão. Madalena perdeu direito à violência familiar e comunitária, já que foi encaminhada para uma instituição assistencial.

Em 11/2017 aconteceu a audiência judicial⁹ na 1ª Vara da Infância e Juventude, no Tribunal de Justiça. Esta era direcionada para resolver a situação de Madalena e do irmão, as guardas e outros encaminhamentos. Foram ouvidas as profissionais da Casa de Zabelê, a avó e os netos.

A decisão final da Juíza foi mandar Madalena para o abrigo Reencontro, mesmo este não sendo perfil para a adolescente, visto que a instituição recebe apenas crianças.

⁸ Mesmo sendo desligada dos serviços, Madalena e sua família continuou sendo acompanhada pela equipe técnica.

⁹ Parte do relatório enviado da Casa de Zabelê: [...] A adolescente foge constantemente da casa da avó, não está frequentando a escola. A gravidez aos 13 anos é de risco e necessita de um acompanhamento especializado, tanto médico quanto social. Já o irmão [...] se mostra rebelde, desobediente e de acordo com a avó, estava andando com pessoas de caráter duvidoso. Parou de frequentar a escola e chega em casa alcoolizado. Ele declara que as pessoas com quem anda são de confiança, que a avó cismou com a mãe dos amigos porque esta se relaciona com outra mulher, relata ainda que experimentou drogas uma vez (maconha), oferecido por amigos da escola, mas não gostou. Diz que não gosta da escola porque lá tem muito consumo de drogas. [...]

O irmão [...] foi mandado para a Casa do Oleiro, uma instituição terapêutica de atendimento para dependentes químicos, este também não é perfil da instituição, que recebe jovens a partir dos 16 anos. No mesmo dia a adolescente foi deixada no abrigo e o irmão, no dia seguinte. Ambos foram recebidos com resistência das equipes profissionais, ou seja, outra violência institucional sofrida, tanto no que se refere ao encaminhamento quanto a resistência por parte dos profissionais.

Madalena, poucos dias depois, acabou voltando para o Abrigo Feminino de Teresina. Em 03/2018 foi realizada uma visita domiciliar à casa da jovem. No relatório desta visita, consta que a adolescente, que na época tinha 14 anos, saiu do abrigo (este foi fechado e as abrigadas foram encaminhadas para outras instituições ou de volta à família responsável). Encontrava-se aproximadamente no oitavo mês de gravidez. A responsável continuava a reclamar de dificuldades na criação dos três netos, relatou ainda um conflito com a escola, que constantemente reclamava da falta de acompanhamento e auxílio nas atividades para casa, da neta mais nova.

É sabido, ainda, que o abusador nega a paternidade, não participou dos cuidados do bebê, após o nascimento. Os últimos registros que tivemos acesso datam do final de 2018, as últimas ações realizadas foram relacionadas ao nascimento, que foi acompanhado pela assistente social da Casa de Zabelê, bem como solicitações de auxílio natalidade e visita ao CRAS que assiste a região em que vive a família de Madalena, com o objetivo de estreitar o trabalho em rede, melhorando assim, o atendimento.

Reflexões sobre o percurso

Tais problemas relacionados ao poder institucional, não somente visíveis ao fazer análise dos trâmites do processo contra o primeiro abusador, mas também na dificuldade de manter as medidas protetivas assinaladas pela juíza - uma vez que Madalena foi encaminhada para um lar destinados a crianças (Reencontro). Aspectos que somados às dificuldades resultantes das carências dos espaços de atendimento e das falhas de atuação dentro do próprio sistema, mostram como o poder burocrático funciona e interfere na problemática - tendo como consequência a não permanência das vítimas e retorno para a situação de risco familiar.

No tocante à burocracia, pode-se observar o poder institucional situado, principalmente, nas instâncias judiciárias. O processo sobre o abuso sexual do pastor,

até a última data analisada não havia tido uma resolução. O fato de ele ter se afastado da família, mesmo depois de ter proferido uma série de ameaças contra estes, encerrou a situação de abuso. Tal burocratização mina o acesso aos direitos dos usuários dessas instituições, representando uma grande contradição.

As instituições representam, contraditoriamente, a expansão da gestão do capital sobre a vida cotidiana e das formas organizativas e de mobilização de recursos das classes dominantes em relação aos conflitos e ameaças à ordem social e à expansão das conquistas populares, de formas de organização das categorias atendidas pelas instituições e de mobilização e de reivindicações que se tornam expressam [sic] justamente pela feição institucional que assumem. A gestão Estatal é uma gestão capitalista que articula os conflitos e ameaças ao processo geral de acumulação de capital. Esta articulação, no entanto, não é mecânica e automática. Ela se processa na dinâmica dos enfrentamentos de forças que dividem o próprio bloco de poder e as propostas internas das instituições (FALEIROS, 1997, p. 9).

Feita a denúncia, madalena teve que relatar o acontecido na delegacia. Ao ser encaminhada para o CREAS, mais uma vez, reviveu o ocorrido. Encaminhada para a Casa de Zabelê com o objetivo de reduzir os impactos da violência, mais uma vez precisou relatar o ocorrido. Todos esses processos foram acompanhados por uma equipe multiprofissional especializada e, no entanto, foi de sofrimento para a menina. Uma verdadeira *via crucis*. Logo, é reafirmada a necessidade de uma abordagem especializada de atendimento para tratar destas situações de violação, para que o atendimento não se torne um mais um agravante.

Havendo conhecimento da segunda situação de abuso e feita a denúncia, não houve um afastamento entre o agressor e a vítima, o que acarretou na gravidez. É de responsabilidade do Estado o prolongamento da situação de violência, o sistema burocrático foi um agravante da situação. O que era um processo de abuso contra vulnerável tornou-se uma requisição para pensão alimentícia.

Portanto, compreendemos que o modelo no qual o sistema de proteção social está estruturado, bem como a efetividade deste (levando em conta também as condições de trabalho dos profissionais e suas ações) de fato foram agravantes. Bem como os discursos utilizados para legitimar a permanência do abusador no espaço familiar, uma situação de violência de gênero contra uma jovem, agravada pela burocracia.

Uma cadeia de negligências e violências agravadas pela não eficiência da proteção social, respondidas de forma seletiva e ineficiente representa o avanço das políticas neoliberais e do sucateamento do aparelho de proteção Estatal.

A ausência de condições para a execução de um trabalho que garanta a integralidade do atendimento às/aos usuárias/os, proposto na política de Assistência Social mostra uma proteção sucateada, com baixas condições de trabalho e autonomia limitada para assistentes sociais, além da terceirização de responsabilidades da garantia de direitos para as ONG's.

Dotadas de competência técnica e inserção social, interlocutores “confiáveis” entre os vários possíveis interlocutores na sociedade civil, elas são freqüentemente vistas como os parceiros ideais pelos setores do Estado empenhados na transferência de suas responsabilidades para o âmbito da sociedade civil. Uma eventual recusa desse papel (Galgani e Said, 2002) se dramatiza quando ela se defronta com a possibilidade concreta de produzir resultados positivos – fragmentados, pontuais, provisórios, limitados, mas positivos – com relação à diminuição da desigualdade e à melhoria das condições de vida dos setores sociais atingidos. (DAGNINO, 2004, p.103).

Após todo o acontecido, o contexto continua o mesmo, com a diferença que agora existe um bebê. As ações com alguma efetividade são as de solicitação de cesta básica para a prefeitura e doações. Quando Madalena frequentava a Casa de Zabelê, tinha acesso a atendimentos psico-pedagógico-sociais diários, alimentação, dentre outros, ou seja, um acompanhamento estreito que de fato veio a reduzir danos.

Como uma Organização da Sociedade Civil, se propunha a enfrentar as consequências da violência sofrida, no entanto, não teria como realizar a integralidade da atenção se os outros pontos da rede de garantias não efetivam o atendimento.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência de gênero afeta a vida de jovens por meio das estruturas de dominação-exploração adultocêntricas e, neste caso, efetivou-se por meio da violência sexual e institucional. Estas últimas acontecem por meio das relações de poder, principalmente do sistema sociojurídico - de grande impacto pois, de fato, eles detêm o poder de decisão.

A rede socioassistencial como o Centro de Referência Especializado da Assistência Social e Casa de Zabelê (principalmente a última), acompanharam a situação

de perto, cada etapa do atendimento e evolução da situação, sem ter como ser agente das decisões, além dos relatórios fornecidos.

A morosidade e não resolutividade do processamento das denúncias de abuso sexual fizeram com que os abusadores permanecessem impunes. Enquanto isso, em uma rota crítica Madalena vagou de instituição em instituição buscando resolver o ocorrido e, especialmente no último caso (quando estava grávida), foi posta em um abrigo como forma de ser afastada da família para que não mais tivesse contato com o abusador ou as diversas situações de vulnerabilidade. A lógica da culpabilização da vítima continua explícita, ou de forma mais popular com o ditado: “prendam suas cabras que o meu bode está solto”.

O sucateamento da coisa pública como tendência do avanço neoliberal bem como a burocracia envolvida nos processos institucionais, mostraram-se como agravantes do caso e reforçam a violência de gênero, impactando ainda de forma mais desigual quando os envolvidos são de baixa renda.

O Sistema Único de Assistência Social carece de instituições especializadas no atendimento a situações de violência de gênero contra juventudes, crianças e adolescentes. As organizações da sociedade civil são de grande apoio, porém, além de representarem uma desresponsabilização do Estado com a questão social, terminam agindo através de ideologias próprias - a “missão” que se propõe. A Casa de Zabelê se mostrou como principal agente em todo o processo e, na cidade de Teresina, é o que mais se aproxima de uma instituição que atende jovens vítimas de violência de gênero.

Logo, a conclusão é que as relações entre o percurso institucional de enfrentamento às violências de gênero bem como os impactos desta na vida de jovens usuárias/os do Sistema único de Assistência Social da cidade de Teresina são agravantes das violações e insuficientes para responder de forma integral e efetiva a problemática. Em outras palavras, o processo de Madalena mostrou a rota crítica enfrentada por ela como uma *via crucis* do corpo.

REFERÊNCIAS

BOOTH, Wayne C.; COLOMB, Gregory G.; WILLIAMS, Joseph M.. **A arte da pesquisa**. São Paulo: Lmfe, 2000. Tradução de Henrique A. Rego Monteiro.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação masculina**. 1ed. Rio de Janeiro: Bestbolso, 2014. P. 5-139.

CONNELL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. **Gênero uma perspectiva global: Compreendendo o gênero - da esfera pessoal À política - no mundo contemporâneo**. 3. ed. São Paulo: Nversos, 2015. Tradução e revisão técnica: Marília Moschkovich.

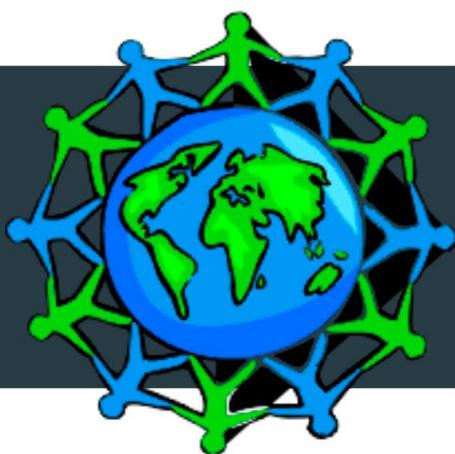
DAGNINO, Evelina. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. **Política & sociedade**. N. 05, out. 2004, p. 139-164.

FALEIROS, V. P. **Saber institucional e poder institucional**. São Paulo: Cortez, 5ª ed. 1997.

SAGOT, Montserrat. **Ruta Crítica de las mujeres afectadas por la violencia intrafamiliar en América Latina: (ESTUDIOS DE CASO DE DIEZ PAÍSES)**. Organización Panamericana de Salud: Programa Mujer, Salud y Desarrollo, 2000.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu**, 2001, p. 115-136.

VIEIRA, Monique Soares. **A vitimização sexual de crianças e adolescentes: as múltiplas faces de uma violência perversa**. **Revista de Ciências Humanas e Sociais**, Pampa, v. 4, n. 1, p.29-52, 2018. Disponível em:
<<http://seer.unipampa.edu.br/index.php/missoes/article/download/23185/12057>>. Acesso em: 29 nov. 2018.



Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI

III SINESPP

20 a 24
OUTUBRO
2020

SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS
Democracia, desigualdades sociais e políticas públicas no capitalismo contemporâneo

EIXO TEMÁTICO 9 | QUESTÕES DE GÊNERO, RAÇA/ETNIA E GERAÇÃO

MULHERES LÉSBICAS NO BRASIL: diálogos sobre lesbianidade e serviço social

WOMEN IN BRAZIL: dialogues about lesbianity and social work

Denise Émille Freire Buás¹
Maysa Barbosa Moreira²

RESUMO

A prerrogativa deste trabalho consiste em fomentar um diálogo que envolve a formação profissional de Assistentes Sociais e a lesbianidade como expressão da questão social. Para tanto, faz-se uma análise sobre o percurso histórico da subjugação feminina na sociedade, assim como da lesbianidade, para depois relacionar, neste contexto, a história da profissão de Serviço Social e os seus fundamentos. A pesquisa tem caráter exploratório e qualitativo, discutiu-se acerca das precarizações as quais as lésbicas brasileiras são sistematicamente submetidas nesta conjuntura, como o seu silenciamento histórico, que ressoa entre tantos fatores, na invisibilidade lésbica nas políticas públicas brasileiras e também o lesbocídio. Os resultados apontam que estas mulheres estão submetidas a diversas formas de exploração, inviabilização e a sua maioria são impossibilitadas de acessarem a maior parte dos direitos constitucionais, que deveriam ser universalizáveis à toda humanidade.

Palavras-Chaves: Lesbianidade. Lesbofobia. Patriarcado. Gênero. Serviço Social.

ABSTRACT

The prerogative of this work is to foster a dialogue that involves the professional training of Social Workers and lesbianism as an expression of the social issue. Therefore, an analysis is made of the historical trajectory of female subjugation in society, as well as of lesbianity, to later relate, in this context, the history of the Social Work profession and its foundations. The research has an exploratory and qualitative character, it was discussed about the precariousness to which Brazilian lesbians are systematically subjected at this juncture, such as their historical silencing, which resonates among so many

¹ Assistente Social pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA. E-mail: denibuas@gmail.com

² Assistente Social e Mestranda em Ciências Sociais – PPGCSOC/UFMA. E-mail: maysa.moreirab@hotmail.com

factors, in lesbian invisibility in Brazilian public policies and also lesbocide. The results show that these women are subjected to various forms of exploitation, unfeasibility and most of them are unable to access most constitutional rights, which should be universal to all humanity.

Keywords: Lesbianity. Lesbophobia. Genre. Social service.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é apresentar parte dos resultados de uma pesquisa de conclusão de curso sobre “SERVIÇO SOCIAL E LESBIANIDADE: um debate necessário no âmbito da formação profissional da Assistente Social?”. Esta pesquisa teve como centralidade refletir sobre o debate da lesbianidade no âmbito do Serviço Social, tendo em vista os diversos acontecimentos que envolvem a morte de mulheres e grupos de mulheres LGBTQ+ e, perceber de que forma estas são afetadas pelas mais diversas expressões da “questão social”: violências, preconceitos, estigmas, exclusões, dentre outros.

Como exemplo de mortes de mulheres, destaca-se a de *Priscila Aparecida Santos da Costa (25 anos)* foi morta com dois tiros na frente de sua namorada, no dia 22 de fevereiro de 2016 em Itanhaém (SP), após reagir a ofensas homofóbicas de um homem em um bar. *Luana Barbosa dos Reis Santos*, uma mulher negra, pobre, lésbica e mãe morreu no dia 13 de abril de 2016, em decorrência de espancamento que sofreu de policiais militares em uma abordagem em Ribeirão Preto (SP) no dia 08 de abril do mesmo ano; *Marielle Franco*, vereadora do estado do Rio de Janeiro, foi assassinada em 14 de março de 2018. Ainda não se sabe as causas e nem quem são os acusados pelo crime, mas Marielle ganha destaque porque lutava na causa LGBTI e pela visibilidade lésbica, deixando um legado de importantes projetos para a causa: o primeiro instituiu o dia da Luta contra Lesbofobia, Homofobia, Bifobia e Transfobia na cidade do Rio. Além desse PL, o 72, é autora do PL 82/2017, que criava o Dia da Visibilidade Lésbica.

Nesse sentido, é indispensável o questionamento no interior da profissão de Serviço Social, uma vez que a vivência do amor entre mulheres (e demais relações homoafetivas) provocou ao longo da história (e ainda provoca) tanta hostilidade, a ponto de gerar as mais diversas e virulentas reações: rejeição familiar, repulsa social,

discriminação no trabalho e violência psicológica e física, se configurando como uma expressão da questão social que coloca para o Assistente Social a necessidade de dilatar este debate pensando em alternativas postas a sua atuação profissional na garantia e efetivação de direitos para as diversas formas de expressões da sexualidade e vida humana.

Refletir sobre as vivências e dar visibilidade às minorias sociais, sobretudo as mulheres que, independente da orientação sexual, ao longo da história têm sofrido uma condição específica de dominação, tendo sua imagem construída por um discurso intransigente de subjugação é essencial, não somente para essa minoria, mas para a sociedade e movimentos sociais que lutam pela garantia e efetividade de direitos. Logo, a pesquisa é de caráter exploratório, bibliográfica e quali-quantitativa, sendo dividida em tópicos que discutem, inicialmente, a condição da mulher na sociedade colocando em pauta categorias como gênero, patriarcado, lesbianidade e, posteriormente, apresenta reflexões sobre como a formação profissional das/os assistentes sociais pode se posicionar diante da lesbofobia, caracterizada como uma expressão da “questão social”, que viola o direito de mulheres lésbicas.

2 GÊNERO, PATRIARCADO E SUBJUGAÇÃO FEMININA NA SOCIEDADE

Na discussão sobre a história das mulheres, é impossível não discutir categorias como gênero e patriarcado tendo em vista que essas são basilares deste processo. O gênero pode ser considerado uma categoria em construção, com consensos e discordâncias entre os estudiosos que se dedicaram (e ainda se dedicam) a estudá-la. Conforme afirma Mirla Cisne, desde o seu surgimento e no decorrer do seu desenvolvimento, ainda em curso, o conceito de gênero foi/é dotado de diversas perspectivas. Diversidade esta, provocada tanto pelas polêmicas teóricas e políticas no interior das ciências humanas e exatas, quanto por ser uma categoria que possui um estudo relativamente recente (CISNE, 2015, p. 87).

Se houve uma época em que se acreditava que mulheres e homens mereciam condições sociais, econômicas e culturais distintas porque tinham corpos e papéis sociais diferentes, a transformação desse pensamento coube às pessoas que o enfrentaram (FERREIRA, 2014). Assim, o debate sobre gênero não é organizado e nem homogêneo. Segundo Scott (1995), tidos como clássicos da literatura feminista, afirmam

que a nomenclatura “gênero” surgiu entre as feministas americanas do século XX para enfatizar o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. Louro (2014) reafirma esta premissa ao considerar que foi no final da década de 1960 que se engendrou e problematizou-se o conceito de gênero.

Joan Scott, no artigo “*Gênero: uma categoria útil de análise histórica* (1995)”, publicado originalmente em 1986, discorre novas perspectivas para os estudos de gênero, entendendo o gênero como uma categoria útil de análise, um saber sobre as diferenças sexuais.

O gênero se torna, aliás, uma maneira de indicar as “construções sociais” – a criação inteiramente social das idéias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. O gênero é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. [...] o gênero se tornou uma palavra particularmente útil, porque ele oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis atribuídos às mulheres e aos homens (SCOTT, 1995, p. 74).

Entretanto, “nem mesmo sobre isto o acordo é tão profundo. O gênero é socialmente construído, desde que se considere o substrato material – O CORPO – sobre o qual a sociedade atua” (SAFFIOTI, 2009, p. 01), ou seja, para existir o gênero enquanto algo social é necessário que existam corpos sexuados para expressá-lo.

Logo, pretende-se nesta produção recolocar o debate no campo social, tendo em vista que é nele que se constroem e se reproduz as relações desiguais entre os sujeitos. As justificativas para as desigualdades precisam ser buscadas não nas diferenças biológicas, mas sim nos arranjos sociais, na história, nas condições de acesso aos recursos da sociedade e nas formas de representação (LOURO, 2014).

Destarte o gênero, diferentemente do sexo, é construído socialmente, envolve o estabelecimento e a perpetuação ou o rompimento e a construção de novas identidades, dependendo do papel exercido pelo sujeito na dinâmica social. Tudo isso sempre relacionado a especificidades culturais, locais, históricas, temporais e organizacionais (BARBOSA et al, 2011, p. 05).

Em suma, apesar das discordâncias, o pensamento unânime é de que os estudos de gênero (ou das “relações de gênero”, e ainda “relações sociais entre os sexos”) têm sido instrumentos de reflexão para compreensão da realidade marcada pela desigualdade e opressão na sociedade, que são reafirmadas por estruturas de poder diversas. Dentre elas, o patriarcado tem sido um conceito-chave para as discussões

destas formas de opressão das mulheres. Com relação ao patriarcado, Heleith Saffioti (2012) destaca que é:

“Um regime de dominação-exploração das mulheres pelos homens” [...] este se apresenta como um pacto masculino com o propósito de garantir a opressão das mulheres, independente de classe social, raça/etnia ou geração. Pra tanto se utiliza do controle da fidelidade; conservação da ordem hierárquica com a autoridade do masculino sobre o feminino; manutenção de papéis sociais em que ao homem cabe a provisão material da família e à mulher, o afeto e cuidados domésticos, dentre outros que reforçam o poder do macho e acirram as desigualdades entre os sexos (HELEITH SAFFIOTI 2004, p.44; 104 apud DIAS 2012, p. 03).

De acordo com Silveira e Costa (s.d), Saffioti (2004) considera que o patriarcado é um caso específico das relações de gênero, onde estas são desiguais e hierárquicas. A ordem patriarcal de gênero admitiria então a dominação e exploração das mulheres pelos homens, configurando a opressão feminina. Assim, dentro do binômio dominação-exploração da mulher, os dois polos da relação possuem poder, mas de maneira desigual, onde a pequena parcela de poder que cabe ao sexo feminino, dentro de uma relação de subordinação, permite que as mulheres questionem a supremacia masculina e encontrem meios diferenciados de resistência.

As relações entre os sexos, em nossa compreensão, tanto no espaço privado do lar, quanto no espaço público das relações civis, são caracterizadas por uma relação hierárquica de poder. Nessa hierarquia a desigualdade e a exclusão das mulheres manifestam-se e são explicadas com base nas diferenças físicas, sexuais e biológicas. A sociedade é perpassada não apenas por discriminações de gênero, como também de raça, etnia, classe social e orientação sexual. Saffioti (2004) acrescenta que a grande contradição da sociedade atual é composta pelo nó patriarcado, racismo e capitalismo. Tais eixos perpassam a estrutura social, onde ocorrem todas as relações sociais. Ninguém escapa, no entanto, da ordem de gênero patriarcal. O direito patriarcal perpassa não só a sociedade civil, como também o Estado. A estrutura de poder patriarcal foi absorvida pela religião e pela cultura. Com base nessa estrutura, toda a esfera social é perpassada pela oposição binária entre homens e mulheres (SILVEIRA e COSTA, s.d, p. 02 e 03).

Logo, se nenhum espaço está isento da ordem patriarcal, no Brasil “não é difícil observar que homens e mulheres não ocupam posições iguais na sociedade” (SAFFIOTI, 1987, p. 08). Esta condição não é recente, e pode ser observada com expressividade nos

estudos sobre o período colonial brasileiro, onde a figura do patriarca (que é sempre um homem) está presente nas produções de diversos autores que se debruçaram a analisar a formação social e histórica do país.

Cumprido destacar que apesar da histórica opressão das mulheres na sociedade patriarcal, elas não aceitaram essa condição sem contestar. Exemplo dessa resistência é a produção teórica sobre a situação da mulher no mundo, bem como a luta do movimento feminista para desnaturalizar os papéis sociais de gênero estabelecidos que corroboraram (e ainda corroboram) para a dominação feminina (ROCHA, 2001).

Nesta perspectiva, compactua-se com o pensamento de Saffioti (1987) ao afirmar que existe um sistema de dominação-exploração na sociedade capitalista que está fundamentalmente fincado no patriarcado, no racismo e na sexualidade), pois este sistema de dominação não objetiva apenas a mulher ou o seu corpo, mas tudo que está associado ao feminino. Assim, por exemplo, “a opressão que uma lésbica sofre é uma experiência única da articulação entre discriminações de gênero e de sexualidade, assim como a misoginia contra uma negra é racializada, e assim por diante” (FERREIRA, 2014, p. 57-58).

3 LESBIANIDADE E SERVIÇO SOCIAL

As concepções sobre gênero e sexualidade presentes no debate contemporâneo são frutos de um processo histórico e social permeado de contradições. Bobbio (2004), ao falar sobre a conquista dos direitos ao longo do tempo, afirma que a própria história é construída de acordo com as lutas sociais que entram em defesa de novas requisições e que surgem de modo gradual, não de uma só vez ou de uma vez por todas, mas partindo dos seres humanos concretos e das suas necessidades também concretas (FERREIRA, 2014 apud SANTOS, 2015).

A sexualidade é uma “[...] série de crenças, comportamentos, relações e identidades socialmente construídas e historicamente modeladas [...]” (WEEKS, 2000, p. 43 apud COSTA, 2009, p. 19), que ao tomar variadas formas ao longo dos séculos, contribuiu não só para explicar as concepções e práticas de um grupo social, como também para a diluição de preconceitos enraizados na sociedade (COSTA, 2009).

Embora a sexualidade tenha sido estudada por homens de todas as épocas (MATA, 2009), quando se trata da sexualidade feminina, especificamente de uma

vertente da sexualidade (a lesbianidade) não só a história em si como os escritos feministas, vêm tentado invisibilizar e negar a existência lésbica, limitando a sua identidade (RICH, 2010). Isso ocorre porque “a história só se torna visível a partir daquilo que as pessoas contam sobre suas experiências em fazer o ato histórico [...] que nada mais é do que um *trabalho ideológico* correspondente a interesses claros e de modo algum ingênuos” (FERREIRA, 2014, pág. 25).

Há também nesta sociedade burguesa, patriarcal e racista, um modelo padrão de comportamento sexual, o heterossexual (ou heteronormativo). Este padrão é uma condição para oprimir aqueles que não se enquadram na lógica da heteronormatividade, negando assim toda uma construção histórica da diversidade sexual. Nesse sentido, destaca-se que o feminino é afetado pelas três contradições fundamentais que embasam a sociedade: a mulher é, primeiramente, discriminada por ser mulher, como se essa condição a tornasse incapaz, incompleta ou falha. Se não pertencer à cor branca, sofrerá ainda mais preconceito pela sua raça/etnia. Se ela pertence às classes mais baixas da sociedade, é excluída também pelo seu baixo poder aquisitivo, e se não for heterossexual, sofre os reflexos de uma sociedade homofóbica no qual o padrão é heterossexual (SILVEIRA e COSTA, s/d).

Assim, pontua-se que diferente dos gays, as mulheres lésbicas se encontram numa intersecção de opressões: por serem mulheres, por não se enquadrarem na lógica heteronormativa e/ou por fazerem parte dos demais demarcadores sociais (como classe social e raça/etnia). Essas opressões influenciam de maneira estrutural, de modo que uma depende da outra e são constituídas em um processo simultâneo (SAFFIOTI 2009), no qual uma se rompe à medida que as demais também o fazem.

Por conseguinte, no que se refere a formação profissional de Serviço Social, cabe pincelar que esta afirma-se como uma especialização do trabalho coletivo, inscrito na divisão sóciotécnica de trabalho, ao se constituir em expressão de necessidades históricas, derivadas da prática das classes sociais no ato de produzir seus meios de vida e de trabalho de forma socialmente determinada. Assim seu significado social depende da dinâmica das relações entre as classes e dessas com o Estado nas sociedades nacionais em quadros conjunturais específicos, no enfrentamento da “questão social” (IAMAMOTO, 2008, p. 203).

De acordo com Cisne (2015), o Serviço Social é uma profissão que possui uma identidade profissional majoritariamente feminina em seu corpo profissional/discente e de usuárias de seus serviços. Tal autora é considerada referência nos estudos sobre relações sociais entre os sexos e Serviço Social. Nesse contexto, a análise das relações sociais de gênero se faz importante no âmbito do Serviço Social, seja pela histórica marca feminina da profissão – com todas as suas determinações e implicações à categoria profissional –, seja pelo seu caráter de trabalhar inserido nas relações sociais, das quais gênero compõe uma das dimensões fundamentais (CISNE, 2015).

Apesar do avanço no debate sobre a questão da mulher na profissão, reconhece-se o quão é embrionário o debate sobre a relação entre o Serviço Social e os outros determinantes da categoria gênero, que envolvem a questão da sexualidade, da diversidade sexual e das identidades de gênero que foge à lógica binária (homem e mulher). Entretanto, não se pode deixar de mencionar os esforços que a representação máxima da profissão, o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), tem feito para que esses debates sejam incorporados no exercício profissional.

Ressalta-se que o assunto já está presente na agenda do Conjunto CFESS-CRESS há vários anos. Recentemente em 2016, o CFESS lançou a série Assistente social no combate ao preconceito, com cinco cadernos, dentre os quais um que trata da transfobia. Além disso, o Conselho Federal está representado também no Conselho Nacional de Combate à Discriminação de LGBTs (CNCD/LGBT) e participa das reuniões do grupo de trabalho que discute a resolução do Conselho Federal de Medicina (CFM) dada suas repercussões para o trabalho interdisciplinar na área. O CFESS também realizou, em 2015, o Seminário Nacional “Serviço Social e Diversidade Trans: exercício profissional, orientação sexual e identidade de gênero em debate” (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2018, s.p).

Cumpra-se também a Resolução nº 845/2018, que dispõe sobre a atuação profissional de assistentes sociais em relação ao processo transexualizador. Nesta normativa, dentre outras orientações, o CFESS indica que “As/os assistentes sociais, ao realizarem o atendimento, deverão utilizar seus referenciais teórico-metodológicos e ético-políticos, com base no Código de Ética da/o Assistente Social, rejeitando qualquer avaliação ou modelo patologizador ou corretivo da diversidade de expressão e

identidade de gênero”, conforme Art 3º (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2018).

Graças à luta de mulheres feministas, da sociedade civil e de organizações nacionais e internacionais que se empenharam em promover a implementação de direitos humanos/direitos básicos universais e também de combater o machismo, a misoginia, o racismo, o classismo e todas as formas de discriminação (PERES et al, 2018), foi possível visibilizar diversas situações que afetam as mulheres lésbicas brasileiras. Dentre as diversas formas de violação de direitos, destaca-se a violência como uma das expressões da questão social que causam impacto social na vida de mulheres lésbicas.

A violência, em todas as suas dimensões, é um fato que atinge a humanidade em todos os continentes. É um fenômeno complexo, multifacetado, e que está para além do uso da força física, pois remete a situações de dominação, exploração e opressão de um ser humano sobre o outro, ao abuso de poder contra um indivíduo, grupos ou comunidade (FERREIRA et al, 2016).

A violência contra a mulher tem se constituído enquanto uma grave expressão da “questão social” que viola os direitos das mulheres. Ao ganhar visibilidade na agenda pública, a referida demanda oportunizou com que os poderes públicos dessem resposta a esta pauta. Entretanto, estes esforços ainda não foram suficientes para garantir todas as mudanças necessárias, principalmente no que se refere a vulnerabilidade social de mulheres lésbicas.

As lésbicas são uma parcela da população que estão sistematicamente apartadas de seus direitos básicos. São alvo de inúmeras manifestações de discriminação que as impossibilitam de desenvolverem plenamente suas demandas, desejos, ambições e direitos (PERES et al, 2018, p. 24).

Um exemplo de violência sofrida por mulheres lésbicas que pode ser considerada mais sutil (o que de forma alguma a torna mais tangível ou aceitável), está justamente no silêncio histórico em que se pautou a experiência feminina da homossexualidade, que foi sustentada por uma política do esquecimento (NAVARRO-SWAIN, 2000 apud CARVALHO et al, 2013), ressoando entre tantos fatores, na invisibilidade lésbica e suas implicações em políticas públicas de saúde, por exemplo (um tema tão comum e importante para a vida de toda a população).

No que tange a mais grave expressão da violência que sofrem as mulheres lésbicas, está o lesbocídio, que é a “(...) morte de lésbicas por motivo de lesbofobia ou ódio, repulsa e discriminação contra a existência lésbica” (PERES et al, 2018, p.19). Nesse contexto, faz-se importante destacar que as motivações que levam às práticas do lesbocídio e do feminicídio possuem especificidades, embora ambos os tipos de assassinatos sejam motivados por misoginia, por preconceito contra as mulheres próprios de uma sociedade que dissemina o preconceito contra todas as mulheres (PERES et al, 2018). Assim, pontua-se que:

O lesbocídio, diferente do feminicídio, não é um ato que possui tão recorrentemente características domésticas e familiares (...). São hegemonicamente tentativas de extermínio, catalogadas como crimes de ódio e motivadas por preconceito. São ações que demonstram a incapacidade de alguns segmentos da população de aceitarem as lésbicas e as respeitarem como pessoas em igualdade de direitos e deveres constitucionais (PERES et al, 2018, p.19).

O Dossiê sobre lesbocídio no Brasil: de 2014 até 2017 (PERES et al, 2018), elaborado pelo projeto *Lesbocídio: as histórias que ninguém conta*, constitui-se como um importante mecanismo de resgate de informações e histórias de lésbicas vítimas de lesbocídio no Brasil, criando um espaço de memória coletiva das lésbicas assassinadas e que cometeram suicídio e apresentando a demanda das mortes às instituições competentes. Sendo o primeiro dossiê com tal característica, seus dados evidenciam a necessidade de políticas públicas que protejam as vidas lésbicas por meio da prevenção ao lesbocídio.

A partir dos dados coletados pelo Dossiê sobre lesbocídio no Brasil: de 2014 até 2017 (PERES et al, 2018), foram identificadas 126 mortes de lésbicas no país. Sendo 16 mortes em 2014, 26 mortes em 2015 (aumento de mais de 62% comparado ao ano anterior), 30 mortes em 2016 e 54 mortes em 2017 (aumento de mais de 237% no número de mortes em 2014 e de 80% em relação ao ano anterior).

Os dados do dossiê revelam que a maioria dos assassinatos são carregados de ódio, o que é facilmente verificado ao se fazer a análise dos métodos de execução utilizados para estes assassinatos. A maior parte dos assassinatos é executado a partir de armas de fogo com grande número de tiros. Em seguida, como segundo maior método de morte de lésbicas, estão as mortes por facadas. Mortes por espancamento

e estrangulamento também são relativamente comuns nos casos de assassinatos de lésbicas (PERES et al, 2018).

Analisando os dados da pesquisa pode-se comprovar empiricamente a negligência da garantia dos direitos básicos das lésbicas tanto pelo estado quanto pela sociedade. “Significa afirmar (...), que a condição lésbica é tratada legalmente e socialmente como algo sem importância ou digna de repressão e considerada, em muitas ocasiões, um erro” (SOARES e PERES, 2018, p. 16). Desta forma, o ciclo de violências aos quais esse grupo é submetido permeia questões subjetivas de suas existências.

É nessa conjuntura que se põe a profissão do Serviço Social “como alternativa para mediatizar os conflitos e para atender as mais variadas expressões da questão social” (SILVA, et al 2017, s/p). Sendo assim, a Questão Social, passa a ser um assunto submetido à apreciação dos assistentes sociais, foco de interesse e intervenção profissional. Ou seja, a Questão Social, é considerada o objeto de trabalho do Serviço Social, a sua matéria-prima (IAMAMOTO 1999, apud MOREIRA et al, 2006).

Sendo o Serviço Social uma profissão que tem como princípios fundamentais o reconhecimento da liberdade como valor ético central; a defesa intransigente dos direitos humanos; o posicionamento a favor da equidade e justiça social; o empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando à diversidade (Código de Ética 1993); etc., problematizar acerca da lesbofobia no âmbito da formação e intervenção profissional torna-se indiscutivelmente necessário.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sob a sociabilidade do capital, são criados e reproduzidos inúmeros dispositivos e modos de socialização que determinam a existência de formas de opressão. A negação da diversidade humana se insere num contexto sócio-histórico fundado na desigualdade social e na exploração do trabalho. Trata-se de uma sociedade que alia exploração e opressão como forma de reproduzir-se cotidianamente.

Face ao exposto, debater a liberdade de orientação e expressão sexual no âmbito da formação profissional pode contribuir criticamente na construção de articulações políticas e pedagógicas voltadas para desnaturalizar a homo-lesbo-transfobia e de

enfrentar o conservadorismo que se renova e se expressa no cotidiano profissional, além de explicar e apreender esta expressão da questão social.

Reconhecer a população LGBT enquanto sujeito de direitos é uma luta que demanda, como tantas outras, mediações capazes de contribuir na reflexão sobre como se dão as relações sociais (que são contraditórias), possibilitando a crítica à alienação gerada pela sociedade capitalista (CRUZ, 2015). Desta forma, a luta por direitos (o que inclui os direitos das lésbicas) deve se concretizar como mediação, na construção de uma sociabilidade livre de um conjunto de opressões que cerceiam a liberdade, reforça o conservadorismo e impede profundamente a emancipação humana.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Milka Alves Correia;. MATOS, Fátima Regina Ney;. SANTOS, Ana Paula Ferreira dos;. ALMEIDA, Ana Márcia Batista;. **Mulheres e Patriarcado: Dependência e Submissão nas Casas de Farinha do Agreste Alagoano**. In XXXV Encontro da ANPAD. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/EOR1463.pdf>>. Acesso em 24. maio. 2020.

CFESS publica resolução sobre o trabalho de assistentes sociais no processo transexualizador. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1454>>. Acesso em 15. Jun. 2020.

CISNE, Mirla. **Gênero, divisão sexual do trabalho e Serviço Social**. Outras Expressões, São Paulo, 2015.

FERREIRA, Guilherme Gomes. **TRAVESTIS E PRISÕES: a experiência social e a materialidade do sexo e do gênero sob o lusco-fusco do cárcere**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2014.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. Editora Cortez; São Paulo, 2008.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós estruturalista**. Editora Vozes; Petrópolis, 2014.

MATA, Giselle Moreira da. As práticas “homossexuais femininas” na Antiguidade Grega: uma análise da poesia de Safo de lesbos (século VII A.C.). In **Alétheia: revista de estudos sobre Antiguidade e Medieval**. Natal: v. 1, jan./jul. 2009. Disponível em: <revistaale.dominiotemporario.com/doc/DA_MATA.pdf>. Acesso em 12. Jun. 2020.

PERES, Milena Cristina Carneiro; SOARES, Suane Felipe; DIAS, Maria Clara. **Dossiê sobre lesbocídio no Brasil:** de 2014 até 2017. Livros Ilimitados; Rio de Janeiro, 2018. Disponível em < <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/fontes-e-pesquisas/wp-content/uploads/sites/3/2018/04/Dossiê-sobre-lesbocídio-no-Brasil.pdf>> Acesso em 14.jun.2020.

ROCHA, Lourdes Maria Leitão Nunes, Poder Judiciário e Violência doméstica contra a mulher: a defesa da família como função da justiça. **In Serviço Social e Sociedade, São Paulo, v. 67, p. 112-123, 2001.**

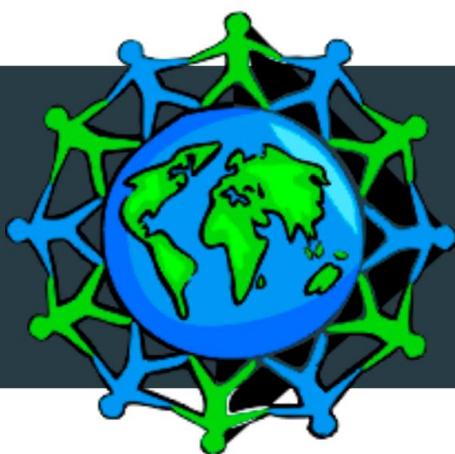
RICH, Adrienne. **Heterossexualidade compulsória e existência lésbica.** In Bagoas: estudos gays, gêneros e sexualidades. Natal: v. 4, n. 5, p. 17-44, jan./jun. 2010.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. **A mulher na sociedade de classes:** mito e realidade. Editora Expressão Popular; São Paulo, 1987.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. **Ontogênese e filogênese do gênero:** ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres. In Série Estudos e Ensaios – Ciências Sociais – FLACSO BRASIL – junho, 2009. Disponível em <http://flacso.redelivre.org.br/files/2015/03/Heleieth_Saffiotti.pdf> Acesso em 11.maio.2020.

SCOTT, Joan Wallach. “Gênero: uma categoria útil de de análise histórica”. In **Educação & Realidade.** Porto Alegre, vol. 20, n. 2, p. 71-99. jul./dez, 1995.

SILVEIRA, Clara Maria Holanda; COSTA, Renata Gomes da. **PATRIARCADO E CAPITALISMO:** binômio dominação-exploração nas relações de gênero. Disponível em:<https://strabalhoegenero.cienciassociais.ufg.br/up/245/o/PATRIARCADO_E_CAPITALISMO_BIN%3%94MIO_DOMINA%3%87%C3%83OEXPLORA%3%87%C3%83O.pdf> Acesso em 13.mar.2020.



Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI

III SINESPP

20 a 24
OUTUBRO
2020

SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS
Democracia, desigualdades sociais e políticas públicas no capitalismo contemporâneo

EIXO TEMÁTICO 9 | QUESTÕES DE GÊNERO, RAÇA/ETNIA E GERAÇÃO

ENVELHECIMENTO, QUESTÃO SOCIAL E O SERVIÇO SOCIAL NA CENA CONTEMPORÂNEA: Uma discussão necessária em tempo barbárie e desmonte de direitos sociais

Suzaneide Ferreira da Silva¹
Glênia Rouse da Costa²
Sara Moura da Costa Araújo³

RESUMO

O presente resumo tem como objetivo geral discutir analisar os rebatimentos do processo de agudização da questão social na cena contemporânea para a classe trabalhadora envelhecida. Composto os objetivos específicos teremos: Compreender as particularidades do envelhecer no modo de produção capitalista, apontar as principais políticas sociais para esse segmento populacional, entender as contribuições do trabalho do/da assistente social no atendimento da população idosa nos espaços socio-ocupacionais. Para atendimento dos objetivos propostos foi necessário a realização de uma pesquisa bibliográfica com autores que discutem as seguintes categorias analíticas: questão social, envelhecimento e serviço social. O método de análise da realidade que utilizamos foi o materialismo histórico dialético capaz de proporcionar uma lente ampliada e sucessivas aproximações com a realidade. Por fim e a partir de nossas análises concluímos que o envelhecimento na sociabilidade do capital deve ser percebida como heterogênea e atravessa por desigualdades sociais de raça, gênero e classe social.

Palavras-Chaves: Envelhecimento; Questão Social; Direitos Sociais; Serviço Social

ABSTRACT

The present summary has as general objective to discuss to analyze the repercussions of the process of aggravation of the social question in the contemporary scene for the aged working class. Composing the

¹ Referências do autor 1. Professora Doutora do Programa de Pós- graduação em Serviço Social e Direitos Sociais na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).

² Referências do autor 2. Professora da Faculdade do Cesa (FACESA) e mestra em Serviço Social e Direitos Sociais pela UERN

³ Discente do curso de Serviço Social da FACESA.

specific objectives we will have: Understand the particularities of aging in the capitalist production mode, point out the main social policies for this population segment, understand the contributions of the work of / of the social worker in the care of the elderly population in socio-occupational spaces. To meet the proposed objectives, it was necessary to carry out a bibliographic search with essential authors who discuss the following analytical categories: social issue, aging and social service. The method of analyzing reality that we used was historical dialectical materialism capable of providing an enlarged lens and successive approximations with reality. Finally, and from our analyzes, we conclude that aging in the sociability of capital must be perceived as heterogeneous and crosses social inequalities of race, gender and social class.

Keywords: Aging; Social Issues, Social Rights; Social Servic.

INTRODUÇÃO

A centralidade deste trabalho consiste discutir analisar os rebatimentos do processo de agudização da questão social na cena contemporânea para a classe trabalhadora envelhecida. Compondo os objetivos específicos teremos: Compreender as particularidades do envelhecer no modo de produção capitalista, apontar as principais políticas sociais para esse segmento populacional, entender as contribuições do trabalho do/da assistente social no atendimento da população idosa nos espaços socio-ocupacionais. Acreditamos que seja cada vez necessário desvelar a realidade deste segmento populacional a partir de elementos como raça/etnia, gênero, classe social e até mesmo o processo da regionalidade tendo em vista que a depender da região do país especifica estes sujeitos podem ter condições de vida alteradas, consideravelmente, e também atingindo o prolongamento da vida.

O trabalho está estruturado em quatro itens que abordam as discussões sobre as particularidades de envelher na sociabilidade do capital e ainda abordam as reflexões sobre a questão sociais e como suas expressões podem atigir esse segmento populacional.; as principais políticas de atedimento a populkação idosa no Brasil e por fim discorre o atendimento do/a Assistente Social a pessoa idosa nos diversos espaços.

2 ENVELHECER NA SOCIEDADE DO CAPITAL

Nas últimas décadas tem-se observado o avanço no número de pessoas idosas, a esse acontecimento, pode-se relacionar fatores tais como: a queda de natalidade, o aumento da expectativa de vida que se apresenta devidos aos inúmeros avanços da ciência, mudanças em diversos hábitos relacionados a saúde. Na concepção de Beauvoir (1990), a velhice só pode ser compreendida em sua totalidade não representando somente um fato biológico, é um fato cultural que requer o reconhecimento de que estudar as condições dos idosos através das diversas épocas.

Como consequência os idosos/idosas têm ocupado um significativo espaço na sociedade brasileira. De acordo com dados publicados em 2018 pela Agência Brasil a expectativa de vida dos brasileiros subiu de 75,8 anos para 76 anos em 2016 de acordo com pesquisas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE). No entanto cabe ressaltar que há variáveis a serem consideradas sobre a expectativa de vida dos brasileiros a depender das regiões do país, como aponta o estudo que diz que o Estado de Santa Catarina localizado na região sul do país detém os maiores indicadores de vida chegando a ser de 79,4 anos, enquanto o Estado do Maranhão localizado na região nordeste tem a menor expectativa de vida do país com 70,9 anos. Esses dados demonstram uma realidade atravessada por desigualdades regionais, econômicas, culturais e sobretudo sociais, na medida em que a região nordeste tem historicamente sofrido com a extrema pobreza, desigualdade de renda, desemprego e precarização das ocupações formais de trabalho e são inerentes ao modo de produção capitalista, esses processos afetam diretamente o cotidiano de diversas famílias e indivíduos, inclusive a pessoa idosa. Para Teixeira (2017, p.22-23) o envelhecimento na sociabilidade do capital é marcado por,

Um processo que resultado da vida individual e social, profundamente marcado pelas desigualdades sociais – de classes (e nos segmentos de classes), gênero, raça, etnia, regionais, dentre outras. Nessa dimensão, não é totalmente singular, antes, ao contrário, tem particularidades que ligam a totalidade. Mas ao mesmo tempo, não é um todo amorfo ou homogêneo, sem diferenças ou antagônico, trata-se de uma unidade na diferença e com as diferenças.

A Organização Mundial da Saúde (OMS), considera-se idoso/ idosa o indivíduo que tenha idade igual ou superior a 60 anos ou mais, como é o caso do Brasil que legitima

essa idade cronológica no Estatuto do Idoso regulamentado pela lei 10.741 de 2003 e afirmando no artigo 1º “É instituído o Estatuto do Idoso, destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos”. O Estatuto em seu artigo 3º que,

É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

No entanto Teixeira (2017) afirmar que idosos e idosas inseridos nesta sociedade do capital são atravessados por diversidades e desigualdades, em especial a promovida pelo recorte de classe social, ou seja, o envelhecer da classe trabalhadora destituídas de propriedade (exceto a força de trabalho) e do controle de seu tempo de vida a partir de determinações da sociedade capitalista que engendram desigualdades, degradações e vulnerabilidade sociais em massa.

Ressalta-se que as velhices das populações se consolidam como fenômeno na realidade social de alguns países do mundo,⁹ pois se sabe que, na sociedade capitalista, e, principalmente de capitalismo periférico e dependente,¹⁰ como o Brasil, o processo de envelhecimento padece por precariedades. (COSTA ET AL,2019, p. 401)

Cabe aqui lembrar que em sociedades antigas os idosos eram vistos como sábios e dignos de toda admiração e respeito, tinha o papel de ancião no qual os mais jovens recorriam aos seus conselhos em algum momento de suas vidas, mas com o passar o tempo e após a revolução industrial, esses idosos passaram a ser ignorados e vistos como impotente e sem potencial para geração de uma lucratividade. De acordo com Mascaro (2004, p.13) “os gregos antigos glorificavam com ardor a juventude e viam a velhice como um flagelo e um castigo que aniquilava a força do guerreiro. Em Esparta também, por exemplo, a idade avançada era sinônimo de conhecimento e sabedoria:

“[...] o conselho dos anciãos chamava-se de Gerúsia e era composto de pessoas com mais de 60 anos. Os anciãos eram bastante respeitados e tinham muita autoridade: além de mestres, possuíam o poder de avaliar e decidir qual recém-nascido deveria viver ou morrer. Era também um costume honroso o neto receber o nome do avô. (MASCARO, 2004, p.27).

Porém envelhecer na cena contemporânea o envelhecimento tornou-se objeto de discriminação, num sistema que só valoriza o novo, o jovem, desprezando aqueles

que não servem para os padrões atuais de juventude, força e vigor físico. Esse processo é decorrente do modelo de produção capitalista, no qual rejeita o idoso como trabalhador. No mundo moderno, a sociedade vê a velhice associada ao declínio, com perdas para a saúde, falta de capacidade para produzir, queda no vigor sexual, na beleza e na força física, já que o indivíduo teria alcançado o ponto máximo do ciclo de vida.

Os trabalhadores idosos nessa sociedade caracterizam parte da classe trabalhadora na atualidade e não são sequer explorados; constituem –se supérfluos para o capital; a camada lazarenta da classe trabalhadora, compondo o pauperismo oficial cuja a situação é decorrente do modo de produção capitalista. (TEIXEIRA,2017, p.38).

De acordo com Teixeira (2008) quando o trabalhador se encontra na condição de velho é descartado e obsoleto para capital, que não lhe dá condições de sobrevivência. Pode se destacar também que ao longo do tempo vai se modificando e se agregando termos a pessoa idosa, fazendo com que a sociedade seja categorizada em valores e palavras pejorativas, conceitos esses: idoso, terceira idade, velho. Trazendo assim a negatividade junto ao envelhecer. Verifica-se, também, que elaborações simbólicas e práticas, como a ideia de “terceira, ou melhor, idade”, vêm se impondo, em “resistência” à visão marginalizada, à solidão e aos estigmas do envelhecimento, forjando uma imagem de velhice bem-sucedida. “Jovens velhos e velhas” podem desempenhar atividades sociais, esportivas e culturais, como critério inclusivo de pertinência social. Estudos que revisam criticamente essa “ideologia da terceira idade” indicam-na como busca exteriorizada de superação dos riscos “naturais”, numa escolha de competência individual para adequação a modernos padrões de sociabilidade, de controle do corpo e do envelhecimento (MACHADO, 2005, p. 151).

Coadunamos com o pensamento da autora e acreditamos que a forma biológica do envelhecer está sujeito a todos/todas, todavia a partir do modo de produção capitalista e com o estabelecimento da divisão classes sociais, acumulação de riquezas e exploração do trabalho as condições de envelhecer são afetadas na medida em que nem todos idosos/ idosas tem acesso a bens e serviços capazes de proporcionar uma vida permeada, principalmente o envelhecer da classe trabalhadora, por um processo de subalternização e expostos a situações de desigualdades sociais e pobreza. Isso significa refletir que a classe trabalhadora de hoje inserida em postos de trabalho precarizados, sem proteção trabalhista (agravada ainda mais pela reforma trabalhista

ocorrida em 2017 com a lei 13.467 do (des) governo (ilegítimo de Temer), com trabalhos informais que vendem sua força de trabalho e condenados a exploração máxima serão os idosos/idasas de amanhã acometidos de doenças decorrentes das atividades laborativas, assalariados/ aposentados que sobrevivem com o mínimo/básico para sua subsistência e de sua família que em muitos casos os membros estão desempregados e a única renda é a aposentadoria da pessoa idosa.

Por fim, Costa et al (2019) afirma que ao final da vida e após perder sua capacidade produtiva decorrente do envelhecer biológico este sujeito passa a ser excluído do mercado de trabalho e como consequência deste processo de segregação e estigmatização os velhos trabalhadores passam por situações de vulnerabilidades sociais e riscos, ou seja, expostos a situações de violação de direitos sociais em que os velhos trabalhadores pobres são os que mais têm dificuldades nos acessos aos serviços de saúde e ainda sofrem com problemas de desnutrição, dessa forma são atingidos/ atingidas pela miséria e diversas expressões da questão social como veremos a seguir.

3 ENVELHECIMENTO E OS REBATIMENTOS DAS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL

Segundo Goldman (2007) entendemos o envelhecimento como um fenômeno histórico, social, cultural, de alta complexidade, multifacetado e multidisciplinar que perpassa as trajetórias de vida pessoal e social e só pode ser compreendido em determinado tempo, espaço, classe social, relações de gênero, dentre outras variáveis. Faleiros (2014) evidencia que o envelhecimento implica deterioro ou diminuição da capacidade funcional, mas inseridos num contexto de trabalho/aposentadoria, político, cultural, social, familiar e de percepção de si e do mundo. Assim, como já evidenciamos na discussão anteriormente o processo de envelhecimento ocorrerá para todos, no entanto, a classe trabalhadora e assalariada que sofre com as desigualdades sociais e, portanto, tem condições de vida diferenciadas atravessadas por diversas expressões da questão social. Cabe lembrar que de acordo com Yamamoto (2008) a questão social deve ser entendida como um conjunto de expressões da desigualdade social na sociedade capitalista madura na qual o trabalho torna-se cada vez mais social, no entanto, a apropriação dos frutos fica privada.

Decerto, é possível verificar que fatores econômicos, sociais e geográficos condicionam o processo do envelhecimento e da velhice. Assim, se compararmos um indivíduo proveniente de classes sociais mais abastadas, com um percurso profissional intelectual, a um velho trabalhador rural dos sertões brasileiros, ainda que ambos tenham a mesma idade cronológica, dificilmente apresentarão a mesma idade biológica e social. O desgaste sofrido pelo trabalho manual intensivo e insalubre, durante toda a vida, reflete diretamente na condição de vida, suprimindo uma possível boa qualidade de vida e encurtando a sua existência. (COSTA, D.COSTA, J., POLTRONIERI, 2017, p. 27)

Em país como o Brasil repleto de contratos e marcado pela exploração, dominação, alienação e concentração de riquezas alimentadas pelas elites brasileiras a questão social passa a ser mais agudizada além supressão de direitos sociais, focalização das políticas sociais, corte de gastos sociais como ocorreu no (des) governo de Temer quando a época foi a discussão da Proposta da Emenda Constitucional (PEC) 55 que tinha a finalidade de congelar os gastos sociais por 20 anos e “contornar a crise” econômica e que acabou sendo aprovada tendo um impacto desastroso para as políticas sociais. Como consequência desse processo teremos cada vez mais o comprometimentos e redução na prestação dos serviços e ações públicos em diversas áreas essenciais aos cidadãos, inclusive a pessoa idosa já que muitos idosos brasileiros estão inseridos em situações de vulnerabilidades sociais e riscos sociais vítimas de diversos tipos de violência, em situação de rua, retornam ao mercado de trabalho de forma precária, sem acesso a serviços de saúde e medicamentos pois os velhos trabalhadores não são detentores de propriedades privadas, portanto, acabam não tendo condições de um processo de envelhecimento numa perspectiva digna.

É necessário reconhecer que o envelhecimento humano é heterogêneo e marcado por diversos fatores que influenciam nas formas como envelhecemos com isso compreender que esse processo é atravessado por questões de raça, gênero e principalmente classe social. As desigualdades sociais estão presentes no envelhecimento humano como os idosos/ idosas inseridos no meio rural que tem pouca visibilidade e dificuldades acentuadas ainda mais que o meio urbano. Dessa maneira compreender que a área rural tem particularidades específicas como a ausência de ações do Estado, dificuldades no acesso a água, a energia elétrica, atravessados pela pobreza, ou seja, excluídos da sociedade.

Na contemporaneidade, a velhice da classe trabalhadora é atravessada por diversas por diversas expressões da questão social, tornando-se uma delas.

Pode –se dizer que não é uma nova questão social, mas novas manifestações que se adquirem com as mudanças societárias posta pelo modelo de acumulação capitalista, dentre elas a contradição entre o aumento da longevidade de um lado e, de outro, o desmonte das proteções sociais conquistadas. (SANTOS ET AL,2017, p.77)

A Constituição Federal de 1988, no Art. 230 estabelece que é dever da família, da sociedade e do Estado amparar a pessoa idosa, assegurando sua participação na comunidade, defendendo assim, sua dignidade e bem-estar garantindo-lhes o direito à vida. Dessa forma, o Estado através de diversos dispositivos legais afirmar sua responsabilidade na execução de ações e serviços que visam a garantia de direitos com a finalidade de melhoria no cotidiano na vida das pessoas idosas. Todavia, acena contemporânea tem sido de desresponsabilização diante das políticas e transferência para a família, principalmente no cuidado e atenção a pessoa idosa como nos aponta Bernardo (2017, p. 65) quando diz que “[...] além do ocultamento das contradições da velhice do trabalhador e de sal individualização, é quanto à ênfase na responsabilidade das famílias como estratégia de privatização dos cuidados”. Em nosso próximo item apresentaremos ao leitor as principais políticas voltadas a este segmento populacional.

4 AS POLÍTICAS SOCIAIS NO ATENDIMENTO A PESSOA IDOSA NO BRASIL

Com o aumento significativo da expectativa de vida a população idosa brasileira está tornando-se demanda recorrente que necessitava de atendimento junto as políticas sociais. Pensando nesta realidade no Brasil, foi aprovada em 4 de janeiro de 1994 a Lei nº 8.842/94, que estabelece a Política Nacional do Idoso, regulamentada posteriormente pelo Decreto nº 1.948/96 (Brasil, 1994). A finalidade dessa lei é garantir direitos sociais, que assegurem a garantia e a promoção da integração, autonomia e participação efetiva do idoso na sociedade, dessa forma visa que o idoso seja um cidadão exercite sua cidadania com dignidade. Ainda nessa lei consta que a pessoa idosa é aquela com idade a partir de 60 anos serão objeto de atenção especial do estado. Essa política tem, segundo Pasinato (2004, p. 269), as seguintes diretrizes norteadas:

Incentivar e viabilizar formas alternativas de cooperação intergeracional; atuar junto às organizações da sociedade civil representativas dos interesses dos idosos com vistas as formulação, implementação e avaliação das políticas , planos e projetos; priorizar o atendimento dos idosos em condições de vulnerabilidade por suas próprias famílias em detrimento ao atendimento asilar; promover a capacitação e reciclagem dos recursos humanos nas áreas

de geriatria; priorizar o atendimento do idoso em órgãos públicos e privados prestadores de serviço; e fomentar a discussão e o desenvolvimento de estudos referentes à questão do envelhecimento.

Já no ano de 2003, foi criado o Estatuto do Idoso que enfatiza a garantia de assistência integral à saúde dessa população através do Sistema Único de Saúde (SUS), em todos os níveis de atenção, sendo assim, buscando discutir sobre a atenção às condições de saúde dos idosos, tendo como finalidade a seguridade ao acesso igualitário e universal de serviços e ações visando à proteção, promoção, prevenção e recuperação da saúde. Brasil (2003, p.13) afirma:

§1º A prevenção e a manutenção da saúde do idoso serão efetivadas por meio de: I – cadastramento da população idosa em base territorial; II – atendimento geriátrico e gerontológico em ambulatórios; III – unidades geriátricas de referência, com pessoal especializado nas áreas de geriatria e gerontologia social; IV – atendimento domiciliar, incluindo a internação, para a população que dele necessitar e esteja impossibilitada de se locomover, inclusive para idosos abrigados e acolhidos por instituições públicas, filantrópicas ou sem fins lucrativos e eventualmente conveniadas com o poder público, nos meios urbanos e rural;

É de muita importância ressaltar que as políticas públicas de saúde em prol da qualidade de vida do idoso, demarca um ponto de partida para o elo entre diversos campos do conhecimento, os quais representam um suporte fundamental para a problematização e reconhecimento das demandas e necessidades dessa população (Moura, Silva & Marques, 2011).

As políticas sociais tem buscando implementar modalidades de atendimento aos idosos tais como, Centros de Convivência – espaço destinado à prática de atividade física, cultural, educativa, social e de lazer, como forma de estimular sua participação no contexto social que se está inserido, porém essa classe ainda sofre com os preconceitos, o que gera uma grande exclusão social, fruto de um imaginário construído, que diz que o idoso é alguém que atrapalha, que é trabalhoso, ou que as vezes nem serve mais para o mercado de trabalho, sem falar dos abandonos que ocorrem nos asilos, como se esse local fosse a principal referência da velhice.

A Política Nacional de Assistência Social, na busca de inclui-los em atividades, institui o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Idosos (SCFVIs), operacionalizado pelo Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), o qual tem por finalidade contribuir no processo do envelhecimento ativo e saudável, que não está só

relacionado com a ausência de doenças, mas com a convivência familiar e comunitária. Deste modo, no âmbito da proteção social básica, a concepção de convivência e convívio é entendida “[...] como um atributo da condição humana e da vida moderna, que se dá entre sujeitos de direitos que se constituem na medida em que se relacionam” (MDS, 2013, p.17 apud SILVA, SANTOS, SANTOS, 2017, p. 4). Conforme previsto na Tipificação o SCFVIs baseia-se, na oferta de grupos de convivência, um espaço para a realização de atividades de convívio, que possibilitam a interação do idoso com a comunidade e uma convivência intergeracional, atribuindo-lhes sentimento de pertencimento, tanto no âmbito familiar, quanto no social (MDS, 2012, p. 37 apud SILVA, SANTOS, SANTOS, 2017, p. 4-5).

Além deste, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), em seu artigo 20 estabelece a proteção ao idoso através do Benefício de Prestação Continuada (BPC), o qual refere-se à: Benefício da Política de Assistência Social, individual, não vitalício e que garante o pagamento mensal de um salário mínimo à pessoa idosa, com 70 anos ou mais, e à pessoa com deficiência, de qualquer idade, com impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, ou intelectual, que comprovem não possuir meios para prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família.

Têm-se ainda a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa, normatizada pela Portaria GM/MS nº 2.528, de 19 de outubro de 2006. Nesse contexto, a política tem como principais diretrizes: o envelhecimento ativo e saudável, atenção integral e integrada à saúde da pessoa idosa, estímulo às ações intersetoriais, fortalecimento do controle social, garantia de orçamento, incentivo a estudos e pesquisas.

Contudo, o ideário neoliberal no Brasil tem sido responsável pelo desmonte dos direitos sociais o que dificulta cada vez mais a materialização da política de assistência, de modo que, nesse contexto estabelecem mecanismos de subordinação do Estado ao mercado e desenvolvimento do capital, para enfatizar alguns dos retrocessos destacamos aqui a aprovação da emenda Constitucional do Teto dos Gastos (EC nº 95/2016), que limita, por vinte anos a ampliação dos gastos na área social, com o objetivo de garantir a “[...] conservação e modernização da ordem capitalista”. (MOTA, 2012, p. 23 apud SOUZA, 2019).

Isso implica dizer que as expressões da questão social já não são atendidas com efetividade, pois o acesso aos direitos sociais não chega até os usuários pela falta de

recursos disponibilizados, e assim as demandas continuam a progredirem, daqui a vinte anos este cenário ficará ainda mais caótico tendo em vista que as expressões ganham novas roupagens e não tem como solucionar as já existentes quem dirá as próximas.

Não já obstante aprovou-se recentemente a PEC 6/2019 que modifica o sistema de previdência social, unificando o regime previdenciário que antes era dividido em aposentadoria por tempo de contribuição e aposentadoria por idade, fica estabelecido que a aposentadoria será de 62 anos para mulher e 65 para o homem e o tempo de contribuição foi para 20 anos para ambos os sexos.

5 O IDOSO COMO DEMANDA NO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL INSERIDOS NOS ESPAÇOS SOCIO-OCUPACIONAIS

O envelhecer é realmente um processo natural que deve ser acompanhado por todos que rodeiam, principalmente por familiares. No entanto nem sempre é assim, vivemos em um modo de produção capitalismo no qual o indivíduo é valorizado pelo tempo de vida útil, ou seja, até onde podemos ser uteis para a sociedade vendendo força de trabalho, desabilitando-se assim todos os idosos que pela idade se tornam incapacitados de trabalhar.

Neste cenário os (as) Assistentes Sociais desenvolvem atividades em espaços sócios ocupacionais e recebem cotidianamente idosos como demandas para atendimento e que sofrem com as mais diversas expressões da questão social. Assim, os profissionais são desafiados a responderem as estas demandas via políticas sociais tendo como horizonte garantir os direitos da pessoa idosa. De acordo Campelo e Paiva (2014) o acentuado processo de envelhecimento já é uma demanda recorrente para a política de saúde que está em um processo de redução de gastos e não acompanham esta magnitude. A autora destaca que esta população passa a depender de um sistema de (des) proteção social protagonizado pelo Estado, que ao contrário, se desresponsabiliza com esta demanda direcionando-a para o terceiro setor.

Nesta esteira, o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) enquanto entidade representativa da profissão produziu material tecendo reflexões em relação as condições de envelhecimento nesse país que se torna idoso embora seja uma condição humana natural, é necessária uma avaliação não abstrata levando em consideração as

condições concretas de vida desses sujeitos. Dessa forma o trabalho do (a) assistente social são desafiados em viabilizar o acesso aos direitos a pessoa idosa, uma vez que, vivenciamos um cenário atual permeado pela desigualdade social e regressão desses direitos sociais que foram conquistas históricas da população.

A demanda do idoso nos diversos espaços sócio ocupacionais é recorrente, seja por acesso negado aos direitos ou por algum tipo de denúncia de violência. A Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, por meio do Disque 100 “Módulo Idoso do Disque Direitos Humanos”, informou que de 2010 a 2012 houve aumento de 199% no número de denúncias. Nesse conjunto de dados ressaltam as seguintes violências: negligência (68,7%), seguidas pelos abusos psicológicos (59,3%), abusos financeiros, econômicos e violência patrimonial (40,1%). Os maus-tratos físicos vêm em último lugar (34%), tornando visível que a violência contra a pessoa idosa é muito mais abrangente e difusa (MALLET et al., 2016).

Quando essas demandas chegam aos espaços sócio ocupacionais faz se necessário que o Assistente Social busque elaborar e planejar, junto com os demais profissionais da área, ações de atenção à saúde do idoso, geralmente a porta de entrada para o atendimento se dá através do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), o qual será responsável por classificar a demanda e orientar sobre a rede de atendimento, podendo encaminhá-lo de acordo com a necessidade para os serviços especializados, por exemplo: em caso de rompimento de vínculos e negligências buscar o Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), caso de maus tratos buscar o ministério público, delegacias ou providenciar lar de acolhimento para o idoso.

6 CONCLUSÃO

Apesar do crescente envelhecimento da população brasileira, enfatizamos aqui as variáveis sobre a expectativa de vida a depender da região, principalmente na região Nordeste do país, demarcada por desigualdades regionais, econômicas, culturais e sociais, o que mostra claramente um recorte de classes. Nessa perspectiva o envelhecimento que deveria ser a idade do “bom viver”, das experiências e realizações torna-se uma fase de agrave de problemas de saúde para a classe trabalhadora que já se doou tanto ao mercado de trabalho e ainda de solidão e isolamento, pois a sociedade

do capital atribuí ao idoso como se fosse algo que não possui mais utilidade, considera que, seu potencial para atividade laboral já está muito reduzido sendo incapaz de produzir mais em menos tempo e gerar acumulação de riquezas.

Esta lógica mercadológica transforma o ser em mercadoria/objeto que são desvalorizadas e descartáveis. Na cena contemporânea só se valoriza o novo e o envelhecer é tratado com discriminação. Tudo isso contribui para um adoecimento deste segmento populacional que é jogado às margens sem o mínimo de reconhecimento do seu papel social. Contudo, as políticas sociais destinadas a atender as demandas desses idosos sofre graves ataques na perspectiva de que o Estado se abstrai de suas responsabilidades e aplica uma política social seletiva, pois atende os que mais necessitam dentre os necessitados, reducionista – na medida que são aprovadas propostas de emendas constitucionais de redução de gastos para a assistência social, saúde, educação e previdência – e focalizada em atender apenas o mínimo necessário.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 8.842** de 4 de Janeiro de 1994. Política Nacional do Idoso. Brasília, 2003.

BRASIL **Portaria nº 2.528**, de 19 de outubro de 2006. Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Brasília, DF: Senado Federal.

BRASIL. **Lei nº 10.471** de 1º de Outubro de 2003. Estatuto do Idoso. Brasília, 2003.

BRASIL, **Lei nº 8.742**. Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Brasília: DF, 7 de dezembro de 1993.

BARROS. Ricardo Paes de; MEDONÇA. Rosane; SANTOS. Daniel. **Incidência e natureza da pobreza entre idosos no Brasil**. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. (IPEA), 1999. Disponível em:

http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0686.pdf. Acesso em: 01Maio.2020.

BEAUVOIR, S. de. **A velhice**. Tradução Maria Helena Franco Monteiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1970.

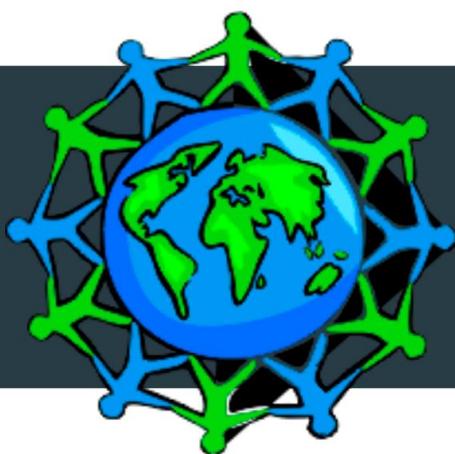
BERNARDO, Maria Helena de Jesus. A velhice da classe trabalhadora e a naturalização dos cuidados. In: Teixeira, Solange Maria (Org). **Envelhecimento na Sociabilidade do Capital**. Campinas: Editora Papel Social, 2017, p. 76-93.

MALLET, Sandra de Mendonça et al. Violência contra idosos: um grande desafio do envelhecimento. **Revista Med**, Minas Gerais, v. 26, n. 8, p.408-413, jun. 2016. Disponível em: <file:///C:/Users/Cliente/Downloads/v26s8a77.pdf>. Acesso em: 01 maio. 2020.

SILVA, L. P. R. SANTOS, M. N. S. SANTOS, L. V. **Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos no centro de convivência Zoé Gueiros em Belém/PA**. Belém, 2017.

TEIXEIRA, S. M. **Envelhecimento no tempo do capital**: implicações para a proteção social. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **O envelhecimento e as reformas no sistema de seguridade social no Brasil contemporâneo**. Textos & Contexto.



Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI

III SINESPP

20 a 24
OUTUBRO
2020

SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS
Democracia, desigualdades sociais e políticas públicas no capitalismo contemporâneo

EIXO TEMÁTICO 9 | QUESTÕES DE GÊNERO, RAÇA/ETNIA E GERAÇÃO

A PANDEMIA DA COVID-19 SOB UMA ANÁLISE INTERSECCIONAL: rebatimentos para a vida de mulheres negras trabalhadoras domésticas brasileiras.

THE COVID-19 PANDEMIC UNDER AN INTERSECTIONAL ANALYSIS: impact on the lives
of black women domestic workers in Brazil.

Brenda Vanessa Pereira Soares ¹
Pollyana Gonçalves dos Inocentes ²
Tanielle Cristina dos Anjos Abreu ³

RESUMO

Análise dos rebatimentos da pandemia da Covid-19 para a vida das mulheres negras que possuem por ocupação o trabalho doméstico, tendo como base a perspectiva interseccional. Trata-se de pesquisa bibliográfica e documental. Como resultados, afirma-se que desigualdade social presente no Brasil, legado da nossa herança colonial escravista e patriarcal tem negando às mulheres negras o direito de exercer a principal medida de prevenção à Covid-19 de acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), que trata-se do distanciamento social, colocando em risco não apenas a sua saúde bem como a de seus familiares e comunidade.

Palavras-Chaves: Interseccionalidade; Trabalho Doméstico; Pandemia.

ABSTRACT

Analysis of the impact of the Covid-19 pandemic on the lives of black women who occupy domestic work, based on the intersectional perspective. This is bibliographic and documentary research. As a result, it is stated that social inequality present in Brazil, a legacy of our colonial slave and patriarchal heritage, has denied black women the right to exercise the main preventive measure against Covid-19 according to the World Health Organization (WHO), which is about social detachment, putting at risk not only your health as well as that of your family and community.

Keywords: Intersectionality; Domestic Work; Pandemic.

¹ Assistente Social (UFMA), Especialista em Gestão Universitária (UEMA) e Mestranda em Políticas Públicas (UFMA). E-mail: bvps-brenda.s@hotmail.com.

² Assistente Social (UNICEUMA) e Mestranda em Políticas Públicas (UFMA). E-mail: Pollyana_gim@hotmail.com.

³ Administradora (UFMA) e Mestranda em Políticas Públicas (UFMA). E-mail: tanielle.abreu@discente.ufma.br.

INTRODUÇÃO

A pandemia de Covid - 19 ainda em curso, causada pelo novo coronavírus (SARS-cov-2, assim denominado pela Organização Mundial da Saúde - OMS tem afetado a todos os países do mundo e causado impactos econômicos, políticos, sociais e sanitários em toda a sociedade contemporânea. Todavia, em países marcados por profundas desigualdades sociais como o Brasil, este quadro se agrava, pois o mesmo está estruturado no racismo e no patriarcado, ambos frutos das raízes coloniais escravocratas.

Nesse sentido, a pandemia da Covid - 19 tem um peso maior sobre determinados grupos sociais como pobres, população LGBTQIA+⁴, mulheres, negros e principalmente a população de mulheres negras. Portanto, o objetivo deste artigo consiste em analisar os rebatimentos da pandemia da Covid-19 para a vida das mulheres negras que possuem por ocupação o trabalho doméstico⁵, tendo como base a perspectiva interseccional. A interseccionalidade permite uma análise crítica pelo qual as opressões de gênero, raça e classe estruturam toda a sociedade brasileira, destacando a importância de refletir sobre de que maneira esses sistemas de opressões se combinam e se inter cruzam.

Para tanto, este artigo de metodologia pautada na pesquisa bibliográfica e documental, está dividido nos seguintes tópicos: esta introdução; o segundo, que trabalha a categoria interseccionalidade e sua relação com o trabalho doméstico exercido por mulheres negras no Brasil; o terceiro, que expõe a vulnerabilidade das trabalhadoras domésticas na pandemia da Covid - 19 e; em seguida, está a conclusão e referências utilizadas.

⁴ A sigla representa: lésbicas, gay, bissexual, transgêneros, travesti transexual, queer, questioning, intersexo, assexual, ally pansexual, agênero, gênero queer, bigênero, mais) que comporta diversas orientações sexuais e identidades de gênero.

⁵ O trabalho (emprego) doméstico na legislação brasileira é regido pela Lei Complementar 150 de junho de 2015, que assegura novos direitos aos trabalhadores da categoria, como FGTS, adicional noturno, seguro-desemprego, salário-família, entre outros. E é considerado “**emprego doméstico**” aquele maior de 18 anos que presta serviços de natureza contínua (frequente, constante) e de finalidade não-lucrativa à pessoa ou à família, no âmbito residencial, por mais de 2 (dois) dias por semana.

2 INTERSECCIONALIDADE E TRABALHO DOMÉSTICO: um olhar sobre a situação das mulheres negras no Brasil

A discussão sobre a situação da mulher negra, sobretudo a brasileira, não pode ser realizada sem considerar a categoria interseccionalidade, termo usado pela primeira vez em uma produção da jurista afro-americana Kimberlé W. Crenshaw (1989) para designar a interdependência dos eixos de poder, ou seja, de raça, gênero e classe, elementos indissociáveis para uma luta unitária (HIRATA, 2014).

Segundo Hirata (2014), embora o termo tenha sido cunhado por Crenshaw (1989), a autora afirma que a categoria tem origem no *Black Feminism*, movimento iniciado no final dos anos 1970 (Collins, 2013; Davis, 2016; Hooks, 2019), cujas autoras criticavam radicalmente o Movimento Feminista branco, de classe média e heteronormativo, denunciando a invisibilidade das mulheres negras como sujeitos do feminismo. Davis (2011) também destaca a importância de se refletir sobre de que forma os sistemas de opressão se combinam e entrecruzam na produção e na reprodução das desigualdades sociais, quando afirma que:

[...] É preciso compreender que classe informa a raça. Mas raça, também, informa classe. E gênero informa a classe. Raça é a maneira como a classe é vivida. Da mesma forma que gênero é a maneira como a raça é vivida. A gente precisa refletir bastante para perceber as intersecções entre raça, classe e gênero, de forma a perceber que entre essas categorias existem relações que são mútuas e outras que são cruzadas. Ninguém pode assumir a primazia de uma categoria sobre as outras (DAVIS, 2011, s/p).

No Brasil, o interesse teórico e político em articular as categorias de análise (raça, sexo e classe, entre outras) ficam claros nos trabalhos realizados por Lélia Gonzalez (1982), para explicar os múltiplos e imbricados sistemas de opressão (racismo, sexismo, segregação, entre outros) e na articulação com os movimentos sociais (movimento negro, movimento feminista e o movimento homossexual - atual Movimento LGBTQIA+), sendo a autora considerada uma das antecessoras do conceito de interseccionalidade no país.

Neste contexto, cabe retomar a afirmação de que esta categoria é indispensável para pensar a situação das mulheres negras brasileiras. O processo de escravidão negra durou mais de 300 anos no Brasil e, quando foi realizada a abolição (em 1888, por pressões externas), não foi preparada nenhuma estrutura social que pudesse reparar

centenas de anos de exploração deste contingente populacional, lançando-o à própria “sorte”.

Assim, essa omissão do Estado brasileiro, que em várias medidas controverteu-se mais em um projeto racista de embranquecimento da população (tendo em vista que existiram políticas que impulsionaram a vinda de imigrantes europeus para trabalhar no processo de industrialização), acarretou em diversas desvantagens para a população negra, dentre estas estão o pouco acesso à educação, o que impactou diretamente na condição de trabalho desta população.

Para Marx (1985), o trabalho exercido pelo homem (aqui entendido enquanto ser genérico) diferencia-se de qualquer outra atividade natural desenvolvida pelos demais seres vivos, pois, ao transformar a natureza em meios de subsistência para satisfazer as suas necessidades, a transforma de maneira intencional e consciente (através de uma prévia ideia daquilo que precisa ser produzido) controlando e executando o processo de produção.

Destarte, há uma relação entre o homem e a natureza, a qual denomina-se trabalho. Todavia, ao transformar a natureza para atender às suas necessidades, o homem também se transforma, originando o ser social. Logo, por ser uma atividade coletiva e que funda o ser social, sua atividade tende a abranger o todo que está a sua volta. Assim, foi a partir desse processo que o homem foi criando habilidades, desenvolvendo o pensamento, a consciência, a linguagem e a capacidade de se relacionar socialmente (BRAZ; PAULO NETTO, 2007).

Todavia, no modo de produção capitalista (este aqui entendido enquanto um sistema político, econômico e social que visa acumulação do lucro) o trabalho foi transformado em mercadoria, estimulando o desenvolvimento das forças produtivas e criando condições para o aumento da produção da riqueza material, que se concentra nas mãos da classe burguesa.

Neste contexto, sobretudo no Brasil, considera-se ainda o patriarcado e o racismo, sistemas sociais que embora não tenham sido criados pelo capitalismo, foram absorvidos por estes e são determinantes para a compreensão da dominação, exploração e humilhação vivenciada pela classe trabalhadora nesta sociedade.

Exemplo disso está no fato de que é concorde entre diversos estudiosos do trabalho que há uma divisão internacional sexual e racial do trabalho. Enquanto a

divisão sexual do trabalho, de acordo com Hirata e Kergoat (2007), é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos que tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva (funções desenvolvidas no espaço público, com maior valor social adicionado) e das mulheres à esfera reprodutiva (trabalho doméstico e com menor valor social), a divisão racial do trabalho tem a ver com o processo de racismo estrutural⁶. Nesta perspectiva, é interessante ressaltar a importância do enfoque interseccional - a articulação entre raça, classe e gênero - e sua relação com o trabalho, objeto de investigação que está no centro do pensamento de Lélia Gonzalez (1982):

Ora, na medida em que existe uma divisão racial e sexual do trabalho, não é difícil concluir sobre o processo de tríplice discriminação sofrido pela mulher negra (enquanto raça, classe e sexo), assim como seu lugar na força de trabalho. (GONZALES, 1982, p. 96).

Assim, a desigualdade racial no mercado de trabalho brasileiro é uma realidade e ainda impõe à população negra (sobretudo para as mulheres) uma série de restrições para a participação na vida social, como a dificuldade de acesso ao trabalho. Mesmo após mais de cem anos da abolição da escravidão:

Os negros estão fortemente concentrados nas ocupações da indústria tradicional e nos serviços gerais, sendo que o acesso à educação é um dos principais fatores de produção dessa desigualdade. Entretanto, mesmo quando eliminadas as diferenças educacionais, os negros ainda apresentam desvantagens, principalmente no acesso às melhores posições ocupacionais, demonstrando que há uma distribuição desigual de indivíduos no mercado de trabalho e um dos fatores dessa desigualdade é a cor (LIMA, 2001, p. 152).

Essas reflexões podem ser constatadas nos dados da pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) de 2019 (coletados entre 2017-2018). Ao investigar temas necessários à reprodução das condições de vida da população brasileira (mercado de trabalho, distribuição de renda, condições de moradia, educação, indicadores relativos à violência e à representação política, dentre outros), os mesmos revelaram que a média do rendimento mensal da população branca ocupada foi de R\$ 2.796, enquanto da população negra foi de R\$ 1.608. Foi possível constatar também

⁶ Trata-se de uma forma de racismo que abrange um conjunto de práticas, hábitos, situações e falas embutido em nossos costumes e que promove, direta ou indiretamente, a segregação ou o preconceito racial em três principais pilares; economia, política e subjetividade. Para ver mais sobre esta discussão, recomenda-se o livro “Racismo Estrutural” de Silvío Almeida.

que, tanto na ocupação formal, como na informal, as pessoas negras receberam menos do que as brancas.

Cabe ressaltar ainda o Dossiê “Mulheres Negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil” do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA) em 2013, que demonstra que apesar da maior inserção feminina em ocupações não manuais do mercado de trabalho que ocorreu a partir dos anos 1990, observou-se que as mulheres mais pobres, majoritariamente negras, se concentram no serviço doméstico, de prestação de serviços, e naqueles relacionados à produção na indústria, enquanto as mulheres de classe média, majoritariamente brancas, devido a maiores oportunidades educacionais, conduzem-se para prestação de serviços, áreas administrativas ou de saúde e educação.

Nesta conjuntura, o trabalho doméstico é um emprego majoritariamente feminino e composto notadamente por mulheres negras. Segundo pesquisas do IBGE e do IPEA, a categoria é marcada pela baixa escolaridade e baixa remuneração, além de ser um perfil que tem envelhecido nos últimos anos. As mulheres representam 97% dos/as trabalhadores/as domésticos/as no país. É a categoria com o menor rendimento médio entre todas as ocupações do mercado de trabalho e elas buscam o serviço doméstico como alternativa frente ao desemprego⁷.

Logo, no contexto da sociedade capitalista e da divisão internacional sexual e racial do trabalho, há uma desvalorização desta forma de trabalho. Para a referida lógica, esta atividade não produz lucro, e por isso não deve ser remunerada (acentuando a exploração das mulheres) ou deve ser remunerada de forma precária. Em suma, mulheres negras “arcam com todo o peso da discriminação de cor e de gênero, e ainda mais um pouco, sofrendo a discriminação setorial-regional-ocupacional que os homens da mesma cor e a discriminação salarial das brancas do mesmo gênero” (SOARES, 2000, p. 51).

Assim, diante do contexto da pandemia da Covid-19 no Brasil, ao analisar a partir da perspectiva interseccional é possível afirmar que esta tornou ainda mais exposta as perversas desigualdades sociais existentes e que a mesma não atingiu a todos e todas da

⁷ Matéria disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,numero-de-empregados-domesticos-no-pais-bate-recorde,70003178662>.

mesma maneira, onde as trabalhadoras domésticas tem enfrentado cruelmente os rebatimentos, conforme será visto no próximo tópico.

3 A PANDEMIA DE COVID-19 NO BRASIL E SEUS REBATIMENTOS PARA A VIDA DE MULHERES NEGRAS TRABALHADORAS DOMÉSTICAS

No Brasil, o primeiro caso de Covid-19 confirmado pelo Ministério da Saúde (MS) ocorreu no dia 26 de fevereiro em São Paulo. Um homem de 61 anos deu entrada em um hospital particular, o Hospital Israelita Albert Einstein, no dia anterior com histórico de viagem para Itália, região da Lombardia. Em contraste a esse caso, no dia 17 de março de 2020 ocorreu a primeira morte por Covid-19 no Rio de Janeiro e foi de uma trabalhadora doméstica que nunca fez uma viagem internacional. A idosa, de 63 anos, foi contaminada através de sua empregadora recém-chegada de viagem à Itália e não dispensada para o cumprimento do distanciamento social recomendado pela OMS. A trabalhadora deu entrada em uma unidade de saúde pública logo após chegar da casa onde trabalhava - Leblon, zona sul do Rio de Janeiro, onde começou a passar mal. Morreu no dia seguinte e somente dois dias depois a família teve a confirmação da doença.

Dito isso, é importante pontuar que no Brasil, assim como ocorre nos Estados Unidos, a população negra tem sido a mais vitimada pela pandemia da Covid-19. Os primeiros dados apresentados pelo Ministério da Saúde na data de 10 de abril de 2020, já apontavam um impacto da pandemia sobre a população negra:

Em duas semanas, a quantidade de pessoas negras que morrem por Covid-19 no Brasil quintuplicou. De 11 a 26 de abril, mortes de pacientes negros confirmadas pelo Governo Federal foram de pouco mais de 180 para mais de 930. Além disso, a quantidade de brasileiros negros hospitalizados por Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) causada por coronavírus aumentou para 5,5 vezes. Já o aumento de mortes de pacientes brancos foi bem menor: nas mesmas duas semanas, o número chegou a pouco mais que o triplo. E o número de brasileiros brancos hospitalizados aumentou em proporção parecida (BRASIL, 2020, s/p).⁸

Logo, a população brasileira negra e pobre de forma geral tem sofrido duplamente com a situação pandêmica, pois, além de ser identificada como pertencente

⁸ A tabulação de dados é referente à análise realizada pela Agência Pública, baseada nos boletins epidemiológicos do Ministério da Saúde, que consideram o quesito raça e da cor em relação às internações e óbitos por Covid-19 no Brasil. Esses dados correspondem aos dados divulgados Governo Federal até 26 de abril de 2020.

à categoria de “grupos de risco” devido à comorbidades genéticas específicas (hipertensão, diabetes, anemia falciforme), expressões da “questão social” como desemprego, informalidade e ocupações de menor remuneração que já atingiam esta população (de acordo com os dados do IBGE) estão sendo agravadas com a inevitável crise econômica que decorre da medida de quarentena/distanciamento social recomendada pela OMS.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) considera os/as trabalhadores/as domésticos a categoria mais exposta ao risco de contaminação pela Covid-19. Isso porque trabalham em contato direto com os/as empregadores/as e os seus familiares, desempenhando várias atividades como lavar talheres, roupas e cômodos, cozinhar, passar, cuidar de crianças e de idosos, dirigir, limpar piscina etc., funções que levam à maior exposição e, em sua maioria, dependem de transporte coletivo para mobilidade⁹.

Não é coincidência que o vírus tenha entrado no Brasil por meio das populações de mais alta renda, com recursos ou condições de empregabilidade suficientes para viajarem ao exterior, e, ao mesmo tempo, que as primeiras mortes tenham sido de trabalhadores que ocupam posições precárias, pouco reconhecidas e valorizadas e que prestam serviços relacionados aos cuidados às camadas mais abastadas. De fato, o trabalho doméstico e de cuidados pressupõe a existência de uma significativa desigualdade de renda entre quem oferece a vaga de emprego e quem a ocupa, pois a remuneração do trabalhador não é paga pelo lucro de um empreendimento, mas pela renda pessoal de uma outra pessoa física. E é nessa desigualdade que se assenta boa parte das vulnerabilidades do trabalho doméstico e de cuidados no Brasil (mas também no resto do mundo), agravadas nas condições da pandemia da Covid-19 (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA E APLICADA, 2020b, p. 7).

Cumprido esclarecer que o cenário do Brasil anteriormente à pandemia do novo coronavírus já era de desemprego elevado e recuperação lenta das vagas formais. Porém, na PNAD Contínua publicada em 28 de abril de 2020, referente ao trimestre (fev/mar/abr) foi possível perceber que no contexto da pandemia a população ocupada em trabalho doméstico total (informais e formais) sofreu uma queda sem precedentes de 11,6% na comparação trimestral, a maior já registrada desde o início da série Contínua em 2012. Para piorar o cenário dessa categoria, a pesquisa informa ainda que mais 568 mil trabalhadoras domésticas sem carteira assinada (informais) perderam seu

⁹Para mais informações: https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_742927/lang-pt/index.htm?shared_from=shr-tls.

trabalho, o que equivale a uma queda de 12,6% de postos de trabalho nessa categoria de emprego.

Como alternativa ao enfrentamento da crise, o governo federal, após muitos embates sanciona duas principais legislações: a primeira trata-se da Medida Provisória nº 936, de 1º de abril de 2020¹⁰, que institui o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda e dispõe sobre medidas trabalhistas complementares para enfrentamento do estado de calamidade pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus. A medida dispõe que o empregador poderá acordar a redução proporcional da jornada de trabalho e de salário de seus empregados (25%, 50% ou 75%), por até noventa dias ou a suspensão temporária do contrato de trabalho de seus empregados (100%), pelo prazo máximo de sessenta dias, que poderá ser fracionado em até dois períodos de trinta dias. Também prevê o pagamento do Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda aos empregados que estiverem na situação de contrato de trabalho suspenso ou reduzido conforme os termos da Medida. O valor do benefício tem como base de cálculo o valor mensal do seguro-desemprego a que teria direito, proporcionalmente ao acordo. O valor pago pela União não ultrapassará o teto do seguro-desemprego que é R\$1.813,00 (um mil e oitocentos e treze reais).

A segunda alternativa trata-se do Auxílio Emergencial de R\$ 600,00, sancionado sob a Lei 13.892/2020 – que estabelece o pagamento do auxílio emergencial para trabalhadores autônomos e informais. Este benefício é destinado aos cidadãos/ãs a partir de 18 anos de idade sem emprego formal, mas que estão na condição de trabalhadores informais, microempreendedores individuais (MEI) ou contribuintes da Previdência Social. Como condições para acesso, também é necessário ter renda familiar mensal inferior a meio salário-mínimo per capita ou três salários mínimos no total e não ser beneficiário de outros programas sociais ou do seguro-desemprego. Para as famílias beneficiárias do PBF, o auxílio emergencial substituirá o benefício regular do programa nas situações em que for mais vantajoso. Para cada família beneficiada, a concessão do auxílio ficará limitada a dois membros, de modo que cada grupo familiar poderá receber

¹⁰ Acesso em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/mpv/mpv936.htm

até R\$ 1.200. A Lei 13.892/2020 prevê, portanto, benefício para um público amplo que não necessariamente participa do Cadastro Único.

Sendo assim, é possível observar limitações graves de ambas as medidas para dar suporte aos/às trabalhadores/as frente à crise instaurada pela pandemia. Além da redução de salários, ela pressupõe a exposição ao vírus dos trabalhadores/as que não podem trabalhar em regime *home office* e que precisam ir ao seu local de trabalho para cumprir com sua jornada, como as trabalhadoras domésticas.

Considerando que a MP nº 936/2020 se aplica apenas aos/às trabalhadores/as formais, as trabalhadoras domésticas que não possuem carteira assinada (cerca de 3.951 milhões) ficam dependentes do recebimento do auxílio emergencial, que não foi pago de forma tranquila aos trabalhadores. O governo Jair Bolsonaro que não tem realizado boa gestão da crise sanitária e econômica causada pela Covid-19 (quando se opõe, por exemplo, às medidas de distanciamento social e uso de máscaras recomendadas pela OMS) implementou dificuldades reais na logística de implementação do auxílio, como: dificuldade para aprovar o valor do mesmo, demora no pagamento das parcelas, uso de aplicativos de difícil acesso, corrupção na concessão do auxílio e falta de organização das agências bancárias da Caixa Econômica Federal, oportunizando aglomerações.

Além disso, cabe destacar ainda a dificuldade em identificar, cadastrar e emitir benefícios para os indivíduos os quase 11 milhões de indivíduos elegíveis que não estão no Cadastro Único (CadÚnico) segundo o IPEA (2020a), sem aglomerar pessoas e propagar o coronavírus. Com isso, pode-se questionar: quantas mulheres negras que desenvolvem trabalho doméstico sem carteira assinada podem estar não sendo contempladas pelo benefício? Considerando o alto percentual de informalidade dentro da categoria de trabalho doméstico, somado à quantidade de trabalhadoras da categoria que foram dispensadas devido à pandemia, ainda é uma pergunta difícil de ser respondida, mas que cabe cuidadosa reflexão.

A pesquisa realizada pelo Instituto Data Favela e pelo Instituto Locomotiva aponta que as favelas do nosso país (composta em sua maioria pela população negra) têm 5,2 milhões de mães. Dentro desse universo, 72% relataram que a alimentação de sua família ficará prejudicada pela ausência de renda durante o distanciamento social. 73% afirmaram não ter nenhuma poupança que permitisse a manutenção das despesas sem

trabalhar por sequer um dia. E ainda, um contingente de 92% delas afirmaram que as dificuldades para comprar comida surgirão após um mês sem renda. Oito a cada dez disseram que a renda já caiu por causa do coronavírus e 76% mencionaram que, com os filhos em casa sem ir para a escola, os gastos em casa já aumentaram.

Destarte, é possível presumir o quão difícil tem sido a sobrevivência de mulheres negras durante o contexto de pandemia. Não se pode encerrar essa discussão sem citar o caso da morte do menino Miguel Otávio Santana da Silva, de cinco anos de idade, filho da empregada doméstica Mirtes Renata Santana de Souza (ambos negros), que precisou trabalhar durante o contexto da pandemia e teve que levar o filho por não ter onde nem com quem deixá-lo. A criança caiu do nono andar de um prédio de luxo em que a mãe trabalhava, em Recife. A “patroa” Sari Mariana Costa Gaspar Côrte Real, esposa do prefeito de Tamandaré-PE, Sérgio Hacker, solicitou que Mirtes levasse o cachorro da família para passear, enquanto Miguel ficaria no apartamento. O menino, que ficou inquieto com a ausência da mãe, foi deixado por Sari sozinho dentro do elevador, que ainda acionou o comando para um andar mais elevado. Quando o elevador chegou ao nono andar, Miguel saiu, acessou uma área destinada ao sistema de ar condicionado e caiu de uma altura de 35 metros. Este fato, de grande repercussão na mídia e comoção social, demonstrou não só as condições em que mulheres negras trabalhadoras domésticas estão submetidas durante a pandemia da Covid-19 no Brasil como reacendeu o debate sobre o racismo e a herança nefasta deixada pela escravidão no país (COSTA, 2020).

4 CONCLUSÃO

O objetivo deste artigo foi analisar os rebatimentos da pandemia da Covid-19 para a vida das mulheres negras que possuem por ocupação o trabalho doméstico, tendo como base a perspectiva interseccional, ou seja, considerando gênero, raça e classe. Historicamente, elas (as mulheres negras) estão mais expostas a situações precárias de condições de vida em nosso país, situação que se agravou no contexto da pandemia da Covid-19.

Assim, além da maior probabilidade genética de morrer por pertencerem ao “grupo de risco”, elas correm ainda o risco de serem infectadas a partir do exercício do seu trabalho, ou de sofrer com as fatalidades decorrentes deste, como a morte do

menino Miguel. Além disso, para aquelas que não são trabalhadoras formais, não têm sido ofertadas pelo Estado brasileiro políticas públicas de recorte social adequadas às suas necessidades, deixando-as ainda mais expostas a situações de risco e vulnerabilidades sociais, em um país assentado em um modelo colonial patriarcal-escravocrata racista.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Medida Provisória nº 936**, de 1º de abril de 2020. Dispõe sobre o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda e dispõe sobre medidas trabalhistas complementares para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19), de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/mpv/mpv936.htm. Acesso em 15. Abril. 2020.

_____. **Lei nº 13.982**, de 2 de abril de 2020. Dispõe sobre alteração da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social para fins de elegibilidade ao benefício de prestação continuada (BPC), e estabelece medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19) responsável pelo surto de 2019, a que se refere a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l13982.htm. Acesso em 18. maio.2020.

_____. Ministério da Saúde. **CORONAVÍRUS COVID-19: o que você precisa saber**. Disponível em: coronavirus.saude.gov.br. Acesso em 16. Jun. 2020.

COLLINS, Patricia Hill. (1990), "**Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**". Trad. Natália Luchini. Seminário "Teoria Feminista", Cebrap, 2013.

COSTA, Camila. **CASO MIGUEL: MORTE DE MENINO NO RECIFE MOSTRA “COMO SUPREMACIA BRANCA FUNCIONA NO BRASIL”**, DIZ HISTORIADORA. Disponível em: <https://epoca.globo.com/sociedade/caso-miguel-morte-de-menino-no-recife-mostra-como-supremacia-branca-funciona-no-brasil-diz-historiadora-24464048>. Acesso em 21. jun. 2020.

DAVIS, Angela. **As mulheres negras na construção de uma nova utopia**. Portal Geledés - Instituto da Mulher Negra, 2011. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/as-mulheres-negras-na-construcao-de-uma-nova-utopia-angela-davis/>. Acesso em 12. Jun. 2020.

EM DUAS SEMANAS, NÚMERO DE NEGROS MORTOS POR CORONAVÍRUS É CINCO VEZES MAIOR NO BRASIL. Disponível em <https://apublica.org/2020/05/em-duas-semanas-numero-de-negros-mortos-por-coronavirus-e-cinco-vezes-maior-no-brasil/>. Acesso em 18. Jun. 2020.

GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira. In: LUZ, Madel (Org.) **O lugar da mulher**: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. In **Revista Tempo Social**, v.26, n. 1, junho/2014.

_____.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. In **Cadernos de Pesquisa**, n 37, v 132, p. 595-609, 2007.

HOOKS, Bell. **Erguer a voz**: pensar como feminista, pensar como negra/ bell hooks; tradução de Cátia Bocaiuva Maringolo. São Paulo: Elefante, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (PNAD Contínua) – **Indicadores mensais produzidos com informações do trimestre móvel terminado em abril de 2020**. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/f388474af0e1b25c0a11083b2244821a.pdf. Acesso em 20.maio.2020.

_____. – **Informativo Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil**. Estudos e Pesquisas, Informação Demográfica e Socioeconômica, n.41, 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA E APLICADA. **Dossiê mulheres negras**: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil. Organizadoras: Mariana Mazzini Marcondes. [et al.]. Brasília: Ipea, 2013.

_____. **Nota técnica nº 60** – Estimativas de Público Elegível e custos do benefício emergencial criado pelo PL 9.236/2017. Brasília, 2020a. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/200403_notatecnica_disoc_60.pdf. Acesso em 20.maio.2020.

_____. Vulnerabilidades das Trabalhadoras Domésticas no Contexto da Pandemia de Covid-19 no Brasil. Brasília, 2020b. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/200609_nt_disoc_n_75.pdf. Acesso em 20.maio.2020.

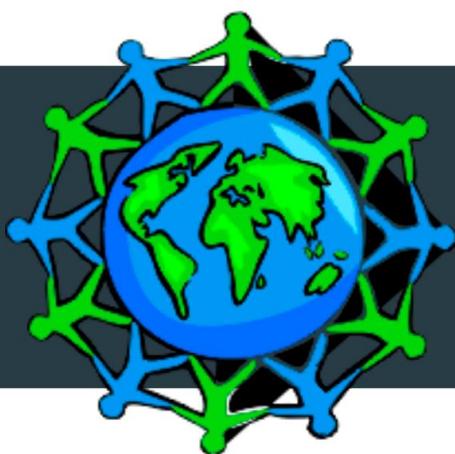
LIMA, M. **Serviço de branco, serviço de preto**: um estudo sobre cor e trabalho no Brasil urbano. 2001. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. Tradução por Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1985a. Livro 1, v.1, t.1. (Os economistas).

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política**: uma introdução crítica. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2007. Coleção Biblioteca Básica de Serviço Social.

SOARES, S. S. D. **O perfil da discriminação no mercado de trabalho** – Homens negros, mulheres brancas, mulheres negras. Brasília: Ipea, 2000. p. 26. (Textos para Discussão, n. 769).

92% DAS MÃES NAS FAVELAS DIZEM QUE FALTARÁ COMIDA APÓS UM MÊS DE ISOLAMENTO, APONTA PESQUISA. Disponível em:
<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52131989>. Acesso em 21.jun.2020.



Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI

III SINESPP

20 a 24
OUTUBRO
2020

SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS
Democracia, desigualdades sociais e políticas públicas no capitalismo contemporâneo

EIXO TEMÁTICO 9 | QUESTÕES DE GÊNERO, RAÇA/ETNIA E GERAÇÃO

LUTA PELO RECONHECIMENTO: a trajetória da mobilização política das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Maranhão

Amanda Jaqueline Reis Pereira ¹
Eva Erlene Franco de Sousa ²

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar a luta pelo o reconhecimento e a mobilização das comunidades negras rurais quilombolas do Maranhão, a partir de suas ações coletivas juntamente com a interferência da garantia de direitos territoriais pautado no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), da Constituição de 1988, que se apresentou como a primeira lei que garante o reconhecimento de terras ocupadas pelo o denomina de Comunidades Remanescentes de Quilombo. Contudo as determinações presentes no artigo 68 apresentaram-se inúmeras lacunas e inconsistências em relação a definição de quilombo que foram utilizadas pelos os legisladores, tornando assim insuficiente para garantir os direitos a todas as comunidades negras rurais, todavia foram necessárias as mobilizações coletivas das próprias comunidades para os acessos aos seus direitos.

Palavras-Chaves: Comunidades Quilombolas; Reconhecimento; Mobilização.

ABSTRACT

This work aims to analyze the struggle for the recognition and mobilization of the rural black quilombola communities of Maranhão, from their collective actions together with the interference of the guarantee of territorial rights based on article 68 of the Transitional Constitutional Provisions Act (ADCT), of the 1988 Constitution, which presented itself as the first law that guarantees the recognition of lands occupied by the so-called Remaining Communities of Quilombo. However, the determinations contained in Article 68 presented

¹ Graduada em Licenciatura Plena em História- Universidade Estadual do Maranhão (UEMA - Campus Caxias); Pós-graduanda em História, Cultura e Sociedade – IESF. Email: amandajaqueline90@gmail.com

² Graduada em Licenciatura Plena em História- Universidade Estadual do Maranhão (UEMA - Campus Caxias); Pós-graduanda em História, Cultura e Sociedade – IESF. Email: evannycxs17@gmail.com

numerous gaps and inconsistencies in relation to the definition of quilombo that were used by legislators, thus making it insufficient to guarantee the rights of all black rural communities, however collective mobilizations of the communities themselves were necessary. access to your rights.

Keywords: Quilombola Communities; Recognitio; Mobilization.

INTRODUÇÃO

A década de 1980 no Brasil foi marcada pela redemocratização do país e por a Constituição de 1988 que se constituiu como o marco histórico e jurídico configurou-se assim uma reforma social, conseqüentemente a constituição abarcou direitos para populações que eram consideradas invisíveis perante o Estado. Contudo os “grupos desprivilegiados” como os nativos e comunidades quilombolas constituíram como “sujeitos de direitos”, porém estes direitos assegurados tiveram entraves jurídicas sendo necessárias assim mobilizações estes grupos pra acionarem os seus direitos.

Sobre estas questões mencionadas, que este trabalho busca analisar que o processo de luta pelo o reconhecimento e a mobilização política das comunidades negras rurais quilombolas do Maranhão, que perpassou toda uma discussão sendo que o debate girou em torno da definição de quilombo que foi utilizada pelos legisladores do artigo 68 (ADCT), que se constituiu insuficientemente para garantir os direitos a todas as comunidades negras rurais, uma vez que essa definição não contemplou e não representou a diversidade das identidades coletivas existente entre as comunidades.

O debate gira em torno da definição de quilombo que foi utilizada pelos legisladores do artigo 68 (ADCT), que se constituiu insuficientemente para garantir os direitos a todas as comunidades negras rurais, uma vez que essa definição não contemplou e não representou a diversidade das identidades coletivas existente entre as comunidades.

Algumas críticas são realizadas em torno dessa categoria. Uma primeira crítica refere-se ao fato de que o conceito de quilombo utilizado, tivera como referência a concepção criada no período colonial. Essa leitura de quilombo concebia-o como um

espaço isolado, sem civilidade e sem cultura³. Outra característica ainda no período colonial reside no fato de que esse conceito impossibilitou o direito dessas comunidades à garantia à posse de suas terras.

Assim, a interpretação que o artigo 68 faz acerca dos quilombos e suas reminiscências, foram voltadas às categorias ainda do início da história colonial do Brasil, isto é, enraizados em conceitos que não condizem com a própria realidade desses quilombos.

Foi necessária então, a luta pelo reconhecimento de seus direitos, lutas essas que partiram das próprias comunidades. As mobilizações das comunidades remanescentes de quilombo giraram em torno da luta pela garantia de suas terras, através de suas identidades coletivas⁴, ou seja, somente pela auto definição como grupo étnico com descendência negra escravizada, por suas territorialidades, sua trajetória histórica própria que foi marcada pelos os traços da escravidão, por relações de parentesco estabelecidas entre os moradores e pela preservação e manutenção de seus costumes e tradições, implicações presentes nas interpretações do artigo 68 que proporcionou o direito à terra e conseqüentemente o acesso a demais direitos conquistados.

Mediante este contexto, é necessário enfatizamos que foi a partir de fontes documentais e bibliográficas tradicionais e contemporâneas que trabalham a respeito da temática quilombo e seus conceitos, como por exemplo, teses, dissertações, monografias, artigos, documentações, fontes orais e fotografias que foi possível compreender toda a trajetória de luta pelo o reconhecimento das comunidades remanescentes de quilombo.

A pesquisa se torna no âmbito da História Regional, como descreve o historiador Barros (2013, p.152) quando o historiador pretende pesquisar o seu objeto dentro dessa

³ Com base no pensamento de Alfredo Wagner Berno de Almeida, que caracterizou a construção do conceito de quilombo histórico com base cinco características principais “1) A fuga; 2) uma quantidade mínima de fugidos; 3) o isolamento geográfico, em locais de difícil acesso e mais próximos de uma natureza selvagem do que da chamada civilização; 4) moradia habitual, referida no termo rancho; 5) consumo e capacidade de reprodução, simbolizados na imagem do pilão (ALMEIDA, 2002, p. 39).

⁴A identidade coletiva sobre a discussão do sociólogo Klaus Eder se apresenta como a dinâmica exercida entre as relações sociais de um grupo em seu determinado espaço e tempo, no caso das comunidades remanescentes de quilombos estas relações estabeleceram por uma existência coletiva e pelo o pertencimento as suas terras que se vincularam com suas territorialidades específicas concluindo a conceituação com o pensamento do antropólogo Alfredo Wagner Berno de Almeida.

subdivisão, “ele mostra-se interessado em estudar diretamente uma região específica (...) ou as relações sociais que se estabelecem dentro deste espaço”.

Deste ponto, se ressalta também que os principais teóricos que proporcionaram o conhecimento sobre a temática foram GAIOSO (2014), Tempo de Cabaça: etnografia da história social de uma comunidade quilombola - MA, Almeida (2008), Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas; Fabiani (2008), Os novos quilombos: luta pela terra e a afirmação étnica no Brasil (1988-2008).

Com a discussão da temática e com a metodologia podemos apresentar o pronto primordial da pesquisa, descrevendo como as comunidades negras rurais quilombolas dialogaram com uma nova perspectiva, ou seja, a partir de suas territorialidades específicas que contemplaram as suas diversidades de ocupações de seus territórios, as suas relações com suas terras de uso comum e suas trajetórias históricas e culturas singulares proporcionou que as comunidades se organizassem politicamente para reivindicar os direitos.

2 O CENÁRIO DA MOBILIZAÇÃO POLÍTICA DAS COMUNIDADES NEGRAS RURAIS QUILOMBOLAS E O DESFECHO DA LUTA PELO O RECONHECIMENTO

É necessário enfatizar que a trajetória histórica de luta das comunidades quilombolas perpassou todo o contexto de mobilização política com o debate que se travou (e que ainda se faz) diz respeito ao fato das interpretações do Artigo 68 ser realizadas em torno de certa reminiscência, daquilo que teria permanecido de um período escravocrata, e posteriormente com a organização política das comunidades quilombolas através dos movimentos sociais como o Movimento Negro e as criações das entidades representativas⁵, se compreenderam que o reconhecimento das identidades coletivas deveria ser atrelado as suas territorialidades específicas.

A representação jurídica interpretou quilombo por aspectos limitados, não evidenciando que os quilombos estabeleceram diversas dinâmicas econômicas, sociais e culturais em cada período histórico. Os legisladores do dispositivo constitucional 68

⁵ Como descrever a autora GAIOSO (2014), “Deste modo a partir das mobilizações políticas e ações coletivas, foram criadas as entidades de representação política, denominadas “comunidades negras rurais” ou “terras de preto”, autodenominação por parte dos indivíduos das comunidades, principalmente das comunidades do Maranhão, consequentemente passaram a ser representados como “comunidades negras rurais quilombolas” para dialogar com toda organização política.

utilizaram a conceituação de 1740, nos remetendo à problemática apontada por Fiabiani (2008, p. 14) de “insuficiência conceitual, prática, histórica e política do termo quilombo”. E essa representação também limitou os procedimentos e formas de organizações das comunidades remanescentes de quilombos, definindo-as como apenas “sobreviventes”. Assim, na perspectiva jurídica, os remanescentes de quilombos foram aqueles que se enquadravam as designações formais de quilombo, que apresentavam vestígios de um passado colonial.

E mesmo que o termo quilombo tenha sido referenciado no contexto histórico colonial pelos legisladores, o próprio sofreu o que se poderia chamar de ressemantização, ou seja, atrelando outros significados para este termo, que abarcaria outras situações reivindicadas pelo movimento negro que não se enquadrariam neste conceito de reminiscência.

Dentre essas situações podem-se destacar, no caso do Maranhão, situações conhecidas como “comunidades negras rurais” ou “terras de preto”, ou ainda “terras de santo”, “terras da pobreza”, situações sociais que se caracterizam pela forma específica de organização social em torno do território, compreende-se que essas situações sociais de luta pelo reconhecimento do território não estão separadas da identidade coletiva do grupo.

O reconhecimento jurídico de terras produziu novos sujeitos sociais que dialogavam com perspectivas diferentes da conceituação de Comunidades Remanescentes de Quilombo. A partir deste momento as comunidades negras rurais juntamente aos movimentos sociais, como o Movimento Negro e o Centro de Cultura Negra, se mobilizaram politicamente em torno de reivindicar direitos aos seus territórios tradicionalmente ocupados através “de suas territorialidades como garantia de sua reprodução física e social”, como argumenta Gaioso:

Deste modo a partir das mobilizações políticas e ações coletivas, foram criadas as entidades de representação política, denominadas “comunidades negras rurais” ou “terras de preto”, autodenominação por parte dos indivíduos das comunidades, principalmente das comunidades do Maranhão, conseqüentemente passaram a ser representados como “comunidades negras rurais quilombolas” para dialogar com toda organização política [...] (GAIOSO, 2014, p. 40).

Com a organização política e as entidades representativas, se compreenderam que o reconhecimento das identidades coletivas deveria ser atrelado as suas

territorialidades específicas, ou seja, contemplando a diversidade de ocupações de seus territórios, as relações com suas “terras de uso comum”⁶ que caracteriza como a apropriação coletiva dos recursos naturais.

Sobre a diversidade de ocupações de territórios, tem-se situações de ocupações especiais que são as “terras de preto”, “terras de santos”, “terras de heranças” (ALMEIDA, 2008. p.146) sendo que cada uma dessas designações possuiu situações peculiares do processo de ocupação da terra, que relacionam com a perspectiva das comunidades negras rurais maranhenses.

Como argumenta Almeida (2008, p. 146) as “terras de preto” dialogam com três domínios que correspondem aos territórios doados, adquiridos, entregues juridicamente ou não às famílias de ex-escravizados, os espaços de antigos quilombos com características dos períodos coloniais e imperiais; “terras de heranças” que foram tituladas para um determinado grupo e passadas de geração a geração, sendo partilhadas entre os membros; “terras de santo” referem-se às divisões de territórios pertencentes à Igreja Católica, que tiveram em estado de abandono, aos moradores dessas regiões e o último e já citado “as terras de heranças” que articulam com “terras de pretos”. Essas designações envolvem com o contexto de um reconhecimento jurídico.

Sobre a luta pelo acesso e manutenção do território, no Maranhão ocorreram mobilizações de movimentos sociais como o Movimento Negro e de entidades de representação e mediação, tais como Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN), Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos (SMDDH) que articulados com o Projeto Vida de Negro (PVN/CCN/SMDDH), realizou o mapeamento das designadas Comunidades Negras Rurais, anteriormente autodesignadas “terras de preto”, o levantamento das formas de uso e ocupações das suas terras, suas manifestações culturais, religiosidades e os seus relatos orais dos períodos antes e pós a abolição da escravidão (PVN, 1990, p. 5).

Como apresentou Ivan Rodrigues, membro da equipe do Projeto Vida de Negro, em um dos relatórios do projeto, as pesquisas realizadas identificaram várias

⁶ As terras de uso comum referem-se à apropriação coletiva e ou comunal dos recursos naturais, formas de vida considerada ultrapassadas e inexistente da estrutura fundiária brasileira, em face do projeto de nação que considerou a terra e os demais recursos naturais como bens mercantis apropriáveis individualmente, simbolizado na Lei de Terras de 1850 (SILVA, 1996; ALMEIDA, 2006).

“comunidades negras rurais” maranhense sem certos casos se encontravam com problemas fundiários, tendo o reconhecimento jurídico, como meio de solucionar estes problemas.

O Projeto Vida de Negro é executado através da Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos-SMDDH e pelo Centro de Cultura Negra do Maranhão CCN, por já disporem das informações e laços de solidariedade com as chamadas “Terras de Preto” e terem realizado 04 (quatro) Encontros de Comunidades Negras Rurais: Quilombos e Terras de Preto no Maranhão. Desse modo o PVN pretende contribuir para uma melhor compreensão da questão agrária no Estado do Maranhão e no Brasil, e, posteriormente, uma intervenção jurídica naquelas áreas que se encontrarem com problemas fundiários, visando a legalização das terras onde moram os descendentes de escravos há mais de séculos (COSTA, 1995, p. 3).

A pesquisa do Projeto Vida de Negro realizou-se em três etapas: o mapeamento de todas as comunidades negras rurais do Maranhão, entre os anos 1988 a 1989; posteriormente temos o estudo de caso da comunidade negra de Frechal, no município de Mirinzal/MA. Assim, de acordo com os termos do dispositivo constitucional 68 da Constituição Federal de 1988, entre anos de 1990 a 1992, e, conseqüentemente, o levantamento histórico da região do Gurupy, região esta que apresentou os quilombos do Maranhão dos séculos XVIII a XIX, e o estudo de caso também da comunidade Jamar dos Pretos no município de Turiaçu/MA nos anos 1922 a 1994. As pesquisas foram realizadas em cartórios de ofício, bibliotecas e em arquivos pela equipe de pesquisadores do CCN composta por militantes do movimento negro, professores e estudantes de universidades e advogados de entidades dos Direitos Humanos

Essas formas de mobilização dos movimentos sociais juntamente as entidades de representação e como resultado o mapeamento de comunidades negras rurais e de identidades coletivas específicas a nível estadual, se articulou com outras experiências a nível nacional e como um primeiro resultado foi criada a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Quilombolas (CONAQ) (1995), que teve como objetivo mobilizar todas as comunidades do Brasil em torno do reconhecimento legal dos seus direitos específicos, isso aconteceu por meio da construção da categoria de identificação “comunidades negras rurais quilombolas”, que dialogou com os preceitos constitucionais do artigo 68 do ADCT.

A CONAQ foi criada em 1995 durante o “I Encontro Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas”, no Maranhão. Dois anos após, em 1997, foi criada a Associação das Comunidades Negras Rurais do Maranhão (ACONERUQ) no “V Encontro

de Comunidades Negras Rurais do Maranhão”, com o intuito de representar as Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Maranhão. Seu trabalho fundamentou-se na luta pela garantia de regulamentação das terras das comunidades negras rurais do Maranhão.

Contudo nas décadas de 1980 e 1990, o movimento negro promoveu discussões sobre os direitos políticos, sociais e econômicas das comunidades negras rurais quilombolas⁷. Essas mobilizações políticas e de afirmação étnica garantiram a regulamentação de suas terras e implicação por demais direitos básicos como o acesso à saúde, educação, saneamento básico, a moradia dentre outros.

Mas somente nas décadas de 2000 que surgiram as leis e decretos que regulamentaram o acesso aos direitos conquistados e ampliados, neste momento as comunidades remanescentes quilombolas se denominam também como sujeitos de direitos ao acesso de políticas públicas. Por meios dessas leis e decretos⁸, que surgiram tanto os mecanismos de regulamentação das terras como o desenvolvimento e inclusão das suas atividades econômicas baseada em suas identidades culturais e os seus recursos naturais presentes em seus territórios e o direito à cidadania pelos seus critérios étnicos.

A Constituição Federal com os artigos 215 e 216, o direito à preservação de sua própria cultura; e o artigo 68 do ADCT, direito à propriedade das terras de comunidades remanescentes de quilombos, a Convenção 169 da OIT (Dec. 5051/2004) direito à autodeterminação de Povos e Comunidades Tradicionais, Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010 Estatuto da Igualdade Racial, o Decreto nº 4.887, de 20 novembro de 2003 trata da regularização governamentais, Decreto nº 6040, de 7 de fevereiro de 2007 institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, Decreto nº 6261, de 20 de novembro de 2007, dispõe sobre a gestão integrada para o desenvolvimento da Agenda Social Quilombola no âmbito do Programa Brasil Quilombola, Portaria Fundação Cultural Palmares nº 98 de 26 de novembro de 2007, institui o Cadastro Geral de Remanescentes das Comunidades dos Quilombos da Fundação Cultural Palmares, também autodenominadas Terras de Preto, Comunidades Negras, Mocambos, Quilombos, dentre outras denominações congêneres, e Instrução Normativa INCRA nº 57, de 20 de outubro de 2009, de 20 de outubro de 2009 regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento e delimitação, demarcação, desintrusão, titulação e registro das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos (BRASIL, 2013, pág. 18).

⁷ Categoria de identificação que dialogou com os preceitos constitucionais do artigo 68 ADCT.

⁸ São as leis que foram criadas a partir da mobilização das comunidades negras rurais quilombolas, tanto no âmbito da regulamentação de suas terras como também na garantia de direitos básicos como saneamento básico, saúde, educação entre outras garantias.

Dessa forma, é necessário conservar os direitos das comunidades negras rurais quilombolas de modo a preservar sua cultura, seu patrimônio, seus costumes e sua herança, de acordo com as funcionalidades da lei, do qual manifesta respeito perante a patrimônio histórico e social dos nossos antepassados negros que permaneceram com seu legado no Brasil durante anos.

3 CONCLUSÃO

O primeiro ponto a ser abordado é que o objetivo de analisar a trajetória histórica da luta pelo o reconhecimento das comunidades negras rurais quilombolas foi possível configurar a problemática da luta pela regulamentação fundiária das comunidades remanescentes de quilombo, no que concerne na mobilização e luta pela implementação do artigo 68 ADTC sendo que este artigo constitucional se apresenta como a principal lei que assegurar o direito a terras a comunidades remanescentes e que somente com as mobilizações políticas e a criação das entidades representativas que os remanescentes de quilombos tiveram a possibilidade de reivindicarem a posse de suas terras.

Sobre a problemática que adentramos sobre como as comunidades remanescentes de quilombo se organizaram para que garantissem a implementação do artigo 68 ADTC, que aconteceu por meio da ressemantização do termo conceito de quilombo utilizado na interpretação do artigo 68 e pela a organização política das comunidades com o intuito que a garantia de suas terras acontecem por suas identidades coletivas, e a entidade responsável por a articulação e organização das comunidades em nível nacional foi a Coordenação Nacional de Articulação Negras Rurais Quilombolas (CONAQ).

No Maranhão temos a mobilização e a organização das comunidades negras rurais através do Centro de Cultura Negra do Maranhão e os Movimentos Negros, que proporcionaram o surgimento das entidades estudam que organizaram politicamente as comunidades em torno de seu reconhecimento, conseqüentemente a Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas, se constituiu como a entidade representativa do estado do Maranhão.

Dessa forma concluímos que a partir da organização política das comunidades negras rurais quilombolas do Maranhão, foi possível conquistar o direito as suas terras

através suas identidades coletivas e as diferentes ocupações de territórios valorizando assim as diferentes manifestações das comunidades remanescentes de quilombo, é necessário enfatizar que com o reconhecimento territorial destas comunidades possibilitou também o acesso as políticas públicas como o acesso a educação, saúde, saneamento básico assim estes grupos étnicos deixam, em certo ponto, a invisibilidade e passaram a implicar como sujeitos de direitos .

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo W. B de. Quilombos: sematologia face a novas identidades. In SMDDH; CCN. (Org.) **Frechal Terra de Preto: Quilombo reconhecido como Reserva Extrativista**. São Luís, 1996 p. 11-19

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 6, n. 1, p. 9-32, 2004.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terras de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faixinais e fundos de pasto**: terras tradicionalmente ocupadas. 2. ed. Manaus: PGSCA-UFAM, 2006.

ALMEIDA, Desni Lopes. O Campo e a Política: A participação do campesinato na política maranhense (1955-1979). **Projetos, Leis, Repressão**: As respostas do Estado e da Classe Dominante à mobilização do campesinato. São Luís: UEMA, 2008.

ANDRADE, Manoel Correia de. **Lutas Camponesas no Nordeste**. São Paulo, Editora Ática, 1986.

ARAÚJO, Daisy Damasceno. **“Aê meu Pai Quilombo, eu também sou quilombola”**: O processo de construção identitária em Rio Grande-Maranhão. São Luís: UFMA, 2012.

ASSUNÇÃO, MatthiasRöhrig. **A memória do tempo de cativo no Maranhão**, Inglaterra, EssexUniversity, 2010.

BANDEIRA, Maria de Lourdes. “Terras Negras: invisibilidade expropriadora”. In.: LEITE, Ilka B. (Org.) **Textos e Debates - Terras e territórios de negros no Brasil**. NUER/UFSC, n. 2, 1991.

BARBOSA. Ocupação de terras maranhenses, grandes projetos e planos de governo, In: FERREIRA, Márcia Milena Galdez, FERRERAS, Norberto, ROCHA, Cristina Costa. (Org.) **Histórias Sociais do Trabalho**: uso da terra, controle e resistência, São Luís, Editora UEMA, 2015.

- BARROS, José D' Assunção. **O campo da História: Especialidades e Abordagens**, Petrópolis-RJ, Vozes, 2013.
- BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.
- BRASIL. **Decreto 4887/2003**. D. Presidência da República Federativa do Brasil. Brasília: [s.n.]. 2003.
- BRASIL. **Memorial territórios das comunidades quilombolas**, Brasília, UnB, 2017.
- BRASIL. **Procedimento de certificação de comunidades quilombolas**, Brasília, 2007.
- FIABIANI, Adelmir. **Os novos quilombos: luta pela terra e a afirmação étnica no Brasil (1988-2008)**. São Leopoldo: UNISINOS, 2008.
- FIBANI, Adelmir. **Os quilombos contemporâneos maranhenses e a luta pela terra, Estudos Históricos**. São Paulo: UVR, 2009.
- FLORENTINO, Manolo; AMANTINO, Márcia. Uma morfologia dos quilombos nas Américas, séculos XVI-XIX. **História, Ciências, Saúde**, Rio de Janeiro, v. 19, p. 259-297, 2012.
- GAIOSO, Arydimar Vasconcelos. TEMPO DA CABAÇA: etnografia da história social de uma comunidade quilombola-MA. **Comunidades negras rurais quilombolas e luta pelo reconhecimento**. Salvador: UFBA, 2014.
- GOMES, Ana Elizabeth Costa. **A Baía de Camamu e a Diáspora Africana: Vivências, Memórias e a Construção da Identidade Étnica em Porto do Campo**. A pesquisa. Camamu-BA: UFBA, 2008.
- GONÇALVES, Rita de Cássia; LISBOA, Teresa Kleba. **Sobre o método da história oral em sua modalidade trajetórias de vida**. Florianópolis, 2007.
- GUSMÃO, Neusa. "A questão política das chamadas 'terras de preto'". In.: LEITE, Ilka B. (Org.) **Textos e Debates - Terras e territórios de negros no Brasil**. NUER/UFSC, n. 2, 1991.
- LIMA, Solimar; SANTOS, Daniely. Movimento Quilombola do Piauí: participação e organização para além da terra. **Revista Eletrônica**, fluminense, n. 1, p. 104-110, 2013.
- MARQUES, Carlos Eduardo. De quilombos a quilombolas notas sobre um processo histórico etnográfico. **Revista Antropologia**, São Paulo, v. 52, n. 1, p. 340-374, 2009.
- NETO, Roberval Amaral. **A questão fundiária no Maranhão: Implicações e desdobramentos da "Lei Sarney de Terras" na década de 1970**. Pinheiro: IFMA, 2017.

O'DWYER, Eliane Cantarino. **Quilombos: Identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

SEPPPIR. **Guia de Políticas Públicas para Comunidades Quilombolas**. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial-SEPPPIR. Brasília. 2013.

SILVA, Simone Rezende da. A trajetória do negro no Brasil e a territorialização quilombola. **Revista Nera**, v. 14, n. 19, p. 73-89, 2011.

SILVESTRE. Sandro Dias. Reconhecimento de propriedade definitiva dos remanescentes de comunidades quilombolas: Definição de critérios legais e questões controversas na doutrina. **Revista de Direito dos Monitores da UFF**, Fluminense-RJ, n. 1, p. 1-27, 2010.

SOUSA, Igor Thiago da Silva. **Comunidades Quilombolas no Maranhão: A Aconerua e o Moquibomca cena política**. São Luís: UFMA, 2017.

SOUSA, José Reinaldo Miranda de. Quilombos (palenques), terras de pretos: Identidades em construção. **Revista Brasileira do Caribe**, São Luís, v. XI, n. 22, p. 33-57, 2011.

SOUZA, Bárbara Oliveira. **Aquilombar-se panorama histórico, identitário e político do movimento quilombola brasileiro**. Brasília: UNB, 2008.

VOGT, Gabriel Carvalho. O artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) como instrumento de reparação: território, identidade e políticas de reconhecimento. **O social em questão**. São Paulo, v. XVII, n. 32, p. 151-164, 2014.

Sites consultados:

CERTIDÕES EXPEDIDAS ÀS COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS.

Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2015/07/Lista-das-CRQs-Certificadas-Portaria-n%C2%B0-84-08-06-2015.pdf>>. Acesso em: 09/04/2018.

LEVANTAMENTO DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS.

Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/cadastro_unico/levantamento-de-comunidades-quilombolas.pdf>. Acesso em: 01/01/2018.

RELAÇÃO DE PROCESSOS ABERTOS.

Disponível em: <http://www.incra.gov.br/media/politica_fundiaria/Quilombolas/novas/processos_abertos.pdf>. Acesso em: 31/07/2018.

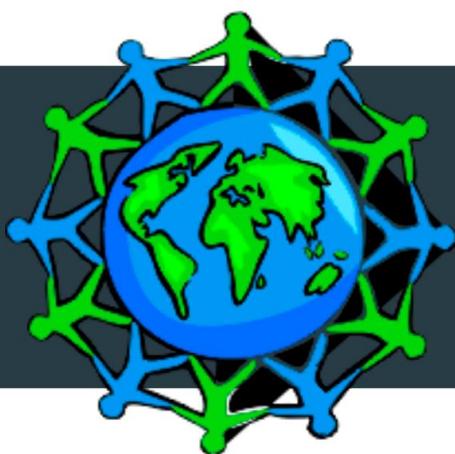
BRASIL. Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4887.htm>. Acesso em: 25/11/2018.

BRASIL. **Decreto nº 4.886**, de 20 de novembro de 2003. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4886.htm>. Acesso em:
25/11/2018.

BRASIL. **Decreto nº 6.040**, de 7 de fevereiro de 2007. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2007-2010/2007/Decreto/D6040.htm>.
Acesso em: 25/11/2018.

BRASIL. **Portaria nº 98**, de 26 de novembro de 2007. Disponível em:
<<http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2010/11/legis21.pdf>>. Acesso em:
25/11/2018.



Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI

III SINESPP

20 a 24
OUTUBRO
2020

SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS
Democracia, desigualdades sociais e políticas públicas no capitalismo contemporâneo

EIXO TEMÁTICO 9 | QUESTÕES DE GÊNERO, RAÇA/ETNIA E GERAÇÃO

VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NA UNIVERSIDADE: uma questão silenciada

VIOLENCE AGAINST WOMEN AT THE UNIVERSITY: a silent issue

Raissa Ribeiro Lima¹

Milena Fernandes Barroso²

Natália Priscila Silva Modesto³

Valmiene Florindo Farias Sousa⁴

RESUMO

Este artigo trata de uma aproximação ao debate sobre a violência contra as mulheres no espaço universitário. Para o seu desenvolvimento, foi realizada pesquisa teórica que abrangeu um levantamento bibliográfico sobre violência contra as mulheres, com destaque para pesquisas realizadas sobre a violência no espaço acadêmico no Brasil. O estudo aponta que a violência contra as mulheres é uma questão a ser enfrentada nas universidades brasileiras, e se apresenta como um novo desafio tanto para o reconhecimento da existência do problema quanto para a formulação de respostas institucionais.

Palavras-Chaves: Violência Contra Mulheres. Patriarcado-Racista-Capitalista. Universidade.

ABSTRACT

This article is an approximation to the debate on violence against women in the university space. For its development, theoretical research was carried out that included a bibliographical survey on

¹ Assistente Social, graduada pela Universidade Federal do Amazonas, no Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia (2019). Pesquisadora pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (Fapeam). E-mail: raissaribeirolima15@gmail.com

² Doutora em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2018), com estágio doutoral na Universidade do Québec, Canadá (2015). Professora do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas, no Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia. E-mail: mibarroso@yahoo.com.br

³ Graduanda do curso de Serviço Social pela Universidade Federal do Amazonas, no Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia. E-mail: nataliapriscilamodesto@gmail.com

⁴ Doutora em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão (2017). Professora do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas, no Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia. E-mail: valmienefarias@gmail.com

violence against women, with emphasis on research carried out on violence in the academic space in Brazil. The study points out that violence against women is an issue to be faced in Brazilian universities and presents itself as a new challenge both for recognizing the existence of the problem and for formulating institutional responses.

Keywords: Violence Against Women. Patriarchy-Racist-Capitalist. University.

INTRODUÇÃO

As discussões sobre violência contra as mulheres no Brasil fazem parte dos grandes temas da contemporaneidade. Os debates sobre o tema vêm, nos últimos anos, sofrendo alterações significativas, sobretudo quando novos sujeitos entram na arena de discussões apontando as implicações da violência como resultado de relações sociais sustentadas pelas desigualdades de classe, gênero e étnico-raciais. Apesar de avanços teóricos e políticos nesse debate, algumas expressões e contextos dessa violência ainda carecem de maior reflexão, como é o caso da violência contra as mulheres no espaço acadêmico.

Segundo Prieto (2019), nas universidades de todos os países da América Latina tem havido denúncias de violências de gênero, praticadas contra as estudantes mulheres. Em suas palavras, “el 2018 fue em año marcado, em América Latina, por mujeres em las calles, em tomas de planteles educativos y em el ciberespacio denunciando violências de género y acoso sexual em escenarios académicos” (PRIETO, 2019, p. 15).

Ao que tudo indica, a violência sofrida por mulheres nas universidades, também é um problema mundial, visto que nos últimos anos algumas instituições de renome internacional, como a *Onu Mujeres*⁵ e a Anistia Internacional⁶, assim como os meios de comunicação de massa, tais como jornais, televisão e *Websites*, têm noticiado práticas de violências sexuais contra as estudantes nos *campi* das universidades de alguns países

⁵ Trata-se do texto “Cómo crear una nueva normalidad: estudiantes de Bangladesh dicen basta al acoso sexual”. Disponível em: <<https://www.unwomen.org/es/news/stories/2017/11/feature-bangladesh-students-say-no-more-sexual-harassment>>. Acesso em: 14 jun 2020

⁶ Trata-se do texto “El acoso sexual en las universidades: ¡identificalo y acusa! Disponível em: <<https://www.amnistia.org/ve/blog/2018/02/4864/el-acoso-sexual-en-las-universidades>>. Acesso em: 14 jun 2020.

européus, como na Inglaterra; sul-americanos, como na Argentina, Bolívia, Colômbia, Chile, Equador; norte-americanos, como no México e nos Estados Unidos da América; africanos, como na África do Sul, e países asiáticos, como Bangladesh.

Na América do Sul, o Brasil não foge à regra quanto às violências praticadas contra as mulheres no ambiente universitário. A notícia “aluna é assediada/agredida/estuprada na universidade” se tornou frequente:

Segundo as diferentes denúncias, detalhes sórdidos variam de norte a sul: três estudantes doparam e estupraram uma aluna de 17 anos durante viagem do Instituto Federal do Piauí ao Tocantins; um aluno abusou de uma estudante de 17 anos durante aula no Centro Universitário São Lucas de Rondônia, em Porto Velho; um professor de química prometeu pontos extras por sexo a 15 alunas do colégio universitário da Universidade Federal do Maranhão; um ex-aluno foi flagrado tentando filmar uma estudante no banheiro do Centro Universitário Estácio da Bahia, em Salvador; um técnico agarrou à força 10 alunas no laboratório de fotografia da Universidade de Brasília; um aluno estuprou outra estudante durante a festa dos calouros na Universidade do Estado do Rio de Janeiro; um professor de história foi acusado de aterrorizar e assediar física e psicologicamente 10 alunas na Universidade do Estado de Santa Catarina (SAYURI; SICURO, 10 dez. 2019).

Esse é um trecho da matéria intitulada “Abusos no *campus*: mais de 550 mulheres foram vítimas de violência sexual dentro de universidade desde 2008”, divulgada pelo jornal *The Intercept Brasil* em 10 de dezembro de 2019.

As situações citadas traduzem as inquietações e reflexões que se desdobram na escrita deste artigo. Nessa direção, questionamos: a violência contra as mulheres é um problema recorrente nas instituições públicas de ensino superior? Quais as principais expressões dessa violência no ambiente universitário? O tema tem sido discutido? Isso posto, este artigo trata de uma aproximação⁷ às expressões da violência contra as mulheres no espaço universitário. Para o seu desenvolvimento, foi utilizado material bibliográfico sobre os casos e dados de violência contra as mulheres ocorridos no espaço acadêmico, registrados e publicizados em pesquisas realizadas sobre o tema no Brasil, a saber: Instituto Avon/Data Popular, Associação dos Docentes da Universidade Federal do Amazonas (ADUA), *The Intercept Brasil*, dentre outros.

Partimos do pressuposto de que a violência contra as mulheres no ambiente universitário não se trata de um fenômeno novo, no entanto, carece de debates e é

⁷ Este trabalho é parte da pesquisa em andamento intitulada “Violência contra as mulheres na universidade: uma análise nas instituições de ensino superior do Amazonas”, financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (Fapeam).

menos denunciada se comparada às ocorridas em outros ambientes. A escassez de bibliografias sobre esse tema no Brasil é grande e, quando existem, referem-se ao campo das relações de trabalho. No ambiente universitário, o silêncio tem sido apontado, entre outros motivos, pela tendência à preservação de uma imagem positiva das instituições (FREITAS, 2016). O tema, por sua vez, é polêmico e provoca inquietações, tanto pela complexidade das relações no espaço acadêmico como pela falta de informações específicas da violência nesse contexto.

A partir desses pressupostos, empreendemos uma síntese conceitual sobre o sistema patriarcal-racista-capitalista enquanto fundamentos da violência contra as mulheres e, por fim, apresentamos alguns apontamentos sobre a violência contra as mulheres na universidade, levando-se em consideração as informações das pesquisas acessadas no âmbito deste estudo no Brasil.

2 O SISTEMA PATRIARCAL-RACISTA-CAPITALISTA

A violência contra as mulheres não é mais um “segredo”. Não sem tensionamentos e constrangimentos, a questão tem sido reconhecida e seus efeitos e consequências foram/são denunciados pelos movimentos de mulheres e feministas (BARROSO, 2019). Na década de 1970, o fenômeno passou a ser discutido de forma mais ampla, tornando-se tema central desses movimentos em suas reivindicações nas décadas posteriores. Entretanto, apesar da mobilização social em torno da questão e da inegável luta das mulheres no processo das mudanças nas legislações, das novas práticas sociais de prevenção à violência e proteção às vítimas, a violência contra as mulheres “parece” não dar tréguas.

A violência é um fenômeno que tem afetado de forma geral toda a população, manifestando-se em vários ambientes; mas, quando abordamos a violência contra a mulher, é importante reconhecer que a violência, nesse sentido, não se trata apenas de um infortúnio pessoal, mas tem origem na constituição desigual das relações entre homens e mulheres nas sociedades – a desigualdade patriarcal de gênero –, que tem implicações não apenas nos papéis sociais do masculino e feminino e nos comportamentos sexuais, mas também em uma relação de poder (PASINATO, 2017; SAFFIOTI, 2004).

Segundo Cisne e Santos (2018), é bastante comum associar a violência contra a mulher à esfera doméstica/familiar, pois é o âmbito onde mais fortemente se manifesta por ser lócus privilegiado do patriarcado, mas não é o único. Saffioti (2004) e Almeida (2010) analisam o patriarcado como um sistema de dominação-exploração que perpassa o âmbito familiar atingindo todas as esferas sociais e políticas da sociedade. Nesse sentido, podemos destacar o caráter abrangente e sistemático com que essa violência ocorre, vigorando, a despeito de suas particularidades, nos campos social, político, cultural e econômico da maioria das sociedades e culturas.

O pressuposto, nesse sentido, parte do entendimento que as violências não resultam das relações individuais, mas, sobretudo, são constituídas pelas relações sociais de sexo/gênero, raça/etnia e classe que consubstanciam a sociedade patriarcal-racista-capitalista (BARROSO, 2019). As análises de Barroso (2019), Cisne e Santos (2018) e Saffioti (2004) indicam que as ordens de gênero, de raça/etnia e de classe social estão unificadas por uma estrutura de poder e devem ser analisadas de forma consubstanciada e não separadas. Barroso (2019) pondera que, de um lado, o patriarcado penetrou em todas as esferas da vida social, não se restringindo apenas ao âmbito doméstico, e, de outro lado, o capitalismo também mercantilizou todas as relações sociais. Da mesma forma, a raça/etnia, com tudo que implica em termos de discriminação, imprimiu sua marca no corpo social por inteiro. Essas três relações, por serem permeadas pela exploração da força de trabalho, são estruturantes da totalidade da vida social, do sistema patriarcal-racista-capitalista (CISNE; SANTOS, 2018).

As marcas patriarcais, racistas e capitalistas se expressam também através da desigualdade entre homens e mulheres no mundo do trabalho, da divisão sexual e racial, das jornadas intensivas, extensivas e intermitentes de trabalho dentro e fora de casa, nos alarmantes índices de violência contra a mulher e contra a população LGBT (CISNE; SANTOS, 2018).

Segundo o IBGE (2015), as mulheres permanecem, ainda, com rendimento médio inferior ao dos homens, o equivalente a 76,5%. Quando analisamos os dados segregados por raça/cor, eles apontam que o rendimento médio das mulheres negras equivale a 35% do rendimento médio dos homens brancos, o que aponta para a desigualdade abissal quando consideramos a combinação de sexo e raça (IBGE, 2015).

Esses são alguns dos indicadores da incorporação do patriarcado e do racismo na formação do capitalismo no Brasil que perduram até os dias de hoje.

A violência contra a mulher, no Brasil, atinge índices alarmantes. Segundo os registros da Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180 (2015), de janeiro a outubro de 2015, do total de atendimentos, 63.090 foram relatos de violência, dos quais 58,55% foram cometidos contra mulheres negras, enquanto 40,48% foram cometidos contra mulheres brancas, 0,52% cometidos contra mulheres amarelas e 0,45% contra mulheres indígenas. A ausência de dados sobre a violência contra as mulheres indígenas, segundo Barroso (2015), contribui para análises fragilizadas que reforçam ideologias de dominação, colaborando para a invisibilidade dos sujeitos. Nesse prisma, percebemos que o patriarcado e o racismo se combinam desde a colonização, fortalecendo as hierarquias de classe, raça e sexo.

Para ilustrar ainda mais o cenário da violência contra as mulheres brasileiras, os dados do Dossiê Violência Contra as Mulheres, do Instituto Patrícia Galvão, apresenta uma compilação de dados sobre o fenômeno da violência contra as mulheres, onde há: cinco espancamentos a cada dois minutos (FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2010); um estupro a cada 11 minutos (ANUÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA, 2015); um feminicídio a cada 90 minutos (IPEA, 2013); 179 relatos de agressão por dia (BALANÇO LIGUE 180, 2015); e 13 feminicídios por dia em 2013 (MAPA DA VIOLÊNCIA, 2015). Os números apontam ainda que três em cada cinco mulheres jovens já sofreram violência em relacionamentos (INSTITUTO AVON/DATA POPULAR, 2015). O dado sobre estupro revela que essa prática não foi superada com o fim da escravidão, evidenciando a estrutura patriarcal e racista de controle sobre os corpos das mulheres ainda persistente (CISNE; SANTOS, 2018).

A partir dos dados e discussões, podemos apreender que a dimensão étnico-racial imprime uma maior exposição e “vulnerabilidade” das mulheres negras e indígenas às diversas expressões da violência. Revelam as raízes de uma sociedade historicamente assentada no patriarcado e no racismo, na qual o capitalismo brasileiro se desenvolveu, impactando diretamente nas condições de vida e de trabalho das mulheres.

Os dados levam à necessidade de pensar não apenas alternativas de enfrentamento à violência contra as mulheres, mas entender as bases patriarcalis-

racistas-capitalistas que sustentam a permanência dessa violência. Com base nesses fundamentos, buscamos aqui refletir acerca da violência contra as mulheres no contexto universitário e, conseqüentemente, contribuir para sua desnaturalização.

3 APROXIMAÇÕES A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NO CONTEXTO UNIVERSITÁRIO

As universidades são habitualmente locais de formação de ideias e opiniões e, desta maneira, são frequentes a divergência de pensamentos e a presença de conflitos (CHAUÍ, 2003). Contudo, não seria isso justificativa para comportamentos de natureza ofensiva, ou voltados a ridicularizar ou humilhar alguém, muito menos violentar pessoas do convívio social na universidade. No entanto, as denúncias de mulheres apontam que as universidades não apenas registram casos de violência, como contribuem para a sua reprodução.

O Instituto Avon, em parceria com o Instituto Data Popular, realizou uma pesquisa em setembro e outubro de 2015 com estudantes dos cursos de graduação e pós-graduação com o objetivo de abordar a violência contra as mulheres no ambiente universitário. A pesquisa revela que inicialmente apenas 10% das estudantes relataram espontaneamente ter sofrido violência de um homem na universidade ou em festas acadêmicas, mas quando foram estimuladas com uma lista de tipificações de violências elas reconheceram que foram submetidas a muitas delas, e o número sobe para 67%; 42% já sentiram medo de sofrer violência no ambiente universitário; 36% já deixaram de fazer alguma atividade na universidade por medo; e, 10% afirmam terem sofrido violência física. Tais dados são reveladores da naturalização da violência contra as mulheres no ambiente universitário, o qual tem gerado insegurança e medo por sua hostilidade.

Em relação à violência sexual, 56% das estudantes afirmam terem sofrido assédio sexual e 11% sofreram tentativas de abuso sob o efeito do álcool. Para Davis (2017), a violência sexual decorre diretamente da política oficial e das estruturas de poder existentes em determinada sociabilidade, mas destaca que não se trata de uma relação direta e simples. Nos termos da autora,

O estupro tem relação direta com todas as estruturas de poder existentes em determinada sociedade. Essa relação não é simples, mecânica, mas envolve

construções complexas que refletem a interligação da opressão de raça, gênero e classe característica da sociedade. Se nós não compreendermos a natureza da violência sexual como sendo mediada pela violência e poder raciais, classistas e governamentais, não poderemos ter esperança de desenvolver estratégias que nos permitam um dia purgar nossa sociedade da violência opressiva misógina (DAVIS, 2017, p. 49).

A naturalização das diferentes expressões da violência contribui para que valores sexistas e racistas sejam cada vez mais incorporados pela comunidade acadêmica também, a exemplo disso, os dados apontam que, 24% relataram que já foram colocadas em *rankings* sem autorização; 14% tiveram fotos ou vídeos repassados sem autorização. Podemos aferir que, além das expressões mais tradicionais da violência, o espaço acadêmico também é palco de manifestações mais recentes, como é o caso da violência na internet (*revenge porn*). Tem sido comum o relato de estudantes assediadas por professores nas redes sociais, como pode ser ilustrado no caso que envolveu quatro estudantes de uma mesma turma na Universidade Federal do Amazonas em setembro de 2018. Nos relatos das estudantes, o assédio só ficou mais evidente quando o professor pediu para criarem um grupo no WhatsApp da turma e ele passou a ter os contatos telefônicos das discentes, daí as “conversas inadequadas foram surgindo por parte do professor no WhatsApp e na sala de aula, os comentários e exemplos somente foram escalando para assédio, cada vez mais notáveis” (GUIMARÃES, 2018). O relato indica que algumas violências, como é o caso do assédio, são mais difíceis de apreensão pela sua naturalização, ou seja, se confundem com o próprio *modus operandi* das relações sociais (BARROSO, 2018).

Em dezembro de 2019, o jornal *The Intercept Brasil* divulgou uma matéria sobre o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (Ifam) onde pelo menos 30 estudantes acusaram professores da instituição de assédio sexual desde 2013 (FELIZARDO, 2019). Os casos foram relatados à direção do Ifam, uma das principais instituições de ensino médio e ensino profissionalizante do estado, e envolvem 18 professores. Algumas denúncias também foram levadas ao conselho tutelar, à polícia e ao Ministério Público estadual e federal. Ao todo, as acusações abrangem nove dos 16 *campi* do instituto, espalhadas por oito municípios. Segundo a matéria, apesar dos casos de assédio serem frequentes, as punições aos professores são raras. Das 18 denúncias apuradas, apenas seis resultaram em demissão, e duas nem sequer foram oficialmente investigadas pelo Ifam. Entre os professores demitidos, apenas um respondeu a

processo criminal e fora condenado ao pagamento de quatro salários-mínimos e a 485 horas de trabalho comunitário.

Na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA) em 2018, impulsionados pelo clima político e pela vitória de Jair Bolsonaro (sem partido) nas eleições presidenciais, um grupo de alunos ingressou nas dependências da instituição armado e vestido com roupa militar e camisetas com o nome Trump escrito nelas, fotografaram salas de aula, fizeram uma espécie de performance, anunciando a chegada da “nova era” e fazendo ameaças do tipo: “as petistas safadas vão ter de tomar cuidado” (VASQUES, 2018). Outro caso semelhante ocorreu na Universidade Federal da Bahia (UFBA), *campus* Ondina, onde um aluno foi acusado por outros da universidade de ter ameaçado estuprar e matar outras alunas. O estudante (declarando apoio a Bolsonaro), teria falado em um áudio de WhatsApp que iria “comer todas as petistas, Haddad, PSOL” e iria “cortar no meio, e o vermelho vai ser do sangue das partes íntimas das estudantes” (VARELA NOTÍCIAS, 2018). Casos como esses têm ocorrido em diversas universidades públicas no Brasil contra alunas e professoras. Entre as violências, destacam-se as ameaças de estupro, intimidação, ameaças através de cartazes e pichações e casos de alunos assediando moralmente professoras pelo conteúdo das aulas e perspectivas analíticas utilizadas. Trata-se de um retrato sexista e violento que tem se explicitado de forma exponencial nos últimos anos no Brasil, legitimado no discurso de ódio fomentado pela extrema direita desde as eleições presidenciais de 2018.

Na Universidade Federal do Amazonas, em um levantamento feito pela ADUA junto à ouvidoria da universidade, apontam que os registros de denúncias de assédio moral aumentaram de sete (07) em 2014 para trinta e seis (36) em 2018 e as de assédio sexual cresceram de dois (02) para dez (10) no mesmo período (LIMA, 2019).

Esses dados são importantes, porém, não revelam a dimensão real do problema, posto que grande parte dos casos não são registrados ou notificados. Em verdade, trata-se de uma violência ocultada no espaço universitário. Segundo Freitas (2016), o silêncio em torno da questão ocorre principalmente pela tendência à culpabilização das vítimas. Estas são desencorajadas a denunciar, seja para preservar a imagem da instituição, ou por medo de retaliações e/ou repercussão negativa, e por acreditarem que não há recursos para tratar de maneira eficaz o problema (FREITAS, 2016; QUEIROZ; FILIPE,

2018). Por serem reconhecidas como espaços de produção de conhecimento, de formação profissional e promoção do progresso econômico, político, cultural e social do país, a imagem e a vocação das universidades não combinam com a reprodução da discriminação e desigualdade, e por isso muitos casos de violência foram/são mantidos na invisibilidade por tanto tempo.

Acreditamos que a condição de gênero, étnico-racial e de classe aumenta e agudiza a exposição de mulheres negras e indígenas às situações de violência também no espaço acadêmico. Apesar das pesquisas citadas não apontarem dados sobre a condição étnico-racial e de classe das mulheres vítimas de violência nas universidades, podemos aferir a partir de estudos em outros espaços, que as mulheres negras e indígenas são comumente associadas a imagens negativas quanto à capacidade intelectual, à aparência física ou ao comportamento (QUEIROZ; FELIPE, 2018). Em diversos contextos, patrões e chefes usam o temor da mulher em perder seu meio de subsistência para coagi-la a cumprir jornadas de trabalho extenuantes, a tolerar ofensas, constrangimentos e humilhação, além dos abusos relativos ao corpo. No ambiente acadêmico não é diferente, tendo em vista que as relações hierárquicas (a citar, professor-estudante; chefe-professora, entre outras) facilita tais situações.

4 CONCLUSÃO

Os dados e discussões sobre a violência contra as mulheres no Brasil revelam uma sociedade enraizada historicamente no patriarcado e no racismo, onde o capitalismo se desenvolveu, impactando diretamente nas condições de vida, de trabalho e liberdade das mulheres no país, de forma particular às negras e indígenas.

Longe de se constituir como mito, invenção ou vingança de mulheres para prejudicar colegas, professores e chefes, a violência contra as mulheres é uma realidade nas universidades brasileiras que, nos últimos anos, estimulado pelos estudos e pesquisas feitos por mulheres e envolvendo a temática da violência em diversos espaços, tem se revelado como um problema a ser enfrentado nesse espaço, e se apresenta como um novo desafio tanto para o reconhecimento da existência do problema quanto para a formulação de respostas institucionais, visto que muitos casos ocorridos no ambiente acadêmico não são denunciados, ou, quando são, é porque alcançou um estágio insuportável para a vítima.

É fato que as principais denúncias ocorrem, em sua maioria, de maneira informal e não chegam a ser oficializadas dentro ou fora das universidades, contudo as pesquisas citadas neste estudo realizadas de forma direta com as vítimas ou a partir de denúncias em jornais sobre casos ocorridos em universidades em todo o país, indicam a abrangência e a gravidade da violência nesse contexto que se expressa das mais diferentes formas – do assédio moral (no espaço real ou virtual) ao estupro –, nas diversas relações e instâncias, afinal, além da relação acadêmica professor/a – aluno/a, a universidade é constituída também de outras relações hierárquicas, como as relações de trabalho.

O estudo aponta também a ausência de informações sobre o pertencimento étnico-racial e de classe nas pesquisas, o que pode indicar a invisibilidade das desigualdades raciais e de classes presentes no espaço acadêmico. Nesse sentido, cabe destacar a importância de estudos sobre o tema que consideram a consubstancialidade das relações sociais de gênero, étnico-raciais e de classe e de iniciativas que visem a desnaturalizar práticas, normas e estruturas que compõem o modo de ser das universidades e das relações acadêmicas e acabam por favorecer a produção e reprodução das violências no geral e, particularmente, da violência contra as mulheres.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. P. **As multifaces do patriarcado**: uma análise das relações de gênero nas famílias homoafetivas. Recife: O Autor, 2010.

ANUÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA. **Fórum Brasileiro de Segurança Pública**. 2015.

Disponível em:

<https://www.google.com/search?q=anuario+da+seguran%C3%A7a+publica+2015&og=anuario&ags=chrome.1.69i57j35i39j0l5j69i60.3421j0j4&sourceid=chrome&ie=UTF-8>. Acesso em: 15 maio 2019.

BALANÇO LIGUE 180. **Central de Atendimento à mulher**. 2015. Disponível em:

<https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/dados-e-fontes/pesquisa/ligue-180-balanco-10-anos-da-central-de-atendimento-a-mulher-spm-2015/>. Acesso em: 15 maio. 2019.

BARROSO, M. F. **Rotas críticas das mulheres Sateré-Mawé no enfrentamento à violência doméstica**: novos marcadores de gênero no contexto indígena. Manaus: Edua, 2015.

BARROSO, M. F. **“O começo do fim do mundo”**: violência estrutural contra mulheres no contexto da hidrelétrica de Belo Monte. 2018. 385p. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

BARROSO, M. F. Violência estrutural contra mulheres em Belo Monte: o que os dados oficiais (não) revelam. **Revista Em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 43, p. 140-154, jan/jun. 2019.

CHAUÍ, M. Sociedade, Universidade e Estado: autonomia, dependência e compromisso social. In: Seminário Universidade: por que e como reformar, 2003, Brasília-DF. **Texto para o Ministério da Educação**. Brasília-DF: MEC/SESu, 2003. p. 1-9.

CISNE, M.; SANTOS, S. M. M. **Feminismo, diversidade sexual e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2018.

DAVIS, A. **Mulheres, cultura e política**. São Paulo: Boitempo, 2017. 244p.

FELIZARDO, N. **Ao menos 30 alunas acusam professores do Instituto Federal do Amazonas de assédio sexual**. The Intercept Brasil, 5 dez. 2019. Disponível em: <<https://theintercept.com/2019/12/05/alunas-acusam-professores-ifam-assedio/>>. Acesso em: 20 fev 2020.

FREITAS, A. **Como as maiores universidades do mundo combatem o assédio sexual no campus**. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2016/07/28/Como-as-maioresuniversidades-do-mundo-combatem-o-ass%C3%A9dio-sexual-no-campus>>. Acesso em: 15 maio 2020.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. **Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado**. 2010. Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/publicacoes/publicacao/pesquisa-mulheres-brasileiras-e-genero-nos-espacos-publico-e-privado-2010/>>. Acesso em: 15 maio 2020.

GUIMARÃES, A. **Alunas de Jornalismo da Ufam denunciam casos de assédio envolvendo professor**. Acrítica.com, 28 set 2020. Disponível em: <<https://www.acritica.com/channels/manaus/news/alunas-de-jornalismo-da-ufam-denunciam-casos-de-assedios-envolvendo-professor>>. Acesso em: 15 jun 2020.

INSTITUTO AVON/DATA POPULAR. **Violência contra a mulher no ambiente universitário**. 2015. Disponível em: <http://www.ouvidoria.ufscar.br/arquivos/PesquisaInstitutoAvon_V9_FINAL_Bx20151.pdf>. Acesso em: 15 maio 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. 2015. Disponível em:

<<https://www.google.com/search?q=ibge+2015+sintese+de+indicadores&aq=chrome..69i57.11228j0j4&sourceid=chrome&ie=UTF-8>>. Acesso em: 15 maio 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Violência contra a mulher: feminicídios no Brasil**. 2013. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&id=19873. Acesso em: 15 maio 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Relatório econômico**. 2015. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_alphacontent§ion=31&category=344&Itemid=359>. Acesso em 15 maio 2020.

LIMA, C. **Assédio sexual e moral nas universidades**: um debate necessário. Disponível em: <http://www.adua.org.br/artigos.php?cod=254>. Acesso em: 15 maio 2020.

PASINATO, W. Violência de gênero na Universidade: o desafio da USP. 2017. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/artigos/violencia-de-genero-na-universidade-o-desafio-da-usp/>>. Acesso em: 17 mar 2020.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS. **Síntese de indicadores**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

PRIETO, M. Violencias de género y acoso sexual en las universidades del Ecuador. **Forum Lasa**. 50, Spring, 14-17 (2019). Disponível em: <<https://forum.lasaweb.org/>>. Acesso em: 14 jun 2020.

QUEIROZ, F. M. de; FELIPE, J. D. L. A. Relações patriarcais de gênero e assédio moral contra mulheres no mundo do trabalho. In: QUEIROZ, F.; CISNE, M.; GURGEL, T. (org.). **Feminismo e serviço social**: debates contemporâneos. Mossoró: EDUERN, 2018. cap. 4, p. 121-149.

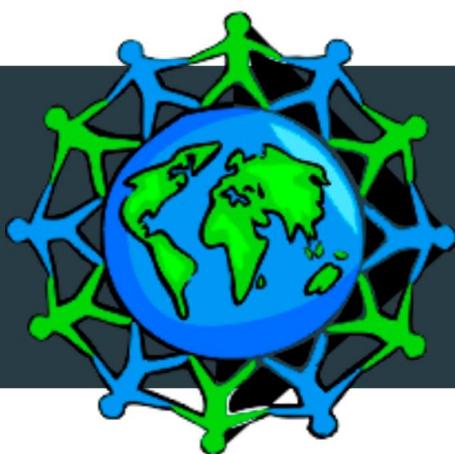
SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

SAYURI, J; SICURO, R. **Abusos no campus: mais de 550 mulheres foram vítimas de violência sexual dentro de universidade desde 2008**. The Intercept Brasil, 10 dez. 2019. Disponível em: <<https://theintercept.com/2019/12/10/mais-de-550-mulheres-foram-vitimas-de-violencia-sexual-dentro-de-universidades/>>. Acesso em: 20 fev. 2020.

VARELA NOTÍCIAS. **Em áudio, aluno de Veterinária da UFBA ameaça estuprar e matar “todas as petistas”**. Varela Notícias, 30 out 2018. Disponível em: <<https://varelanoticias.com.br/em-audio-aluno-de-veterinaria-da-ufba-ameaca-estuprar-e-matar-todas-as-petistas/>>. Acesso em: 25 fev 2020.

VASQUES, L. **Estudantes da FEA-USP entram armados na faculdade e anunciam a chegada da “nova era”**. Revista Fórum, 2018. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/politica/estudantes-da-fea-usp-entram-armados-na-faculdade-e-anunciam-a-chegada-da-nova-era/>. Acesso em: 25 fev 2020.

WASELFIZ, J. J. **Mapa da Violência 2015**: homicídio de mulheres no Brasil. Disponível em: <https://www.google.com/search?q=mapa+da+viol%C3%Aancia+2015&oq=mapa+da+viol%C3%Aancia+2015&aqs=chrome..69i57.11965j0j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8>. Acesso em: 15 nov. 2019.



Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI

III SINESPP

20 a 24
OUTUBRO
2020

SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS
Democracia, desigualdades sociais e políticas públicas no capitalismo contemporâneo

EIXO TEMÁTICO 9 | QUESTÕES DE GÊNERO, RAÇA/ETNIA E GERAÇÃO

VIOLÊNCIA SEXUAL DOMÉSTICA CONTRA MENINAS: uma análise dos casos registrados no Instituto Federal do Amazonas do município de Parintins-AM.

Emily de Jesus Ferreira ¹

RESUMO

O presente artigo resulta do trabalho de conclusão de curso de Serviço Social. Objetiva analisar a violência sexual doméstica contra meninas a partir das situações registradas no Instituto Federal do Amazonas-Campus Parintins. O estudo foi realizado por meio de pesquisa documental, a partir de uma perspectiva crítica e feminista. Os resultados revelam as meninas como principais vítimas de abuso sexual doméstico, a violência sexual como afirmação de poder sobre o corpo e sexualidade das mulheres nas diversas fases da vida, e como fenômeno estrutural do sistema patriarcal-racista-capitalista.

Palavras-Chaves: Patriarcado, Desigualdade de Gênero, Violência Sexual.

ABSTRACT

This article results from the conclusion work of the Social Work course. It aims to analyze domestic sexual violence against girls from the situations registered at the Federal Institute of Amazonas-Campus Parintins. The study was conducted through documentary research from a critical and feminist perspective. The result reveals girls as the main victims of domestic sexual abuse, sexual violence as an affirmation of power over the body and sexuality of women at various stages of life, and as a structural phenomenon of the patriarchal-racist-capitalism system.

Keywords: Patriarchy, Gender Inequality, Sexual Violence.

Instituição: Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia-Universidade Federal do Amazonas (ICSEZ/UFAM)
Titulação: Bacharela em Serviço Social. E-mail: emilydejesus53@gmail.com

INTRODUÇÃO

A violência sexual é um fenômeno complexo, multicausal e dinâmico, que se engendra nas relações pessoais, sociais, políticas e culturais. Pesquisas têm revelado o recrudescimento da violência sexual no Brasil que atinge majoritariamente mulheres, crianças e adolescentes. Tal afirmativa comprova-se pelos dados divulgados pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública - edição 2017, que compilou 49.497 ocorrências de estupro no ano de 2016, evidenciando um crescimento de 3,5% face aos anos anteriores. Já na edição do ano de 2018, a pesquisa apontou que só no estado do Amazonas, 865 pessoas foram vítimas de estupro em 2017.

Conforme o Boletim Epidemiológico (2018) a violência sexual assume diversas manifestações, entre as quais: abuso incestuoso, sexo forçado no casamento, jogos sexuais e práticas eróticas não consentidas, voyeurismo, manuseio, penetração oral, anal, ou genital (com pênis ou objetos) mediante o uso de força física ou ameaça. Incluem-se também, exposição coercitiva/constrangedora à atos libidinosos, exibicionismo, masturbação, linguagem erótica, interações sexuais de qualquer tipo e material pornográfico. Soma-se a isso, atos que mediante coerção, chantagem, suborno ou aliciamento, impeçam o uso de métodos contraceptivos, que forcem ao matrimônio, à gravidez, ao aborto, à prostituição ou toda ação que limita/anula a autonomia da vítima sobre o pleno exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos.

Quando cometida contra crianças e adolescentes, a violência sexual caracteriza-se como todo ato de força física, psicológica ou moral realizado numa relação adulto-criança, em que o adulto detém poder de autoridade, coerção, dominação ou coação sobre o segundo (criança/adolescente), buscando satisfazer seus anseios sexuais ou tirar lucros, vantagens e bens por meio disso (PINHEIRO, 2007).

Assim, o fenômeno vem sendo classificado pela literatura como abuso e exploração sexual. Os casos em que se detecta abuso de poder entre um ou mais adultos em relação a uma criança ou adolescente, visando tirar vantagens unicamente sexuais é caracterizado como abuso sexual, podendo ocorrer dentro e fora das relações familiares entre pessoas conhecidas ou não. Os casos em que há comercialização do corpo/sexo da criança ou adolescente por meio de atos coercitivos que vise o lucro econômico, é caracterizado como exploração sexual (PINHEIRO, 2007).

Diante disso, este artigo tem como objetivo analisar violência sexual contra meninas no contexto doméstico a partir das situações registradas no Instituto Federal do Amazonas - Campus Parintins. Partindo desse pressuposto, realizamos a coleta dos dados documentais de violência sexual doméstica contra meninas no setor de Serviço Social do IFAM/Parintins, junto com a técnica do diário de campo. Seleccionamos quatro anos para a pesquisa (2015, 2016, 2017 e 2018), em que foram identificadas o total de 4 situações de violência sexual doméstica registradas no instituto.

2 A VIOLÊNCIA SEXUAL COMO PRODUTO DO SISTEMA PATRIARCAL-RACISTA-CAPITALISTA

O patriarcado se caracteriza como um regime de dominação-exploração que atua nas relações sociais de gênero, submetendo mulheres ao domínio dos homens. (SAFFIOTI, 2004). Com o advento do capitalismo, o sistema patriarcal se debruçou principalmente na família nuclear (o tradicional pai, mãe e filhos). No patriarcalismo, o “homem tomou também as rédeas da casa, e a mulher foi degradada e transformada em escrava do homem e em simples instrumento de reprodução” (TOLEDO, 2017, p. 90-91). Assim, o poder do pai sobre a mulher e os filhos caracterizou o patriarcado após o surgimento da propriedade privada. A sujeição da mulher na sociedade foi e é estruturada pela simbiose desses sistemas:

O predomínio milenar do patriarcado advém das origens da propriedade privada, ao transformar a mulher em um objeto, sob a qual passou a exercer uma relação de domínio e posse. Ao impor a negação da subjetividade feminina, o homem se afirmou como sexo dominante. Para garantir tal condição, estendeu o seu predomínio através da religião e da família. A partir destas instituições, o patriarcado agravou a situação do sexo feminino violentamente, por vários séculos (PINHEIRO; ÁLVARES, 2017, p. 22).

Desse modo, a família patriarcal se constituiu como pilar básico da sociedade capitalista, atendendo principalmente os seus interesses. Não obstante, é sobre as mulheres que recai toda a responsabilidade da instituição família, ao mesmo tempo em que são transformadas em escravas dos homens, condicionadas à superexploração na dupla jornada de trabalho e submetidas à violência doméstica (TOLEDO, 2017).

A simbiose existente entre patriarcado e capitalismo determina a inferioridade da mulher, de sua vida e de seus corpos. Essa imbricação permite que se constituam múltiplas formas de opressões e explorações. Para elucidar a questão:

Enquanto mulheres, estamos sujeitas à violência patriarcal que submete nossas vidas e nossos corpos. Aliada ao capitalismo, somos transformadas em objetos de consumo, mercantilizadas; adentramos o processo de produção e reprodução da vida social de maneira precarizada (VAZQUEZ, 2018, p. 143).

Com base na referida autora, compreendemos que o capitalismo baliza a diferença de classe na opressão patriarcal. No entanto, o racismo, outro sistema estruturante, articula-se ao patriarcado e capitalismo, agudizando cada vez mais essas desigualdades. Nessa direção, Barroso (2018b) parafraseando Kergoat, defende que tais sistemas apesar de possuírem características que os diferenciam, apresentam uma relação simbiótica que evidenciam três relações sociais que se imbricam e são coextensivas: as relações de sexo/gênero, classe e raça/etnia. Essas relações baseiam-se em privilégios e são hierarquizadas, portanto, reconhecer “essas hierarquias implica reter que mulheres pobres, negras e indígenas sofrem mais intensamente as opressões da ordem patriarcal, pois carregam no corpo as marcas da opressão-exploração do sexismo, do racismo e do classismo” (BARROSO, 2018b, p. 455).

Segundo Cisne e Santos (2018) e Barroso (2018a), a violência sexual resulta do patriarcado, da dominação masculina e da falocracia. Isso se dá por meio do controle da sexualidade feminina e do corpo das mulheres, tendo como lócus privilegiado o contexto doméstico, no qual a violência perpetrada pelos agressores é quase sempre alguém de confiança das vítimas.

De acordo com Saffioti e Almeida (1995, apud SOUSA, 2017), no âmbito familiar, a violência sexual é praticada contra mulheres e crianças de ambos os sexos, sobretudo as meninas, em razão da posição de subordinação que ocupam. Para Vilhena e Zamora (2004), o lar não é mais um lugar capaz de garantir segurança às mulheres e salvá-las de toda a violência urbana, pois é dentro de casa que mulheres e meninas são constantemente violentadas sexualmente por seus familiares, pessoas conhecidas, que geralmente confiam e amam.

3 A ANÁLISE DAS SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA MENINAS IDENTIFICADAS NO IFAM- CAMPUS PARINTINS.

A primeira situação de violência sexual registrada no Instituto Federal de Parintins -AM ocorreu no ano de 2015. A adolescente tinha 16 anos e cursava o 1º ano do Ensino Médio quando revelou, na escola, ter sido vítima de abuso sexual.

Os documentos analisados demonstram que a situação foi notificada ao setor de Serviço Social e Psicologia do IFAM pelo/a pedagogo/a, após um comunicado da professora da discente. Segundo informações registradas pelo diário de campo, a aluna comentava com as colegas os abusos, tendo essas colegas a encorajado a comunicar a professora. Após isso, a discente foi convidada a comparecer ao atendimento psicossocial. No IFAM, o atendimento psicossocial é a abordagem conjunta do/a assistente social com o/a psicólogo/a (DIÁRIO DE CAMPO, 2019).

Mediante os relatos da discente, foi elaborado um documento nomeado como Registro de Escuta Qualificada que descreve as declarações da aluna. A discente relatou morar com a mãe, os irmãos, e o padrasto e que este a “molesta sexualmente desde os nove anos de idade” (PESQUISA DOCUMENTAL, 2019). O registro aponta que na época o padrasto tinha 53 anos de idade. A discente relatou que a mãe tinha conhecimento sobre os abusos e que certa vez, numa confusão em família, chegou a sair de casa e a mãe lhe disse que iam se mudar. Contudo isso não aconteceu e tudo permaneceu como estava (PESQUISA DOCUMENTAL, 2019).

O entendimento é que a confissão dos abusos à família tenha gerado uma série de conflitos familiares e embora a mãe soubesse dos abusos, a mesma pareceu temer pela separação do companheiro e pela atitude da filha de sair de casa. Por isso, pressionou a menina a desmentir tudo para evitar o desmoronamento familiar.

Saffioti (2004, p. 74) explica que as mães são impedidas de denunciar os abusos sexuais que ocorrem no seio familiar, por conta de uma “ideologia de defesa da família”, haja vista que a família nuclear ainda é considerada como estrutura sagrada pelo conservadorismo.

No mesmo dia do atendimento com a discente, a mãe da aluna compareceu ao atendimento psicossocial, conforme solicitado pelo/a psicólogo/a e assistente social. O registro informa que durante o atendimento a mãe confirmou que sabia de tudo, porém

não acreditava na filha, alegando que a mesma não passava “certeza” sobre as acusações. Na ocasião, tentou contradizer os argumentos da filha alegando que tudo não passava de uma invenção da adolescente, e que a mesma estava fazendo isso por não querer mudar de cidade com a família no final do ano de 2015.

A mãe da adolescente defendeu o acusado durante o atendimento, justificando que o mesmo nunca chegou a agredir a filha e nem chegava alcoolizado em casa. O registro descreve “a mãe se mostrou incrédula quanto às acusações da filha e tentou justificar a atitude desta baseada em outros argumentos, negando o envolvimento do cônjuge” (PESQUISA DOCUMENTAL, 2019). Conforme Pedersen (2010), no contexto do abuso sexual, as mães geralmente são submissas ao companheiro, e em razão disso, assumem o papel de superprotetora justificando ou encobertando as atitudes do mesmo.

Embora os registros nos mostrem que a mãe da adolescente tenha duvidado das acusações feitas ao esposo, a mesma declarou ter interesse no esclarecimento das acusações, e alegou estar sofrendo com todo o problema que envolvia a sua família.

Segundo Lima e Alberto (2012), as mães após a revelação dos abusos sexuais, apresentam sentimentos confusos em relação à suspeita ou constatação de que o parceiro está cometendo o crime. Essas situações podem gerar nas mães “sofrimento subjetivo expresso em desamparo, culpa, medo, vulnerabilidade, embotamento afetivo, e até mesmo, a partir da lembrança de sua própria vitimação por abuso sexual quando criança ou adolescente” (LIMA; ALBERTO, 2012, p. 413). Em regra, a mãe permanece calada por ter um vínculo de dependência emocional muito forte com o abusador, e por este ser, na maioria das vezes, o principal provedor da casa (PAULA, 2011).

No registro, a menina acusa o padrasto de violência doméstica contra a mãe. Isso nos leva a possibilidade de entender que a genitora também é vítima de violência, e por isso mantém-se inerte para realização da denúncia. Como destacado anteriormente, mães se silenciam diante do abuso sexual, pois também sofrem violência. Isso também é abordado por Saffioti (2004), ao afirmar que mulheres permanecem caladas por serem ameaçadas e estarem vivenciando violência física e sexual.

O registro também expõe o relato de que o padrasto quando faz uso de bebida alcoólica fica muito agressivo. Acerca dessa situação, concordamos com Barroso (2015) ao apontar que o álcool não é justificativa para violência, mas atua como potencializador

de atos violentos. Acreditar que a bebida alcoólica é responsável pelas agressões, é o mesmo que tirar a responsabilidade do agressor, fazendo com que as vítimas tolerem cada vez mais as agressões, por acharem que a culpa está na bebida (BARROSO, 2015).

A segunda situação identificada no IFAM foi registrada no ano de 2017. A discente de 16 anos de idade procurou o setor de psicologia para relatar que sofria, “agressão verbal e psicológica, bem como tentativas de assédio sexual, praticadas pelo genitor [...]” (PESQUISA DOCUMENTAL, 2019).

Segundo a Lei 10.224 de 2001, Art. 216-A, assédio sexual é: “Constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função”. No entanto, entendemos que o assédio sexual é um tipo de violência sexual que pode existir em contextos diversos da relação trabalho. Na referida situação, o assédio sexual envolve a relação pai-filha, praticada em âmbito familiar, portanto, se compreende como abuso sexual.

No dia seguinte ao relato da discente, o pai e a mãe foram chamados para atendimento psicossocial. Na conversa, ambos foram orientados pelo/a assistente social sobre os direitos da criança e do adolescente e os deveres da família conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. Além disso, foram orientados a desenvolver o diálogo, a afetividade e a confiança no âmbito familiar. De acordo com o registro, ambos “comprometeram-se a repensar suas posturas e mudar seus comportamentos para que retomem uma convivência familiar saudável” (PESQUISA DOCUMENTAL, 2019).

Tal mudança teria inicialmente acontecido, pois a discente no dia 05 de abril de 2017, retornou ao atendimento psicológico para relatar como andava a convivência familiar, afirmando que houve melhora, embora ainda apresentasse comportamento reticente ao pai. Para Azevedo, Guerra e Vauciunas (2009), no contexto do abuso sexual doméstico, a menina é explorada por uma pessoa mais velha, mais poderosa, mas que ela é obrigada a amar. “Para ela, a casa não é mais um lugar seguro. Seu pai não é mais aquele parente capaz de ensinar-lhe a ser uma adulta, a ser autônoma, a saber dizer não. Porque ele a obriga a fazer o que ele deseja, porque ele a reduz, de fato, à condição de um objeto seu” (2009, p. 210).

No dia 03 de maio de 2017, a discente retornou ao serviço de psicologia para relatar que havia sido beijada pelo pai quando o mesmo estava bêbado. O fato teria acontecido no final de semana anterior à data do referido relato. Recorremos novamente a Barroso (2015, p. 81), para aferir que o álcool atua com desinibidor da violência “abrandando a censura da pessoa e ressaltando uma agressividade já latente”.

O registro demonstra que a vítima relatou sentir muito medo do pai, e que este vinha proferindo constantes ameaças de agressões físicas e assédio sexual. De acordo com Paula (2011) o medo é um dos sentimentos comuns que assolam a vítima nas situações de violência sexual, principalmente porque essa pode estar sofrendo ameaças do agressor, que quase sempre é um de seus familiares.

No mesmo dia o/a psicólogo/a entrou em contato com a mãe da discente, solicitando novamente que os genitores comparecessem a instituição “para tomarem ciência do fluxo do caso” (PESQUISA DOCUMENTAL, 2019). O registro conta que a mãe argumentou ter compromissos de trabalho inadiáveis e ambos os genitores não compareceram ao atendimento psicossocial.

Aparentemente a mãe da adolescente aderiu ao complô do silêncio e negligenciou proteção à filha. Nos casos de abuso sexual, a responsabilidade do cuidado e da denúncia recai principalmente sobre as mães. Assim, para evitar análises superficiais que acabam por culpabilizar as mães, seria apressado apontar de forma direta a negligência da mãe. Antes disso, é preciso conhecer suas histórias, o contexto no qual estão inseridas, uma vez que, na maioria dos casos, se preocupam em responder de forma satisfatória os papéis sociais de dona de casa, mãe e esposa perante a sociedade. Conforme apontam Lima e Alberto (2012), essas mulheres são constantemente pressionadas a se adequar a esses papéis.

Portanto, culpabilizar as mães diante dessas situações é deslocar a responsabilidade do abusador. De acordo Saffioti (2004), as mulheres carregam culpa por quase tudo na sociedade. São culpadas por não serem boas mães ou por não saberem educar seus filhos. Quando, por exemplo, os filhos não correspondem a um comportamento considerado adequado ou correto, o alvo das críticas e a responsabilidade cai de imediato para as mães.

A terceira situação de violência sexual contra meninas foi registrada no ano de 2017. No documento consta que a discente do 1º ano do Ensino Médio, compareceu ao

serviço de psicologia acompanhada de mais duas colegas para relatar que havia sofrido abuso sexual.

O registro nomeado como Registro de Atendimento Psicológico, apresentava-se na descrição como atendimento psicossocial. A descrição da situação apresenta-se em breve linhas da seguinte forma:

At. Psicossocial. A discente se apresentou à sala do Serviço de P acompanhada pelas colegas XXXXXX e XXXXXX. Relatou que além de ter sido aliciada aos 8 anos por um tio materno, já foi aliciada por outro tio materno com quem ficava em casa e sofreu estupro por um primo aos 11 anos. Sente medo de contar para os genitores! [...] (PESQUISA DOCUMENTAL, 2019).

O/A assistente social relatou que a discente contou às colegas de aula e estas ao tomarem conhecimento do acontecido, a incentivaram procurar atendimento no IFAM (DIÁRIO DE CAMPO, 2019). De acordo com Paula (2011), é comum que a vítima revele a amigos, colegas de aula e profissionais que não possuam relação com sua família. Geralmente, esses profissionais são professores, nos quais, a vítima deposita confiança.

Sobre a presente situação, identificamos que houve repetição da violência durante a infância da vítima. Desse modo, a situação complexifica-se em razão de a menina ter sido abusada por três pessoas do círculo familiar, dois tios e um primo. Ribeiro, Ferriani e Reis (2004), salientam que tios e irmãos também são perpetradores de abuso sexual por estarem numa posição de autoridade parental muito parecida com a paterna, principalmente quando se encontram na fase adulta ou no final da adolescência. Nessa situação, é evidente que demais parentes, como primos, também podem assumir essa posição.

No registro, a adolescente expressou ter medo de revelar à família os abusos vivenciados. É recorrente que o pacto de silêncio se estabeleça somente entre a vítima e o abusador. Geralmente ocorrem ameaças, de agressão ou morte, direcionada à mãe. (FALEIROS, 1998). Para Florentino, as vítimas podem segredar os abusos, pois são acompanhadas por uma dupla angústia: “não contar por temer o agressor e não contar por temer não ser acreditada pela genitora ou pelo restante da família” (2015, p. 142).

Segundo Vieira e Abreu (2007), o abuso sexual pode iniciar durante a infância e permanecer invisibilizado durante anos. As vítimas costumam revelar os abusos quando são jovens e acabam convivendo com o trauma pelo medo e o sentimento de culpa que

é constante nessas situações. Como a violência sexual também é física e psicológica, causa danos grandiosos à vítima interferindo em seu processo de desenvolvimento.

A quarta e última situação aconteceu no mês de agosto do ano de 2018. No registro intitulado como Atendimento, a discente de 15 anos do 1º ano do Ensino Médio procurou o Serviço Social encaminhada pelo/a psicólogo/a do instituto.

A menina relatou ter sido estuprada pelo cunhado entre seus 10 e 12 anos de idade. Não soube relatar a idade com precisão, mas revelou que desde então isso tem a afetado muito. A discente expôs parcialmente como o abuso aconteceu. A mesma contou que o cunhado a pegou e a colocou em cima dele. Na hora do relato, a adolescente se emocionou bastante e não chegou a revelar outros detalhes do fato (PESQUISA DOCUMENTAL, 2019).

De acordo com Vilhena e Zamora (2004, p. 118, grifos da autora), o estupro – ou sua tentativa –, partindo de um familiar, logo o transforma subitamente em um estranho, diferente e hostil, assim “pode ser *paralisante* para a vítima, pela surpresa dolorosa da introdução da violência, mesclada pela supersexualização de uma situação não sexual ou onde a consumação do ato não estava em questão”. Conforme Paula (2011, p. 17), “o abuso sexual praticado por um adulto conhecido da vítima dificulta as ações de enfrentamento, pois traz conflitos que muitas vezes calam os envolvidos”. A vítima é tomada por sentimentos de vergonha, culpa e medo. Sofre retaliação do agressor e é permeada por sentimentos confusos.

No atendimento, a menina disse ter raiva do cunhado e também da mãe, por esta não ter acreditado na sua palavra quando a mesma resolveu contar o que havia sofrido. Relatou que por conta do abuso, tem dificuldade de estabelecer relações afetivas com outras pessoas, e que já cometeu automutilação quando viu o abusador realizando uma obra na residência onde mora com sua família. Segundo Faleiros (1998, p. 38-39), as pessoas vitimadas ficam traumatizadas. Elas recusam tocar no assunto, e podem ser acometidas por “depressão, descontrole, anorexia, dificuldades nos estudos, problemas de concentração, digestivos, fobia, sensação de estar sujo. Há tentativas de suicídio ligadas ao trauma”.

Os registros descrevem que no mesmo dia do atendimento foi realizada visita domiciliar à residência da aluna, onde os/as profissionais dialogaram com a mãe da mesma, expondo a situação da discente e a denúncia feita ao cunhado. No ato da visita

domiciliar, a genitora comentou estar surpresa com a atitude da filha, porque até então a menina não havia demonstrado nenhum problema em relação a isso, nem sequer havia contado para família o que havia acontecido. Na ocasião, a mãe relatou que a filha não tinha interesse em fazer acompanhamento psicológico clínico, conforme orientado pelo/a psicólogo/a do campus. Ademais, relatou que a filha estaria se envolvendo com um rapaz que não tem aprovação da família por este estar supostamente envolvido com drogas.

Ribeiro, Ferriani e Reis (2004) ratificam que pessoas vítimas de violência sexual tendem a ficar vulneráveis a outras formas de violência, dentre as quais, o uso de drogas, depressão e suicídio. Florentino (2015) sinaliza que o abuso sexual pode modificar o comportamento social das vítimas, comprometendo o modo de se relacionar ou confiar nas pessoas.

No mês de novembro do mesmo ano, novamente a aluna compareceu ao Serviço Social desta vez encaminhada por uma professora. A discente estaria se automutilando com cortes no braço (PESQUISA DOCUMENTAL, 2019). Conforme relato do/a assistente social, a professora percebeu a automutilação em sala de aula quando pediu a aluna que levantasse as mangas do seu moletom (DIÁRIO DE CAMPO, 2019).

No relatório de atendimento, a discente declarou que não se conformava com a atitude da mãe, contando que a mesma lhe proibiu de denunciar o abuso sexual ao Conselho Tutelar. A discente afirmou que a mãe teme pela reputação da família e que não recebeu tratamento psicológico clínico, como havia sido orientado nos primeiros atendimentos.

Para Saffioti (2004), a convivência em torno do abuso sexual acontece em famílias de todas as classes. As famílias tendem a manter sigilo sobre os abusos tanto para preservar o status social que possuem, e por temerem o constrangimento e as consequências que a família pode passar mediante uma denúncia.

Por outro lado, nessa situação é pertinente destacar a possibilidade da síndrome do pequeno poder. Segundo Safiotti (2004), mães com a síndrome do pequeno poder, recorrem a pedagogia da violência para punir seus filhos, principalmente de forma física. Elas assumem a autoridade máxima do pai, ou seja, exercem o papel patriarcal na ausência deles. Dessa forma, a autora afirma “assim, embora as mulheres não sejam cúmplices dos patriarcas, cooperam com eles, muitas vezes inconscientemente, para a

perpetuação deste regime” (SAFFIOTI, 2004, p. 65). Conforme a autora, a máquina do patriarcado pode ser acionada por mulheres. Assim, elas não estão isentas de reproduzir o machismo e a violência nessa sociedade, seja com crianças e adolescentes, idosos/as, mulheres e até mesmo homens, quando na condição de dominados.

4 CONCLUSÃO

Dado o exposto, compreendemos as quatro situações de violência sexual analisadas como abuso sexual praticado em contexto doméstico. Aferimos que vivemos numa sociedade balizada por três sistemas: *patriarcado*, *racismo* e *capitalismo*. Agindo de forma articulada, eles definem e aprofundam as desigualdades de gênero, privilegiando o domínio dos homens sobre as mulheres, sendo a violência sexual uma de suas expressões.

Desse modo, entendemos que as situações de violência sexual aqui discutidas têm como principal fundamento o patriarcado, que favorece o domínio sexual de mulheres e meninas por homens. É evidente a dinâmica do controle e medo na violência sexual, em que o corpo e a vida das mulheres, aqui, tanto as meninas quanto as mães, são entendidas como propriedades do sexo masculino e tem sua sexualidade controlada. Até hoje, o patriarcado permanece endossando a desigualdade de gênero, que se expressa principalmente no fenômeno da violência. As mulheres nas diversas fases da vida têm sentido isso de formas complexas na atualidade, como ilustrativo disso temos a violência sexual doméstica contra meninas.

Diante dessas análises, podemos concluir que a violência sexual contra meninas no contexto doméstico é determinada por desigualdades étnico-raciais, de classe e gênero, em que a geração aparece como dimensão que particulariza essas desigualdades. Revelando, assim, que a violência sexual é produto e substância de sistemas estruturantes, e se constitui numa afirmação de poder e de propriedade do que mero desejo sexual incontrolável masculino.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N.; VAICIUNAS, N. Incesto ordinário: a vitimização sexual doméstica da mulher-criança e suas consequências psicológicas. In: AZEVEDO, M. A.;

GUERRA, V. N. (Orgs.). **Infância e violência doméstica**: fronteiras de conhecimento. São Paulo: Cortez, 2009.

BARROSO, Milena Fernandes. **“O começo do fim do mundo”**: violência estrutural contra mulheres no contexto da hidrelétrica de Belo Monte. 2018. 385f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018a.

_____. Notas para o debate das relações de exploração-opressão na sociedade patriarcal-racista-capitalista. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 133, p. 446-462, set./dez. 2018b.

_____. *Rotas críticas das mulheres Sateré-Mawé no enfrentamento à violência doméstica*: novos marcadores de gênero no contexto indígena. Manaus: EDUA, 2015. **BOLETIM EPIDEMIOLÓGICO. Análise epidemiológica da violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil, 2011 a 2017**. Secretaria de vigilância em Saúde. Ministério da Saúde. v. 49, jun. 2018. Disponível em: <http://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2018/junho/25/2018-024.pdf>. Acesso em: 01 set. 2018.

BRASIL. **Lei nº 10, 224, de 15 de maio de 2001**, altera o decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940-Código Penal, para dispor sobre o crime de assédio sexual e dá outras providências. Disponível: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10224.htm. Acesso em: 15 mai. 2019.

CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana. **Feminismo, diversidade sexual e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2018.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A violência sexual contra crianças e adolescentes e a construção de indicadores**: a crítica do poder, da desigualdade e do imaginário. *SER Social*, Brasília, n. 2, p. 37-56, ago. 1998.

FLORENTINO, Bruno Ricardo Bérnago. As possíveis consequências do abuso sexual praticado contra crianças e adolescentes. *Fractal: Revista de Psicologia*, v. 27, n. 2, p. 139-144, mai./ago. 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1984-0292/805>. Acesso em: 25 fev. 2019.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário brasileiro de Segurança Pública**. Ano.11. 2017.

_____. *Anuário brasileiro de Segurança Pública 2014 a 2017*. 2018.

LIMA, J. A; ALBERTO, M. F. P. Abuso sexual intrafamiliar: as mães diante da vitimação das filhas. **Psicologia & Sociedade**, v. 24, n. 2, p. 412-420, 2012.

PAULA, Érika Saldanha de. **O abuso sexual na família**: um estudo sobre enfrentamento a partir de intervenção institucional. 2011. 116f. Dissertação (Mestre em Ciências

Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2011.

PEDERSEN, Jaina Raqueli. **Abuso sexual intrafamiliar**: do silêncio ao seu enfrentamento. 2010. 136f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2010.

PINHEIRO, Ivonete; ÁLVARES, Maria Luzia Miranda. Mitos e pilares que sustentam o patriarcado na perspectiva de Simone de Beauvoir. **Gênero na Amazônia**, Belém, n. 7-12, p. 15-24, jul./dez. 2017.

PINHEIRO, Renata. **Violência sexual infanto-juvenil em Natal**: uma avaliação do Programa Sentinela. 2007. 109f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2007.

RIBEIRO; Maria Aparecida. FERRIANI; Maria das Graças Carvalho. REIS; Jair Naves dos. Violência sexual contra crianças e adolescentes: características relativas à vitimizações nas relações familiares. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p. 456-464, mar./abr. 2004.

SAFFIOTI, Heleith. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. 2004.

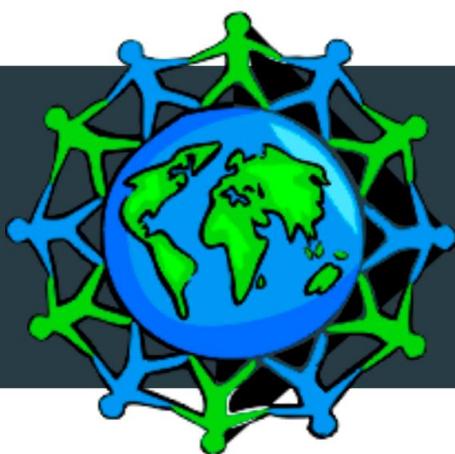
SOUSA, Renata Floriano de. Cultura do estupro: prática e incitação à violência sexual contra as mulheres. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.25, n. 1, p. 9-29, jan./abr. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1806-9584.2017v25n1p.9>. Acesso em: 28 ago. 2018.

TOLEDO, Cecília. **Gênero e classe**. São Paulo: Sundermann, 2017.

VAZQUEZ, Ana Carolina Brandão. A classe nos une, o gênero nos divide: imbricações entre patriarcado e capitalismo. **Argumentum**, Vitória, v. 10, n.2, p. 135-147, mai./ago. 2018. Disponível em: <http://10.18315/argumentum.v10i.2.19507>. Acesso em: 08 nov. 2018.

VIEIRA, Márcia Soares; ABREU, Vânia Izzo de. Violência sexual na adolescência In: TAQUETTE, S. R (Org.) **Violência contra a mulher adolescente-jovem**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007.

VILHENA, Junia de; ZAMORA, Maria Helena. Além do ato: os transbordamentos do estupro. **Revista Rio de Janeiro**, n. 12, p. 115-130, jan./abr. 2004.



Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI

III SINESPP

20 a 24
OUTUBRO
2020

SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS
Democracia, desigualdades sociais e políticas públicas no capitalismo contemporâneo

EIXO TEMÁTICO 9 | QUESTÕES DE GÊNERO, RAÇA/ETNIA E GERAÇÃO

REFLEXÕES SOCIAIS E CULTURAIS SOBRE O ENVELHECIMENTO FEMININO

Cidianna Emanuely Melo do Nascimento¹
Cleópatra Tessa Loiana Paz Araújo Loiola²

RESUMO

O contexto atual do envelhecimento humano no âmbito nacional e mundial aponta para algumas transformações de cunho social, político, cultural e ideológico. O estudo teve como objetivo refletir sobre o contexto social e cultural da população idosa através do recorte de gênero. As mudanças ocorridas em torno da velhice ressignificaram e legitimaram um conjunto de direitos que hoje se manifestam na busca pelo lazer, bailes, ginásticas e qualidade de vida para as pessoas mais velhas. Entretanto, a luta entre conceitos e pré-conceitos sobre o idoso ainda não findou. Se os idosos no âmbito familiar e social antes eram vistos apenas com o status de gozadores de uma aposentadoria, sendo levados a se sentirem rejeitados, desnecessários e reduzidos, encontram-se agora integrados a realizações e recompensas para a plenitude de suas identidades, por meio do respeito pelo maior tempo livre para si e para se relacionar.

Palavras-Chaves: Envelhecimento; Gênero; Feminização da Velhice.

ABSTRACT

The current context of human aging at the national and global levels points to some transformations of a social, political, cultural and ideological nature. The study aimed to reflect on the social and cultural context of the elderly population through a gender perspective. The changes that occurred around old age gave new meaning and legitimized a set of rights that today are manifested in the search for

¹ Enfermeira (FACID). Mestra em Antropologia (UFPI). Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Bolsista da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP). E-mail: profa.cidianna.melo@gmail.com

² Psicóloga clínica pela UESPI (CRP 21/03814); Tanatóloga; Pós graduação em Psicogerontologia; Professora da Universidade Aberta à Terceira Idade (UNATI); Membro do Grupo de Pesquisa Transdisciplinar sobre corpo, saúde e emoção (CORPOSTRANS - UFPI/CNPq); Pesquisadora na área de antropologia do envelhecimento, emoção e memória. E-mail: cleopatratessaloiola@yahoo.com.br

leisure, dancing, gymnastics and quality of life for older people. However, the struggle between concepts and preconceptions about the elderly has not yet ended. If the elderly in the family and social sphere were previously seen only with the status of enjoying retirement, being made to feel rejected, unnecessary and reduced, they are now integrated into achievements and rewards for the fullness of their identities, through respect for the greatest free time for you and to relate.

Keywords: Aging; Genre; Feminization of Old Age.

INTRODUÇÃO

O contexto atual do envelhecimento humano no âmbito nacional e mundial aponta para algumas transformações de cunho social, político, cultural e ideológico. Estas transformações acarretaram mudanças notórias nas condições sociais dos idosos e das pessoas em processo de envelhecimento, bem como desafios para tal realidade.

As estatísticas apontam para dados referentes ao crescimento da população idosa na contemporaneidade. A Organização das Nações Unidas (ONU) considera o período de 1975 a 2025 a Era do Envelhecimento. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2002), seguindo orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS), é considerado idoso, nos países em desenvolvimento, toda pessoa com 60 anos ou mais, e em países desenvolvidos com 65 anos.

A partir da década de 1950, a fecundidade inicia um período de queda acentuada. Já nas décadas de 1960 e 1970, as transformações na sociedade brasileira consistiram em fortes deslocamentos migratórios do campo para a cidade, levando a um intenso e diversificado processo de urbanização, avanços no processo de assalariamento da economia brasileira e engajamento crescente da mulher no mercado de trabalho urbano, fatores que levaram a alterações no comportamento reprodutivo (IBGE, 2011). Esse fenômeno acarretou o crescimento do envelhecimento populacional, e em 2020, o Brasil será a sexta população mais idosa do mundo, com 34 milhões de brasileiros com idades que superam os 60 anos (MINAYO; COIMBRA, 2002).

No âmbito global e nacional, essa situação gera demandas de cunho político, social, educacional e da saúde, motivo pelo qual qualquer reflexão sobre os idosos deve abranger diversas áreas do conhecimento. Vários são os fatores e os significados

ocasionados a partir dessa nova configuração demográfica. Faz-se necessário analisar os impactos de participação, inclusão e produtividade dessa população, bem como compreender estigmas, preconceitos, valores e perspectivas e seus desdobramentos nas relações sociais, requerendo uma investigação sobre os sujeitos, as instituições e a sociedade.

Todavia, cabe salientar que a velhice não é homogênea e que a idade cronológica não se apresenta como um indicador preciso para as mudanças que acompanham o processo de envelhecimento. São vários fatores que podem contribuir para a heterogeneidade desse processo durante a trajetória de vida, deve-se ter em mente que nem todas as pessoas da mesma faixa etária apresentam características semelhantes. Caracterizar a pessoa idosa é um desafio, uma vez que a condição humana se apresenta complexa e ao mesmo tempo peculiar, o que torna difícil estabelecer um perfil comum a todos (MOTTA, 1999).

Apesar da visão social negativa, os idosos e as organizações que lutam por seus direitos conquistaram, formalmente, a ampliação das formas de proteção à pessoa idosa e buscam ressignificar e viver novas experiências de envelhecimento. Dessa forma, percebe-se que o processo de envelhecimento tem sido um assunto relevante no século XXI. Apesar de estar em destaque, a experiência do envelhecimento ainda é um desafio para a sociedade, pois se trata de um fenômeno atual que carrega profundos estigmas e mitos que são generalizados a todos os indivíduos que estão nessa etapa da vida.

Diante dessas considerações, o estudo teve como objetivo refletir sobre o contexto social e cultural da população idosa através do recorte de gênero. As mudanças ocorridas em torno da velhice ressignificaram e legitimaram um conjunto de direitos que hoje se manifestam na busca pelo lazer, bailes, ginásticas e qualidade de vida para as pessoas mais velhas. Entretanto, a luta entre conceitos e pré-conceitos sobre o idoso ainda não findou. Se os idosos no âmbito familiar e social antes eram vistos apenas com o status de gozadores de uma aposentadoria, sendo levados a se sentirem rejeitados, desnecessários e reduzidos, encontram-se agora integrados a realizações e recompensas para a plenitude de suas identidades, por meio do respeito pelo maior tempo livre para si e para se relacionar.

Contextualização sociodemográfica e a feminização da velhice

O envelhecimento populacional é um fenômeno mundial iniciado, a princípio, nos países desenvolvidos a partir do final da década de 1940 e início dos anos 1950. A transição demográfica caracterizada pelas mudanças nas taxas de fecundidade e mortalidade ocorreu em momentos e ritmos diferentes entre os países. Em relação a esse processo pode-se ressaltar importantes diferenças entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento. Enquanto nos primeiros, esse envelhecimento populacional ocorreu associado às melhorias da qualidade de vida, no segundo, esse crescimento ocorreu de forma rápida, carente de uma organização social e de saúde adequadas, suficientes para atender às novas demandas emergentes (VERAS, 2003).

Em 2011, os idosos, na população mundial, totalizavam aproximadamente 800 milhões de pessoas, o que representava 11% da população. Em 2050, as projeções apontam para um contingente de mais de dois bilhões de idosos, o que constituirá 22% da população (UNITED NATIONS, 2013).

As melhores condições de vida econômica, social, ambiental e cultural tiveram impacto nas taxas de mortalidade que contribuíram, junto com a queda da fecundidade, para o envelhecimento populacional. Entre os países em desenvolvimento, as transições iniciaram mais tarde e estão ocorrendo de forma mais rápida devido, principalmente, à importação de tecnologias e também melhores condições de saúde (CAMARANO; PASINATO, 2004).

O envelhecimento populacional no Brasil surgiu como um dado social expressivo a partir da década de 70, situação constatada pelo IBGE nos vinte anos seguintes, conforme a tendência mundial. Cabe ressaltar que não só o Brasil, mas a sociedade, em geral, vem sofrendo mudanças em um ritmo acelerado em função do avanço das ciências e do desenvolvimento de novas tecnologias, que acabam afetando a existência humana de diversas maneiras, inclusive, contribuindo para a longevidade humana (IBGE, 2010).

Embora não seja acessível a todos que caminham para a terceira idade, se faz necessário refletir no processo de viver e ser saudável, sobretudo, no envelhecimento. Assim, saúde e qualidade de vida não significam necessariamente ausência de doença, mas seu controle, permitindo aos(as) idosos(as) uma vida mais autônoma e

independente, ou seja, a concessão da possibilidade de conduzirem sua própria trajetória existencial (IBGE, 2002). Há duas abordagens para se analisar a relação entre saúde e a doença: uma delas parte dos fatores ambientais ou estruturais e outra compreende a relação entre saúde e doenças a partir das variáveis individuais (GIDDENS, 2004).

Giddens (2004) fala que houve uma transição da saúde, pois anteriormente a taxa de mortalidade era relacionada às doenças infecciosas e, atualmente, as doenças crônicas degenerativas são as que mais levam as pessoas à morte. Assim, o avanço da medicina e da tecnologia contribuiu para os países industrializados aumentarem a expectativa de vida, sendo que as pessoas com maiores idades cronológicas ainda vivenciam o conviver com a morte. Os(as) idosos(as) estão ocupando mais espaços sociais, reivindicando direitos e buscando diversas táticas para lidar com o corpo envelhecido. Por sua vez, a sociedade trata a pessoa idosa como um indivíduo sem autonomia e dependência, gerando um sentimento de irritação dos(as) idosos(as).

O processo de envelhecimento se intensificou no Brasil a partir da década de 60, resultado de uma significativa diminuição das taxas de fecundidade e natalidade e no aumento progressivo da expectativa de vida.

Mesmo na composição etária dentro do próprio grupo de idosos(as), houve um aumento dessa proporção da população “mais idosa”, ou seja, de pessoas com oitenta anos e mais. Essa faixa etária passou de 0,9% para 1,6% entre 1992 e 2009, o que significa que a população considerada idosa também está envelhecendo (CAMARANO, 2006). Entre os fatores responsáveis por este fenômeno está o planejamento familiar, a melhoria de assistência à saúde e qualidade de vida (BAKKER FILHO, 2000), o que, de certa forma, são resultantes dos avanços da ciência e tecnologia, mas também das demandas dos movimentos sociais em suas lutas e reivindicações por direitos básicos. O envelhecimento populacional brasileiro acompanha o mundial e as estimativas preveem que, em 2050, haverá no mundo porcentagens iguais de crianças e idosos(as) (IBGE, 2002).

Observando os dados da atual transição demográfica brasileira constata-se nesse um processo de feminização da velhice, ou seja, quanto mais a população envelhece, mais feminina ela se torna. Hoje, as mulheres representam 55,5% da população idosa brasileira e 61% do contingente de idosos acima de oitenta anos (IBGE, 2011). Essa

representação idosa feminina resulta da maior expectativa de vida das mulheres que, em média, vivem oito anos a mais que os homens.

Dentre os fatores que concorrem para esse fenômeno, os especialistas destacam as mortes violentas como assassinatos e acidentes, cujas vítimas são homens em mais de 90% dos casos somados ao acompanhamento médico contínuo maior entre as mulheres ao longo de suas vidas (BANDEIRA; MELO; PINHEIRO, 2010). É o que, também, reforça Berzins (2003), ao frisar que essa representação é resultado da maior expectativa de vida das mulheres que, em média, vivem oito anos a mais que os homens, elencando alguns fatores que concorrem para tal, a exemplo do consumo diferenciado de fumo e álcool, assim como a postura em relação ao processo saúde/doença, procurando com maior frequência os serviços de saúde. Alguns estudos, sobre os grupos de convivência na terceira idade ressaltam, também ressaltam haver diferenças no tocante a gênero em relação aos espaços frequentados. Nas praças e clubes a presença masculina é majoritária, já nos espaços de atividades de lazer há um predomínio de mulheres (MOTTA, 1999).

A predominância do sexo feminino entre os(as) idosos(as) e, sobretudo, entre aqueles(as) acima de oitenta anos, faz crer que sejam as mulheres as maiores dependentes de cuidados com repercussões importantes nas demandas por políticas públicas. Atualmente, a maioria dessas mulheres são viúvas, sem ou com pouca experiência de trabalho no mercado formal, com reduzido grau de escolaridade e apresentam as piores condições de saúde (CAMARANO; KANSO; MELLO, 2004). Nesse sentido é que Goldani (1999) ressalta a necessidade de ações e políticas públicas voltadas especificamente para as mulheres idosas, considerando, por um lado, as particularidades de sua realidade e, por outro, a permanência e a intensificação das desigualdades de gênero. Conforme a autora, nesta fase as mulheres vivem as desvantagens acumuladas ao longo de uma vida de discriminação e de desigualdades estruturais.

Conforme dados divulgados pela Secretária de Direitos Humanos da Presidência da República da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD) de 2012, a população brasileira acima de sessenta anos é de 24.800.000 pessoas, sendo 13.840.000 mulheres e 11.010.000 homens. Dados evidenciam que o percentual de pessoas idosas

já superou o de crianças em praticamente todas as regiões do Brasil, com exceção da região norte (IBGE, 2011).

O envelhecimento populacional também se tornou uma questão de gênero, uma vez que as mulheres estão vivendo mais que os homens (CAMARANO, 2003). Essas diferenças percebidas entre homens e mulheres e os modos de vivencia-las, no contexto da longevidade, devem ser vistas para além da estatística, ou seja, sob a ótica da construção cultural e social de gênero, em torno da qual são constituídos homens e mulheres, masculino e feminino. A desigualdade entre homens e mulheres não se trata apenas de uma questão de origem biológica, mas antes, é decorrente de fatores sócio culturais.

2 GÊNERO E A “VELHICE FEMININA”

O conceito de gênero em Gayle Rubin se baseia na articulação entre natureza e cultura, o que convencionalmente chama-se de sistema sexo/gênero, para o qual sexo nesta abordagem designa a caracterização dos aspectos físicos, biológicos, anatômicos e fisiológicos dos seres humanos e a atividade sexual propriamente dita. Enquanto o gênero se refere à distinção entre atributos sociais, culturais, políticos, psicológicos, jurídicos e econômicos atribuídos às pessoas de forma diferenciada de acordo com o sexo, ou seja, é a representação do que se constrói socialmente a partir das diferenças existentes entre os sexos, criando assim a ideia do que é ser homem e do que é ser mulher, noção de masculinidade e feminilidade (RUBIN, 1993).

A distinção entre homens e mulheres como meio possibilitador de compreensão da vida social é estudada por meio da análise da literatura antropológica clássica, perpassando por Lévi-Strauss, Malinowski e Margareth Mead. A distinção de gênero é entendida na Antropologia como classificador elementar e universal no estudo da organização social e do parentesco. No entanto, na Antropologia Clássica, os percursos diferenciais homem/mulher raramente aparecem como objeto de estudo, ou seja, a necessidade de estranhar as ideias ocidentais a respeito dessas diferenças como desigualdades não eram enfrentadas (SUAREZ, 1995).

Eis o grande dilema dos estudos de gênero: de um lado o relativismo, segundo o qual mulher e homem são categorias preenchidas com conteúdos diferentes em sociedades e épocas diferentes; de outro, a tendência à universalidade da hierarquia de

gênero, ou do gênero como uma estrutura universal de subordinação. Os modelos de masculinidade e de feminilidade aparecem como estrutura abstrata e hierárquica que pode ser encarnada pelos diferentes sexos, dependendo do contexto cultural (SEGATO, 1998).

Dentro desse contexto, o que dizer das mulheres na terceira idade? Elas estariam seguindo essa construção de gênero semelhante a quando eram jovens? O fato de estarem idosas faz com que sejam tratadas igualmente aos homens ou de formas desiguais? Os valores e práticas dessas idosas comungam com relações desiguais ou iguais de gênero? Ou será que partes se configuram em permanências e partes em mudanças?

Assim, falar da mulher idosa não significa partir de uma “categoria natural”, mas compreender a multiplicidade de sentidos que convergem e em outros momentos são contraditórios para estruturar continuamente uma concepção social de gênero (MOTTA, 2011). Para Motta (2011: 71), “a mulher idosa é uma personagem em suspensão”, pois as desvantagens sofridas na sua vida profissional e familiar se acumulam ao longo de sua existência e se acentuam à medida que envelhecem perdendo, portanto, em representatividade. Tal condição, em contínua interseção com uma produção social marcada pela disputa do poder hegemônico não favorece para que a mulher velha possua a devida visibilidade social, permanecendo ignoradas e tendo subjetivadas suas necessidades.

A feminização da velhice é de certa forma, associada às relações de gênero, ao modo como são construídas as relações sociais entre sexos. Os estudos na área de gênero têm demonstrado que tais relações são construídas socialmente, o que significa que tanto podem ser produtoras de mudanças como de reprodutoras de permanências, ou ao modo de Bourdieu (2004) produzirem e reproduzirem práticas. As mulheres são discriminadas por preconceitos não só sexistas, mas também gerofóbicos, ou seja, não só por serem mulheres, mas também por serem velhas.

Na velhice, as diferenças se revelam mais nitidamente e, em alguns casos, tal como nas desigualdades de gênero, elas se acentuam. Com o envelhecimento, homens e mulheres veem se aprofundarem estas diferenciações que são também condicionantes, no que diz respeito à saúde, longevidade e formas de enfrentamento das dificuldades cotidianas (GOLDANI, 1999). Dois discursos confluem na construção da

velhice para a atual geração de mulheres idosas: de um lado, a passividade e as submissões prescritas socialmente por ser mulher; do outro, o modelo da velhice plena de dependência, submissão, passividade, assexualidade, do ser idosa (DEBERT, 2004).

Os estudos de Motta (1999) e Debert (1994) têm apontado que o envelhecer ganha contornos distintos em função das particularidades de gênero, nos quais a identidade de gênero parece ser constitutiva da identidade geracional das idosas. As trajetórias sociais de gênero vêm demonstrando ser determinantes, tanto na situação real e quanto nos sentimentos dessas pessoas idosas, ultrapassando, não raro, a diversidade de situação de classe, quando homens e mulheres veem-se colocados, diferencialmente, quanto às possibilidades e os sentimentos de bem-estar, liberdade e auto realização na velhice.

Pensar a experiência de envelhecer implica considerar o entrelaçamento do entorno sociocultural, pois inúmeras são as ocorrências (sociais, culturais, políticas e econômicas) que influenciam o estilo de vida, valores e, conseqüentemente, os modos de estar velho na nossa sociedade. Por isso, há necessidade de se problematizar novas questões, de modo a considerar essas diferentes dimensões às formas de ser e estar no mundo (MOTTA, 1999).

A passagem da mulher para a velhice em diversas sociedades ocorre devido ao excesso de valor dado, exclusivamente, ao desempenho da função de reprodutora, pois nessa função a mulher ainda é considerada jovem por poder procriar e pelo cuidado que deve ter com os filhos. Esta passagem além de ser marcada pelo desprezo de diferentes pessoas estaria ligada a diversos fatores, como as perdas que acontecessem ao longo da vida, o abandono causado pelos filhos, o estado de viuvez e as mudanças físicas decorrentes da velhice (DEBERT, 1994).

Debert e Brigeiro (2012), ao analisarem as diferenciações de gênero, conseguem identificar fatores divergentes e convergentes que envolvem a sexualidade dos seres humanos. Os primeiros estão reforçados pela normatização que atribui ao homem à condição de ser o provedor, o dono da relação, e delega a mulher a passividade, a obediência na hora da intimidade e em alguns casos, a não capacidade de discutir sobre o sexo seguro. Estas diferenças no exercício da sexualidade sustentam que as mulheres tiveram uma socialização marcada por um controle também em seu corpo.

Alda Motta (1999) sintetiza a expectativa obrigatória de uma “feminilidade” que significa obediência e conformismo. O segundo fator diz respeito à necessidade de legitimar a ideia de que a sexualidade não se esgota ao passar dos anos, pois as experiências na velhice não estão necessariamente associadas à genitalização. No entanto, é socialmente naturalizado o exercício da sexualidade de homens com mais idade em contrapartida, as idosas que se encontram ativas sexualmente são frequentemente discriminadas e vivenciam situações concretas de preconceitos sexistas e gerofóbicos.

Portanto, as mulheres velhas postas a corresponder aos padrões instituídos de feminilidade de seu contexto sócio histórico-cultural, e àquelas que mais se afastarem dessa normatividade e expressões de gênero, maior será a discriminação, a estigmatização, a violência e a tentativa de reenquadramento que recairão sobre elas (MOTTA, 1999).

3 CONCLUSÃO

Observamos conforme o explicitado que o envelhecimento se processa de forma diferente para homens e mulheres, no que tange aos aspectos sociais, econômicos, condições de vida e saúde. Assim, o recorte de gênero é essencial para compreender o lugar que os(as) idosos(as) ocupam na vida social. No entanto, os estudos sobre gênero e envelhecimento não obtiveram, ainda, a atenção que merecem, sendo considerada pequena a produção científica que enfoca esse binômio, quando comparada a outros temas como trabalho e violência. Esse fenômeno é visto, geralmente, na perspectiva estatístico-demográfica, necessitando um reconhecimento maior de que o envelhecimento se tornou não só uma questão global, mas particularmente “feminina”, demandando pesquisas não sexistas, mas também de natureza qualitativa, onde se podem aprofundar dimensões mais subjetivas dessa vivência.

Em relação à construção social do papel de idoso e de idosa, as formas de sociabilidades são diferentes. As diferenças anatômicas são apresentadas e valorizadas, através de discursos que programam e constroem significados para as diferenças sexuais que, por sua vez, permitirá que as pessoas aprendam a se converter e reconhecer-se como homens e mulheres em determinada sociedade e momento histórico. Os valores e padrões sociais e culturais construídos pela sociedade estão presentes no dia-a-dia

dos velhos e influenciam seus comportamentos e atitudes, à medida que constroem como deve ser o masculino e o feminino na velhice.

Pode-se perceber que a sociedade não está preparada para essa mudança no perfil populacional, pois se observou que a realidade é de um envelhecimento sem qualidade e carência no aspecto social, econômico e político que detém o suporte para um envelhecimento saudável. Dessa forma, coloca-se para a sociedade o desafio de buscar compreender a heterogeneidade existente no processo de envelhecimento e reconhecer que existem formas distintas de viver a velhice, pois, cada um vive de forma singular e única esse processo e as relações que se estabelecem no mesmo. Além disso, há necessidade do idoso como protagonista, engajado através da reflexão do seu próprio envelhecimento e da importância do idoso como sujeito de direito.

REFERÊNCIAS

BAKKER FILHO, J. P. A velhice institucionalizada. In: BAKKER FILHO, J. P. **É permitido colher flores? Reflexões sobre o envelhecer**. Curitiba: Chapagnat, 2000.

BANDEIRA, L; MELO, H. P; PINHEIRO, L. S. **“Mulheres em dados: o que informa a PNAD/IBGE”**, 2008. In: Observatório Brasil da Igualdade de Gênero. Julho, 2010.

BERZINS, M. A. Envelhecimento populacional: uma conquista a ser celebrada. In: **Serviço Social e Sociedade**, n. 75, São Paulo: Cortez, 2003.

BOURDIEU, P. **Coisas ditas**. Brasiliense. São Paulo. 2004.

CACHIONE, M. **Quem educa os idosos? Um estudo sobre professores de Universidades da Terceira Idade**. Campinas: Alínea, 2003.

CAMARANO, A. A.; PASINATO, M. T. O envelhecimento populacional na agenda das políticas públicas. In: CAMARANO, A. A. (Org.). **Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60?** Rio de Janeiro: IPEA, 2004.

CAMARANO, A. A.; KANSO, S.; MELLO, J. L. **“Como vive o idoso brasileiro?”**, in CAMARANO, A. A. (Org.) **Os novos idosos brasileiros muito além dos 60?** Rio de Janeiro: IPEA, 2004.

DEBERT, G.G. **A Reinvenção da Velhice: Socialização e Processos de Reprivatização do Envelhecimento**. São Paulo: Edusp/Fapesb, 2004.

DEBERT, G. G.; BRIGEIRO, M. Fronteiras de gênero e sexualidade na velhice. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. V. 27. Nº 80. 2012.

DEBERT, G. G.; SIMÕES, J. de A. A aposentadoria e a invenção da terceira idade. In: DEBERT, G. G. (Org.). **Antropologia e velhice**. Campinas: Unicamp, 1994.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Sinopse do Senso Demográfico de 2010**. Rio de Janeiro, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Perfil dos idosos responsáveis pelos domicílios no Brasil. Estudos e Pesquisas: Informação demográfica e socioeconômica**, n 9. Brasil: IBGE, 2002.

GIDDENS, A. **Sociologia**. 4 ed. Lisboa: Gulbekian, 2005.

GIDDENS, A. **Mundo em descontrole: o que a globalização está fazendo de nós**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GOLDANI, A. M. Mulheres e envelhecimento: desafios para novos contratos intergeracionais e de gênero. In: CAMARANO, Ana Amélia. **Muito além dos 60: os novos idosos brasileiros**. Rio de Janeiro: IPEA, 1999.

MINAYO, M. C. S.; COIMBRA JR., C. E. A. **Antropologia, saúde e envelhecimento**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2002.

MOTTA, A. B. *Mulheres Velhas: Elas começam a aparecer...* In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. (Orgs.). **Nova História das Mulheres**. São Paulo: Contexto, 2011.

MOTTA, A. B. **As Dimensões de Gênero e Classe Social na Análise do Envelhecimento**. Rio de Janeiro: Caderno Pagu, n. 13, pp. 191-221, 1999.

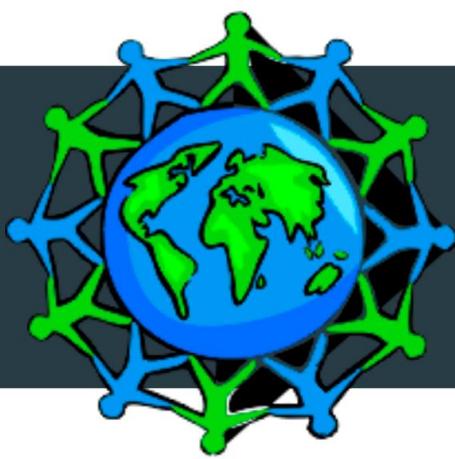
RUBIN, G. **O tráfico de mulheres: notas sobre a economia política do sexo**. Recife: SOS Corpo. 1993.

SEGATO, R. L. **Os percursos de gênero na antropologia e para além dela**. Serie Antropologia. Brasília, 1998. Disponível em: <nrserver34.net/~danunb/doc/Serie236empdf.pdf> Acessado em: 14 de junho de 2020.

SUAREZ, M. A problematização das diferenças de gênero e a antropologia. In: AGUIAR, Neuma (org.). **Gênero e ciências humanas**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

UNITED NATIONS. Department of Economic and Social Affairs, Population Division: World Population Prospects: **The 2012 Revision**. New York, 2013.

VERAS, R. A longevidade da população: desafios e conquistas. In: **Serviço Social e Sociedade**, n. 75, São Paulo: Cortez, 2003, 0. 05-17.



Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI

III SINESPP

20 a 24
OUTUBRO
2020

SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS
Democracia, desigualdades sociais e políticas públicas no capitalismo contemporâneo

EIXO TEMÁTICO 9 | QUESTÕES DE GÊNERO, RAÇA/ETNIA E GERAÇÃO

POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA O FEMININO: os desafios da articulação interseccional no contexto da Lei n. 11.340/06

PUBLIC POLITICS FOR THE FEMALE: the challenges of intersectional articulation in the context of Law no. 11.340/06

Ana Cecília Carvalho Sousa Morais Helal¹

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo refletir sobre a importância de as políticas públicas voltadas para o enfrentamento das violências doméstica e familiar contra a mulher no contexto da sociedade brasileira, articularem-se com os mascadores de “gênero”, “raça” e “classe”. Pode-se dizer que a interseção entre essas categorias reflete em parte a razão da violência associada à posição que ocupa a mulher no contexto da sociedade patriarcal. A pesquisa segue o método bibliográfico e faz uso da Lei nº 11.340/2006 como recurso para análise.

Palavras-Chaves: Gênero; Raça; Classe; Violência.

ABSTRACT

O This paper aims to reflect on the importance of public policies aimed at addressing domestic and family violence against women in the context of Brazilian society, articulating with the masters of "gender", "race" and "class". It can be said that the intersection between these categories partly reflects the reason for the violence associated with the position that women occupy in the context of patriarchal society. The research follows the bibliographic method and makes use of Law 11.340 / 2006 as a resource for analysis.

Keywords: Genre; Race; Class; Violence

INTRODUÇÃO

As concepções de “gênero” foram historicamente disseminadas com base na crença de que homens e mulheres são iguais, possuem direitos indivisíveis e as mesmas

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí – UFPI.

condições ou oportunidades de alcançar privilégios independentemente de “gênero”, “raça”, “classe”, grau de escolaridade ou opção sexual. No entanto, sabe-se que uma característica dos sistemas de crenças que sustentam a dominação patriarcal revela-se através da subjugação de certos grupos imposta por relações de poder reproduzidas pelo racismo e outras formas de opressão coletivas que ainda prevalecem de forma latente na sociedade contemporânea.

O presente trabalho tem como objetivo refletir sobre a importância e os desafios de fomentar políticas públicas que visem a garantir a proteção de mulheres negras pobres contra diferentes formas de opressão a que são submetidas, dentre as quais a violência doméstica e familiar². Para tanto, farei uso do método bibliográfico e da Lei nº 11.340/2006 que ficou conhecida popularmente como Lei Maria da Penha e representou grande avanço no enfrentamento da violência doméstica e familiar no Brasil.

Conforme levantamento realizado pelo Atlas da Violência pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública entre 2007 e 2017 aumentou em mais de 30,7% o número de feminicídios, ou seja, a morte de violenta de mulheres relacionadas ao “gênero”.

De acordo com os pesquisadores, uma mulher é assassinada a cada duas horas no Brasil. Observa-se que os dados apresentados demonstram a fatídica realidade de opressão e subordinação que a maior parte das mulheres brasileiras estão sujeitas em pleno século XXI, sobretudo, aquelas de origem afro-brasileira, de classes menos abastadas, as quais compõem os segmentos menos favorecidos da sociedade. Este fenômeno de violência será compreendido aqui a partir da interseção entre as categorias de “gênero”, “raça” e “classe”, as quais revelam complexas estruturas permeadas de relações de poder que são produto de uma herança cultural de tipo colonial.

Este artigo está organizado em três partes: a) perspectivas sobre a feminilidade onde será exposto um breve panorama no que se refere aos contextos de desigualdade social, discriminação e violência contra a mulher compreendido a partir das perspectivas

²Conforme o artigo 5º da Lei nº 11.340/2006 configura-se violência doméstica ou familiar contra o feminino “qualquer ação ou omissão” com base no gênero tendo como intenção provocar a morte, lesão corporal, dor física, psicológica, sexual bem como dano moral ou patrimonial (BRASIL, 2006).

de “raça”, “gênero” e “classe”; b) políticas públicas voltadas para o feminino em que analiso os avanços e desafios proporcionados pela Lei Maria da Penha; c) e por fim, considerações finais na qual evidencia-se as imperfeições da Lei nº 11340/2006 e a necessidade de implantação de futuras políticas públicas que visem garantir a efetiva proteção da mulher negra e pobre na sociedade brasileira.

2 INTERSEÇÃO ENTRE GÊNERO, RAÇA, CLASSE, VIOLÊNCIA E PERSPECTIVAS SOBRE A FEMINILIDADE

Antes de analisar as políticas públicas voltadas para a proteção do feminino no enfrentamento contra a violência doméstica e familiar é preciso atentar para os diferentes significados que permeiam a trajetória da mulher ao longo da história, a fim de compreendermos seu contexto de surgimento, bem como os mecanismos de sua reprodução na sociedade contemporânea.

É plausível que a sujeição da feminilidade tenha suas raízes na divisão setária das tarefas desempenhadas por homens e mulheres em diferentes culturas sendo o trabalho doméstico em muitas delas associado ao feminino valorado pelos atributos reprodutivos enquanto o trabalho dos homens seria considerado em muitas sociedades a única fonte do progresso humano. Na sociedade ocidental o ponto de partida são as classes sociais podendo-se distinguir basicamente a classe operária que aliena sua força de trabalho e a burguesia que possui os meios de produção.

Além dessa divisão existem outras formas produtoras de desigualdades no contexto da sociedade capitalista, dentre as quais, as tarefas empreendidas por mulheres pertencentes a classes dominantes e mulheres de classes subalternas (brancas X negras). No que se refere a “raça”, encontra-se uma interseção que supera a dicotomia de “classes”, por exemplo, nos espaços de trabalho ocupados por mulheres brancas relacionados ao trabalho de tipo intelectual e os postos preenchidos por mulheres negras reconhecidamente associados ao trabalho doméstico. Nesse sentido, percebe-se que a problemática é bem mais ampla e perpassa diversas estruturas de poder, não se limitando apenas a um determinado tipo de sujeição, qual seja, o de gênero.

Pelo termo “gênero” entende-se:

A raiz da palavra em inglês, francês e espanhol é o verbo latino generare, gerar, e a alteração latina gener -, raça ou tipo. Um sentido obsoleto de “to

gender” em inglês é “copular” (Oxford English Dictionary). Os substantivos “Geschlecht”, “Gender”, “Genre” e “Género” se referem à ideia de espécie, tipo e classe. “Gênero” em inglês tem sido usado neste sentido “genérico”, continuamente, pelo menos desde o século quatorze. Em francês, alemão, espanhol e inglês, “gênero” refere-se a categorias gramaticais e literárias. As palavras modernas em inglês e alemão, “Gender” e “Geschlecht”, referem diretamente conceitos de sexo, sexualidade, diferença sexual, geração, engendramento e assim por diante, ao passo que em francês e em espanhol elas não parecem ter esses sentidos tão prontamente. Palavras próximas a “gênero” implicam em conceitos de parentesco, raça, taxonomia biológica, linguagem e nacionalidade. O substantivo “Geschlecht” tem o sentido de sexo, linhagem, raça e família, ao passo que a forma adjetivada “Geschlechtlich” significa, na tradução inglesa, sexual e marcado pelo gênero. Gênero é central para as construções e classificações de sistemas de diferença. A diferenciação complexa e a mistura de termos para “sexo” e “gênero” são parte da história política das palavras (HARAWAY, 2004, p. 209).

Como podemos ver a concepção de “gênero” em muitas culturas encontra-se associada à ideia de sexo o que revela o tipo de tratamento dispensado ao papel do feminino em tais sociedades evidenciando também uma estrutura de poder baseada no sexismo que define o papel das mulheres com base apenas na dimensão reprodutiva.

A história oficial pouco ou nada registrou da ação feminina no devir histórico, porém, isso não se passa apenas com mulheres, uma vez, pois que também ocorre com outras categorias sociais discriminadas, como negros, índios, homossexuais, etc. Deste fato decorrem movimentos sociais, visando a legitimação das minorias geralmente não legitimadas nestes contingentes humanos que tem como objetivo a participação nos processos políticos.

Assim, é de extrema importância compreender como a naturalização das dinâmicas socioculturais de discriminação contra a mulher constitui o caminho mais fácil e curto para legitimar uma efetiva "superioridade" de homens brancos, ricos e heterossexuais (SAFFIOTI, 1997), em detrimento da pretensa isonomia formulada em textos legais e em discursos defensores da igualdade conquistada com o advento dos regimes democráticos de outrora.

Scott (2005) encontra elementos para pensar o problema em termos de igualdade e legitimidade de direitos:

Os indivíduos devem ser avaliados por eles mesmos, não por características atribuídas a eles como membros de um grupo. A igualdade só pode ser implementada quando os indivíduos são julgados como indivíduos. Essa é uma posição frequentemente legitimada por interpretações rígidas da Constituição e da Carta de Direitos, as quais tomam a igualdade para significar simplesmente a presumida igualdade de indivíduos perante a lei. O outro lado

diz que os indivíduos não serão tratados com justiça (na lei e na sociedade) até que os grupos com quais eles são identificados sejam igualmente valorizados. Enquanto o preconceito e a discriminação permanecerem, argumentam os partidários dessa posição, os indivíduos não serão todos avaliados de acordo com os mesmos critérios; a eliminação da discriminação requer atenção ao status econômico, político e social dos grupos. Mas quais grupos? Ser negro ou afro-americano é uma categoria grande o suficiente para tratar das necessidades específicas e das experiências de americanos birraciais? (SCOTT, 2005, p. 13).

No final do século XIX, a ideia de uma "nova mulher" passou a ser representada a partir de certos atributos, entre eles, maior autonomia, politização e auto-sustentação no sentido de que ela dependeria apenas do próprio trabalho para subsistir desvinculando-se em parte da tutelada masculinidade que a subordinava. Nesse contexto pode-se dizer que a nova feminilidade incorporou os ideais do movimento pelos direitos das mulheres que produziu uma nova imagem podendo ser entendida aqui como uma tentativa de corrigir ou mesmo substituir o ideal de sujeição ao qual foi associada anteriormente, em outras palavras a percepção de "gênero" foi redefinida pelo "feminismo" através da participação no campo sociopolítico que visava a emancipação política das mulheres: Entretanto, essa perspectiva política de luta das mulheres em movimento, não atingia a todas homogeneamente. É o que destaca CARNEIRO (2003):

O feminismo deve liberar as mulheres, deve enfrentar virtualmente todas as formas de opressão. A partir desse ponto de vista, é possível afirmar que um feminismo negro, construído no contexto de sociedades multirraciais, pluriculturais e racistas – como são as sociedades latino-americanas – tem como principal eixo articulador o racismo e seu impacto sobre as relações de gênero, uma vez que ele determina a própria hierarquia de gênero em nossas sociedades (CARNEIRO, 2003, p.4).

Entende-se que a ressignificação do papel da mulher na sociedade paternalista desafiou os valores até então cristalizados vinculados a uma dita masculinidade conservadora resultando na perseguição e opressão de muitas de mulheres o que consequentemente tornou-se o contexto de reprodução da maior parte de violência voltada ao feminino atualmente.

A práxis feminista se deu da esfera individual para esfera coletiva sendo construída a partir de discursos de poder objetivado pelas mulheres feministas numa tentativa de buscar a legitimação de uma identidade subjugada historicamente por valores patriarcais. Uma sociedade estruturada no privilégio de uns em detrimento da submissão de outros passou a ser questionada pelas mulheres que possuíam o desejo e

a necessidade de aumentar sua interferência nas questões da sociedade e de serem vistas e tratadas num patamar equivalente aos homens, isto é, a mulheres também queriam poder. Nesse sentido, segundo Foucault:

[...] noção de repressão é totalmente inadequada para dar conta do que existe justamente de produtor no poder. Quando se define os efeitos do poder pela repressão, tem-se uma concepção puramente jurídica deste mesmo poder; identifica-se o poder a uma lei que diz não. O fundamental seria a força da proibição. Ora, creio ser esta uma noção negativa, estreita e esquelética do poder que curiosamente todo mundo aceitou. Se o poder fosse somente repressivo, se não fizesse outra coisa a não ser dizer não você acredita que seria obedecido? O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir. (FOUCAULT, 2004, p. 8).

Mas, de que mulheres estamos falando? De que categorias estamos tratando? E quem está sendo abandonado nessa luta?

Considerada um paradigma relativamente novo no âmbito de produção das ciências sociais, a perspectiva interseccional ganhou notoriedade no Brasil apenas no contexto da redemocratização na década de 1980 através do pensamento de autoras como Lélia Gonzáles influenciada pelo “feminismo negro” norte-americano, sobretudo pelos escritos de Ângela Davis (2016) e Kimberlé Crenshaw (2002).

A articulação de categorias como “gênero”, “raça” e “classe” é de suma importância para explicar diversas formas de violência e desigualdades em âmbito nacional, entre elas a violência doméstica e familiar. O uso de tais termos está intrinsecamente ligado a uma longa história de opressão, estereotipização e marginalização no que tange ao alcance das minorias raciais e o papel da mulher negra na sociedade brasileira muitas vezes reduzida ao trabalho doméstico e associada exclusivamente às funções reprodutivas e sexuais. A noção da mulher afro-brasileira e toda uma gama de potencialidades atreladas a ela como suas qualidades na institucionalização de um sistema de conhecimentos ancestrais representados culturalmente em diversas manifestações, por exemplo, na sua religião, é esvaziada para atribuir-se a essa pessoa a designação de um não sujeito.

Numa sociedade onde prevalece a supremacia dos brancos, a vida dos negros é permeada por questões políticas que explicam a interiorização do racismo e de um

sentimento de inferioridade, cujos sistemas de dominação são mais eficazes quando alteram a habilidade de “querer e amar” (HOOKS, 2010).

O sistema escravocrata e as divisões raciais criaram condições adversas para as mulheres negras. Nesse caso o preconceito de “raça” e de “gênero” na contemporaneidade está inevitavelmente ligada à negação das instituições sexistas e tem sempre outras formas de dominação entrelaçadas com eles. Porém, em geral, é um desafio conectar a questão de “gênero” a violência e ao racismo sobre o prisma da perspectiva interseccional através do papel da mulher, sobretudo, pela dimensão complexa e subjetiva da questão.

Também estabelecer uma análise apenas considerando o fato de as mulheres pertencerem uma classe determinada, é a justificativa única para a sua inserção no sistema de opressões e violências a que venha a ser submetida, não nos parece dar conta totalmente de abarcar muitas mulheres muito mais vulnerabilizadas em razão da cor de suas peles, que outras.

Assim é que após esta breve apresentação da relação entre os marcadores de “gênero”, “raça” e “classe” e sua relevância para constituição da perspectiva interseccional creio estarmos aptos a refletir sobre os avanços e desafios no campo das políticas públicas voltadas para o enfrentamento da violência contra as mulheres no contexto da sociedade nacional. Nesse sentido, o próximo tópico se reserva a discutir alguns avanços oriundos da implementação da Lei nº 11.340/2006 conhecida como Lei Maria da Penha.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA O FEMININO

As políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher encontram, no Brasil, amparo na Lei nº 11.340/2006 que ficou conhecida popularmente como Lei Maria da Penha e nas demais normativas estatais destinadas a regulação para sua implementação. Faz-se necessário ressaltar que no âmbito do referido dispositivo de regência, há a criação de diversas estratégias para aplicação de políticas públicas com o intuito de buscar o rompimento da situação de violência a que são submetidas as mulheres em virtude do “gênero”.

No caso das mulheres negras o tema da violência doméstica e familiar potencializa-se ainda com relação a questões raciais, bem como envolve uma situação

de “classe” haja vista que no Brasil a população afro-brasileira sempre esteve historicamente à margem das políticas sociais oferecidas pelo Estado.

Em linhas gerais é plausível sustentar que a este segmento da população foi negligenciado o acesso a direitos e princípios básicos garantidos pela Constituição Federal de 1988, dentre os quais, a educação, o trabalho, a dignidade, a saúde e inclusive a própria vida tendo em vista que ano a ano as estatísticas evidenciam o sentido de adoção de uma política de “higienização social” posta em prática pelo Estado, sobretudo, através da ação policial nas periferias brasileiras o que dá a medida do tratamento dispensado pelo Estado a referida população.

Nesse sentido a Lei Maria da Penha representou grande avanço na luta contra as desigualdades de gênero em especial com relação a violência doméstica e familiar que tem como objeto principalmente o feminino no contexto de uma sociedade paternalista. O artigo 6º dessa lei define a violência contra as mulheres a partir da perspectiva da violação dos direitos humanos. Além disso, a aplicação do referido ordenamento legal pode ser estendido também a proteção de outras categorias discriminadas e oprimidas socialmente como os indivíduos que se identificam enquanto LGBT³, cuja identidade de gênero seja feminina.

Entre outras conquistas oriundas da promulgação deste dispositivo é possível citar a criação de medidas de proteção integrativas previstas no *caput* do artigo 8º como a implementação de políticas públicas que visem coibir a violência doméstica e familiar por meio da articulação conjunta entre União, Estados e Municípios bem como a participação de organizações da sociedade civil na sua formulação baseadas nas diretrizes da integração operacional entre os poderes (judiciário, legislativo, executivo) amparado, por exemplo, na coordenação entre as áreas da saúde, segurança pública e assistência social; incentivo a realização de levantamentos estatísticos, estudos e pesquisas que tenham como objetivo a produção de dados que possam ser utilizados no combate a violência doméstica e familiar a partir da perspectiva de “gênero”, “raça” e “etnia”; implantação do serviço policial especializado, sobretudo, através da criação de delegacias de combate a violência contra mulher; desenvolvimento de campanhas educativas com o propósito de conscientizar a população acerca da importância de

³Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgênero.

denunciar eventuais agressores além de promover o fomento de conteúdos nos currículos escolares em todos os níveis de ensino relacionados a defesa dos direitos humanos, igualdade de “gênero”, “raça” ou “etnia” bem como atentar para a relevância do enfrentamento a violência doméstica e familiar em todas as classe e segmentos sociais.

Outra categoria de ações reguladas pela Lei nº 11.340/2006 está relacionada às chamadas “medidas protetivas de urgência” destinadas à proteção efetiva da mulher em situação de violência. Tais medidas têm como objetivo garantir a defesa da integridade física e, sobretudo, a vida destas mulheres, uma vez que estabelece uma série de restrições e sanções jurídicas ao agressor (na maioria dos casos o próprio companheiro):

Art. 22. Constatada a prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos desta Lei, o juiz poderá aplicar, de imediato, ao agressor, em conjunto ou separadamente, as seguintes medidas protetivas de urgência, entre outras:

I – suspensão da posse ou restrição do porte de armas, com comunicação ao órgão competente, nos termos da Lei no 10.826, de 22 de dezembro de 2003;

II – afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida;

III – proibição de determinadas condutas, entre as quais:

a) aproximação da ofendida, de seus familiares e das testemunhas, fixando o limite mínimo de distância entre estes e o agressor;

b) contato com a ofendida, seus familiares e testemunhas por qualquer meio de comunicação;

c) freqüentação de determinados lugares a fim de preservar a integridade física e psicológica da ofendida;

IV – restrição ou suspensão de visitas aos dependentes menores, ouvida a equipe de atendimento multidisciplinar ou serviço similar;

V – prestação de alimentos provisionais ou provisórios [...] (BRASIL, 2006, p. 21-22).

Já no caso das “medidas protetivas de urgência” voltadas para garantia e proteção da feminilidade pode-se dizer que elas são um complemento das medidas imputadas ao agressor, dentre as quais é possível citar: o encaminhamento da mulher e das pessoas que dela dependem ao programa comunitário de proteção, a determinação do distanciamento do agressor e/ou do domicílio sem o prejuízo da guarda dos filhos ou dos bens relativos a vítima da violência. Contudo, Apesar de representar avanços no combate a violência doméstica e familiar a Lei Maria da Penha não tem dado conta de garantir a proteção de mulheres em contexto de opressão, sobretudo, aquelas de origem afro-brasileira que residem nas periferias, uma vez que o feminicídio (expressão

maior do conjunto de violências contra a figura do feminino) tem aumentado consideravelmente nos últimos anos.

Segundo levantamento realizado pela plataforma Monitor da Violência do portal de notícias G1 baseado nos dados das Secretárias de Segurança Pública dos 26 Estados da Federação em 2019 houve aumento de 7% dos crimes de feminicídio com relação, por exemplo, a outras mortes violentas.

Em termos práticos isso significa que a Lei 11.340/2006 parece ter sido pouco eficaz para o propósito a qual foi elaborada, além disso, é pertinente sustentar que tal dispositivo classifica todas as formas de violência contra o feminino de forma homogênea o que vem se mostrando um problema haja vista que a maior parte dos casos de violência doméstica e familiar concentra-se num segmento específico da sociedade, refiro-me as mulheres de origem afro-brasileira.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresenta-se como um desafio romper a cortina que nos impede de enxergar a mulher negra em todas as dimensões da vida em sociedade principalmente devido a naturalização de sua situação histórica de violência. Desse modo, faz-se necessário buscar alternativas para romper com esse estado de violação física e psicológica a que estão subordinadas simplesmente porque são mulheres de pele preta.

Como vimos no tópico anterior a Lei Maria da Penha trouxe avanços na política de enfrentamento à violência doméstica e familiar, porém, possui ainda uma visão limitada da real posição destinada a mulher negra na sociedade brasileira a qual não tem despertado o interesse do poder público para avançar na perspectiva de fomentar políticas públicas com o sentido de diferenciar as mulheres por sua condição racial e em termos de classe.

Tem-se constatado através das políticas de Estado que a mulher vítima de violência doméstica é tratada do ponto de vista de critérios homogeneizantes, contudo, a história e a própria realidade têm nos mostrado que há desigualdades entre elas tendo em vista que sobre a mulher preta, pobre e da periferia concentra-se a maioria da violência doméstica, sobretudo, se comparadas a mulheres de outros segmentos raciais e socioeconômicos.

No recorte por “raça”, segundo o levantamento do Atlas da Violência realizado pelo IPEA e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública a violência praticada contra mulheres negras cresceu cerca de 60% enquanto a taxa entre mulheres não negras aumentou apenas 1,7% (outro dado importante é que as mulheres negras representaram 66% do total de mulheres assassinadas em 2017). Portanto, é factual e indiscutível que diante de dados tão alarmantes políticas públicas pensadas para o combate à violência contra a mulher tenham que ser planejadas considerando que as mulheres vítimas da violência não são iguais. Há, nesse contexto, categorias históricas materiais que predisõem algumas mulheres mais que outras às situações de violência, em razão do racismo estrutural através do qual se formou nossa sociedade demonstrando assim a interseção entre distintas estruturas de poder compreendidas neste trabalho a partir da ideia de “gênero”, “raça” e “classe”.

Observa-se que ser mulher na sociedade contemporânea ainda representa um desafio. Ser mulher e ser ao mesmo tempo negra acaba por legitimar em muitos espaços situações de violência, preconceito. Em nenhuma hipótese, ao Estado é dado mais pensar estratégias de enfrentamento à violência contra a mulher no âmbito doméstico, sem que o viés racial seja amplamente considerado. É hora de avançar nessa perspectiva, a fim de que não se tenham cada vez mais mulheres negras mortas em razão de sua condição feminina agravada pela cor de sua pele, afinal, a vida da mulher negra importa, e muito!

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei n. 11.340**, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher nos termos dos § 8^a art. 226 da Constituição Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 28 mai. 2020. p. 21-22.

CARNEIRO, S. Introdução. *In: Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero*. Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003. p. 4.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, vol.10, n.1, p. 171-188, 2002.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

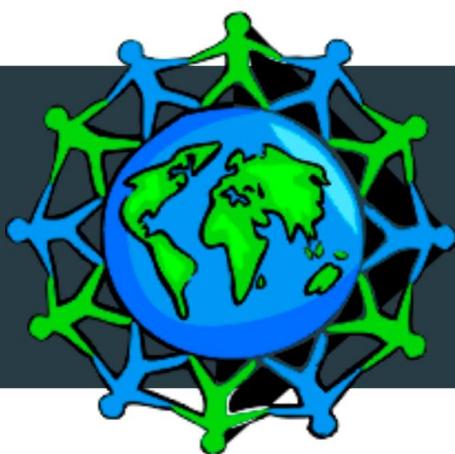
FOUCAULT, M. Verdade e poder. *In: Microfísica do poder*. 23ª ed. São Paulo: Graal, 2004.p. 8.

HARAWAY, D. Introdução. *In: Gênero para um dicionário marxista: a política de uma palavra. Cadernos Pagu*. Santa Cruz, p. 201-246, 2004.p. 209.

HOOKS, B. **Vivendo de amor**. In: Portal Geledés. 2010. Disponível em:<https://www.geledes.org.br/vivendo-de-amor/>. Acesso em: 28 mai. 2020.

SAFFIOTI, H.I. B. **O poder do macho**. 9ª ed. São Paulo: Moderna, 1997.

SCOTT, J. W.O enigma da igualdade. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, vol. 13, n. 1, p. 11-30, 2005.p. 13



Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI

III SINESPP

20 a 24
OUTUBRO
2020

SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS
Democracia, desigualdades sociais e políticas públicas no capitalismo contemporâneo

EIXO TEMÁTICO 9 | QUESTÕES DE GÊNERO, RAÇA/ETNIA E GERAÇÃO

POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E ANTI-RACISMO: relato de experiência

Lara Danuta da Silva Amaral¹

RESUMO

Este texto consiste em um relato de experiência a partir da Casa de Zabelê, caracterizada como um serviço de fortalecimento de vínculos, da rede de Assistência Social da cidade de Teresina/PI. O objetivo é perceber como a questão racial aparece no trabalho junto às crianças e adolescentes do sexo feminino. Em termos metodológicos foram levados em consideração registros observados em atividades voltadas para discussão do racismo, assim como, registros da documentação institucional. Os resultados indicam que as crianças e adolescentes expressaram que sofrem preconceito racial. Em relação à instituição, pode-se dizer que esta promoveu discussões sobre o racismo, embora, em seus registros instrumentais não visibilize a raça das crianças e adolescentes atendidas

Palavras-Chaves: Racismo, Antirracismo, Assistência Social.

ABSTRACT

This text consists of an experience report from the House of Zabelê, characterized as a service of strengthening bonds, of the Social Assistance network of the city of Teresina/PI. The objective is to understand how the racial issue appears at work with female children and adolescents. In methodological terms, records observed in activities aimed at discussing racism were taken into account, as well as records of institutional documentation. The results indicate that children and adolescents expressed that they suffer racial prejudice. In relation to the institution, it can be said that it promoted discussions about racism, although in its instrumental records it does not visualize the race of the children and adolescents attended.

Keywords: Racism, Anti-Racism, Social Assistance

¹ Discente do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí. E-mail: laraduttamp@hotmail.com

INTRODUÇÃO

O presente trabalho trata de uma breve reflexão sobre questões raciais, racismo e o anti-racismo. Ao longo do texto não há uma discussão sobre o anti-racismo, a partir do Casa de Zabelê, instituição que atende crianças e adolescentes como os direitos violados, sobretudo crianças e adolescentes do sexo feminino, em Teresina. A experiência em questão é resultante de observações do estágio obrigatório I, do curso de graduação em serviço social da UFPI, na referida instituição. O objetivo é perceber como a questão racial aparece no trabalho junto às crianças e adolescentes do sexo feminino.

Do ponto de vista legal, a Constituição Federal de 1988 representa um grande marco na cidadania dos brasileiros. A CF estabelece no art. 5º, XLII, que "a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei". Poderia se pensar, por essa disposição, que estamos tratando de uma das metas do Estado Democrático de Direito, qual seja a luta pela igualdade entre todos os brasileiros e a eliminação da discriminação e do preconceito. Uma sociedade civilizada não pode aceitar a permanência da discriminação e do preconceito racial.

O racismo é uma das formas de divisão entre os seres humanos, apoiada em diferenças de raças, algumas consideradas superiores às outras, pela existência de pretensas qualidades ou virtudes eleitas como melhores do que outras, baseada nos fenótipos. O conceito de raça surge nas ciências da natureza como uma forma de classificar espécies diferentes na fauna e flora, com o tempo sendo incorporado pela sociedade para distinguir os seres humanos. A definição de raça passa a ser utilizada munida de inúmeros estereótipos e preconceitos, construída a partir de fatores econômicos, políticos e sociais de cada país. Para a realidade brasileira, a análise desse conceito percorre o processo histórico de colonização e o modo de produção escravagista.

Para entender melhor a política em questão, é necessário destacar que é com a Constituição Federal, que a Assistência Social passa a fazer parte da Seguridade Social, junto à Saúde e Previdência Social. Desta forma, configura-se como direito do cidadão e dever do Estado, como política pública que deve atender a todos que dela necessitar.

Ainda, têm-se como marco importante nesta política a promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social em 1993, a LOAS ratificou o direito posto pela Constituição Cidadã e estabelece como diretriz a descentralização política-administrativa, transferindo para os Estados, Municípios e Distrito Federal, o comando das ações de assistência social.

Já em 2004, é instituída a Política Nacional de Assistência Social, documento que normatiza as ações de assistência social, esta “expressa exatamente a materialidade do conteúdo da Assistência Social como um pilar do Sistema de Proteção Social Brasileiro no âmbito da Seguridade Social” (MDS, PNAS, 2004). Ainda, essa sucede-se de forma integrada com as políticas setoriais, levando em consideração fatores sociais e territoriais de cada região. Consecutivamente, NOB SUAS/2005, aprovada pela Resolução CNAS nº 130, de 15 de julho de 2005, que criou o SUAS e o operacionalizou, inaugurando no país um novo modelo de organização da gestão e oferta de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

Posteriormente, em 2009 temos a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, de forma que a Resolução 109 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) tipifica os Serviços Socioassistenciais disponíveis no Brasil organizando-os por nível de complexidade do Sistema Único de Assistência Social: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade.

Em 6 de julho de 2011, a Lei nº 12.435 é sancionada, alterando a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Esta complementa a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que dispõe sobre a organização do setor e institui o Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Além disso, em 2012 temos a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência. A NOB/SUAS, regulamenta a gestão pública da Política de Assistência em todo o país, assumindo um novo patamar para o aprimoramento do SUAS.

Acreditamos que esses sejam marcos históricos importantes da política de Assistência Social no contexto nacional. Por outro lado, até que ponto esses documentos legais consideram ou tratam da questão racial? E como o racismo se inscreve nas práticas institucionais? O que mostraremos, a seguir, são aproximações nessa discussão, tendo em vista a necessidade de maior aprofundamento na temática e na execução da Política de Assistência Social.

Em termos de dados observados, foram considerados nesse relato registros institucionais (documentos) e atividades desenvolvidas em que o racismo foi trabalhado na Casa de Zabelê. Em termos metodológicos foi feita observação direta, considerando o registro do ocorrido durante as atividades.

2 REFLEXÕES SOBRE A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E RACISMO

De acordo com Oliveira et all (2019), ainda não temos nos documentos da Política Nacional de Assistência Social uma discussão sistemática sobre raça e racismo. Para as autoras, isto ocorre porque se trata de uma política produzida por pessoas brancas, a partir de referenciais brancos, o que possivelmente denota implicações raciais envolvidas em uma política que visa a garantia de direitos.

Carneiro (2011) também nos alerta quanto ao perigo ao campo das políticas públicas, quando operamos com a ideia de universalização do sujeito. A questão é se perguntar se o sujeito universal não tem raça. O perigo estaria no risco de pactuar com o racismo imbuído em um projeto de governo que historicamente nega o Brasil como um país racista.

Mesmo o movimento feminista ignorou, por muito tempo, as mulheres negras, apostando numa pretensa universalidade de mulheres, segundo Carneiro (2003, p. 118):

Porém, em conformidade com outros movimentos sociais progressistas da sociedade brasileira, o feminismo esteve, também, por longo tempo, prisioneiro da visão eurocêntrica e universalizante das mulheres. A consequência disso foi a incapacidade de reconhecer as diferenças e desigualdades presentes no universo feminino, a despeito da identidade biológica. Dessa forma, as vozes silenciadas e os corpos estigmatizados de mulheres vítimas de outras formas de opressão além do sexismo, continuaram no silêncio e na invisibilidade.

Se pensarmos na Política de Assistência, a mesma situa que devemos combater desigualdades sociais, porém há pouca atenção sobre raça e nenhuma discussão sobre a racialização das desigualdades sociais em seus documentos.

Marques Júnior (2013,s/p.), questiona,

[...] como é possível pensar em políticas sociais no Brasil e não considerar o diferencial gerado pela exclusão econômica, social e cultural de cerca de 76 milhões de pessoas pertencentes ao segmento negro, mas esse é o fenômeno que historicamente vem ocorrendo em termos de formulação e

execução de políticas sociais, o que se traduz na invisibilização desta população balizada pela suposta democracia racial.

Nesse sentido, é que Oliveira et al (2019) chamam atenção para o fato da presença maciça de mulheres negras como usuárias de equipamentos públicos, tais como: Centros de Referência de Assistência Social, bem como beneficiárias de programas como o Bolsa Família e do Benefício de Prestação Continuada. E, poderíamos acrescentar, seus filhos como usuários de instituições que desenvolvem a Políticas Sociais voltadas para crianças e adolescentes. A pobreza tem raça, podemos questionar.

Para Carneiro (2013), o racismo é uma das formas de preconceito mais fortes no Brasil, porque produz entre outras coisas, a falsa consciência da superioridade entre raças. O racismo provoca dano para todos os envolvidos, porque rebaixa a humanidade de quem pratica e de quem é vítima do racismo.

Um dos grandes problemas da discussão do racismo é ver apenas um caráter ético e psicológico em expressões racistas, conforme nos diz Almeida (2019, p. 36):

O racismo, segundo esta concepção, é concebido como uma espécie de “patologia” ou anormalidade. Seria um fenômeno ético ou psicológico de caráter individual ou coletivo, atribuído a grupos isolados; ou, ainda, seria o racismo uma “irracionalidade” a ser combatida no campo jurídico por meio de aplicação de sanções civis – indenizações, por exemplo – ou penais.

Essa discussão do racismo que trata de indivíduos ou grupos racistas é perigosa, pois não admite sociedades racistas ou instituições racistas, mas indivíduos ou grupos isolados.

Sob este ângulo, não haveria sociedades racistas ou instituições racistas, mas indivíduos racistas, que agem isoladamente ou em grupo. Desse modo, o racismo, ainda que possa ocorrer de forma indireta, manifesta-se principalmente, na forma de discriminação direta. Por tratar-se de algo ligado ao comportamento, a educação e a conscientização sobre os males do racismo, bem como o estímulo a mudanças culturais, serão as principais formas de enfrentamento do problema. (ALMEIDA, p. 36, 2019).

Assim, é que para Almeida, com quem concordamos, o racismo transcende o âmbito individual, dentro dos estudos das relações raciais, quando se passa a frisar o poder enquanto elemento constitutivo dessas relações, têm-se o racismo institucional, como destaca o autor:

Sob esta perspectiva, o racismo não se resume a comportamentos individuais, mas é tratado como resultado do funcionamento das instituições, que passam a atuar a uma dinâmica que confere, ainda que indiretamente, vantagens e privilégios com base na raça. (ALMEIDA, 2019, p. 38).

De forma que, esse fenômeno se reproduz em todas as instituições públicas e privadas:

Assim, o domínio de homens brancos em instituições públicas – o legislativo, o judiciário, o ministério público, reitorias de universidades etc. – e instituições privadas – por exemplo, diretorias de empresas – depende, em primeiro lugar da existência de regras e padrões que direta ou indiretamente dificultem a ascensão de negros e/ou mulheres, e, em segundo lugar, da inexistência de espaços em que se discuta a desigualdade racial e de gênero, naturalizando, assim, o domínio do grupo formado por homens brancos. (ALMEIDA, 2019, p. 40 e 41).

Para tanto, cabe ressaltar que o racismo não é algo que surge a partir das instituições, mas é por ela reproduzido (ALMEIDA, 2019). Isto é, “O que queremos enfatizar do ponto de vista teórico é que o racismo, como processo histórico e político, cria as condições sociais para que direta ou indiretamente, grupos racialmente identificados sejam discriminados de forma sistemática.” (ALMEIDA, 2019).

É a perspectiva estrutural do racismo que pode explicar como ocorre a prática racista, apresentada como normalidade, em todos os espaços sociais e que produz, sem reflexões a ilusão de uma democracia racial inexistente no país. A prática racista estrutural cria o mito da democracia racial e diminui as lutas antirracistas.

O antirracismo deve ser compreendido como uma abordagem humanista, que pressupõe paridade e igualdade entre os seres humanos, independente de sexo e cor, religião, por exemplo. Além disso, pressupõe combater o racismo, politizar o racismo, para sua erradicação na sociedade e isso inclui, sua inserção nas Políticas Públicas, nos sistemas sociais, jurídico e político.

3 ASPECTOS DA EXPERIÊNCIA NA CASA DE ZABELÊ

Como já dito, a Casa de Zabelê, caracteriza-se como um serviço de fortalecimento de vínculos, diante da violação de direitos de crianças e adolescentes, fazendo parte da rede de atenção básica da política de Assistencial Social da cidade de Teresina-PI. A instituição desenvolve diversas ações e atividades com esse público e considera diversas temáticas nesse processo. O atendimento prestado pode ser resumido em: Direto, voltado para crianças e adolescentes, de 8 a 18 anos, do sexo feminino, por meio de atividades de caráter pedagógico, através de oficinas temáticas permanentes, por exemplo. O atendimento de caráter profissionalizante também é

permanente, e ocorre por meio dos cursos de Moda e Serigrafia, estes voltados para adolescentes e jovens, de 16 a 22 anos, de ambos os sexos. Por fim, o Núcleo de Dança, que ocorre uma vez por semana e é voltado para adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco social, também de ambos os sexos.

No caso, trataremos de algumas atividades que ocorreu na programação do setembro amarelo, onde surgiram discussões sobre o racismo, assim como, em atividades que tratou do tema do racismo, ocorridas no mês de novembro, no ano de 2019.

4 A RAÇA INVISIBILIZADA DOS SUJEITOS ATRAVÉS DO REGISTRO

Cabe analisar de forma macro a situação das educandas, estas possuem o perfil da população que mais acessa e necessita da política de assistência social, o retrato da desigualdade instalada aqui e compactuada pelo Estado, pessoas negras, moradoras da periferia e pobres, isso revela, a verdadeira face do racismo, aquele que perpassa pelo individual, pelo institucional e desencadeia de forma estrutural, isto é, está em todos os âmbitos da sociedade.

Com base na análise dos documentos da instituição, foi percebido que no instrumental utilizado para a realização da entrevista de inserção, preenchido junto aos responsáveis e as infantas, adolescentes e jovens, o mesmo conta com aspectos principais para a caracterização do usuário e as demandas, contudo, não consta o aspecto raça/etnia, de forma que não é possível identificar a partir dos instrumentais quantas educandas são pretas ou pardas. Este é um aspecto interessante já que o instrumental compõe a política pública e que a partir dele são criadas perspectivas de intervenção. De forma que surge a pergunta: quem utiliza tal serviço se não a população negra em sua maioria e de que forma é possível identificar essa população e suas demandas específicas se não através dos instrumentais.?

Assim, é que para Almeida (2019, p. 48):

Em uma sociedade em que o racismo está presente na vida cotidiana, as instituições que não tratarem de maneira ativa e como um problema a desigualdade racial irão facilmente reproduzir as práticas racistas já tidas como “normais” em toda a sociedade.

Nesse sentido, é preciso que crianças e adolescentes negras tenham visibilidade nos instrumentais e/ou registros institucionais. A propósito, mesmo em atividades voltadas para os dois sexos, é possível observar que meninos negros e meninas negras, representam o perfil do sujeito atendido na Casa de Zabelê. Também é interessante mencionar, em termos de gênero, que do ponto de vista do sexo biológico, o sujeito predominante no atendimento, é o feminino.

Gênero, aqui está sendo compreendido como representações sócio-culturais do masculino e do feminino, baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos, conforme Scott (1990). A autora em questão considera que gênero é um conceito em aberto, que permite ampliar as discussões para além do sexo biológico. Por outro lado, é preciso que seja dito, que devido às representações de gênero dominante, existem hierarquizações e desigualdades de gênero que expõem as pessoas, de acordo com o sexo reconhecido, a situações diferenciadas, inclusive de violação de direitos.

Ou ainda, conforme Saffioti (2004), a representação de gênero em vigor combinada com o patriarcado (entendido como um sistema baseado na dominação dos homens sobre as mulheres), promovem a violência de gênero, sobretudo contra o sexo feminino. Assim, é que podemos compreender o lugar da mulher negra na sociedade, como um lugar que dificulta seu acesso a direitos iguais às mulheres brancas e mesmo aos homens negros, já que muitas delas são violadas e deixadas sozinhas com suas crias, a própria sorte. Muitas delas são obrigadas, por falta de recursos, a recorrer a instituições públicas para cuidar dos seus filhos e filhas.

5 DISCUSSÕES DO RACISMO EM ATIVIDADES INSTITUCIONAIS

Em uma atividade pedagógica dentro da programação do Setembro Amarelo, mês de conscientização sobre o suicídio e a valorização da vida, orientada por dois educadores da instituição, as educandas receberam papéis em branco, canetas, lápis e coleções, e foram instruídas a expressar por meio da escrita, ou desenhos sobre a “dor” que carregavam algo que as deixavam tristes de alguma forma. Tanto no momento de produção como na apresentação a maioria das educandas apresentou-se emocionadas, algumas chegaram a chorar. Em muitas das cartas as educandas relatavam sobre o processo de aceitação do cabelo cacheado/crespo, de como o alisamento dos fios foi doloroso de forma física e psicológica, da influência da família, posta como principal

influenciadora para a decisão de alisar os fios, além do *bullying* (termo utilizado pelas próprias educandas e educadores) sofrido na escola e o preconceito dentro da própria comunidade, como o comentário de vizinhos e colegas.

O racismo relatado pelas adolescentes remete a pensar que a cor e, mais especificamente, o cabelo as fazem alvo cotidianamente dos padrões estéticos impostos pela sociedade, e que por isso precisam ser mudados. Poderíamos dizer: como os fios crespos e cacheados domados pelo racismo, o mesmo que outrora matava corpos pretos continua a controlá-las.

Sobre a vivência cotidiana das infantas e adolescentes, a relação com seus corpos, sua aparência física, isto é, os fenótipos que carregam e a forma a qual o racismo as atingem em relação a este aspecto. Um dos principais pontos levantados pelas próprias foi a relação com o cabelo e o preconceito sofrido no ambiente escolar, na comunidade e na família, muitas relatam sobre o processo doloroso de alisamento dos fios e a negação da sua estética.

Temos que pensar para além dos estereótipos que permeiam a ideia do que seria responsabilidade das meninas, dos seus familiares, da sua comunidade ou mesmo do ambiente escolar na reprodução de atitudes e comportamentos típicos do racismo, para não cairmos no equívoco de individualizar ou rotular um grupo de racista, quando na verdade o racismo, por ser estrutural, está enraizado na sociedade e acaba por produzir práticas racistas, conforme nos alerta Almeida (2019).

Em novembro de 2019, aconteceu a roda de conversa “Empoderamento da Mulher Negra”, que fez parte do Clico de Vivências Afro-brasileiras da Casa de Zabelê. A convidada para este momento foi a professora, mestra em educação Haldaci Regina, militante do movimento negro em Teresina e nacionalmente, e integrante do Instituto da Mulher Negra do Piauí – AYABÁS. No momento estiveram presentes além de profissionais, educadores e técnicos, os núcleos Atendimento direto e Profissionalização. A professora em sua fala abordou temas sobre a formação sócio-histórica brasileira, o que é racismo e a realidade das mulheres e da juventude negra na sociedade atual. Ao final, foi aberto um momento para a intervenção dos educandos, onde puderam perguntar e falar um pouco das suas experiências. As intervenções contaram com relatos do racismo na família, o processo de aceitação dos cachos e o uso

de expressões racistas como “a coisa tá preta”, “lista negra”, “mulata”. Por fim, uma das educandas questionou se “um dia haverá o fim do racismo?”.

A atividade gerou um rico debate, arrematado com o questionamento sobre o fim do racismo, as respostas geradas pela indagação permitiram perceber que a problemática exige resistência dos diversos atores políticos dentro da sociedade, incluindo os próprios educandos que enquanto sujeitos de direitos podem assumir o papel da luta contra o racismo. Ainda, mais uma vez, foi possível perceber como o preconceito racial se revela na vida cotidiana desses indivíduos, como o uso de rotineiras expressões típicas do racismo, o preconceito através de “piadas”, a discussão sobre o cabelo e o alisamento dos fios, aspectos que na verdade procuram subalternizar a negritude.

Ou seja, a força do racismo procurando dobrar a cultura negra, o que nos lembra Almeida (2019, quando nos fala de desvantagens e privilégios com base na raça ou ainda, Carneiro (2011). Quando alerta para a falsa consciência da superioridade de uma raça sobre outra.

Ainda em novembro, ocorreu outra atividade do ciclo de vivências Afro-brasileira da instituição, a Oficina de Bonecas Abayomi, ministrada por uma artesã piauiense. As bonecas “Abayomi” fazem parte da história do povo negro aqui no Brasil, comumente feitas nos porões dos navios negreiros, com retalhos das roupas das mulheres escravizadas, as bonecas eram feitas para as crianças com o intuito de acalmá-las durante o sequestro de suas terras. Abayomi, quer dizer presente precioso, é uma boneca feita apenas com pedaços de tecido, sem costura ou cola. A artesã iniciou a oficina com a apresentação de dois vídeos, o primeiro contava um pouco sobre a história de uma mulher artesã que refez sua vida através da produção de bonecas, o segundo tratava-se de uma música que conta um pouco sobre a história das bonecas “Abayomi”. Logo após, deram início a produção das bonecas, a maioria das educandas conseguiu desenvolver bem a atividade, algumas solicitaram o auxílio da artesã. Ao final, já com as bonecas prontas, foi feita uma roda e uma dinâmica foi realizada. A dinâmica consistia na apresentação de cada educanda, o relato sobre a experiência de produzir as bonecas e homenagear uma mulher negra que tenha sido importante na sua vida. No geral as respostas em relação aos sentimentos foram: curiosidade, descoberta, felicidade, admiração e alegria. Sobre as mulheres homenageadas, foram citados entes familiares,

como mães, tias, avós, ainda, homenagearam umas as outras e uma das educandas homenageou a si própria, reconhecendo-se enquanto mulher negra.

O momento em questão foi importante tanto para contar um pouco da história do povo negro no país, além de focar um brinquedo usual na vida de meninas, a boneca, que em termos de gênero, poderia levar a ampliação da discussão. De forma que a atividade gerou conhecimento, despertou curiosidades e sentimentos. Foi interessante a homenagem a mulheres negras revelar familiares e, até mesmo uma das meninas se reconhecer e se homenagear como uma mulher negra.

Essas atividades mostraram a importância do aprendizado da história e a valorização da cultura afro-brasileira, do debate estarem presentes no desenvolvimento das políticas sociais, revela uma preocupação em manter ativa a discussão do racismo, contudo, não devem ser pontuais, tendo em vista o perfil de atendimento da instituição.

6 CONCLUSÃO

As observações através de documentos permitiram perceber a ausência da cor dos sujeitos atendidos na instituição, o que revela a invisibilidade da pessoa negra presente na Política de Assistência a criança e ao adolescente. Esse dado poderia revelar muitas outras informações sobre o sujeito do atendimento. Por outro lado, as observações em atividades desenvolvidas na Casa de Zabelê mostraram a preocupação com o racismo, em especial as que trataram da mulher negra e a da vivência afro-brasileira. Contudo, ainda não podemos considerar o antirracismo na prática institucional, nem mesmo nas Políticas Públicas.

Discutir a questão racial com crianças e adolescentes e levá-las a refletir sobre sua inserção na história do país é importante pra despertar questionamentos sobre o racismo, porém, esperamos que essas atividades não sejam pontuais, tendo em vista a questão racial fazer parte da vida cotidiana dos sujeitos atendidos pela instituição. Além disso, contribuirá para o reconhecimento do racismo como um fator estrutural na sociedade brasileira, que precisa ser combatido.

Desta forma faz-se necessário analisar na formulação e aplicação das políticas públicas no Brasil e pra quem de fato as mesmas estão direcionadas e de que forma vem atendendo as demandas da população negra no país. Angela Davis (2016) afirma que: “em uma sociedade racista não basta não ser racista, é necessário ser antirracista”.

Assim, não basta não ser racista, a Política de Assistência Social precisa assumir um caráter anti-racista de forma que o sistema de assistência não reproduza violências sobre a população negra e se torne apenas mais um mecanismo do Estado para manutenção da do preconceito e da desigualdade, estabelecendo o que propõe uma das principais diretrizes do Sistema Único de Assistência Social –SUAS: a equidade social. Uma igualdade a partir das diferenças. Concluimos com Almeida (2019, p. 50),

[...] o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção. [...] Nesse caso, além de medidas que coibam o racismo individual e institucionalmente, torna-se imperativo refletir sobre mudanças profundas nas relações sociais, políticas e econômicas.

Cabe dizer, ainda, que este racismo é resultado de um passado escravocrata e da necessidade de uma resposta efetiva do Estado frente à desigualdade racial, dívida nunca paga há um povo sedento por reparação histórica. Para tanto, faz-se necessário entender que “as instituições são racistas porque a sociedade é racista.” (ALMEIDA, 2019).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2019.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS**, Brasília- DF, 2004.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Norma Operacional Básica – NOB SUAS**, Brasília- DF, 2012.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília-DF: Senado Federal, 1988.

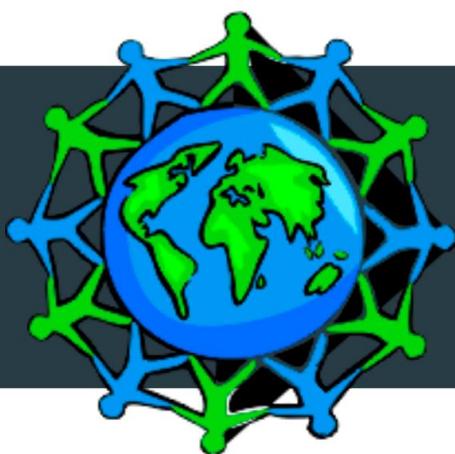
CARNEIRO, S. (2011). **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro.

DAVIS, A. **Mulher, raça e classe**. SP: Boitempo, 2016.

MARQUES JUNIOR. J. S. **Questão racial e serviço social**: um olhar sobre sua produção teórica antes e depois de Durban. 2013. s/p.mimeo.

OLIVEIRA, E. C. S., BATTISTELLI, B. M., RODRIGUES, L., & CRUZ, L. R. (2019). Raça e política de assistência social: Produção de conhecimento em Psicologia Social. **Psicologia: Ciência e Profissão**, 39(n.spe 2), 141-152.
<https://doi.org/10.1590/1982-3703003225556>

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. SP: Fundação Perseu Abramo, 2004.
SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre: 16(2), 5-22, jul/dez, 1990.



Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI

III SINESPP

20 a 24
OUTUBRO
2020

SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS
Democracia, desigualdades sociais e políticas públicas no capitalismo contemporâneo

EIXO TEMÁTICO 9 | QUESTÕES DE GÊNERO, RAÇA/ETNIA E GERAÇÃO

O TRABALHO FEMININO NO TRANSPORTE PÚBLICO DE SÃO LUÍS- MA

THE WOMEN'S WORK IN PUBLIC TRANSPORT IN SÃO LUÍS- MA

Bianca Duailibe Alves¹
Fayga da Silva Pereira²
Isabelle da Silva Cunha³

RESUMO

O presente artigo relata os dados e informações coletadas durante a pesquisa de campo relacionada ao trabalho das cobradoras de ônibus de São Luís. Busca-se compreender o conceito de trabalho na atualidade, bem como o papel da mulher neste que, historicamente, sempre foi hierarquizado. O objetivo da pesquisa é analisar e entender o trabalho diário, especificamente das mulheres no transporte público da capital maranhense, onde elas passam por diversos desafios na condição de mulher e trabalhadora. Constatou-se que a precarização no ambiente de trabalho das cobradoras reflete na saúde física e mental das mesmas, assim como na sua segurança. Também se denota o funcionamento dos transportes nos dispositivos da Lei e chegar a resultados quantitativos.

Palavras-Chaves: Mulheres. Trabalho. Transporte Público.

ABSTRACT

This article reports the data and information collected during the research related to the work of the bus collectors of São Luís. We seek to understand the concept of work today, as well as the role of women in it, which historically has always been hierarchized. The goal of the research is to analyze and understand the daily work, specifically of the women, in the public transport of the city, where they go through diverse challenges as women and workers. Socioeconomic

¹ Estudante de Serviço Social, da Universidade Federal do Maranhão- UFMA. E-mail: duailibe_bianca@hotmail.com

² Estudante de Serviço Social, da Universidade Federal do Maranhão- UFMA. E-mail: faygapereira13@hotmail.com

³ Estudante de Serviço Social, da Universidade Federal do Maranhão- UFMA. E-mail: isabellecunha02@gmail.com

information was collected as well as data related to the work environment itself. It was found that the precariousness in the work environment of the collectors reflects on their physical and mental health as well as their safety. We also try to denote the functioning of transport in the provisions of the Law and reach quantitative results.

Keywords: Women. Work. Public transportation.

INTRODUÇÃO

As relações de trabalho entre homens e mulheres na sociedade contemporânea são assinaladas pela maneira de produção capitalista e nesta associação de trabalho entre homens e mulheres há dois fundamentos: separação e hierarquia, sendo que no raciocínio hierárquico, o trabalho masculino é mais reconhecido e melhor remunerado se comparado ao trabalho feminino. Ainda no sentido da separação, o corpo social determina profissões masculinas e femininas (CARVALHO; CASAGRANDE, 2016).

Neste ponto de vista, a carreira de cobradora de ônibus é conceituada para alguns como atividade masculina e as mulheres que entram neste meio podem encontrar alguns obstáculos para além do conhecimento e entendimento técnico, podendo assim ficar a mercês de preconceito, assédio com base no gênero.

É possível afirmar que o transporte coletivo é um ponto observacional de fenômenos sociais pertinentes na sociedade brasileira do século XXI. Consequentemente, refletir sobre o trabalho feminino no transporte coletivo, averiguando suas desigualdades no compartilhamento do espaço público e analisando desta maneira as interações que ocorrem no ambiente dos ônibus questionam a estrutura social mais abrangente na qual estão imersas, a exemplo no Brasil, assinalada por grandes desproporções de classe, raça e gênero (SANTOS, 2015).

O intenso processo de modificações no mundo do trabalho, alicerçado nas maneiras contemporâneas de composição da produção, tem ocasionado um contexto onde as condições de trabalho tornam-se cada vez mais versátil. Nesse sentido, gera um acréscimo de precarização de postos de trabalho, demonstrando instabilidade do emprego, informalização, trabalho subcontratado e em tempo parcial, ainda na perda de direitos e garantias trabalhistas historicamente construídas (NASCIMENTO, 2016).

Essa modificação que vem acontecendo ao longo dos séculos tem impacto vigorosamente sobre a classe trabalhadora, dispondo de um peso sobre a introdução e condição de trabalho do público feminino, pois são as mulheres que sofrem maior repercussão com esse processo (NASCIMENTO, 2016).

Essa veracidade é intervista, fundamentalmente pelas desigualdades de gênero e incorporadas social e culturalmente, caracterizando as identidades de masculino e feminino.

A construção social das relações de gênero se baseia segundo a definição de Joan Scott (1995, p.88) se designa pela análise histórica e social relevante no debate sobre as relações de poder na sociedade. Conforme a autora “[...] o gênero é uma forma original de significar as relações de poder” e também “[...] é um componente característico de relações sociais formadas sobre as desigualdades constatadas entre os sexos [...]” (SCOTT, 1995, p. 89).

Nesse intuito, as relações de trabalho e a divisão sexual do trabalho, estão perceptíveis as relações de poder entre homens e mulheres, relações de dominação, exploração. A hierarquização do trabalho é originada a partir da diferença do trabalho de acordo com o sexo de cada indivíduo e acaba por estimular o sistema de gênero (CARVALHO; CASAGRANDE, 2016).

Vale lembrar que alguns estudos relatam acerca da divisão sexual de trabalho por variadas concepções. Numa delas, observa-se que as desigualdades entre as atividades exercidas por homens e mulheres e as destinadas somente ao gênero feminino dirigem à “natureza feminina” que faz aquela se caracterizar como mais dóceis, cuidadosas, frágeis. Não se sabe o porquê da exploração ter domínio maior sobre as mulheres e quando se procura algum esclarecimento para seu distanciamento em determinados postos de trabalho exercidos excepcionalmente pelo público masculino, dá-se como justificativa: “ela é bem menos equipada no mercado de trabalho; subtende-se com menor formação, porém com menor disponível objetivamente” correspondente aos encargos familiares (VEIGA; BIZERRA, 2017).

Para elaboração deste artigo, utilizou-se a pesquisa bibliográfica a partir do levantamento de referências teóricas sobre a temática, obtendo a interpretação e análise dos estudos referenciados.

Dessa maneira, o estudo tem por objetivo, discutir sobre a realidade do trabalho feminino no transporte público. No primeiro momento traça-se um breve relato sobre o conceito de trabalho, a inserção das mulheres nesse campo. Em seguida aborda-se o funcionamento do transporte público. E por fim as considerações finais sobre o trabalho.

2 CONCEITO DE TRABALHO E A INSERÇÃO DA MULHER NESSE ÂMBITO

Na contemporaneidade, a categoria de trabalho pode ser entendida como um termo significativamente multívoco e por isso considera-se fundamental exibir e evidenciar a compreensão acerca da temática.

Na base do exercício econômico está o trabalho- pois é ele que torna viável a produção de qualquer bem, originando os valores que estabelecem a riqueza social. Com isso, os economistas políticos sempre conferiram ao trabalho uma importância especial em seus estudos (NETTO; BRAZ, 2000).

O trabalho é, sempre, uma tarefa coletiva: o indivíduo nunca é um indivíduo sozinho, porém sempre se adentra num coletivo de outros integrantes. Ele provoca mais que a relação sociedade/natureza: acarretam numa comunicação no marco da própria sociedade, influenciando os seus cidadãos e sua organização. É através dele que o ser humano transforma a natureza, muda também o seu sujeito: e remetendo a historicidade- foi através de grupos primatas, que originaram os primeiros grupos humanos- numa categoria de salto que fez elevar um novo tipo de ser, diferente do ser natural: o ser social (NETTO; BRAZ, 2000).

Em diversas épocas e sociedades, as mulheres vêm viabilizando algum tipo de trabalho. Nas economias pré-capitalistas as mulheres das classes populares trabalhavam na agricultura, comércio, dentre outras e seu exercício representava um papel essencial para o sustento da família e geração de riqueza social (NASCIMENTO, 2016).

No entanto, devido à cultura patriarcal, onde a mulher deve mostrar um comportamento submisso ao homem, a tarefa realizada por ela dentro do conjunto de atributos econômicos se conceitua como subsidiário e de menor importância quando comparado ao trabalho masculino. Esta afirmativa se dá no desenvolvimento das relações de produção e reprodução da vida social estabelecida na divisão social e na divisão sexual do trabalho, onde se concede tarefas a homens e mulheres de acordo

com a concepção sociocultural de feminino e masculino; tais vínculos são ainda transpostos por questões de gênero, classe, raça/etnia (NASCIMENTO, 2016).

A desigualdade de gênero configura-se como significativa característica de tarefas realizadas por mulheres. Esta pode ser vista fruto de uma concepção originada social e historicamente de desvalorização das mulheres dentro do sistema econômico capitalista, tendo como resultado, aumentado a outros aspectos sociais e culturais, que várias ações elaboradas pelo público feminino são ainda consideradas de inferior qualidade e portador de menor remuneração (GRAF; DIOGO; COUTINHO, 2010).

A percepção de papéis sociais de gênero, o enaltecimento de homens e a domesticação das mulheres, não são acontecimentos naturais. Afirma-se que a identidade social da figura feminina foi concebida por determinantes sociais e econômicos, os quais projetaram os seus possíveis campos de atuação no sistema histórico de produção de vida (TABUCHI; MATTOSO, 2014).

Coincidentemente ao fictício do que é feminino e masculino motivou de necessidades reais, ele também age de modo deliberativo na criação das identidades sociais de gênero. Entende-se que a finalidade de tal função se firma, originalmente, em molde patriarcal da família, preeminente e estrutural nas comunidades capitalistas (TABUCHI; MATTOSO, 2014).

O preconceito e a discriminação são reconhecidos pelos fatores biológicos de distinções entre sexos usando para fundamentar a incapacidade profissional de mulheres, tais fatores de ordem natural são transmutados em oposições sociais (NASCIMENTO, 2016).

Portanto, a condição de trabalho da figura feminina é refletida pela proporção de classe, raça/etnia e pelas relações de gênero, que constantemente apresenta inter-relação nos símbolos do feminismo no ambiente laboral (NASCIMENTO, 2016).

3 FUNCIONAMENTO DO TRANSPORTE COLETIVO

O responsável pelo transporte público coletivo é de competência do poder público municipal. De acordo com o inciso V do artigo 30 da Constituição Federal:

Art. 30. Compete aos Municípios:

V - organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial (BRASIL, 1988).

Esse dispositivo da Constituição concede a liberdade aos municípios da **oferta desse serviço**. Inicialmente, o município pode escolher cuidar do transporte coletivo por conta própria. A prefeitura se compromete diretamente pela gestão do sistema e desembolsa 100% dos recursos para mantê-lo (POLITIZE, 2016).

No entanto, o modo mais comum é a contratação de empresas para a oferta deste tipo de serviço. Para isso, faz-se uma licitação, método padrão organizacional para que uma empresa desempenhe atividades em um serviço público. As empresas atuantes agem sob um regime de concessão ou permissão (POLITIZE, 2016).

As empresas terão como responsabilidade a administração geral do sistema. Logo, os cuidados de quesitos relacionados à conservação de frotas, contratação, capacitação de motoristas e cobradores, o respeito às leis e segurança e observância das ordens advindas da prefeitura. Elas necessitam bancar com custos variados, como exemplo a remuneração dos trabalhadores de transporte público, a compra e manutenção de ônibus, combustíveis, despesas administrativas, dentre outras atividades (POLITIZE, 2016).

4 METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de caráter descritivo e abordagem qualitativa, realizado com cobradoras que atuam no transporte público da cidade de São Luís, estado Maranhão. O período de coleta de dados ocorreu nos meses de novembro e dezembro 2018.

Os encontros foram realizados durante os dias úteis da semana, no período diurno. Atualmente, nove cobradoras participaram da coleta de dados, compondo uma população pequena.

O critério de inclusão dos sujeitos foi: cobradoras que atuavam no sistema coletivo da cidade, cobradoras que trabalham em empresas diversas. O critério de exclusão foi: pessoas que não desempenhasse tais funções.

A coleta de dados apresentou as seguintes etapas:

1. Abordagem da temática às cobradoras de ônibus- foi discutido sobre a temática e as possíveis respostas que poderiam obter com a realização do estudo.
2. Encontros semanais com a população estudada- com duração de aproximadamente 20 minutos, para implementação de perguntas. No primeiro

momento foi aplicado um questionário com objetivo de traçar um perfil socioeconômico das cobradoras de ônibus. Em seguida, foi avaliado as percepções acerca da temática, tais como dificuldades, casos de assédio, conquistas, saúde. Foi realizado um encontro com cada cobradora de ônibus.

3. Avaliação das respostas após a aplicação do questionário- após a realização da coleta de dados foi feita uma reavaliação de cada entrevista dentro do período da realização de estudo.

Todo material foi analisado e interpretado à luz do referencial teórico-metodológico que abrange os conceitos da Economia Política: uma introdução crítica de Netto e Braz. A precarização e a divisão internacional do trabalho foram orientadas segundo Helena e Hirata quando menciona a relação entre a vulnerabilidade crescente do emprego feminino e o processo de globalização, tendo os seguintes elementos: trabalho precário, gênero, divisão sexual do trabalho, globalização.

Para apresentação dos resultados as cobradoras foram identificadas pela letra C seguida de um número de acordo com a ordem da entrevista para caracterização dos sujeitos (C1; C2; C3; C4; C5; C6; C7; C8; C9).

5 RESULTADOS

Foram entrevistadas 09 cobradoras de ônibus. A população estudada foi essencialmente do sexo feminino (100%), com idade média de 35 anos (mín = 35, máx= 56), sendo que 22,2% delas tinham 40 anos. Todas relataram ter oito ou mais dez anos de estudo, 22,2% referiu dificuldades financeiras para atender as necessidades básicas humanas.

Dando continuidade, sete (77,7%) eram solteiras, uma (11,1%) casada, uma (11,1%) de união estável, todas moravam com um ou mais familiares. As entrevistadas possuíam tempo igual ou superior a três meses de cargo da profissão. Todas são cristãs, dividindo entre católicas e evangélicas.

Das entrevistadas, apenas uma (11,1%) pratica atividade física (aeróbica e funcional); uma (11,1%) relatou diagnóstico médico de uma ou mais doenças; cinco (55,5%) já apresentaram algum problema de saúde em decorrência da profissão.

Todas as entrevistadas (100%) relatou contrato de trabalho formal, 100% das trabalhadoras realizavam horas extras e faziam pausas breves durante a jornada de trabalho (10 minutos para almoço e parada de descanso).

Predominaram os respondentes com relato de perceber o trânsito ruim ou péssimo (aproximadamente 95%). A maior parte das entrevistadas considera adequadas as condições no interior do ônibus: pouco desconfortável (66,6%).

Dentre as características sociodemográficas de estilo de vida e saúde, ter mais de 40 anos e praticar atividade física semanalmente associaram-se negativamente no que se é esperado e recomendado pelo Ministério da Saúde. As proporções de relato de vivência de ato violento no trabalho foram negativamente associadas à pior auto avaliação de saúde (bom, regular e ruim) e ao relato de pelo menos uma doença crônica diagnosticada por médico.

As variáveis ocupacionais que estiveram significativamente associadas ao evento estudado foram: tempo no cargo atual entre três meses a quinze anos, sempre haver pausas curtas durante o trabalho e averiguar as condições reais do transporte público (qualidade do trânsito, temperatura e ruído originado dentro do ônibus).

6 DISCUSSÃO

Todas (100% da amostra) relataram vivência condutas violentas na Região Metropolitana de São Luís no ambiente de trabalho, sendo correlacionadas à situação de saúde, condições de trabalho e oportunidade.

No quesito de violência no transporte público por ônibus, o questionamento dos roubos confere à dimensão da segurança pública, adicionados a outros problemas, como furtos, assédio e violência social e política. Algumas literaturas revelam que a redução na quantidade de usuários de ônibus, especialmente nos horários de menor movimentação, verifica em atributo da alta incidência de roubos (SOUSA et al, 2017).

De acordo com Assunção e Medeiros (2015) experimentaram se fatores sociodemográficos e de condições de trabalho estavam relacionados à violência contra profissionais de ônibus de região metropolitana (três cidades da Região Metropolitana de Belo Horizonte, Brasil). Nesse trabalho, a idade do trabalhador rodoviário revelou

excessivamente relacionada à violência. Doenças crônicas, absenteísmo-doença e condições de trabalho também foram referentes à violência.

Quanto à situação de saúde equivalente, foram encontradas relações positivas do episódio com o número de patologias adquiridas em decorrência do ambiente de trabalho e a quantidade de doenças crônicas diagnosticadas pelo profissional médico. Tal resultado já era esperado e corrobora com o estudo de Assunção e Medeiros (2015) quando revela que a exposição colabora para um pior estado de saúde que, por sua vez, atua a disposição pessoal para enfrentar acontecimentos estressores ocupacionais.

Em relação a variáveis ocupacionais, tais como averiguação das condições reais do transporte público (iluminação, temperatura), as participantes declararam pouco desconfortável, o que vai de acordo com o estudo de Lima, Manella e Vila Boa (2014) que classifica as condições internas dos veículos como favoráveis, apresentando que são regularmente vistoriados e mantidos em boas condições mecânicas. No item trânsito, entra-se em conformidades com os autores quando aborda que o trânsito é classificado como caótico principal fator de irritação pelos trabalhadores, já que este ponto está correlacionado à lentidão e engarrafamento.

No tocante ao trabalho, todas tem contratação com carteira assinada e com os mesmos benefícios de plano de saúde, plano odontológico e ticket. Relacionada à jornada, observou-se que oito cobradoras trabalham com jornadas de sete horas e vinte minutos, apenas uma delas trabalha doze horas. Geralmente no exercício da sua função, as horas trabalhadas quase sempre são ultrapassadas, porém quatro delas relatam que as empresas não pagam hora extra, desta forma, as firmas contribuem para o exercício da depredação das trabalhadoras pela obtenção do lucro. As férias ocorrem uma vez ao ano em um período de trinta dias, contudo uma cobradora relatou que está há quase dois anos sem retirar suas férias.

Essa forma de exploração e degradação das trabalhadoras é ainda mais crítico quando se observa o tempo reservado para o almoço que é realizado em apenas dez minutos. Muitas relatam que não dá tempo de almoçar, afirmam que quando realizam as refeições apenas “engolem”. E não há descanso depois de realizar a refeição, elas voltam a seguir viagem nos ônibus.

No quesito da renda familiar, ao serem perguntadas se a renda atende as necessidades das cobradoras oito delas apontaram que sim, porém percebe-se no próprio discurso que suas famílias passam por algumas dificuldades financeiras, entrando em paradoxo quando se afirma que a renda atende suas necessidades básicas. Também foram constatadas que todas as entrevistadas não participam de nenhum programa governamental. Todas participam do sindicato dos rodoviários.

Graf, Diogo e Coutinho (2010) discorrem sobre a importância de remuneração para o sustento familiar. O destaque da remuneração, ressaltada pelas trabalhadoras, relata de não trabalharem somente para si, mas também para o sustento familiar. Possuir um emprego fixo, de “carteira assinada” foi ponto chave de grande relevância, pois proporcionava segurança e planejamento financeiro. No entanto, os autores também revelam o baixo salário como forma de desvalorização e sobrecarga de trabalho, tendo como saída outra atividade para complementar a renda.

Quando perguntadas sobre assédio, todas responderam que nunca sofreram assédio no ambiente de trabalho, contudo percebe-se nos relatos das conversas que ocorrem casos diariamente que envolve assédio, principalmente relacionados aos usuários dos transportes coletivos, constatando que elas não conseguem identificar essa forma de desrespeito ao trabalho prestado.

De acordo com Tabuchi e Matoso (2014), o assédio ocorre por variados motivos que, em última instância, representam a dominação masculina sobre os corpos femininos. É essencial repensar as implicações práticas e as respostas que são reveladas a estes entraves. Observa-se o número espantoso de assédio que as mulheres sofrem nas ruas, e principalmente, no ambiente de trabalho. Revela que aproximadamente 81% das mulheres deixaram de fazer alguma atividade por medo ou opressão.

Entre as limitações do trabalho, encontra-se o pouco tempo para realização do estudo formal, a disponibilidade para coleta das pesquisadoras e a aceitação por parte das cobradoras em responder o questionário.

Apesar das limitações, as informações trazidas sobre o trabalho feminino no transporte coletivo da capital maranhense são fundamentais para repensar alguns pontos e melhorar a qualidade de trabalho e segurança das mesmas. A partir disso, é necessário formular políticas públicas de transporte coletivo e promover estratégias de prevenção do adoecimento.

7 CONCLUSÃO

Diante do exposto, nota-se que na sociedade capitalista as relações de trabalho no transporte público de São Luís- MA, há divergências quando abordados as percepções acerca da temática, tanto pessoais quanto profissionais, principalmente nos casos de assédio.

As dificuldades enfrentadas por elas, tais como assaltos, problemas relacionados à saúde são os maiores destaques apresentados na pesquisa realizada. Em contrapartida, notícias relatadas nos telejornais computam crescimento exacerbado de assédio nos coletivos. No entanto, o tema é relevado diante das cobradoras entrevistadas, visto que o termo “desrespeito” ou “fazer vista grossa” é utilizado como camuflagem para sobrepor a gravidade do assédio.

Nesse sentido, o quesito ser mulher no trabalho do transporte público é um assunto a se tornar irrelevante ou normal, já que a mulher precisa se preocupar com questões pessoais maiores, como exemplo o sustento da família, a saúde física e psicológica.

Logo, medidas educativas são essenciais para serem repensadas em conjunto com políticas públicas efetivas, para que o machismo seja reconhecido como um tema na sociedade, e possa labutar com os agressores num método de tomada de consciência.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, L. C.de; NASCIMENTO, T. F. **As Motoristas do Transporte Coletivo de Goiânia: inserção no campo das ‘profissões masculinas’, limitações e desafios.** Associativismo, Profissões e Políticas Públicas - III Seminário Nacional Trabalho e Gênero.

ASSUNÇÃO, A. A.; MEDEIROS, A. M. de. Violência a motoristas e cobradores de ônibus metropolitanos, Brasil. **Rev Saúde Pública**, 2015.

BLUME, B. A. Como Funciona o Sistema de Transporte Público no Brasil. **Politize**, 2016. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/transporte-publico-no-brasil-como-funciona/>>. Acesso em: 10 de dez. de 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1998.

CARVALHO, A. M. de; CASAGRANDE, L. S. **Mulheres condutoras de ônibus no transporte coletivo de Curitiba: tabus, desafios e experiências.** Anais eletrônicos do 15. Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia, Florianópolis, SC, 2016.

DANIEL, C. O trabalho e a questão de gênero: a participação de mulheres na dinâmica do trabalho. **O Social em Questão** - Ano XIV - nº 25/26 – 2011.

GRAF, L. P.; DIOGO, M. F.; COUTINHO, M.C. Sentidos do trabalho para mulheres em contextos urbano e rural. **Diásporas, Diversidades, Deslocamentos**, 2010.

HIRATA, H. **A precarização e a divisão internacional e sexual do trabalho.** Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n21/03.pdf>.

JUNIOR, J. C. M. R.; VIEIRA, R. S. de. Políticas públicas de transporte coletivo de passageiros: a segregação das mulheres em vagão exclusivo do metrô. **Revista de Direito Sociais e Políticas Públicas**, 2017.

LIMA, S. D. A. de; MANELLA, C. D.; BOAS, J. B. O. V. de. Condições de trabalho e saúde dos motoristas de ônibus coletivo urbano do Vale do Aço. **Psicologia. PT- o portal dos psicólogos**, 2011.

NASCIMENTO, S. D. Precarização do trabalho feminino: a realidade das mulheres no mundo do trabalho. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís- MA, 2016.

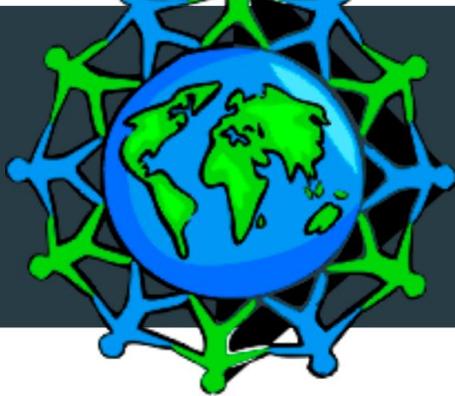
NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia Política: uma introdução crítica.** Editora Cortez, volume 01, 2006.

NETTO, N. S. P.; LUZ, N. S. da. Reestruturação produtiva e divisão sexual do trabalho: reflexões sobre o trabalho feminino contemporâneo. **Dossiê: Classes Sociais e Transformações no Mundo do Trabalho**, Londrina, 2011.

SOUSA, D. C. B. de et al. Violência em transporte público: uma abordagem baseada em análise espacial. **Rev Saúde Pública**. 2017.

TABUCHI, M. C.; MATTOSO, N. S. de. **Segregar, culpabilizar e oprimir- problematizações acerca do projeto de Lei do “Ônibus Rosa” na cidade de Curitiba.** Jornada de Iniciação Científica de Direito da UFPR, 2014.

VEIGA, A. C. O. de.; BIZERRA, F. A. de. **Exploração, controle e hierarquia: o trabalho feminino da produção rígida ao toyotismo.** Disponível em: www.uff.br/trabalhonecessario, 2017.



EIXO TEMÁTICO 9 | QUESTÕES DE GÊNERO, RAÇA/ETNIA E GERAÇÃO

O RACISMO NO BRASIL: algumas especificidades históricas

José Jonas Borges da Silva¹

RESUMO

Este artigo apresenta uma reflexão sobre o racismo na atualidade brasileira. A realidade aqui apresentada, evidenciam a relação racista fundamentada no escravismo colonial, fazendo das populações negras maiores vítimas das desigualdades que caracterizam o país. Demarca o negro como sujeito político na formação social brasileira, para tanto trazemos autores que debatem a resistência negra como instrumentos de luta para conquista de direito frente ao racismo estrutural. Clóvis Moura, pelo rigor teórico e metodológico foi quem melhor expressou o contexto sócio político da questão racial brasileira e suas bases históricas, apresentando o negro como sujeito histórico. Metodologicamente o texto é resultado de uma pesquisa bibliográfica que busca entender as origens do racismo no Brasil. Conclui que a luta contra o racismo é resultado da luta do povo negro buscando a superação da desigualdade, para ele, é preciso superar o racismo para a conquista efetiva de direitos na sociedade brasileira.

Palavras-Chaves: Negro, Racismo, Direitos, Luta.

ABSTRACT

This article presents a reflection on racism in Brazil today. The reality presented here shows the racist relationship based on colonial slavery, making black populations the biggest victims of the inequalities that characterize the country. We sought to value the black as a political subject in the Brazilian social formation, so we bring authors who debate the black resistance as instruments of struggle to conquer the right in the face of structural racism. Clóvis Moura, for the theoretical and methodological rigor, was the one who best expressed the socio-political context of the Brazilian racial issue and its historical bases, I present the black as a historical subject. Methodologically the text is the result of a bibliographic search that seeks to understand the origins of racism in Brazil. He concludes that the fight against racism is the result of the struggle of the black people seeking to overcome inequality, for him, it is necessary to overcome racism for the effective conquest of rights in Brazilian society.

¹ Mestrando em Geografia. Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL) da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). E-mail: jonascigra@gmail.com

Keywords: Black, Racism, Rights, Fight.

INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta uma reflexão sobre o racismo na atualidade brasileira, a partir do pensamento de Clóvis Moura, isso dada à importância de sua elaboração teórica sobre a questão negra no Brasil. Moura dedicou grande parte da sua vida para entender os fundamentos que deram bases para a questão racial brasileira. Os elementos da realidade nacional que aqui trazemos evidenciam a relação racista fundamentada no escravismo colonial, fazendo das populações negras as maiores vítimas das desigualdades que caracterizam o país. As raízes do racismo brasileiro são históricas.

Vale ressaltar que por muito tempo as populações negras tiveram seus direitos simplesmente ignorados e quando os tinham estes eram, e são, sistematicamente desrespeitados. Para a garantia e efetivação dos direitos são necessárias constante organização e luta, com estratégias em vários campos de atuação, seja na luta direta, seja na formação de grupos de solidariedade para a organização social e políticas destes sujeitos como bem destacou Clóvis Moura em suas pesquisas.

Passados mais de cinco séculos de luta e resistências, os negros e negras desse país podem contar sua história como parte importante da história do Brasil, sendo que a luta pelos direitos acontece ao mesmo tempo que se denuncia o racismo. Assim, é preciso exigir que os mecanismos de controle de justiça do Estado assumem o papel de garantias de direito a essas populações, ao mesmo tempo combater toda forma de discriminação, preconceito e racismo estrutural no país.

O trabalho é resultado de uma pesquisa bibliográfica que vem sendo desenvolvida no sentido de buscar o aprofundamento sobre o racismo no Brasil, a partir da compreensão de suas determinações sócio históricas e refletindo sobre seus desdobramentos frente às populações negras, considerando que são elas que mais sentem a violência do Estado em seus territórios.

O trabalho aqui encontra-se estruturado em dois itens, além desta introdução e das considerações. No primeiro capítulo, trata de alguns marcos históricos que vão

ajudar a entender as bases do racismo no Brasil, e como os negros tiveram que se organizar para lutar por direitos. No segundo item, dialoga com as reflexões de Clóvis Moura, que entende o negro como sujeito político, denunciando que o racismo se constitui de forma estrutural e que para superá-lo é necessária a constante luta por direitos, considerando serem estes, importantes instrumentos para a superação do racismo, com a implementação de integral das políticas públicas para as populações negras.

Como conclusão entendemos que o racismo tem suas determinações históricas tendo marco o período colonial e a organização do trabalho baseada na mão de obra escrava. Esse quadro traz consequências até hoje, com implicações para as populações negras deixando-as em condições de vulnerabilidade social e política, o que mantém o racismo estrutural na sociedade brasileira em pleno século.

2 O NEGRO E O TRABALHO: antecedentes históricos

O Brasil chega ao século XXI como uma das maiores sociedades multirraciais do mundo, sendo o país com maior população negra fora do continente africano, e em termos numéricos o segundo, perdendo esta condição apenas para a Nigéria. Dados do Instituto Brasileiro Geografia e Estatística – IBGE, de 2010, dão conta de que nossa população era de 190.732.694 (cento e noventa milhões, setecentos e trinta e dois mil, seiscentos e noventa e quatro) habitantes. Refletindo sobre a identificação étnico-racial autodeclarada dos brasileiros, Marques e outros identificam que “em torno de (50,7%) da população brasileira possui ascendência negra e africana, que se expressa na cultura, na corporeidade e na construção da identidade” (MARQUES *et al.*, 2016, p. 263).

Esse processo marcado numa sociedade miscigenada, desde o período colonial, mesmo que em grande parte esse processo foi feito de forma imposta, onde a população negra vem sendo submetida a relações baseadas no racismo e vivenciando as piores condições de vida, em termos materiais, econômicos, sociais e políticos. Como dito por Jaccoud (2008, p. 49):

O racismo no Brasil é associado à escravidão, mas é principalmente após a abolição que ele se estrutura como discurso, com base nas teses de inferioridade biológica dos negros, e se difundem no país como matriz para a interpretação do desenvolvimento nacional. As teorias racistas, estão largamente difundidas na sociedade brasileira, e projeto de branqueamento

vigoram até os anos 30 do século XX, quando foram substituídas pela chamada ideologia da democracia racial

Nesse sentido, é impossível a apropriação da dinâmica racista no Brasil sem compreendermos as suas determinações sócio históricas. Como um dos aspectos a serem considerados, podemos apontar, inicialmente, as motivações para a participação negra no processo de formação nacional. Expatriados de suas vidas, negras e negros aprisionados foram traficados da África para o Brasil com o propósito de cuidar das produções então organizadas. Na condição de escravizados, lhes foram dispensados desde sua chegada tratamentos degradantes, inclusive lhes sendo negada a condição humana, sendo tratados de forma animalizada e objetivada, como instrumentos de trabalho.

Ou seja, podemos entender que o racismo tem suas bases históricas e políticas alicerçadas em um sistema de sociedade, onde os arranjos dão-se desde a constituição da burguesia como classe dominante, sendo esta branca, patriarcal, machista e racista.

Clóvis Moura, em muitas de suas reflexões sobre a questão racial no Brasil, particularmente situa a ideia de democracia racial em um contexto político ideológico de controle das massas negras insubmissas, sendo, para isto, criadas “técnicas de repressão”. O autor, em sua obra “Sociologia do negro brasileiro” debate, dentre outros aspectos de dominação, a perseguição às religiões, por serem consideradas mecanismos de resistência negra. Para tanto, os dominadores assim como usaram a ideia do negro bárbaro para justificar sua escravização, perseguiram (e perseguem) as religiões de matriz africana definindo-as como fetichistas, animistas, perigosas e de bruxaria.

Concretamente, pouco se conhece e muito se ignora sobre partes da história do Brasil, mas a ideia de Clóvis Moura nos ajuda a pensar que

[...] a história do povo se confunde com a história do trabalho e, no Brasil, essa é, principalmente, a história da escravidão e da luta dos escravos contra aquele estatuto iníquo. E que, em decorrência disso, a história do negro no Brasil é a história do povo brasileiro, a história dos povos – negros, índios, mestiços – oprimidos primeiro pela colonização e pela escravidão e, depois, pelo capitalismo e pelo imperialismo (RUY, 2018, s/p.)

A história do povo brasileiro se confunde com a história do povo negro, seja pelas representações políticas, seja pela cultura da resistência. É uma história que tem a cara

de um povo marcado pela relação de exploração do trabalho, este na maior parte da história do Brasil se expressou como o peso sobre os povos que o construíram.

As relações de exploração para a organização do trabalho se consolidam no processo de colonização no Brasil, em meados do século XVI, quando são vislumbradas possibilidades de obtenção de lucros, através da exploração da força de trabalho indígena para a extração das matérias primas, que naquele período representava nossa maior riqueza.

O primeiro mecanismo utilizado foi a apropriação do território e, a partir de então, foi sendo extraída da colônia toda a matéria-prima possível que fosse do interesse da Coroa Portuguesa. Lembrando que naquele contexto Portugal era o país que melhor representava os interesses mercantis na Europa.

Uma relação onde o processo marcado pela exploração da força de trabalho e da extração da matéria prima brasileira, no contexto da divisão internacional do trabalho, foi definido pela expropriação das riquezas nacionais do território do “novo mundo”, num período conceituado por Marx de acumulação primitiva do capital. Esse contexto era caracterizado pelas relações econômicas de uma época, expressas nas determinantes políticas que vão ser cruciais para a dominação dos povos e do território.

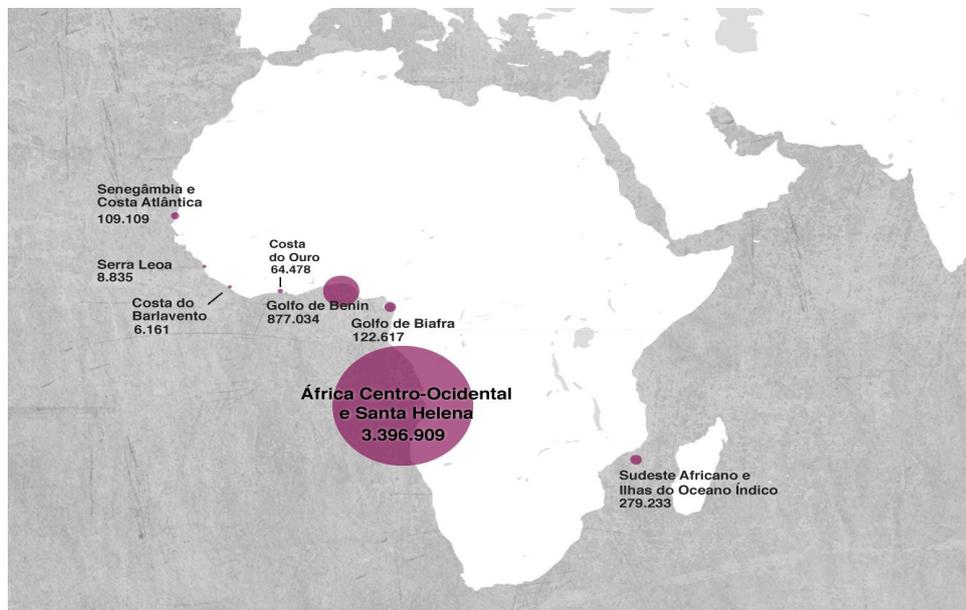
Porém, apesar da importância dos negros escravizados para a produção, fosse para a atividades de subsistência, fosse para atividades econômicas, estes não eram considerados gente, mas sim “peças”, como assim designava Antonil, que deveriam ser escolhidas com critérios e atenção, considerando suas características físicas e capacidades laborais de origem. Assim, Antonil, como defensor da escravidão, tratando da questão observa sobre a diversidade da “mercadoria” a ser adquirida.

Os que vêm para o Brasil são aradas, minas e congos, de São Tomé, de Angola, de Cabo Verde e alguns de Moçambique, que vêm nas naus da Índia. Os aradas e minas são robustos. Os de Cabo Verde e São Tomé são mais fracos. Os de Angola, criados em Luanda, são mais capazes de aprender ofícios mecânicos que os das outras partes já nomeadas. Entre os congos, há também alguns bastantemente industriais e bons não somente para o serviço da cana, mas para as oficinas e para o moneio da casa. (ANTONIL, citado por FIGUEIREDO, 2004, p.50)

Podemos perceber com isto, a importância dada ao planejamento do uso das “peças” conforme a demanda produtiva. Ou seja, a compra dos escravizados passava

por suas origens e consequentes habilidades e “serventia”. Na imagem abaixo, podem ser observadas algumas das origens, assim como a quantidade de cada país.

Imagem 1. Origem quantidade de escravos - África (1551 - 1875)



Fonte: The Trans-Atlantic Trade Database (citado em ROSSI e GRAGNANI, 2018, s/p)

De acordo com a imagem acima, podemos verificar que a grande maioria, das pessoas traficadas têm como origem a África Centro-Occidental, sendo também centros importantes o Benin e o Sudeste africano, incluindo aí as Ilhas do oceano Índico. Em termos de quantitativo a ordem segue com o Golfo de Biafra, Senegambia e Costa Atlântica, Serra Leoa e Costa do Barlavento.

Toda essa estrutura de extrair a força de trabalho para alimentar um sistema que começa na África, para a o Brasil, dependia de uma instituição que desse suporte para o arcabouço de ações daquele sistema para garantir os interesses dos senhores de escravos. Assim,

Durante toda a existência do Estado brasileiro, no regime escravista, ele se destinava, fundamentalmente, a manter e defender os interesses dos donos de escravos. Isto quer dizer que o negro que aqui chegava coercitivamente na qualidade de semovente tinha contra si todo o peso da ordenação jurídica e militar do sistema, e, com isto, todo o peso da estrutura de dominação e operatividade do Estado (MOURA, 1988, p. 22).

Apesar de não haver consenso quanto ao quantitativo real da escravidão, os dados acima indicam um total de 4.864.374 (quatro milhões, oitocentos e sessenta e

quatro mil e trezentos setenta e quatro) pessoas, ou quase cinco milhões de escravizados no país, e como pode ser observado, em um crescente sistemático, com o seu auge em 1829, chegando a traficar 72.949 (setenta e dois mil, novecentos e quarenta e nove) pessoas, isto às vésperas da prevista proibição da prática mercadológica, o que acontece em 1831, com a Lei Feijó.

Uma fase ascendente, até 1850, quando foi extinto o tráfico internacional de escravo. Outra descendente, de desagregação paulatinamente. Começa com a Lei Eusébio de Queiroz, que estrangula a dinâmica demográfica via tráfico internacional, garantindo o seu desaparecimento efetivo. A esses dois períodos que se articulam, reestruturam e se desarticulam de acordo com a dinâmica específica de cada um chamamos, respectivamente, de *escravismo pleno e escravismo tardio*. Na primeira fase (e devemos considerar aqui, também, a contribuição demográfica e econômica do escravismo indígena tão importante no início da colonização) estrutura-se em toda a sua plenitude a escravidão (modo de produção escravista) a qual irá configurar praticamente o comportamento das classes fundamentais dessa sociedade: senhores e escravos. Isto levará a que as demais camadas, segmentos ou grupos, direta ou indiretamente, também tenham a sua conduta e seleção de valores sociais subordinados a essa dicotomia básica (MOURA, 2014, p. 15).

A despeito da controvérsia acerca dos números, a pretensão aqui é destacar que, mesmo com a decretação legal, o quadro mostra de forma contundente seu descumprimento, pois até que se registra uma queda na prática ilícita, mas que é retomada com força nos anos seguintes, o que desencadeou a proclamação da lei nº 581, de 4 de setembro de 1850, chamada Lei Eusébio de Queiroz, proibindo “definitivamente” o tráfico.

Dentre as relações sociais formadas no Brasil Colônia, as estabelecidas entre senhores e negros escravizados, caracterizadamente racistas, constituem base para as históricas desigualdades que caracterizam o país. Obviamente, a “inferioridade” negra aí estabelecida é definida na própria forma de chegada dos negros africanos, que apresados em seus países na dinâmica do tráfico negreiro, são submetidos a condições desumanas e animais. Denunciando a barbárie da travessia oceânica, o escravista assumido Varnhagen (*Apud* FIGUEIREDO, 2004, p. 76), trata que

Embarcam num navio, às vezes pequeno, quatrocentos ou quinhentos, e o fedor ou catanga basta para matar os mais deles. Com efeito morrem muitos: pois maravilha é não diminuírem de vinte por cento. E para que ninguém pense que exagero, direi que não há quatro meses que dois mercadores sacaram para a Nova-Espanha, de Cabo Verde, numa nau quinhentos; e numa só noite amanhecera mortos cento e vinte; porque os meteram num chiqueiro, ou ainda pior, debaixo da coberta: onde seu mesmo fôlego e

catinga (que bastavam para corromper cem ares e sacá-los a todos da vida [...]).

São muitas as denúncias das condições desumanas com que foram tratados os escravizados da África, manifestas em desrespeito de toda ordem, como a espiritual, desconsiderando a dimensão do sagrado na vida dos negros. Neste sentido, o que pode se perceber é a completa negação do sujeito enquanto pessoa, pois com o batismo cristão, os aprisionados são destituídos de seus nomes, lhes sendo impostos nomes e identidades diversas.

Assim, estamos tratando aqui, de homens e mulheres aviltados em sua condição humana, expropriados de suas terras, tradições e costumes; separados de suas famílias e amores. Era sua lógica organizativa e comportamental sendo substituída arbitrariamente por outra.

Trazidos como instrumentos de trabalho, aqui recebidos e tratados como tal. Sem qualquer direito às suas vidas, lhes foram atribuídos os papéis mais renegados pela sociedade por conta da cor da pele, o que os define na hierarquia social.

3 O NEGRO E A RESISTENCIA: indicações para o debate

Os fatos históricos relacionados a formação do Brasil desde a Colônia contribuir para se consolidar no país um racismo estrutural, deixando uma herança histórica ruim na sociedade, o deixou como consequência o país se configurou historicamente com a marca das desigualdades sociais, políticas e econômicas. Marca esta que tem apresentado profundos desafios.

Para Clóvis Moura as várias formas de resistência, seja individual ou coletiva, se constituíram como estratégia em grande parte marcada pela luta contra o aparelho do Estado que servia ao sistema escravocrata (MOURA, 1988, p. 22). Particularmente os quilombos, como maior expressão da dinâmica negra de resistência e luta, foi

Incontestavelmente a unidade básica de resistência do escravo. Pequeno ou grande, estável ou de vida precária, em qualquer região em que existisse a escravidão lá se encontrava ele como elemento de desgaste do regime servil. O fenômeno não era atomizado, circunscrito a determinada área geográfica, [...] O quilombo aparecia onde quer que a escravidão surgisse. Não era simples manifestação tópica. Muitas vezes surpreende pela capacidade de organização, pela resistência que oferece; destruído

parcialmente dezenas de vezes e novamente aparecendo, em outros locais, plantando a sua roça, construindo suas casas, reorganizando a sua vida social e estabelecendo novos sistemas de defesa. O quilombo não foi, portanto apenas um fenômeno esporádico. Constituíam-se em fato normal dentro da sociedade escravista. Era reação organizada de combate a uma forma de trabalho contra a qual se voltava o próprio sujeito que a sustentava. (MOURA, 1988, p. 102)

As manifestações culturais e religiosas também podem ser consideradas resistência, e neste sentido, a adoção de santos cultuados pela igreja católica associados aos orixás possibilitou uma das mais importantes expressões da cultura religiosa do país: o sincretismo. Assim foi com a dança e a comida, fazendo com que a cultura geral brasileira não possa prescindir destas tradições e seja reconhecida mundialmente pelo significado da cultura africana na sua constituição.

A luta dos negros contra a escravidão não se limitou ao enfrentamento ao senhor de escravo, mas compôs de forma categórica o movimento abolicionista, dando-lhe conotação popular. Na dinâmica do movimento, negros, tanto livres quanto escravos, se mobilizavam junto aos brancos pelos ideais abolicionistas.

O movimento abolicionista precisa ser observado como um complexo dinâmico e cheio de contradições, permeado por interesses diversos entre e intra classes. Com várias determinantes, no campo da política, foi centralizado pela disputa entre partidos, cuja atuação dos liberais passou das ações de articulações e alianças internacionais, propagandas, panfletos e jornais, criação de associações, manifestações públicas e libertações voluntárias, ao extremismo das ações de enfrentamento e confronto direto.

A participação negra nesta dinâmica precisa ser observada com apuro, pois pouco é tratada, de forma específica na historiografia. No entanto, podemos destacar a grande e importante atuação de negros livres de diversas áreas como Castro Alves (poeta), Francisco de Paula Brito (jornalista e dramaturgo) Joaquim Nabuco (diplomata e jornalista), José do Patrocínio (jornalista), Luiz Gama (poeta), André Rebouças (engenheiro).

A lei imperial nº 3.353, conhecida como Lei Áurea, foi sancionada em 13 de maio de 1888 em um contexto de agitação abolicionista, que via na escravidão importante entrave para o desenvolvimento do país, e entendia sua proibição condicionante para que o Brasil eliminasse seu traço “barbárie” e se insurgisse no mundo da “civilização”

moderna, não podendo, portanto, a abolição da escravatura ser considerada uma “benevolência” do poder.

Com isto, destacamos que a “liberdade” propagada pela lei e pelos arautos abolicionistas das elites não tinha como centralidade a emancipação do negro, mas mera mudança de modelo econômico, numa perspectiva elitista e eurocentrista. Com a abolição, o ideário civilizatório modernista segue a perspectiva do capitalismo dependente.

A lei que libertou os negros não possuía caráter emancipatório, foi assinada por pressão de países estrangeiros que haviam mudado sua economia devido ao advento da industrialização, não sendo mais vantajosa a manutenção de escravos, uma vez que, fazia-se necessário o aumento de consumidores para os produtos que passaram a ser fabricados em escala industrial (TEIXEIRA, 2018, p.11).

Na ocasião, o país perdeu a grande oportunidade de possibilitar ao negro liberto o acesso à terra, mas ao invés disso, aprisionou a terra, através da lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, a chamada Lei de Terras, que legisla acerca do direito à propriedade privada, “pela qual o Estado abria mão do seu direito de doar e colocava as terras no mercado para a venda a quem dispusesse de dinheiro para adquiri-las.” (MOURA, 2014, p.108), impossibilitando os ex-escravizados a terem acesso legal à terra. Ademais,

Se analisarmos mais detidamente não apenas esta passagem do poder decisório sobre a aquisição da terra, mas o seu significado sociológico mais importante ao propiciar possibilidades de contratos àquelas camadas que poderiam adquiri-la através da compra - populações livres -, poderemos concluir que à medida que se afastou o poder público do dever social de doar aos ex-escravos (quando saíssem do cativeiro) parcelas de terras às quais tinham o direito “por serviços prestados” e nas quais pudessem integrar-se, como proprietários, na conclusão do processo abolicionista, criaram-se as premissas da sua marginalização social. (MOURA, 2014, p. 109-110).

Com isso, aos negros foram relegados à subjugação nas fazendas, a busca de terras distantes ou à composição da grande massa urbana.

Outro importante aspecto a ser destacado é que

No Brasil, a abolição significará a exclusão dos ex-escravos das regiões e setores dinâmicos da economia. Em sua grande maioria, eles não serão ocupados em atividades assalariadas. Com a imigração massiva, os ex-escravos vão se juntar aos contingentes de trabalhadores nacionais livres que não têm oportunidades de trabalho senão nas regiões economicamente menos dinâmicas, na economia de subsistência das áreas rurais ou em atividades temporárias, fortuitas, nas cidades (THEODORO, 2008, p. 26).

Para o autor, todo o processo de substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre ocorrerá com base no favorecimento do branco em detrimento da força de trabalho negra, inclusive no setor agrícola, onde vai haver uma substituição deliberada por trabalhadores europeus, aqui chegados pela imigração estimulada governamentalmente, havendo assim, uma nova conformação da organização e relações de trabalho.

Ou seja, de forma grave fica evidente que o negro, no espaço urbano, especialmente, não se referenciava por si, mas estava condicionado à “adoção” de uma família branca que o referenciava. Como consequências, desprovido de políticas que lhes garantissem sua inserção na nova dinâmica social, negras e negros passavam a formar os contingentes das populações pobres nas cidades, representadas pelos piores indicadores sociais e econômicos.

Neste sentido, na escala social, negras e negros compõem as pessoas com menores indicadores educacionais, que têm menor acesso aos serviços públicos em geral, como moradia e saneamento básico, saúde, dentre outros. São as vítimas preferenciais da violência, e isto nos dois sentidos dela, tanto na condição ativa quanto na passiva.

4 CONSIDERAÇÕES

O processo de colonização foi um dos marcos de consolidação do racismo no Brasil, levou milhões de pessoas a condição de escravizados há mais de três séculos de um sistema marcado pela marginalização social desses povos. Essa herança deu as condições para que constituíssemos uma sociedade marcada por um racismo estrutural, construindo uma imagem de um povo sem história, e sem direitos no Brasil.

Vale ressaltar que mesmo com o sistema de escravidão, elemento central que marca as desigualdades sociais e econômicas de nossa história, o povo negro ao longo desse martírio, soube com muita luta e resignação quando necessária, construir estratégias de lutas que pudessem garantir direitos mesmo quando este não era legalmente garantidos a eles, isso se deu através do mecanismo de força de organização social.

Todo o marco legal conquistado pelos negros ao longo de mais de 500 anos de história, foi resultado do enfretamento às forças conservadoras constituídas, sejam

sociais, políticas, econômicas ou mesmo teóricas, que sempre se colocaram contra os negros. Neste sentido, demarcamos as revoltas e rebeliões contra a escravidão, passando pelo movimento abolicionista, que, mesmo com todas suas contradições foi importante para a construção para o debate atual sobre a questão racial no Brasil. Além disso, não podemos deixar de destacar os movimentos culturais como expressões de resistência, assim como os partidos políticos e sindicatos, que foram e são aliados importantes em muitos momentos na história do negro no Brasil.

Finalizamos dizendo não ser possível exercer uma democracia plena sem antes resolver as questões sociais e raciais no Brasil. Questões históricas e estruturantes que precisam ser superadas para o desenvolvimento político e social do país, com base nas necessidades e direitos do povo.

REFERÊNCIAS

FERREIRA, Mary Vania Nogueira. **“Raça” e Classe no pensamento social brasileiro: uma abordagem sobre a obra de Clovis Moura**. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Programa de Pós Graduação em Sociologia do Instituto de Ciências Sociais - ICS - Universidade Federal de Alagoas - UFAL .2013.

FIGUEIREDO, José Ricardo. **Modos de ver a produção no Brasil**. EDUC - Campinas, Editora Autores Associados. São Paulo, 2004.

IBGE. Indicadores IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. **Algumas características da força de trabalho por cor ou raça**. s/d. Disponível em ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Trimestral/Caracteristicas_da_forca_de_trabalho_por_cor_ou_raca/Algumas_caracteristicas_da_forca_de_trabalho_por_cor_ou_raca_2016_04_trimestre.pdf Acesso em 10 de março de 2019

JACCOUD, Luciana. Racismo e República: o debate sobre o branqueamento e a discriminação racial no Brasil. In: TEODORO, Mário (org.). **As Políticas Públicas e a Desigualdade Racial No Brasil: 120 anos após a abolição**. 2ª edição. IPEA, Brasília, 2008.

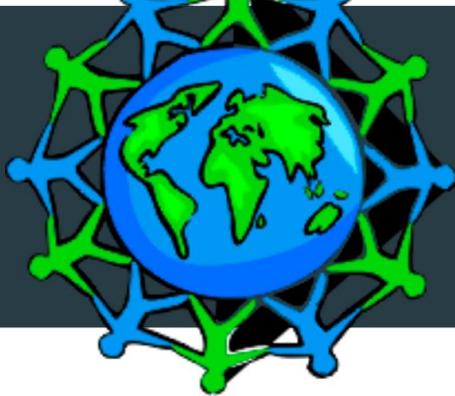
MARQUES, Eugenia Portela de Siqueira. Et al. Por uma educação antirracista e intercultural: as contribuições do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB/UFPA). In: COELHO, Wilma de Nazaré Baía; OLIVIEIRA, Julvan Moreira de. (orgs). **Estudos sobre a relações étnico-raciais e educação no Brasil**. Editora Livraria da Física. São Paulo, 2016.

MOURA, Clovis. **Dialética radical do Brasil negro**. Editora Fundação Maurício Grabois, co-edição com Anita Garibaldi. São Paulo, 2014.

MOURA, Clovis. **Rebeliões da senzala**. Editora Mercado Aberto, 4ª edição. Porto Alegre, 1988

RUY, José Carlos. **Clóvis Moura - A história do trabalho no Brasil ainda não foi escrita**. 2018. Disponível em <http://www.vermelho.org.br/noticia/317083-1>. Acesso em 20 de janeiro de 2019.

THEODORO, Mário. A formação do mercado de trabalho e a questão racial no Brasil. In. THEODORO, Mário (org). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição/** Mário Theodoro e outros (org.). IPEA, Brasília. 2008.



EIXO TEMÁTICO 9 | QUESTÕES DE GÊNERO, RAÇA/ETNIA E GERAÇÃO

O RACISMO ESTRUTURAL NA SOCIEDADE BRASILEIRA: uma análise a partir da formação sócio-histórica

Keylla Myllena Lima dos Anjos¹
Pollyana Gonçalves dos Inocentes²

RESUMO

Esta produção tem como objetivo analisar o fenômeno do racismo estrutural no Brasil enquanto um desdobramento da formação sócio-histórica do país. Para tanto, parte de uma perspectiva crítica e dialética e adota-se como metodologia a pesquisa bibliográfica, documental em livros, artigos e documentos que trabalham a temática. Para uma melhor apreensão do objeto de pesquisa, optou-se por fazer uma análise da formação social brasileira a partir de seu processo de colonização.

Palavras-Chaves: Formação Social Brasileira. Escravidão. Racismo Estrutural.

ABSTRACT

This production aims to analyze the phenomenon of structural racism in Brazil as an unfolding of the country's socio-historical formation. To do so, starts from a critical and dialectical perspective and adopts bibliographic, documentary research in books, articles and documents dealing with the theme as methodology. For a better understanding of the research object, it was decided to make an analysis of the Brazilian social formation based on its colonization process.

Keywords: Brazilian Social Formation. Slavery. Structural Racism.

INTRODUÇÃO

O estudo versa sobre o racismo estrutural na sociedade brasileira, bem como uma análise da formação social brasileira e as respectivas marcas designadas à

¹ Bacharela em Serviço Social.

² Assistente Social, discente do Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão (PPGPP/UFMA). Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão – FAPEMA.

população negra, por meio da desigualdade que estrutura. No entanto, para discutirmos sobre racismo e preconceito racial, foi necessário compreendermos as definições do termo. Segundo Almeida (2018), o racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, de modo em que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que resultam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial a qual pertencem.

A partir desse percurso, o objetivo do estudo foi analisar o contexto histórico das estruturas de hierarquização social em relação à população negra ao identificar as desigualdades concernentes que se manifestam desde a formação social do Brasil e suas reproduções na sociedade brasileira, como o racismo estrutural frutos de heranças da colonização perpassadas e perpetuadas na contemporaneidade.

Compreendemos que é importante debatermos e discutirmos sobre a formação social brasileira e a estruturação do racismo e o que a falta de políticas de inclusão acarretaram com os resquícios dessa base desigual que ainda, na atualidade, se expressa através da interiorização do preconceito e da negação do racismo atual no Brasil.

2 A FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA E A ESTRUTURAÇÃO DO RACISMO

Um estudo sobre a formação econômica-social e política do Brasil deve levar em consideração sua particularidade histórica de formação social colonial e sua relação com o desenvolvimento do capitalismo como um todo “a colonização do Novo Mundo, a partir do século XVI, constitui-se num elemento integrante da expansão capitalista, que parte, agora, para a reprodução ampliada do seu processo de autorreposição” (MAZZEO, 1997, p. 59).

Mazzeo (1997) situa duas correntes clássicas de interpretação de vertente marxistas que subsidiam o entendimento da realidade da sociedade brasileira: a “Teoria Consagrada”, assim designada por Caio Prado Júnior (2011) e a corrente de análise que situa a América Latina no contexto histórico-concreto do desenvolvimento do Modo de Produção Capitalista (MPC).

No que se refere à interpretação da formação social das colônias, Prado Júnior (2004), trabalha numa perspectiva claramente marxista e situa a América Latina no contexto histórico-concreto do desenvolvimento do Modo de Produção Capitalista,

revelando as contradições presentes no processo de colonização, alicerçado por um sistema capitalista primitivo.

O desenvolvimento do capitalismo nas colônias deu-se com especificidades próprias, portanto a formação social brasileira apresenta uma particularidade histórica, determinada pela lógica inerente do capital de “amoldar-se” e de constituição de novas formas para sua autorreprodução. O processo de colonização do continente americano e a particularidade histórica do Brasil estão inseridos “no amplo processo de acumulação originária do capital, iniciado a partir do século XVI” (MAZZEO, 1997, p. 15).

O continente americano esteve desde a sua gênese, fase do *descobrimento*, processo de colonização e formação da estrutura econômica em um movimento dialético integrado ao sistema capitalista, integrando e constituindo o desenvolvimento do capitalismo em sua totalidade, conforme assinala Prado Júnior (2004).

O processo de colonização do *Novo Mundo* deve ser analisado a partir do processo da expansão europeia, no bojo do esfacelamento do Modo de Produção Feudal. Nesse contexto em que se desenvolvem novas relações de produção e de forças produtivas que irá se constituir a gênese do Modo de Produção Capitalista. Nessas condições históricas que se dará o processo de transição do feudalismo para o capitalismo, com o aparecimento de novas formas de produção, mas também novas formas político-ideológicas que irão permitir o desenvolvimento da sociedade burguesa (MAZZEO, 1997).

O processo do desenvolvimento econômico da Colônia é dividido em fases distintas: o período de 1500-1530 – as primeiras ocupações, marcadas fortemente pela extração do Pau-Brasil pelos índios; 1530-1640 – ocupação efetiva, a partir do desenvolvimento da agricultura e atividades afins; o período de 1640-1770 apresenta três momentos – a expansão do processo de ocupação, com o início de um novo sistema político e administrativo da Colônia, o ciclo da mineração e ocupação no Centro Sul e a pecuária e o povoamento no Nordeste e colonização do vale Amazônico e o período de 1770-1808 – marcada como o apogeu da Colônia a partir do renascimento da agricultura, a incorporação do Rio do Sul e o declínio do período Colonial (PRADO JR, 2004).

O *sistema colonial* “[...] apresenta-se nos como o conjunto das relações entre as metrópoles e suas respectivas colônias, num dado período da história da colonização

[ou seja:] na Época Moderna, entre o Renascimento e a Revolução Francesa [...]” (Novais, 1979 *apud* Mazzeo, 1997, p. 60-61). Sob outra perspectiva de análise acerca do sistema colonial, contrapondo-se a concepção de Novais (1979), entende-se que o sistema colonial,

[...] parte do conjunto de situações de reprodução que o capitalismo engendra, a partir do século XVI, tido por Marx como a “era do capital”. Nesse sentido, então, divergimos de Novais, para quem o sistema colonial do mercantilismo é o construtor da colonização europeia, entre os descobrimentos marítimos e a Revolução Industrial. Inversamente entendemos que é a necessidade de produção de mercadorias para um mercado que se ampliava enormemente, na Europa o *aspecto determinante* da ocupação das terras descobertas, destinando-as à produção em grande escala. Assim, a expansão da economia de mercado e a utilização das colônias como centros produtores de mercadorias altamente valiosas darão sentido à existência de um sistema colonial aos mercados europeus, articulando o desenvolvimento da concentração a partir de múltiplas atividades que o capital cria, em seu processo de autorreposição (MAZZEO, 1997, p. 60, grifos do autor).

O sistema colonial expressa o papel das colônias na produção mundial, o que significa dizer, o lugar que as colônias ocuparam na divisão internacional do trabalho. Assim, o processo de colonização e a necessidade de produção de mercadorias em grande escala para a metrópole foram determinantes para a criação do sistema colonial, integrado e estruturado ao sistema capitalista, materializado nas colônias no continente americano.

A extinção da servidão na Europa ocidental – responsável em atender o crescimento da produção de mercadorias foi determinante para a introdução do trabalho escravo nas colônias, denominada de *segunda servidão*³ que passam a produzir para atender às necessidades dos centros de produção na Europa. A implantação do trabalho forçado, “constitui-se numa imperiosidade do processo de acumulação do capital” (MAZZEO, 1997, p. 82).

A necessidade de produzir mercadorias para atender os centros consumidores do continente europeu foi determinante para a implantação do trabalho forçado nas colônias americanas. A produção nas colônias direcionava-se para produtos altamente comercializáveis no centro do capitalismo mercantil. Dentre os produtos com procura estavam o “açúcar, o tabaco, o algodão, o anil, o cacau, as madeiras etc.” (MAZZEO, 1997, p. 84).

³ Assim denominada por Mazzeo (1997).

Portanto a *descoberta* do Brasil foi consequência da expansão marítima portuguesa, quando a Europa evoluía do feudalismo ao capitalismo e Portugal não conseguiu encontrar a passagem que estimularia o desenvolvimento do 'seu' capitalismo. Por não encontrá-la, foi vítima do processo, transformando-se em um anacronismo que a exploração colonialista não pôde superar – antes complicou como duzentos anos depois o marquês de Pombal viu com clareza (CHIAVENATO, 2012, p. 56).

A conjuntura econômica do Brasil no período colonial é de uma sociedade pré-capitalista, sustentada na exploração do trabalho forçado de negros trazidos da África na condição de escravos. “O novo, o latifúndio escravista moderno – capitalista – introduzido no século XVI, marcará com profundidade o desenvolvimento histórico-social do Brasil” (MAZZEO, 1997, p. 87).

[...] tratava de um modo de produção escravista (de resto, o adjetivo colonial não me parece caracterizar o modo de produção, no sentido de atribuir-lhes novas leis, mas indica precisamente o seu vínculo de subordinação formal ao capital internacional: uma subordinação que certamente sobredetermina essas leis, que são porém as leis gerais de todo modo de produção escravista com dominância mercantil). É o elemento escravista que fornece a marca determinante da formação econômica (COUTINHO, 2011, p. 39).

Para Coutinho (2011), a marca escravista interfere na produtividade econômica – o modo de produção tornava-se formalmente subordinado ao capital internacional e na estruturação de classes – a partir da criação de classes marginalizadas pelo sistema, na cidade e no campo, que só podem se reproduzir através do *favor* dos poderosos, um traço da nossa formação social. “O ‘favor’, que marca tal relacionamento, consagra vínculos de dependência pessoal, de tipo pré-capitalista; é, por conseguinte, um modo de relacionamento autoritário” [...] (COUTINHO, 2011, p. 43).

Na perspectiva de analisar o passado brasileiro, diversos intelectuais se debruçaram em realizar uma análise interpretativa das origens do Brasil. Dentre eles, destaca-se Gilberto Freyre em *Casa-Grande e Senzala* (1933), Sérgio Buarque de Holanda – em *Raízes do Brasil* (1936) e Caio Prado Júnior – em *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942), nosso ponto de partida nesta produção, dentre outros. Esses autores realizaram uma análise interpretativa do nosso passado, por caminhos distintos, realizando uma ampla investigação histórica para compreender o Brasil contemporâneo.

Holanda (2014), inspirado em Max Weber – elabora a tese do personalismo do colonizador, cunhando o conceito do *homem cordial*: conceito que se tornaria central

na história do pensamento sociológico no Brasil. Em linhas gerais a figura do *homem cordial* é um traço bastante atual do brasileiro.

A exaltação dos valores cordiais e das formas concretas e sensíveis da religião, que no catolicismo tridentino parecem representar uma exigência do esforço de reconquista espiritual e da propaganda da fé perante a ofensiva da reforma, encontraram entre nós um terreno de eleição e acomodaram-se bem a outros aspectos típicos de nosso comportamento social. Em particular nossa aversão ao ritualismo é explicável, até certo ponto, nesta ‘terra remissa e algo melancólica’, de que falavam os primeiros observadores europeus (HOLANDA, 1936; pág. 182).

Seguindo a perspectiva weberiana de análise, o Estado não tem como manter o monopólio legítimo da força que se espraia pela sociedade, portanto a cordialidade do brasileiro não exclui o uso da violência, pelo contrário. O *Homem Cordial* é um sujeito dado a atitudes extremas e capaz de agir com extrema violência. A terminologia *extrema* apresenta uma dualidade: extrema, pois a violência acontece fora dos aparelhos de repressão e extrema, no sentido em que expressa um comportamento incapaz de moldar-se aos estatutos legais ou à ordem pública. “A tal ordem o *Homem Cordial* contrapõe a lógica da esfera privada e de seus códigos particulares, que são os códigos dessa esfera. É essa violência – que não é a violência weberiana, monopolizada pelo Estado, e, sim, a violência privada, sancionada por códigos particulares” (SOUZA, 2007, p. 344, grifo do autor). Uma das heranças da era colonial é a família patriarcal e o personalismo.

[...] fornecia a ideia mais normal do poder, da respeitabilidade, da obediência e da coesão entre os homens. Como resultado, temos o predomínio, na vida social, dos sentimentos próprios à comunidade doméstica, naturalmente particularista e antipolítica; uma invasão do público pelo privado, do Estado pela família (HOLANDA, 2014, p. 133).

A sociedade brasileira organizou-se economicamente e civilmente a partir de 1532, transcorrido um século em que os portugueses haviam tido contato com os trópicos, demonstrando aptidão para a vida tropical na Índia e na África, mas é no Brasil que a sociedade colonial vai se organizar em bases mais sólidas (FREYRE, 2014).

[...] em condições mais estáveis que na Índia ou nas feitorias africanas, no Brasil é que se realiza a prova definitiva daquela aptidão. A base, a agricultura; as condições, a estabilidade patriarcal da família, a regularidade do trabalho por meio da escravidão, a união do português com a mulher índia, incorporada assim à cultura econômica e social do invasor (FREYRE, 2014, p. 65).

Freyre (2014) trabalha numa perspectiva conservadora e frequentemente idílica a formação patriarcal do Brasil. O autor centra suas análises no pátrio poder da aristocracia rural – o patriarcalismo da colonização portuguesa no Brasil, representado pela casa-grande, completado pela senzala, uma colonização baseada na *harmonia* nas relações sociais entre o senhor e o escravo, o latifúndio (casa-grande) e a escravidão (senzala).

A casa-grande, completada pela senzala, representa todo um sistema econômico, social, político: de produção (a monocultura latifundiária); de trabalho (a escravidão); de transporte (o carro de boi, o banguê, a rede, o cavalo); de religião (o catolicismo de família, com capelão subordinado ao *pater familias*, culto dos mortos etc.); de vida sexual e de família (o patriarcalismo polígamo); de higiene do corpo e da casa (o ‘tigre’, a touceira de bananeira, o banho de rio, o banho de gamela, o banho de assento, o lava-pés), de política (o compadrismo) (FREYRE, 2014, p. 36).

A colonização portuguesa no Brasil desenvolveu-se patriarcal, aristocrática e à custa do trabalho escravo. Nisto reside o nosso entendimento enquanto povo-nação: uma nação sem conflitos e sem problemas sociais.

3 AS MARCAS DA ESCRAVIDÃO E A SEGREGAÇÃO SOCIAL DE NEGROS

Feita essa breve exposição acerca dos antecedentes da formação social ou econômico-social brasileira, enquanto uma particularidade do sistema capitalista, a partir de sua gênese na condição de Colônia de Portugal – o processo de colonização buscou atender aos interesses da Metrópole –, no que se refere às suas relações de produção e às forças produtivas. É nesse contexto histórico-social que se coloca a formação social brasileira, “um dos traços típicos do desenvolvimento capitalista consistiu precisamente em que se deu *sem realizar* as transformações estruturais que, noutras formações [...] consistiram as suas pré-condições” (NETTO, 2006, grifos do autor).

Um elemento fundamental para a compreensão do período da escravidão no Brasil e seus desdobramentos na estruturação do racismo no Brasil, que nada tem a ver com o Modo de Produção Escravista. A exploração do trabalho escravo foi utilizada já no contexto da fase mercantil do capitalismo.

Assim, a ocupação do território brasileiro e a exploração econômica de suas potencialidades reafirmam o caráter predatório da colonização do Brasil – um processo

colonizador devastador de homens e de recursos naturais. Os três séculos da colonização brasileira – colonizada nos marcos do capitalismo mercantil da Europa, estruturada na grande propriedade rural e baseada na profunda exploração do trabalho escravo, “constituindo-se os primeiros germes da nossa questão social” (SILVA, 2014, p. 44), formaram os elementos históricos que definem as características da sociedade brasileira, elementos estes que explicam a evolução política, econômica, social e cultural do Brasil.

Assim, portanto, o fenômeno da questão social⁴ têm raízes no modelo colonial escravista, ainda que latentes:

[...] como sinônimo de contradição, exploração, acumulação, antagonismos, conflitos e lutas sociais geradas no interior da sociedade capitalista brasileira, traduzindo-se, historicamente, pelo enfrentamento da servidão indígena, da expropriação do negro, mas fundamentalmente, pelas lutas mais recentes por melhores condições de vida e de trabalho no período industrial, em que ganha expressão e legitimidade, como decorrência das lutas operárias. Decerto que no passado essas lutas tinham caráter elitizante, mas em muitas delas registra-se a participação das massas: luta pela terra, contra a servidão e o extermínio do indígena e, também, pelo fim do trabalho escravo (SILVA, 2014, p, 42).

O modelo econômico escravista adotado pelo colono português, utilizando a mão de obra escrava teve desdobramentos nefastos na sociedade brasileira: a discriminação e o preconceito racial do qual ainda é vítima a população negra neste país e a discriminação social, diretamente vinculado ao modelo econômico aqui implantado.

Chiavenato (2012), afirma que o racismo tem origem na exploração do trabalho escravo e na atualidade através da marginalização da população negra. Entretanto, o autor alerta que tal afirmação não é tão óbvia, considerando que fora projetado ao *mulato* a expressão de “progresso social”, à medida que há o processo de embranquecimento, que reforça o racismo, mascarado pelo *mito da democracia racial*. Com isso, fortalece-se a função prática da ideologia do branqueamento, bem como naturaliza-se.

O ex-escravo assumia a sua feição definitiva na sociedade brasileira: negro. Negro passou a ser marca, sinal de inferioridade que aumentou na medida do embranquecimento do país, aviltando homens e mulheres ‘de cor’ e

⁴ A questão social diz respeito ao conjunto das expressões de desigualdades engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho – das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. (...) (IAMAMOTO, 2012, p.17).

umentando o número de mulatos que aspiravam à branquidão (CHIAVENATO, 2012, p. 226).

Decorre desta estrutura de sociedade – de economia colonial escravista –, alicerçada em um modelo econômico de dependência e de subordinação ao mercado mundial, refletido na desigualdade social, no processo permanente de exclusão social, na segregação e no controle social, sobretudo da população negra, pobre e periférica deste país.

O processo de formação social do Brasil, desde a sua gênese carrega as marcas de uma ordem alicerçada na dependência ao capital estrangeiro, modelo de agricultura assentada na exploração do trabalho escravo e negro, uma consciência de classe e o *ethos* burguês, que sedimentaram o preconceito e o racismo fortemente presente em nossa sociedade (SALES, 2007).

Nesta grande fratura social residem, pois, as raízes de uma sociabilidade autoritária, cujas principais características eram: segregação, desprezo pela massa despossuída, naturalização da grande distância social em termos de condições de vida e de trabalho entre os brasileiros, desvalorização cultural do mundo do trabalho, banalização da violência privada contra desde os escravos até os trabalhadores, dentre outros (SALES, 2007, p. 51).

Desde o período colonial até a atualidade que a cultura política engendrada no Brasil – embora tenha existido em vários momentos da história um forte investimento na construção de marcos civilizatórios, resistência em reconhecer direitos, associados às lutas sociais e aos movimentos sociais –, é marcada por discriminações de raça, gênero, classe, religião, cultura, região.

Nesse sentido há uma “polarização de privilégios e carências, repressão, corrupção e autoritarismo, em razão estes últimos da forte penetração do Estado pelos interesses das classes dominantes” (SALES, 2007, p. 56). O que se constata no Brasil é uma forte resistência em assegurar direitos, sobretudo no contexto neoliberal, com a prevalência de práticas antidemocráticas, ancoradas na cultura da desigualdade e na violência.

O Brasil carrega as marcas de uma sociedade historicamente *partida, desigual, cindida*, em que a escravidão marca profundamente seu passado e presente, elemento constitutivo do baixo enraizamento da cidadania no país. Mesmo com o processo da abolição da escravidão no Brasil, “[...] os negros não foram alvo de nenhuma política

pública expressiva: não receberam escolas, nem terras, nem empregos” (SALES, 2007, p. 63).

4 RACISMO ESTRUTURAL NA CONTEMPORANEIDADE

O racismo é uma prática estruturada no Brasil, herança da escravidão que se faz presente na realidade cotidiana da sociedade. As consequências dos anos de escravidão, com a exploração, a opressão, não acabaram com a chamada Lei Áurea, visto que o “trabalho livre” desencadeou uma série de novas dificuldades para a população negra “livre”, a fim de vender sua força de trabalho, porém passou a ser marca de inferioridade, segregação, sem qualificação, empregos subalternos e sem acesso a moradias dignas, passaram à habitar os morros⁵.

O racismo é um sistema de opressão que nega direitos à população negra; entretanto, cabe destacar que é uma crença na existência das raças através de uma hierarquização, parte da ideia de que um grupo exerce poder em detrimento de outro, poder esse fundamentado na relação da ideologia de dominação. Ele está manifestado em diferentes formas, sendo ele estrutural ou institucional; essas manifestações estão associadas a várias violações que destroem e que geram violência, desigualdade racial, extermínio da população, perseguição religiosa (mais precisamente racismo religioso).

[...] o racismo se materializa como discriminação racial – é definido pelo seu caráter *sistêmico*. Não se trata, portanto, de apenas um ato discriminatório ou mesmo de um conjunto de atos, mas de um processo em que condições de subalternidade e de privilégio, que se distribuem em grupos raciais, se reproduzem no âmbito da política, da economia e das relações cotidianas. O racismo pode levar à segregação racial, ou seja, à divisão espacial de raças em bairros – guetos, bantustões, periferias etc. – e/ou à definição de estabelecimentos comerciais e serviços públicos – como escolas e hospitais – como de frequência exclusiva para membros de determinados grupos raciais, como são exemplos os regimes de segregacionistas dos EUA e o Aparttheid Sul-Africano (ALMEIDA, 2018, p. 27).

Faz-se necessário elucidarmos como essas questões baseadas em estereótipos de determinados indivíduos ou que pertencem a um grupo racializado, como a origem, a cultura, a religião e o fenótipo, ou seja, o racismo é de marca. É notório como o racismo se manifesta e atua, na sua forma mais perversa, no cotidiano das pessoas não brancas,

⁵ Lugar onde a população negra construiu suas moradias; no início, passaram a ser chamadas de favelas, hoje são conhecidas como comunidade.

e como é difícil conviver com essa realidade na busca de estratégias de sobrevivência na luta diária dos indivíduos que estão vitimados por essas relações sociais.

Fanon (2008) destaca que um homem ou mulher só é racista devido a estrutura da sociedade em que vivem é racista. No entanto, é possível afirmar que a estrutura da sociedade brasileira é racista desde a gênese. De acordo com o autor o racismo foi se metamorfoseando ao longo do tempo, e está enraizado nos indivíduos.

A herança da escravidão, deixada para a população negra, trouxe resquícios, como: trabalhos inferiorizados, não acesso à educação de qualidade e, sistematicamente, posições subalternas dentro de um ambiente racista como um método de dominação de uma raça em detrimento de outra.

É na exploração do trabalho escravo – e hoje na marginalidade social – que está a origem do racismo brasileiro. Essa obviedade não é tão óbvia assim, quando se projeta no mulato a expressão de ‘progresso social’ à medida em que ele embranquece. Pelo contrário, reforça o racismo, mascarando-o como uma aparente ‘democracia racial’ e fortalecendo a função prática e a ideologia do branqueamento (CHIAVENATO, 2012, p. 226).

O autor destaca as ideias e as concepções de que existam as igualdades social e racial, ao mascarar o racismo, na sociedade, configurado em uma democracia racial inexistente, uma aniquilação social para a população negra; as feridas da discriminação racial se exibem na realidade do país. Nascimento (1978) aponta que o embranquecimento cultural foi uma estratégia de genocídio, de modo que as classes dominantes brancas têm a sua disposição total no controle social e cultural, no sistema educativo, nas formas de comunicação em massa, na produção literária; todos esses instrumentos estão a serviço dos interesses das classes, no poder, e são usados para destruir o negro como pessoa, bem como condutor de uma cultura própria que restringe a sua mobilidade social.

Em razão disso, é indispensável compreender as estruturas sociais na sociedade brasileira e a inserção da população negra na sociedade de classes; sendo assim, Fernandes (1965) sustenta a tese de que as relações raciais são heranças do passado, parte da concepção que advém da ideia de que o racismo seria incompatível com os valores jurídicos, econômicos e morais da sociedade de classes, e por esse fator a ordem emergente tenderia a incluir a população atingida por essa “anomalia”.

Dessa maneira, a ideia de que haja uma democracia racial nega o racismo existente; a sociedade, no bojo de sua estruturação, é marcada por diversas desigualdades no âmbito de sua formação, os indicadores sociais apontam que a população negra se situa em patamares de subalternidade ocupando lugares de inferioridade no mercado de trabalho, sobretudo nas oportunidades educacionais.

As relações sociais fundam-se de modo a estabelecer lugares de privilégio ou exclusão na hierarquia social. As práticas de violência e o genocídio⁶ da população negra se perpetuaram e se atualizaram, ao longo da história, com o encarceramento em massa, a repressão policial, a violência física, psicológica, a demonização das expressões culturais, religiosas, dentre outras. O racismo foi instituído, sobretudo naturalizado na nossa sociedade. Nesse sentido, é possível compreender como a branquitude está posta nessas relações e entender o branco não apenas como um sujeito dentro da estrutura social racista, mas como aquele que perpetua, propositadamente ou não, discriminação nessa dinâmica.

O fato é que a ideia de embranquecimento foi uma tentativa de genocídio da população negra, a questão racial se tornou um fator de impedimento na mobilidade social da população negra. De tal modo, é fundamental o reconhecimento das pessoas brancas que possuem lugares sociais de privilégios, é preciso assumir que o racismo e as desigualdades econômicas e sociais são consequências do colonialismo e do escravismo. Contudo, vale ressaltar que a luta antirracista não é apenas das negras e negros, é uma luta de todos pela transformação de uma sociedade igualitária, inclusiva que garanta direitos à população negra.

5 CONCLUSÃO

A formação social e econômica brasileira está inserida no quadro americano enquanto uma particularidade histórica, na medida em que o capitalismo se desenvolveu com especificidades próprias nas colônias. A colonização da América e a particularidade do Brasil estão inseridas no amplo processo de acumulação primitiva do capital.

⁶ Refere-se ao extermínio e ao aniquilamento da população negra.

A sociedade colonial brasileira se formou na fase mercantil do capitalismo estruturada na grande propriedade rural, tendo a lavoura como setor predominante, inicialmente com o cultivo do açúcar e depois do café e baseada na profunda exploração do trabalho escravo, justificada pelo baixo custo da mão de obra escrava e subordinada e dependente do mercado mundial.

A escravidão, o colonialismo, exploração e o racismo geraram elementos que se configuram, atualmente, como desigualdade racial e social, definidos no processo de colonização do Brasil, onde as opressões estabeleceram relações de inferioridade dos negros se comparados aos brancos.

Dessa forma, a população negra, no período pós-abolição, segue vitimada na política de Estado, com a supremacia branca e o branqueamento da população, além das expressões da questão social, as quais estão inseridas as discriminações raciais que se perpetuaram em uma viabilidade com a reprodução sistêmica de práticas racistas na sociedade, ou seja, o racismo é estrutural. No entanto, é um processo histórico e político, que cria condições sociais para que grupos racialmente identificados sofram de discriminação de forma sistemática, que partem de comportamentos individuais ou institucionais de uma sociedade.

O sistema capitalista-racista-patriarcal estruturou relações de opressão e exploração no território brasileiro. É fundamental a compreensão de nossas raízes para a construção de novas mediações capazes de transformarem a estrutura econômica, política, social e cultura do Brasil.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

BRASIL. **Letalidade infanto-juvenil:** dados da violência e políticas públicas existentes / elaboração de Thaís Cristina Alves Passos – Documento eletrônico – Brasília: Ministério dos Direitos Humanos, 2018, 110 p.

_____. Presidência da República. Secretaria Geral. **Mapa do encarceramento:** os jovens do Brasil / Secretaria-Geral da Presidência da República e Secretaria Nacional de Juventude. – Brasília: Presidência da República, 2015.

CALMOM, Pedro. **História Social do Brasil – volume 1**: espírito da Sociedade Colonial. São Paulo: Martins Fontes, 2020.

CHIAVENATO, Júlio José. O negro no Brasil. São Paulo: Cortez Editora, 1º ed. 2012.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Cultura e Sociedade no Brasil**: ensaios sobre ideias e formas. – 4. ed. – São Paulo: Expressão Popular: 2011.

FANON, Frantz. Pele Negra, Máscaras Brancas. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERNANDES, Florestan. A integração do negro na sociedade de classes. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1965.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande&Senzala**: formação da família brasileira sob o regime patriarcal; apresentação de Fernando Henrique Cardoso; biobibliografia de Edson Nery da Fonseca; notas bibliográficas revistas e índices atualizados por Gustavo Henrique Tuna. – [52. ed.] – São Paulo: Global, 2013.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil (1936)** — 27a edição; São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

IANNI, O. A dialética da história. In: D'INCAO, M.A (org). História e ideal: ensaios sobre Caio Prado Júnior. São Paulo: Unesp/Brasiliense, 1989

JÚNIOR, Caio Prado. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

_____. **História Econômica do Brasil**. 46. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MAZZEO, Antonio Carlos. **Estado e burguesia no Brasil**: origens da autocracia burguesa. – São Paulo: Cortez, 1997

MUNANGA, Kabengele. Apresentação. In: MUNANGA (org.). **Superando o Racismo na Escola**. – [Brasília]: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

NASCIMENTO, Abdias. O Genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1978.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do serviço social no Brasil pós-1964. – 9. ed. – São Paulo: Cortez, 2006

SALES, Mione Apolinário. **(IN)VISIBILIDADE PERVERSA**: Adolescentes infratores como metáfora da violência. – São Paulo: Cortez, 2007.

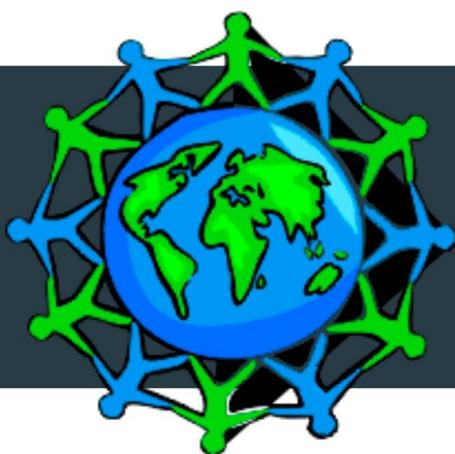
SANTOS, Já. Diáspora africana: paraíso perdido ou terra prometida. In: MACEDO, JR., org. **Desvendando a história da África** [online]. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

SILVA, Ivone Maria Ferreira. **Questão Social e Serviço Social no Brasil: fundamentos sócio-históricos**. 2ª ed. Campinas, SP: Papel Social; Cuiabá, MT: EdUFMT, 2014.

SILVA, Maria Nilza. **A mulher negra**. Revista Espaço Acadêmico. Maringá: UEM, n 22, 2003.

SIQUEIRA Maria da Penha Smarzaró. **Pobreza no Brasil Colonial: representação social e expressões da desigualdade na sociedade brasileira**. **Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo**, n.34, 2009

SOUZA, Ricardo Luiz. **As raízes e o futuro do “Homem Cordial” segundo Sérgio Buarque de Holanda**. In: CADERNO CRH, Salvador, v. 20, n. 50, p. 343-353, Maio/Ago. 2007.



Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI

III SINESPP

20 a 24
OUTUBRO
2020

SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS
Democracia, desigualdades sociais e políticas públicas no capitalismo contemporâneo

EIXO TEMÁTICO 9 | QUESTÕES DE GÊNERO, RAÇA/ETNIA E GERAÇÃO

O GOVERNO JAIR BOLSONARO (2019-2022) E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE GÊNERO: medo de falar sobre o gênero?

THE GOVERNMENT JAIR BOLSONARO (2019-2022) AND PUBLIC POLICIES OF GENDER:
afraid to talk about gender?

Thiago Pereira Lima¹

RESUMO

O objetivo deste artigo é realizar uma análise do discurso e das ações desenvolvidas pelo governo Jair Bolsonaro (2019-2022) no campo do gênero. As políticas públicas de gênero se referem a um conjunto de ações voltadas para diversas expressões identitárias, como mulheres, lésbicas, gays, bissexuais e trans (LGBTs) e outras identidades de gênero e orientações sexuais. No entanto, o debate em torno das questões de gênero, no atual governo, tem sido inviabilizado, as políticas públicas são alvo de desmonte e a perspectiva política reforça os estereótipos e desigualdades de gênero. Para a construção deste artigo, identificamos as ações, a partir de documentos e sites oficiais, como leis e decretos, produzidos no âmbito do Executivo federal e também do Judiciário no período de 2019 e 2020.

Palavras-Chaves: Governo Bolsonaro. Políticas Públicas. Gênero.

ABSTRACT

The objective of this article is to conduct an analysis of the discourses and actions developed by the government Jair Bolsonaro (2019-2020) in the field of gender. Gender public policies refer to a set of actions focused on various identity expressions, such as women, lesbians, gays, bisexuals and trans (LGBTs) and other gender identities and sexual orientations. However, the debate around gender issues in the current government has been unfeasible, public policies are dismantled and the political perspective reinforces gender stereotypes and inequalities. For the construction of this article, we identify the actions from official documents, as laws and decrees, produced within

¹ Professor do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas/Sociologia, Campus de São Bernardo, Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Doutor em Políticas Públicas e Mestre em Ciências Sociais (UFMA). E-mail: thiagoplima2008@hotmail.com.

the scope of the Federal Executive and also the Judiciary in the period 2019 and 2020.

Keywords: Bolsonaro Government. Public Policy. Gender.

INTRODUÇÃO

A vitória de Jair Messias Bolsonaro, nas eleições de 2018, representou a ascensão política de uma agenda conservadora no Brasil. Seu discurso e prática política são emblemáticos, aprofundando os tensionamentos e inflexões em torno das *políticas públicas de gênero*. As *políticas públicas de gênero*, a nosso ver, podem ser compreendidas como um conjunto de reivindicações de movimentos feministas e movimentos lésbicos, gays, bissexuais e trans (LGBTs)², entre outras identidades de gênero, com suas demandas de afirmação e reconhecimento, que são incorporadas pelo Estado e respondidas pelo Estado (ou demandas que este deixa de responder).

Marcado pelo conservadorismo reacionário, o governo Bolsonaro tem censurado e inviabilizado o debate de gênero, chamando-o de *ideologia de gênero*. Destacamos que o mote da campanha política, ainda no processo eleitoral, foi a chamada *ideologia de gênero*, discurso que atribui um sentido negativo tanto à *ideologia* quanto a *gênero* e naturaliza as relações sociais de dominação, depreciando estudos científicos e acadêmicos.

Tal perspectiva tem se materializado em políticas regressivas, anticientíficas e de naturalização da ordem social que reforçam estereótipos e desigualdades, patologizam desejos afetivo-sexuais e corpos que desestabilizam a *matriz heteronormativa* (BUTLER, 2003).

Nesse sentido, o objetivo deste artigo é identificar as políticas públicas de gênero desenvolvidas pelo governo Bolsonaro, nos anos de 2019 e 2020, problematizando seu discurso e os efeitos simbólicos produzidos. Para tanto, realizamos um levantamento das ações, a partir de documentos e sites oficiais, como leis e decretos, produzidos no âmbito do Executivo federal e também do Judiciário.

² Usaremos a sigla LGBTs, mas, de antemão, reconhecemos a pluralidade de sujeitos identitários e políticos no campo do gênero e da sexualidade, a exemplo dos/as queers, assexuais, pansexuais e intersex.

2 TEORIA (S) DO GÊNERO: possibilidades na compreensão das políticas públicas

Na segunda metade do século XX, os feminismos e os movimentos, lésbicos, gays e trans (LGBTs), ganharam visibilidade na luta por direitos e reconhecimento, sendo fundamentais na problematização da *ordem compulsória*³ do gênero, bem como, no plano teórico, na produção de *epistemologias das alteridades*⁴.

Os movimentos de mulheres e movimentos LGBTs têm buscado, em suas lutas sócio-históricas, por mudanças na ordem dominante do gênero. Lutas em torno da campanha pelo voto feminino, presença das mulheres em movimentos anticoloniais e na representação política dos governos, salários iguais, direitos das mulheres à propriedade de terras e bens, reformas da legislação que regulam direitos e práticas LGBTs, sindicalismo feminino, oportunidades iguais de emprego e renda; direitos reprodutivos, direitos para homens e mulheres *trans*, contra a discriminação na educação, contra o machismo na mídia e contra o estupro e violências (CONNELL E PEARSE, 2015, p.43), são exemplos de como a agenda de gênero veio se constituindo historicamente, e tem se colocado no debate público e político, permeada por muitas tensões e conflitos.

No contexto dos anos 1960 tivemos a ampliação das lutas dos movimentos feministas. Do ponto de vista acadêmico, os *estudos feministas* foram os que mais se desenvolveram, à época, questionando a dominação masculina e fazendo leituras teórico-políticas sobre as experiências das mulheres, campo que ficou conhecido como *História das Mulheres*⁵.

O desvio para o gênero, como afirma Scott (1992, p.64), ocorre nos anos 1980. Os feminismos acadêmicos propuseram a categoria teórica *gênero*, para problematizar as explicações biologicistas, assim como as representações socialmente construídas, em

³ A *ordem compulsória do gênero*, segundo Judith Butler (2003), consiste em atributos e práticas sociais que preservam padrões normativos convencionais com relação às identidades de gênero e sexuais.

⁴ Tomo emprestadas as palavras da cientista social Miriam Adelman (2009, p.95), que analisa o papel das teorias feministas contemporâneas que problematizam as relações de poder/saber presentes no pensamento científico. A autora considera que as nossas reflexões se constroem a partir da nossa posição enquanto sujeito de gênero, de classe, de raça/etnicidade, de geração, de nação, de orientação sexual, entre outros marcadores subjetivo-identitários e sociais.

⁵ A *história das mulheres* ganhou legitimidade científica ao tratar da experiência das mulheres e se preocupou com investigações voltadas para a exclusão histórica, os mecanismos de silenciamentos e invisibilidade das mulheres em sua dimensão material e existencial. Porém, feministas passam a criticar este ramo, considerando que os estudos não se davam de forma relacional e que trabalhavam a partir de uma ideia universal de *mulher*.

torno das mulheres e homens. Os estudos no campo das Ciências Humanas e Sociais passaram a mobilizar o *gênero* como um instrumental de compreensão das relações sociais, como uma dimensão das relações de poder e também na perspectiva de se pensar como as diferenças são produzidas.

Scott (1990) amplia e complexifica o conceito de *gênero*, desenvolvendo-o como uma categoria analítica, abrindo perspectivas que transcendem a associação destes estudos com as questões relativas às *mulheres* ou ao antagonismo entre estas e os *homens* e indo além dos aspectos biológicos como fundadores. Também destaca como uma construção sociocultural e que as relações sociais precisam ser entendidas não de forma universalizadora, mas levando em consideração o caráter simbólico, as especificidades e variabilidades históricas.

O *gênero* é o discurso construído em torno da diferença dos sexos e se expressa “nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas e tomam a forma típica de uma oposição binária, que afirma de maneira categórica e sem equívocos o sentido do masculino e do feminino” (SCOTT, 1990, p. 12). Segundo a autora, é “constitutivo das relações sociais” e “um primeiro modo de dar significado às relações de poder”. Por conseguinte, é ubíquo, “permeando as instâncias do simbólico, das normas de interpretação do significado dos diferentes símbolos, da política institucional e da política lato sensu e da identidade masculina ou feminina no nível da subjetividade” (SCOTT, 1990, p.9).

Para Scott (1990, p.20) é “um aspecto geral da organização social. E pode ser encontrado em muitos lugares, já que os significados da diferença sexual são invocados e disputados como parte de muitos tipos de luta pelo poder”. A autora afirma que o *gênero* não se aplica somente a temas como as mulheres, as crianças, as famílias e as ideologias. Para ela, “esse uso só se refere aos domínios – tanto espirituais quanto ideológicos – que implicam relações entre os sexos” (SCOTT, 1990, p.4). O *gênero* se refere também aos outros domínios como guerra, diplomacia, alta política, o político e o poder de uma forma geral. Da mesma forma, Connel e Pearse (2015, p.26) destacam que o gênero atravessa questões sobre direitos humanos, injustiça econômica global, mudanças ambientais, relações intergeracionais, violência militar, violência pessoal e condições para um bem viver.

Nessa perspectiva, o gênero é compreendido como estrutura social; não é uma expressão da biologia, nem uma dicotomia fixa, envolve uma relação específica com/entre os corpos (CONNELL E PEARSE, 2015, p.47). A nossa vida e relações sociais estão organizadas a partir de distinções entre masculino e feminino. Ou seja, “ser um homem” ou “ser uma mulher” não é um estado predeterminado, é um tornar-se, é uma condição que está ativamente em construção (CONNELL E PEARSE, 2015, p.38). Como outras estruturas sociais, é multidimensional e é relacional. O *gênero* pode ser mobilizado para se pensar sistemas de relações sociais, pois é uma dimensão da organização social, sem cair em uma perspectiva totalizadora e universal para explicação da sociedade (SCOTT, 1994, p.26).

Butler (2003) destaca que o conceito de *gênero* é uma construção agenciada socialmente; é uma “identidade socialmente construída através do tempo” e de uma repetição incorporada, ao longo da vida, através de gestos, movimentos e estilos. Ou seja, o *gênero* é performativo, não é natural. É o mecanismo em que as noções de *masculino* e *feminino* são produzidas e naturalizadas, mas também é uma possibilidade de ser um dispositivo para que estes termos sejam desconstruídos e desnaturalizados.

O *gênero* expressa identidades que são “fabricações manufaturadas e sustentadas através de signos corpóreos e outros meios discursivos” (BUTLER, 2003, p. 58). Na ordem dominante, a tríade *sexo-gênero-desejo* é lida de forma linear. A autora considera as descontinuidades, em que *gênero* não é originado do sexo, assim como o desejo e a sexualidade não se alinham com o *gênero*.

Portanto, as *identidades* não são dadas. Nessa perspectiva, os essencialismos identitários e a visão binária-sexista são problematizados em profundidade. O *gênero* apresenta problemas e fragilidades e, nesse sentido, há sempre a possibilidade de deslocamento do binarismo naturalizado *masculino* e *feminino*. Nessa perspectiva, temos então sujeitos, desejos, sexualidades e possibilidades de subjetividades não circunscritas na *heteronormatividade* (BUTLER, 2003).

A partir da exposição acima, destacamos que há um alargamento teórico-metodológico, que visava superar os limites da categoria *mulher* e *homem* heteronormativos e incluir outros sujeitos identitários. O *gênero* passa a ser um instrumental metodológico nas Ciências Humanas e Sociais para se compreender as relações de poder.

Todos nós somos generificados, isto é, atravessados pelo gênero, em um processo marcado por tensões e ambiguidades; mulheres e homens não são processos de identificação naturais. A experiência social revela-nos que há, ao mesmo tempo, a polaridade e a ambiguidade do gênero (misturada ou contraditória, como os afeminados, queer e trans) (CONNELL E PEARSE, 2015, p.39). Assim, “os arranjos de gênero são fontes de prazer, reconhecimento e identidade, mas fontes de injustiça e dano” (CONNELL E PEARSE, 2015, p.43).

Connell e Pearse (2015, p.36) afirma que há uma ordem do gênero que não é fácil de ser compreendida e diz respeito não somente à identidade e à sexualidade, mas a uma dimensão cultural mais ampla. Segundo as autoras, “os padrões de gênero podem ser radicalmente diferentes entre contextos culturais distintos, e há certamente muita variedade entre as maneiras de pensá-los” e que “os arranjos de gênero estão sempre mudando, conforme as práticas humanas criam novas situações e as estruturas se desenvolvem tendendo as crises” (CONNELL E PEARSE, 2015, p.47).

Observamos que a incorporação do debate de gênero não se dá no consenso, pelo contrário, dá-se de forma conflituosa e com muitas disputas, em torno do sentido de sociedade, democracia, família, corpo, sexualidade e direitos humanos. As transformações trazidas também trazem *problemas*, no sentido colocado por Butler (2003). Em um campo social marcado pelas *misturas de gênero*, como falam Connell e Pearse (2015, p.40), há reações por parte de diversas forças políticas. Campanhas anti-LGBTs, contra o aborto, contra movimentos feministas e a união civil entre pessoas do mesmo sexo, se contrapõem aos avanços nos direitos identitário-sexuais, criando um pânico moral que, por sua vez, produz rebatimentos sobre as políticas públicas.

Com relação às políticas públicas, é importante compreendê-las como um conjunto de ações/respostas ou omissões do Estado a situações consideradas problemáticas (SILVA E SILVA, 2008, p.90). O processo das políticas públicas não é linear, mas um campo em que existem as mais variadas dimensões discursivas e conceituais, assim como o confronto entre diferentes racionalidades, como grupos de pressão, movimentos sociais e organizações sociais; partidos políticos e representantes políticos; administradores e burocratas; técnicos, planejadores e avaliadores; e o judiciário. Os interesses são mediados pelo Estado e pelo sistema político (SILVA, 2008, p.98 e 99).

Nessa perspectiva, partimos do pressuposto de que o Estado, que é um dos agentes fundamentais na produção das políticas públicas, é também produzido *por* e produto das relações de gênero. Desde o processo de constituição do Estado Moderno, há produção de políticas e de sujeitos políticos generificados que passam a ser naturalizados nas normas, leis e formas de controle⁶.

A perspectiva de *gênero* pode ser um caminho na apreensão analítica das políticas públicas, visto que não consideramos como uma teorização marginal, mas como uma abordagem teórico-metodológica, que não está dentro das teorias e modelos analíticos hegemônicos que auxiliam a pensar e operacionalizar as políticas públicas, a exemplo do institucionalismo, modelo de processo, teoria dos grupos, teoria da elite, racionalismo, incrementalismo, teoria dos jogos, teoria da opção pública e teoria sistêmica (DYE, 2009, p.100).

Em linhas gerais, o Estado passa a dialogar com a linguagem discursiva do feminismo e dos movimentos LGBTs, que se materializa em programas e políticas de gênero. Agora, cabe destacar, que a dimensão do *gênero* se intersecta discursivamente com as políticas públicas em geral, não somente com políticas centradas nas mulheres e LGBTs: políticas sociais, econômicas, ambientais, segurança pública, previdência social, por exemplo, podem ser vistas como *políticas generificadas* (LIMA, 2017, p.53).

Assim, o gênero constrói a política e a política constrói o gênero (SCOTT, 1990). As políticas públicas, como dimensão do processo político, não são mecânicas, mas envolvem diferentes interesses por parte dos atores (RUA, s/d). Por isso, o conceito de gênero pode revelar tensões, e provocar reações, ao ser alocado nas políticas públicas.

3 LEVANTAMENTO E ANÁLISE DAS AÇÕES DO GOVERNO BOLSONARO NOS ANOS 2019 E 2020: conservadorismo e desmonte nas políticas de gênero

O governo Jair Messias Bolsonaro foi eleito, no ano de 2018, pela coligação *Brasil acima de tudo, Deus acima de todos* (Partido Social Liberal - PSL e o Partido Renovador Trabalhista Brasileiro - PRTB) com 55.205.640 votos⁷. Seu pensamento, discurso e

⁶ Adelman (2009, p.197), por exemplo, destaca que o Estado de Bem Estar Social, que se estabeleceu no pós-segunda guerra, desenvolveu leis trabalhistas e políticas sociais que serviram para legitimar as concepções de homem provedor e da mulher mãe de família (ADELMAN, 2009, p.197).

⁷ <http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2018/Outubro/presidente-do-tse-anuncia-eleicao-de-jair-bolsonaro-para-presidente-da-republica>

prática política vêm na esteira da retomada da direita no ciclo de poder político no Brasil, após treze anos de governos do Partido dos Trabalhadores (PT), destituído por um golpe de Estado, no ano de 2016.

Nesse contexto, temos a reemergência da direita brasileira (MIGUEL, 2018, p.17) marcada por um discurso conservador-reacionário e estruturada em três pilares: o mercado como regulador das relações sociais; o fundamentalismo religioso e o anti-comunismo. Associado a estes três elementos, acrescentamos a agenda moral de controle sobre as sexualidades e sobre os corpos, com uma política que mobiliza a aversão e o medo do gênero.

O neoconservadorismo é uma manifestação recente, que se constitui em reação à crise do Welfare State e às transformações socioeconômicas na primeira metade do século XX e dialoga com o conservadorismo clássico (representados por pensadores como Edmundo Burke, Joseph de Maistre e Louis de Bonald) nos seguintes pontos: a defesa de valores e instituições tradicionais. A faceta contemporânea do conservadorismo defende a restauração da autoridade da lei, o restabelecimento da ordem e o Estado mínimo que mantenha, ao mesmo tempo, a liberdade individual e a livre iniciativa (ALMEIDA, 2018, p.27 e 28). Assim, o capitalismo neoliberal e a manutenção de posições conservadoras no terreno das questões morais são compatíveis.

Cabe destacar que a agenda moral do governo Bolsonaro, que passa pela questão de gênero, não se coloca na sua gestão, vem antes do processo eleitoral, e faz parte de um campo de disputas que é histórico e conflituoso na história do movimento de mulheres e LGBTs e na relação destes movimentos com o Estado brasileiro.

Os anos 1990 são marcados pela atuação dos movimentos sociais feministas e LGBTs que ampliam o diálogo com o Estado, a partir do Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Com os governos do Presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2011) e da Presidenta Dilma Vana Rousseff (2011-2016), temos um conjunto de políticas públicas de reconhecimento, na perspectiva do gênero, voltados para mulheres e LGBTs. Para as primeiras, destacam-se a inclusão das mulheres nas políticas sociais e o enfrentamento às diversas formas de violência; para as LGBTs, amplia-se a atuação por vias institucionais e o diálogo com o Estado via legislativo e executivo.

É a partir do primeiro governo da Presidenta Dilma (2011 - 2015) que os tensionamentos e disputas se acirram, com forte reação conservadora (TOITIO, 2016). O maior tensionamento se dá, principalmente, entre o poder executivo, o poder legislativo e a população LGBT. Cabe ressaltar que, o processo eleitoral de 2010, foi o marco na ascensão e reação de grupos religiosos conservadores no parlamento, o que causou uma inflexão nas políticas públicas, principalmente as voltadas para as LGBTs. O *Projeto Escola Sem Homofobia*, chamado por Jair Bolsonaro de *kit-gay*, expressa a reação das forças políticas conservadoras. Para as mulheres, o discurso conservador produziu efeitos como a demonização dos movimentos feministas.

Nas eleições de 2014, a Presidenta Dilma Rousseff é reeleita. Convém destacar que o Congresso que foi eleito no segundo mandato de Dilma Rousseff é considerado um dos mais conservadores da história política brasileira, conforme levantamento do **Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), com muitos militares, policiais, religiosos e ruralistas em sua composição**⁸ (BRASIL, 2015).

Chama a atenção, a presença da *bancada evangélica* que ampliou o seu espaço de poder, que, segundo Toitio (2016), se organizava monitorando centenas de projetos de lei no Congresso Nacional relacionados às questões sexuais e reprodutivas: o PL 6583/13, que define a entidade familiar a partir da união entre um homem e uma mulher e proíbe a adoção por casais homossexuais; o PL 478/07, que proíbe o aborto mesmo em caso de estupro e transforma o aborto ilegal em crime hediondo; o PL 1672/11, que institui o Dia do Orgulho Heterossexual; o PL 7382/10, que pune a “heterofobia” e prevê pena de reclusão para casos de discriminação contra heterossexuais. Também, é nesse contexto, que ocorre a ressignificação de termos como “cristofóbicos”, “heterofobia”, “orgulho heterossexual”, “ditadura gayzista” e “ideologia de gênero” (TOITIO, 2016).

Nas políticas educacionais, cabe destacar a discussão em torno do *Plano Nacional de Educação*, no ano de 2014, (BRASIL, PNE, 2014), cuja pressão de segmentos políticos conservadores, resultou na supressão dos termos *gênero* e *orientação sexual*. Além disso, estes segmentos atuaram na proposição de projetos de lei estadual e

⁸ <https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/diap-novo-congresso-e-conservador-no-social-e-liberal-na-economiahttpcongressoemfoco-uol-com-brcategoryleicao-da-mesa/>

municipal que proibissem o debate de gênero e sexualidade nas escolas da educação básica.

O golpe de Estado de 2016 levou ao poder o governo Michel Temer (2016-2019) que, com a *Ponte para o Futuro*, lançado em Brasília, em 29 de outubro de 2015, propôs o ajuste fiscal, cuja prioridade era o pagamento dos juros e amortizações da dívida pública. Tal projeto produziu profundos rebatimentos sobre o financiamento das políticas públicas.

Com o aprofundamento da crise econômica, da polarização política e das tensões sociais, Bolsonaro vence as eleições e assim que assume, nomeia Damares Alves para ser a ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, que já vinha de uma trajetória que se colocava publicamente contra o debate de gênero, tendo feito, em diferentes momentos, várias declarações (e mesmo como ministra não deixou de fazê-las), tais como:

A homossexualidade, ela é aprendida a partir do nascimento, lá na infância. A forma como se lida com a criança. Mas ninguém nasce gay. (...) É uma nova era no Brasil. Menino veste azul e menina veste rosa! (...) Não é a política que vai mudar esta nação, é a igreja. É o momento de a igreja governar. (...) Estado é laico, mas esta ministra é terrivelmente cristã. (...) A mulher nasceu para ser mãe. Também, mas ser mãe é o papel mais especial da mulher. A gente precisa entender que a relação dela com o filho é uma relação muito especial. E a mulher tem que estar presente. A minha preocupação é: dá pra gente ter carreira, brilhar, competir, consertar as bobagens feitas pelos homens. Sem nenhuma guerra, mas a gente conserta algumas. Dá para ser mãe, mulher e ainda seguir o padrão cristão que foi instituído para as nossas vidas⁹ (HYPENESS, 2018).

A partir de então, oficialmente, a posição do governo Bolsonaro tem sido de inviabilizar o aprofundamento de um debate crítico e científico de gênero. As ações voltadas para as mulheres permanecem em um ministério específico; as ações para LGTBs estão sob a responsabilidade da Secretaria Nacional de Proteção Global subordinado ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MFDH), sem uma secretaria específica para este fim.

Não só no âmbito do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, mas em todas as instâncias do governo Bolsonaro, há um arrefecimento do debate: um exemplo é a extinção da Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos

⁹ <https://www.hypeness.com.br/2018/12/6-frases-da-nossa-ministra-que-poderiam-estar-em-handmaids-tale/>

Humanos. No Ministério da Educação, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) também foi extinta.

Tentamos mapear todas as ações realizadas, entre os anos de 2019 e 2020, com impactos sobre a dimensão do gênero:

- Redução orçamentária da Secretaria da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, passando de 119 milhões para 5,3 milhões¹⁰;
- Decreto 10.112/2019, que institui o Programa Mulher Segura e Protegida; mas retira a obrigatoriedade do Estado em investir na Casa da Mulher Brasileira¹¹; a palavra *gênero* não aparece, o que significa muito em termos de atendimento em relação às outras identidades de gênero¹²;
- Expectativa de liberação de armas de fogo, com o decreto presencial 9.847/2019, que dispõe sobre a aquisição, o cadastro, o registro, o porte e a comercialização de armas de fogo e de munição e sobre o Sistema Nacional de Armas e o Sistema de Gerenciamento Militar de Armas¹³;
- Ações pouco efetivas no enfrentamento à violência: segundo o Atlas da violência de 2019, produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA), houve um crescimento dos homicídios femininos no Brasil em 2017, com cerca de 13 assassinatos por dia. Ao todo, 4.936 mulheres foram mortas, o maior número registrado desde 2007; no que se refere às denúncias de homicídio contra a população LGBTI+, verificou-se um forte crescimento, saindo de um total de 5 casos, em 2011, para 193 casos, em 2017, representando um crescimento de 127%; neste segmento há ainda o problema da subnotificação e nenhum registro oficial compilado dos dados (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2019).
- Em 2020, no contexto da pandemia, novo movimento do Presidente Jair Bolsonaro, no mês de maio, de enviar projeto contra a *ideologia de gênero*, após o Supremo Tribunal Federal (STF) ter barrado a lei nº 1.516/2015, na cidade de Nova Gama (Estado de Goiás), que proíbe materiais didáticos sobre tema nas escolas;
- Cortes nos programas sociais como o Bolsa Família e o Minha Casa Minha Vida;

¹⁰ <https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,governo-zera-repasses-a-programa-de-combate-a-violencia-contr-a-mulher,70003184035>

¹¹ A Casa da Mulher Brasileira é um conjunto de órgãos de atendimento, investigação dos crimes de violência doméstica e acolhimento provisório (BRASIL, 2019).

¹² <http://www.in.gov.br/web/dou/-/decreto-n-10.112-de-12-de-novembro-de-2019-227655482>

¹³ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9847.htm#art60

- Decreto nº 9.759/2019, que extinguiu os Conselhos de participação social;
- Retirada da cartilha do site do Ministério da Saúde sobre os homens *trans*;
- Nas políticas de saúde, houve o desmonte do Departamento de HIV/AIDS;
- Damares e Sérgio Moro, ex-ministro da Justiça e Segurança Pública (2018-2020), assinaram em 2019, um acordo de cooperação técnica contra a violência contra as mulheres, sem detalhamentos ou especificações das ações; e
- As contrarreformas, a exemplo da Reforma Trabalhista (Lei nº13.467/2017), aprovada ainda na gestão Michel Temer, e a Reforma da Previdência (Emenda constitucional 103/2019), ambas com forte impacto sobre as mulheres e LGBTs.

Não há uma política efetiva para as LGBTs, o judiciário torna-se uma via de construção de direitos: em 2018, com o Provimento 73/2018, conquista-se o direito à identidade de gênero das/os trans, com a alteração do primeiro nome e sexo nos seus registros civis nos cartórios, sem necessidade de apresentação de laudo médico, autorização judicial ou cirurgia de redesignação sexual. Em 2019, o Supremo Tribunal Federal (STF) criminaliza a violência contra a população LGBT, incluindo os crimes de discriminação ou preconceito de orientação sexual ou identidade de gênero na Lei 7716/1989, que tipifica os crimes de racismo.

4 CONCLUSÃO

Este estudo está em andamento e necessita ser aprofundado e ampliado. Dois anos de governo Bolsonaro talvez não sejam suficientes para fazermos uma análise ou avaliação dos efeitos de uma política pública. Reiteramos que a nossa intenção foi realizar um estudo preliminar e de caráter mais geral sobre as políticas públicas de gênero desenvolvidas nos anos de 2019 e 2020.

A partir da exposição, argumentamos que o discurso e práticas políticas do atual governo reverberam, simbolicamente, sobre as políticas públicas e sobre o lugar que o gênero ocupa neste campo. As ações do governo Bolsonaro não foram gestadas em 2019, mas fazem parte de um processo político que vem antes, que se constitui em caráter reativo às políticas de gênero no Brasil contemporâneo.

Como política de Estado, segue uma lógica política que busca manter a ordem do gênero, com seu olhar binário e biologicista, naturalizando papéis sociais, e que desconsideram as diferentes expressões de gênero. Além dos efeitos simbólicos, este

pensamento produz efeitos materiais como a diminuição de recursos e das ações efetivas de enfrentamento à violência contra mulheres e LGBTs.

REFERÊNCIAS

ADELMAN, Miriam. **A voz e a escuta: Encontros e Desencontros entre a teoria feminista e a sociologia contemporânea.** São Paulo: Blucher Acadêmico, 2009.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Neoconservadorismo e liberalismo.** In: O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil. GAELLEGO, Esther Solano (org.) São Paulo: Boitempo, 2018.

Atlas da violência 2019. Organizadores: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019.

BRASIL. **Casa da Mulher Brasileira é estratégia para reduzir a violência contra a mulher.** In: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2019/11/casa-da-mulher-brasileira-e-estrategia-para-reduzir-a-violencia-contr-a-mulher>. Brasil, 2019.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CONNEL, Raewyn e PEARSE, Rebecca. **Gênero: uma perspectiva global: compreendendo o gênero, da esfera pessoal à esfera política no mundo contemporâneo.** São Paulo: nVersos, 2015.

DYE, Thomas R. **Mapeamento dos modelos de análise de políticas públicas.** In: HEIDERMANN, Francisco G; SALM, José Francisco (Org.). Políticas Públicas e Desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise. Brasília: UNB, 2009.

LIMA, Thiago Pereira. **GÊNERO, TRÁFICO SEXUAL DE MULHERES E POLÍTICAS PÚBLICAS: uma análise da experiência da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR).** Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão. São Luís: 2017.

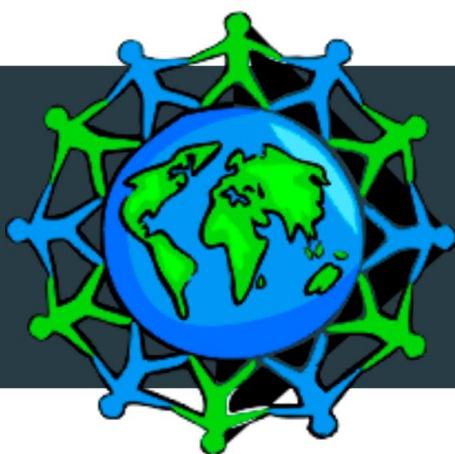
MIGUEL, Luís Felipe. **A reemergência da direita brasileira.** In: O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil. GAELLEGO, Esther Solano (org.) São Paulo: Boitempo, 2018.

RUA, Maria das Graças. **Análise de políticas públicas: conceitos básicos, s.n.t. (mimeo.)**

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: **Educação e Realidade: Mulher e Educação**, vol.15, nº2, jul./dez. 1990.

SILVA, Maria Ozanira da Silva et al. **Pesquisa avaliativa:** aspectos teórico-metodológicos. São Paulo: Veras Editora, São Luís-MA; GAEPP (Grupo de Avaliação e Estudo da Pobreza e de políticas direcionadas à Pobreza), 2008.

TOITIO, R. D. **Cores e contradições:** a luta pela diversidade sexual e de gênero sob o neoliberalismo brasileiro. 2016. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), IFCH/Unicamp. 2018.



Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI

III SINESPP

20 a 24
OUTUBRO
2020

SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS
Democracia, desigualdades sociais e políticas públicas no capitalismo contemporâneo

EIXO TEMÁTICO 9 | QUESTÕES DE GÊNERO, RAÇA/ETNIA E GERAÇÃO

O DIREITO À ASSISTÊNCIA SOCIAL EM TEMPOS DE PANDEMIA DA COVID-19: a especificidade da pessoa idosa

THE RIGHT TO SOCIAL ASSISTANCE IN PANDEMIC TIMES OF COVID-19: the specificity
of the elderly

Iolanda Carvalho Fontenele ¹

RESUMO

O artigo analisa a questão dos desafios postos para a Assistência Social no contexto da pandemia da Covid-19, no sentido de garantir direitos para os usuários dessa política, mais especificamente, para a pessoa idosa, considerando o fato de que constitui grupo de risco em relação ao coronavírus e a medida de isolamento social, tendo em vista as problemáticas do isolamento, da solidão, da violência e da pobreza que assolam a vida de idosos/as de modo corriqueiro, podendo agravar uma crise maior neste contexto de pandemia. O texto apresenta uma discussão analítica, a partir de pesquisa bibliográfica, que teve como objetivo identificar a importância da Assistência Social na proteção social da pessoa idosa no contexto da Covid-19, de modo especial na divulgação de informações e na defesa de seus direitos, acesso a serviços e fortalecimento de vínculos.

Palavras-Chaves: Assistência Social, Direitos, Pessoa Idosa, Covid-19.

ABSTRACT

The article analyzes the challenges posed to Social Assistance in the context of the Covid-19 pandemic, in order to guarantee rights for users of this policy, more specifically, for the elderly people, considered as a risk group in relation to the coronavirus, and the measure of social isolation, having in mind the problems of isolation, loneliness, violence and poverty that plague their lives in a common way, which can worsen in a crisis like this, caused by the pandemic. The text presents an analytical discussion, based on bibliographic research, which aimed at identifying the importance of Social Assistance in the social protection of the elderly in the context of

¹ Docente do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí, doutora em Políticas Públicas, pela Universidade Federal do Maranhão (2007), mestra em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1999), especialista em Saúde Pública pela Universidade Federal do Piauí (2001) e graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Piauí (1992). E-mail: iolandaservicosocial@gmail.com

Covid-19, especially in the dissemination of information and in the defense of rights, access to services and strengthening of bonds.

Keywords: Social Assistance, Rights, Elderly Person, Covid-19.

INTRODUÇÃO

A gravidade da pandemia da Covid-19 trouxe para o Estado, a sociedade, as organizações, as famílias e indivíduos grandes desafios postos pela crise sanitária, com impactos econômicos bem piores que de uma guerra mundial, com consequências sociais e políticas. De acordo com Gouvêa,

A doença adquire proporções terríveis frente à inexistência de testes, à impossibilidade de isolamento social com condições mínimas de vida, à comorbidade acentuada pela quase inexistência de medicina preventiva, à destruição dos sistemas de saúde públicos e à escassez de leitos, de equipamentos hospitalares, de vigilância sanitária e de proteção individual. (GOUVÊA, 2020, p. 22).

Antunes afirma que “[...] a letalidade da pandemia do capital se estampa em sua aguda tragicidade em relação ao trabalho: se forem laborar, contaminam-se; se ficarem em isolamento, não terão recursos mínimos para sobreviver” (ANTUNES, 2020, p. 184). Esse é o drama dos segmentos da população em condição de pobreza, de trabalho precarizado, de desemprego, subemprego, que repercute na vida das famílias e das pessoas idosas.

Essa crise atinge a população em geral e de modo especial as pessoas idosas, considerando as questões da pobreza, bem como o fato de figurarem o grupo de risco, considerando as complicações da síndrome respiratória. Mas, além do medo, em relação à doença em si, também o problema do isolamento social, que pode também trazer consequências sérias para a pessoa idosa, deve ser considerado tendo em vista problemas de solidão, de abandono, de sofrimento psíquico, de violência (MINAYO, 2005; 2006) que enfrentam corriqueiramente e que podem ser agravados em períodos de crise como essa provocada pelo coronavírus.

Nesse sentido, as políticas sociais de um modo geral, e mais especificamente, a Assistência Social enfrentam novos desafios no sentido de prestar atendimento, nesse

cenário de pandemia da Covid-19, a esses segmentos da população especialmente as pessoas idosas, considerando sua condição de pobreza e de vulnerabilidade.

Assim, o objetivo desse artigo é discutir a importância da Assistência Social como política pública de direito, na proteção social aos segmentos empobrecidos, especificamente as pessoas idosas, no enfrentamento dos novos desafios postos pela Covid-19 tendo como centralidade a defesa de direitos e a divulgação de informações.

2 ASSISTÊNCIA SOCIAL E NOVOS DESAFIOS EM DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS IDOSAS

Com a crise do Estado Social, nos anos 1970, nos países ricos de capitalismo central, associada a processos de reestruturação capitalista e com a emergência das propostas neoliberais a partir dos anos 1980, desde então convive-se com o avanço das políticas de cunho privatizante, com corte de recursos, desmonte de serviços e direitos, contrarreformas que apontam para uma desresponsabilização do Estado pela proteção social na sociedade, devendo a mesma ser transferida para o mercado, para as organizações não-governamentais, às famílias e aos indivíduos (DRAIBE, 1993).

Essas tendências ganham força no período 2007-2008, de grande crise, “ caracterizado como um momento de reconfiguração do capitalismo e de aprofundamento do neoliberalismo” (GOUVÊA, 2020, p. 24), a partir da configuração de uma ofensiva gigantesca de retirada de direitos.

No Brasil, essas contrarreformas avançam de forma significativa, de modo especial nos direitos da seguridade social, definida pela Constituição de 1988, que aponta para um sistema público de proteção social, e desde então, com a promulgação da Carta Magna, a partir dos anos 1990. Tendo em vista sucessivas tentativas, essas conquistas sofrem retrocessos durante esses 30 anos. Destacam-se as Emendas Constitucionais que tratam do corte de recursos, como a de nº 95/2016, as legislações que alteram os direitos previdenciários (BRASIL, 2020) e trabalhistas (GOUVÊA, 2020), os problemas nas políticas de saúde e assistência que sofrem cortes nos gastos, portanto, precarização dos serviços e tendências privatizantes, seja pela via do mercado, das organizações não-governamentais, da responsabilização das famílias e dos indivíduos, considerando a realidade do SUS, problemas de gestão, insuficiência da infraestrutura pública, impasses para a mudança dos modelos de atenção (PAIM, 2018).

Segundo Carneiro, Araújo e Araújo, nas três últimas décadas, a Política de Assistência Social (PAS) “vem tentando se configurar como política pública de responsabilidade estatal, apresentando avanços no âmbito jurídico normativo e na constituição de uma nova institucionalidade a partir da implementação do SUAS, com inovações nos campos da gestão, da execução e do controle social” (CARNEIRO; ARAÚJO; ARAÚJO, 2019, p. 34). O Sistema Único de Assistência Social (SUAS), então avançava num processo de “aperfeiçoamento institucional e político, de expansão qualificada e integrada dos serviços socioassistenciais” (CARNEIRO; ARAÚJO; ARAÚJO, 2019, p. 40)

A partir de 2016, o “SUAS se encontra em estágio de desconstrução, correndo o risco de interrupção, o que pode ser evidenciado no engessamento de sua agenda, no congelamento de recursos e no avanço de programas pontuais”. Ou seja, um conjunto de contrarreformas onde a “ proteção social como direito não assume centralidade” (CARNEIRO; ARAÚJO; ARAÚJO, 2019, p. 42).

De fato, é inegável que no pós-2016 verifica-se um aprofundamento do desmonte de direitos, mas não se pode esquecer que as políticas de seguridade social já vinham sendo alvo de contrarreformas desde os anos 1990 no Brasil. A Assistência Social, por exemplo, apresenta tendências privatizantes na oferta de serviços, programas e projetos, com predominância das organizações não governamentais em algumas áreas dos serviços sociassistenciais, a exemplo de instituições de longa permanência para pessoas idosas. Além disso, as tendências na questão da família na PNAS, que apontam para concepções familistas, onde o foco da atenção é responsabilizar famílias e indivíduos pela proteção social (TEIXEIRA, 2009) , sem deixar de falar da precarização dos serviços na área da assistência social, considerando inclusive o fato de que o volume de alocação de recursos para o superávit primário tem sido bem maior, “se comparado com os investimentos realizados no campo da seguridade social, especificamente nas áreas da Saúde e Assistência Social” (CASTILHO; LEMOS; GOMES, 2017, p.457).

O que se quer destacar aqui é que esses movimentos de relativa desresponsabilização do Estado (VIANNA, 2002), de acirramento do desmonte das políticas de seguridade social, dos serviços públicos e o baixo investimento na proteção e na segurança social, são postos à prova nessa crise da pandemia da Covid-19, no

sentido de colocar a indiscutível importância do Estado na garantia de direitos e de proteção social, no crescimento econômico, na produção do conhecimento, da ciência e da tecnologia.

Segundo Guarany (2020, p. 29) “a grande maioria dos governos de países centrais e periféricos, entre eles o Brasil, está sendo obrigada a deixar de lado o discurso fetichizador do mercado como salvador da pátria (uns mais que outros) e estão recorrendo aos cofres do Estado”. Ou seja:

[...] do mercado como provedor de bens e serviços como saúde, educação, e segurança caiu por terra e levou junto a crença de que o esforço individual seria suficiente para garantir um futuro melhor [...] e foi um ser infinitamente menor que uma criança que denunciou a falácia! (GUARANY, 2020, p. 29).

A ênfase aqui então é na questão dos direitos, da proteção social, de responsabilidade do Estado, especificamente no direito à Assistência Social, prevista na Constituição Federal de 1988, como tripé da Seguridade Social, que deve ser “prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social”. Ou seja, a partir de então a Assistência Social passa a ter estatuto de política pública, como direito do cidadão e dever do Estado, na perspectiva de uma proteção integral e universalização dos direitos (BRASIL, 2020, p. 108). É certo que o dever do Estado, como princípio básico, vem associado na legislação brasileira ao dever da sociedade e da família, definindo portanto o que Pereira (2010) identifica de “*welfare mix*”.

De acordo com a LOAS (Lei Orgânica de Assistência Social), a Assistência Social deve ser realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, “para garantir o atendimento às necessidades básicas” (BRASIL, 2011, p. 01), tendo como objetivos a proteção social, a vigilância socioassistencial e a defesa de direitos. A gestão das ações na área da Assistência Social deve ser feita no âmbito de um Sistema Único de Assistência Social – SUAS (BRASIL, 2011).

Segundo a Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004 (BRASIL, 2005), a Assistência Social deve ser organizada “de forma integrada às políticas setoriais, considerando as desigualdades socioterritoriais, visando seu enfrentamento, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais” (BRASIL, 2005, p. 33).

A PNAS traz como objetivos: garantir o provimento de “serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e, ou, especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitarem”; bem como favorecer “a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, em áreas urbanas e rurais”. E por último, “assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária” (BRASIL, 2005, p. 33), redefinindo assim a histórica trajetória das ações dessa política pautada na institucionalização dos indivíduos (FONTENELE, 2016).

É importante retomar e enfatizar aqui o conceito de proteção social na Assistência Social, que segundo a PNAS, a partir das contribuições de Di Giovanni (1998, p. 10, apud BRASIL, 2005, p. 31) representa as formas “institucionalizadas que as sociedades constituem para proteger parte ou o conjunto de seus membros. Tais sistemas decorrem de certas vicissitudes da vida natural ou social, tais como a velhice, a doença, o infortúnio, as privações”. Assim, a proteção Social no âmbito da Assistência Social “visa à garantia da vida, à redução de danos e a à prevenção da incidência de riscos [...]” (BRASIL, 2011, p. 01).

A proteção social deve afiançar seguranças, definidas como: segurança de sobrevivência ou de rendimento e de autonomia, que deve ser garantida “através de benefícios continuados e eventuais”; segurança de convívio ou vivência familiar, onde as “ações, cuidados e serviços que restabeleçam vínculos pessoais, familiares, de vizinhança, de segmento social” ganham visibilidade; segurança de acolhida, com ações e serviços destinados “a proteger e recuperar as situações de abandono e isolamento” de indivíduos (BRASIL, 2005, p. 40)

Essa proteção social na PNAS vem associada a algumas concepções como vulnerabilidades (onde se associa a pobreza, as privações e/ou fragilização dos vínculos afetivos, relacionais e de pertencimento social), riscos (pessoais e sociais) e a violação de direitos. Dessas concepções, a definição das proteções: básica e especial (média e alta complexidade) (BRASIL, 2005). Se a Assistência Social historicamente foi e é extremamente desafiada, tendo em vista a extensão e a profundidade da problemática da pobreza, das desigualdades, da violação de direitos no Brasil, é mais ainda no

contexto de uma pandemia que deverá provocar ampliação da pobreza e das taxas de miséria no país.

A Assistência Social, além de prover proteção social, tem em vista a questão da defesa de direitos “que visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais” (BRASIL, 2011, p1).

O Estatuto do Idoso afirma no seu artigo 2º:

O idoso goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta lei, assegurando-se-lhe, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade. (BRASIL, 2003, p. 01).

Ainda de acordo com o Estatuto (BRASIL, 2003) a família, a comunidade, a sociedade e o poder público são obrigados a assegurar à pessoa idosa, com absoluta prioridade, a efetivação dos seus direitos, dentre eles, destacam-se a seguridade social, a saúde, previdência e assistência social.

Potanto, dois conceitos são fundamentais no Estatuto do Idoso (BRASIL, 2003): o de proteção integral, que considera o fato de que as necessidades da pessoa idosa são diversas. Depois, além da proteção integral, o conceito de prioridade absoluta que sinaliza para a necessidade da primazia da pessoa idosa no atendimento de suas demandas, considerando sua condição de vulnerabilidade, a exemplo de outros segmentos da população como as crianças, as pessoas com deficiência e outras.

Para fins das análises aqui propostas reafirma-se a necessidade de avanços nas políticas de seguridade social, como direito do cidadão e dever do Estado, com maior investimento, melhoria dos serviços públicos, respeitados os princípios da universalidade, da equidade e da gestão democrática, bem como a garantia de direitos já conquistados no ordenamento jurídico, no sentido de serem ofertados nos espaços institucionais com qualidade e amplo acesso.

Considerando o que se tem como conquista na área das políticas sociais e da Assistência Social, especificamente, é fundamental a busca de alternativas de proteção social e da defesa dos direitos, especialmente da pessoa idosa, nesse período de pandemia da Covid-19. Alternativas excepcionais, mas extremamente necessárias nesse contexto, a exemplo dos atendimentos e das ações mediadas por tecnologias da

informação e da comunicação (TIC's), para fins de garantia de acesso a serviços e benefícios, divulgação de informações.

Destaca-se ainda a importância do uso dessas tecnologias para fins de acolhimento das pessoas idosas, de fortalecimento de vínculos, encontros e/ou visitas remotas que favoreçam a convivência, rompendo com a solidão, mas, de outro modo, sensibilizando o/a idoso/a e sua família para a importância da defesa e proteção da vida através do isolamento social e/ou todas as medidas protetivas de prevenção da Covid-19, caso o isolamento social não seja possível, por motivo de trabalho ou sobrevivência.

Nesse sentido a pandemia da Covid-19 e a medida de isolamento social exigem a redefinição das ações e dos instrumentos no âmbito dos Serviços da Proteção Básica e Especial (SUAS), voltados para usuários de um modo geral, mas especialmente às pessoas idosas. Se a escuta qualificada, o atendimento e acompanhamento individual ou familiar não apresentam grandes problemas e desafios junto aos usuários no contexto do SUAS, o mesmo não se pode dizer do trabalho proposto através dos grupos, seja do SCFV (Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos), PAIF (Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família), ambos da proteção básica, ou do PAEF (Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos), da proteção especial.

É certo que se os trabalhadores que atuam na execução da Política de Assistência Social enfrentam desafios institucionais e profissionais no tocante à constituição e manutenção desses grupos no SCFV, voltados para as gerações, entre eles os grupos voltados para as pessoas idosas, ou mesmo os grupos previstos pelo PAIF ou PAEF. Se esses grupos passam por extremos desafios, de forma presencial, muito mais no formato de encontros remotos, uma vez que demanda acesso e manejo da tecnologia por parte da pessoa idosa, o que é mais difícil, tendo em vista a realidade de pobreza, mais ainda a exclusão digital.

Os desafios desses grupos estão postos também considerando a capacidade (ou os limites) institucionais (e profissionais) no sentido de ofertar serviços com propostas de atividades que possam ir ao encontro dos interesses e das demandas das pessoas idosas, no caso, as trocas de afetos, conhecimentos, aprendizagens, associadas à sociabilidade, à convivência, ao entretenimento, atividades lúdicas, dinâmicas e

prazerosas, onde a pessoa idosa assuma uma atitude ativa, participativa, e não uma posição passiva, sendo convidada a interagir e agir na dinâmica do grupo.

Se esses desafios estão postos nos encontros presenciais dos grupos, mais ainda nos encontros remotos, que demandam revisão de procedimentos como: duração do encontro, a programação, as atividades (priorizando a arte, a cultura, o humor, o lúdico), a participação da pessoa idosa.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para fins de conclusões, destaca-se a necessidade de defesa das Políticas Sociais, especificamente a Seguridade Social e a Assistência Social, numa perspectiva de políticas públicas, de responsabilidade estatal, no sentido de garantir proteção social em qualquer tempo, especialmente em tempos de crise.

Considerando esse tempo de crise provocada pela pandemia da Covid-19, a Assistência Social constitui uma política fundamental na atenção dos segmentos da população em condição de pobreza, de desigualdades e vulnerabilidades, no caso, destacam-se aqui a população idosa por sua condição de risco na pandemia, as situações de pobreza e de solidão.

Nesse cenário é primordial a garantia de direitos, o acesso a serviços, benefícios, a divulgação de informações, o debate e tendo em vista as especificidades das pessoas idosas o investimento em ações de acolhimento, de convivência, de sociabilidades, fortalecimento de vínculos, através do uso excepcional de tecnologias da informação e da comunicação.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. O vilipêndio do coronavírus e o imperativo de reinventar o mundo. In: TOSTES, A.; FILHO. H.M. **Quarentena**: reflexões sobre a pandemia e depois; ilustração de Carlos Giambarresi. 1ª ed. Bauru: Canal 6, 2020. recurso digital (Projeto Editorial Práxis).

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, compilado até a Emenda Constitucional nº 105/2019. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2020. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br>. Acesso em: 15 de jun. de 2020.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social** – PNAS/2004. Brasília, 2005.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome. Lei 8. 742, de 7 de dezembro de 1993, alterada pela lei 12. 435, de 6 de julho de 2011. **Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)**. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/>. Acesso em: 15 de jun. de 2020.

BRASIL. **Estatuto do Idoso**, lei nº. 10.741, de 01 de outubro de 2003. Brasília, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm. Acesso em: 10 de maio de 2020.

CARNEIRO, A.M.F.; ARAÚJO, C.C.; ARAÚJO, M. do S. S. Política de Assistência Social no período 1988-2018: construção e desmonte. In: **Revista Ser Social**. Trinta Anos de Constituição Federal. Brasília: UNB, Revista do Programa de Pós-Graduação em Política Social, Departamento de Serviço Social. V. 21, nº 44, janeiro a junho de 2019, 2019, p. 29-47.

CASTILHO, D.R.; LEMOS, E. L. de S.; GOMES, V.L. B. Crise do capital e desmonte da Seguridade Social: desafios im(postos) ao Serviço Social. IN: **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez. Nº 130, setembro/dezembro 2017, 2017. P. 447-466. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.119>. Acesso em: 02 de jun. de 2020.

DRAIBE, S. **As políticas sociais e o neoliberalismo, reflexões suscitadas pelas experiências latino-americanas**. Revista da USP, Dossiê liberalismo/neoliberalismo, São Paulo, 1993.

FONTENELE, I.C. A trajetória histórica da Assistência Social no Brasil no contexto das políticas sociais. In: TEIXEIRA, S.M (Org.) **Política de Assistência Social e temas correlatos**. Campinas: Papel Social, 2016.

GOUVÊA, M.M. A culpa da crise não é do vírus. In: MOREIRA, E. et al. (Org.). **Em tempos de pandemia, propostas para a defesa da vida e de direitos sociais**. Rio de Janeiro: UFRJ, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Escola de Serviço Social, 2020. Disponível em: http://www.cress-es.org.br/wp-content/uploads/2020/05/1_5028797681548394620.pdf. Acesso em: 15 de jun. de 2020.

GUARANY, A.M.B. O Rei está nu! Ou como um vírus expôs a falácia e a desproteção social no Brasil contemporâneo. In: MOREIRA, E. et al. (Org.). **Em tempos de pandemia, propostas para a defesa da vida e de direitos sociais**. Rio de Janeiro: UFRJ, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Escola de Serviço Social, 2020. Disponível em: http://www.cress-es.org.br/wp-content/uploads/2020/05/1_5028797681548394620.pdf. Acesso em: 15 de jun. de 2020.

MINAYO, M. C. de S. **Violência contra idosos**: o avesso do respeito à experiência e à sabedoria. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2ª edição, 2005. Disponível em: www.presidencia.gov.br/sedh. Acesso em: 05 de maio de 2020.

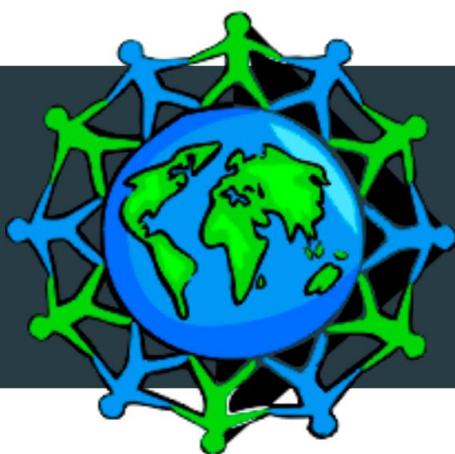
MINAYO, M.C de S. Visão antropológica do envelhecimento humano. In: SESC. **Velhices**: reflexões contemporâneas. São Paulo: Sesc/PUC-SP, 2006.

PAIM, J.S. Sistema Único de Saúde (SUS) aos 30 anos. In: **Revista Ciência e Saúde Coletiva**. 30 anos do Sistema Único de Saúde (SUS). Contextos, desempenho e os desafios do SUS. Rio de Janeiro: Revista da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO). V.23, nº6, junho de 2018, 2018. P.1723- 1728. Disponível em: <https://www.abrasco.org.br/revistas>, Acesso em: 05 de maio de 2020.

PEREIRA, P.A.P. Mudanças estruturais, política social e papel da família: crítica ao pluralismo de bem-estar. In: SALES, M. A. et al. **Política Social, família e juventude**: uma questão de direitos. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

TEIXEIRA, S. Família na Política de Assistência Social: avanços e retrocessos com a matricialidade sociofamiliar. In: **Revista de Políticas Públicas**. São Luís: UFMA, Revista do Programa de Pós-Graduação em Política Públicas. V.13, nº2, julho-dezembro.2009. p. 255-264.

VIANNA, M. L. W. O silencioso desmonte da seguridade social no Brasil. In: BRAVO M. I.; PEREIRA, P. (Orgs.). **Política social e democracia**. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UERJ, 2002.



Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI

III SINESPP

20 a 24
OUTUBRO
2020

SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS
Democracia, desigualdades sociais e políticas públicas no capitalismo contemporâneo

EIXO TEMÁTICO 9 | QUESTÕES DE GÊNERO, RAÇA/ETNIA E GERAÇÃO

A POLÍTICA DE SAÚDE MENTAL BRASILEIRA E A QUESTÃO RACIAL: uma análise dos rebatimentos após golpe de estado de 2016

Cristiane Medeiros dos Santos

RESUMO

Neste artigo objetiva-se avaliar as contribuições da Política de Saúde Mental no Brasil, expressa por meio da Lei 10.216, de 06 de abril de 2001, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas com transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial no que concerne a abordagem da questão racial no decorrer do processo da luta antimanicomial no país. Além disso, objetiva compreender os desafios desta Política, mediante as alterações em suas normativas a partir de 2016 que evidenciam as desigualdades raciais e seus impactos. Metodologicamente, optou-se por estudo bibliográfico e documental. Para o estudo bibliográfico, optou-se pela revisão não sistemática, nos bancos de dados SciELO-Online, entre 2001 e 2019, a partir dos descritores “Política de saúde mental” e “Racismo”. Para o estudo documental, optou-se pelo acesso a documentos oficiais, tais como, leis, decretos, portarias e resoluções referentes a esta proposta. De forma geral, o trabalho nos permite reconhecer a importância da discussão sobre a relação da saúde mental e a discussão da questão racial e uma análise sobre os agravamentos após medidas do governo federal em relação à política de saúde mental, que permitem afirmar que está em curso um processo acelerado de desmonte dos avanços alcançados pela reforma psiquiátrica.

Palavras-Chaves: Golpe; Política de Saúde Mental; Racismo.

ABSTRACT

This article aims to evaluate the contributions of the Mental Health Policy in Brazil, expressed through Law 10.216, of April 6, 2001, which provides for the protection and rights of people with mental disorders and redirects the care model with regard to addressing the racial issue during the process of anti-manicural struggle in the country. In addition, it aims to understand the challenges of this Policy, through the changes in its regulations from 2016 that show racial inequalities and their impacts. Methodologically, a bibliographic and documentary study was chosen. For the bibliographic study, we opted for a non-

systematic review, in the SciELO-Online databases, between 2001 and 2019, using the descriptors "Mental health policy" and "Racism". For the documentary study, we opted for access to official documents, such as laws, decrees, ordinances and resolutions referring to this proposal. In general, the work allows us to recognize the importance of the discussion on the relationship of mental health and the discussion of the racial issue and an analysis of the aggravations after measures of the federal government in relation to the mental health policy, which

Keywords: Coup; Mental Health Policy; Racism

INTRODUÇÃO

Na sociedade brasileira, brancos, negros – pretos e pardos – e indígenas ocupam espaços sociais diferentes, tendo assim, um grande reflexo nos indicadores sociais. A população negra brasileira ocupou historicamente as classes sociais mais pobres e de condições mais precárias na pirâmide social. Contra isso, os movimentos sociais negros reivindicaram políticas públicas inclusivas no decorrer do contexto histórico, na tentativa da redução das desigualdades sociais, visto que a população negra expressa o maior índice que experimenta as desigualdades, bem como, a discriminação racial. Compreende-se que estas desigualdades levam à miséria material, isolamento espacial e social, e restrições à participação política. Este processo, denominado racismo, enraizou-se na cultura, no tecido social e nos comportamentos da sociedade brasileira (MUNANGA, 2006).

Para Werneck (2005), o racismo é um fenômeno ideológico, um importante fator de violação de direitos e de produção de iniquidades, especialmente no campo da saúde, uma vez que, a opressão, agressão e violência são práticas que afetam a saúde mental da pessoa alvo. Portanto, o racismo tem relação direta com as condições de vida do indivíduo, levando em consideração as condições de trabalho, emprego, renda, moradia e de acesso à informação e aos bens e serviços.

Dessa forma, compreende-se que os determinantes sociais são componentes fundamentais quando se busca entender a situação de saúde de uma determinada população. O racismo no Brasil, enquanto uma construção sócio-histórica, traz consigo

o preconceito e a discriminação racial, acarretando prejuízos à população negra nas

diferentes fases do ciclo de vida, independente da camada social . De fato, a forma de conceber saúde parte do pressuposto de que o humano é um ser integral, interligado e complexo, e, portanto, o aspecto fisiológico/biológico não deve ser desconectado do contexto externo em que estão inseridos. Em se tratando de saúde mental, compreender os determinantes sociais se faz imprescindível, uma vez que a maioria das ocorrências de adoecimento mental está relacionada, com maior ou menor intensidade, à pobreza, à raça, ao gênero, ao desemprego e a violência urbana.

Ainda se faz necessário reconhecer que na formação social brasileira tem-se enraizado opressões e desigualdades, que permite uma discussão ampla sobre elementos que engrenam cada vez mais o racismo na política de saúde mental e que revela que a reforma psiquiátrica no Brasil enfrentam desafios importantes, bem como, com um grande compromisso na desconstrução do racismo, portanto, entende-se que a centralidade desse artigo deve perpassar a relação da saúde mental e a questão social, buscando compreender todas as relações sociais de gênero, raça/etnia e classe como estruturantes do processo.

Para um melhor entendimento sobre o processo de desconstrução de paradigmas nas relações sociais, percebe-se a importância da discussão sobre de que forma ocorreu a reorganização da assistência em saúde mental, que advinda da Reforma Psiquiátrica e com a instituição da Lei federal nº 10.216 publicada em 06 de abril de 2001, o tratamento e o acompanhamento ao sofrimento mental passou a ser extra-hospitalar, de base comunitária e visando a reabilitação psicossocial e a reinserção social dos sujeitos, principalmente no seio familiar.

Segundo Maciel (2012, p.75), a reforma psiquiátrica emergiu no intuito de questionar a instituição asilar e a prática médica, e humanizar a assistência, dando ênfase na reabilitação ativa em detrimento da custódia e da segregação. Dessa maneira, os leitos de internação nos hospitais psiquiátricos foram sendo gradualmente fechadas, e inúmeras estratégias foram surgindo com a finalidade de assistir esses indivíduos reinseridos no convívio social, junto com seus familiares e em seus contextos territoriais. Dentre essas estratégias estão os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) que foram instituídos pela Portaria 336 de 19 de fevereiro de 2002, do Ministério da Saúde, para o

tratamento de pessoas com transtornos mentais severos e persistentes em variados regimes de acompanhamento.

A partir da criação dessas estratégias, se faz necessário compreender o diálogo entre a política de saúde mental e a abordagem da questão racial nas inúmeras normativas no contexto histórico da política em questão, na tentativa de um desenvolvimento ampliado de ações que atendam aos princípios de tais políticas, uma vez que, os serviços de saúde precisam transpor os limites do modelo biomédico e envolver diferentes segmentos sociais, pois os diversos dispositivos comunitários configuram-se em fontes de apoio social e pode contribuir para melhorar a saúde mental, conseqüentemente a qualidade de vida da população.

No entanto, nos tempos que seguem, percebe-se que ocorre uma descontinuidade dos avanços desde a Constituição Federal Brasileira de 1988, após as medidas tomadas pelo governo de Michel Temer (2016-2018) com continuidade no Governo de Jair Bolsonaro (iniciado em 2019), reforçando uma clara ruptura democrática no país.

Metodologicamente optou-se por estudo bibliográfico e documental. Para o estudo bibliográfico, foi realizada revisão não sistemática, nos bancos de dados SciELO

- Scientific Electronic Library Online, entre 2001 e 2019, a partir dos descritores “Política de saúde mental” e “Racismo”. Ao longo desta revisão, destacam-se as produções referentes ao ano de 2009, em que é aprovada a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra que, como uma das estratégias de produção de saúde, é concebida como um modo de pensar e de operar articulado às demais políticas e tecnologias desenvolvidas no sistema de saúde brasileiro, contribuindo para a construção de ações que possibilitam responder às necessidades sociais em saúde

Para o estudo documental, recorreram-se a matriz normativa da Política Nacional de Saúde Mental do Brasil, publicada até dezembro de 2013, tendo sido revisados os seguintes dispositivos legais: Portaria nº 224/92, que estabelece as diretrizes e normas para o atendimento em saúde mental; Portaria nº 3.088/01, que institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde; a Lei nº 10.216/01, que dispõe sobre a proteção e

os direitos das pessoas com transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental.

Diante desta proposta inicial, optou-se por estruturar o artigo em dois momentos. A primeira parte a abordagem estará voltada a acerca de que forma a violência e o racismo são práticas que afetam a saúde mental do sujeito, compreendendo o racismo estrutural no contexto brasileiro. No segundo momento, será abordada a mudança do paradigma da psiquiatria tradicional para a Reforma Psiquiátrica e de que forma a questão racial vem sendo discutida na política de saúde mental desde sua implantação em 2001 até as normativas atuais, inclusive com a discussão sobre a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, que foi aprovada pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS) em 2006, instituída pelo Ministério da Saúde (MS) em 2009 e foi inserida na dinâmica do Sistema Único de Saúde (SUS). Enfatiza-se aqui o reconhecimento, desde então, pelo Ministério da Saúde, da existência do racismo, das desigualdades étnico-raciais e do racismo institucional no âmbito do SUS (Brasil, 2013; 2016). Para tal abordagem, recorrem-se as alterações de normativas e resoluções que impactam nos princípios e diretrizes da Política de Saúde Mental a partir do governo de Michel Temer (2016-2018), com continuidade no Governo de Jair Bolsonaro (a partir de 2019).

2 DESENVOLVIMENTO

A Reforma psiquiátrica brasileira tem seu pontapé inicial durante a década de 1970, antes desse período, o tratamento da pessoa com transtorno mental foi realizado através da psiquiatria clássica, que isolava o “indivíduo patológico” do convívio comunitário expondo-o a tratamentos arcaicos, violentos, voltados para a patologia e não para o sujeito. Assim, inicia o questionamento desse modelo pelo movimento de Reforma Psiquiátrica brasileiro. Simultaneamente, originam-se inúmeros movimentos por parte dos trabalhadores do campo da saúde mental que se mobilizavam contra o asilamento, a mercantilização do sofrimento mental, o modelo curativo e o enclausuramento da loucura. Dentre estes movimentos sociais que ressurgiam, estava o denominado Movimento dos Trabalhadores da Saúde Mental, que passava a questionar as políticas vigentes da assistência psiquiátrica daquela época. (VASCONCELOS, 2008a). Segundo esse autor, os principais objetivos do MTSM, neste

momento foram: denunciar a violência praticada nos hospitais psiquiátricos públicos e privados; criar uma mobilização por atendimento mais humanizado nestes serviços; denunciar a indústria da loucura nos hospitais conveniados ao então INAMPS; denunciar e reivindicar por melhores condições de trabalho nos hospitais psiquiátricos; expandir o tratamento ambulatorial em saúde mental.

Segundo Machado,

A atenção psiquiátrica no Brasil se encontrava caótica, mais de sete mil doentes internados sem cama e hospitais psiquiátricos sem especialidade. Chegava a sete meses o tempo médio de permanência de casos agudos em hospitais. O índice de mortalidade de doentes crônicos era seis vezes maior que nos hospitais para doenças crônicas especializadas (MACHADO apud VASCONCELOS, 1997, p. 36).

De fato, nesse período, acontece um marco significativo na área da saúde mental, surgindo dois movimentos que criticam o modelo de saúde até então vigente no Brasil, sendo a Reforma Sanitária e a Reforma Psiquiátrica, que trazem a superação da forma em que os pacientes eram tratados com violência e negligência e tendo como principal objetivo a desinstitucionalização dos hospitais psiquiátricos.

Enfim, a exposição cotidiana a situações humilhantes e constrangedoras pode desencadear um número de processos desorganizadores dos componentes psíquico e emocional (Silva, 2005). Portanto, considera-se um problema para a saúde física e mental da pessoa, esse sofrimento causado pelo racismo e dentre tantos outros, necessariamente, a ser um problema de saúde pública. Como tal requer proposições de políticas públicas que garantam o direito a um serviço de saúde mental eficaz direcionado especificamente ao sofrimento da população negra produzido pelo racismo.

Historicamente, a vinculação entre questão racial e o transtorno mental no final do século XIX no Brasil levou os psiquiatras a construírem relações entre o transtorno mental e as “raças” que eram consideradas inferiores. Eram “feitas associações entre características étnico-raciais e tipos de caráter, atribuindo-se certas formas de doença mental como típicas de determinadas etnias-raças” (Santos, Schucman e Martins, 2012, p.169). Prevalcia a idéia de que negros e mestiços estavam destinados à loucura, pois era povos degenerados por definição, argumento que justificou e legitimou a instituição de dispositivos de controle social (Engel, 1999).

Dando continuidade sobre o processo da reforma psiquiátrica no Brasil, no que tange a democratização nos anos 1980, importante salientar que houve também as ações integradas de saúde. Vasconcelos (2000) aponta que a Saúde Mental entrou numa nova conjuntura, em níveis municipais, estaduais e federais no Brasil, mobilizada pela I Conferência Nacional de Saúde em 1986. Levando em consideração que o ano de 1987 foi de grande importância para Reforma Psiquiátrica Brasileira, pela realização da I Conferência Nacional de Saúde Mental, na cidade do Rio de Janeiro (BRASIL, 2005). Nessa Conferência surge o Movimento de Luta Antimanicomial que se articula sobre o lema “Por uma sociedade sem manicômios” que buscava romper com o aprisionamento da loucura, da exclusão familiar e da comunidade.

É de extrema importância sinalizarmos que o “lema da luta antimanicomial” não traz consigo uma mera reforma assistencial em saúde mental, ele expressa em sua natureza um projeto societário de transformação. A luta “por uma sociedade sem manicômios” coloca-se contrária às desigualdades de classe, gênero, raça/etnia e a favor da superação da propriedade privada. (PASSOS, 2017, p. 83).

Neste cenário, o movimento se articula ao movimento sanitarista sob a perspectiva de desmercantilização da saúde no país e, em sua constituição como direito social universal. Portanto, o movimento de Reforma Psiquiátrica reafirma que a construção de uma sociedade democrática passa pela constituição de sujeitos livres e iguais perante a lei, ou seja, a desinstitucionalização significa o resgate da cidadania e da possibilidade de vivência democrática para pessoas com transtornos mentais, através do seu protagonismo no acompanhamento e na convivência com a comunidade.

Segundo o Ministério da Saúde,

[...] a Reforma Psiquiátrica é processo político e social complexo, composto de atores, instituições e forças de diferentes origens, e que incide em territórios diversos, nos governos federal, estadual e municipal, nas universidades, no mercado dos serviços de saúde, nos conselhos profissionais, nas associações de pessoas com transtornos mentais e de seus familiares, nos movimentos sociais e nos territórios de imaginário social e da opinião pública. Compreendida como um conjunto de transformações de práticas, saberes, valores culturais e sociais, é no cotidiano da vida das instituições, dos serviços e das relações interpessoais que o processo de Reforma Psiquiátrica avança, marcado por impasses, tensões, conflitos e desafios. (BRASIL/MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2005, p.6).

Portanto, com a criação do Sistema Único de Saúde, em 1990 através da Lei 8.080, as políticas de saúde passam a ser articuladas entre todas as esferas e o acesso às políticas de saúde passa a ser universal, integral, equitativo e com igualdade para todos os cidadãos.

Em 2001, foi finalmente sancionada no Congresso Federal, a Lei Paulo Delgado (Lei 10.216), com algumas alterações em relação ao projeto de lei original. Segundo a Lei 10.216, é de responsabilidade do Estado o desenvolvimento da política de saúde mental e promover ações de saúde as pessoas com transtorno mental, com a devida participação da sociedade e da família.

Assim, a lei 10.216 de 2001 garante aos usuários dos serviços de saúde mental e, bem como, aos que sofrem por transtornos decorrentes do uso prejudicial de álcool e outras drogas, a universalidade de acesso e direito à assistência, a integralidade e a valorização dos serviços mais próximos do convívio social dos usuários e familiares. No que se refere ao uso prejudicial de álcool e outras drogas, as políticas públicas direcionadas a saúde visam atenção integral aos usuários, ou seja, com oferta de serviços diferenciados, articulando promoção, prevenção, e restauração através de serviços de base comunitária e hospitalares.

(...) torna-se imperativa a necessidade de estruturação e fortalecimento de uma rede de assistência centrada na atenção comunitária associada à rede de serviços de saúde e sociais, que tenha ênfase na reabilitação e reinserção social dos seus usuários, sempre considerando que a oferta de cuidados a pessoas que apresentem problemas decorrentes do uso de álcool e outras drogas deve ser baseada em dispositivos extra-hospitalares de atenção psicossocial especializada, devidamente articulados à rede assistencial em saúde mental e ao restante da rede de saúde. Tais dispositivos devem fazer uso deliberado e eficaz dos conceitos de território e rede, bem como da lógica ampliada de redução de danos, realizando uma procura ativa e sistemática das necessidades a serem atendidas, de forma integrada ao meio cultural e à comunidade em que estão inseridos, e de acordo com os princípios da Reforma Psiquiátrica. (BRASIL, 2013, p.6).

Dessa lei, origina-se a Política Nacional de Saúde Mental que, segundo o Ministério da Saúde (2005), visa garantir o cuidado a pessoa com transtorno mental em serviços substitutivos aos hospitais psiquiátricos superando a lógica das internações de longa permanência que tratam isola o usuário do convívio com a família e com a sociedade como um todo.

As primeiras leis que determinam a substituição progressiva dos leitos psiquiátricos por uma rede de integração de atenção à saúde mental são aprovadas a partir de 1992. Nesse período, as diretrizes para a construção da Reforma Psiquiátrica ganham relevância. A família passa a ser entendida como parceira e parte fundamental do cuidado ao usuário com transtornos mentais e esses serviços, de base comunitária

devem estar aptos a acolher aos familiares, integrá-los às atividades e a tomada de decisões das questões entre o usuário e a família. Vale ressaltar que, conforme afirma Melman (1998), no princípio a família tornava-se responsável, sendo considerada negligente e imprudente, introduzindo-se do ponto de vista negativo no que diz respeito ao circuito terapêutico tomando posição de quem incita o surgimento do transtorno, por ter uma ligação considerada nociva à saúde da pessoa com transtorno mental.

A assistência em saúde mental no Brasil, após a Lei 10.216/2001 que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas com transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental, passou a ser pensada através da noção da rede ampliada territorial de cuidado, em que é composta pelos serviços no território que o usuário pertence. São os hospitais psiquiátricos e todos os serviços extra-hospitalares, tais como: CAPS, NAPS, Residências Terapêuticas, Consultórios de rua, Serviços de tratamento psiquiátrico ambulatorial, etc. Além desses serviços, compreendem-se por rede ampliada: os hospitais gerais, a Estratégia da Saúde da Família, as Unidades Básicas de saúde, etc.

No entanto, devemos considerar que as instituições religiosas, a família, os vizinhos, o local de trabalho e as instituições de ensino também compõem a rede ampliada. Portanto, os CAPS deverão constituir-se em serviço ambulatorial de atenção diária que funcionem segundo a lógica do território. Isto é, devem ocupar o papel central na rede de atenção à saúde mental, articulando o usuário e os serviços da rede ampliada da saúde mental. Segundo o Ministério da Saúde (2005), os serviços deverão ser responsáveis pela coordenação da gestão, articular a rede de cuidado, desempenhar o papel de regulador da porta de entrada da rede assistencial, supervisor e capacitar às equipes de atenção básica. Segundo Passos (2017),

O novo modelo de cuidado em saúde mental, efetivado pelos dispositivos que substituem o hospital psiquiátrico, propõe não só a superação da lógica hospitalocêntrica, medicamentosa e excludente, mas também a visão do diálogo junto à comunidade e à família, a fim de proporcionar uma gestão compartilhada do cuidado, procurando promover e viabilizar a emancipação política. É importante frisar que a Reforma Psiquiátrica brasileira adotou o processo de desinstitucionalização das pessoas em sofrimento psíquico como sua principal estratégia. (PASSOS, 2017, p. 8).

Portanto, com a Lei 10.216, a individualidade do usuário é priorizada, uma vez que o usuário é inserido num serviço em que o atendimento é feito através de uma

equipe multiprofissional composta por médicos, psiquiatras, psicólogos, assistentes sociais, enfermeiros, terapeutas ocupacionais, entre outros. Assim, compreende-se que a Reforma Psiquiátrica no Brasil, materializada na Lei 10.216/2001, estabeleceu um conjunto de diretrizes com o objetivo de criar um modelo assistencial de base comunitária, em contraponto ao atendimento segregador e asilar que são características dos hospitais psiquiátricos. Mediante essa análise, se faz necessário um diálogo maior com a perspectiva da promoção da saúde diante desse contexto.

Assim, se faz necessário compreender sobre a aprovação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN) em novembro de 2006 pelo Conselho Nacional de Saúde, reconhecendo as desigualdades raciais como fatores que interferem no processo saúde, doença, cuidado e morte, bem como a necessidade de programar políticas que reduzissem as iniquidades. Entretanto, a PNSIPN só foi pactuada na Comissão Intergestores Tripartite em 2008, e o Ministério da Saúde só publicou em maio de 2009 a Portaria reconhecendo que o racismo existente na sociedade brasileira impacta a saúde, a redução das desigualdades sociais, considerando como causas determinantes e condicionantes de saúde: modos de vida, trabalho, habitação, ambiente, educação, lazer, cultura, acesso a bens e serviços essenciais, entre outros, podem estar associados ao racismo e a discriminação social” (BRASIL, 2009).

De fato, compreende-se que a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, ao reconhecer o racismo, as desigualdades étnico-raciais e o racismo institucional como determinantes sociais das condições de saúde da população, elenca no desenho da política alguns objetivos específicos, como por exemplo, o desenvolvimento de ações para redução dos indicadores em relação a morbimortalidade materna e infantil, doença falciforme, hipertensão arterial, diabetes mellitus, HIV/AIDS, tuberculose, hanseníase, cânceres de colo uterino e de mama, miomas, transtornos mentais na população negra, além disso, garantir o fomento à realização de estudos e pesquisas sobre racismo e saúde da população negra.

Conforme Telles (2004),

A questão racial no Brasil foi colocada no centro da agenda das políticas sociais. Como resultado, tem crescido vertiginosamente o interesse do público pelo assunto. Pela primeira vez na história brasileira, políticas sociais começam a promover explicitamente a integração de negros e mulatos. Tais políticas não buscam simplesmente eliminar ou aliviar a pobreza material,

mas também se propõem a eliminar ou reduzir as discriminações por classe, raça, gênero ou de outros tipos que impeçam o acesso aos cidadãos a justiça social (TELLES, 2004, p.13)

Note-se, contudo, que a saúde mental da população negra é contemplada no capítulo terceiro da política acima mencionada, quando se define como “estratégias de gestão”: (a) o “fortalecimento da atenção à saúde mental das crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos negros, com vistas à qualificação da atenção para o acompanhamento do crescimento, desenvolvimento e envelhecimento e a prevenção dos agravos decorrentes dos efeitos da discriminação racial e exclusão social” (Brasil, 2013, p. 28), e (b) o “fortalecimento da atenção à saúde mental de mulheres e homens negros, em especial aqueles com transtornos decorrentes do uso de álcool e outras drogas” (Brasil, 2013, p. 28). Ou seja, o Ministério da Saúde reconhece a discriminação racial afeta à saúde mental dessa população, assim, a equidade é concebida por meio de práticas e ações de promoção de saúde, na distribuição igualitária de oportunidades, considerando as especificidades dos indivíduos e dos grupos; a autonomia é referente à identificação de potencialidades e ao desenvolvimento de capacidades, possibilitando escolhas conscientes de sujeitos e comunidades sobre suas ações e trajetórias.

Conforme Telles (2003),

Hoje em dia, o racismo é amplamente reconhecido, o movimento negro passou a ser reconhecido como legítimo defensor dos direitos humanos e pesquisadores das relações raciais tornam-se parte importante da academia brasileira. Isso representa uma reviravolta histórica para o Brasil. Por outro lado, a mistura racial continua a ser valorizada como forma exclusiva e positiva da cultura brasileira, mas a discriminação racial permanece. (TELLES, 2003, p. 158).

Sendo assim, se faz necessário compreender de que forma a política de saúde mental brasileira vem dialogando e contribuindo com a questão racial a partir da perspectiva da efetivação das diretrizes e princípios postos no desenho da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, uma vez que, fica clara a possibilidade de diálogo entre a promoção da saúde e a saúde mental, quanto à necessidade da autonomia da pessoa negra com transtorno mental, bem como, as possibilidades, o envolvimento do usuário e o familiar participando como protagonista na produção do seu cuidado; enfim, da retomada do lugar social desse usuário, num franco movimento de luta contra a exclusão.

Desse modo, compreende-se que a partir dos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), principalmente da integralidade e da universalidade, passa a se reconhecerem os direitos dos usuários, afirmando que a produção da saúde passa a ser pensada a partir de uma perspectiva ampla, considerando todos os processos que a determinam, corroborando a concepção da determinação social do processo saúde-doença, na qual ele é entendido como resultado de fatores relacionados às formas de viver e trabalhar dos indivíduos, dos quais advêm potenciais de fortalecimento e desgaste da saúde (Moraes, 2006; Queiroz e Salum, 1996).

No entanto, nos últimos anos no Brasil, as diretrizes tratadas até o momento nesse trabalho, foram modificadas por um conjunto de resoluções nos governos. As condições indignas de vida da população negra persistem, evidenciando o racismo silencioso e não declarado. Assim, segundo a Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) Contínua feita pelo IBGE, a proporção de brasileiros que se declaram pretos que, com os pardos, foi a única que cresceu em todas as regiões do país entre 2015 e 2018. Em pontos percentuais, o maior avanço ocorreu no Centro-Oeste, indo de 6,4% da população em 2015 para 9,2% em 2018. Portanto, se faz necessário a problematização da desumanização da população negra na política de saúde mental. De acordo Brandão (2007), Podemos concluir que a autodeclaração da afro-descendência não parece se prestar como parâmetro de inclusão em políticas de ação afirmativa (seja no campo da Educação Superior ou mesmo no campo das demais políticas sociais).

Assim, se faz necessário dar destaque para alguns elementos, como por exemplo, a recriação dos hospitais psiquiátricos no âmbito da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), a inclusão da Eletroconvulsoterapia (ECT) para o tratamento de usuários em determinadas situações, bem como, a possibilidade de internação de crianças e adolescentes em enfermarias psiquiátricas de Hospitais Gerais ou de Hospitais Psiquiátricos e ampliação dos serviços residências terapêuticas (SRTs), tais propostas estão relacionadas principalmente no que tange ao marco temporal dos anos 2016 até os dias atuais, em que medidas têm sido tomadas pelos governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro, em direção à desconstrução dos princípios e diretrizes da Reforma Psiquiátrica, atingindo acentuadamente a luta antimanicomial. Mais amplamente, tais medidas, construídas por meio de normativas e resoluções, indicam a desconstrução

das políticas sociais públicas, com destaque para o questionamento de seu papel.

Segundo Delgado (2019, p 1),

Com todas as marchas e contramarchas de um processo complexo, que envolve gestão pública, mobilização social e mudança cultural, a reforma da atenção em saúde mental no Brasil apresentava uma linha relativamente firme e contínua de progresso, desde a década de 1980. É a primeira vez, em cerca de 35 anos, que visivelmente marchamos para trás.

Esse processo de desmonte inicia com a Emenda Constitucional nº 95, aprovada em 2016, que institui Novo Regime Fiscal, determinando que, em 2017, as despesas primárias teriam como limite a despesa executada em 2016, corrigida em 7,2%. Tendo em vista, que os efeitos de uma política de austeridade tendo a permanecer nos dias atuais e que deixa um rastro de retrocessos no cenário público.

Segundo Delgado (2019), os resultados da agenda neoliberal imediatamente impactam a saúde pública e indicadores de bem-estar e qualidade de vida: o desemprego no início de 2016 era cerca de 5,5%, e atingiu 12,5% no primeiro trimestre do governo de Jair Bolsonaro.

Mediante isso, compreende-se que vale reforçar que muitos fatores de risco estão ligados ao impacto corrosivo, principalmente no que tange as condições de vida e a desigualdade social postas pela lógica governamental e que automaticamente, possuem uma vasta relação com o aumento dos transtornos mentais da população brasileira.

Desse modo, compreende-se que a PNSIPN se insere no âmbito da redução às iniquidades na saúde, quando articulada no interior do SUS, busca reduzir as desigualdades raciais, por meio da inclusão dos grupos socialmente vulneráveis, utilizando seus instrumentos de gestão e observando as especificidades do processo saúde-doença da população. No entanto, diante das premissas neoliberais, da patologização da vida e da mercantilização da saúde, faz-se complexa a realidade que se alastra, com o redirecionamento de recursos dos CAPS para o modelo focado na internação, com o desmonte do SUS, com a insuficiência de qualificação dos profissionais de vários âmbitos para lidar com essa demanda, com a desresponsabilização do Estado, além dos processos de precarização das relações de trabalho, dentre outros.

Conforme Passos (2017),

O eugenismo, o higienismo e o racismo contribuem fortemente para que essas ações públicas, executadas por um governo direitista, produzam a eliminação da população pobre e negra. A partir do relatório da Pesquisa Nacional sobre o Uso de Crack de 2014, realizada pela Fundação Oswaldo Cruz, localizou-se que a maioria das mulheres que fazem uso prejudicial de crack não são brancas e representam 78,56% das identificadas, tendo entre 18 a 24 anos de idade. Além disso, 51,61% delas informaram que 30 dias antes da entrevista se encontravam em situação de rua. (PASSOS, 2017, p.12).

Em 2019, o Ministério da Saúde, a Secretaria de Atenção à Saúde, o Departamento de Ações Programáticas Estratégicas e a Coordenação-Geral de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas lançaram a NOTA TÉCNICA Nº 11 – com “Esclarecimentos sobre as mudanças na Política Nacional de Saúde Mental e nas Diretrizes da Política Nacional sobre Drogas”. Estas mudanças retomam a defesa de ampliação de leitos em hospitais psiquiátricos e que o SUS deverá financiar as comunidades terapêuticas como dispositivo da atenção psicossocial, atingindo princípios básicos da Reforma Psiquiátrica e da luta antimanicomial.

Por efeito, para uma melhor análise da política não pode desconsiderar os acontecimentos de grande relevância que tem cercado a esfera da Saúde Mental, desde as últimas eleições presidenciais no Brasil. Considerando a queda nos investimentos para atuação pautada no viés terapêutico e o discurso banalizador da vida, do direito a existência e a identidade, conduz a realidade ao desmonte da Política de Saúde Mental, dificultando a construção do trabalho na perspectiva da integralidade da atenção à saúde.

Existem estas outras medidas, estas que merecem destaque por serem atuais. A este conjunto de ações somam-se as alterações nas regras para o financiamento da Atenção Primária em Saúde no Brasil, por meio do “Programa Previne Brasil”, publicadas pela Portaria Nº 2.979, de 12 de Novembro de 2019 no Diário Oficial da União de 13/11/2019. Em 2020, as cidades brasileiras passam a receber as verbas referentes à população cadastrada em suas unidades básicas de saúde. A questão central é o tempo exíguo para o cadastramento da população, que não possibilita alcançar a sua totalidade e o condiciona à redução do financiamento, já previsto em 290 milhões a menos para os municípios em 2020.

Para além destas investidas, o Ministro da Saúde tem se posicionado enfaticamente contra o financiamento público da saúde e a universalização do sistema,

avançando na construção de propostas direcionadas a um novo sistema de saúde que, reduz o papel do Estado ao comprador de serviços privados.

Portanto, nesse caminho, entende-se que não é possível falar da reforma psiquiátrica sem questionar os determinantes sociais, pois são elementos importantes que dão direcionamento ao atendimento a população negra nos serviços de saúde mental. Barreto (2003) nos ensina que a prática médica dominante persiste na busca exclusiva da doença visível nos marcos da Biologia do indivíduo, desconsiderando as condições sociais e as relações de dominação. Conforme Passos (2017),

Se a população negra está, majoritariamente, nesse lugar de subalternidade, que é socialmente construído, interessa-nos chamar atenção sobre a população negra em sofrimento psíquico, pois, considerando todo o processo de estigma e preconceito que há construído em relação aos/às usuários/as da saúde mental e também à população negra, a inter-relação entre estes dois elementos, sem dúvida, nos leva a nos preocupar com a qualidade do cuidado oferecido aos/às negros/as no âmbito da saúde mental (PASSOS, 2017, p.15).

Desse modo, compreende-se que o racismo faz parte da sociabilidade brasileira, por isso torna-se extremamente importante tornar evidentes as desigualdades sociais em conjunto com as opressões que estruturam a nossa sociedade a fim de buscarmos a sua superação e transformação.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As questões aqui apresentadas não são propostas a título de divagações teóricas, mas se constituem enquanto elementos necessários para serem tratado afincamente a partir não apenas no interior dos dispositivos onde estão inseridos os profissionais e a população usuária. Portanto, se faz necessário uma análise crítica e permanente sobre a política de saúde mental e sua articulação com os princípios do SUS e do projeto da Reforma Psiquiátrica, uma vez que, a proposta está relacionada ao acesso universal aos serviços substitutivos, assim como, a integralidade e a territorialidade, que inclusive são os temas prioritários da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, buscando promover o desenvolvimento sustentável e equânime por meio de uma oferta de serviços através da rede de atenção psicossocial em cada território.

Desta análise do diálogo entre as políticas no atual cenário nacional, percebe-se o agravamento a partir do amplo movimento de devastação que atravessa a lógica neoliberal, visto que, o transtorno mental perpassa o modelo biológico, mediante isso,

reforça-se a idéia de que “trancar não é tratar”. Por isso, a discussão vem sob a égide de tal afirmação que se faz necessária dimensionar o contexto político vigente e seu impacto na vida da pessoa em situação de sofrimento psíquico, criando estratégias para a desinstitucionalização, a superação do estigma e para a despatologização da vida.

Assim, a centralidade do modelo defendido pelo atual governo retorna à hospitalização em âmbito psiquiátrico, fator este que vai à contramão do acúmulo de conhecimento em pesquisas, debates, leis e ações desde a década de 1970. É a retomada do senso comum aniquilando anos de dedicação em pesquisas junto a usuários, em nome de uma política engessada, reducionista, elitizada e higienista.

REFERÊNCIAS

AMARANTE, P. **Loucos pela Vida**: a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1995

DELGADO, Pedro Gabriel. **Reforma Psiquiátrica**: estratégias para resistir ao desmonte. Trabalho, Educação e Saúde. Rio de Janeiro. 2019. Acesso: <http://www.scielo.br/pdf/tes/v17n2/1678-1007-tes-17-02-e0020241.pdf>

ENGEL, M. G. (1999). **As fronteiras da anormalidade: psiquiatria e controle social**. História, Ciências, Saúde-Manguinhos, 5(3), 547-563. <https://doi.org/10.1590/S0104-59701999000100001>

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **“Reforma Psiquiátrica e política de saúde mental no Brasil”**. In: Conferência Regional da Reforma dos Serviços de Saúde Mental: 15 anos depois de Caracas. Brasília, novembro de 2005.

BRASIL. **Lei 10.216/2001**. Decreto de lei nº 10.216, de 06 de abril de 2001. Poder executivo. Brasília: 2001.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. **A política do Ministério da Saúde para Atenção Integral a Usuários de Álcool e Outras Drogas**. Textos Básicos. 2003.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Nota Técnica 11/2019**. Esclarecimentos sobre as mudanças na Política Nacional de Saúde Mental e nas Diretrizes na Política Nacional sobre Drogas. Coordenação Nacional de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. **A Política do Ministério da Saúde para a atenção integral a usuários de álcool e outras drogas**. Série B. Textos Básicos de Saúde. Brasília.2003

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção a Saúde. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. **Acolhimento nas práticas de produção de saúde**. 2. ed. Brasília, 2006

BRASIL. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas. **Saúde Mental no SUS: Os Centros de Atenção Psicossocial**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004

Brasil. Ministério da Saúde (MS). **Política Nacional de Saúde Integral da População Negra**. Brasília: MS; 2007

Breve Periodização Histórica do Processo de Reforma Psiquiátrica no Brasil Recente. In: VASCONCELOS, E. M. (org) et al. **Saúde Mental e Serviço Social: O desafio da subjetividade e da interdisciplinaridade**. 4ª Edição. São Paulo: Cortez, 2008 a. p. 19-34.

Lei 10.216/2001. Decreto de lei nº10.216, de 06 de abril de 2001. Poder executivo. Brasília: 2001.

MACIEL, Silvana Carneiro. Reforma psiquiátrica no Brasil: algumas reflexões. **Cadernos Brasileiros de Saúde Mental**, Florianópolis, v. 4, n. 8, pp. 73-82, 2012.

MACHADO, G. S. Reforma Psiquiátrica e Serviço Social: o trabalho dos Assistentes Sociais nas equipes dos CAPS. In: VASCONCELOS, E. M. (org) et al. **“Abordagens psicossociais**, Volume III: perspectivas para o Serviço Social. “São Paulo: Hucitec, 2009. p.32-115

MELMAN, Jonas. **Família e doença mental**: repensando a relação entre profissionais de saúde e familiares. Coleção Ensaio Transversais. São Paulo: Escrituras, 2001.

MORAES, D. R. Revisitando as concepções de integralidade. **Revista de APS**, Juiz de Fora, v. 9, n. 1, 2006

MUNANGA, K. **Ata da 17ª reunião especial da Assembléia Legislativa de Minas Gerais**. Belo Horizonte, 2012. Disponível em: . Acesso em dez. 2013.

PASSOS, R. G. “De escravas a cuidadoras”: invisibilidade e subalternidade das mulheres negras na política de Saúde Mental brasileira. **Revista O Social em Questão**, Rio de Janeiro, n. 38, mai.-ago./2017b

Portaria 224/1992. Portaria publicada em 29 de janeiro de 1992. Brasília: Ministério da Saúde, 1992.

Portaria GM 251/2002. Portaria publicada em 31 de janeiro de 2002. Brasília: Ministério da Saúde, 2002.

Portaria GM 336/2002. Portaria publicada em 19 de fevereiro de 2002. Brasília: Ministério da Saúde, 2002.

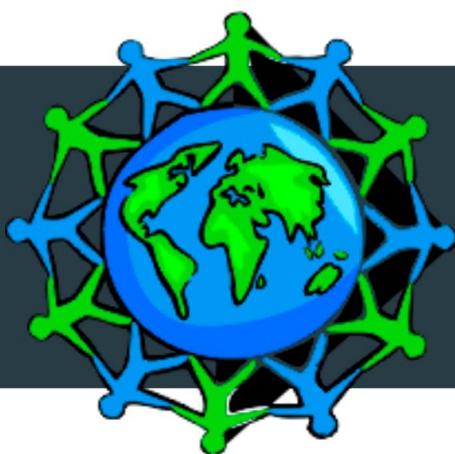
Portaria GM 3.088/2011. Portaria publicada em 23 de dezembro de 2011. Brasília: Ministério da Saúde, 2011.

Santos, A. O. Schucman, L. V., & Martins, H. V. (2012). **Breve histórico do pensamento psicológico brasileiro sobre relações étnico-raciais.** *Psicologia: Ciência e Profissão*, 32(esp.), 166-175. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932012000500012>

Silva, M. L. (2005). Racismo e os efeitos na saúde mental. In: L. E. Batista, S. Kalckmann (Orgs.), **Seminário saúde da população negra do Estado de São Paulo 2004** (pp. 129-132). São Paulo, SP: Instituto de Saúde.

TELLES, Edward. **O significado da Raça na Sociedade Brasileira.** Tradução para o português de *Race in Another America: The Significance of skin color in Brazil*. 2004. Princeton e Oxford: Princeton University Press.

TELLES, Edward. Repensando as relações de raça no Brasil. **Teoria & Pesquisa:** revista de ciência política: revista de ciência política, nº 42-43, UFSC, Florianópolis, 2003.



Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI

III SINESPP

20 a 24
OUTUBRO
2020

SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS
Democracia, desigualdades sociais e políticas públicas no capitalismo contemporâneo

EIXO TEMÁTICO 9 | QUESTÕES DE GÊNERO, RAÇA/ETNIA E GERAÇÃO

A QUESTÃO NEGRA E A LUTA POR DIREITOS NO BRASIL: algumas reflexões

José Jonas Borges da Silva ¹

RESUMO

Este trabalho trata da luta do povo negro na construção de instrumentos de política que busquem a superação do racismo no Brasil. Faz uma atualização desse debate, tendo no processo histórico a luta do povo negro e suas implicações na sociedade brasileira atual. Demonstra que uma das causas das desigualdades sociais tem relação direta com o racismo, tendo nas populações mais pobres da periferia das cidades o genocídio da juventude, como expressão. O trabalho encontra-se embasado em autores que debatem acerca da questão da formação brasileira, tendo Clóvis Moura como uma a maior referência por conta de seu legado teórico e político, que em muito constitui base de sustentação para o debate da questão racial. Metodologicamente, resulta de uma pesquisa bibliográfica para entender as origens do racismo no Brasil. Conclui que a luta contra o racismo é resultado da luta do povo negro que busca a conquista de direitos na sociedade brasileira.

Palavras-Chaves: Racismo, Direitos, Luta.

ABSTRACT

This work deals with the struggle of the black people in the construction of political instruments that seek to overcome racism in Brazil. It makes an update of this debate, having in the historical process the struggle of the black people and its implications in the current Brazilian society. It demonstrates that one of the causes of social inequalities is its direct relationship with racism, with the genocide of youth among the poorest populations on the periphery of cities. The work is based on the authors who debate about the issue of Brazilian education and has in Clóvis Moura a special attention in this article, chosen by the theoretical and political legacy, a base to support the racial issue. Methodologically the text is the result of a bibliographic search that seeks to understand the origins of racism in Brazil. It concludes that the fight against racism is the result of the

¹ Mestrando em Geografia. Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (Territorial) da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). E-mail.jonascigra@gmail.com

struggle of the black people for the conquest of rights in Brazilian society.

Keywords: Racism, Rights, Struggle.

INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta o debate acerca da luta da população negra contra o racismo no Brasil, tendo como base teórica a obra de Clóvis Moura, no que tange à questão racial. Para tanto, demarca alguns marcos históricos articulados com fatos e conquista contemporânea. Objetiva contribuir no sentido de atualizar o debate sobre o racismo, fazendo uma reflexão sobre suas implicações na atualidade brasileira.

A história do Brasil passa diretamente pela história do povo negro arrancado da África e escravizado no Brasil. Povo que, mesmo sob o jugo da escravidão, resistiu bravamente à violência imposta pelos senhores escravocratas, e hoje se impõe frente aos desmandos dos senhores do dos poderes políticos e econômicos. A história e as lutas do povo negro deram grandes contribuições para a formação da nação, e hoje a resistência assume o sentido de construir uma consciência de um projeto de emancipação, problematizando e buscando superar a visão construída do negro como sujeito passivo, sem ação política, e apresentando-se como sujeito ativo no processo histórico.

Como resultado de mais de quatro séculos de lutas e encontros à questão racial, demarca-se conquistas importantes no campo das políticas, como a Lei 10.638/03, que trata do ensino obrigatório da história africana e afro-brasileira em todos os níveis de ensino. Apesar disto, as populações negras continuam muita à margem das principais políticas públicas, reinando o racismo estrutural, o que pode ser constatado nas estatísticas que demonstram que a taxa de homicídio é maior nas populações negras, principalmente de jovens negros da periferia das grandes cidades brasileiras.

O resultado da pesquisa encontra-se estruturado em dois itens, além desta introdução e das considerações. No primeiro capítulo, se recupera a luta negra na construção e defesa de direitos. O segundo traz elementos das desigualdades sociais, que têm como causa maior o racismo estrutural, e que constituem uma das expressões

do atraso político do Brasil. Por fim, considera, referenciado nas contribuições de Clóvis Moura, que o negro no processo histórico constitui sujeito político, com ação e não passividade.

2 A LUTA NEGRA NO BRASIL: algumas indicações

Socialmente os negros vivem com os piores indicadores, tanto do ponto de vista das relações sociais quanto das relações econômicas. A ele, de modo geral, não são possibilitadas condições de moradia, educação, saúde e trabalho dignos. Em termos salariais recebe as menores remunerações e é quem encabeça os vitimados pela violência, inclusive institucional. Suas práticas culturais, como as religiões, continuam a serem intensamente perseguidas e profanadas, agredidas e violentamente atacadas.

Desmistificada a democracia racial apregoada por Freyre (2002), Moura agrega ao debate sobre o racismo brasileiro suas determinações sócio históricas, entendendo-o como estrutural de uma organização social baseada em classes, no caso, a serem observadas as peculiaridades do país. Nesta perspectiva, o negro deixa de ser passivo, cordato e assume lugar de sujeito histórico, com papel de resistência e luta no enfrentamento às desigualdades, esses enfrentamentos individuais e coletivos se constituíram como estratégia em grande parte marcada pela luta contra o aparelho do Estado que serviu historicamente ao sistema escravocrata (MOURA, 1988, p. 22)

Já em seu primeiro livro sobre a questão negra no Brasil, apresenta o negro em seu protagonismo histórico na luta contra a escravidão sem qualquer mascaramento, trazendo no título o papel negro nas “rebeliões e senzala”. Mostra em toda a sua obra o negro não submisso, no enfrentamento de classes, seja na produção escravista, seja nas expressões modernos do capitalismo (MOURA, 1988).

O pensamento de Moura, de forma autônoma frente à intelectualidade de seu tempo, muito inspirou aos movimentos de luta negra, referenciados nas expressivas lutas travadas contra a escravidão, em destaque as rebeliões e os quilombos, com a formação de lideranças negras emblemáticas como Zumbi dos Palmares, grande símbolo da resistência e luta negra no Brasil. As lutas foram ganhando força e referência, sendo a década de 1970 um marco, que é quando a dinâmica de luta se reafirma na sua dimensão política, reagindo às desigualdades estruturais marcantes na época e que perduram até hoje.

A luta consistia em garantir a participação dos negros e negras nos espaços de discussão e decisão, levar as particularidades das demandas negras, no sentido de ocupar os espaços sociais e políticos da sociedade, serem vozes ouvidas e sujeitos ativos dos processos. Construir uma identidade negra onde os negros pudessem se reconhecer e ter orgulho. E neste sentido, muitos foram os movimentos e organizações que se firmaram, dando uma direção às lutas e foram formados grupos em diversas áreas de atuação: intelectual, estudando, pesquisando e teorizando sobre as questões raciais; cultural, com ações que reafirmavam a identidade negra; religiosa, reconhecendo os cultos e ritos; mas também política, buscando a conquista de políticas públicas que considerassem as realidades negras.

A democracia racial, enquanto farsa ideológica é facilmente desmontada quando pensamos a atual configuração das condições de vida das populações negras no Brasil. De modo geral, a população negra vive em piores condições de vida em relação à população branca, podendo ser isto observado nas questões como moradia, emprego, e a partir dos serviços públicos que acessam, como saneamento, infraestrutura, educação e saúde. Em termos de trabalho, a regra são empregos ou atividades que exigem pouca qualificação teórica e técnica, o que implica em baixa remuneração.

Na fatia do mercado de trabalho que lhe é destinada encontram-se trabalhos como de vigilância, limpeza pública, doméstica, jardinagem, enfim, serviços de pouca remuneração e pouco ou nenhum reconhecimento pela sociedade. Sendo então que, assim como no período escravocrata ao negro cabia os trabalhos mais duros por sua cor de pele, hoje, sendo o racismo estrutural, o negro continua sofrendo o preconceito e discriminação como antes, ainda que o racismo brasileiro se manifeste de maneira ambígua tem sido altamente eficiente nos seus objetivos.

Como enfrentamento ao preconceito e discriminação, o Movimento Negro Unificado, em 1980, faz um chamamento à consciência negra, dizendo

Ter consciência negra significa compreender que somos diferentes, pois temos mais melanina na pele, cabelo pixaim, lábios carnudos e nariz achatado, mas que essas diferenças não significam inferioridade. Que ser negro não significa defeito significa apenas pertencer a uma raça que não é pior e nem melhor que outra, e sim, igual. Ter consciência negra significa compreender que somos tratados como subumanos, para que acreditemos ser inferiores passíveis de exploração, sem direitos de exigir tratamento exatamente igual aos dos não-negros. Ter consciência negra significa compreender que somos discriminados duas vezes: uma porque somos

negros, outra porque sou pobre, e, quando mulheres, ainda mais uma vez, por sermos mulheres negras, sujeitas a todas as humilhações da sociedade. Ter consciência negra significa compreender que a luta contra o racismo é longa e árdua, mas que nela devemos depositar a máxima energia possível, para que futuras gerações de negros, possam viver livres das humilhações que marcaram a vida de nossos antepassados e marcam as nossas hoje. Ter consciência negra significa, sobretudo, sentir a emoção indescritível, que vem do choque, em nosso peito, da tristeza de tanto sofrer, com o desejo férreo de alcançar a igualdade, para que se faça justiça ao nosso Povo, a nossa Raça. AXÉ. (FCRCN, 2009, citado por LIMA, 2015, p. 54/5).

O chamamento traz várias questões que fazem parte da vida e da cotidianidade negra, provocando uma profunda reflexão a partir de aspectos vistos, em primeiro momento, como simples, mas que são carregados de simbologias ideológicas da supremacia branca, como os cabelos e lábios; traz também aspectos mais profundos como o sofrimento histórico do povo negro e a responsabilidade com as gerações futuras.

Este processo de lutas antirracistas estava articulado a lutas em diferentes regiões do mundo ao longo de século XX. No Brasil, a exemplo de outras regiões do mundo, muitas foram as formas de lutas, com trabalho com de base nas mais distintas organizações, como partidos, sindicatos, grupos culturais (teatro e música), assim como escolas, que se propuseram a assumir essa bandeira. Como resultado passou a haver um maior comprometimento social e político dos segmentos que se identificam com a questão negra, ao mesmo tempo serviu para pressionar instituições, governos e o Estado a assumir posturas e políticas diferenciadas.

Temos hoje um aparato político de instituições voltadas para o trabalho junto às populações negras buscando a superação das formas de discriminação, preconceito e racismo.

A questão racial vai aos poucos se aproximando do debate de classe, que até então era considerada de menor importância pelas organizações e movimentos de luta, a partir da década de 1930. No contexto internacional, podemos afirmar que esse processo teve um crescimento muito grande ao longo do século passado, mesmo que em momentos distintos, mas sempre constante. Segundo Silva (2016, p. 98)

Ao redor do mundo, foi assim nos 1910/1920 e nos anos rebeldes 1960. E aqui no Brasil vimos o mesmo na esteira das lutas que levaram à derrubada da ditadura, a partir do final dos anos 1970. Em todos estes momentos, processos revolucionários, lutas democráticas ou contra a ordem burguesa forma acompanhados pelo crescimento da consciência racial e pela autoafirmação da negritude (SILVA.2016, p.98).

No Brasil o debate sobre classe acompanha a linha histórica, mas do ponto de vista de tomada de uma consciência racial da problemática negra, ela vai se dá de forma mais contundente na década de 1970. Como apontado acima, a luta contra a ditadura segue crescente articulada com luta em defesa da classe trabalhadora, com o destaque de que junto vem a defesa da classe, que sofria com o sistema político do racismo. Mas a luta continua e apesar das muitas conquistas muitos também são os desafios que se apresentam no ainda grave quadro das desigualdades sociais no Brasil, ocupando as populações negras, papel de destaque, sobre o que será abordado a seguir.

3 O RACISMO COMO QUESTÃO ATUAL NO BRASIL

Não podemos deixar de considerar que grandes conquistas resultaram da luta negra no Brasil, tanto do ponto de vista da garantia de políticas públicas quanto da formação. Neste sentido, a Lei nº 3.708, de 9 de novembro de 2.011, que se configura como política afirmativa de inclusão negra nas universidades públicas. Com o mesmo viés, a Lei nº 10.639, sancionada em 2.003, que tornou obrigatório o ensino de história e cultura africana.

No Brasil, muitos são as disposições legais que dispõem sobre a “igualdade racial”, o racismo e formas de discriminação, incluindo aí, sanções penais a serem executadas em caso de descumprimento da lei, mas o descumprimento dos preceitos constitucionais encontram-se explicitados em todos os âmbitos da vida social brasileira, e isto pode ser facilmente observado quando olhamos os dados de violência contra o negro no Brasil. Sobre tal violência, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública - FBSP (2018, p. 5) dão conta que

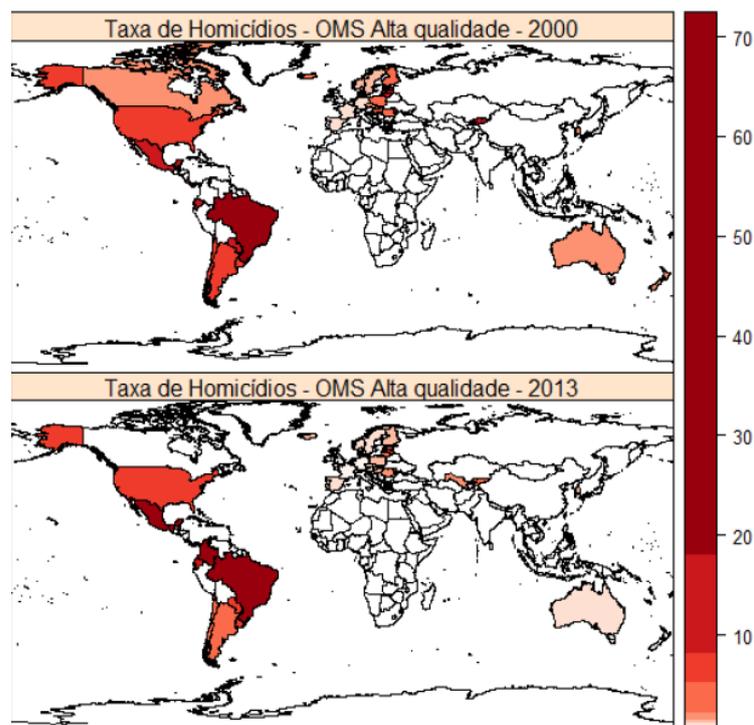
[...] a desigualdade das mortes violentas por raça/cor, que veio se acentuando nos últimos dez anos, quando a taxa de homicídios de indivíduos não negros diminuiu 6,8%, ao passo que a taxa de vitimização da população negra aumentou 23,1%. Assim, em 2016, enquanto se observou uma taxa de homicídio para a população negra de 40,2, o mesmo indicador para o resto da população foi de 16, o que implica dizer que 71,5% das pessoas que são assassinadas a cada ano no país são pretas ou pardas.

Ou seja, apesar das lutas e conquista negras, o Brasil ainda resiste em avançar no respeito à sua diversidade étnico racial, pois ainda que legalmente esta população esteja protegida por leis e normas, a intolerância racial se manifesta no extremo da violência, com o assassinato de negros.

Os dados tomam um tom de dramaticidade, se fizermos uma análise comparando os dados da violência em escala mundial. As pesquisas mostram que as maiores taxas de homicídios de 14 (catorze) países pesquisados em 2012, encontram-se em 13 (treze) países do continente americano, estando o Brasil entre os cinco com mais homicídios.

Importante observar que mesmo durante o período do governo do Partido dos Trabalhadores - PT, no governo central², que indiscutivelmente fez avançar muito as políticas públicas à população negra, a violência contra os negros não diminuiu, mantendo-se em termos mundiais, referência nesta categoria, conforme pode ser observado na imagem abaixo.

Imagem 2. Taxa de homicídios - OMS alta qualidade (2.000 e 2.013)



Fonte FMI/World Economic Outlook Database, ONU/Divisão Estatística e OMS/Mortality Database, citado por IPEA/FBSP, 2018, p. 19)

Destaque na imagem para a permanência do Brasil em situação de destaque no cenário mundial, com o mesmo padrão de dados. Outro elemento para reflexão é que se o Brasil é um dos países com maiores índices de homicídios e os negros são 71,5% das

² O Partido dos Trabalhadores governou o país de 2003 a 2016, com dois mandatos de Luis Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Vana Rousseff (2011 - 2016). No caso da presidenta, o segundo mandato foi interrompido por um golpe político-jurídico.

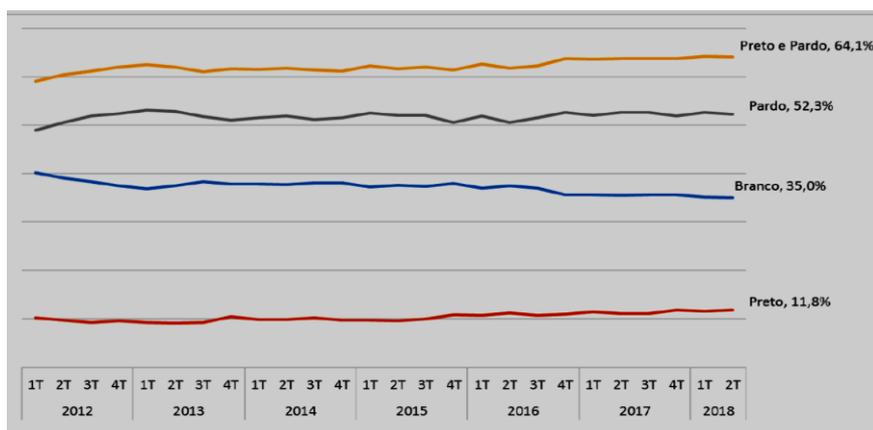
pessoas que são assassinadas no país a cada ano, vemos aí, indícios de que o Brasil é o país que mais assassina negros no mundo.

Internamente, os estudos apontam um crescimento sistemático, uma vez que a taxa de homicídios subia de 50 mil para 58 mil, de 2.008 a 2.013, chegando a 62.517 (sessenta e dos mil, quinhentos e dezessete) ocorrências em 2016, implicando tal situação em questões como a saúde e desenvolvimento social e econômico. (idem, p. 21/22). Em relação específica à violência praticada no Brasil contra a população negra, os dados apresentados são categóricos, mostrando que

Uma das principais facetas da desigualdade racial no Brasil é a forte concentração de homicídios na população negra. [...], as taxas de homicídio relevam a magnitude da desigualdade. É como se, em relação à violência letal, negros e não negros vivessem em países completamente distantes. (IPEA/FBSP, 2018, p. 41)

Os números, por si só, mostram de forma incontestável a farsa da democracia racial no Brasil, que continua configurado pelo racismo e preconceito. Como dito na citação acima, os dados sobre a violência mostram a existência de situações extremas, fazendo com que se perceba não só um país, mas múltiplos, sendo o dos negros, o de piores condições de vida, pois se os negros são fisicamente violentados, assim também o são no acesso ao trabalho, o que lhes possibilitaria melhores condições de vida. O quadro abaixo mostra que negros e pardos, juntos somam 64,1 % da taxa da população desocupada no Brasil, no segundo semestre de 2018.

Gráfico 1. Distribuição da população desocupada³ por cor ou raça – Brasil

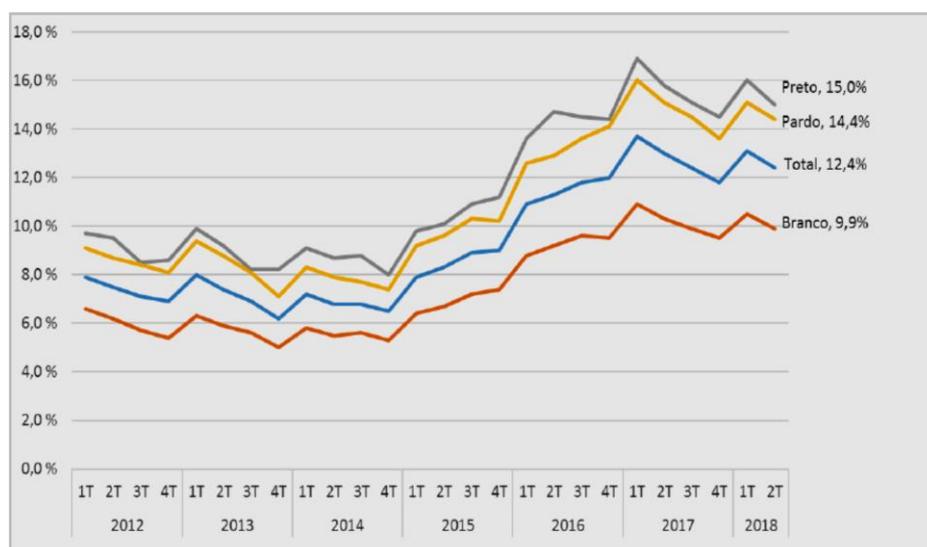


³ O IBGE considera pessoas desocupadas “na semana de referência as pessoas sem trabalho nessa semana, que tomaram alguma providência efetiva para consegui-lo no período de referência de 30 dias e que estavam disponíveis para assumi-lo na semana de referência. Consideram-se, também, como desocupadas as pessoas sem

Fonte: IBGE (2018, p. 29)

Conforme pode ser observado, os números mostram um crescendo no quantitativo, com insipientes variações de pessoas desocupadas, no período de 2012 a 2018. No entanto quando se trata especificamente da taxa de desocupação, o que vai se perceber é que a população negra é a que tem percentualmente falando, a maior taxa, conforme pode ser observado no gráfico abaixo.

Gráfico 2. Taxa de desocupação⁴ por cor ou raça – Brasil



Fonte: IBGE (2018, p. 30)

Como pode ser observado, as taxas de desocupação apresentadas têm entre as pessoas de preta as estimativas mais elevadas.

Este mesmo Instituto de pesquisa dá conta que há uma profunda desigualdade entre brancos e negros manifesta na remuneração, pois a PNAD informa que em 2017 a renda média dos negros era de R\$ 1.570,00 (hum mil, quinhentos e setenta reais), o pardo ganhava R\$ 1.606,00 (hum mil, seiscentos e seis reais), enquanto o branco tinha como ganho o valor de 2.814,00 (dois mil, oitocentos e quatorze reais), o que equivale a mais de 55% da remuneração recebida pelo negro.

trabalho na semana de referência que não tomaram providência efetiva para conseguir trabalho no período de 30 dias porque já haviam conseguido o trabalho que iriam começar após a semana de referência” (IBGE, s/d).

⁴ O IBGE considera taxa de desocupação “o percentual de pessoas desocupadas em relação às pessoas na força de trabalho: [desocupados/força de trabalho] x 100” (IBGE, s/d).

Para concluir, em termos de indicações da desigualdade racial no Brasil, em 2016, ainda de acordo com a Pesquisa Nacional de Domicílios, a taxa de analfabetismo é mais que o dobro entre a população negra e parda em relação à população branca. Em termos de ensino superior completo, em 2017, brancos com 25 anos ou mais contavam 22,9% nesta condição, enquanto negros e pardos alcançaram a marca de 9,3% diplomados. Tais dados encontram-se articulados ao fato de que entre as pessoas com 15 anos a mais, os negros e pardos apresentam média de estudos de 8,7 anos, enquanto para os brancos esta média é de 10,3%.

A utilização dos dados acima não se faz necessária para demonstrar a discriminação e o preconceito a que as populações negras vêm sendo submetidas. Como ranço histórico, as relações sociais insistem em manter negros e negras em condições subalternadas, impondo-lhes situações de desprestígio e desconsideração. Tais manifestações, como dito, não precisam ser apresentadas em número, pois que são vivenciadas e testemunhadas nos cotidianos de cada brasileiro, em todos os espaços, seja público ou privado, os negros continuam sentindo na própria pele as marcas do chicote do feitor, hoje de forma, em termos negada, mais tão intensa quanto.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escravidão é compreendida como elemento central das desigualdades sociais e econômicas que caracterizam o país desde a colonização. As relações que foram daí estabelecidas têm no preconceito e discriminação racial a manifestação do racismo. Nesse sentido, mesmo com a abolição legal da escravidão, aos negros não foram oportunizadas condições efetivas de trabalho e vida dignos, lhes sendo negados direitos básicos, como educação, saúde, terra, moradia, enfim, políticas e serviços públicos em geral.

A contribuição de Clóvis Moura para a compreensão da questão racial no Brasil constitui central neste debate, com destaque para sua abordagem sobre o papel do negro, enquanto sujeito histórico na formação da nação. Muitas foram as teorias, os conceitos e afirmações sobre os fundamentos da formação do Brasil. Alguns consensos, mas muitas divergências caracterizam as compreensões sobre os vários aspectos da vida social, como cultura, religião, costumes, tradições, política e religiosidades, e trabalho, e em especial, o papel das populações negras neste processo.

Vale ressaltar que mesmo com todas as teses e políticas que tentaram marginalizar e invisibilizar o povo negro, chegamos ao século XXI com uma população negra e parda representando o maior percentual na sociedade. O resultado disso, é que mesmo com todas as formas de repressão, genocídio e perseguições, os negros criaram suas estratégias, articulados com setores organizados da sociedade. Devemos trazer aqui a importância da luta e articulações no contexto internacional, onde o Brasil buscou sempre se colocar junto a outros grupos para superação do racismo.

Finalizamos dizendo não ser possível exercer uma democracia plena sem antes resolver as questões sociais e raciais no Brasil. Questões históricas e estruturantes que precisam ser superadas para o desenvolvimento político e social do país, com base nas necessidades e direitos do povo.

REFERÊNCIAS

IBGE. Indicadores IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. **Algumas características da força de trabalho por cor ou raça.** s/d. Disponível em [ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho e Rendimento/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicilios continua/Trimestral/Caracteristicas da forza de trabalho por cor ou raca/Algumas caracteristicas da forza de trabalho por cor ou raca 2016 04 trimestre.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Trimestral/Caracteristicas_da_forca_de_trabalho_por_cor_ou_raca/Algumas_caracteristicas_da_forca_de_trabalho_por_cor_ou_raca_2016_04_trimestre.pdf). Acesso em 10 de março de 2019

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua). **Mercado de Trabalho Brasileiro - 2º semestre de 2018.** Disponível em <http://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/category/mercado-de-trabalho/>. Acesso em 15 de março de 2019

IPEA; FBSP. **Atlas da violência 2018.** Disponível em http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=33410&Itemid=432. Acesso em 03 de fevereiro de 2019

MOURA, Clovis. **Rebeliões da senzala.** Editora Mercado Aberto, 4ª edição. Porto Alegre, 1988

LIMA, Francisca Gárdina dos Santos. **Identidade quilombola: uma construção na Unidade de Ensino Fundamental de Catucá- Bacabal/MA.** Monografia do Curso Licenciatura em Educação do Campo (PROCAMPO) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA), 2015